



Lucia Maria dos Santos

**Interpretação Comunitária Prisional:
estudo sociolinguístico das interações no contexto
plurilíngue da Penitenciária de Itai**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Letras/Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio.

Orientadora: Teresa Dias Carneiro

Coorientadora: Sabine Gorovitz

Rio de Janeiro
Setembro 2025



Lucia Maria dos Santos

**Interpretação Comunitária Prisional:
estudo sociolinguístico das interações no contexto
plurilíngue da Penitenciária de Itai**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutora pelo Programa de Pós-
graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio.

Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Prof.^a Dr.^a Teresa Dias Carneiro

Orientadora

Departamento de Letras – PUC-Rio

Prof.^a Dr.^a Sabine Gorovitz

Coorientadora

UnB

Prof. Dr. Markus Weininger

UFSC

Prof.^a Dr.^a Liana de Andrade Biar

Departamento de Letras – PUC-Rio

Prof. Dr. Tinka Reichmann

Universität Leipzig

Prof. Dr. Franz Pöchhacker

University of Vienna

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2025

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

Lucia Maria dos Santos

Bacharel em Letras – Tradução e Interpretação pelo Centro Universitário Ibero-Americano (Unibero), especialização em docência no ensino superior pela Gama Filho (UGF) e mestrado em Educação pela Universidade Nove de Julho (Uninove). Como Educadora, atua como professora de ensino superior pela Faculdade de Tecnologia (FATEC) na área de ensino de língua inglesa. Atua como tradutora e intérprete no par de línguas português-inglês nas áreas: medicina, enfermagem, psicanálise, informática, jurídica e construção civil. É membro do grupo de pesquisa em Interpretação Comunitária (COMINTER), Mobilang (UnB) e membro da diretoria da IIC Brasil (Instituto de Interpretação Comunitária Brasil).

Ficha Catalográfica

Santos, Lucia Maria dos

Interpretação comunitária prisional : estudo sociolinguístico das interações no contexto plurilíngue da Penitenciária de Itaí / Lucia Maria dos Santos ; orientadora: Teresa Dias Carneiro ; coorientadora: Sabine Gorovitz. – 2025.

673 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2025.

Inclui bibliografia

1. Letras – Teses. 2. Interpretação comunitária. 3. Sociolinguística interacional. 4. Estudos da interpretação. 5. Interação prisional. 6. Interpretação comunitária prisional. I. Carneiro, Teresa Dias. II. Gorovitz, Sabine. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. IV. Título.

CDD: 400

A Deus, à minha mãe Dozinha e aos meus irmãos Aparecida, Cícera e Reginaldo
que ao longo da minha vida me ensinaram a ter força, coragem e a trilhar
caminhos de amor, paz e retidão.

Agradecimentos

Meus agradecimentos a Deus pelo cumprimento de sua palavra, pela força, luz, cuidado, amor e por toda sua misericórdia.

Agradeço à minha orientadora Profa. Dra. Teresa Dias Carneiro e à minha coorientadora Prof. Dra. Sabine Gorovitz que com muita paciência, sabedoria, coerência e conhecimento me instruíram em cada reflexão e cada passo da pesquisa.

Meus sinceros agradecimentos à Profa. Dra. Liana de Andrade Biar da PUC-Rio, Prof. Dr. Markus Weininger da UFSC, Prof. Dra. Tinka Reichman da Universidade de Leipzig pelas contribuições indispensáveis para a pesquisa na banca de qualificação e na defesa e ao Prof. Dr. Franz Pöchhacker por aceitar o convite em participar da banca de defesa desta tese.

À Profª Cilene Rodrigues, da PUC-Rio, pela atenção dada a esta pesquisa.

À PUC-Rio, pela excelente estrutura oferecida ao longo desses quatro anos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agradeço a todos os docentes, discentes e técnicos-administrativos do PPGEL que somaram à minha trajetória como doutoranda.

Aos colegas do PPGEL Larissa Rumiantzeff, Glauber Lemos, Dafny Saldanha que embora tivéssemos contato somente em aulas on-line tivemos parceria ao longo desses anos de doutorado. Obrigada pelas interessantes discussões.

Agradeço à minha mãe, que me ajudou inúmeras vezes, contribuindo financeiramente para a pesquisa de campo. Sou grata também aos meus irmãos Reginaldo e à minha irmã Cícera, que revisou meu pré-projeto quando ingressei na PUC-Rio, e, em especial, à minha irmã Aparecida, que sempre me fortaleceu com palavras de incentivo nos momentos mais difíceis da jornada da pesquisa. Agradeço ainda aos meus sobrinhos Jonatas e Amanda, que me apoiaram de várias formas durante minha estadia na cidade de Itaí.

Meus agradecimentos ao Dr. Paulo Marcos Rodrigues de Almeida, juiz federal titular da 1ª Vara do Juizado Especial Federal de Guarulhos (SP) e coordenador da Central de Conciliação de Guarulhos pelas discussões em torno das questões sobre Interpretação Comunitária no sistema carcerário e quem me incentivou e apoiou a pesquisa.

Agradeço à Secretaria de Administração das Penitenciárias por ter proporcionado a experiência ímpar de investigar a Penitenciária Cabo PM Marcelo Pires da Silva.

Meus agradecimentos ao Janser Ricardo Goncalves, diretor técnico III do G.R.A Trabalho e Educação da coordenadoria de unidades prisionais da região noroeste do estado pertencente à Secretaria da Administração da Penitenciária por ler, avaliar e aprovar o projeto de pesquisa que viabilizou a minha entrada e estada na Penitenciária Cabo PM Marcelo Pires da Silva, na cidade de Itaí.

Aos diretores da SAP São Paulo e à Clariane Goncalves de Moura também da SAP por me convidarem a apresentar a pesquisa aos diretores e servidores de unidades prisionais. Foi um imenso prazer compartilhar minhas ideias e sugestões com todos.

Ao diretor Geral da Penitenciária Cabo PM Marcelo Pires da Silva Dr. Fernando Ricardo Renesto pelo acolhimento e dedicação para que a pesquisa fosse realizada da melhor maneira possível.

Ao Gilberto Aparecido de Farias, diretor do centro de Educação e Trabalho da Penitenciária Cabo PM Marcelo Pires da Silva por seu esmero, dedicação, acolhimento, compreensão, paciência em acompanhar, orientar e viabilizar todos os procedimentos necessários para a concretização deste estudo. Sem o Gilberto nada poderia ter sido feito.

Manifesto meus sinceros agradecimentos aos dedicados servidores da Penitenciária Cabo PM Marcelo Pires da Silva, especialmente aos profissionais do Centro de Trabalho e Educação, Geise, Ana Laura, Jefferson, Fritz, bem como à Daniela, assistente social do CRAS. Sou profundamente grata pelo apoio prestado em todos os procedimentos e pelo acolhimento caloroso, tratando-me com tanta consideração como se eu fizesse parte da equipe.

Ao diretor de segurança Murici por sua indispensável compreensão e de sua equipe de servidores de segurança da portaria e subportaria: Silvana, Luciana, Eugênio, Karen, Misael, Fábio, Maria da Conceição, Cleia Aparecida, Ilsineia, Priscila pela dedicação e paciência pela recepção e pelo acolhimento durante todos os dias em que estive na penitenciária.

Ao diretor administrativo Luiz da Silva, meu irmão de fé, e à sua família por toda ajuda dentro e fora da penitenciária. Quando mais precisava, Luciano e sua família me receberam com amor e carinho e me ajudaram a me estabelecer na cidade de Itaí.

Aos servidores Eurico, Sidney (Sidão), Daniel, Eduardo, Liney, Élcio, Eurico, Nivaldo e a todos os agentes de segurança que com paciência e profissionalismo contribuíram e viabilizaram os procedimentos da pesquisa.

Meus agradecimentos ao Dr. Maurício, advogado da FUNAP, que forneceu informações valiosas para a pesquisa.

Ao Paulo Cesar de Barros, diretor do núcleo de inclusão, por sua colaboração na pesquisa fornecendo informações importantes que fizeram toda a diferença.

Meus agradecimentos aos médicos Dra. Danila, Dra. Suellen, Dra. Gabriela e Dr. Carlos e à equipe de enfermagem pelo profissionalismo, ética e por permitir gravação dos atendimentos no setor de enfermaria.

Minha profunda gratidão aos tradutores Patrícia Gimenez Camargo, Maria Yépez, da Universidade Católica Andrés Bello de Caracas – Venezuela, Gabriel Silveira Lajtavary, Isabela Alves Pereira, Ana Beatriz Caldeira Ferreira Braga Dinucci e Yu Pin Fang (Peggy Yu), que contribuíram com a tradução do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e da Autorização de Imagem para as seguintes línguas: inglês, espanhol, húngaro, árabe, francês e mandarim, respectivamente. Agradeço imensamente pela valiosa colaboração prestada à pesquisa.

Aos intérpretes Gabriel Silveira Lajtavary e Isabella Marcelo Silva de Lima pela colaboração com a pesquisa prestando serviço de interpretação como assistentes de pesquisa do português para o húngaro e árabe, respectivamente, durante o mutirão de atendimento aos presos da Defensoria Pública da União.

Ao Murillo Martins, que tomou as medidas necessárias para viabilizar a filmagem do mutirão da Defensoria, e aos demais defensores que participaram do atendimento aos presos na unidade prisional, expresso meus sinceros agradecimentos.

Expresso minha profunda gratidão aos presbíteros da Igreja Congregação Cristã no Brasil e ao seu ministério. Sou especialmente grato aos cooperadores, anciãos e membros Edenilton, Marcos, Amilton e Sidney, Sérgio e Davi pelo acolhimento caloroso e pela dedicação com que apoiaram a pesquisa, oferecendo orientações e suporte para viabilizar os procedimentos de gravação. Agradeço também aos membros da Congregação Cristã que atuam no Departamento de Assistência Religiosa para Evangelização (DARPE), com destaque para Leonel, Ancelmo Junieber, Jesuel e todos os demais que realizam um trabalho admirável junto aos presos na penitenciária de Itaí, permitindo-me acompanhar os cultos.

Minha gratidão a todos os professores e coordenadores da Escola Estadual João Michelin, com destaque especial aos professores Bruno, Silvia, Valdinéia, Suellen, Leila, Adriana e Mônica, que desempenham um papel essencial ministrando aulas na Penitenciária Cabo PM Marcelo Pires da Silva. Com dedicação, sensibilidade e competência pedagógica, eles realizam um trabalho educacional indispensável para a recuperação da dignidade e da identidade dos detentos.

Minha gratidão à Roseli Schemer e sua família, que gentilmente me acolheram em sua casa durante minha estadia na cidade de Itaí para a realização da pesquisa de campo.

Minha profunda gratidão à Vera Ramos pela revisão e edição desta tese, que não apenas aprimorou o texto, mas também trouxe valiosas contribuições durante o processo de revisão. Agradeço pelo cuidado e pela dedicação.

Expresso meu reconhecimento à Alessandra Cani Gonzalez Harmel, que revisou com rigor e atenção as transcrições das entrevistas realizadas nesta pesquisa, além de ter realizado, com primor, a tradução de parte da tese, viabilizando sua leitura pelo pesquisador Franz Pöchhacker.

Meus agradecimentos ao Gerson Ferracini pelo cuidado, esmero e dedicação na formatação deste estudo.

Meus agradecimentos a Rafael Caldeira Araujo de Souza pela fiel ilustração que reproduz com precisão o ambiente do parlatório.

Agradeço também à intérpretes Marianna Marins Berardinelli Bichara e Angela Regina Sanchez Pinto da PUC-Rio pela valiosa interpretação simultânea realizada durante a defesa da tese. Manifesto meu profundo agradecimento pelo excelente trabalho desempenhado.

Meus agradecimentos à Sylvie Giraud pelas transcrições e tradução das interações em contexto jurídico do turco e ao Moien Alaia pelas transcrições e tradução das interações em contexto médico em árabe levantino.

Ao amigo e irmão Simião Marques, sou imensamente grata pelas palavras de carinho, força e amor nos momentos de dificuldade.

Expresso ainda minha imensa gratidão a todos os migrantes detentos da Penitenciária Cabo PM Marcelo Pires da Silva, cuja colaboração foi essencial para a realização desta pesquisa.

Resumo

Santos, Lucia Maria dos; Carneiro, Teresa Dias (Orientadora); Gorovitz, Sabine (Coorientadora). **Interpretação Comunitária Prisional: estudo sociolinguístico das interações no contexto plurilíngue da Penitenciária Cabo PM Marcelo Pires da Silva**. Rio de Janeiro, 2025, 686 p. Tese de doutorado – Departamento de Letras e Artes da Cena, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta tese apresenta uma investigação qualitativa e interpretativista, ancorada na sociolinguística interacional e nos Estudos da Interpretação, com ênfase na Interpretação Comunitária. O estudo possui relevância social significativa, pois aborda a inclusão linguística e os direitos humanos de migrantes encarcerados, população vulnerabilizada e frequentemente excluída dos processos institucionais formais. Esses campos constituem o universo teórico da pesquisa e ofereceram o alicerce analítico para compreender práticas linguísticas e dinâmicas comunicativas em contextos institucionais marcados por assimetrias de poder e superdiversidade linguística. O estudo teve como objetivo compreender de que modo as interações entre migrantes encarcerados e agentes do sistema prisional se constituem no cotidiano de uma prisão plurilíngue, mediadas ou não por intérpretes. A pesquisa foi realizada na Penitenciária Estadual Masculina PM Cabo Marcelo Pires da Silva, em Itaí (SP), que concentra o maior contingente de migrantes encarcerados no estado. Foram observadas interações em diversos contextos institucionais, incluindo atendimentos médicos, audiências e consultas jurídicas, atividades educacionais, religiosas e laborais. A geração de dados ocorreu ao longo de um ano por meio de uma etnografia pós-crítica, estruturada em quatro fases: familiarização com o ambiente prisional, levantamento dos idiomas falados, mapeamento qualitativo das práticas comunicativas e observação participante. A pesquisadora atuou diretamente em vários momentos, inclusive como intérprete voluntária, contando também com a colaboração de outros intérpretes durante mutirões da Defensoria Pública da União. A análise concentrou-se em práticas metapragmáticas, dispositivos tecnolinguísticos e modos de falar, evidenciando obstáculos comunicacionais, estratégias improvisadas de mediação linguística e o papel fundamental dos migrantes que atuam como intérpretes ad hoc. As categorias analíticas, integradas à triangulação metodológica, revelaram padrões recorrentes nas interações e indicaram a influência decisiva do contexto institucional na configuração das trocas linguísticas. Os resultados apontam para a ausência de políticas públicas estruturadas para a formação e profissionalização de intérpretes comunitários no sistema prisional brasileiro e sugerem a importância da capacitação de presos migrantes como medida estratégica imediata para garantir seus direitos linguísticos e humanos. Esta tese contribui para os debates sobre inclusão linguística em contextos de privação de liberdade, propondo a interpretação comunitária como ferramenta fundamental para o acesso à informação, à justiça e à cidadania em ambientes institucionalmente complexos e linguisticamente diversos.

Palavras-chave

Interpretação Comunitária, Sociolinguística Interacional, Estudos da Interpretação, Interação Prisional, Interpretação Comunitária prisional

Abstract

Santos, Lucia Maria dos; Carneiro, Teresa Dias (Advisor); Gorovitz, Sabine (Co-advisor). **Community prison interpreting: a sociolinguistic study of the interactions in the multilingual context of the Cabo PM Marcelo Pires da Silva Correctional Facility, Brazil.** Rio de Janeiro, 2025, 686 pp. Doctoral dissertation – Department of Languages and Performing Arts, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This thesis presents qualitative and interpretive research, anchored in interactional sociolinguistics and interpretation studies, with emphasis on community interpreting, especially in the prison context. The study has significant social relevance, as it addresses the linguistic inclusion and human rights of incarcerated migrants, a vulnerable population that is often excluded from formal institutional processes. These fields constitute the theoretical universe of the research and provided the analytical foundation for understanding linguistic practices and communicative dynamics in prison interactions, marked by power asymmetries and linguistic superdiversity. The study aimed to understand how interactions between incarcerated migrants and prison system agents are constituted in the daily life of a multilingual prison, whether or not mediated by *ad hoc* community interpreters. The research was conducted at PM Cabo Marcelo Pires da Silva State Correctional Facility for Men in the city of Itaí, State of São Paulo, which has the largest contingent of migrants deprived of liberty in the state. Interactions were observed in various institutional contexts, including medical and legal appointments, court hearings, educational, religious, and work activities. Data was generated over the course of a year, based on theoretical contributions from postcritical ethnography, structured in four phases: familiarization with the prison environment, survey of languages spoken, qualitative mapping of communication practices, and participant observation. The researcher was directly involved in various moments of linguistic interaction, also as a volunteer interpreter, with the collaboration of other interpreters during the Federal Public Defender's Office joint efforts. The analysis focused on metapragmatic practices, technolinguistic devices, and manner of speaking, highlighting communication obstacles, improvised linguistic mediation strategies, and the fundamental role of foreign inmates who act as *ad hoc* interpreters. The analytical categories, integrated into methodological triangulation, revealed recurring patterns in interactions and indicated the decisive influence of the institutional context on the configuration of linguistic exchanges. The results point to the absence of structured public policies for the training and professionalization of community interpreters in the Brazilian prison system and suggest the importance of training migrant inmates as an immediate strategic measure to guarantee their linguistic and human rights. This thesis contributes to the debates on prison community interpreting and linguistic inclusion in contexts of deprivation of liberty, proposing the role of interpreters as a fundamental tool for access to information, justice, and citizenship in institutionally complex and linguistically diverse environments.

Keywords

Community Interpreting; Interactional Sociolinguistics; Interpretation Studies; Prison Interaction; Prison Community Interpreting.

Sumário

1 Introdução	17
2 Justificativa e problema da pesquisa	24
3 Referencial teórico: os Estudos da Interpretação	40
3.1 Os Estudos da Interpretação: conceitos e fundamentos	41
3.2 Evolução dos Estudos da Interpretação: da diplomática à comunitária	51
3.3 A Interpretação Comunitária: conceitos, fundamentos e especificidades	56
3.3.1 Dos Códigos de Ética da Interpretação (Comunitária)	63
3.3.2 Os princípios éticos da IC: neutralidade ou imparcialidade?	73
3.3.3 Das concepções de mediação intercultural e interpretação comunitária	84
3.4 Profissionalização e políticas públicas e linguísticas da Interpretação Comunitária	100
3.5 Algumas pesquisas sobre Interpretação Comunitária: um breve resumo	116
4 Das bases teóricas, epistemológicas e metodológicas da pesquisa	124
4.1 Panorama das principais abordagens teórico-metodológicas na análise das interações mediadas por Interpretação Comunitária em prisões	124
4.2 Principais abordagens teórico-metodológicas na análise da IC com foco em estudos do discurso e da Sociolinguística Interacional	148
4.2.1 Berk-Seligson: O estudo etnográfico da IC em tribunais	148
4.2.2 Angelelli: O estudo sobre o papel dos intérpretes em interações médicas	150
4.2.3 Cynthia Roy: Interpretação de Língua de Sinais Americana na perspectiva da Análise do Discurso	151
4.2.4 Wadensjö: Estudo da IC na perspectiva interacional	153
4.3 A sociolinguística interacional como base teórico-metodológica do estudo	159
4.3.1 Sociolinguística Interacional: primeiros conceitos e paradigmas	159
4.3.2 A Sociolinguística Interacional revisitada: o conceito de superdiversidade	165
5 Metodologia da pesquisa	182
5.1 Natureza da pesquisa e posicionamento teórico-metodológico	183
5.1.1 O campo de estudo da perspectiva do pesquisador observador	185
5.1.2 A investigação de base etnográfica pós-crítica	186
5.2 Procedimentos de pesquisa	188
5.2.1 Geração dos dados	188
5.2.1.1 Diário de pesquisa	191
5.2.1.2 Fases da pesquisa	192
5.2.1.2.1 Fase 1: observação e familiarização	192
5.2.1.2.2 Fase 2: mapeamento das línguas	193
5.2.1.2.3 Fase 3: registro audiovisual, entrevistas e observação participante	195
5.2.1.2.4 Fase 4: cruzamento de dados e organização do material	202
5.2.2 Procedimentos de análise	205
5.2.2.1 Transcrição de dados: entrevistas, filmagens e observações	205
5.2.2.2 Recorte analítico teórico e metodológico	207
6 Um panorama sobre as prisões: história e perfil das prisões, a situação carcerária no Brasil, situação de migrantes encarcerados e a Penitenciária de Itai	209
6.1 As prisões na visão de Foucault	210
6.2 A concepção das prisões para Goffman	215
6.3 As prisões no contexto brasileiro na visão de Greco	223
6.4 Panorama da situação carcerária no Brasil	228

6.4.1 A situação da população de migrantes encarcerados no Brasil.....	231
6.5 A Penitenciária Cabo PM Marcelo Pires da Silva: a torre de Babel.....	234
6.5.1 Os migrantes da penitenciária Cabo PM Marcelo Pires da Silva.....	248
6.5.2 Quem são os migrantes presos na Penitenciária de Itaí?.....	251
6.6 O trabalho e a educação intramuros na penitenciária: remição e reintegração dos migrantes.....	256
6.6.1 A Fundação de Apoio ao Preso (FUNAP) e outras parcerias.....	260
6.6.2 Educação de migrantes presos na penitenciária de Itaí	264
6.7 Os atendimentos médicos e a assistência jurídica.....	271
6.8 O atendimento religioso.....	279
7 Resultados e análise de resultados	282
7.1 Os metadados.....	283
7.1.1 As línguas faladas por migrantes no presídio de Itaí	283
7.1.2 Atuando como intérprete profissional	297
7.1.3 Atendimento de defensor da DPU por videoconferência a um nigeriano.....	297
7.1.4 Atuando como intérprete em sala de aula	304
7.1.4.1 Atuando como intérprete na aplicação da prova do ENCCEJA	314
7.1.5 Atuando como intérprete no mutirão da DPU	317
7.2 Resultados e análise dos dados: as interações mapeadas por áudio e vídeo	321
7.2.1 Análise das filmagens em situações médicas	323
7.2.2 Análise das filmagens em cultos religiosos	344
7.2.3 Análise das filmagens: interações em situações escolares	362
7.2.4 Análise das filmagens: interações em atendimento jurídico.....	370
7.2.4.1 Análise das filmagens: mutirão da Defensoria Pública da União.....	370
7.2.4.2 Interações entre advogado e cliente turco	381
7.3 Conclusão das análises e articulações das diferentes categorias interpretativas na penitenciária de Itaí.....	385
7.3.1 Os recursos interacionais como facilitadores da interação	386
7.3.2 Aspectos linguísticos-culturais nas mediações das interações.....	388
7.3.3 Representação social da Interpretação Comunitária para os presos	390
7.3.4 Articulações sociointeracionais e a Interpretação Comunitária: práticas metapragmáticas, dispositivos tecnolinguísticos e modos de falar	392
7.4 Ecos do campo: reflexões a partir dos resultados da pesquisa na Penitenciária de Itaí 395	
7.4.1 Superdiversidade e mediação linguística no cárcere: princípios aplicados à penitenciária de Itaí	398
7.4.2 Formação de presos migrantes como intérpretes comunitários: desafios e alternativas no contexto prisional.....	401
7.5 Intérpretes comunitários no sistema prisional de Itaí: insights sobre o treinamento como uma ação estratégica de curto prazo.....	406
7.6 A Interpretação Comunitária Prisional no Brasil: discussões e questionamentos à luz de iniciativas locais e internacionais	410
8 Considerações finais	424
9 Referências	429
Apêndice A: Entrevistas com servidores	448
1. Entrevista com assistente social da penitenciária	448
2. Entrevista com o diretor geral da penitenciária	465
3. Entrevista com o médico da penitenciária.....	486
4. Entrevista com o diretor administrativo	493
5. Entrevista com diretor de segurança.....	502

6. Entrevista com diretor de Educação e Trabalho	516
Parte 1.....	516
Parte 2.....	528
7. Entrevista com o agente penitenciário	540
8. Entrevista com servidor do setor de inclusão.....	549
9. Entrevista com o professor da escola penitenciária.....	573
Apêndice B: Entrevistas com migrantes encarcerados.....	591
1. Entrevista com migrante turco Y.	591
2. Entrevista com migrante nigeriano S.....	596
2. Entrevista com migrante nigeriano Ch.	602
3. Entrevista com migrante colombiano L.P.	607
4. Entrevista com migrante árabe M.....	614
5. Entrevista com migrante nigeriano C.	624
6. Entrevista com migrante paraguaio D.	630
7. Entrevista com migrante boliviano R.	638
Anexo A	647
Anexo B	649
Anexo C	663

Lista de figuras

Figura 1 – Esquema de Translação de Kade.....	46
Figura 2 – Primeira fase da translação para Kade	46
Figura 3 – Segunda fase da translação para Kade	47
Figura 4 – Espectro de resposta às necessidades de Interpretação e Tradução	118
Figura 5 – Entrada principal do presídio – subportaria	236
Figura 6 – Entrada principal do presídio – portaria	240
Figura 7 – Portão de entrada para a muralha	241
Figura 8 – Pavilhão dos migrantes presos – interior da muralha – raio 1	242
Figura 9 – Pavilhão de migrantes presos – interior da muralha – raio 3	243
Figura 10 – Parlatório ou sala de atendimento – pavilhão disciplinar	243
Figura 11 – Corredor do pavilhão disciplinar – enfermaria, atendimento jurídico	244
Figura 12 – Biblioteca localizada no pavilhão disciplinar	245
Figura 13 – Recepção da biblioteca.....	245
Figura 14 – Produção agrícola realizada por migrantes	247
Figura 15 – Vista panorâmica da penitenciária de Itaí e sua estrutura arquitetônica	247
Figura 16 – Presos trabalhando na oficina de costura – FUNAP	257
Figura 17 – Organograma da SAP e a posição da FUNAP	261
Figura 18 – Sala de aula	264
Figura 19 – Sala de aula da penitenciária de Itaí	265
Figura 20 – Alunos em sala de aula.....	266
Figura 21 – Sala de aula vista pelas grades.....	269
Figura 22 – Antessala do consultório médico	272
Figura 23 – Entrada: consultório à esquerda; enfermaria e consultório dentário à direita	273
Figura 24 – Consultório odontológico	274
Figura 25 – Sala de enfermagem.....	275
Figura 26 – As dez línguas mais faladas na penitenciária de Itaí	290
Figura 27 – Nível educacional de presos sob custódia da Penitenciária de Itaí	291
Figura 28 – Exercício de português sobre interpretação textual – Exercício 1	307
Figura 29 – Exercício sobre separação de sílabas e sílabas tônicas – Exercício 2.....	307
Figura 30 – Ilustração da sala de aula para o atendimento da DPU	319
Figura 31 – Ilustração da filmagem no parlatório	371
Figura 32 – Local de atendimento a presos pela DPU durante o mutirão.....	371
Figura 33 – Fluxograma de constituição da profissão do intérprete.....	403
Figura 34 – Fluxograma de constituição da profissão de intérprete comunitário e proposta de atendimento ao presídio de Itaí	405

Lista de tabelas

Tabela 1 – Principais nacionalidades solicitantes de refúgio, 2023.....	31
Tabela 2 – Conteúdo de documentos deontológicos da IC.....	67
Tabela 3 – Classificação por tipo de domínio, órgão e documento	69
Tabela 4 – Continentes e países dos presos sob custódia no Estado de São Paulo.....	249
Tabela 5 – Línguas presentes no presídio de Itai.....	286
Tabela 6 – Quantidade de presos e as línguas que falam	287
Tabela 7 – Porcentagem de migrantes de acordo com nível educacional	291
Tabela 8 – Número de presos da África no Estado de São Paulo.....	647
Tabela 9 – Número de presos das Américas no Estado de São Paulo	647
Tabela 10 – Número de presos da Ásia no Estado de São Paulo.....	647
Tabela 11 – Número de presos da Europa no Estado de São Paulo	648
Tabela 12 – Número de migrantes presos no Estado de São Paulo	648

Lista de quadros

Quadro 1 – Mapa dos estudos da interpretação proposto por Salevsky.....	50
Quadro 2 – Diferenças entre intérpretes e mediadores na área de saúde.....	99

Lista de gráficos e diagramas

Gráfico 1 – Solicitações de refúgio em porcentagem	32
Diagrama 1 – Modelo ecológico de Bronfenbrenner baseado em Baixauli-Olmos (2017)	126
Diagrama 2 – Modelo ecológico para Interpretação Prisional por Bauxauli-Olmos (2017).....	131
Diagrama 3 – Divisão e subdivisão dos entrevistados.....	201
Diagrama 4 – Triangulação com base em Flick e Denzin	203
Diagrama 5 – Recorte analítico teórico e metodológico	208

Lista de abreviaturas

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AFI/IPA	Alfabeto Fonético Internacional / International Phonetic Alphabet
AIIC	Associação Internacional de Intérpretes de Conferência
APIC	Associação Profissional de Intérpretes de Conferência
ASL	Língua de Sinais Americana
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CBEAL	Centro Brasileiro de Estudos da América Latina
CIMIC	Centro de Integração e Movimentações Carcerárias
CIUTI	Conférence Internationale Permanente d'Instituts Universitaires de Traducteurs et Interprètes
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas da Receita Federal
CRAS	Centro de Referência Social
CTRAD	Coordenação de Tradução
DARPE	Departamento de Assistência Religiosa para Evangelização
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
DPU	Defensoria Pública da União
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FEBRAPILS	Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
FUNAP	Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel
IC	Interpretação Comunitária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
L1	Primeira língua
L2	Segunda língua
LUA	Linguagem Universal Acessível
NRPSI	National Register of Public Service Interpreters
ONG	Entidade não governamental
RID	Register of Deaf Interpreters
SAP	Secretaria de Administração das Penitenciárias
SEDUC	Secretaria de Educação
SENAPPEN	Secretaria Nacional de Políticas Penais
SIA	Sistema Integrado de Áreas
SISDEPEN	Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional
TAI	Termo de Autorização de Imagem
TIT	Teoria Interpretativa da Tradução
TLC	Texto de Língua de Chegada
TLP	Texto na Língua de Partida
UnB	Universidade de Brasília

O ser humano não se resume ao que ele faz.
Zygmunt Bauman

1

Introdução

[...] nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema na vida prática.

(Minayo, 2008, p. 80)

O foco desta pesquisa – a interpretação comunitária (IC) em contexto prisional – ainda representa um campo pouco explorado no Brasil. Embora existam investigações relevantes sobre a IC em esferas como a médica, educacional, judicial, de migração, refúgio e assistência social, pouco se produz especificamente sobre sua atuação no sistema carcerário. Os Estudos da Interpretação, subárea dos Estudos da Tradução, ganharam visibilidade mais expressiva a partir dos anos 1990, impulsionados por movimentos sociais e associações profissionais que lutam pelo reconhecimento político e institucional da interpretação como profissão.

Para compreender o lugar marginal da IC em ambientes carcerários, é necessário olhar para a trajetória histórica dos Estudos da Tradução e da Interpretação. Dentro desse campo, a IC – modalidade voltada à mediação de interações nesses contextos institucionais – não atingiu, até recentemente, o mesmo grau de desenvolvimento acadêmico da interpretação de conferência. Nos últimos anos, porém, passou a atrair a atenção de pesquisadores e profissionais de áreas diversas que se deparam com suas práticas no cotidiano.

Grande parte da produção existente sobre IC se concentra nas áreas judicial e médica, que são as mais prestigiadas na prática e na pesquisa (Monteoliva-García, 2018; Hale, 2007). Este trabalho, entretanto, desloca o olhar para um espaço social ainda marginalizado: a carceragem. O estudo analisa os processos sociolinguísticos que emergem das interações entre presos migrantes e servidores da Penitenciária Cabo Marcelo Pires da Silva, situada em Itaí, no interior paulista, que abriga uma população de migrantes de distintas nacionalidades, culturas e religiões.

Diante da escassez de estudos sobre as dinâmicas linguísticas em espaços de reclusão, realizamos um mapeamento e uma sistematização inicial dos fenômenos observados, com vistas à proposição de ações de assistência linguística, especialmente serviços de IC como mecanismos de facilitação da comunicação e de apoio à reinserção social dos migrantes presos.

Essa realidade local reflete um problema global relacionado aos direitos linguísticos de pessoas privadas de liberdade. Diante do cenário histórico-político atual, torna-se urgente a criação de regras e procedimentos eficazes, em âmbito internacional, que garantam apoio linguístico a indivíduos com pouca ou nenhuma fluência na língua oficial brasileira. A sistematização proposta neste estudo busca dialogar com os campos do Direito Internacional e das políticas linguísticas, contribuindo para pactos e tratados transnacionais que orientem a atuação ética e eficaz dos intérpretes em instituições prisionais.

Documentos como a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (UNESCO, 1996), também conhecida como Carta de Barcelona, reforçam a importância de se assegurar serviços de apoio à comunicação para estrangeiros com pouca ou nenhuma proficiência na língua oficial do país, sejam eles residentes, migrantes ou encarcerados. Elaborada sob coordenação da PEN International e endossada pela UNESCO, a declaração alinha-se aos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos ao afirmar o direito à dignidade e à comunicação de pessoas em situação de vulnerabilidade linguística.

Conduzir uma pesquisa que almeja beneficiar tanto o campo da IC quanto a população carcerária migrante é uma empreitada desafiadora. De um lado, mobiliza debates que tocam esferas sensíveis da política, da economia e da justiça social no Brasil. De outro, exige enfrentar a resistência de um sistema que opera sob lógica punitivista e historicamente invisibiliza os direitos de sujeitos marginalizados. Ainda assim, é possível abrir caminho para discussões transformadoras, capazes de fortalecer o reconhecimento e a prática da IC em ambientes prisionais, alinhadas aos princípios internacionais de defesa dos direitos humanos e linguísticos.

Realizar uma pesquisa longitudinal e empírica dentro do sistema prisional requer do pesquisador resistência física e emocional, preparo logístico e um posicionamento crítico frente às relações de poder que estruturam o acesso à informação e à comunicação nos espaços de reclusão. No caso específico da Penitenciária de Itaí, os desafios enfrentados – desde a obtenção de permissões institucionais até a articulação com os setores jurídico, médico, escolar e religioso – evidenciam como os contatos sociais e linguísticos são atravessados por uma rígida hierarquia institucional. Tudo precisa ser cuidadosamente negociado, com atenção aos códigos formais e informais da instituição, para evitar recusas ou

bloqueios que possam comprometer o andamento da pesquisa e o acesso aos interlocutores.

A Penitenciária Cabo PM Marcelo Pires da Silva constitui meu principal objeto de investigação desde 2017. No entanto, o período correspondente ao doutorado abrangeu quatro anos, dos quais aproximadamente um foi dedicado ao trabalho de campo. Os debates com estudiosos e profissionais de interpretação, incluindo magistrados, fizeram-me refletir sobre as problemáticas da penitenciária em relação à interpretação em sua prática dentro da instituição e, dessas reflexões, surgiram questionamentos sobre a forma como as interações ocorriam na penitenciária de Itaí e qual seria a contribuição da IC para atenuar as possíveis dificuldades linguísticas entre todos os envolvidos nesse contexto. Desses debates e reflexões, algumas perguntas surgem e se sobressaem no escopo deste estudo: 1) Como se dão as interações no contexto plurilíngue da Penitenciária Cabo PM Marcelo Pires da Silva? Essa pergunta principal se desdobra em outras duas: 2) Como ocorrem as mediações linguísticas entre presos e servidores e quem são esses mediadores?; 3) Que aspectos transidiomáticos, dispositivos tecnolinguísticos e metapragmáticos podem ser analisados nessas interações mediadas ou não linguisticamente, considerando as suposições culturais, estruturas retóricas e os modos de falar no contexto de uma instituição total?

Embora as investigações deem uma ideia bastante precisa de como o intérprete comunitário atua nos serviços públicos no Brasil, decidi não estabelecer hipóteses para este estudo por desconhecer *a priori* completamente a dinâmica, o funcionamento e a vida de presos e servidores desse contexto, vindo a ganhar conhecimento apenas ao final do estudo. Nessa perspectiva, esta tese busca responder às perguntas apresentadas acima e traz uma compreensão dos aspectos típicos desse contexto a partir dos objetivos estabelecidos.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, realizei imersão no presídio Cabo PM Marcelo Pires da Silva, o que exigiu minha mudança temporária para a cidade de Itaí. Inicialmente, hospedei-me em pousadas e, posteriormente, aluguei uma casa na cidade para acompanhar de forma contínua a rotina institucional e os processos comunicativos no presídio. As idas à cidade onde resido, São Paulo capital, tornaram-se esporádicas, já que a maior parte do tempo permaneci em Itaí, dedicada ao trabalho de campo durante o horário comercial. Essa permanência possibilitou observar de modo mais sensível as dinâmicas de interação, as relações de poder e

as práticas metapragmáticas que atravessam o convívio entre presos, defensores e intérpretes *ad hoc*.

A vivência diária nesse ambiente e a convivência próxima com os atores institucionais e os presos migrantes permitiram compreender não apenas as condições estruturais que moldam os atendimentos, mas também as formas pelas quais os sujeitos constroem sentidos, resistem e negociam pertencimentos em um espaço atravessado por barreiras linguísticas, culturais e jurídicas. Assim, a presença constante no campo e a observação participante sustentaram a base metodológica da pesquisa, configurando um olhar situado sobre as práticas de mediação linguística e sobre as estratégias de comunicação emergentes no espaço prisional.

Essa dinâmica revela não apenas os limites impostos à circulação da palavra em um ambiente altamente controlado, mas também as possibilidades de resistência e negociação que emergem nas brechas do sistema, por meio de práticas plurilíngues e estratégias de mediação. Em um cenário como o de Itaí, as interações entre presos, agentes e servidores tornam-se territórios tensionados, nos quais o acesso ao direito, à saúde e à educação depende diretamente da mediação linguístico-cultural. Contudo, como ocorre em outros serviços públicos brasileiros, essa mediação não é institucionalizada, recaindo sobre os próprios presos bilíngues. Na ausência de intérpretes formais, são eles que assumem esse papel de forma improvisada, muitas vezes sem preparo técnico, mas com protagonismo essencial para que a comunicação ocorra dentro da prisão. Assim, os entraves enfrentados pela pesquisa espelham os desafios vividos pelos migrantes presos: o direito de falar e ser compreendido depende da permissão institucional, da disponibilidade de intérpretes e da existência – ou ausência – de políticas linguísticas sensíveis à diversidade.

Uma etapa central do estudo é a sistematização das línguas faladas pelos presos migrantes na Penitenciária de Itaí, tarefa que exige escuta atenta, observação participante e diálogo constante com detentos, servidores e intérpretes assistentes. Observa-se uma multiplicidade de repertórios linguísticos que se cruzam em práticas transidiomáticas marcadas por improvisação, criatividade e resistência. O cotidiano da unidade revela fluxos híbridos nos quais elementos de línguas distintas se combinam para viabilizar a comunicação em contextos institucionais pouco adaptados à diversidade linguística presente.

Práticas metapragmáticas também emergem com força nos encontros observados: presos e agentes explicam formas de falar, discutem significados e negociam sentidos. Esses momentos evidenciam a consciência sobre a linguagem como ferramenta de poder e arena de disputa simbólica. Não se trata apenas de traduzir palavras, mas de traduzir mundos e perspectivas dentro das restrições do ambiente prisional.

Os modos de falar observados na penitenciária nem sempre se organizam por registros específicos, como o “falar jurídico”, o “falar técnico” ou o “falar religioso”. Frequentemente, essas formas geram colapsos comunicativos, especialmente quando variações fonológicas e pronúncias divergentes provocam mal-entendidos entre presos e servidores. Ainda assim, muitos detentos desenvolvem repertórios parciais e estratégias de expressão baseadas na convivência diária e na tentativa e erro, muitas vezes sem o auxílio formal de um intérprete.

Essas práticas, típicas de contextos superdiversos, desafiam a lógica da tradução literal e da equivalência direta entre línguas. Para construir sentido nos diálogos, presos e servidores recorrem a múltiplos recursos – gestos, elementos visuais, vocábulos em diferentes idiomas, onomatopeias e sons que imitam ações ou objetos. Quando possível, e conforme as permissões institucionais, utilizam dispositivos tecnolinguísticos, como dicionários multilíngues em papel e ferramentas digitais (por exemplo, o Google Tradutor®). Embora limitados, esses meios exercem papel relevante na mediação entre línguas e culturas. Questões como quem decide qual tradução adotar, quem valida significados e quem detém legitimidade para interpretar a fala do outro estão constantemente em jogo.

Nessa arena de pluralidade linguística e interações assimétricas, o papel do intérprete comunitário se redefine: mais do que tradutor, torna-se mediador de significações e interlocutor de última instância entre o migrante e o mundo institucional. A escassez dessa mediação revela o quanto ainda é necessário construir políticas linguísticas que reconheçam a complexidade dessas práticas e valorizem intérpretes preparados para lidar com repertórios superdiversos e dinâmicas de poder particulares.

Tendo delineado esse panorama do campo empírico, passo agora à estrutura da pesquisa e ao percurso analítico proposto. Nos capítulos seguintes, são exploradas as trocas sociolinguísticas observadas na Penitenciária de Itaí, com

atenção aos modos de falar construídos nesse ambiente, às práticas metapragmáticas e às estratégias transidiomáticas utilizadas por presos e servidores diante da ausência de mediação institucional. Analisa-se também o papel dos intérpretes presos – suas potencialidades, limitações e como sua atuação revela lacunas e possibilidades de uma política linguística prisional mais justa e eficaz. Ao longo da análise, busco demonstrar como as práticas linguísticas não apenas refletem, mas também produzem e negociam relações de poder, pertencimento e resistência dentro do espaço prisional, evidenciando a urgência de institucionalizar formas de mediação que considerem a pluralidade linguística como um direito, e não como um obstáculo.

Assim, o objetivo geral deste estudo é investigar como migrantes presos e prestadores de serviços penitenciários interagem no ambiente prisional plurilíngue. Para alcançá-lo, os objetivos específicos são: (1) observar as trocas entre presos e prestadores de serviços penitenciários em situações que envolvem mediação linguística, como atividades laborais e educativas, cultos religiosos, atendimentos médicos e visitas externas; (2) mapear e sistematizar as línguas faladas pelos presos migrantes na unidade; (3) registrar as práticas sociolinguísticas por meio de registros audiovisuais; e (4) realizar entrevistas com presos, intérpretes e servidores para compreender as estratégias comunicativas e as dinâmicas de poder envolvidas.

As estratégias metodológicas incluem: (1) visitas semanais à unidade prisional durante um ano, com autorização prévia dos envolvidos; (2) análise das situações observadas e sistematização dos dados; (3) gravação de entrevistas e registros audiovisuais; e (4) cruzamento das informações obtidas para análise aprofundada das práticas sociolinguísticas e metapragmáticas na instituição.

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo apresenta a introdução. O segundo traz a justificativa da pesquisa, expondo lacunas na produção acadêmica sobre o tema, refletindo sobre os direitos linguísticos e a pertinência do estudo em relação ao Projeto de Lei 5.182/2020, que propõe o reconhecimento da mediação linguística como assistência pública. O terceiro capítulo desenvolve o referencial teórico, ancorado nos Estudos da Interpretação e da IC, abordando questões éticas, tensões entre imparcialidade e neutralidade e o processo de profissionalização da prática. O quarto capítulo reúne as abordagens teórico-metodológicas aplicadas à IC à carceragem, com destaque para aportes da Sociolinguística Interacional e do conceito de superdiversidade. O quinto descreve

a metodologia e as etapas do estudo. O sexto analisa a estrutura e a lógica da instituição prisional, com base em autores como Foucault, Goffman e Greco, e apresenta a etnografia da Penitenciária Cabo PM Marcelo Pires da Silva. O sétimo capítulo traz a análise empírica das trocas comunicativas e do papel dos intérpretes presos, discutindo limites, possibilidades e implicações ético-políticas da mediação linguística. Por fim, as considerações finais retomam os principais achados e propõem caminhos para futuras ações e investigações.

2

Justificativa e problema da pesquisa

Dirijo até a subportaria e ali me identifico. Digo ao servidor que o diretor de educação e trabalho está me aguardando. Depois de alguns segundos, entro e estaciono meu carro. Chegando a uma porta de ferro maciço azul-escuro, bato à porta e resolvo esperar...eles sabem que estou ali pelas câmeras de segurança. Enfim, quando entro, encosto-me em um balcão de alvenaria onde pedem para que eu me identifique, deixe as chaves do carro e outros pertences. São oito horas da manhã. Observo as horas em um relógio de ponto no qual os ponteiros parecem se arrastar lentamente ao ritmo dos meus pensamentos. Sob olhares desconfiados, tudo aparenta frieza e o clima de inverno faz com que o frio fique ainda mais intenso envolto na cor azul água e anil das paredes. A voz grave de um servidor me indaga, resgatando-me das minhas divagações: “Você é a pesquisadora intérprete, né?” “Sim”, respondo. Ele pergunta: “Diga uma coisa objetivamente: sou eu que tenho que falar a língua deles ou eles a minha, já que estão no Brasil?” Respondo: “Essa é a pergunta de um milhão de dólares... uma pergunta de cunho histórico e que merece uma explicação nesses termos... a resposta não é tão simples assim”.

(Diário de pesquisa, julho de 2023)

A fala do servidor, na epígrafe acima, ressalta a crença da língua portuguesa no imaginário de unidade que sobrepõe seu caráter de língua oficial e nacional ao de língua materna; uma ideologia diluída entre os seus falantes como histórica e politicamente dominante. Concomitantemente a esse discurso de unidade linguística e de língua dominante do português, há, nas entrelinhas, uma forma de minorizar outras línguas.

A concepção do português como a língua predominante no Brasil é fruto de uma ideologia histórica estabelecida pelo Estado Português e, posteriormente à independência, imposta pelo Estado Brasileiro. Não é estranho que o discurso do servidor aponte o português como língua que deve ser falada no Brasil. A ideia de que “no Brasil se fala português e quem está no Brasil deve falar a língua do país” é um discurso recorrente entre brasileiros que acreditam na ideologia de políticas linguísticas do monolinguismo impregnadas nas mentes de seus falantes ao longo da história. Para Rodrigues,

[...] a língua portuguesa teve na língua geral¹ e na diversidade das línguas faladas pelos indígenas sua principal inimiga, mas as

¹ O tupi era a língua geral especialmente falada em São Paulo, Maranhão e Amazonas.

africanas também tiveram que ser dominadas para a vitória da língua portuguesa. (Rodrigues, 1983, p. 29)

De um lado, a política colonial tinha como objetivo variar bastante a composição da gente africana que vinha ao país para ser escravizada no intuito de evitar a unidade e ter a diversidade para assim conseguir manter essa gente submissa. Dessa forma, diversos grupos étnicos, com suas línguas variadas, vieram para o Brasil durante o período de escravidão, ou seja, grupos provenientes da Guiné, Angola, Congo, Moçambique, Cabo Verde, Costa de Mina.² As variedades de línguas levaram os povos escravizados à necessidade imperiosa de adotar uma língua africana geral que todos entendessem, o nagô; porém, esses povos eram obrigados a aprender português, assim que desembarcavam no Brasil, para se comunicarem com os brancos, mestiços e negros crioulos. As línguas africanas faladas se dividiam em três grupos: os chamitas (tuareg e fulá); os sudaneses com doze grupos dentre os quais estão o mandinga, ewe ou gegê, iorubá ou nagô, e os austrais ou bantos; sendo adotadas como línguas gerais o nagô e o iorubá na Bahia e o quimbundo e congoesa no Norte e no Sul do Brasil, ou seja, o sudanês e o banto, um grupo de línguas negro-africanas (Rodrigues, 1983). Rodrigues (1983) pontua que os escritos de Nina Rodrigues em 1905 tratam ainda de outras línguas: o kanúri falada pelos negros bornu, a língua tapa, nifê ou nupê, a língua dos negros gurunces, além de hauçá e grúnce e outras.

No capítulo V, “A ação sobre as línguas (o *status*)”, do livro *As políticas linguísticas*, em que Calvet (2007) expõe a política de intervenção no *status* de uma ou mais línguas, o autor elucida, por exemplo, o caso da promoção de uma língua veicular na Tanzânia, onde aproximadamente 120 línguas vernáculas são faladas; o inglês, a língua de colonização; e o suaíli, língua veicular reservada aos portos, mercados e estradas, que se tornou nacional. O governo da Tanzânia – que surgiu da fusão entre Zanzibar e Tanganica em 1964 –, logo após a independência, determinou o suaíli como língua de comunicação tanto com o povo quanto nas esferas oficiais, em detrimento do inglês e das línguas vernáculas. A expansão do

² O agrupamento denominado como Costa da Mina engloba os países africanos Nigéria, Gana, Togo e Benim, e recebe esse nome devido ao forte de São Jorge da Mina, erguido na região no final do século XV.

suaíli foi facilitada por já ser uma língua escrita e usada pela administração local; ser uma língua falada pela maioria da população; não ser a língua de um grupo específico; e, simbolicamente, ser vista como a língua da independência, sem conotação colonial. O outro caso lembrado por Calvet é a promoção de uma língua minoritária na Indonésia, país com cerca de 200 línguas de diferentes grupos etnolinguísticos. Trata-se da normalização da escrita de uma língua falada à fixação como língua oficial. Com esses exemplos, Calvet nos ensina que o planejamento linguístico se deve à intervenção do Estado sobre as práticas sociais, a qual quase sempre provoca mudanças linguísticas e deve ocorrer em consonância com as soluções intuitivas postas em prática pelo povo.

A intervenção do Estado, em relação ao status do português sobre as demais línguas faladas no Brasil, não foi aceita pacificamente pelos falantes que habitavam o país. Rodrigues (1983) escreve a respeito da resistência que os diversos grupos linguísticos do Brasil tiveram contra as políticas de homogeneização:

Numa sociedade dividida em castas, em raças, classes, mesmo quando é evidente o processo de unificação da língua, especialmente num continente como o Brasil, onde durante três séculos combateram várias línguas indígenas e negras contra uma branca, não havia nem paz cultural, nem paz lingüística. Havia, sim, um permanente estado de guerra. (...) O processo cultural que impôs uma língua vitoriosa sobre as outras não foi assim tão pacífico, nem tão fácil. Custou esforços inauditos, custou sangue de rebelados, custou suicídios, custou vidas. (Rodrigues, 1983, p. 37)

O autor ainda acrescenta que

[...] eram tantos os desta casta [população indígena] que parecia impossível poderem extinguir, mas os portugueses tanto os têm combatido que quase todos são mortos e lhes têm tal medo que despovoam a costa e fogem pelo sertão adentro até trezentas ou quatrocentas léguas. (Rodrigues, 1983, p. 23-24)

De acordo com o referido autor, eram muitas as línguas a serem controladas pelos portugueses, por isso, guerras e confrontos com as nações indígenas eram intensas, como afirma Rodrigues, isto é, os potyguara, os viatã, os tupinambá, os caeté, os guaytacaz, os guayanaz, os carijó, os tamoyo, os goyanaz e muitos outros grupos, um conjunto de 76 diferentes nações e línguas era formado por “gente brava, silvestre e indômita e contrárias ao gentio (nome dado ao povo indígena pelos padres) que vivia na costa do mar” (Rodrigues, 1983, p.24). As únicas exceções eram os tapuias, que viviam próximos ao rio São Francisco, e outros grupos aos

derredores que eram um tanto mais pacíficos, porém de difícil conversão pelos padres jesuítas porque eram nômades e tinham línguas de difícil aprendizagem pelos jesuítas. Alguns desses povos eram “domesticados” e por causa disso entravam em conflito com outras nações indígenas que lutavam contra a lusitanização dos indígenas.

No entanto, o século XVII trouxe, além da indianização do português e a lusitanização dos indígenas, a africanização de indígenas e brancos, alguns assimilando-se aos outros. Unido a isso, havia também o fato de que os mestiços (filhos de mulheres indígenas com os portugueses) precisavam de intérpretes, porque não falavam português. Os únicos a dominar melhor a língua brasileira eram os padres Anchieta, Navarro e Chaves; todos os outros padres que chegavam deveriam ler a “Arte da língua brasileira”, composta por Anchieta. Mesmo assim, quando as línguas africanas se juntaram ao número de línguas já existentes em território brasileiro, a dificuldade de encontrar um intérprete, em especial para línguas africanas, era enorme. Já naquela época, encontrar um intérprete para um indígena aprisionado era difícil. Uma nota de Holanda (1995), quando fala da língua geral de São Paulo, diz que a língua indígena era falada nas famílias mestiças e o português aprendido na escola.

Diante de uma multidão de línguas indígenas e africanas, a legislação pombalina³ foi um dos recursos possíveis usados para impor o português como língua única. Entretanto, a determinação real de política linguística para promover o português parece ter sido inoperante, já que os jesuítas dominavam a relação com os indígenas e eram os que melhor conheciam a língua tupi – inclusive toda a população de São Paulo falava tupi – língua geral –, contudo, em meio a vários decretos e cartas e confrontos e guerras linguísticas, a vitória da língua portuguesa só se deu no século XVIII. No romper do século XIX, a língua falada no Brasil era muito lusitanizada entre brancos das grandes cidades costeiras, mas ainda era

³ A legislação pombalina refere-se ao conjunto de medidas legislativas e administrativas implementadas durante o governo do Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo), primeiro-ministro de Portugal entre 1750 e 1777, sob o reinado de D. José I. Essa legislação teve como objetivo modernizar o Estado português, fortalecer o absolutismo régio e promover reformas econômicas, sociais e educacionais. A legislação pombalina teve um impacto significativo nas línguas, especialmente em relação à política linguística implementada no Brasil colonial. Durante o governo do Marquês de Pombal, houve um esforço para centralizar e consolidar o uso do português como língua oficial, em detrimento das línguas indígenas e do uso do latim em determinados contextos. Essas medidas refletiam o desejo de fortalecer a identidade cultural e política portuguesa em suas colônias e aumentar o controle do Estado sobre os territórios coloniais.

deficiente na oralidade de negros e índios, indicando que não houve uma submissão total à homogeneização. Muitos confrontos ainda pululavam ali e acolá:

[...] mas nem por isso podemos deixar de pensar que esse processo não foi bélico, não foi uma expiação lingüística, que levou séculos de amadurecimento, que unia hoje e via amanhã a paz rompida, pela entrada de novos colonos, de novos escravos africanos, pelo amansamento e submissão de tantos índios [...] o processo cultural que impôs uma língua vitoriosa sobre as outras não foi assim tão pacífico, nem tão fácil [...] alguns africanos aprendiam rápido, outros sofriam penosos processos de adestramento [...] índios e negros tinham que aprender a língua portuguesa para sobreviver. O vitorioso tinha superioridade total das armas militares, políticas, econômicas. Não se tratava de discutir o valor ou a excelência da cultura e da língua branca ocidental, que era imposta, mas de se ver degradado a romper com seus laços de continuidade cultural. (Rodrigues, 1983, p. 37)

Muito embora hoje não haja confronto bélico em prol do plurilinguismo, ainda caminhamos na contramão de políticas linguísticas que sublinham a noção do monolinguismo no Brasil. O próprio contexto de migração (forçada) unido ao afrouxamento das fronteiras pela tecnologia, a globalização e a mundialização, que vivemos hoje, nos impele a enxergar outra realidade: uma realidade plurilíngue e cultural que não nos deixa inertes diante da superdiversidade.⁴

A reação do servidor, que percebemos ao ler a epígrafe deste capítulo, na tentativa de querer fazer valer o português na fala dos presos migrantes, remonta a todos esses fatores históricos apresentados até agora. A persistência no monolinguismo parece ainda inibir a compreensão sobre processos políticos, linguísticos e ideológicos vividos no Brasil colonial, deixando que muitos permaneçam na ignorância. É importante salientar que, durante o levantamento das línguas faladas pelos migrantes presos na penitenciária de Itaí, ficou evidenciado que as línguas hauçá, iorubá, tupi, nagô, tapa e fulá estão presentes nas interações que ocorrem no dia a dia do presídio. Gorovitz e Sá (2022) enfatizam que o Brasil, como estado-nação plurilíngue, negligencia os direitos linguísticos de migrantes com pouca ou nenhuma proficiência na língua nacional.

Infelizmente, no Brasil, ainda que permeiem a paisagem sociolinguística do país, essas comunidades linguísticas, além de serem desconsideradas, são alvo de desprezo e de estigma. Esse descaso se manifesta tanto na sociedade, quanto na organização política do país, em grande parte desprovido de marco legal acerca das necessidades e direitos linguísticos de sua população.

⁴ O conceito de superdiversidade será desenvolvido no capítulo 4 desta tese.

Consequentemente, torna-se visível e concreto nas próprias instituições. Ao carecer, de modo geral, de instrumentos de acessibilidade linguística, e mais particularmente da intervenção de mediadores linguísticos profissionais, os órgãos públicos prestadores de serviços dão pouco ou nenhum amparo linguístico aos usuários desses serviços não falantes de português e aos seus agentes [...]. (Gorovitz; Sá, 2022, p. 681)

Na contramão do descaso da sociedade e da organização política do país, sobressai-se a iniciativa conduzida em parceria entre a Defensoria Pública da União (DPU) e a Universidade de Brasília (UnB), a partir de 2019, pontuada no artigo de Gorovitz e Sá. A DPU criou uma parceria com a UnB a partir da qual foi criada a Coordenação de Tradução (CTRAD), anteriormente denominada Núcleo de Tradução (NuTrad). Essa iniciativa pioneira em Brasília tem o objetivo de suprir as demandas jurídicas do setor público com tradução de documentos e interpretação. Considerando as limitações da CTRAD, em termos de tradutores e intérpretes em formação, as autoras entendem ser preciso realizar o mapeamento das necessidades de assistência linguística, bem como a ampliação do escopo de atuação.

Os tradutores e intérpretes da CTRAD, incluindo a pesquisadora deste estudo, fornecem assistência linguística à DPU na penitenciária de Itaí, tanto por videoconferência quanto em mutirões presenciais, o que possibilitou à pesquisadora, atuando como voluntária, gravar e participar como intérprete profissional na instituição. Dessa experiência, pude perceber que, quando interpretados, os presos expressavam suas emoções, sentimentos e inquietações de forma mais confortável e completa.

Essa percepção empírica confirma o que diversos estudos indicam:⁵ a expressão emocional é geralmente mais intensa na primeira língua, enquanto a segunda língua, especialmente quando aprendida em sala de aula, tende a permitir menor intensidade de expressão afetiva. Esse fenômeno está relacionado ao contexto de aquisição da L1, que ocorre em ambientes emocionalmente ricos, fortalecendo os vínculos entre palavras e experiências vivenciadas (Dylman; Champoux-Larsson; Zakrisson, 2020).⁶

⁵ Cf. Santiago-Rivera *et al.* (em estudo de 2009), Rivera *et al.* (de 2009), Schwanberg (de 2010) e Ivaz *et al.* (de 2015).

⁶ Estudos indicam que a experiência emocional na fala depende da língua e da cultura, sendo geralmente mais intensa na L1. Nelson Mandela ilustra isso: “Se você falar com um homem numa língua que ele entende, o que você falar atingirá sua mente. Se você falar com ele na sua língua, o que você disser atingirá seu coração”. Pesquisas de Dewaele (2004, 2008), Harris (2004), Altarriba e Basnight-Brown (2011) e Melo e Fontes (2021) mostram que multilíngues percebem frases

Considerando que a expressão emocional é mais plena na L1 e que o plurilinguismo predomina na penitenciária de Itaí, a presença do intérprete se justifica como mediadora das interações entre migrante e servidor. Assim, o intérprete comunitário atua trasladando os discursos enquanto emissor e receptor, garantindo que ambos possam se expressar em sua própria língua e promovendo uma comunicação mais completa, emocionalmente adequada e alinhada aos direitos linguísticos e humanos.

Além de sua importância prática, essa situação evidencia lacunas estruturais: a ausência de políticas linguísticas que reconheçam de forma eficaz a atuação de intérpretes comunitários nos serviços públicos e a escassez de estudos científicos capazes de gerar impacto social e político aumentam a demanda por profissionais qualificados, incluindo no sistema prisional.

Essa necessidade já havia sido ressaltada por especialistas em eventos acadêmicos. Em 2016, no congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Tradução (ABRAPT), realizado na Universidade Federal de Uberlândia, lembro-me de ouvir claramente Daniel Gile, sentado nas primeiras filas do anfiteatro, abrir um parêntese sobre Interpretação de Conferência e enfatizar a falta de atenção dada à presença de intérpretes comunitários em serviços públicos. Para Gile, pesquisadores brasileiros deveriam se preocupar com os problemas reais vividos nos cenários médicos, judiciais e educacionais: “justificativas e problemas não faltam”, disse ele.

À época da escrita deste capítulo, um jornal televisivo noticiava que grupos de imigrantes senegaleses, neerlandeses, congoleses e tantos outros, além de migrantes latino-americanos, vindos da Bolívia, Venezuela e Colômbia, permaneciam acampados no setor de imigração do aeroporto de Guarulhos – o maior aeroporto da América Latina situado no município de São Paulo – provavelmente com pouca ou nenhuma assistência política de acolhimento de assistência linguística profissional.⁷ Cenas como essas vêm se tornando cada vez mais comuns em muitos países, assim como no Brasil, onde o fluxo migratório só aumenta nos últimos anos. Dados recentes do Observatório das Migrações

emotivas e palavras como mais fortes na L1, enquanto a L2 pode facilitar a discussão de tópicos embaraçosos ou traumáticos. Fatores como histórico de aprendizado, frequência de uso da L2 e percepção de competência linguística influenciam essas diferenças.

⁷Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/06/14/mais-de-200-refugiados-permanecem-no-aeroporto-internacional-de-guarulhos.ghtml>. Acesso em: 18 jun. 2024.

Internacionais (OBMigra) publicados no relatório *Refúgio em números*⁸ de 2024 (Junger da Silva *et al.*, 2024), baseados nas informações do Sistema do Comitê Nacional para os Refugiados (Sisconare), indicam que desde o ano de 2023,

[...] o Brasil recebeu 58.628 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado que, somadas àquelas registradas a partir do ano de 2011 (348.067), totalizaram 406.695 solicitações protocoladas desde o início da década anterior. Importante destacar que, no ano de 2023, verificou-se um acréscimo de 8.273 solicitações se comparado ao ano de 2022, quando o País recebeu 50.355 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado. (Junger da Silva *et al.*, 2024, p. 10)

Conforme o mesmo relatório, as mobilizações foram menores nos anos de 2020 e 2021, período da pandemia da Covid 19. Em 2023, a maioria das solicitações de refúgio era de venezuelanos, depois de cubanos e angolanos, no entanto, ressalta-se que o Brasil recebeu solicitações de pessoas provenientes de 150 países. Os relatórios computam somente refugiados, contudo números maiores podem ser conjecturados já que existem imigrantes que escolhem viver no Brasil. Os gráficos a seguir ilustram o número de solicitações de refúgio segundo os principais países ou residência habitual.

Tabela 1 – Principais nacionalidades solicitantes de refúgio, 2023

Principais países	Número de solicitações
Total	58.628
Venezuela	29.467
Cuba	11.479
Angola	3.957
Outros países	13.721

Fonte: Junger da Silva *et al.*, (2024), com base em dados da CG CONARE.

⁸ O relatório apresenta dados inéditos que permitem entender as diferentes nuances do refúgio no Brasil. O conhecimento da situação do refúgio no país, a partir de análises como as que estão contidas no documento em questão, é ferramenta imprescindível para a formulação de políticas públicas. Nele, diversas informações ali contidas são fundamentais para a tomada de decisões e ações específicas que permitam a inserção e a proteção social dos solicitantes da condição de refúgio e refugiados no território nacional.

O gráfico seguinte mostra a distribuição relativa dos solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, segundo os principais países de nacionalidade ou residência habitual.

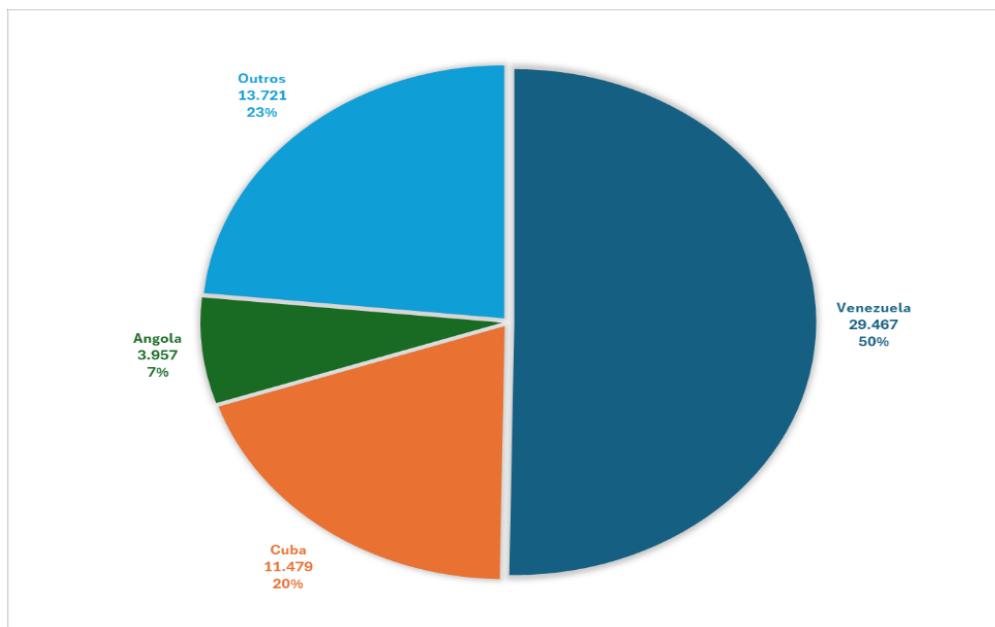


Gráfico 1 – Solicitações de refúgio em porcentagem

Fonte: Autora, com base em Junger da Silva *et al.* (2024).

Embora esta pesquisa não tenha como foco principal a migração forçada, abordar esse fenômeno permite ampliar a compreensão sobre a presença de estrangeiros no Brasil. No contexto da mobilização migratória no país, identifiquei três grupos distintos entre os internos na Penitenciária de Itaí: refugiados, migrantes naturalizados e mulas interceptadas em aeroportos.

Os refugiados deixam seus países de origem por razões como questões climáticas, religiosas, busca por oportunidades, situações forçadas ou até práticas ilícitas. Esses migrantes, conhecidos como migrantes econômicos, chegam ao Brasil em busca de melhores condições de vida, enquanto outros buscam refúgio devido a conflitos armados, perseguições ou desastres climáticos. Ambos os grupos enfrentam situações de vulnerabilidade, seja por dificuldades financeiras, preconceitos como a xenofobia ou dificuldades linguísticas. Nessas condições, não é surpreendente que alguns sejam atraídos por aliciadores e acabem recrutados para atuar como mulas do tráfico, seduzidos por promessas de sustento ou pela possibilidade de reencontrar familiares que deixaram para trás ao buscar um futuro melhor no país.

Além disso, há um outro perfil de migrantes: aqueles que, já naturalizados brasileiros, acabam se envolvendo no tráfico transnacional de drogas, seja como mulas ou como intermediários na comercialização de entorpecentes no território nacional. Esses migrantes, de origem estrangeira e já naturalizados no Brasil, são direcionados para a Penitenciária de Itai.

Há também migrantes que entram no Brasil (e estão de passagem) e acabam sendo detidos pela Polícia Federal, especialmente em aeroportos. Entre 1999 e 2014, cerca de 3.500 estrangeiros foram presos no Aeroporto Internacional de Guarulhos por envolvimento com o tráfico internacional de drogas, de acordo com estimativas de estudos e dados da Polícia Federal para o período. Esses estrangeiros frequentemente atuavam como “mulas”, transportando drogas para organizações criminosas. Durante o período, houve uma média anual superior a 200 apreensões de estrangeiros por tráfico no local. Desses, 76% eram estrangeiros acusados de envolvimento com o tráfico internacional de drogas. De acordo com a Justiça Federal, a maioria desses migrantes atuava como mulas a serviço de organizações criminosas, mas não são considerados integrantes dessas facções. Como afirmam Costa e Freitas Filho (2014, p. 57), “a mula é vítima das organizações criminosas e, mesmo que realize atos em favor dessas organizações, não é participante no sentido previsto pela norma, sendo sua conduta de natureza distinta”.

Vale acrescentar que, de acordo com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, no aeroporto Internacional de Guarulhos, a Polícia Federal registrou uma média mensal de cerca de 50 a 60 prisões relacionadas ao tráfico internacional de drogas em 2024. Até meados de setembro, já haviam sido detidas 400 pessoas por esse crime, o que indica um volume expressivo de operações e apreensões no local. Essa quantidade inclui tanto brasileiros quanto estrangeiros, com destaque para o uso de métodos como fundos falsos em bagagens e outras estratégias de ocultação de drogas.⁹

Os dados estatísticos de informações gerais do sistema penitenciário da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN, 2023), de julho a dezembro 2023, indicam que a população geral encarcerada no Brasil chega a um total de 642.491 presos. Desse total, 615.615 são homens e 26.876, mulheres. No Estado de São Paulo, a população carcerária chega a 197.070 reclusos (188.504 homens e 8.566 mulheres).

⁹ Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2024/10/pf-prende-duas-pessoas-por-trafico-de-drogas-no-aeroporto-em-guarulhos>. Acesso em: 08 dez.2024.

Dispersa pelas penitenciárias do território nacional, tem-se a população estrangeira. Segundo o levantamento do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN), de julho a dezembro de 2023, 2.684 migrantes foram presos no Brasil. Desse total, 2.376 presos estão em celas físicas estaduais, 12 estão em celas físicas federais e 296 detentos estão em monitoramento domiciliar na esfera estadual (SENAPPEN, 2023).^{10,11} Excluídos desse levantamento estão os migrantes sob custódia de polícias judiciais, batalhões de polícia e bombeiros militares cujas estatísticas não constam no site do SENNAPEN. Existem também, segundo essa mesma entidade, 1.606 presos no Brasil sem informação de país de origem.

Se considerarmos o Estado de São Paulo, ainda com os dados de julho a dezembro de 2023, existe um total de 1.049 presos migrantes (884 homens e 165 mulheres). Desse total, 810 estão sob custódia da Penitenciária Cabo PM Marcelo Pires da Silva, na cidade de Itaí, interior da capital de São Paulo, cumprindo pena em regime fechado ou semiaberto. Não há informações do SENNAPEN sobre os 74 migrantes restantes, mas é possível que estejam cumprindo pena em regime aberto ou em outras penitenciárias.

Diferentemente dos dados da população carcerária brasileira, nos quais constam a quantidade de presos por tipificação de delito, os dados da população estrangeira mostram os números de presos por continente/país e por gênero. Contudo, outras fontes de estudos investigadas pontuam que o tráfico internacional de drogas é o delito mais cometido pela maioria dos estrangeiros, 72,27%, quando comparado a outros crimes¹². Vale ressaltar que a participação feminina também é

¹⁰ Cumpre explicar que, por celas físicas, entende-se aquelas, dentro do estabelecimento prisional, nas quais os presos dormem, independentemente de saídas durante o dia, para trabalho ou estudo, ou seja, presos que ocupam vaga em regime fechado. Prisão em regime domiciliar é uma situação de progressão de regime fechado para semiaberto, em que os presos dormem em local diferente do estabelecimento prisional, independentemente de estarem ou não sob monitoramento eletrônico.

¹¹ Em ambas as esferas estadual e federal, existem tipos diferentes de cárceres privados, como penitenciárias, colônias agrícolas e industriais ou similares, centros de observação, hospitais de custódia e cadeias públicas. A maioria dos migrantes cumpre pena em cadeias públicas e penitenciárias e, quando em regime domiciliar, permanece albergada em abrigos localizados no espaço físico da penitenciária.

¹² De acordo com Fernando Renesto, diretor da penitenciária de Itaí, Penitenciária Cabo PM Marcelo Pires da Silva, em entrevista ao G1 Globo em 2017, há diversos delitos cometidos pelos migrantes como furto, roubo, homicídio, estelionato/receptação, sequestro ou cárcere privado, violência doméstica, formação de quadrilha, porte ilegal de arma, latrocínio, falsificação. Entretanto, o tráfico internacional de drogas com agravante da transnacionalidade (art. 33, 40) é o delito mais cometido por migrantes sob custódia no Brasil. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sorocaba->

significativa, representando 59% do total (Machado; Ribeiro Neto, 2014). A maioria dos migrantes detidos pela Polícia Federal no aeroporto internacional de Guarulhos, município de São Paulo, é autuada por infringir o art. 33, 40 do Código Penal. Juízes da Justiça Federal de Guarulhos com frequência se deparam com a diversidade linguístico-cultural de réus estrangeiros. Como apontam Almeida e Nordin (2017), os magistrados da Justiça Federal lidam com línguas como: inglês, espanhol, francês, alemão, italiano, mandarim, russo; e outras de menor difusão: húngaro, romeno, estoniano, persa, letão, croata, búlgaro, eslovaco, polonês, grego, holandês, sírio, hebraico, turco, suaíli, malaio, tailandês, indonésio; e as chamadas línguas exóticas: igbo, iorubá (faladas na região da Nigéria), o cantonês (falado na China e em Hong Kong e Macau) e variedades do neerlandês (faladas na África do Sul, nas Guianas e no Suriname). Em sua maioria, os migrantes que cumprem pena no Brasil cometem crimes de ocasião; são mulas do tráfico de drogas, pessoas que, vulnerabilizadas ao extremo, acabam sendo aliciadas pelo crime organizado.

Os migrantes encarcerados nas penitenciárias brasileiras são provenientes de países dos cinco continentes: África, América, Ásia, Europa e Oceania.

A superdiversidade, inclusive linguística, postulada por Vertovec (2007), resultado das movimentações de migrações no Brasil e no mundo, está representada no microespaço territorial socio-etnolinguístico da Penitenciária Cabo PM Marcelo Pires, onde fronteiras linguísticas são constantemente atravessadas. As celas e os pátios são cenários de práticas translíngues e transidiomáticas e (inter) culturas (Moita Lopes, 2019). Por outro lado, a língua portuguesa é falada no Brasil, mas seu uso varia conforme os grupos presentes. Para os presos, o domínio da língua é uma questão de sobrevivência, enquanto, para os servidores, ela representa uma espécie de “política linguística de monolinguismo”, utilizada como forma de controle, submissão e segurança. Nesse cenário, a ausência de um intérprete comunitário profissional contribui para manter esse estado de coisas, sem promover a inclusão ou a comunicação eficaz entre as diferentes partes envolvidas.

Diante do quadro apresentado acima, este estudo é inovador ao destacar a relevância da IC em contextos prisionais plurilíngues, como é o caso da Penitenciária de Itai. Durante um ano, foi realizado um mapeamento das línguas faladas pelos detentos e investigadas as interações sociolinguísticas dentro desse

ambiente multilíngue. O estudo resultou em um registro detalhado da situação e da história da penitenciária, além de fornecer ferramentas importantes para ações e intervenções futuras na área da Interpretação Comunitária Prisional.

Entendo esta pesquisa como um estudo inédito porque a maioria dos estudos da área de IC se concentra no contexto judicial, sobretudo na interpretação em salas de audiência. Baixauli-Olmos (2013, p. 46) afirma que “[...] a interpretação na prisão continua sendo um território praticamente inexplorado para os pesquisadores [...]”.¹³ A assertiva de Baixauli-Olmos pode ser constatada no levantamento estatístico criterioso de publicações em área jurídica realizado por Monteoliva-García (2018), no qual a autora relata que apenas 12 trabalhos acerca da interpretação em prisões foram publicados entre os anos de 2008 e 2017.

[...] a interpretação em tribunais ainda é o campo mais pesquisado (54% das publicações no período analisado). O destaque da interação judicial nos processos judiciais e aspectos relacionados à facilidade de acesso aos dados são dois potenciais fatores que podem explicar essa diferença. **Outros cenários ainda permanecem pouco explorados, como é o caso dos ambientes prisionais, com 12 publicações.** (Monteoliva-García, 2018, p. 46, grifo meu)¹⁴

A citação fala por si só e coincide com as afirmações que Vargas-Urpi (2012) faz em seu artigo “The State of the Art in Community Interpreting”, em que demonstra que o cenário de tribunal tem sido objeto de uma grande variedade de estudos em interpretação. Hale (2007) afirma que, ao contrário do que ocorre nos cenários médico, migratório e de delegacias de polícia, os dados empíricos do contexto judicial estão disponíveis e são mais facilmente acessíveis por meio de audiências gravadas. Além disso, as idiossincrasias de tais contextos, os protocolos, rituais e procedimentos tendem a despertar um maior interesse por parte dos pesquisadores. Esses fatores podem explicar o aumento no número de pesquisas no campo jurídico com foco nos contextos judiciais comparados a outros contextos, como o prisional.

O espaço prisional é um ambiente sensível onde a segurança, a confidencialidade e o sigilo são primordiais. Cumpre ressaltar que a segurança age

¹³ Em inglês: “[...] Prison interpreting remains a virtually unexplored territory for researchers”.

¹⁴ Em inglês: “[...] court interpreting is still the most widely researched field (54% of publications for the period analysed). The prominence of courtroom interaction in legal proceedings and aspects related to easier access to data are two potential factors that may account for this difference. Other settings still remain largely unexplored, as in the case of prison settings, with 12 publications”.

no sentido de garantir a proteção de externos, controlar violência e abusos no interior do cárcere, evitar rebeliões e fugas; mas também age de modo a proteger os reclusos de abusos e exploração externa, garantindo a manutenção dos direitos humanos da pessoa privada de liberdade. Nessa perspectiva, estudos exploratórios e centrados no pesquisador tendem a ser rechaçados. Para a penitenciária, é esperado que o pesquisador retorne ao campo de estudo para apresentar resultados que contemplem intervenções e/ou implementações de ideias, de modo a retribuir não somente a permissão para a realização do estudo, mas também para promover mudanças na realidade do presídio. Parece imprescindível, para o sistema prisional, tão desprovido de ações externas, que se contribua com alguma melhoria para o sistema e para a vida dos reclusos e servidores. Portanto, parece-me que uma das razões para o êxito desta pesquisa foi o vislumbre que servidores e responsáveis pela penitenciária de Itaí tiveram quanto aos benefícios que o estudo traria para aquele contexto específico e peculiar. Sendo assim, a minha permanência na prisão por um ano pode ser consequência do interesse desta instituição prisional e dos responsáveis regionais e estaduais pela Secretaria de Administração das Penitenciárias (SAP) pelos benefícios do estudo.

O acolhimento proporcionado pelos servidores, diretores e reclusos foi resultado da minha abordagem para fazê-los se interessar e compreender a Interpretação Comunitária Prisional como uma forma de ajuda ou, como muitos diziam, como a tábua de “salvação” em momentos de dificuldades e interação bilíngue. Por isso, creio que o acesso a esses ambientes sensíveis pode ser favorecido quando o interesse da instituição pelo estudo for igual ou maior do que o do pesquisador. É importante salientar que o interesse do pesquisador por um campo não deve se limitar à facilidade de acesso e obtenção de dados, como aponta Hale (2007), mas, sim, ao desafio que tal empreendimento pode representar para o pesquisador e sobretudo aos benefícios que esse empreendimento pode proporcionar, de preferência, para o meio social.

A IC em serviços públicos no Brasil é um tema em desenvolvimento. Produções científicas sobre a IC no contexto médico (Camargo, 2020; Pöchhacker, 2010a), no tema de refúgio (Origuela, 2020; Gorovitz; Martinez; Deprez, 2018; Garcia; Gorovitz, 2020; Gorovitz; Sá, 2022), na área judicial (Almeida; Nordin 2017; Nordin, 2018; Ginezi, 2012) e em Libras (Santos; Poltroniere-Gessner, 2019; Carneiro, 2018; Heidermann; Weininger, 2019), entre muitos outros – tratadas com

detalhe no referencial teórico – apontam para o longo caminho a ser trilhado, em especial, quanto à conscientização da presença do intérprete comunitário como garantia de direitos linguísticos e humanos, começando pelo reconhecimento do plurilinguismo no Brasil. Discussões a respeito da academização, profissionalização e qualidade da IC, com suas questões de ética, atuação e identidade do intérprete comunitário nas especificidades de diferentes contextos públicos, do uso rotineiro da interpretação *ad hoc*¹⁵ em setores públicos e de desdobramentos que daí decorrem, precisam ser realizadas.

A partir da pesquisa sobre a Interpretação Comunitária Prisional, que analisa as interações sociolinguísticas do cotidiano dos migrantes encarcerados na Penitenciária Cabo PM Marcelo Pires da Silva, desejo complementarmente despertar o interesse de pesquisadores da área. Ao mesmo tempo, quero chamar a atenção para a relevância da garantia efetiva de direitos linguísticos nos intramuros da prisão, viabilizada pelo exercício pleno da IC. Estudos científicos, tais como este, podem embasar ações governamentais de garantia de direitos linguísticos, viabilizando o serviço de IC para essa população encarcerada. A conscientização das autoridades e da população civil de que o direito a um intérprete comunitário deve ser considerado um direito humano e linguístico para esses migrantes presos, assim como a obtenção do reconhecimento do intérprete comunitário de línguas orais como profissional é um desafio e um esforço gigantescos. Afinal, por um lado, uma discussão sobre esse assunto no Brasil implica mobilizar as esferas macrossociais e políticas; por outro, implementar medidas em uma sociedade que se baseia historicamente na pena retributiva em detrimento da restaurativa pode ser considerada uma utopia para muitos. A pena retributiva e a pena restaurativa representam dois modelos distintos de abordagem no sistema de justiça penal, com objetivos e fundamentos diferentes.

A pena retributiva é fundamentada na ideia de que o crime exige uma resposta proporcional, geralmente associada à punição do infrator. Seu principal objetivo é fazer justiça ao punir o autor do crime pelo mal causado, sem

¹⁵ A expressão *ad hoc* significa “para esta finalidade”, “para isso” ou “para este efeito”. É uma expressão latina, geralmente usada para informar que determinado acontecimento tem caráter temporário e que se destina para aquele fim específico. Assim sendo, o termo interpretação *ad hoc* é usado nesta pesquisa para se referir a toda situação na qual, em algum momento, alguém atuou como intérprete comunitário em serviços públicos (tribunal, sanitário, serviço social, judicial (tribunal, delegacias) etc.), inclusive o intérprete de conferência.

necessariamente priorizar a reparação à vítima ou à comunidade. Em contrapartida, a pena restaurativa busca reparar os danos causados pelo crime, promovendo a responsabilidade do infrator e a reconciliação entre as partes envolvidas.

Apesar da complexidade das situações descritas, é fundamental fomentar debates que incentivem a área da IC no sistema prisional, abordando os direitos linguísticos como uma política pública de assistência. Isso garantiria o acesso dos migrantes encarcerados a serviços de representação linguística, assegurando seus direitos essenciais, como o direito à ampla defesa e ao contraditório no âmbito judicial. Dessa forma, seria possível atender aos princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito, protegendo os direitos dos indivíduos em situações de vulnerabilidade.

Tendo a IC no ambiente prisional como objeto de estudo desta pesquisa, investigar os fenômenos sociolinguísticos interacionais faz todo sentido. Nesse escopo, assim, abordo o objeto da pesquisa estudando as interações plurilíngues em contexto institucional a partir da perspectiva das práticas transidiomáticas, dos colapsos interacionais desencadeados por ideologias de suspeitas que ocasionam mal-entendidos. Considerando as situações de relações de poder, investigo os fenômenos interacionais desencadeantes do uso de dispositivos tecnolinguísticos como “ataques metapragmáticos”, típicos dos ambientes institucionais; e dos modos de falar que estão intrinsecamente relacionados com os expedientes culturais em um contexto superdiverso (Jacquemet, 2011; Vertovec, 2007). Essas abordagens metodológicas são detalhadamente apresentadas nos Capítulos 4 e 5 desta tese.

Compreendo que este estudo se justifica por sua relevância para a área dos Estudos da Interpretação, pois ele traz uma problemática ainda não explorada no Brasil, além de embasar pesquisas futuras e políticas públicas de direitos linguísticos para os migrantes reclusos. Considerando isso, trato do referencial teórico no Capítulo 3 que será o pano de fundo para as discussões dos resultados provenientes das análises apresentadas neste estudo.

Referencial teórico: os Estudos da Interpretação

Era inverno. Passo pelos portões de ferro da penitenciária. No caminho para a chegar à muralha, encontro alguns detentos vestidos de calça bege, camiseta branca e botas. Capinavam, plantavam e colhiam os legumes e verduras. Só escuto o canto dos pássaros porque o lugar é arborizado. Chego a uma porta de aço com uma janelinha de grades. Ao ser aberta, escuto um barulho de ferrolhos, e então, vejo uma recepção simples. Com o canto dos olhos, avisto um corredor pintado de azul anil e azul-claro. É o meu primeiro dia no pavilhão disciplinar e ali, naquele lugar com pouca luz, inicio minhas observações. Percebo mais alguns detentos limpando banheiros, salas e corredores. Quietos, calados. De repente, um dos agentes de segurança pergunta: “a senhora é a pesquisadora?” “Sim”, respondo. “De quê?”, ele ainda pergunta. Para não dificultar os conceitos, respondo: “sou pesquisadora de interpretação em contexto comunitário”. O agente intrigado pergunta: “mas, o que é interpretação? E ainda em contexto comunitário?” Simplificadamente, expliquei ao agente penitenciário qual seria o trabalho de um intérprete comunitário e, então, ele exclamou: “Nossa! Nunca imaginei que seria isso, até você chegar aqui. Vocês são muito necessários, em especial, nesta penitenciária”.

(Diário de pesquisa, 2023)

Durante o período do ano em que estive realizando investigações na penitenciária Cabo PM Marcelo Pires da Silva, a insipiência que a maioria dos servidores tinha da interpretação como profissão era perceptível. Embora a palavra “tradução” parecesse familiar para alguns, para outros, o termo era, no mínimo, uma incógnita. Consequentemente, as diferenças básicas entre as tarefas do intérprete de conferência ou comunitário eram concepções tão desconhecidas quanto as do tradutor. Obviamente, que, além dos meus estudos, empenhei-me em esclarecer conceitos, concepções e distinções da profissão de tradutores e intérpretes, sejam de conferência ou comunitários.

Assim, esta tese defende a indispensabilidade da presença do intérprete comunitário profissional no contexto penitenciário brasileiro. Considera a necessidade de haver políticas públicas e linguísticas de direitos que contemplem a mediação linguística profissional a migrantes com pouca ou nenhuma fluência da língua nativa privados de sua liberdade em penitenciárias brasileiras. Defende, complementarmente, a formação e preparação de profissionais intérpretes para lidar com a especificidade do contexto penitenciário. Além disso, demonstra interesse em propostas de treinamentos em IC para migrantes-presos que já atuem

efetivamente como *ad hoc*. Tais propostas fornecem ao poder judiciário mediação linguística profissional e adequada, ao mesmo tempo em que retroativamente fortalecem a ressocialização desses intérpretes reclusos. Ademais, tendo em conta a insipiência quase completa sobre a profissão de intérpretes, como mencionado acima, este estudo pode prover aos leitores uma compreensão mais acurada acerca do papel do intérprete comunitário. Portanto, este capítulo traz uma gama de referências teóricas que, entrelaçadas, fornecem uma compreensão profunda sobre a área dos Estudos da Interpretação e concedem as bases sólidas para a análise dos dados levantadas neste estudo.

Tendo em mente que o propósito deste estudo é mapear, sistematizar e analisar as interações sociolinguísticas no contexto plurilíngue da penitenciária, a fim de compreender como migrantes e prestadores de serviços penitenciários interagem no cotidiano e lidam com questões de dificuldades linguísticas em cenas específicas comuns à vivência prisional como: atendimento médico, atividades laborais/educativas, assistência jurídica, cultos religiosos, visitas externas etc., inicio o capítulo discorrendo sobre os conceitos e fundamentos dos Estudos da Interpretação como um campo de estudo disciplinar. Encaminho as discussões para a evolução dos Estudos da Interpretação, centrando-me nos aspectos que consolidaram a Interpretação de Conferência como uma profissão. Em seguida, apresento a IC com seus conceitos, fundamentos e algumas de suas especificidades, notadamente os códigos de ética, e outros princípios éticos na atuação dos profissionais da IC (como imparcialidade e neutralidade). Desenvolvo o tema a respeito da profissionalização e políticas públicas e, na sequência, apresento um breve resumo das principais pesquisas em IC no Brasil e no exterior. Problematico também a definição e as diferenças de perfil do intérprete comunitário e do mediador (inter)cultural.

3.1

Os Estudos da Interpretação: conceitos e fundamentos

Em tempos remotos, os intérpretes sempre estiveram presentes em diversos cenários geopolíticos. Estudos referentes a intérpretes na Antiguidade, entre o século VI a.C. e o século VI d.C., mencionam os contextos diversificados nos quais os intérpretes atuavam nesses períodos, nas seguintes áreas: tribunais, diplomacia,

exércitos multilíngues, comércio, religião. Mesmo sendo uma atividade secular, até poucas décadas, a interpretação ainda ocupava um lugar incipiente na historiografia da tradução, em especial, na organização da tradução como campo disciplinar. A interpretação tornou-se um campo de estudo a partir de discussões e observações das práticas e de diversos modelos teóricos, metodológicos, empíricos e paradigmáticos, face a momentos históricos como o Tratado de Versalhes, a I Guerra Mundial e os julgamentos de Nuremberg (Baigorri-Jalón, 2015).

No âmbito dos Estudos da Tradução, a interpretação se distingue da tradução na forma como cada uma dessas atividades é realizada. De modo simplista, a tradução é escrita. A interpretação é oral, realizada no aqui e agora (Hale, 2007). Contudo, ao longo dos anos muitos questionamentos surgiram em relação à posição da tradução e da interpretação no campo dos Estudos da Tradução. Embora essas duas atividades sejam processos distintos em vários sentidos, a Tradução tem sido vista como um termo hiperônimo que abrange a atividade interpretativa. Na visão desses estudiosos, a tradução é um processo escrito e/ou oral por meio do qual o enunciado é convertido em uma outra língua de modo a alcançar o sentido do original (House, 1977; Rabin, 1958). Isso mostra que terminologicamente a interpretação é uma tradução oral. Contudo, estudiosos como Wadensjö (1998) evitam referir-se à tradução nesses termos e ressaltam que o tradutor/intérprete tem o papel fundamental de um mediador, isto é, aquele que fala ou escreve em nome do autor dos enunciados, criando uma versão da mensagem segundo sua leitura do mundo e a dos outros. Algumas explicações para os problemas terminológicos da Tradução e Interpretação no campo disciplinar dos Estudos da Tradução podem ser encontradas nas ideias funcionalistas de Kade (2009).

As pesquisas sobre interpretação foram originadas no escopo dos Estudos da Tradução em um grau bastante limitado. Os estudiosos definiram seu objeto no sentido mais estrito e viram pouca necessidade de ajustar seus modelos e métodos à interpretação. É fato que a literatura existente na área de Interpretação é menor se comparada à de Tradução (Gile, 1995a). Holmes (2000), Toury (2012) e Vermeer (2012) que procuraram, em princípio, dar conta da interpretação em suas teorias, negligenciaram-na em sua prática de pesquisa. Quando Holmes (2000) iniciou o mapeamento do campo disciplinar dos Estudos da Tradução, na década de 1970, sua preocupação era estabelecer uma estrutura e um nome para o campo da tradução que fosse consensual e independente da Linguística Contrastiva e da Literatura

Comparada. Holmes concentrou seu estudo em identificar as produções e descrever as áreas e subáreas do campo. De fato, ao estabelecer o campo disciplinar dos Estudos da Tradução, Holmes não estava particularmente preocupado com a interpretação. Por esse motivo, ele a designou como uma tradução oral (em contraposição à tradução escrita), humana (em contraposição à tradução por máquina), no domínio teórico “restrito ao meio” (Pöchhacker, 2004).

No entanto, foi Otto Kade (2009)¹⁶, da escola de Leipzig, o pioneiro a cunhar o termo genérico (*Oberbegriff für Übersetzen*) “Translação” para abarcar as modalidades de tradução e interpretação. Na perspectiva do funcionalismo alemão (*Translationswissenschaft*), Kade (2009) procurou resolver a ambiguidade do termo *Übersetzung* (tradução) – usando-o tanto de forma genérica para a tradução (escrita) e para a interpretação (oral) quanto específica para a modalidade de tradução escrita. O vocábulo alemão *Translation* – Translação foi adotado como um termo guarda-chuva, incorporando os conceitos *Übersetzung* (tradução) e *Dolmetschen* (interpretação), ao passo que *Übersetzung* se tornou a nomenclatura específica da modalidade escrita. Por essa razão, há duas conceitualizações nos Estudos da Tradução em língua alemã, *Translation* e *Übersetzung* (Kade, 2009). Kade procurou estabelecer uma definição diferente da designação comum ilustrada nos dicionários que equipara a interpretação a uma tradução oral em oposição à tradução escrita. Ao aprofundar a característica do imediatismo, Kade distingue a interpretação de outras formas de tradução, evitando a dicotomia entre oral e escrito, por essa razão, Kade optou por usar termos como “texto”, “enunciados”, “atos do discurso” ou “mensagens” em seu estudo. Nos Estudos da Tradução, no âmbito do funcionalismo alemão, são comuns os usos dos termos Translação e Tradução. As concepções de Kade quanto à adoção do termo translação como um nome mais genérico para tradução e interpretação abrem possibilidade para a inclusão das línguas de sinais, embora Kade não as tenha mencionado na sua formulação.

O capítulo II traduzido por Maurício Cardozo e os capítulos III e IV traduzidos por Caio Costa Pereira para português da tese de doutorado de Otto Kade, reunidos no volume *A escola tradutológica de Leipzig* (Kade, 2009) e

¹⁶ Linguista e teórico da tradução da Escola de Leipzig, professor de checo e russo e intérprete de conferência, liderou a formação de intérpretes (e tradutores) na Universidade de Leipzig a partir do final da década de 1950. Em sua tese de doutorado, defendida em 1964, Kade (2009) estabeleceu as bases conceituais e teóricas para o estudo sistemático da tradução e da interpretação.

editados por Maurício Cardozo, Werner Heidermann e Markus J. Weininger, apresentam as ideias de Kade em relação à Translação. Para Kade, a interpretação se define como um processo de translação no qual o Texto na Língua de Partida (TLP) é apresentado oralmente em uma única vez, com pouca possibilidade de verificação por conta da restrição temporal e raramente pode ser corrigível. Por isso que, apesar de a teoria da prática translatória estabelecer diferença entre interpretação simultânea e consecutiva, essa distinção é apenas operacional. Na interpretação consecutiva, a translação ocorre logo após a apresentação de um segmento (sentenças ou palavras) do TLP e é interrompida ao longo da execução da translação, enquanto ela durar. Esse procedimento exige do tradutor a capacidade de armazenar o TLP e seu sentido em sua memória de curta duração. Além da capacidade de memorização, que pode ser amparada por uma notação desenvolvida para esse fim, o processo de translação consecutiva demanda do tradutor esforços de concentração. No caso da interpretação simultânea, a translação ocorre quase ao mesmo tempo que a apresentação do TLP. Diz-se “quase ao mesmo tempo” no sentido em que a translação não tem início apenas no final de um segmento (sentenças, frases ou palavras) do TLP, mas, sim, logo após a apresentação verbal, no Texto na Língua de Chegada (TLC) da mínima unidade de sentido (palavra com valor de unidade sintática, ou sentença) do TLP. No processo de interpretação simultânea, há uma demanda altíssima de memorização e concentração dos tradutores, visto que durante o processo de translação o tradutor precisa continuar apreendendo as unidades de sentido do TLP; além disso, percebendo quais as unidades de sentido do TLP se aproximam das unidades de sentido no TLC. Por essa razão, não há espaço de tempo para verificação e correção no TLC. Para Kade, do ponto de vista da Linguística e da Comunicação, os fatores que agem no processo de translação não diferem na tradução e na interpretação, porém a translação como tradução não ocorre nas mesmas condições que a interpretação. Portanto, fatores condicionantes e de trabalho são distintos. Assim o resultado da translação (*translatum*) será diferente para ambos.

Em seu estudo, Kade delineia o processo de interação bilíngue (códigos distintos) entre Emissor (E) e Receptor (R) quando mediada por um Tradutor (T). Nesse caso, em que a interação alcança o nível zero de compreensão, duas possibilidades são postas: 1) a utilização de uma língua em comum de mediação; 2) a adoção convencional de código de E ou R. Por mais atraentes que essas

condições pareçam ser, elas são falíveis pelo fato de que “não são dadas as condições necessárias nem para utilização de uma língua comum de mediação, nem para convenção do código de E ou R”. Na concepção de Kade, não há língua nacional ou artificial que conseguiu se impor como língua global. Ainda que o inglês tenha sido utilizado em grande parte do mundo capitalista, e apesar do esforço para se tornar uma língua de mediação global, ela encontra restrições pelos blocos imperialistas e socialistas. A condição 2) demandaria que E conhecesse a língua de R ou vice-versa, o que encontra suas limitações na prática. Compreendendo que possam existir atividades de interações em que E e R usam códigos linguísticos diferentes, o tradutor se configura em um elo que pode ser acrescentado para que a interação seja efetivada. Nesse sentido, Kade explica como esse processo de translação ocorre, apresentando esquemas do papel dos participantes na interação bilíngue, os fatores de translação como desempenho do indivíduo, o que inclui fatores subjetivos na translação.

No que tange ao papel dos participantes na interação bilíngue, o Tradutor (T) participa ativamente da translação sendo em certa medida dependente de Emissor (E) e Receptor (R). Sua função determinante consiste na codificação e transcodificação do TLP para um sistema de código reconhecível por R na LC. Assim, na interação entre E e R, T atua na qualidade de R indireto do E, tanto quanto atua como emissor indireto de R. Diz-se “indireto” pelo fato de que E e R, como emissor e receptor, respectivamente, não podem entender os códigos linguísticos da LP. A transcodificação, deste modo, é um fator determinante, assim como é essencial o recebimento da mensagem no TLP para a transcodificação ocorrer. Da mesma forma, para que o resultado da transcodificação seja acessível tanto para E como para R na forma de um TLC, é necessário que haja articulação de elementos motor, fonético e gráfico. O objetivo da transcodificação por meio desses elementos é alcançado quando o efeito comunicativo de E pode ser desencadeado em R por meio de T. Em suma, o processo de translação decorre de acordo com o seguinte esquema:

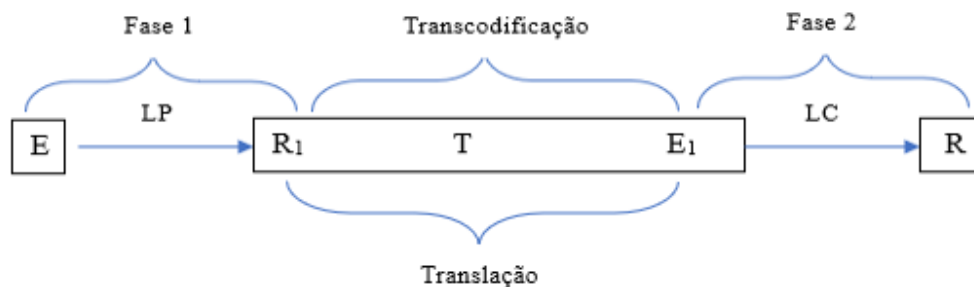


Figura 1 – Esquema de Translação de Kade

Fonte: Kade (2009).

A translação como desempenho do indivíduo, bem como seus aspectos subjetivos também são importantes fatores do estudo de Kade que ressaltam, uma vez que são essenciais para discutir, posteriormente, os aspectos interacionais sociolinguísticos do meu campo de pesquisa. Compreendendo que a efetiva interação entre E e R é o objetivo primordial da translação, é preciso considerar objetivamente dois fatores: a) a capacidade de realizar a intenção comunicativa, ou seja, capacidade de tornar a mensagem compreensível e comunicável e b) capacidade de compreender a informação decodificando signos linguísticos. Nesse âmbito, incluem-se os aspectos subjetivos que se definem com o grau de domínio linguístico e conhecimentos exigidos para compreensão de assuntos de uma determinada área do saber. A partir disso, Kade define uma translação bem-sucedida do TLP para o TLC quando T domina os fatores subjetivos e capta a informação intencionada (nomeada de “i”) do Emissor (E) e desencadeia em T, na qualidade de Receptor (R), o efeito comunicativo (nomeado de “e”); e que na qualidade de E, T possa causar o mesmo efeito comunicativo em R. Compondo esse raciocínio em um esquema, tem-se a primeira fase:

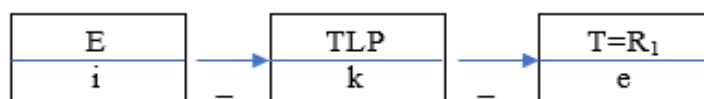


Figura 2 – Primeira fase da translação para Kade

Fonte: Kade (2009).

Sendo i = informação intencionada pelo Emissor (E); k = intenção realizada comunicativamente por E (com os mecanismos da LP), ou seja, o teor informativo do TLP; e = efeito comunicativo desencadeado em T na função de R1 (receptor indireto). Para concluir o processo de translação, tem-se na segunda fase:

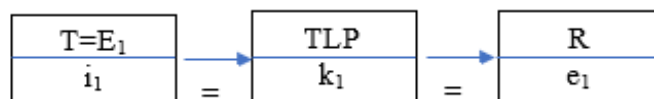


Figura 3 – Segunda fase da translação para Kade

Fonte: Kade (2009).

Em que i_1 = intenção em que se transforma o efeito e_1 , desencadeado em T na primeira fase; k_1 = intenção i_1 realizada comunicativamente por T (na qualidade de E_1) com os mecanismos de LC, ou seja, o teor informativo do TLC (Kade, 2009).

O termo Translação bem como os esquemas acima descritos, que foram propostos por Kade, conseguem, no âmbito do funcionalismo alemão dos Estudos da Tradução, não somente incluir a Interpretação, como também parece dar a ela a mesma ênfase.

Como dito anteriormente, em outras correntes de pensamento, a interpretação faz parte do hiperônimo “Tradução”, mas tal concepção não transmite a ideia de que pesquisas na área da interpretação fazem parte do mesmo campo disciplinar. Parece-nos que tal fato justificaria a necessidade da criação do termo “Estudos da Interpretação” para designar as pesquisas e as vertentes nessa área que foram surgindo ao longo do tempo, como veremos mais adiante.

A teoria de Kade (2009) contribuiu de alguma forma para preencher uma lacuna em relação à especificação conceitual da interpretação. Pöchhacker (2010b) pondera que incluir essa subárea na noção genérica de Tradução dificulta a própria especificação de interpretação *per se*, bem como de suas vertentes. Embora Pöchhacker acredite que não há como pressupor que estudiosos dos Estudos da Interpretação expliquem a Tradução em todas as suas variantes e ramificações. Pesquisadores dos Estudos da Tradução como Chesterman, Munday e Pöchhacker entendem que a escolha de definir a interpretação como uma forma de tradução implica que ela [a interpretação] está relacionada às raízes conceituais do campo disciplinar da Tradução.

Em seu livro *Introducing Interpreting Studies*, Pöchhacker (2004) define que a interpretação, na sua raiz conceitual, é uma atividade tradutória sob uma forma especial do hiperônimo de “Tradução”.

[...] os estudos da interpretação são uma disciplina acadêmica que têm a interpretação como objeto de estudo. Em termos de nome e natureza, estão intimamente relacionados com os Estudos da Tradução, e, como a interpretação é essencialmente considerada

uma forma de atividade translacional, os Estudos da Interpretação podem ser vistos como uma subdisciplina do campo mais amplo dos Estudos da Tradução. Ao mesmo tempo, a evolução do campo e suas fontes e ramificações interdisciplinares dão aos Estudos da Interpretação um perfil disciplinar distinto e próprio, refletido em seus modelos e abordagens e sua orientação profissional subjacente. (Pöchhacker, 2010b, p. 158)^{17,18}

Na mesma esteira, Williams e Chesterman (2002) entendem que a interpretação e a tradução compartilham uma série de características em termos de função social e mediação cultural. Ambas também são influenciadas por disciplinas como a Psicologia, os Estudos Culturais, a Sociologia e a Linguística. Munday (2012) compartilha dessas mesmas ideias quando sugere que a interpretação seja designada como um campo paralelo ou uma subdisciplina dos Estudos da Tradução atribuindo a ela suas especificidades.

Na perspectiva de Cavallo e Reuillard (2016),

[...] a Interpretação é uma área acadêmica autônoma dentro dos Translation Studies (Estudos da Tradução). De fato, no início dos anos noventa do século XX, surgem oficialmente na Europa, os Interpreting Studies, isto é, Estudos da Interpretação. Conforme explica Pöchhacker (2004, p. 39), Daniel Gile empregou pela primeira vez o termo “Interpretation Studies” em um congresso ocorrido em 1992, na universidade de Viena, com referência a essa nova área acadêmica e, depois, Salevsky, em 1993, o retoma no artigo “*The Distinctive Nature of Interpreting Studies*”. (Cavallo; Reuillard, 2016, p. 353-354)

Pensando nessas questões, Salevsky (1993) propôs uma estrutura para os Estudos da Interpretação análoga ao mapa dos Estudos da Tradução criado por Holmes. A autora toma por base uma gama de variáveis situacionais, a saber: variedades de interpretação (consecutiva *versus* simultânea); meio (humano, máquina, interpretação auxiliada por computador); combinações de línguas; combinações de culturas; área/instituição (interpretação em juízo, na mídia etc.); relações textuais (tipo de texto, grau de especialização etc.); e relações com parceiros (produtor do texto-fonte *versus* destinatário). Salevsky (1993) justifica a

¹⁷ Em inglês: “Interpreting Studies is the academic discipline that has interpreting as its object of study. In name and nature, it is closely related with Translation Studies*, and since interpreting is essentially regarded as a form of translational activity, Interpreting Studies can be viewed as a subdiscipline of the wider field of Translation Studies. At the same time, the evolution of the field and its interdisciplinary sources and ramifications give Interpreting Studies a distinct disciplinary profile of its own, as reflected in its models and methodological approaches and its underlying professional orientation”.

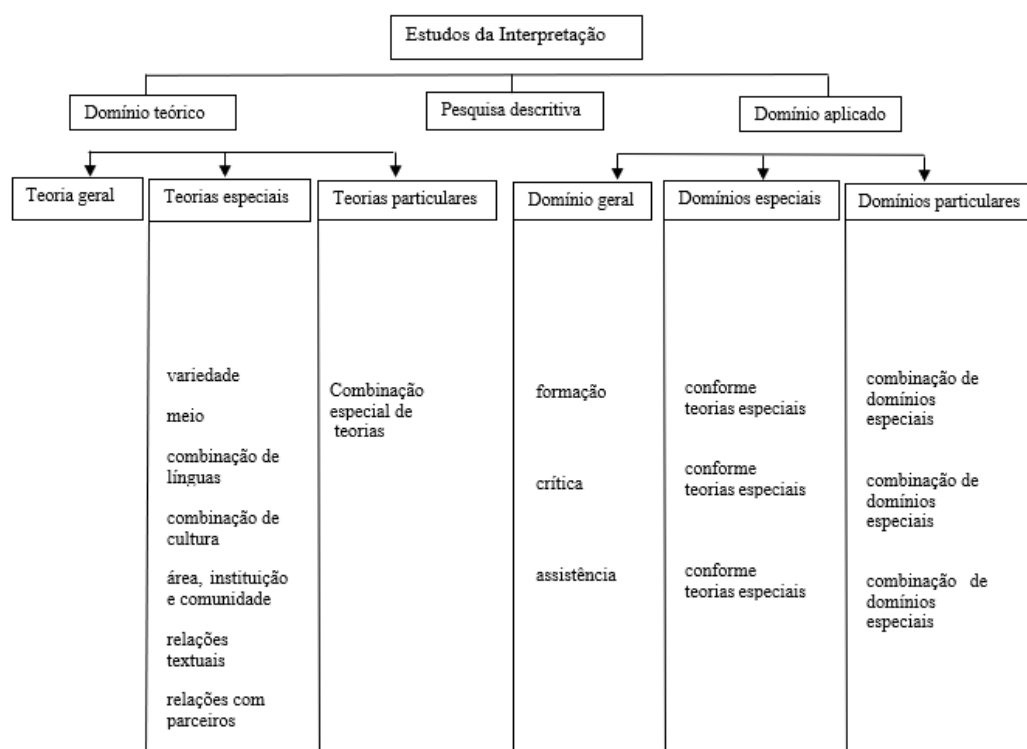
¹⁸ Sempre que não houver menção ao nome do tradutor, as traduções são de minha autoria.

criação de um campo disciplinar para a Interpretação ao explicar que a Ciência da Tradução tomou caminhos para se tornar um campo independente de outras disciplinas – Literatura Comparada e Linguística Aplicada – justamente por suas especificidades. Assim, o campo dos Estudos da Interpretação traz em si condições suficientes para encontrar o mesmo destino.

Durante sua longa progressão por diferentes matrizes disciplinares, a Ciência da Tradução tentou se mover em campos reservados a outras disciplinas. Somente quando o objeto de estudo foi ampliado por meio de tentativas de reconstrução do processo de tradução, o cerne da questão gradualmente entrou em foco e a abordagem assimilatória passou a ser menos enfatizada. Consequentemente, traduzir e interpretar não eram mais vistos como instâncias extremas dentro dos campos de outras disciplinas, mas sim como objeto de uma disciplina científica em si mesma. Embora isso precise ser elucidado por meio de cooperação interdisciplinar com outros campos da ciência, não se pode esperar que eles substituam seu próprio papel investigativo (como Holmes apontou já em 1972). [...] O trabalho interdisciplinar não nos trouxe de volta a uma situação semelhante no que diz respeito à Ciência da Tradução e sua relação com suas subáreas, que, em sua maioria, têm disciplinas adjacentes totalmente diferentes? (Salevsky, 1993, p. 151)¹⁹

A partir de sua indagação, a autora estabelece uma “ordem” para estruturar os Estudos da Interpretação. Defende que as especificidades da interpretação não permitem que ela seja tratada apenas como uma subárea do hiperônimo dos Estudos da Tradução. Salevsky não apenas sugere um nome para a disciplina análogo ao postulado por Holmes, como também elabora uma adaptação de seu mapa adotando um conjunto de teorias parciais consoante à combinação linguística, área, instituição/comunidade.

¹⁹ Em inglês: “During its long progression through different disciplinary matrices, Translation Science tried to move in fields that were the preserve of other disciplines. It was not until the object of study was expanded through attempts at reconstructing the process of translation that the crux of the issue gradually came into focus and the assimilatory approach was deemphasized. Consequently, translating and interpreting were no longer regarded as extreme instances within the fields of other disciplines, but rather as the object of a scientific discipline unto itself. While it needs to be elucidated through interdisciplinary cooperation with other fields of science, these cannot be expected to supersede its own investigatory role (as Holmes pointed out as early as 1972) [...] Has interdisciplinary work not brought us back to a similar situation with regard to Translation Science and its relationship with its sub-areas, which, for the most part, have entirely different adjoining disciplines?”.

Quadro 1 – Mapa dos estudos da interpretação proposto por Salevsky

Fonte: Salevsky (1993).

Embora haja entendimento quanto aos Estudos da Tradução serem (trans)interdisciplinares, tendo em vista os pressupostos da pós-modernidade, a expansão das pesquisas e as especificidades do campo sustentariam a instituição dos Estudos da Interpretação como um campo disciplinar independente. Contudo, ao longo do tempo, e, apesar dos esforços da Escola de Paris, “Estudos da Interpretação” não se tornou o nome de um campo disciplinar, permanecendo uma subdisciplina dos Estudos da Tradução.

Por essa razão, para este estudo, considero os Estudos da Interpretação como uma subdisciplina dos Estudos da Tradução e a IC como uma vertente dessa subdisciplina na modalidade que se relaciona com o contexto intrassocial de interação (*intra-social context of interaction*) (Pöchhacker, 2004), já que minha pesquisa objetiva estudar as interações mediadas ou não por intérpretes comunitários em um contexto penitenciário.

Diante do panorama de concepções, fundamentos e conceitos da Tradução e da Interpretação apresentado, parece relevante discorrer sobre a evolução dos

Estudos da Interpretação para, posteriormente, focar na IC em termos de fundamentos, conceitos, especificidades e pesquisas nessa área.

3.2

Evolução dos Estudos da Interpretação: da diplomática à comunitária

Os Estudos da Interpretação se desenvolvem em diversos âmbitos a partir da participação de intérpretes em eventos históricos como os tribunais de Nuremberg e Tóquio, guerras mundiais, negociações de paz, entre tantos outros. Um marco importante nessa evolução foi a fundação da Federação Internacional de Tradutores e da Associação Internacional de Intérpretes de Conferência (AIIC) na década de 1960 que, juntamente com o mercado forte – com clientes institucionais financeiramente fortes e treinamento de nível universitário –, fortaleceram e favoreceram a academização da interpretação, contribuindo assim para a consolidação do status profissional da Interpretação de Conferência (Baigorri-Jalón, 2015).

Os cursos em nível acadêmico oferecidos pela AIIC contavam com uma política de planejamento na qual a principal exigência era que os cursos fossem ministrados por intérpretes de conferência com experiência na prática. Assim, as escolas que seguiram esse critério se uniram e constituíram a Conférence Internationale Permanente d'Instituts Universitaires de Traducteurs et Interprètes (CIUTI), uma congregação internacional de escolas de tradutores e intérpretes de conferência de nível universitário (Mikkelson; Jourdenais, 2015; Ozolins 2000; Wadensjö; Dimitrova; Nilsson, 2007; Boéri, 2015), fato que encorajou um vasto campo de estudos teórico-metodológicos e aplicados. Há uma longa lista de disciplinas, sub e interdisciplinas que exercem influência no estudo da interpretação. Ao longo dos anos, uma expansão de estudos sobre interpretação com base em diferentes abordagens foi conduzida por estudiosos em âmbito global. Na década de 1960, destacam-se autores como Seleskovitch (1978), Kade (2009), Barik (1973), Gerver (1971) e publicações como *The Interpreting Studies Reader* (Pöchhacker; Shlesinger, 2001), *Introducing Interpreting Studies* (Pöchhacker, 2004), as enciclopédias *The Routledge Encyclopedia of Interpreting Studies* editada por Pöchhacker (2015) e *The Routledge Handbook of Interpreting*, organizada por Mikkelson e Jourdenais (2015) que reúnem os maiores nomes que marcam a

consolidação do campo dos Estudos da Interpretação. Nessas publicações, vislumbra-se um panorama dos temas abordados nas pesquisas na área que se dividem em: conceitos e abordagens teóricas, historiografia da interpretação, modos de interpretação, cenários de atuação, processo, produto e performance do intérprete, questões profissionais e de profissionalização, tecnologia, educação, metodologia de pesquisas na área de interpretação e estudos da interpretação como um campo disciplinar.

Dentre esses estudos, destaco a Teoria do Sentido (*Théorie du Sens*) ou Teoria Interpretativa da Tradução (TIT), desenvolvida a partir da prática, da docência acadêmica e de experimentos empíricos realizados por Danica Seleskovitch e Marianne Lederer na *École Supérieure d'Interprètes et de Traducteurs* (ESIT), uma instituição inicialmente independente que só se tornou oficialmente ligada à Universidade de Sorbonne Nouvelle em 1957.²⁰ Seleskovitch e Lederer constroem, dentro da abordagem cognitiva de pesquisa, a base para um paradigma emergente dos Estudos da Interpretação e lançam luz sobre a compreensão do processo de interpretação. A teoria e seus desdobramentos trazem contribuições significativas para outros estudos às voltas com o processo psicocognitivo da interpretação, bem como para a formação de intérpretes de conferência.

Seleskovitch e Lederer partem da premissa de que a interpretação é uma atividade que demanda complementos cognitivos que se constituem em contextos verbal, situacional e cognitivo, assim como em conhecimento de mundo. Em outras palavras, o ato de interpretar se institui quando o intérprete traduz oralmente o sentido de uma mensagem adaptando-a às circunstâncias da situação de interação a ser interpretada. Sendo assim, a noção de transcodificação é superada pela ideia de compreensão impulsionada pelos complementos cognitivos que dão conta da desverbalização da mensagem. A desverbalização, posteriormente nomeada de conceitualização (Lederer, 1978, 1990, 1994, 1998; Pagura, 2012) é o cerne da Teoria do Sentido sendo um elemento essencial para compreender o processo de interpretação que se resume em: a) percepção de um enunciado linguístico contendo seu significado; b) apreensão da língua e compreensão do significado por meio de

²⁰ Fundada em 1957 e hoje vinculada à Universidade Sorbonne Nouvelle, a Escola Superior de Intérpretes e Tradutores (ESIT) ministra cursos de mestrado a titulares de licenciatura, qualquer que seja a especialidade, bem como de doutoramento em estudos de tradução. Disponível em: <https://jpo.sorbonne-nouvelle.fr/masters/%C3%A9cole-sup%C3%A9rieure-dinterpr%C3%A8tes-et-de-traducteurs>. Acesso em: 14 jul. 2024.

exegese; c) retenção da representação mental da mensagem (conceitos e ideias) e a produção de um novo enunciado na língua de chegada (Seleskovitch, 1978). Assim, a transcodificação parece ser a ideia oposta aos pressupostos estabelecidos na Teoria do Sentido. A desverbalização é uma condição *sine qua non* para a tradução, do contrário, a tradução seria apenas a transferência de palavras pré-concebidas. Já a transcodificação é aceitável quando há números ou, por exemplo, termos técnicos específicos.

A TIT sofreu críticas. Jensen (1985) em seu artigo intitulado “A Note on Error Typologies and the Possibility of Gaining Insight in Mental Processes” se empenhou em criticar Seleskovitch fazendo uma declaração contundente sobre a TIT: “Se não se pode provar que Seleskovitch está errada, assim como ela não prova que está certa, basta-nos argumentar o que (e por que) parece ser a base epistemológica mais razoável para a teoria dos Estudos da Interpretação” (Jensen, 1985, p. 107).²¹ Gile (1995b) refuta as afirmações de Seleskovitch porque compreende que suas proposições são demasiadamente categóricas e carecem de evidências empíricas. Schjoldager (1995) corrobora Gile ao confirmar que a TIT é uma hipótese que não foi empiricamente comprovada, portanto, não se pode confundi-la com uma teoria da interpretação.

Conforme Pagura (2012), apesar das críticas, desde a morte de Seleskovitch em 2001, a ideia da desverbalização tem sido retomada em estudos recentes e a autora da TIT é considerada, por pesquisadores do século XXI, como Setton (2002), uma pragmatista à frente do seu tempo, uma afirmação que o autor faz no título do seu artigo “Revisiting the Classics: Seleskovitch: A Radical Pragmatist Before her Time”. Além de Setton, outros estudiosos compartilham do mesmo pensamento.

Na história das pesquisas sobre Estudos da Interpretação, quatro períodos podem ser identificados: o período dos primeiros escritos (1950–1960) em que professores e intérpretes ponderavam escrever sobre a profissão de intérprete de conferências em uma vertente muito mais didática e profissional do que acadêmica, identificando questões fundamentais debatidas até hoje. O período experimental (1960–1970) foi marcado por pesquisas que identificavam aspectos psicológicos e psicolinguísticos da interpretação. O terceiro período, que se referia aos estudos

²¹ Em inglês: “[...] if cannot prove that Seleskovitch is wrong, just as she cannot prove she is right. What we can do is to discuss what seems to be the most reasonable epistemological basis for theory of SI and why”.

sobre a prática (1970–1980), foi caracterizado pelo interesse na pesquisa acadêmica. Houve diversas dissertações de mestrado e teses de doutorado publicadas, incluindo a Teoria do Sentido proposta pelas pesquisadoras Seleskovitch (1978) e Lederer (1978, 1994). O quarto período, para Gile, o chamado período de renovação, ocorreu durante um Simpósio, na Universidade de Trieste em 1986.

Conforme explica Gile (2008), esse evento reuniu uma geração de pesquisadores em Interpretação de Conferência que questionavam a teoria idealizada pela Teoria do Sentido e demandavam uma abordagem interdisciplinar da interpretação. A conferência em Trieste impulsionou iniciativas como o lançamento da revista *The Interpreters' Newsletter*, juntamente com uma série de estudos interfaceados com a neurofisiologia e psicologia que podem ser vistos como um marco em termos de mudança de paradigma. À guisa de ilustração, cabe mencionar o paradigma do processamento cognitivo de Gerver (1976), cujas abordagens no domínio da psicologia e da neuropsicologia analítica permitiram o estudo da lateralização das funções linguísticas do cérebro, dando origem ao paradigma neurolinguístico de pesquisas em interpretação. A teoria do escopo, inaugurada por Vermeer, ainda na década de 1980, também concedeu à interpretação a noção de atividade dotada de propósitos, ou seja, a produção do texto alvo designado a atender a sua função no contexto da cultura alvo.

A partir do início da década de 1990²², o Modelo dos Esforços, teorizado por Daniel Gile (1995a), torna-se uma contribuição importante para os Estudos da Interpretação como ponto de partida à análise do processo de interpretação simultânea. Motivado por inquietações sobre os erros básicos que intérpretes de conferência cometiam, Gile concluiu, após alguns experimentos, que a interpretação é uma tarefa altamente complexa porque está associada basicamente a processos cognitivos não automatizados. O autor indica que o processo de interpretação compreende três esforços: 1) esforço de audição e análise; 2) esforço de produção e 3) esforço da memória de curto prazo, e o equilíbrio desses esforços resulta na interpretação eficiente de cada segmento.²³

²² Nesse mesmo período, precisamente em 1992, no congresso em Viena, Gile, seguido de Vermeer e Lambert, nomeia o campo de pesquisa em interpretação como “Estudos da Interpretação” (Pöchhacker, 2004; Roberts *et al.*, 2000; Carneiro, 2017).

²³ Vale acrescentar a menção à Teoria do Sentido (*Théorie du Sens*) ou Teoria Interpretativa da Tradução (TIT) e à Teoria dos Modelos dos Esforços (de 1995), ambas voltadas para a Interpretação

Uma “virada social” na década de 1990 trouxe paradigmas cujas teorias metodológicas de análise pautavam-se na interação em detrimento de fenômenos psicocognitivos na tradução e na interpretação. Foi nesse contexto que emergiram as primeiras reflexões sobre a IC e suas particularidades, notadamente na primeira conferência “Critical Link” (em 1995), ocasião em que a IC recebeu notoriedade no cenário internacional. Ao estabelecer-se como um campo válido dos Estudos da Interpretação, a investigação sobre a IC foi alimentada pela série de conferências Critical Link (começando em 1995, com sucessivas conferências em 1998, 2001, 2004, 2007 e 2010), que reuniu profissionais, formadores e investigadores. A primeira conferência internacional de intérpretes comunitários “Critical Link”, realizada em Toronto, no Canadá, em 1995, foi um marco nesse sentido. Compêndios dos Estudos da Interpretação, que dali foram publicados, resultam da sensibilização em relação aos movimentos sociais de deslocamento forçado, migração e conscientização de direitos linguísticos que acabaram por chamar a atenção de estudiosos para as questões relacionadas às dificuldades de acesso aos serviços públicos, além de envolver a comunidade de pesquisadores em IC tanto nas línguas orais quanto nas línguas de sinais (Mikkelsen, 1996; Mikkelsen; Jourdenais, 2015; Pöchhacker, 1999, 2008, 2015; Roberts *et al.*, 2000; Wadensjö; Dimitrova; Nilsson, 2007; Schäffner; Kredens; Fowler, 2013).

As publicações que se seguiram procuraram conceituar e estabelecer as bases, os princípios e os fundamentos em estudos teóricos e aplicados à IC. As discussões referem-se à atuação do intérprete em relação aos aspectos culturais em diferentes contextos (jurídico, médico-hospitalar, educacional etc.), aos códigos de ética, à qualidade e à avaliação da atuação do intérprete, ao credenciamento e à formação profissional.

Com base nesse pano de fundo, importa a seguir apresentar as bases conceituais e fundamentos da IC na perspectiva de alguns autores para, a partir deles, tratar dos aspectos relacionados às principais características desse tipo de interpretação. A discussão foca em questões centrais da área, como os códigos de ética e conceitos, tais como: os de neutralidade e imparcialidade (assunto que tratarei posteriormente), aspectos no entorno da academização, profissionalização

de Conferência, com o propósito – além de colocar em relevo a importância dessas duas abordagens – de desconstruir a conceituação equivocada do senso comum que coloca o binômio bilinguismo- interpretação em pé de igualdade.

e políticas públicas e linguísticas da IC. Por fim, sem pretensão de esgotar o assunto, serão apresentadas investigações existentes, colocando em relevo aquelas que serão as bases deste estudo.

3.3

A Interpretação Comunitária: conceitos, fundamentos e especificidades

A dificuldade de definir as bases conceituais da IC parece estar intrinsecamente relacionada à diversidade de suas diferentes denominações. As diversas nomenclaturas que ela adquire, a depender do país, estão em permanente discussão. O termo “Interpretação Comunitária” entrou em uso na Austrália por volta de 1970, ao lado de expressões como “comunidades étnicas” ou “saúde comunitária”, e, na Europa, o termo ganhou circulação no início da década de 1980. Em alguns países, o nome “interpretação *ad hoc*” denota a prática exercida gratuitamente por voluntários; em outros, a IC aplica-se apenas a serviços de bem-estar e saúde. Há lugares que utilizam o termo como uma área ampla que exclui a Interpretação de Conferência. No Reino Unido, ela é designada como “interpretação em serviços públicos”, enquanto no Canadá o termo mais frequentemente utilizado é “interpretação cultural”. Existem diversas designações, tais como: interpretação dialógica e triádica, interpretação de acompanhamento, interpretação de serviços públicos, interpretação cultural, interpretação de base comunitária, interpretação humanitária ou em áreas de conflito, interpretação de serviços de saúde, interpretação médica ou hospitalar, interpretação judicial, interpretação bilateral, interpretação de contato, mediação linguística e mediação intercultural (Pöllabauer, 2013; Ozolins 2014; Mikkelsen, 1996, 1999; Hale, 2007, Roberts *et al.*, 2000). Pöllabauer (2013) explica que em alguns países a interpretação de tribunal é considerada uma área à parte da IC. Porém, em países com baixo nível de profissionalização, a interpretação, nesses contextos, é vista como um braço da IC. No caso do Brasil, ao se referirem ao contexto do tribunal, alguns pesquisadores ou interessados na área nomeiam a atividade como “interpretação forense” ou “interpretação em tribunal” (Almeida; Nordin, 2017; Ginezi, 2012). As diversas designações conferidas à IC resultam das variadas circunstâncias, cenários e culturas dos diversos países em que ela está presente e para os quais é oferecida. Dentre essas nomenclaturas aqui apresentadas, optei por

utilizar o nome “Interpretação Comunitária” na perspectiva de Hale (2007), que compreende a interpretação em tribunais como parte da atividade da IC; e por se tratar do termo mais amplamente aceito na literatura e por remeter a fatores macrolinguísticos (assimetria de poder institucional e questões de superdiversidade cultural).

As muitas definições propostas pela literatura são generalizadas (Rudvin; Tomassini, 2011) e causam, em certa medida, controvérsias entre pesquisadores em diferentes países. Ao discutir esses aspectos, Garber (2000), a partir de uma perspectiva canadense, compreende que usar as palavras “comunitário” e “cultural” na interpretação causa um problema conceitual porque tanto uma quanto outra podem adquirir um significado distinto para algumas pessoas. Segundo o autor, “usar ‘o termo comunitária’ e chamar o que fazemos de ‘Interpretação Comunitária’ é, para algumas pessoas, apenas uma forma de diferenciá-la da interpretação que ocorre em ambientes diplomáticos e de conferências”. Para Gentile (1997), a preocupação está no fato de que, ao usar a palavra “comunitária”, a IC possa ocupar uma posição secundária, não digna de atenção, remuneração, investigação. Há que se considerar que, à primeira impressão, o termo problematizado por esses autores causa a sensação de que a IC é uma atividade voluntária; todavia, compreendo que o termo “comunitária” se refere a grupos linguísticos que fazem parte de comunidades que são distintas umas das outras por suas características socio-linguístico-culturais. Independentemente do impasse conceitual postulado por Garber e Gentile, a IC deve ser digna de atenção, principalmente no que diz respeito ao preparo do intérprete para atender essas comunidades linguísticas, já que a maneira como conduzem a interpretação pode impactar diretamente aqueles que são interpretados, afetando sua vida e o seu futuro.²⁴

Muito embora exista uma complexidade conceitual – e apesar de não ter sido bem definida em termos de processo na perspectiva de alguns estudiosos, a IC é caracterizada como uma prática de mediação linguística prestada por provedores de serviços públicos ou privados que têm como finalidade facilitar a interação entre

²⁴ Refiro-me aqui a muitas outras situações e, principalmente, ao caso do haitiano absolvido de uma acusação de feminicídio após a intervenção de um intérprete comunitário brasileiro. Disponível em: <https://www.sonoticiaboa.com.br/2022/06/25/haitiano-inocente-solto-gracas-a-tradutor-linguas-ajudou-na-defesa>. Acesso em: 13 maio 2022. E destaco as entrevistas de solicitação de refúgio, temas abordados em muitos estudos em Interpretação Comunitária no Brasil (Gorovitz; Carneiro; Martins, 2023; Garcia; Gorovitz, 2020; Gorovitz; Sá, 2022).

peças não falantes da língua oficial de determinado país. Pode ocorrer em encontros face a face, por exemplo, entre duas ou mais peças, com diferentes origens e percepções, estando elas em uma relação desigual de poder e conhecimento como funcionários de uma instituição pública e leigos que interagem com um determinado propósito (Mikkelson, 1996; Wadensjö, 1998; Pöllabauer, 2013; Roberts *et al.* 2000; Hale, 2007; Rudvin; Tomassini, 2011; Garber, 2000; entre outros).

À exceção da designação científica supracitada, a IC é praticada comumente desde a Antiguidade em comunidades de diversas partes do mundo, frequentemente realizada por voluntários, bilíngues *ad hoc*, amigos e parentes, inclusive, por crianças (Ozolins, 2000; Gentile, 1997). Tomada na perspectiva de direitos linguísticos, a IC acontece em meio a uma ampla diversidade de contextos institucionais, como bem-estar, habitação, emprego ou escolas; ambientes médicos, como creches, hospitais, clínicas de saúde mental; ou configurações judiciais, como prisões, delegacias de polícia e tribunais, migração e refúgio. A heterogeneidade de contextos intrassociais de interação conduz ao entendimento de que a prática de IC, em suas várias dimensões, pode apenas ser adequadamente observada em relação às configurações sociais específicas e suas restrições institucionais. Isso explica a dificuldade de se manter a “unidade na diversidade” para o campo como um todo (Pöchhacker, 1999, 2004). Por essa razão, acredita-se que a tarefa demandada do intérprete esteja além das suas competências e habilidades interpretativas, esperando-se que certas subcompetências deem conta das singularidades de cada cenário (Mikkelson, 1996; Gehrke, 1993; Hale, 2007) – o que lhe confere certas especificidades não contempladas na Interpretação de Conferência.

De fato, diferentemente da Interpretação de Conferência, a IC é um tipo de prática que ocorre nos contextos como tribunais, consultas médicas, refúgio e migração, delegacias de polícia e prisões, entre outros contextos em que: (i) o cenário envolve uma entrevista entre um prestador de serviços e alguém que precisa dos serviços ou os deseja (um “cliente”); (ii) a entrevista surge de algum tipo de crise na vida do cliente; (iii) existe um nível significativo de risco inerente à situação (isto se aplica apenas em alguns casos); (iv) as diferenças culturais entre o prestador de serviços e o cliente aumentam o risco, bem como o risco de falhas de comunicação que levam a diagnósticos errados ou outras consequências graves; (v) existe um desequilíbrio de poder entre as partes (Rudvin; Tomassini, 2011). Por

esse motivo, é essencial ter familiaridade e experimentar a rotina e a dinâmica do ambiente social e institucional em que ocorrem as interações e onde surgem naturalmente os elementos de predição e linguísticos inerentes à situação, que auxiliam na atuação do intérprete (Hale, 2007). Os falantes podem reagir à mensagem conforme lhes for apresentada (sem que haja a versão editada ou censurada pelo intérprete), devido à exigência de se manter os aspectos estilísticos na interpretação que são cruciais nesses tipos de ambientes. O intérprete pode esclarecer dúvidas e corrigir erros no discurso, uma vez que visa a proporcionar as condições para os interlocutores interagirem diante das dificuldades linguísticas. Para Hale (2007, p. 11), “a atitude e o estilo do discurso, que formam a maneira como um testemunho é apresentado ou uma condição é descrita, são essenciais na avaliação do caráter da testemunha ou do diagnóstico de um paciente [...]”.²⁵ Nesse sentido, é interessante que o intérprete comunitário tente reproduzir o tom da interação original (ponto ilocucionário e força ilocucionária), de modo a desencadear no receptor o mesmo efeito comunicativo produzido pelo emissor (cf. Kade, 2009) de maneira que o receptor perceba a mensagem como se a estivesse ouvindo na sua língua original (ato perlocucionário). Para isso, devem-se manter as hesitações, marcadores do discurso, repetições, retrocessos durante a interpretação, entre outras características da oralidade. Esses elementos da interação são fundamentais para a compreensão da postura do falante em termos de comprometimento e veracidade do que foi dito. Outro aspecto relevante na caracterização da IC refere-se ao fato de que na interação podem ocorrer jargões, variação de tipos/registros linguísticos, expressões, variedades linguísticas, além de trechos curtos e falas não planejadas. Além disso, as interações podem se dar entre mais do que dois indivíduos, tornando o agenciamento da atuação do intérprete mais complexa devido às inconstâncias entre as conversas e à troca de turnos (Wadensjö, 1998; Pöllabauer, 2013; Hale, 2007).

Com relação ao modo como o enunciado é interpretado durante a interação mediada por intérprete, há dois tipos possíveis: (i) interpretação sussurrada: realizada sem o auxílio de equipamentos e conhecida como *whispering* ou pela sua designação francesa *chuchotage*, ocorre geralmente na modalidade simultânea na

²⁵ Em inglês: “In these settings demeanour and discourse style, which form the manner in which a testimony is presented or a condition described, are essential in the evaluation of witness character or a patient’s diagnosis”.

qual os intérpretes falam em voz baixa o que está sendo dito em uma audiência para uma minoria de ouvintes que não compreende a língua falada; (ii) interpretação consecutiva (longa ou curta/com ou sem anotação): realizada sem o auxílio de equipamentos. No modo de consecutiva longa, o intérprete espera o orador completar uma ideia em discurso para iniciar a interpretação. Já na consecutiva curta (chamada de intermitente), o intérprete interpreta sentença a sentença. Ambos os tipos de interpretação consecutiva podem ser usados em ambientes médicos, judiciais e outros, como delegacias, presídios etc.; porém ambas podem impactar diretamente na duração do evento, pois um evento interacional com duração de uma hora, por exemplo, será interpretado em período maior ou semelhante. Nos últimos anos, a interpretação por videoconferência e telefone tem sido usada para possibilitar o serviço de IC. Grosso modo, a interpretação consecutiva longa é aquela em que o intérprete ouve um longo trecho do discurso, enquanto toma notas; após o término do discurso do falante, o intérprete realiza a interpretação. A interpretação consecutiva curta (ou intermitente) é aquela em que o intérprete ouve um breve trecho do discurso e, logo após, faz a interpretação.

Há que se considerar o fator emocional e de (im)pessoalidade na IC, pois este tem um grande peso, uma questão bastante delicada e passível de discussão. Sobre esses dois aspectos, Pöllabauer (2013) dialoga com as concepções de Hale (2007) ao ponderarem que, em contraponto aos intérpretes de conferência que trabalham protegidos e quase imperceptíveis em uma cabine, os intérpretes comunitários, além de estarem no centro da ação em interações face a face, atuam em contextos em que há doença, pobreza, questões envolvendo migração, direitos humanos e assimetrias de poder. Isso sempre traz implicações de conduta, comportamento e nível de envolvimento na interação. Apesar de se esperar que o intérprete no cenário judicial e no tribunal seja “invisível” durante o processo de interpretação, há certo grau de envolvimento do intérprete na interação; seja para comentar ou explicar o comportamento cultural e/ou linguístico, seja para ajustar alterações no registro e uso pragmático da língua (Pöllabauer, 2013).

Mikkelsen (2017) explica que os intérpretes em tribunais enfrentam diversos desafios que não estão em conformidade com o preconizado no código de ética. Para essa autora, seria interessante desenvolver padrões éticos que indicassem “como fazer” mais do que prescrever “o que se deve fazer” em certas situações, assim como acontece com os intérpretes de saúde do Conselho Nacional em

Interpretação de Cuidados de Saúde dos Estados Unidos. Nessa mesma linha de pensamento, estudos como os de Mikkelsen (1996, 1999, 2017), Angelelli (2003a,b), Metzger (1999) e Wadensjö (1998), que utilizam entrevistas com intérpretes como procedimento metodológico, indicam que esses profissionais acenam para a impossibilidade de invisibilidade na interação, ainda que tentassem.

Apesar da predominância da prescrição de princípios éticos de neutralidade e imparcialidade nos códigos de ética para esquadrihar a conduta profissional de intérpretes no ato de suas funções, esses princípios, de fato, são discutíveis e controversos quando aplicados à IC. Embora este estudo não pretenda aprofundar o tema sob a perspectiva filosófica, entendo que discutir o conceito de neutralidade no âmbito da IC torna-se um ponto importante para este estudo, ainda que a ideia de neutralidade/imparcialidade não seja a única questão a ser debatida. Existem outros aspectos sobrepostos que merecem atenção como assimetria de poder e código de ética, por exemplo. Partindo do princípio de que a subjetividade e as influências ideológicas são características inerentes a qualquer ser humano, parece-me ilusório apoiar a ideia de que intérpretes devam atuar de maneira completamente objetiva e impermeável à situação interacional a ser interpretada (Metzger, 1999; Lambert, 2018).

Como uma atividade translacional, o intérprete comunitário lida constantemente com hierarquia e relações de poder que se perfilam como mecanismos e regras institucionalizadas, construídas socioculturalmente pelo país anfitrião. Dado que as normas e formas de comportamento são completamente desconhecidas para aqueles que não dominam a língua do país, não é incomum que os prestadores de serviços de determinadas instituições, em geral, esperem que os intérpretes comunitários “ajudem” e expliquem as disparidades (linguísticas-culturais e institucionais) que caracterizam os sistemas públicos de assistência (Garber, 2000; Hale, 2007; Pöllabauer, 2013; Rudvin, 2002). O papel do intérprete como um mediador que parece não coadunar com as condutas prescritivas de neutralidade por alguns códigos de ética da profissão é discutível e merece espaço nesta pesquisa. Ao contrário do que pressupõe Verrept (2008, 2019) sobre o intérprete ser apenas um “conduto” – discutirei esse assunto mais adiante –, o intérprete pode assumir um papel de atuação que tende a variar dependendo do

cenário (*setting*)²⁶ e do que se espera dele ou dela, incluindo a atuação como *advocate*, muito embora essa atitude seja controversa (Rudvin; Tomassini, 2011; Erasmus 1999; Angelelli, 2006; Barsky, 1996; Ozolins, 2014).

Apesar de a IC ser uma atividade que tem sido objeto de estudos constantes desde o “Critical Link” (Carr *et al.*, 1995), algumas questões socioprofissionais-éticas parecem permanecer insolúveis no que se refere ao papel do intérprete comunitário em contextos sociais distintos e sensíveis. Controvérsias e debates pairam sobre o ideal impossível prescrito nos códigos de ética que não dialogam com a realidade vivida por esse intérprete, especialmente quando se trata de manter a neutralidade, a imparcialidade e, até mesmo, a fidelidade no processo interpretativo. Há uma necessidade de resolver tais questões e as tentativas de encontrar uma identidade profissional têm dado destaque ao tema da ética em muitas pesquisas desde o início da disciplina dos Estudos da Tradução e da Interpretação. Muito embora exista muito esforço no sentido de lidar com tal problema, não se tem alcançado um amplo consenso. A ausência de um acordo conduz à necessidade de investigar como certos princípios éticos são tratados em termos de valor em determinados contextos por diferentes comunidades e instituições (Ozolins, 2017).

Discordâncias não faltam sobre a validade e aplicabilidade dos códigos de ética existentes, principalmente quando se trata de IC. Porém, é de senso comum que toda profissão tenha um guia de boas práticas, isto é, um código que prime por uniformizar, padronizar e nivelar eticamente a conduta de um profissional, reduzindo possíveis arbitrariedades em decisões quando do pleno exercício da função. Na Interpretação e/ou na Tradução, não poderia ser diferente. A profissionalização de uma ocupação é sempre uma etapa necessária para a elaboração de um código de ética. Dessa forma, compreendo o motivo pelo qual intérpretes comunitários baseiam suas ações nos princípios éticos da Interpretação

²⁶ Sobre esses aspectos, Ozolins (2014) pressupõe que o papel do intérprete, ou sua atuação, está condicionado a políticas internas das instituições para quem o intérprete presta assistência linguística, aos comportamentos específicos que regem tais instituições e ao código de ética de associações a que está vinculado. Para Ozolins (2014), enquanto a National Association for Judicial Interpreters and Translators (NAJIT) incisivamente desaprova quaisquer intervenções (conselhos, *advocacy*) por parte do intérprete em cenários judiciais, as associações relacionadas à assistência linguística na área médica como a California Healthcare Interpreting Association (CHIA), International Medical Interpreters Association (IMIA) e National Council for Interpreting in Health Care (NCIHC) compreendem que o papel do intérprete abrange *advocacy* e intervenção em relação a aspectos culturais na interação entre servidor e paciente.

de Conferência, uma vez que esta já se tornou uma profissão. A questão é que as diferenças entre a prática e a forma de trabalho da IC e da interpretação de conferência são perceptíveis, sendo necessário, portanto, estabelecer a IC como profissão e elaborar um código de ética que atenda às peculiaridades da sua prática. Sem isso, haverá desencontros entre a prática da IC e o preconizado nos códigos de ética da Interpretação de Conferência.

Pensando nesses aspectos, na próxima seção, teço reflexões sobre os códigos de ética que regem a Interpretação de Conferência que são utilizados pela IC e comparo aos códigos de ética dos intérpretes de Libras, apresentando os aspectos dos princípios éticos da interpretação em Libras que podem ser positivos para se pensar um código de ética para a IC.

3.3.1

Dos Códigos de Ética da Interpretação (Comunitária)

A Interpretação Comunitária (IC) no contexto prisional constitui um processo complexo de mediação, no qual o intérprete atua como ponte entre diferentes mundos sociais e culturais. Nesse ambiente, sua função transcende a simples tradução linguística, envolvendo decisões éticas constantes e intervenções situadas em contextos marcados por assimetrias de poder e vulnerabilidades institucionais. Por essa razão, torna-se relevante discutir os códigos de ética na área, embora o tema não possa ser separado de questões mais amplas, como profissionalização, políticas linguísticas, formação e certificação – elementos interdependentes que formam um todo complexo, na perspectiva de Morin (2015).

A reflexão sobre ética parte de duas vertentes conceituais. Carneiro (2018) define ética tanto como estudo de juízos de valor que qualificam a conduta humana quanto como orientação de comportamentos considerando aspectos culturais e sociais, explicando que

[...] o “estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente a determinada sociedade, seja de modo absoluto” já aparecem as duas vertentes principais da ética, ora vista como estudo das ações e costumes, baseada em juízos de valores, muitas vezes sob uma ótica absoluta, ora vista como a própria realização de um tipo de comportamento, considerando aspectos culturais e sociais, o que levaria à relativização de seus preceitos [...]. (Carneiro, 2018, p. 38)

Complementando essa perspectiva, Oliveira (2014) distingue ética deontológica, fundamentada em deveres universais, e ética consequencialista, centrada nas consequências das ações. Segundo o autor, posições mais consequencialistas estariam “na raiz de políticas progressistas, como a afirmação dos direitos de minorias e a descriminação de comportamentos privados” (Oliveira, 2014, p. 261). Na prática da IC, o intérprete precisa equilibrar esses dois horizontes, ponderando entre dever ético e impactos de suas ações.

Na realidade dos fatos, como aponta Carneiro (2018) em sua análise de códigos de ética da interpretação em Libras, por exemplo, espera-se encontrar mais diretrizes finalísticas/consequencialistas do que meramente deontológicas, como veremos mais adiante nesta seção.

O estabelecimento de códigos de ética está intimamente ligado à profissionalização. Como observa Phelan (2020) (ver seção 2.4),

Onde houver regulamentação, a adesão a um órgão regulador torna-se obrigatória e os membros concordam em aderir a um código de ética e podem enfrentar procedimentos disciplinares por infrações. O desenvolvimento profissional contínuo também costuma se tornar obrigatório. Além disso, os organismos reguladores podem estar envolvidos na acreditação de programas de formação e na garantia de que todos os profissionais possuem as qualificações e experiência para exercer determinada profissão. (Phelan, 2020, p. 86)²⁷

Os órgãos reguladores definem códigos de conduta e procedimentos disciplinares, garantindo que os profissionais possuam qualificações e experiência adequadas. Historicamente, os códigos surgiram em profissões como medicina e advocacia e se expandiram a organizações e empresas, regulando práticas e protegendo o público. No caso da IC, a ausência de profissionalização formal no Brasil significa que intérpretes seguem códigos de conferência (APIC, AIIC), inadequados para os contextos prisionais e comunitários (Hale, 2008; Phelan, 2020). Além disso, a atuação em instituições com normas próprias pode gerar

²⁷ Em inglês: “Interpreting Studies is the academic discipline that has interpreting as its object of study. In name and nature, it is closely related with Translation Studies*, and since interpreting is essentially regarded as a form of translational activity, Interpreting Studies can be viewed as a subdiscipline of the wider field of Translation Studies. At the same time, the evolution of the field and its interdisciplinary sources and ramifications give Interpreting Studies a distinct disciplinary profile of its own, as reflected in its models and methodological approaches and its underlying professional orientation”.

conflitos éticos, levando intérpretes a priorizarem a ética institucional sobre a ética profissional (Jacquemet, 2009; Garcia & Gorovitz, 2020).

Quando uma profissão se torna reconhecida e consolidada, naturalmente associações e profissionais vinculados a elas estabelecem e formalizam documentos de condutas de boas práticas para que profissionais da área exerçam eticamente seu papel. Dessa forma, a profissionalização precede o estabelecimento de um código de ética, assim como códigos de ética só existem mediante profissionalização. Se o intérprete comunitário inexistente como profissional, então não há como estabelecer um código de ética, de conduta ou de prática.²⁸ Por um lado, se a profissionalização em IC for frágil, tampouco o código de ética será diferente (Hale, 2008; Phelan, 2020).

Diante da falta de formação acadêmica específica, cursos de curta duração têm sido uma alternativa para suprir lacunas. Embora limitados em carga horária e profundidade teórica, esses cursos oferecem preparo emergencial para setores judiciais e médicos (Hale, 2007). A UnB, por exemplo, oferece cursos de extensão online em IC com 100 horas e estágio supervisionado, garantindo certificação acadêmica e experiência prática em audiências com réus estrangeiros, indígenas e surdos. Apesar de bem-elaborados, esses cursos não oferecem uma carga horária suficiente para que as questões teóricas e as habilidades práticas sejam tratadas e aprofundadas adequadamente. Hale nos alerta que

[...] cursos curtos e superficiais podem até ser contraproducentes, criando uma sensação de complacência em governos e legisladores que podem ser levados a acreditar que tais cursos são suficientes para garantir a qualidade dos serviços de interpretação. (Hale, 2007, p. 169)²⁹

Paralelamente, intérpretes voluntários, estudantes, familiares e membros de ONGs desempenham um papel crucial na atuação comunitária, compensando lacunas do sistema formal (Pöllabauer, 2013; Hale, 2007; Camargo, 2020).

²⁸ De acordo com Phelan (2020), um código de ética é um acordo sobre padrões éticos para uma profissão, sendo que um código de conduta é um acordo sobre regras de comportamento para um grupo ou organização. Já um código de prática é um conjunto de regras escritas que explicam como as pessoas que trabalham em uma determinada profissão devem se comportar.

²⁹ Em inglês: “[...] Short, superficial courses may even be counterproductive, creating a sense of complacency in governments and policy-makers who may be led to believe that such courses are sufficient to ensure quality in interpreting services”.

Apesar de eu concordar com os argumentos de Hale, no Brasil, onde a oferta de profissionalização é inexistente, os cursos livres e de curta duração são uma forma eficaz de preparação profissional de intérpretes para atender setores judiciais e médicos. Em um sentido metafórico, esses cursos “apagam um incêndio” de uma demanda social emergencial com intérpretes que, pelo menos, têm alguma preparação.

O campo dos códigos de ética reflete, assim, o grau de profissionalização e a diversidade de contextos de atuação. O número de códigos aumentou junto à expansão das associações profissionais, abrangendo diferentes níveis – internacionais, regionais, nacionais e locais –, tribunais, serviços de imigração e empresas prestadoras de serviços de interpretação (Phelan, 2020). Ainda que haja questionamentos sobre a necessidade de tantos códigos, sua multiplicidade atende à especialização exigida em contextos jurídicos, médicos, empresariais e prisionais (Hale, 2007). Alguns estudiosos questionam se é mesmo necessário esse grande número de códigos, mas tem-se o grande problema dos contextos especializados, como mencionei anteriormente. Para alguns intérpretes profissionais, “seria mais útil se o código de ética tivesse talvez uma seção geral e então algumas seções especializadas relacionadas à interpretação jurídica, médica e empresarial” (Hale, 2007, p. 129)³⁰; inclui a carceragem, aeroportos, delegacias que ainda pertencem ao domínio judicial.

A tabela elaborada por Baixauli-Olmos (2017) mostra as associações e os princípios éticos, de acordo com as ocorrências de mais 40 documentos sob os seguintes critérios: “foco em IC de línguas orais, data de publicação relativamente recente, publicação por organização ativa e grau razoavelmente alto de concretude nas diretrizes”.³¹ A amostra final de Olmos (2017) resultou na coleção de sete documentos deontológicos.

³⁰ Em inglês: “[...] it would be more useful if the code of ethics had perhaps a general section and then some specialised sections relating to legal, medical and business interpreting in particular[...]”.

³¹ Em inglês: “[...]focus on spoken language PSI, relatively recent publication date, publication by active organisation and fairly high degree of concreteness in the guidelines[...]”.

Tabela 2 – Conteúdo de documentos deontológicos da IC

Código	Texto	Documento/Associação
Confidencialidade	Confidencialidade	ASTM, IMIA, NRPSI NCIHC, CHIA, NAJIT, NSGCIS
Imparcialidade	Imparcialidade	ASTM, IMIA, CHIA, NAJIT, NCIHC, NRPSI, NSGCIS
Precisão	Precisão	ASTM, IMIA, NAJIT, NCIHC, NRPSI
	Precisão e Completude	CHIA
	Precisão e Fidelidade	NSGCIS
Profissionalismo	Profissionalismo	ASTM, NCIHC
	Competência	ASTM, NRPSI
	Desenvolvimento profissional	ASTM, NCIHC
	Manutenção e aperfeiçoamento das habilidades e conhecimento	NAJIT
	Competência continuada	NSGCIS
	Profissionalismo e Integridade	CHIA
	Manter distância profissional	IMIA
	Manter a integridade profissional	IMIA
Respeito	Respeito	NCIHC
	Sem discriminação	NRPSI
	Respeito com o indivíduo e com a comunidade	CHIA
	Respeito com as pessoas	NSGCIS
	Reação à discriminação	IMIA
Papel/função	Limites da função	NCIHC
	Manutenção dos limites da função	NSGCIS
Competência Cultural	Responsividade cultural	CHIA
	Consciência cultural	NCIHC
Conflito de interesses	Conflito de interesses	ASTM, NRPSI
Outros	Limitações da prática	NAJIT
	Protocolo e conduta	NAJIT
	Representação precisa de credenciais	NAJIT

	Impedimentos à conformidade	NAJIT
	Limites de intervenção	NRPSI
	Processo de tomada de decisão ética	CHIA
	<i>Advocacy</i> / Defesa ³²	NCICH
	Respeito à privacidade do paciente	IMIA

CHIA: California Healthcare Interpreters Association; NRPSI: National Register for Public Service Interpreters; IMIA: International Medical Interpreters Association; NAJIT: National Association of Judiciary Interpreters and Translators; NSGCIS: Healthcare Interpretation Network; NCICH: National Council on Interpreting in Health Care; ASTM: American Society for Testing and Materials.

Fonte: Baixauli-Olmos (2017).

Embora compartilhem valores centrais, esses códigos foram concebidos para contextos institucionalizados. No sistema prisional, princípios como imparcialidade e distanciamento são desafiados, pois o intérprete intervém para garantir compreensão e acesso a direitos. A imparcialidade, nesse contexto, exige decisões situacionais, ponderação ética e fidelidade ao sentido original. Princípios como confidencialidade, profissionalismo, competência, integridade, evitação de conflitos de interesse, solidariedade e decoro permanecem centrais, enquanto aspectos como remuneração e condições de trabalho aparecem de forma mais detalhada nos códigos de Libras, refletindo experiências práticas e a evolução da profissão (Carneiro, 2018).

Importante acrescentar com quais domínios essas associações trabalham, qual a sua configuração institucional (associação profissional, um órgão oficial ou uma organização de padronização) e se estabelecem códigos de ética, de conduta ou de padrões de prática. A tabela abaixo ilustra todos esses aspectos.

³² O termo *advocacy* é utilizado em diversas áreas, porém, na área da Interpretação, o termo pode ser entendido como intervenção. Uma ação de defesa de uma das partes, em especial, aquela que não detém uma posição de poder na interação. Em estudos no Brasil (Origuela, 2020; Camargo, 2020), as autoras utilizam o termo no original em inglês.

Tabela 3 – Classificação por tipo de domínio, órgão e documento

Doc.	Domínio			Tipo de órgão				Tipo de texto		
	med.	todos	jud.	assoc.	oficial	padron.	mescla	Co/E/C	PdP	mescla
ASTM		✓				✓				✓
CHIA	✓			✓					✓	
IMIA	✓			✓					✓	
NAJIT			✓	✓				✓		
NCIHC	✓				✓				✓	
NRPSI		✓			✓			✓		
NSGCIS		✓					✓		✓	

ASTM: American Society for Testing and Materials; CHIA: California Healthcare Interpreters Association; IMIA: International Medical Interpreters Association; NAJIT: National Association of Judiciary Interpreters and Translators; NCIHC: National Council on Interpreting in Health Care; NRPSI: National Register for Public Service Interpreters; NSGCIS: Healthcare Interpretation Network.

Fonte: Baixauli-Olmos (2017).

Carneiro (2018) observou que, inicialmente, os códigos de Libras reproduziam princípios de conferência, mas foram adaptados ao contexto real da prática profissional, abordando voluntariado, competência tradutória e equivalência de sentido. Enquanto os códigos de conferência possuem caráter deontológico, os de Libras têm natureza consequencialista, mais próxima da IC, enfatizando formação contínua e atuação contextual. Apesar de necessitarem de aprimoramentos, esses códigos aproximam-se do ideal ético da IC, compartilhando caráter comunitário, mediação cultural e atuação em contextos não institucionalizados.

Carneiro (2018) identifica um denominador comum nos sete códigos analisados – confidencialidade, profissionalismo, competência, integridade, evitação de conflitos de interesse, solidariedade e decoro – caracterizando seu caráter deontológico. Contudo, são as recomendações finalísticas, como remuneração, condições de trabalho e organização de equipes, que diferenciam os códigos entre si e em relação a outros setores. Enquanto os códigos da APIC e AIIC estão mais consolidados, os de intérpretes de Libras ainda refletem uma categoria em organização recente, necessitando definir de forma mais precisa condutas éticas. Questões como educação continuada, formação acadêmica e más condutas são abordadas, e o trabalho voluntário, comum na IC de Libras, tem sido progressivamente regulado: inicialmente obrigatório, passa a ser opcional nos

códigos mais recentes, embora ainda haja resistências dentro da categoria. Carneiro explica que

[...] ainda hoje se encontram algumas resistências aos TILS que só trabalham por remuneração, não só das comunidades surdas em que se inserem, como internas à própria categoria em afirmação profissional. Contudo, o momento de grande demanda por intérpretes de Libras e a consequente concorrência na contratação de intérpretes competentes e qualificados, como citado no início deste texto, tende a mudar a atual situação desses profissionais no que concerne à controvérsia trabalho remunerado *versus* trabalho voluntário. (Carneiro, 2018, p. 44)

Acrescenta a autora que AGILS e FEBRAPILS recomendam no Capítulo V, Artigo 19º, item II, que “a condição do serviço de voluntariado em hipótese alguma deverá ser realizada em detrimento às condições de serviços remunerados”.

Outro expediente importante é o princípio da fidelidade tratado por Carneiro que também consta nos códigos de ética da Interpretação de Conferência. Nos códigos antigos da FENEIS e FENEIS/RS, a fidelidade consta numa visão essencialista que já não cabe aos moldes que a literatura da área de Tradução e Interpretação apresentam. Nesses códigos, o intérprete deve se manter imparcial. Já a APILRJ preconiza a arbitrariedade do intérprete para corrigir mal-entendidos, erros etc. O código da FEBRAPILS de 2014

[...] **abole a menção à fidelidade, introduzindo os conceitos de “competência tradutória” adequada a cada situação** (“Artigo 8º. O TILS e o GI devem aceitar serviços de acordo com o seu nível de competência tradutória e com as circunstâncias e necessidades dos Solicitantes e Beneficiários [...]”) e de “equivalência de sentido” (“Artigo 9º. O TILS e o GI devem buscar a equivalência de sentido no ato de tradução e/ou interpretação e/ou guia-interpretação”). (Carneiro, 2018, p. 46, grifo meu)

Carneiro (2018) destaca que a superação da fidelidade *verbatim* reflete a transição de uma interpretação essencialista para uma abordagem mais contextualizada. Segundo ela: os códigos de interpretação de conferência têm caráter deontológico e estão mais organizados, com condutas internalizadas; os códigos de Libras são mais consequencialistas, apresentam uma visão amadurecida de “fidelidade tradutória” e enfatizam a importância da formação, embora ainda precisem revisar voluntariado *versus* trabalho remunerado. Apesar dessas lacunas, os códigos de Libras aproximam-se mais do ideal ético da Interpretação

Comunitária, servindo como referência prática para contextos de IC fora de conferências.

No entanto, as diretrizes éticas tradicionais, baseadas na neutralidade, precisão e completude, frequentemente falham ao não considerar diferenças sociais, culturais e linguísticas entre os participantes, demonstrando que a aplicação desses princípios exige sensibilidade contextual (Kaufert & Putsch, 1997; Hale, 2007). Para Hale (2007)

O código fala apenas dos mais altos padrões éticos que os intérpretes devem se esforçar para atingir. Por outro lado, eles não declaram que dificuldades em atingir a precisão total podem não existir. Um código de ética por si só não pode fornecer aos intérpretes uma compreensão completa de seu papel, do processo de interpretação, das dificuldades em se atingir a precisão e das muitas outras questões complexas que envolvem o seu trabalho. (Hale, 2007, p. 114)³³

O intérprete deve exercer julgamento profissional para aplicar as diretrizes dos códigos à prática, avaliando o contexto e a situação. Sem formação adequada, o código por si só não é suficiente para orientar decisões em situações complexas, pois não pode prever todos os cenários possíveis (Hale, 2007). No que tange aos conflitos de interesse, previstos em muitos códigos de ética, eles ocorrem quando o intérprete tem envolvimento prévio com uma das partes ou enfrenta dificuldades linguísticas, terminológicas ou pessoais. Nesses casos, o intérprete deve comunicar o contexto aos envolvidos e, frequentemente, se desqualifica para garantir imparcialidade.

A confidencialidade é um aspecto-chave de todos os códigos de ética. Hale (2007) afirma que nem todos os códigos citam explicitamente a confidencialidade porque esse é um princípio que se espera que o intérprete tenha internalizado. A confidencialidade nada mais é do que manter todas as informações privilegiadas ou outras informações confidenciais que os intérpretes obtiverem durante o exercício das suas funções profissionais.

O desenvolvimento profissional contínuo reitera a necessidade de profissionalização. Isso significa que o intérprete não apenas deve galgar a

³³ Em inglês: “The code only speaks of the highest ethical standards interpreters should strive to achieve. On the other hand, they do not state that difficulties in achieving full accuracy may not exist. A code of ethics by itself cannot provide interpreters with a thorough understanding of their role, the interpreting process, the difficulties of achieving accuracy and the many other complex issues surrounding their work”.

formação acadêmica como também aperfeiçoar suas habilidades e conhecimentos teóricos e práticos de maneira continuada.

Além de habilidade e conhecimento, outra questão relevante na atuação do intérprete diz respeito à condição de imparcialidade e neutralidade exigida nessa prática profissional. A imparcialidade, ligada ao princípio de conflito de interesses, exige que intérpretes e tradutores não expressem opiniões pessoais sobre assuntos ou pessoas. Já a neutralidade completa é inviável. Assim, os códigos orientam para que a subjetividade seja controlada a fim de não comprometer a interpretação. No entanto, dilemas éticos surgem especialmente na IC em contextos de tensão ou assimetrias de poder, sendo que, em tais circunstâncias, concordar e discordar não indica um comportamento antiético, de acordo com os códigos, mas, sim, a alteração deliberada de um discurso pelo intérprete para refletir suas crenças ou para benefício de seus propósitos. Para Rudvin

Uma das suposições subjacentes entre intérpretes e provedores de serviços é que “ser neutro” é igual à equivalência tradutória. Se décadas de pesquisa em teoria de tradução/interpretação (especialmente a abordagem descritivista) sugeriram que o paradigma positivista de “igualdade” é ilusório e não uma via produtiva para investigação, certamente isso deve nos levar, como pesquisadores, a questionar o paradigma da neutralidade. (Rudvin, 2002, p. 231)³⁴

A partir da ponderação de Rudvin, trago para o centro das discussões o princípio da imparcialidade. Os argumentos que orbitam esse princípio nos dizem que a imparcialidade é crucial para se alcançar uma interpretação precisa na IC, apoiando os requisitos éticos declarados nos códigos de ética. No entanto, Hale sublinha que ser neutro não pode ser igual a ser fiel. Ela indica que a fidelidade requer muito mais do que neutralidade. “Neutralidade, no entanto, pode facilitar a fidelidade da interpretação. Uma tentativa consciente de permanecer neutro é simplesmente um dos muitos aspectos que podem ajudar um intérprete a prestar uma interpretação fiel” (Hale, 2007, p. 123).³⁵ Obviamente os códigos de ética não

³⁴ Em inglês: “One of the underlying assumptions among interpreters and service providers alike is that ‘being neutral’ equals translational equivalence. If decades of research in translation/interpreting theory (especially the descriptive approach) have suggested that the positivist ‘equality’ paradigm is illusory and not a productive avenue for investigation, surely this should lead us, as researchers, to question the neutrality paradigm”.

³⁵ Em inglês: “Neutrality, however, can facilitate faithfulness of interpretation. A conscious attempt to remain neutral is simply one of the many aspects that can help an interpreter render a faithful interpretation”.

deixam explícitos o termo neutralidade, com exceção daqueles que se referem à interpretação em tribunais. Como seguimos o pressuposto teórico de Hale que insere a IC no termo guarda-chuva que abriga a interpretação médica e a judicial, entendo que a neutralidade explicitada nesses códigos de ética implica a IC.

Aparentemente, Hale trata a neutralidade como sinônimo de imparcialidade, assim como muitos autores que utilizam o termo neutro ou neutralidade para explicar o comportamento imparcial. A fidelidade tem a ver mais com a imparcialidade (no sentido de que uma impacta a outra) do que com a neutralidade, muito embora a fidelidade tenha se tornado um termo essencialista, mas que ainda não foi abolido dos códigos deontológicos, como vimos anteriormente. Hale (2007) e Metzger (1999) advogam que a neutralidade é questionável, um mito, por assim dizer. Esse é um aspecto que discuto na seção seguinte.

3.3.2

Os princípios éticos da IC: neutralidade ou imparcialidade?

Abordar os princípios éticos da neutralidade e da imparcialidade não é um empreendimento fácil e, quando se trata do âmbito dos Estudos da Tradução e da Interpretação e o binômio teoria-prática entra em jogo, esses princípios dispensam uma definição simplista. Embora, tais princípios também estejam presentes durante o processo de tradução e Interpretação de Conferência, eles se tornam mais controversos e ainda mais perceptíveis nas interações face a face mediadas por intérpretes. Por essa razão, eu os trato como uma das especificidades da IC.

O dicionário Michaelis (1998) define neutralidade e imparcialidade como palavras sinônimas, ou seja, “a condição daquele que se abstém de tomar partido, que se mantém neutro ou caráter, ou qualidade do que é imparcial; imparcialidade; equanimidade, justiça, neutralidade”. Ainda que o dicionário defina os dois termos como sinônimos, à medida que refletimos sobre o papel do intérprete no processo de interação, é possível concebê-los como distintos. O significado análogo dos termos pode ser constatado na maioria dos documentos deontológicos de códigos de ética da área de interpretação em diversos países (Pokorn; Južnič, 2020).

Estudos empíricos demonstram que a neutralidade e a imparcialidade exigidas pela maioria dos códigos de ética, como uma prática adequada, não estão em conformidade com a tendência de servidores públicos em ver o intérprete como

um defensor (*advocate*), o que torna ainda mais difícil para o intérprete manter a neutralidade (Balounová, 2021).

No passado, estudiosos defendiam a atuação do intérprete como defensor com o intuito de equilibrar a assimetria de poder entre interlocutores (Barsky, 1996). Ao longo dos anos, essa ideia tem sido desconsiderada. Contudo, os estudiosos concordam que os intérpretes comunitários de contextos médicos utilizem a prática do *advocate*, se o objetivo for assegurar o bem-estar do paciente. Porém, há ressalvas em relação a essa prática, visto que não há como determinar (ou quantificar) o grau de interferência do intérprete na interação mediada e, a depender do quanto o intérprete interferir na interação, há que se considerar as consequências de tal conduta. Admitindo isso, os intérpretes podem, por exemplo, omitir falas que os interactantes consideram relevantes, comprometendo o objetivo das partes na interação (Hale, 2008).

Contudo, os axiomas positivistas de equivalência e neutralidade, que foram amplamente discutidos e defendidos por diversos autores ao longo da história da Tradução (sendo Aristóteles um dos primeiros a abordar a questão da fidelidade do texto traduzido), têm sido substituídos por uma abordagem que considera o intérprete como um agente ativo na construção de sentido; em grande medida porque a interação mediada por um intérprete está imbuída de fatores culturais e linguísticos que devem ser considerados no processo de interpretação, visto que sua atuação pode afetar diretamente o resultado da interação (Rudvin, 2002).

As discussões teóricas são permeadas de controvérsias de que tradutores e intérpretes, ao interpretarem a mensagem de um texto de partida (oral ou escrito) para o texto de chegada, devem ser o mais neutros possível. Quanto a isso, Metzger (1999) pontua que

[...] alguns argumentaram que as traduções literais são mais fiéis ao original, enquanto outros sugerem que as traduções livres fornecem uma versão mais apropriada. Contudo, até relativamente pouco tempo, alguns pesquisadores estudaram as falas dos intérpretes a fim de examinar suas contribuições para o discurso nos encontros que interpretam. Análises sociolinguísticas recentes das interações indicam que o papel dos intérpretes não é tão neutro como grande parte da literatura assume ou prescreve. Em um estudo recente sobre a interpretação em encontros interacionais, Wadensjö levanta uma questão importante no que diz respeito à neutralidade da interpretação: “Dado que a neutralidade denota uma noção de relatividade, a pergunta quanto à atividade de intérpretes na interpretação

dialogica deve ser: neutra em relação a quem e/o quê? (Metzger, 1999, p. 3)³⁶

As reflexões sobre a atividade tradutória têm manifestado, por mais de dois mil anos, posicionamentos radicais e opostos. Talvez a controvérsia mais antiga diga respeito à tradução literal e livre. O conceito de tradução literal acolhe a noção de tradução fiel, neutra e objetiva. Contraditoriamente, a tradução livre traz a ideia de tradução infiel, parcial e subjetiva. Os debates em torno dessas questões remetem ao período dos antigos romanos. Cícero (século I a.C.) tinha preferência pela tradução livre ou tradução do sentido, e não pela tradução literal, *verbatim* que significa palavra por palavra. São Jerônimo assim como Martinho Lutero, tradutores da Bíblia, tendiam à tradução livre, opondo-se à tendência dominante de se fazer tradução literal de obras sagradas por respeito à Palavra de Deus. A tradução livre de um texto sagrado poderia ser interpretada como “infel” e herética e o seu tradutor poderia ser condenado pela Inquisição (Souza, 1998).

Essa discussão perdura entre aqueles que, contemporaneamente, defendem a tradução literal e aqueles que a refutam. Porém, a ênfase na tradução literal retira do tradutor a condição de intérprete do texto original. Os adeptos da tradução literal supõem que seja possível encontrar unidades discursivas, palavras e unidades sintáticas na execução do processo tradutório. Conforme demonstra a vasta literatura dos Estudos da Tradução, a tradução literal é, no mínimo, problemática. Metzger (1999) explica que Aristóteles enfatizou a importância da precisão e da equivalência enquanto Erasmo tentou produzir uma tradução literal mantendo a forma e o estilo dos poemas gregos tanto quanto possível. A intenção de Erasmo era transcrever verso por verso sem perder a inteligibilidade no latim. A tradução literal nada mais é do que perseguir a equivalência por meio da forma, em vez do conteúdo, do texto. Assume-se nessa empreitada que é possível descontextualizar certos discursos em palavras e unidades sintáticas no texto de partida e encontrar as unidades correspondentes na língua de chegada.

³⁶ Em inglês: “[...] some have argued that literal translations are truer to the original, while others suggest that’s free translations provide a more appropriate rendition. However, until recently, few have examined the utterances of interpreters in order to examine interpreter’s contributions to the discourse of interpreted encounters. Recent sociolinguistic analyses of interpreters’ interactions indicate that the role of interpreters is not as neutral as much of the literature has either assumed or prescribed. In a recent examination of interactive interpreting, Wadensjö raises an important question with regard to interpreting neutrality; “Given that neutrality is a notion concerning relations, the question concerning dialogue interpreters’ activities must be: neutral in relation to whom and/what?”.

Na década de 1960, Nida (1964) postulou dois tipos de equivalência durante o processo tradutório, a formal e a dinâmica. A primeira refere-se à equivalência em termos de forma (sintática, morfológica); a segunda diz respeito ao efeito que o texto traduzido provoca no público-alvo como sendo semelhante ao do texto original. A equivalência formal é justamente o centro dos debates entre linguistas, especialmente, aqueles que tratam de tradução de poesia, gênero textual em que fonologia, conteúdo e forma estão relacionados. Os questionamentos da traduzibilidade da poesia advêm dos esforços para manter o sentido face ao impasse de manter a equivalência na forma e no conteúdo. As controvérsias em torno da tradução literal impulsionaram Newmark a descrever categorias mais amplas que Nida; referindo-se à tradução semântica e comunicativa, ou seja, a primeira referindo-se à forma e ao conteúdo e a segunda, à equivalência do efeito (Metzger, 1999).

Enfim, essa busca pela tradução literal reflete também a preocupação com a neutralidade que pressupõe a fidelidade do tradutor e é essa a questão que subjaz à noção de tradução livre. Berk-Seligson pontua que a tradução palavra por palavra é inviável, não existe equivalência direta e há palavras que são intraduzíveis. O clichê é verdadeiro, no entanto, “palavras intraduzíveis são a regra, mas palavras que sempre têm traduções exatas são uma exceção” (Metzger, 1999, p. 7).³⁷ Isso significa que é mais comum encontrarmos palavras intraduzíveis no processo tradutório do que palavras que têm sua exata equivalência na língua de chegada. A assertiva de Metzger corrobora a inviabilidade da tradução literal, ao mesmo tempo, confirma que um tradutor pode ter atitudes subjetivas que são inevitáveis e inerentes a ele durante o processo de tradução.

Quando discutimos a interpretação em termos de neutralidade, é importante nos reportarmos a estudos que tratam da interpretação simultânea de línguas orais e de sinais; por exemplo, Metzger (1999) ressalta que o intérprete lida com sobrecarga de informações que demanda uma capacidade mental significativa. Por essa razão, os intérpretes usam procedimentos de ajustes nas interpretações para lidar com a sobrecarga mental. Essas estratégias são: omissões, interrupções, hesitações, erros, atrasos, filtragem e redução na precisão ao iniciar a interpretação, trechos longos podem ser parafraseados. Tais categorias também podem ser

³⁷ Em Inglês: “[...] untranslatable words are the rule and words which always have exact translations the exception”.

identificadas em Gerver (1976) e Barik (1973). Gerver, por exemplo, postula que as diferenças entre texto de partida e de chegada consistem em omissões de palavras, frases e trechos mais longos, substituições de palavras e frases. Metzger explica, a partir de outras pesquisas, que mais do que essas estratégias, o intérprete de Língua de Sinais Americana (ASL) inclui intrusões. Tais estudos analisam a interpretação como um processo no qual os intérpretes são ‘condutos’ e neutros por meio dos quais as mensagens são transmitidas, inibindo, assim, o exame acurado dos contextos culturais genuínos nos quais a interpretação ocorre.

A Sociolinguística Interacional estabelece um paradigma ao considerar os aspectos pragmáticos na interação. O intérprete, quer seja de línguas orais quer de sinais, exerce influência na interação. Assim, os estudos sociolinguísticos pragmáticos dos encontros face a face interpretados indicam que os intérpretes não são inteiramente neutros no que diz respeito à sua influência nas percepções dos interlocutores. Roy (1996) descobriu que os intérpretes influenciam claramente o fluxo da própria interação, como veremos mais adiante neste capítulo.

De acordo com Wadensjö (1998), a relatividade da neutralidade significa que o intérprete deve manter-se neutro em relação aos participantes, apesar de ser leal a um ou a outro objetivo.

Quanto a isso, parece existir um equívoco em relação ao conceito de neutralidade empregado para definir o papel do intérprete na interação. Ora, dado que nenhum comportamento humano, assim como o discurso, é neutro, mas traz características sociais e ideológicas, entendo que o termo mais adequado para definir a atuação do intérprete na interação é a imparcialidade (“distanciamento” por falta de um termo melhor) – termo que não trato como sinônimo de neutralidade –, onde reside a subjetividade inerentemente humana. García-Beyaert *et al.* (2015) ilustram uma situação fictícia de um intérprete também fictício em um dilema ético:

Ao interpretar para um jovem detido, que havia sido maltratado por um policial, Zere [o intérprete] não mostrou raiva ou permitiu que quaisquer sentimentos pessoais influenciassem sua interpretação. (No entanto, ele considerou relatar o incidente assim que a sessão interpretada terminasse). (García-Beyaert *et al.*, 2015)³⁸

³⁸ Em inglês: “When interpreting for a young man in detention who was mistreated a police officer, Zere did not show his anger or allow any personal feelings to influence his interpreting. (He did consider however reporting the incident once the interpreted session was over”.

Para essa conduta profissional, a autora prescreve que o intérprete comunitário deve considerar recusar ou retirar-se de uma tarefa se sua fé, grupo étnico, tribal, político ou outra afiliação puder ser percebida como algo que influencia indevidamente sua imparcialidade. Contudo, acredito que nem sempre se retirar da situação seja uma condição viável. As adversidades inesperadas podem surgir e, algumas vezes, os intérpretes já estão envolvidos em uma situação em que as coisas podem sair do controle de sobressalto. Embora se trate de uma situação hipotética usada para exemplificar condutas, o ponto central aqui é a impossibilidade de ser completamente neutro. Caso fosse uma situação real, perceberíamos que, ao preservar o tom de voz, a linguagem corporal e os sentimentos, Zere demonstrou imparcialidade, mas sem ignorar a gravidade do contexto. Ao relatar os maus-tratos presenciados, o intérprete revela uma postura não-neutra, comprometendo, porém, a regra da confidencialidade. Por outro lado, optar por não relatar o incidente também configuraria uma tomada de posição, o que igualmente evidenciaria a ausência de neutralidade. E se, de outra maneira, o intérprete fizesse uma intervenção, defendendo o detido, no exato momento do ocorrido, estaria deixando de ser imparcial, “distante”. O que o intérprete fez foi ser imparcial para ocultar a sua neutralidade e, implicitamente, “escolheu” abrir mão da confidencialidade. De fato, a imparcialidade é o esforço por objetividade que alguém faz contra sua natural ausência de neutralidade.

Dada a dinâmica do discurso, é importante ter em mente que cada interlocutor não apenas traz consigo o seu próprio “eu” para a interação, mas também aquilo que se desenrola durante esse evento. Por essa razão, o resultado translacional de uma interação dialógica ou triádica é sustentado a partir de pistas de contextualização (Gumperz, 1982).³⁹ Portanto, o sucesso ou o fracasso da interação bilíngue depende das decisões do intérprete que estão condicionadas ao seu entendimento da situação, justamente porque uma interpretação não é algo fixo e

³⁹ De uma perspectiva sociointeracional do discurso, considera-se a comunicação como resultado do trabalho conjunto dos participantes engajados em uma interação face a face. Assim, adota-se a noção essencialmente contextualizada de significação, posto que os significados são construídos, negociados e ratificados na medida em que os participantes se envolvem e envolvem o outro no discurso em determinadas circunstâncias culturais, históricas e institucionais. Nessa visão de discurso, para se referir ao uso da linguagem como forma de prática social, Gumperz (2013) enfatiza a questão das inferências indiretas contextualizadas e, para a compreensão das pressuposições contextuais, contamos com as pistas de contextualização que sinalizam que tipo de atividade está ocorrendo.

limitado, mas resulta de um processo hermenêutico (Rudvin, 2002).⁴⁰ Quanto ao fracasso ou ao sucesso de uma interação monolíngue, Kade explica que a primeira condição de uma comunicação bem-sucedida é que tanto o emissor quanto o receptor da interação tenham à mesma identidade linguística, isto é, dominem os mesmos códigos linguísticos e pertençam a mesma comunidade linguística. O fracasso pode ocorrer a partir de mal-entendidos, quando emissor ou receptor apresentam desvios culturais e/ou dialetais. Gumperz (1982) indica que as pistas de contextualização podem contribuir para a sinalização de contextos que trazem expedientes linguísticos e paralinguísticos, o que implica que a interação entre interlocutores depende do grau de conhecimento de suas funções socioculturais. Com referência a Kade, a interação mediada por intérprete implica que o intérprete domina os fatores subjetivos e que capta a informação intencionada e causa o mesmo efeito comunicativo ao interpretar as mensagens aos interlocutores, como já mencionado anteriormente neste capítulo.

Sendo assim, é inevitável que o intérprete, ao interpretar interlocutores de culturas diferentes, recorra a estratégias que extrapolem o nível semântico visando a facilitar a interação entre eles, contrariando, portanto, a premissa positivista da transferência neutra do conteúdo informativo que alguns códigos de ética sugerem. Parece bastante útil nesse momento mencionar que os sociolinguistas, assim como os etnolinguistas, veem a linguagem como um fenômeno não estático, cujas estruturas internas e funções variam de acordo com a cultura. A língua nada mais é do que a experiência de uma pessoa ou grupo que está inserido em uma determinada cultura. As convenções/normas sociais que se alinham à língua e à cultura tendem, naturalmente, a influenciar uma interação bilíngue. Intérpretes são intrinsecamente envolvidos com aspectos de língua-cultura que são fenômenos transdisciplinares. Logo, a interpretação é uma atividade transversal, uma vez que está presente em todas as atividades humanas quando a diferença de culturas e línguas impede a interação entre duas ou mais pessoas.

Nos últimos anos, pensadores das ciências humanas, filósofos, sociólogos e antropólogos, bem como críticos culturais e de outras áreas, têm desafiado o princípio positivista da “objetividade” e argumentado que a ideia de um diálogo “neutro” ou “livre” é ilusória. Se não existe pensamento neutro, tampouco pode

⁴⁰ Em inglês: “[...] an interpretation that can – at least in theory - never be finite or fixed but will necessarily be the result of a hermeneutic process”.

haver um diálogo que se presuma objetivo. Schweda-Nicholson (1994) sustenta que o papel fundamental do intérprete na interação é o de “painel de vidro” através do qual a luz passa sem alteração ou distorção, embora o papel de facilitador e mediador seja adequado em certos contextos. No entanto, Rudvin prefere utilizar o termo “prisma” como uma metáfora mais adequada para o agenciamento do intérprete na situação interacional dialógica ou triádica:

O prisma pode ser uma metáfora mais adequada, se precisarmos de metáforas: através de uma combinação de entrada e receptáculo/mediador, a “luz” é lançada em muitas direções diferentes e em muitas cores diferentes, permitindo uma série de interpretações possíveis, dependendo do ângulo ou posição do ponto de vista do qual é visto [...]. (Rudvin, 2002, p. 220)⁴¹

As críticas às concepções positivistas argumentadas por Rudvin (2002) são reafirmadas ao se considerarem, nessa equação, as ideias pós-colonialistas relativas ao mito do discurso neutro e ao aspecto das relações de poder. Tais argumentações parecem coadunar com a teoria sobre o espaço social bourdeusiano: *habitus* e campo. Dessa forma, o mito da neutralidade pode ser entendido pelo *habitus* e campo, conceitos cunhados por Bourdieu (1986, 1996).

Para Bourdieu, há uma relação dialética entre o agente social e a estrutura social, mediada pelo *habitus*, o *modus operandi*, que organiza e orienta determinada prática localizada entre a subjetividade do sujeito face à objetividade da sociedade. Sucintamente, *habitus* são disposições incorporadas que variam com o tempo, de indivíduo para indivíduo, de acordo com o capital (econômico, simbólico, social, cultural) a que se tem acesso, o campo a que se pertence e como se atua no espaço social onde se está. O *habitus* media a relação entre duas esferas, a subjetividade do agente social e a objetividade da sociedade. Para Bourdieu, *habitus* são estruturas estruturadas que operam como estruturas estruturantes e moldam a forma de agir, pensar e sentir por meio de experiências incorporadas pela família, educação; enfim a socialização. O *habitus* gera e estrutura as decisões a serem tomadas subjetivamente pelo agente social sem a necessidade de outro agente coordenando essas condições. Em termos mais simples, o *habitus* é uma grade de leitura que os indivíduos dispõem para ler o mundo e a vida social. Assim, todos os indivíduos

⁴¹ Em inglês: “A prism might be a more suitable metaphor, if metaphors we need: through a combination of input and receptacle/mediator, ‘light’ is thrown out in many different directions and in many different colours, allowing for a series of possible interpretations depending on the angle or position from which it is seen [...]”.

possuem disposições próprias advindas dessa grade. Outro elemento a ser destacado são os esquemas classificatórios que são criados a partir do *habitus*. Pode parecer que o agente ganha total liberdade de escolha quando a noção de *habitus* descrita acima é retomada, todavia nos alerta Bourdieu que há uma determinação antes mesmo da ação do agente.

Bourdieu nomeia essa determinação de esquemas generativos. Esses esquemas antecedem e guiam a ação e são a base para outros esquemas generativos e que podem ser usadas pelo agente. Isso significa que, antes de o agente social agir, existe um leque de convenções determinadas pela objetividade da sociedade. Quando o agente toma como a base de suas escolhas uma categoria desse leque, suas próximas ações/attitudes podem ou não estar sobre essa primeira categoria. Um exemplo são os gostos e as preferências. Nossos gostos e preferências não são vistos apenas como escolhas subjetivas no espaço social, mas como escolhas incorporadas por meio dos esquemas generativos. Nesse sentido, as attitudes do agente social sempre estarão atreladas aos esquemas generativos do contexto/campo em que ele se situa. Tem-se aqui uma situação tensa, principalmente quando pensamos nos impasses que podem surgir entre agentes sociais, intérpretes comunitários e agentes sociais institucionais envolvidos em relações de poder. Inghilleri (2003) exemplifica essa situação em um estudo sobre IC em entrevistas de solicitação de refúgio.

Bourdieu, ao defender o estruturalismo construtivista, explica que ações/attitudes criadas subjetivamente pelo agente social estão condicionadas aos esquemas generativos sociais/institucionais e são condicionantes deles. A essa relação dialética entre *habitus* e “contexto” dá-se o nome de prática, a qual são condições subjetivas relacionadas com as condições objetivas da estrutura social. Portanto, o *habitus* não determina nossas ações, ele apenas norteia as probabilidades de ações dentro do campo face a outros campos. O conceito de *habitus* apenas ajuda a compreender e fazer previsões probabilísticas sobre ações e decisões de agentes sociais no espaço social. Para Bourdieu, esse “contexto”, espaço no qual há um embate de agentes, de rearranjos de posições determinadas *a priori* é denominado campo social. O autor define o campo como um espaço determinante das regras do jogo numa inter-relação de competição e cooperação entre agentes sociais que objetivam se posicionar dentro de um certo campo. Dependendo do campo e das intenções no campo, agentes sociais utilizam capital produzido e incorporado individual e socialmente (econômico, simbólico, social, cultural), estabelecendo

assim as relações de poder no campo face também a outros campos. Em síntese, é dessa maneira que agentes sociais agem nos campos econômico, político, acadêmico, literário, científico, familiar, entre outros.

O *habitus* (individual ou aquele que um grupo convencionou)⁴² baseia-se em princípios responsáveis por diferentes práticas que permitem esquemas classificatórios, princípios de divisão e gostos diferentes. Isso significa que nossas escolhas estão, sem dúvida, condicionadas ao campo a que pertencemos, no qual há dominantes e dominados que fazem parte de um jogo de relações de poder. Estas questões se aplicam aos campos das instituições jurídicas, médicas e migratórias que interagem com o campo da IC. Sendo as nossas atitudes inevitavelmente condicionadas a algum campo (do ponto de vista ético ou deontológico), não há, pois, como ser objetivamente neutro ou imparcial.

Com base nessas reflexões, pode-se inferir que as normas e convenções que ditam a invisibilidade e neutralidade do intérprete geram situações de conflito em diversas dimensões. Inghilleri (2003), em um estudo sobre a IC em entrevistas de solicitação de refúgio, utilizou os conceitos de *habitus* e campo para explicar os conflitos causados entre o *habitus* dos intérpretes e das instituições responsáveis pela elegibilidade do refúgio. Como resultado de uma pesquisa de campo, a autora concluiu que as normas – “interpretar palavra por palavra”, “evitar conversas com requerentes”, “não usar a terceira pessoa para interpretar” – exigidas no processo das entrevistas conduziram a dificuldades expressivas de interpretação. No que tange à norma de “intérprete como transmissor da mensagem”, o fato de o intérprete ter de escolher entre o que o requerente “diz” e o que ele “quer dizer” gerou aspectos conflitantes, por ser o resultado da aceitação do intérprete à norma operacional de agir como transmissor, o que implica também o fato de os entrevistadores desconhecerem a função da interpretação.

Para Inghilleri (2003), apesar de a adesão do intérprete a essa norma indicar subserviência, esse conflito desequilibra a estrutura de poder expressa através das intervenções dos responsáveis por conceder a elegibilidade ao solicitante de refúgio. Tais conflitos ocorrem, porque dentro de um mesmo campo se está lidando com *habitus* distintos que pressupõem uma atitude inerente ao ser humano. Segundo a autora, as normas estabelecidas não precisam ser entendidas como

⁴² Refiro-me a instituições totais segundo Goffman (1961) e às associações de intérpretes que ditam o código de ética, mencionadas na subseção anterior.

problemáticas. A escolha de servir como transmissor (canal de comunicação) da mensagem ou “defensor” (*advocate*) pode derivar da qualificação e experiência do intérprete; não obstante, deve ser pensada com critério em relação ao *habitus*, ao campo e às normas que estão imbricados no processo interpretativo. O fato de os envolvidos não negociarem a produção de significados reforça a manutenção da ideia de invisibilidade. Tal invisibilidade caminha com a norma da monocultura monolíngue, cujo objetivo é a produção de significados no âmbito interpretativo da língua-alvo. Neste contexto, Inghilleri (2003) argumenta que a função essencial dos intérpretes passa a ser a contenção do órgão responsável pela transgressão das fronteiras linguísticas, culturais e políticas. Segundo a autora, “[...] uma atividade tradutória que opera como uma negociação aberta e ativa sobre o(s) significado(s) é ainda mediada pelos campos político e jurídico e seus *habitus* que os acompanham, que também impactam o contexto de interpretação” (Inghilleri, 2003, p. 260).⁴³ As ideologias políticas nacionais e internacionais, que são realocadas dentro do contexto no qual o poder é reproduzido e/ou reconfigurado e mantido pelo Estado, sugerem que os atos de traduzir e interpretar são compreendidos por meio das práticas sociais nos campos em que são gerados, sugerem ainda que tradutores e intérpretes são agentes envolvidos nas formas de prática em que operam e são capazes de transformar essas práticas por meio do funcionamento de seus *habitus* (Inghilleri, 2003).

Embora os princípios dos códigos de ética, elaborados por associações de Intérpretes de Conferência,⁴⁴ reconheçam a necessidade de uma interação sensível à cultura e a participação ativa do intérprete, eles ainda se baseiam no ideal positivista de completa objetividade, imparcialidade, neutralidade de tradução, de modo que se interprete “exatamente o que você ouve”. Rudvin, em seu artigo intitulado “How neutral is neutral”, explica que o mito da neutralidade está profundamente enraizado nos paradigmas ocidentais de um “modelo racional/científico/objetivo”. A autora ainda indaga até que ponto os direitos dos indivíduos estariam salvaguardados, se os intérpretes aderissem às normas das

⁴³ Em inglês: “[...] translational activity which operates as an open and active negotiation over meaning(s) is further mediated by the political and legal fields and their accompanying habitus which also impact on the interpreting context.”

instituições, já que atendem aos seus interesses. Se o direito inalienável de o cliente poder se comunicar na sua própria língua está ameaçado pela lealdade que o intérprete deve às instruções, até que ponto a assimetria de poder pode ser compensada? Rudvin, acrescenta que, de um certo ponto de vista, esses dilemas ocorrem porque a ideia de completa neutralidade e a igualdade de direitos/acesso à comunicação, embora ilusórias, são consideradas um dado adquirido.

Essas reflexões encorajam-me a continuar essa discussão, porém em relação à mediação intercultural e IC, um tema que se relaciona com a imparcialidade e/ou neutralidade, cabe-me esclarecer que esses dois termos, ou, por assim dizer, essas duas funções, que paradoxalmente se entrelaçam, parecem um tanto dúbias, quando se trata do contexto brasileiro. Em muitos países, o mediador (inter)cultural e o intérprete comunitário são considerados profissionais distintos, em outros, semelhantes ou iguais. Como no Brasil não existe a profissão de mediador intercultural, passo agora para a discussão do intérprete como mediador intercultural, das diferenças entre o mediador intercultural e o intérprete, assim como, fora do contexto brasileiro, do que se entende pelo conceito dado à mediação intercultural.

3.3.3

Das concepções de mediação intercultural e interpretação comunitária

Para esclarecer o que parece ser um equívoco conceitual entre mediador intercultural e intérprete, proponho ampliar o entendimento sobre Interpretação [comunitária] como mediação; apresentar o conceito e o perfil do mediador intercultural em diversos países, a fim de compreender onde termina o papel do intérprete e começa a do mediador intercultural, e quando e como esses papéis se entrelaçam ou se complementam. Além disso, trago uma explicação dos termos inter-, multi- e transculturalidade aplicados ao processo de comunicação (Yuste Frías, 2016) para tecer minhas argumentações sobre o tema.

Face à diversidade cultural e ao fluxo crescente da superdiversidade em tempos de mundialização (Vertovec, 2007), o intérprete comunitário⁴⁵ ocupa um lugar relevante em diversos contextos. Nos serviços públicos, como sendo órgãos

⁴⁵ Yuste Frías (2016) refere-se ao intérprete de serviços públicos. No entanto, adoto a nomenclatura intérprete comunitário mais aceita no Brasil.

que se fundamentam na igualdade de acesso a todas as pessoas, a prestação de serviços de mediação linguística de intérpretes e tradutores é indispensável à população, seja nativa ou alofone, com pouca ou nenhuma proficiência na língua do país. O Estado não pode ignorar que, em meio à superdiversidade linguística, cada língua carrega uma identidade cultural. Os problemas que surgem na comunicação nos setores públicos (e outros contextos), entre outros fatores, devem-se quase sempre a representações estereotipadas e equivocadas em relação à cultura que um (nativo) faz do outro (migrante) e vice-versa, ignorância que impera, naturalmente, em discursos identitários (Yuste Frías, 2016). Infelizmente, governantes de alguns países, como no Brasil, não consideram a presença de profissionais para prestação de mediação linguística em serviços públicos. Yuste Frías (2016) pontua, “[...] Dado que traduzir e interpretar são, de fato, atividades culturais, a tradução e a interpretação baseiam as atividades dos serviços públicos na sua relação diária com o outro e a diferença [...]”.⁴⁶ Interpretar é unir pelo diálogo, reconstruir culturas, portanto, essencial para garantir direito e acesso a todos. Contudo, para além disso, o processo de interpretação consiste em traduzir discursos, o que faz toda a diferença, em especial, quando pensamos na interpretação não profissional (ou *ad hoc*) e na atuação de mediadores interculturais.

Como bem explica Yuste Frías,

Traduzir e interpretar são atividades cujo único material de trabalho, como única realidade tangível e pesquisável, são os atos de fala, ou seja, os atos linguísticos de criação inédita do sujeito falante que representam uma atualização do sistema linguístico (a língua) numa mesma fala única e concreta e irrepetível de quem se expressa seja por escrito (texto) ou oralmente (fala). (Yuste Frías, 2016, p. 108)⁴⁷

A linguagem e a língua são abstrações, mas elas se materializam na voz e nos fenômenos paralinguísticos (gestos, semblante, olhar etc.) de quem fala. A língua, por sua vez, é sistematizada por regras normativas transcritas em manuais e

⁴⁶ Em espanhol: “[...] Dado que traducir e interpretar son, de hecho, actividades culturales, la traducción y la interpretación fundamentan las actividades de los servicios públicos en su relación diaria con el otro y la diferencia”.

⁴⁷ Em espanhol: “Traducir e interpretar son actividades que tienen como único material de trabajo, como única realidad tangible e investigable, los actos de habla, es decir los actos lingüísticos de creación inédita del sujeto hablante que suponen una actualización del sistema lingüístico (la lengua) en el mismo hablar concreto único e irrepetible de quien se expresa ya sea por escrito (texto) u oralmente (discurso)”.

gramáticas a partir da observação e descrição de linguistas. O intérprete trabalha com os atos da fala (*parole*)⁴⁸ que é viva e irrepetível, isto é, com concepções linguísticas em uso. Isso é o que torna a tarefa do tradutor e do intérprete tão específica e distinta, quando comparada ao profissional bilíngue. Por assim dizer, são a fala e a norma que marcam a identidade cultural. De acordo com Yuste Frías (2016),

Quem traduz e interpreta sabe perfeitamente que o sentido de um texto ou de um discurso, a sua carga cultural, nunca é a soma dos sentidos dos seus significantes: **se assim fosse, os programas de tradução automática, com a ajuda das memórias de tradução, há muito tempo teriam eliminado o tradutor-intérprete humano profissional do mercado profissional.** O sentido de um texto ou de um discurso que deve ser traduzido ou interpretado tem origem na estratégia textual ou discursiva que cria, respectivamente, a leitura intensiva do texto ou a escuta atenta do discurso. Assim, fica claro que o significado de cada “identidade cultural” deve ser buscado na forma como um texto é escrito ou na forma de falar que cada usuário da língua possui. (Yuste Frías, 2016, p. 109-110, grifo meu)⁴⁹

É comum que leigos e pessoas mal-informadas sobre a complexa tarefa do tradutor e intérprete profiram que esses profissionais não são necessários, já que existem softwares e/ou aplicativos de tradução e interpretação automáticos que em minutos “resolvem” urgências. O fato é que, como mesmo pondera Yuste Frías (2016), o intérprete, no exercício de sua função, busca o sentido, o significado do discurso/fala que, por sua vez, está impregnada da carga cultural e da identidade cultural de quem dá vida à língua por meio da fala.

Almeida e Nordin (2017) manifestam indignação pelo fato de o Tribunal Regional Federal da 3ª Região permitir o uso do Google Tradutor® como uma ferramenta eletrônica para traduzir a sentença do réu estrangeiro. Conforme o entendimento da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 3ª Região, o uso da

⁴⁸ *Parole* (fala) é a expressão de cada indivíduo, que se concretiza pelo uso do sistema (língua): o ato de falar, a seleção de palavras e estruturas gramaticais para transmitir pensamentos e ideias específicas em situações concretas de comunicação. São estes atos de fala que refletem as escolhas pessoais dos indivíduos e que possuem as nuances e variações de cada falante e do contexto em que ele está.

⁴⁹ Em espanhol: “Quien traduce e interpreta sabe perfectamente que el sentido de un texto o de un discurso, su carga cultural, no es jamás la suma de los significados de sus significantes: si fuera así, hace ya tiempo que los programas de traducción automática, con ayuda de las memorias de traducción, habrían eliminado del mercado profesional al traductor-intérprete humano profesional. El sentido de un texto o de un discurso que hay que traducir o interpretar tiene su origen en la estrategia textual discursiva que crea, respectivamente, la lectura intensiva del texto o la escucha atenta del discurso. Así pues, está claro que el sentido de cada «identidad cultural» debe buscarse en la manera de redactar un texto o en la manera de hablar que posee cada usuario de la lengua”.

ferramenta é uma “má prática, medida idônea e rápida com bons resultados”. Segundo os autores, embora o Google Tradutor® seja uma ferramenta útil para fins pessoais,

[...] quando se pretende utilizar tal dispositivo eletrônico primário no ambiente judicial, em substituição ao trabalho de intérpretes e tradutores forenses, não só se assume o risco (altíssimo) de grave atentado ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa, como se passa o atestado de profunda ignorância linguística. (Almeida; Nordin, 2017, p. 19)

Interpretar e traduzir, portanto, significa não só interpretar e traduzir palavras, mas, sim, as maneiras de usar as palavras. É também interpretar e traduzir as maneiras de expressar pensamentos, sentimentos, emoções, ideias; apresentar argumentos, contar histórias no lugar e em prol daquele que fala. Por assim dizer, esse profissional trata da identidade cultural porque não interpreta a língua, mas a fala. O binômio fala-identidade cultural permite ao intérprete e ao tradutor se distanciar da visão reducionista e essencialista da relação língua-identidade cultural e da noção de pertencimento, uma visão do século XVIII que se baseava na concepção de que um povo tivesse atitudes, características e identidade única e homogênea. A ideia de “um povo, uma língua” surge no século XIX, com a demarcação de territórios e a territorialização da identidade cultural, princípios fundamentais dos Estados-Nações; fundamentos superados pelo pensamento pós-moderno da superdiversidade (Vertovec, 2007). Segundo Yuste Frías (2016), os intérpretes e tradutores possuem competências e subcompetências, uma delas é interpretar e traduzir múltiplos pertencimentos, já que a superdiversidade étnica e social caminha, hoje, na contramão do monolinguismo nacional.

Antes de avançar o tema acerca do conceito e perfil de mediadores interculturais e intérpretes, bem como a discussão terminológica sobre interculturalidade mencionada no início desta seção, abro um parêntese para abordar um assunto que julgo importante para esta investigação que é a interpretação/tradução das maneiras de expressar as emoções de quem fala.

Estudiosos, como Breton (2021) – autor do livro *Antropologia das emoções* – concordam que emoções humanas têm um componente cognitivo, fisiológico e expressivo. Outras noções universais não negam o fato de que a cultura exerce grande influência na comunicação das emoções. A linguagem representa diferenças culturais na experiência da emoção, assim como diferentes línguas podem

apresentar desafios na tradução e na interpretação quando se trata de conceitos de emoção, especialmente, quando há casos em que existe pouca ou nenhuma equivalência nos significados semânticos desses conceitos. A comunicação emocional, via de regra, é perceptível pelas expressões faciais, e as diferenças culturais e convenções sociais orientam essas expressões.

Os conceitos de emoção muitas vezes variam amplamente de uma cultura para outra. À guisa de ilustração, veremos alguns exemplos de como as línguas europeias apresentam problemas de tradução. A palavra *angst* (angústia) em alemão é traduzida para o inglês como *fear* (medo); em francês *tristesse* é traduzida para o inglês como *sadness*; *rabbia* (irritação, fúria) em italiano para *anger* (raiva) em inglês. No entanto, para cada palavra, há diferenças semânticas sutis desses conceitos de emoção. Além disso, há muitos casos em que um conceito de emoção numa língua não apresenta equivalente semântico numa língua diferente (Goddard, 2002; Remland; Jones, 2023).

A constelação de competências que define o processo tradutório e interpretativo está intrinsecamente relacionada aos argumentos de Yuste Frías (2016) sobre o problema do uso do termo “intercultural”. Da mesma forma que há problemas conceituais envolvendo os prefixos inter-, multi- e trans-disciplinaridade no campo da educação, algo semelhante ocorre quando os mesmos prefixos são usados com termos como “comunicação” e “cultura”.

A terminologia tem sido amplamente empregada em discursos políticos e, conseqüentemente, em diversas áreas das Ciências Humanas (psicologia, filosofia, sociologia, linguística), incluindo o campo disciplinar dos Estudos da Tradução e Interpretação para definir a diversidade cultural. Existe uma distinção expressiva nos termos inter-, multi- e trans-culturalidade. Os termos “intercultural” e “multicultural”, conforme Yuste Frías (2016), revelam uma ideologia individualista exagerada. Quando se confunde identidade com pertencimento, “a noção de identidade concebida sob as perspectivas teóricas do intercultural e do multicultural se opõe às sensações que os múltiplos pertencimentos buscam vivenciar” (Yuste Frías, 2016, p. 113).⁵⁰

⁵⁰ Em espanhol: “[...] la noción de identidad concebida bajo las perspectivas teóricas de lo intercultural y lo multicultural se opone a las sensaciones que procura vivir múltiples pertenencias”.

Como em outros contextos, o prefixo “inter” utilizado com a palavra “cultura” pressupõe que as culturas estejam apenas justapostas, se comunicam, se relacionam, mas não se atravessam, isto é, não são transversais. Cada cultura se limita ao seu território. Já o prefixo “multi” com o mesmo vocábulo, sugere um pensamento que extrapola o conceito de interculturalidade de modo que implica o essencialismo onipresente típicos de discursos políticos. Tanto o prefixo “inter” quanto “multi” - culturalidade’ territorializam e delimitam as culturas à produção verbal e não verbal da identidade cultural. Se levada a cabo, no processo de interpretar, a interculturalidade tritura, mescla, mistura até que tudo se torne homogêneo, até que a manifestação de pertencimento da identidade cultural ofusque ou desapareça, até que o nativo se confunda com o imigrante (Yuste Frías, 2016).

O multiculturalismo possui uma noção exagerada da diferença, são apenas culturas que se justapõem e não se relacionam, tampouco se comunicam e de maneira alguma se atravessam, não são transversais, isto é, pretos de um lado, brancos de outro, amarelos à esquerda, vermelhos à direita. Como bem ressalta Yuste Frías (2016):

Na época colonial, o negro era escravo; no pós-colonialismo, ele se torna trabalhador doméstico, jogador de basquete ou presidente dos Estados Unidos. Obama, apesar de ser, na verdade, mestiço, é considerado o “primeiro presidente negro” pela regra da gota única, que considera negro qualquer pessoa que tenha uma única gota de “sangue negro”. (Yuste Frías, 2016, p. 115)⁵¹

Esse autor pondera que, no multiculturalismo americano, é possível conceber comunidades raciais e étnicas de todo o tipo, mas não considera a mestiçagem uma identidade cultural.

E acrescenta:

[...] o multiculturalismo deixa liberdade absoluta ao migrante para poder expressar os diferentes pertencimentos da sua identidade, mas, sim, tanto a forma de o fazer como o tempo e o lugar são fixos. É possível que as culturas estejam presentes, sim, mas a obsessão em respeitar as “origens” de cada cultura e mantê-la “intata e pura”, sempre bem separada e diferenciada das

⁵¹ Em espanhol: “En los tiempos coloniales, el Negro era un esclavo; en el pos colonialismo se convierte en un trabajador del servicio doméstico, en un jugador de baloncesto o en Presidente de los Estados Unidos. En efecto, Obama, a pesar de ser, en realidad, mestizo, es considerado como el «primer presidente negro» por la *one drop rule* («la regla de una sola gota») que considera negra toda persona que tenga una sola gota de «sangre negra»”.

demais, impossibilita que uma cultura incorpore qualquer pertencimento de outra. (Yuste Frías, 2016, p. 116)⁵²

O prefixo “trans” sugere um diálogo transversal desterritorializado entre culturas, que rompe as fronteiras e abre espaço para identidades culturais e pertencimentos. Tal diálogo vai ao encontro da noção de superdiversidade (linguística-cultural) apresentada por Vertovec (2007), Jacquemet (2015, 2019), Bloomaert e Rampton (2011) e outros. Portanto, traduzir e interpretar (refiro-me também à IC) é um processo mais transcultural do que inter e multicultural. Segundo as ideias de Yuste Frías (2016),

[...] não integrar nem assimilar o migrante alofone. Traduzir e interpretar nos serviços públicos é traduzir e interpretar tanto um (o prestador de serviço público) como outro (o migrante alofone), numa perspectiva de comunicação transcultural que não só permite compreender as diferentes manifestações linguísticas (a fala), paralinguísticas (os gestos) ou materiais (roupas e acessórios) de pertencimento das duas identidades presentes no diálogo, mas também possibilita a sua transformação e enriquecimento. (Yuste Frías, 2016, p. 118)⁵³

Parece que essas concepções são, dentre muitas, a definição – se não exata, pelo menos adequada – do que é interpretar em contexto comunitário. As concepções desses autores chamados ao diálogo nesta tese são primordiais para compreender diversas manifestações linguísticas e paralinguísticas da penitenciária de Itaí onde é possível encontrar um entrelaçamento de línguas e culturas, mas não somente isso, há um imbricamento de falas, identidades culturais e noção de pertencimento. Interpretar é, em vista disso, mediar transculturalmente.

Se quisermos entender o conceito e o papel do mediador intercultural, vale a pena nos reportarmos ao estudo de Baraldi e Gavioli (2016). Esses autores

⁵² Em espanhol: “el multiculturalismo deja una libertad absoluta al migrante de poder manifestar las distintas pertenencias de su identidad, pero, eso sí, se fijan tanto el modo de hacerlo como el momento y el lugar. Se consigue que las culturas estén presentes, sí, pero la obsesión por respetar los «orígenes» de cada cultura y mantenerla «íntacta y pura», siempre bien separada y diferenciada de las demás, hace imposible que una cultura incorpore alguna pertinencia de otra”.

⁵³ Em espanhol: “Ni integrar, ni asimilar al migrante alófono. Traducir e interpretar en los servicios públicos es traducir e interpretar tanto al uno (el proveedor del servicio público) como al otro (el migrante alófono) desde una perspectiva de comunicación transcultural que no sólo permite comprender las diferentes manifestaciones lingüísticas (el habla), paralingüísticas (los gestos) o materiales (vestimenta y complementos) de las pertenencias de las dos identidades presentes en el diálogo, sino que posibilita la transformación y el enriquecimiento de las mismas”.

realizaram um estudo longitudinal na Itália onde avaliaram o papel do mediador intercultural em contexto médico.⁵⁴

Aproximadamente 200 mediadores de um hospital situado no centro-norte da Itália foram avaliados. As reuniões entre médicos e pacientes nos setores de obstetrícia/maternidade e ginecologia foram registradas em áudio. Os mediadores eram mulheres experientes em migração e as línguas dos pacientes eram o árabe e inglês.

A partir desse estudo, é possível ter uma ideia muito clara e consistente do que é ser mediador, embora Baraldi e Gavioli delineiem esse profissional da perspectiva europeia, tendo como dados de análise somente o contexto médico. Partindo desse pressuposto, mediadores interculturais são mais frequentemente contratados nos serviços públicos porque há uma preocupação das instituições de que mal-entendidos por peculiaridades culturais possam dificultar a interação com migrantes em termos de prestação de cuidados à saúde. Essas instituições públicas preferem mediadores a intérpretes porque compreendem que mediadores são mais competentes para lidar com pontos de vistas diferentes de modo a estabelecer facilmente conexões e relações interculturais.

Esses mediadores de serviços de saúde não são intérpretes profissionais, mas quando o são, a formação em interpretação não é vista como essencial; ainda que em 100% dos encontros interacionais os mediadores atuem como intérpretes comunitários (Baraldi; Gavioli, 2016). A mediação é exigida tanto do intérprete como do mediador. Contudo, na perspectiva interacional, a mediação acontece como consequência do processo da interpretação. Inversamente, para mediadores interculturais, a interpretação ocorre como consequência do processo de mediação, de modo que os dois – intérpretes e mediadores – estabelecem uma compreensão mais acurada na interação entre as partes envolvidas em termos de língua e cultura. Então que diferença há entre eles?

Conforme o estudo de Baraldi e Gavioli (2016), a diferença está no agenciamento e nas formas disponíveis de mediação e na extensão da interferência permitida para o mediador e para o intérprete na interação. Os intérpretes participam de diversas situações de mediação, nas quais precisam fazer intervenções e esclarecimentos que contribuem para o equilíbrio da assimetria de poder. Essas

⁵⁴ Embora Yuste Frías (2016) conceitue a mediação como transcultural, o nome dado à profissão é de mediador intercultural. Estudos na área, em sua maioria, referem-se a essa nomenclatura.

interferências nem sempre são apenas de natureza linguística, mas envolvem aspectos culturais que, se não esclarecidos, podem criar lacunas na interação. Contudo, até que ponto o intérprete pode interferir é certamente delimitado pelos códigos de ética.

O agenciamento do mediador define-se a partir da possibilidade de escolher uma ação entre outras disponíveis. Isso implica a sua capacidade de escolher face à disponibilidade de escolhas. O agenciamento, na interação, surge quando o mediador faz escolhas que potencializam as suas ações alternativas, mas que, às vezes, (mas nem sempre) contrariam o que está preconizado no código de ética de intérpretes.

Baraldi e Gavioli (2016) apresentam os dois lados do agenciamento do mediador, o primeiro tem a ver com suas escolhas reais, por exemplo; a escolha de interpretar ou não os certos segmentos de uma interação. Em relação à “mediação-interpretada (*renditions*)”, os autores distinguem dois tipos: “formulações” e, “expansões multipartes” (ou de múltiplas partes); em ambos os casos as interpretações dos mediadores são visivelmente diferentes daquelas encontradas nos dados fornecidos por Wadensjö (1998) para intérpretes de serviço público.⁵⁵ Outro agenciamento do mediador está relacionado às escolhas das ações no contexto, isto é, nas sequências interacionais, a mediação é construída em conjunto com os participantes. Segundo Baraldi e Gavioli (2016), “[...] a escolha da ação (apropriada) dos mediadores pode ser reconhecida ou mesmo solicitada pelos profissionais de saúde, solicitada pelos pacientes, negociada e decidida pelos participantes primários e mediadores”.⁵⁶

Mediadores podem usar as “formulações” na interpretação bilíngue. Nessas formulações, eles fazem mudanças nas mensagens originais, reduzem, expandem

⁵⁵ Wadensjö (1998) descreve diferentes tipos de interpretação da mensagem (*renditions*): (i) “interpretação expandida”: versão expandida inclui informações expressas de forma mais explícita do que a expressão “original” anterior; (ii) “interpretação reduzida”: inclui informações menos explicitamente expressas do que a expressão “original” anterior; (iii) interpretação substituta: consiste em uma combinação de uma versão ampliada e de uma versão reduzida; (iv) interpretação resumida: texto que corresponde a dois ou mais “originais” anteriores. Em alguns casos, pode consistir em constituintes relacionados com dois ou mais originais fornecidos por um mesmo interlocutor. A interpretação de “duas partes” / “multipartes” consiste em dois enunciados do intérprete correspondentes a um “original”, que é dividido em partes por outro enunciado “original” interposto, cujo conteúdo proposicional não se reflete na “transmissão”.

⁵⁶ Em inglês: “[...] mediators’ choice of (appropriate) action can be acknowledged or even called for by healthcare professionals, solicited by patients, negotiated and decided upon by primary participants and mediators”.

ou resumem as mensagens. Nas “mediações-interpretadas multipartes”, os mediadores interpretam de maneira expandida, sendo que dividem as informações em diferentes turnos.

No segundo aspecto da mediação, que diz respeito à escolha de “não interpretar” os segmentos de uma interação, o mediador é confrontado com uma situação em que há diferenças nas perspectivas/pontos de vista dos interlocutores, dificultando a escolha da interpretação adequada para tornar claras as opiniões divergentes dos interagentes. Parece que o mediador nessa situação não apenas deve tornar claras as opiniões distintas dos interlocutores como também necessita auxiliar os dois a chegarem a um consenso (e a um entendimento); por exemplo, quanto há procedimentos sugeridos pelos médicos a que os pacientes não querem se submeter, talvez por desconhecimento ou por questões culturais.

As sequências diádicas “mediador-médico” e “mediador-paciente” ocorrem com muita frequência. Essas sequências são caracterizadas por momentos em que as interações acontecem quando médico ou paciente precisam de esclarecimentos ou de explicações as quais mediadores têm permissão ou experiência suficiente para dar. Além disso, às vezes, é o mediador que precisa que o paciente esclareça certos discursos para que ele (o mediador) consiga interpretar os segmentos para o médico com exatidão.

Conforme Baraldi e Gavioli (2016) ponderam, os tipos de interpretação (*renditions*) diferem daqueles que se espera dos intérpretes profissionais. Os mediadores não têm ações individuais, mas, sim, são chamados para participar da interação que é triológica, isto é, que envolve os interactantes primários e o intérprete. Algumas vezes, são chamados por sua expertise para explicar algo, outras, são autorizados a readaptar o conteúdo da mensagem como melhor convier ao receptor da mensagem (médico ou paciente). Esse “chamado” e/ou autorização pode ser constatado no próprio discurso: “pergunte a ele(ela)”, “explique para ele(ela)”, “diga a ele(ela)” ou “nós precisamos explicar para ele(ela)”.

Enfim, o agenciamento dos mediadores nas escolhas das ações ocorre de modo a facilitar a interação entre os participantes. O fato de saber fazer essas escolhas exige alta competência profissional. Para Baraldi e Gavioli (2016):

[...] quebrar uma ordem normativa, como a prescrita nos códigos de interpretação, envolve aprender competências para escolher entre um número maior elevado de alternativas de ação. Ao explorar estas alternativas, as escolhas autônomas do mediador

podem tornar-se verdadeiras expressões de opiniões e, assim, ter funções que vão além daquelas envolvidas na coordenação das vozes dos participantes. (Baraldi; Gavioli, 2016, p. 52)⁵⁷

Os códigos de ética, estudados amplamente pela literatura dos Estudos da Interpretação, têm tradicionalmente prescrito o estabelecimento de normas e condutas que impedem os intérpretes de tais ações, evitando que esses profissionais façam escolhas mais amplas em sua atuação. No entanto,

[...] a literatura sobre interpretação dialógica, no entanto, mostra que a ordem normativa que orienta a conduta interpretativa raramente se ajusta a contextos naturais de interação onde os participantes contribuem no *hic et nunc* da situação, colocando continuamente novos desafios interacionais. (Baraldi; Gavioli, 2016, p. 52)⁵⁸

Para esses autores, o profissionalismo da interpretação dialógica – outro nome dado à IC – deve evoluir para a ideia de que a interação (comunicação) eficaz pode ser alcançada quando a interpretação é orientada para o “texto”. Wadensjö (1998, p. 109-110) compreende que a interpretação deve ser orientada para a “atividade”. Quando a interpretação é orientada para o texto, “o intérprete pode ocasionalmente tratar uma língua e palavras e enunciados que ‘pertencem’ a essa língua isoladamente, objetivando, por assim dizer, sequências de fala (vendo a fala como ‘texto’)”⁵⁹. O modelo da “fala como atividade” deve ser mais utilizado do que o modelo da “fala como texto”. Este último impede o intérprete de compreender a situação na qual está engajado.

Parece necessário também compreender e comparar o perfil de intérpretes e mediadores interculturais, em outros países, mediante os códigos de ética. Sobre esses aspectos, o estudo de Pokorn e Južnič (2020) traz informações dessa natureza. As autoras analisam 13 documentos deontológicos, elaborados por associações profissionais que regulam o comportamento e fornecem um quadro ético que descreve padrões profissionais estabelecidos para orientar a atuação de intérpretes

⁵⁷ Em inglês: “Breaking a normative order, like that prescribed in codes for interpreting, involves learning competences in choosing among a high(er) number of alternatives of action. By exploiting these alternatives, mediator’s autonomous choices may become real expressions of opinions and thus have functions that go beyond those entailed in coordinating the voices of the participants”.

⁵⁸ Em inglês: “The literature on dialogue interpreting, however, shows that the normative order orienting interpreting conduct rarely fits natural contexts of interaction where participants contribute in the *hic et nunc* of the situation posing continually new interactional challenges”.

⁵⁹ Em inglês: “The interpreter may occasionally treat a language and words and utterances ‘belonging’ to this language in isolation, objectifying, as it were, sequences of talk (seeing talk as ‘text’) [...]”.

comunitários e mediadores que atuam na Europa. Por necessidade de concisão, me concentrarei apenas nas discussões de Pokorn e Južnič sobre os perfis desses dois profissionais.

Na dimensão do aspecto ético, a imparcialidade surge nesses documentos de maneira mais incisiva para intérpretes comunitários, enquanto para mediadores os documentos demonstram mais flexibilidade em relação a esse princípio ético. Além das questões de cunho ético, não há um senso comum conceitual dos perfis desses dois profissionais, entretanto, percebe-se que há uma sobreposição desses papéis. Por essa razão, Pokorn e Južnič (2020) sugerem a formação em interpretação para mediadores interculturais.

Segundo o estudo em questão, há dois tipos de intérpretes – profissionais e *ad hoc* –, podendo o segundo exercer a função na falta do outro, algo muito comum em vários países em que a formação e profissionalização ainda não estão legitimadas. Além disso, o termo “documentos deontológicos” é utilizado como hiperônimo para ambos: códigos de ética e padrões de prática. Importa ressaltar que Pokorn e Južnič (2020) apresentam uma definição de mediador cultural bastante diversificada no contexto europeu, onde os estatutos jurídicos de diferentes partes do continente estabelecem variedade de perfis desse profissional. Em parte da Espanha, por exemplo, as autoras supracitadas pontuam que o mediador intercultural é sinônimo de intérprete comunitário, em outros países essas duas funções são consideradas distintas, como veremos mais adiante. Foulquié Rubio e Abril Martí (2013) indicam que

[...] tanto os mediadores interculturais como os intérpretes comunitários têm um papel essencial a desempenhar na sociedade espanhola. O problema surge quando se pede aos mediadores que interpretem, ou quando se espera que os intérpretes mediem sem formação, ou quando um ou outro deles confunde involuntariamente os diferentes papéis. (Foulquié Rubio; Abril Martí, 2013, p. 209)⁶⁰

Desconsiderando as diferenças, os dois papéis encontram um ponto em comum: padronização deficiente. A mediação, além de ser muitas vezes confundida

⁶⁰ Em inglês: “[...] both intercultural mediators and community interpreters have an essential role to play in Spanish society. The problem arises when mediators are asked to interpret, or interpreters are expected to mediate with no training, or when one or other of them unwittingly confuses the different roles”.

e misturada com a IC, é uma profissão em construção e, consequentemente, pouco regulamentada (García-Ramírez *et al.*, 2002; Hernández Plaza, 2006).

Abril Martí (2006) ressalta que a figura do mediador intercultural como tradutor e intérprete ganhou popularidade na Espanha como meio de comunicação com as minorias alofones. Alguns autores indicam que o desenvolvimento da função de mediador intercultural deve-se ao desconhecimento dos conteúdos que tratam do campo disciplinar dos Estudos da Tradução e da Interpretação. Martín (2000) corrobora essa afirmação ao assinalar o desconhecimento de muitos em relação às concepções da tradução e interpretação como práticas profissionais especializadas. Ademais, há uma percepção errônea de que tradução e interpretação tratam apenas de línguas e não de culturas.

Ruiz e Soria (2016) relatam que em Córdoba, na Argentina – em especial no contexto escolar –, há uma diferença no sentido de que o mediador intercultural transcende a barreira linguística e intervém diretamente nas culturas dos interlocutores para tentar resolver os problemas que podem surgir de algum confronto. O intérprete, por outro lado, dado o seu papel de facilitador da comunicação do ponto de vista estritamente linguístico, está preso às amarras do código de ética. Em qualquer tradução ou interpretação, os aspectos culturais trazem consigo uma marca própria e, especificamente no campo da IC, a imparcialidade do intérprete pode ficar comprometida. Sendo assim, é recomendável que o profissional se limite às suas atividades profissionais e, exceto se houver um esclarecimento cultural necessário para a comunicação fluir, o profissional não deve se envolver com a mediação.

Especialistas se baseiam no entendimento de que as duas funções, em muitas ocasiões, se sobrepõem. Seria interessante, assim, adotar uma abordagem conciliatória em que a mediação pode complementar a IC para compartilharem melhores resultados em encontros interacionais.

Os documentos legais do Reino Unido estabelecem que a principal função de mediadores interculturais é a mediação civil, ou seja, um processo que objetiva resolver de maneira amigável litígios entre entidades privadas. Na França, a mediação cultural é uma mediação social que se destina a resolver conflitos entre indivíduos e grupos ou entre instituições e grupos. Já na Alemanha e na Áustria, a função desses mediadores é auxiliar os seus clientes a orientarem-se na sociedade, o nome então muda para facilitares de integração e não mediadores interculturais.

Em contextos institucionais dos Estados Unidos, a mediação intercultural adquire um termo coletivo para diversos serviços em departamentos de tradução. Para alguns departamentos, os mediadores são profissionais que adaptam ou transformam um texto existente de acordo com o público-alvo em termos de cultura e meio específicos. Para outros, esses mediadores apoiam a produção, organização de vídeos multilíngues e moderam o conteúdo de redes sociais. Na Alemanha, por exemplo, os mediadores culturais prestam serviços de interpretação e mediação intercultural, esses profissionais, portanto, por serem mediadores linguísticos e de integração, incorporam, assim, as funções do intérprete comunitário. A principal tarefa desses agentes é, como dito anteriormente, transcender as questões linguísticas, para prestar um serviço de integração, auxiliando profissionais de educação e saúde. Na Itália, há pelo menos três definições da profissão, a saber:

1) Os mediadores interculturais são equiparados aos intérpretes comunitários, cujas tarefas incluem a mediação linguística e cultural; 2) Os mediadores interculturais são considerados especialistas na prevenção e resolução de conflitos; 3) Os mediadores interculturais são entendidos como facilitadores de integração comunitária e intérpretes não profissionais cujo perfil é distinto ao dos intérpretes. (Pokorn; Južnič, 2020, p. 87)⁶¹

Infere-se desse amplo leque de atribuições distintas que a mediação (inter)cultural adquire uma variedade de perfis a depender do país estrangeiro que define as funções desse profissional a partir de documentos jurídicos. Segundo essas autoras, a falta de padronização nas funções de mediadores interculturais é de tal modo latente que não há como listar todas elas, o que dificulta uma distinção clara entre as funções de mediador e intérprete.

Muito embora se entenda que a interpretação linguística seja uma das tarefas dos mediadores, há aqueles que confessam que deveria haver uma formação de interpretação para mediadores. No entanto, entendem que, na ausência de uma formação que integre os dois perfis ou uma formação de interpretação profissional para mediadores, os mediadores podem interpretar mesmo de forma *ad hoc* (cf. Yuste Frías, 2016)

⁶¹ Em inglês: “1. Intercultural mediators are equated with community interpreters, whose tasks include linguistic and cultural mediation; 2. Intercultural mediators are considered specialists in conflict prevention and resolution; 3. Intercultural mediators are understood as community integration facilitators and non-professional interpreters whose profile is distinct from that of interpreters”.

Apesar desta declarada falta de formação de intérpretes para mediadores interculturais, os proponentes da mediação intercultural nesta configuração não identificam a diferença fundamental entre a mediação intercultural e a interpretação comunitária em termos de formação de intérpretes e, em vez disso, atribuem esta diferença às suas capacidades e tarefas [...]. Esta afirmação sugere uma desvalorização da educação interpretativa, ignorando a função comunicativa da interpretação e deixando de atribuir a aquisição de conhecimentos extralinguísticos e de terminologia especializada a essa preparação acadêmica. (Pokorn; Južnič, 2020, p. 85)⁶²

Nas palavras dessas autoras, a habilidade e a competência de interpretar passa a ser secundária aos mediadores interculturais, já que entendem que a formação não é necessária e isso se deve ao desconhecimento sobre o que é interpretar e traduzir. Alguns especialistas podem não ver a diferença entre esses dois perfis, mas eles são colocados lado a lado nos trabalhos de Pöchhacker, em especial no capítulo “Interpreting as Mediation” do livro intitulado *Crossing Borders in Community Interpreting* (Pöchhacker, 2008), no qual o autor argumenta que a dificuldade de profissionalização da IC deve-se muito à indeterminação de sua nomenclatura. Acrescenta que o termo “mediação” pode ser compreendido sob três formas: a) mediação linguística: transferência entre língua e cultura; b) mediação cognitiva: transferência pessoal de uma mensagem de emissor e receptor; ou ainda c) mediação contratual: resolução bem-sucedida de conflitos e diferenças interculturais. Diante desses aspectos, Pöchhacker (2008, p. 14) parece ter chegado à conclusão de que “todo intérprete é um mediador (entre línguas e culturas), mas nem todos os mediadores são intérpretes”.⁶³ Pöchhacker parece discordar da ideia de Verrept (2019) quando este, no relatório n.º 64 da Organização Mundial da Saúde, diferencia mediadores e intérpretes, afirmando que o mediador é aquele que garante a compreensão, atuando como uma ponte entre culturas, significados e expressões paralinguísticas. Verrept sugere que o intérprete não é, necessariamente, o responsável por proporcionar a compreensão mútua, criando sentido na interação

⁶² Em inglês: “Despite this avowed lack of interpreter training of intercultural mediators, proponents of intercultural mediation in this configuration do not identify the fundamental difference between intercultural mediation and community interpreting in terms of interpreter training, and instead ascribe this difference to their abilities and tasks [...] This statement suggests a devaluing of interpreting education by ignoring the communicative function of interpreting and by failing to attribute the acquisition of extralinguistic knowledge and specialized terminology to this academic preparation”.

⁶³ Em inglês: “[...] Every interpreter is a mediator (between languages and cultures), but not every mediator is an interpreter”.

bilíngue, mas, sim, um mero conduto de códigos linguísticos. O quadro a seguir demonstra um resumo das diferenças entre intérpretes e mediadores, conforme Verrept (2019, p. 48).

Quadro 2 – Diferenças entre intérpretes e mediadores na área de saúde

Papel	Intérprete	Mediador
Resolve barreiras linguísticas	Concentra-se na resolução de barreiras linguísticas através da mediação de mensagens faladas entre pessoas que falam línguas diferentes, sem adicionar, omitir ou distorcer ou editar o significado.	Resolve barreiras linguísticas através da mediação de mensagens faladas e escritas (ou seja, também pode traduzir).
Resolve barreiras socioculturais	Intermediação cultural, se aceita pelos padrões/organizações profissionais; limitado principalmente ao uso do conhecimento cultural para interpretar com precisão.	Forte foco na possível interferência e gestão das diferenças (socio)culturais nos cuidados de saúde através da intermediação cultural. No caso de mensagens escritas, podem participar na transcrição da mensagem, tendo em conta as características (culturais) da população-alvo para tornar a mensagem compreensível, aceitável e eficaz.

Fonte: Health Evidence Network Synthesis Report 64 (Verrept, 2019).

Em muitos países, os mediadores têm assumido a função de intérpretes porque as instituições formativas de tradutores e intérpretes não têm acompanhado a demanda por mediadores interculturais. Mas a crescente necessidade por esse profissional conduz também à necessidade de se fazer uma clara distinção entre mediadores e intérpretes comunitários.

Ainda no âmbito médico-hospitalar e da saúde, Martín e Phelan (2010) pontuam que os mediadores culturais têm a função de criar um espaço de diálogo em que os prestadores de serviços e usuários possam estabelecer uma relação eficaz e respeitosa. Essa função muitas vezes exige que os mediadores interculturais se encontrem com esses dois agentes (prestador e usuário) individualmente antes de ambos serem reunidos. É apenas durante esses encontros que os mediadores se envolvem na interação entre prestadores e usuários. Nesse caso, se vierem de

origens linguísticas diferentes, não se deve esperar que esses mediadores atuem como intérpretes. Há que se considerar, assim, a presença do intérprete comunitário.

No Brasil, não existem mediadores interculturais, pelo menos nos moldes europeus. Isso significa que não há cargo, função ou posição regulamentada pela legislação, políticas públicas ou linguísticas para mediadores interculturais, tampouco para intérpretes comunitários. Podemos ousar dizer que o mediador cultural, nas funções descritas acima, se aproxima ou nos faz lembrar das atribuições de assistentes sociais.

A falta de profissionalização de intérpretes comunitários e a inexistência de mediadores interculturais no Brasil tornam a discussão – se mediadores podem ser intérpretes ou se intérpretes são mediadores – imperativa. Nesses termos, o Brasil está distante da realidade europeia, e as referências na literatura acerca da IC, e mais fortemente a de Conferência, que são produzidas, em sua maioria, dizem respeito a uma realidade e configuração sociocultural e política distintas.

A partir das leituras e reflexões, podemos chegar apenas à conclusão de que os intérpretes (sejam eles comunitários ou de conferência, *ad hoc* ou (não) profissionais) atuam, no contexto brasileiro, como mediadores interculturais, não nos moldes europeus, mas, sim, na medida em que língua e cultura não se dicotimizam. A profissionalização de intérpretes no Brasil é essencial e, nessa perspectiva, vale investir na discussão sobre o papel do intérprete na mediação linguístico-cultural, bem como em outros agenciamentos. Sendo assim, na seção seguinte trataremos do tema referente à profissionalização e políticas públicas deixando claro que, infelizmente, no Brasil, por enquanto, não se tem nem um, nem outro; não por falta de iniciativa da categoria, mas pela inércia do Estado em reconhecer que a IC é uma profissão e que o Brasil é uma nação multi- e plurilíngue e por isso demanda mediação linguística em serviços públicos como um direito garantido. Tais fatores no conduzem à seção seguinte na qual são tratados esses assuntos.

3.4

Profissionalização e políticas públicas e linguísticas da Interpretação Comunitária

Após ter sido descrita como “o parente pobre” até meados dos anos 1990 talvez em função do tipo de público que atende, a IC vem despertando,

gradualmente, o interesse de pesquisadores à medida das necessidades de comunidades (inter)linguísticas em deslocamento (Mason, 2001). A negligência possivelmente se deve ao fato de os estudos terem sido amplamente orientados para Interpretação de Conferência durante muitos anos. Até mesmo a estrutura curricular de graduação e pós-graduação em estudos translológicos no Brasil mostra que a oferta de disciplinas que se dedicam a refletir sobre aspectos teóricos e práticos da tradução é, essencialmente, mais expressiva do que aquela que se concentra nas questões de interpretação, seja de “conferência” ou “comunitária”. Unido a isso, a pouca demanda por formação em IC, retroativamente, induz as universidades a não ofertarem cursos de bacharelado (Gile, 1995b; Queiroz, 2014).

A consolidação da Interpretação de Conferência, sobretudo, da vontade e demanda das configurações institucionais sociopolíticas de instâncias superiores resultou no reconhecimento da Interpretação de Conferência como uma profissão atuante na arena diplomática, comercial e acadêmica mundial. A IC não percorreu o mesmo caminho. Apesar de sua grande importância no âmbito humanitário e de Direitos Humanos, a IC não conta com o mesmo status profissional (Smirnov, 1997, Hale, 2007). Quanto a isso, Pöchhacker afirma que

[...] a distinção clara entre intérpretes profissionais (de conferências, em tribunais, de acompanhamento, de negócios e intérpretes médicos), por um lado, e intérpretes amadores (comunitários), por outro, pode ser inspirada pela analogia semântica com “serviço comunitário” (voluntário) ou “trabalho comunitário” (não remunerado). (Pöchhacker, 1999, p. 127)⁶⁴

Consequentemente, não é raro que haja uma tendência de profissionais intérpretes não se denominarem intérpretes comunitários por considerarem a IC uma vertente de menor prestígio em relação à Interpretação de Conferência. Tal desprestígio decorre em função da falta de identidade profissional, de formação consistente e de desconhecimento geral da complexidade do exercício da função. Além disso, a maioria dos intérpretes de conferência não compreende exatamente o trabalho desse profissional da IC e para eles a IC torna-se terreno movediço em que não há padrões de práticas ou requisitos formais que estabeleçam condições de trabalho (Mikkelsen, 1996; Hale, 2007).

⁶⁴ Em inglês: “The clear-cut distinction between professional (conference, court, escort, business and medical) interpreters on the one hand and amateur (community) interpreters on the other may be inspired by the semantic analogy with (volunteer) ‘community service’ or (unpaid) ‘community work.’”

Em alguns países em maior ou menor medida, a IC permanece sendo considerada uma ocupação ou uma atividade profissional que luta por melhores condições de trabalho. Somente a interpretação em tribunais, que não tinha o status de profissão até o final do século XX, sendo dependente de intérpretes casuais –, ganhou, por meio de algumas disposições legais, nomeação, testes e certificação para tradutores e intérpretes juramentados/certificados, mas ainda com pouca evidência de formação acadêmica. A Lei de Intérpretes de Tribunal de 1978 nos Estados Unidos estabeleceu padrões de interpretação em tribunais federais, o que resultou em uma onda de profissionalização nas esferas estaduais e federais (Pöchhacker, 2004). Embora, nas últimas décadas, tenha-se vislumbrado grande demanda social e estudos conduzidos por pesquisadores sobre a profissionalização da IC, as ações são bastante tímidas em comparação com os movimentos que permitiram a profissionalização da Interpretação de Conferência. Enquanto isso, existe um sentido de voluntariado que subjaz à prática da IC em parte oriunda da má compreensão do termo “comunitária” – que significa, de fato, aquilo que é relativo à comunidade, comum a vários indivíduos, à preservação de direitos e à equidade, em vez de ações beneficentes das quais fazem parte pessoas altruístas sempre prontas a realizarem um trabalho de “ajuda” à comunidade. Essa concepção equivocada vem ao longo do tempo sendo endossada (principalmente, se vista como aquela que dialoga estritamente com a assistência social) pela prática da mediação linguística exercida por familiares, amigos ou participantes de instituições de caridade.

O entendimento (principalmente daqueles que usufruem desses serviços) de que a IC é uma prática (não) profissional permanece no centro dos debates entre estudiosos, especialistas e profissionais da área que procuram, em especial: a) fazer uma distinção clara entre Interpretação de Conferência e Comunitária, no sentido de que há especificidades na prática comunitária incomuns à Interpretação de Conferência (Mikkelsen, 1996); e b) desconstruir a ideia estigmatizante de que, ao contrário da Interpretação de Conferência (em que há formação legitimada), a IC envolve o serviço comunitário (voluntário)/trabalho comunitário não remunerado.

Sobre esses aspectos, Pöchhacker (1999, 2004) compreende que dentre os vários critérios mais relevantes que podem ser adotados para definir a IC como uma profissão estão o princípio do valor da remuneração do serviço e a existência de alguns padrões de prática. Quanto à remuneração, obviamente que há – e sempre

haverá – atividades de interpretação no setor comunitário que serão realizadas informalmente (de forma não profissional), ou seja, sem remuneração, principalmente aquelas realizadas por parentes, amigos ou voluntários. Da mesma forma, é possível haver pessoas bilíngues treinadas, segundo certos padrões, que ainda prestam serviços gratuitamente. Assim sendo, pode haver interpretação não remunerada realizada por pessoas com algum conhecimento técnico ou por profissionais de conferência, assim como pode haver IC paga realizada por profissionais não treinados nessa área ou por intérpretes de conferência. A pergunta que Pöchhacker coloca é a seguinte: quais seriam os padrões, quanto à formação e à remuneração, para que os intérpretes comunitários se tornem profissionais? Além de a prestação de serviços de intérprete ser uma questão preocupante, é inevitável considerar até que ponto a IC pode emergir como uma profissão em uma determinada sociedade por estar sujeita a uma série de variáveis de instância superior, como a extensão do multilinguismo e da condição social de residentes de outras origens linguísticas e culturais, atitudes filosóficas em relação à mudança social por meio de iniciativas estatais, legalistas, poder de lobby e o clima político, para colocar em prática as garantias constitucionais de igualdade de acesso a políticas de integração e não discriminação de tais políticas.

As argumentações de Pöchhacker sobre os padrões para que os intérpretes comunitários se tornem profissionais, leva-me a inferir que a IC carece de uma série de fatores e ações para fazer evoluir o status de profissão. Do ponto de vista de Rudvin (2007), existe uma distinção entre ocupação e profissão. Segundo essa autora, as características definidoras de “profissão” que a distingue de uma “ocupação”, nomeadamente, são: a especialização, o credenciamento e a autonomia. Supõe-se geralmente que tais expedientes acima mencionados justifiquem o salto de uma atividade de uma “mera” ocupação para uma profissão “real”. O dicionário Michaelis (1998) define o termo “ocupação” como: trabalho remunerado que constitui a principal atividade de uma pessoa; emprego, ofício, serviço. O termo “profissão” significa um ofício para o qual uma pessoa se especializou.

Tseng (1992 apud Mikkleson, 1996)⁶⁵ apresenta duas escolas de pensamentos: uma aceita a teoria dos perfis e a outra concebe a teoria do controle.

⁶⁵ A dissertação de mestrado de Tseng (1992) está indisponível para leitura. Nas referências dos trabalhos científicos consultados, sua pesquisa está marcada como “*unpublished master's thesis*”.

A teoria dos perfis postula que, para uma ocupação se tornar profissão, é necessário ter algumas características que incluem adesão a um código de ética, um conjunto de conhecimentos teóricos específicos, licença ou registro e lealdade aos colegas de trabalho. Na teoria do controle, além dessas características, incluem-se outros componentes do mercado de trabalho e instituições na sociedade. Conforme Tseng, quanto mais controle profissional se tem no âmbito da profissão, mais profissionalizada a ocupação será. Então, o autor entende como profissionalização, a quantidade maior ou menor de poder que associações e profissionais filiados exercem em termos de coletividade e não de individualidade. Por essa razão, o poder que uma profissão tem face ao mercado e à sociedade advém da força das associações, que, conseqüentemente, conferem autonomia à profissão.

Outro passo para a profissionalização é a mistificação do conhecimento especializado. Segundo Tseng, profissões de prestígio utilizam uma aura mística e até mesmo jargões, capacitando-os, pela experiência mistificada, a controlar o mercado e se prevenir contra iniciantes mal preparados que podem desabonar a qualidade do serviço prestado. “Um corolário do princípio da mistificação é a noção de que as profissões ganham poder definindo as necessidades dos seus clientes, em vez de permitir que os clientes definam a agenda” (Mikkelsen, 1996, p. 2). Tseng explica que a teoria do controle é melhor do que a dos perfis, mas não estabelece diretrizes para que uma ocupação alcance o objetivo de se tornar uma profissão, apresentando suas argumentações com base nesses modelos e na sua experiência em Interpretação de Conferência.

Uma questão importante é a compreensão do mercado (clientes) para o qual os profissionais trabalham e a qualidade do trabalho. Quanto mais compreensão das especificidades, mais os clientes buscarão a qualidade e, por conseguinte, não terão problemas em oferecer melhor remuneração, porque saberão distinguir entre um trabalho de qualidade e um de amador. Além disso, os clientes pensam que sabem o que os intérpretes fazem e pensam ser um trabalho simples, o que não é verdade. Os intérpretes que atuam em contextos comunitários enfrentam uma desvalorização de seu trabalho em comparação com o de profissionais como médicos ou advogados. Ou seja, na esfera social, é comum que a profissão de médico e advogado seja mais valorizada, enquanto o papel do intérprete é frequentemente

Portanto, os pressupostos teóricos de Tseng mencionados aqui baseiam-se em vários artigos, com foco na perspectiva de Mikkelsen (1996).

subestimado, tanto em termos de sua importância quanto no aspecto financeiro. Desse modo, Tseng considera a formação como uma fonte de coesão e perturbação do mercado. Quanto melhor e mais forte a formação e quanto mais consolidada ela for, maior a confiabilidade e o respeito do mercado (Mikkelsen, 1996). Do contrário, há um círculo vicioso de comportamento pouco profissional e desconfiança do mercado de trabalho.

O trabalho das associações, o aperfeiçoamento do código de ética profissional e o controle de admissão nas associações são elementos cruciais que aumentam as chances de uma ocupação se tornar uma profissão. Tseng alerta, porém, que a junção de forças entre intérpretes, associações, mercado e a competição que daí decorre não é uma luta pacífica e nem ocorre rapidamente. É uma questão de galgar a posição na configuração social, lembrando de Bourdieu (1986, 1996) quando postulou a dinâmica e o funcionamento do campo. O campo é o local de disputa em torno de interesses específicos em determinada área. É um espaço de relações de poder pautado em uma desigualdade de distribuição de capital (poder), ou seja, os que possuem mais capital (dominantes) e os que possuem menos capital (dominados). A luta de agentes consiste em acumular e maximizar capital (cultural, econômico e interpessoal) para ser possível galgar certas posições dentro do campo. Portanto, existe um jogo de competição e cooperação entre agentes sociais visando a se posicionar dentro do campo, utilizando os tipos de capital. De acordo com Bourdieu, existem duas dimensões de campo: o campo de lutas (mercado, políticas públicas e linguísticas) e o campo de forças (associações, universidades, intérpretes). Os campos são espaços de forças possíveis. Nesse sentido, assemelham-se a campos físicos que se atraem por magnetismo. Agentes são dotados de *habitus* (disposições) que se atraem no intuito de lutar para transformar a estrutura do espaço das forças possíveis, que dependem de sua posição. Em suma, é dessa maneira que agimos no campo econômico, político, acadêmico, literário, científico, entre outros.

As associações profissionais juntamente com um forte código de ética estabelecido por essas associações são uma condição *sine qua non* para projetar a imagem da profissão para autoridades legais:

É importante considerar o contexto social em que uma profissão surge, observa ele. Se outras profissões mais poderosas se opuserem ao reconhecimento da profissão em questão, será mais difícil o seu desenvolvimento. A profissão jurídica se sente

ameaçada pela autonomia ou pelo pensamento independente de um intérprete judicial, temendo que a função do juiz de interpretar a lei e a do advogado de apresentar provas sejam usurpadas pelo intérprete. (Mikkelson, 1996, p. 5)⁶⁶

Isso significa que o âmbito judicial, como uma profissão poderosa, segundo Tseng manterá qualquer outra profissão que estiver fora desse âmbito sob suas rédeas. Mikkelson (1996) corrobora essa afirmação ao relatar que a área judicial, em especial em tribunais, continua a prescrever os processos de tradução que dizem respeito à acurácia da interpretação, porque um dos efeitos indesejáveis do ponto de vista jurídico é realçar a presença e a contribuição do intérprete.

Tseng ressalta haver alguns obstáculos a serem superados para que uma ocupação se torne profissão. O primeiro deles diz respeito às associações. É indispensável que as associações atuem de modo que o maior número de profissionais se torne membro para terem permissão para exercer a profissão. Tseng pontua que os intérpretes do mundo todo precisam se unir juntamente com pesquisadores para desenvolverem um corpus de conhecimento sobre interpretação e esclarecerem – clientes, mercado e instâncias superiores – sobre a tarefa complexa desse profissional (cf. Bourdieu, 1986). Os intérpretes, por sua vez, precisam estar estreitados com as associações e reagir às dificuldades inerentes do processo de profissionalização porque, enquanto isso estiver em desenvolvimento e houver chances em nível global, a interpretação pode alcançar a maturidade (Tseng, 1992; Mikkelson, 1996).

Tseng desenvolve seu modelo teórico com base na Interpretação de Conferência, mas, no universo da IC, ainda há muito o que fazer nesses termos, especialmente no Brasil. É fato que são necessárias todas essas ações sugeridas por esse autor; entretanto, é imperativo considerar o clima político-socioeconômico que rege cada Estado-Nação. Não se trata apenas de associações e códigos de ética para ganhar a confiança do mercado, mas, sim, de garimpar mais capital para galgar uma posição estreitada às políticas públicas e linguísticas. Há que se considerar que deve haver uma rede organizacional da profissão de tal maneira que ela possa mobilizar

⁶⁶ Em inglês: “It is also important to look at the social context in which an emerging profession exists, he notes. If other, more powerful professions oppose the recognition of the occupation in question as a profession, it will have a more difficult time emerging [...] the legal profession feels threatened by autonomy or independent thinking on the part of a court interpreter, fearing that the Judge’s role of interpreting the law and the attorney’s role of presenting evidence will be usurped by the interpreter”.

ações de instâncias superiores, afinal, elas devem ser incitadas a profissionalizar uma ocupação, provendo meios para que a IC seja respeitada como uma atividade profissional no âmbito da configuração social. No entanto, para Phelan (2020), os códigos por si só não são suficientes; é preciso haver formação para intérpretes, para que eles possam ter chances de discutir as implicações dos princípios éticos. Devem também explorar possíveis cenários e os efeitos de diferentes abordagens com professores e colegas, de preferência no contexto de treinamento credenciado que pode permitir que eles reflitam sobre os limites em torno de sua função, mas idealmente no contexto de suporte contínuo ao longo de suas carreiras.

Além do exposto, é preciso solucionar o problema da nomenclatura. Para Tseng, compreender que a tarefa de interpretar não é uma prática que qualquer pessoa bilíngue possa executar pode ser o começo. O desconhecimento da tarefa do tradutor e do intérprete é de tal maneira séria e superficial que a representação social que se tem é que tanto uma tarefa quanto outra são iguais. Assim sendo, é comum encontrar a expressão “tradutor/intérprete” com barra. A barra entre os dois termos parece inferir que as tarefas são as mesmas. Apesar de serem semelhantes porque compartilham de uma série de características em termos de função social e mediação cultural; se observarmos com rigor cada um desses trabalhos, é possível perceber que eles são distintos quanto ao processo, às condições de trabalho e, por norma, às habilidades e competências. A proposta de escrever “tradutor e intérprete” (com a conjunção “e”) pontua que cada tarefa tem suas especificidades. Tal ideia também ocorre na área de Educação. Costuma-se falar “relação professor/aluno” ou “processo de ensino/aprendizado”. Ora, não existe relação igual entre professor e aluno, mas, sim, uma relação diferenciada e implícita de poder – graças à educação tradicionalista que permanece, apesar dos esforços empreendidos para o exercício de uma educação dialógica –, assim como o processo de ensino é distinto do processo de aprendizagem. É crucial que as associações reconheçam a relevância da IC, criando braços específicos para tratar dessa vertente, fortalecendo sindicatos para poderem unir esforços em favor do reconhecimento de formação nessa área, incentivando pesquisas e promovendo parcerias com as universidades de modo a permitir que profissionais (recém-formados) filiem-se a esses órgãos de maneira obrigatória. Por meio de controle de admissão (com testes semelhantes exigidos para algumas profissões), esses intérpretes teriam permissão para exercer a profissão.

No nível macrosocial, a profissionalização interagirá e participará dos padrões de política educacional, mudança linguística e direitos humanos linguísticos. Os intérpretes e os falantes de línguas minoritárias ou menos utilizadas precisam estar conscientes dos efeitos duplos e simultâneos da profissionalização tanto na estrutura macrosocial (jurídica e política) quanto no nível da interação microsocial (relacionamentos) entre intérpretes e interlocutores (aqueles que se comunicam por meio de um intérprete). As condições históricas e a experiência sentida de desigualdade podem ser facilmente reproduzidas, embora involuntariamente, se a ligação entre a estruturação organizacional (políticas, diretrizes, códigos de ética etc.) e a implementação prática não for considerada de uma forma cuidadosa e deliberada. (Kent, 2007)⁶⁷

Aparentemente, algumas dessas ações (e outras mencionadas por Tseng) seriam um começo para pressionar políticas públicas a fim de profissionalizar a “ocupação” de intérprete comunitário. Assim, essa pressão serviria para se galgar uma posição na configuração social como intérpretes comunitários profissionais. De um lado, é preciso mais organização da categoria, e de outro, é crucial despertar um sentimento de inquietação nos órgãos governamentais responsáveis do Estado de que os intérpretes comunitários são indispensáveis e, portanto, devem ser reconhecidos como qualquer outro profissional.

O reconhecimento e a regulamentação da interpretação para surdos e ensurdecidos em diversos países, assim como no Brasil, podem nos dar um exemplo da conquista da profissionalização do intérprete de Libras (Carneiro, 2018).

Nos EUA, o processo legislativo foi impulsionado por mobilizações sócio-políticas, pela comunidade surda e outros defensores dos direitos linguísticos que lutaram pelo fortalecimento da inclusão social. Os órgãos governamentais norte-americanos possibilitaram a (re)integração de surdos com base em emendas da Lei de Reabilitação Profissional de 1973 (*Vocational Rehabilitation Act of 1973*) e Lei de Educação para Todas as Crianças Surdas (*Individuals with Disabilities Education Improvement Act – IDEIA*). Esses órgãos governamentais sancionaram a instituição do Registro de Intérpretes para Surdos (*Register of Deaf Interpreters*

⁶⁷ Em inglês: “At the macrosocial level, professionalization will interact with and participate in patterns of educational policy, language shift, and linguistic human rights. Interpreters and minority or lesser-used language speakers need to be aware of the dual and simultaneous effects of professionalization within both the macrosocial structure (legally and politically) and at the level of microsocial interaction (the relationships) among and between interpreters and interlocutors (those communicating with each other through an interpreter). The historical conditions and felt experience of inequality can be too easily reproduced, albeit unintentionally, if the link between organizational structuring (policies, guidelines, codes of ethics, etc.) and actual hands-on implementation is not considered in a careful and deliberate manner”.

– RID) e de oficinas a partir das quais foi compilado um manual que orientava a formação em interpretação em língua de sinais. O apoio sólido do governo norte-americano possibilitou ao RID sustentar um cadastro de intérpretes qualificados e desenvolver um sistema de certificação de intérpretes e/ou transliteradores (Pöchhacker, 1999).

Em muitos países, a interpretação em línguas de sinais, que inclui uma grande proporção de interpretação bidirecional na interação institucional presencial, goza de reconhecimento e apoio público como um ramo próprio. Existem associações profissionais de intérpretes de línguas de sinais que, em regra, estão vinculadas a sociedades para surdos, além de programas educativos para intérpretes em nível universitário. É o caso, por exemplo, dos EUA, onde, além disso, o Registro de Intérpretes para Surdos publica livros didáticos e tem sua própria certificação legalmente aplicada a programas de formação (Frishberg, 1990).

No Brasil, a Lei 10.436/02 para Libras foi sancionada pelo presidente da república vigente à época, Fernando Henrique Cardoso. Seu artigo primeiro diz:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único: Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (Brasil, 2002)

O reconhecimento da Libras pelas políticas linguísticas⁶⁸ como meio legal de comunicação e expressão marca um avanço no sentido da profissionalização, embora a lei não coloque a Libras em pé de igualdade com a língua portuguesa. O Decreto 5626 de 2005 que dispõe sobre a regulamentação da Lei 10.436/02 e da Lei 10.098/00 estabelece a Libras como língua de instrução para os surdos, regulariza as escolas bilíngues e determina a obrigatoriedade de formação superior.

Art. 5º A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído

⁶⁸ A palavra política vem do grego, *pólis*, que significa cidade. É a arte da governança, da boa convivência de pessoas, cidadãos, que habitam a mesma região, cidade, estado ou país. A Política Linguística trata da relação entre as línguas e o poder, discutindo decisões políticas linguísticas e sua aplicação na sociedade, buscando preservar as línguas não-oficiais (Calvet, 2007).

línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngue. (Brasil, 2005)

A Lei 12.319/10 regulamenta a profissão de tradutor intérprete de Libras e expõe as exigências para sua formação:

Art. 4º O exercício da profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete é privativo de:

I – Diplomado em curso de educação profissional técnica de nível médio em Tradução e Interpretação em Libras;

II – Diplomado em curso superior de bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras – Língua Portuguesa, em Letras com Habilitação em Tradução e Interpretação em Libras ou em Letras – Libras;

III – Diplomado em outras áreas de conhecimento, desde que possua diploma de cursos de extensão, de formação continuada ou de especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, e que tenha sido aprovado em exame de proficiência em tradução e interpretação em Libras – Língua Portuguesa. (Brasil, 2010)

Importante também citar que a Lei 13.146 de 2015 institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). O art. 27, inciso XI, dispõe sobre a “formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes de Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio. Além disso, o parágrafo 2º, incisos I e II, esclarece o tipo de formação exigida: “Os tradutores e intérpretes de Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência em Libras” e, quando interpretarem em cursos de nível superior, devem ter formação em nível superior de tradução e interpretação em Libras. A trajetória de pessoas surdas na conquista de direitos linguísticos e humanos é um processo histórico de avanços e retrocessos e reconquistas. O reconhecimento da Libras e, conseqüentemente, da sua identidade aconteceu na área educacional porque a área médica encara a surdez como uma deficiência e não como um grupo pertencente a uma minoria linguística (Strobel, 2009).

Atualmente, existem várias organizações relacionadas a pessoas surdas e ensurdecidas no exterior e no Brasil como: o Instituto Nacional de Educação para Surdos (INES), Associação Mundial de Intérpretes de Línguas de Sinais (*World Association Sign Language Interpreters* – WASLI), Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua

de Sinais (FEBRAPILS), Federação Nacional e Integração dos surdos (FENEIS), Federação Mundial de Surdos (*World Federation of the Deaf* – WFD).

Obviamente, para quem está inserido nessa área de tradução e interpretação em línguas de sinais sempre haverá melhorias a serem implementadas e leis a serem aperfeiçoadas. No entanto, em comparação à IC de línguas orais, a interpretação em línguas de sinais avançou muito mais ao longo da história e da profissionalização dos intérpretes. Para a IC em línguas orais, ainda há um longo caminho a ser percorrido. Com exceção dos modelos mais avançados, em termos de profissionalização em países como Austrália, Suécia e Alemanha, para citar alguns, o Brasil e outros países, por exemplo, dão alguns passos vagarosos, ainda que positivos, nesse sentido.

A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos de 1996 (também conhecida como a carta de Barcelona), elaborada sob a coordenação do PEN⁶⁹ Internacional e posteriormente assinada pela UNESCO e apoiada por organizações não governamentais, estabelece uma série de premissas e prerrogativas que têm como objetivo organizar e fornecer um serviço eficaz de apoio à comunicação ao estrangeiro que não domina a língua oficial do país, seja ele residente, refugiado ou preso. Dessa forma, o documento está em sintonia com a Declaração Universal de Direitos Humanos, uma vez que tem como objetivo assegurar e/ou preservar a dignidade da pessoa em situação vulnerável, devido às dificuldades linguísticas.

O Projeto de Lei 5.182/2020⁷⁰, que tramita no Senado brasileiro, refere-se à obrigatoriedade da atuação de tradutores e intérpretes comunitários em todas as instituições públicas de forma permanente ou por meio da formação de núcleos especializados de tradução e interpretação. Segundo o projeto, o Brasil é um país multilíngue, com habitantes que não possuem proficiência em português do Brasil – seja por serem falantes de línguas indígenas, estrangeiras, analfabetos ou analfabetos funcionais – e que precisam ter seus direitos constitucionais garantidos. Todavia, ainda não se sabe quando e como se dará o processo de profissionalização do tradutor e do intérprete. No texto do projeto, o artigo 2º prevê que:

Seja regulamentada a profissão de tradutor e de intérprete comunitário e os princípios basilares do exercício de sua função

⁶⁹ Site do PEN Internacional. Disponível em:

http://www.penclubedobrasil.org.br/fale_conosco.html. Acesso em: 13 jun. 2024.

⁷⁰ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2021/01/08/projeto-exige-tradutores-e-intérpretes-comunitarios-em-instituicoes-publicas>. Acesso em: 12 jun. 2024.

em espaços institucionais públicos, estabelecendo as diretrizes para a formação, capacitação, avaliação e certificação dos profissionais a serem habilitados à função através de instrumentos próprios. (Brasil, 2020, p. 2)

O artigo 3º dispõe, sobre a criação de instrumentos de sistematização orçamentária, a contratação e a remuneração desses profissionais,

[...] por cada setor a ser atendido, ou através dos núcleos especializados que poderão atuar como centros de informação, treinamento, implementação e monitoração dos serviços de tradução e interpretação comunitária oferecidos pelas instituições públicas dos âmbitos Federal, Estadual e Municipal. (Brasil, 2020, p. 2)

O texto do projeto atesta a urgência de reconhecer que os direitos linguísticos são direitos fundamentais, deixando claro que as pessoas não falantes da língua oficial devem ser assistidas por um intérprete em todos os setores de serviços públicos. O texto também enfatiza que,

[...] Deixar este trabalho a cargo de falantes bilíngues sem treinamento, tal como ocorre hoje em muitos espaços, é um desrespeito aos direitos fundamentais previstos pela Constituição Federal Brasileira e em acordos internacionais de direitos humanos como, por exemplo, o Pacto de San José da Costa Rica, ratificado pelo Brasil na Convenção de Direitos Humanos das Américas. Os direitos linguísticos estão especialmente consignados na Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, ratificada em Barcelona em 1996 [...]. (Brasil, 2020, p. 4)

Esta pesquisa está em conformidade com os princípios estabelecidos no Projeto de Lei 5.182/2020, uma vez que, ao tratar os direitos linguísticos institucionalizados como uma política de assistência pública, assegura-se também o acesso a serviços de representação linguística aos migrantes encarcerados, protegendo seus direitos fundamentais (por exemplo, o direito à ampla defesa e ao contraditório perante o Poder Judiciário), de modo a atender aos princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito.

Fica evidente, mediante as reflexões aqui apresentadas, que a conversão da IC de mera ocupação para uma profissão pode ser impulsionada por uma combinação variável e sequência de fatores interdependentes e complexos: prestação de serviços remunerados por órgãos públicos, muitas vezes por meio de agências centralizadas; um sistema de credenciamento ou certificação orientado por autoridade ou baseado na profissão, especificando padrões de prática e ética

profissional; união e fortalecimento de associações; programas de formação de ensino superior em instituições públicas ou privadas; organização profissional de classe que possa configurar as condições de trabalho e os padrões profissionais, bem como a vinculação de associações a instituições de ensino (Roberts, 1997; Tseng, 1992; Mikkelsen, 1996, Pöchhacker, 1999).

Esses expedientes sublinham o caráter profissional da IC. Há que se considerar que, juntamente a isso, deve haver instituição de políticas públicas e linguísticas que tenham como princípio basilar a inserção do intérprete comunitário profissional em espaços institucionais públicos, ensejando, assim, o estabelecimento do requisito obrigatório de formação de intérpretes para os que já atuam na prática, bem como programas de qualificação formal adequados (Hale, 2007; Ozolins, 2000).

Grande parte dos entraves para a profissionalização da IC no Brasil advém das políticas linguísticas do monolinguismo. As línguas se configuram um elemento forte de identidade de povos e comunidades, um espaço de enunciação que é sempre político, no qual circulam como objetos históricos inseparáveis daqueles que falam. O Brasil é um país multi- e plurilíngue, porém essa característica é afetada pelo ideal imaginário de unidade linguística que considera o português como a língua materna de todos que nasceram e/ou residem em território nacional. Guimarães (2005) explica que, do ponto vista das definições de língua materna, língua franca, língua nacional e língua oficial, “a língua materna de um grupo de falantes não é necessariamente igual à língua nacional ou oficial desse grupo. Sequer a língua nacional é necessariamente igual à oficial” (p. 22). Segundo Guimarães, nesse espaço de enunciação, o português funciona como língua materna, oficial e nacional da maioria dos brasileiros, juntamente com as línguas indígenas, de imigração, línguas de fronteiras e, precariamente, com as línguas africanas. No entanto, o funcionamento dessas línguas no espaço de enunciação é sempre uma relação de uma para com a outra. O português se sobrepõe às outras porque a ideologia de unidade historicamente construída – e inculcada em seus falantes – fez com que o português se tornasse uma língua politicamente dominante (Guimarães, 2005)

As leis linguísticas têm seus efeitos e o Estado precisa das leis para reprimir e se impor. De fato, as leis linguísticas se distinguem pelo modo de intervenção: incitativo ou imperativo; pelo conteúdo a sofrer intervenção: a forma, o uso ou a defesa das línguas. Distinguem-se também pelo campo de aplicação geográfica:

internacional, nacional ou regional; pelo nível de intervenção jurídica, podendo ser definida pela Constituição ou por leis, decretos, resoluções, recomendações (Calvet, 2007). Corroborando essas ponderações, Guimarães ressalta que:

[...] a história da relação das línguas indígenas e africanas com o português está ligada a um processo caracterizado pela proeminência política, de poder, da língua portuguesa relativamente a esse conjunto de línguas[...] o português é a língua do Estado, estabelecida como língua oficial, já no período da colonização. A partir do século XIX esta língua passa a ser também a língua nacional, e mais que isso, é significada como língua materna de todos os brasileiros, mesmo que não o seja de fato. (Guimarães, 2005, p. 23)

Conforme Calvet (2007), a escolha por uma ou outra denominação de uma língua significa revalorizar simbolicamente o nome da língua que se prefere usar e potencializar sua dimensão identitária. Calvet lembra o caso do espanhol e castelhano na Espanha, e do malaio/*bahasa indonesia* (a mesma língua, porém renomeada ao tornar-se oficial) na Indonésia. Pensando no nosso contexto, há argumentos a favor de que falamos “brasileiro”, apesar de nossa formação linguística predominantemente portuguesa. Como parte de sua política, nosso Estado mantém a nomenclatura dos tempos da colonização. “português” ou “brasileiro” significam o mesmo, mas têm conotação diferente, interferindo na política linguística e nos argumentos em defesa de um ou de outro nome. Calvet também explica que o efeito das leis pode se dar nas suas funções: língua oficial, nacional, regional, “própria”. Por vezes, oficial e nacional são qualitativos sinônimos, como ocorre na França e no Brasil; já na África francófona, por exemplo, oficial é a língua do Estado, enquanto nacionais são algumas línguas africanas – como no Senegal –, ou todas as línguas africanas do país, como em Camarões, com cerca de 200 línguas. Em 2002, em São Gabriel da Cachoeira, no noroeste do Amazonas, diante da proposta de cooficialização de línguas indígenas por lei municipal, foram cooficializadas *nheengatu*, *tukano* e *baniwa*, dentre as 22 línguas faladas no município. Ao lado do português, as três línguas tornaram-se línguas de ensino e de comunicação, entretanto, na prática cotidiana, essas línguas ainda encontram dificuldades para implementação principalmente nas instituições públicas devido ao desconhecimento da cooficialização por algumas pessoas e/ou por ausência de um intérprete (Calvet, 2007).

Cumprе mencionar que as línguas de imigração foram reprimidas durante um período da história do Brasil. Oliveira (2008) aponta que se falam cerca de 210 idiomas no Brasil. Conforme o PIB socioambiental de 2024, as nações indígenas do país falam cerca de 160 línguas, 10 a menos do que o número mostrado por Oliveira, que eram 170 línguas (chamadas de autóctones). Ainda há as comunidades de descendentes de imigrantes que contam por volta de 30 línguas (chamadas de línguas alóctones) e as comunidades surdas do Brasil, sendo duas línguas: a Língua Brasileira de Sinais – Libras e a língua de sinais Urubu-Kaapor. Como ressalta esse autor, somos, portanto, um país multi- e plurilíngue como a maioria dos países do mundo, em “94% dos países do mundo são faladas mais de uma língua” (Oliveira, 2010, p. 1).

Um retrocesso na história, há 500 anos se falavam “1.078 línguas indígenas, situação de plurilinguismo semelhante às Filipinas (com 160 línguas), no México (com 241), na Índia (com 391) ou, ainda, na Indonésia (com 663 línguas)” (Oliveira, 2008, p. 3). O glotocídio ocorre a partir do documento de Pombal e se arrasta pela Primeira Guerra Mundial, incluindo os imigrantes. Oliveira pondera que

[...] não só os índios foram vítimas da política lingüística dos estados lusitano e brasileiro: também os imigrantes – chegados principalmente depois de 1850 – **e seus descendentes passaram por violenta repressão lingüística e cultural**. O Estado Novo (1937-1945), regime ditatorial instaurado por Getúlio Vargas, marca o ponto alto da repressão às línguas alóctones, através do processo que ficou conhecido como “nacionalização do ensino” e que pretendeu selar o destino das línguas de imigração no Brasil. (Oliveira, 2008, p. 5-6)

Foi o caso do italiano e do alemão na região de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nesses dois estados, falar as línguas imigratórias era considerado repressão lingüística, através do conceito jurídico configurado como “crime idiomático” pelo Estado Novo. Cerca de 31,5% das vagas nas prisões destinavam-se àqueles que eram presos por falar uma “língua estrangeira” sob a lei de que “quem nasce no Brasil ou é brasileiro ou é traidor” (Nogueira, 1947; Oliveira, 2008).

Historicamente, promover uma língua para caracterizar uma identidade foi uma maneira excludente de isolamento e silenciamento de grupos étnicos e lingüísticos da nacionalidade e/ou de redução desses grupos ao formato luso-brasileiro. Hoje, com a mundialização, afrouxamento das fronteiras, comunicações cibernéticas que estreitam as relações interacionais, estamos fazendo um caminho

inverso, mas não de maneira menos pacífica, rumo à superdiversidade como fenômeno que as políticas linguísticas não estão acompanhando. As lutas pelos direitos linguísticos e pelo reconhecimento do multi- e plurilinguismo e os desdobramentos que daí decorrem – como a necessidade de mediação linguística por meio do intérprete comunitário – pairam agora na conscientização crescente da superdiversidade e da diversificação, que são noções que apontam para a criação contínua de sociedades cada vez mais complexas. Movimentos crescentes de pessoas de origens mais variadas são representados por categorias cada vez mais diferenciadas. Percebe-se a existência de grupos em maior número de pessoas provenientes de uma gama mais ampla de países de origem⁷¹, mas também aponto para fluxos variáveis de pessoas com nacionalidades, etnias, línguas, religiões, gênero, capital humano, práticas transnacionais e, especialmente, canais de migração e estatutos legais (Vertovec, 2007).

Diante do exposto, esta tese traz contribuições que podem embasar políticas públicas e linguísticas que visem à defesa da necessidade de intérpretes profissionalizados para o atendimento de migrantes presos.

3.5

Algumas pesquisas sobre Interpretação Comunitária: um breve resumo

A fim de encerrar este capítulo, ainda se faz necessário elencar teorias que fundamentam a IC a partir da década de 1990 no Brasil e no exterior. A partir de então, um número expressivo de estudos sobre IC, Libras e outras línguas de sinais foi publicado. Os pesquisadores preocupavam-se essencialmente em discutir questões-chave que trariam contribuições essenciais para outros estudos que se seguiriam ao longo das décadas futuras. Dado o grande número e a variedade de tópicos relevantes para a IC, torna-se inviável a apresentação de todos eles, por isso, nesta subseção apresento apenas alguns deles. Outros que contribuem e se

⁷¹ Para Vertovec (2007), a expressão “países de origem” refere-se aos Estados nacionais de onde partem os migrantes, mas funciona apenas como ponto inicial de análise. Em sua formulação sobre a superdiversidade, o autor destaca que, além da ampliação do número de países de procedência, é fundamental considerar a heterogeneidade interna desses fluxos – marcada por diferenças de etnia, língua, religião, gênero, capital humano, práticas transnacionais, canais de migração e estatutos legais. Assim, o país de origem não esgota, por si só, a complexidade que caracteriza as novas configurações migratórias.

aproximam do escopo deste estudo e que servirão de base teórica e metodológica serão descritos com mais rigor no Capítulo 4.

No primeiro volume da série *Critical Link: Interpreters in the Community* (Carr *et al.*, 1995)⁷² – onde estão reunidos autores de diferentes países –, Roda P. Roberts apresenta um panorama da prática da IC ao longo da história, os conceitos e as diferentes denominações da IC, as características específicas: assistência e serviços, *advocacy*, mediação intercultural e o papel de conciliador do intérprete, as considerações problemáticas em relação a formação, seleção e condições de trabalho, bem como as perspectivas futuras para a IC.

Os capítulos seguintes do volume citado acima, com exceção dos trabalhos de Wadensjö e Fortier, discutem questões mais extrínsecas à IC como o papel e a conduta do intérprete nos cenários do tribunal, escritos por Fenton, Fowler, Benmman, Schweda-Nicholson e Martinsen e Hale. Wadensjö e Fortier abordam outros cenários, como os de interrogatórios e consultas médicas, especialmente no que diz respeito à interação entre prestadores de serviços e clientes mediados por intérprete. Os tipos de formação e treinamento em IC são descritos por Mikkleson e Mintz, Penney Sammons e Corsellis. Além disso, nesta publicação, Bell, Gentile, Lascar, Garber e Leenders tratam de aspectos relacionados aos padrões de prática, avaliação e credenciamento. Dimitrova escreve sobre a responsabilidade do intérprete na interação em si, enquanto Pöchhacker, Thomas, Cheshier e Carr descrevem os expedientes relacionados à prática em países como a Austrália, a Áustria e a Dinamarca. Nesse âmbito, Harris discute a prática de interpretação realizada por crianças.

Nas publicações que se seguem, *Critical Link 2: Interpreters in the Community* (Roberts *et al.*, 2000), os temas são abordados em diversas perspectivas. Discussões realizadas por Garber permeiam as implicações de uso para certos termos usados na IC e as distinções entre IC e Interpretação de Conferência. Enquanto Ozolins analisa a responsividade de vários países diante da oferta de interpretação, em um espectro que vai desde os países que negam a existência de problemas de comunicação multilíngue até a dependência de serviços *ad hoc*, a serviços linguísticos genéricos, até respostas totalmente abrangentes ou legalistas guiadas por imperativos legais constitucionais, examinando os fatores – prestação

⁷² Todos os autores citados a cada *Critical Link* mencionado nesta seção têm a mesma data de publicação.

de serviços linguísticos, formação e credenciamento – que restringem ou impulsionam as nações para um ou outro ponto ao longo desse espectro.

Os estudos comparativos da prestação de serviços de interpretação em diversos países mostram aspectos da resposta às necessidades de intérpretes e tradutores, desde os países que negam a existência de problemas de comunicação plurilíngue até a dependência de serviços *ad hoc*, de serviços linguísticos genéricos e respostas totalmente abrangentes. Em alguns países, a postura legalista em relação ao fornecimento de intérpretes é fundamentada em imperativos constitucionais ou legais. Com base em dados internacionais, Ozolins analisa os diversos fatores que impedem ou estimulam as nações a alcançarem um ou outro lugar ao longo desse espectro. A figura abaixo mostra o espectro de capacidade de resposta às necessidades de intérpretes e tradutores, conforme estruturado por Ozolins.

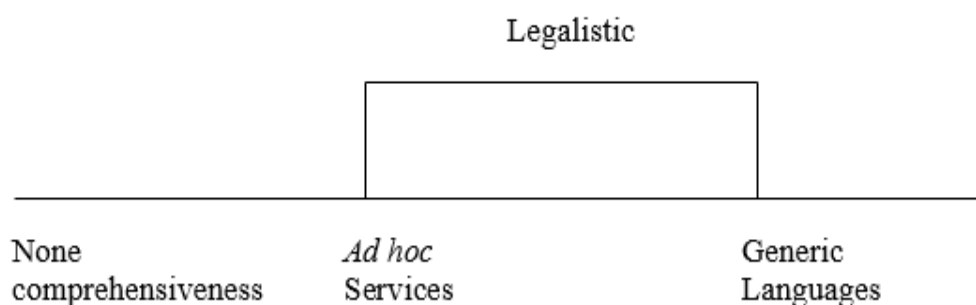


Figura 4 – Espectro de resposta às necessidades de Interpretação e Tradução

Fonte: Ozolins (2000).

Na ponta esquerda do espectro, se pode ver “None”, o que significa que há uma completa “negligência”, por parte de alguns países, em oferecer serviços de interpretação. Ainda na ponta esquerda do espectro, há um cenário “abrangente” (*comprehensiveness*), indicando países que oferecem serviços de interpretação e criam seus próprios sistemas de certificação. Na sequência do espectro, encontram-se os “serviços *ad hoc*” (*ad hoc services*), que se referem a serviços de interpretação nos quais pessoas não profissionais fazem o papel de intérpretes (familiares, amigos, voluntários bilíngues etc.). Próximo à ponta direita do espectro, tem-se os “serviços linguísticos genéricos” (*generic languages*), referindo-se a países que oferecem serviços linguísticos genéricos de interpretação por telefone ou inclusão de intérpretes em cenários médicos. No centro do espectro, acima, temos “legalista”

(*legalistic*), que representa situações em que os direitos foram assegurados constitucionalmente a não falantes de inglês ao lidarem com instituições, como ocorre em tribunais e governos norte-americanos, que têm a obrigação de fornecer serviços linguísticos por meio das Leis de Intérpretes de Tribunais Federais e Estaduais (*Court Interpreters Act and State Court Interpreter Acts*).

Em relação ao papel do intérprete, Pöchhacker faz um levantamento estatístico das opiniões no contexto hospitalar e centros de assuntos familiares de Viena e, a partir dos resultados, indica que os prestadores de serviços esperam que os intérpretes façam muito mais do que “apenas traduzir”, e os intérpretes, ainda que haja heterogeneidade considerável entre eles, partilham uma concepção bastante ampla do seu papel. Da mesma forma, Mesa realiza um estudo em contexto médico no qual os resultados indicam uma convergência de opiniões referentes ao trabalho em conjunto entre intérpretes e profissionais de saúde quanto às expectativas dos clientes, dos profissionais de saúde e dos intérpretes. Da mesma maneira, Kelly e Kadric refletem sobre o papel do intérprete em contexto judicial a partir de vários questionamentos quanto à tarefa do intérprete. Kadric aborda o tema em relação aos tribunais austríacos e utiliza gravações de situações de tribunal reais, permitindo comparar o desempenho de intérpretes com o que a lei estabelece. Por sua vez, Kelly conclui que o papel do intérprete geralmente deve contemplar o fornecimento de informações culturais pertinentes ao caso, no momento adequado e da maneira adequada, desde que tenha permissão para isso.

Carr, Morris e Corsellis investigam as tecnologias educacionais – à luz dos desenvolvimentos tecnológicos da internet – para intérpretes comunitários no modelo EaD, bem como desenvolvem projetos sobre treinamento e qualificação de servidores públicos em relação ao trabalho com a mediação de um intérprete.

Sobre credenciamento e avaliação, Roberts argumenta sobre a necessidade de haver ferramentas de avaliação nacional no Canadá, tal como acontece com a Interpretação de Conferência e judicial. Fiola, da mesma forma, relata a escassez de certificação para intérpretes comunitários aborígenes em Yukon, território canadense, e as dificuldades das associações profissionais nesse sentido.

O livro *Crossing Borders in Community Interpreting* (Valero-Garcés; Martin, 2008), que reúne os nomes de Pöchhacker, Mikkelsen, Hale, Angelelli, Ortega e Rubio, Valero-Garcés, Verrept, Martin e Martí, Rudvin e Tomassini, assim como os acima mencionados, apresenta a IC por meio de textos científicos sob

perspectivas culturais e sociopolíticas de diferentes países como Áustria, Itália, Estados Unidos, Canadá, Espanha, entre outros. Pesquisas problematizando as questões que dizem respeito à interpretação como mediação, ao papel dos intérpretes de língua de sinais, a aspectos da interpretação jurídica, à controvérsia sobre o papel do intérprete em tribunal, migração, ideologia e ao intérprete mediador em contextos médicos são amplamente discutidos nessa publicação.

No Brasil, as pesquisas encontradas apresentam diversos aspectos da IC (de línguas orais e de sinais) em diferentes contextos. As abordagens são fundamentadas na formação (ou falta de formação) de intérpretes em setores públicos para ambientes médicos, de refúgio, imigração, educacional e jurídico (com foco em tribunal), ausência de políticas públicas de regulamentação da profissão e os desdobramentos que daí decorrem. Algumas das pesquisas listadas a seguir apresentam uma contribuição significativa para as reflexões presentes nesta pesquisa.

Camargo (2020) apresenta um mapeamento da interpretação na área da saúde e questiona a atuação de funcionários e familiares como intérpretes *ad hoc*, a partir de entrevistas, abordando questões relacionadas à técnica de interpretação, dificuldades e soluções aplicadas na prática. A autora propõe a formação para os intérpretes *ad hoc* como uma iniciativa para assegurar o direito do paciente e promover maior segurança aos intersujeitos desse cenário.

Queiroz (2011) aponta que os profissionais denominados intérpretes na área médica (*ad hoc*) são aqueles que auxiliam pacientes que não falam a língua oficial de um país a se comunicarem com provedores de serviços médicos hospitalares. Queiroz salienta que, no âmbito das pesquisas acadêmicas, a interpretação médica ainda é um tema pouco explorado nos Estudos da Tradução no contexto brasileiro. Queiroz apresenta argumentos a respeito da situação brasileira em relação à demanda por interpretação médica qualificada, comparando-a ao contexto estadunidense, onde a atividade é tradicional e legitimada. A pesquisa sugere a criação de currículos voltados à formação profissional de intérpretes que atuem em hospitais do Brasil.

Em relação à migração, Origuela (2020) discute questões éticas e de coordenação do trabalho do intérprete, bem como a relevância de o Estado fornecer serviços linguísticos àqueles que não falam a língua oficial do país onde residem. Origuela também estende a discussão sobre os serviços linguísticos para povos

indígenas e surdos. Os resultados apresentados pela autora indicam que a maioria das assistências linguísticas prestadas a esses grupos provém de ONGs e instituições religiosas. A maior parte desses serviços é realizada por profissionais sem formação profissional, os chamados intérpretes não profissionais ou *ad hoc*. Diante disso, Origuela propõe, a partir de suas experiências práticas em ensino de IC, o conteúdo de pesquisas da área a ser abordado com alunos para atuação profissional. Além disso, a autora discute a necessidade de políticas públicas adequadas para o grupo de migrantes.

Na área de interpretação em Libras, Santos e Poltroniere-Gessner (2019) defendem que a interpretação desempenha um papel essencial aos linguisticamente vulneráveis. As autoras discutem a carência de trabalhos científicos na área da interpretação de Libras na área judicial. Elas estabelecem um diálogo entre leis que defendem a tradução e interpretação e as problemáticas e os desafios enfrentados. Afirmam que ainda há um longo caminho a ser percorrido em termos de leis que atendam à população de imigrantes, refugiados, comunidades indígenas, comunidades surdas e outras, bem como a questão da presença de tradutores e intérpretes qualificados para o exercício profissional.

Balestro e Gorovitz (2021) também apresentam contribuições relevantes no campo do refúgio, no que diz respeito aos estudos de políticas linguísticas, concentrando as suas discussões no papel do intérprete comunitário nas entrevistas de solicitação de refúgio e pontuando a ausência de uma política pública de direitos linguísticos. As autoras sustentam que o Estado brasileiro não tem se mostrado interessado na necessidade de ações de mediação linguística em instituições, o que tem sido compensado pela academia e sociedade civil.

Oliveira e Silva (2017) apresentam as ações praticadas pelo Estado brasileiro para responder às questões relacionadas às fronteiras linguísticas enfrentadas pelos imigrantes no acesso aos serviços públicos. A partir do que Ozolins (2000) propôs em relação às políticas de oferta de intérpretes e tradutores no setor público, os autores chegaram à conclusão de que o Estado brasileiro negligencia a oferta de políticas linguísticas de interpretação no setor público para os imigrantes. Além disso, alegam que a institucionalização do ensino de português para refugiados é um programa federal recente, porém, na prática, percebe-se que esses programas são inexistentes. Com efeito, as entidades voluntárias acabam por assumir o papel de produzir políticas tanto de oferecimento de intérpretes quanto de ensino de língua

portuguesa. A ausência de ação do Estado revela, portanto, uma orientação ideológica que nega a presença das línguas dos imigrantes ou vê essa diversidade como um problema a ser superado pelo ensino de língua portuguesa.

Gorovitz, Carneiro e Martins (2023) pontuam a essencialidade de serviços de IC a migrantes não falantes de português – bem como para indígenas, quilombolas e surdos, minorias sub-representadas no país – que se encontram em desvantagem quando precisam interagir nessas instituições. As autoras buscam discorrer, em previsão da aprovação do Projeto de Lei 5.182/2020 — projeto citado acima, que tramita no Parlamento e pleiteia a obrigatoriedade à assistência linguística por meio da atuação de intérpretes comunitários —, acerca da necessidade de regulamentação da profissão e diretrizes para sua avaliação, certificação e formação. Assentadas nessa necessidade, propõem um desenho de um curso de especialização em mediação linguística e transcultural para a formação de intérpretes comunitários, estruturado de acordo com um mapeamento das necessidades de assistência linguística em diferentes contextos sociogeográficos, em consonância com as características de comunidades que precisam de representação linguística. Gorovitz, Martinez e Deprez (2018) e Gorovitz e Sá (2022) trazem outras contribuições para a área de IC. Gorovitz trabalha as questões de mediação linguística e integração linguística e migração, além de refúgio com a garantia de direitos humanos, sempre abordando as questões das línguas minorizadas.

O status (não) profissional da IC, independentemente do contexto em que ela ocorra – migração, refúgio, médico, legal (tribunais, delegacias e prisões, locais onde migrantes possam transitar) –, é um dos pontos nevrálgicos ressaltados no discurso acadêmico e permanece no centro dos debates entre estudiosos, especialistas e profissionais da área. O aspecto que mais se sobressai é a distinção entre Interpretação de Conferência e Comunitária, no sentido de que há especificidades na prática comunitária incomuns à Interpretação de Conferência.

As pesquisas no Brasil trazem muitas contribuições em termos de IC vista da perspectiva do espaço social brasileiro. Embora haja várias pesquisas que também fundamentam a IC como campo de estudo em outros países, acredito que é preciso considerar que todo e qualquer assunto sobre a IC que se queira discutir deve ser local, pois precisa levar em conta políticas públicas locais e a forma como essas políticas públicas e linguísticas moldam a maneira como a IC será pensada como profissão. É nessa linha de pensamento que delineio as bases teórico-metodológicas

e epistemológicas deste estudo, no capítulo 4. Nesse mesmo capítulo, trato e aprofundo pesquisas que abordam o contexto penitenciário no intuito de apresentar e compreender como essas pesquisas foram desenvolvidas em outro espaço social. Caminhando para o foco da minha pesquisa, na sequência, discorro a respeito das pesquisas cujas abordagens contemplam a Sociolinguística Interacional ou apontam um norte de estudo da IC no prisma interacional.

4

Das bases teóricas, epistemológicas e metodológicas da pesquisa

O foco deste estudo, como dito anteriormente, recai especificamente sobre uma pesquisa realizada na penitenciária Cabo PM Marcelo Pires da Silva, cujo contexto sociolinguístico singulariza-se pela (super)diversidade de migrantes e línguas de migrantes presos. Retomando o objetivo deste estudo, que é compreender como migrantes presos, servidores penitenciários e terceiros interagem em situações comuns ao cotidiano prisional (atendimento médico, atividades laborais/educativas, assistência jurídica, cultos religiosos, visitas externas etc.), recorro às concepções contemporâneas de superdiversidade (Vertovec, 2007) e superdiversidade linguística (Blommaert; Rampton, 2011; Blommaert; Arnaut, 2016) como uma ferramenta para investigar como se dão essas interações com ou sem a mediação de intérpretes. Considerando a penitenciária de Itaí como um ambiente complexo e superdiverso, minha análise das interações assenta-se em um arcabouço teórico-metodológico-analítico de perspectiva sociolinguística interacional (Gumperz, 1982) no entrecruzamento com a IC, de modo a viabilizar a apreensão das interações sociolinguísticas em nosso campo de investigação. Considero como premissa que a IC está implicada em uma ampla heterogeneidade de contextos de interação, possibilitando o encontro entre pessoas de línguas e culturas distintas em interações face a face.

4.1

Panorama das principais abordagens teórico-metodológicas na análise das interações mediadas por Interpretação Comunitária em prisões

Embora existam poucas pesquisas sobre a IC no cenário prisional, Valero-Garcés (2022), Martínez-Gómez (2009) e Baixauli-Olmos (2013, 2017) trazem contribuições relevantes e representatividade à IC no sistema prisional por meio de suas investigações. Cada um desses pesquisadores trata de aspectos que se completam e se entrecruzam. Além de convergirem para os propósitos desta pesquisa, permitem vislumbrar o contexto prisional. Embora esses pesquisadores tenham desenvolvido trabalhos científicos extremamente relevantes, seria

demasiadamente longo discorrer sobre cada uma de suas pesquisas. Por essa razão, tomei a difícil decisão de discorrer somente sobre as pesquisas que mais se aproximam deste estudo em vários aspectos e que serão de grande valia para as discussões dos resultados.

No artigo “The Development of Prison Interpreting Roles: A professional ecological model”, Baixauli-Olmos (2017)⁷³ relata a crescente e rotineira demanda por mediação linguística de intérpretes *ad hoc* nesse contexto prisional. Todavia, esses intérpretes não-profissionais carecem de cargo que lhes confira poder dentro dessas instituições públicas e, por isso, enfrentam diversas situações de tensão típicas do contexto. A partir dessa investigação da realidade prisional e mediante a aplicação de técnicas de observação e entrevistas, o autor elenca os fatores que complexificam o exercício do papel do intérprete, propondo um modelo teórico em que são descritos os múltiplos elementos que moldam as atitudes desses intérpretes em prisões.

Os objetivos do autor acima citado são descrever o papel do intérprete segundo os modelos teóricos existentes, adaptando-os àqueles exigidos do intérprete em serviços públicos, especificamente no sistema carcerário e identificar forças e tensões (facilitadores e dificultadores) para o desenvolvimento adequado da atuação do intérprete nesse contexto. Para isso, lança mão do modelo ecológico (inicialmente apresentado como Abordagem Ecológica ou Bioecológica do Desenvolvimento Humano) de Bronfenbrenner (1996) como ferramenta analítica, adaptada para conceituar os elementos de interação que moldam o papel e a identidade do intérprete em contextos penitenciários.

Em poucas palavras, o modelo ecológico de Bronfenbrenner pressupõe que o indivíduo vivencia experiências em ambientes que se dão em dimensões ou estruturas sobrepostas, encaixadas umas nas outras como uma boneca russa (a matrioska). Essas dimensões devem ser compreendidas como camadas sociais multidirecionais que se inter-relacionam e fazem parte do desenvolvimento do indivíduo. A partir da compreensão de que o desenvolvimento humano é um fenômeno complexo, Bronfenbrenner sugere que, ao longo da vida, as diferentes interações que um indivíduo constrói não dependem apenas do contexto, mas, sim, do entrelaçamento de quatro núcleos: processo, pessoa, contexto e tempo,

⁷³O artigo é parte das reflexões tecidas na tese de doutorado de Baixauli-Olmos intitulada “La interpretació als serveis públics des d’una perspectiva ètica”.

denominados de modelo PPCT. “Pessoa” refere-se ao fenômeno de mudanças na vida do ser humano em desenvolvimento, ao longo de sua existência. “Processo” tem a ver com as relações entre as diferentes dimensões e constitui-se pelos papéis e atividades diárias da pessoa. “Contexto” está relacionado ao meio ambiente global em que o indivíduo está inserido e onde se desenrolam os processos de desenvolvimento. “Tempo” pode ser entendido como o desenvolvimento no sentido histórico ou, em outras palavras, como ocorrem as mudanças nos eventos no decorrer dos tempos, devido às pressões sofridas pela pessoa. Considerando esses núcleos, o “contexto” configura-se por qualquer evento que possa influenciar ou ser influenciado pela pessoa (Bronfenbrenner, 1996). Esses eventos são classificados em quatro dimensões conceituais presentes e atuantes na vida cotidiana do indivíduo, as quais Bronfenbrenner nomeia de microssistema, mesossistema, exossistema, macrosistema e cronossistema e as quais propõem a explicação do desenvolvimento humano. Apesar de Olmos apresentar apenas um diagrama com as dimensões propostas por Bronfenbrenner, trago ilustrações que demonstram tanto as ideias de Bronfenbrenner quanto a adaptação à IC Prisional por Baixauli-Olmos, como é possível visualizar nos diagramas 1 e 2, respectivamente.

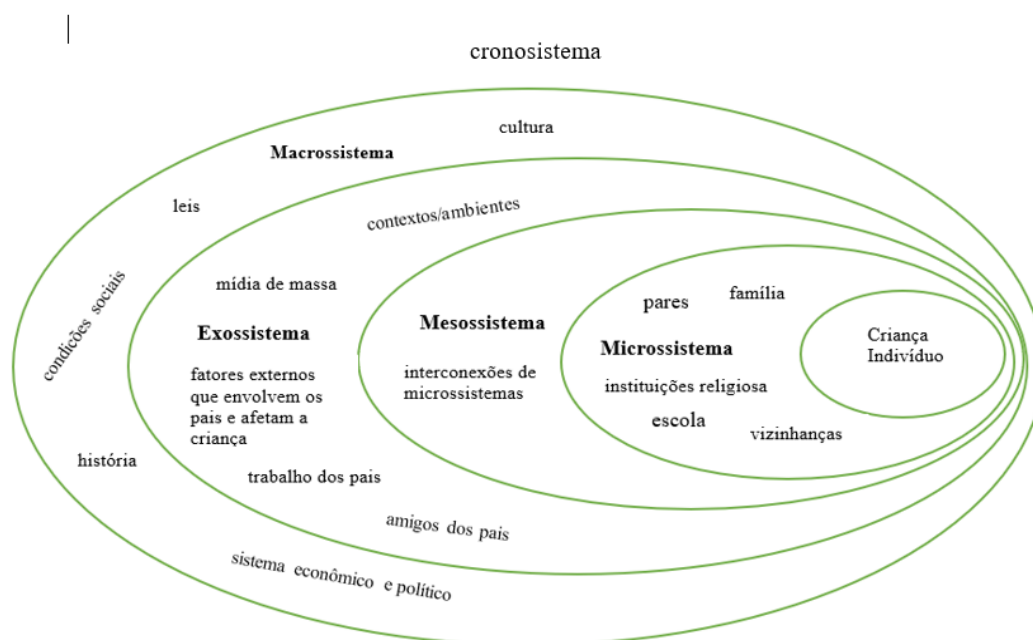


Diagrama 1 – Modelo ecológico de Bronfenbrenner baseado em Baixauli-Olmos (2017)

Fonte: Adaptado pela autora.

Para entender melhor essas dimensões e consequentemente os motivos pelos quais Baixauli-Olmos as utilizou como ferramenta analítica para delinear o desenvolvimento do papel do intérprete em penitenciárias, passo a especificar cada uma delas. No núcleo das dimensões está o indivíduo-criança e esse âmbito refere-se a ele e seus atributos pessoais: sexo, idade, lugar de origem, língua primeira etc. A dimensão do microsistema diz respeito a instituições e grupos que mais imediata e diretamente impactam o desenvolvimento do indivíduo. A dimensão mesossistema relaciona-se às interconexões de microsistemas (interconexão de grupos de pares, família, vizinhanças etc.). Quanto ao exossistema, podemos entendê-lo como ambientes sociais que não envolvem o indivíduo, isto é, eles podem impactar o indivíduo, mas não têm uma implicação direta sobre ele. Por exemplo, se a empresa em que a mãe trabalha a transfere para outra cidade, isso terá um impacto indireto no indivíduo e na família. A dimensão macrosistema refere-se à cultura abrangente que influencia tanto o exossistema, o mesossistema e, por fim, o microsistema. Pode-se dizer que o macrosistema são a economia, a cultura, ou grupo cultural, que compartilham herança e valores culturais, política, identidade, etnia, localização geográfica. O cronossistema está relacionado ao padrão de eventos, transições e circunstâncias socio-históricas que ocorrem ao longo da vida do indivíduo, por exemplo, o divórcio (dos pais), mudança de carreira, luto etc. Um exemplo também de mudança socio-histórica é o empoderamento das mulheres nos últimos anos ou até mesmo a consciência negra.

A partir das concepções de Bronfenbrenner (1996), Baixauli-Olmos adapta o modelo teórico para elencar os fatores que complexificam o papel do intérprete em prisões e que moldam as atitudes desse profissional.

O conceito do papel/função do intérprete tem sido o foco de muitos estudos ao longo dos anos desde o estabelecimento da subdisciplina dos Estudos da Interpretação. A abordagem das questões relacionadas ao papel do intérprete, nessas pesquisas, tem evoluído de um grau menos intervencionista para um grau mais intervencionista do intérprete nas interações bi- e multilíngues, colocando sempre em pauta de diversas discussões quais deveriam ser as atitudes desse profissional no exercício de sua função (Angelelli, 2004; Inghilleri, 2005; Barsky, 1996; Wadensjö, 1998; Baixauli-Olmos, 2017; Metzger, 1999).

Conforme as palavras de Baixauli-Olmos, a definição do papel e da identidade do intérprete é polissêmica. No universo dos Estudos da Interpretação,

o papel e a identidade do intérprete são conceitualizações que focam no papel que o intérprete deve assumir face a regras profissionais pré-estabelecidas. A ênfase é dada às dimensões coletiva e estável do papel do intérprete como fatores relevantes para compreender a profissão. Todavia, as dimensões não se referem aos fatores que explicam as ações individuais. Contudo, alguns estudos ultrapassaram o paradigma de intervenção/não-intervenção do intérprete e refinaram a noção do papel do intérprete para lidar com tal complexidade. Para isso, consideraram os fatores de mudanças contextuais e situacionais que, para alguns autores, motivam determinadas condutas comportamentais individuais do intérprete. Portanto, as abordagens científicas do papel e/ou identidade do intérprete estão mais voltadas para realizações específicas dos processos discursivos dentro das interações interpretadas do que para discutir o agenciamento ativo em processos sociais e políticos mais amplos. Em seu artigo, Baixauli-Olmos procura preencher essa lacuna, analisando as pressões e tensões que incidem no papel do intérprete quando em contexto prisional, a partir da perspectiva social e psicológica de Bronfenbrenner (1996).

O contexto prisional é uma instituição total. Goffman (1974a) define uma instituição total como “um local de residência onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”. Baixauli-Olmos vai ao encontro das ideias de Goffman quando considera a prisão como uma instituição em que as situações ocorrem de maneira controlada. Como tal, todas as situações são supervisionadas pela segurança com intuito de manter seguros todos os envolvidos na interação, portanto, as situações interacionais linguisticamente mediadas se desenvolvem de maneira formalmente regulada e são divididas resumidamente em:

1) **Participantes da situação comunicativa:** os principais: um representante do serviço público (advogado e/ou outros profissionais, como assistente social ou médico) e um preso; e os secundários: intérprete profissional (em reuniões jurídicas) e um intérprete *ad hoc*, ou seja, outro recluso (reuniões não-jurídicas);

2) **Formato da interpretação na situação interacional:** triádico, mas dialógico para o intérprete. Dialógico para o intérprete significa que, na situação interpretada, a interação se desenvolve de forma interpessoal diádica, isto é, interpretada em consecutiva bilateral; e triádica, no sentido de que a interação é

marcada por uma dimensão interpessoal a três que impede a invisibilidade do intérprete (Alexieva, 1997; Abril Martí, 2006). Para línguas orais, o modo consecutivo é utilizado e, para línguas de sinais, o modo simultâneo. A segurança que o ambiente prisional exige impacta o canal por meio do qual a interação ocorre e o *layout* físico do encontro;

3) **Configuração contextual:** como o ambiente é uma instituição prisional, o processo de interpretação é quase sempre dificultado devido a fatores de espaço e segurança, o que inclui má acústica e iluminação;

4) **Tipo de texto e estratégias de criação de texto:** o texto criado na comunicação é assimétrico. O prestador de serviço utiliza um texto especializado e semi-espontâneo, enquanto o preso produz um texto espontâneo e não-especializado. O texto pode variar de acordo com o encontro, mas basicamente a interação mediada por intérprete ocorre com o objetivo de fornecer e reter informações;

5) **Objetivos da situação comunicativa:** os objetivos são opostos, isto é, na interação há um conflito de objetivos entre os interlocutores (objetivos opostos). Enquanto o usuário (preso, por exemplo) busca solucionar uma situação crítica, o representante do serviço público (advogado ou defensor público, agente) busca do preso informações para solucionar os problemas levantados na interação;

6) **Relacionamento entre participantes:** o relacionamento entre prestador de serviço e detento é assimétrico. O intérprete sempre está alinhado ao prestador de serviço e é percebido como alguém que detém maior poder do que o preso. Diferenças culturais podem ser maiores ou menores dependendo do preso; e

7) **Papel dos participantes:** os papéis se alternam como emissor e receptor e a mediação do intérprete se faz necessária, via de regra, para superar dificuldades de interação. Portanto, o intérprete sofre as tensões e pressões dos participantes no que concerne às estratégias comunicativas e ao efeito interacional.

Nesse contexto prisional, Baixauli-Olmos seleciona os profissionais prisionais, os presos e os intérpretes, mantendo o foco em intérpretes profissionais que atendam ao sistema prisional há mais de vinte anos. A pesquisa foi realizada no Reino Unido, Austrália, Argentina de forma presencial, em que intérpretes foram entrevistados. Os questionários foram enviados virtualmente. A análise dos resultados concentrou-se no papel do intérprete prisional.

Com base no modelo de Bronfenbrenner (1996), Baixauli-Olmos delinea o universo da interpretação no contexto carcerário. Para ele o indivíduo/intérprete refere-se ao seu ‘eu’ e os atributos do ‘eu’ constituídos desde o seio familiar. O núcleo individual pode ser comparado à noção de *habitus* de Bourdieu (1986, 1996). Nesse nível pessoal, podem ser incluídos idade, gênero, lugar de origem, língua primeira. Além disso, pode-se considerar história pessoal, ideologias, crenças religiosas, estado psicoemocional unidos às respostas emocionais relacionadas ao ambiente de trabalho.

Na dimensão do microsistema, há uma constelação de relacionamentos e interações que ocorrem durante o encontro interpretado. Nesse nível, as tensões entre o indivíduo-intérprete e o ambiente são mais intensas, tangíveis e instantâneas devido às fontes de estresse dos assuntos tratados e dificuldades de interpretação. Muitos intérpretes entrevistados alegaram maior tensão e estresse em encontros judiciais gravados nos quais a interpretação consecutiva é utilizada (diferentemente de audiências nas quais o modo é simultâneo), juntamente com o fator de estresse quando o tom é de agressividade em relação ao trabalho do intérprete e suas atribuições, principalmente quando essas atribuições estão fora do escopo das suas funções.

Na dimensão do mesossistema, Baixauli-Olmos localiza os nexos entre os microsistemas, isto é, interações que não envolvam diretamente o intérprete. Nesse nível encontra-se o espaço físico (a instituição prisional) *per se* e a constelação de relações profissionais do intérprete fora da interação específica.

O exossistema relaciona a rede de agentes, regras, espaços que estão fora da experiência do intérprete, mas que impactam a sua atividade profissional. Pode referir-se à satisfação dos servidores, condições de vida dos presos, regulamentos internos e interações entre advogados e reclusos.

Na dimensão do macrosistema, encontram-se crenças gerais, política e cultura, representações sociais de como as prisões são configuradas, imaginadas e retratadas por meio de mídias jornalística e social. Conforme Baixauli-Olmos (2017, p. 81), “este é o anel externo no modelo dos círculos concêntricos e tem um impacto indireto, mas muito claro, no intérprete prisional”.⁷⁴ As políticas linguísticas e públicas acerca do acesso aos direitos linguísticos também se

⁷⁴ Em inglês: “This is the external ring in the concentric circles model, and it has an indirect, but very clear, impact on the prison interpreter”.

enquadram nessa dimensão. Por fim, o nível do cronossistema concerne ao efeito de tempo/história, mudanças que ocorrem na vida pessoal, profissional ou cultural; e o nível topológico ou de topossistema delinea natural mudança do papel de acordo com os fatores de espaço ou àqueles relacionados ao macrosistema.

A partir de cada uma dessas dimensões, que estão ilustradas abaixo, acredito que o estudo de Baixauli-Olmos mereça uma discussão pautada nos resultados alcançados pelo autor. Ademais, o detalhamento dos estudos que versam a respeito da carceragem vai ao encontro das investigações de autores como Martínez-Gómez e Valero-Garcez que, por conseguinte, também complementam os estudos (sobre o mesmo contexto) acerca de aspectos intrinsecamente linguísticos-interacionais, o que é de especial interesse para esta pesquisa.

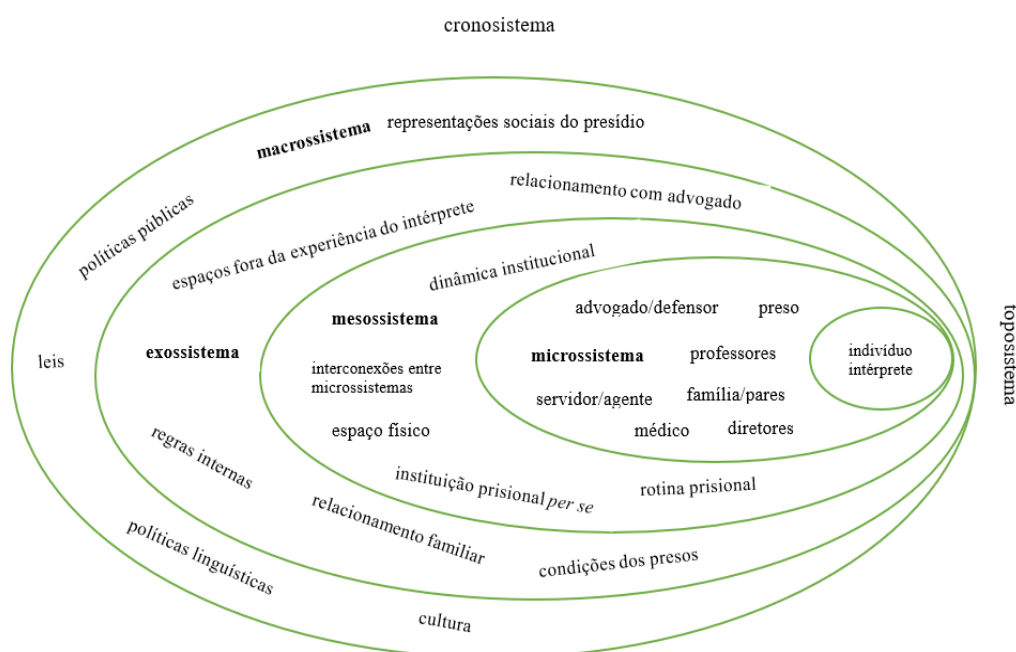


Diagrama 2 – Modelo ecológico para Interpretação Prisional por Baixauli-Olmos (2017)

Fonte: Adaptado pela autora.

O formato do esquema acima demonstra todas as dimensões que exercem tensões, forças e pressões que impactam direta ou indiretamente o papel do intérprete. As fontes de estresse do trabalho do intérprete advêm de fatores que incluem: como o intérprete conduz a mediação linguística na interação; esclarecimentos fora do escopo do papel do intérprete, por exemplo, acalmar e confortar o preso; fornecer informações sociopolíticas sobre um país ou fornecer sua percepção dos fatos. O tom da interação, por norma, também pode causar tensão

na interação quando alcança um tom de agressividade entre intérprete e os participantes da interação (principalmente, quando o preso recebe alguma informação com a qual não concorda, quando os participantes da interação têm uma expectativa frustrada quanto à interpretação ou sentimento de desconfiança); tais sentimentos são comuns em penitenciárias, como veremos mais adiante nesta pesquisa.

Na dimensão do microssistema, além da assimetria de poder típica do contexto, há também a natureza contratual do trabalho do intérprete (microssistema). Baixauli-Olmos explica que, em suas entrevistas, os intérpretes afirmam que o tipo de contrato influencia o agenciamento do intérprete. Em alguns casos, os contratos são particulares e, por isso, é preciso lidar com essas tensões cedendo a algumas influências externas (meso, exo e macrossistema): [...] “porque é um negócio privado também, então você tem que manter, você sabe, as reservas que chegam, você tem que dizer ‘isso’⁷⁵ educadamente, para ter certeza de que eles não fiquem chateados” (Baixauli-Olmos, 2017, p. 79).⁷⁶

O objetivo de uma instituição prisional é manter indivíduos delituosos apartados da sociedade. Nesse espaço, são providos de atendimento médico, jurídico, escola, trabalho e seguem uma rotina institucional baseada em regras de disciplina e regimentos por meio dos quais esses indivíduos presos podem ou não ser beneficiados. No estudo de Baixauli-Olmos, o foco recai sobre os intérpretes experientes que medeiam as interações de encontros entre presos e advogados. No entanto, ainda que esses serviços sejam fornecidos, muitos deles são realizados por internos. Isso implica também as tensões experienciadas por profissionais já que refletem a falta de políticas em satisfazer esse setor com financiamentos e custos de profissionais intérpretes (meso e macrossistemas). Essas questões são de máximo interesse desta pesquisa que argumenta fortemente sobre a falta de disposição política e econômica do Brasil como um Estado-Nação em prover direitos linguísticos àqueles que têm pouca ou nenhuma proficiência na língua da instituição e que residem ou estão no país em situação carcerária.

⁷⁵ Quando o intérprete fala ‘isso’ ele está se referindo a situações nas quais são solicitadas determinadas condutas que infringem o código de ética.

⁷⁶ Em inglês: “[...] because “it’s a private business as well, so you have to keep, you know, the bookings coming in, you have to say this politely, to make sure they’re not upset”.

Com relação ao espaço físico, dinâmica, rotina institucional, o ambiente é sempre de alerta e vigilância. Esse comportamento é natural para aqueles cujo trabalho é a segurança. A segurança é o eixo norteador da prisão. Por essa razão, pessoas externas, que visitam ou prestam serviços na penitenciária por um breve período e que não estão acostumadas com a rotina e com o discurso dos servidores, podem descrever a prisão como hostil, degradante, insalubre, desagradável, difícil. Essas emoções negativas foram relatadas por parte dos intérpretes entrevistados no estudo de Baixauli-Olmos (2017); no entanto, um número pequeno desse grupo de sujeitos da pesquisa reportou a instituição como sendo boa, segura, tranquila, fácil. Essas diferentes emoções sentidas pelo grupo de intérpretes estão relacionadas aos níveis de crono e topossistema. O crono e o topossistema indicam que o tempo experienciado em um determinado ambiente pode mudar ideias e sentimentos referentes ao espaço físico. Os poucos intérpretes cujas emoções foram positivas em relação ao espaço institucional foram aqueles com anos de vivência e experiência na assistência linguística no presídio estudado por Baixauli-Olmos.

Em relação à dimensão exossistema, o autor explica que casos foram relatados nas entrevistas, sendo que um deles parece relevante para ser detalhado. A grande maioria dos servidores (agentes, diretores e outros contratados, como professores e médicos) não compreende a função do intérprete nesse contexto. Muitos a consideram como uma profissão que se assemelha à assistência social ou ao mediador cultural, como já vimos no capítulo anterior. Essa compreensão equivocada sobre o papel dos intérpretes comunitários repercute no macrossistema – a esfera das políticas públicas e linguísticas – e, segundo os intérpretes entrevistados, as principais pressões que afetam seu trabalho decorrem sobretudo dos procedimentos contratuais e da própria indústria da interpretação. No Reino Unido, segundo a pesquisa de Baixauli-Olmos, as contratações tendem a ser ditadas pelo macrossistema. Os entrevistados relataram que as condições de trabalho têm se deteriorado devido à privatização do mercado (agências), o que reduziu a remuneração pelo trabalho do intérprete. Em outros países, como o Brasil, as políticas públicas e linguísticas ainda não estão adequadas às necessidades de intérpretes nos setores públicos. Como já foi mencionado, a dimensão do cronossistema tem demonstrado, gradualmente, mudanças em relação a isso, embora a passos lentos. No entanto, as pesquisas e os estudos a respeito do tema, IC, estimulam ideologias em favor da concretização da profissionalização do

intérprete comunitário a favor da assistência desses migrantes, que estão dispersos em diversos cenários.

O estudo de Baixauli-Olmos traz questões de extrema relevância em relação aos expedientes que envolvem o papel do intérprete que presta assistência linguística em presídios. Embora o autor indique que o sistema desenvolvido não fornece uma lista completa de descritores/preditores do papel do intérprete em prisões, pode-se compreender que a teorização dá conta do conjunto de variáveis complexas que influenciam o papel do intérprete.

As dimensões apresentadas no estudo relacionam fatores de pressão e tensão que, de forma direta ou indireta, interferem no desempenho do agenciamento deste profissional, seja pela arquitetura da instituição prisional (acústica, design do local) – considerando que muitos atendimentos são realizados em espaços separados por vidros com ruído intenso, seguranças indo e vindo –, seja em questões de condições de trabalho ou devido às relações assimétricas que caracterizam esse contexto.

De acordo com Baixauli-Olmos, é possível que as pressões exercidas sob o poder legislativo (macrossistema), bem como sob a administração de penitenciárias, unidas às associações de intérpretes (exossistema), possam determinar o poder de garantir condições de trabalho e o direito linguístico para migrantes presos.

Muito embora o estudo de Baixauli-Olmos ilustre a IC e o cenário prisional, a primeira limitação apontada pelo próprio autor é o fato de não ter conseguido permissão para gravar e acompanhar encontros entre presos, agentes e intérpretes. A segunda refere-se à falta de experiência de Baixauli-Olmos como intérprete prisional, o que dificultou a análise de dados.

As investigações que conduzi sobre a IC, no âmbito da sociolinguística interacional, esperam suprir algumas lacunas apontadas por Baixauli-Olmos, já que a penitenciária Cabo Marcelo Pires da Silva permitiu registrar os ambientes e situações, encontros mediados (ou não) por intérpretes, entrevistar servidores e presos e vivenciar o contexto prisional como pesquisadora e intérprete profissional ao longo de um ano.

Apesar de este estudo não tratar fundamentalmente do papel do intérprete, acreditamos que este expediente é um dos que fazem parte do complexo da IC Prisional.

Em um estudo anterior, Baixauli-Olmos (2013) investiga a interpretação sob a ótica dos aspectos éticos da profissão em contexto prisional. Para isso, fornece

uma descrição do ambiente prisional, a fim de obter uma compreensão da interpretação prisional e do próprio cenário. Os dados foram gerados a partir de observações, entrevistas e questionários sendo que a análise de resultados foi alocada em diferentes domínios: ambiente/cenário, questões organizacionais, procedimentos de segurança, problemas comuns e soluções, princípios éticos e dilemas e papel profissional.

De acordo com Baixauli-Olmos, sua intenção era estudar o ambiente prisional a partir da sua atuação como intérprete profissional; entretanto, todas as tentativas para obter a permissão do presídio Castellón-I na Espanha para interpretar e registrar encontros por meio de gravações foram frustradas. O fato de os procedimentos de segurança terem impedido a observação direta ou indireta dos encontros interacionais mediados por intérprete fez com que Baixauli-Olmos modificasse a estratégia metodológica do estudo. Assim, a observação do contexto prisional teve de ser realizada a partir da perspectiva dos entrevistados. A amostra geral do estudo foi constituída de questionários, entrevistas de 50 intérpretes de serviços públicos, 6 gestores, 9 presos e 10 servidores penitenciários. O questionário foi enviado entre outubro de 2009 e fevereiro de 2010 para várias organizações e associações de intérpretes, mas a maioria das respostas adveio da Associação Nacional de Intérpretes e Tradutores Judiciais (*National Association of Judiciary Interpreters and Translators* – NAJIT), uma associação americana de tradutores e intérpretes judiciais. A pesquisa também contou com entrevistas presenciais com intérpretes de serviços públicos experientes que foram realizadas entre outubro e dezembro de 2009 na região nordeste da Inglaterra. Oito encontros com gestores foram realizados na mesma penitenciária, nos quais foram tratados assuntos relacionados à organização da prisão, às condições de vida dos reclusos e às características da população de presos.

Com relação ao espaço arquitetônico institucional, os entrevistados relataram aspectos positivos e negativos, bem como reportaram que a “segurança” se configura como o expediente mais problemático por causar uma atmosfera tensa. Conforme os entrevistados, outros ambientes como médico-hospitalar – com exceção de interpretação em cenário de doenças mentais, conforme um entrevistado – e delegacias de polícia são mais flexíveis, e o estresse e a tensão são menores. O contexto prisional é menos formal que os tribunais, porém mais estressante.

As penitenciárias pertencem ao domínio legal, conforme nos aponta Baixauli-Olmos, entretanto, há sobreposições de outros domínios, já que a prisão se configura como universo à parte da sociedade. Os serviços médicos, escolar, jurídico, social podem ser encontrados no mesmo âmbito prisional.

Interessante pontuar que, no estudo de Baixauli-Olmos (2013), as interações parecem não ser mediadas por intérpretes profissionais em todos os serviços existentes na prisão. O sistema carcerário e as políticas públicas locais não fornecem assistência linguística profissional, exceto para fins jurídicos. Significa que os setores educacionais, médico e social contam com a boa vontade de internos-intérpretes *ad hoc*. Portanto, o tipo mais recorrente de encontro de interpretação é entre advogado e/ou defensor e recluso, segundo a maioria dos intérpretes entrevistados. A hipótese é de que se priorizem as questões jurídicas a fim de garantir um julgamento justo e o bem-estar dos presos (Baixauli-Olmos, 2013).

Os encontros entre reclusos e advogados/defensores seguem uma rotina na estrutura prisional, a interação sendo mais informal do que em audiências, visto que os presos podem falar sobre assuntos pessoais, além daqueles acerca da sua situação judicial. Além dos encontros entre esses pares, Olmos lista 4 tipos de entrevistas/encontros que ocorrem em presídios: 1) setor médico: médico e preso (assuntos: doença mental, autoinfligida, uso de drogas e maternidade); 2) setor governamental: oficial de refúgio e preso (assunto: refúgio); 3) penitenciário: servidor prisional e preso (assuntos: oitiva em *mini trial*⁷⁷ na prisão, reunião de conselho para liberdade condicional, investigações), *blitz* (revista) em celas de detenção, e 4) assistência social: uma assistente social e o preso (tema: necessidades requeridas pelo recluso, vida familiar, reclamações, reintegração).

Em termos de organização do espaço físico da penitenciária, têm-se expedientes como segurança, tempo e espaço. Quanto à segurança, todas as pessoas que adentram o presídio devem se submeter a alguns procedimentos de segurança. No que tange ao intérprete comunitário prisional, as regras internas não mudam. Baixauli-Olmos explica que os entrevistados alegaram que as normas mais relevantes dizem respeito a nunca ficar de costas para um detento e manter uma distância razoável entre os interlocutores primários que são os detentos e qualquer

⁷⁷ *Mini trial* é uma espécie de consultoria em que as partes, antes de tentar um acordo ou ajuizar uma ação, submetem a questão a um especialista, normalmente um advogado, que avaliará as teses como se fosse um juiz, prevendo o possível desfecho judicial (Josefovicz, 2022).

outra pessoa interagindo diretamente com eles (advogado ou defensor, médico, professor, agente ou outro servidor). Os altos níveis de segurança implicam também baixos níveis de aproximação, mobilidade e privacidade, assim como baixo acesso à informação.

No que concerne ao tempo, os entrevistados reportam que o tempo para os encontros é insuficiente e, por norma, esses encontros atrasam ou são cancelados sem aviso. O espaço físico é quantitativa e qualitativamente insuficiente. Normalmente, é necessário esperar até que uma sala esteja disponível para que haja o atendimento. As salas são pequenas, pouco iluminadas e ventiladas e a acústica é pobre. Devido a essas questões, Baixauli-Olmos afirma que as categorias de espaço-tempo, segurança e dificuldades de interação estão relacionadas. Essas categorias podem implicar restrições de tempo, quebra de confidencialidade e violações do direito à privacidade e segurança. O fato de as salas estarem em mau estado e mal equipadas dificulta a interação entre interlocutores e, por conseguinte, a interpretação (Baixauli-Olmos, 2013).

A situação profissional dos intérpretes prisionais difere nos três países estudados por Baixauli-Olmos. No Reino Unido, os intérpretes devem estar registrados no Registro Nacional de Intérpretes de Serviços Públicos (*National Register of Public Service Interpreters* – NRPSI), por meio do qual serão requisitados pelos advogados/defensores ou órgãos judiciais, ou serão contactados por meio de agências. Essa privatização, como mencionado em seu estudo anterior, tem impactado a qualidade da interpretação devido à baixa remuneração. Nos Estados Unidos, os presídios podem contar com intérpretes certificados que atendem aos tribunais.

Referente à qualidade da provisão dos serviços linguísticos, Baixauli-Olmos relata que metade dos entrevistados indica de média a alta qualidade no Reino Unido e nos Estados Unidos, embora alguns indiquem o oposto. De acordo com Ozolins (2000), a resposta à necessidade de intérpretes nesses países é legalista, enquanto na Espanha, é classificada como *ad hoc*. Nesse país, não há sistema por meio do qual se possa solicitar intérpretes, quando necessário. A interpretação fica a cargo de presos, exceto quando os advogados/defensores e/ou os presos solicitam um intérprete profissional que trabalhará às custas do recluso. Em tribunal, o preso terá os serviços linguísticos de intérpretes certificados, enquanto, na prisão, os serviços serão de intérpretes não certificados.

Considerando os serviços linguísticos entre Reino Unido, Estados Unidos e Espanha, é possível perceber que a Espanha está aquém em termos de qualidade de resposta à necessidade, muito embora, os presos considerem que os serviços linguísticos realizados pelos próprios presos sejam satisfatórios. A assertiva é refutada pelos intérpretes profissionais, cuja divergência recai no fato de que nem todos os reclusos entendem as línguas a serem interpretadas, prejudicando a interação entre os interactantes primários. A maioria dos intérpretes profissionais afirma que a interação mediada por intérpretes-presos é completamente inadequada intrinsecamente devido a fatores éticos.

Os dilemas éticos enfrentados por intérpretes prisionais no estudo de Bauxauli-Olmos (2013) servem como referência para este estudo. Esse autor menciona 4 dilemas que valem ser listados: i) possíveis maus-tratos: o intérprete deve reportar a situação, entretanto muitos presos fingem maus-tratos e se passam por vítimas. Normalmente pedem ajuda para o intérprete; ii) dificuldades de comunicação: reclusos com habilidades linguísticas deficientes no sentido de que podem usar uma língua como língua estrangeira e uso metafórico da língua pelos interactantes com expressões culturais ou gírias específicas do contexto prisional como “cair preso”⁷⁸ ou “deitar o cabelo”^{79,80}; iii) questões de segurança: os intérpretes são deixados sozinhos com os reclusos ou a informação sobre doenças contagiosas é tardiamente relatada; iv) questões da prática profissional: dilemas em torno da má atuação de outros intérpretes, que gera mal-entendidos por parte dos reclusos, inexatidão das informações durante a interpretação, que conduz a confusões acerca da situação jurídica do preso. Todos esses dilemas incidem diretamente no papel do intérprete, bem como nos princípios éticos estabelecidos para a profissão.

Na seção 2.3.1 e 2.3.2, discuti questões referentes à imparcialidade e neutralidade, bem como os princípios éticos que, para os autores que sustentam a

⁷⁸ “Cair preso” é uma gíria utilizada tanto por presos como por servidores que significa “ser preso” por exemplo: “Você caiu preso no aeroporto?”, ou seja, “Você foi preso no aeroporto?”.

⁷⁹ “Deitar o cabelo” também é uma gíria prisional utilizada por presos e servidores que significa “fugir da prisão”. Outra expressão utilizada por presos é “pipa”, ou seja, bilhetes enviados para os servidores solicitando algo como trabalho, oportunidade para estudar, atendimento médico-odontológico ou atendimento jurídico.

⁸⁰ O autor utiliza a expressão “the sands have shifted”, porém, escolhi adaptar e usar outras expressões que também são utilizadas pelos presos no Brasil. A expressão “shifting sands”, que parece ser similar à supramencionada, significa que algo muda com tanta rapidez que é difícil de lidar.

discussão, são tópicos bem controversos. Todos esses fatores serão revistados e aprofundados quando da análise dos resultados desta pesquisa. No entanto, cumpre mencionar e retomar esses princípios com vistas ao contexto prisional: i) exatidão: em uma prisão, as trocas interacionais orais ou escritas, comportamento e atitudes são filtradas e avaliadas pelos servidores, impactando privilégios e benefícios. Os intérpretes prisionais devem levar isso em conta, já que as interações pluri- ou bilíngues só podem ser percebidas pela instituição por meio da interpretação; ii) completude: nem sempre o preso consegue exaurir o assunto assim como pode não haver tempo suficiente para que o advogado ou defensor conclua o atendimento; iii) confidencialidade: muitas informações não podem ser mantidas em segredo por questões de segurança do presídio e do preso, como o aviso de suicídio por um preso ou articulações entre reclusos acerca de rebeliões ou violência contra servidores e outros presos; iv) imparcialidade: não é raro que os intérpretes sejam solicitados a realizar tarefas além daquelas que a profissão estabelece, como confortar e acalmar os presos em relação à família (luto, doenças em família) e à sua situação jurídica ou quando o advogado/defensor solicita que o intérprete forneça informações pertinentes à história do país onde estão cumprindo pena. Nesses casos, os intérpretes são orientados a (re)lembrar que seu papel se limita aos princípios éticos da interpretação, conforme aponta Bauxauli-Olmos (2013) em seu estudo. Bauxauli-Olmos compreende que os parâmetros que moldam o papel do intérprete prisional são orientados, ao menos em parte, pelo ambiente e pelos fatores contextuais do presídio, dado que a natureza da relação entre presos e servidores se baseia no controle e no poder. Além disso, o relacionamento entre os interactantes define o papel e o posicionamento do intérprete quando se trata do contexto prisional. Isso poderia ser o caso de qualquer outro contexto de IC, porém a natureza do relacionamento construído entre esses participantes primários em prisões pode ser consensual e/ou conflituosa. A relação entre agentes penitenciários e presos baseia-se no poder e controle; a de advogados ou defensores tende a ser antagônica e tensa. No caso desses últimos, se dá, às vezes, em um tipo de jogo discursivo em que ambos se escondem atrás do intérprete. Por exemplo, advogados e/ou defensores podem “guardar cartas na manga” a fim de obter informações, enquanto os presos podem não estar dispostos a responder claramente certas perguntas. Em tais situações, os intérpretes são pegos em meio a um jogo dialético discursivo

enfrentando dilemas ao interpretar perguntas e respostas propositadamente vagas (Baixauli-Olmos, 2013).

Martínez-Gómez (2009), em seu artigo “La integración lingüística en las instituciones penitenciárias españolas y europeas”, descreve as medidas adotadas pelos sistemas prisionais na Espanha e em outros países da Europa e compara as soluções encontradas para as dificuldades interacionais entre os presos migrantes e os agentes penitenciários. Martínez-Gómez considera que a interpretação em ambientes prisionais ainda é uma área em desenvolvimento, tanto na prática profissional quanto na pesquisa acadêmica. Ademais, há uma escassez de apoio legislativo e uma dependência generalizada de intérpretes *ad hoc* (principalmente presos e, às vezes, funcionários). Embora isso ocorra, percebe-se uma disparidade de postura em relação à IC prisional em diversos países da Europa. Penso que o trabalho investigativo de Martínez-Gómez merece destaque por tratar de aspectos processuais prisionais quanto à diversidade linguística que são importantes para o presente estudo.

Concernente às penitenciárias europeias, Martínez-Gómez (2009) pontua que a população carcerária tem se tornado cada vez mais heterogênea em termos de nacionalidade e cultura, à época da publicação do seu artigo, mais de 100.000 internos de instituições prisionais europeias eram estrangeiros, um número que se traduz em 20% da população prisional estrangeira no conjunto da União. Ainda de acordo com essa autora, as diferenças entre os países são expressivas: quantidades inferiores a 10% na Polônia, Finlândia, Hungria e Irlanda contrastam com porcentagens de cerca de 30% na Itália, Países Baixos e Alemanha e 40% na Áustria, Bélgica, Grécia, bem como 71,4% em Luxemburgo.

Essa nova realidade exige atualizações legislativas que regulam os regimes de privação de liberdade. Muito embora o código penal prime pela igualdade de direitos como princípio regulamentar do presídio, a realidade que se coloca é a discriminação e a desigualdade sofridas por reclusos migrantes que se acentuam devido a problemas de comunicação interlinguística (Martínez-Gómez, 2009).

As dificuldades de interação entre presos e servidores face à diversidade linguística dos detentos, bem como a falta de proficiência dos detentos na língua do país causam nos presos a sensação de isolamento social por não conseguirem interagir com outros presos e com servidores, sentimentos de incerteza e desamparo, já que tanto a comunicação escrita como a verbal estão prejudicadas. A

interação interlinguística fica a cargo de outros detentos e/ou dos servidores que falam a mesma língua – assim como constatou Bauxauli-Olmos (2013) em seu estudo; se bem que, de acordo com Martínez-Gómez, em relação aos servidores, são uma minoria. Martínez-Gómez (2009) acrescenta que a Áustria, Bélgica, República Checa, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Malta, Países Baixos e Polônia preenchem a lacuna das fronteiras interlinguísticas com uma medida circunstancial, provendo materiais (folhetos) traduzidos nos principais idiomas. Entre os países com afinidade entre línguas ou com línguas em comum, as Repúblicas Bálticas, Portugal e Eslovênia resolvem a maior parte dos problemas, já a Suécia e o Reino Unido estão entre aqueles que contam com medidas alternativas como a contratação de serviços de interpretação.

A IC prisional é utilizada apenas em momentos sensíveis, como atendimento jurídico e assistência médica, assim como fazem Portugal, Lituânia e Estônia (Martínez-Gómez, 2009). A IC no Reino Unido e na Suécia desempenha um papel social relevante, onde recorrem a estagiários com alguma proficiência em línguas. Nesses países, coexistem dois sistemas de mediação linguística: a interpretação presencial e o serviço de interpretação telefônico, medida pouco utilizada devido ao seu alto custo.

De acordo com Martínez-Gómez, dentre essas medidas, para os problemas linguísticos em penitenciárias plurilíngues, existem aquelas que formam reclusos para prestarem serviços como intérpretes prisionais, os chamados *Foreign National Prisoner Orderlies*, uma rede organizada de migrantes reclusos que exercem a função de mediadores linguísticos, inclusive, para presos em período de inclusão. Além disso, esses intérpretes são responsáveis pela distribuição de informação traduzida para os recém-chegados e pela coordenação e organização de listas de interessados dispostos a prestar esse serviço para a penitenciária. Com efeito, a inclusão de um preso migrante na penitenciária é um momento sensível e merece atenção, visto que é preciso se certificar que o recluso compreendeu as regras internas e normas disciplinares do estabelecimento, suas obrigações e direitos. A maioria dos países, com exceção da França e Países Baixos, usa folhetos e, até mesmo, vídeos (na Bélgica) que trazem as informações essenciais a qualquer recluso novo como direitos e deveres. Martínez-Gómez ressalta que em qualquer centro penitenciário britânico é oferecido o *Foreign National Prisoners' Resource Pack* na admissão de novos reclusos. Esses materiais informativos, que nem sempre

se encontram em todas as línguas necessárias, são uma exigência jurídica que segundo Martínez-Gómez (2009) é ignorada, por vezes, na prática.⁸¹

Por outro lado, essa participação levanta a questão do trabalho de presos nas penitenciárias europeias, especialmente no caso dessas intervenções que não são isentas de problemas em relação à interação face à diversidade linguística. Conforme o estudo de Martínez-Gómez, presídios em Portugal e na Espanha entendem que muitas tarefas laborais podem ser executadas sem que haja necessidade de interação, por isso, podem ser executadas sem maiores problemas. Embora a autora relate tal fato, algumas atividades laborais, cujos procedimentos podem ser desconhecidos pelos presos, podem ser dificultadas pelos problemas linguísticos, eventualmente superados com a linguagem não verbal. Não obstante, as atividades culturais relacionadas à representação teatral e projeções cinematográficas impõem limitações aos presos estrangeiros. Algumas penitenciárias conseguem propor atividades dessa natureza para turcos, russos e alemães, mas não constituem uma regra geral nas instituições prisionais europeias. Essas limitações, em todos os âmbitos penitenciários, incidem em certos benefícios, o mais importante para os presos sendo a remição e a ressocialização.

A comunicação é outro ponto do estudo de Martínez-Gómez que merece destaque. Na França, uma lei interna do estabelecimento exige que as interações sejam feitas em língua francesa e, quando isso não é possível, um agente penitenciário com conhecimentos da língua utilizada nessas interações é designado para supervisionar as visitas. “Mesmo as interações entre reclusos estão sujeitas a essa regra – o princípio é proibir a comunicação que os guardas não compreendem – embora raramente o cumprimento seja exigido” (Martínez-Gómez, 2009, p. 491).⁸²

Para solucionar os problemas gerados pela diversidade linguística e cultural nesses centros prisionais, uma minoria de países (Alemanha, Eslováquia, Suécia, Países Baixos e Áustria) oferece aos agentes penitenciários formação contínua em

⁸¹ A exigência jurídica se refere a países como Bélgica: *Loi de principes concernant l'administration des établissements pénitentiaires*, 19.2.; Inglaterra y Gales: PSO - 0400a – *Prisoners' information books. Corporate issues*; Finlândia: Vankeuslaki 23.9.2005/767 (*imprisonment Act*), Cap 4 art 4. A França que à época da publicação do artigo de Martínez não havia aderido à lei, passou a exercê-la pela lei LOI n° 2009-1436 du 24 novembre 2009 *pénitentiaire*, 23.

⁸² Em espanhol: “[...] incluso las comunicaciones entre internos están sujetas a esta regla –the principle is to prohibit communication that guards do not understand–, si bien rara vez se exige su estricto cumplimiento.”

questões como comunicação intercultural, migração, direitos humanos e línguas estrangeiras. Na Suécia, Alemanha e Holanda, a presença de migrantes ou funcionários com conhecimento de línguas é favorecida entre os funcionários da penitenciária, apesar de essa medida não ser isenta de problemas, uma vez que esses funcionários despertam desconfiança entre os seus colegas, que os consideram potenciais vítimas da manipulação de internos. Assim, problemas éticos podem surgir quando migrantes e servidores bilíngues ou com proficiência em outras línguas atuam como intérpretes sem a devida formação para isso. Ademais, como vimos, aspectos como as questões de assimetria de poder estão envolvidas nessas situações de interação.

Assim como nos países europeus mencionados, a Espanha também se tornou um país acolhedor de estrangeiros. No regulamento penitenciário de 1996 do país, há uma parte que faz alusão à mediação linguística para estrangeiros. As disposições do regulamento mostram o interesse da política quanto à necessidade de serviços linguísticos e/ou aponta soluções para os problemas da diversidade linguística. Há uma preocupação de que os presos entendam sua situação jurídica e todas as informações, deveres e direitos, assim como regras disciplinares que recebem quando da sua privação de liberdade. Isso se dá por documento traduzido ou por meio de interpretação *ad hoc* realizada por servidores, ou por outros internos, suscitando enorme controvérsia, provavelmente por conta da confidencialidade e qualidade da interpretação da mensagem. Em casos excepcionais, como ocorreu em 2004, quando das ações terroristas islâmicas, foram implementadas ações políticas de contratação de tradutores e intérpretes de árabe para atuarem em penitenciárias da Espanha.

A falta de iniciativas específicas para serviços de mediação linguística ocasiona vulnerabilidade e discriminação nos sistemas penitenciários espanhóis, segundo a própria lei do país, assevera Martínez-Goméz em seu estudo.

Quanto à formação e às atividades laborais nas penitenciárias espanholas, Martínez-Goméz (2009) explica que a ênfase é dada no ensino do castelhano, e quando apropriado, a língua cooficial da comunidade autônoma (que são 15 na Espanha: Andaluzia, Aragón, Astúrias, Baleares, Canárias, Cantábria, Castilla y León, Castilla – La Mancha, Catalunha, Comunidade de Madri, Comunidade Valenciana, Extremadura, Galícia, Navarra, País Basco, La Rioja, Região de Múrcia). Embora a alfabetização e o desenvolvimento da educação básica sejam

prioridade, a preocupação maior recai na tentativa de eliminar as dificuldades interlinguísticas. Vale ressaltar que nem todos os detentos conseguem acesso à educação e ao trabalho pelo fato de não haver vagas para todos. A discrepância entre oferta e procura atrasa o desenvolvimento geral do detento, assim como afeta seu acesso a tratamentos oferecidos na penitenciária (médico, judicial, prevenção de suicídios etc.). Em termos de tarefas laborais nos presídios da Espanha, a participação de estrangeiros é superior à de detentos nacionais, ainda que haja um número reduzido de vagas, concedidas em geral tendo em conta a necessidade econômica dos reclusos.

As atividades culturais (televisão, teatro, cinema) são afetadas por falta de conhecimento da língua cooficial. Uma adaptação são as bibliotecas nas quais podem ser encontrados acervos em várias línguas. Outra solução dada para o problema do desconhecimento da língua advém de um programa em colaboração com a Universidade de Educação a Distância (UNED), que tem auxiliado na aprendizagem da língua oficial espanhola, a participação dos migrantes presos sendo voluntária.

Vale dizer que os impasses encontrados por esta autora acerca da IC prisional coadunam com os de Baixauli-Olmos (2013, 2017) e Valero-Garcés (2022), ainda que cada um desses estudiosos trate de aspectos sobrepostos. Em síntese, a solução mais comum para os problemas interlinguísticos é a IC *ad hoc* realizada por reclusos e funcionários bilíngues em todos os aspectos do dia a dia da instituição penitenciária.

Sobre esses aspectos, Valero-Garcés (2022) explica a solução encontrada para a prática de Interpretação *ad hoc* em prisões na Espanha. Sustentada pelos regulamentos prisionais⁸³ e pelas reformas políticas da União Europeia⁸⁴, a autora elaborou um projeto cujo propósito contemplava a instituição de um curso de tradução e interpretação para presos bilíngues que já exerciam essa função em instituição prisional. O projeto contou com a participação de funcionários, pesquisadores, professores e formadores, visando a proporcionar ferramentas que facilitassem a interação entre os migrantes presos e os demais atores desse contexto.

⁸³ Ministério da Justiça e Interior, Decreto 1990/1996, principalmente, nos artigos 46, 52 e 242. Disponível em: <https://www.boe.es/eli/es/rd/1996/02/09/190/con>. Acesso em: 12 jun. 2024.

⁸⁴ Diretiva de 2010/64/EU implantada na Alemanha, Polônia e Espanha sobre tradução e interpretação em procedimentos legais. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=celex%3A32010L0064>. Acesso em: 05 jun. 2024.

Cumprir pontuar que as atividades laborais e educacionais de reclusos são essenciais para a ressocialização de presos. Em âmbito nacional ou internacional, atividades laborais e educacionais são apoiadas por documentos legais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas. Porém, é um fato notável que, na prática, a proteção desses direitos ainda pareça uma tarefa complexa. Isso é consequência direta de estruturas, atitudes e ideologia preconceituosa e descrença arraigada na sociedade em relação à possibilidade da ressocialização de infratores. Segundo Valero-Garcés (2022), o regulamento prisional do Ministério da Justiça espanhola tem trabalhado para mudar esse conceito, promovendo inclusão de tratamentos terapêuticos, treinamento, atividades educacionais, projetos socioculturais, recreação e esportes. Essas abordagens proporcionaram mudanças na dinâmica da rotina prisional, resultando na incorporação de diversos profissionais como professores, psicólogos, monitores de recreação e lazer, assistentes sociais, educadores, sociólogos e criminologistas. Com isso, as penitenciárias na Espanha contemplam escolas, ginásio de esportes, workshops educacionais e laborais, terapias para drogados, alcoólatras, parafilicos⁸⁵, perpetradores de violência doméstica e/ou estupro, bem como cursos de formação profissional (jardinagem, culinária, carpintaria) e cursos on-line de ensino médio e universitário (Valero-Garcés, 2022). O aproveitamento do preso quanto a essas atividades depende da motivação, níveis educacionais, assim como a idade e situações econômicas do preso. De acordo com Valero-Garcés, quando os presos podem escolher entre o trabalho remunerado e os programas educacionais, priorizam o primeiro, embora a (re)educação seja um fator fundamental para o detento, enquanto privado de sua liberdade. Dessa forma, os membros do grupo de pesquisa de investigação em Formação e Investigação em Interpretação e Tradução nos Serviços Públicos (*Formación e Investigación en Traducción e Interpretación en los Servicios Públicos* – FITISPos), liderado por Valero-Garcés, tiveram acesso à penitenciária – escolhida de acordo com critérios como a aceitação dos servidores,

⁸⁵ Parafilias são fantasias ou comportamentos frequentes, intensos e sexualmente estimulantes que envolvem objetos inanimados, crianças ou adultos sem consentimento, ou o sofrimento ou humilhação da pessoa ou do parceiro. Algumas parafilias podem se configurar em crime ainda que sejam consideradas como transtorno psiquiátrico conforme o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5). Para que a parafilia seja diagnosticada, os interesses sexuais atípicos devem estar relacionados a: angústia pessoal, sofrimento psicológico, lesões, morte de outras pessoas, prática sexual sem consentimento. A pedofilia, por exemplo, é uma parafilia que é considerada crime.

a presença de grupos de detentos com diversidade de línguas e educadores dispostos a colaborar com o projeto –, no intuito de executar o projeto intitulado: “Comunicação Efetiva nas Penitenciárias da Espanha”. O projeto contou com a colaboração de detentos, educadores, servidores penitenciários e professores do mestrado em Comunicação Intercultural e Interpretação e Tradução de Serviço Público para sua estrutura e implantação.

Sete migrantes que exerciam a interpretação *ad hoc* nas línguas albanesa, alemã, árabe, búlgara, flamenga, inglesa, italiana, francesa, neerlandesa e romena foram selecionados para participar do curso; além disso, foram considerados os níveis de escolaridade desses presos e sua proficiência em espanhol. A adequação ao cenário penitenciário e às restrições de segurança, bem como o estabelecimento de critérios foram essenciais para a organização do curso: i) o treinamento deveria ser considerado como mais uma atividade do planejamento educacional da instituição; ii) o treinamento deveria estar voltado para a reintegração de presos; iii) as línguas de trabalho deveriam ser inglês, francês, árabe, romeno;⁸⁶ iv) o treinamento deveria ser misto, isto é, deveria conter um curso introdutório de tradução e interpretação, acompanhado de um manual que os presos poderiam estudar, supervisionados por um educador do presídio; v) servidores, detentos, grupo de pesquisa e equipe de treinamento deveriam cooperar com a estruturação e o desenvolvimento do curso.

O conteúdo do curso e o manual, resultado da cooperação desses atores, contemplou desde um breve histórico da vida cotidiana prisional até o código de ética e as teorias e prática de tradução e interpretação. As atividades de prática continham exercícios de *sight translation*, prática de simulação de interpretação (*role-plays*), paráfrase de textos com diferentes registros linguísticos e tradução escrita. Ao final, a equipe disponibilizou um questionário para os alunos poderem avaliar o aprendizado.

É importante salientar que o curso foi ministrado em um laboratório de informática sem acesso à internet para os presos terem acesso a vídeos, leituras e atividades. O material foi elaborado em formato digital e o professor prisional era

⁸⁶ Valero-Garcés não explica o motivo pelo qual essas línguas de trabalho foram selecionadas; se por serem as línguas majoritárias da prisão ou porque são as línguas faladas pelos intérpretes. Ao que parece, a escolha das línguas se deu porque são as mesmas dos presos que já fazem a interpretação *ad hoc*.

o responsável por distribuí-lo aos presos. Materiais extras foram desenvolvidos, tais como vídeos de apresentação, slides e referências bibliográficas.

O manual intitulado *Manual de introducción a la traducción e interpretación en centros penitenciarios* e Curso Básico (“Introduction to Translation and Interpreting in Correctional Facilities”) (Valero-Garcés; Vitalaru; Lázaro Gutiérrez, 2019a) e o guia intitulado *Guía de las buenas prácticas sobre cómo trabajar con intérpretes y traductores en el ámbito penitenciario* (Valero-Garcés; Vitalaru; Lázaro Gutiérrez, 2019b) foram publicados e distribuídos em prisões na Espanha.

O estudo de Valero-Garcés (2022) oferece uma contribuição relevante para se pensar no cenário das penitenciárias brasileiras em relação à IC prisional, uma vez que tal estudo evidencia claramente deficiências interlinguísticas resultantes das diversidades linguístico-culturais e o mesmo pode ser visto no Brasil. Valero-Garcés pontua que a iniciativa de implementar um curso de IC prisional requer conscientização de instâncias superiores, que estejam atentas à necessidade e ao direito premente de acesso à mediação linguística para migrantes em situação de privação de liberdade. É importante acrescentar que a disponibilização de recursos financeiros para a (re)estruturação do espaço físico e, não menos importante, a mobilização das Secretarias de Administração de Penitenciárias junto a essas instâncias – visando a fundamentar e solucionar problemas de interação interlinguística em ambiente penitenciário –, constituem garantia dos direitos linguísticos e humanos de migrantes reclusos. Essas questões serão discutidas posteriormente, por meio do estudo sociolinguístico interacional na penitenciária Cabo PM Marcelo Pires da Silva, quando busco apontar saídas para alguns dos problemas interlinguísticos encontrados no cotidiano desse estabelecimento prisional e em situações específicas desse cotidiano.

Tendo explorado de forma abrangente os estudos sobre a IC no capítulo anterior, bem como algumas investigações relacionadas a interações mediadas pela IC em contextos prisionais, passo agora a focar em pesquisas que utilizam abordagens metodológicas provenientes da Linguística, Sociologia e Psicologia. A interdisciplinaridade da IC possibilita que essas pesquisas, devido à sua natureza transversal, contribuam para o alcance dos objetivos propostos e para a resposta às questões da pesquisa.

4.2

Principais abordagens teórico-metodológicas na análise da IC com foco em estudos do discurso e da Sociolinguística Interacional

Abordagens metodológicas como a Análise do Discurso, usando transcrições reais de falas naturais que ocorrem no cenário estudado; as etnográficas que utilizam as observações de campo, entrevistas e grupos focais; pesquisas de levantamento por técnicas de questionários; e abordagem experimental em interface com a psicolinguística e psicologia são ferramentas utilizadas para análise de dados no campo dos Estudos da Interpretação. Pelo menos quatro delas têm sido adotadas para estudar a IC: i) Sociolinguística Interacional e a Etnografia da Comunicação de Hymes (1962) e Gumperz (1981 *apud* Hale, 2007; 1982), respectivamente; ii) Microanálise da Prática Discursiva de Brown e Yule (1983) e Coulthard (1985); iii) Análise da Conversação proposta por Schegloff e Sacks (1973), e iv) Análise Crítica do Discurso proposta por Fairclough (1989, 1992) e Wodak (1995), entre outros (Hale, 2007).

Em estudos etnográficos, a tendência recai em investigar um grupo específico quanto aos seus costumes e comportamentos. Os estudos etnográficos na IC têm a intenção de observar diferentes culturas e comunidades de prática com intuito de compreender a situação interpretada. A questão é estudar e entender como os participantes interagem e se comportam, bem como saber quais são as exigências e as expectativas que uns têm dos outros, também o que os conduzem a fazer as escolhas que fazem. Os estudos etnográficos no campo da IC podem lançar mão da análise do discurso e a etnografia da comunicação como abordagens metodológicas, empregando gravações de áudio para captar e evidenciar as reações, perspectivas e preocupações dos participantes envolvidos nas interações. A seguir, apresento alguns desses estudos que fazem uso dessas ferramentas e que considero pertinentes para a minha pesquisa.

4.2.1

Berk-Seligson: O estudo etnográfico da IC em tribunais

Berk-Seligson (2002) nos dá um exemplo de estudo etnográfico em IC ao investigar situações interpretadas em contexto de tribunais (salas de audiências). No capítulo cinco do livro *Bilingual Courtroom*, intitulado “How attention is

shifted to the interpreter by the court proceedings and by other parties”, Seligson apresenta um estudo etnográfico de audiências bilíngues, em que observa especificamente as interações mediadas por intérpretes, com o intuito de analisar o comportamento do intérprete comunitário face a outros participantes, como foco especificamente nesse contexto jurídico, pautado por ritos legais. O estudo objetiva descrever a atuação do intérprete em tribunal (inclusive a da própria autora que atuou como intérprete durante suas investigações) para demonstrar de que maneira o intérprete se envolve nos processos interacionais ao ter que dar atenção a todos os participantes que interagem e atuam em diferentes papéis, quais sejam: juiz, promotor, advogado ou defensor público, testemunhas que, entre outras pessoas, incluem a polícia que deve declarar como ocorreram os fatos e como a apreensão do acusado foi realizada. A autora adverte que há que se considerar a diversidade de atores envolvidos nessa situação judicial, com níveis de discursos, registros linguísticos e objetivos diferentes, além de outros fatores e fenômenos sociolinguísticos ora subjacentes, ora adjacentes.

Com isso em mente, o que desperta meu interesse para o meu estudo sobre a penitenciária de Itaí são os métodos empregados por Seligson e os resultados alcançados por ela, mesmo que sua pesquisa tenha sido conduzida em um contexto judicial diferente do ambiente prisional.

O estudo de Seligson consistiu na observação de 9 tribunais por um período de 7 meses para investigar as audiências mediadas por 18 intérpretes (12 mulheres e 6 homens). As audiências foram gravadas em áudio, totalizando 114 horas de gravação, as quais foram transcritas e complementadas por anotações das observações realizadas e entrevistas feitas com os advogados e com os intérpretes envolvidos no processo. Além disso, Seligson participou de alguns programas de treinamentos como ouvinte no intuito de aprender um pouco mais sobre questões de IC nesse cenário.

Os achados da investigação mostram que a presença do intérprete é visível desde o início do processo, o que significa que esse profissional está longe de ser apenas uma personagem discreta, embora esse requisito seja exigido no momento do juramento do intérprete. As transcrições minuciosas de Seligson salientam que juízes, advogados e/ou promotores dirigem suas perguntas ao intérprete e não ao réu ou à testemunha. Revelam também momentos em que o intérprete silencia as testemunhas quando verbalizam suas respostas ou reagem às suas respostas, ou

ainda quando consideram que elas não estão respondendo corretamente a uma pergunta. A descoberta mais importante do estudo está no agenciamento do intérprete em relação ao equilíbrio de assimetria de poder. Seligson sugere como a intervenção do intérprete pode afetar qualquer poder que um magistrado possa ter sobre a testemunha ou o réu durante a oitiva. Em suas interrupções, que Seligson chamou de “procedimento de esclarecimento”, o intérprete involuntariamente usurpa parte do poder dos magistrados. O estudo também demonstrou que o intérprete traz para o processo judicial sua própria medida de coerção que, às vezes, funciona em consonância com os esforços dos magistrados, muitas vezes, funciona contra eles.

Sobre o estudo de Berk-Seligson, Hale (2007) argumenta que, apesar da amostragem dos diversos sujeitos de pesquisa e das suas características quantitativas, a análise dos dados qualitativos dificulta determinar se os comportamentos dos intérpretes são um padrão ou uma exceção. Para Hale (2007), apesar das entrevistas, seria interessante ler os comentários dos participantes em relação aos resultados. Mesmo assim, a pesquisa de Seligson oferece insights valiosos para a condução de um estudo sociolinguístico interacional de natureza longitudinal na penitenciária de Itaí, particularmente em contextos como atendimentos judiciais realizados por videoconferência, mutirões da Defensoria Pública ou encontros com advogados da Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel (Funap), entidade que presta apoio a presos.

A abordagem de Seligson ainda traz subsídios ao meu estudo no que diz respeito às transcrições das gravações em vídeo e áudio, à análise das construções linguísticas e pragmáticas e suas dinâmicas e aos efeitos das escolhas de quem medeia as interações.

4.2.2

Angelelli: O estudo sobre o papel dos intérpretes em interações médicas

Outro estudo paradigmático para minha abordagem é o de Angelelli (2004), que avalia o comportamento dos participantes em interações mediadas por intérpretes *ad hoc* em um hospital da Califórnia por meio da etnografia da comunicação. O sétimo capítulo do livro *Medical Interpreting in Cross-cultural Communication* intitulado “Interpreters’ Voice” apresenta as percepções que os

intérpretes têm de seu papel. Nesses estudos, Angelelli explora três principais questões: i) percepção dos intérpretes sobre as pessoas com quem trabalham (pacientes e servidores), ii) percepção de seu papel e iii) a forma como driblam o estresse e a tensão. Os procedimentos metodológicos compreendiam entrevistas semiestruturadas por meio das quais os dados foram analisados qualitativamente e enriquecidos com trechos das entrevistas com os comentários de Angelelli. A partir dos comentários dos intérpretes e de suas investigações, o estudo de Angelelli revelou que os intérpretes são coparticipantes visíveis durante a interação. Em seu agenciamento, eles intermedeiam cooperativamente a comunicação entre falantes que não têm uma língua comum, ao mesmo tempo em que obedecem às regras da instituição onde trabalham.

4.2.3

Cynthia Roy: Interpretação de Língua de Sinais Americana na perspectiva da Análise do Discurso

Além das pesquisas mencionadas acima, incluo o estudo pioneiro de Cynthia Roy (1996) que apresenta um estudo sob a ótica da Análise do Discurso com base em dados de uma interação mediada por interpretação em ASL entre um professor universitário ouvinte e um estudante de doutorado surdo durante as trocas de turno.

O estudo, que se baseia na análise descritiva da participação do intérprete, revela que, ao contrário do pressuposto de que, quando as pessoas interagem, elas trocam de turnos e assumem que quando um fala, o outro escuta e vice-versa, nem sempre isso ocorre. O que ocorre de fato é que as pessoas se interrompem e as conversas se sobrepõem. Quando tais interações envolvem um intérprete, o agenciamento e a organização nas trocas de turno ficam em relevo porque ele gerencia cada turno com conhecimento social e linguístico para além da superfície informacional. Isso quer dizer que o intérprete se envolve numa atividade conversacional na qual toma decisões quando das trocas de turno. Dessa forma, no evento comunicativo, a interpretação face a face e simultânea consiste na negociação de dois diferentes sistemas, o agenciamento desses dois sistemas sendo amplamente tarefa do intérprete. Esse resultado embasa uma de nossas premissas, discutidas na seção 2.3.2, sobre neutralidade e imparcialidade do intérprete, bem como sua atuação como mediador intercultural.

O estudo de caso de Roy consiste em um evento interpretado de encontro filmado em que o intérprete é entrevistado, objetivando fornecer percepções sobre a interpretação na tomada de turno e sobre o ato interpretativo em si do encontro. Com base nas entrevistas, bem como no evento de interação mediado por intérprete, Roy analisa alguns momentos de sobreposição das trocas de turno e atrasos que causaram desconforto porque a intenção de troca de turno não ficou clara durante a interação. Ademais, Roy identifica que o intérprete se posiciona como interlocutor, se utilizando de formas de sentenças indiretas e de tom de polidez (suavização) em vez de interpretação literal da pergunta feita pelo aluno. Em um trecho da conversa em que houve apenas troca de turnos regulares (ou seja, sem sobreposições), o aluno faz uma pergunta sobre uma narrativa: “É uma estória ou não?” (o aluno mostra o texto para o professor). O intérprete prefere interpretar: “*Eu apenas gostaria de saber se isso é uma narrativa.*” (grifo meu). A polidez ou suavização do discurso reflete que o intérprete domina a situação social na qual há uma relação desigual de poder. Os turnos interpretados revelaram ser uma mistura das decisões do intérprete com o acordo tácito dos falantes em aceitar tais decisões.

Além dessas questões, Roy também analisa as pausas e os silêncios, mostrando que os momentos em que nem os participantes nem o intérprete estão falando podem ser desconfortáveis para os interactantes primários em casos em que essas pausas são muito longas. Isso também costuma ocorrer em encontros em que o intérprete é inexperiente ou os interlocutores primários não estão acostumados com a interação mediada por intérprete. No encontro analisado, os interlocutores e intérpretes criam tipos específicos de pausas, atrasos e sobreposições.

Roy mostra ainda que as sobreposições nas trocas de turno em interações tanto nas línguas orais quanto na ASL são comuns, constituindo um desafio para o intérprete. Assim como nas línguas orais, os falantes podem se engajar simultaneamente em uma atividade interacional. Nessas situações, o intérprete de língua de sinais é árbitro ativo nas trocas de turno, pois não há como interpretar dois falantes ao mesmo tempo. A sobreposição tem um resultado distinto daquele de conversas comuns. Em línguas de sinais, quando dois interactantes sobrepõem seus discursos, há três pessoas potencialmente interagindo, os dois interactantes e o intérprete. Nesse sentido, o intérprete deve considerar algumas escolhas disponíveis: i) interromper os dois interactantes; ii) ignorar momentaneamente um

dos interactantes e guardar na memória a sua fala para interpretar na sequência, ou iii) ignorar completamente uma das sobreposições dos interactantes.

Roy nos mostra ainda, por meio de exemplos, como o agenciamento do intérprete de línguas de sinais se evidencia. Ao longo do artigo, Roy passa a explicar como se dá a interrupção dos falantes pelo intérprete em momentos de sobreposições de discursos engajados simultaneamente. Essa autora também pontua que perceber com qual tipo de situação está lidando, reconhecer as relações de poder em questão e compreender que não se deve interpretar intuitivamente são fatores essenciais para que a interpretação alcance seu propósito.

Roy conclui que a comunicação é uma troca interativa complexa e que os intérpretes acabam por fazer parte dessa interação naturalmente. A questão a ser colocada não tem a ver com sua imparcialidade, mas, sim, com como sua participação é constituída na interação e/ou até que ponto ela deve ser ativa. Acrescenta que os intérpretes competentes devem possuir não apenas o conhecimento de duas línguas, mas também o conhecimento de situações sociais, “modos de falar” e estratégias para a gestão do evento de comunicação.

4.2.4

Wadensjö: Estudo da IC na perspectiva interacional

Wadensjö compara dois tipos de interações entre a polícia sueca e um informante russo envolvendo um intérprete das línguas sueca e russa, uma conduzida presencialmente em uma delegacia de polícia e a outra, por telefone. O objetivo da pesquisadora era descrever, diferentemente de Angelelli (2004), o comportamento interacional (conversacional) de todos os participantes com o propósito de investigar se os diferentes modos (presencial ou telefônico) influenciariam nos comportamentos e afetariam as partes (vítima e acusado) na declaração dos fatos.

Assim, Wadensjö analisa duas gravações autênticas com os mesmos participantes, uma na delegacia e a outra por telefone, nas quais o intérprete estava em casa. A interpretação via telefone durou 38 minutos e teve 4.856 palavras, e a presencial, 25 minutos e 4.277 palavras e foi fundamentada teórica e metodologicamente nos estudos de interação social situada e de visão dialógica de linguagem e mente proposto por Bakhtin (1981). De acordo com Wadensjö (1998),

ao contrário do modelo de ‘conduto monológico’, ‘a metáfora do canal’, o modelo interacionista bakhtiniano é dialógico. Bakhtin (1981) explica que os significados transmitidos pelo uso da linguagem são conceituados como coconstruídos entre falante e ouvinte(s) na interação. Suassuna (2006) explica

Bakhtin concebia a linguagem como atividade, prática social, situada em contextos comunicativos/culturais concretos. Assim, a fala seria socialmente orientada e cada enunciação deveria ser tomada como um elo de uma cadeia ininterrupta de atos da fala [...] os diferentes contextos de fala não são justapostos, mas atravessados por conflitos ideológicos, na medida mesma em que a enunciação é de natureza social [...] enquanto sistema de formas que remetem a uma norma não passa de abstração. Os signos, na verdade, são variáveis e flexíveis; é justamente o contexto social que lhe confere sentido. Os enunciados significam não por mera conformidade à norma, mas por inserção em situações sociais concretas. Essa inserção social do signo linguístico faz dele um elemento carregado de sentido ideológico. (Suassuna, 2006, p. 74)

Quanto ao pensamento dialógico de Bakhtin na interação, a autora supracitada argumenta que, para Bakhtin, um conceito de grande relevância é o de dialogismo que é

[...] considerado pelo autor como característica essencial da linguagem, princípio constitutivo do discurso e condição do seu sentido. A fala incorpora e representa os discursos de outros; por outro lado, pressupõe e implica a réplica, a contra palavra. É dialogicamente que se produz e se compreende o sentido. Desse modo, a intertextualidade (o cruzamento de textos que remetem uns aos outros num dialogismo inconcluso) não é propriedade derivada do discurso, mas uma dimensão fundante, da qual o texto deriva. (Suassuna, 2006, p. 75)

De acordo com Wadensjö (1998),

[...] a visão de Bakhtin sobre a natureza do discurso tem implicações teóricas de longo alcance quando aplicada a estudos de interpretação em interação face a face. Em suma, implica que a linguagem é vista e explorada como um fenômeno histórico e social, continuamente reproduzido e recriado ao ser usado. O uso da linguagem é considerado como atividades sociais, conectadas a diferentes gêneros e camadas de contextos. (Wadensjö, 1998, p. 41)⁸⁷

⁸⁷ Em inglês: “Bakhtin’s view of the nature of discourse has far-reaching theoretical implications when applied to studies of interpreting in face to face interaction. In sum, it implies that language is viewed and explored as a historical and social phenomenon, continuously reproduced and recreated by being used. The use of language is regarded as social activities, connected to different genres and layers of contexts.”

Sob a égide desses conceitos principais do pensamento interacionista dialógico de Bakhtin, Wadensjö analisa o estudo sob duas perspectivas, participantes primários e intérpretes. Em seus resultados de pesquisa Wadensjö percebe que a interação mediada pela interpretação presencial acontece mais tranquilamente do que aquela realizada por telefone, pois essa tende a exigir mais explicações e o profissional não tem a possibilidade de acessar a linguagem não verbal. Ademais, por vezes, a comunicação foi interrompida devido a problemas técnicos e, assim, foi necessário repetir o enunciado.

Os resultados indicaram que os interlocutores sentiram dificuldades com a interpretação por telefone. Os interlocutores falaram um pouco mais rápido na interpretação presencial (em média 2,4 palavras por segundo versus 2,3 palavras por segundo ao fone). Também houve poucas trocas de turno na interpretação por telefone, significando para Wadensjö (1999) que a interpretação face a face flui melhor. Wadensjö atribui isso ao fato de que as pessoas desse cenário pareciam estar mais acostumadas à interação face a face. As sobreposições ocorreram mais na interação mediada pelo intérprete presencial do que via telefone (155 versus 11, respectivamente). Entretanto, tais sobreposições, cronometradas pelo intérprete, não causaram problemas relacionados ao andamento da interação.

Wadensjö investiga uma questão na IC que não é objeto de estudo tão comum entre pesquisadores da área, ou seja, identificar as problemáticas em situações interacionais em diferentes modos, abrindo espaço para outras perguntas a serem investigadas e respondidas, por exemplo, recursos tecnológicos, limitações e possibilidades da interpretação a distância e as perspectivas de servidores e intérpretes quanto ao modo (presencial e telefone). Conforme Wadensjö, muito pode ser realizado a partir disso para o melhor entendimento do fenômeno das interações bilíngues mediadas por interpretação via telefone.

No seu livro intitulado *Interpreting as Interaction*, Wadensjö (1998) segue uma abordagem descritiva com base na definição de situação pelos sujeitos atuantes. Wadensjö propõe-se a responder como interagem, respectivamente, intérpretes e interlocutores primários, observando o que acontece entre os participantes desse tipo de encontro e como a interlocução mediada pelo intérprete afeta essas convenções comunicativas. Além disso, a autora questiona como os intérpretes dizem o que os outros querem dizer, de um lado, e, de outro, quando interferem na interação, atuando como mediadores. Wadensjö considera a interação

mediada por intérprete como um fenômeno social e, como tal, entende a interpretação e a mediação como atividades distintas teoricamente, porém inter-relacionadas quando se trata da prática.

A diferença entre engajamento conversacional como “texto”, de um lado, e como “atividade”, de outro, é uma das questões investigadas por Wadensjö. Para responder a isso, ela parte do pressuposto de Bakhtin (1981), sugerindo uma perspectiva dialógica (contrapondo a visão monológica) da interpretação. Sobre a visão monológica, Wadensjö explica que a imagem do intérprete é influenciada pelo modelo de “transferência” de informação na comunicação, isto é, uma forma de pensar sua atuação na interação humana como processo unidirecional de “transferência” informacional de uma pessoa para outra. A visão dialógica, por sua vez, implica a construção e conversão de significados. A construção de sentido é parte do produto, a comunicação ou falha na comunicação sempre pressupõe a reciprocidade entre pessoas envolvidas no ato interativo. Assim, o modelo dialógico provê estruturas para explorar os processos multidirecionais e dimensionais da interação, permitindo que se investigue as múltiplas funções das palavras e enunciados em contextos sociais. Vale mencionar que o modelo monológico, em pesquisas sobre interpretação, está pautado essencialmente em produção textual. Tanto as interações entre pessoas como o papel do intérprete são vistos como textos orais a serem produzidos. Para Wadensjö (1998), a interação precisa ser vista como “atividade” e não como “produção textual” em que se ressalta a relação entre um dado texto com padrões estabelecidos de uma determinada língua, definida gramatical e linguisticamente, embora isso seja uma ferramenta útil para o intérprete compreender a situação de interação a qual mediará.

Dentre as teorias que fundamentam o estudo de Wadensjö estão os pressupostos de Goffman (1967) sobre *footing* e enquadre (*frame*). Ademais, Wadensjö lança mão de um conjunto de literaturas no âmbito da Sociologia da Linguagem, Etnometodologia e Análise do Discurso. A autora descreve e explora a interação mediada por intérpretes utilizando-se dos dados gerados em encontros autênticos em contextos médicos e judiciais, seguindo os passos de autores como Berk-Seligson (2002), cujos estudos se concentram em interpretação como uma atividade social e linguística.

Os conceitos e problematizações tratados por Wadensjö são indispensáveis para o meu estudo. Os capítulos cinco e nove de seu livro, por exemplo, tratam da

geração de dados e dos métodos de análise das transcrições dos encontros interacionais, ilustrando como podem ser realizadas as análises de tais encontros. O capítulo nove, além de apresentar excertos de interação mediada por intérprete, retoma a noção da neutralidade respondendo às questões: “O que os intérpretes querem dizer quando eles dizem o que os outros querem dizer? Como os intérpretes marcam a distinção entre a sua responsabilidade e a dos outros pelas palavras e enunciados que expressam?” (Wadensjö, 1998, p. 19).⁸⁸ Nesse mesmo capítulo, Wadensjö apresenta argumentos sobre a noção de neutralidade a partir de duas abordagens: uma em que o intérprete apresenta o enunciado e, ao mesmo tempo, ressalta o seu não envolvimento naquilo que expressa (*relaying by displaying*); a outra, refere-se ao intérprete que se esforça para representar todos os aspectos dos enunciados de outra pessoa (*relaying by replaying*). A autora trata da importância do discurso direto e discurso indireto na interpretação comparando esses expedientes com o uso da voz passiva. Essa discussão marca, por exemplo, o esforço do intérprete em manter o distanciamento do discurso interpretado e evitar falhas na comunicação.

Fundamentada na teoria de Goffman (1974b), Wadensjö compara o intérprete a um narrador, porta-voz da fala de outrem. Tal como os teóricos literários investigam fenômenos discursivos em um romance, sociolinguistas observam os efeitos pragmáticos e o uso do discurso direto e indireto pelos intérpretes que parecem objetivar, mesmo inconscientemente, o limite entre “eu” e “o(s) outro(s)”. Nessa comparação do intérprete a um narrador, Wadensjö explica que um narrador de um texto escrito ou de um monólogo falado mostra, conta a fala de outros e dá voz a personagens, além de apresentar os pontos de vista desses personagens. O texto se mantém no nível de significado do narrador, porque os personagens são inanimados e, portanto, incapazes de atuar, sentir ou pensar. “O narrador sozinho cria o que, via de regra, é a única versão de uma certa história e é, portanto, por assim dizer, o governante absoluto do texto” (Wadensjö, 1998, p. 246)⁸⁹. A interação mediada por intérpretes, ao contrário do texto de um narrador, constitui duas versões da mesma fala, com pessoas distintas, sendo que um (interlocutor)

⁸⁸ Em inglês: “What do interpreters mean when they say what others’ mean to say? How do interpreters mark distinction between their own and others’ responsibility for the word and utterance they voice?”.

⁸⁹ Em inglês: “The narrator alone creates what, as a rule, is the only version of a certain story and is therefore, as it were, the absolute ruler of the text.”

depende do outro (intérprete) para manter a participação na interação e relatar a fala. Ou seja, as interações são o resultado de esforços realizados em conjunto. Assim, a interação humana entre interlocutores mediada por intérprete depende da capacidade desse último de assumir as perspectivas dos atores da interação para prever o rumo da conversa independente do contexto. Assim, explorando como os intérpretes se relacionam com os narradores da fala alheia, Wadensjö aplica conceitos que levam em conta a relação entre conversa dos intérpretes e dos interlocutores primários. Para tanto, utiliza um modelo analítico flexível comparando a transmissão pela exibição (representação) com a transmissão pela repetição (reapresentação) da fala dos outros parcialmente fundamentada em Goffman (1974b).

A transmissão pela exibição (representação) (*relaying by displaying*) implica, por exemplo, que o intérprete mostra o mínimo de expressividade na fala em relação ao discurso original, ainda que o orador fale de forma animada, agressiva, sarcástica, hesitante, e assim por diante. A expressividade mínima do intérprete, ou por assim dizer, o seu rigor de estilo, é uma das principais formas pelas quais o intérprete demonstra uma impressão de si mesmo (Wadensjö, 1998).

A transmissão pela repetição (reapresentação) (*relaying by replaying*), em contraste, implica um esforço para representar a expressividade da fala, como uma encenação do papel do outro, por assim dizer. Nos termos de Goffman (1974b), o intérprete então “vive o papel” do(s) interlocutor(es) primário(s), ou seja, “repete” reapresentando o discurso. Ou seja, os intérpretes tentam imitar as características comunicativas semânticas, sintáticas, fonéticas e paralinguísticas do outro, inclusive as características de voz e estilo, e usam meios para marcar as distinções entre o “eu” e o “outro”, por exemplo, ênfase, modulação da voz, direção do olhar etc. (Wadensjö, 1998).

Os excertos que Wadensjö utiliza de interação mediada por intérprete envolvem casos em que o intérprete marca a distinção entre o “eu” e “o outro”. Em outros trechos, a autora mostra a necessidade de os intérpretes tomarem iniciativas e falarem em seu próprio nome. De acordo com Wadensjö, os intérpretes alternam rotineiramente entre transmissão pela exibição (representação) e transmissão pela repetição (reapresentação), dependendo do contexto comunicativo.

A autora chega à conclusão de que as análises sugerem uma nova forma de “medir” o envolvimento do intérprete na interação. Para Wadensjö (1998, p. 274)

“[...] Não há dúvida que é essencial para a organização social global da interação que o intérprete saiba escolher momentos adequados de transição durante a interação”.⁹⁰

4.3

A sociolinguística interacional como base teórico-metodológica do estudo

O estudo sociolinguístico da penitenciária Cabo PM Marcelo Pires da Silva tem como objetivo a análise das interações mediadas ou não por intérpretes em diferentes situações, quais sejam, culto, atendimento médico, escola e atendimento judicial. Como norte para a análise de resultados, este estudo se apoia nos conceitos e categorias elencados que formam um conjunto de referências que embasam a pesquisa.

Para atingir o objetivo central de investigar, sistematizar e analisar as interações mediadas ou não por intérpretes no cotidiano do presídio e em situações específicas (culto, atendimento médico, escola e atendimento judicial), recorro à sociolinguística interacional como ferramenta metodológica. Apoio-me em estudos que, além de utilizarem a mesma ferramenta metodológica, fundamentam a análise dos resultados nos paradigmas e conceitos da Sociolinguística Interacional (como os apresentados na subseção 4.2). Em particular, apoio-me nesses estudos articulando-os com aqueles que exploram o conceito de superdiversidade e superdiversidade linguística, desenvolvidos por autores como Jacquemet, Blommaert e Vertovec. Por isso, na próxima seção, considero fundamental apresentar os conceitos e paradigmas iniciais da Sociolinguística Interacional para, posteriormente, discutir sua releitura à luz do conceito de superdiversidade.

4.3.1

Sociolinguística Interacional: primeiros conceitos e paradigmas

A abordagem da IC na perspectiva sociolinguística interacional – ilustrada nas pesquisas apresentadas acima – tornou-se possível devido às mudanças paradigmáticas ocorridas na área da Linguística em meados do século passado, pois

⁹⁰ Em inglês: “There is no doubt that interpreters’ ability to utilize adequate transitional moments in interaction is essential for the overall social organization of interaction”.

ampliaram a perspectiva dos estudos linguísticos, que passaram a considerar, para além das línguas como sistemas em si, as produções linguísticas em situações reais de interação. Nessa perspectiva, os estudos linguísticos dialogam com outros como a Filosofia, Sociologia, Antropologia, Psicologia e Neurociências e a Pragmática, dando assim origem à Sociolinguística cujo interesse se centra no imbricamento da língua e da sociedade. As articulações entre estudos referentes à linguagem em sociedade desestruturam as noções paradigmáticas saussurianas nas quais o modelo bilateral dialógico está desvinculado de aspectos contextuais. Essa vertente parte do pressuposto de que a língua é produzida por meio dos enunciados nas práticas linguísticas, dando lugar a formas diversas, a depender de quem fala, quando, onde, com quem e porque entre outras múltiplas características/fatores a serem considerados. Em vista disso, a língua é considerada um instrumento de interação social e se molda na sociedade de acordo com os diversos contextos em que é produzida, estando submetida a variação e constante mudança. A Sociolinguística se preocupa em processar, analisar e sistematizar o universo das práticas linguísticas em suas múltiplas dimensões, partindo da premissa de que a língua é um sistema de comunicação, de informação e de expressão entre os indivíduos da espécie humana (Tarallo, 1986). Por isso, a Sociolinguística ocupa-se da análise dos estratos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos das línguas e esferas sociais.

Os estudos de Erving Goffman, John Gumperz e Dell Hymes, pesquisadores precursores da então chamada sociolinguística interacional, apoiada em pesquisa qualitativa, empírica e interpretativa, propõem o estudo das práticas linguísticas na interação social de interactantes com papel ativo na elaboração da mensagem. Eles partem do pressuposto de que todo sentido é construído na interação enquanto um fenômeno situado, ou seja, a situação e o contexto são entendidos como algo fundamental, uma vez que o sentido é coconstruído por todos os participantes no instante do encontro interacional (Ribeiro; Garcez, 2013).

A sociolinguística interacional entende a interação como uma realização dinâmica e permite compreender de que maneira as pessoas na vida social interagem no cotidiano. Esse olhar da sociolinguística interacional em relação às práticas linguísticas foca o complexo universo das relações humanas mediante o vislumbre do processo de organização discursiva das relações humanas (Ribeiro; Garcez, 2013).

As produções precursoras de Gumperz (1982, 2020), Hymes (1962), Goffman (1974a, 1974b, 2013) e Erickson (2020) aparecem como um divisor de águas em termos de compreensão da natureza do mundo social, pois suas concepções substituem a fragmentação dogmática da comunicação estabelecida pelas ciências humanas por um pensamento interdisciplinar, ao assumir que indivíduos estabelecem e constroem suas identidades sociais por meio das práticas linguísticas em encontros conversacionais (Fabrício, 2020; Ribeiro; Garcez, 2013).

Com base nesse pressuposto, Hymes (1962) afirma que antropólogos e sociólogos fatalmente deparam-se com questões de ordem linguística, o comportamento social e a atividade humana sendo dialeticamente constituídos pelo contexto e pela linguagem. Portanto, observar e descrever práticas linguísticas significam também estudar as práticas sociais, visto que as estruturas e os padrões linguísticos provêm das diversas relações sociais dos eventos de comunicação da fala e de outros canais como o escrito e o imagético.

Enquanto Hymes estabelece o delineamento mais geral da sociolinguística interacional ao propor uma extensão da gramática para um patamar pragmático com ênfase no estudo empírico de signos inseridos no contexto de uso da linguagem, Gumperz (1982) interessa-se pela análise das relações interacionais na prática, o que implica investigar como as pessoas operam palavras e signos, empenhando-se em observar os objetivos comunicativos dos falantes, interpretações compartilhadas no evento interacional, bem como o entrelaçamento sociointeracional nas práticas comunicativas. Ao abordar o evento da fala como unidade de análise, Gumperz considera uma multiplicidade de recursos de negociação de sentidos que leva em conta a diversidade e a variabilidade de produções linguísticas, posicionamentos dos participantes em suas performances e os sentidos que emergem na interação. Tais expedientes problematizam a noção de contexto prefigurado e instituem a ideia de processos contínuos de contextualização que são estudados pelo autor com base em categorias analíticas como “pistas de contextualização” e “inferências conversacionais” (Gumperz, 1982).

Gumperz (1982) define pistas de contextualização como um instrumento-chave para a sinalização e a interpretação de pressuposições contextuais. Essas pistas, quando ocorrem junto com sinais lexicais e gramaticais, funcionam como a base contextual para compreensão da situação. São sinais metapragmáticos que

representam as formas que os falantes utilizam para prover informações aos interactantes.

Nas palavras de Gumperz, pistas de contextualização são

[...] constelações de características superficiais das mensagens são os meios pelos quais falantes sinalizam e ouvintes interpretam que a atividade está ocorrendo, como o conteúdo semântico deve ser entendido e como cada frase se relaciona com o que precede ou a que se segue na interação. (Gumperz, 1982, p. 131)⁹¹

Nenhum enunciado pode ser produzido sem tais sinalizações, por essa razão, as pistas de contextualização estão sempre presentes nas falas de interlocutores durante o processo de interação. Gumperz também explica que pistas de contextualização podem ser definidas como alterações de código, dialeto e estilo, prosódia, escolhas lexicais e sintáticas, expressões formulaicas,⁹² abertura e fechamento conversacionais, estratégias de sequenciamento que se manifestam na superfície textual na qual significados são construídos e reconstruídos no processo interacional (Gumperz, 1982).

A inferência conversacional é o processo de interpretação situado ou vinculado ao contexto, por meio do qual os participantes de uma troca avaliam/inferem as intenções dos outros e por meio das quais baseiam suas respostas. Consoante com os pressupostos de Gumperz (1982),

A inferência conversacional faz parte do próprio ato de conversar. Indica indireta ou implicitamente como um enunciado deve ser interpretado e ilustra como alguém interpretou o enunciado do outro por meio de respostas verbais e não-verbais, e é a natureza dessas respostas, e não o significado independentemente determinado ou o valor de verdade apenas dos enunciados individuais, que governa a avaliação da intenção. (Gumperz, 1982, p. 154)⁹³

⁹¹ Em inglês: “[...] constellations of surface features of message form are the means by which speakers signal and listeners interpret what the activity is, how semantic content is to be understood and how each sentence relates to what precedes or follows”.

⁹² Expressões formulaicas são combinações fixas ou semifixas de palavras que são frequentemente usadas em um idioma e possuem significado convencional ou pragmático, muitas vezes indo além do significado literal das palavras individuais. Essas expressões são comuns na comunicação cotidiana e desempenham um papel importante na fluência e na compreensão linguística. Exemplos incluem frases feitas, ditados, expressões idiomáticas, cumprimentos, despedidas e outras construções rotineiras. Exemplos de expressões formulaicas: Cumprimentos e despedidas: “Bom dia”, “Até logo”; Expressões idiomáticas: “Chutar o balde”, “Quebrar o gelo”; Clichês: “Mais fácil falar do que fazer”, “No final das contas”; Frases prontas: “Por favor”, “Com licença”, “Muito obrigado”; Marcadores conversacionais: “Você sabe”, “Na verdade”.

⁹³ Em inglês: “Conversational inference is part of the very act of conversing. One indirectly or implicitly indicate show an utterance is to be interpreted and illustrates how one has interpreted

No que concerne à inferência conversacional, outros fatores exercem um papel importante na constituição da interação, tal como o espaço físico, o conhecimento pessoal dos participantes uns em relação aos outros, os papéis socioculturais dos interactantes, o status de relacionamento e os valores sociais relacionados a vários componentes da mensagem.

Complementando os fenômenos conversacionais estudados por Gumperz (1982), Goffman (2013), por sua vez, trata de aspectos referentes, a saber, o *frame* (enquadre) e o *footing*. O enquadre é o cenário ou contexto no qual ocorrem a dinâmica e o fluxo da interação, isto é, o autor compreende que os enquadres organizam e orientam o discurso. Já o *footing* é uma mudança no alinhamento que os participantes assumem para eles mesmos e para os outros, ou seja, uma mudança de papéis que pode ser assumida na interação (estrutura de participação). Por exemplo, um interactante pode ser ouvinte em um determinado enquadre e passar a ser falante, na troca de turno. Esquema (*Scheme*) são diretrizes que usamos para nos guiar na tarefa do fazer sentido das coisas, enquanto enquadres interpretativos são as instruções de como usamos as diretrizes. Quando dois participantes interagem, em um evento face a face, existe uma noção interativa de enquadre que emerge de interações verbais e não verbais. Isso implica que os interactantes devem perceber qual atividade está sendo encenada e qual sentido os falantes dão ao que dizem (Gago, 1999; Tannen; Wallat, 2013).

Erickson (2020), em seus estudos sobre a Microanálise Etnográfica, parece dar menos ênfase à acepção analítica linguocêntrica para se preocupar mais com a micropolítica das relações sociais entre pessoas engajadas em situações de interação face a face (Fabrício, 2020). A microanálise etnográfica considera a comunicação ou interação imediata da cena e a relação entre esta interação e o contexto social maior, a sociedade onde este contexto se insere.

Outro estudo de Gumperz (1982), que aborda a interseção entre língua e cultura nas interações entre indianos, paquistaneses e ingleses, apresenta uma narrativa em que o autor esclarece os possíveis desentendimentos que surgem quando participantes de diferentes etnias não possuem o mesmo repertório cultural ou desconhecem o uso de palavras e expressões características de suas respectivas

another's utterance through verbal and nonverbal responses, and it is the nature of these responses rather than the independently determined meaning or truth value of individual utterances alone that governs evaluation of intent".

culturas. Esses cruzamentos interculturais entre indianos, paquistaneses e ingleses analisados por Gumperz configuram um exemplo paradigmático de negociação discursiva em contexto de grande diversidade cultural. Gumperz descreve uma situação de trabalho em que garçonetes indianas e paquistanesas, recém-contratadas por uma cafeteria no Aeroporto de Heathrow em Londres – um cargo normalmente ocupado por mulheres inglesas – atendem clientes ingleses que pediram carne. Quando as garçonetes perguntam se os clientes gostariam da carne “com molho”, elas utilizam uma entonação descendente, o que foi interpretado como rude pelos nativos ingleses, já que uma garçoneira inglesa usaria uma entonação ascendente. No entanto, de acordo com as convenções do sistema de face⁹⁴ indiano e paquistanês, essa oferta deve ser feita com uma entonação descendente.

Gumperz infere de suas diversas pesquisas em contextos plurilíngues que o intercâmbio comunicativo é um processo negociado em que o conhecimento linguístico e sociocultural, além do grau de compartilhamento de informações, é um fator decisivo para a efetividade da interação. Esse conhecimento compartilhado está implícito no discurso. Isso significa que, para entender e processar uma informação nos discursos produzidos em interação, é preciso que os conhecimentos de mundo, das práticas linguísticas e das normas sociais estejam integrados no momento da troca comunicativa situada, a diversidade cultural se refletindo nos variados significados que um mesmo enunciado pode assumir. Por isso, Gumperz argumenta que a abordagem em sociolinguística interacional, ao buscar investigar as prováveis interpretações de uma interação comunicativa, apontando os processos inferenciais pelos quais elas ocorrem, é pertinente para perceber as diferenças

⁹⁴ O “sistema de face” para Gumperz, inspirado nas teorias de Erving Goffman, refere-se ao conjunto de estratégias linguísticas e sociais que as pessoas utilizam para gerenciar e manter sua identidade social e a de seus interlocutores durante a interação. A “face” é entendida como a imagem pública de uma pessoa, ou seja, como ela se apresenta socialmente. Em contextos interculturais, as diferentes formas de lidar com a face podem gerar mal-entendidos, especialmente quando os participantes pertencem a culturas diferentes e têm normas distintas sobre como interagir de maneira respeitosa ou educada. Gumperz utiliza esse conceito para explicar como as normas sociais e as expectativas culturais influenciam as interações linguísticas, particularmente em situações em que as pessoas não compartilham o mesmo conhecimento cultural. Ele observa que os comportamentos relacionados à face variam de acordo com as convenções culturais e podem levar a interpretações errôneas se essas convenções não forem compartilhadas entre os interlocutores. Em seu estudo sobre as interações entre indianos, paquistaneses e ingleses, Gumperz mostra como uma mesma ação (como perguntar se a carne deve vir “com molho”) pode ser interpretada de maneira diferente dependendo da entonação e das normas culturais de cada grupo, resultando em possíveis conflitos relacionados à manutenção da “face” de cada indivíduo.

sistemáticas nas práticas interpretativas que afetam a habilidade de criar e manter engajamentos conversacionais.

As abordagens inauguradas por Gumperz, Hymes, Goffman e Erickson, entre outros, no atual momento de hiper-mundialização e imbricamento das identidades, vêm sendo revistas à luz de conceitos como o de superdiversidade, que traz para a superfície uma tendência de pensamento com base nos paradigmas já estabelecidos para ressignificar os fenômenos interacionais, cujos aspectos discutiremos a seguir.

4.3.2

A Sociolinguística Interacional revisitada: o conceito de superdiversidade

Os paradigmas estabelecidos pelos pressupostos teóricos de Hymes (1962, 1972), Gumperz (1982), Goffman (1981, 2013) e Erickson (2020), Rampton (2017), Duranti e Goodwin (1992), Collins e Slembrouk (2007) e Geertz (1973) e outros estudiosos, acerca da organização social a partir de uma perspectiva relacional da sociologia, antropologia e linguística, são as bases para uma ressignificação dos fenômenos sociolinguísticos interacionais. No entanto, estudos mais recentes compreendem que se faz necessária uma revisão das concepções consideradas fundamentais (a) sobre línguas, (b) sobre grupos linguísticos e falantes, e (c) sobre comunicação, tendo como esteio as mudanças sociais na era da globalização.

Os contextos complexos superdiversos acarretados/ensejados pelas mudanças multidimensionais encorajam uma ressignificação disciplinar assentada na superdiversidade, que emerge principalmente das perspectivas contemporâneas de (2010), de Rampton (2010) e de Arnaut *et al.* (2016). A “superdiversidade sociolinguística” configura, então, uma nova abordagem teórica da linguagem na sociedade, uma nova chave por meio da qual a sociolinguística pode ser compreendida (Vertovec, 2007; Blommaert; Rampton, 2011; Arnaut *et al.*, 2015).

Desde a introdução do conceito da superdiversidade em 2007, estudiosos da Linguística e da Sociolinguística, mas também da Sociologia, Antropologia, Geografia, Ciência Política, História, Educação, Direito, Estudos Empresariais, Gestão, Literatura, Estudos de Mídia, Saúde Pública, Serviço Social, Planejamento Urbano e Estudos Paisagísticos, para mencionar alguns, adotaram esse conceito como um paradigma para descrever as multivariadas facetas da diversificação

resultantes das transformações sociais para além da migração. A superdiversidade, assim, tornou-se um conceito pelo qual é possível proporcionar e explicar os tipos, modos e contextos superdiversos e complexos nos quais se manifestam os imbricados fenômenos sociais. A superdiversidade sociolinguística tem sido a base de novos trabalhos em vários contextos, notadamente nos campos multidisciplinares da Migração e dos Estudos Étnicos, incluindo contextos de refúgio (Jacquemet, 2011).

A sociedade contemporânea, constituída por um nexos de relações sociais e históricas, tem sido marcada por uma rede de regulações e práticas que decorrem de um novo cenário multifacetado que se expande para além da etnicidade e territorialização, o que Moita Lopes (2019) bem conceitua como um mundo globalizado/desterritorializado no qual as configurações sociais devem ser entendidas, também em termos linguísticos, como vivendo em zonas de contato e fronteiras para dar conta do efeito rizomático dos fenômenos linguísticos nessas sociedades porosas em permanente processo de vir a ser. Nas palavras de Vertovec,

[...] as sociedades em todo o mundo estão se diversificando intensamente. Isto assume muitas formas, modos e cursos – na verdade, seria melhor falar de muitas diversificações sobrepostas, emaranhadas e mutuamente determinantes – desde a globalização distorcida das práticas neoliberais e da disseminação de bens de consumo, meios de comunicação populares e modos de comunicação, através da difusão de ideias, políticas e movimentos sociais, à multiplicação de estilos de vida, estruturas familiares, identidades, códigos morais e práticas sociais. **A migração global é um componente fundamental dos processos de diversificação.** (Vertovec, 2007, p. 1, grifo meu)⁹⁵

A natureza diaspórica superdiversa é um dos elementos fundamentais para compreender os novos tempos na medida em que dela emerge uma diversificação da diversidade. O conceito de superdiversidade surge a partir da intensificação dos fluxos migratórios, não se restringindo à nacionalidade, etnicidade, religião e língua, mas contemplando os motivos para imigração, padrões e itinerários, expedientes que movimentam as políticas de migração das sociedades anfitriãs. Portanto, trata-se de um processo de diversificação simultânea, impulsionada pela

⁹⁵ Em inglês: “[...] Societies around the world are diversifying profoundly. This takes many forms, manners, and courses – indeed, we might best talk of many overlapping, entangled and mutually determining diversifications – from the skewed globalization of neoliberal practices and spread of consumer goods, popular media, and modes of communication, through the diffusion of ideas, policies and social movements, to the multiplication of lifestyles, family structures, identities, moral codes, and social practices. Global migration is a key component of diversification processes”.

migração de diversas características sociais e jurídicas, assim como pelas configurações sociais decorrentes desse processo (Vertovec, 2007). Esse conceito contraria as concepções essencialistas multiculturalistas que se pautam na natureza estratificada e emparelhada da cultura e da sociedade e ofuscam as lentes pelas quais dever-se-ia enxergar o modo profundo e transformador de organizar e (re)pensar a sociedade.

A globalização e a progressiva mudança nas práticas comunicativas e formações sociais provocadas pelas mobilidades de pessoas, línguas e textos ensejaram vários estudos na área da sociolinguística interacional pautados na superdiversidade. Dessa forma, como são muitas as investigações pautadas na abordagem (socio)linguística interfaceada ao conceito de superdiversidade de Vertovec, cito aqui alguns desses estudos por dialogarem direta ou indiretamente com os propósitos desta pesquisa.

Uma delas é o trabalho de Moita Lopes (2019), com base no conceito de Vertovec, que tece uma crítica em relação às teorizações linguísticas modernistas que encaram a língua(linguagem) como sistema autônomo. Para Moita Lopes, essas teorizações ignoram as ideologias linguísticas dos falantes, enquanto mantêm a ideia de que uma língua se vincula a um estado-nação, com base num ideal de língua pura, homogênea, unificada e padronizada, distanciada da perspectiva sócio-histórica de seus falantes e de suas práticas sociais. Com efeito, o ideal de língua pura, neutra e representacional do estado-nação baseia-se em conceitos político-sociais e científicos que legitimam as assimetrias das relações de poder e as desigualdades sociais, de raça e de gênero, ao mesmo tempo que ignora os modos como “as pessoas vivem e constroem suas vidas sociais por meio da linguagem nas práticas linguísticas em que estão situadas” (Moita Lopes, 2019, p. 106).

Sobre esses aspectos, Michael Silverstein (2015) explica que a superdiversidade se caracteriza pela fluidez multidimensional e por comportamentos linguísticos que os aparatos institucionais da política estatal ainda não incorporaram às práticas oficiais. Esses comportamentos linguísticos que se constituem nas bases da superdiversidade exigem reconsideração e realinhamento sobre como as comunidades linguísticas se cruzam umas com as outras dentro de uma ou mais comunidades de práticas plurilíngues que a ordem do estado-nação ainda não está preparada para abraçar.

Moita Lopes ressalta que a noção cultural de uma língua é recente. A noção de uma língua e um território, que surge a partir do ideal de estado-nação (que coincide com o momento do Iluminismo), deslocou a diversidade natural do plurilinguajar, “uma operação levada a efeito pelas gramáticas e letramentos que controlam o fluir ou tentaram controlar o fluir do linguajar [...]” (Moita Lopes, 2019, p. 107). Segundo Moita Lopes (2019), estudiosos criticam a linguística modernista ao adotar posicionamentos essencialistas que conduzem a padronizações equivocadas de usos da língua, por exemplo, em que se concebe que mulheres, homens e homossexuais falam de determinada forma generalizável e tais posicionamentos prevalecem em muitos campos dos estudos linguísticos. Nas palavras desse autor,

[...] Além de operar como a utopia de uma comunidade linguística, tal visão parte de uma teorização inadequada [...] para dar conta do gênero e sexualidade, tomados como categorias naturais e essencializadas. Só assim é possível se referir a uma comunidade linguística homogênea. Essa posição continua existindo no campo de estudos linguísticos pela dificuldade comum em nossa área de operar indisciplinadamente, levando a ignorar uma vasta bibliografia em outras áreas sobre língua, linguagem, identidade, gênero, sexualidade etc. (Moita Lopes, 2019, p. 107-108)

Reforçando as discussões em Moita Lopes (2019), Pratt (2013) critica a “linguística da comunidade” – que traz a ideia de “distância” e “separação” – que tenta harmonizar e unificar a vida social. Pratt, propõe a “linguística de contato”, isto é, que a vida social deve ser concebida pela noção da “linguística de contato” constituída por relações compartilhadas. Essa perspectiva não admite uma linguística da comunidade cuja concepção é a homogeneidade. Pratt desmonta as teorias anteriores que argumentam que as diferenças linguísticas só têm relevância quando consideradas no contexto da organização social, sugerindo ainda que cada classe se expressa seguindo, de forma implícita, o mesmo padrão estabelecido pelo grupo dominante.

A linguística de contato que Pratt defende considera apropriações, heterogeneidades, misturas e hibridizações no sentido de como as pessoas se envolvem na construção dinâmica de significados. Essa autora caminha no sentido oposto sugerindo uma linguística que descentralize a comunidade, focando, assim, na operação da linguagem por meio de linhas de diferenciação social, isto é, uma linguística pautada nos modos e nas zonas de contato. Elucida que “zona de

contato” se constitui como uma tentativa de discutir simultaneamente a presença espacial e temporal de sujeitos antes afastados por descontinuidades históricas e geográficas, mas com trajetórias que agora se entrelaçam e inter-relacionam. Pratt assume a questão relacional entre os sujeitos nos termos de presença comum, interação, entendimentos e práticas interligadas, frequentemente dentro de relações radicalmente assimétricas de poder. Moita Lopes esclarece

[...] daí a necessidade de abandonar a “linguística de sistema” e da comunidade e focalizar “a linguística de contato” e das práticas [...] ao desafiar o ideal de língua pura, focalizando o linguajar essa posição teórica colabora para abrir espaço para problematizar as “vozes de baixo”, que tradicionalmente foram mantidas de forma cristalizada, por tal ideal, em sua inferioridade [mesmo em uma linguística das variedades na qual está implícita a norma/o padrão – ou matriz linguística normalizadora / padronizadora que estão submetidas todas as variedades. (Moita Lopes, 2019, p. 119)

O conceito de sistema linguístico, assim como o de comunidades de fala (Labov, 1972), tradicionalmente vinculado à ideia de que os indivíduos participam de um conjunto de normas compartilhadas, com valores e atitudes homogêneas em relação à língua, tem sido questionado por pesquisadores que promovem abordagens como a linguística de contato (Pratt, 2013) e a comunidade de práticas (Rampton, 2006).

É importante destacar que, no âmbito da reconfiguração dos construtos teóricos da sociolinguística em tempos de superdiversidade, a compressão do tempo e espaço é revista à luz de conceitos como o da sociedade fluida/líquida. A cibercultura e ciberdemocracia da comunicação em massa, por meios ultrarrápidos e instantâneos, amplia a mobilidade de línguas, de textos e de seus sentidos, causando efeitos opostos à noção de língua unificada, homogênea e estratificada (Moita Lopes, 2019; Lévy, 1999, 2002; Castells, 1999; Bauman; Briggs, 2003). Nesse quadro, a comunicação contemporânea é vista como mutações comunicativas, hibridizações e crioulizações (Moita Lopes, 2019; Jacquemet, 2005), por meio das quais pessoas e textos se mobilizam em um mundo globalizado, desterritorializado e desmitologizado. Um exemplo clássico da língua unificada e estratificada é o da Torre de Babel mencionado no livro de Gênesis nas Sagradas Escrituras.

Em Gênesis 11 versículo 2:9, narra-se a estória da Torre de Babel. No início, toda a terra falava uma só língua. Porém, o povo partiu para uma terra no Oriente próximo ao vale de Sinar e habitou ali. Então, disseram:

Eia, edifiquemos nós uma cidade e uma torre cujo cume toque nos céus, e lançamo-nos um nome, para que não sejamos espalhados sobre a face de toda a terra. Então, desceu o Senhor para ver a cidade e a torre que os filhos dos homens edificavam; e disse: eis que o povo é um, e todos têm uma mesma língua; e isto é o que começam a fazer; e agora, não haverá restrição para tudo o que eles intentarem fazer. Eia, desçamos e confundamos ali a sua língua para que não entendam um a língua do outro; e cessaram de edificar a cidade. Por isso, se chamou o seu nome Babel, porquanto ali confundiu o Senhor a língua de toda a terra e dali os espalhou o Senhor sobre a face de toda a terra. (Bíblia, Gênesis, 11-2:9, 2005)

Como é possível notar, quando a humanidade tinha uma mesma língua, supostamente habitava em uma comunidade, uma “comunidade de contato” (Moita Lopes, 2019; Pratt, 2013), e, possivelmente, a convivência era uma “comunidade de prática” (Rampton, 2006). Contudo, ao serem punidos pelo pecado da vaidade, se dispersaram devido às diferenças linguísticas. Nas entrelinhas das escrituras sagradas, é possível inferir que essas pessoas se organizaram em grupos conforme a língua falada, formando, assim, o que denominamos “comunidades de fala” homogêneas e territorializadas.

A maioria dos estudos linguísticos contemporâneos usa a ilustração da Torre de Babel em suas argumentações para explicar a noção da dispersão, de barreira linguística, de línguas e pessoas alocadas em seus respectivos territórios, conectando línguas no desejo da identidade nacional (Moita Lopes, 2019). Na contramão, estão as chamadas “mutações comunicativas” que caminham no sentido “da necessidade xenoglóssica de compartilhar e de se comunicar com todos” (Jacquemet, 2005, p. 273).⁹⁶

Jacquemet (2005), escrevendo sobre práticas transidiomáticas discorre sobre re/desterritorialização em contexto de superdiversidade. O conceito de transidioma, nas investigações de Jacquemet, explica as práticas comunicativas de pessoas inseridas em ambientes multilíngues e envolvidas em interações que misturam comunicação presencial e mediada eletronicamente. Assim, o conceito de práticas transidiomáticas de Jacquemet procura dar conta de fenômenos interrelacionados,

⁹⁶ Em inglês: “[...] of the xenoglossic need to share and communicate to all”.

constituídos pelas mudanças nos padrões e itinerários da migração em todo o mundo, uma desterritorialização global na qual pessoas encontram uma multiplicidade de recursos e experiências provenientes de vários lugares. Nesse contexto, as interações quotidianas entre pessoas e agentes de instituições sofrem um impacto considerável, tornando-se práticas transidiomáticas em ambientes superdiversos que reconfiguram a paisagem social como um todo.

Propondo um sentido ampliado do conceito de “práticas comunicativas”⁹⁷, Jacquemet leva em conta o ambiente complexo e superdiverso da cibercultura/do ciberespaço. Para ele, esses ambientes proporcionam o crescente fenômeno da co-presença, da simultaneidade e da combinação de múltiplas línguas, produzindo, assim, um ambiente de interação transidiomático. Por meio das práticas transidiomáticas, grupos diaspóricos e locais recombina suas identidades proporcionando a presença simultânea em uma multiplicidade de locais participando de redes que se espalham por territórios transnacionais. Nesse sentido, os parâmetros de padrões comunicativos (que consideram o ambiente restrito ao focado, monolíngue e face a face) são (re)conceitualizados de modo a considerar as práticas comunicativas transidiomáticas multilíngues que ocorrem em ambientes midiáticos/eletrônicos des- e novamente reterritorializados nos quais falantes exercem suas interações. Segundo Jacquemet (2005),

[...] agora é hora de não apenas conceituar uma “linguística de contato” resultante da “aleatoriedade e desordem dos fluxos de pessoas, conhecimentos, textos e objetos através do espaço social e geográfico, nas fronteiras da inclusão e da exclusão, e na fragmentação”, indeterminação e ambivalência [...] mais importante é examinar práticas comunicativas baseadas em recombinações desordenadas e misturas de línguas que ocorrem simultaneamente em ambientes locais e distantes. Em outras palavras, é hora de conceituar uma linguística do devir xenoglóssico, da mistura transidiomática e das recombinações comunicativas. (Jacquemet, 2005, p. 274)⁹⁸

⁹⁷ Segundo Jacquemet (2005), o século XX vislumbrou a introdução do termo “práticas comunicativas”. Antropólogos linguistas, sob a égide das ideias de Foucault e Bourdieu, adotaram o termo para dar conta dos códigos comunicativos e dos modos de falar, bem como compreender aspectos relacionados à ideologia linguística, assimetria de poder e semiótica. Para Jacquemet, essa triangulação deve ser complexificada para agora dar conta de grupos de pessoas cujas interações já não estão mais situadas em um território definido.

⁹⁸ Em inglês: “[...] It is now time not only to conceptualize a ‘linguistics of contact’ resulting from the ‘randomness and disorder of the flows of people, knowledge, texts and objects across social and geographical space, in the boundaries of inclusion and exclusion, and in fragmentation’, indeterminacy and ambivalence [...] but, more importantly, to examine communicative practices based on disorderly recombination’s and language mixings occurring simultaneously in local and

O conceito de interação não está mais incorporado em códigos/línguas nacionais e internacionais, mas, sim, nas múltiplas práticas transidiomáticas dos fluxos culturais e globais. As práticas transidiomáticas de desterritorialização advindas de grupos transnacionais escapam aos padrões habituais, pois na co-presença entre muitos, se (re)constroem nexos de códigos e de multilinguismo translocal. Essas práticas transidiomáticas, portanto, recombinações identidades de grupos diaspóricos e locais, resultantes da (des)ordem dos fluxos de grupos, conhecimentos e de textos nas configurações social e geográfica (Jacquemet, 2005).

[...] as práticas transidiomáticas de falantes desterritorializados e a emergência de identidades recombinantes problematizam o nosso conhecimento de senso comum, considerado como definitivo, do que é uma ‘língua’. (Jacquemet, 2005, p. 273)⁹⁹

Sobre aspectos das práticas transidiomáticas, Jacquemet (2015), em outro estudo, analisa as interações em entrevistas de solicitação de refúgio entre o agente-servidor do órgão *United Nations High Commissioner for Refugees* (UNHCR) – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) no Brasil –, o intérprete e os solicitantes de refúgio. A questão levantada é a de que as instituições migratórias enfatizam a exatidão denotacional (nomes pessoais, nomes de lugares, marcadores temporais e até mesmo cicatrizes que provam situações de torturas) em detrimento das narrativas dos solicitantes, como uma forma de assegurar e legitimar a credibilidade das informações prestadas pelos migrantes. O fato é que apenas a exatidão denotacional não pode ser considerada sem que se leve em conta a interação. Para ele, a interação pode ser eficiente mesmo que questões denotacionais não se mostrem exatas, ou seja, exatidão denotacional e eficiência na interação são dois eixos distintos na relação semiótica e podem não coincidir no processo de interação. Essa política de restrição das instituições migratórias que conduz à ideologia de suspeitas acarreta mal-entendidos, erros e violação do direito de refúgio, mesmo quando a interação é mediada por intérpretes. Segundo esse autor, “longe de serem simples descritores, os nomes próprios evidenciam a falta

distant environments. In other words, it is time to conceptualize a linguistics of xenoglossic becoming, transidiomatic mixing, and communicative recombinations”.

⁹⁹ Em inglês: “[...] the transidiomatic practices of DE territorialized speakers, and the emergence of recombinant identities problematize our taken for granted, common-sensical knowledge of what is a ‘language’”.

de conhecimento compartilhado que caracteriza estes encontros institucionais superdiversos e multilíngues” (Jacquemet, 2015, p. 80).¹⁰⁰

Os estudos de Jacquemet (2015, 2019) sobre contextos (ou direitos) de refúgio, ainda que não foquem no ambiente prisional, trazem concepções essenciais para o nosso estudo de ocorrências de práticas transidiomáticas diaspóricas em contextos superdiversos e plurilíngues, principalmente, quando trata dessas práticas com a mediação de intérpretes e na perspectiva das relações de poder assimétricas.

Em seu artigo intitulado “Crosstalk 2.0: Asylum and Communicative Breakdowns”, Jacquemet (2011) se utiliza de evidências etnográficas de fontes de vários países para discutir a natureza da comunicação e do poder na pós-modernidade. Busca assim explorar o contexto saturado de poder dos procedimentos de refúgio (tanto entrevistas preliminares quanto audiências formais), analisando o papel desempenhado por dispositivos tecnolinguísticos (como ataques metapragmáticos) na implementação de conversas em ambientes institucionais.

Para Jacquemet (1994), ataques metapragmáticos se configuram como performances de linguagem que se organizam para expressar determinadas ideologias. De acordo com a compreensão de Jacquemet, as relações interpessoais são verdadeiras posturas ideológicas que, em alguns contextos, podem funcionar como um “ataque metapragmático”. Contudo, é preciso avaliar seu efeito perlocutivo na situação específica em que ocorre. Apenas a intenção do falante não é suficiente; é necessário que o destinatário ou o público reconheça, na conversa (de forma direta) ou por meio de posturas afetivas (forma indireta), as mudanças comunicativas em jogo (como o silêncio, a retirada/ruptura interacional, ou reações dramáticas etc.) para que se tenha, de fato, um evento metapragmático. Jacquemet investigou estratégias de dominação sociointeracionais ao lidar com o contexto de tribunal. Como o autor ilustra, os participantes de um embate no tribunal geralmente fazem uso da linguagem, visando estrategicamente a proteger-se ou derrubar um oponente. Imbuídos de valores comunitários locais, códigos de honra e demais recursos se mobilizam com o objetivo de embutir credibilidade ao que se diz e dominar a interação. Recorrem a recursos sociointeracionais e a valores culturais

¹⁰⁰ Em inglês: “[...] far from being simple descriptors, proper names become evidence of the lack of shared knowledge characterizing these superdiverse, multilingual institutional encounters”.

para galgar respeito e gerenciar as impressões desejadas. Em geral, atuam utilizando “ataques metapragmáticos”.

Nessa seara, Jacquemet retoma o mapeamento teórico de Gumperz revisitando as três categorias que ele identificou na base da comunicação intercultural: (i) suposições culturais, (ii) estruturas retóricas e (iii) modos de falar, através de uma análise de procedimentos de solicitação de refúgio. Por fim, pontua a realidade multilíngue do discurso institucional contemporâneo, onde as ideologias nacionais do monolinguismo são cada vez mais desqualificadas à medida que a mobilidade (humana, cultural e semiótica) aumenta.

Gostaria de ampliar as discussões sobre as categorias de Gumperz tratadas por Jacquemet para explicar as interações e as relações de poder no esteio da superdiversidade. Trago esses dois expedientes para as minhas bases teórico-metodológicas porque ambos fornecem elementos essenciais para estudar o contexto penitenciário.

As três categorias teóricas de Gumperz (1982) acima mencionadas, revisitadas por Jacquemet, são atualizadas para pós-modernidade com vistas ao conceito de “superdiversidade” de Vertovec (2007) e observadas da perspectiva dos encontros e interações institucionais da solicitação de refúgio. Segundo o autor, um olhar acurado ao trabalho de Gumperz nos faz perceber que suas análises recaem sobre duas questões: as animosidades que surgem de encontros interacionais e as relações de poder assimétricas de onde possivelmente decorrem essas animosidades. Seguindo as ideias de Foucault, Gumperz entende que as relações de poder podem ser explicadas por meio do discurso e como esse poder pode operar. Nesse sentido, a comunicação intercultural, no âmbito das relações de poder, é um campo de batalha em que interactantes entram mais ou menos equipados de capital cultural e recursos sociolinguísticos. Por essa razão, Jacquemet explora um campo saturado de poder como os procedimentos de refúgio analisando os dispositivos tecnolinguísticos como ataques metapragmáticos, já mencionados aqui.

De acordo com Jacquemet (2011), é comum que encontros interacionais confrontem tensões que surgem a partir das expectativas e das interpretações que daí decorrem. Quando essas interpretações não se conformam e as expectativas são frustradas, é quase impossível evitar que ocorram colapsos na comunicação. Esses encontros situacionais são dosados de alguma medida de poder, sejam eles institucionais ou não. Embora nenhuma situação seja desprovida de poder, existe

um espectro de possíveis variações para os interactantes, que vai desde um encontro de negócios até situações completamente assimétricas, como as entrevistas de solicitações de refúgio.

Cumprе salientar que as interações institucionais que lidam com procedimentos de refúgio têm suas características definidas de comportamento. Jacquemet explica que

Nesses encontros, os oficiais operam como agentes de nível médio e ativam tanto imperativos políticos e ideológicos mais amplos, quanto preocupações práticas (mas impessoais) de base local; enquanto o resultado (muito pessoal) da interação para o cliente pode levar ao acesso ou à negação a recursos preciosos que trazem consequências que mudam a sua vida. (Jacquemet, 2011, p. 479)¹⁰¹

Mesmo que haja nesses procedimentos de refúgio alguns recursos como serviços de tradução, ensino de língua estrangeira e intérpretes que atendem às necessidades dos solicitantes de refúgios, tais recursos não diminuem a autoridade dos oficiais, mas permitem formas híbridas de relações de poder e promovem mudanças cruciais nos dispositivos tecnolinguísticos. Entre esses dispositivos, Jacquemet trata de três inter-relacionados: (i) exame/entrevista, (ii) processo de entextualização e (iii) uso de práticas metapragmáticas.

(i) exame/entrevista – Assim como Foucault pontuou, o exame é uma tecnologia de potencial poder porque fornece à instituição uma forma eficaz de registrar, catalogar e arquivar todos que estão sujeitos ao seu controle. Nos procedimentos de refúgio, solicitantes são questionados, sondados sobre sua história sob a “ideologia da desconfiança”. Até o final da década de 1970, oficiais de refúgio confiavam na narrativa do solicitante, isso se dava pela falta de evidência escrita e de outros recursos tecnológicos. Políticas mais restritivas ocorreram na década de 1980, em que o resultado da solicitação não depende mais da narrativa do solicitante. Iniciaram-se, a partir dessas políticas restritivas, roteiros de entrevista de solicitação que quase sempre estão em desacordo com as expectativas dos requerentes que esperam contar sua história sendo interrompidos ao primeiro

¹⁰¹ Em inglês: “[...] in these encounters, state officers operate as mid-level agents activating both broader political and ideological imperatives as well as locally based practical (but impersonal) concerns, whereas the (very personal) outcome of the interaction for the client could lead to access to precious resources or to its denial, with life-changing consequences.”

sinal de que estão se desviando do roteiro, por norma, não permitindo que solicitantes narrem os fatos mais traumáticos. Nas palavras de Jacquemet (2011)

Esse processo rigoroso e cético é exacerbado pelo papel dos intérpretes, que frequentemente assumem posições muitas vezes moldadas pelas expectativas percebidas pelos oficiais responsáveis, o que os leva a modificar declarações, a dar explicações voluntárias e, por vezes, a antagonizar os solicitantes de refúgio. (Jacquemet, 2011, p. 481)¹⁰²

(ii) processo de entextualização – É basicamente o processo de transformação de uma única instância de fala em texto, destacado de seu contexto local. O processo de entextualização é um dos instrumentos de estruturação mais poderosos utilizados por estados-nação para lidar com encontros institucionais, processar reivindicações e julgar recursos valiosos. No contexto de refúgio, a entextualização serve como base para concessão ou negação do benefício. Mediante a natureza complexa da interação em um ambiente multilíngue, é provável que transcrições sejam imprecisas e desalinhadas da narrativa do solicitante durante o exame. Confrontados com a fala dos solicitantes, unida à tensão da interação em meio códigos (inter)nacionais, são produzidas transcrições baseadas em conhecimento local de senso comum, mas às vezes inapropriado, ou seja, é produzida a “transcrição pública baseada em suas suposições culturais e expectativas institucionais, todas firmemente ancoradas por valores nacionais dominantes” (Jacquemet, 2011, p. 481).

(iii) uso de práticas metapragmáticas – os oficiais utilizam práticas metapragmáticas para impor a ideologia que subjaz ao processo de solicitação de refúgio. Para fazer isso, eles têm que mudar sua orientação para as múltiplas ordens de indexicalidade que moldam a eficácia dessas práticas. Por meio de declarações metapragmáticas, órgãos governamentais impõem normas e formas dominantes de cultura institucional a indivíduos que não têm capacidade de compreender a língua nativa do país, bem como os processos de condução de entrevistas, elaboração de relatórios e produção de documentos necessários. Para ilustrar essas práticas metapragmáticas, Jacquemet (2011) reporta-se ao seu trabalho de campo no escritório do ACNUR— em Tirana, Albânia, imediatamente após a guerra do

¹⁰² Em inglês: “This process of stringent and skeptical questioning is exacerbated by the role of the interpreters, who frequently assume stances most of the times shaped by the perceived expectations of the officials in charge, which lead them to modify statements, volunteer explanations, and at times antagonize the asylum seeker.”

Kosovo. Durante suas entrevistas, alguns solicitantes de refúgio tentaram usar o inglês para se dirigirem diretamente ao oficial do ACNUR. Porém, sem sucesso, eles foram gentilmente, mas firmemente, redirecionados de forma metapragmática ao intérprete para serem devidamente entrevistados sobre seu conhecimento local do Kosovo. Jacquemet explica que

[...] falar inglês não era apenas desnecessário, como também tal atitude poderia criar efeito oposto: não se esperava que refugiados reais soubessem falar línguas estrangeiras. Mostrar cosmopolitismo exacerbado acabou por ameaçar a tal elegibilidade do solicitante ao status de refugiado, porque prejudica, aos olhos do ACNUR, sua autenticidade.¹⁰³ (Jacquemet, 2011, p. 481-482)

De acordo com Jacquemet (2011), nesse ambiente tenso, hostil e imbuído de expectativas como foram as entrevistas em Tirana por parte dos solicitantes, as falhas comunicativas são atribuídas à inconformidade dos solicitantes em relação às expectativas do examinador, à sua incapacidade de dominar o registro institucional e se adaptar ao roteiro. Esse é um exemplo de prática metapragmática e mesmo a presença de intérpretes e de mediadores interculturais competentes não garantia a concessão de status de refugiado devido à pouca quantidade desses profissionais no local em meio a oficiais desconfiados, desinformados e uma infinidade de burocracias.

Passo a tratar agora das três categorias de Gumperz (1982) que, além dos dispositivos tecnolinguísticos, serão utilizadas na minha pesquisa como uma das minhas categorias teóricas na análise dos dados gerados na penitenciária.

(i) suposições culturais causam colapsos inesperados na interação e Jacquemet nos explica como isso ocorre em interações multilíngues. Ao participar de encontros interacionais, as pessoas utilizam recursos culturais para lidar com o arcabouço cultural do outro. No entanto, os colapsos comunicativos ocorrem quando as culturas divergem e quando, em situação de assimetria de poder, a parte dominante negligencia a necessidade de respeitar a diversidade cultural do seu interlocutor. Jacquemet ilustra essa situação quando apresenta um excerto em que um oficial tenta desarticular e desacreditar a narração de um casal de solicitantes.

¹⁰³ Em inglês: “Speaking English was not only unnecessary, but also subject to backfire: proper refugees were not expected to know foreign languages. Demonstrating too much cosmopolitanism would have threatened an applicant’s eligibility for refugee status, because it undermined, in the eyes of the UNHCR, his or her performance of authenticity.”

Quando o oficial pergunta ao esposo quem sugeriu o casamento, o solicitante responde: “meu avô”. A mesma pergunta foi feita à esposa, sem a presença do seu esposo, e ela responde: “meu avô”. O oficial conclui que houve discrepância de informações na entrevista e nega a concessão ao status de refugiado. Essa é a situação quando o examinador não está familiarizado com casamento asiático entre primos e falha em compreender que eles têm o mesmo avô.

ii) as estruturas retóricas, que Jacquemet chama de *semantic clusters* (grupos semânticos), também causam colapso inesperado na interação multilíngue. A concessão de solicitação de refúgio também pode ser prejudicada. Nesse expediente toma como exemplo um estudo de Inghilleri (2003) sobre ambiguidades semânticas. Jacquemet relata que, nas análises de Inghilleri, em um encontro interacional entre um solicitante de refúgio da América Central, a palavra espanhola “*fracaso*” se perdeu na interpretação para o inglês. O termo é usado em dois contextos: refere-se a problemas econômicos e financeiros e danos físicos causados por tortura. Nesse caso, a interpretação do termo era um elemento crucial. O solicitante alegou haver deixado o seu país por receio de “*fracaso*”. O intérprete interpretou que ele havia deixado o país por receio de falência ou fracasso econômico (*failure*), o que resultou na negativa do benefício. Assim, o oficial concluiu que o requerente não era um refugiado político, mas sim um imigrante em busca de ascensão econômica. Esse é um dos exemplos trazidos pelo autor que mostram problemas semânticos e que não são tão bem explorados em pesquisas, mas são relevantes para pensar na credibilidade dos solicitantes de refúgio.

Por último, a terceira categoria **iii) os modos de falar** são contados como aqueles que representam os colapsos interacionais. Gumperz (1982) já havia mencionado o papel da prosódia na transmissão de informações, mas, quando se analisa isso sob a perspectiva das práticas transidiomáticas, é possível compreender como as relações de poder e xenoglossia operam (Jacquemet, 2011). Para ilustrar os modos de falar, Jacquemet apresenta um exemplo clássico de pronúncia em que tanto o oficial (belga) quanto a solicitante de refúgio (sudanesa) usam o inglês como uma língua franca (em que se sentem desconfortáveis) na entrevista. O oficial pergunta à solicitante o que aconteceu no Sudão para ela sair do país. Com bastante dificuldade ela responde que um homem a ajudou, porém, ela diz “*one man carry me, help me*” (um homem me carregou e me ajudou) com uma pronúncia errada “one man *karimi*, help me”. O oficial confirma: “*Karimi?*” entendendo que esse era

o nome da pessoa que a ajudou e ainda pergunta: “*it was a man ou a woman*” (era homem ou mulher?) e ela responde: “*man*” (homem). Mais tarde, a solicitante teve de fornecer informações sobre “*Karimi*” o que obviamente não fez, prejudicando sua credibilidade.

Jacquemet conclui – a partir dessas três categorias de Gumperz que ele prefere tratar como inesperadas em vez de chamá-las de diferentes, assim como Gumperz o fazia – que é preciso considerar os procedimentos de refúgio com olhar paradigmático que vai além da divisão diferença/domínio porque

[...] não estamos lidando com interações interculturais entre parceiros iguais que sustentam “diferentes suposições culturais”, etc. (como podemos encontrar em uma reunião de negócios internacional), mas com encontros claramente assimétricos, nos quais um lado busca ajuda e fornece informações pessoais e o outro ouve e julga. (Jacquemet, 2011, p. 493)¹⁰⁴

Como o autor mesmo ressalta, além de lidar com encontros assimétricos, estamos lidando com um contexto diferente do de Gumperz à época de seu estudo. Está-se enfrentado um mundo superdiverso nas palavras de Vertovec (2007) em que “os estudos sobre migração, onde pessoas, suas trajetórias e suas vidas eram conhecidas; desapareceu e estamos diante de uma forma de complexidade que atualmente é pouco compreendida” (Jacquemet, 2011, p. 494).¹⁰⁵

Os autores desses novos ganchos teóricos da superdiversidade linguística têm buscado revisitar as noções de repertórios linguísticos, indexicalidade e identidades nos estudos sociolinguísticos. Blommaert e Rampton (2011) e Blommaert e Arnaut (2016) alegam que tais conceitos dispensam as inter-relações entre origens, educação e tipos de linguagem e, na sua maioria, têm uma compreensão muito variável e fragmentada da pluralidade de estilos, registros e gêneros que, de maneiras distintas, são partilhados entre indivíduos dentro de trajetórias biográficas desenvolvidas em histórias e topografias reais.

Para Blommaert e Rampton (2011), quando se consideram as capacidades comunicativas dentro de um ambiente social complexo e superdiverso, há uma compreensão adequada de como as pessoas usam, criam, misturam e sinalizam uma

¹⁰⁴ Em inglês: “we are not dealing with intercultural interactions between equal partners holding “different cultural assumptions,” etc. (as we can find in an international business meeting), but with clearly asymmetrical encounters, in which one side seeks help and provides personal information and the other listens and adjudicates”.

¹⁰⁵ Em inglês “[...]studies, where the people, their trajectories, and their lives were known, has disappeared, and we are facing a form of complexity that is currently barely understood”.

variedade de materiais semióticos (Arnaut; Spotti, 2014). Essas dinâmicas contribuem para que ambientes complexos estejam sempre se formando e constituindo “repertórios superdiversos”. Esses repertórios, além de abrangerem vocabulários falados, gramáticas, gêneros e registros, contemplam também gestos, posturas, materiais escritos e simbólicos e os próprios arranjos físicos. Isso significa que, no início das pesquisas sociolinguísticas, essa noção de repertório estava associada à tríade linguística, conhecimento sobre a língua e comunidade de fala (que se referia à noção chomskyana de competência). Na visão conceitual de Blommaert, face ao fenômeno da superdiversidade, parte-se da compreensão mais fluida acerca de língua e linguagem e comunidade na medida em que sujeitos contemporâneos passam a transitar e se relacionam por meio de diferentes modos semióticos e multimodais, configurados nos ambientes on-line-offline, constituindo o que ele chama de simultaneidade e construção de sentidos.

Nessa perspectiva, segundo Blommaert, a ideia de repertório se torna cada vez menos associada à aceção de comunidades homogêneas e permanentes e mais como biografias indexicais. Blommaert, em colaboração com outros pesquisadores, advoga em favor de estudos sociolinguísticos orientados para a etnografia de maneira a compreender os novos modos de produção de sentidos constituídos nas práticas discursivas em meio à superdiversidade. Isso inclui aquelas negligenciadas pela sociolinguística convencional, a saber, a compreensão da natureza on-line-offline atrelada ao fenômeno das mídias digitais e da cultura digital, cerne dos estudos de Blommaert e Maly (2015).

Na relação intrínseca entre linguagem e sociedade, esses autores e outros como Pennycook (2016), Canagarajah (2013), García e Wei (2014) e Jørgensen *et al.* (2011) criticam a sociolinguística pós-estruturalista e desafiam a ideia monolítica da língua por meio da qual ecoam as mudanças terminológicas como *linguaging* (Spotti; Blommaert, 2017) e, mais recentemente, de novos termos como *translanguaging* (García; Wei, 2014), práticas *translanguaging* (Canagarajah, 2017), *metrolanguaging* (Otsuji; Pennycook, 2010) e *polylinguaging* (Jørgensen *et al.*, 2011).

Compreende-se, portanto, que há um denominador comum entre todas essas terminologias, ainda que haja diferenças entre elas, qual seja a ruptura com o monolinguismo e o bilinguismo e o posicionamento favorável ao *translanguaging* entendido como repertório de recursos linguísticos usados pelo falante. Para Duboc

e Fortes (2019, p. 5), “o ponto principal dessa acepção, sobretudo em pesquisas afeitas à relação entre linguagem e imigração, constitui a legitimidade da natureza heteroglótica da linguagem nas interações sociais”.

Spotti (2018) também aborda a noção de superdiversidade para tratar das questões relacionadas a entrevistas de refúgio, notadamente acerca das interações que ocorrem no microcosmo complexo e superdiverso dos centros de solicitação de refúgio. Segundo esse autor, se por um lado a interconectividade resultante da globalização tem proporcionado experiências transnacionais positivas e a ampliação de trocas de repertórios, por outro, põe em relevo uma mobilidade calcada nas desigualdades sociais perceptível no aumento da migração forçada.

Reafirmando tais pressupostos, especialmente no que se refere às políticas linguísticas, Spotti, Kroon e Li (2019) apontam um hiato entre políticas *top-down* e práticas *bottom-up*, denunciando que novos falantes permanecem sendo negligenciados por conta das intencionalidades monolíngues dessas políticas linguísticas. Dessa forma, esses autores não apenas se referem à necessidade de rever as políticas em relação às novas identidades, mas também estimulam a compreensão do novo status sociolinguístico, fundamentado na superdiversidade, que fornece explicações mais adequadas para aspectos ideológicos, políticos e culturais presentes no binômio linguagem-sociedade contemporâneo.

Dediquei este capítulo a pesquisas que trazem expedientes da Sociolinguística Interacional revistada pela concepção da superdiversidade, essenciais para compreender o contexto prisional da penitenciária em questão. No Capítulo 5 tratarei da metodologia da pesquisa e reiterarei esses conceitos e paradigmas quando delinear os procedimentos de análise dos dados gerados no campo de estudo. Assim, finalizo o arcabouço teórico-metodológico utilizado como base sólida para a análise dos resultados sobre as interações sociolinguísticas na Penitenciária de Itai.

5 Metodologia da pesquisa

Os pressupostos teórico-epistemológicos apresentados no capítulo 3 agregados às bases teórico-metodológicas do capítulo 4 constituem parte integrante de todo o conjunto teórico e metodológico da pesquisa. Além disso, as categorias analíticas, para interpretar os dados gerados, foram construídas durante a imersão no campo e, particularmente, nas segunda e terceira fases da pesquisa.

Sob o aparato dos estudos da IC e da interação, retomo brevemente o objetivo deste estudo que é mapear, sistematizar e analisar os dados observados sobre as interações que ocorrem no contexto carcerário da Penitenciária Estadual Cabo PM Marcelo Pires da Silva, na cidade de Itaí, interior da capital de São Paulo; com o intuito de compreender como migrantes presos e prestadores de serviços penitenciários interagem no cotidiano prisional plurilíngue mediados ou não por intérprete. Essa proposta enseja uma pergunta que se desdobra em mais duas: 1) Como se dão as interações no contexto multi- e plurilíngue da Penitenciária Cabo PM Marcelo Pires da Silva?; 2) Como e por quem ocorrem as mediações linguísticas entre presos migrantes e servidores?; 3) Que aspectos transidiomáticos, dispositivos tecnolinguísticos e metapragmáticos podem ser mapeados e analisados nessas interações mediadas ou não linguisticamente, considerando as suposições culturais, estruturas retóricas e os modos de falar no contexto de uma instituição carcerária?

É fundamental ressaltar que as categorias de análise foram estabelecidas a partir das gravações em vídeo e áudio, com o objetivo de capturar as constelações de fenômenos interacionais que surgem em relação a outros elementos específicos desse contexto institucional. Assim, ainda que as interações, mediadas ou não por intérpretes, sejam examinadas com base em categorias teóricas previamente estabelecidas, essas análises consideram o contexto e são, portanto, influenciadas por diversos fenômenos internos que impactam essas interações.

As análises, fundamentadas na perspectiva de superdiversidade de Vertovec (2007), observam três aspectos que se sobrepõem e conectam as categorias: suposições culturais, estruturas retóricas e modos de falar:

- (i) quanto às interações: práticas transidiomáticas, aspectos denotacionais, práticas metapragmáticas, dispositivos tecnolinguísticos que são condicionantes dos colapsos interacionais e processo de entextualização;
- (ii) quanto à mediação linguística: conduta (mediador versus interpretação; *advocate* versus imparcialidade), equilíbrio da assimetria de poder, códigos de ética, modos de interpretação e técnicas; e,
- (iii) quanto à instituição: perfil carcerário como instituição total, controlado, administrado, estereotipado. Local de relações de poder em que pessoas seguem regimes orquestrados por dirigentes e para os quais não inspiram confiança, local no qual as conversas são administradas e seguem um tom de controle entre internos e equipe dirigente.

A delimitação do escopo das categorias de análise surgiu das leituras dos trabalhos que nortearam as reflexões e os resultados da pesquisa e que foram desenvolvidos nos capítulos 3 e 4. Este capítulo trata da descrição e caracterização dos dados, da natureza da pesquisa, do posicionamento metodológico, dos participantes e fases da pesquisa, dos procedimentos de geração de dados, dos procedimentos de análise, das entrevistas, da transcrição dos dados à observação participante, da análise sob a égide das categorias selecionadas, da caracterização do contexto prisional, sendo a contextualização abordada com detalhe no capítulo 6.

5.1

Natureza da pesquisa e posicionamento teórico-metodológico

Esta pesquisa é de natureza qualitativa e interpretativista de inspiração etnográfica com foco em uma abordagem sociolinguística interacional aplicada aos Estudos da Interpretação. A pesquisa qualitativa tem compromisso com a perspectiva naturalística e interpretativista, porque pretende entender a experiência humana e os significados construídos por indivíduos e grupos, em práticas interativas e comunicativas face a face no seu cenário natural, sobre os artefatos, os textos e as produções culturais, interativas e visuais (Denzin; Lincoln, 2006, p. 17-21).

A pesquisa qualitativa interpretativista, dentro das ciências sociais, busca entender a realidade social a partir da perspectiva dos indivíduos e dos significados que eles atribuem às suas experiências. Concentra-se na compreensão profunda de contextos, interações e subjetividades. A pesquisa qualitativa interpretativista traz em seus princípios a perspectiva dos sujeitos a fim de compreender como as pessoas constroem suas realidades e interpretam o mundo ao seu redor. Assim, a realidade não é vista como objetiva e estável, mas como subjetiva e construída a partir das interações sociais e culturais. Leva em conta a subjetividade e reflexividade do pesquisador. Nesse sentido, o pesquisador não é visto como neutro ou completamente imparcial. Sua própria subjetividade, suas experiências e suas interpretações influenciam o processo de pesquisa. Por isso, é comum que o pesquisador adote uma postura reflexiva, questionando seu papel e suas influências sobre os dados. Além disso, a ênfase está no contexto justamente porque o significado de eventos e ações é sempre interpretado em seu contexto cultural, social, histórico e situacional e, por isso, a interpretação só é possível levando em consideração o ambiente e as circunstâncias em que os fenômenos ocorrem. Cumpre salientar que a análise interpretativista dos dados não busca generalizações universais, mas, sim, uma interpretação rica e detalhada do fenômeno. O processo envolve identificar padrões, temas e significados nos dados, muitas vezes por meio de uma análise indutiva. O conhecimento é coconstruído e os significados são negociados ao longo do estudo (Denzin; Lincoln, 2006; Minayo, 2008; Geertz, 2008; Bogdan; Biklen, 1998).

Angrosino (2007) explica que se torna cada vez mais difícil encontrar uma definição para a pesquisa qualitativa que possa ser aceita pela maioria dos pesquisadores, pois ela possui múltiplas abordagens em si mesma. Basicamente, é possível defini-la como um conjunto de práticas materiais e interpretativas que transformam o mundo em um conjunto de representações: notas de campo; entrevistas; conversas; fotografias; gravações e lembretes; prosa etnográfica; narrativas históricas; relatos em primeira pessoa; ficção e materiais biográficos. Ela ocorre quando o pesquisador estuda o objeto de pesquisa em seu cenário natural, tentando entender e interpretar os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem. A abordagem qualitativa compromete-se com a compreensão interpretativa da experiência humana (Denzin; Lincoln, 2006; Creswell, 2003).

A natureza e o posicionamento epistemológico que adoto nesta pesquisa sobre eventos comunicativos mediados ou não pela IC em contexto carcerário mostram-se coerentes, tendo em vista as peculiaridades desse contexto, para que se possa extrair compreensões e problemas a partir de um olhar de pesquisa aplicada.

5.1.1

O campo de estudo da perspectiva do pesquisador observador

Do ponto de vista do meu posicionamento teórico-metodológico, vale a pena fazer algumas observações para que a análise e a observação do campo sejam melhor compreendidas.

Biar (2012), em sua tese de doutorado, discorre sobre a subjetividade do pesquisador na pesquisa qualitativa interpretativista. A autora argumenta que, nesse tipo de estudo, o pesquisador não pode ser considerado como uma figura neutra ou externa ao objeto de estudo, pois ele está imerso no processo de interpretação dos fenômenos sociais. A subjetividade do pesquisador, suas experiências pessoais e suas perspectivas teóricas influenciam inevitavelmente a forma como ele coleta, analisa e interpreta os dados.

No seu artigo intitulado “A Subjetividade na Pesquisa Qualitativa: Reflexões sobre o Papel do Pesquisador”, Biar (2012) ressalta que a subjetividade pode ser uma vantagem, pois oferece uma lente interpretativa rica que permite uma compreensão mais profunda dos fenômenos sociais. Entretanto, é necessário que o pesquisador esteja ciente dessa influência e pratique a reflexividade, ou seja, a capacidade de refletir criticamente sobre como suas próprias perspectivas impactam o processo de pesquisa. Biar argumenta ainda que, ao adotar uma postura reflexiva crítica, o pesquisador pode tornar o processo de interpretação mais transparente e ético. Nesse sentido, a transparência metodológica – explicitar como as decisões são tomadas ao longo da pesquisa – é essencial para garantir a validade dos achados qualitativos. Em vez de tentar eliminar a subjetividade, Biar sugere que ela pode ser usada como uma ferramenta interpretativa. Quando o pesquisador compreende e reconhece sua subjetividade, ele pode utilizá-la para formular perguntas mais relevantes, interpretar os dados de maneira mais contextualizada e construir uma narrativa mais coerente com a realidade vivida pelos participantes.

O reconhecimento da subjetividade também tem implicações éticas. O pesquisador precisa ser transparente sobre suas posições e como essas posições afetam o trabalho. Essa transparência contribui para um processo de pesquisa mais ético, onde as interpretações são constantemente questionadas e revisadas.

5.1.2

A investigação de base etnográfica pós-crítica

Sob uma perspectiva metodológica, as questões formuladas e aprofundadas ao longo de um ano de pesquisa de campo derivam de uma investigação que se apoia na etnografia pós-crítica e que dialoga com abordagens da sociolinguística interacional e da superdiversidade (Gumperz, 1982; Blommaert, 2010, 2013; Blommaert; Rampton, 2011; Blommaert; Maly, 2016; Jacquemet, 2011; Duranti, 1997; Goodwin, 2000; Goffman, 1967). A etnografia pós-crítica desafia e revisita os princípios da etnografia clássica, que tradicionalmente destacava a observação direta, uma descrição “objetiva” e a postura do pesquisador como um observador neutro das culturas e comunidades. Com o avanço das teorias pós-modernas e pós-estruturalistas, a etnografia pós-crítica emergiu como uma crítica às limitações, aos dilemas éticos e à carência de autorreflexão dos métodos etnográficos tradicionais.

Essa abordagem caracteriza-se por diversos pressupostos: (i) baseia-se na subjetividade do pesquisador como parte integrante do processo de produção de conhecimento e no olhar do etnógrafo que é trazido para o primeiro plano, enfatizando como suas próprias perspectivas e posições de poder influenciam a pesquisa; (ii) faz uma crítica ao colonialismo tradicional que muitas vezes retratava culturas não ocidentais de forma exotizante e paternalista e, por isso, reconhece as dinâmicas de poder envolvidas na coleta de dados e na representação do “outro”; e (iii) permite hibridismos metodológicos, não se atendo a um conjunto rígido de métodos etnográficos tradicionais; a etnografia pós-crítica pode adotar uma abordagem mais experimental e interdisciplinar, incorporando elementos de diferentes campos do saber e técnicas inovadoras. Portanto, a abordagem se afasta da etnografia tradicional e defende uma postura pós-moderna mais relativista e contextualizada, reconhecendo a multiplicidade de vozes e pontos de vista dentro de qualquer contexto cultural (Moita Lopes, 2008, 2019; Marcus; Fischer, 1986).

O hibridismo metodológico envolve a utilização simultânea de diferentes técnicas como entrevistas, observação participante, análise do discurso, análise visual e métodos digitais, dependendo das perguntas de pesquisa e especificidades do campo de estudo. Esse conjunto de métodos de coleta de dados permite uma compreensão mais rica e multifacetada das práticas sociais. O hibridismo metodológico na etnografia pós-crítica também envolve uma abordagem transdisciplinar, combinando ferramentas e teorias de diversas disciplinas – como antropologia, sociologia, filosofia, estudos culturais, linguística, teoria crítica, entre outros – para criar um entendimento mais complexo das práticas sociais.

Outro aspecto do hibridismo metodológico é a adoção de uma abordagem multiescalar, na qual o etnógrafo trabalha em diferentes níveis de análise, desde o micro (interações face a face) até o macro (análise das estruturas de poder globais). Isso é particularmente importante em contextos de globalização e mobilidade, onde as práticas locais são influenciadas por forças globais e transnacionais. O hibridismo metodológico na etnografia pós-crítica reflete a necessidade de flexibilidade e adaptação ao se conduzir pesquisas em contextos sociais complexos, dinâmicos e diversificados. Ao combinar múltiplos métodos e abordagens teóricas, os pesquisadores pós-críticos podem lidar com questões de poder, desigualdade e representação de maneira mais crítica e inclusiva. Esse hibridismo permite uma compreensão mais rica e profunda das práticas sociais e culturais, especialmente em um mundo caracterizado pela superdiversidade e pela mobilidade global.

A etnografia pós-crítica é particularmente adequada para abordar contextos de superdiversidade, porque questiona a ideia de uma representação fixa da realidade e explora a natureza fluida e fragmentada das identidades, práticas culturais e interações sociais. Ela está interessada em entender como o conhecimento é construído em contextos complexos e desiguais, reconhecendo que a prática etnográfica em si pode participar das dinâmicas de poder. A superdiversidade mostra que as fronteiras culturais e linguísticas não são mais estáveis ou definidas, e a etnografia pós-crítica investiga como essas fronteiras são constantemente negociadas e redefinidas nas interações sociais. Por exemplo, em contextos superdiversos, a linguagem pode ser usada de forma transidiomática, com os falantes combinando várias línguas e registros de comunicação (Hammersley; Atkinson, 2007; Denzin; Lincoln, 2011).

Adotando uma perspectiva de etnografia pós-crítica, recorro à sociolinguística interacional para analisar interações linguísticas e examinar como as trocas interculturais e os significados contextuais emergem entre servidores e presos migrantes na rotina da Penitenciária de Itaí. Levo em conta não apenas o conteúdo verbal, mas também o contexto mais amplo em que essas interações ocorrem. Essa abordagem inclui a análise de marcadores contextuais, como tom de voz, pausas e ênfase, que auxiliam os interlocutores na construção de um entendimento mútuo.

5.2

Procedimentos de pesquisa

O desenho teórico-metodológico acima delineado, com base na perspectiva etnográfica pós-crítica, que migra naturalmente de uma etnografia clássica mais densa para outras formas de se fazer etnografia, está mais compatível com as teorizações contemporâneas da Sociolinguística Interacional. Essa combinação teórico-metodológica alinha-se a esta investigação linguístico-discursiva de participantes que – ora na posição de presos migrantes ora na posição de intérpretes comunitários – foram gravados, entrevistados, tiveram suas falas transcritas e analisadas em vários encontros socio-prisionais de acordo com procedimentos que descrevo a seguir.

5.2.1

Geração dos dados

A pesquisa, desenvolvida na Penitenciária masculina Cabo PM Marcelo Pires da Silva, foi possível devido à colaboração do diretor vigente responsável pela unidade e pela Coordenadoria de Unidades Penitenciárias da Região Noroeste, órgão vinculado à SAP.

Num primeiro contato, em outubro de 2020, solicitei ao diretor da Penitenciária de Itaí orientações para realizar uma pesquisa de doutorado no interior da instituição. Em 2021, início do doutorado, ao entrar em contato com a penitenciária, fui encaminhada para o responsável pelo Trabalho e Educação da Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Noroeste do Estado. Em dezembro de 2022, recebi orientações do responsável do mesmo órgão para

submeter o meu projeto de pesquisa a fim de obter autorização. No entanto, o projeto requeria a autorização da Coordenadoria de Unidades Penitenciárias da Região Noroeste, o que só foi possível após a aprovação do projeto de pesquisa pela Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio e pela Plataforma Brasil. Após tais procedimentos, foram submetidos os documentos solicitados para o comitê de ética da Coordenadoria, que contemplavam (i) folha de rosto – síntese do projeto de pesquisa, (ii) formulário para obtenção de anuência para a realização da pesquisa, (iii) parecer da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio, parecer da comissão de ética da Plataforma Brasil, (iv) roteiro de perguntas das entrevistas, (v) termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e (vi) termo de autorização de áudio e vídeo (Anexo B); e junto a esses documentos foi enviado o projeto de pesquisa. Na sequência, foi realizada uma reunião virtual com o responsável para esclarecimentos. Após tais etapas, os documentos foram encaminhados para análise e, depois da aprovação por despacho da coordenadoria em maio de 2023, iniciei os preparativos e equipamentos da entrada no presídio, que só ocorreu em junho de 2023. A pesquisa, em todas as suas fases, foi supervisionada pelo diretor do Departamento de Educação e Trabalho da penitenciária. Instruções escritas foram passadas para os outros setores em relação à entrada de equipamentos de áudio e vídeo; as imagens do ambiente usadas nas ilustrações da tese foram supervisionadas pelo setor.

A pesquisa foi dividida em 4 fases, sendo a última constituída pelo cruzamento de dados das fases anteriores. Os dados foram gerados a partir da estada frequente na unidade durante a semana, das 8 às 17 horas, no horário de funcionamento do departamento de administração e nos fins de semana, conforme a demanda da pesquisa. As fases são explicadas com detalhes na subseção seguinte.

Os dados foram gerados a partir do mapeamento e sistematização das interações sociolinguísticas que ocorriam no ambiente da penitenciária. Esses dados foram registrados diariamente em um diário. Além do diário de pesquisa, utilizei um gravador digital e câmera de filmagem e fotográfica como instrumento de registro das fases 2 e 3. Em relação à postura sociolinguística interacional, acredito que a linguagem verbal e corporal, assim como todo o contexto interacional, influencia o fluxo das performances e dos sentidos produzidos. Dessa forma, promovo uma análise não apenas linguocêntrica, mas também analiso de perto os comportamentos verbal e não verbal, usando técnicas de gravação de áudio e vídeo

como uma forma de captar a multiplicidade de fatores envolvidos na situação comunicativa. De fato, os dados verbais e não verbais (gestos e expressões faciais) são elementos fundamentais para a interpretação geral. Nesse contexto, vale lembrar o pressuposto de que a interpretação interlingual, quer seja de conferências ou comunitária em qualquer modalidade, diz respeito a gestos e sentidos que transitam de uma cultura a outra, muito mais do que apenas palavras. Portanto, entendendo ser essencial utilizar imagem e som para gerar os dados da seguinte forma: a gravação de imagens tem o objetivo de captar elementos que compõem a comunicação extralinguística. A partir do material filmado, foi possível registrar a entonação de voz, expressões faciais e expressões corporais que, somadas ao conteúdo verbalizado, materializaram o complexo fenômeno da comunicação.

Para neutralizar/minimizar os riscos potenciais de exposição indevida da identidade dos detentos e/ou agentes no contexto das gravações, os detentos foram identificados com um nome fictício.

A filmagem somente foi realizada com a anuência prévia dos sujeitos de pesquisa por meio de decisão informada e assinada do Termo de Autorização de Imagem (TAI), portanto não houve exposição sem consentimento. De todo modo, os vídeos foram utilizados apenas para fins de pesquisa acadêmica. Foi assegurado aos sujeitos da pesquisa que, na hipótese de os vídeos serem utilizados em palestras, manter-se-ia a proteção da identidade dos sujeitos que teriam os seus rostos desfocados, cabendo a descrição das expressões faciais por meio de legenda ou narração. Ainda assim, foi dada a escolha a pleno direito a servidores e migrantes de não serem filmados ou gravados quando lhes fosse solicitado. As fotos também autorizadas para ilustração foram tiradas dentro e fora da muralha da penitenciária. No interior dela, foram tiradas fotos da oficina de trabalho no pavilhão 3, salas de aula do pavilhão 1 de regime fechado e semiaberto, da enfermaria no pavilhão disciplinar e área externa do pavilhão, como o espaço de plantio. No exterior da muralha, as fotos contemplam todo o ambiente externo do presídio.

Dadas as devidas restrições, com a prévia autorização dos setores e com a ciência do Setor de Educação e Trabalho, foi-me possível circular pelos ambientes, a princípio acompanhada pelos assistentes do mesmo setor, para informar pessoalmente aos agentes de segurança sobre os procedimentos da pesquisa. Ao longo do tempo, foi-me possível circular pelos setores que interessavam à pesquisa sem acompanhamento de agentes de segurança, porém sempre sob prévio aviso da

minha visita ao setor. Aos poucos, esse aviso prévio não foi mais necessário, o que se deu fundamentalmente devido ao prosseguimento das fases da pesquisa que estão detalhadas na próxima subseção.

5.2.1.1

Diário de pesquisa

O diário de pesquisa se configurou como um diário de bordo, como ferramenta metodológica contínua importante no processo de análise de dados. As notas de campo foram realizadas durante todas as fases da pesquisa e nelas constam reflexões, procedimentos teórico-metodológicos e impressões do campo. Holly e Altricher (2015) asseveram que o diário de pesquisa é o instrumento fundamental em que dados obtidos mediante observação, entrevistas, conversas informais e métodos reflexivos da pesquisa (assim como ideias, exemplos, planos sobre os passos futuros da pesquisa em relação ao campo) são registrados, constituindo um histórico sistemático do campo.

O diário de pesquisa permitiu-me registrar o andamento da pesquisa, desde a concepção do estudo, passando pelos procedimentos metodológicos e geração de dados, até o resultado por meio de análise e interpretação dos dados. Além disso, foi possível documentar decisões importantes, mudanças no rumo do estudo e problemas encontrados. Como instrumento metodológico, as anotações no diário foram essenciais para a minha reflexão contínua porque, por meio dele, avaliei minhas próprias percepções, sentimentos, preconceitos e impressões – que poderiam influenciar a interpretação dos dados – para manter uma postura crítica e reflexiva (Creswell, 2013).

A reflexão a respeito do contexto da pesquisa se materializou por notas acerca das interações com os participantes e as condições em que a geração de dados ocorreu. O diário ajuda a considerar como essas variáveis podem influenciar os resultados. Durante a geração e análise dos dados, tive insights e fiz descobertas intuitivas importantes para o desenvolvimento teórico do estudo. Sobretudo, o uso do diário de pesquisa contribuiu para o rigor metodológico, documentando as decisões e processos da pesquisa de maneira transparente e sistemática. Isso ajudou a garantir uma postura consciente de minhas próprias influências na pesquisa, o que é fundamental na pesquisa qualitativa. Na subseção seguinte, desenvolvo as fases

da pesquisa desde a familiarização com o contexto observado até o cruzamento de dados. Vale ressaltar que os demais procedimentos, até mesmo os que dizem respeito ao desenho das categorias de análise, contaram com anotações em diário.

5.2.1.2

Fases da pesquisa

Considerando o estudo longitudinal, dividi as atividades ao longo de um ano em quatro fases. Cada fase, com exceção da fase 4, teve duração de 3 meses. As subseções seguintes mostram a geração dos dados em cada fase, tendo o diário de pesquisa, no qual realizei notas dos procedimentos e impressões do campo, como suporte contínuo e essencial em todas as fases.

5.2.1.2.1

Fase 1: observação e familiarização

Como dito anteriormente, o estudo foi dividido em 4 fases, todas elas retratadas com notas no diário de pesquisa. A fase 1 do estudo iniciou-se na primeira semana de junho de 2023, e diz respeito ao momento de observação do ambiente e familiarização com tal espaço. Propus-me, nesta etapa, acompanhar a rotina e a dinâmica do trabalho dos agentes, compreender a rotina dos migrantes, bem como conhecer todos os ambientes da instituição. Essa fase teve duração de 3 meses, período em que observei e conheci todos os departamentos administrativos, ainda que com ênfase nos Setor de Educação e Trabalho, setor administrativo, setor da assistência social, diretoria geral, setor de segurança. Cada um desses setores é responsável por um conjunto de atividades, que estão detalhadas no capítulo 6 deste estudo. Além dos setores administrativos, frequentei salas de aula do raio 1¹⁰⁶ e semiaberto, setor de oficina de trabalho do raio 3, setor de inclusão e enfermaria, onde ocorrem os atendimentos médicos, setor de pavilhão disciplinar, onde também ficam os parlatórios e salas de atendimento jurídico por videoconferência. Nesses locais, em alguns momentos, eu abordava os servidores para melhor conhecer a dinâmica desses setores; em outros, eu era abordada por migrantes que buscavam entender a minha presença ali e os meus objetivos de pesquisa. Entretanto, grande

¹⁰⁶ Raio é o nome dado pelos servidores aos pavilhões.

parte do tempo permaneci em observação silenciosa com anotações em diário. Frankham e MacRae (2015) afirmam ser preciso considerar primeiramente a observação silenciosa do campo, isto é, ter um tempo para familiarização, a fim de preparar as demais fases e determinar as pessoas com as quais é importante trabalhar, e quais importa entrevistar. No íterim dessas observações, frequentei o espaço físico das instalações da penitenciária como refeitório, área interna e externa da muralha, albergue do regime semiaberto e pude ter um vislumbre do pátio onde ficam as celas. Essa fase também foi fundamental para conviver e interagir com os servidores e melhor delimitar a minha abordagem da IC e do meu estudo. Foi possível apreender as políticas do sistema prisional e sua complexidade, assim como as condições de trabalho desses servidores.

5.2.1.2.2

Fase 2: mapeamento das línguas

A fase 2 foi iniciada em agosto de 2023 e durou 3 meses. Nessa fase, realizei o mapeamento quantitativo das línguas faladas pelos migrantes. Em um primeiro momento, com acesso autorizado pelo diretor ao Sistema Integrado de Áreas (SIA), o sistema gerou automaticamente uma planilha com o número total e sempre atualizado de presos dos raios 1 e 3, com seus respectivos nomes. Foi solicitado aos agentes de segurança que registrassem as línguas faladas pelos presos em uma planilha. No entanto, muitos detentos se recusaram a fornecer essa informação ou a preencher a planilha, pois não entendiam o motivo pelo qual precisavam declarar línguas que falavam. Como resultado, a planilha ficou incompleta e imprecisa. Em seguida, o diretor do departamento de Educação e Trabalho sugeriu que eu o acompanhasse até o parlatório para que ele conversasse com os presos individualmente, garantindo, assim, o preenchimento adequado do questionário. Considerando que os setores são subordinados apenas ao diretor-geral, o setor de segurança exigiu que houvesse um agendamento dos presos a serem atendidos no parlatório no período da manhã e da tarde. Isso seria essencial para os seguranças separarem os presos e os algemarem. No entanto, os atendimentos poderiam ser realizados de manhã entre 8h e 11h e à tarde entre 13h30 e 16h. Em cada período, era possível agendar 20 presos e, em todos eles, os presos puderam ser atendidos porque a liberação de cada preso para ir ao parlatório chegava a demorar 10

minutos. Quando o preso era liberado, se fazia necessário explicar o motivo pelo qual era importante o levantamento das línguas faladas.

A primeira dificuldade que surgiu nesse processo foi a falta de contato direto entre mim e os presos, uma vez que o diretor era o responsável por falar com eles para coletar informações sobre as línguas faladas. Isso fazia com que a abordagem se tornasse mais uma obrigação do que uma colaboração genuína por parte dos detentos. Por essa razão, alguns presos não declaravam todas as línguas em que tinham proficiência por receio sobre o que seria feito da informação. Tendiam também a declarar a língua portuguesa como a principal língua falada, como se isso os beneficiasse de alguma forma. A segunda adversidade era que o procedimento levava muito tempo e nem sempre conseguíamos atender todos os que estavam agendados. Então, fez-se uma terceira tentativa.

Na terceira tentativa de obter o levantamento das línguas faladas, o diretor do Setor de Trabalho e Educação autorizou-me a agendar o atendimento aos migrantes. Ao efetuar o agendamento, imprimiam-se três vias, uma ficava com o agente de segurança, outra cópia comigo e a terceira com o faxina.¹⁰⁷

No raio 1, o atendimento era realizado na escola, enquanto no raio 3 o atendimento acontecia no espaço da oficina de trabalho têxtil. Em ambos os raios, havia um agente de segurança que me auxiliava na organização dos presos, junto com os faxinas. Para o tempo disponível ser mais bem aproveitado, expliquei os objetivos do levantamento das línguas para o faxina que explicava aos demais. Minha abordagem consistia em fazer com que todos os envolvidos pudessem compreender o motivo e a importância da informação para o estudo. Assim, o faxina organizava os presos agendados em fila, conforme a lista, e explicava o objetivo da minha visita. Essa organização permitiu-me agendar uma quantidade maior de presos por período. Diariamente, durante a fase 2, eu imprimia uma lista atualizada dos presos para garantir que não houvesse agendamentos duplicados, já que havia transferências frequentes de detentos entre o regime fechado (raios 1 e 3) e o semiaberto. Isso me ajudava a excluir dos agendamentos os presos que já haviam declarado as línguas. O levantamento das línguas no regime semiaberto seguiu a

¹⁰⁷O faxina é um preso de bom comportamento, nomeado pelos servidores para ser responsável pela organização e limpeza das celas e pátio, assim como pela organização e limpeza do setor.

mesma estratégia de agendamento/atendimento, realizado em sala de aula, assim como no raio 1. O levantamento total foi registrado e organizado em planilha Excel.

5.2.1.2.3

Fase 3: registro audiovisual, entrevistas e observação participante

A fase 3 consistiu das gravações, entrevistas e observação participante. Iniciada em setembro de 2023 junto com a fase 2, levou aproximadamente 4 meses e meio para a finalização. Esta fase durou mais tempo porque os procedimentos precisaram de algumas estratégias para poderem ser concretizados. As gravações em áudio e vídeo foram realizadas em: (i) salas de aulas do raio 1 e albergue de regime semiaberto, (ii) consultório médico, (iii) atendimento jurídico–mutirão da DPU, (iv) atendimento jurídico com advogado e cliente individual presencial, e (v) atendimento religioso. Durante cerca de 3 semanas ou mais, foram realizadas as tratativas para o consentimento e assinatura do TAI. Mesmo eu estando autorizada a entrar com equipamento, a gravação em áudio e vídeo, conforme orientação da Secretaria de Administração de Penitenciárias (SAP), só seria realizada se os envolvidos de cada local consentissem por meio de assinatura do TAI. Assim, conduzi uma abordagem cuidadosa, ajustada para cada um dos grupos, conforme o cenário, a fim de não correr o risco de o consentimento para a realização da gravação ser negado.

1) Agentes de segurança do setor: em cada setor da penitenciária, há agentes de segurança que organizam a liberação dos presos das celas, verificam os atendimentos agendados e cuidam da segurança dos outros servidores (professores, médicos, visitas, defensores e advogados, diretores, assistentes sociais etc.) e, consequentemente, circulam pelos ambientes, sejam eles fechados ou abertos. Dessa forma, utilizei uma abordagem simplificada para explicar a tais agentes de segurança o funcionamento da pesquisa e a necessidade de filmagem, assegurando o que estava previsto no documento. Dessa forma, solicitei a assinatura do TAI, informando que a segunda via do documento, assinada e escaneada por mim, já estava disponível no sistema do Setor de Educação e Trabalho sob a supervisão do diretor responsável. Os seguranças envolvidos, devido à sua eficiência, desempenharam um papel crucial durante as gravações, na organização do espaço/tempo durante todo o processo, otimizando a minha entrada em cada

cenário, além de permitir que eu conversasse com os professores, médicos, defensores, advogados e presos.¹⁰⁸

2) Professor e migrante-aluno: a abordagem com esse grupo foi realizada no raio 1 e no albergue semiaberto onde ficam as salas de aula. Após solicitar a permissão do agente de segurança alocado no setor, conversei com os professores no intervalo de 15 minutos do período da manhã e tarde. Novamente, expliquei a pesquisa e a essencialidade do registro de áudio e vídeo das aulas, bem como teci reflexões sobre a importância do estudo para intervenções futuras. Após as explicações, esclareci o conteúdo do TAI e solicitei o consentimento e assinatura dos professores. Concomitantemente, solicitei permissão dos agentes de segurança e dos professores para tomar o tempo da aula a fim de explicar a pesquisa aos presos, solicitar também seu consentimento para gravar as aulas e esclarecer como seriam essas gravações. As explicações e o pedido de consentimento eram efetuados em português e inglês com o auxílio de presos-intérpretes de espanhol, francês, mandarim, árabe e húngaro que faziam a interpretação sussurrada para o colega que necessitasse de interpretação.¹⁰⁹ Naquele momento, os presos relataram que, sendo um documento, preferiam lê-lo na sua língua. Durante a fase 2, obtive a ajuda de tradutores que gentilmente quiseram colaborar com a pesquisa e traduziram o TAI nas seis línguas: mandarim, inglês, espanhol, francês, húngaro e árabe. Essas línguas foram escolhidas para a tradução por dois motivos: línguas como o inglês e o espanhol por serem as mais comuns e línguas como o árabe, o mandarim e o húngaro por serem a língua primeira e a única na qual o preso tinha proficiência. Após realizada a tradução, os presos leram o documento e assinaram-no dando-me o consentimento para a realização das gravações.

Nesse cenário, foram 10 dias de gravações de aulas no período da manhã e da tarde de maneira aleatória.

3) Médico, enfermeiro e migrante-paciente: com esse grupo a abordagem foi mais simples. Após solicitar a permissão dos agentes, pedi permissão a dois médicos e duas enfermeiras para realizar as gravações. Após o consentimento

¹⁰⁸ Ressalto que somente podemos nos dirigir a um preso sob prévia autorização do agente de segurança do setor. Não há como abordar um preso sem que haja permissão verbal ou escrita e sem que se indique o assunto a ser tratado com o detento.

¹⁰⁹ Alguns presos explicavam a minha fala em igbo, iorubá, quéchua e tupi-guarani para uma minoria de presos que preferiam ouvir o discurso na sua língua primeira. A interpretação era realizada na modalidade sussurrada e saliento que ela acontecia espontânea e naturalmente.

assinado, solicitei aos agentes de segurança para abordar os presos. Os atendimentos médicos não são agendados e, por isso, os agentes planejaram uma logística de atendimento médico de modo a permitir que eu solicitasse o consentimento e assinatura do TAI aos presos antes de eles entrarem no consultório. Para tanto, os agentes colocavam os presos um a um em uma antessala e ali eram realizados todos os procedimentos como explicação da pesquisa (para aqueles que não a conheciam) para, assim, solicitar o consentimento e assinatura do termo, permitindo ao preso ler o documento na sua língua, se preferisse. Cumpre mencionar que as fases anteriores do estudo e o contato em salas de aula proporcionaram o estabelecimento de uma interação mais efetiva com os presos. Assim, como a maioria deles já conhecia o estudo, consentiram a gravação audiovisual sem necessidade de esclarecimentos ou sem maiores problemas.

Nesse cenário, foram realizadas gravações de 10 dias de atendimentos médicos do período da manhã e tarde aleatoriamente.

4) Defensor e migrante-cliente: as gravações com esse grupo ocorreram durante um mutirão na DPU. Apesar das dificuldades encontradas para gravar atendimentos jurídicos, devido ao teor sigiloso e a confidencialidade entre defensor/advogado e cliente, a DPU, gentilmente, permitiu que as gravações fossem realizadas sob o comprometimento e a assinatura de termo de responsabilidade conforme a Lei de Proteção de Dados (Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018).¹¹⁰ Para esse atendimento, dois assistentes de pesquisa gentilmente colaboraram com a pesquisa fazendo a interpretação em inglês, húngaro e árabe. Os intérpretes assinaram um termo de confidencialidade e sigilo tanto para a pesquisa quanto para o atendimento. A abordagem era feita por meio do intérprete assistente, momentos antes do atendimento da defensoria, e, após as explicações, as gravações eram iniciadas. Assim como ocorreu em outros cenários, no caso de o preso desconhecer o estudo, os devidos esclarecimentos eram fornecidos pelo assistente da pesquisa. Apesar de o mutirão durar três dias, as gravações foram realizadas no primeiro dia de mutirão, a pedido da DPU. No entanto, as gravações apresentaram uma quantidade significativa de dados; os dois dias restantes foram registrados no diário de pesquisa como ocorreu desde o início do estudo.

¹¹⁰ Comprometi-me a seguir este entendimento, mantendo o respeito aos direitos dos titulares dos dados tratados, sujeitos às devidas sanções civis, penais e administrativas, assegurando a anonimização.

Ainda no cenário jurídico, somente um mutirão pôde ser gravado e apenas no primeiro dia. Houve um segundo mutirão da Defensoria em que houve minha participação como intérprete e no qual realizei anotações em diário de pesquisa. Nos mutirões, ocorrem vários atendimentos simultâneos em que ora se está em uma mesa ora em outra. Tendo realizado o atendimento como intérprete, não houve possibilidade de gravação, porém, em intervalos, houve condições de fazer anotações importantes dessa situação interacional.

(5) Advogado e migrante-cliente: O consentimento da gravação da interação se deu porque o advogado pertence à mesma instituição religiosa da qual também realizei os registros audiovisuais, e um dos seus clientes conhecia bem a pesquisa e foi um dos meus entrevistados. Como ambos já haviam assinado o TAI e eram conhecedores do estudo e da importância do registro audiovisual, o preso relatou em inglês que não se sentia à vontade para tratar do assunto em português e solicitou que eu fizesse a interpretação do inglês, segunda língua falada pelo preso turco. Assim, o acompanhamento do atendimento se deu sem maiores problemas e a interação ocorreu mediada. Contudo, um segundo preso, também turco, atendido pelo mesmo advogado e que também consentiu a gravação, não tinha proficiência em nenhuma outra língua. Dessa forma, houve interpretação do turco para o inglês e para o português em que o primeiro preso interpretou o segundo do turco para o inglês e eu, do inglês para português. É importante dizer que as gravações da terceira fase se sobrepuseram à observação participante. A minha participação como intérprete ora ocorreu natural e inesperadamente, ora de maneira planejada, como mostrarei na subseção mais adiante.

Foi realizada somente uma gravação de atendimento jurídico entre advogado e cliente. Devo acrescentar que, dentre todos os cenários, o jurídico apresentou maior dificuldade de levantamento/registro, pois os advogados não atendem presencialmente e a conversa com eles não é permitida na entrada na sala de videoconferência. Outra dificuldade foi saber a data do atendimento, porque nem os setores nem os presos sabiam quando os advogados marcariam atendimento, o que dificultou sobremaneira o acompanhamento das situações interacionais desse cenário.

(6) Representante religioso e migrante-adepto da fé: as gravações dos cultos religiosos foram consentidas pela igreja Congregação Cristã no Brasil (CCB). Embora outras denominações fazem atendimento no presídio, a

Congregação era a igreja que fazia atendimentos mais regulares e o acesso aos anciãos e cooperadores¹¹¹ foram facilitadas porque sou membro da igreja e conhecia os caminhos para obter o consentimento. Em um primeiro momento, conversei com um ancião de São Paulo que me pôs em contato com o Departamento de Assistência Religiosa para Evangelização (DARPE) que, por sua vez, colocou-me em contato com os responsáveis do DARPE regional que atendem a cidade de Itaí e arredores. Após explicar os propósitos da pesquisa e a necessidade de registro audiovisual para os anciãos e cooperadores em uma reunião, eles me encaminharam para os responsáveis que atendem os cultos no presídio de Itaí. Há aproximadamente 20 presbíteros¹¹² que se revezam para atender o presídio. Entretanto, os que atendem com mais frequência são 5 deles que se dividem entre os raios dos estrangeiros (raios 1 e 3) e de brasileiros (raios 2 e 4) onde ficam os presos em regime fechado e o albergue onde ficam os presos em regime semiaberto. Os cultos eram realizados nos finais de semana, principalmente nas manhãs de domingo, e tinham uma duração de cerca de uma hora. Durante o contato com os anciãos em uma reunião de ministério¹¹³, foi obtido o consentimento para gravar as cerimônias, e foi no primeiro dia de gravação que esses presbíteros tiveram a oportunidade de entender melhor a pesquisa e seus objetivos. Os presentes assinaram o TAI e enviaram cópias para os demais signatários. No atendimento do final da semana seguinte, acompanhei aqueles que atenderam o raio 1. No raio 1, conversei com os presos e solicitei assinatura do TAI a todos que participavam do culto. Se o preso já havia assinado o termo em outro cenário, como uma escola ou um atendimento médico, era solicitado a ele que o assinasse novamente. Realizei o mesmo procedimento no

¹¹¹ Na igreja Congregação Cristã no Brasil, os presbíteros com cargo ministerial são chamados por hierarquia de anciãos, cooperadores de adultos, cooperadores de jovens e diáconos.

¹¹² O termo “irmão” geralmente se refere aos membros de uma mesma comunidade religiosa ou denominação cristã. Essa expressão é usada para indicar a fraternidade e a união entre os fiéis que compartilham a mesma fé e pertencem à mesma igreja ou congregação. No contexto cristão, ser “irmão” ou “irmã” na fé implica um relacionamento de solidariedade e apoio mútuo, fundamentado nos ensinamentos da igreja, e um compromisso de viver de acordo com os princípios cristãos. Dentro das igrejas, os “irmãos da mesma igreja” são vistos como parte de uma grande família espiritual, que se reúne para cultivar, estudar as escrituras e apoiar uns aos outros em momentos de necessidade. Em muitas tradições cristãs, essa fraternidade é essencial para fortalecer a comunidade de fé e promover a convivência baseada no amor e na compreensão. Assim, a expressão reflete a ideia de pertencimento, comunidade e apoio mútuo entre aqueles que compartilham a mesma crença religiosa e estão comprometidos com os ensinamentos de sua igreja.

¹¹³ As reuniões de ministério na Congregação Cristã geralmente são momentos de encontros e orações entre os membros da igreja. Essas reuniões têm como objetivo discutir assuntos espirituais, administrativos e educacionais relacionados à fé, além de fortalecer a comunidade de fé. Elas são realizadas com a participação dos líderes da congregação, como ministros e obreiros, e buscam promover a edificação espiritual dos membros.

raio 3 e no albergue semiaberto nos finais de semana seguintes. O termo era assinado antes do início do culto e somente após todos os envolvidos assinarem o termo, as gravações foram iniciadas. Gravações de 10 domingos de atendimento religioso para presos em regime fechado e semiaberto foram feitas de forma alternadas.

Vale ressaltar que apenas o TAI foi requisitado como documento de consentimento para o registro de imagem. O TCLE foi utilizado para as entrevistas gravadas apenas em áudio, enquanto para as entrevistas audiovisuais, foi solicitado o consentimento de ambos, TCLE e TAI.

Ainda na fase 3, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dois grupos de participantes, presos e servidores. Desses grupos, 7 presos e 9 servidores penitenciários concederam entrevistas, contabilizando um total de 16 entrevistados, 4 participantes a menos do que havia sido planejado.

Na elaboração das entrevistas, considerei a caracterização dos participantes, preferindo restringir a aplicação dessa técnica somente àqueles detentos e agentes que já experimentaram e/ou participaram de interações com ou sem mediação linguística. Para isso, optei pela entrevista semiestruturada por já ser uma técnica prevista no âmbito da Sociolinguística Interacional, especialmente por seu caráter flexível e seu potencial de capturar nuances da interação humana. No contexto da sociolinguística interacional, a entrevista semiestruturada é guiada por um roteiro com perguntas previamente estabelecidas, mas permite que o entrevistador explore temas que surgem durante a conversa. Essa flexibilidade é essencial para capturar como os participantes usam a linguagem em suas próprias palavras e contextos (Minayo, 2008; Fontana; Frey, 2005; Gil, 2008; Flick, 2009).

As entrevistas tinham como propósito: a) apreender o presídio sob a perspectiva histórica e dinâmica institucional, de modo a fornecer dados que possibilitassem ao leitor desta tese uma compreensão do contexto do campo de pesquisa em questão; b) compreender que representações os servidores tinham da IC no contexto prisional, quais eram as expectativas, as complexidades da interação mediada por intérpretes e sua relevância para o contexto plurilíngue da penitenciária; c) quais os limites e possibilidades, bem como os fatores facilitadores e dificultadores da interpretação em situações médicas, jurídicas, educativas e religiosas.

Com base em tais propósitos, os dois grupos de participantes foram subdivididos em 3 grupos. Grupo 1: servidores administrativos; grupo 2: servidores operacionais; grupo 3: presos. Formatei um roteiro de pesquisa que pudesse ser ajustado para os 3 grupos. A aplicação da técnica consistiu em três etapas: a) momento em que se constrói a aproximação com o entrevistado e se estabelece um processo de colaboração procurando explicar os propósitos do estudo e a dinâmica dos encontros; b) entrevista propriamente dita, com a gravação da narração em áudio/vídeo; e c) transcrição. Os entrevistados do grupo 1 consistiam em diretor geral (1), assistente social (1), e diretor de setor (3). Do grupo 2, foram escolhidos agentes de segurança (2), professor (1), e médico (1). Do grupo 3, os 6 presos que concederam entrevista já atuavam como intérpretes *ad hoc.*; as entrevistas foram realizadas individualmente de acordo com a disponibilidade dos participantes e tiveram duração de até 1 hora, a depender da desenvoltura dos participantes em suas respostas e mediante a assinatura do TCLE e do TAI (no caso de entrevista por vídeo). As entrevistas com os presos foram realizadas em português, espanhol ou inglês e o melhor momento e lugar para promover os encontros foi negociado com o diretor responsável pelo Departamento de Educação e Trabalho. O diagrama a seguir resume como foram divididos os grupos e subgrupos:

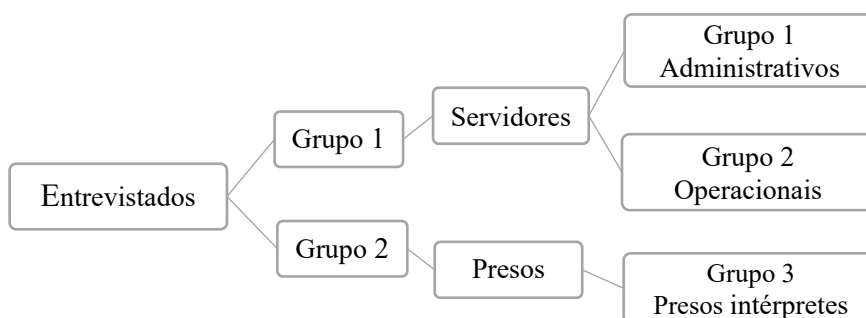


Diagrama 3 – Divisão e subdivisão dos entrevistados

Fonte: Autora, 2024.

A observação participante também foi realizada na fase 3, juntamente com cada uma das atividades nos cenários mencionados anteriormente. Isso significa que, durante as filmagens, minha atuação como intérprete se tornou quase indispensável, já que, em diversas situações, os envolvidos sabiam que eu poderia ajudar na superação das barreiras de comunicação.

Como se sabe, a observação participante como uma técnica de pesquisa qualitativa – utilizada principalmente nas ciências sociais, como antropologia, sociologia e etnografia – permite que o pesquisador se insira no ambiente ou comunidade que está sendo estudado, participando das atividades cotidianas dos participantes ao mesmo tempo em que observa e registra comportamentos, interações e significados culturais. Nessa perspectiva, o pesquisador pode assumir diferentes níveis de participação. Em alguns casos, ele é um observador mais distanciado (observador-participante), enquanto em outros ele se envolve profundamente nas atividades da comunidade (participante-observador). A relação entre o grau de participação e a observação deve ser ajustada conforme o contexto e os objetivos da pesquisa. Em alguns momentos da minha pesquisa, assumi o papel de observador-participante e participante-observador, uma vez que, às vezes, eu me afastava do objeto e, noutras, me envolvia nas atividades atuando como intérprete. A observação participante ocorreu em dois momentos: uma em que houve situações inesperadas nas quais a interpretação foi necessária (e ocorria enquanto eu estava gravando) devido aos lapsos na comunicação e aos mal-entendidos, necessitando, assim, da minha intervenção para que a interação fosse efetivada. Em outra, a minha participação como intérprete foi planejada e aconteceu durante o atendimento entre o assistente social e um preso e no segundo mutirão da DPU.

Nas fases 1, 2, 3, durante 1 ano de pesquisa de campo, ao final de cada dia, organizei todo o material para a fase 4 na qual ocorreu o cruzamento de dados da pesquisa.

5.2.1.2.4

Fase 4: cruzamento de dados e organização do material

A fase 4, fase final da pesquisa de campo, iniciou-se no final de abril de 2024, com duração de 2 meses. Ao cruzar todos os dados gerados durante a permanência no campo de pesquisa, foi possível ter uma visão ampla do ambiente prisional e de como ocorrem as interações do cotidiano plurilíngue de forma mais profunda e em cenas específicas (com ou sem mediação linguística). Os procedimentos metodológicos de familiarização e ambientação, entrevistas, gravações audiovisuais e levantamento das línguas proporcionaram dados férteis e ricos para as análises, resultados e futuras intervenções.

O cruzamento de dados envolve a análise comparativa e interpretativa dos resultados obtidos a partir de diferentes fontes, respondentes e métodos de geração de dados. Esse processo é indispensável para identificar padrões, relações e diferenças entre as informações obtidas. A triangulação metodológica foi uma estratégia escolhida por conciliar diferentes métodos de geração de dados para explorar o fenômeno observado e fornecer múltiplas visões, tornando os resultados mais completos e confiáveis (Denzin, 1978; Flick, 2004, 2009).

Flick (2004) destaca que a triangulação pode envolver a combinação de métodos qualitativos e quantitativos, ou diferentes perspectivas teóricas, enquanto Denzin (1978) enfatiza a importância de utilizar diferentes fontes de dados e contextos para corroborar as conclusões.

Essencialmente, a triangulação busca minimizar os vieses e limitações de uma única abordagem, proporcionando uma visão mais robusta e complexa da realidade estudada. Para esta pesquisa, adoto a triangulação das observações da fase 1 e da fase 3, entrevistas e gravações audiovisuais em torno do mesmo fenômeno investigado que são as interações sociolinguísticas mediadas ou não por interpretação.

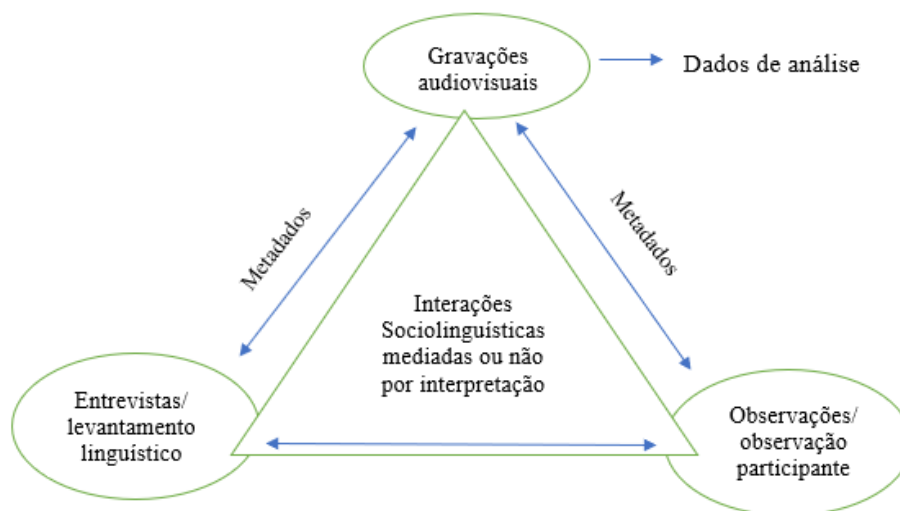


Diagrama 4 – Triangulação com base em Flick e Denzin

Fonte: Autora, 2024.

Num primeiro momento, considere as observações da fase 1 e notas no diário de pesquisa, as observações participantes e as entrevistas com os dois grupos

(servidores e presos) – que revelaram aspectos relacionados às interações mediadas ou não linguisticamente – e as gravações audiovisuais.

Antes do cruzamento, porém, os dados foram categorizados (codificação aberta) para, posteriormente, serem identificadas as relações entre as categorias e subcategorias criadas na fase de codificação aberta (codificação axial). A organização dos dados, dessa maneira, permitiu-me estruturá-los em torno de um fenômeno central, com suas causas, contextos e consequências, o que ajudou a dar mais clareza e sentido à análise.

A codificação aberta é a primeira etapa do processo de análise de dados em uma pesquisa qualitativa. Ela tem por objetivo explorar os dados brutos (como entrevistas, transcrições, observações ou outros textos) e quebrá-los em unidades menores, identificando temas, categorias e conceitos relevantes, sem impor uma estrutura pré-definida. Essa fase é fundamental para permitir que os dados “falem por si mesmos”, de forma mais livre e exploratória (Strauss; Corbin, 1990).

Denzin (2001) também discute a codificação aberta dentro do contexto da análise de dados. Embora sua abordagem possa não se restringir apenas à codificação aberta, ele enfatiza alguns pontos importantes que se aplicam a nossa pesquisa, como o contexto em que os dados foram gerados. A compreensão do ambiente e das experiências dos participantes é essencial para atribuir significados adequados. O autor também argumenta que a codificação aberta deve reconhecer a pluralidade de significados que os dados podem conter. Assim, Denzin incentiva a exploração das diversas interpretações e dimensões que emergem a partir do material analisado. Por fim, esse mesmo autor enfatiza a importância da reflexividade, onde o pesquisador deve refletir sobre seu papel na pesquisa e como suas próprias perspectivas podem influenciar a codificação e a interpretação dos dados.

Já a codificação axial ocorre após a codificação aberta, quando os dados são inicialmente categorizados, e tem como objetivo aprofundar as relações entre essas categorias, explorando suas conexões e organizando-as de forma mais estruturada (Denzin, 2001, 2011). Detalhes da codificação aberta e axial estão na subseção 5.2.2.1.1.

Na subseção seguinte, são aprofundados os procedimentos de análise nos quais apresento o recorte analítico, as categorias e subcategorias dos dados gerados no campo de pesquisa.

5.2.2

Procedimentos de análise

Os procedimentos metodológicos de geração de dados já se encaminham para uma posição analítica interpretativista. Desde as observações de campo, entrevistas com perguntas e respostas construídas com os participantes, filmagens, e as transcrições e a postura etnográfica crítica se constituem de maneira complementar e em camadas de modo a representar o objeto de estudo que, por sua vez, se orienta para os referenciais teóricos propostos nesta tese. Os dados gerados enquadram-se, portanto, nas categorias e subcategorias de análise estabelecidas. Esta subseção, assim, descreve como foram realizadas as entrevistas, os registros audiovisuais e a observação participante.

5.2.2.1

Transcrição de dados: entrevistas, filmagens e observações

As entrevistas, como dito anteriormente, foram realizadas com dois tipos de grupos que por sua vez se subdividiram em três grupos. As perguntas foram ajustadas para cada grupo, porém todas continham perguntas semidirecionadas. Algumas entrevistas foram realizadas apenas em áudio com gravador digital, outras com vídeo, com câmera digital. Em sua maioria, as entrevistas com o grupo 3, o grupo dos presos, foram conduzidas em vídeo, em uma das línguas majoritária no presídio que eram naquele momento espanhol, inglês ou português. Nesse caso, o preso falava a língua de sua preferência. Com o grupo 1, administrativos, e grupo 2, operacionais (agentes e outros), as entrevistas foram realizadas apenas em áudio. Todas as entrevistas foram transcritas por mim, sem marcas, conforme os pressupostos de O'Connell e Kowal (2004), que enfatizam a clareza e a precisão da transcrição literal, salientando a relevância de capturar desvios e o significado do discurso dos participantes de forma acessível; e seguindo as transcrições dos trabalhos de Jacquemet (2009), que não apresentam marcações. Cumpre salientar que, em todas as entrevistas, defini um pseudônimo para assegurar o anonimato dos participantes. Ainda assim, quando entrevistados em vídeo, considerei, como previsto no TCLE e no TAI, a ocultação do rosto e alteração da voz, se assim desejassem.

Nas filmagens, em diferentes situações – a saber: atendimento médico, atividades educativas/escolares, atendimento religioso, atendimento jurídico -, realizei gravações com uma câmera digital. Tanto as entrevistas quanto as filmagens foram organizadas em pastas e subpastas e identificadas e salvas em drive externo e no computador. Com relação às filmagens, as situações em que houve mediação linguística foram transcritas por mim quando em inglês ou espanhol, mas outras línguas foram transcritas por profissionais com domínio da(s) língua(s) utilizadas nessas interações.

As observações da fase 1 e da fase 3 foram organizadas em pastas e devidamente nomeadas. A observação silenciosa da fase 1 foi registrada em diário de pesquisa e a da fase 3 foi organizada e planejada (mutirão e atendimento jurídico) e não-planejada em que há situações em sala de aula, em consultório médico, em que houve minha intervenção linguística.

A codificação aberta é constituída de 7 procedimentos, usados para desses dados, a saber: 1) **Leitura Inicial**: realizei a leitura de todas as transcrições e notas para me familiarizar com o conteúdo. Foram feitas anotações sobre as primeiras impressões e temas emergentes; 2) **Divisão em Fragmentos**: selecionei segmentos de texto (frases ou parágrafos) que contivessem ideias ou informações significativas; 3) **Atribuição de Códigos**: para cada segmento, criei códigos descritivos, ou seja, palavras ou frases curtas que capturassem a essência do que foi dito; 4) **Refinamento dos Códigos**: à medida que avancei na leitura interpretativa de todo o material, revisei e refinei os códigos, renomeei alguns e eliminei outros; 5) **Registro**: mantive um registro sistemático de todos os códigos, incluindo definições e exemplos, o que facilitou futuras análises e a comparação entre diferentes códigos; 6) **Revisão Contínua**: revisei os códigos à medida que analisei mais dados; 7) **Organização**: considerei organizar os códigos em categorias ou temas maiores à medida que eles foram sendo definidos. Após proceder à codificação aberta, tive em vista efetuar a codificação axial que compreende a subdivisão das categorias previamente estabelecidas em subcategorias. Lancei mão do procedimento de codificação aberta e axial na triangulação de dados ou metodológica procurando cruzar os dados em torno do fenômeno analisado.

O estudo das interações sociolinguísticas interfaceado com a IC está orientado para três categorias teóricas em torno dos aspectos transidiomáticos, tecnolinguísticos e metapragmáticos, que são: suposições culturais, estruturas

retóricas e modos de falar, categorias essas estudadas por Jacquemet (2009, 2011), a partir dos trabalhos de Gumperz (1982), e que estão detalhadas no capítulo 4. Na subseção seguinte, discuto esse recorte analítico e apresento um diagrama da posição dessas categorias na triangulação de dados.

5.2.2.2

Recorte analítico teórico e metodológico

As categorias teóricas abordadas e entrelaçadas à triangulação de dados giram em torno do mesmo fenômeno, as interações sociolinguísticas, mediadas ou não pela interpretação. As relações, sobreposições e padrões encontrados na análise dos dados gerados no campo também estão relacionados a trabalhos científicos sobre a IC (Cf. Capítulo 3) no âmbito dos aspectos linguísticos. Dessa forma, os três instrumentos metodológicos são importantes para a análise de dados gerados no campo de estudo. Além disso, o contexto institucional é um fator que determina e influencia as dinâmicas das interações.

O diagrama apresentado a seguir demonstra que o fenômeno das interações sociolinguísticas, sejam elas mediadas ou não pela IC, é analisado sob três categorias a partir da triangulação de dados, tendo em vista todos os aspectos do contexto institucional prisional. Isso significa que a pesquisa concebe os dados como tendo um nexo de relações.

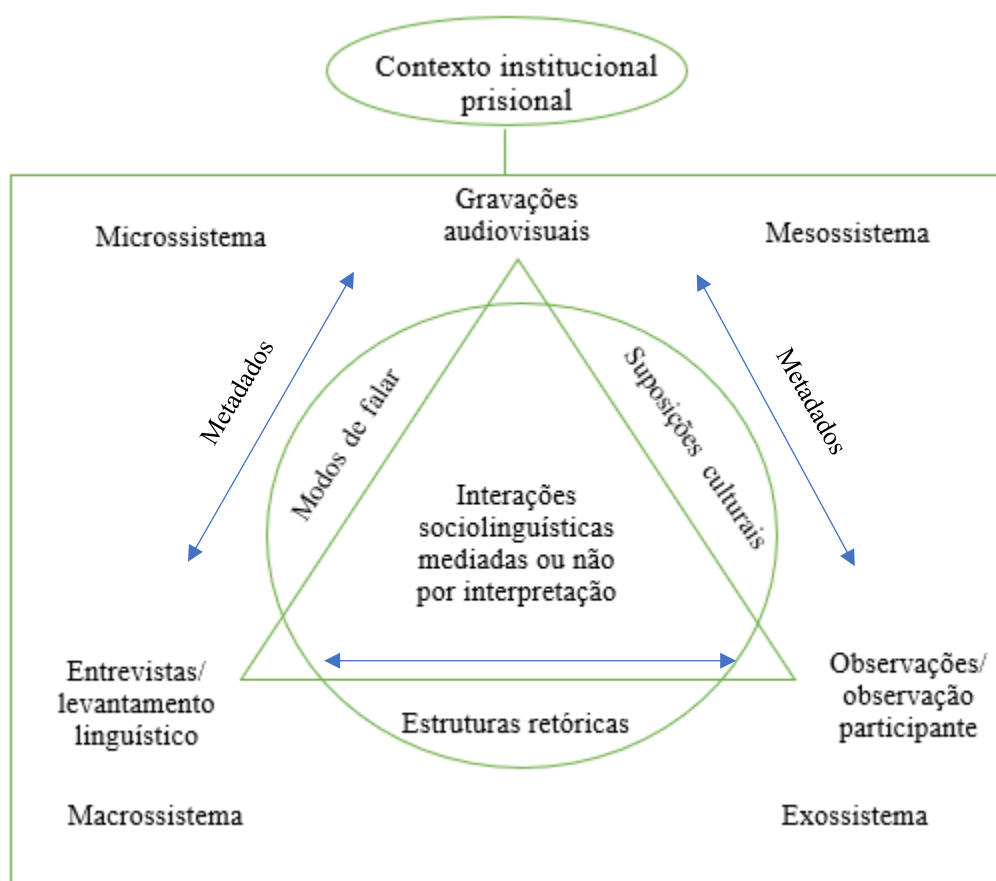


Diagrama 5 – Recorte analítico teórico e metodológico

Fonte: Autora, 2024.

É importante destacar que apenas as gravações audiovisuais foram utilizadas como instrumentos para a análise dos resultados. As entrevistas, o levantamento linguístico, as observações da fase 1 e a observação participante desempenharam o papel de metadados, contribuindo para a estruturação dos capítulos (ver capítulo 6 e 7) e das considerações finais, no contexto dessas relações. As categorias (modos de falar, estruturas retóricas e suposições culturais) e possíveis subcategorias referem-se à análise das interações captadas em vídeo, sejam elas mediadas ou não por intérprete.

O próximo capítulo apresenta com rigor o contexto prisional sob a perspectiva histórica e dinâmica. O sétimo capítulo apresenta os dados e seus resultados, com base na triangulação metodológica adotada, nas categorias e subcategorias definidas para apreender os aspectos relevantes encontrados nas interações, para, posteriormente, relacioná-los às categorias teóricas estabelecidas neste capítulo.

Um panorama sobre as prisões: história e perfil das prisões, a situação carcerária no Brasil, situação de migrantes encarcerados e a Penitenciária de Itaí

Durante a visita às dependências da unidade prisional de Itaí, acompanhada pelo diretor de Educação e Trabalho, discutíamos as atividades laborais e educativas enquanto caminhávamos pelo interior da muralha. Ele explicou com entusiasmo os programas de reintegração social desenvolvidos na unidade. No regime fechado, por exemplo, os detentos participam do cultivo de verduras orgânicas, utilizadas tanto nas refeições internas quanto fornecidas para prefeituras da região.

O diretor falou com orgulho sobre as oficinas de tecelagem, onde são confeccionados uniformes e outros itens, como as máscaras produzidas durante a pandemia de Covid-19. Ele destacou a importância da educação no processo de reintegração social, mencionando que as escolas dos raios 1 e 3 oferecem ensino fundamental e médio, incentivando os internos a sonharem com a universidade.

“Eles são muito interessados e inteligentes”, comentou. “Participam de olimpíadas de matemática, ganham prêmios e até aparecem na mídia por isso. Alguns conseguem se reintegrar e chegam a cursar faculdades.” Ele também mencionou eventos culturais, onde os internos têm a oportunidade de se expressar cantando, recitando e recebendo prêmios entregues por representantes da Funap e da SAP regional.

Ao nos aproximarmos da ala de progressão, o diretor apontou para a quadra esportiva e explicou: “Aqui eles jogam, participam de campeonatos e se exercitam.” Surpresa com a diversidade de atividades, comentei: “Vocês fazem bastante coisa por eles aqui.” Ele sorriu e respondeu: “É, aqui não é o paraíso, mas também não precisa ser o inferno.”

(Diário de pesquisa, setembro 2023)

As investigações sobre fenômenos sociolinguísticos interacionais na Penitenciária Cabo PM Marcelo Pires da Silva, meu campo de pesquisa, me leva a discutir o contexto prisional como um todo. Exploro o ambiente carcerário, entendendo ser relevante abordar primeiro os aspectos ligados à natureza das prisões sob uma perspectiva analítica e filosófica, para posteriormente apresentar também a situação do sistema prisional no Brasil e, por último, o contexto específico do estudo, a Penitenciária de Itaí, onde foram gerados os dados para esta pesquisa.

Para embasar essa perspectiva analítica, recorro às teorias de Foucault (2000), Goffman (1974a) e Greco (2020), que fornecem subsídios para compreender a história e as características do sistema prisional. Foucault, com sua análise sobre

poder e disciplina, oferece uma visão crítica sobre como as prisões funcionam como instrumentos de controle social, enfatizando a vigilância e a normalização dos indivíduos. Goffman (1974a), por sua vez, contribui com a sua abordagem sobre a vida nas “instituições totais”, explorando como essas estruturas moldam a identidade e a experiência dos indivíduos confinados. Por fim, Greco traz uma perspectiva contemporânea sobre a sociologia do crime e as dinâmicas sociais que permeiam o ambiente prisional no Brasil. Juntos, esses autores nos fornecem uma base sólida para entender a complexidade das instituições prisionais e seus efeitos sobre os indivíduos e a sociedade como um todo.

6.1

As prisões na visão de Foucault

A obra *Surveiller et punir: Naissance de la prison*, de Michel Foucault (de 1975), publicada em português como *Vigiar e punir* (Foucault, 2000), examina a evolução histórica dos sistemas de controle social e penal, com foco na transição da punição corporal pública para formas mais sutis e disciplinadoras de controle. Foucault argumenta que, a partir do século XVIII, o objetivo das punições mudou: as instituições modernas (como prisões, escolas e hospitais inclusive os psiquiátricos) passaram a não apenas punir, mas moldar comportamentos e pensamentos, utilizando técnicas de vigilância contínua. Ele descreve como, na era pré-moderna, punições brutais eram uma demonstração de poder do Estado. Com o tempo, emergiu uma abordagem que prioriza a disciplina e a reabilitação, culminando na prisão como espaço de correção de comportamentos. Foucault introduz o conceito de “disciplinaridade”, práticas que moldam indivíduos em diversas instituições sociais. A ideia do panóptico, uma prisão projetada por Jeremy Bentham em 1789, onde um vigia pode observar todos os presos sem ser visto, é central na obra. Para Foucault, o panóptico simboliza o controle social moderno, onde a vigilância constante leva os indivíduos a se autorregularem.

O conceito de “microfísica do poder” também é explorado por Foucault no sentido de que as práticas disciplinares agem sobre os corpos em instituições diversas. Foucault abre sua análise com a descrição de um esquiteamento público, destacando como as punições refletem as relações de poder de cada época, marcando a transição da violência visível para métodos mais sutis de controle:

[...] desaparece, destarte, em princípios do século XIX, o grande espetáculo da punição física; o corpo supliciado é escamoteado; exclui-se do castigo a encenação da dor. Penetramos na época da sobriedade punitiva. Podemos considerar o desaparecimento dos suplícios como um objetivo mais ou menos alcançado, no período compreendido entre 1830 e 1848 [...] o poder sobre o corpo, por outro lado, tampouco deixou de existir totalmente até meados do século XIX. Sem dúvida, a pena não mais se centraliza no suplício como técnica de sofrimento; tomou como objeto a perda de um bem ou de um direito [...]. (Foucault, 2000, p. 16-18)

O afrouxamento da severidade nos últimos séculos, bem conhecido pelos historiadores do direito, tem sido considerado do ponto de vista quantitativo, isto é, menos sofrimento e mais humanidade. De fato, essas modificações ocorrem juntamente com o deslocamento do objeto punitivo. Se não é mais ao corpo que se infringe a punição, segundo o filósofo, é evidente, a punição é da alma: “à expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue profundamente sobre o coração, o intelecto, a vontade” (Foucault, 2000, p. 18). Entra em ação um novo personagem que substitui o sangue e o corpo, um personagem mascarado:

[...] termina uma tragédia, começa a comédia, com sombrias silhuetas, vozes sem rosto, entidades impalpáveis [...] o aparato da justiça punitiva tem que ater-se agora, a esta nova realidade, a realidade incorpórea. (Foucault, 2000, p. 19)

Isso significa para Foucault que a alma passou a ser o elemento onde se articulam os efeitos de um certo tipo de poder e a referência de um saber pelas quais as relações de poder dão lugar às relações de um saber possível e o saber passa a reconduzir e reforçar os efeitos do poder. Sendo a “alma”, na idade moderna, o interior de cada ser humano, é exatamente ela que deve ser atingida na prisão para que o sistema punitivo e de vigilância tenha eficácia. Os trabalhos forçados e a tortura não estão vinculados às penas mediante alterações na legislação; em vez disso, a pena se configura na simples e pura privação de liberdade do indivíduo.

Dentro de um perfil histórico, é possível perceber o desenvolvimento das formas de punições associadas à gênese do sistema prisional. Para Foucault, houve três períodos diferentes e, portanto, formas distintas de punir, a saber: 1) em que havia sociedades soberanas e outras instituições de punição como manicômios e asilos; 2) em que houve a consolidação da prisão como uma forma de sanção normalizadora, com reforma e reorganização do sistema judiciário e penal. Esse

período foi nomeado por Foucault como sociedade de vigilância e disciplinar, com distribuição espacial de indivíduos e; 3) período moderno da reforma penitenciária em que são substituídas técnicas disciplinares por modelo de ressocialização, medida terapêutica de reeducação do indivíduo e modificadora de comportamento por meio da observação individual e invisível.

No final do século XVIII, com o advento da sociedade disciplinar, surgem técnicas que produzem “corpos dóceis” por meio do controle espacial e das atividades dos indivíduos. Esses processos, exemplificados pelo treinamento do soldado, moldam corpos para serem submissos e eficientes.

Embora presentes em instituições como conventos e prisões desde antes, essas práticas disciplinares se tornaram, a partir do século XVII, estratégias gerais de dominação, transformando o corpo humano em um instrumento político moldado pelo poder. Os colégios, as fábricas, os conventos, os manicômios e os hospitais são, cada um a seu modo, exemplos de instituições disciplinares. Nos termos disciplinares, o colégio, por exemplo, apresenta um modelo de educação obrigatória com rígidas disciplinas, horários definidos com filas, salas divididas por idade, sexo e série. Suas edificações também lembram bastante os quartéis, esquematizadas para manter tropas em ordem e disciplina. As fábricas se assemelham aos hospitais; são como uma cidade fechada onde se abrem as portas para entrada e saída de funcionários que ficam a postos à espera do tocar de uma sirene para início dos trabalhos. Foucault também explica que os hospitais não se diferenciavam das instituições acima citadas. Antes do século XVIII, o hospital era um espaço correcional, de assistência a pobres, doentes e loucos; era, enfim, um espaço de exclusão. Tal exclusão da sociedade dava-se porque, sendo pobre, o indivíduo poderia estar mais suscetível a doenças e até doenças contagiosas, por isso, precisaria de assistência que o isolasse em cômodos.

Portanto, para Foucault (2000, 2008), os mecanismos de controle nas fábricas, nos colégios, nos hospitais e nos quartéis se fundamentavam na divisão do espaço para se coordenar pessoas, o que pode ser entendido pelo princípio de quadriculamento, ou seja, é possível identificar cada indivíduo em um espaço a fim de evitar aglomerações, agitações, interrupções de trabalho etc.

O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quanto corpos ou elementos há a repartir. É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e

perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um. (Foucault, 2008, p. 123)

As reflexões de Foucault, modelos que ele observou em escolas, prisões e hospitais, continuam extremamente atuais, pois a crítica que ele fez aos modelos disciplinares franceses ainda se aplica, de forma quase inalterada, à nossa sociedade, e tais modelos revelam a permanência de estruturas de poder e disciplina que ainda regulam a vida social. Por meio de seu estudo sobre instituições e práticas disciplinares, Foucault apontou como os mecanismos de controle, vigilância e normatização moldam o comportamento dos indivíduos.

A disciplina e a punição são formas de poder que nos educam desde a infância. Essa lógica de controle nos acompanha ao longo da vida, restringindo nossa liberdade sob vigilância sutil e contínua. Esse é também o funcionamento do aparelho disciplinador do Estado manifestado sobre os indivíduos por meio de técnicas de coerção e pelo poder exclusivo de punição. Agora, vigora a imagem de um indivíduo constantemente vigiado e obediente, ajustado a normas, regras e autoridades, seja no contexto de uma fábrica, de uma escola, de um hospital ou de uma prisão.

Outro conceito discutido por Foucault é a vigilância hierárquica, uma forma de controle estruturada, onde indivíduos e grupos estão organizados em uma hierarquia que permite uma observação sistemática e constante de uns sobre os outros. O mesmo modelo, aplicado em escolas, prisões e fábricas, sustenta-se em uma lógica de controle hierárquico e recíproco, em que cada nível supervisiona o inferior enquanto permanece sob a vigilância do superior. Para Foucault, a sociedade panóptica condiciona os indivíduos a se autopoliciar, ajustando seu comportamento mesmo na ausência de supervisão direta, tornando-se um mecanismo essencial para a disciplina e o funcionamento eficiente das instituições. Essa vigilância invisível exerce um controle contínuo e quase imperceptível, condicionando ações e pensamentos.

O sistema prisional, como modelo de punição, também reflete essa lógica ao fragmentar e organizar os indivíduos espacialmente, suprimindo seu tempo e adestrando seus corpos, controlando-os e disciplinando-os de forma rigorosa em todo esse corpo social. Agora, os criminosos são colocados em locais trancados

como uma forma retributiva¹¹⁴ de compensar os danos causados à sociedade. Esse novo modelo de punição se desvia do âmbito do direito penal, que evolui para enunciar crimes e penas com o objetivo de proteger a sociedade vigente. A prisão, assim, torna-se uma forma de agir sobre os corpos, infringindo punição à alma representando uma configuração austera de todas as disciplinas.

À luz da disciplina, como justificativa da existência do sistema prisional, seus objetivos fundamentais seriam a correção terapêutica e a modificação do comportamento, além do resgate da dignidade dos indivíduos. No entanto, para Foucault (2008), a prisão, que se baseia na privação da liberdade como meio de reabilitação, tornou-se ineficaz para a sociedade. Apesar de a prisão ter surgido com a intenção de correção, com ela surgiram vários outros problemas, sendo o principal deles a acentuação da criminalização e a reprodução dos delitos em sociedade. Dentro do sistema prisional, a acentuação da criminalização é agravada pela convivência de indivíduos que cometem delitos leves com aqueles que cometeram crimes graves. Essa convivência dificulta a reabilitação dos primeiros, que podem ser influenciados negativamente por aqueles com comportamentos mais violentos ou criminosos. Essa situação evidencia as falhas do sistema prisional em cumprir sua função de correção e reintegração social.

O questionamento levantado por Foucault (2008) nos faz refletir sobre o motivo pelo qual a instituição prisional, concebida pelo Estado com a finalidade de corrigir indivíduos, acaba, paradoxalmente, intensificando a delinquência. A aceitação das prisões como a principal forma de punição na modernidade, apesar de suas falhas e contradições, está relacionada a três princípios apontados por Foucault: isolamento, utilização do trabalho penal e modulação da pena. O primeiro princípio destaca que a prisão retira o indivíduo do convívio social, possibilitando sua “reforma” sem interferências externas, ao mesmo tempo em que facilita sua vigilância e controle. O segundo evidencia que o trabalho dentro da prisão é concebido como um meio de disciplina e reabilitação, mantendo os presos ocupados e gerando benefícios econômicos para o Estado e instituições privadas. Já o terceiro princípio indica que, ao contrário das punições arbitrárias do passado, a pena prisional pode ser ajustada conforme o comportamento do condenado, reforçando a ideia de justiça e racionalidade dentro do sistema penal.

¹¹⁴ Cf. cap.2, p.38

A expectativa de que a privação de liberdade possa realmente transformar o caráter ou a personalidade de um indivíduo é, sem dúvida, uma questão complexa. Embora Foucault critique o sistema carcerário, é essencial compreender que ele surgiu como uma alternativa para substituir e suavizar os rigores das penas anteriores. Contudo, o sistema falha porque as prisões se tornaram locais de confinamento, onde as pessoas são tratadas como meros depósitos sob custódia do Estado, aguardando julgamento ou cumprimento de pena.

Com base nisso, argumento que a ideia de que as penas privativas de liberdade poderiam reabilitar indivíduos perdeu sua credibilidade. O ambiente carcerário desumaniza os presos, comprometendo sua dignidade e conduzindo-os ao desespero e à alienação, uma vez que a liberdade é inerente à condição humana. No entanto, em determinadas circunstâncias, a prisão pode servir como um espaço de reflexão e reavaliação da vida, dependendo de fatores como as condições do ambiente, o suporte psicológico e social e a motivação individual. Essa tensão entre alienação e possibilidade de transformação evidencia a complexidade do sistema prisional e põe em xeque sua real eficácia na reabilitação dos detentos.

Foucault critica o sistema penitenciário ao afirmar que a prisão não cumpre seu papel de ressocialização, mas, ao contrário, fortalece a delinquência. No entanto, acredito que a ressocialização pode ser viabilizada por meio de um conjunto de transformações essenciais: a reavaliação da vida por parte do preso, a implementação de programas eficazes de reinserção social, o comprometimento do Estado em investir nesses programas e a mudança na percepção social, de modo a garantir que os egressos tenham reais oportunidades de reintegração. Para isso, é fundamental assegurar acesso ao mercado de trabalho, à educação, ao suporte psicológico e ao apoio familiar, além da criação de redes de assistência que minimizem a reincidência e promovam uma transformação genuína.

6.2

A concepção das prisões para Goffman

Goffman complementa as ideias de Foucault ao analisar instituições totais, como prisões, hospitais psiquiátricos, escolas internas, exércitos e conventos. Ele descreve cinco características comuns a essas instituições: isolamento, controle, despersonalização, normas rígidas e rotinas rigorosas. Essas características as

tornam microcosmos sociais distintos da sociedade, e Goffman foca especialmente nas implicações dessas características no sistema prisional.

Em seu livro *Manicômios, prisões e conventos* (*Asylums: Essays on the Social Situation of Mental Patients and Other Inmates*), Goffman (1974a) examina a vida cotidiana dentro dessas instituições. Ele usa o termo “instituições totais” para descrever lugares onde as pessoas vivem e trabalham em um ambiente isolado e fechado, sob vigilância constante, com uma rotina rígida e onde todos os aspectos de sua vida são controlados por uma autoridade. Por meio de uma análise crítica e detalhada, Goffman desmascara o funcionamento dessas instituições e revela como elas afetam profundamente a identidade e a vida dos internos. Grosso modo, para Goffman, instituições totais compartilham características comuns que cruzam com o perfil institucional tratado por Foucault, com acréscimo de que os reclusos são despersonalizados e suas identidades mortificadas. Essas instituições isolam os indivíduos do restante da sociedade, criando uma barreira física e social, e exercem controle completo sobre a vida dos indivíduos, incluindo horários, atividades e interações. A despersonalização, assim, ocorre, segundo Goffman, quando as suas identidades individuais são suprimidas e substituídas por uma nova identidade imposta pela instituição.

Goffman (1974a) explica que a despersonalização é um conceito fundamental que descreve como as instituições totais – como manicômios, prisões e conventos – retiram dos indivíduos a sua identidade pessoal, reduzindo-os a uma função impessoal e subordinada à lógica institucional. Esse processo envolve práticas que subtraem elementos únicos e autênticos da identidade do indivíduo, substituindo-os por uma nova identidade padronizada, moldada pelas normas da instituição. Uma das primeiras medidas tomadas por uma instituição total é a uniformização e o controle rígido. Impõe-se um uniforme ou número ao interno como uma maneira de simbolicamente apagar suas características individuais. Além disso, a rotina estritamente controlada e a obrigação de seguir regras e ordens reduz a capacidade do indivíduo de expressar sua própria personalidade, impondo-lhe uma postura submissa. Além disso, ao ingressar na instituição, o interno normalmente entrega todos os seus pertences pessoais, sejam roupas, objetos de valor ou qualquer item que o conecte à sua vida anterior. Esse processo, que Goffman chama de “ritual de desposseção”, visa a quebrar os laços do indivíduo com o mundo exterior e sua identidade anterior, facilitando a imposição da nova identidade institucional.

A despersonalização é expressa quando os nomes dos indivíduos são reduzidos a outros como “paciente” em manicômios ou “presidiário” em prisões, o que limita sua autonomia e interações. A vigilância constante e a autoridade sobre todos os aspectos da vida geram dependência, destruindo a capacidade de tomar decisões pessoais e enfraquecendo a autoestima. Isso leva à conformidade com as normas da instituição, seja como mecanismo de sobrevivência, seja por uma real perda da capacidade de decidir e agir de forma independente. A constante vigilância e regulamentação de todos os aspectos da vida do interno fazem com que ele se torne cada vez mais vulnerável à manipulação e ao controle, o que, por sua vez, aprofunda a despersonalização.

Com o tempo, a falta de autonomia e a necessidade de conformidade enfraquecem o senso de identidade do indivíduo, tornando-o mais dependente emocional e socialmente da instituição. Esse quadro reforça a visão de Goffman sobre o efeito das instituições totais na anulação da individualidade e na subjugação do eu a uma identidade coletiva e impessoal para atender aos objetivos institucionais.

O conceito de mortificação do eu é uma das ideias centrais que Goffman descreve a respeito do processo pelo qual a identidade e a autonomia dos indivíduos são gradualmente destruídas ao ingressarem em uma instituição total. Assim como o conceito de despersonalização, esse processo de anulação da individualidade busca transformá-los em sujeitos que se encaixem nas exigências da instituição. Ao serem admitidos em uma instituição total, os internos passam por uma série de práticas (isolamento e separação do mundo externo, submissão a regras e rotinas, rituais de degradação, controle total do comportamento e despersonalização e perda de autonomia) que desconstroem sua identidade anterior e os alinham a um papel definido pela própria instituição. Esse processo de mortificação do eu tem impactos profundos na identidade e na saúde mental dos internos. A perda de autonomia e a imposição de uma nova identidade podem levar à alienação e à internalização de sentimentos de inferioridade. Em muitos casos, os internos desenvolvem estratégias de adaptação, como o conformismo ou a criação de uma “persona institucional” para evitar conflitos e obter pequenas vantagens.

Essa transformação não apenas dificulta a recuperação e a reabilitação dos internos, mas também torna sua reintegração social complexa. Ao sair da instituição, o indivíduo pode carregar o estigma do papel que desempenhou dentro

dela, o que dificulta seu retorno à sociedade e reforça a marginalização. Com o conceito de mortificação do eu, Goffman lança uma crítica às práticas coercitivas de controle e reclusão das instituições totais, que prometem reabilitação, mas muitas vezes desumanizam seus internos. O autor sugere que, em vez de promoverem autonomia e recuperação, essas instituições frequentemente intensificam o isolamento e a alienação dos indivíduos. Ademais, compreender o conceito da mortificação do eu é essencial para o entendimento das dinâmicas de poder e controle social em ambientes institucionais, pois tal compreensão pode influenciar estudos sobre saúde mental, criminologia e sociologia organizacional. O conceito ajuda a compreender o impacto psicológico e social do confinamento e das práticas institucionais na construção e desconstrução da identidade.

O objetivo aqui não é afirmar que os presidiários são vítimas das instituições totais, mas, sim, apresentar algumas características dessas instituições, especialmente das prisões, para obter uma visão abrangente de seu funcionamento. Ao estudar a prisão como instituição total, Goffman nos oferece um vislumbre de como esse tipo de ambiente restringe e molda a experiência humana, produzindo um conjunto de comportamentos e estados emocionais específicos. A prisão, portanto, se torna um exemplo concreto e extremo de como a organização social e a estrutura institucional podem transformar o indivíduo. Assim, a intenção de Goffman é mostrar como essas dinâmicas operam em instituições totais em geral, mas a prisão, por sua natureza e função, é especialmente reveladora do impacto dessas características no comportamento humano. Esse olhar permite uma reflexão sobre as limitações e potenciais efeitos colaterais das instituições totais, sem ignorar sua função social, mas também sem idealizá-las. Em última análise, Goffman nos dá ferramentas para questionar o que significa, para um indivíduo, estar completamente subordinado a uma estrutura institucional.

Além das características de instituições prisionais apresentadas até o momento, vale destacar um outro capítulo “A vida íntima de uma instituição pública” (1974a), em que o mesmo autor explica, que, ao ingressar em uma organização, o indivíduo cumpre as obrigações que lhe são impostas, seguindo padrões de bem-estar, valores, incentivos e sanções que refletem suposições sobre a identidade pessoal. Goffman afirma que essa participação se realiza por meio de “ajustamentos primários” e “ajustamentos secundários”, sendo o conjunto desses ajustamentos o que ele chama de “vida íntima da instituição”. Os ajustamentos

primários referem-se ao comportamento de conformidade do indivíduo em relação às normas e regras da instituição. Esse tipo de ajustamento ocorre quando o interno aceita as obrigações e as condições impostas pela instituição sem questioná-las, seguindo o que é esperado dele. O ajustamento primário é a adaptação “oficial” que a instituição espera e recompensa, pois demonstra a aceitação do papel social e das expectativas da organização. Os secundários, por sua vez, representam uma forma de resistência e afirmação de individualidade dentro da instituição. Esses ajustamentos ocorrem quando o indivíduo utiliza meios alternativos e não oficiais para alcançar algum tipo de autonomia ou controle sobre sua vida, mesmo que isso vá contra as normas formais. Por exemplo, no caso de um hospital psiquiátrico ou prisão, os internos podem criar subterfúgios para conseguir bens proibidos, encontrar lugares onde escapam da vigilância, estabelecer formas de comunicação escondidas ou mesmo criar grupos para proteção mútua. Goffman destaca que os ajustamentos secundários são, de certo modo, uma forma de o indivíduo preservar seu senso de identidade e autonomia em um ambiente que tenta constantemente controlar e padronizar seu comportamento.

Como exemplo de ajustamento secundário, trago a análise realizada por Goffman onde ele identifica que os pacientes de um hospital psiquiátrico utilizam esses ajustamentos, os quais podem dividir em: a) fontes, como as “substituições” (itens alternativos que modificam as condições impostas) e a “exploração do sistema” (uso das rotinas oficiais para objetivos pessoais, seja de forma individual ou coletiva); b) locais, como os “espaços fora de alcance” (áreas proibidas), “espaços de vigilância” (locais permitidos, mas com controle), “espaços não regularizados” (sem monitoramento), “locais livres” (com menos vigilância e restrições), “territórios de grupos” (locais livres sob controle de grupos específicos de pacientes) e o “território pessoal” (área íntima criada dentro de um local livre ou de um território de grupo); e c) recursos, como os “esconderijos” (locais para ocultar bens adquiridos legalmente), o “sistema de transporte” (movimentação desses bens até o esconderijo) e o “sistema de comunicação” (formas de enviar mensagens e se comunicar de maneira oculta, seja por meio de expressões, seja usando o sistema de informações oficial). Goffman enfatiza que esses mecanismos de ajustamentos secundários se organizam em uma estrutura social, permitindo o “uso do outro” – ou seja, o ajuste dos esforços, bens e serviços de um paciente em prol dos planos pessoais de outro, ampliando os ajustamentos secundários. Esse aproveitamento

pode ocorrer por “coerção particular” (o paciente obedecendo a outro de forma involuntária), “intercâmbio econômico” (troca ou venda de esforços e serviços) e “intercâmbio social” (onde contribuições são feitas em troca de afeto ou reconhecimento cerimonial por meio de relações informais ou formais).

Em prisões, os reclusos utilizam os mesmos mecanismos que os pacientes estudados por Goffman e podem criar subterfúgios implementando estratégias para burlar as regras e normas da prisão. Isso pode incluir a ocultação de itens que são proibidos, como drogas, celulares ou outras formas de comunicação. Formam alianças e grupos dentro da prisão, criando um sistema de apoio mútuo. Essas subculturas proporcionam um sentido de camaradagem e proteção, permitindo que os internos compartilhem recursos e informações. Poder fazer uso das rotinas institucionais para fins pessoais é comum. Por exemplo, um interno pode aproveitar momentos em que os guardas estão distraídos para realizar atividades que não são permitidas, como socializar com outros internos de forma mais livre.

O surgimento de um sistema de comércio informal é frequente, onde os internos trocam bens e serviços. Esse comércio pode envolver alimentos, produtos de higiene ou informações, funcionando como uma maneira de obter recursos escassos. Dentro de uma prisão, certos itens podem ser escassos ou proibidos, como comida adicional, produtos de higiene pessoal, ou até mesmo objetos pessoais como livros e roupas. Entre os prisioneiros, estabelecem-se práticas de troca: um indivíduo que dispõe de alimento em excesso pode negociá-lo por itens de higiene, como sabão ou pasta de dente. Tais intercâmbios não apenas ampliam o acesso a bens que contribuem para o bem-estar, como também favorecem a formação de vínculos sociais no ambiente prisional. Eles formam grupos ou alianças baseadas em confiança, o que proporciona um sentido de comunidade e apoio mútuo em um ambiente hostil. Esse sistema de troca pode ocorrer à margem das regras institucionais. Embora a administração da prisão possa proibir a posse de certos itens ou o comércio entre os internos, eles frequentemente encontram maneiras de realizar essas trocas sem serem detectados, utilizando locais escondidos ou momentos em que a vigilância é menos rigorosa. Por meio desse ajustamento secundário, os prisioneiros mantêm um grau de controle sobre suas vidas e preservam uma parte de sua individualidade. Ao se engajar em atividades de troca, eles se afirmam como agentes ativos em um ambiente que tende a tratá-los como meros números ou objetos.

Durante o tempo na prisão, os internos podem desenvolver habilidades ou aprender novas atividades (como artesanato ou estudo), que ajudam a preservar sua identidade e autoestima, além de servir como formas de resistência à despersonalização. Os internos criam formas de comunicação não oficiais, como o uso de códigos ou sinais para se comunicarem entre si sem a supervisão dos guardas, permitindo a troca de informações e o fortalecimento de laços sociais.

Os ajustamentos secundários têm um papel crucial na preservação da individualidade e na manutenção da saúde mental dos internos. Eles permitem que os prisioneiros exerçam alguma forma de controle sobre suas vidas, o que pode ser essencial para sua adaptação e sobrevivência emocional em um ambiente tão opressivo. No entanto, essas adaptações também podem levar a conflitos com a administração prisional e aumentar as tensões dentro do ambiente penitenciário.

Goffman pontua que, embora os ajustamentos secundários possam parecer uma forma de resistência, eles também são um reflexo da profunda influência que a estrutura institucional exerce sobre os indivíduos. Esses mecanismos de adaptação destacam a complexidade da vida dentro das prisões e a luta contínua dos internos para preservar sua autonomia e dignidade em um sistema que busca uniformizá-los e controlá-los.

Um ponto importante que Goffman esclarece é que os ajustamentos secundários têm múltiplas motivações: podem ocorrer por desafio e desdém, pelo prazer em quebrar regras ou como forma de resistência ao poder institucional. Esses ajustamentos reforçam, para o praticante, um senso de individualidade e autonomia que a organização não controla, permitindo a preservação do “eu”.

Contudo, a existência do reconhecimento institucional pelo ajustamento secundário refere-se à maneira como a administração de uma instituição total, como uma prisão ou um hospital psiquiátrico, pode responder e, em alguns casos, tolerar ou até mesmo aceitar as adaptações e práticas não oficiais que os internos desenvolvem para lidar com as condições impostas pela instituição. Embora o ajustamento secundário muitas vezes represente uma forma de resistência às normas institucionais, ele pode também levar a um reconhecimento, ainda que implícito, de que os internos têm suas próprias necessidades e modos de operar dentro do sistema. Em algumas instituições, os gestores podem perceber que certos ajustamentos secundários são inevitáveis ou até benéficos para a dinâmica social interna. Por exemplo, um sistema de trocas entre internos pode ajudar a reduzir

conflitos e manter a paz no ambiente prisional. Assim, embora não sejam formalmente reconhecidos, esses ajustamentos podem ser tolerados como uma forma de gerenciamento social.

Às vezes, as instituições podem ajustar suas regras ou políticas em resposta aos ajustamentos secundários observados. Por exemplo, se um hospital psiquiátrico notar que os pacientes estão desenvolvendo formas de comunicação não oficiais que ajudam na construção de relacionamentos, a administração pode decidir implementar grupos de apoio ou atividades que promovam essa interação de maneira mais formal.

Ao haver o reconhecimento da necessidade de os internos expressarem sua individualidade, a administração pode tentar canalizar esses ajustamentos secundários para algo que não ameace a ordem institucional. Por exemplo, uma prisão pode instituir programas de trabalho ou atividades recreativas que permitam aos internos um senso de propósito e colaboração, ao mesmo tempo que mantêm o controle sobre as atividades deles. As políticas de comunicação também podem configurar o reconhecimento institucional pelo ajustamento secundário, assim, a administração pode adotar políticas que permitam uma comunicação mais aberta entre internos e staff, reconhecendo que a comunicação informal muitas vezes atende a necessidades emocionais que as normas rígidas não conseguem satisfazer.

Em resumo, o reconhecimento institucional pelo ajustamento secundário é uma forma de validação das necessidades e experiências dos internos dentro de uma estrutura que, por natureza, busca controlar e regular suas vidas. Ao reconhecer esses ajustamentos, as instituições podem não apenas melhorar a qualidade de vida dos internos, mas também encontrar formas mais eficazes de gerenciar o ambiente.

A análise profunda sobre as instituições totais de Goffman e suas contribuições são fundamentais para entender as dinâmicas sociais, psicológicas e culturais dentro dessas instituições. Goffman (1974a) não escreveu uma obra exclusivamente dedicada à história das prisões, mas suas contribuições em *Manicômios, prisões e conventos* fornecem uma análise crítica que toca aspectos históricos, sociais e funcionais das instituições totais, incluindo as prisões. A análise de Goffman sobre a história das prisões se concentra na maneira como as estruturas de poder e controle operam dentro das instituições. Ele examina a vida cotidiana dos internos, suas interações e a maneira como os ajustamentos secundários surgem como formas de resistência à opressão institucional. Corroborando as críticas de

Foucault, a análise de Goffman discute como as práticas de encarceramento não apenas falham em reabilitar os indivíduos, mas também perpetuam ciclos de criminalização e exclusão social.

6.3

As prisões no contexto brasileiro na visão de Greco

Greco em seu livro *Sistema prisional: colapso atual e soluções alternativas* (2020) examina o histórico e a evolução do sistema prisional no Brasil, apresentando uma análise que contribui com os estudos de Foucault e Goffman e acrescentando aspectos que reforçam as reflexões desses autores.

Ao longo do século XX no Brasil, a industrialização e urbanização geraram novas dinâmicas sociais, com aumento da criminalidade associada à pobreza e desigualdade. Isso resultou na criação de mais instituições penais, mas as reformas penais para humanizar e promover a reabilitação falharam, com prisões superlotadas e condições desumanas. A partir da década de 1990, o sistema prisional brasileiro entrou em crise, caracterizado por superlotação, violência e condições precárias. Políticas como a “guerra às drogas” e a criminalização de certos grupos sociais aumentaram a população carcerária, transformando as prisões em espaços de punição em vez de reabilitação (Greco, 2020).

O referido autor conclui que a evolução do sistema prisional no Brasil é marcada por uma tensão entre a intenção de reabilitar e a realidade de controle e punição. Ele critica a falta de efetividade das políticas penais e propõe uma reflexão sobre a necessidade de reformas que realmente considerem a dignidade humana e busquem alternativas ao encarceramento.

No capítulo 2 do livro *Sistema prisional: colapso atual e soluções alternativas*, Greco (2020) aborda a evolução histórica do conceito de punição e a função da prisão ao longo do tempo no Brasil, com um olhar crítico sobre o uso excessivo das penas privativas de liberdade na sociedade contemporânea.

O autor inicia o seu texto com uma análise histórica das formas de punição e como elas surgiram, refletindo sobre a necessidade de controle e coesão social desde as civilizações antigas. Alguns dos principais pontos abordados incluem: a) **Vingança Privada:** a punição nas sociedades primitivas tinha como base a vingança privada, em que o ofendido (ou sua família) retaliava diretamente o

infrator. A justiça era realizada de forma pessoal, sem a intervenção de uma autoridade central; b) **Lei de Talião**: com o avanço das sociedades, surgiram tentativas de regular essa vingança privada, como a Lei de Talião, que estabelecia a proporcionalidade da punição (expressa pela famosa expressão “olho por olho, dente por dente”). Essa lei buscava limitar a vingança, determinando que a punição deveria ser proporcional ao dano causado; c) **Compensação Pecuniária**: em algumas sociedades antigas, surgiu a possibilidade de compensação financeira, na qual o infrator poderia pagar uma indenização à vítima ou à sua família, substituindo a retaliação física ou violenta; d) **Surgimento do Estado e a Centralização do *Ius Puniendi***:¹¹⁵ com a formação dos Estados, o poder de punir passou a ser centralizado pelo poder público, afastando-se da vingança privada e consolidando-se como uma função exclusiva do Estado. O objetivo da pena também começou a se distanciar do simples retribucionismo, agregando finalidades preventivas e ressocializadoras.

Assim como Foucault, Greco explora as diferentes formas de punição ao longo da história, destacando como foram moldadas pelas concepções de justiça e controle social. Inicialmente, as penas corporais e capitais (como mutilações, torturas e pena de morte) eram comuns e justificadas como forma de exemplo e intimidação. Também havia penas de exílio, que expulsavam o infrator da comunidade sem recorrer à prisão. A prisão, no início, era apenas uma medida de custódia até a aplicação de outra punição. Foi somente com o Iluminismo que a prisão passou a ser vista como uma pena autônoma, com a função de regeneração e disciplina do infrator.

Greco também analisa como a prisão passou a ser amplamente usada como principal forma de pena nos sistemas penais modernos, apontando as influências filosóficas e políticas por trás dessa mudança, como a influência iluminista. Com o pensamento iluminista e as ideias de autores como Cesare Beccaria (em obra de

¹¹⁵ O *Ius Puniendi* (ou *Jus Puniendi*) é o direito de punir que pertence ao Estado, fundamentado na necessidade de proteger a ordem e a paz social. Esse direito se configura como a base do Direito Penal, sendo o poder do Estado de impor sanções àqueles que violam as normas estabelecidas para o convívio em sociedade. Esse poder de punir, entretanto, não é absoluto e deve respeitar certos fundamentos e limitações, que são essenciais para a proteção dos direitos individuais e a manutenção de um sistema penal justo e equilibrado. O *Ius Puniendi* é um instrumento fundamental do Estado para garantir a ordem social, mas que deve ser exercido com cautela, sempre respeitando os direitos e garantias fundamentais do indivíduo. Os fundamentos e as limitações do *Ius Puniendi* buscam equilibrar o poder punitivo do Estado com os direitos do cidadão, estabelecendo um sistema penal que valorize tanto a segurança coletiva quanto a dignidade individual.

1764)¹¹⁶ e Jeremy Bentham (de 1789)¹¹⁷, a prisão ganhou uma nova função, voltada para a reabilitação do infrator. O sistema penal passou a adotar uma visão mais racional e humana, buscando formas de punir que respeitassem a dignidade do condenado até chegar às ideias de ressocialização e disciplina que, inspiradas pelas teorias de disciplina e vigilância de Michel Foucault, com a prisão moderna, se propôs não apenas a isolar o infrator, mas a transformá-lo em um “cidadão produtivo” por meio de práticas de controle e adaptação social.

A análise histórica e evolutiva do sistema prisional brasileiro feita por Greco revela como as prisões refletem um conjunto complexo de fatores sociais, políticos e econômicos. Ele argumenta que, para entender as condições atuais das prisões, é essencial considerar o contexto histórico e as ideologias que influenciaram o sistema penal brasileiro.

Quanto aos problemas da pena de privação de liberdade, Greco (2020) pontua as principais falhas e desafios enfrentados pelas prisões na atualidade, questionando a ideia de que a prisão é uma solução efetiva para o controle do crime. Entre os maiores problemas, apontados pelo autor acerca dos sistemas prisionais contemporâneos, está a superlotação carcerária. Devido ao encarceramento em massa e ao uso excessivo da prisão, muitas penitenciárias operam acima de sua capacidade, o que resulta em condições degradantes, violações de direitos humanos e falta de infraestrutura adequada. De acordo com Greco, as condições desumanas prevalecem em muitos presídios, pois faltam higiene, segurança e recursos básicos. Essas condições violam o princípio da dignidade humana e são, muitas vezes, contrárias aos objetivos ressocializadores da pena. Existe, segundo o autor, um efeito criminógeno, significando que as prisões frequentemente produzem um efeito oposto ao de ressocializar, exacerbando o comportamento criminoso. Essa

¹¹⁶ Cesare Beccaria (1738-1794) argumentava que a tortura era desumana e ineficaz para obter a verdade. Opunha-se à pena de morte, defendendo que ela não era um meio eficaz de prevenir crimes e que penas menos severas poderiam ser mais dissuasivas. Sua principal obra foi *Dos Delitos e das Penas* (1764).

¹¹⁷ Jeremy Bentham (1748-1832) escreveu *Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação* (publicado em 1789). Nesta obra, Bentham desenvolveu sua teoria utilitarista, aplicando-a ao direito e à política. Suas ideias de utilitarismo giravam em torno de que a ação é moralmente correta se promove “a maior felicidade para o maior número”. Ele aplicou essa lógica ao direito, defendendo que leis e punições devem maximizar o bem-estar coletivo. Para ele, a punição só é justificável se prevenir crimes futuros e aumentar o bem-estar geral, isto é, penas desnecessárias ou excessivas eram condenadas por ele. Também, concebeu o projeto de uma prisão chamada *Panopticon*, em que um vigia central poderia observar todos os presos sem que estes soubessem quando estavam sendo vigiados. Este modelo visava à eficiência e ao controle social, e é frequentemente discutido como um precursor das ideias modernas de vigilância.

ineficiência da ressocialização pode ser observada pela alta taxa de reincidência entre egressos, o que indica que a prisão não tem alcançado seu objetivo ressocializador. Greco (2020) afirma que, em vez de reabilitar os presos, o sistema prisional atual frequentemente os prepara para um ciclo de criminalidade, marginalizando ainda mais esses indivíduos. Greco ainda aponta que o ambiente prisional favorece a formação de redes criminosas e expõe os condenados a influências negativas, aumentando o risco de reincidência.¹¹⁸

Na política criminal punitivista adotada em muitos países, o foco está na punição severa como forma de controle social, independentemente da efetividade da ressocialização. Essa abordagem ignora as causas sociais e econômicas da criminalidade e prioriza o encarceramento em detrimento de soluções mais eficazes e humanizadas. Já as medidas alternativas, embora existam, como penas restritivas de direitos e medidas socioeducativas, são subutilizadas ou aplicadas de maneira inadequada. Greco acredita que a resistência para se adotar medidas alternativas está associada a uma mentalidade que ainda valoriza o castigo físico e o isolamento como as únicas formas de punição.

Como dito anteriormente, Greco critica a eficácia da prisão como forma de punição, pois destaca suas falhas em ressocializar os indivíduos e aponta as questões éticas e sociais do encarceramento em massa. Para o autor, o encarceramento em massa é percebido pelo aumento das taxas de aprisionamento em vários países devido a políticas penais punitivistas e falhas na aplicação de medidas alternativas. Ele aponta as consequências sociais e econômicas, como a marginalização das famílias dos presos, aumento da desigualdade e altos custos financeiros do sistema prisional. Por essa razão, Greco propõe reformular a política penal, priorizando a dignidade humana e a ressocialização, com penas alternativas e a aplicação de prisão apenas em casos graves. Ele defende melhorias nas

¹¹⁸ No Brasil, a taxa de reincidência prisional é uma questão complexa, e os números podem variar dependendo da metodologia de pesquisa. Em estudos recentes, a taxa de reincidência pode ser de até 70%, como frequentemente citado na mídia. No entanto, pesquisas acadêmicas e dados mais rigorosos indicam números mais baixos. Por exemplo, um estudo da USP concluiu que a reincidência efetiva fica em torno de 46%, muito abaixo dos 70% populares. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/dados-sobre-reincidencia-criminal-no-brasil-apresentam-equivocos/>. Acesso em: 6 dez. 2024. Ainda de acordo com o Instituto Igarapé (em 2022), nos anos 1990, o valor de reincidência alcança o patamar de 61%, como relatado por Altoé (em 2009), caindo para 21% em 2013, como relatado por Marinho (em 2013). Para estudos concluídos em 2011, tem-se a taxa de reincidência de 57,5% (segundo o CNJ, em documento de 2012), de 41,6% (segundo Santos, em documento de 2013) e de 12,32% (segundo o IPEA, em documento 2015), o que resulta numa média de 33%.

condições das prisões, incluindo tratamento humanizado, educação, saúde e trabalho, para favorecer a reintegração dos detentos e reduzir a superlotação.

O referido autor defende também a adoção de práticas de justiça restaurativa¹¹⁹ e acredita que a educação seja essencial para que o sistema prisional realmente cumpra seu papel na reintegração social dos condenados. Ele destaca a importância de iniciativas educacionais e de capacitação profissional, argumentando que esses programas podem proporcionar aos detentos uma nova visão de futuro e uma oportunidade concreta de reintegração na sociedade. Conclui suas ideias ao argumentar a necessidade de um novo paradigma para a pena privativa de liberdade. Ele sustenta que o sistema prisional, da forma como é implementado atualmente no Brasil, falha em alcançar seus objetivos e causa mais danos do que benefícios. Por isso, o autor propõe que a prisão deve ser considerada apenas como último recurso e que as soluções alternativas, por exemplo, devem ser aplicadas para delitos de menor gravidade. Tais soluções ajudam a evitar a superlotação e o efeito criminógeno das prisões e favorecem ainda mais uma reintegração social.

As penas alternativas à privação de liberdade podem, em alguns casos, provocar uma sensação de impunidade na sociedade. Porém, segundo Greco (2020), essa percepção ocorre porque muitos veem a prisão como a única punição adequada e ignoram o valor das penas alternativas. Para ele, a falta de compreensão sobre a efetividade e o propósito dessas medidas, como a prestação de serviços à comunidade ou a restrição de direitos, faz com que a sociedade as enxergue como “brandas” ou insuficientes para retribuir o crime.

Greco argumenta que essa sensação de impunidade, muitas vezes ligada a uma visão distorcida do sistema penal, pode ser combatida com uma melhor educação da população sobre os objetivos das penas alternativas, mostrando que

¹¹⁹ A justiça restaurativa é um modelo alternativo de abordagem para lidar com conflitos e infrações, que coloca o foco na reparação do dano, na responsabilização do ofensor e na restauração das relações entre as partes envolvidas, ao invés de simplesmente punir quem cometeu um crime ou infração. Essa prática é amplamente usada em contextos criminais, mas também pode ser aplicada em escolas, comunidades e organizações. Princípios da justiça restaurativa são: foco no dano: prioriza a reparação do dano causado à vítima, à comunidade e, em alguns casos, ao próprio infrator; participação voluntária: Envolve ativamente as partes afetadas (vítima, infrator e comunidade) na busca de uma solução para o conflito; responsabilização do infrator: o ofensor é incentivado a assumir a responsabilidade por suas ações e reparar os prejuízos causados; diálogo e escuta: promove um espaço de diálogo respeitoso e seguro, no qual todas as partes podem expressar suas perspectivas e necessidades; restauração das relações: busca reconstruir laços entre as partes e fortalecer a comunidade.

elas também cumprem função punitiva e ressocializadora. Ele acredita que, ao informar a sociedade sobre o papel dessas alternativas, é possível reduzir a desconfiança em relação a elas e promover uma visão mais equilibrada e eficaz da justiça. Assim, a confiança no sistema judicial, para Greco, depende de uma atuação penal que seja equilibrada, informada e voltada para uma segurança pública sustentável, com menos ênfase na punição indiscriminada e mais destaque nas soluções que efetivamente restauram a paz social.

As reflexões aqui apresentadas sobre as prisões, incluindo o contexto brasileiro, conduzem a apresentação da situação carcerária no Brasil, o que veremos na subseção seguinte.

6.4

Panorama da situação carcerária no Brasil

A situação do sistema penal brasileiro é marcada por uma série de desafios e problemas que impactam não apenas os detentos, mas também a sociedade como um todo. Como vimos com Greco, a superlotação é um dos problemas mais críticos enfrentados pelo sistema penal brasileiro. As prisões estão operando muito além de sua capacidade, resultando em condições desumanas para os detentos. A falta de espaço leva a conflitos, à propagação de doenças e à violação de direitos humanos. Segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), o Brasil possui uma das maiores taxas de encarceramento do mundo, com muitos presídios vivendo um quadro de superlotação extrema.

A superlotação é um dos problemas mais evidentes e críticos do sistema prisional brasileiro, como já mencionado. As prisões operam acima de sua capacidade, resultando em condições desumanas que comprometem a saúde e a segurança dos detentos. Greco aponta as condições precárias nas quais os detentos são mantidos, incluindo falta de higiene, alimentação inadequada e escassez de assistência médica. Essas condições violam os direitos humanos básicos e geram um ambiente propício para a violência e o sofrimento. O impacto da violência entre facções criminosas dentro das prisões também é um fator de risco que não só resulta em conflitos internos, mas contribui para a insegurança nas comunidades ao redor. Também as rivalidades entre grupos podem agravar ainda mais as condições de vida nos presídios. Embora haja críticas das organizações de direitos humanos quanto a

essas situações, o reconhecimento da necessidade de se implementar alternativas à prisão, como penas restritivas de direitos, serviços comunitários e programas de justiça restaurativa, são medidas ainda subutilizadas no Brasil. Muitas vezes, a sociedade e o próprio sistema judiciário têm resistência a essas alternativas, associando-as à impunidade (Cunha, 2018; Greco, 2020; Lima, 2019).

A superlotação também impacta diretamente no custo por preso, mas de forma paradoxal. Com mais detentos do que a capacidade das prisões, o custo por preso aumenta devido à necessidade de uma gestão mais complexa, mas acaba no uso inadequado dos recursos. Além disso, as condições de superlotação reduzem a eficácia do sistema e tornam mais difícil a implementação de programas de ressocialização, o que contribui para a reincidência criminal e, em última análise, eleva os custos sociais e econômicos relacionados ao encarceramento. O custo por preso pode ser significativamente mais alto em estados com prisões mais estruturadas ou em unidades de segurança máxima devido a melhores condições de segurança, alimentação e acesso a programas. Por outro lado, em prisões superlotadas e mal estruturadas, o custo é aparentemente menor, mas essa redução reflete a precariedade e não uma eficiência. Isso resulta em impactos negativos na segurança pública, pois aumenta a reincidência e perpetua o colapso do sistema. Muitas vezes, as prisões não oferecem condições adequadas de saúde, educação e infraestrutura, o que acaba refletindo na má qualidade do sistema penitenciário e nos altos índices de reincidência criminal. De acordo com os dados mais recentes do SISDEPEN (SENAPPEN, 2024) a despesa total com preso chega a R\$ 149.758.242,00, sendo o custo médio mensal do preso por unidade federativa de R\$ 2.034,23. Apesar de o custo do sistema prisional brasileiro ser elevado, muitas vezes os recursos não são bem aplicados. Investimentos em alternativas ao encarceramento, como penas alternativas, monitoramento eletrônico e programas de reintegração, poderiam reduzir significativamente os custos do sistema prisional e ainda oferecer uma solução mais eficaz e humana para os infratores. O custo por preso no Brasil é um reflexo de um sistema prisional com sérias falhas estruturais e operacionais. A superlotação e a falta de investimentos em programas de ressocialização aumentam significativamente os gastos, enquanto a reincidência criminal resulta em custos sociais e econômicos elevados.

Juntamente com o problema da superlotação, a alta taxa de reincidência também é um dos maiores desafios do sistema penal. Elas nada mais são do que

uma parte da falha do sistema penal brasileiro em promover a ressocialização dos detentos. Muitos egressos voltam a cometer crimes após cumprirem suas penas, em parte, devido à falta de oportunidades de emprego e ao estigma social que enfrentam (Silva, C.M., 2017). Os debates urgentes e as propostas de reformas, focados na resolução da crise da reincidência, concentram-se na construção de mais prisões para aumentar a capacidade, mas negligenciam o investimento em políticas que promovam a dignidade humana e a reintegração dos detentos à sociedade, como parte de uma abordagem penal mais humanizada (Carvalho, 2019; Greco, 2020, Silva, C.M., 2017; Cunha, 2018).

A penalização de grupos socialmente vulneráveis é um aspecto que merece atenção. No Brasil, a desigualdade econômica e social contribui para a marginalização de determinados segmentos da população, alimentando um ciclo contínuo de criminalidade e encarceramento (Cunha, 2018). Um exemplo disso é a criminalização de questões sociais, como o uso de drogas, que resulta na prisão de milhares de pessoas por delitos não violentos, sem, no entanto, atacar as causas profundas da criminalidade. Essas políticas evidenciam uma seletividade social que afeta, de maneira desproporcional, a população negra e de baixa renda, reforçando estereótipos e desigualdades estruturais no país (Lima, 2019; Carvalho, 2019). Além disso, a maneira como a mídia retrata a criminalidade pode influenciar tanto a percepção da sociedade quanto as decisões relacionadas à política penal. A cobertura sensacionalista de crimes, especialmente os mais violentos, alimenta uma percepção de insegurança e a demanda por punições mais severas, mesmo que isso não se traduza em uma diminuição da criminalidade (Carvalho, 2019).

Há que considerar que a situação do sistema penal brasileiro é complexa e multifacetada, exigindo uma abordagem abrangente que vá além da mera punição como mencionado até agora. Para enfrentar esses desafios, é fundamental promover reformas que priorizem a dignidade humana e o respeito aos direitos humanos, além de uma abordagem quanto às causas sociais da criminalidade.

Sobre esses aspectos, Cunha (2018) apresenta em seus estudos medidas alternativas, como o uso de penas restritivas de direitos, monitoramento eletrônico, trabalho comunitário e programas de reabilitação, e mostra que tais medidas podem aliviar a superlotação das prisões. Entretanto, para essas alternativas serem eficazes, é necessário superar desafios estruturais e culturais. O primeiro deles é superar a falta de investimento em programas de monitoramento e em políticas de

reintegração social, que são fundamentais para que as penas alternativas sejam realmente efetivas (Cunha, 2018).

Em síntese, a reforma do sistema prisional no Brasil é uma questão urgente e deve ser orientada por uma visão de justiça social, focando na reintegração e na promoção de direitos humanos, e não apenas no encarceramento punitivo. A implementação dessas mudanças não apenas melhoraria as condições para os detentos, mas também ajudaria a reduzir a reincidência criminal, contribuindo para a construção de uma sociedade inclusiva, especialmente no que diz respeito à população migratória encarcerada no Brasil, tema que será abordado a seguir.

6.4.1

A situação da população de migrantes encarcerados no Brasil

A situação dos migrantes presos no Brasil é complexa e envolve questões de legislação, direitos humanos e condições carcerárias. Muitos migrantes acabam presos no país devido a delitos relacionados à imigração irregular, como a entrada ou permanência sem documentação legal, ou por envolvimento em crimes como tráfico de drogas, frequentemente associados à vulnerabilidade socioeconômica e à falta de alternativas em suas trajetórias migratórias.

Um dos crimes mais associados a estrangeiros no Brasil, especialmente aqueles que atuam como “mulas” no transporte de entorpecentes, está descrito no art. 33 da Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas) que estabelece penas severas para o tráfico, sendo esse um delito de grande impacto no sistema prisional. Muitos estrangeiros envolvidos em crimes no Brasil, como tráfico de drogas ou transnacionalidade, fazem parte de redes criminosas e atuam em condições de vulnerabilidade, servindo como peças menores no esquema (Almeida; Nordin, 2017).

Segundo o levantamento do SISDEPEN, de janeiro a julho de 2024, há um total de 4.086 migrantes presos no Brasil. Desse total, 1.473 presos estão sem informação sobre sua nacionalidade e 298 são mulheres. O restante, 2.610 presos, estão em celas físicas estaduais e 310 estão em prisão domiciliar estadual (SENAPPEN, 2024).¹²⁰ Excluídos dessa estatística, estão os migrantes sob custódia de polícias judiciais, batalhões de polícia e bombeiros militares.

¹²⁰ <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen>

Em ambas as esferas estadual e federal, existem tipos diferentes de cárceres privados, como penitenciárias, colônias agrícolas e industriais ou similares, centros de observação, hospitais de custódia e cadeias públicas. A maioria dos migrantes cumpre pena em cadeias públicas e penitenciárias e, quando em regime domiciliar, permanece em abrigos localizados na penitenciária ou em centros monitorados e albergues. Esse tipo de prisão abriga presos que cumprem pena por crimes de baixo potencial ofensivo, sem violência.

Os migrantes encarcerados nas penitenciárias brasileiras são provenientes de países dos cinco continentes: África, América, Ásia, Europa e Oceania. Os migrantes enfrentam as mesmas condições descritas anteriormente como superlotação, higiene inadequada e falta de acesso a serviços básicos, agravadas pela ausência de redes de apoio no país, como familiares ou amigos. Por estarem longe de suas comunidades de origem, muitos migrantes presos sofrem com o isolamento social e cultural. A falta de apoio emocional e financeiro é também um agravante para sua reintegração e para a resolução de seus casos.

O Brasil é signatário de diversos tratados internacionais que protegem os direitos dos migrantes, como a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de Suas Famílias. No entanto, na prática, há um descompasso entre os compromissos assumidos e a implementação de políticas públicas que garantam esses direitos dentro do sistema prisional.

Em alguns casos, os migrantes presos podem ser repatriados como alternativa ao cumprimento da pena no Brasil. No entanto, esse processo pode ser longo e burocrático, além de depender de acordos bilaterais entre o Brasil e o país de origem do detento. Algumas ONGs, defensores públicos e organizações internacionais atuam no apoio a migrantes presos, oferecendo assistência jurídica e buscando melhorias nas condições de detenção. Contudo, essas iniciativas ainda são insuficientes diante da dimensão do problema.

A situação reflete os desafios mais amplos de gestão migratória e respeito aos direitos humanos no Brasil, demandando esforços integrados entre governos, sociedade civil e organismos internacionais. Dentre algumas propostas (Silva, J. I., 2017; Ferraz, 2019; Brasil, 2021; Bauman, 2017; ACNUR, 2021; FUNAP, 2020; Oliveira, 2018) para melhorias das condições dos encarcerados migrantes no Brasil, podemos citar: (a) oferecer tradutores e intérpretes em todas as fases do processo

penal e administrativo, desde a detenção até o julgamento, o que assegura aos migrantes compreender seus direitos e procedimentos legais; (b) criar unidades específicas de defensoria pública para atender migrantes, capacitando profissionais para lidar com casos que envolvem legislação migratória e tratados internacionais; (c) garantir infraestrutura básica nas prisões, com acesso à saúde, alimentação adequada, e condições sanitárias, respeitando especificidades culturais e religiosas; (d) aplicar medidas alternativas ao cárcere, como deportação monitorada, prestação de serviços comunitários ou programas de regularização migratória para delitos de menor gravidade; (e) fortalecer a colaboração com ONGs e organizações internacionais como OIM (Organização Internacional para Migrações) e ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) para oferecer suporte jurídico, psicológico e social.

O cenário descrito acima evidencia a urgência de esforços para adaptar o sistema prisional brasileiro às necessidades específicas de migrantes encarcerados, com a criação de estabelecimentos exclusivos para estrangeiros. Embora ainda existam desafios significativos, tais propostas supracitadas refletem uma tentativa de atender às particularidades culturais, linguísticas e legais desse grupo vulnerável.

A Penitenciária Feminina de Sant'anna, localizada na capital paulista, e a Penitenciária Masculina de Itaí, situada no interior de São Paulo, são exemplos de unidades prisionais que acolhem migrantes. A unidade de Sant'anna abriga a maioria das mulheres estrangeiras detidas no estado, enquanto a penitenciária de Itaí, até 2017, era destinada exclusivamente a homens migrantes. Esses estabelecimentos poderiam atuar como locais estratégicos para oferecer um suporte mais específico como serviços de tradução e interpretação, adaptação de programas educativos e laborais respeitando as particularidades culturais, linguísticas e religiosas, pois concentram muitos migrantes.

A Penitenciária de Itaí, em particular, proporciona um campo fértil para estudos sobre as dinâmicas e os desafios enfrentados por migrantes no sistema prisional especialmente em questões linguísticas. Essa unidade me permitiu observar como o isolamento linguístico e cultural afeta os detentos e como as políticas públicas podem ser aprimoradas para garantir seus direitos fundamentais. Por meio desta pesquisa, conduzida ao longo de um ano, torna-se possível compreender as estratégias aplicadas e identificar as lacunas que ainda precisam ser preenchidas.

Na próxima seção, apresento a Penitenciária de Itaí, destacando suas especificidades e características únicas, enquanto unidade destinada à custódia de migrantes. O meu objetivo não se limita a uma descrição estrutural ou funcional; procuro evidenciar como as práticas desenvolvidas nessa unidade podem fornecer insights importantes para o aprimoramento de políticas públicas voltadas à população migrante encarcerada.

Além de abordar aspectos relacionados ao acolhimento, como a adaptação às necessidades culturais e linguísticas dos presos, exploro os programas educativos e laborais oferecidos, que desempenham um papel central na busca pela reintegração social.

A subseção seguinte fundamenta-se em uma combinação de métodos qualitativos, incluindo observação direta, relatos de servidores por meio de entrevistas realizadas com as equipes e terceirizados que atuam na Penitenciária de Itaí. Por meio dessa abordagem, é possível aprofundar a noção das dinâmicas que permeiam a experiência dos migrantes encarcerados e das práticas institucionais desenvolvidas no local.

A experiência da Penitenciária de Itaí, ao servir como campo de pesquisa, fornece subsídios valiosos para a formulação de políticas públicas linguísticas mais inclusivas. Essas políticas devem contemplar não apenas as questões relacionadas ao encarceramento de migrantes, mas também aspectos mais amplos da justiça social e do tratamento humanizado no sistema prisional.

6.5

A Penitenciária Cabo PM Marcelo Pires da Silva: a torre de Babel

A cidade de Itaí está situada a uma latitude 23° sul e a uma longitude 49° oeste, na região sudoeste do estado de São Paulo, a 307,6 km da capital. Trata-se de uma cidade rural com fazendas e sítios, com cerca de 27 mil habitantes, um lugar arborizado onde se pode notar o verde dos plantios e sentir o ar puro, enquanto se percebe o silêncio. A Penitenciária Estadual Cabo PM Marcelo Pires da Silva – a “Torre de Babel”, como é conhecida popularmente – está situada a aproximadamente 8 minutos do centro de Itaí. No capítulo 4 deste estudo, trato do exemplo das escrituras sagradas sobre a Torre de Babel que traz o mundo estratificado pela diversidade linguística. O apelido dado à penitenciária de Itaí

tenta retratar esse mundo que é formado por grupos conforme a língua falada, referindo assim as “comunidades de fala” homogêneas e territorializadas (Moita Lopes, 2019).

De acordo com a maioria dos estudos linguísticos contemporâneos, a Torre de Babel simboliza a ideia de dispersão, barreiras linguísticas e a divisão de línguas e povos em seus respectivos territórios, ligando as línguas ao desejo de construir uma identidade nacional (Moita Lopes, 2019). Contudo, em oposição a essa perspectiva, as chamadas “mutações comunicativas” apontam para uma tendência oposta, marcada pela “necessidade xenoglóssica de compartilhar e se comunicar com todos” (Jacquemet, 2005, p. 273). Na penitenciária de Itaí, essas práticas transidiomáticas ocorrem de forma desterritorializada, em um espaço restrito de cerca de mil metros quadrados e em celas, onde todos interagem com todos, promovendo uma transculturalidade que se expande paulatinamente. Nesse microcosmo prisional, isolado do restante da sociedade, manifesta-se uma superdiversidade. Assim, as interações cotidianas entre presos e agentes institucionais são profundamente impactadas, configurando práticas transidiomáticas em ambientes superdiversos que transformam a dinâmica social como um todo.

Para os servidores da penitenciária, a Torre de Babel remete à ideia de masmorra, de confinamento de pessoas de diferentes culturas e línguas que demarcam o lugar de cada detento, de cada nacionalidade. Por isso, procuram agregar nas celas nacionalidades iguais, a saber: latinos, africanos, americanos, asiáticos. De acordo com o diretor geral da penitenciária, essa ação é necessária por conta da animosidade, em especial, cultural:

Mas até a questão da cultura... deles, com o tempo existia muita desinteligência entre eles, vivendo no mesmo espaço, mas era mais uma questão cultural. E aí, com o passar dos anos, a gente foi se adaptando, colocando aqueles nacionais do mesmo país em determinadas celas, do mesmo grupo, etnia, religião, e foi dividindo o que a gente conseguiu chegar, mas no início uma questão cultural mesmo, eles tinham um problema de desinteligência entre eles... de conviver no mesmo espaço... a questão da religião... a questão do racismo... também a gente vê muito... observou muito... e com o passar do tempo a gente foi... foi se adaptando, inclusive, eles também... ao sistema.

Contudo, a convivência e adaptação ao sistema permitiu a mescla de presos em mesmas celas e no pátio promovendo uma desterritorialização linguística e

aceitação cultural entre os detentos. Esse tema é explorado de maneira mais detalhada no capítulo 7, onde apresento os resultados e a análise deste estudo.



Figura 5 – Entrada principal do presídio – subportaria

Fonte: Autora, 2024

Quando foi fundada, no ano de 2000, a penitenciária abrigava apenas brasileiros condenados basicamente por crimes sexuais, e permaneceu assim até setembro de 2006. Até então, os migrantes presos permaneciam sob custódia em estabelecimentos prisionais de acordo com o delito cometido em diferentes regiões do território nacional.

Segundo relato do diretor do Departamento de Trabalho e Educação da penitenciária de Itaí, a concentração de presos de diversas nacionalidades em um único lugar tem um motivo. Durante as megarebeliões do PCC (Primeiro Comando da Capital) em 2006, as forças de segurança e o sistema prisional, as autoridades da época, por cautela, transferiram todos os presos migrantes dispersos em outras prisões do Estado para uma unidade específica, a penitenciária Cabo PM Marcelo Pires da Silva. Em setembro de 2006, a penitenciária passou a ser um estabelecimento prisional exclusivo para migrantes. Concomitante a esse período, houve o aumento do tráfico de drogas e outros crimes cometidos por migrantes, o que explica o aumento da população carcerária estrangeira não somente no território nacional como também na penitenciária de Itaí. De acordo com seus cálculos, havia, nessa época entre 1.500 a 1.600 migrantes somente na penitenciária de Itaí.

Como vimos, as rebeliões promovidas pelo PCC resultaram na criação de uma penitenciária composta exclusivamente para detentos estrangeiros e isso fez com que a Penitenciária Cabo PM Marcelo Pires da Silva se tornasse um presídio único e diferenciado. Para o diretor, a penitenciária de Itaí não difere das outras em sua estrutura arquitetônica. No entanto, é um estabelecimento prisional peculiar devido à completa ausência de influências de facções criminosas, diminuindo em quase 100% o risco de articulação de qualquer natureza entre os presos e evitando-se rebeliões.

No início, em 2006, os servidores enfrentaram grandes desafios ao lidar com a população de migrantes presos, até conseguirem estabelecer mecanismos eficazes de comunicação. De acordo com relatos de servidores, incluindo diretores, era necessário organizar prontuários e estruturar a dinâmica dos atendimentos médico, educacional e laboral para esses migrantes, que frequentemente chegavam em grande número ao mesmo tempo, o que exigia interação direta. Segundo o diretor do setor de Educação e Trabalho, alguns funcionários tinham conhecimentos básicos de inglês e espanhol, mas isso não era suficiente para a comunicação efetiva com a maioria dos presos de outras nacionalidades e línguas. Por essa razão, foi preciso buscar alternativas que incluíam buscar auxílio de outros presos que tinham proficiência na língua portuguesa do Brasil ou que eram de origem portuguesa e falavam algum outro idioma. Assim, devido às circunstâncias, esses detentos acabaram assumindo o papel de intérpretes informais para os servidores e demais presos. É interessante notar que os servidores e os detentos não percebiam que estavam realizando o que hoje é conhecido como IC, algo que só foi identificado com o início desta pesquisa. O relato do diretor geral da penitenciária ilustra bem os desafios enfrentados em 2006:

Olha, quando é o inglês e o espanhol, o pessoal ainda tinha uma facilidade maior, a gente tem dentro do quadro dos servidores, o pessoal que... que entende, que pelo menos a comunicação básica faz. Mas quando a gente se deparava aí com uma situação russo, búlgaro, né, aí a gente tinha mais dificuldade. E o chinês, né, muitas vezes. Os países da África, eles têm muitos dialetos, né. Eles falam em dialetos e aí a gente sofreu um pouco mais. E o pessoal nosso foi aprendendo também, né. Essa comunicação básica com todos aí. Lógico, é uma torre de Babel.

Ao longo dos anos, foi autorizado o uso da internet nas instalações do presídio para viabilizar atendimentos jurídicos por videoconferência, prática que se

intensificou durante a pandemia de Covid-19. Com a melhoria do acesso à internet, surgiram novas alternativas para substituir os presos-intérpretes, como o uso do Google Tradutor® em atendimentos da assistência social e na área médica. Conforme relato da assistente social do Centro de Referência Social (CRAS) do presídio, antes da disponibilização da internet, a comunicação era feita por meio de papel, caneta e gestos. Desde aproximadamente 2013, o Google Tradutor® tem sido a principal ferramenta para facilitar a interação com os presos, especialmente quando se trata de línguas menos comuns. Segundo a assistente social,

[...] quando a internet começou a melhorar um pouquinho mais, talvez 2013, 2014, as coisas foram começando a melhorar, a gente começou a usar o Google Tradutor. Quando a gente começou a ter acesso ao computador na hora do atendimento, porque no início era papel e caneta. Então não tinha. Quando nós alcançamos o direito a um computador lá, daí eu colocava no Google. Eu digitava para o preso para a língua dele, o preso digitava na língua dele para o português. Então a gente hoje, até hoje isso acontece. É a forma como eu me comunico com eles.

Como o CRAS é responsável pelo atendimento médico, a assistente social explica que o Google Tradutor® também é utilizado pelo médico para prestar assistência aos detentos. Em algumas situações, presos conhecidos como “faxinas”¹²¹ podem auxiliar na interpretação, especialmente no caso do inglês. No entanto, o Google Tradutor® se torna essencial para lidar com outras línguas. A assistente social destaca:

Um preso, às vezes, principalmente quando atendem na enfermaria, que já tem as faxinas que são de lá, quando é inglês eles ajudam. Mas a grande maioria hoje é só pelo Google Tradutor. Então desde problemas de saúde, que agora como diretora da integração eu acompanho também muito a saúde. Desde localização de família, desde algum problema específico de direito trabalhista no país dele, às vezes deixa filho em algum lugar, a gente vai passar, então, todas essas informações são por escrito no Google Tradutor.

De acordo com os relatos da assistente social e minhas próprias observações, algumas interações entre os detentos, os profissionais de assistência social e os médicos não podem ser intermediadas linguisticamente por outros presos devido a questões de segurança. Em situações que envolvem informações sensíveis, como dados pessoais ou assuntos familiares, o recurso mais utilizado é o Google

¹²¹ Cf. Capítulo 5, p. 205

Tradutor®. Embora o ideal fosse contar com um intérprete profissional, esse serviço não está disponível. A assistente social acrescenta que a presença de um intérprete qualificado, que siga princípios éticos, oferece maior confiança aos detentos para compartilhar informações delicadas.

Seria muito bacana se tivesse [intérprete profissional], com certeza. Um exemplo, ele traficou e a quadrilha não quer que ele denuncie. Se ele denunciar, a família dele corre risco. Como é que ele vai falar onde está a família dele para um intérprete preso, alguém que esteja interpretando-o e está preso na mesma cela que pode ter ligações com essa quadrilha? Não pode. Como é que ele vai contar dados pessoais dele... se ele teve um crime sexual ao longo da vida? Ele chega no raio e morre. Então, a gente tendo uma pessoa capacitada que tenha essa questão ética, que é uma questão profissional, a gente teria mais segurança pra gente e para o privado de liberdade de compartilhar informações.

Com o tempo, o uso de mecanismos como o Google Tradutor® e intérpretes-presos tornou-se uma prática rotineira, levando ao conformismo da equipe, que deixou de considerar a possibilidade de reivindicar profissionais intérpretes para suprir essa necessidade. A dificuldade de comunicação não afetou apenas os departamentos de assistência social e médico, mas também o setor de educação e trabalho, o departamento de segurança e inclusão, que ainda enfrentam desafios significativos na interação com estrangeiros, mesmo com o uso de ferramentas de tradução ou ajuda de presos-intérpretes.

Diante das dificuldades de interação mencionadas acima, seria natural esperar que os consulados desempenhassem um papel mais ativo nesse contexto. No entanto, de acordo com relatos de servidores e até de presos, os consulados têm uma participação limitada na vida dos detentos e demonstram pouco interesse em apoiar questões linguísticas. A única exceção foi o consulado britânico, que ofereceu um curso gratuito de inglês a distância para os servidores. Fora isso, nenhuma outra iniciativa foi registrada por outros consulados.



Figura 6 – Entrada principal do presídio – portaria

Fonte: Autora, 2024.

Durante o período da pesquisa de campo, observou-se que as dificuldades de interação devido a barreiras linguísticas ainda persistem. Apesar de muitos presos terem aprendido a língua portuguesa ao longo dos anos em que estiveram encarcerados, a alta rotatividade no local contribui para a continuidade desse desafio. Embora a população estrangeira encarcerada tenha diminuído significativamente a partir de 2012, em razão de uma nova legislação que reduziu a progressão de regime para crimes hediondos de 2/5 ou 3/5 para 1/6, equiparando-a às regras para crimes comuns e diminuindo o tempo de cumprimento das penas, novos detentos continuam chegando sem qualquer conhecimento do português. Essa redução no número de estrangeiros foi influenciada por mudanças nas rotas do tráfico, o aumento de processos de expulsão e extradição, além da aplicação do conceito de “tráfico privilegiado” pela legislação brasileira. Essa nova legislação permite a progressão do regime (que era de 2/5 ou 3/5 para os crimes hediondos) para 1/6, ou seja, a mesma progressão aplicada para os crimes comuns, ocasionando em diminuição do tempo de pena a ser cumprida.¹²²

¹²² Além do tráfico de drogas, existe o instituto do tráfico privilegiado, estabelecido no artigo 33, § 4º, da Lei 11.343/06 § 4º. Nos delitos definidos no caput e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa. Os requisitos mencionados anteriormente (primariedade, bons antecedentes, não se dedicar ao crime e não integrar organização criminosa) são cumulativos, sendo necessário o preenchimento de todos eles. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm. Acesso em: 16 jun. 2023.



Figura 7 – Portão de entrada para a muralha

Fonte: Autora, 2024.

Em 2017, com as mudanças mencionadas, a Penitenciária Estadual Cabo PM Marcelo Pires da Silva retomou a custódia de presos brasileiros condenados por crimes sexuais. Assim, a estrutura do estabelecimento é composta por quatro pavilhões de convivência em regime de segurança máxima, conhecidos como raios. Atualmente, os raios 1 e 3 são destinados aos migrantes, enquanto os raios 2 e 4 abrigam os brasileiros. Esses espaços são completamente isolados, impossibilitando qualquer interação entre os dois grupos. Conforme descrito por Foucault, trata-se de um ambiente panóptico, caracterizado por controle e vigilância rigorosos, assegurados por torres onde guardas fortemente armados garantem a segurança. Como vimos, para Foucault, a penitenciária é um lugar onde a alma deve expiar sua culpa, configurando-se como o foco central para a manifestação de um tipo específico de poder. O sistema punitivo e de vigilância, nesse contexto, dirige-se à alma, cujo aprisionamento é essencial para a eficácia do controle. Nesse sentido, retomo as palavras da assistente social da penitenciária, que enfatiza o sentimento angustiante de perder o direito de ir e vir. Embora muitas pessoas vivam sem acesso a necessidades básicas, como alimentação, moradia e educação, elas ainda mantêm o direito de ir e vir – algo que é completamente negado aos detentos.



Figura 8 – Pavilhão dos migrantes presos – interior da muralha – raio 1

Fonte: Autora, 2024

Esse microcosmo panóptico abriga uma estrutura interna de pavilhões com espaços para trabalho e educação, pavilhão hospitalar, de espaços destinados a medidas de proteção individual (celas de seguro)¹²³, para os presos com dificuldade de convívio e pavilhão disciplinar destinado a presos que cometem faltas disciplinares¹²⁴. Há também o pavilhão de inclusão, onde os presos recém-chegados são obrigados a permanecer em observação por um período, até que se habituem ao ambiente e sejam transferidos para um pavilhão de convívio.

¹²³ De acordo com a lei de execução penal no § 4º, o preso que tiver sua integridade física, moral ou psicológica ameaçada pela convivência com os demais presos ficará segregado em local próprio, nas chamadas celas de seguro. São celas adaptadas, separadas do convívio comum onde ficam os presos, onde, em tese, estão resguardados (seguros) daqueles que os rejeitam.

¹²⁴ A falta disciplinar é um termo utilizado pelo regime interno da penitenciária que está em conformidade com a Resolução 144 da Secretaria da Administração das Penitenciárias, regime padrão que regula todas as atividades de ações dos servidores da penitenciária, bem como os direitos e deveres dos presos.



Figura 9 – Pavilhão de migrantes presos – interior da muralha – raio 3

Fonte: Autora, 2024

Dentro das muralhas, encontra-se uma recepção, seguida por um portão de grades azul-turquesa que delimita a área da recepção de um amplo corredor. Esse corredor é ladeado por salas, algumas sem portas e outras protegidas por grades. Uma dessas salas, conhecida como parlatório, possui uma ampla janela reforçada com grades robustas, sendo o espaço onde diretores de departamentos da instituição realizam atendimentos aos presos.



Figura 10 – Parlatório ou sala de atendimento – pavilhão disciplinar

Fonte: Autora, 2024

No local, há uma sala de videoconferência destinada aos atendimentos dos presos por seus advogados. Um pouco mais adiante, encontra-se a enfermaria.

Próximo a um corredor lateral menor, estão localizados o consultório médico e o consultório odontológico.

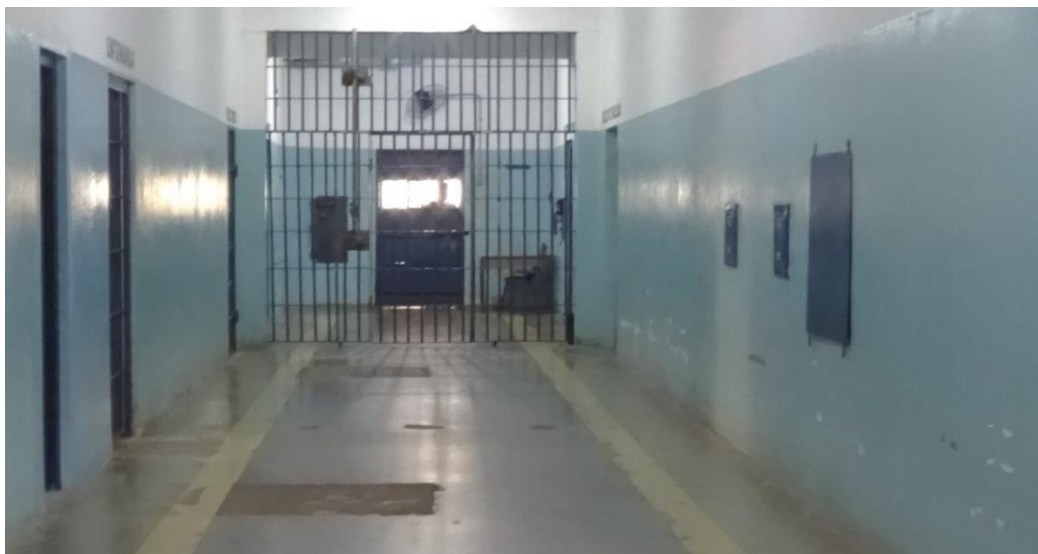


Figura 11 – Corredor do pavilhão disciplinar – enfermaria, atendimento jurídico

Fonte: Autora, 2024

A biblioteca caracteriza-se por uma ampla diversidade linguístico-cultural, oferecendo mais de 23 mil livros organizados e escritos em mais de 40 línguas. Nesse espaço, os presos têm a oportunidade de ler em suas línguas primeiras, além de desempenhar atividades como catalogação, organização de empréstimos e devoluções, também de realizar traduções. Essas traduções atendem tanto o público interno, ou seja, os servidores da instituição – em materiais como folhetos da Jornada da Cidadania – quanto o público externo, e abrangem documentos jurídicos e sentenças destinadas aos tribunais da região.



Figura 12 – Biblioteca localizada no pavilhão disciplinar

Fonte: Autora, 2024.



Figura 13 – Recepção da biblioteca

Fonte: Autora, 2024

A muralha é o elemento que define e delimita o regime fechado. A partir dela, a guarda policial realiza a vigilância dos raios, mantendo o monitoramento constante de todo o espaço interno da penitenciária. Entre a parede de concreto e os pavilhões, há uma cerca de arame que forma um corredor conhecido como linha de tiro, onde qualquer preso que ultrapasse o limite recebe uma advertência dos guardas.

Entre os raios, existe uma área verde ocupada por hortas, onde os presos cultivam alimentos, como legumes e verduras, destinados ao consumo tanto deles quanto dos colaboradores. Esses alimentos, totalmente orgânicos, são colhidos, processados e preparados para consumo pelos próprios detentos.

Fora da muralha, encontram-se as alas de progressão, que servem como alojamentos para presos em regime semiaberto. Em Itaí, há duas dessas alas: uma destinada a migrantes e outra a brasileiros. Entre os dois alojamentos, existem duas quadras que os separam, impedindo qualquer tipo de interação entre os grupos.¹²⁵ Também na área externa à muralha, estão localizados os prédios administrativos, os refeitórios e a portaria, que possuem dois andares. O piso superior abriga o departamento do corpo da guarda. Já a subportaria dá acesso ao refeitório e ao prédio administrativo, compondo o espaço externo à muralha. Nesse local, há uma recepção que compartilha o ambiente com um detector de metais, e, logo após, uma antessala onde está instalado o scanner corporal. Todos os visitantes, após os procedimentos de porte¹²⁶, precisam passar tanto pelo detector de metais quanto pelo scanner corporal. Há ainda, nesse setor, um scanner de objetos, utilizado sempre que necessário como parte das medidas de segurança.

Na área externa, afastada tanto da muralha quanto dos prédios administrativos e localizada próxima à portaria, encontram-se as residências dos diretores de centro e do diretor geral. Os diretores de centro, que são responsáveis por cada setor específico, atuam sob a supervisão do diretor geral. Nessa mesma região estão localizadas as frotas de veículos, a estação de tratamento de esgoto, a estação de eletrificação e um salão de eventos.

¹²⁵ Evita-se a interação de presos brasileiros com os detentos migrantes para preservar a integridade física dos brasileiros que são ameaçados por causa do crime que cometeram. Então presos brasileiros não transitam no mesmo espaço que migrantes. Os atendimentos médicos e jurídicos ou afins são feitos em dias separados.

¹²⁶ Nome dado à revista feita por um agente do mesmo sexo que o visitante.



Figura 14 – Produção agrícola realizada por migrantes¹²⁷

Fonte: Autora, 2024

A figura da penitenciária vista de cima mostra a divisão arquitetônica do local e dos departamentos que estão marcados e descritos com setas.



Figura 15 – Vista panorâmica da penitenciária de Itai e sua estrutura arquitetônica

Fonte: Google Maps, 2023

¹²⁷ As plantações se localizam ao redor dos raios e se estendem até a ala de progressão de estrangeiros e brasileiros. As verduras são orgânicas e usadas para alimentação de funcionários e presos. Há também ervas medicinais como erva cidreira, camomila, hortelã, entre outras, e algumas frutas como mamão e morangos.

Trata-se de um espaço extenso, com uma área total de 13.549 metros quadrados e capacidade para abrigar 1.618 presos, situado em um local isolado. Nas proximidades, encontra-se apenas a Rodovia Eduardo Saigh (SP-255), que conecta o centro de Itaí à Rodovia Castelo Branco. Ao atravessar a portaria, o ambiente é arborizado e tranquilo, mas se revela um universo completamente distinto. Embora não seja possível visualizar claramente, ao redor e à distância, existem algumas fazendas dedicadas ao cultivo de cana-de-açúcar e milho.

6.5.1

Os migrantes da penitenciária Cabo PM Marcelo Pires da Silva

Em 2022, um ano e meio antes da minha entrada no campo de pesquisa, segundo dados da SENAPPEN (2022), o Estado de São Paulo contabilizava 901 presos estrangeiros sob custódia, sendo 781 homens e 120 mulheres. Esses detentos eram provenientes de uma ampla variedade de países, representando os cinco continentes.¹²⁸ A tabela abaixo mostra quais são os países de procedência dos presos sob custódia nas penitenciárias de São Paulo e Itaí.

¹²⁸ Esses dados retratam a realidade desse período, porém, há que se considerar a rotatividade diária de presos em Itaí. Esses dados ilustram o número de presos de janeiro a junho de 2022, período em que foram coletados dados pelo departamento da penitenciária e enviados ao SISDEPEN, atualmente, SENNAPPEN (Secretaria Nacional de Políticas Penais). Por essa razão, os números mencionados ao longo da pesquisa sempre, de uma forma ou outra, retratarão um valor aproximado.

Tabela 4 – Continentes e países dos presos sob custódia no Estado de São Paulo.

Continente	Países
África	África do Sul, Angola, Argélia, Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, Etiópia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Marrocos, Moçambique, Nigéria, Quênia, República do Congo, Senegal, Serra Leoa, Tunísia, outros país do continente.
Américas	Argentina, Chile, Cuba, EUA, Guiana, México, Paraguai, República Dominicana, Trindade e Tobago, Venezuela, Bolívia, Colômbia, Equador, Guatemala, Haiti, Peru, Suriname, Uruguai, outros países do continente.
Ásia e Oriente Médio	China, Coreia do Sul, Iraque, Israel, Japão, Líbano, Malásia, Paquistão, Síria, Turquia.
Europa	Alemanha, Bulgária, Espanha, França, Grécia, Hungria, Inglaterra, Itália, Polônia, Portugal, Rússia, Sérvia, outros países do continente.

Fonte: SENAPPEN (2023).

A análise dos dados sobre a quantidade de migrantes presos no estado de São Paulo do SISDEPEN revela a centralidade da Penitenciária Masculina de Itaí, Cabo PM Marcelo Pires da Silva, no acolhimento dessa população. Os números destacam que Itaí concentra a maior parte dos migrantes encarcerados, evidenciando seu papel como unidade de referência para o sistema prisional paulista no que se refere à custódia de estrangeiros.

Entre os migrantes provenientes da África, São Paulo registra um total de 243 presos, dos quais 219 são homens e 24 mulheres. Na Penitenciária de Itaí, encontram-se 211 desses detentos, todos em celas físicas estaduais. Essa predominância se repete no caso de migrantes originários do continente americano, com 554 presos no total, sendo 462 homens e 92 mulheres. Mais uma vez, Itaí aparece como a unidade com maior concentração, abrigando 413 migrantes, todos cumprindo pena em celas físicas, de acordo com os anexos 1 e 2.

Esses dados evidenciam a relevância de Itaí não apenas como unidade de custódia, mas também como espaço que reflete a realidade dos migrantes encarcerados no Brasil. O expressivo número de detentos provenientes dos diferentes continentes reforça a necessidade de políticas prisionais que considerem a diversidade cultural, linguística e jurídica dessa população, além de oferecer suporte adequado para sua reintegração social. Essa concentração também aponta

para o desafio de garantir a dignidade e os direitos humanos em um ambiente com grande heterogeneidade cultural e demandas específicas.

Os dados referentes aos migrantes encarcerados provenientes dos continentes asiático e europeu reforçam a predominância da Penitenciária Masculina de Itaí como a principal unidade de custódia para estrangeiros no estado de São Paulo. Do continente asiático, São Paulo registra um total de 53 presos, dos quais 52 são homens e 1 é mulher, esta última custodiada na penitenciária de Campinas. Dos 52 homens, 51 estão na Penitenciária de Itaí, todos em celas físicas. Do continente europeu, há 51 internos, sendo 48 homens e 3 mulheres. O maior contingente está também na Penitenciária de Itaí, com 42 presos, todos alocados em celas físicas, conforme os anexos 3 e 4.

A escolha do campo de pesquisa foi justamente motivada pelos dados que apontam que a Penitenciária Estadual Masculina Cabo PM Marcelo Pires da Silva, localizada na cidade de Itaí, destaca-se como a unidade prisional que concentra o maior número de migrantes de diversas nacionalidades no Estado de São Paulo e, possivelmente, em todo o Brasil. Com detentos oriundos de pelo menos 75 países, essa penitenciária representa um microcosmo de culturas, religiões e costumes variados, retratando uma realidade complexa e multifacetada.

Os dados mais recentes, abrangendo o período de 2023 a 2024 até o primeiro semestre, confirmam que, embora a unidade não seja mais exclusiva para estrangeiros, ela continua abrigando o maior contingente de migrantes e a maior diversidade de línguas faladas no território nacional. Em 2024, o total de presos migrantes (incluindo mulheres) é de 2.610, sendo que para 1.473 a nacionalidade é desconhecida. Quando consideramos apenas aqueles com nacionalidade identificada, o número é de 1.168 presos, dos quais 859 estão exclusivamente em Itaí¹²⁹, conforme demonstrado nos anexos 5 e 6.

Contudo, vale ressaltar a grande lacuna em dados exatos sobre a quantidade de línguas faladas pelos migrantes encarcerados. Embora a Secretaria Estadual da Administração Penitenciária (SEAP) tenha fornecido informações sobre a

¹²⁹ É importante destacar que, a cada ciclo de informações do SISDEPEN, os dados são apresentados de forma distinta. Nos anexos 1, 2, 3 e 4, eram fornecidos dados sobre os estabelecimentos e a quantidade de migrantes em cada um deles. Já no ciclo de 2024, o sistema passou a apresentar informações sobre o estabelecimento, a nacionalidade e o número de migrantes encarcerados. Contudo, o sistema não permite filtrar por estabelecimento, apenas por nacionalidade. Por esse motivo, algumas tabelas foram organizadas de maneira diferente.

diversidade de nacionalidades, em resposta a uma solicitação ao Sistema Integrado de Informações ao Cidadão, não há registros sistematizados sobre o número de línguas presentes entre os detentos. Essa falta de quantificação pode representar um desafio significativo no que diz respeito ao acesso à comunicação e ao direito à defesa, especialmente em um contexto em que a compreensão do processo judicial é essencial.

A diversidade linguística é uma questão central quando se trata de garantir o respeito aos direitos humanos e à dignidade dos migrantes encarcerados. A ausência de dados precisos sobre as línguas faladas pode dificultar a implementação de serviços de tradução e interpretação eficazes, além de comprometer o acompanhamento adequado de processos jurídicos e administrativos. Essa lacuna aponta para a necessidade urgente de um sistema de monitoramento que registre e categorize não apenas as nacionalidades, mas também as necessidades linguísticas dos detentos, garantindo a plena comunicação entre os migrantes e os servidores penitenciários.

6.5.2

Quem são os migrantes presos na Penitenciária de Itaí?

Os migrantes presos na Penitenciária de Itaí podem ser descritos como aqueles que Erving Goffman, em sua teoria das “instituições totais”, chama de despersonalizados – homens sem identidade definida, sem nome fixo ou, em alguns casos, com múltiplos documentos de identificação com nomes falsos, de modo que nunca se sabe qual é o verdadeiro. Esses indivíduos, frequentemente com três ou cinco nomes diferentes, acabam perdendo sua individualidade, fundindo-se à massa homogênea de presos que vestem o uniforme padrão: camiseta, calça bege e chinelos. Eles seguem o rito de despersonalização característico das instituições totais descritas por Goffman (1974a), onde o tempo de privação de liberdade os transforma em homens institucionalizados.

Nessa população, encontramos tanto analfabetos quanto doutores, presos que dominam várias línguas situados num ambiente plurilíngue que promove a possibilidade de aprender novas línguas, tornando a realidade dessa penitenciária ainda mais complexa e heterogênea.

Dentre esses presos estrangeiros incluem indivíduos que já residiam no Brasil há algum tempo, e formaram família no país; refugiados que, mesmo após obterem o status de refúgio, acabaram cometendo crimes; estrangeiros detidos em flagrante nos aeroportos brasileiros e pessoas naturalizadas com origem estrangeira.¹³⁰ No que diz respeito aos crimes, excluindo-se os casos de crimes sexuais cometidos por brasileiros, os delitos cometidos por migrantes são variados e estão sob a responsabilidade da justiça comum, como o tráfico de drogas no território nacional, que pode ser cometido por migrantes que já residem no Brasil há algum tempo. Quando o crime se configura na transnacionalidade da droga ilícita, os migrantes do gênero masculino, autuados no aeroporto de Guarulhos¹³¹ – ou qualquer outro lugar em que seja caracterizado esse tipo de crime –, são enviados para a penitenciária de Itai. No entanto, as mulheres que são acusadas do mesmo delito são custodiadas por estabelecimentos prisionais femininos específicos para migrantes (mas não exclusivos), como a Penitenciária Feminina de Sant’anna, na capital de São Paulo, onde se concentra a maior parte das presas migrantes. Conforme mencionado no capítulo 2 deste estudo e de acordo com o então diretor geral, esses detentos são responsáveis por diversos tipos de crimes, como furto, roubo, homicídio, estelionato ou receptação, sequestro ou cárcere privado, violência doméstica, formação de quadrilha, porte ilegal de arma, latrocínio e falsificação. Contudo, o crime mais recorrente entre os migrantes sob custódia no Brasil é o tráfico internacional de drogas, agravado pela transnacionalidade (art. 33, 40) da Lei nº 11.343/2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD) e regulamenta crimes relacionados ao tráfico de drogas no Brasil.

Ainda segundo o diretor geral, a maioria desses indivíduos atua como “mulas” do tráfico, sem vínculo direto com organizações criminosas. Esses presos representam um grupo em extrema vulnerabilidade, o que os levou a serem aliciados pelo crime organizado. No entanto, excluindo os casos de reincidência, muitos deles têm chances de reabilitação e reintegração social. Por outro lado, o

¹³⁰ Não há estatísticas do SENNAPEM que indique o número de migrantes que já residiam no Brasil antes de serem presos, tampouco uma estatística de número de refugiados presos. Nem sequer há o número de presos naturalizados.

¹³¹ Em termos de movimentação de passageiros, o aeroporto de Guarulhos, no Brasil, ocupa a segunda posição na América Latina por onde passa um número expressivo de estrangeiros e onde é feito um número grande de apreensões por tráfico de drogas.

risco de reincidência é alto, especialmente entre aqueles que não possuem residência fixa no Brasil. Não existem políticas públicas de acolhimento destinadas a esse grupo. Durante o cumprimento da pena em regime de progressão, eles passam para o regime aberto antes de concluírem a pena, o que impede sua expulsão do Brasil. Nessa condição, muitos ficam desamparados, sem recursos financeiros ou meios para se sustentarem, enfrentando ainda a barreira adicional das dificuldades linguísticas. A reintegração de um preso está diretamente ligada à existência de uma rede de suporte integrada a políticas públicas no sistema prisional. Essa rede deve oferecer condições para que o egresso tenha acesso a emprego, mesmo que temporário, obtenha documentos necessários e encontre acolhimento na sociedade. Dessa forma, ele pode concluir sua pena e retornar ao país de origem sem recorrer novamente à criminalidade.

As ações voltadas para a reintegração social são desenvolvidas ainda dentro do presídio, baseando-se em três pilares principais: educação, trabalho e religiosidade. Nesse contexto, os departamentos de Educação, Trabalho e Assistência Social prisional desempenham um papel fundamental. As atividades incluem desde a emissão de documentos em parceria com a Receita Federal, como o CPF (inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas), até o estabelecimento de contatos com familiares e consulados para oferecer suporte aos detentos. Da mesma forma, a Fundação de Apoio ao Preso Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel (FUNAP) juntamente com a DPU realizam a assistência jurídica ao detento, bem como a formação profissionalizante. Porém nem sempre foi assim. Na subseção 6.3.1, aprofundo aspectos relacionados à dinâmica de participação da FUNAP na educação e trabalho dos presos e às mudanças que ocorreram desde 2006.

Apesar das iniciativas voltadas para a reintegração social, essas pessoas continuam sendo vistas como transgressoras marginais à sociedade, sem identidade ou empatia, reduzidas à condição de presos desprovidos de dignidade e credibilidade social. Frequentemente, são percebidas como indivíduos a serem evitados ou tratados com desconfiança. Identificados apenas por números de matrícula, passam por um processo de despersonalização que lhes retira a autonomia, transformando-os em corpos subjugados pelo sistema, o que frequentemente resulta em alienação. Nessa realidade, são forçados a desenvolver estratégias de adaptação, como o conformismo ou a criação de uma “persona institucional”. Isso ocorre porque a sociedade, dominada pela ideia de pena

retributiva, dificilmente acredita na reintegração de egressos. A predominância desse pensamento torna inviáveis outras formas de punição, já que alternativas à pena tradicional poderiam, como vimos, ser percebidas como impunidade, dificultando a implementação de políticas públicas para penas alternativas.

Conforme relato da assistente social do CRAS da Penitenciária Cabo PM Marcelo Pires da Silva, muitos desses indivíduos possuem um histórico marcado por pobreza, violência e abandono. Embora esses fatores não justifiquem os atos criminais, podem ajudar a compreendê-los. Segundo a assistente social, quando se observa uma família exposta à violência, esse contexto é associado à realidade da pessoa privada de liberdade. Contudo, por trás dessa privação está uma profunda ausência de políticas públicas, que raramente é considerada. Ninguém se importa em saber se o preso teve acesso a água encanada, moradia digna, presença dos pais ou educação. Esses fatores são ignorados, como se não importassem.

Entre os 10 presos que eu atendo, o contexto social deles é praticamente idêntico, é só dar Ctrl-c, Ctrl-v [comandos de cópia e cola, respectivamente]: famílias numerosas, empregos informais, fome, violência. Toda violência é antecedida por outra violência; ela não surge do nada, mas as pessoas preferem não enxergar isso.

O contexto social e econômico de um país sempre está relacionado à situação de migração. A assistente social relata que a chegada de migrantes europeus é um exemplo disso. Antes de 2009, não havia europeus na penitenciária, mas, com a crise econômica daquele ano, começaram a surgir portugueses e espanhóis. Com a falta de oportunidades de trabalho e de condições básicas, muitos passaram a enxergar o crime como uma alternativa. Essas condições resultam na privação de liberdade em um ambiente prisional, onde os detentos vivem sob intenso controle e vigilância. Eles compartilham celas com 9 a 12 pessoas, dormindo em colchões finos dispostos sobre camas, beliches ou, na ausência desses móveis, diretamente no chão. Para otimizar o espaço, muitos dormem em posição de valete,¹³² dividindo o mesmo colchão. As celas, geralmente, insalubres, frias e úmidas, tornam-se propícias ao desenvolvimento de doenças. Problemas como pneumonia, gripes, abscessos e prurido são frequentes, mesmo com o acesso a itens de higiene pessoal

¹³² Tanto presos quanto servidores fazem uma comparação com as posições das cartas de baralho. A posição de valet é usada para indicar que um preso dorme no lado oposto de outro no colchão.

e roupas, que podem ser fornecidos pela penitenciária, por familiares ou comprados com os ganhos do trabalho e valores acumulados no pecúlio.

Em meio ao tumulto das celas abertas e dos pátios, pode se ouvir o vozerio dos presos no qual se destaca a diversidade de origens, com pessoas provenientes de diferentes partes da Ásia, América, Europa e África. É possível perceber os cânticos religiosos africanos, acompanhados por palmas e batidas de pés, as preces dos muçulmanos, os hinos entoados pelos evangélicos, enquanto outros se dedicam a exercícios – correndo, caminhando em círculos ou levantando pesos improvisados com cabos de vassoura e garrafas de refrigerante cheias de água. Ao mesmo tempo, os gritos empolgados ecoam das partidas de futebol, com cada indivíduo se comunicando em sua língua primeira junto aos seus companheiros.

Pude observar à distância uma parte do jogo e ficou claro que as orientações sobre passes de bola e o desenvolvimento de jogadas para marcar gols são realizadas, em geral, entre jogadores que falam o mesmo idioma. Quando há integrantes de outras nacionalidades no time, costuma haver alguém que atua como intérprete ou utilizam gestos universais do futebol para se comunicar e alcançar seus objetivos. Os times apresentam uma diversidade de nacionalidades, e, durante as trocas de instruções, em meio às exaltações, é comum que os jogadores usem suas línguas de origem.

Esses presos, para evitar a completa perda de sua identidade, recorrem a estratégias de adaptação conhecidas como ajustamentos secundários (Goffman, 1974a). Alguns trocam alimentos, cigarros e roupas por medicamentos como benzodiazepínicos e xaropes, cujos efeitos colaterais os transportam, ainda que temporariamente, para um estado mental menos opressivo. Outros encontram nesses ajustamentos secundários (reconhecidos pela instituição) uma forma de resgatar parte de sua identidade, atuando como tradutores e intérpretes, o que também pode lhes proporcionar pequenos benefícios dentro do sistema prisional entre os servidores e presos. No entanto, o trabalho como intérpretes comunitários não proporciona benefícios institucionais diretos, como a redução de pena. Isso se deve ao fato de que a IC não é reconhecida como uma atividade laboral, sendo vista apenas como um auxílio informal em situações específicas prisionais.

Esses detentos representam, em suma, os estrangeiros dentro de um microcosmo que a sociedade prefere negligenciar e onde as políticas públicas aparentam ser indiferentes. A possibilidade de recuperar a liberdade reside na

remição da pena por tráfico privilegiado, quando aplicável, ou na participação em atividades laborais e/ou educacionais oferecidas.

Na próxima subseção, discutirei os programas de reintegração social implementados na Penitenciária Cabo PM Marcelo Pires da Silva, que visam não apenas a reduzir a pena, mas também a restaurar a dignidade perdida. Naturalmente, é impossível determinar se realmente houve um resgate da dignidade. É preciso uma reavaliação da vida por parte dos presos, como já mencionado, no entanto isso é uma questão subjetiva. Por essa razão, não é possível avaliar ou quantificar se os presos migrantes buscam educação ou outros programas (visto que o trabalho é obrigatório)¹³³ com a verdadeira intenção de se regenerar ou simplesmente para conquistar a liberdade. Ainda assim, os programas exigem a participação dos presos com o objetivo de promover sua ressocialização, embora, de forma paralela, essa participação esteja frequentemente ligada à possibilidade de remição.

6.6

O trabalho e a educação intramuros na penitenciária: remição e reintegração dos migrantes

Como foi descrito acima, atualmente, mais de 1.000 migrantes de diversas nacionalidades e línguas convivem nos raios 1 e 3, sob regime fechado, e nas alas de progressão, em regime semiaberto. Esse número, contudo, é variável, pois a entrada e a liberação de presos ocorrem com frequência, sendo sempre uma estimativa.

Os detentos desses setores têm autorização para circular dentro da unidade prisional e participar de diversas atividades, como limpeza, cozinha, padaria, monitoria na biblioteca, oficinas de costura, trabalhos agrícolas (ver fig. 4 e 10), reformas e manutenção do local. Além disso, eles podem atuar como monitores educacionais ou prestar apoio no atendimento médico. Quando há acordos com empresas e prefeitura, esses presos têm a possibilidade de trabalhar fora da penitenciária, utilizando tornozeleiras eletrônicas. Nesses casos, o transporte até o

¹³³ O trabalho na prisão é obrigatório no Brasil. De acordo com a **Constituição Federal de 1988**, em seu **artigo 5º, inciso XLVII**, a pena de prisão pode ser cumprida com a **obrigação de trabalhar**. A pena de prisão poderá ser cumprida em regime fechado, semiaberto, aberto e com a obrigatoriedade de trabalho.

local de trabalho e o retorno à prisão, ao fim do expediente, são realizados por meio de um fretado da prefeitura.



Figura 16 – Presos trabalhando na oficina de costura – FUNAP

Fonte: Autora, 2023

Segundo a Lei de Execução Penal instituída pela Lei nº 7.210 de 11/7/1984, no Capítulo III da Seção I das disposições gerais que se refere ao trabalho, o Art. 28 postula que:

O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva.

§ 1º Aplicam-se à organização e aos métodos de trabalho as precauções relativas à segurança e à higiene.

§ 2º O trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho. (Brasil, 1984)

Em relação ao Art. 29, a redação é a seguinte:

O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo.

§ 1º O produto da remuneração pelo trabalho deverá atender:

- a) à indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios;
- b) à assistência à família;
- c) a pequenas despesas pessoais;
- d) ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada e sem prejuízo da destinação prevista nas letras anteriores.

§ 2º Ressalvadas outras aplicações legais, será depositada a parte restante para constituição do pecúlio, em Caderneta de Poupança, que será entregue ao condenado quando posto em liberdade. (Brasil, 1984)

Em relação à educação, a lei não institui sua obrigatoriedade, porém no Artigo 126 da mesma Lei, na Seção § 5º e § 6º, respectivamente, pode-se ler:

O tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação. O condenado que cumpre pena em regime aberto ou semiaberto e o que usufrui liberdade condicional poderão remir, pela frequência a curso de ensino regular ou de educação profissional, parte do tempo de execução da pena ou do período de prova [...]. (Brasil, 1984)

O disposto na Lei 7.210, no Inciso I da Seção 1º do mesmo artigo, institui que a remição da pena pode ser de “1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar – atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional – divididas, no mínimo, em 3 (três) dias” (Brasil, 1984).

Os migrantes que estudam e/ou trabalham, em contrapartida, podem angariar a remição da pena. Para isso, podem contar com o apoio da Fundação de Apoio ao Preso (FUNAP)¹³⁴ sob a Lei nº 1.238, de 22 de dezembro de 1976, atualizada pela Lei n.º 8.643, de 25 de março de 1994, para cursos profissionalizantes e outros programas destinados à remição. É relevante observar que os presos não podem participar simultaneamente dos programas de trabalho e estudo, sendo necessário que escolham apenas um deles. Quando não há vagas para o trabalho, muitos presos optam por frequentar as aulas até conseguirem uma oportunidade de emprego. Nesse contexto, a escola oferece, além de alfabetização, ensino fundamental e médio com remição de pena, tanto pela frequência às aulas quanto pelos exames nacionais.

Entre 2006 e 2012, a FUNAP desempenhou um papel fundamental na qualificação profissional e na oferta de educação formal, por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA), para os presos migrantes. A partir de então, a responsabilidade pela educação básica desses detentos passou para a Secretaria de Educação (SEDUC), enquanto a FUNAP permaneceu encarregada exclusivamente dos programas de profissionalização. Nas próximas subseções, abordo a atuação da FUNAP e a educação desses migrantes.

¹³⁴ Informação disponível no site da FUNAP em: <http://www.funap.sp.gov.br/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

No que diz respeito ao trabalho remunerado no presídio, os detentos recebem pagamento conforme determina a lei. Uma parte desse valor é destinada ao chamado pecúlio, um montante reservado para atender às necessidades básicas dos presos dentro da unidade prisional, como a compra de medicamentos, itens de higiene pessoal e outros objetos (óculos, próteses etc.) de que possam necessitar. Além disso, existe o saldo reserva, que é um valor acumulado e entregue ao preso quando ele obtém sua liberdade.

Segundo o diretor administrativo da penitenciária, o setor administrativo encarregado da gestão financeira dos detentos é responsável pelo controle dos valores recebidos e retirados. Esses recursos podem ter diferentes origens, como contribuições de familiares – especialmente quando o preso constituiu família no Brasil –, remuneração por trabalho realizado ou até mesmo auxílio de consulados e embaixadas de determinados países que acompanham de perto a situação dos detentos.

Antes de 2006, a administração da vida financeira prisional era responsabilidade do setor de pecúlio. Porém, com a chegada de presos estrangeiros, essa atribuição passou a ser exclusivamente do centro administrativo. Já outras questões relacionadas à vida dos detentos, como cálculos de pena, progressão de regime e remições, que afetam o tempo de cumprimento da sentença, ficam sob a responsabilidade do Centro de Integração e Movimentações Carcerárias (CIMIC).

Para a movimentação dos valores, é exigida uma autorização por escrito do detento. Sempre que ele desejar enviar ou receber dinheiro de qualquer origem, deve ser emitido um documento formal de permissão. Por exemplo, se o preso quiser transferir dinheiro para sua família, além de cumprir os requisitos legais, é necessário que a pessoa beneficiária esteja registrada na lista de visitas autorizadas, que inclui nomes de familiares ou visitantes aptos a receberem os valores. Todo o processo é gerido pelo centro administrativo.

No caso dos consulados e embaixadas, a assistência financeira varia. Alguns fornecem apoio mensal, outros semestral e alguns apenas de forma pontual, como é o caso do consulado britânico. Nesse processo, o consulado informa por e-mail o nome do preso beneficiado e o valor a ser transferido. O montante é então creditado na conta de pecúlio do detento, que assina um documento confirmando o depósito. Esse saldo pode ser utilizado para cobrir diversas necessidades, como itens de higiene pessoal, medicamentos e bebidas não alcoólicas. Todas as encomendas

passam por fiscalização rigorosa na portaria, que determina o que é permitido nas celas.

O pecúlio é exclusivamente destinado ao uso do preso, diferentemente da remuneração pelo trabalho, da qual 10% são destinadas ao fundo de reserva previsto pela legislação. Esse fundo é acumulativo e só pode ser acessado após a libertação do detento. Em casos excepcionais, como tratamento de saúde grave ou emergências familiares, é possível retirar valores do fundo de reserva, mas apenas com autorização expressa do diretor-geral.

O diretor do centro administrativo desempenha diversas funções além da gestão do setor de pecúlio. O centro é também responsável pelo núcleo de finanças e suprimentos, que cuida da aquisição de gêneros alimentícios para a unidade prisional, materiais necessários para reformas, manutenção geral e conservação de veículos, incluindo a compra de peças e combustíveis.

Outro papel do núcleo, como extensão do centro administrativo, é gerenciar o pagamento de diárias aos servidores, além de lidar com questões de recursos humanos. Isso inclui a administração da vida funcional dos funcionários, abrangendo licenças-prêmio, férias, controle de frequência e licenças médicas.

Adicionalmente, o centro administrativo é responsável por toda a manutenção da unidade prisional, abrangendo sistemas de energia elétrica, hidráulica, esgoto, pintura e conservação geral. No total, quatro setores estão subordinados ao centro administrativo: pecúlio, finanças, núcleo de pessoal e infraestrutura. Esses setores funcionam de forma integrada, formando uma engrenagem essencial para o pleno funcionamento da unidade prisional.

O trabalho remunerado dos detentos está diretamente relacionado às oportunidades promovidas pela FUNAP e suas parcerias, que viabilizam a profissionalização e estabelecem conexões para atender às demandas de trabalho disponíveis. Esses aspectos são detalhados no item 6.3.1 seguinte.

6.6.1

A Fundação de Apoio ao Preso (FUNAP) e outras parcerias

A Fundação de Apoio ao Preso (FUNAP) é uma instituição atrelada à Secretaria da Administração das Penitenciárias (SAP), ao gabinete do secretário, e atende às coordenadorias, uma delas da região noroeste do Estado de São Paulo, ou

seja, a penitenciária de Itaí, responsável por implementar programas de ressocialização para encarcerados, sejam eles nacionais ou migrantes em três vertentes: educação, trabalho e auxílio jurídico. No caso dos migrantes, são oferecidas as mesmas oportunidades de trabalho e qualificação profissional que as oferecidas aos brasileiros. O organograma abaixo mostra a posição da FUNAP junto à Secretaria de Administração Penitenciária (SAP).

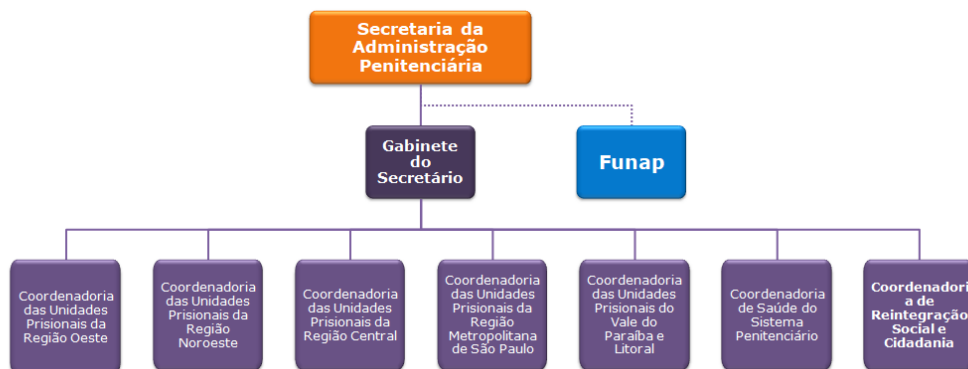


Figura 17 – Organograma da SAP e a posição da FUNAP

Fonte: FUNAP, 2023

Até 2012, como mencionado anteriormente, a FUNAP também assumia a responsabilidade pela educação regular e formal dos presos, uma vez que a SEDUC ainda não participava desse processo. Na prática, a educação seguia um modelo semelhante ao método Lancaster¹³⁵, utilizado no Brasil colonial, em que monitores desempenhavam um papel central no ensino. Os presos eram capacitados para atuar como monitores, recebiam instrução dos professores e, posteriormente, repassavam o conhecimento aos demais sob supervisão docente. Nesse cenário, as dificuldades linguísticas eram menos significativas, já que monitores migrantes conseguiam conduzir aulas bilíngues, facilitando o aprendizado.

¹³⁵ O método Lancaster, também conhecido como o Sistema Monitorial de Lancaster, foi um modelo de ensino criado por Joseph Lancaster, um educador britânico, no início do século XIX. Esse método visava a educar um grande número de crianças de maneira eficiente e com recursos limitados, especialmente em comunidades de baixa renda. As principais características desse método eram: o **ensino por monitores**: alunos mais avançados (chamados de “monitores”) eram responsáveis por ensinar os colegas menos avançados sob a supervisão de um professor principal, ou seja, o professor ensinava os monitores, que então replicavam o conteúdo para os demais. A **organização em grupos**: as turmas eram divididas em pequenos grupos, cada um liderado por um monitor e o ensino era realizado em níveis de dificuldade, permitindo que os alunos progredissem conforme seu ritmo. O método Lancaster foi amplamente utilizado em várias partes do mundo, incluindo a Inglaterra, Índia e o Brasil, durante o século XIX. No Brasil, ele foi introduzido em 1820, principalmente nas escolas públicas, e tornou-se popular devido à sua capacidade de atender à demanda crescente por educação básica em um país com poucos recursos.

A partir de 2013, tornou-se evidente a dificuldade de certificar presos pela EJA por meio da FUNAP, uma vez que o MEC não reconhece essa modalidade educacional dentro do sistema prisional. Como consequência, a SEDUC passou a ser responsável pela educação formal e regular desses detentos, incluindo a EJA. Nesse contexto, a SAP desenvolveu um plano para oferecer ensino nas salas de aula da penitenciária, em parceria com a escola estadual João Michelin, localizada na cidade de Itai.

O maior desafio desse sistema era a adequação dos alunos migrantes ao nível educacional brasileiro. Na prática, não existiam métodos de avaliação capazes de nivelar os estudantes migrantes nos correspondentes anos escolares, devido às dificuldades linguísticas, incluindo a língua portuguesa, e à diversidade de línguas. A instituição responsável por ministrar os cursos distribuiu os migrantes no estágio de alfabetização de forma igualitária, sem distinção de graduação em nível superior, o que significa que os registros acadêmicos desses presos, incluindo ensino básico, graduação e pós-graduação, obtidos em seus países de origem, não são reconhecidos no Brasil. Por esse motivo, todos que decidem retomar os estudos precisam começar pela alfabetização. Por outro lado, muitos presos veem a alfabetização como uma oportunidade para aprimorar sua proficiência no português em todos os aspectos, já que não há programas específicos de ensino de português para estrangeiros disponíveis no sistema prisional. Dessa forma, a educação dos migrantes passou a ser fundamental I e II e médio.

Com a inclusão da SEDUC no processo educacional, surgiram diversas dificuldades, especialmente de ordem linguística. Diferentemente do sistema de monitores adotado pela FUNAP, os professores oriundos da parceria com a escola estadual João Michelin não estavam preparados para lecionar para estrangeiros – sobretudo nas turmas de alfabetização, que concentram o maior número de alunos (equivalente às séries de 1ª a 5ª). Apesar disso, conseguiram desenvolver estratégias, como o uso de dicionários, interpretação e tradução com o auxílio de outros detentos, além do emprego de materiais ilustrativos (ver 6.3.2).

Nesse mesmo período, a FUNAP assumiu a responsabilidade pelos cursos profissionalizantes, bem como pelos programas e projetos voltados ao reconhecimento, aprimoramento e comercialização – tanto social quanto econômica – do artesanato produzido pelos detentos. Essa iniciativa busca desmistificar a produção artesanal realizada por presos e incentivar o trabalho coletivo. Também

são promovidos cursos livres de qualificação profissional em diversas áreas, com o objetivo de facilitar a reintegração ao mercado de trabalho e a geração de renda. Além desses programas, há projetos voltados ao desenvolvimento pessoal, com foco na melhoria da autoestima e no crescimento individual dos detentos, incluindo ações culturais como artes plásticas, desenho artístico, pintura, teatro, leitura e canto. Complementando essas iniciativas, são oferecidos programas de cidadania, palestras e workshops.

Além das atividades mencionadas, ocorre a Semana da Cidadania, Trabalho e Renda organizada pela SAP da região noroeste de SP, que tem como objetivo promover a conscientização sobre o trabalho, a cidadania e os processos de geração de renda. O evento também busca incentivar os estudos e o trabalho por meio de palestras. Durante a cerimônia, são entregues diplomas de educação básica, e os presos fazem apresentações, como canto, música e recitação de poesias em sua língua primeira. Nesse evento, tive a oportunidade de ministrar uma palestra sobre a profissão de intérpretes comunitários e tradutores, apresentando-a como uma possibilidade para os detentos.

Atualmente, a FUNAP continua desempenhando seu papel como instituição dedicada à educação profissionalizante. Além dos projetos já mencionados acima, sua atuação inclui assistência pedagógica, capacitação de presos para atuarem como monitores em cursos profissionalizantes e a oferta de cursos técnicos em parceria com o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Centro Paula Souza (CPS). Desde 1977, a FUNAP também presta assistência jurídica aos internos e promove a reintegração social dos egressos. Embora esses atendimentos fossem realizados exclusivamente de forma presencial, com a pandemia de Covid-19, a partir de meados de 2020, passaram a ser realizados também por meio de sistemas de teleatendimento e teleaudiência.

A Escola Estadual João Michelin, por meio da SEDUC, é a instituição vigente responsável pela oferta da EJA aos detentos, tanto nacionais quanto migrantes. A seguinte subseção 6.6.2 explora, com base nos relatos dos professores, a dinâmica do processo educativo voltado aos presos estrangeiros, destacando o trabalho docente e a aplicação dos exames nacionais.

6.6.2

Educação de migrantes presos na penitenciária de Itai

Em três salas improvisadas, separadas por divisórias e iluminadas por luzes fracas, fileiras de carteiras se alinham. O som das conversas dos presos, misturados a diferentes línguas com o português, atravessa as paredes, juntando-se às vozes dos professores. As janelas com grades permitem a visão da sala de segurança, onde a entrada e saída dos presos são controladas por fichas plastificadas. A contagem do número de presos é realizada no início e no final das aulas, antes que eles retornem às celas. Essa rotina se repete tanto no regime fechado do raio 1 quanto na ala de progressão do semiaberto.



Figura 18 – Sala de aula

Fonte: Autora, 2023

Vestindo blusas brancas, calças bege e chinelos de dedo, os presos entram na sala e se acomodam nas carteiras. No local, acontecem aulas que vão do ensino fundamental ao médio, distribuídas entre os turnos da manhã e da tarde. Nas divisórias, há cartazes pendurados com trabalhos de filosofia, sociologia, história, artes e outras disciplinas, criando breves momentos em que se esquece estar em um presídio. Os professores se dedicam a criar um ambiente que remeta ao de uma sala de aula comum. Com os recursos disponíveis como lousa, canetão e livros, os professores ministram suas aulas em português e os migrantes contam com apoio de dicionários e outros presos que já conseguem entender e falar o português.

Portanto, não é raro que se perceba alunos circulando nas salas para ajudar outro preso a se comunicar e entender o conteúdo da disciplina.



Figura 19 – Sala de aula da penitenciária de Itai

Fonte: Autora, 2023

Quando a SEDUC começou a intervir na educação de presos, não levou em conta que muitos deles, sendo estrangeiros, enfrentariam dificuldades de formação. Como mencionado anteriormente, a FUNAP reconheceu que o uso de monitores poderia minimizar os problemas relacionados à dificuldade linguística. No entanto, as políticas públicas educacionais não consideram que migrantes e educadores possam enfrentar mais desafios na comunicação linguística do que em questões de disciplina. Afinal, como transmitir conteúdos de história, geografia, matemática, português e filosofia em aulas predominantemente expositivas, quando os alunos não compreendem a língua utilizada?

Segundo relatos dos professores, nenhum deles se sentia preparado para lidar com uma situação tão inédita em suas carreiras. Eles não foram preparados para atuar em salas de aula plurilíngues e nem recebem subsídios de como ministrar aulas para migrantes. Contudo, diante do desafio, tiveram que desenvolver estratégias didáticas para superar as barreiras e garantir a formação e certificação desses migrantes.



Figura 20 – Alunos em sala de aula

Fonte: Autora, 2023

O Departamento de Trabalho e Educação, diretamente envolvido nessas questões, disponibilizou dicionários e orientações para que os professores pudessem trabalhar dentro de tais limitações, já que não existe um programa de ensino de português para estrangeiros na instituição. Algumas soluções didáticas surgiram de maneira espontânea, sem que os professores percebessem. Em diversas situações, as aulas se convertem em aulas de português instrumental. Além disso, com o auxílio de dicionários, os presos conseguem ler textos e realizar exercícios relacionados à disciplina. Simultaneamente, outros presos desempenham a função de intérpretes para os professores e alunos. Esses intérpretes são presos naturalizados ou que aprenderam o português durante o período de privação de liberdade, principalmente por meio de livros em português, conversas ouvidas acidentalmente entre os servidores ou assistindo a programas de televisão em uma sala onde o aparelho fica disponível. Da mesma forma que aprendem o português de maneira espontânea, outras línguas também são adquiridas nas celas. De acordo com os meus dados levantados e referenciados no capítulo seguinte desta tese, muitos presos chegam a falar sete ou oito línguas, aprendidas tanto nas celas quanto no pátio.

Os professores procuram utilizar materiais lúdicos e escrever frequentemente na lousa para tornar o conteúdo das aulas mais acessível aos detentos. É importante destacar que eles ensinam como se os migrantes fossem alunos brasileiros, partindo

do pressuposto de que estão compreendendo as explicações e adquirindo conhecimento, independentemente da nacionalidade ou do idioma de origem. Segundo os docentes, o uso do português em sala de aula é fundamental para estimular o aprendizado. Além disso, existe uma política interna não oficial que incentiva os migrantes a se comunicarem em português, tanto por questões de segurança quanto por possíveis benefícios futuros. Dessa forma, o domínio da língua portuguesa é tratado como algo naturalmente esperado. Mas, nem sempre é o caso. Como disse um professor:

[...] Sr. S é turco, na realidade, pegava o caderno do outro, e copiava. Ele dizia: “ah, não entendi, professor, não entendi” ... daí eu comecei a perceber que ele não entendia o que eu falava, por causa da língua portuguesa. Ele entendia muito pouco e às vezes ele entendia errado. Eu apresentei um documento a uma delegacia de ensino adaptando as atividades e fazendo prévias explicações escritas em turco para ele. Então... o assunto que eu ia falar... previamente ele já sabia. Já estava escrito lá. Isso melhorou 98%.

Essa é, portanto, a realidade da educação no sistema prisional: aulas, provas e preparação para os exames nacionais, além de muita criatividade para formar migrantes e professores dedicados, capazes de manter a atenção dos alunos-presos no aprendizado, e não apenas na remição da pena.

A transcrição das aulas para o turco ocorreu por iniciativa de um professor que conhecia pessoas capazes de realizar esse trabalho. À exceção da atitude do professor e da autorização dos órgãos responsáveis para transcrever a aula e os materiais didáticos em turco, os demais professores utilizam o material didático em português. Não existem políticas públicas educacionais voltadas ao preso estrangeiro que contemplem a tradução do material didático para ao menos as línguas majoritárias (inglês e espanhol), nem recursos formais disponíveis além dos dicionários. Mesmo que a tradução desses materiais fosse viável, seria um trabalho árduo, pois a diversidade de línguas na sala de aula continuaria a ser um obstáculo.

A escola oferece suporte dentro de suas possibilidades. Embora diretores e coordenadores estejam disponíveis para auxiliar os professores, não há profissionais especializados em educação prisional, transferindo assim para os professores a responsabilidade de garantir o ensino para esses migrantes; dessa forma, os professores enfrentam desafios que ultrapassam as questões linguísticas e até profissionais.

A formação de alunos de licenciatura em Pedagogia voltada para a atuação em espaços não escolares enfrenta uma série de desafios estruturais, curriculares e culturais. Embora o curso de Pedagogia tenha um campo amplo, muitas vezes, o foco predominante recai sobre a formação para a atuação na educação formal, especialmente na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Isso limita a preparação dos pedagogos para explorar as potencialidades da educação em espaços não escolares.

Grande parte dos currículos de licenciatura em Pedagogia concentra-se em preparar o futuro professor para atuar em escolas, deixando lacunas no desenvolvimento de competências específicas para outros contextos educacionais. Os assuntos como mediação cultural, educação comunitária e práticas pedagógicas, em empresas ou ONGs, são frequentemente tratados de forma superficial ou como optativas.

A falta de experiências práticas em contextos não escolares como presídios se une às dificuldades mencionadas acima. Os estágios são direcionados para as escolas e isso dificulta a exposição de licenciandos a práticas educativas em espaços alternativos. As poucas parcerias institucionais não promovem articulações entre universidades e espaços não escolares (como museus, hospitais ou organizações sociais), o que reduz as oportunidades de vivências práticas. Outro aspecto essencial que se deve considerar é o preconceito ou invisibilidade do campo. Existe uma supervalorização da educação em relação à pedagogia dentro do espaço escolar, e, muitas vezes, a pedagogia fora do espaço escolar é vista como menos legítima ou menos importante. A formação pedagógica pode carecer de integração com áreas que seriam essenciais para a atuação em espaços não escolares, como administração, cultura, saúde e assistência social.

Nessa mesma esteira, existe uma resistência institucional uma vez que as diretrizes curriculares muitas vezes não priorizam ou incluem explicitamente a formação para espaços não escolares. As universidades parecem resistir a adaptar currículos ou metodologias que contemplem tais práticas.

Os impactos na formação docente são grandes porque muitos pedagogos se formam sem conhecer as oportunidades e os desafios da atuação em espaços não escolares. Isso parece levar à concentração de profissionais no mercado escolar, ignorando a demanda crescente por educadores em outros contextos. A falta de

preparação específica contribui para uma visão reduzida da pedagogia nesses espaços.



Figura 21 – Sala de aula vista pelas grades

Fonte: Autora, 2023

Embora realizem um trabalho árduo e digno de reconhecimento, os professores enfrentam desafios significativos, desde a própria formação – pois não se sentem totalmente preparados para atuar em salas plurilíngues dentro do sistema prisional – até a prática em sala de aula. Para atender às necessidades dos alunos, utilizam materiais didáticos como forma de adaptar as aulas. No entanto, muitos desses recursos são desenvolvidos para turmas regulares, sem adaptações específicas para a EJA ou para estudantes estrangeiros. Apesar dos esforços dos docentes para ajustar os materiais ao nível da EJA, as opções disponíveis para lidar com as barreiras linguísticas ainda são limitadas.

Nesse contexto, a interpretação é vista pelos docentes como a solução mais viável. Os presos que atuam como intérpretes, portanto, tornam-se fundamentais nas aulas. Segundo relatos, há alunos que só conseguem acompanhar as aulas quando o preso-intérprete está presente, o que implica que, caso o intérprete falte, o outro aluno também não comparece à aula. Além disso, os professores acreditam que a presença de um intérprete circulando pela sala de aula contribui para um aprendizado mais eficaz desses alunos.

Ao contar sua experiência no espaço escolar prisional, um professor relata:

O material que eu usava era o material que eu criava. Eu, no começo, eu comecei usando livros... mas eu vi que não estava surtindo efeito. Estava uma aula mecânica... uma aula totalmente robotizada... tinha aquele tempo certinho e ninguém entendia nada e estava tudo bem. Eu não queria isso... eu queria... o povo falando... eu queria causar aquela curiosidade, eu queria causar aquela estranheza neles, por que no português é assim. Usando a filosofia, adaptei o material, eu mesmo produzi, fiz o ofício, mandei para a diretoria de ensino, mostrei para a direção da escola e a escola aprovou... A diretoria de ensino pedia relatórios sobre o desenvolvimento que estava acontecendo... e foi muito satisfatório.

Como vimos, a rotina dos professores da Penitenciária Cabo PM Marcelo Pires da Silva é muito desafiadora, especialmente por se tratar da educação voltada para migrantes. As aulas regulares são conduzidas com base no uso de lousa e livros. Ainda assim, é importante destacar que o contato frequente com a leitura e a escrita desempenha um papel significativo no aprendizado da língua portuguesa. Cada aluno possui seu próprio material, que é armazenado em armários localizados na antessala da sala de segurança. Apenas um dos presos tem autorização para distribuir os materiais no início da aula e recolhê-los ao término.

Há um esforço contínuo para que os presos compreendam tanto a língua portuguesa quanto os conteúdos necessários para participar de provas e exames nacionais, como o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que são elaborados exclusivamente em português. Todos os detentos podem se inscrever nesses exames, independentemente de frequentarem ou não a escola, desde que possuam CPF. Tive a oportunidade, a convite do diretor de Trabalho e Educação, de aplicar a prova do ENCCEJA para os migrantes. Essa experiência revelou que muitos enfrentaram grandes dificuldades para compreender os enunciados devido à barreira linguística, o que tornava a resolução das questões bastante problemática. No entanto, foi permitido a esses alunos o uso de dicionários, e, em alguns momentos, atuei como intérprete, realizando *sight translation*¹³⁶ dos enunciados

¹³⁶ *Sight translation* (ou tradução à prima vista) é o processo de traduzir um texto falado a partir de um texto escrito, de forma imediata, sem preparação prévia. Diferente da tradução convencional, que envolve um trabalho de pesquisa e análise do texto antes da tradução, na tradução à prima vista, o tradutor lê o texto em uma língua e, de forma espontânea, o traduz oralmente para outra língua, geralmente em tempo real. Essa técnica é comumente usada em situações de interpretação, como em conferências, tribunais, ou reuniões, quando é necessário que o tradutor interprete documentos ou textos breves, muitas vezes na presença de uma audiência. A tradução à prima vista exige habilidades de leitura rápida, compreensão imediata do conteúdo e capacidade de produzir uma tradução fluente de forma eficiente.

para auxiliá-los na compreensão. Por outro lado, os alunos que frequentavam a escola demonstraram menor dificuldade para entender as questões da prova.

Por último, além de participarem das aulas como parte do processo de reintegração social e remição de pena, os presos também têm acesso a projetos como a elaboração de resenhas e resumos de obras literárias, que auxiliam no desenvolvimento da leitura e no avanço do aprendizado da língua portuguesa. Nesse contexto, o aprendizado da língua depende, em grande parte, da iniciativa dos próprios detentos, que buscam frequentar a biblioteca e manter contato constante com a língua para aprimorar suas habilidades.

6.7

Os atendimentos médicos e a assistência jurídica

Os atendimentos médicos são realizados na enfermaria do pavilhão disciplinar de acordo com a demanda dos presos. Durante a pesquisa, tive a oportunidade de interagir com quatro médicos, mas o acompanhamento dos atendimentos foi feito com três deles. Um desses acompanhamentos aconteceu na fase I deste estudo. No que se refere aos procedimentos médicos, os atendimentos não diferem dos realizados em ambulatórios comuns, mas a principal diferença está na variedade de falantes de línguas com os quais os médicos se comunicam. A interação com os presos latinos é menos desafiadora, por conta da proximidade entre o português e o castelhano, que ameniza as dificuldades de compreensão. Os médicos conseguem atender os latinos sem problemas linguísticos significativos, exceto os culturais.

Os médicos relatam ainda que as afecções mais frequentes relatadas por presos são muito semelhantes, o que facilita o atendimento. Em contrapartida, são as diversidades de línguas, com exceção do castelhano e suas variantes, que dificultam o atendimento e os procedimentos médicos.

O local onde os presos recebem atendimento é simples, cercado por grades, e conta com a presença de dois agentes de segurança que ajudam na organização dos prontuários e na distribuição dos medicamentos. Os detentos chegam ao consultório médico algemados e são acompanhados constantemente por um dos agentes.



Figura 22 – Antessala do consultório médico

Fonte: Autora, 2023

Durante o atendimento, o médico realiza as perguntas, examina o paciente, identifica o problema e define o tratamento necessário. Os medicamentos prescritos são entregues aos presos ao final da consulta. Vale destacar que os remédios disponíveis são armazenados em uma sala com armários, semelhante a uma farmácia. Eles são fornecidos sem embalagem ou bula, e as instruções para o uso são transmitidas verbalmente pelos agentes de segurança. Isso significa que os presos não podem levar as prescrições/receitas para suas celas. As orientações sobre o uso dos medicamentos são dadas em português, independentemente da nacionalidade do detento.



Figura 23 – Entrada: consultório à esquerda; enfermaria e consultório dentário à direita

Fonte: Autora, 2023

Alguns medicamentos são proibidos, como os comprimidos em cápsulas gelatinosas pela facilidade de adulteração. Cápsulas de gelatina podem ser abertas, permitindo que substâncias ilícitas, como drogas ou outros materiais proibidos, sejam inseridas e depois lacradas novamente. Isso dificulta a identificação de contrabando durante inspeções.

A restrição a determinados remédios pode variar conforme a legislação local, as normas da instituição prisional e as necessidades específicas de cada detento. Geralmente, são restritos medicamentos com potencial de abuso, aqueles que podem ser usados para automutilação ou overdose, substâncias que possam servir para a fabricação de drogas ilícitas, e medicamentos com valor de troca ou negociação dentro da prisão.

Outro aspecto relevante a citar é que, quando não há medicamento específico disponível na farmácia da enfermaria, quando o preso precisa fazer um tratamento específico e exames (cardiológicos, psiquiátricos, oftalmológicos, oncológicos etc.), muitas vezes, é utilizado o pecúlio para compra externa ou o preso recebe ajuda familiar ou consular. Cumpre também mencionar que, em casos mais graves, é solicitado ao diretor geral o uso do fundo reserva.

A administração de remédios é frequentemente realizada sob supervisão médica geralmente dos funcionários da prisão, como enfermeiros ou médicos, para

prevenir armazenamento ou uso inadequado desses produtos. Casos específicos são analisados cuidadosamente para equilibrar o cuidado à saúde do preso com a segurança da instituição. Por exemplo, presos com transtornos de sono ou problemas psiquiátricos recebem medicamentos controlados, como analgésicos e xaropes, com potencial para causar dependência. Entretanto, muitos desses medicamentos são traficados entre os detentos. Embora seja difícil eliminar completamente essas práticas, os médicos realizam uma anamnese criteriosa antes de prescrever os tratamentos. Para presos em acompanhamento psiquiátrico, é comum que os clínicos solicitem avaliações regulares de especialistas para monitorar o progresso do tratamento.



Figura 24 – Consultório odontológico

Fonte: Autora, 2023

Os atendimentos médicos ocorrem diariamente, em horários que se ajustam à rotina da instituição. Alguns dias da semana são dedicados exclusivamente aos detentos brasileiros, enquanto outros são destinados aos estrangeiros. No que diz respeito à interação entre presos migrantes e a equipe médica e de enfermagem, também há desafios a serem enfrentados assim como em qualquer outro cenário no âmbito da instituição penitenciária.

É comum que os médicos recorram ao Google Tradutor® ou até mesmo a outros presos, especialmente aqueles que trabalham na enfermaria, para atuarem como intérpretes durante as consultas. Poucos médicos têm proficiência em outras

línguas; alguns possuem compreensão básica de inglês e espanhol, mas ainda assim preferem conduzir a interação em português, por ser mais conveniente para os médicos e porque pressupõem que alguns presos conseguem entender as orientações médicas necessárias para o tratamento de suas condições de saúde. Além disso, há um estímulo para que os presos falem em português. No entanto, percebo que esse encorajamento ou política informal surge principalmente da necessidade de garantir a comunicação em um contexto em que não há profissionais especializados para intermediar as interações.

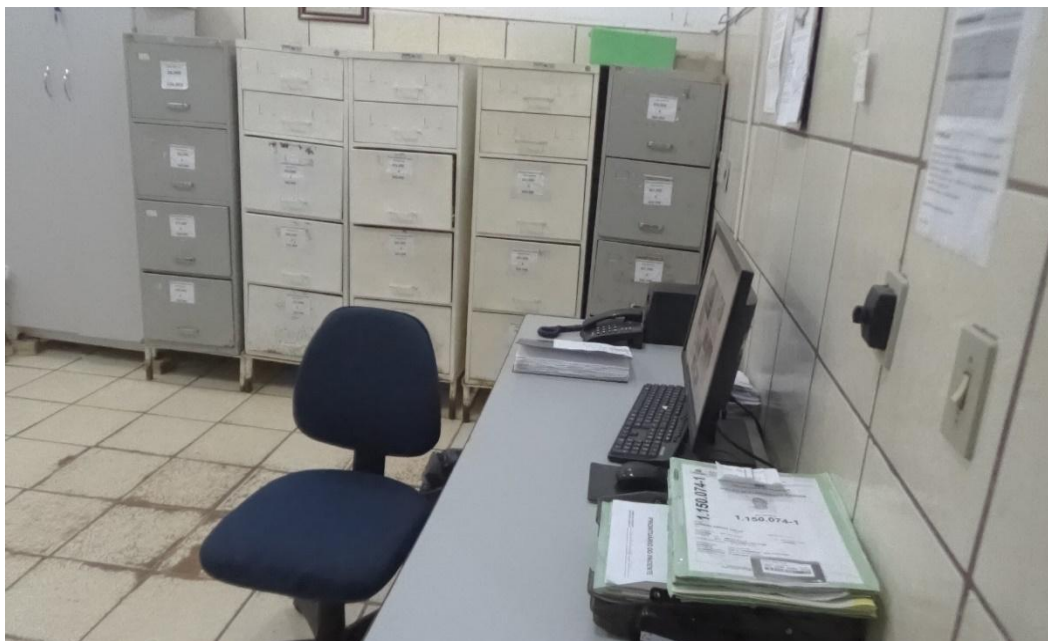


Figura 25 – Sala de enfermagem

Fonte: Autora, 2023

As interações praticamente não acontecem quando os presos não falam línguas amplamente difundidas, como inglês ou espanhol. O uso de línguas como russo, ucraniano, búlgaro, mandarim, iorubá, hauçá e igbo, entre outras presentes na instituição, torna a comunicação entre médico e preso mais problemática. Mesmo quando esses detentos possuem alguma proficiência em inglês como segunda língua, a comunicação continua limitada, pois nem sempre conseguem se expressar de forma clara e eficaz. Nesses casos, as alternativas são o Google Tradutor® ou algum preso que possui o par de língua em questão, por exemplo, russo-português.

Durante minhas observações percebi que a rotina ambulatorial transcorre sem intercorrências na maior parte do tempo. Contudo, em casos de emergência, há

uma ambulância disponível para realizar a transferência do paciente para uma unidade hospitalar de emergência. Durante essas transferências, o preso, sempre algemado, é acompanhado por um técnico de enfermagem e um agente de segurança. Nesse cenário, é importante destacar que as interações envolvem desafios significativos, pela ausência de mediação linguística nos ambientes hospitalares para onde são encaminhados. Em situações em que o diálogo é inviável, os procedimentos acabam sendo conduzidos com base nos registros médicos realizados pelos profissionais de saúde prisional nos prontuários. Não é difícil imaginar que, diante dessa barreira de comunicação, os procedimentos também se orientem pelos sinais ou sintomas observados, já que os presos podem demonstrar o que sentem. No entanto, sem a possibilidade de interação verbal, torna-se impossível apreender precisamente o que eles experimentam naquele momento.

Segundo os relatos dos agentes de segurança, uma das principais dificuldades ao cuidar dos migrantes na enfermaria é entender suas comorbidades e os tratamentos que estavam recebendo antes de chegarem ao local. O desafio maior está no fato de que os medicamentos são provenientes de outros países e não possuem bulas traduzidas, o que dificulta identificar alternativas para substituir os medicamentos já em uso. Como explicou um dos agentes de segurança:

No início, o grande desafio era lidar com pessoas que não falavam português. A comunicação era essencial para identificar doenças ou condições de saúde, como diabetes ou colesterol, que são relativamente simples de tratar. No entanto, a barreira linguística dificultava o processo. Além disso, os medicamentos que os pacientes utilizavam vinham de outros países e tinham nomes completamente diferentes, o que complicava ainda mais a situação. O Google se tornou uma ferramenta valiosa para entender o que estava acontecendo. Felizmente, muitos médicos que passaram pelo setor dominavam bem o inglês, o que também foi de grande ajuda.

No entanto, o Google nem sempre é útil nesses casos. Segundo relatos de médicos e agentes, há casos em o detento somente fala a sua língua primeira de pouca difusão e esta não é encontrada no Google Tradutor (balanta, por exemplo), o que pode complicar ainda mais a comunicação, especialmente em emergência. Nessas circunstâncias, é crucial contar com alguém que domine a língua do detento para interpretar os sintomas e identificar o problema de saúde.

Um dos agentes compartilhou um caso marcante:

Ele [o preso] reclamava de dor, era visível que sentia dor, mas não conseguia explicar claramente onde. Perguntávamos e ele tentava se comunicar na língua dele, mas não compreendíamos, já que ele não falava inglês. Ele pronunciava várias palavras, mas não conseguíamos entender o que realmente estava acontecendo. Inicialmente, o caso foi avaliado por um médico, que realizou diversos exames para investigar a situação. No entanto, somente após algum tempo foi descoberto que o paciente era usuário de drogas extremamente pesadas. Ele vivia em situação de rua e o uso dessas substâncias havia comprometido seu sistema nervoso central, o que explicava as dores que sentia.

Com base nesses relatos, fica claro que os agentes e médicos enfrentam grandes desafios no setor da enfermagem. Como vimos, na ausência de recursos adequados, a única solução disponível é recorrer ao Google Tradutor® e ao apoio de outros presos para mediar a comunicação linguística. Desde que a Penitenciária passou a custodiar migrantes, profissionais como agentes, médicos, assistentes sociais e professores, que interagem diretamente com estrangeiros, têm lidado com dificuldades significativas relacionadas à questão linguística. Todos os departamentos reconhecem esses entraves, mas, até a realização deste estudo, não haviam considerado a IC como uma política pública capaz de oferecer uma solução ética, profissional e efetiva para tais problemas em várias vertentes que discutiremos mais adiante. Um ponto crucial a ser destacado é que, ao longo de todos esses anos, a Penitenciária contou apenas com políticas internas próprias para desenvolver estratégias de enfrentamento dessas dificuldades.

Não foi autorizada a gravação em áudio e vídeo dos atendimentos jurídicos realizados pelo advogado da FUNAP, mas vale ressaltar que esses atendimentos não são diferentes dos outros. Neste capítulo, apresento um breve relato sobre os procedimentos da FUNAP e, no próximo (resultados e análises), farei uma análise detalhada dos atendimentos da defensoria e de dois atendimentos jurídicos que tive permissão para gravar.

Seja nos atendimentos realizados por advogados contratados pelos familiares, pela Defensoria Pública ou pela FUNAP, todos aqueles que não dominam as línguas dos migrantes enfrentam dificuldades de interação com eles. Eles usam os mesmos recursos mencionados até então e relatam que seria ideal que alguns recursos financeiros pudessem estar voltados para a criação de cursos de línguas no interior da penitenciária. Entendem que os migrantes, por falarem várias línguas, poderiam

ser treinados como monitores para lecionar línguas para os servidores, com remição ou remuneração por isso.

A assistência jurídica da FUNAP organiza encontros com os presos sempre que estes enviam “pipas”¹³⁷ solicitando informações sobre sua situação jurídica. Esses pedidos geralmente incluem esclarecimentos sobre o tempo de cumprimento da pena, datas e preparativos para julgamento em caso de prisão provisória, contato com familiares, auxílio da defensoria, ou cálculo do tempo para progressão ao regime semiaberto ou aberto, entre outros assuntos.

No caso do atendimento jurídico, ao receber as “pipas”, o advogado da FUNAP, que atua em um escritório dentro do presídio, consulta a situação do preso, organiza os documentos necessários, agenda os atendimentos no sistema e realiza os encontros com os detentos.

As interações são realizadas exclusivamente em português, assim como toda a documentação. Nesse contexto, cabe ao preso se esforçar para compreender a língua e, conseqüentemente, sua situação jurídica. Quando isso não é possível, ele geralmente também recorre à ajuda de um colega de cela para atuar como mediador linguístico. Conforme minhas observações em relação aos termos jurídicos, o advogado tenta simplificá-los ao máximo para facilitar o entendimento, mas nem sempre isso é viável, tornando incerto se o preso de fato apreendeu com precisão os elementos/detalhes de sua situação jurídica.

Até este ponto, busquei apresentar os limites e as possibilidades de interação no contexto prisional, além das rotinas e dinâmicas adotadas no cotidiano dos migrantes. Na próxima subseção, abordarei o contexto dos atendimentos religiosos, destacando seu potencial para contribuir na ressocialização dos detentos. Também explorarei as dificuldades e desafios enfrentados pelos líderes religiosos, especialmente no que diz respeito à efetividade na comunicação.

¹³⁷ O termo “pipa” é usado em algumas prisões para designar mensagens escritas que circulam entre os detentos, frequentemente, de forma clandestina, sendo utilizadas para fins como organização interna, comunicação familiar ou até mesmo atividades ilícitas. Contudo, na Penitenciária de Itai, as “pipas” têm um propósito oficial e são utilizadas para a comunicação entre os presos e os departamentos. Por meio delas, os detentos solicitam atendimentos jurídicos, médicos, educacionais, visitas familiares, entre outros serviços.

6.8

O atendimento religioso

A literatura sobre sistema prisional indica que a participação em práticas religiosas pode constituir um fator relevante para a reinserção social de internos, associada à percepção de mudanças no comportamento, consolo emocional e manutenção de dignidade (Greco, 2020; Foucault, 2000). Transformações desse tipo podem ocorrer durante períodos de isolamento, reflexão silenciosa ou práticas religiosas internas, independentemente da liberdade física do indivíduo.

Na Penitenciária de Itaí, o atendimento religioso é conduzido por presbíteros da Congregação Cristã no Brasil (CCB) por meio do Departamento de Atividades Religiosas e Presbiterais (DARPE).¹³⁸ Trata-se de atividade voluntária destinada à realização de cultos e práticas religiosas junto aos internos, bem como à divulgação de ensinamentos da denominação.

O DARPE organiza suas atividades em cinco setores distintos: o primeiro atua em unidades prisionais masculinas, femininas e juvenis; o segundo atende clínicas de recuperação para dependentes químicos e albergues; o terceiro presta assistência às forças de segurança, como polícias militar e civil; o quarto atua em hospitais e instituições para idosos; e o quinto dedica-se a projetos educacionais e atividades em universidades.

A CCB, fundada em 1910 por Louis Francescon, é uma denominação cristã de tradição pentecostal, caracterizada pela valorização da música sacra e pela manutenção de uniformidade doutrinária e ritualística em âmbito nacional e internacional.¹³⁹

Os cultos realizados na Penitenciária de Itaí abrangem todos os raios e a ala de progressão, contando com aproximadamente 20 presbíteros, distribuídos em sistema de revezamento. O atendimento distingue internos brasileiros e migrantes, sendo conduzido em língua portuguesa, considerando que não há intérpretes disponíveis para línguas estrangeiras, exceto para Libras. Durante os cultos, a

¹³⁸ Além da Congregação Cristã no Brasil, outras igrejas evangélicas também realizam cultos para os migrantes. No entanto, conforme ressaltado pela assistente social do Centro de Referência Social (CRAS), não existem, por exemplo, instituições religiosas de matriz afrodescendente, muçulmana, árabe ou oriental. A presença dessas comunidades poderia auxiliar tanto linguisticamente quanto culturalmente na reintegração dos presos, fortalecendo a valorização da vida por meio da religião.

¹³⁹ Informações sobre DARPE estão disponíveis em: <https://congregacaocristanobrasil.org.br/darpe>. Acesso em: 04 dez. 2024.

exortação da palavra da denominação não segue estritamente os trechos das escrituras, sendo transmitida de forma a comunicar o sentido religioso aos participantes.

Para viabilizar a compreensão dos ritos e ensinamentos, os internos podem ser organizados em grupos conforme língua e origem. Essa prática evidencia a necessidade de mediação linguística específica para o contexto religioso, incluindo a presença de intérpretes que possam integrar a denominação, como ocorre com os intérpretes de Libras.

Nos raios destinados a migrantes, por questões de segurança, os cultos são realizados em espaços reduzidos, separados por grades do pátio, reunindo internos de diversas nacionalidades, incluindo nigerianos, angolanos, moçambicanos, coreanos, japoneses, chineses, ingleses, ucranianos, russos, poloneses, italianos, suíços, bolivianos, mexicanos, uruguaios e colombianos. Todos acompanham o culto em português, e a organização do grupo pode incluir internos que falam a língua ou a aprenderam durante o cumprimento da pena, auxiliando na orientação dos cantos e orações, bem como na acomodação em cadeiras plásticas para manutenção da ordem.

Os cultos têm duração aproximada de uma hora e ocorrem nos finais de semana, após a realização de procedimentos de revista e verificação de pertences, incluindo bíblias e hinários. Instrumentos musicais, como violino e flauta, são permitidos desde que fora das caixas e sem acessórios, como espaleiras. Os hinários distribuídos aos internos são contabilizados para garantir que o número de exemplares permaneça constante ao final do culto. Alguns hinos possuem versões em outros idiomas, como inglês, mas mantendo a mesma melodia; nesses casos, internos costumam anotar letras em cadernos pessoais, enquanto a igreja disponibiliza hinários em cinco idiomas – português, inglês, italiano, francês e alemão – mediante solicitação e autorização do Departamento de Trabalho e Educação e do CRAS. No entanto, os hinários utilizados nos cultos permanecem exclusivamente em português.

Durante a celebração, a palavra é transmitida pelos presbíteros que conduzem o culto, sem estudo prévio, de modo que a exortação surge a partir da leitura das escrituras e busca comunicar seu sentido aos participantes. Após os cantos, ocorre oração coletiva, seguida de mais hinos e da leitura e exortação da palavra, encerrando o culto.

As interações linguísticas durante os cultos ocorrem em português, sendo mediadas por internos que atuam como intérpretes ou por aqueles que dominam a língua. A presença de intérpretes permite organizar os grupos, acomodar os internos e orientar os cantos e orações, assegurando a manutenção da estrutura adotada pela denominação.

Em determinadas situações, os internos se organizam em subgrupos de acordo com origem e língua compreendida, como latinos, africanos, orientais e europeus, evidenciando a relevância da mediação linguística para o entendimento do discurso religioso e dos ritos específicos da igreja. Para alguns membros do DARPE, a atuação de intérpretes profissionais pertencentes à denominação seria ideal, garantindo “fidelidade” na transmissão da palavra durante os cultos.

A análise do contexto prisional revela que a vigilância hierárquica, a restrição de autonomia e a imposição de conformidade influenciam a experiência dos internos, inclusive nas atividades religiosas. A descrição da organização da Penitenciária de Itaí, do perfil dos internos e do funcionamento do atendimento religioso fornece subsídios para análise sociolinguística e institucional, permitindo compreender estratégias de mediação e os efeitos da estrutura prisional na comunicação.

No capítulo 7, essas interações serão examinadas detalhadamente nos atendimentos educacional, religioso, médico e jurídico, com o objetivo de fundamentar discussões sobre práticas de mediação linguística e sobre a influência do contexto prisional na comunicação.

7

Resultados e análise de resultados

Neste capítulo, apresento os resultados da pesquisa e busco responder como se desenvolvem as interações no contexto plurilíngue da Penitenciária Cabo PM Marcelo Pires da Silva; de que forma e por quem são realizadas as mediações linguísticas entre presos e servidores; e quais elementos transidiomáticos, recursos tecnolinguísticos e aspectos metapragmáticos podem ser identificados nessas interações, sejam elas mediadas linguisticamente ou não. Considerando esses expedientes, propus-me a observar, mapear, organizar e analisar as interações entre servidores e presos migrantes nesse ambiente prisional. Para isso, diferentes procedimentos foram conduzidos em cada etapa do estudo para colher e construir o corpus a ser analisado, mas também para obter metadados:¹⁴⁰entrevistas, levantamento das línguas faladas pelos presos migrantes, observação para familiarização e observação participante. Os metadados auxiliaram na análise dos dados, ou seja, as interações sociolinguísticas registradas por gravações audiovisuais que captaram situações específicas do cotidiano de presos e servidores, como atividades escolares, atendimentos jurídicos, médicos e religiosos.

Conforme descrito no capítulo dedicado à metodologia de pesquisa, a triangulação abrangeu as fases 1, 2 e 3, considerando os procedimentos específicos de cada etapa. As entrevistas e a observação na fase de familiarização contribuíram significativamente para a compreensão das características do contexto prisional, sendo exploradas no capítulo 6 e nas considerações finais desta tese. Esses elementos oferecem perspectivas relevantes para condutas, procedimentos e investigações futuras. Já os resultados do levantamento das línguas faladas pelos presos migrantes, apresentados neste capítulo, constituem uma ferramenta essencial para evidenciar e discriminar o plurilinguismo presente na penitenciária. Por fim, a observação participante, cujos resultados também são apresentados, possibilitou vivenciar as especificidades da IC Prisional, sendo uma etapa fundamental para compreender as dinâmicas e os desafios inerentes ao papel do intérprete nesse contexto específico. Por último, apresento a análise das interações sociolinguísticas

¹⁴⁰ Nesta pesquisa considero metadados informações que não fazem parte do corpus a ser analisado, mas que entram em complemento dos dados basilares, enquanto fatores a serem considerados na abordagem sociolinguística.

nas situações previamente registradas em áudio e vídeo, buscando estabelecer articulações teórico-metodológicas (conforme discutido nos capítulos 3 e 4) que culminam em reflexões e considerações finais.

7.1

Os metadados

7.1.1

As línguas faladas por migrantes no presídio de Itaí

Ao longo de um estudo longitudinal realizado durante um ano no presídio de Itaí, 661 presos foram consultados com o objetivo de identificar e registrar as línguas por eles faladas. Ficaram excluídos dessa estatística presos incapazes de responder às perguntas devido a graves problemas psiquiátricos, os que estavam em celas de seguro¹⁴¹, isolados por questões disciplinares, presos internados em hospitais ou na enfermaria e no setor da inclusão¹⁴². Todas as línguas faladas por esses migrantes presos foram registradas em planilha Excel. É possível verificar na

¹⁴¹ As celas de seguro, também chamadas de celas seguras, são espaços dentro do presídio destinados à proteção de presos que se encontram em situação de vulnerabilidade ou sob ameaça de violência por parte de outros detentos. Esses espaços são utilizados como medida preventiva para garantir a integridade física e, em alguns casos, psicológica de determinados internos, que por diferentes razões não podem permanecer no convívio geral da unidade prisional. Entre os presos que costumam ser alocados em celas de seguro estão ex-policiais, ex-agentes de segurança pública, delatores (conhecidos como “X-9”), pessoas LGBTQIA+ que sofrem discriminação ou risco de agressão, presos com doenças contagiosas ou que necessitam de cuidados especiais e aqueles acusados de crimes considerados repulsivos pelos demais detentos, como crimes sexuais contra crianças. Essas celas geralmente ficam localizadas em áreas isoladas do presídio e seguem regras mais restritivas, com limitação de visitas, de tempo de banho de sol e de participação em atividades coletivas. Apesar de sua função ser a de proteger, o uso prolongado desse tipo de isolamento faz-nos refletir sobre violações de direitos humanos e sobre as condições do sistema penitenciário, já que o confinamento excessivo e a exclusão de oportunidades de ressocialização também representam formas de violência institucional.

¹⁴² O setor de inclusão em uma penitenciária é o local onde são realizados os primeiros procedimentos de triagem e acolhimento dos presos recém-chegados à unidade. Trata-se de uma etapa inicial fundamental do processo de encarceramento, na qual o indivíduo passa por avaliações médicas, psicológicas, sociais e administrativas antes de ser encaminhado para uma cela definitiva. Nesse setor, são coletadas informações pessoais, feitas fotografias, impressões digitais e registros no sistema penitenciário. Também ocorre uma avaliação médica para verificar o estado de saúde do preso, a existência de ferimentos, doenças ou uso de medicamentos, além de uma análise sobre riscos específicos, como ameaças, vínculos com facções ou vulnerabilidades que exijam cuidados especiais. Durante esse período, o preso costuma permanecer isolado dos demais internos, aguardando definição sobre em qual cela, pavilhão ou galeria será alocado, com base na sua classificação penal e perfil de risco. Em algumas unidades, o setor de inclusão também conta com a atuação de assistentes sociais, psicólogos e defensores públicos, especialmente nos casos de presos estrangeiros, pessoas em situação de vulnerabilidade ou em condição provisória. Essa etapa é considerada estratégica tanto para a segurança do sistema quanto para a organização da vida prisional, sendo o primeiro ponto de contato institucional do indivíduo com a lógica interna da penitenciária.

sequência de quadros anexos as línguas faladas pelos 661 migrantes. Por questões éticas, esses presos são identificados por suas iniciais e por sua nacionalidade.

É relevante destacar que, nas estatísticas do SISDEPEN, as línguas faladas pelos migrantes não estão registradas no sistema, que informa apenas a nacionalidade do preso. Por esse motivo, foi necessário realizar uma abordagem direta aos migrantes da penitenciária de Itaí para coletar as informações faltantes. Vale também mencionar que essa abordagem foi iniciada primeiramente pelo raio 1, seguida pelo raio 3 e, por último, pela ala de progressão. Esse processo ocorreu em um contexto de alta rotatividade de presos, que podem ser transferidos da inclusão para os raios 1 ou 3 e, posteriormente, desses raios para a ala de progressão do regime semiaberto, avançando eventualmente para o regime aberto, quando o acesso a esses detentos já não é mais possível. Isso implica que a amostra de 661 detentos não se refere à totalidade dos detentos, considerando que a planilha de registros do Excel permanecia frequentemente desatualizada devido ao constante ingresso de novos presos no setor de inclusão e à liberação de outros, seja por regime aberto ou liberdade. Ao final dessa apuração, os dados do SISDEPEN e do SIA registraram um total de 859 presos, revelando uma diferença de 198 detentos que não foram contabilizados nessa estatística.

Para manter a planilha sempre atualizada, seria essencial adicionar informações sobre as línguas no sistema da penitenciária. O sistema interno SIA, no entanto, limitava-se a registrar apenas a nacionalidade dos presos, sem oferecer um campo para indicar as línguas faladas. A criação de um campo específico no sistema possibilitaria o registro das línguas mapeadas, permitindo que o setor responsável pela inclusão gerenciasse essas informações de forma eficiente. Ao chegarem na penitenciária, os presos respondem a um questionário interno, no qual poderia ser inserida uma pergunta sobre as línguas que dominam. Também é importante considerar que, durante o período de privação de liberdade, os detentos podem aprender outras línguas. Por isso, o mapeamento poderia ser atualizado periodicamente, por servidores ou pelos próprios presos que colaboram no funcionamento do estabelecimento.

Diversos contatos foram realizados com os órgãos responsáveis pelo sistema penal, visando a implementar um mecanismo no sistema que atendesse a essa necessidade. Como as interações no ambiente carcerário muitas vezes são mediadas linguisticamente pelos próprios presos, tal ferramenta seria extremamente útil tanto

para o momento presente quanto para ações futuras relacionadas à IC. Dessa forma, seria possível localizar no sistema, com eficiência, o preso que fala a língua necessária para interpretação em situações específicas.

A DPU, por meio da Secretaria de Assistência Penitenciária e com a participação de juízes, defensores e outros interessados, após o envio de uma carta solicitando a adaptação e reconfiguração do sistema vigente, elaborou um despacho para possibilitar a modificação do sistema de controle de informações dos presos da penitenciária Cabo PM Marcelo Pires da Silva, bem como o de outras unidades penitenciárias. O objetivo é incluir no sistema os idiomas falados por detentos estrangeiros justificando a alteração a partir do previsto na Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 405/2021¹⁴³. O documento até então apenas estabelece procedimentos para o tratamento de pessoas migrantes no sistema de justiça brasileiro, incluindo a garantia de intérpretes ou tradutores em todas as etapas do processo penal. O Artigo 4º da Resolução determina que será garantida a presença de intérprete ou tradutor da língua falada pela pessoa migrante em todas as etapas do processo penal em que ela figure como parte, incluindo a audiência de custódia. Além disso, o parágrafo único do Artigo 4º estabelece que os órgãos do Poder Judiciário devem envidar esforços para promover o acesso dos principais documentos do processo judicial à pessoa migrante, traduzidos na língua por ela falada. Essas disposições visam a assegurar que as pessoas migrantes tenham pleno entendimento dos procedimentos judiciais e possam exercer seus direitos de forma efetiva, apesar das limitações linguísticas. A implementação dessa alteração que possibilitará a inclusão da declaração das línguas está prevista para 2025, de modo a promover maior acessibilidade e alinhamento com as normas estabelecidas pela Resolução acima citada.

Assim, quando este estudo foi realizado, criei uma planilha contendo o nome completo do migrante, sua nacionalidade e as línguas que falava. Foram registradas 72 línguas diferentes e 57 nacionalidades, com cada migrante falando de 2 a 8 línguas distintas. O quadro abaixo apresenta as línguas faladas pelos migrantes na época deste estudo.

¹⁴³ Disponível em: <https://direitoshumanos.dpu.def.br/resolucao-cnj-no-405-2021-estabelece-procedimentos-para-o-tratamento-das-pessoas-migrantes-custodiadas-acusadas-res-condenadas-ou-privadas-de-liberdade-inclusive-em-prisao-domiciliar-e-em-outras/> Acesso em: 21 jun. 2025.

Tabela 5 – Línguas presentes no presídio de Itai

africâner	chinês	húngaro	mandarim	sérvio
aiamará	coreano	hyōjungo	marroquino	sotho
albanês	crioulo	igbo	neerlandês	suáli
alemão	curdo	inglês	panjabi	tcheco
amárico	edo	iorubá	papiamento	teochew
árabe	espanhol	isoko	pesto	turco
balanta	fon	italiano	pinghua	ucraniano
bambará	francês	japonês	polonês	uolofe
bengali	fula	kicongo	português	urdu
biatra	grego	knox	português br	vera'a
búlgaro	guarani	letão	quíchua	zulu
cantonês	hanga	lingala	rapa nui	
castelhano	hauçá	luganda	rukiga	
catalão	hebraico	maconde	runyankole	
chiluba	hindi	malaio	rutoro	

Fonte: Autora, 2025.

Essas são as línguas declaradas pelos imigrantes. Alguns mencionaram falar outras línguas, incluindo línguas regionais minorizadas, mas optaram por listar apenas as mais utilizadas por eles e entre eles nas interações diárias. Conforme o quadro abaixo, pode-se verificar as línguas faladas e a quantidade de presos que falam essas línguas¹⁴⁴.

¹⁴⁴ A soma das proporções por língua ultrapassa 100%, pois os dados consideram a multiplicidade linguística de cada preso. Indivíduos multilíngues são contabilizados em todas as línguas que declararam falar.”

Tabela 6 – Quantidade de presos e as línguas que falam

<i>Línguas faladas no presídio</i>	<i>Quantidade de presos que falam</i>	<i>%</i>	<i>Línguas faladas no presídio</i>	<i>Quantidade de presos que falam</i>	<i>%</i>
africâner	1	0,11	italiano	20	2,22
aiamará	4	0,44	japonês	1	0,11
albanês	1	0,11	quicongo	2	0,22
alemão	6	0,67	knox	1	0,11
amárico	1	0,11	letão	1	0,11
árabe	13	1,44	lingala	9	1,00
balanta	1	0,11	luganda	1	0,11
bambará	2	0,22	maconde	1	0,11
bengali	2	0,22	malaio	4	0,44
biatra	1	0,11	mandarim	14	1,55
búlgaro	1	0,11	marroquino	1	0,11
cantonês	6	0,67	neerlandês	2	0,22
castelhano	212	23,53	panjabi	1	0,11
catalão	1	0,11	papiamento	1	0,11
chiluba	1	0,11	pesto	1	0,11
chinês	1	0,11	pinghua	1	0,11
coreano	1	0,11	polonês	1	0,11
crioulo	16	1,78	português (Br)	163	18,09
edo	1	0,11	português (Eu)	3	0,33
curdo	1	0,11	quíchua	28	3,11
espanhol	48	5,33	rapa nui	1	0,11
fon	2	0,22	rukiga	1	0,11
francês	53	5,88	runyankole	1	0,11
fula	3	0,33	russo	6	0,67
grego	2	0,22	rutoro	1	0,11
guarani	62	6,88	servio	1	0,11
hanga	1	0,11	sotho	1	0,11
hauçá	8	0,89	suáli	26	2,89
hebraico	1	0,11	tcheco	1	0,11
hindi	5	0,55	teochew	1	0,11
húngaro	1	0,11	turco	7	0,78
hyōjungo	1	0,11	ucraniano	1	0,11
igbo	90	9,99	uolofe	3	0,33
inglês	16	1,78	urdu	2	0,22
iorubá	14	1,55	vera'a	1	0,11
isoko	3	0,33	zulu	8	0,89

Totais: 901 (100,00%)

Esse quadro inclui uma coluna com a proporção (em percentual) de pessoas que falam cada língua. A soma dessa coluna ultrapassa a amostra de entrevistados devido à interseção de origens de países com múltiplas línguas, pois muitos desses

indivíduos são multilíngues, ou seja, falam mais de uma língua, o que reflete trajetórias migratórias complexas e contextos socioculturais caracterizados pela diversidade linguística interna de seus países de origem.

Entre as línguas mais faladas, o castelhano, ou espanhol latino-americano, predomina, com 212 presos (23,53%), evidenciando o forte contingente proveniente de países como Bolívia, Venezuela, Colômbia e Peru. Essa alta frequência demonstra que, mesmo em um sistema prisional oficialmente monolíngue em português, o espanhol funciona como língua de uso cotidiano e instrumento de sobrevivência no cárcere. O francês é falado por 53 presos (5,88%), principalmente migrantes africanos oriundos de ex-colônias francófonas, como Congo, Senegal, Guiné e Camarões, além de haitianos, cuja migração cresceu especialmente após o terremoto de 2010. O espanhol europeu, listado separadamente com 48 presos (5,33%), revela que há também falantes da Espanha, ainda que se possa considerar uma mesma comunidade linguística.

O português brasileiro é falado por 163 presos (18,09%), número que pode indicar tanto migrantes oriundos de países lusófonos como Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, quanto indivíduos em processo de aquisição da língua no contexto prisional, ou ainda aqueles com longa permanência no Brasil. Línguas africanas como o igbo (90 presos, 9,99%) e o iorubá (14 presos, 1,55%), ambas nigerianas, ressaltam a presença significativa de fluxos migratórios da África, embora tais línguas sejam pouco reconhecidas e atendidas pelas instituições prisionais, dificultando o acesso à comunicação e aos direitos. Outro destaque é o guarani (62 presos, 6,88%), língua indígena do Paraguai (também falada no Brasil) que confirma o bilinguismo de muitos presos paraguaios, que se comunicam tanto em espanhol quanto em guarani como pude presenciar. O crioulo haitiano (16 presos, 1,78%) e o inglês (16 presos, 1,78%) também apareceram, evidenciando a pluralidade das origens e as diferentes necessidades linguísticas e culturais desses migrantes.

No que tange à língua árabe, embora não esteja entre as mais frequentes, sua presença é relevante e complexa, dada a multiplicidade de variedades regionais que ela comporta. Por exemplo, o árabe levantino, falado em países como Síria, Líbano, Jordânia e Palestina, é comum entre migrantes que chegam ao Brasil. Outras variedades, como o árabe egípcio, o árabe magrebino (presente em Marrocos, Argélia, Tunísia) e o árabe do Golfo, apresentam diferenças fonéticas, lexicais e

gramaticais que podem dificultar a comunicação entre falantes dessas variedades. Isso significa que, no sistema prisional, um preso falante do árabe levantino pode ter dificuldade para se comunicar com outro preso que fale, por exemplo, o árabe magrebino, ampliando o desafio da mediação linguística.

Além disso, ressalta-se o fato de muitos presos serem plurilíngues – por exemplo, um preso paraguaio bilíngue em espanhol e guarani, ou um migrante africano que fale igbo e inglês –, o que reforça a necessidade de políticas públicas que considerem não apenas a presença de línguas majoritárias, como castelhano, francês e inglês, mas também a complexidade da pluralidade linguística de um mesmo falante. Em tempos de superdiversidade, essa diversidade torna evidente a urgência da formação e regulamentação de intérpretes comunitários com conhecimentos linguístico e cultural aprofundados, capazes de garantir a efetividade da comunicação, o respeito às identidades e o acesso aos direitos básicos da população carcerária migrante.

Por fim, a distinção entre o português do Brasil e o português europeu, ainda que o português europeu compareça em menor medida, traz implicações socioculturais importantes, sobretudo no que se refere à variação fonética e fonológica, o que também deve ser considerado no atendimento linguístico dentro das instituições. Na nota de rodapé consta um link com a tabela Excel para acesso do leitor à nacionalidade de cada preso e à indicação de cada língua falada.¹⁴⁵ Seguem abaixo as 10 línguas mais faladas no presídio de Itaí (essa análise foi extraída da tabela 6).

¹⁴⁵ Tabela de línguas faladas por preso e por nacionalidade. Os nomes dos presos foram ocultados e substituídos por um código de números aleatórios. Acesso apenas para leitura em Google Drive: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1rODstDqZsRh0SBx5yDNmgNsjkBC3nQSSgUB-RianeCM/edit?usp=sharing>

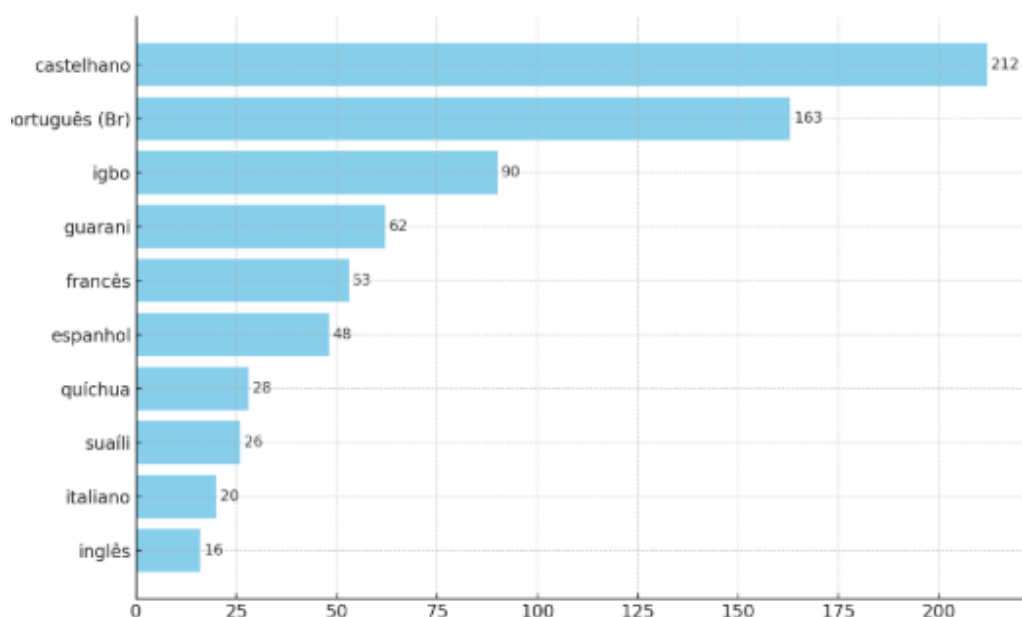


Figura 26 – As dez línguas mais faladas na penitenciária de Itai

Fonte: Autora, 2025.1

Os níveis educacionais mais elevados, de acordo com essas declarações, são dos presos oriundos da Ásia, Europa, África Austral e do Oriente Médio. Aproximadamente 45,1% dos presos questionados sobre a língua falada também declararam possuir formação superior, incluindo graduação, pós-graduação *stricto sensu* e pós-doutorado em áreas como sociologia, psicologia, pedagogia, ciências políticas, história e geografia, direito, enfermagem, física, matemática, química, agronomia, odontologia, jornalismo; assim como há administradores financeiros, engenheiros, arquitetos, sendo tais profissões exercidas em seus países.

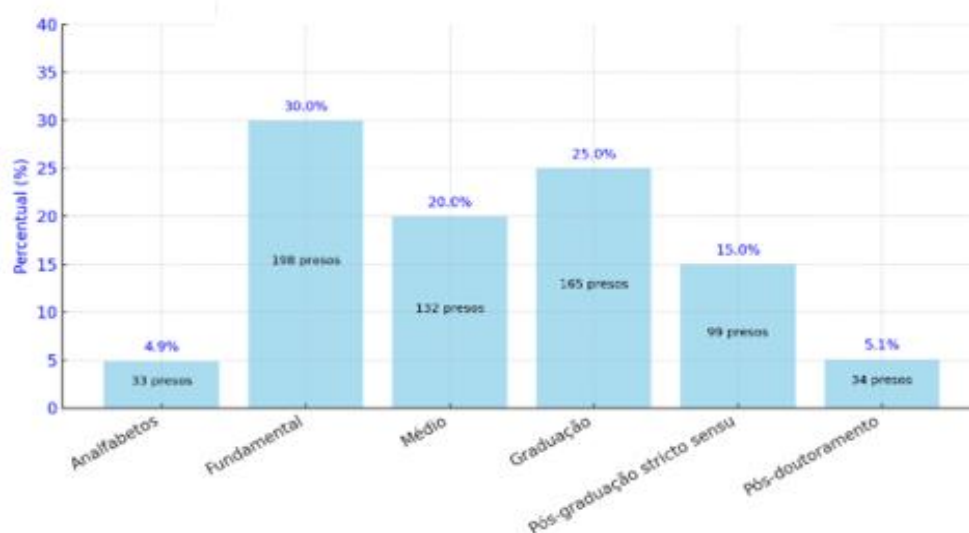
No continente americano, os latinos apresentam, em geral, um nível educacional mais baixo, variando entre o ensino fundamental e médio, com apenas cerca de 30% com o fundamental e 20% o ensino médio. Apenas 4,9% declararam nunca ter frequentado a escola. Em relação às atividades profissionais, muitos declararam trabalhar nas áreas de agronomia no setor têxtil em seus países. A tabela abaixo ilustra a explicação:

Tabela 7 – Porcentagem de migrantes de acordo com nível educacional

Nível educacional de migrantes na penitenciária de Itaí		
Analfabetos	4,9%	33 presos
Fundamental	30%	198 presos
Médio	20%	132 presos
Graduação	25%	165 presos
Pós-graduação stricto sensu	15%	99 presos
Pós-doutoramento	5,1%	34 presos

Fonte: Autora, 2025.

Segue o gráfico da tabela sobre o nível educacional dos presos:

**Figura 27 – Nível educacional de presos sob custódia da Penitenciária de Itaí**

Fonte: Autora, 2024

Em geral, os migrantes declararam falar pelo menos oito línguas. Quando questionados sobre como as adquiriram, as respostas foram diversas. Alguns afirmaram ter aprendido línguas durante o ensino básico em escolas de seus países, outros em universidades que frequentaram, por meio de viagens frequentes a diferentes países, intercâmbio social, ou ainda dentro do presídio, por meio de interações com outros detentos.

Embora a relação entre escolaridade e conhecimento de línguas não tenha sido meu foco naquele momento, foi possível perceber, neste ambiente prisional,

que os presos com maior nível educacional tendem a falar um número maior de línguas em comparação com aqueles com nível educacional mais baixo. No entanto, isso não é uma regra absoluta, pois a proficiência em línguas estrangeiras depende de diversos fatores, como acesso a oportunidades de aprendizado, intercâmbios culturais, maior exposição a diferentes línguas ao longo da vida e habilidades cognitivas que facilitam o aprendizado de novas línguas. No presídio de Itaí, as entrevistas indicam que a motivação exerce um papel fundamental. Muitos presos não reconhecem os benefícios de aprender outras línguas, mesmo que isso pudesse facilitar sua sobrevivência dentro da unidade, melhorar o acesso à sua situação jurídica ou, em alguns casos, simplesmente não conseguem assimilar o aprendizado. Disso decorre que muitas interações precisam ser facilitadas por um preso intérprete. No entanto, no caso de línguas minoritárias no presídio, como búlgaro e húngaro, línguas exóticas como o amárico, ou variações linguísticas de outras línguas, não há garantia de que um preso consiga realizar a interpretação. Nesses casos, a vida prisional fica comprometida, pois o preso não consegue participar de programas de reintegração, enfrenta dificuldades com as normas, comete infrações e não consegue trabalhar ou acessar tratamento médico adequado. Essas situações serão descritas posteriormente na análise das filmagens.

Uma parte significativa dos presos destacou a importância de aprender português, seja para cumprir regras, entender melhor sua situação jurídica ou interagir de forma mais eficiente com os servidores. No entanto, de acordo com as declarações, a proficiência em português é frequentemente limitada ao registro informal, suficiente para conversas nos corredores ou para acompanhar programas de TV. O único contato com a forma institucionalizada da língua ocorre na escola, embora o ensino oferecido não tenha como foco o desenvolvimento da proficiência linguística.

O aprendizado informal do português dentro da penitenciária leva os migrantes a produzirem determinadas estruturas retóricas socioculturais, que Jacquemet (2011) denomina como clusters semânticos, os quais frequentemente resultam em falhas comunicativas, ou “colapsos na comunicação”, conforme o autor. Buscando algumas articulações teóricas da Sociolinguística Interacional, e à guisa de ilustração, um migrante chinês com alguma proficiência em inglês e falante de mandarim, recém-chegado ao presídio, mas que já estava no pavilhão de convívio, não falava a língua portuguesa e foi abordado por um agente de segurança

por algum motivo. Sem muito conhecimento sobre a situação linguística do migrante, em algum momento da interação o servidor usou a expressão “cê tá me tirano?” e tal expressão foi o suficiente para desencadear uma série de colapsos interacionais:

Agente: [...] *cê tá me tirano?*

Migrante: *hã, yes*

Agente: [...] *perguntei se “tá me tirano”*

Outros presos que entendem português tentam ajudar: [...] *you take out...!*

Migrante: *yes, yes* [gesticula para tirar a roupa.]

Agente: *Não é pra tirar a roupa, não!*

Migrante: *What? No, no?*

Agente: *No!* [a essa altura da interação, o agente entendeu o problema linguístico]

Outros presos: *Just answer “no” to him*

Migrante: *no... no*

Agente: *ok*

A expressão “tá me tirando” é uma forma coloquial brasileira que indica surpresa, incredulidade ou irritação diante de algo que se considera absurdo ou inaceitável. Em contextos de análise de discurso, expressões como “tá me tirando” podem ser vistas como parte de um *cluster* semântico que inclui outras expressões coloquiais que comunicam surpresa ou indignação, como “não acredito”, “sério?”, “não é possível”, entre outras. Essas expressões compartilham um campo semântico relacionado à reação emocional a uma informação ou situação inesperada. Juntamente com as suposições culturais, a expressão “cê tá me tirano” é um tipo de interação transidiomática que as pessoas utilizam ao participar de encontros interacionais. São recursos culturais para lidar com o arcabouço cultural do outro. No entanto, quando as culturas divergem e quando, em situação de assimetria de poder, a parte dominante negligencia a necessidade de respeitar a diversidade cultural do seu interlocutor, os colapsos comunicativos ocorrem. Jacquemet (2011) observa que práticas metapragmáticas são especialmente visíveis em contextos em que há tensões linguísticas, como migração, traduções jurídicas ou interpretações em tribunais, onde diferentes normas pragmáticas podem colidir. Por essa razão, em situações de mediação cultural, as práticas metapragmáticas tornam-se

ferramentas essenciais para estabelecer compreensões mútuas, refletindo explicitamente sobre como a linguagem é usada e ajustada para garantir que o significado seja compartilhado. Nesse exemplo específico, os outros presos tentaram mediar a interação; no entanto, falharam por não conseguir explicar a expressão adequadamente, talvez por não saberem ao certo seu equivalente em inglês. De acordo com as declarações registradas posteriormente, os presos acabaram por explicar a expressão com calma para que o detento chinês não sofresse penalidades por indisciplina.

Outra expressão muito utilizada por presos, aprendida com os agentes no dia a dia é “já era”, que pode ser considerada tanto como *cluster* semântico como prática pragmática. “Já era” faz parte de um conjunto de expressões informais que indicam o fim ou o término de algo. Ela é usada para expressar a ideia de uma situação, oportunidade ou condição que já passou ou foi perdida, de maneira irreversível. Nesse caso, ela compartilha um campo semântico com outras expressões de negação ou término, como “acabou”, “não tem mais jeito”, “não dá mais” etc. Nesse sentido, “já era” é uma parte de um *cluster semântico* relacionado a uma reação de resignação ou aceitação de que algo não pode ser mudado ou revertido. Por outro lado, “já era” também pode ser visto como uma prática metapragmática, especialmente quando usado para sinalizar que algo foi resolvido, encerrado ou dado como irreversível. Em uma conversa, pode funcionar como um marcador que regula a interação, sinalizando o fim de uma discussão ou o reconhecimento de que uma situação não tem mais solução. Por exemplo, quando alguém diz “já era” após uma tentativa frustrada de resolver um problema, está não apenas expressando um significado literal, mas também indicando, de maneira pragmática, que o assunto não deve mais ser discutido.

Portanto, dependendo do contexto, “já era” pode se encaixar em ambas as categorias. Se usado para expressar uma ideia de fim ou término, é parte de um *cluster* semântico. Se usado para gerenciar o fluxo da interação ou para indicar uma mudança no tom ou no rumo da conversa, pode ser visto como uma prática metapragmática. No entanto, os presos utilizam a expressão de forma indiscriminada, sem levar em conta o contexto. Em outro exemplo, o colapso na interação ocorreu comigo:

Pesquisadora: *Posso explicar por que estou aqui?*

Migrante nigeriano: *Já era!*

Pesquisadora: *Como? Posso ou não posso?*

Agente: *Ela pode conversar com você? Ela está perguntando!*

Migrante: *Ah, sim, pode.*

Pesquisadora: *Prefere que fale em inglês?*

Migrante: *English*

Como demonstrado acima, a expressão mais apropriada para esse evento interacional seria “demorô” e não “já era”. O fato de estarem expostos a algumas expressões e não a outras faz com que as usem sem levar em consideração seu significado e contexto. A expressão “demorô”, no contexto informal brasileiro, pode ser analisada como parte de um *cluster* semântico que envolve respostas afirmativas, de concordância ou de aprovação, dependendo do tom e do contexto. Geralmente, é usada para indicar que algo está sendo aceito, que a pessoa concorda ou está de acordo com o que foi proposto, ou ainda que está aguardando a realização de algo. A expressão “demorô” está intimamente ligada a outras expressões que denotam uma aceitação ou uma afirmação informal.

Essas expressões normalmente têm a função de confirmar ou aceitar algo rapidamente, sendo comuns em registros informais ou coloquiais. Elas fazem parte de um campo semântico no qual o falante demonstra concordância com o que foi dito ou com o que está por vir, frequentemente de maneira relaxada e sem formalidades. Ao perceber que outros colapsos poderiam surgir, perguntei se ele preferia que eu falasse em inglês, e o preso concordou.

Esses são apenas dois exemplos observados no cotidiano do presídio. Embora essas interações não tenham sido gravadas, elas representam uma amostra entre muitas das interações que ocorrem no ambiente prisional. Já na análise dos dados primários, extraídos das gravações das interações, que constitui o foco central desta tese e o principal objetivo da pesquisa, é possível identificar aspectos significativos sobre as dinâmicas comunicativas.

É fundamental atentar para esses recursos discursivos e socioculturais na interação porque eles moldam a forma como as pessoas interpretam e produzem significado durante a comunicação. Quando interlocutores compartilham diferentes repertórios culturais e linguísticos – como os *clusters* semânticos –, podem surgir

desentendimentos devido a interpretações divergentes de palavras, expressões, gestos ou até das intenções comunicativas.

Reconhecer esses recursos ajuda a identificar possíveis fontes de falhas na comunicação, facilitando a mediação e a adaptação das práticas discursivas para promover uma interação mais eficaz e inclusiva. No contexto prisional, por exemplo, essa atenção é ainda mais importante, pois migrantes e agentes penitenciários podem ter backgrounds culturais e linguísticos distintos, o que aumenta o risco de mal-entendidos que podem afetar desde questões jurídicas até a convivência diária. Apesar de esta subseção abordar o levantamento das línguas faladas pelos presos, considerado apenas um metadado na pesquisa, esses dois exemplos oferecem uma perspectiva importante sobre o uso do português pelos migrantes. Concluo, assim, que, embora os presos frequentemente afirmem ter proficiência em português brasileiro, não é sempre o caso. Isso aponta para a impossibilidade de garantir que a mediação realizada por presos na função de intérpretes comunitários *ad hoc* seja linguística e culturalmente efetiva. Torna-se necessário refletir sobre medidas essenciais do ensino de português como língua adicional, visando, posteriormente, à elaboração de programas de formação ou capacitação para que os presos possam atuar como intérpretes no ambiente prisional e no sistema de justiça, e até para além desse contexto, como uma atividade profissional pós-encarceramento. Essa proposta, contudo, não exclui a possibilidade de implementar soluções que envolvam intérpretes comunitários profissionais, externos ao sistema prisional, para atender às demandas específicas desse contexto.

A observação participante, na qual atuei como intérprete profissional, evidenciou que tanto os servidores quanto os presos perceberam a diferença entre serem interpretados por falantes bilíngues atuando como intérpretes *ad hoc* e por uma intérprete profissional. Essa distinção ficou clara durante as interações realizadas nos atendimentos do mutirão, nas consultas com a assistência social e nos encontros com advogados por videoconferência. Na subseção seguinte, apresento os resultados dessa observação participante. Ressalto que minha atuação como intérprete ocorreu de duas formas: de maneira aleatória e de forma sistemática. Em alguns momentos, minha participação como intérprete aconteceu de forma espontânea e inesperada, enquanto, em outros, foi previamente planejada, conforme detalharei na subseção a seguir.

7.1.2

Atuando como intérprete profissional

Minha atuação como intérprete profissional no cotidiano prisional ocorreu em quatro momentos distintos: durante um atendimento jurídico por videoconferência entre um migrante nigeriano e a DPU; nas interações realizadas nas salas de aula e nas do mutirão promovido pela DPU; e na aplicação de prova do ENCCEJA. É importante destacar que essas participações não foram gravadas em áudio ou vídeo e tiveram como objetivo apenas vivenciar a prática da IC no contexto prisional.

Em todos os atendimentos, ficou claro que é essencial orientar os participantes, sejam servidores ou migrantes, sobre como proceder em interações mediadas por um intérprete, ainda que seja uma pessoa sem formação para prestar esse serviço. De fato, embora possa se contar com a assistência linguística de migrantes atuando como intérpretes improvisados (*ad hoc*), esses indivíduos nunca exerceram a atividade de modo profissional, desconhecendo, assim, aspectos importantes relacionados ao código de ética e ao papel do intérprete nas interações.

7.1.3

Atendimento de defensor da DPU por videoconferência a um nigeriano

O atendimento foi iniciado a partir de um agendamento realizado pela DPU junto ao departamento do CRAS. Nesse caso, solicitou-se um intérprete para o par linguístico inglês-português. A demanda foi encaminhada pela CTRAD da Assessoria Internacional da DPU, criada em 2019 no âmbito de uma cooperação com a UnB, com o objetivo de desenvolver atividades conjuntas de extensão e pesquisa em tradução e interpretação voltadas à defesa dos direitos humanos. Atuei como intérprete nessa ocasião, mediando a interação entre o defensor público e o acusado migrante durante uma teleaudiência, no contexto da referida parceria institucional. Essa participação, integrada ao escopo desta pesquisa, possibilitou uma observação direta e engajada das práticas de mediação linguística em contextos jurídicos institucionais, contribuindo para a análise crítica das limitações interacionais, da ausência de políticas linguísticas efetivas e das estratégias mobilizadas para garantir o acesso à justiça por pessoas em situação de

vulnerabilidade linguística e social. A seguir, passo a explicar como é a dinâmica de atendimento e, ao fim, descrevo a minha participação.

As teleaudiências ou encontros jurídicos com um defensor são realizados em uma das duas salas disponíveis, ambas privadas e equipadas com computadores com câmeras acopladas. As salas possuem boa acústica, são separadas por portas de aço para garantir o isolamento e apresentam um ambiente simples e bem iluminado. Supervisionadas por agentes de segurança, essas salas são os únicos locais com acesso à internet, e os atendimentos são conduzidos via Google Meet®. Apenas o migrante e seu advogado/defensor, conectados por videoconferência, têm acesso ao espaço, com a possibilidade de inclusão de um intérprete – seja on-line ou presencial –, se necessário. Embora os agentes supervisionem o local, eles deixam a sala durante o atendimento para garantir a privacidade da interação, permanecendo no corredor do lado de fora.

Em relação ao procedimento dos agentes, os presos são conduzidos algemados até o local e aguardam de pé no corredor do pavilhão disciplinar até serem chamados no horário agendado. No momento do atendimento, os detentos são levados à sala, onde se sentam em frente ao computador enquanto o agente de segurança acessa o Google Meet® e inicia a sessão. Durante o atendimento, os detentos permanecem algemados e não têm permissão para se conectar ou desconectar da reunião.

Dois dias antes do atendimento, entrei em contato com o defensor para obter informações sobre a situação jurídica do detento e esclarecer meu papel como intérprete. Aproveitei a oportunidade para solicitar as informações processuais do preso, com o intuito de estudar o caso e o vocabulário jurídico que seria utilizado, para me preparar adequadamente.

O caso estava em consonância com o artigo 33 da Lei nº 11.343/2006, referente ao crime de tráfico de drogas segundo o artigo 41 do código penal¹⁴⁶. O migrante foi detido no aeroporto de Guarulhos tentando embarcar para a Nigéria, com conexão no Catar. O objetivo era obviamente reunir evidências para apoiar a defesa do detento, que se encontrava sob custódia provisória, antes da primeira audiência. Assim, as perguntas eram direcionadas a esclarecer se o detento era réu

¹⁴⁶ O Artigo 41 do Código Penal trata da retroatividade da lei penal mais benéfica. Isso só se aplica ao transporte ilegal de drogas se houver, por exemplo, uma mudança na Lei de Drogas que reduza a pena ou flexibilize a punição após o fato ter ocorrido.

primário, o que poderia permitir a aplicação de uma redução de pena por tráfico privilegiado (cf. capítulo 6), além de investigar a possibilidade de ele ser vítima de tráfico humano, como trabalho escravo ou outras formas de escravidão, ou até mesmo se o migrante havia sido vítima de remoção de órgãos. Em tais circunstâncias, a defesa buscava identificar possíveis benefícios para o detento, como redução da pena.

No dia em que atuei como intérprete para o detento nigeriano, cheguei cinco minutos antes do atendimento agendado para me apresentar e explicar ao preso o motivo da minha presença, bem como minha função como intérprete. Nessa interação, tive a chance de observar seu sotaque. Embora já tivesse contato prévio com o detento em outras etapas da pesquisa, mantive uma postura distante e imparcial, evitando qualquer conversa além do necessário, a fim de não influenciar ou interferir na interação mediada linguisticamente.

Durante a videoconferência, o defensor estava presente on-line, enquanto eu estava fisicamente ao lado do migrante. A chamada ocorreu sem problemas técnicos e teve duração de 40 minutos. Todos os esclarecimentos necessários foram feitos: o defensor declarou se sentir seguro e que percebeu que o migrante também estava confortável com a minha presença. Segundo o defensor, isso se deveu ao fato de eu ter feito um contato prévio para entender o caso, além do estudo detalhado dos termos jurídicos. No que diz respeito ao detento, ficou claro que ele se sentiu mais à vontade para se expressar por minha presença física e pela explicação dada sobre o meu papel como intérprete.

De acordo com experiências anteriores, o defensor mencionou que muitos presos tendem a ocultar informações que poderiam beneficiar sua defesa, devido à presença do intérprete ou de outro detento atuando como intérprete. Normalmente, esses presos não compreendem bem a função do mediador linguístico e acabam desconfiando do defensor.

O fato de o preso ter fornecido todas as informações de maneira aberta se deveu à minha abordagem inicial. Nela, além de esclarecer sobre a confidencialidade e imparcialidade, conforme os códigos de ética, expliquei que o defensor é um advogado público, cujo objetivo é defender o acusado, e que ele precisa de informações para cumprir essa função.

Ficou evidente que minha presença durante o período de investigação no campo de pesquisa foi fundamental para o sucesso da abordagem e do andamento

do atendimento. Como o preso já havia me visto anteriormente na penitenciária atuando como intérprete, ficou mais fácil para ele entender o motivo de minha presença, o que facilitou o processo e contribuiu para alcançar os objetivos do atendimento, conforme explicado anteriormente.

Quanto à interferência do intérprete na interação, é relevante notar que toda a interpretação foi feita em terceira pessoa. Isso significa que o defensor não se dirigia diretamente ao migrante detento, mas a mim. Da mesma forma, o detento olhava, gesticulava e se comunicava diretamente comigo, e não com o defensor. Esse modo de mediação altera significativamente a dinâmica interacional, afastando os interlocutores principais e centralizando a atenção no intérprete. De acordo com o *National Code of Ethics for Interpreters in the Judiciary* (Consortium for Language Access in the Courts, 2011), recomenda-se que a interpretação seja realizada preferencialmente em primeira pessoa, de forma a manter a interação a mais direta possível entre os participantes e facilitar a atribuição de enunciados. O uso da terceira pessoa, embora por vezes adotado em contextos institucionais, pode gerar confusão sobre quem fala, comprometer a coerência comunicativa e obscurecer as relações de autoridade e autoria na interação.

Além disso, muitas das perguntas objetivas feitas pelo defensor precisaram ser interpretadas por meio de estratégias de explicação, adaptação e, em certos momentos, de persuasão – especialmente no diálogo entre mim e o preso. Em várias situações, foi necessário convencê-lo da importância de fornecer determinadas informações que poderiam contribuir significativamente para que o defensor estruturasse melhor sua linha de defesa. Essa mediação, embora inevitável, desloca a função do intérprete para além da simples tradução linguística, colocando-o numa posição ativa de negociação de sentidos e de gestão das relações interacionais. Em alguns momentos, o tempo necessário para interpretar e reformular a pergunta superou o tempo que o defensor levou para formulá-la, como pode ser evidenciado no seguinte excerto:

Defensor: *Lucia, pergunta pra ele se ele tem como justificar a frequência das viagens que ele fez.*

Intérprete (eu): *Can you justify the several trips you have taken? Any documents, receipts that can show the reasons you have left and come back to Brazil many times?*

Migrante: *Why? I'm not sure... maybe my wife has the papers.*

Intérprete (eu): *You'd better justify the trips to have a stronger defense. Many journeys and trips in a short period of time can get the judge to understand you have already transport drugs previously.*

Defensor: *Porque você é réu primário.... explica pra ele*

Intérprete (eu): *As you're a first-time offender you are supposed to explain why you travel frequently. The defense is gonna help you with privilege trafficking. It might be used for first-time offenders only.*

Migrante: *I'm first-time...*

Intérprete (eu): *So, for a better defense, you need to prove why you travel so much. If you justify your trips the defender can convince the judge that it's the first time you commit the offense. Get it?*

Migrante: *yes*

Defensor: *pergunta para ele se ele conhece quem pediu para transportar a droga*

Intérprete (eu): *Do you know the person who gave you the drug to be transported?*

Migrante: *Yes and no. My wife and me knows how he is but we don't know where he lives. He met me in a place and gave the pack wrapped. Why are you asking?*

Defensor: *E aí*

Intérprete (eu): *Ele disse que sim e não. Na verdade, ele e a esposa dele sabem como a pessoa é, mas não sabem exatamente quem ele é e onde mora. O fato é que essa pessoa o encontrou em algum lugar e deu um pacote embrulhado com a droga dentro. Mas, dr. ... ele quer saber por que da pergunta.*

Defensor: *Ah. Ele quer confessar e apontar a pessoa que fez isso?*

Intérprete (eu): *Mas ele não sabe quem é. Não tem endereço...*

Intérprete (eu): *Does this person has a phone number?*

Migrante: *Yes, I have his number, but after that he doesn't answer anymore*

Intérprete (eu): *Existe um fone, mas a pessoa não atende mais.*

Defensor: *Verdade. Eu poderia defender alegando diminuição da pena por confissão. Ele admite o delito e dá informações sobre quem deu a droga pra ele. Explica pra ele isso, mas*

Intérprete (eu): *Well, if you confess you commit the offense and point out the person by giving to the justice the name and where they can find the person who ask you to transport the drug, the defender can help you asking the judge to reduce*

the sentence. It's a kind of benefit for you, either. That's why he is asking you this question... Your wife cannot give this information?

Migrante: *I don't want her involved in it. But relating to the proofs of my trips it's possible.*

Intérprete (eu): *Perguntei se a esposa poderia dar alguma informação para ajudar, mas ele disse que não quer que ela se envolva.*

Defensor: *Ótimo. Posso entrar em contato com sua esposa, então.*

Intérprete (eu): *Great. Can I contact your wife, then for the proofs?*

Migrante: *Yes, of course.*

A conversa mudou de foco para outro tema relacionado à defesa de um migrante em prisão provisória.

Nesse excerto, evidencia-se um exemplo claro de como o intérprete pode influenciar as explicações sobre os procedimentos jurídicos de que se lança mão no caso. O papel do intérprete não se limitou apenas a traduzir o que era dito pelo defensor ou pelo preso, mas também incluiu esclarecer ambos os aspectos pessoais (relativos ao detento) e jurídicos (ligados ao defensor). No geral, toda a interpretação ocorreu por meio de estratégias de explicitação de modo a orientar o detento e fazer com que ele compreendesse o que seria benéfico ou prejudicial para ele, inclusive na forma de como responder às perguntas do juiz e da promotoria durante a audiência.

Isso revelou que a IC Prisional vai além de uma simples interpretação literal. Conforme discutido no Capítulo 3, embora a imparcialidade seja um princípio amplamente defendido pelos códigos de ética da interpretação, sua aplicação prática revelou-se limitada. Ainda que tenha sido, em termos formais, preservada durante a mediação, observou-se a ocorrência de intervenções por parte do intérprete, como a inclusão e a explicitação de informações. Essas intervenções tornaram-se particularmente evidentes nas situações em que foi necessário persuadir o detento a fornecer dados considerados fundamentais para a construção de sua defesa, o que aponta para a viabilidade de práticas de *advocacy* na IC nesse contexto (Angelelli, 2004; Corsellis, 2008; Wadensjö, 1998). Embora o defensor necessitasse de informações objetivas para elaborar a defesa, as perguntas poderiam ser mais diretas. Conforme discutido no Capítulo 3.3.2, adoto neste trabalho a distinção entre neutralidade e imparcialidade, entendendo que a neutralidade, no sentido de uma

completa não interferência, é inviável. A imparcialidade, por sua vez, pode ser compreendida como um distanciamento ético e relativo: não se trata de ausência de envolvimento, mas de um esforço por manter equilíbrio e equidade nas interações, mesmo diante da inevitável implicação do intérprete na construção dos sentidos.

Ainda que a imparcialidade tenha sido formalmente preservada nas situações analisadas, intervenções ocorreram – como a inclusão e a explicitação de informações – que demandaram uma atuação mais engajada. Nesses momentos, assumi o papel de facilitar e esclarecer elementos da fala, com o intuito de incentivar o preso a fornecer informações relevantes ao defensor. Tais práticas não apenas evidenciam a impossibilidade de uma atuação neutra, mas também se alinham à concepção de *advocacy*, defendida por autores como Angelelli (2004) e Wadensjö (1998), entre outros, segundo a qual o intérprete comunitário pode – e muitas vezes deve – adotar uma postura proativa na mediação, sobretudo em contextos marcados por assimetrias de poder e vulnerabilidade comunicativa.

Assim, a atuação do intérprete transcende a simples transferência linguística, configurando-se como mediação linguística, cultural e pragmática. Essa perspectiva reforça o papel do intérprete como coconstrutor de sentidos, conforme propõe também Yuste Frías (2016), e legitima práticas de intervenção que visam não distorcer a comunicação, mas ampliá-la em direção à justiça comunicativa.

Esses procedimentos remetem às ideias de Wadensjö (1998), que afirma que o tradutor/intérprete desempenha o papel central de mediador, ou seja, aquele que transmite ou registra as falas de um autor, criando uma versão da mensagem com base em sua própria visão de mundo e na dos demais. No que concerne à relatividade da neutralidade abordada pela mesma autora, o intérprete acaba tendendo para um ou outro objetivo. Como discuto no capítulo 3 desta tese, considero que há uma interpretação equivocada do conceito de neutralidade aplicado ao papel do intérprete nas interações. Todo comportamento humano, assim como qualquer forma de discurso, é inevitavelmente atravessado por dimensões sociais, culturais e ideológicas, o que torna inviável a noção de neutralidade. Por esse motivo, opto por utilizar o termo *imparcialidade* – conforme discuti anteriormente – para designar o esforço ético de manter certo distanciamento, sem, no entanto, apagar o lugar de fala e a implicação do intérprete na interação.

Com base nesse entendimento, busquei realizar uma interpretação orientada mais pela “atividade” do que pelo “texto” (cf. Wadensjö, 1998). Enquanto a

interpretação orientada pelo texto enfatiza aspectos linguísticos, como palavras e construções de enunciados, visando a organização de sequências de fala, o modelo da “fala como atividade” permite ao intérprete captar e compreender o contexto em que está inserido, indo além da abordagem textual. Com referência a isso, Kade (2009) argumenta que a interação mediada por intérprete implica que o intérprete domina os fatores subjetivos e que capta a informação intencionada e causa o mesmo efeito comunicativo ao interpretar as mensagens aos interlocutores, e essa foi exatamente a interpretação que procurei realizar. As minhas interferências na interação foram estratégicas e procuraram atender a um ou outro objetivo sem desviar das condutas profissionais.

Assim, tanto o defensor quanto o migrante sentiram-se à vontade e obtiveram as informações necessárias. O preso conseguiu compreender sua situação jurídica, enquanto o defensor reuniu os elementos essenciais para preparar a defesa do réu.

7.1.4

Atuando como intérprete em sala de aula

Minha atuação em sala de aula foi pontual e não sistemática, ou seja, a interpretação aconteceu apenas em momentos específicos, quando surgiram interrupções na interação. Em nenhum momento foi necessária uma interpretação previamente planejada, que abrangesse toda a aula do início ao fim, tanto para o professor quanto para os alunos. A interpretação ocorreu, sobretudo, enquanto o professor circulava pela sala, auxiliando os alunos com dúvidas relacionadas aos exercícios de consolidação dos conteúdos da disciplina.

No raio 1 e na ala de regime de progressão semiaberto, há salas de aula destinadas a migrantes. Nesse raio, durante o período da pesquisa, as turmas eram formadas majoritariamente por latinos, além de alguns europeus, africanos e asiáticos, ou seja, há alunos de diversos países, como Nigéria, Letônia, Espanha, Itália, Uruguai, Colômbia, Paraguai, Venezuela, Japão, Congo, Bolívia, Hungria, Ucrânia, Rússia, entre outros. Todas as aulas são ministradas em português brasileiro, e é inegável que interrupções na interação ocorrem com frequência, principalmente devido à limitada disponibilidade de recursos didáticos (por exemplo, material lúdico e data show para projeção de PowerPoint e vídeos). A sala conta apenas com a lousa e o livro didático, que nem sempre é adequado para o

contexto da Educação para Jovens e Adultos (EJA). Apesar da presença de pequenos dicionários em inglês, espanhol e português para auxiliar no vocabulário, a compreensão dos temas apresentados e de muitos aspectos culturais ainda representa um desafio significativo para os alunos migrantes. Pela manhã, o foco das aulas era alfabetização e ensino fundamental, enquanto, no período da tarde, o ensino médio era priorizado. As interações em sala de aula são todas realizadas em português, e os professores conduzem as atividades como fariam em uma turma de estudantes brasileiros. Embora se esforcem para ensinar da melhor maneira possível, muitas vezes deixam de considerar a diversidade linguística, mais por falta de preparo do que por negligência.

Com recursos restritos, como lousa e caneta, os textos dos livros são transcritos no quadro, seguidos por exercícios relacionados ao tema explicado. Para tornar as aulas menos dependentes apenas da escrita, os professores resumem textos e adaptam os conteúdos dos livros. Além disso, distribuem folhas de exercícios para que os alunos possam praticar o que foi ensinado no dia.

Em salas com um número significativo de alunos latinos, a língua portuguesa aparenta não ser um obstáculo, e as interações transcorrem de forma relativamente fluida quando observadas de maneira geral. Contudo, ao me aproximar e acompanhar de perto um ou dois alunos latinos e africanos (nigerianos, congoleses, angolanos, na maioria), sentando-me ao lado deles, seus relatos evidenciaram que, embora copiem o conteúdo da lousa, têm dificuldade em compreender o texto devido às limitações linguísticas. Isso também é perceptível quando, após a cópia do assunto da lousa, a(s) professora(s) instiga(m) a participação do aluno na sua explicação, promovendo uma interação para captar a compreensão do assunto.

A maioria dos alunos latinos participa das aulas e se envolve nas discussões sobre os temas abordados. Entretanto, alguns não interagem com os colegas ou com o professor, principalmente porque não conseguem compreender o que está sendo tratado na aula. Apesar de línguas como o castelhano (ou espanhol) e o português serem consideradas línguas próximas, por pertencerem à família das línguas românicas derivadas do latim vulgar, com semelhanças no vocabulário, nas estruturas gramaticais e nas sonoridades, essas similaridades nem sempre são suficientes para garantir a compreensão de muitos latinos recém-chegados à penitenciária que enfrentam dificuldades para entender o português. Por isso, esses presos frequentemente recorrem à ajuda de um colega, que acaba desempenhando

o papel de intérprete improvisado na sala de aula e, ao mesmo tempo, de monitor dos professores. Esse colega auxilia explicando o que está sendo abordado na aula, o tema em discussão e as atividades que precisam ser realizadas, seja copiar da lousa, resolver exercícios, preparar seminários ou elaborar trabalhos. Essas interações mediadas nem sempre acontecem nas línguas mais amplamente faladas, mas frequentemente recorrem a línguas sul-americanas ou indígenas, como quíchua-português ou tupi-guarani-português, dependendo do que for mais confortável para os migrantes, ou seja, para o aluno que está sendo auxiliado pelo intérprete-migrante.

Quando há migrantes de outras nacionalidades, como os provenientes do continente africano ou do leste europeu (por exemplo, Rússia, Letônia e Ucrânia) e que demonstram proficiência na língua inglesa, as dificuldades crescem porque não compreendem o castelhano ou o espanhol, principalmente se forem os únicos em uma sala repleta de latinos. Nesse caso, frequentemente, outros colegas que dominam o inglês ou são da mesma nacionalidade podem ajudar com a interpretação/monitoria. Durante minha pesquisa, observei uma sala de aula onde um russo, um letão e um ucraniano se agrupavam, preferindo falar russo entre si. No entanto, quando precisavam interagir com outros colegas latinos para atividades ou com o professor, contavam com a ajuda de um nigeriano, que falava inglês e português, além de outros que dominavam castelhano, inglês e português, para facilitar a comunicação entre russo, inglês e português. Com frequência, era possível observar os alunos se movimentando pela sala, trocando de lugar para ficar próximos de outros colegas ou até mesmo formando pequenos grupos para facilitar a interação.

Minha atuação como intérprete nas aulas aconteceu nos momentos em que os migrantes-intérpretes não estavam disponíveis para auxiliar seus colegas, especialmente quando os alunos estavam realizando tarefas e o professor circulava pela sala. Dois eventos interessantes ocorreram durante minha atuação. Apresento a seguir parte de dois exercícios sobre língua portuguesa:

Observe a sequência em quadrinhos em seguida responda as questões abaixo:



Interpretação textual

- 1) Onde se passa a história?
- 2) O que podemos ver no 1º quadrinhos?
- 3) Por que podemos dizer que essas pessoas estão em apuros?

Figura 28 – Exercício de português sobre interpretação textual – Exercício 1

4. Empregue os vocálicos corretamente.

sábia – sabia – sabiá

- a) O _____ é um pássaro.
- b) Aquela mulher é _____.
- c) O menino _____ a lição.
- d) Aquele homem _____ que o _____ era _____.
- e) Maria é uma mulher _____ porque soltou o _____ que estava na gaiola.

5. Coloque as palavras do quadro nas colunas correspondentes.

estômago	olhou	caneta	última	anel	bola	música
garota	pêssego	ônibus	ilha	anzol	jeito	você

Oxítone	Paroxítone	Proparoxítone

Figura 29 – Exercício sobre separação de sílabas e sílabas tônicas – Exercício 2

Naquele dia, foram distribuídos exercícios distintos para cada aluno, abordando temas que já haviam sido discutidos e explicados em aula. Havia

exercícios de diferentes níveis, sendo alguns focados exclusivamente na alfabetização e outros relacionados ao ensino fundamental. O russo e o ucraniano estavam ausentes. O letão, que estava presente na aula, recebeu o exercício 1, enquanto um nigeriano que não falava português ficou com o exercício 2. Os outros alunos estavam envolvidos em suas respectivas tarefas, enquanto a professora circulava pela sala, e eu a acompanhava. A interação com o letão se deu da seguinte forma¹⁴⁷:

Professora: *Você entende o que é **pra** fazer?*

Migrante: ... silêncio. [Um olhar de incerteza foi direcionado para mim]

Intérprete (eu): *Did you understand what you are supposed to do here?* [aponto para o exercício.]

Migrante: *No. It's in Portuguese. I don't read in this language. I'm trying to learn Spanish because I listen to it most of time. There's dictionary here but....it doesn't help always.*

Intérprete (eu): *Do you understand the classes?*

Migrante: *When the other guys explain to me in English and I discuss with the others in Russian. Today, I'm by myself.*

Professora: *Não entende nada, **né**?* [perguntando para mim]

Intérprete (eu): *não em português*

Professora: *Vou te explicar o que é **pra** fazer. **Tá** vendo essas figurinhas aqui? Você tem que ler... usa o dicionário, busca as palavras. **Aí**, você tem que entender o que está acontecendo. Olha, você conhece o Zé Lelé e o Chico Bento?*

Intérprete (eu): *I'm gonna explain what you are supposed to do. You see the pictures here? You have to read ... use the dictionary, look up the words. Then you're supposed to understand what is happening in the story. Look, do you know Zé Lelé and Chico Bento?*

Migrante: *No... ok* [ele pega o dicionário inglês-português]

Professora: *Então, o Zé Lelé é um personagem que não entende as coisas, ele interpreta errado as coisas. O Chico Bento é um garoto simples, caipira, que vive*

¹⁴⁷ Como já mencionado, as convenções de transcrição que adotei tiveram o objetivo de evidenciar certos elementos da interação. Os nomes dos interactantes aparecem em negrito, assim como variações fonológicas marcadas. As falas estão apresentadas em itálico, enquanto explicações, informações complementares e traduções foram inseridas entre [colchetes], para fins de contextualização e esclarecimento do discurso.

no campo. Ai, o Chico tá na água... tá vendo aqui? E pede para o Zé Lelé jogar a bóia. Sabe o que é uma bóia? ... é aquilo que a gente usa para não se afogar, mas o Zé Lelé pensa que ele tá com fome ... por quê? porque boia também é comida. Vê que no segundo quadrinho aqui, o Chico Bento tá se afogando e pedindo a bóia. Então o que é engraçado na estorinha? A questão da Boia né?

Intérprete (eu): *Zé Lelé is a character who misunderstands things and interprets them incorrectly [eu aponto para a figura que representa o Zé Lelé]. Chico Bento is a simple, country boy who lives in the countryside. So, Chico is in the water... see here? [eu aponto para a figura que representa o Chico Bento]. And he asks Zé Lelé to throw him a “bóia”. Do you know what a “bóia” is? ... It’s something we use to avoid drowning, like a float, but Zé Lelé misunderstands Chico and thinks he is hungry... why? Because “bóia” also means food. Look here in the second panel, Chico Bento is drowning and asking for the “bóia”. So, what’s funny about the story? The play on the word “bóia”, right? Ok, then you can understand that Chico doesn’t wanna eat, really ... in fact, he wants the float, but Zé brings the grub ... food. In Portuguese, we use “bóia” meaning grub and float. “Bóia”, meaning food, is a slang term, a popular expression here in Brazil, similar to the word “grub” in English.*

Migrante: *Ok. Can you read the balloons in English for me? And then I can find the words from the questions in the dictionary and then answer them.*

Intérprete (eu): *Of course. Here, in the first picture Chico Bento is in the water and shouts to Zé Lelé: Help! Zé Lelé throw the “bóia” the “bóia” (in this case the float). In the second picture you can see that Zé Lelé ran to bring what Chico needed. The third picture Zé Lelé said: I didn’t know you were hungry.*

É evidente que, na interpretação, as falas dos personagens foram descaracterizadas. Como o objetivo principal era a compreensão do texto, busquei apresentar uma interpretação sem considerar os regionalismos dos personagens. No entanto, para migrantes de línguas latinas, o regionalismo pode ser um obstáculo à compreensão, principalmente para aqueles que já estão mais familiarizados com o português em sua forma padrão. Nesse contexto, seria necessário explicar a um aluno latino, por exemplo, que a língua portuguesa apresenta variações regionais e introduzi-los a essas variantes, como “ocê,” “cum” e “num,” “tava” que

correspondem a “você”, “com” e “não,” “estava” respectivamente para que, finalmente, ele possa interpretar a charge.

Como se pode observar, o migrante da Letônia não conseguiu interpretar o texto por conta própria. Na verdade, foi preciso oferecer a ele uma interpretação já pronta para que pudesse responder às questões. Assim, se o objetivo do exercício era levar o aluno a compreender os múltiplos significados na língua portuguesa e introduzir uma variante linguística, como o uso de “boia”, que causou o desencontro linguístico entre Chico e Zé, esse propósito se perdeu devido às questões linguísticas enfrentadas pelo migrante.

O desconhecimento cultural também foi uma questão. Por não conhecer os personagens, o migrante não conseguiu inferir nenhuma interpretação. Chico Bento e Zé Lelé fazem parte do acervo cultural brasileiro, pois são personagens emblemáticos criados por Mauricio de Sousa que representam de forma caricata e afetuosa a vida no interior do Brasil. As histórias deles retratam o cotidiano rural, os valores, os costumes e até o modo de falar das regiões mais interioranas do país, o que contribui para a preservação e divulgação da cultura popular brasileira.

Por meio de Chico Bento e Zé Lelé, aspectos como o humor simples, a relação com a natureza, a ingenuidade, e os regionalismos linguísticos ganham destaque, reforçando a diversidade cultural e linguística do Brasil. Assim, esses personagens não são apenas figuras de entretenimento, mas também um meio de conectar diferentes gerações à riqueza cultural do país.

A interpretação foi fundamental, pois o diálogo entre os personagens era composto por palavras coloquiais, que demandam do aluno um certo nível de conhecimento da língua para identificar o sentido específico atribuído a cada termo no contexto apresentado. Além disso, buscar e consultar o dicionário palavra por palavra para compreender o significado da frase leva tempo. Por isso, desempenhei a função de monitora e intérprete, ajudando o aluno a interpretar as perguntas relacionadas ao texto e orientando-o na redação das respostas em português, levando em conta pontuação, acentuação e ortografia.

A função de intérprete, portanto, vai além de simplesmente traduzir discursos entre dois interlocutores que não se compreendem. Nesse contexto, o intérprete assume o papel de um tipo de professor auxiliar, percorrendo a sala e ajudando os alunos a realizarem suas tarefas. É possível que, sem minha presença naquele momento, o migrante letão não tivesse conseguido concluir o exercício.

O exercício 2, conforme apresentado acima, foi feito por um peruano recém-chegado ao presídio, que não tinha grande familiaridade com o português, apesar das semelhanças entre as línguas. Uma possível explicação para as dificuldades linguísticas é que esse migrante talvez nunca tenha estado no Brasil. O fato é que ele não conseguiu entender a aula sobre as regras de acentuação silábica e divisão vocálica, mesmo com ajuda de mediação linguística de alguns companheiros. Assim, ao circular pela sala, a professora percebeu que o aluno não estava realizando a tarefa e solicitou a minha interferência como intérprete.

Primeiro consideremos que, em castelhano, as classificações das palavras quanto à acentuação seguem um sistema semelhante ao português, com as categorias oxítona, paroxítona e proparoxítona, mas com algumas diferenças de regras e uso. Porém, era preciso desconstruir a ideia de uso no castelhano para que o migrante entendesse no português. A interação entre professor, migrante e eu como intérprete se deu da seguinte forma a seguir:

Migrante: *No sé hacer esto, profesora. No entiendo.*

Professora: *Vamos lá... lembra da aula quando expliquei isso. Vamos ler no seu caderno. Olha, no dicionário sabiá... o que é um sabiá. Lembra quando é oxítona, a sílaba tônica é a última, a paroxítona é a penúltima e assim por diante...*

Intérprete (eu): *Busque en el diccionario de portugués la palabra sabiá, zorzal... es un pájaro [aponto para palavra pássaro no exercício]. Recuerda que cuando es oxítona, la sílaba tónica es la última; la paroxítona es la penúltima, y así sucesivamente... Eso en portugués. Vamos a empezar desde el principio. Mira, aquí en la primera oración hay un pájaro, entonces ¿con qué palabra se puede llenar aquí? [aponto para a lacuna da primeira sentença].*

Professora: *Lucia, pode sentar com ele e ajudá-lo a fazer o exercício? Não sei como posso ajudar... Você que fala a língua vai ser mais fácil.*

Intérprete (eu): *Sim. Sem problemas*

Intérprete (eu) para migrante: *Voy a hacer los ejercicios junto contigo.*

Migrante: *Gracias*

Esse trecho ilustra que a interpretação vai além de uma simples mediação linguística entre os interlocutores. O começo da interação restringe-se a uma mediação linguística, mas logo a professora solicita que eu explique o conteúdo de

novo para o aluno enquanto o ajudo a realizar a tarefa, tirando dúvidas e enfatizando pontos importantes a serem apreendidos. Nesse momento, fica claro que a professora não entende as funções de um intérprete profissional. Como ela já conta com a monitoria de outros detentos que atuam de maneira *ad hoc*, essa mesma estratégia foi aplicada na situação descrita. Mais uma vez, a intérprete acaba sendo tratada como uma espécie de monitora em sala de aula. A professora em nenhum momento buscou compreender qual era, de fato, a minha função como intérprete. Questões éticas fundamentais da profissão – como a de entender o papel e os limites desse profissional – parecem não ter relevância nesse contexto escolar, ao menos na penitenciária de Itaí. Naquele instante, não senti necessidade de explicar à professora que minha função ali era a de intérprete e não a de professora, assistente ou monitora, embora estivesse exercendo essas funções. Isso porque, se o fizesse, estaria deixando de ajudar um migrante com suas dificuldades que também eram linguísticas. Compreendi que o mais relevante naquele momento era voltar a interpretar com foco na ação, e não apenas no texto, como argumenta Wadensjö (1998); afinal, tratava-se de resolver um problema que ultrapassava os limites do linguístico.

Como observa Baixauli-Olmos (2017), a estratégia de alternância de papéis entre emissor e receptor – que poderia ajudar a contornar dificuldades linguísticas – revelou-se ineficaz na situação analisada. O autor destaca que essa alternância não solucionou o problema porque há uma desigualdade inerente à interação: a professora, com domínio da língua e do conteúdo, produz um discurso tecnicamente elaborado e semi-planejado, enquanto o preso fala de forma espontânea, informal e não especializada. Nessas condições, o intérprete se vê pressionado por uma dinâmica assimétrica, em que precisa não só traduzir palavras, mas também gerenciar as expectativas de ambos os lados. Baixauli-Olmos detalha que essa tensão decorre do fato de que:

- A professora busca precisão do discurso técnico, com objetivos pedagógicos claros;
- O preso, por sua vez, produz enunciados mais livres e contextuais;
- O intérprete, então, se torna o principal mediador da interação, enfrentando dilemas sobre como transformar em linguagem acessível e compreensível – o discurso especializado sem distorcer seu sentido, e como traduzir o espontâneo, mantendo fluidez e precisão

Em suma, segundo o autor, a alternância de papéis, por si só, não resolve a complexidade de interações assimétricas; é preciso considerar também os conteúdos, os papéis institucionais e o peso interpretativo atribuído ao mediador.

Na situação descrita, foi necessário ajustar a comunicação ao nível de compreensão do preso (por exemplo, empregando estratégias didáticas para explicar o tema gramatical em espanhol) para que ele pudesse entender como realizar a tarefa. A interação tornou-se triádica, no sentido de que passou a envolver uma dimensão interpessoal a três, não simultânea: em certos momentos, a interação ocorria separadamente entre a professora e o migrante, e em outros, entre o intérprete e o migrante – o que impediu a suposta invisibilidade que se espera comumente do intérprete, alterou meu agenciamento e me atribuiu uma nova função. Naquele momento, deixei de ser intérprete e passei a ser professora, explicando o conteúdo da disciplina em espanhol.

Quanto à dimensão do microssistema e sua influência no papel individual do intérprete, Baixauli-Olmos (2017) ressalta que existe uma rede de relacionamentos e interações que se desenvolvem durante o encontro interpretado. Nesse nível, as tensões entre o intérprete e o ambiente são mais intensas, palpáveis e imediatas, devido aos fatores estressantes relacionados aos temas discutidos e às dificuldades de interpretação. Embora essas tensões e o estresse estejam geralmente associados a encontros judiciais e às atribuições que ultrapassam o papel do intérprete, no meu caso, as tensões relacionadas à minha identidade e ao meu papel não puderam sequer ser consideradas, uma vez que os participantes da situação em sala demonstravam um completo desconhecimento sobre a função de um intérprete e sobre como devem agir na presença dele.

Embora, nas situações seguintes, eu tenha tentado explicar de forma simplificada as funções do intérprete e os códigos de conduta aos quais ele deveria se submeter, destacando que a principal responsabilidade do intérprete é facilitar a comunicação entre duas pessoas para que superem as barreiras linguísticas e se entendam no contexto interativo, as demandas em sala de aula exigiam que a interpretação fosse além de uma simples mediação linguística.

7.1.4.1

Atuando como intérprete na aplicação da prova do ENCCEJA

Minha atuação como intérprete durante a aplicação da prova do ENCCEJA foi semelhante ao meu trabalho em sala de aula. Naquela ocasião, minha principal função era aplicar a prova, atendendo a uma solicitação do diretor de Educação e Trabalho.

O exame é uma avaliação gratuita promovida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e tem como finalidade oferecer a jovens e adultos, que não completaram os estudos na idade apropriada, a chance de obter o certificado de conclusão do ensino fundamental ou médio. A prova é composta por questões de múltipla escolha e uma redação, abordando diversas áreas do conhecimento. Para o ensino fundamental, são cobradas as seguintes disciplinas: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física e Redação. Já no ensino médio, o conteúdo abrange Linguagens e Códigos, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Redação.

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos para Pessoas Privadas de Liberdade (ENCCEJA PPL) é uma versão específica do ENCCEJA, voltada para detentos em unidades prisionais ou jovens que cumprem medidas socioeducativas. Seu propósito é promover a inclusão educacional, possibilitando que essas pessoas obtenham os certificados de conclusão do ensino fundamental ou médio.

Destinado a indivíduos detentos que não tiveram a oportunidade de concluir os estudos no tempo regular, o exame, assim como a versão tradicional, concede a certificação mediante ao bom desempenho nas provas. Ele é aplicado diretamente nas unidades prisionais ou socioeducativas, sob a organização de um responsável local (geralmente o coordenador educacional), que gerencia a participação dos interessados. Todo o processo é estruturado para garantir uma aplicação segura e adequada da prova.

O principal objetivo do ENCCEJA PPL é contribuir para a ressocialização por meio da educação. Além disso, a participação no exame pode ser utilizada como critério para a remição de pena, conforme previsto na Lei de Execução Penal (artigo 126), permitindo a redução do tempo de cumprimento da pena através do estudo.

A aplicação da qual participei ocorreu na sala de aula destinada à ala de progressão do regime semiaberto. Inicialmente, realizei a interpretação para uma professora nos idiomas português, inglês e espanhol, explicando aos migrantes (de nacionalidades compatíveis com essas línguas) os procedimentos necessários, como preencher o gabarito corretamente e a duração da prova. Após esse momento, assumi a responsabilidade de acompanhar os presos durante o período da prova. Distribuí os cadernos de questões e comecei a circular pela sala, percebendo que alguns alunos enfrentavam dificuldades e me chamavam para auxiliá-los. O auxílio prestado consistia na tradução dos enunciados das provas para o inglês ou o espanhol, uma vez que todo o exame estava redigido em língua portuguesa. No entanto, mesmo com os enunciados traduzidos, muitos detentos não conseguiam compreendê-los, o que exigiu que eu também esclarecesse dúvidas para que pudessem realizar as atividades. É importante destacar que não houve qualquer orientação por parte dos responsáveis pelo ENCCEJA PPL a respeito do nível de intervenção esperado por mim enquanto aplicadora e intérprete.

A participação na escola contribui, de certa forma, para que migrantes estejam mais preparados para esses exames. No entanto, não é obrigatório ter frequentado a escola para realizar a prova, bastando possuir CPF. Por essa razão, muitos migrantes que estavam realizando o exame não tinham experiência escolar prévia, o que resultava na falta de familiaridade com o formato da prova e com a língua portuguesa. Dessa forma, minha atuação como intérprete se limitou a realizar a tradução à prima vista de trechos da prova em que o migrante encontrava maior dificuldade.

Ficou claro, mais uma vez, que a presença do intérprete desempenhou um papel fundamental, especialmente considerando que exames como o ENEM ou o ENCCEJA voltados a pessoas privadas de liberdade são, na prática, direcionados apenas a presos nacionais. As provas são elaboradas fundamentadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nos Parâmetros Curriculares Nacionais, buscando reconhecer competências adquiridas tanto no ambiente escolar quanto por meio de experiências de vida, trabalho e outras formas de aprendizagem.

Embora o exame não tenha como foco exclusivo a proficiência em português, é importante considerar que ele é inteiramente redigido nessa língua. Isso levanta a questão de não se prever sua aplicação em outras línguas, especialmente quando se trata de pessoas migrantes privadas de liberdade. Atualmente, não há nenhuma

política pública educacional que ofereça esse tipo de adaptação, tampouco que regule a tradução das provas. A aplicação do ENCCEJA segue um modelo padronizado e centralizado pelo INEP, sendo obrigatoriamente em português. Mesmo em instituições bilíngues, onde outras línguas integram o currículo, todos os enunciados, instruções e textos aparecem em português, e as escolas não possuem autonomia para traduzi-los ou adaptá-los.

Diante disso, quando há estudantes migrantes com dificuldades de compreensão da língua portuguesa, as instituições podem, de forma limitada, oferecer algum tipo de apoio (de acordo com as diretrizes do INEP em editais e manuais)¹⁴⁸, como explicações prévias sobre o exame ou a solicitação formal de um intérprete. No entanto, essa solicitação depende de autorização prévia e não encontra respaldo em diretrizes oficiais específicas. Em contextos como o ENCCEJA PPL, voltado a pessoas privadas de liberdade, há casos em que intérpretes são autorizados a traduzir os enunciados ou esclarecer dúvidas linguísticas, mas essa prática ainda carece de regulamentação e padronização.

Na prática, evidencia-se uma contradição entre o discurso de inclusão e a certificação promovidos pelo ENCCEJA e os obstáculos enfrentados por candidatos com pouca ou nenhuma proficiência em português, mesmo em contextos institucionais que, teoricamente, oferecem estrutura bilíngue. Embora o uso de intérpretes possa representar uma alternativa viável, ainda não há políticas públicas consolidadas que reconheçam e regulamentem essa atuação de forma sistemática. Além disso, não existe qualquer diretriz específica que contemple a IC como estratégia de mediação linguística voltada a migrantes no sistema prisional.

Até o momento, os documentos oficiais do INEP¹⁴⁹, como editais e guias institucionais, não preveem a aplicação da prova em outros idiomas nem mencionam mecanismos de tradução como parte do processo avaliativo. Isso revela uma lacuna grave na política educacional voltada a populações migrantes em privação de liberdade.

¹⁴⁸ Cartilha ENCCEJA PPL (INEP): disponível como PDF no site do INEP. Do cabeçalho ao item 2, define normas, mas não trata de intérpretes linguísticos. Disponível em: download.inep.gov.br. Nenhum desses documentos institucionais (nem cartilhas, nem editais) menciona o uso de intérpretes comunitários para migrantes, o que reforça a ideia de que quando ocorre, é por iniciativa institucional, e não por norma oficial.

¹⁴⁹ Vide edital de maio de 2025. Disponível: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/edital-n-54-de-28-de-maio-de-2025-632972797>. Acesso em: 30 jun. 2025

No entanto, para que esse direito seja garantido, é fundamental que se considerem medidas que assegurem a participação de migrantes em condições de equidade – seja por meio de materiais traduzidos, seja com a presença de intérpretes. Embora não haja impedimentos formais à participação desses indivíduos nas provas, o exame parte do pressuposto de que todos os candidatos possuem proficiência em língua portuguesa. Na prática, essa expectativa ignora as barreiras linguísticas enfrentadas por migrantes, transferindo a responsabilidade pelo entendimento da prova inteiramente ao próprio detento. Por isso, minha presença como intérprete naquele momento fez toda a diferença para que eles tivessem, de fato, acesso ao exame.

Durante a realização do exame, pude perceber, ao conversar com eles após a prova, o empenho dos migrantes em alcançar um bom desempenho. A maioria dos detentos relatou ter se dedicado ao estudo da língua portuguesa e dos conteúdos de forma autônoma, por meio da leitura de livros disponíveis na biblioteca durante quase seis meses, além de terem participado regularmente de aulas para aprofundar o conhecimento dos temas. No entanto, muitos ainda mencionaram enfrentar dificuldades linguísticas, especialmente em razão da norma culta da língua e das regras gramaticais cobradas nas provas, que diferem significativamente do português falado no cotidiano prisional.

No atual contexto prisional, uma proposta potencialmente eficaz para mitigar a ausência de intérpretes e a falta de materiais escolares ou provas traduzidas para outras línguas – especialmente inglês e espanhol – seria a implementação de cursos de português para estrangeiros, integrados à educação básica oferecida. Essa iniciativa não apenas facilitaria a aquisição gradual da língua portuguesa, como também poderia capacitar esses indivíduos a atuarem como intérpretes comunitários no ambiente prisional, configurando uma solução viável e sustentável a médio prazo.

7.1.5

Atuando como intérprete no mutirão da DPU

Minha experiência como intérprete no mutirão da DPU foi distinta da minha atuação em sala de aula. Prestei um serviço de apoio linguístico em língua inglesa, pois a maioria dos defensores falava espanhol. Dessa forma, a assistência linguística

foi necessária quando o migrante se comunicava apenas em inglês ou não se sentia à vontade para se expressar em língua portuguesa. Participei do atendimento a migrantes para os defensores sempre que foi solicitado.

O mutirão da DPU em presídios é uma ação realizada com o objetivo de garantir o acesso à justiça para pessoas privadas de liberdade, especialmente aquelas que não têm condições de contratar um advogado particular. Durante esses mutirões, defensores públicos atuam diretamente nas unidades prisionais, oferecendo assistência jurídica gratuita aos presos, com foco em temas como a revisão de processos, regularização de documentos, esclarecimento de dúvidas sobre a situação processual e apoio para pedidos de liberdade provisória, progressão de pena, entre outros.

Esses mutirões buscam, além de assegurar os direitos dos detentos, diminuir a superlotação nas penitenciárias e promover a ressocialização dos presos, oferecendo-lhes a oportunidade de revisar sua situação legal. Frequentemente, esses mutirões também envolvem ações específicas, como o encaminhamento de pedidos de *habeas corpus*, a análise de benefícios como a remição de pena e o suporte em questões que envolvem a condição jurídica dos detentos.

Além da assistência jurídica, em alguns casos, são realizadas atividades de orientação e apoio para garantir que migrantes e pessoas com pouca proficiência em português possam compreender melhor seus direitos e processos legais.

No dia em que participei do mutirão, havia uma lista com uma relação de presos de diferentes nacionalidades, que tinham o inglês como primeira ou segunda língua, além do espanhol, aguardando atendimento. Entre eles, havia um húngaro e um búlgaro, que se comunicavam exclusivamente em suas línguas nativas e, por isso, não puderam ser atendidos devido à ausência de intérpretes *ad hoc* (outros presos) ou profissionais nessas línguas. Apesar de a maioria dos migrantes entender o português, preferiram se expressar em suas línguas primeiras.

O atendimento foi realizado em duas salas de aula e um agente de segurança foi designado para encaminhar os migrantes para as respectivas salas. Em uma das salas, estavam dois defensores que podiam atender migrantes que falavam espanhol e inglês. Na outra sala, estavam três defensores que atendiam em espanhol, mas precisavam de auxílio de intérpretes de inglês.

Basicamente, a DPU estava oferecendo um serviço jurídico de apoio, coletando informações dos migrantes para auxiliá-los com questões relacionadas ao

consulado, contato com a família, alimentação, atendimento médico e fornecimento de medicamentos dentro do presídio, além de apoio em relação aos filhos, caso houvesse, e outras necessidades. Eles tinham em mãos um tipo de questionário contendo algumas perguntas relacionadas a esses aspectos e preenchiam-no durante a entrevista com o migrante. A disposição dos defensores em cada sala foi a seguinte:

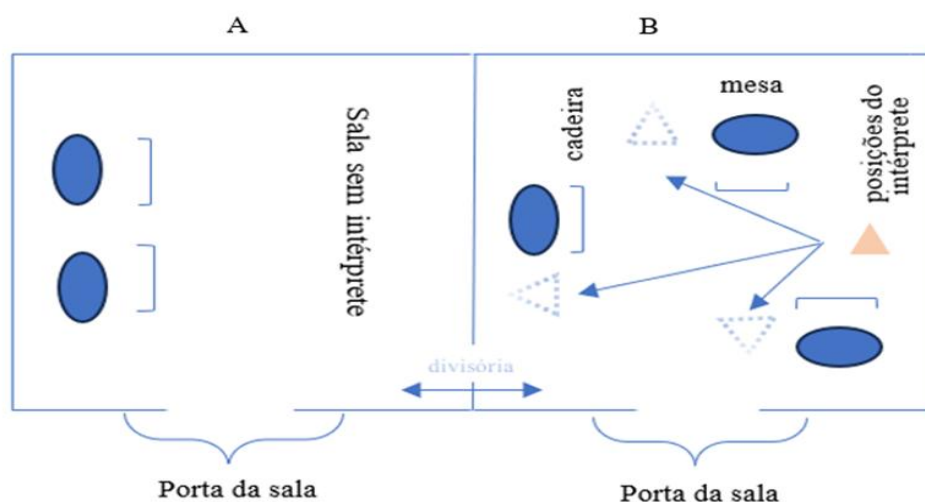


Figura 30 – Ilustração da sala de aula para o atendimento da DPU

Fonte: Autora, 2024.

Conforme ilustrado, os dois quadrados representam as salas de aula improvisadas, separadas por uma divisória. Os círculos azuis indicam as mesas onde os defensores realizavam os atendimentos, enquanto as “chaves” simbolizam as cadeiras destinadas aos migrantes. O triângulo em salmão indica minha posição em relação aos defensores, e os triângulos pontilhados em azul mostram os locais onde eu me posicionava ao ser chamada para interpretar, cada um equipado com uma cadeira para meu uso. É importante destacar que o atendimento ocorreu em dois dias e que a organização dos defensores no espaço – com os defensores de inglês e espanhol à esquerda e os de espanhol à direita – foi uma sugestão que dei no primeiro dia.

Dois defensores da sala à esquerda não necessitaram de intérprete, pois conseguiram se comunicar com os migrantes em espanhol e inglês. Em outra sala à direita, três defensores atenderam os migrantes em espanhol e apenas requisitaram intérprete para interações em inglês. Mesmo assim, um dos defensores buscou dialogar diretamente em inglês com os migrantes, solicitando a interpretação

somente quando surgiam dificuldades de comunicação, ou seja, quando seu nível de inglês não era suficiente para garantir a compreensão por parte dos presos.

Nessa situação interpretada, diversos problemas foram identificados. Primeiramente, a configuração do espaço apresentou grandes desafios. Os migrantes foram atendidos em salas de aula improvisadas para a DPU, que possuem iluminação e ventilação inadequadas, além de uma acústica deficiente. As salas são separadas apenas por divisórias, com as portas permanecendo abertas durante todo o atendimento. Outro problema foi a forma desorganizada de estruturar a lista de atendimentos, que era baseada no número de matrícula e no nome dos migrantes, sem distinção entre falantes de inglês e espanhol. Isso resultava em migrantes entrando na sala sem serem direcionados ao defensor que dominava a língua adequada para a interação. Além disso, até cinco presos eram atendidos simultaneamente. Outro problema é que na sala com defensores que não falavam essa língua, um dos defensores ficaria sem intérprete, precisando aguardar a conclusão de outro atendimento com interpretação para então iniciar o seu.

Diversos fatores apontados no estudo de Baixauli-Olmos (2013) foram observados na Penitenciária de Itaí, como a insuficiência quantitativa e qualitativa do espaço físico (salas pequenas, com iluminação e ventilação inadequadas e acústica precária), o barulho dos vozerios simultâneos e o tempo insuficiente para que os migrantes apresentassem suas necessidades e dúvidas. O barulho causado pelos atendimentos simultâneos prejudicou o processo de interpretação, dificultando também a manutenção de um tom de voz adequado. Baixauli-Olmos (2013) afirma que esses entraves, que estão inevitavelmente interconectados às interações, podem resultar em restrições, comprometer a confidencialidade e violar direitos de privacidade e segurança. Assim, a precariedade e má equipagem das salas dificultaram a interação entre os participantes, impactando diretamente o processo interpretativo (Baixauli-Olmos, 2013).

Em relação à imparcialidade, conforme destacado por Baixauli-Olmos, não é incomum que intérpretes sejam chamados a desempenhar funções além das previstas em sua profissão. Nesse contexto, embora a organização do atendimento não tenha sido uma tarefa formalmente atribuída a mim, senti-me compelida, junto ao agente de segurança, a organizar a separação entre migrantes falantes de línguas latinas e de língua inglesa. Dessa forma, na sala à direita foram direcionados dois presos que se comunicavam em espanhol e inglês, enquanto na sala à esquerda três

presos eram encaminhados aos defensores, sendo apenas um deles falante exclusivamente de inglês. Essa divisão ajudou a evitar que os defensores precisassem aguardar por interpretação.

Embora fosse necessário orientar os defensores sobre como atuar na presença de um intérprete, como, por exemplo, pedindo que fizessem perguntas diretamente aos migrantes (pois o preso já adotava essa prática), para garantir uma interação mais fluida, muitas vezes a interpretação ocorreu na terceira pessoa. Além disso, minha intervenção foi mais frequente, pois eu precisava explicar, por exemplo, o contexto das perguntas dos defensores. Também fui regularmente chamada para esclarecer dúvidas sobre estruturas da língua inglesa, especialmente quando o defensor tentava se comunicar em inglês – apesar da minha tentativa de interpretar diretamente a interação entre o defensor e o migrante –, mas seu nível de inglês não era suficiente para garantir a compreensão por parte dos presos.

Os metadados aqui apresentados foram fundamentais para a posterior compreensão mais aprofundada dos dados da pesquisa, obtidos a partir das filmagens das interações sociolinguísticas nos contextos jurídico, escolar, religioso e médico. A sistematização de dados está exposta a seguir com base no objetivo deste estudo: mapear e sistematizar as interações sociolinguísticas da Penitenciária PM Cabo Marcelo Pires da Silva, localizada em Itaí, no interior do estado de São Paulo. A pesquisa busca compreender como migrantes presos e prestadores de serviços penitenciários interagem no cotidiano prisional plurilíngue, levantando as seguintes questões centrais: Como ocorrem as interações no contexto plurilíngue da Penitenciária? De que maneira e por quem são realizadas as mediações linguísticas entre presos e servidores? E, principalmente, quais aspectos transidiomáticos, dispositivos tecnolinguísticos e metapragmáticos podem ser analisados nessas interações, sejam elas mediadas linguisticamente ou não, considerando as suposições culturais, as estruturas retóricas e os modos de comunicação dentro de uma instituição total?

7.2

Resultados e análise dos dados: as interações mapeadas por áudio e vídeo

Uma primeira constatação da pesquisa revela que, em todas as situações analisadas dentro da penitenciária, as mediações linguísticas são realizadas pelos

próprios detentos, configurando-se como um ajustamento secundário (Goffman, 1974a), reconhecido pela instituição. Essa prática visa, em alguma medida, preservar a identidade do indivíduo institucionalizado. Um segundo achado geral indica que a presença de intérpretes nas interações não é sistemática, o que resulta na utilização do português – enquanto língua estrangeira – como língua de interação no cotidiano prisional. Por fim, um terceiro resultado indica que, embora os detentos façam uso do português, isso não garante uma compreensão mútua entre os interlocutores. Como consequência, em muitos dos casos analisados, o significado de unidades semânticas, especialmente por parte dos detentos, não é esclarecido no momento da interação. Entre todos esses elementos, observou-se que o uso do português vai além de um simples incentivo – ele é, na verdade, imposto pelas próprias dinâmicas do convívio entre os detentos. Um dos servidores chegou a afirmar: *“Já que não temos outra saída, eles têm que falar português. Aqui ninguém fala a língua deles. Outra coisa, tem a questão dos dialetos... então, pra sobrevivência deles, tem que forçar eles falarem. Agora, quando nem o português resolve, é o Google mesmo.”*

Os resultados apresentados nas seções seguintes, referentes às interações dentro da Penitenciária de Itaí, foram obtidos durante 10 dias de registros de imagens e áudios de cada uma das situações diferentes, a saber, contextos médico, jurídico, religioso e educacional.

No processo de análise desses dados, este estudo, alinhado às teorias da área de IC, procurou identificar três categorias teóricas centrais relacionadas aos aspectos transidiomáticos, dispositivos tecnolinguísticos e metapragmáticos: suposições culturais, estruturas retóricas e modos de falar (cf. Gumperz, 1982), conforme estudado por Jacquemet (2009, 2011), em contextos que envolvem a IC na interação. No entanto, a análise não se deteve apenas nessas categorias. Para isso, procurou averiguar outros autores que abordam aspectos interacionais no âmbito da IC e que também são relevantes para essas categorias de análise (cf. Wadensjö, 1998; Inghilleri, 2005; Baixauli-Olmos, 2017; Metzger, 1999; entre outros), sendo integrados aos aspectos do contexto institucional prisional enquanto instituição total (cf. Goffman, 1974a).

7.2.1

Análise das filmagens em situações médicas

Para esta análise, foram registrados atendimentos de três médicos no decorrer de 10 dias. Uma médica não possuía proficiência em nenhuma língua estrangeira, outra conseguia se comunicar em espanhol e inglês, enquanto o terceiro dominava apenas o espanhol. No entanto, apesar dessas competências linguísticas, todos conduziram as consultas em língua portuguesa, mesmo em situações em que deveriam ter utilizado outro idioma. Durante esse processo, uma das médicas deixou de fazer atendimentos em penitenciárias, ficando, assim, dois médicos, uma médica e um médico, no estabelecimento prisional.

Nem todas as consultas médicas contam com mediação linguística, pois nem sempre há um detento disponível para atuar como intérprete *ad hoc*. Esse cenário é influenciado por diversos fatores, como a presença de línguas de baixa difusão, variações dialetais e a falta de indivíduos com proficiência suficiente para realizar a mediação de maneira eficaz. Além disso, um fator relevante é a imposição do português como língua veicular entre os presos.

As gravações das interações durante as consultas médicas revelaram práticas transidiomáticas, nas quais médicos e detentos combinam diferentes recursos linguísticos conforme necessário, como a alternância entre registros e línguas, característicos de situações de interação multilíngues. Conforme analisa Jacquemet (2011)¹⁵⁰, a partir da década de 1980, os procedimentos adotados nas entrevistas para solicitação de refúgio passaram a privilegiar a precisão denotacional, sobretudo por meio da implementação de entrevistas estruturadas por roteiros fixos. Esse modelo favorece a coleta de informações factuais – especialmente a consistência dos marcadores temporais – em detrimento da escuta de narrativas mais amplas e contextualizadas. No entanto, no contexto médico, essa lógica não se sustenta: a construção da história clínica requer atenção à trajetória dos sintomas, à ordenação cronológica dos eventos, à descrição dos sinais e à coerência interna

¹⁵⁰ Jan Blommaert em seu trabalho “Investigating Narrative Inequality: African Asylum Seekers’ Stories in Belgium” publicou, em 2001, uma análise sobre a desigualdade narrativa (*narrative inequality*) no contexto dos pedidos de refúgio na Bélgica, mostrando como as histórias de solicitantes africanos são frequentemente desqualificadas ou mal interpretadas pelas instituições responsáveis ao avaliarem esses pedidos. O autor argumenta que o problema não está necessariamente na falta de “verdade” nos relatos, mas, sim, nas exigências linguísticas e discursivas impostas pelo sistema.

do relato, elementos indispensáveis para a apuração dos fatos e para a definição de uma conduta terapêutica adequada.

Durante os dez dias de gravações, ficou evidente a forte relação de poder presente nos atendimentos médicos. Embora os relatos dos migrantes sejam fundamentais para a tomada de decisões médicas, as interações frequentemente se restringem a perguntas e respostas. Isso significa que os dispositivos tecnolinguísticos utilizados nesse contexto se limitam ao exame/entrevista, à entextualização e ao uso de práticas metapragmáticas (Jacquemet, 2011). Durante a consulta, o detento é questionado sobre seu problema de saúde e, a partir disso, passa a relatar suas condições. No entanto, essas narrativas precisam se concentrar exclusivamente na questão específica de saúde apresentada. O preso é interrompido imediatamente se seu relato deixa de ser objetivo. Ainda que um dado no histórico seja importante para definir sua condição atual, somente lhe é permitido falar quando perguntado ou quando esse dado é importante para o médico e não para os migrantes. A entextualização, como Jacquemet (2011) nos explica, é a transformação do texto falado em texto escrito. Essas informações escritas devem ser precisas por se tratar de condições de saúde do preso; entretanto, assim como aponta o referido autor, por causa da natureza complexa da interação em ambientes multilíngues, é provável que as transcrições sejam realizadas com base somente nos relatos dos sintomas e sinais pontuais e conduta realizada, mesmo porque a escrita médica em prontuário é uma escrita objetiva e sucinta em que são anotadas as queixas do migrante, a hipótese diagnóstica e a conduta adotada naquele determinado momento. Há também o uso de práticas metapragmáticas ora como imposição da ideologia institucional e da própria característica do contexto médico, ora para reformulações de perguntas com fins de esclarecimento, ora para padronização da comunicação e supressão de expressões culturais. Como exemplo disso, em uma das consultas, o médico pergunta ao migrante: *“Você está com dor na região íntima, onde exatamente?”* E o paciente responde: *“Tô com dor no p...”* para se referir ao local. Em seguida o médico corrige e diz: *“Como é? Você quer dizer pênis, né?”*. Essa correção atua como imposição da norma linguística biomédica, desautorizando o vocabulário popular e reafirmando os parâmetros técnicos e impessoais que definem o modo legítimo de falar no interior da instituição de saúde. Isso não é apenas uma questão linguística, mas também

ideológica: a linguagem do paciente é julgada inadequada ou inferior frente ao padrão institucional.

Essas formas de regulação linguística, no entanto, não se restringem ao ambiente médico, sendo igualmente presentes em outros contextos institucionais, como o educacional dentro do sistema prisional. Em contextos educacionais dentro da prisão, práticas metapragmáticas também atuam na normatização dos modos de falar, como exemplificado na correção feita por uma professora a um preso-aluno que perguntou: “*Professora, posso fazer xixi?*”. A resposta – “*Você deve pedir para ir ao banheiro; não precisa dizer o que vai fazer*”. Tal correção evidencia a imposição de uma norma institucional de linguagem que valoriza a impessoalidade e linguagem que valoriza a impessoalidade e a escolha por um vocabulário que sugira formas menos diretas, afetivas ou informais, em detrimento de formas mais diretas, afetivas ou informais. Essa regulação do dizer não apenas impõe regras gramaticais ou de etiqueta, mas também modos socialmente legitimados de se posicionar como sujeito dentro da instituição.

No contexto médico, além da normatização do discurso, observei ainda a imposição do uso exclusivo do português e a desconsideração da importância de tradutores ou mediadores culturais, dificultando a expressão dos sintomas e do sofrimento dos migrantes. Essa dinâmica reforça a hegemonia linguística do português e pode prejudicar tanto o diagnóstico quanto o tratamento adequado. Ademais, o médico impõe a terminologia biomédica sobre a experiência subjetiva do migrante, desvalorizando sua forma de expressar os sintomas e reforçando a autoridade da linguagem médica. Em alguns momentos, é notório que as pistas de contextualização contribuem para a compreensão entre os interlocutores (cf. Gumperz, 1982).

Para demonstrar as afirmações supracitadas, foram selecionados vídeos com ou sem mediação linguística e, nos comentários realizados sobre cada um deles, retomo os conceitos mencionados anteriormente.

Antes da entrada do paciente na sala de consulta, este era encaminhado para uma antessala, onde eu realizava a abordagem inicial, explicando os objetivos da pesquisa e solicitando autorização para o registro de imagem. Em seguida, disponibilizava o Termo de Consentimento Esclarecido e o Termo de Autorização para Registro de Imagem (TAI), oferecidos para leitura na língua de preferência do

detento. Após a assinatura do referido termo, o paciente ingressava na sala de atendimento médico.

Durante a consulta, posicionava-me no canto da sala, local que permitia um ângulo favorável para o enquadramento simultâneo do médico e do migrante. Com a câmera portátil em mãos, realizava o registro de imagens, buscando captar a interação de forma abrangente, ao mesmo tempo em que respeitava o espaço físico e a dinâmica da consulta.

A presença da câmera parece ter influenciado tanto os médicos quanto os migrantes. Foi perceptível que, durante as gravações, os médicos passaram a se expressar de forma mais contida em comparação com as consultas nas quais não havia registro audiovisual, o que foi observado nas situações em que os pacientes não autorizavam a gravação e apenas anotações das interações. Assim, os profissionais demonstravam maior cautela e insistiam que não era necessário utilizar línguas estrangeiras, mesmo possuindo apenas conhecimentos básicos dessas línguas, justificando que os presos já estavam habituados ao português. Entretanto, tais profissionais não incentivavam o aprofundamento da interação, restringindo-se a perguntas objetivas e diretas, possivelmente adotando essa postura como estratégia para mascarar limitações linguísticas ou dificuldades comunicacionais. Por sua vez, os presos demonstravam timidez para abordar determinados temas com maior profundidade, especialmente ao relatar aspectos sensíveis relacionados à sua condição de saúde.

As transcrições¹⁵¹ a seguir são provenientes dos vídeos selecionados para a análise dos atendimentos médicos no ambulatório da penitenciária.

Vídeo 1: Atendimento a um chinês

Médica: *O que está acontecendo?*

¹⁵¹ Vale destacar que adotei algumas convenções transcritivas para facilitar a identificação: os interlocutores são indicados em negrito, as falas dos participantes aparecem em itálico, as variações fonológicas, gramaticais e/ou linguísticas (como misturas do português e outras línguas), em negrito; e minhas explicações, traduções ou informações complementares são apresentadas entre colchetes. Além disso, as pausas são sinalizadas por reticências, e a elevação do tom de voz é indicada por uma seta para cima acompanhada de explicação entre colchetes (↑[elevação de voz]). Dessa forma, todas as transcrições que se seguem estarão identificadas conforme tais convenções criadas. Além disso, para facilitar a explicitação das situações de interação no contexto médico, cada vídeo está identificado por um número.

Migrante: *Oio*.... [aponta para o olho direito]. *Aqui, pouco arde*.... *esse, pica* [aponta para olho esquerdo].

Médica: *Quanto tempo?*

Migrante: *três dias*

Médica: *coça?* [médica faz o gesto de coçar os olhos]

Migrante: *arde no*

Médica: *Alergia à medicação?*

Migrante: *no ... no*

Migrante: *otro aqui ... pra dor* [aponta para o dedo indicador e indica com a outra mão que dói]. *Coisa pra dor três semanas ... dói ainda.*

Médica: *Vou dar antibiótico*

Nesse caso, a médica anota em prontuário as queixas do preso e procede à conduta médica quanto às medicações a serem tomadas ou administradas e exames que devem ser realizados, explicando ao migrante todas as condutas a serem adotadas para o pleno reestabelecimento de sua saúde.

No que se refere às pistas de contextualização prosódica, o tom da conversa é sempre polido e formal, por exemplo, “*o senhor poderia me ajudar?*”. A interação acima entre a médica e um migrante chinês parece fragmentada porque o migrante não consegue formular frases inteiras e coesas. Na maior parte da interação, ele apenas usa palavras como “*oio*” indicando que há algum problema nos olhos, mas não consegue pronunciar a palavra adequadamente. Entretanto, as pistas de contextualização paralinguísticas, como os gestos do migrante apontado para os olhos, conduzem ao entendimento da médica de que o problema de saúde está nos olhos. As palavras “*arde*” e “*pica*” indicam uma inferência conversacional nos moldes de Gumperz (1982), em que os participantes – médico e migrante – avaliam/inferem as intenções um do outro e por meio das quais baseiam suas perguntas e respostas: “*Quanto tempo?*” e “*três dias*” e as demais frases e palavras que se seguem na interação. Outro fator a ser ressaltado é o fato de o migrante pronunciar “*oio*” em vez de “*olho*”. Para Jacquemet (2011), aspectos da pronúncia, o que ele denomina os modos de falar, podem ter impacto na interação causando colapsos no entendimento. No caso acima, nenhum colapso na comunicação ocorreu porque o migrante fez uso de pistas de contextualização paralinguísticas,

isto é, enquanto pronunciava as palavras, apontava para os olhos gesticulando de modo que a médica entendesse que ardia e picava.

Vídeo 2: atendimento a um turco

Uma médica atendeu um preso de nacionalidade turca que não se comunicava em nenhum outro idioma além do seu. A interação ocorreu exclusivamente por gestos (multimodalidade): o detento apontava partes do corpo e coçava a pele para expressar seus sintomas. Conseguiu pronunciar apenas duas palavras em português – “covid” e “alergia” – e, com gestos, pediu à médica que escrevesse a prescrição e as orientações médicas em inglês, para que pudesse mostrá-las a um colega de cela capaz de traduzir para o turco. Não houve mediação linguística nesse atendimento. Diante das limitações comunicativas, a médica recorreu ao Google Tradutor® como alternativa. A transcrição da interação entre a médica e um agente é apresentada a seguir, acompanhada dos registros da troca via aplicativo.

Médica: *Ele é o que? húngaro... turco? Pergunta ao agente penitenciário*

Agente: *Ele é turco, doutora. Não fala português nem inglês ... nada.*

Médica: *tem alguém **pra** ajudar?*

Agente: *Não, doutora. O único que tem está em teleaudiência.*

Médica: *E agora... bom, vamos lá. Alguém sabe o que ele tem pelo menos?*

Agente: *mostra o braço **pra** ela... [toca no preso, mexendo no seu braço direito]*

[O migrante, sem falar, mostra a parte posterior da perna direita e abre e fecha a mão para que a médica entenda que dói como se latejasse. Mostra a outra perna para indicar que está em tamanho diferente, ou seja, inchada. Ainda, no mesmo momento, coloca as duas mãos na cabeça e abre e fecha a mão tentando indicar que estava com dor de cabeça.]

Médica: *Vamos tentar usar o Google tradutor®.*

Agente: *mas ele está algemado não dá **pra** digitar.*

Médica: *mas dá pra falar, né?*

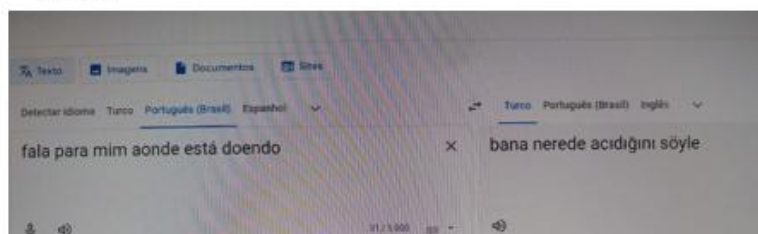
Agente: *mas, não tem a caixinha de som, mas dá pra adaptar um fone.*

Médica: *eu tenho um fone com microfone aqui... acho que vai dar certo. Ele fala no fone.*

Médica: *Olha para o agente e diz: está inchado e avermelhado... deve estar inflamado. Vou prescrever anti-inflamatório e dipirona porque ele parece estar com dor de cabeça. Vou escrever aqui no Google o que ele vai tomar.*

A seguir podemos verificar o print da conversa entre o turco e a médica por Google tradutor®.

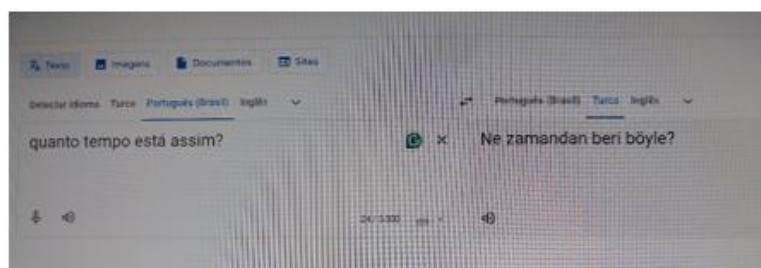
Médica:



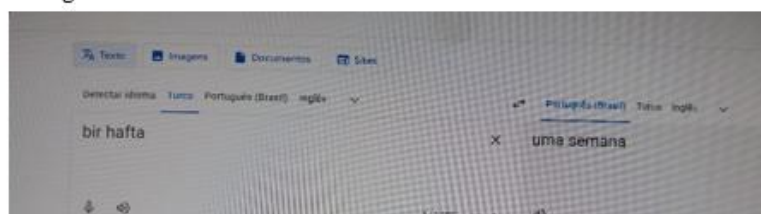
Migrante turco:



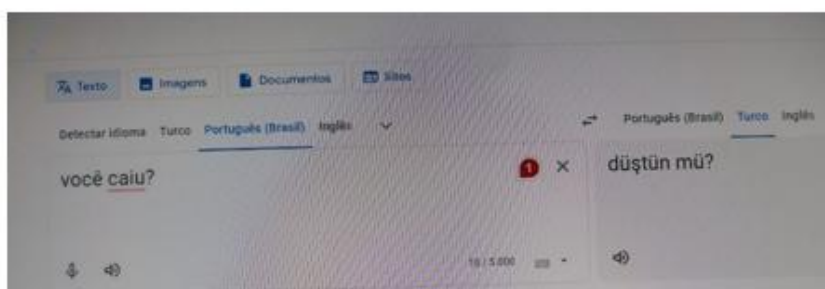
Médica:



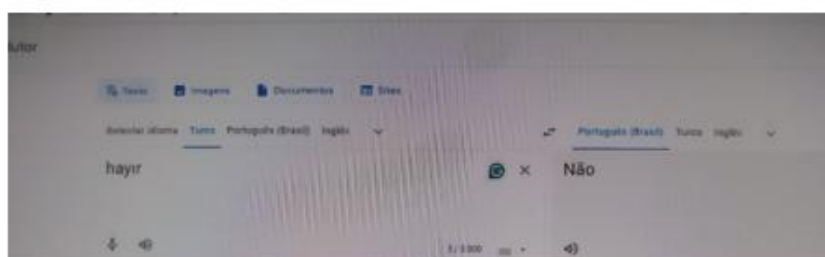
Migrante turco:



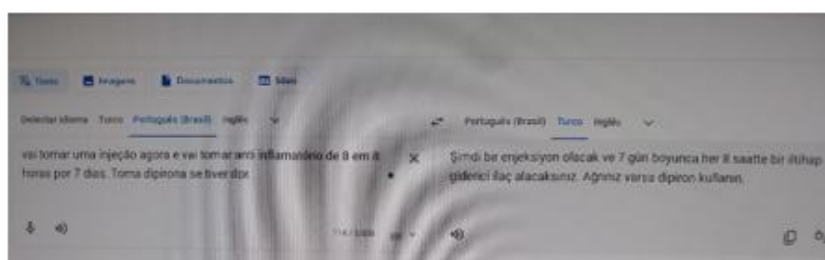
Médica:



Migrante turco:



Médica:



A médica escreve os relatos em prontuário e explica ao migrante turco qual será sua conduta médica na presença da assistente de enfermagem e do agente para que eles façam os procedimentos.

A interação focou apenas em aspectos específicos do problema apresentado por recursos multimodais (gestos, sons) pelo migrante turco, bem como na investigação e conduta da médica, apesar do uso do Google Tradutor® como dispositivo tecnolinguístico. A anamnese não foi realizada de forma completa devido à limitação linguística. Embora os médicos penitenciários tratem questões pontuais, assim como ocorre em emergências hospitalares, fica evidente que, sem a dificuldade de comunicação e com a presença de um intérprete, a interação teria sido mais aprofundada e os detalhes, mais precisos. Outro ponto relevante é que o migrante aparentemente não utilizava uma língua dialetal, diferentemente do caso

do libanês e do marroquino, cujos relatos com o(a) médico(a) serão discutidos posteriormente. Além disso, não foi questionado ao turco se ele falava alguma variação de seu idioma. No entanto, ao ler o texto traduzido pela médica no Google Tradutor®, ele pareceu compreender, o que é compreensível, já que o turco é a língua mais falada na Turquia, seguida pelo curdo.

Vídeo 3: atendimento a um nigeriano

Em outra consulta, a médica atendeu um nigeriano que não entendia nem falava português. Ele perguntou à médica se ela falava inglês. Ela, por sua vez, com a resposta negativa através de um aceno com a cabeça indicando não, solicitou a presença do preso-intérprete que trabalha na limpeza. O nigeriano entende parcialmente português, mas não fala o idioma a ponto de expressar seus sintomas e, então, a interação se dá por meio do preso-intérprete:

Médica: *Pergunta pra ele o que ele tem.*

Migrante-intérprete: *What are you feeling?*

Migrante-paciente: *I have a strong pain in my back.* [aponta para a região lombar na altura dos rins]

Migrante-intérprete: *Ele está com dor forte nas costas.*

Médica: *Você caiu?* [olhando para o preso-intérprete] – *Ele caiu, bateu as costas?*

Migrante-Intérprete: *Did you fall down or hit the back?*

Migrante-paciente. *No.*

Migrante-intérprete: *Do you pee normally?*

Migrante-paciente: *Yes.*

Migrante-intérprete: *Não, ele não caiu e ninguém bateu nele.*

Migrante-intérprete: *Ele disse que só sente dor nas costas, apenas.*

A médica deu orientações e explicou que a dor pode ser postural em função de ele dormir em colchões finos e no chão. Prescreveu medicação para dor e dispensou o nigeriano.

Nessa interação, foi possível observar duas questões referentes à técnica da interpretação. Na interação, tanto o intérprete *ad hoc* quanto a médica usam o discurso indireto, o que os leva a conversar entre si deixando assim o preso fora da

interação. Isso parece também abrir um precedente para um maior nível de envolvimento do intérprete para o *advocacy*. A outra questão diz respeito à pergunta que o preso-intérprete faz sem que a médica tenha feito: “*Did you pee normally?*”. Nesse sentido, o intérprete parece inferir uma hipótese diagnóstica para a dor na região lombar do nigeriano, possivelmente uma infecção urinária ou uma possível doença renal. Além disso, no final, o intérprete inferiu a possibilidade de alguém da cela ter batido no migrante nigeriano sem que ele o tenha relatado. Apesar de interpretar a resposta do migrante nigeriano de que não houve queda, ele acrescentou “[...] *e ninguém bateu nele*”. Disso é possível inferir que o fato possa ter acontecido ou que o intérprete possa estar ocultando o agressor, protegendo-o da punição por agredir outro preso, o que resultaria em prisão no pavilhão disciplinar.

Percebe-se assim que o preso-intérprete, por conhecer a situação do colega, antecipa certas informações para auxiliar a médica na formulação de uma hipótese diagnóstica, sendo que ele chega a fazer perguntas antes mesmo de a médica considerá-las. Dessa forma, fica evidente a sua intervenção de *advocacy*.

O agenciamento do preso-intérprete não se caracteriza pela imparcialidade nem pela neutralidade – o que já era esperado, conforme as discussões anteriores neste estudo. Dessa forma, é possível perceber que ele recorre ao *advocacy*, ainda que de maneira inconsciente, como uma estratégia para promover o bem-estar do colega preso. No entanto, a dinâmica de poder presente no ambiente carcerário faz com que ele se enxergue apenas como um detento auxiliando a médica na comunicação, e não como um intérprete propriamente dito. Embora seu conhecimento do idioma lhe proporcione certa vantagem dentro dessas relações de poder, ele não reconhece essa posição privilegiada devido ao contexto em que está inserido.

Vídeo 4: atendimento a um congolês

Nesse vídeo, o preso pergunta à médica se ele pode falar em inglês e se ela entende a língua. Quando ela diz que sim, recursos multimodais são utilizados como a expressão facial do preso mostra surpresa, visto que suas pálpebras se erguem deixando os olhos arregalados e as sobrancelhas se arqueiam, criando rugas horizontais em sua testa. Essa expressão de surpresa se justifica já que por norma,

fora os migrantes, ninguém consegue falar ou entender alguma língua estrangeira. No entanto, a médica, quando perguntada por mim sobre o fato de falar e entender inglês após a consulta, responde: “*Sim... eu entendo um pouco depende do sotaque, mas só consigo falar o básico, aquilo que preciso perguntar para conseguir medicar o preso.*” Eu pergunto: Por isso, prefere falar em português nas consultas? Ela responde: “*Eles têm que falar português, é melhor pra eles. Eles acabam entendendo*”.

Como mencionado anteriormente, dois médicos atendem os migrantes na enfermaria e ambos conseguiriam se comunicar em espanhol ou em inglês, mas eles insistem que a interação deva ser em português.

Na transcrição seguinte, percebemos que, por solicitação do preso, a médica permitiu que a interação se desse em inglês, porém a pronúncia das palavras em inglês é de difícil compreensão para a médica que recorre a pistas de contextualização paralinguísticas:

Médica: *O que está acontecendo com você?*

Migrante: *Poder falar in English?*

Médica: *sim*

Migrante: *Sim... você entende, é?*

[a médica acena com a cabeça indicando que sim]

Migrante: *I have a problem ... **dent** ... **teet** [aponta para boca e aponta o dente]. I went to a doctor outside, but I have a.... **mordo** here, aqui [abre a boca e mostra a gengiva ferida]. You know... I don't the form I cannot ah ...**respirate with my mout**. That's why I **wanna** show doctor ... this [aponta para o dente]. I have **grip**... I cannot **brit**... I have **toss** [aponta para o nariz].*

Migrante: *when you finish...*

Médica: *what?*

Migrante: *When you finish you go... [aponta para o dente novamente].*

Médica: *you have cough?*

Migrante: *yeh and I don't **brit**... here [aponta para o dente] I used **antibit** and my eyes scratch when I use **kind drop here** [aponta para o dente]. There was eyedrop I use the name **lacra** [refere-se ao colírio lágrima plus®], but I bought out, I can... They don't permit enter. They have another **no know name**. **Outra coisa** ... I have gastritis... I cannot sleep cause of the pain. I have pain in the night. When I eat*

feijão, beans, I cannot beans ... so I separate the rice and beans and I eat mistura. Can register I can eat beans in my food... can give medicine for...

Médica: *We don't have medicine for gastritis, but I write here **you not eat anymore beans.***

Migrante: *I have something here in my head... (coça a cabeça)*

Médica: *fungus*

Migrante: *pain in my back here. [aponta para lombar]*

Migrante: *for this (aponta para a coceira na cabeça)*

Médica: *I'm gonna write and you going the dentist to see.... For nose, you wash **com soro fisiológico** every eight hours, ok. You're gonna take Loratadina® once... once a day for cough and Amoxicilina®, antibiotic, every eight hours for seven days.*

Migrante: *and my pain?*

Médica: *Nimesulida® twice a day for five days*

Migrante: *and eyedrop similar to.... eyedrop because scratch **um monte**. [gesticula coçando os olhos]*

Médica: *we gonna check if we have **colírio** and ...*

Migrante: *and **dent**?*

Migrante: *I write here you go to dentist.*

Médica: *That's all*

Migrante: *Ok, thanks*

Nesta transcrição, percebem-se claramente as dificuldades de interação em inglês entre a médica e o migrante, uma vez que nenhum dos dois possui alta proficiência na língua inglesa. O inglês não é a língua primeira de nenhum dos interlocutores. Ficam evidentes, a partir da transcrição, os desafios para estabelecer uma comunicação mais completa e coesa. A coerência da interação depende fortemente de recursos multimodais de contextualização, pois, sem elas, a forma como o migrante se expressa poderia parecer pouco compreensível. Na prática, a comunicação ocorre com cada interlocutor dizendo apenas o essencial, e não necessariamente como gostariam de se expressar caso compartilhassem o português como língua materna. É importante destacar que nos comunicamos com mais desenvoltura em nossa língua nativa, sendo assim, na língua estrangeira as

dificuldades ficam mais evidentes, o que foi percebido durante a interação entre médico e migrante.

Tanto um quanto o outro recorrem ao português, ora para garantir a compreensão, ora por não conhecerem a palavra correspondente em inglês. As palavras destacadas em negrito evidenciam essas dificuldades. Por exemplo, é evidente os modos de falar quando o migrante inicialmente diz “dent” – tentando usar o português – e depois menciona “teets”. Ambas as palavras possuem significados diferentes em inglês: “dent” pode se referir a uma “contusão”, o que pode gerar confusão no contexto da conversa.

A palavra “dente” em português tem uma fonética distinta da palavra em inglês. No Alfabeto Fonético Internacional (AFI/IPA), sua transcrição no português brasileiro é /'dẽ.tʃĩ/, onde a vogal “e” é nasalizada (/ẽ/), e o “t” costuma ser pronunciado como /tʃ/ (“tch” em algumas regiões). Já em inglês, a palavra “dent” é transcrita como /dɛnt/, sendo composta pelos sons: /d/ (como em “dog”), /ɛ/ (vogal curta como em “bed”), /n/ (como em “net”) e /t/ (como em “top”). Sua pronúncia se assemelha a “dént” em português, mas com um “e” mais aberto e um final seco no som “t”.

Os recursos multimodais ajudaram a perceber que a forma como o migrante pronunciava certas palavras durante a interação tornou-se um obstáculo à compreensão de seu problema de saúde. Apesar disso, a médica relatou, após a filmagem, que inicialmente interpretou a fala do migrante como referência a uma contusão na região mencionada. No entanto, o verdadeiro problema era um dente quebrado, cuja ponta afiada feria sua gengiva ao morder. Esse equívoco interpretativo está relacionado aos modos de falar discutidos por Jacquemet (2011), que aponta que, em entrevistas de solicitação de refúgio, a pronúncia de certas palavras pelos migrantes pode ocasionar falhas na comunicação. Um exemplo disso é o caso da migrante que pronunciou a expressão “*carry me*” como “*karimi*”, o que levou o oficial da entrevista de solicitação de refúgio a interpretar erroneamente como um nome próprio e, portanto, negar o pedido de refúgio (cf. seção 4.3.2 deste estudo). A palavra “teets”, usada pelo migrante, foi pronunciada de forma distinta da forma padrão. A palavra “teets” em inglês é o plural de “teet”, que é uma forma coloquial ou informal de se referir a “teats”. A palavra refere-se a mamilo/ubres de animais. O termo é utilizado para se referir aos mamilos ou tetas de mamíferos, especialmente em animais como vacas e porcos, sendo “teats” a palavra mais

comumente empregada para esse significado. No entanto, em certos contextos informais, ela pode também ser usada como gíria para designar os seios femininos, embora “tits” seja a forma mais usual nesse sentido.

No caso do migrante, sua intenção era falar sobre dentes, mas a palavra correta em inglês seria “teeth” (plural de “tooth”). A transcrição fonética das palavras “teeth” e “tooth” no AFI/IPA é a seguinte:

- Teeth (/ti:θ/): /t/ (como em “top”) + /i:/ (vogal longa como em “see”) + /θ/ (som do “th” como em “think”), resultando em uma pronúncia semelhante a “tiith”, com um “i” longo e o “th” final aspirado.
- Tooth (/tu:θ/): /t/ (como em “top”) + /u:/ (vogal longa como em “blue”) + /θ/ (som do “th” como em “think”), pronunciado como “tuuth”, com um “u” longo e o “th” final aspirado.

Além de pronunciar a palavra incorretamente, o migrante também utilizou a forma no plural quando, na verdade, queria se referir ao dente no singular. Essa variação poderia levar a uma interpretação equivocada, em função da palavra assumir outros significados. O mesmo também ocorre com a palavra “brit” que seria uma palavra incompreensível caso o migrante não tivesse apontado para o nariz e boca, além de puxar o ar e usar um termo pouco usado como “respirate” para reforçar o entendimento da palavra “breathe” (*I cannot brit*),

A interação ocorreu dessa forma: uma combinação de português e inglês, com pistas de contextualização paralinguísticas de ambas as partes e dificuldades relacionadas aos modos de falar. Em nenhum momento, nem a médica nem o migrante consideraram a ajuda de um intérprete disponível ou da intérprete profissional presente, o que poderia ter facilitado uma comunicação mais eficaz. É evidente que, assim como em todos os atendimentos realizados em português, a interação ficou limitada, acarretando um atendimento também mais limitado, devido às dificuldades linguísticas.

Vídeo 5: atendimento a um libanês com interpretação de um marroquino

Nessa transcrição de um atendimento do médico a um libanês interpretado por um outro preso marroquino, a interação entre o libanês e o marroquino ocorre

em árabe levantino. O árabe levantino é uma das principais variedades do árabe falado na região do Levante, que inclui países como Líbano, Síria, Jordânia e Palestina. Ele integra as variedades do árabe do Oriente Médio e possui variações locais dependendo do país e até mesmo da cidade. Ele é a língua falada no dia a dia, enquanto o árabe moderno padrão é usado em situações formais, como notícias, documentos e discursos oficiais.

Vejamos a transcrição acompanhada da tradução:

Intérprete: *O nome dele é Ele tem três ossos aqui, aqueles últimos, antes ele trabalhava de caminhoneiro, e por causa que ele levava muito peso **né**, então ele não conseguia girar o volante e continuou trabalhando por quatro anos assim, e aí os três ossos dele **tava**...*

Migrante: رحلت عند الدكتور أنا وصورلي ياها كان في 3 فقرات كابسين على بعض وكل 3 أو أشهر [Tradução: fui ao médico. Fizeram radiografia e descobriram que existem 3 vértebras pressionadas. Então, cada 3 ou 4 meses tomo 3 injeções para melhorar.]

Intérprete: [Tradução: Pressionada?] لاصقين على بعض؟

Migrante: هو الدكتور قللي هيك انو كابسين ع بعض [Tradução: O médico me disse que são pressionadas.]

Intérprete: *Os 3 ossos pressionaram e ficaram meio colados, aí o doutor **dava pra** ele 3 injeções a cada 5 meses para acalmar a dor que ele tem.*

Médica: *ele já fez exame de Raio-X alguma vez?*

Intérprete: عملت شي هديك يلي بتبين بالصورة؟ [Tradução: já fez o exame de imagem?]

Migrante: بلبنان إيه عملت صورة [Tradução: Sim, no Líbano fiz uma radiografia.]

Intérprete: *Sim, no país dele ele fez.*

Médica: *ah...ele fez, vou pedir **pra** ele fazer aqui de novo e vou passar medicação **pra** dor. Ele toma remédio para dor todo dia ou não?*

Intérprete: *mas ele não tem. Ele tem que vir aqui no atendimento para conseguir.*

Médica: *mas ninguém passa para ele tomar?*

Intérprete: *não.*

Médica: *vou pedir **pra** ele fazer exame de Raio-X para saber a principal causa.*

Intérprete: *demora quanto?*

Médica: *vou tentar pedir **pra** agora. Deixa eu ir lá.*

Migrante: شو قالت؟ [Tradução: O que ela falou?]

Intérprete: هي رح تعطيك دوا عشان يريحك شوي، وتعملك طلب مشان تعمل صورة وتشوف عندك [Tradução: Ela vai prescrever medicamento para minimizar um pouco a sua dor e pedir uma radiografia para descobrir a causa.]

Migrante: ماشي [Tradução: Está bom.]

Intérprete: هلق ارتاح شوي [Tradução: Agora descansa um pouco!]

Migrante: ماعم اقدر رجع ضهري [Tradução: Não estou conseguindo encostar as costas.]

Intérprete: عايز توقف؟ [Tradução: Quer levantar?]

Intérprete: *ele não consegue* [reportando-se ao agente.]

Agente penitenciário: *fala pra ele que ele vai pra rua para fazer Raio-X.*

Intérprete: *agora, agora?*

Agente penitenciário: *agora não. A gente vai fazer o encaminhamento pra ele.*

Intérprete: قال انو رح يعملك طلب سريع، عشان تروح على برا تروح لعند الطبيب، ورح يعملك طلب [Tradução: disse que vai fazer o encaminhamento urgente para você ir para fora visitar o médico, além de fazer o pedido da radiografia.]

Migrante: ايه. ومنشوف الأهل؟ [Tradução: Está bom. E vamos encontrar com a família?]

Intérprete: لا هلق رح يعطوك الدواء بس [Tradução: Não, agora eles só vão te dar o remédio.]

Agente penitenciário: *e outra coisa, ele vai tomar uma injeção agora pra dor.*

Intérprete: رح يعطوك الدوا بتاع الوجع [Tradução: eles vão te passar o remédio para dor.]

Migrante: آخ آخ [Tradução: Ah, Ah!]

Intérprete: يا حبيبي يا أخي عايز تعمل إيه [Tradução: ó querido irmão! quer fazer o quê?].

Migrante: بدي علّ إجري ما عم بغضر عليّها [Tradução: Quero levantar a perna e não estou conseguindo.]

Intérprete: بيجعك ضهرك كله [Tradução: sua dor é em toda a região das costas?]

Migrante: رح موت [Tradução: Estou morrendo.]

Migrante: يارب [Tradução: Meu Deus!]

Agente penitenciário: *Não tem nenhuma informação dele?*

Outro agente: *Ele é novo*

Parte da interação incompreensível pelo áudio

Intérprete: انت بتفكر كثير، ما تفكرش كثير. اذا ضليت تفكر كثير هذا رح يعملك تأثير على جسمك لانو [Tradução: Você pensa muito. Não
هذا كلو في العقل. خلك بارد. هاد كلو من التعصيب كمان

pense muito! Se ficar preocupado o tempo todo, isso afeta seu corpo, nossos pensamentos são refletidos em nossos corpos. Isso vem do nervosismo também.]

Migrante: قتلها عم يجيه نغزات بقلبو؟ [Tradução: diz pra ela que estou sentindo pontadas no coração.]

Intérprete: رح قلها هلق [Tradução: já vou falar]

Parte da interação incompreensível pelo áudio

Intérprete: بس أنا قتلهم عن المفروض. لما يشوفو انت عندك، انت مو قتلهم انو عندك امراض كثيرة [Tradução: eu falei o que tem que ser dito. Você disse a eles que tem várias doenças, então, eles podem achar que você está enganando.]

Intérprete: لانو هاد حبس يا حبيبي، مش طبيب يعني ليشوفو الجسم كله، هنن بيشوفو يلي بيوجعك [Tradução: Porque aqui é prisão, meu querido, não é consultório médico onde consiga realizar um check-up completo. Eles olham apenas o que está te doendo.]

Migrante: آخ ياربي [Tradutor: Ó, minha mãe! Ó, Deus!]

Intérprete: اصبر بس، لا تخاف، خليك هيك. لسا بتوجعك حاجة [Tradução: tenha paciência! Não tenha medo! Fica assim! Ainda está com dor?]

Migrante: ايه ما عم اقدر اتحرك [Tradução: sim, não estou conseguindo me mover.]

Intérprete: لا تخاف عشان انت جالس انو يجيك شلل [Tradução: não tenha medo de ter paralisia só porque você está sentado assim!]

Migrante: ماني قادر حرك ايدي [Tradução: não estou conseguindo movimentar meu braço]

Intérprete: إيدك ولا رجلك؟ [Tradução: o braço ou a perna?]

Migrante: ما عم اقدر حرك شي بجسمي بسبب ظهري [Tradução: Tudo, não estou conseguindo mexer nada do meu corpo por causa das costas.]

Migrante: يا باطل عليك يا أبو حسن [Tradução: Aí que pena [fala o nome do intérprete.]]

Intérprete: عايز تحط ضهرك على هي وتخليك هيك؟ [Tradução: Quer deitar aqui?]

Migrante: مافيه مسند هي؟ [Tradução: Aqui não tem apoio não?]

Intérprete: مافيه شي كلها خرابانة [Tradução: Tem não, está toda quebrada.]

Intérprete: عايز؟ [Tradução: Quer?]

Migrante: لا لا، يخليلي ياك هيك مرتاح بس ما اتحرك هي مرتاح [Tradução: Não. Deus te proteja! Está confortável assim. Quando não me movimento, fico bem.]

Intérprete: خلص انشاء بس يعطيك الدوا بترتاح [Tradução: Vai melhorar depois de tomar o remédio, se Deus quiser.]

Migrante: يارب يارب [Tradução: Queira Deus!]

Migrante: قلو والله مدايقني هاد، خليه بفكه [Tradução: Esse está me incomodando, peça para ele retirar!] [se referindo à algema.]

Intérprete: ما بفكوه [Tradução: eles não tiram.]

Intérprete: *Senhor, o senhor pode liberar só pra ficar um pouco aberto*

Agente penitenciário: *tá só um minutinho*

Intérprete: ما رح يفتحها، بس رح يرخيها شوي [Tradução: ele não vai retirar. Vai apenas afrouxar.]

Intérprete: *Estava incomodando e apertando a mão dele.*

Intérprete: *Senhor, quero falar um minuto com você. Eu mandei um pedido terça-feira, me chamou para o atendimento, mas eu só tenho dor de dente e inflamação de garganta, se eles podem me ajudar para eu fazer o atendimento agora.*

Agente penitenciário: *dor de dente, a gente já está agendando com dentista.*

Intérprete: *Não, mas eu queria só um calmante, porque à noite eu não consigo dormir, começa aqui essa parte interna. Só um calmante, por favor, senhor.*

Agente penitenciário: *tá depois eu passo uma medicação.*

Intérprete: *tá bom, obrigado.*

Agente penitenciário: *a gente não sabe que horas que eles vão chegar* [referindo-se ao transporte, ambulância.]

Intérprete: *Mas por hoje eles vão chegar?*

Agente penitenciário: *é*

Intérprete: قال لي رح يخلوك في صالة هون ورح يستنوليجو ياخدوك المستشفى على برا [Tradução: me disse que vão te colocar numa sala aqui até a hora de ir ao hospital.]

Migrante: اليوم؟ [Tradução: hoje?]

Intérprete: ايه لازم تستنى هون [Tradução: sim, deve aguardar aqui.]

Migrante: ماشي [Tradução: está bom!]

Intérprete: أنت عايز تاكل أنا قلهم يجيبوك أكل؟ [Tradução: quer comer? Quer que eu peça para trazer comida?]

Migrante: مافي مشكلة، ايه بدى أكل [Tradução: sem problemas. Quero comer, sim.]

Intérprete: *tá bom. E aí ele não almoçou, tá bom senhor.* [direcionando-se ao agente.]

Migrante: أنت خليك معي [Tradução: você fica aqui comigo.]

Intérprete: *Ele não almoçou ainda.*

Agente penitenciário: *ele tá com fome?*

Intérprete: *tá bom. Posso ir, então?*

Agente penitenciário: *pode, sim*

Intérprete: *tchau*

Agente penitenciário: *tchau, tchau.*

Nessa interação mediada por um intérprete, percebe-se que a troca dialógica entre os interlocutores, com a mediação bidirecional do intérprete, ocorreu apenas em alguns momentos. Durante o restante da interação, o intérprete assumiu o papel de porta-voz do paciente. Já no início da transcrição, observa-se que o intérprete passa a relatar a condição do migrante libanês, descrevendo sua doença e como a contraiu.

Durante o processo de interpretação, o detento que desempenha o papel de intérprete aproveita a oportunidade para relatar um problema de dor dentária e solicitar um calmante que lhe permita dormir e aliviar o desconforto. Esse tipo de pedido costuma ser um dos aspectos que mais preocupam os médicos, já que os psicotrópicos frequentemente funcionam como moeda de troca dentro do ambiente prisional. Por essa razão, sua prescrição só ocorre após uma avaliação psiquiátrica. No caso da dor de dente, o mais adequado seria o uso de um analgésico acompanhado de tratamento odontológico. Um aspecto interessante a se observar é que, ao desempenhar o papel de intérprete para outro preso e colaborar com a equipe médica, o detento-intérprete pode obter benefícios indiretos, como atendimento fora do agendamento regular e acesso a medicamentos que não correspondem exatamente aos seus sintomas. Essa estratégia pode ser entendida como um ajustamento secundário (Goffman, 1974a), ou seja, uma prática que não é formalmente reconhecida pela instituição, ao contrário da interpretação, que é um ajustamento oficialmente aceito. No entanto, não se pode afirmar com certeza que o detento-intérprete solicitou atendimento médico e medicação com a intenção de obter benefícios indiretos devido ao seu papel como intérprete; essa é apenas uma possibilidade que pode ser inferida a partir do contexto.

Ainda assim, observa-se que ele [o preso-intérprete] retorna ao raio sem receber atendimento ou medicação para a dor de dente mencionada. Embora esses benefícios possam eventualmente ocorrer, sua concessão depende da decisão dos responsáveis pela instituição. Isso demonstra que, dentro das dinâmicas de poder, a autoridade exercida sobre o preso se sobrepõe ao reconhecimento de sua atuação como intérprete como um ajustamento secundário institucionalmente aceito.

No contexto da IC, observa-se que o papel do intérprete vai além de suas funções tradicionais. Conforme destaca Baixauli-Olmos (2017), intérpretes profissionais frequentemente enfrentam dilemas éticos relacionados às responsabilidades que ultrapassam a simples mediação linguística. De modo geral, os indivíduos na posição de pacientes tendem a perceber o intérprete como um mediador intercultural. Nesse contexto, há especialmente uma dimensão identitária envolvida: o sentimento de pertencimento a um grupo, a sensação de acolhimento e a experiência de solidariedade. Embora surjam questões éticas durante o processo de interpretação, essas não são percebidas, uma vez que os pacientes não entendem a interpretação dentro do contexto profissional. As condutas desses intérpretes *ad hoc* durante a interpretação demonstram uma intervenção necessária e natural.

Muitos presos que exercem o papel de intérpretes já são conhecedores dos problemas de saúde sofridos pelos colegas. Dessa maneira, naturalmente ultrapassam a mediação linguística como concebida na interpretação para exercer um papel de mediador. O que quero dizer com isso é que o intérprete, no exercício de sua função, busca o sentido, o significado do discurso/fala que, por sua vez, está impregnada da carga cultural e da identidade cultural de quem dá vida à língua por meio da fala implicando que interpretar e traduzir, portanto, significa não só interpretar e traduzir palavras, mas, sim, as maneiras de usar as palavras. É também interpretar e traduzir as maneiras de expressar pensamentos, sentimentos, emoções, ideias; apresentar argumentos, contar histórias no lugar e em prol daquele que fala. Por assim dizer, esse profissional trata da identidade cultural porque não interpreta a língua, mas a fala (Yuste Frías, 2016). Assim, os intérpretes e tradutores possuem competências e subcompetências, sendo uma delas interpretar e traduzir múltiplos pertencimentos, já que são situações de interação caracterizadas pela superdiversidade étnica, cultural e linguística. Por essa razão, a interpretação sugere um diálogo transversal desterritorializado que rompe as fronteiras e abre espaço para identidades culturais e pertencimentos. Vemos que um marroquino e um libanês que supostamente falam o árabe escolhem o árabe levantino como língua funcional para se comunicarem naquele momento e isso implica a noção de superdiversidade (Vertovec, 2007; Jacquemet (2015, 2019); Bloomaert; Rampton, 2011; e outros).

No que diz respeito ao papel do marroquino ao interpretar para o libanês, percebe-se que ele exerce uma influência significativa ao relatar à médica a

condição e o estado de saúde do colega – sem que haja uma interpretação do tipo (di)trialógica, ou seja, uma troca entre médica, intérprete e paciente de forma bidirecional. Isso evidencia um nível de interferência supostamente mais aceitável para um mediador do que para um intérprete, conforme definido pelas normas éticas da interpretação, que, segundo Baraldi e Gavioli (2016), limitam o grau de intervenção permitido.

Embora, em muitos casos, o intérprete precise solicitar esclarecimentos durante a interação para equilibrar possíveis assimetrias de poder, o agenciamento assumido pelo mediador envolve a habilidade de escolher entre diferentes alternativas de ação dentre as múltiplas opções possíveis. Na interação, o agenciamento se manifesta quando o mediador opta por ações que ampliam suas possibilidades, mesmo que, em certos momentos (ainda que não sempre), contrariem as diretrizes do código de ética dos intérpretes.

É interessante notar como esse tipo de atuação ocorre de forma espontânea na interpretação realizada pelo marroquino, que age naturalmente como um mediador. Isso porque a mediação é construída de maneira colaborativa com os demais participantes da interação. A decisão sobre qual ação tomar, nesse contexto, pode ser reconhecida, sugerida ou mesmo requisitada por profissionais da saúde, pelos próprios pacientes ou negociada entre os participantes principais e o mediador.

Esse agenciamento se torna evidente quando o intérprete marroquino adota uma postura de apoio ao paciente, lançando mão de estratégias de *advocacy* ao explicar os procedimentos médicos informados pelo agente penitenciário. Essa estratégia de *advocacy* se manifesta repetidamente, como ao demonstrar preocupação com o bem-estar do paciente, perguntando se ele deseja se deitar na maca, solicitando ao agente o afrouxamento das algemas e pedindo que providenciem a refeição do paciente. Além disso, há uma interação constante entre o intérprete e o paciente, em que o intérprete busca confortar o paciente e recomendar que mantenha a calma.

Apesar de pesquisas empíricas indicarem que a imparcialidade – conforme estipulada pela maioria dos códigos de ética – representa a prática mais apropriada, essa postura nem sempre corresponde à visão que muitos servidores públicos têm do intérprete, frequentemente percebido como um defensor (*advocate*) (Balounová, 2021). De modo geral, no contexto médico, há consenso entre estudiosos de que intérpretes comunitários podem adotar uma postura de defensor/assistente social,

desde que isso tenha como finalidade garantir o bem-estar do paciente. No entanto, como destaca Hale (2008), é fundamental considerar as implicações dessa conduta, pois não é possível mensurar com precisão o nível de interferência promovido na interação, o que pode acabar prejudicando os objetivos comunicativos das partes envolvidas e comprometer a autonomia linguística da pessoa interpretada. Vale ressaltar, ao concluir esta análise, que, embora os intérpretes *ad hoc* sejam os próprios presos e não tenham formação ou entendimento prévio sobre a IC, certos elementos característicos do agenciamento exercido por intérpretes profissionais ainda se manifestam em suas atuações.

7.2.2

Análise das filmagens em cultos religiosos

É pertinente examinarmos as interações que ocorrem em contexto de cultos religiosos, sejam elas mediadas ou não por interpretação. Após abordarmos anteriormente (na seção 6.7) o rito dos cultos da CCB, passamos agora à análise das interações realizadas durante os cultos nas instalações da penitenciária de Itaí.

É importante destacar que, nessas ocasiões, as interações tendem a ser predominantemente unilaterais, uma vez que os cultos assumem um formato mais expositivo. A comunicação entre os presbíteros e os detentos ocorre, com maior frequência, antes do início das celebrações – quando os presos solicitam orações por si ou por seus familiares – ou após o culto, momento em que expressam necessidades específicas, como o pedido de bíblias ou hinários.

Os cultos são conduzidos em português, não por uma imposição formal, mas porque nenhum dos presbíteros responsáveis pela celebração fala outra língua. Por esse motivo, é necessário o apoio de mediadores linguísticos nos momentos de interação com os detentos estrangeiros.

Quando a maioria dos participantes é hispano falante, a comunicação tende a ocorrer sem grandes obstáculos. Mesmo assim, ocasionalmente, recorre-se à interpretação do espanhol ou castelhano. Durante os cultos, exceto nas orações, é comum que um dos presos atue como intérprete, traduzindo a mensagem religiosa para toda a audiência de forma consecutiva, frequentemente referida como a “Palavra de Deus”. No entanto, há casos em que a maioria já consegue acompanhar os cultos em português.

Diferentemente dos atendimentos médicos, os registros dos cultos possuem uma estrutura bastante uniforme. Foram gravadas dez sessões de culto, correspondendo a dez finais de semana. Durante as gravações, procurava posicionar-me de forma que a câmera enquadrasse tanto os presbíteros quanto os migrantes, que geralmente se localizavam próximos à grade de segurança. Utilizava uma câmera portátil e manual, o que me permitia circular entre os lados do espaço sem interferir no andamento do culto ou distrair os participantes. Minha atuação nos cultos ocorria apenas quando solicitada por algum preso ou presbítero, geralmente para auxiliar em dúvidas surgidas durante as interações – como pedidos de oração, solicitação de bíblias ou hinários – ou, eventualmente, para intermediar explicações sobre o batismo ou sobre passagens da Bíblia. Fora essas intervenções pontuais, minha participação durante o culto se restringia exclusivamente à filmagem.

Cabe destacar que, embora eu seja membro da igreja, a análise aqui conduzida se fundamenta em uma perspectiva interpretativista, que reconhece a posição situada do pesquisador no processo de produção do conhecimento. A consciência dessa posição não comprometeu o rigor analítico; ao contrário, permitiu adotar uma postura reflexiva, mantendo a objetividade procedimental por meio da descrição sistemática dos dados, da explicitação dos critérios de seleção dos registros e da delimitação clara das minhas intervenções no campo. Assim, a reflexividade inerente à abordagem interpretativista sustentou o equilíbrio entre minha pertença ao grupo religioso e a condução metodologicamente rigorosa da análise das interações.

É importante destacar que, no início das filmagens, todos os participantes assinaram os termos de consentimento (TCLE e TAI). A maioria já havia formalizado esse consentimento anteriormente, em outros contextos de gravação, como atendimentos médicos ou atividades escolares. Apenas aqueles que participavam do culto pela primeira vez – e que ainda não haviam tido contato comigo ou com a pesquisa – eram abordados minutos antes do início da celebração, ocasião em que eu apresentava os objetivos do estudo, esclarecia eventuais dúvidas e solicitava a assinatura do termo. Felizmente não houve participantes que se negaram a assinar. No que diz respeito à reação dos participantes às gravações, é possível afirmar que, por tratar-se dos últimos registros realizados no contexto da pesquisa, a maioria – senão a totalidade – dos presos que participaram dos cultos já

estava familiarizada com os procedimentos adotados, demonstrando naturalidade diante da presença da câmera.

No entanto, devido a essa uniformidade, foram selecionados 3 vídeos para análise. Os vídeos escolhidos foram aqueles mediados por intérpretes, contendo trechos com aspectos que variam entre si. As transcrições a seguir ilustram como essas interações se desenrolam:

Vídeo 1: atendimento religioso no raio 3

Antes do início do culto, um preso hispânico se aproxima das grades de segurança ou portões gradeados:

Migrante: *Buenos días, quisiera una Biblia en español si es posible.*

Presbítero: *Ele quer uma bíblia em espanhol* [falando com outro presbítero.]

Presbítero: *Deus preparando nós traremos para o irmão, mas preciso ver com a direção pra ver como ela pode chegar na sua mão. Entendeu o que eu disse?*

Migrante: *si, si... obrigado*

[Enquanto isso, nós aguardamos todos os detentos se aproximarem da grade. Após alguns minutos, o culto se inicia. A maioria dos detentos é da África e apenas alguns da América Latina. Os cânticos estão anotados em cadernos em língua portuguesa]:

Presbítero: *Deus seja louvado. Iniciamos este culto em nome do Senhor Jesus.*

Migrantes (em uníssono): *Amém*

Presbítero: *Vamos cantar um hino, podem escolher.*

Migrante: *We are going to sing “Mais perto de ti”* [preso orienta os demais para abrirem os cadernos onde encontram os hinos numerados.]

Presbítero: *Aqui no nosso hinário é “Mais grato a ti”, mas pode cantar é a mesma melodia.*

Migrante: *I need to have these songs in English.*

Presbítero: *O que ele disse* [olhando para mim, mas outro preso faz a interpretação.]

Migrante-intérprete: *Ele quer cantar em inglês.*

Presbítero: *mas ele pode cantar em inglês.*

Migrante-intérprete: *No, ele quer isso ter em inglês para cantar.*

Presbítero: *hum...* [olha novamente para mim.]

Intérprete-pesquisadora: *Ele quer um hinário em inglês, é isso.*

Presbítero: *Entendi, prometo que trago um para você.*

Intérprete-pesquisadora: *Got it, I promise to bring one of these to you*

Nesse ponto da cerimônia, todos cantam três hinos, e em seguida ocorre uma oração conduzida em português. Como os participantes acompanham a oração proferida pelo presbítero e, ao mesmo tempo, fazem suas próprias súplicas, não há interpretação nesse momento. Eles apenas reconhecem que estão dirigindo seus pedidos a Deus. Após a oração, cantam mais alguns hinos e aguardam o que os presbíteros chamam de a “Palavra de Deus”.

Presbítero: *Vamos agora ficar em comunhão e aguardemos a revelação da palavra de Deus.*

Migrante-intérprete: *Let's stay in communion and wait for the revelations of God's Word.*

A leitura das Escrituras é mediada por um detento que atua como intérprete do inglês. Paralelamente, um grupo de indivíduos latino-americanos se posiciona de forma ligeiramente afastada dos participantes africanos, buscando melhor audibilidade da mensagem em português. Após alguns minutos de silêncio, o presbítero procede à indicação do trecho bíblico que será objeto de leitura e reflexão. Vejamos um trecho da palavra de Deus mediada por um intérprete-preso:

Enquanto os presbíteros aguardam a revelação, o intérprete explica para os demais:

Migrante-intérprete: *He said that we need to be connected to heaven so that God send us His word.*

Presbítero: *Deus seja louvado. Vamos ler com a ajuda de Deus salmos 121.*

Migrante-intérprete: *Psalm one hundred twenty-one.*

A seguir, é apresentado o Salmo, primeiro lido em português e, em seguida, em inglês pelo preso que atua como intérprete.

Presbítero: *Como os irmãos aqui já sabem a palavra, nós não trazemos nada estudado de casa, mas ela é enviada pelo espírito de Deus e o Senhor manda falar....*
[o intérprete interrompe.]

Migrante-intérprete: *He said that the God's Word is revealed by spirit of His Son. We have to wait for it.*

Presbítero: *Se todos acharam, vamos ler com a ajuda de Deus e a guia do espírito santo. Elevo os meus olhos para os montes; de onde me virá o socorro? Meu socorro vem do Senhor, que fez os céus e a terra. Não deixará vacilar o teu pé; aquele que te guarda não tosquenejará. Eis que não tosquenejará nem dormirá o guarda de Israel...*

Presbítero para o migrante-intérprete: *Leia em inglês.*

Migrante-intérprete [com a Bíblia em língua inglesa, lê]: *I will lift up my eyes to the mountains, from where will my help come from. My help comes from the Lord, who made heaven and earth. He will not allow my foot slip; He who keeps you will not stumble. Behold, He who keeps Israel will neither slumber nor sleep....*

Neste momento, tem início a exortação da Palavra, cuja interpretação é feita pelo intérprete. A seguir, apresento algumas explicações sobre como o Presbítero procede à exortação da Palavra, e sua respectiva interpretação.

Presbítero: *Vamos começar pelo título da palavra. Glória a Deus, aleluia! Deus é guarda fiel do seu povo. Glória a Jesus! Se tem alguém com o coração abatido, venha participar deste culto.*

Você tem estado preocupado, com medo, aleluia! e preocupado você diz: Senhor, como está lá, senhor. Glória a Deus! Eu não tenho tanta notícia, eu não sei o que está acontecendo. Estou aqui pagando por um erro meu, Glória Jesus, mas o Senhor conhece o teu coração e conhece o seu íntimo e sua sinceridade. Aquilo que você pediu? nas tuas orações ... mesmo que muitas vezes você pensa: sou tão fraco, eu sou errante. Mas, a misericórdia do Senhor é grande... Glória a Deus!! e por isso Ele te diz hoje: não tenha medo, eu tenho zelado dos seus, tenho cuidado da tua casa e tenho cuidado da tua parentela e dos teus filhos... te diz o Senhor....a

prova tem sido forte, mas Eu, o Senhor, te diz, fica firme porque eu amo a tua alma. Essa é a palavra que Deus nos manda. Seu nome seja sempre louvado!

Todos: *Amém*

Presbítero: *Juntos vamos orar a Deus em agradecimento.*

Ao término da oração – momento que marca o encerramento do culto de evangelização –, o preso que atua como intérprete apresenta um resumo da mensagem transmitida durante a pregação. Paralelamente, alguns detentos se aproximam da grade de segurança para solicitar orações, hinários e exemplares da Bíblia em outros idiomas, sendo todos os pedidos devidamente anotados pelos presbíteros responsáveis pelo culto. É importante destacar que o intérprete não lê um resumo previamente preparado, mas enuncia, de forma sintética, a exortação recém-proferida. A seguir, apresento a explicação da exortação oferecida por ele aos demais internos:

Migrante-intérprete: *We are worried about our family and we are sad because we don't have news about them. God said that we don't need to worry cause, He is taking care of them. Our situation here is tough but we are paying for our mistakes. He said we don't need to be afraid and think we are weak, God knows we are sincere in our prayers and He loves our soul.*

Podemos perceber nas transcrições desse vídeo de atendimento religioso que as interações não são tão intensas entre detentos e presbíteros. Ainda assim, a maioria das interações que ocorre, antes do início do culto ou após, tem a ajuda de algum preso que faz a interpretação, quando necessário.

É relevante observar que os presbíteros da Congregação Cristã demonstram familiaridade com a presença de intérpretes de Libras durante os cultos, cuja atuação ocorre predominantemente na modalidade simultânea. Nesse sentido, a interpretação consecutiva de línguas orais configura-se como um desafio adicional, uma vez que essa dinâmica não integra sua rotina comunicativa. Ademais, tendo em vista que a pregação é compreendida como uma palavra revelada – caracterizada por sua espontaneidade e ausência de roteirização –, é frequente que os presbíteros não realizem pausas durante a fala. Essa prática compromete a mediação linguística por parte do intérprete, que, diante da impossibilidade de traduzir integralmente o

conteúdo, é muitas vezes compelido a resumir a mensagem no improviso, o que pode resultar na omissão de detalhes relevantes para a compreensão do sermão.

Embora o resumo também ocorra na interpretação consecutiva tradicional, no contexto do sermão religioso, parece mais adequada a utilização da interpretação consecutiva curta, também chamada de intermitente¹⁵².

Esse estilo de interpretação é comum em situações em que há uma interação mais direta entre duas partes, como em entrevistas, discussões ou diálogos multilíngues. Cada interlocutor fala um pequeno trecho, e o intérprete traduz imediatamente para o outro idioma, criando uma troca rápida e eficaz.

A interpretação intermitente requer grande agilidade do intérprete, tanto na compreensão do conteúdo quanto na sua capacidade de transmitir a mensagem de forma clara e sem comprometer o sentido.

Além disso, a pregação religiosa é frequentemente imbuída de emoções, pois envolve a transmissão de mensagens espirituais que apelam tanto ao intelecto quanto ao coração dos ouvintes. A emoção é uma parte fundamental da comunicação religiosa, já que muitas vezes os pregadores buscam não apenas informar, mas também inspirar, confortar, desafiar e motivar a congregação. Nesse sentido, a conexão emocional é um meio pelo qual a mensagem religiosa é vividamente compartilhada, criando um ambiente de reflexão na busca de uma transformação pessoal. O pregador pode recorrer a um tom de voz, gestos, expressões faciais e até mesmo o ritmo de fala estratégico para intensificar as emoções da mensagem, tornando-a mais impactante.

Dessa forma, é essencial que intérpretes atuando em contextos religiosos, especialmente os que trabalham com interpretação simultânea ou consecutiva, estejam preparados para captar e transmitir não apenas o conteúdo verbal, mas também a carga emocional da pregação.

Entendo que, nesse contexto, ao fazer o resumo da pregação após o encerramento do culto, as emoções, os gestos e as expressões acabaram sendo comprometidos. A razão é que o intérprete, ao condensar as informações, foca

¹⁵² Essa modalidade consiste em uma técnica específica dentro da interpretação consecutiva, na qual o intérprete alterna rapidamente entre as línguas, geralmente acompanhando pausas curtas do orador após cada frase ou segmento, para então traduzir imediatamente à outra língua. Pagura (2003) emprega a metáfora do “pingue-pongue” para ilustrar essa troca dinâmica e constante entre as línguas, semelhante ao ritmo acelerado de um jogo de pingue-pongue, em que as ideias são transmitidas rapidamente de uma língua para outra. Essa alternância contínua contribui para manter a fluidez e a vivacidade da interação.

principalmente nos pontos-chave da pregação e, muitas vezes, não consegue reproduzir o tom emocional, os gestos e as expressões que o pregador utilizou para transmitir a profundidade do conteúdo. Esses elementos são fundamentais para a experiência religiosa, principalmente se o objetivo é a evangelização, pois transmitem não apenas a mensagem intelectual, mas também o impacto emocional e espiritual que a pregação busca provocar naquele que ouve.

O principal desafio do intérprete é encontrar o equilíbrio entre a precisão e o impacto emocional da pregação. Nessa situação, observa-se que o intérprete-presos conseguiu manter a precisão da informação, mas acabou perdendo a carga emocional da mensagem. No entanto, nem todos os vídeos gravados refletem essa postura do intérprete. Após algumas orientações minhas sobre a interpretação consecutiva, os presbíteros passaram a conduzir os cultos realizando as pausas apropriadas. A seguir, passo à análise do segundo vídeo selecionado.

Vídeo 2: atendimento religioso no raio 1

Conforme mencionado anteriormente, os cultos seguem uma estrutura padronizada. Na análise do primeiro vídeo, procurei apresentar de forma minuciosa o desenrolar do culto, com o intuito de fornecer uma compreensão clara de sua organização. Nos demais vídeos abordados, limitar-me-ei a destacar aspectos relevantes para a análise das interações ocorridas nesse contexto.

No atendimento realizado no raio 1, observou-se que a maioria dos detentos presentes no culto compreendia a língua portuguesa. Entretanto, havia um pequeno grupo de indivíduos que não falava nem compreendia o idioma. Assim, sugeri que, caso houvesse, entre os detentos, alguém capaz de atuar como intérprete, que ele pudesse auxiliar o grupo de estrangeiros afrodescendentes (angolanos, congoleses, nigerianos, entre outros), de modo a possibilitar uma melhor compreensão do culto. E assim ocorreu. Um dos detentos passou a fazer a interpretação. Trago aqui então um trecho em que a palavra é exortada e a interpretação é realizada para o grupo:

Presbítero: *Vamos aguardar a palavra de Deus.*

Migrante-intérprete: *Let's wait for Word's God.*

Após a revelação, a leitura é realizada primeiramente em português, sendo subsequentemente interpretada para o inglês por um detento afrodescendente (de alguns países citados acima), a fim de atender o grupo que compreende exclusivamente essa língua. Na sequência, procede-se à interpretação para o castelhano, voltada aos participantes hispânicos. A etapa seguinte consiste na exortação. Nesse momento, os detentos que necessitam de mediação linguística se reúnem em torno do intérprete – também privado de liberdade – que realiza a interpretação no modo consecutivo intermitente, caracterizado por turnos alternados de fala entre o orador e o intérprete (conhecido como estilo ‘pingue-pongue’, conforme explicado anteriormente). Aqui está a transcrição de parte da exortação mediada por um intérprete-preso:

Presbítero: *Hoje, a palavra fala de fé. Bendito seja o nome de Deus!*

Migrante-intérprete: *Today, God comes to speak about faith.*

Presbítero: *Lá no início diz...Glória a Deus!*

Migrante-intérprete: *In the beginning...*

Presbítero: *Ora, a fé é o firme fundamento das coisas que se esperam, e as prova das coisas que não se veem.*

Migrante-intérprete: *The faith is very important, and* [intérprete é interrompido pelo presbítero.]

Presbítero: *Portanto, Deus alerta aí no teu coração....*

Migrante-intérprete: *And God says inside of your head...*

Presbítero: *E para todos vocês que estão aqui hoje...*

Migrante-intérprete: *For everybody is here...*

Presbítero: *tenham fé...*

Migrante-intérprete: *have faith ...*

Presbítero: *Porque se formos ver o caminho...*

Migrante-intérprete: *if we can see the way...*

Presbítero: *No início quando o Senhor começa a falar com Abraão...*

Migrante-intérprete: *In the beginning, when God starts to talk to Abraham...*

Presbítero: *Deus falou com Abraão....*

Migrante-intérprete: *God talked to Abraham...*

Presbítero: *Sai da tua terra e vai para a terra que te prometi por herança... Glória a Deus!* ↑ [elevação do tom de voz.]

Migrante-intérprete: *Leave your land and go to the one I promise to you*

Presbítero: *Ali, habitarás tu e a tua família...Aleluia!*

Migrante-intérprete: *There, you and your family will live.*

Presbítero: *Agora, se alguém está pedindo um sinal para Deus nesta manhã...*

Migrante-intérprete: *Today, if you are asking a sign to God this morning...*

Presbítero: *Nesta palavra Deus te responde:*

Migrante-intérprete: *In this Word, God responds you*

Presbítero: *Sai da tua terra agora e habita nos lugares que são prometidos a você e pra tua herança, mas tenha fé, Aleluia! ↑ [elevação do tom de voz.]*

Migrante-intérprete: *Leave this land now and go to the ones that is promised to you and your family, but you have to have faith in your head.*

Presbítero: *Está difícil aqui irmão...*

Migrante-intérprete: *It is complicated here....*

Presbítero: *mas você acha que para Abrão no deserto foi fácil? falta de água, comida, conforto, sol castigante....*

Migrante-intérprete: *But do you think that it was easy for Abraham? Lack of water, food, strong sun ... heat...*

Presbítero: *Você está no mesmo deserto, a prova aumenta a cada dia.*

Migrante-intérprete: *You are in the same desert, the difficulties are stronger and stronger each day.*

Presbítero: *mas tenha fé.... Deus é contigo ... você crê nisso?*

Migrante-intérprete: *But have faith....*

Conforme já mencionado, a exortação mediada por um intérprete – também em condição de reclusão – revela tanto avanços quanto desafios. Apesar das orientações prévias fornecidas aos presbíteros quanto à importância de pausas adequadas para permitir a interpretação consecutiva, observou-se que, em determinadas ocasiões, o tempo disponibilizado ao intérprete foi insuficiente para a transmissão completa da mensagem. Um exemplo ilustrativo ocorre quando o presbítero profere: *Ora, a fé é o firme fundamento das coisas que se esperam, e a prova das coisas que não se veem...*, ao que o intérprete inicia a interpretação com: *'The faith is very important, and...'*, sendo interrompido antes de concluir o pensamento, o que comprometeu a completude da mensagem transmitida sobre o significado de fé.

Outro aspecto que merece destaque refere-se ao fato de que, em diversos momentos da exortação, o presbítero não chega a concluir plenamente suas ideias. Ainda que a interpretação ocorra por meio do modo consecutivo intermitente, é fundamental considerar que a formulação completa de uma ideia é condição essencial para que a interpretação possa ser iniciada de maneira eficaz. A ausência dessa completude compromete a clareza da interpretação e, conseqüentemente, dificulta a compreensão do conteúdo por parte dos ouvintes.

Durante o processo interpretativo, o intérprete busca adequar o registro linguístico, optando por termos mais acessíveis e simplificados, com o intuito de facilitar a compreensão da mensagem pelos demais detentos. Essa estratégia de adaptação lexical evidencia uma preocupação com a inteligibilidade do conteúdo, considerando o perfil linguístico dos interlocutores.

É recorrente, no discurso religioso, a utilização de metáforas como recurso expressivo. Esse tipo de figura de linguagem cumpre um papel importante na transmissão de valores, doutrinas e ensinamentos, promovendo uma articulação simbólica que facilita a internalização e a compreensão dos conteúdos espirituais por parte dos ouvintes. Essas metáforas estabelecem paralelos entre narrativas bíblicas e experiências vivenciais contemporâneas. Um exemplo recorrente é a comparação entre o deserto enfrentado por Abraão – entendido como espaço de provação, solidão e dependência de Deus – e as dificuldades da vida cotidiana. Essa associação simbólica visa a oferecer um sentido espiritual às adversidades, reforçando a ideia de que, assim como Abraão foi testado e permaneceu fiel, os fiéis também devem perseverar nas tribulações, confiando na providência divina.

O intérprete – também em condição de reclusão – não dispôs de tempo hábil para desenvolver plenamente o sentido do discurso ou sermão. Observa-se que, em sua performance, houve uma priorização da tradução lexical em detrimento da interpretação do conteúdo global da pregação. Diferentemente do que ocorreu no vídeo 1, não houve, ao final do culto, uma explicação complementar para o grupo. No entanto, em contraste com esse primeiro momento, o intérprete conseguiu manter o tom e a carga emotiva característicos do sermão, especialmente no que diz respeito à temática da fé.

Remetendo esses aspectos ao que Kade (2009) postula sobre a efetividade da translação bem-sucedida, podemos inferir que uma translação bem-sucedida da língua de partida para a língua de chegada ocorre quando o tradutor domina os

fatores subjetivos e capta a informação intencionada do emissor e desencadeia no receptor o mesmo efeito comunicativo. Pensando nisso, é possível perceber que o efeito do discurso religioso que é imbuído de persuasão se perdeu em alguns momentos.

O pregador, enquanto presbítero, atua como mediador da Palavra de Deus. Segundo Gimenez (2018), o discurso religioso é caracterizado por transmitir a voz divina: a fala do pregador ou qualquer representante religioso é entendida como a própria voz de Deus, e, por isso, não deve ser alterada. Nesse contexto, o pregador é considerado o mediador primário, enquanto o intérprete assume o papel de mediador secundário. Observa-se, por exemplo, que o pregador recorre repetidamente às expressões “Glória a Deus” e “Aleluia”, que são ignoradas pelo intérprete. Tais expressões, entretanto, são densas em significado. Conforme o *Dicionário de teologia* (Grenz; Guretzki, 2005)¹⁵³, “Aleluia” representa um convite ao louvor eterno a Deus. Quando o pregador utiliza essa expressão litúrgica, sua intenção é exaltar o poder divino, evocando sentimentos de júbilo, adoração e reverência. Ao omitir essas expressões durante a tradução ou interpretação, o intérprete compromete o principal objetivo da mediação do pregador: promover a conexão entre Deus e os ouvintes de Sua Palavra. Como destaca Gimenez (2018), a força do discurso religioso reside na autoridade daquele que fala em nome de Deus, sendo essa fala legitimada pela invocação divina por meio dessas expressões acima citadas, por referências bíblicas e pelo uso de metáforas.

Conforme já abordado em relação ao tom e à carga emotiva na interpretação, essa questão pode ser relacionada ao conceito de “transmissão por exibição (representação)”, desenvolvido por Wadensjö (1998). Nesse modelo, o intérprete assume uma postura de baixa expressividade frente ao discurso original, mesmo que o falante utilize entonações entusiasmadas, agressivas, sarcásticas, hesitantes, entre outras. Essa contenção expressiva – ou rigidez estilística – constitui uma estratégia por meio da qual o intérprete constrói sua própria imagem diante do

¹⁵³ No *Dicionário Teológico Brasileiro*, o termo “aleluia” é descrito como uma expressão litúrgica de origem hebraica (halelu Yah), que significa “louvai ao Senhor” ou “louvem a Yahweh”. Trata-se de um convite ao louvor contínuo e eterno a Deus. É uma palavra fortemente associada à adoração, à exaltação da divindade e aparece frequentemente em contextos de celebração, júbilo e reverência, tanto no Antigo quanto no Novo Testamento. No contexto do discurso religioso, especialmente em pregações, a palavra “aleluia” carrega não apenas um significado verbal, mas também uma carga emocional e espiritual. Seu uso busca provocar uma resposta devocional nos ouvintes, conectando a mensagem transmitida com a glória e a presença de Deus.

público (Wadensjö, 1998), diferenciando-se da figura do mediador primário ou de um “porta-voz de Deus”.

Vale destacar que o discurso religioso possui forte carga emocional e caráter persuasivo, sendo voltado a comover e alcançar a alma do ouvinte. Nesse contexto, o modo de transmissão mais adequado seria a “transmissão por repetição (reapresentação)”, que exige do intérprete o empenho em reproduzir não apenas o conteúdo, mas também a expressividade da fala original. Isso significa que o intérprete “vive” o papel dos interlocutores primários, replicando o discurso com suas nuances semânticas, sintáticas, fonéticas e paralinguísticas – inclusive aspectos como timbre, entonação e estilo vocal. Além disso, o intérprete utiliza recursos para distinguir sua voz da do orador, como variações na ênfase, modulação vocal e direcionamento do olhar (Wadensjö, 1998).

No que diz respeito aos aspectos sociolinguísticos da interação dentro das categorias analisadas, especialmente no que se refere às práticas metapragmáticas, a autoridade do pregador se destaca. Ele se apresenta como alguém que fala “em nome de Deus”, o que constitui um forte marcador metapragmático. Seu posicionamento linguístico indica que sua fala não é meramente pessoal, mas, sim, uma transmissão da vontade divina, como exemplificado na passagem em que ele afirma: “*Eu sou contigo*”.

Conforme mencionado anteriormente, expressões como *aleluia*, *glória a Deus*, *amém* e *em nome de Jesus* atuam como sinais metapragmáticos. Elas vão além do conteúdo semântico, funcionando como orientadores sobre a recepção da mensagem, sugerindo que esta deve ser acolhida com reverência, concordância ou emoção.

Além disso, elementos como entonação, pausas e ênfases servem como pistas metapragmáticas que auxiliam os ouvintes a

compreender a seriedade, o impacto emocional ou a urgência do discurso. Um exemplo disso pode ser observado na seguinte situação: “*Está difícil aqui, irmão...*” (pausa prolongada). O presbítero então fecha os olhos, ergue o olhar ao céu e continua: “*Mas você acha que para Abraão no deserto foi fácil? Falta de água, comida, conforto, o sol escaldante...*”. Esse uso da pausa e da dramatização intensifica o peso espiritual da afirmação, ampliando seu impacto sobre os ouvintes. Frases como “*você crê nisso?*” ou “*receba essa palavra e guarde no teu coração*”

não são apenas retóricas; elas funcionam como comandos metapragmáticos que envolvem o ouvinte na coconstrução do sentido.

Inserir versículos no meio da fala é uma forma de ancorar o discurso em uma fonte superior, marcando que aquilo não é opinião pessoal, mas “palavra revelada” – metapragmaticamente, isso protege e fortalece o argumento como podemos verificar no trecho: *“Ora, a fé é o firme fundamento das coisas que se esperam, e a prova das coisas que não se veem...”*. A repetição e o paralelismo são frequentemente usados para reforçar ideias-chave, mas também para marcar ritmo e guiar a interpretação – outra função metapragmática: *“Tenha fé...!”* repetidas algumas vezes pelo presbítero.

Ainda que esses aspectos sociolinguísticos estivessem presentes na pregação, muitas vezes, o intérprete não mostrou tais aspectos na interpretação. Por exemplo, a pregação diz para guardarmos a palavra no coração. O coração é templo e morada do espírito de Deus, portanto a construção de sentido é espiritual. O intérprete interpreta *“Keep it in our head”* (*head = mente ou cabeça*) como se os ouvintes tivessem que memorizar e não sentir no coração. Em Coríntios I 3:16-17, temos *“Não sabeis vós que sois o templo de Deus e que o Espírito de Deus habita em vós?”* Interessante observar que o intérprete utiliza o pronome “nós” enquanto o pregador utiliza “teu”. Compreendo que o intérprete, além de estar em uma posição de detento – e assim também usufrui da pregação –, realiza a interpretação de forma *ad hoc*, ou seja, de maneira espontânea e não planejada. Sendo assim, trata-se de uma pessoa sem formação profissional na área, o que pode resultar em uma menor percepção sobre as estratégias interpretativas. Por isso, considero relevante esclarecer as implicações sociointeracionais e éticas envolvidas nesse contexto.

Quando o intérprete utiliza o pronome “nós” na interpretação de um discurso religioso, ele está fazendo uma escolha pragmática que pode impactar a forma como a mensagem é recebida pelos ouvintes. Esse uso pode ter diferentes funções e efeitos, dependendo do contexto e da intenção do intérprete. Assim, ao optar por usar “nós” em vez do pronome pessoal “eu” ou “ele”, o intérprete pode estar tentando criar uma identificação coletiva com os ouvintes. O efeito interacional implica que o intérprete inclui a congregação e até a si mesmo na mensagem, tornando o discurso mais coletivo e persuasivo. Em alguns casos, o uso do “nós” pode suavizar a relação entre o pregador e os ouvintes, diminuindo uma possível assimetria entre quem fala e quem recebe a mensagem.

Vídeo 3: atendimento religioso na ala de regime semiaberto

No terceiro vídeo selecionado para análise, a estrutura do culto se mantém, e a interpretação ocorre de forma consecutiva e intermitente. Entretanto, após uma orientação mais recente que dei aos presbíteros, percebeu-se uma maior clareza na transmissão da mensagem, com as ideias mais completas e pausas adequadas, o que resultou em uma interpretação consecutiva mais eficiente.

Presbítero: *Gloria a Deus! Louvado seja Teu nome, Senhor! Palavra gloriosa que Deus tem nos tem mandado esta manhã...* [pausa para o intérprete, o presbítero dá o sinal para o preso interpretar.]

Migrante-intérprete: *Glory to God! Praise be to Your name, Lord! Glorious word our Lord send to us this morning!*

Presbítero: *A ressurreição do nosso Senhor Jesus, né?*

Migrante-intérprete: *The resurrection of our Lord Jesus, you know?*

Presbítero: *Irmãos, o Senhor por seu amor enviou seu próprio filho à terra pelo perdão dos nossos pecados e por amor às nossas almas.*

Migrante-intérprete: *Brothers, our Lord sent us his Son to earth for our sins and souls' salvation.*

Presbítero: *O senhor nasceu numa manjedoura, não é, irmãos? Bendito seja Deus, aleluia!* ↑[elevação de voz]

Migrante-intérprete: *Our Lord was born in a manner, isn't it, brothers? Blessed be God, hallelujah!* ↑[elevação de voz]

Presbítero: *E cresceu anunciado o seu evangelho. Chegou um tempo glorioso, irmão, para se cumprir a palavra de Deus, o Senhor se batizou, irmãos!*

Migrante-intérprete: *And he grew up proclaiming his gospel, and in a glorious time, brothers, to fulfill the Word of God, the Lord was baptized, brothers!*

Presbítero: *Esse foi o primeiro passo que o Senhor deixou para nós.*

Migrante-intérprete: *This is the first step our Lord taught us.*

Presbítero: *Ah para nós herdarmos o reino dos céus, temos que seguir o que Deus deixou para nós, irmãos! Aleluia, Glória ao teu nome!* ↑[elevação de voz]

Migrante-intérprete: *Uh... To come into the Kingdom of Heaven, we must follow what God left for us, brothers! Hallelujah, Glory to Your Name!!!* ↑[elevação de voz]

Todos os ouvintes: *Hallelujah, Glory!!* ↑[elevação de voz]

Ao contrário dos vídeos 1 e 2, percebe-se uma evolução na abordagem da interpretação. No primeiro vídeo, a pregação foi apenas explicada após o culto. Já no segundo vídeo, a interpretação consecutiva intermitente trouxe diversos elementos importantes tanto para a interpretação em si quanto para os aspectos sociolinguísticos e interacionais, enriquecendo a análise.

Nesse vídeo, o intérprete parece mais à vontade por conta das pausas e ideias completas. Diferente do intérprete do vídeo 2, as hesitações, as expressões litúrgicas como “Gloria” e “Aleluia” são consideradas na interpretação. O tom de voz, timbre e pistas de contextualização, como gestos e expressões faciais e até mesmo o ritmo de fala, representada pelo ponto de exclamação na escrita, intensificam a força do enunciado.

Na pregação conduzida por esse presbítero, ao contrário dos demais pregadores apresentados nos outros vídeos, observa-se o uso do pronome “**nós**”, ou seja, o presbítero incluindo-se na mensagem transmitida. O intérprete mantém essa abordagem, o que contribui para uma maior proximidade entre os ouvintes e a “mensagem de Deus”. Esse uso linguístico reforça a ideia de que a mensagem não parte de uma posição de autoridade humana, mas diretamente de Deus para a congregação. Além disso, destaca que os presbíteros não são líderes detentores de poder, mas, sim, servos, assim como os demais fiéis. Isso implica as relações de poder da instituição religiosa. Nas interações, percebe-se uma relação menos assimétrica, principalmente quando o uso do termo “irmãos” (*brothers*) para se referir aos membros da igreja contribui para um equilíbrio na relação de poder dentro da comunidade de fé. Os presbíteros também se referem a si mesmos como irmãos, mostrando que sua função é servir e não dominar. O termo “irmãos ou irmãs” (*brothers* ou *sisters*) gera um sentimento de família espiritual, aproximando os membros e reduzindo barreiras entre eles. Isso fortalece o senso de unidade e pertencimento. As designações como “servo(a)” ou “irmão ou irmã” contribuem para uma visão mais horizontal da fé e inclusão (gênero), minimizam diferenças de

status e reforçam a ideia de que a autoridade vem de Deus, não dos homens. Isso cria um ambiente onde o foco está na espiritualidade.

No que diz respeito aos aspectos sociolinguísticos interacionais, os vídeos analisados em contexto religioso não evidenciaram ocorrências culturais que gerassem dificuldades de interpretação ou comprometimento da comunicação entre os participantes. Isso se deve, em grande medida, à própria natureza desse tipo de evento: nos cultos, a dinâmica comunicativa aproxima-se da interpretação de conferência, com um emissor principal – o pregador ou líder religioso – e uma audiência que ocupa predominantemente uma posição de escuta, sem participação interativa. Nesse formato, não há propriamente diálogo, e, portanto, tampouco se observam colapsos comunicacionais ou culturais, mesmo entre detentos de diferentes origens – europeia, africana, asiática ou latino-americana – nos ritos da CCB.

Ainda que não tenham sido identificados mal-entendidos ou interrupções na fluidez da comunicação durante os cultos, é importante destacar que a forma como as mensagens são interpretadas pode variar conforme o repertório cultural de cada indivíduo. Por exemplo, o uso do silêncio pode ser compreendido como sinal de respeito em algumas culturas, enquanto em outras pode ser interpretado como desinteresse ou resistência.

No que se refere às suposições culturais abordadas por Jacquemet (2011), que dizem respeito às expectativas e interpretações que as pessoas constroem sobre a linguagem a partir de suas experiências culturais e sociais, é interessante exemplificar que, durante os cultos da CCB, embora o silêncio seja uma característica comum devido ao formato expositivo do rito, a ausência de manifestações litúrgicas por parte dos ouvintes – como as expressões “Glória” e “Aleluia” – é frequentemente interpretada pelos presbíteros como um sinal de desconforto ou desinteresse. Essas manifestações indicam que os ouvintes estão envolvidos na interação com Deus e respondem a ele com louvor.

Na cultura brasileira, há uma tendência a preencher pausas na comunicação com interjeições e comentários para manter a fluidez do diálogo. No entanto, nos cultos da CCB, o silêncio pode ser valorizado em momentos específicos, como durante a espera pela revelação da palavra ou no instante da oração. A percepção de engajamento pode ser observada na fala de um presbítero, que expressa essa interpretação ao comentar:

Que glória! Hoje não sei por que eles estão mais em comunhão, deram glória, aleluia e cantaram com bastante força comunhão, participaram do culto! Isso indica que eles estão participando. Há dias que estão muito calados. (grifo meu)

O comentário do presbítero sugere que ele associa a reação à pregação ao engajamento no culto, sem considerar que, em algumas culturas, o silêncio pode representar humildade, reverência e respeito.

No contexto multicultural do presídio, as interpretações do silêncio variam. Em muitas culturas africanas, como entre os Iorubás, ele simboliza sabedoria e respeito, especialmente diante de figuras de autoridade. Nos países nórdicos da Europa, o silêncio é algo natural e não indica desconforto, enquanto no sul do continente, como na Itália e Espanha, pode ser percebido como falta de interesse. Já na cultura latino-americana, incluindo argentinos, mexicanos e brasileiros, a comunicação tende a ser mais expressiva, e o silêncio prolongado pode gerar desconforto, sendo interpretado como frieza ou desconfiança.

Dessa forma, a ausência de manifestações verbais durante o culto pode ter diferentes significados dependendo da bagagem cultural dos participantes.

No que diz respeito aos ataques metapragmáticos como um dispositivo tecnolinguístico, embora Jacquemet (1994) tenha analisado esse fenômeno em contextos de refúgio e tribunais, ele também pode se manifestar no ambiente religioso, especialmente por meio do questionamento sobre as formas de expressão nos cultos. No contexto religioso, os ataques metapragmáticos ocorrem quando há críticas, correções ou disputas sobre a maneira como a linguagem é utilizada nos rituais e práticas religiosas. Isso envolve a definição do que é considerado adequado ou legítimo na comunicação dentro da fé.

Por exemplo, em algumas tradições cristãs, como na CCB, expressões emocionais como “Aleluia” e “Glória a Deus” são valorizadas como parte essencial do culto. Em contraste, em algumas igrejas de diferentes denominações cristãs, tais manifestações podem ser vistas como exageradas ou inadequadas. Da mesma forma, enquanto em igrejas pentecostais o silêncio pode ser interpretado como falta de engajamento, em outras denominações ele pode ser visto como sinal de reverência.

Dessa forma, comentários como “*Há dias que estão muito calados*” representam um ataque metapragmático no contexto religioso, pois questionam e regulam a maneira como os fiéis devem se expressar durante o culto.

Observamos diversos fenômenos sociolinguísticos interacionais no contexto religioso, assim como já analisamos no âmbito médico. Agora, direciono a análise para as interações que ocorrem no espaço escolar da penitenciária.

7.2.3

Análise das filmagens: interações em situações escolares

A escolha por apenas dois vídeos no contexto escolar com foco analítico mais aprofundado se deve à extensão do material audiovisual. Cada gravação possui mais de duas horas de duração e contém majoritariamente aulas expositivas, nas quais os professores escrevem o conteúdo na lousa para que os alunos façam anotações. Essa estrutura pouco dialógica dificulta a delimitação de recortes interacionais relevantes para análise, o que exigiu uma seleção criteriosa dos trechos que envolvem mediações linguísticas ou momentos de negociação do sentido. Assim, os dois vídeos selecionados foram aqueles em que, apesar do modelo expositivo predominante, surgem situações em que a atuação dos presos-intérpretes permite observar com maior clareza os aspectos pragmáticos da interpretação e suas implicações na dinâmica pedagógica.

Conforme já discutido anteriormente, as interações entre brasileiros e hispanofalantes tendem a ocorrer com relativa fluidez linguística, excetuando-se os casos de migrantes recém-chegados. Em muitos casos, o conhecimento prévio do português contribui para a comunicação, especialmente entre aqueles que residem no Brasil há mais tempo. Por essa razão, na análise das gravações realizadas em contextos escolares, a atenção foi direcionada prioritariamente aos alunos que demonstraram pouca ou nenhuma proficiência na língua portuguesa.

Embora a maioria das aulas observadas siga o formato expositivo, há exceções – como apresentações de trabalhos e seminários – e momentos nos quais um aluno assume espontaneamente a função de intérprete para auxiliar os colegas. Em uma das aulas, por exemplo, o professor de matemática expõe a matéria e solicita a um aluno que traduza a explicação para os colegas afrodescendentes que não compreendem o português. Importante ressaltar que esse intérprete não exerce exclusivamente essa função: ele é também um aluno matriculado, participando ativamente da aula, e que, em determinados momentos, colabora linguisticamente com os demais.

Na aula registrada no vídeo 1, estavam presentes cerca de 20 alunos do Congo, Nigéria e Angola, bem como latinos da Colômbia, Uruguai e Argentina, além de um europeu oriundo da Itália. O professor ministrava uma aula de geometria, abordando cálculos relacionados aos ângulos de um triângulo escaleno. A seguir, será apresentado um excerto dessa interação que ilustra a atuação do preso-intérprete e será analisado com base nas práticas metapragmáticas, nos dispositivos tecnolinguísticos e nos modos de falar.

Vídeo 1: interações na aula de matemática

Um trecho particularmente revelador sobre a atuação do preso-intérprete ocorre durante uma aula de matemática, quando o professor, ao explicar um exercício, direciona sua fala ao intérprete:

Professor: *“Ah... ali você visualiza a letra ‘i’... o que esse exercício quer dizer, não pela simplicidade da discussão, mas sim a questão do observar e do identificar. Então, quando você identifica ali... por muitas vezes eu não preciso representar o valor desconhecido, o símbolo já demonstra o valor do ângulo... é isso que eu quero que você fale para ele” (aponta para os demais que não compreendem nem falam português).*

Nesse momento, observa-se não apenas uma orientação metapragmática explícita – o professor não apenas diz o que deve ser comunicado, mas também como isso deve ser dito –, como também a ativação de um dispositivo tecnolinguístico: o intérprete é instrumentalizado para viabilizar o ensino formal a outros presos. No entanto, o que se vê em seguida extrapola a função de mero tradutor. O preso-intérprete assume um papel mais ativo, operando como mediador pedagógico:

Migrante-intérprete: *“When you look at the exercise ‘i’ you see a right... before you do the exercise you have to notice one detail... that detail is the right angle. Remember that the square... it means the angle is 90 degrees and you have another angle... what you do... you (...) remember the three angles... you don’t need to know*

the x if you have the two angles you should...” [inaudível] *“before you even do that remember that one of this angle is 90 degrees.”*

Essa atuação se alinha com o que Roy (2000) descreve como a interpretação entendida como processo discursivo. Para Roy, o intérprete não apenas traduz, mas reconstrói o discurso em interação, selecionando elementos centrais, organizando o conteúdo e realizando escolhas linguísticas estratégicas conforme a situação. No trecho citado, o intérprete não repete literalmente a fala do professor, mas reformula a explicação com construções próprias, introduz instruções com imperativos (*“pay attention”*), realça conceitos-chave e estrutura a explicação de modo didático. Essa performance discursiva reforça sua atuação como um “coconstrutor” do sentido, e não apenas como um mediador passivo.

Na sequência da aula, essa dinâmica se intensifica quando o professor apresenta outro enunciado:

Professor: *“Então, quando você tem três valores e um está representado por uma incógnita ou está representado por uma simbologia que indica um ângulo reto e coloca um valor conhecido pra nós que é o 50. Então agora nós temos que pensar em um ângulo que nós conhecemos que é o 50, um que já o símbolo do ângulo é o 90... então temos dois conhecidos... só que um é ‘x’. Então um está explícito (50° graus), outro implícito, vamos dizer assim, o outro ângulo é um ‘x’... quando nós identificamos que esse símbolo é o reto... então agora a soma desses dois conhecidos resulta em quanto?”*

Migrante-intérprete: *“Pay attention... you have the square and it means 90 degrees... the other is 50 degrees so if you add these two values, what’s the result? That’s one hundred forty.”*

Nesse ponto, alguns alunos respondem simultaneamente com o mesmo valor.

Professor: *“Agora o que resta para 180, é o valor de x...”*

Migrante-intérprete: *“Now, what remains for 180 is the value of x...”*

Aqui, a atuação do intérprete revela, como propõe Wadensjö (1998), a prática interpretativa como uma forma de coconstrução interacional. O intérprete não

apenas reproduz enunciados, mas organiza turnos de fala, antecipa explicações e conduz a interação com o grupo, inclusive por meio de perguntas e reforço de respostas. O papel assumido não é de um suposto tradutor neutro, mas de um agente que circula entre os papéis de intérprete, facilitador e monitor, construindo a inteligibilidade da aula de forma cooperativa.

Essa atuação aponta ainda para um modo de falar particular, marcado por expressões que regulam a atenção e organizam a fala (*“Pay attention”, “remember”*), o que revela a apropriação de um estilo docente. Além disso, ele demonstra consciência da função pedagógica de sua fala, incorporando elementos explicativos e estratégicos que revelam *agency* – uma autonomia na condução da linguagem. Isso problematiza a ideia do intérprete como mero reproduzidor linguístico e revela o modo como, em contextos institucionais como o prisional, sujeitos são posicionados discursivamente, mas também resistem e reconfiguram seus papéis através da linguagem.

Nesse contexto, práticas metapragmáticas operam de forma dupla: por um lado, há a regulação da linguagem pelo professor – “é isso que eu quero que você fale para ele” –, por outro, há a reinterpretação ativa dessa orientação por parte do preso-intérprete, que adota uma forma própria de se comunicar. Simultaneamente, os dispositivos tecnolinguísticos tornam visível o uso estratégico da linguagem como ferramenta de mediação institucional, enquanto os modos de falar revelam a subjetivação do intérprete como figura de autoridade horizontalizada, inserida no cotidiano escolar da prisão.

Vídeo 2: interações na aula de português

As aulas são conduzidas majoritariamente em língua portuguesa, e, para facilitar a compreensão da norma culta, a professora recorre a dicionários e outros materiais de apoio. Nas aulas de português, por exemplo, o foco principal é a alfabetização, o que justifica o uso de atividades como caça-palavras e jogos educativos voltados à ampliação do vocabulário. No entanto, apesar dessas estratégias, muitos alunos ainda enfrentam dificuldades significativas para apreender o conteúdo apresentado. A limitação do ensino tradicional, especialmente quando se lida com alunos migrantes ou em situação de vulnerabilidade, é evidente, destacando a necessidade urgente de metodologias mais inclusivas.

Frequentemente, os detentos recorrem à ajuda de colegas que atuam como intérpretes informais.

Em uma atividade com caça-palavras, por exemplo, um preso procurou a professora para esclarecer o significado de algumas palavras, momento em que ficou evidente que tanto a explicação fornecida quanto os dicionários português-inglês não eram plenamente eficazes – seja pela ausência de certos termos, seja por barreiras de entendimento. A resposta dada pela professora, por exemplo, ao termo “divisória”, foi insuficiente para garantir a compreensão plena do termo, que pode ter múltiplos significados dependendo do contexto.

Migrante: *Divisória?* [Com dificuldade de pronúncia.]

Professora: *Não, divisória, com som aberto.*

Migrante: *Que é?*

Professora: *Separação... aqui tem divisória de uma sala para outra.*

A palavra “divisória”, por exemplo, exigiu outra intervenção do intérprete, que produziu uma explicação mais precisa, contextualizada e exemplificada.

Intérprete: *“Divisória” in Portuguese can be translated as “partition”, “divider”, or “screen”, depending on the context. In English, it is something that separates one area from another, like a wall, curtain, panel, or other structure. For example, look... this is a divider (aponto para a divisória da sala de aula).*

Preso: *Ok... thanks.*

Essa intervenção do intérprete é crucial, pois explica a palavra de maneira mais precisa, contextualizando-a no ambiente da sala de aula. Ela mostra que uma explicação mais detalhada e específica pode facilitar a compreensão. Isso é algo que a professora poderia ter feito desde o início, mas que não foi possível devido à sua limitação linguística. Para melhorar esse tipo de situação, a professora poderia usar exemplos práticos e visualmente acessíveis, como objetos na própria sala de aula, para tornar as explicações mais concretas e compreensíveis.

Embora a professora tenha tentado explicar a palavra “divisória” como uma “separação”, essa definição é vaga e não leva em conta a multiplicidade de sentidos que a palavra pode ter. Para superar essa limitação, a professora poderia usar

recursos visuais, como imagens ou diagramas, ou até mesmo sugerir uma comparação com elementos físicos da sala de aula, como uma parede ou uma cortina, para contextualizar melhor a explicação. Além disso, uma abordagem mais eficaz seria construir sentenças com a palavra “divisória”, de modo que os presos pudessem entendê-la pelo contexto. Por exemplo, a professora poderia dizer: “A divisória separa os dois espaços” ou “Eu coloco uma divisória entre os estudantes para que eles fiquem em áreas diferentes”. Isso permitiria que os alunos buscassem a palavra no caça-palavras com uma compreensão mais profunda de seu significado. A explicação oferecida inicialmente não considera as necessidades linguísticas e culturais dos alunos, que, em sua maioria, não possuem proficiência em português. Simplificar demais, sem contextualizar de forma rica, reflete uma limitação pedagógica.

Quando o termo “badminton” foi abordado, a resposta da professora novamente demonstrou limitações, principalmente pela falta de domínio de inglês e pela incapacidade de fornecer uma explicação mais acessível para os alunos migrantes.

Migrante: *Badminton?*

Professora: *É um tipo de esporte. Não sei te explicar em inglês. Não falo a língua... é... e agora?*

Intérprete: *Badminton is a sport played with rackets and a shuttlecock; I mean a birdie. It can be played one-on-one or two-on-two.*

Migrante: *Oh... now it's ok, thanks.*

Nesse momento, a professora admitiu que não possuía os recursos linguísticos para explicar o termo. A mediação do intérprete se tornou crucial. No entanto, a dependência do intérprete para explicar conceitos simples evidencia a falta de preparação da professora para lidar com termos estrangeiros, limitando a efetividade do ensino. Uma solução seria o treinamento contínuo da professora em estratégias de ensino multilíngue, que promoveria uma maior participação dos alunos migrantes sem depender exclusivamente da tradução. Nesse sentido, observei, em diversas interações em sala de aula entre brasileiros e migrantes hispanofalantes, o recurso espontâneo a práticas de intercompreensão. Em diferentes momentos registrados nos vídeos analisados, alunos oriundos de países

latino-americanos, como Bolívia, Venezuela e Colômbia, interagem em espanhol, enquanto os interlocutores brasileiros respondem em português. Essa dinâmica revela uma negociação linguística baseada em semelhanças entre as línguas românicas, em que se mobilizam cognatos, gestos e inferências contextuais. Nos ambientes escolares prisionais observados, percebeu-se que essa prática contribuiu para a construção de sentidos compartilhados, para a autonomia linguística e para a valorização da diversidade como recurso, e não como obstáculo.

Outro exemplo de explicação problemática ocorre quando a professora tenta explicar o termo “par”, e a resposta dela não parece ser suficiente para garantir que o aluno compreenda o significado.

Migrante: “Par”?

Professora: *Um par são duas pessoas, duas coisas.*

O preso, visivelmente confuso, não parece entender completamente o que foi explicado, o que destaca outra limitação na abordagem da professora. A explicação sobre “par” é vaga e não leva em consideração o contexto em que a palavra pode ser usada.

Intérprete: *The word “pair” means two similar or matching things usually used together. For example: pair of shoes.*

Essa explicação do intérprete ajuda a esclarecer o significado de “par” de maneira mais acessível, proporcionando exemplos práticos e comuns. Além disso, uma sugestão seria a professora incorporar mais exemplos cotidianos, como “par de sapatos” ou “par de óculos”, e recursos visuais, para garantir que todos os alunos compreendam o conceito de “par” de maneira clara e concreta.

Ainda, ao tentar explicar o conceito de “dupla” através de uma referência à cultura popular, a professora recorre a um exemplo de “Batman e Robin”:

Professora: *Batman e Robin! Conhece? Eles trabalham juntos, então eles são uma dupla.*

Embora esse exemplo seja eficaz em termos culturais, ele pode ser limitado para aqueles que não estão familiarizados com a referência. O intérprete, novamente, faz uma explicação adicional para garantir que o conceito seja entendido de maneira clara:

Intérprete: *Do you know Batman and Robin? They work together, right?*

Migrante: *I know them.... yes.*

Intérprete: *So, they are partners.*

Migrante: *So I can say they are a pair of people...*

Intérprete: *“Pair” and “partner” are both translated as “par” or “parceiro” in Portuguese, but we use them in different contexts. “Pair” is usually translated as “par” or “dupla”, and refers to two people or things grouped together. For example: They worked in pairs, that is, “eles trabalharam em duplas”; or “a pair of socks”, which means “um par de meias.” When we use “partner,” it usually means “parceiro,” and refers to someone you collaborate with or have a relationship with; for example: “My dance partner” as “Meu parceiro de dança.”*

Essa intervenção do intérprete mostra como a diferença entre “pair” e “partner” pode ser sutil, mas crucial para a compreensão adequada do termo. A professora, embora tenha tentado explicar essa distinção, poderia ter utilizado exemplos mais universais ou esclarecido melhor a diferença entre os dois termos para garantir uma compreensão mais profunda.

Em suma, as interações em sala de aula no contexto prisional evidenciam os desafios enfrentados por alunos migrantes e docentes diante das limitações linguísticas e culturais. A análise sob as lentes de Jacquemet (2011) e Gumperz (1982) revela a centralidade das práticas metapragmáticas, dos modos de falar e dos dispositivos tecnolinguísticos na mediação pedagógica. Nesse sentido, torna-se fundamental investir na formação contínua de docentes, com foco em práticas pedagógicas sensíveis ao plurilinguismo e à interculturalidade. Além disso, seria desejável que houvesse critérios específicos para a seleção de professores com formação em português, ou seja, professores tendo uma segunda língua, uma língua estrangeira ou uma língua de acolhimento, de modo a garantir uma atuação mais qualificada e responsiva às necessidades dos estudantes migrantes.

7.2.4

Análise das filmagens: interações em atendimento jurídico

Esta subseção apresenta a análise de dois momentos distintos no âmbito jurídico: o primeiro refere-se ao atendimento realizado pela DPU e o segundo envolve a atuação de um advogado particular em consulta com seu cliente turco. Assim como nas demais análises até aqui apresentadas, serão considerados não apenas os aspectos linguísticos das interações, mas também suas implicações mais amplas, com especial atenção à presença – ou ausência – de intérpretes comunitários nos atendimentos jurídicos.

7.2.4.1

Análise das filmagens: mutirão da Defensoria Pública da União

As gravações dos atendimentos realizados pela DPU, no contexto desta subseção judiciária, demandaram um tratamento analítico específico, em virtude da inviabilidade de transcrição integral das interações. Minha participação no mutirão limitou-se à atuação como observadora, tendo como função apenas registrar, por meio de áudio e vídeo, os atendimentos realizados com a mediação dos intérpretes convidados a colaborar com a pesquisa. Assim como nas demais gravações conduzidas ao longo do estudo, utilizei uma câmera portátil e manual, posicionando-me no parlatório em um local viável para a filmagem.

No entanto, não foi possível obter um enquadramento que mostrasse defensor e preso frente a frente. Para isso, seria necessário posicionar-me lateralmente aos dois interlocutores, o que, como ilustra a figura abaixo, não era viável devido às limitações do espaço. Assim, optei por um posicionamento que permitisse enquadrar ambos no mesmo plano da câmera, ainda que de forma parcial. Veja na figura uma ilustração de como me posicionei na sala:



Figura 31 – Ilustração da filmagem no parlatório

Ilustração: Rafael Araujo de Souza, 2025

Além das restrições físicas, o espaço era bastante reduzido e já ocupado por outros participantes: defensores, uma assistente da Defensoria responsável por organizar os documentos conforme a lista de atendimentos, dois intérpretes e eu, com o equipamento de gravação. Essas condições exigiram adaptações tanto na posição da câmera quanto na dinâmica da observação.



Figura 32 – Local de atendimento a presos pela DPU durante o mutirão

Fonte: Autora, 2023

No espaço destinado aos atendimentos jurídicos, observei que cada defensor público ocupa um box individualizado (Figura 32). Apesar dessa divisão sugerir organização, os atendimentos ocorrem simultaneamente em um ambiente aberto,

com diversos defensores atendendo presos ao mesmo tempo. Essa configuração, somada à intensa movimentação das áreas adjacentes – como pátios e corredores –, compromete a qualidade da comunicação. O ruído constante interfere na interlocução, dificultando a escuta atenta e a construção de uma relação de confiança entre defensor e assistido.

No caso observado, os atendimentos foram realizados em parlatórios coletivos, localizados em áreas ruidosas próximas à circulação de internos e servidores. A simultaneidade dos atendimentos gerava sobreposição de falas, falta de privacidade e prejuízos à escuta qualificada, revelando os desafios logísticos e estruturais desses mutirões.

Tais condições impactaram a qualidade do atendimento jurídico, o que dificultou a análise de tais interações, como veremos. Afinal, o ruído ambiente, aliado à falta de isolamento acústico e equipamentos não profissionais de gravação, impossibilitou a transcrição precisa das interações. Ademais, a dificuldade em localizar tradutores qualificados para traduzir as transcrições das línguas húngara e árabe – somada à baixa qualidade das gravações – inviabilizou a transcrição integral dos atendimentos mediadas por intérpretes. Ainda que não tenha havido registro audiovisual desses atendimentos, foram produzidas anotações detalhadas com base nas percepções dos próprios intérpretes convidados a colaborar como assistentes de pesquisa, bem como a partir de observações diretas de campo, de modo a assegurar a inclusão qualitativa desses dados na análise. Cabe destacar que a DPU não contava com intérpretes contratados para o mutirão. Na prática, foi necessário recorrer à minha mediação para localizar intérpretes voluntários que pudessem intervir na ocasião. Como a participação de intérpretes já estava prevista em uma das fases da pesquisa, foi possível contar com a colaboração de dois falantes bilíngues com alguma experiência prévia em interpretação, que se dispuseram a atuar voluntariamente no evento, contribuindo tanto para a mediação linguística quanto para a coleta de dados da pesquisa.

O cenário observado insere-se no contexto de um mutirão carcerário promovido pela DPU, ação que integra uma das estratégias emergenciais voltadas à garantia de acesso à justiça às pessoas privadas de liberdade. Esses mutirões, frequentemente realizados em parceria com outras instituições do sistema de justiça, têm como objetivo central a verificação da legalidade das prisões, a análise da situação processual dos presos e a identificação de casos que demandem

providências imediatas, como progressão de regime, indulto, livramento condicional ou reconhecimento de ilegalidades.

A atuação da DPU nesses mutirões encontra respaldo em normativas como a Resolução nº 214/2015 do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre mutirões carcerários e o acompanhamento das condições de custódia, bem como nos princípios constitucionais de ampla defesa e dignidade da pessoa humana. A DPU, como instituição essencial à função jurisdicional do Estado, tem papel fundamental na promoção da equidade no sistema penal, especialmente no atendimento a migrantes, apátridas e outros grupos em situação de vulnerabilidade.

O mutirão carcerário realizado na Penitenciária de Itaí, ao longo de três dias, durante o período da pesquisa de campo, constituiu-se como uma oportunidade especialmente propícia para a geração de dados empíricos. A intensidade e a concentração dos atendimentos nesse curto intervalo de tempo favoreceram a observação de interações significativas, permitindo o registro de informações relevantes tanto do ponto de vista linguístico quanto das dinâmicas institucionais envolvidas.

Uma das principais dificuldades até então foi acompanhar os atendimentos jurídicos, inviabilizados pelo caráter sigiloso da entrevista reservada entre acusado e seu defensor e pela sua realização, em grande parte, por videoconferência. Nesse sentido, a presença *in loco* da DPU durante o mutirão permitiu o contato direto com a realidade dos atendimentos, possibilitando uma observação mais aguçada das práticas jurídicas e das interações que ocorrem nessas situações no contexto prisional.

Entretanto, para a realização das gravações, foi exigida a assinatura de um termo de responsabilidade, conforme previsto no art. 7º, inciso IV, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018) (Brasil, 2018). Assumi, assim, o compromisso de observar integralmente os princípios estabelecidos pela referida legislação, zelando pelo respeito aos direitos dos titulares dos dados tratados, estando ciente de que eventuais descumprimentos podem implicar sanções de natureza civil, penal e administrativa. Além disso, para que as gravações ocorressem, foi necessário que os presos, ao chegarem nos guichês, fossem informados sobre a gravação e assinassem o TAI e os termos de consentimento livre e esclarecido. Basicamente os atendimentos tratavam da situação do processo do detento como: lapso de tempo para o regime semiaberto,

possibilidade de contato familiar, ajuda dos consulados, doenças, aspectos relacionados à alimentação no presídio, data de julgamento e decisões judiciais.

Os atendimentos duravam cerca de 20 minutos, permitindo que cada defensor atendesse de 4 a 5 presos. No entanto, a diversidade linguística dificultou as interações, ainda que alguns presos atuassem como intérpretes. Apesar de alguns defensores terem alguma proficiência em inglês, nem sempre essa era a língua usada, e os dois defensores fluentes em espanhol também não atendiam exclusivamente presos latino-americanos, pois a distribuição dos presos pelos guichês seguia a ordem das celas, e não a lógica das línguas faladas.

Durante os atendimentos, os desafios na comunicação entre defensores e detentos se tornaram evidentes. A equipe da DPU contava com cinco defensores: dois fluentes em espanhol, dois em inglês e uma defensora com conhecimento limitado dessa língua, além de uma profissional responsável pela triagem das fichas. Muitos dos encarcerados falavam idiomas de pouca difusão ou usavam o inglês como língua veicular, com diferentes níveis de proficiência, o que agravou ainda mais as dificuldades de comunicação. Também foram observadas limitações logísticas no encaminhamento dos presos aos atendimentos.

Tal dinâmica revelou-se problemática, sobretudo diante da diversidade linguística entre os presos, uma vez que a lista disponibilizada à DPU informava apenas a nacionalidade dos presos, sem especificar as línguas por eles faladas. Essa ausência de informação essencial impactou diretamente a organização do atendimento e a qualidade da interação, refletindo uma fragilidade estrutural no planejamento das ações do mutirão.

Com o intuito de prover informações sobre as línguas dos detentos antes dos atendimentos, solicitei a um dos defensores públicos o acesso à lista dos migrantes encarcerados que seriam atendidos no mutirão. A partir da relação nominal dos internos a serem atendidos e com base na planilha previamente elaborada para o mapeamento linguístico, foi possível identificar com maior precisão com quais idiomas os defensores públicos teriam contato durante os atendimentos. Esse cruzamento de dados permitiu reconhecer a presença de um húngaro, de outros oriundos de países árabes, bem como de um preso falante da língua russa.

Embora essa iniciativa não tenha resultado na reorganização efetiva dos atendimentos com base nas competências linguísticas dos defensores, revelou-se de grande utilidade para identificar internos que poderiam atuar como intérpretes

informais para seus colegas. Foi o caso, por exemplo, do atendimento a um russo, mediado por um preso de nacionalidade letã, fluente em russo e inglês, que contribuiu espontaneamente com a mediação linguística.

De posse dessas informações das línguas, entrei em contato com intérpretes profissionais nas línguas húngara, russa e árabe, convidando-os a colaborar com a pesquisa como mediadores linguísticos, com o objetivo de aprofundar a observação das interações entre defensores e presos em contextos de pluralidade linguística.

Ainda que tenham sido empreendidos os esforços para localizar intérpretes com disponibilidade para colaborar com a pesquisa, a participação desses profissionais revelou-se impraticável, sobretudo em razão da distância do estabelecimento prisional e de limitações relacionadas à agenda. Apesar dessas dificuldades logísticas, a articulação de uma rede de contatos resultou em um encaminhamento positivo: dois professores bilíngues, – um de língua húngara e outro de língua árabe – com experiência prévia em serviços voluntários de interpretação junto a organizações como a Cáritas, manifestaram interesse em contribuir com o estudo. Ambos aceitaram participar da pesquisa, desempenhando um papel relevante na mediação linguística e cultural durante os atendimentos selecionados, o que possibilitou uma observação mais aprofundada das interações entre defensores públicos e migrantes a partir de seus relatos dos intérpretes. Ambos assinaram um termo de confidencialidade específico para a pesquisa, bem como um termo adicional, elaborado por mim, que versa sobre confidencialidade e responsabilidade na participação do mutirão, comprometendo-se a manter o sigilo das informações tratadas durante os atendimentos.

De acordo com minhas observações, realizadas a partir de uma posição lateral aos defensores e ao intérprete – atrás destes, com uma câmera, de modo a não interferir nas interações –, a atuação dos dois intérpretes *ad hoc* voluntários revelou-se fundamental para viabilizar o acompanhamento e a compreensão das interações realizadas durante os atendimentos jurídicos. Ambos demonstraram não apenas domínio linguístico, mas também uma apurada sensibilidade intercultural – aspecto essencial para a mediação do diálogo entre defensores e migrantes encarcerados em contextos marcados por barreiras linguísticas e culturais que, sem essa mediação, comprometeriam seriamente a comunicação.

Ainda segundo o que observei, a presença desses intérpretes permitiu que nuances culturais e linguísticas fossem adequadamente consideradas, favorecendo

uma escuta mais qualificada e contribuindo diretamente para a efetivação do direito à compreensão mútua – condição indispensável para o acesso à justiça. Durante os atendimentos que contaram com sua mediação, foi possível perceber aspectos relevantes relacionados à escuta ativa, à forma de acolhimento dos presos e à tradução de expressões jurídicas para realidades linguísticas e culturais bastante distintas, evidenciando o papel complexo e imprescindível do intérprete nesse tipo de interação.

Entretanto, de acordo com minhas observações, a atuação desses intérpretes, por se tratar de pessoas não profissionais e sem formação específica na área, revelou certos traços de improvisação. Embora tenham desempenhado um papel crucial na mediação linguística e cultural durante os atendimentos jurídicos, sua atuação não seguiu os protocolos normalmente adotados por intérpretes profissionais, sobretudo no que diz respeito à observância de códigos de ética e às práticas consolidadas da IC.

Foram perceptíveis lacunas relacionadas, por exemplo, à gestão da tomada de turnos, ao uso de técnicas de interpretação (como consecutiva ou sussurrada e à forma de lidar com situações de conflito ou ambiguidade linguística. Essa atuação mais intuitiva, ainda que eficaz em muitos momentos, expõe a urgência de se discutir formas de formação e orientação específicas para intérpretes que atuam em contextos sensíveis como o sistema prisional, onde a qualidade da interpretação pode impactar diretamente no acesso a direitos fundamentais.

Os intérpretes também contribuíram com relatos sobre o decorrer dos atendimentos, que enriqueceram significativamente a análise qualitativa desta pesquisa. Ambos destacaram a carga emocional presente nas interações, assim como as dificuldades em interpretar termos e procedimentos jurídicos complexos, especialmente por se tratar da primeira experiência de atuação que tiveram nesse tipo de contexto institucional. Relataram, ainda, a necessidade de solicitar aos defensores esclarecimentos adicionais acerca de conceitos técnicos, a fim de viabilizarem uma mediação linguística mais precisa. Em diversos momentos, os defensores se viram compelidos a ajustar o registro da fala traduzida, adaptando vocabulário e estruturas discursivas para tornar as informações mais acessíveis aos presos. Isso se deveu, em parte, à utilização frequente de termos formais e técnicos, que nem sempre eram compreendidos pelos detentos, exigindo, assim, uma simplificação e recontextualização das mensagens para garantir a efetiva

comunicação. Essas estratégias evidenciam não apenas a complexidade da interpretação em contextos jurídicos, mas também a importância de uma escuta sensível e de uma atuação colaborativa entre defensor e intérprete, especialmente em situações de extrema vulnerabilidade social e comunicacional. Ademais, os intérpretes relataram dificuldades significativas relacionadas às condições acústicas do ambiente em que os atendimentos foram realizados. A elevada quantidade de ruídos externos comprometeu a escuta ativa, dificultando a compreensão tanto das falas dos migrantes encarcerados quanto das intervenções dos defensores. A ausência de isolamento sonoro adequado foi apontada como um obstáculo importante à realização de uma mediação linguística eficiente.

Outra dificuldade relatada pelos intérpretes referiu-se ao fato de que eles não puderam ter acesso a informações com antecedência sobre a situação dos reclusos e nem que tipo de assunto seria tratado para que pudessem se preparar adequadamente. Na interpretação em árabe, a intérprete relatou que houve bastante dificuldade de entendimento porque a língua árabe não era a língua primeira do detento. Algumas vezes, alguns migrantes misturavam o árabe padrão com outra variedade vernácula de árabe. A intérprete solicitou ao preso que utilizasse o padrão para que a interação pudesse ser efetiva.

Além desses fatores, os intérpretes enfrentaram a dificuldade de lidar com a variação fonológica e fonética dos diferentes sotaques, com apenas alguns minutos para compreender o discurso de cada recluso. Eles também relataram – e as filmagens confirmaram – que alguns defensores que necessitavam de mediação linguística demonstraram dificuldades em interagir com os internos na presença do intérprete. Os intérpretes relataram que os defensores não faziam pausas adequadas para que a interpretação pudesse ser realizada. Como não tinham experiência com a técnica de *note-taking* (tomada de notas), precisavam interromper constantemente os defensores para solicitar que falassem mais devagar ou parassem, a fim de que pudessem interpretar corretamente. Isso gerou sobreposição de falas e interrupções ao longo das interações, o que causou desconforto aos intérpretes, defensores e detentos assistidos.

Outro ponto de tensão foi o uso de termos jurídicos: quando empregados, os intérpretes frequentemente pediam que os defensores explicassem o significado desses termos antes de traduzi-los para os presos. Com isso, o tempo necessário

para a interpretação acabava sendo maior do que o tempo utilizado pelos defensores para produzir suas falas.

Um dos atendimentos foi a um preso de Guiné-Bissau que falava uma variedade de português tão distinta do português do Brasil que um dos intérpretes teve que realizar uma interpretação interlinguística.

Mais um dos pontos de tensão identificados referiu-se à percepção dos defensores públicos quanto à abordagem utilizada para a solicitação de autorização de gravação dos migrantes encarcerados. Na perspectiva desses profissionais, haveria a necessidade de se observar uma hierarquia no atendimento, na qual os próprios defensores deveriam assumir a responsabilidade inicial de apresentar os intérpretes e conduzir a coleta das assinaturas nos termos de autorização de imagem e de consentimento livre e esclarecido (TAI, TCLE). Tal procedimento, segundo argumentaram, seria fundamental para a construção de uma relação de confiança entre os participantes e os pesquisadores, especialmente se considerarmos a condição de vulnerabilidade em que se encontram os indivíduos encarcerados. No entanto, tais apontamentos foram apresentados apenas no dia seguinte ao do primeiro atendimento, o que evidenciou, mais uma vez, a ausência de uma organização prévia entre as equipes envolvidas e a fragilidade na definição de protocolos comuns para a condução das atividades. Considero que a apresentação da pesquisa, das gravações e da presença dos intérpretes, quando realizada diretamente pelos próprios intérpretes ou pelo pesquisador – especialmente levando em consideração que a maioria dos presos atendidos já possuía conhecimento prévio sobre a pesquisa –, poderia igualmente contribuir para o estabelecimento de uma relação de confiança entre os participantes. Além disso, tal abordagem teria o potencial de minimizar as assimetrias de poder historicamente associadas à relação entre defensor e acusado.

Outro aspecto mencionado pelos intérpretes referiu-se à preocupação em viabilizar uma interação eficaz entre defensor e preso. Relataram momentos de intensa insegurança, especialmente em razão de não serem profissionais da área jurídica e de não conhecerem, de forma aprofundada, os códigos de conduta e ética que regem a atuação dos intérpretes profissionais.

É relevante observar que uma das defensoras públicas não possuía proficiência em língua inglesa e, mesmo diante dessa limitação, recusou a mediação linguística oferecida pelos intérpretes disponíveis. Tal recusa resultou em interações

marcadas por rupturas linguísticas que, em diversos momentos, provocaram colapsos comunicativos, comprometendo de maneira significativa a efetividade do atendimento jurídico prestado aos presos. No trecho a seguir, evidencia-se a tentativa da defensora de explicar um procedimento judicial, recorrendo ao inglês, com acentuadas limitações de pronúncia, o que dificultou a compreensão por parte do preso. Posteriormente, recorreu ao português, diante da limitação de seu repertório linguístico para sustentar o discurso jurídico em inglês.

“If the appeal was bem sucedida, we try to reduce a pena. Do you have medical atendiment...saúde health? Do you have contact with consulado [chamando a intérprete, ela pergunta: Como fala consulado em inglês?]”

Em outro momento ela pergunta ao preso: *“Do you want that DPU spoke with your family”*

Diante da falta de proficiência em inglês da defensora, os intérpretes passaram a oferecer suporte sempre que possível, intervindo com o objetivo de aprimorar a comunicação e garantir que os detentos compreendessem adequadamente as informações transmitidas. Essa atuação visava a assegurar a efetividade do atendimento, mesmo diante das limitações identificadas.

A fim de superar as dificuldades linguísticas e garantir a compreensão mútua, os presos lançaram mão de estratégias alternativas de comunicação, como o uso de papel e caneta para formular perguntas ou responder a questionamentos. Essa prática foi particularmente recorrente quando se tratava de informações sensíveis ou específicas, como nomes de familiares, endereços e demais dados pessoais, revelando um esforço ativo por parte dos detentos para viabilizar a interação em um contexto de comunicação limitada. Em outras situações, recursos paralinguísticos e pistas de contextualização – como gestos, expressões faciais e entonações – desempenharam um papel relevante no processo interacional, contribuindo para a construção de sentido e para a superação de dificuldades comunicativas entre os interlocutores.

Cumpramos destacar que, em diversos momentos, a dinâmica da IC se desestabilizou, dando lugar a interações bilaterais ou trilaterais menos estruturadas. Nas situações de interação bilateral, apenas duas pessoas se comunicavam ativamente (por exemplo, o intérprete e o preso, ou o intérprete e o defensor),

enquanto a terceira parte era excluída da troca. Já nas interações trilaterais, embora as três partes participassem, a comunicação ocorria de forma desorganizada, sem uma mediação linguística que garantisse o entendimento mútuo.

Nessas configurações, a atuação do intérprete envolveu mediações culturais, explicações contextuais e ajustes interacionais – práticas características da IC, mas que podem gerar tensões quando não reconhecidas ou legitimadas institucionalmente. Mais uma vez, tais situações evidenciaram uma participação mais ativa dos intérpretes, que, por vezes, se aproximaram do papel de *advocate*, conforme descrito em estudos sobre mediação linguística em contextos institucionais.

Ao término do mutirão, os defensores públicos destacaram a relevância da atuação dos intérpretes, considerando-a essencial para a realização dos atendimentos, especialmente nos casos em que os detentos eram falantes das línguas árabe e húngara. Com base nas minhas observações e na análise dos relatos dos próprios intérpretes, foi possível identificar que, além de intervirem ativamente nas situações de atendimento, esses mediadores também prestaram suporte linguístico em espanhol e inglês, sempre que necessário. Essa atuação multifacetada evidencia não apenas a flexibilidade dos intérpretes, mas também sua contribuição essencial para a mediação linguística e para a efetivação do direito à comunicação dos presos migrantes no contexto prisional.

Por fim, a presença dos intérpretes – mesmo que em caráter *ad hoc* – evidencia a importância de se instituírem políticas públicas e institucionais voltadas à inclusão sistemática de intérpretes nos atendimentos jurídicos realizados em estabelecimentos penais e de modo geral. Tal medida torna-se especialmente urgente no caso de pessoas migrantes, ainda mais no caso de pessoas originárias de países pouco representados no sistema prisional. A ausência recorrente desse suporte, como demonstrado ao longo desta pesquisa, acrescentou mais uma camada de vulnerabilidade ao acesso à justiça.

Quanto aos aspectos sociolinguísticos interacionais descritos por meio das categorias adotadas para esta pesquisa – modos de falar, dispositivos tecnolinguísticos e práticas metapragmáticas, além de suposições culturais -, os dados mostraram, pelo menos no que tange à mediação em língua inglesa, que as interações foram estabelecidas face a grandes e variados desafios. Quanto à coleta dos dados, vale destacar um dos maiores desafios enfrentados, que foi a

indisponibilidade de profissionais tradutores e intérpretes para que eu conseguisse realizar as transcrições das línguas, principalmente as de pouca difusão, por conta da impossibilidade de se obter uma gravação de boa acústica.

7.2.4.2

Interações entre advogado e cliente turco

Esta análise baseia-se na única filmagem que registrou a interação entre um advogado e seu cliente, da qual foram selecionados trechos relevantes para a discussão. Dentre todos os atendimentos observados, este foi o único caso em que os documentos judiciais haviam sido previamente traduzidos para o turco, evidenciando um esforço concreto para assegurar o direito à informação em língua compreensível ao preso.

Observa-se, nesse caso, um perfil socioeconômico diferenciado do preso, uma vez que ele pôde arcar com os custos de um advogado particular – condição que, em certa medida, resultou em um atendimento jurídico mais individualizado e sensível às suas necessidades linguísticas. O advogado demonstrou preocupação em garantir a compreensão do cliente, utilizando uma linguagem mais acessível, evitando o uso excessivo de termos técnicos e priorizando explicações simples, com o objetivo de facilitar a mediação conduzida pelo intérprete-preso e promover um ambiente de confiança e segurança comunicativa.

No entanto, ainda que se trate de um cliente com recursos financeiros, o que lhe confere um perfil distinto em relação à maioria dos presos observados, não houve a preocupação em solicitar ou garantir a presença de um intérprete profissional externo. A mediação linguística continuou sendo desempenhada pelo preso-intérprete, revelando a naturalização institucional da ausência de profissionais qualificados para essa função, mesmo em contextos nos quais haveria, em tese, maior margem para a contratação desse serviço.

Ainda que o advogado tenha sido contratado diretamente pelo preso, essa relação não implica subordinação do profissional ao cliente, já que a advocacia é regida por autonomia técnica e deveres ético-legais. Soma-se a isso a assimetria de saberes e posições institucionais: enquanto o advogado domina os mecanismos jurídicos, o cliente – especialmente em situação de encarceramento e com barreiras

linguísticas – permanece em condição de vulnerabilidade e com pouca margem para influenciar decisões, inclusive quanto à presença de um intérprete profissional.

Mais uma vez, recorreu-se ao preso-intérprete cuja atuação foi muito além da simples interpretação. Ele desempenha a função de mediador cultural, reformulando, explicando, amenizando e até “filtrando” as informações, conforme o contexto emocional e as relações de poder no ambiente institucional. Mais uma vez, a situação reforça e reafirma a hipótese segundo a qual, como mediador de sentidos, o intérprete não se limita a interpretar; ele reorganiza os significados à luz da situação comunicativa. Um exemplo claro dessa mediação ocorre quando o preso-intérprete diz:

Advogado: *Então, só para... vamos lá... calma... a gente já vai chegar nesse...*

Migrante-intérprete: *Diyor, sakin ol, ben bunu halledeceğim o konuyu.*

[Tradução: Ele diz, fique tranquilo que vou resolver esse assunto.]

Aqui, o intérprete suaviza a mensagem com um tom de acolhimento, criando um espaço de confiança entre o preso e o advogado e não interpreta exatamente o que o advogado fala. Outro momento significativo ocorre quando o preso-intérprete afirma:

Advogado: *Vamos lá. Ele vai acompanhando. Eu vou fazer uma explicação do que está ali. Do que a gente já fez, do que a gente vai fazer, para vocês, assim, numa interação... deixar vocês, assim... É uma transparência. Para mostrar que a gente realmente está trabalhando no caso de vocês.*

Migrante-intérprete: *Bunu diyor, ben size yazılan kâğıtta yazılarımla ben size göstereceğim, ne yaptığımızı size söyleyeceğim.*

[Tradução: Ele diz, vou mostrar a você o que está escrito no papel com minha letra, vou dizer a você o que estamos fazendo.]

Nesse trecho, a escolha de usar a primeira pessoa (“vou mostrar”, “minha letra”, “vou dizer”) indica não apenas uma estratégia de produzir paralelismo com relação à fala interpretada, mas também uma aproximação afetiva e de confiança. O intérprete, ao preservar a estrutura de fala do preso, garante a agência do preso e sua presença discursiva. Isso demonstra a importância da prática metapragmática,

em que o intérprete não apenas interpreta, mas também reconstrói a cena comunicativa, levando em consideração o ensejo do enunciador de demonstrar credibilidade.

A interação entre o advogado e o cliente gira em torno de temas como *habeas corpus*, prisão domiciliar e anistia, temas que, embora técnicos, também geram um ambiente carregado de afetividade, esperança e frustração. O intérprete, mais do que apenas transmitir informações, também oferece orientação emocional. Em uma das falas, ele afirma: “*Não pense nesta data... pense nas possibilidades diante de nós*”. Além disso, o intérprete frequentemente comenta sua própria tradução, como em expressões como “*diyor*”, “*ele diz*”, “*estou traduzindo*”, “*vou explicar melhor*”. Essas expressões são práticas metapragmáticas, que tornam o processo de tradução mais explícito, ajudando o preso a entender o que está sendo dito, ao mesmo tempo em que expressões como “*sakin olsun*” (“que ele fique calmo”) ajudam a regular seu estado emocional.

Em um momento, quando o advogado diz:

Advogado: *Explique para ele que às vezes, por conta de a gente não conseguir falar... Falar a mesma língua, idioma, a gente parece que está falando umas coisas que ele às vezes não entende, ou ele acha...*

Preso-intérprete: *Bazen farklı diller konuştuğumuz için bazı şeylere anlamıyoruz, yani bazı şeyleri, bazı kelimeler çevrilirse bile tam net değil* [Tradução: Às vezes, por falarmos línguas diferentes, não conseguimos nos entender completamente, mesmo quando as palavras são traduzidas, elas não são totalmente claras].

Essa afirmação parece revelar uma dúvida e desconfiança implícita sobre a eficácia da tradução, destacando um aspecto fundamental da IC: a tradução não é apenas uma conversão de palavras, mas um processo de negociação de sentidos que pode falhar em transmitir nuances culturais, emocionais e contextuais. O intérprete traduz a fala com precisão, mantendo a incerteza e a ambiguidade do original: “*Não consigo ter a certeza de que você realmente entendeu ou não*”. Esse reconhecimento de incerteza destaca a metapragmática da fala, onde o próprio ato de comunicação é refletido, mostrando as limitações da tradução e as dificuldades na comunicação no contexto prisional.

No contexto prisional, como em muitos contextos institucionais, a dificuldade linguística representa mais do que um obstáculo à tradução: ela reflete uma assimetria de poder entre o cliente e os agentes do sistema jurídico (advogados, juízes, autoridades). O uso de expressões como “*não sei se você realmente entendeu*”, por parte do advogado, evidencia uma postura de humildade comunicativa, refletindo tanto a consciência das limitações inerentes à mediação linguística quanto o esforço para evitar assumir uma autoridade excessiva.

No atendimento entre o cliente turco e seu advogado particular, chamou atenção a postura do profissional que, embora respaldado por prerrogativas técnico-jurídicas que lhe conferem autonomia para tomar decisões estratégicas mesmo sem a anuência expressa do cliente, demonstrou constante preocupação em garantir que este compreendesse sua situação jurídica de forma precisa.

Como supracitado, ainda que a advocacia não pressuponha uma relação de subordinação – isto é, a atuação do advogado não se orienta automaticamente pelos desejos do cliente, independentemente de haver ou não remuneração –, o advogado conduziu a interação com notável cuidado ético, valendo-se de explicações pausadas, acessíveis e reiteradas.

Nesse sentido, embora sua atuação não o exigisse, ele adotou uma postura dialógica, revelando comprometimento genuíno com o direito à compreensão mútua e com a construção de uma relação de confiança com o cliente.

Um exemplo dessa dinâmica pode ser observado no momento em que um preso-intérprete, atuando como mediador durante a interação, diz: *Son bir sorusu var* [Ele tem uma última pergunta], e em seguida...

Migrante-intérprete: *Diyor şu ana kadar gerçekleşenler dosya içinde de olanlar oldu, onun dışında sakın olsun, başka bir şey yok, önemli başka bir şey yok, önemli olan biz koyduklarımızdı.* [Tradução: Ele diz que até agora o que se materializou é o que estava no dossiê, fora isso, é para você ficar calmo, que não há outra coisa importante, o que importa é o que nós colocamos.]

O advogado (interpretado) produz um discurso técnico e objetivo, mas também procura tranquilizar o cliente com expressões como “fique calmo” e “não há outra coisa importante”, que servem para controlar a narrativa. A repetição enfática do termo “*não há outra coisa, não há nada importante*” funciona como um dispositivo de ênfase, com o objetivo de garantir que a mensagem principal seja

compreendida e não desperte mais preocupações no cliente. Ao reproduzir essas expressões, o intérprete deve ter em mente os diferentes significados que tais expressões podem carregar, dependendo do contexto cultural do cliente, pois ele está agindo como um mediador cultural. De fato, seu papel é particularmente delicado. Ele deve, por um lado, transmitir o tom tranquilizador e a autoridade implícita em suas falas; por outro, ajustar sua mediação às características culturais do cliente, garantindo que a mensagem produza efeito no contexto linguístico-cultural do preso.

Por fim, o uso de expressões como *“Ele diz que...”* reflete o posicionamento do intérprete como “relator” da fala do outro, mantendo a separação entre as vozes e respeitando as normas da prática interpretativa.

Na próxima subseção, as entrevistas dos presos serão analisadas à luz das categorias discutidas anteriormente, especialmente no que tange ao papel do intérprete, à mediação cultural e às práticas metapragmáticas. Assim como na interação entre advogado e cliente, o intérprete assume uma função crucial que vai além da tradução literal, incluindo a reconstrução de sentidos e a regulação do estado emocional dos presos. Ao mediar as falas, ele ajusta a comunicação conforme o contexto cultural do interlocutor, preservando sua agência e garantindo que sua voz seja ouvida adequadamente. A dinâmica de poder entre os agentes do sistema, já observada na relação entre advogado e cliente, também se manifesta nas entrevistas, quando o preso se encontra em situação de vulnerabilidade. Nesses contextos, dispositivos linguísticos como repetição e modulação de tons desempenham papel fundamental, seja para suavizar tensões, seja para reforçar narrativas oficiais. Dessa forma, as entrevistas oferecem um espaço privilegiado para aprofundar a análise do intérprete como mediador de sentidos e emoções, evidenciando os efeitos da mediação linguística nas relações de poder e de compreensão dentro do sistema prisional, e ampliando a reflexão sobre as práticas comunicativas institucionais.

7.3

Conclusão das análises e articulações das diferentes categorias interpretativas na penitenciária de Itai

Para concluir este capítulo, considero pertinente apresentar os relatos dos presos que atuam como intérpretes e tradutores dentro da penitenciária de Itai e

algumas vezes, quando requisitados, para a justiça. Foram entrevistados dez intérpretes que prestam apoio na penitenciária de Itaí em contextos médicos, religiosos, escolares e jurídicos. As percepções desses mediadores linguísticos sobre o trabalho que realizam podem trazer contribuições significativas para uma compreensão mais aprofundada dos desafios enfrentados por todos os envolvidos nesse cenário. Com esse intuito, organizo as falas em categorias temáticas e tento dialogar com as categorias estabelecidas neste estudo.

7.3.1

Os recursos interacionais como facilitadores da interação

A maioria dos entrevistados mencionou a falta – ou a limitação – de recursos disponíveis que facilitem as mediações linguísticas nas interações em todos os contextos analisados. Para esses intérpretes, é fundamental que os presos, especialmente no momento da inclusão, tenham acesso a cartilhas informativas nas línguas majoritárias. Isso permitiria que compreendessem com clareza seus deveres, direitos e as regras internas da instituição. Na ausência desses materiais, os entrevistados destacam a importância do agrupamento de presos por línguas similares, para que as informações possam ser compartilhadas entre eles nos pátios e celas. Essa prática ajuda a evitar penalidades que possam comprometer, por exemplo, a concessão de benefícios como a remição de pena.

Dois recursos foram apontados como prioritários: a oferta de formação em língua portuguesa para estrangeiros e a presença de intérpretes. A primeira medida facilitaria a condução das interações tanto entre os presos quanto entre presos e servidores, promovendo uma comunicação mais eficaz e harmoniosa. Já a segunda, que alia o domínio da língua portuguesa ao reconhecimento da diversidade linguística no ambiente prisional, qualificaria os presos que atuam como intérpretes informais, especialmente diante da ausência de profissionais capacitados.

Até o momento, as interações têm sido prejudicadas pela falta de materiais traduzidos, como bulas de medicamentos, orientações médicas e documentos judiciais. Os entrevistados também mencionaram a escassez de livros e dicionários especializados com termos técnicos das áreas de medicina, educação e direito, o que dificulta ainda mais uma mediação precisa e segura, mesmo com uma biblioteca que conta com mais de 23.000 livros em 40 línguas.

Os presos que atuam como intérpretes relataram que a mediação linguística se torna particularmente desafiadora – e mais demorada – diante do limitado domínio das terminologias específicas, sobretudo quando a interação exige a explicação de doenças, sintomas ou comorbidades, em que a clareza comunicativa é crucial. Uma das estratégias adotadas por esses intérpretes *ad hoc* é a leitura contínua de livros sobre os mais diversos temas, com o objetivo de aprimorar tanto o português quanto as línguas em que atuam. Esse esforço visa a qualificar as mediações linguísticas que eles realizam no cotidiano prisional. Como relatou um dos entrevistados:

Migrante- intérprete: *Básicamente aquí es... lo que es la atención médica, porque es un proceso tan personalísimo que usualmente en la calle no utilizamos palabras tan técnicas en nuestro lenguaje cotidiano. ¿Y aquí sí es necesario describir – qué se yo? – como dice prepucio en inglés, como dice ano y cosas que no aprendiste en la escuela, pero que tengo que oye, voy a rayo, le digo oye, como digo prepucio, porque realmente sé que como decir pene, sí, pero específicamente la parte del prepucio que tiene una inflamación del prepucio, tengo que explicarle eso. Pero como estamos en un entorno médico más fácil decirle por favor muestre problema.*

Tradução: [Basicamente, aqui é... o que é o atendimento médico, porque é um processo tão pessoal que geralmente na rua não usamos palavras tão técnicas no nosso linguajar cotidiano. E aqui sim é necessário descrever – o que sei eu? – como se diz prepúcio em inglês, como se diz ânus e coisas que você não aprendeu na escola, mas que eu tenho que... poxa, vou lá, eu falo, como eu digo prepúcio, porque realmente sei como dizer pênis, sim, mas especificamente a parte do prepúcio que está inflamado, eu preciso explicar isso. Mas como estamos em um ambiente médico, é mais fácil dizer, por favor, mostre o problema.]

Além da oralidade, os recursos linguísticos utilizados baseiam-se, segundo os entrevistados, em pistas de contextualização e recursos paralinguísticos, como escrita, desenhos e mímicas. Para os presos-intérpretes, trata-se de um processo contínuo de adaptação – inclusive no que se refere à própria língua portuguesa. Embora o ambiente prisional seja plurilíngue, a aquisição do português se impõe como uma necessidade ou exigência. Os relatos indicam uma obrigatoriedade do

uso da língua portuguesa nas interações com os servidores, revelando uma tendência ao monolinguismo institucional. Essa imposição, no entanto, não elimina os colapsos interacionais entre presos e funcionários. Ainda que os estrangeiros se esforcem para adaptar-se ao uso do português, a insuficiente proficiência linguística compromete a eficácia da comunicação. A aprendizagem da língua ocorre, em geral, de forma funcional e restrita a situações específicas, sem alcançar um domínio pleno. Além disso, muitos sequer chegam a falar o idioma local, contando com a presença constante de um colega intérprete como única via de compreensão e expressão.

7.3.2

Aspectos linguísticos-culturais nas mediações das interações

O espaço prisional, embora regido por normas rígidas e protocolos institucionais, é marcado por significativa diversidade linguística e cultural, devido à presença de estrangeiros. Essa pluralidade desafia o monolinguismo institucional centrado na língua portuguesa, exigindo constante adaptação por parte dos presos e dos agentes. As interações cotidianas – nas celas, pátios, filas, consultas médicas ou audiências – são atravessadas por diferenças linguísticas que impactam diretamente as relações interpessoais e o acesso a direitos básicos.

Um dos entrevistados relata os desafios da mediação em contextos médicos, destacando que a ausência de sensibilidade cultural por parte de médicos ou servidores pode comprometer a compreensão da situação do paciente. Isso resulta, por vezes, em tratamentos paliativos, quando mudanças simples – como na alimentação – poderiam gerar melhorias mais duradouras. A interpretação, nesse sentido, assume papel fundamental no processo de cuidado:

Migrante-intérprete: *Una traducción no puede ser una traducción literal, porque en la traducción literal se pierden muchas cosas. [...] El traductor tiene que entender lo que el paciente está sufriendo y darle al médico una herramienta más. [...] Aquí tenemos muchos problemas gastrointestinales por el tipo de comida. [...] También hemos tenido pacientes usuarios de heroína, y cuando no tienen la sustancia, sufren dolores físicos intensos. [...] Yo les pregunto: ‘¿En tu país hay heroína?’ Me dicen que no usaban, pero veo los signos claros. El traductor debe saber identificar eso también.*

Tradução: [Uma tradução não pode ser literal, porque na tradução literal se perdem muitas coisas. [...] O tradutor tem que entender o que o paciente está sofrendo e fornecer ao médico uma ferramenta adicional. [...] Aqui temos muitos problemas gastrointestinais devido ao tipo de comida. [...] Também tivemos pacientes usuários de heroína, e quando não têm a substância, sofrem dores físicas intensas. [...] Eu pergunto a eles: ‘No seu país tem heroína?’ Eles dizem que não usavam, mas vejo os sinais claros. O tradutor também deve saber identificar isso.]

Sob a ótica das representações sociais (Moscovici, 1978), os próprios presos constroem sentidos e representações sobre as línguas e culturas que os cercam, o que se reflete em atitudes de solidariedade, preconceito, aproximação ou distanciamento – e tudo isso influencia diretamente o ato de interpretar. As línguas são associadas a nacionalidades, estigmas ou competências, impactando a posição de cada indivíduo na hierarquia informal da prisão. Nesse contexto, a língua torna-se um marcador identitário, funcionando como mecanismo de pertencimento ou exclusão. Por isso, não é raro que os presos-intérpretes assumam posturas de *advocacy* em suas mediações.

Goffman (1974a), ao discutir as “instituições totais”, contribui para a compreensão de como, mesmo sob forte controle, os indivíduos desenvolvem estratégias de ajustamento. A comunicação entre presos de diferentes línguas revela práticas de improviso e resistência: surgem línguas híbridas, gestos, desenhos e códigos compartilhados, além da figura central do preso-intérprete como mediador cultural e linguístico em múltiplos contextos.

Essas interações, marcadas pela superdiversidade (Vertovec, 2007), mostram uma linguagem fluida, constantemente (re)negociada. A convivência forçada entre diferentes etnias, religiões, códigos de honra e repertórios linguísticos dá origem a uma cultura prisional própria, que ultrapassa as normas oficiais e se baseia em saberes e práticas construídas entre os detentos.

A presença de múltiplas nacionalidades e línguas frequentemente gera choques culturais e linguísticos, com impactos diretos na convivência. Conflitos, mal-entendidos, exclusões e disputas por pertencimento emergem especialmente diante da ausência de uma língua comum ou do desconhecimento das normas culturais dos outros grupos. Um preso relata:

Migrante-intérprete: *Lastimosamente, este señor no habla ni inglés, ni francés, ni alemán. Solamente habla húngaro. [...] Hay otro chico que también es húngaro, pero son de fenotipos distintos. [...] Yo le dije: ‘Este muchacho es gitano.’ [...] Los gitanos tienen su propio idioma. [...] Y este no entendía nada. No habla ni inglés, ni francés, ni alemán, no habla nada.*

Tradução: [infelizmente, este senhor não fala nem inglês, nem francês, nem alemão. Só fala húngaro. [...]] Tem outro rapaz que também é húngaro, mas têm fenótipos diferentes. [...] Eu disse a ele: “Este rapaz é cigano.” [...] Os ciganos têm seu próprio idioma. [...] E este não entendia nada. Não fala nem inglês, nem francês, nem alemão, não fala nada.]

Apesar dessas dificuldades, o cotidiano prisional também revela estratégias de negociação cultural. Repetição, observação e imitação tornam-se ferramentas de aprendizado mútuo. Com o tempo, formas híbridas de comunicação emergem, combinando fragmentos linguísticos, gestos, expressões visuais e até a criação de “línguas de pátio”. Essas práticas evidenciam uma pragmática da sobrevivência, em que os presos se reinventam para viabilizar a convivência.

Nos relatos, os presos destacam tanto os conflitos quanto os aprendizados que emergem dessa convivência forçada. Episódios de preconceito e discriminação coexistem com experiências de solidariedade, acolhimento e troca de saberes. Assim, os choques culturais, embora marcados por tensão, também funcionam como catalisadores de transformações, que reposicionam identidades e expandem fronteiras mesmo sob rígido controle institucional.

7.3.3

Representação social da Interpretação Comunitária para os presos

Durante as entrevistas, os presos foram questionados sobre como percebem o trabalho de interpretação que realizam no presídio e o que entendem por IC. De modo geral, a representação social refere-se às formas de conhecimento construídas coletivamente, permitindo que os indivíduos atribuam sentido à realidade, compartilhem significados e interajam socialmente (Moscovici, 1978). Essas

representações também são fundamentais na construção de identidades individuais e coletivas.

Nas falas dos presos que atuam como intérpretes *ad hoc*, a IC é vista como uma prática informal, muitas vezes descrita como um “favor” ou ato de “ajuda”. Ela está associada a ideias de solidariedade, auxílio humanitário e mediação espontânea, aproximando-se de papéis cotidianos e não institucionalizados. Essa percepção se assemelha à encontrada entre intérpretes comunitários profissionais, o que contribui para a dificuldade de reconhecimento formal da função. Isso se reflete na ausência de políticas públicas específicas e na construção de uma identidade profissional marcada por informalidade e invisibilidade.

Para os entrevistados, tornar-se intérprete profissional representa mais que solidariedade – é uma possibilidade concreta de legitimar a própria atuação, contribuir com o sistema e, ao mesmo tempo, preservar sua identidade (Goffman, 2013). Ainda assim, muitos reconhecem que a condição de preso gera desconfiança em certos contextos, especialmente em situações sigilosas. Por isso, sugerem que intérpretes externos devem ser acionados quando necessário – desde que compreendam profundamente a dinâmica prisional, incluindo os aspectos de indexicalidade envolvidos. A principal vantagem atribuída aos presos-intérpretes é justamente sua familiaridade com o cotidiano carcerário, o que lhes permite captar melhor as sutilezas das interações sociais.

Entre os que atuam em contextos religiosos, a interpretação é percebida como um dom divino. Para esses presos, interpretar não é apenas transmitir uma mensagem intelectual, mas provocar impacto emocional e espiritual. A prática é entendida como uma missão sagrada, capaz de restaurar a dignidade e fortalecer a conexão com Deus. Assim, distinguem-se dois tipos de intérpretes: o técnico e o vocacionado espiritualmente.

Um dos relatos ilustra essa concepção:

A tradução não basta ser um conhecedor de idiomas. É um dom. Uma coisa é falar o idioma, outra é traduzir. Principalmente no culto, a interpretação tem que ser rápida e precisa. Não é só repetir palavras – é passar a mensagem no exato sentido em que foi dita. Por isso, considero que é uma experiência espiritual. Às vezes, até palavras que eu não sabia vinham no momento certo. Isso, pra mim, é dom.

Outro relato reforça:

A interpretação tem que sair conforme a palavra original. É como se Deus falasse por meio do intérprete. Não é uma cópia, é algo que tem que ser transmitido com fidelidade e impacto. Deus coloca as palavras certas na boca do servo. E por isso cheguei à conclusão de que é um dom.

A oposição entre dom e técnica percorre toda a fala. Ao afirmar que “não é uma cópia”, o entrevistado recusa a ideia de que interpretar seja um ato mecânico ou automatizado. Em vez disso, propõe um vocabulário do mistério, da inspiração, do inefável. Ao dizer que “Deus coloca as palavras certas na boca do servo”, o preso afirma sua agência dentro de um espaço que, em geral, o desumaniza e o silencia. Ele se apresenta não como alguém que serve ao sistema, mas como alguém que serve a um chamado maior. Nesse gesto, o papel de intérprete se transforma em ferramenta de ressignificação identitária e de reconstrução subjetiva – o que pode ser lido à luz das categorias de Goffman sobre “performance do eu” e “restauração do self”.

7.3.4

Articulações sociointeracionais e a Interpretação Comunitária: práticas metapragmáticas, dispositivos tecnolinguísticos e modos de falar

Como vimos, no cotidiano prisional, a interpretação realizada por presos vai muito além da simples transposição linguística. Ela envolve práticas metapragmáticas – formas de monitorar, comentar e ajustar o uso da linguagem – conforme definido por Silverstein (1993). Os intérpretes parecem, ainda que intuitivamente, saber como, quando, por que e para quem falar, ajustando sentidos para garantir a eficácia comunicativa e, muitas vezes, para proteger o interlocutor – seja ele o estrangeiro ou o servidor: *“Tengo que explicarle a la señora, en otros países la gente no come esto todos los días. Eso le está causando una más la gastrite causada por el estrés.”*

Esse tipo de reconfiguração revela o papel ativo dos presos-intérpretes na construção da interação. Eles não apenas traduzem, mas reformulam enunciados, suavizam tons, reconstroem turnos de fala e, em certas ocasiões, falam diretamente pelo colega, dispensando a estrutura dialógica da interpretação. Isso evidencia um

tipo de poder discursivo e a interferência que exercem na mediação, tocando em temas como *advocacy* e imparcialidade.

Segundo Jacquemet (2009), essas práticas metapragmáticas são mecanismos através dos quais os interlocutores ajustam e controlam a linguagem, especialmente em contextos marcados por relações de poder. No ambiente prisional, essas práticas se intensificam para manter a ordem, a hierarquia e as normas instituídas. Em diversas filmagens, foi possível observar esses ajustes discursivos: presos optam por não traduzir certas palavras ou expressões, por considerá-las inadequadas ao contexto ou de difícil compreensão para os demais internos. Assim, reformulam o discurso para adequá-lo à estrutura comunicativa da prisão, às vezes suavizando ou até distorcendo o conteúdo, a fim de garantir uma comunicação eficaz.

Essas escolhas não são neutras; estão profundamente atravessadas pelo contexto social e pelas relações de poder em jogo. A linguagem, nesse cenário, torna-se um instrumento de controle social, além de meio de comunicação.

Nesse mesmo contexto, emergem os chamados dispositivos tecnolinguísticos. Inspirando-se em Foucault (2000), que entende “dispositivo” como uma rede de elementos técnicos, discursivos e institucionais, podemos compreender que esses intérpretes operam com ferramentas improvisadas, criando suportes linguísticos para lidar com situações complexas – como a explicação de termos médicos ou jurídicos. Para além da linguagem verbal, muitos recorrem a recursos multimodais (gestos, mímicas e recursos visuais) para suprir lacunas terminológicas ou facilitar o entendimento de expressões mais sofisticadas.

Esses dispositivos não se limitam à tradução literal, mas integram um processo mais amplo de negociação de sentidos. Os presos-intérpretes articulam diferentes ferramentas linguísticas e culturais para assegurar que a comunicação seja bem-sucedida, mesmo em contextos de grande assimetria.

Destaco ainda os modos de falar, conceito explorado por Jacquemet, que vão além da pronúncia: envolvem vocabulário, escolha de expressões e adaptações comunicativas conforme o contexto social. No ambiente prisional, isso pode significar o uso de gírias ou expressões específicas que indicam pertencimento a um grupo nacional ou étnico. Observou-se, por exemplo, o uso de igbo ou hauçá entre internos africanos – mesmo na presença de presos latino-americanos –, bem como o uso de gírias em português ao interagir com servidores.

Assim, evidencia-se que o modo de falar constituiu também e sobretudo um marcador identitário. A prisão, enquanto espaço de controle, também abriga práticas de resistência, e a preservação das variedades linguísticas pode funcionar como afirmação cultural. Mesmo na tentativa de adaptação ao português, os presos-intérpretes frequentemente mantêm traços de suas línguas maternas como forma de resistência e de afirmação de sua identidade (Foucault, 2000; Goffman, 1967; Gumperz, 1982).

A IC no cárcere, ao articular práticas metapragmáticas, dispositivos tecnolinguísticos e multimodais (dicionários, Google Tradutor, papel, caneta, gestos, mímicas, sons emitidos, desenhos etc.) e modos de falar, não se reduz à mediação linguística. Trata-se de uma prática profundamente atravessada por processos de construção de sentido e por relações ora de poder, ora de solidariedade. Como aponta Jacquemet, interpretar é um processo dinâmico, que envolve ajustes e escolhas marcadas pelas tensões culturais, sociais e políticas do contexto prisional.

Nesse sentido, a atuação dos presos-intérpretes torna-se uma ferramenta essencial tanto para a manutenção da ordem social quanto estratégia de resistência e adaptação. Por meio da linguagem, esses sujeitos marginalizados conseguem negociar significados, garantir a comunicação e construir suas próprias representações sociais no interior de uma instituição que tenta silenciá-los.

A análise dessas interações revelou que a IC no cárcere, ao articular práticas metapragmáticas, dispositivos tecnolinguísticos e modos de falar, não se limita à função instrumental da tradução entre línguas. Trata-se de um fenômeno vinculado à construção de sentidos e às dinâmicas institucionais que organizam o cotidiano prisional. O estudo mostra que os presos-intérpretes operam como mediadores fundamentais na circulação de informações, no acesso a direitos e na manutenção da comunicação entre diferentes setores da prisão. Assim, esta pesquisa contribui para compreender a interpretação como uma prática situada e socialmente condicionada, conforme apontam Jacquemet (2005) e Baixauli-Olmos (2017), e oferece subsídios teóricos e metodológicos para investigações sobre mediação linguística em contextos institucionais, sempre marcados por assimetrias de poder.

Ao identificar os elementos transidiomáticos presentes nas interações – como alternância de línguas, recursos multimodais como uso de gestos, mediações por aplicativos e outras práticas tecnolinguísticas –, o estudo evidencia a complexidade

comunicativa que atravessa o ambiente prisional. Nesse cenário, a atuação dos presos-intérpretes assume também um papel formativo: ao mediar interações, esses sujeitos mobilizam competências linguísticas, habilidades comunicativas e conhecimentos interculturais que muitas vezes não são reconhecidos formalmente, mas que contribuem para sua reinserção social e para a construção de uma identidade valorizada dentro da instituição.

Essa perspectiva será aprofundada no capítulo 8, que discute os limites e as possibilidades para interpretação prisional. Ao considerar a mediação linguística como uma prática que pode compor estratégias de ressocialização, o capítulo examina como o reconhecimento institucional dos presos-intérpretes pode favorecer trajetórias de responsabilização, pertencimento e reabilitação. Ao mesmo tempo, serão discutidas as fragilidades desse arranjo, como a ausência de regulamentação e a falta de formação adequada. A análise busca, assim, refletir sobre como políticas linguísticas voltadas ao contexto prisional poderiam incorporar práticas interpretativas como parte de programas mais amplos de educação, capacitação e valorização da diversidade linguística no sistema penal.

7.4

Ecos do campo: reflexões a partir dos resultados da pesquisa na Penitenciária de Itai

Os resultados deste estudo evidenciaram questões cruciais que demandam reflexão e debate. Foi um longo percurso até que os dados de campo possibilitassem retomar os questionamentos iniciais sobre como migrantes estrangeiros e servidores interagem no contexto plurilíngue do sistema prisional, e quais práticas metapragmáticas, modos de falar e dispositivos tecnolinguísticos emergem nas interações transidiomáticas em contextos médicos, religiosos, jurídicos e escolares.

A análise dos dados confirmou a pertinência dos referenciais teóricos em IC e das abordagens metodológicas da Sociolinguística Interacional. Além disso, o processo exigiu não apenas flexibilidade e sensibilidade para lidar com situações delicadas, mas também intensa mobilização da administração penitenciária local e colaboração ativa dos servidores, fundamentais para a viabilização dos procedimentos.

A preparação do material de campo e a condução rigorosa das etapas exigiram grande empenho da pesquisadora, garantindo uma base sólida para a análise.

Cabe destacar o caráter coletivo deste trabalho, que envolveu não apenas os participantes diretos, mas também a complexa dinâmica carcerária de Itaí. Servidores, gestores, médicos, professores, líderes religiosos, migrantes, representantes da SAP regional, tradutores, intérpretes – e até pessoas que contribuíram com a logística e acomodação durante o campo – participaram desse processo.

À luz dos resultados, impõe-se uma reflexão sobre os caminhos e obstáculos evidenciados, bem como sobre os sentidos e possíveis aplicações dos achados. Os dados revelam tanto as possibilidades quanto os limites vivenciados por migrantes, servidores e seus pares nas interações institucionais. Ressoam, a partir dessas experiências, a ausência de políticas governamentais voltadas à formação e profissionalização do intérprete comunitário, bem como a falta de reconhecimento, por parte do Estado, da relevância dessa atuação nos serviços públicos – o que incluiria remuneração adequada e seu enquadramento formal como profissão regulamentada.

Os resultados deste estudo reforçam a urgência de reconhecer a IC como profissão formal no Brasil. Apesar de sua importância para garantir comunicação entre falantes de diferentes línguas – especialmente em contextos como saúde, justiça, educação e sistema prisional –, a profissão segue não regulamentada e ausente das políticas públicas.

O Projeto de Lei nº 5.182/2020, em tramitação no Senado, representa um avanço ao propor a regulamentação da atividade, com diretrizes para formação, certificação e remuneração de intérpretes. A ausência dessa regulamentação revela a negligência histórica do Estado diante da diversidade linguística nacional, afetando diretamente populações indígenas, migrantes e falantes de línguas minoritárias que enfrentam barreiras de acesso a direitos fundamentais.

No sistema prisional, como evidenciado no caso de Itaí, a falta de intérpretes qualificados agrava a exclusão social de presos que não dominam o português, comprometendo sua reintegração e acesso a serviços essenciais. A proposta do PL, ao prever núcleos especializados em interpretação e a obrigatoriedade de intérpretes em instituições públicas, visa a corrigir essas lacunas e garantir inclusão linguística.

A formalização da profissão transformaria sua percepção social, rompendo com a ideia equivocada de que se trata de uma ajuda voluntária. Para isso, é necessário investir em formação superior específica, articulação com universidades,

criação de políticas descentralizadas e estratégias regionalizadas de qualificação, respeitando a pluralidade linguística do país.

O Brasil, embora em era da superdiversidade, ainda opera sob uma ideologia monolíngue, que marginaliza comunidades não lusófonas. A regulamentação da IC pode marcar uma virada na política linguística nacional, promovendo justiça, equidade e participação social para todos, independentemente da língua que falem.

A consolidação dessa profissão requer articulação entre Estado, universidades e sociedade civil, com ações formativas permanentes e valorização institucional. A proposta do PL 5.182/2020, se aprimorada e implementada com sensibilidade regional, representa uma oportunidade histórica para garantir os direitos linguísticos das populações mais vulneráveis no Brasil.

Trata-se agora, a partir dos dados do campo e da proposta do PL, de propor mecanismos que provoquem instâncias superiores a reconhecer essa necessidade. Uma das propostas pensadas nesse estudo é refletir acerca de uma via de mão dupla, na qual a justiça se beneficie da atuação dos intérpretes em diversas situações e, simultaneamente, os migrantes que, ao exercerem essa função, possam remir parte da pena ou ser remunerados pelo trabalho. Essa dinâmica contribuiria para a reinserção social dos detentos e promoveria uma transformação na representação social da IC, afastando-a da visão equivocada de mera ajuda voluntária e da naturalização dessa prática dentro do presídio.

A proposta, apesar das limitações do contexto atual, aponta para uma alternativa viável no sistema prisional. A implementação contribuiria para transformar a IC em profissão essencial, garantindo atuação profissional e ética. Assim, a proposta vai além de uma resposta emergencial, pois ao sugerir uma reconfiguração institucional dos papéis linguísticos no sistema penal, reconhece a mediação linguística como peça-chave para a justiça e inclusão.

Ao pensar a mediação linguística como um elemento estruturante para a justiça e inclusão, torna-se fundamental observar como esses princípios operam em contextos reais. A Penitenciária de Itaí oferece um exemplo emblemático, no qual questões de superdiversidade e ausência de políticas linguísticas se entrelaçam nas práticas cotidianas.

7.4.1

Superdiversidade e mediação linguística no cárcere: princípios aplicados à penitenciária de Itaí

Retomando conceitos discutidos neste estudo, vale destacar que, para Moita Lopes (2019), a sociedade contemporânea é marcada por um entrelaçamento complexo de relações sociais e históricas, que se desenrolam em um cenário multifacetado – um contexto que ultrapassa as categorias tradicionais de etnicidade e territorialidade. O autor conceitua esse novo arranjo como um mundo globalizado e desterritorializado, no qual as configurações sociais devem ser compreendidas também sob uma perspectiva linguística. Nesse cenário, comunidades são atravessadas por zonas de contato e fronteiras – espaços de interações intensas, múltiplas e dinâmicas. Essas interações, por sua vez, produzem fenômenos linguísticos rizomáticos: formas de expressão que se expandem e se entrelaçam sem um centro fixo, refletindo a porosidade e a constante transformação das sociedades contemporâneas.

Essas transformações estão intimamente ligadas ao conceito de superdiversidade, proposto por Steven Vertovec (2007), que amplia a noção de diversidade cultural e linguística ao incorporar, além de etnia e nacionalidade, variáveis como classe, gênero, status migratório, práticas religiosas e, sobretudo, linguagem. A superdiversidade constitui, assim, um campo analítico fundamental para compreender as novas formas de organização social resultantes da mobilidade global de pessoas, línguas e textos.

Dialogando com essa noção, Moita Lopes (2019) oferece uma crítica contundente às teorias linguísticas de matriz modernista, que concebem a linguagem como um sistema autônomo e estável. Segundo ele, tais abordagens ignoram as ideologias linguísticas dos falantes e reforçam o ideal de uma língua homogênea, ancorada no modelo de Estado-nação. Esse ideal desconsidera os usos reais e situados da linguagem, bem como as desigualdades sociais, raciais e de gênero que atravessam as práticas discursivas cotidianas.

Complementando essa discussão, Silverstein (2015) observa que os comportamentos linguísticos característicos da superdiversidade ainda não são plenamente reconhecidos pelas instituições estatais. Esse descompasso revela uma lacuna entre a fluidez das práticas comunicativas vividas e a rigidez das normas oficiais. As formas plurilíngues e híbridas de expressão, emergentes da convivência

entre diferentes comunidades, desafiam estruturas políticas, jurídicas e educacionais baseadas na padronização.

Na mesma linha, Pratt (2013) propõe uma crítica à chamada “linguística da comunidade”, que tende a homogeneizar as práticas linguísticas, defendendo, em contrapartida, uma “linguística de contato” voltada às interações entre sujeitos em contextos marcados por desigualdade. A autora introduz o conceito de “zona de contato” para designar esses espaços de convivência e negociação de sentidos, frequentemente atravessados por assimetrias de poder, mas também por trocas simbólicas, resistências e reconfigurações identitárias.

Essa concepção da linguagem como prática social viva e situada, presente nas obras de Moita Lopes, Silverstein e Pratt, oferece elementos importantes para compreender a centralidade das práticas linguísticas em contextos de múltiplas formas de diversidade. Aplicando essas reflexões ao sistema prisional, torna-se evidente que os presídios funcionam como microcosmos da superdiversidade contemporânea.

No caso da Penitenciária Cabo PM Marcelo Pires, essa configuração se manifesta na convivência forçada entre indivíduos de diferentes origens regionais, étnicas, sociais e linguísticas. Os detentos, oriundos de localidades diversas e com trajetórias de vida heterogêneas, compartilham o mesmo espaço restrito e precisam cotidianamente negociar formas de convivência e comunicação. Trata-se de um ambiente em que zonas de contato se materializam em todos os espaços nas interações entre presos, entre presos e agentes, e entre presos e seus familiares.

Nesse contexto, emergem repertórios linguísticos híbridos, compostos por gírias prisionais, registros formais e informais, expressões regionais, termos jurídicos ressignificados empiricamente, além da comunicação mediada por tecnologias, como cartas e telefonemas. Tais interações podem ser analisadas à luz das práticas transidiomáticas, conforme propõe Jacquemet (2005), nas quais múltiplos códigos e modos de comunicação se entrelaçam para responder às exigências de um espaço simultaneamente regulado e socialmente dinâmico.

Como mostra a pesquisa, a mediação linguística, nesse cenário, revela-se essencial. Vimos que presos atuam como tradutores e intérpretes *ad hoc* entre diferentes grupos, discursos e realidades, promovendo a circulação de sentidos entre mundos muitas vezes desconectados. Essa mediação é, ao mesmo tempo, linguística, cultural e política, pois viabiliza a interpretação das normas

institucionais, possibilita a articulação de reivindicações e sustenta redes de solidariedade.

Na Penitenciária de Itaí, em particular, não se observa uma atuação articulada do crime organizado, o que contribui para um ambiente relativamente menos violento em comparação com outras unidades prisionais. A convivência entre migrantes de diferentes línguas e culturas não se configura, nesse caso, como fator gerador de conflito. Essa percepção baseia-se em um ano de pesquisa de campo e convivência direta com os detentos. Observamos que a superdiversidade se manifesta, sobretudo, na formação de grupos por afinidades culturais ou regionais, nas trocas linguísticas cotidianas e nos modos de convivência estabelecidos. Tais dinâmicas revelam um espaço de constante negociação, onde identidades e relações sociais são continuamente construídas e reconstruídas.

Vale ressaltar que todas as unidades prisionais já devem ser compreendidas como um espaço superdiverso, no qual circulam múltiplas formas de ser, falar e viver. Essa diversidade não se restringe à heterogeneidade visível dos corpos, mas se expressa, principalmente, nas formas de comunicação, nas interações cotidianas e nas estratégias de adaptação que emergem sob condições extremas. Assim, na Penitenciária Cabo PM Marcelo Pires, vivencia-se uma camada a mais dessa superdiversidade: a linguística e cultural. Diante desse panorama, como vimos, torna-se evidente que a presença de intérpretes e mediadores linguísticos e culturais no contexto prisional não é apenas uma medida de acessibilidade, mas uma necessidade estrutural para garantir direitos, promover justiça e facilitar a convivência em ambientes marcados pela superdiversidade. Em instituições como a de Itaí, onde coexistem diferentes repertórios linguísticos, saberes locais e regimes normativos, a mediação linguística atua como relação entre universos discursivos muitas vezes distantes – entre o jurídico e o popular, o institucional e o informal, o regional e o nacional. Por isso, reafirmamos que a ausência de mediação qualificada pode gerar incompreensões significativas, comprometendo desde o acesso à defesa jurídica até à das regras internas da prisão. Mais do que traduzir palavras, o intérprete e mediador traduz mundos – capta sentidos situados, interpreta nuances culturais e cria zonas de entendimento entre sujeitos atravessados por desigualdades e silenciamentos históricos.

Assim, reconhecer e institucionalizar a mediação linguística e cultural especialmente nas prisões significa afirmar a linguagem como direito e como

ferramenta de agência social. Trata-se também de um passo decisivo para humanizar o sistema penitenciário e enfrentar as camadas de exclusão que operam sobre os corpos e vozes daqueles que vivem em espaços de confinamento. Em todos os ambientes em que a linguagem desempenha um papel de sobrevivência e posicionamento, a presença de intérpretes e mediadores linguísticos representa não um privilégio, mas uma urgência ética e política e uma resistência.

O termo “resistência”, aqui, deve ser compreendido em sua dimensão sociopolítica: trata-se da capacidade de reagir a processos de silenciamento e marginalização, sobretudo por parte de sujeitos migrantes. Essa resistência manifesta-se tanto na possibilidade de se expressar e ser compreendido quanto na apropriação da linguagem como forma de ação e reivindicação. Se a resistência se expressa no direito à palavra e na apropriação da linguagem como instrumento de ação, é no cotidiano das prisões que ela pode ganhar força e significado. A proposta de formar presos migrantes como intérpretes comunitários é um exemplo disso – e será discutida a seguir à luz das limitações e alternativas possíveis no contexto prisional.

7.4.2

Formação de presos migrantes como intérpretes comunitários: desafios e alternativas no contexto prisional

A formação de presos migrantes como intérpretes comunitários surge como uma alternativa viável para suprir a falta de mediação linguística no sistema prisional. Embora as penitenciárias reconheçam a necessidade de mediação linguística, a atuação dos presos em funções sensíveis, como a tradução e interpretação, pode gerar apreensão, principalmente devido ao estigma associado ao papel do detento e às possíveis implicações para a segurança e a ordem interna. A desconfiança surge de um receio de que a presença de presos em funções de mediação linguística possa ser interpretada como uma quebra nas normas hierárquicas do ambiente prisional. Além disso, o desafio de garantir a confidencialidade e a imparcialidade – aspectos essenciais na prática da interpretação – é acentuado em um contexto prisional, onde as relações de poder são intensamente hierarquizadas. Essas questões exigem reflexões e soluções cuidadosas, como a adoção de protocolos precisos de segurança, supervisão

contínua e a implementação de treinamentos especializados que abordem tanto a competência linguística quanto a gestão de dinâmicas sociais complexas.

Para que essa proposta seja viável, é necessário organizá-la em dois momentos articulados. O primeiro é mais amplo e envolve a criação e implementação de políticas públicas de profissionalização e academização da profissão de intérprete comunitário. Isso inclui a formação de intérpretes em cursos específicos, a criação de mecanismos legais de certificação e a estruturação de processos públicos de contratação para atuação em diferentes setores do serviço público – como saúde, justiça, educação, assistência social e, inclusive, sistema prisional. Esse reconhecimento institucional é essencial para garantir a qualidade e a legitimidade da mediação linguística em contextos de alta complexidade. O segundo momento diz respeito à aplicação dessas políticas no âmbito penitenciário, o que demanda uma abordagem mais específica e articulada com instituições que atuam diretamente nesse contexto, como será discutido adiante.

Diante disso, propõe-se um modelo que articule políticas públicas de profissionalização, academização e inserção institucional do intérprete comunitário. O objetivo é não apenas garantir a presença desses profissionais nos espaços onde são necessários, mas também assegurar a qualidade e a legitimidade de sua atuação por meio de processos formais de formação e certificação. Esse modelo parte do princípio de que o intérprete comunitário não é apenas um mediador linguístico, mas também um agente de transformação social, cuja atuação pode contribuir para o enfrentamento de desigualdades estruturais produzidas e reproduzidas por barreiras linguístico-culturais.

O fluxograma a seguir organiza visualmente essa proposta em uma sequência lógica de etapas, que transcrevo a seguir. A primeira etapa consiste na formulação e implementação de políticas públicas voltadas à profissionalização do intérprete comunitário, tanto no setor público quanto no privado. Essas políticas devem estabelecer diretrizes para a criação de cursos, programas de formação e mecanismos de contratação, com o envolvimento de instituições públicas, universidades e organizações da sociedade civil. Em seguida, ocorre a academização do intérprete comunitário, etapa em que se oferece formação teórica e prática em instituições de ensino, preparando os profissionais para atuar em contextos complexos e eticamente sensíveis. Após essa formação, os intérpretes devem ser submetidos a um exame de certificação, que funcione como um critério

de validação de suas competências. Com a certificação, os intérpretes ficam aptos a atuar oficialmente em diferentes setores públicos.

Vejamos agora o fluxograma abaixo que sintetiza a ideia apresentada:

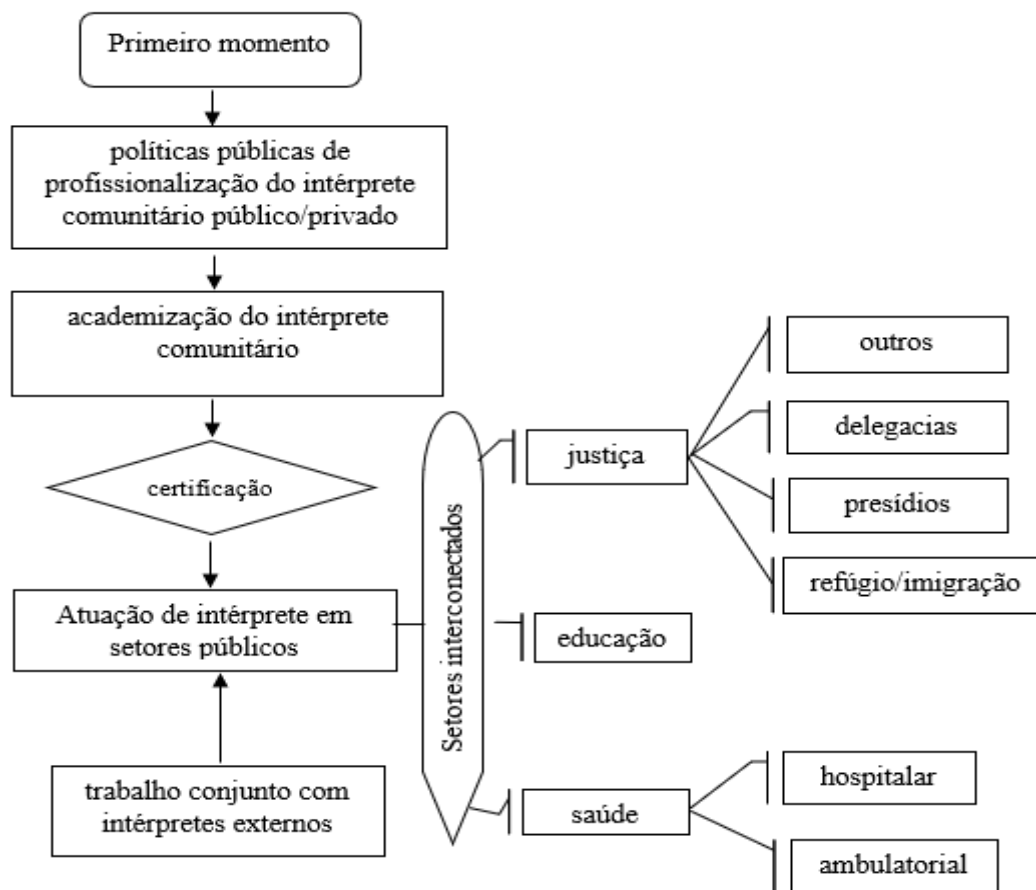


Figura 33 – Fluxograma de constituição da profissão do intérprete

Fonte: Autora, 2025.

As principais áreas de atuação dos intérpretes comunitários são justiça, assistência social, educação e saúde, estando todas interconectadas. Na justiça, atuam em delegacias, tribunais, presídios e serviços de imigração; na assistência social, nos Centros de Referência (CRAS/CREAS); na saúde, em contextos hospitalares e ambulatoriais; e na educação, facilitam o aprendizado e o diálogo escolar de quem não tem proficiência em português. Essa articulação evidencia a necessidade de uma política pública transversal de inclusão linguística.

A formação de intérpretes comunitários na Penitenciária de Itaí representa um segundo momento do processo, pautado por padrões institucionais e princípios éticos. Trata-se de uma estratégia promissora para garantir o respeito à diversidade linguística e o atendimento adequado aos presos migrantes. Em um cenário ideal,

essa proposta se expandiria para uma formalização mais ampla da IC profissional no sistema prisional. Abaixo, apresento um fluxograma que ilustra esse percurso em suas versões ampla, restrita e completa.

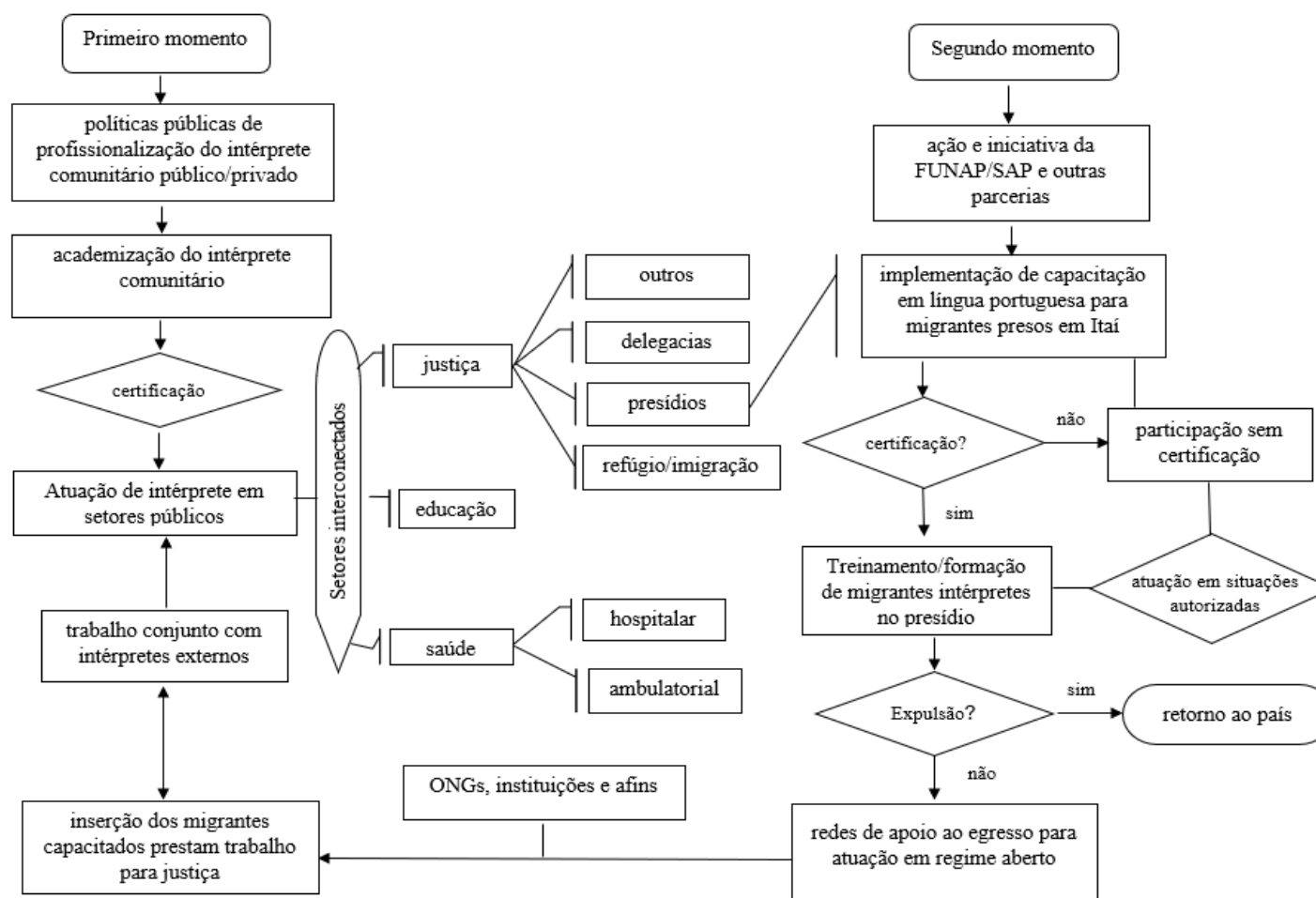


Figura 34 – Fluxograma de constituição da profissão de intérprete comunitário e proposta de atendimento ao presídio de Itaipu

Fonte: Autora, 2025.

7.5

Intérpretes comunitários no sistema prisional de Itaí: insights sobre o treinamento como uma ação estratégica de curto prazo

O mapeamento e a sistematização linguística realizados nessa penitenciária tiveram como objetivo identificar a multiplicidade de línguas faladas entre os detentos migrantes. Esse levantamento possibilitou compreender a prevalência de determinadas línguas no cotidiano prisional, abrindo caminho para a aplicação da mesma metodologia na identificação de presos que possuam habilidades específicas em tradução e interpretação.

A partir dessa análise, é possível localizar de maneira eficiente os detentos que já atuam como intérpretes em situações informais dentro da penitenciária e em contextos judiciais, conforme revelado nas entrevistas e nas análises realizadas neste estudo. Esses indivíduos poderiam ser prontamente direcionados a funções formais de mediação linguística, recebendo treinamento especializado e estruturado. Esse processo de mapeamento, quando integrado aos sistemas internos de gestão prisional, permitiria que servidores localizassem com rapidez os presos aptos à mediação linguística, otimizando sua alocação em tarefas compatíveis com suas competências linguísticas.

O treinamento, por sua vez, teria como finalidade aprimorar essas habilidades de mediação, garantindo que as necessidades comunicativas no ambiente prisional e nas interações com o sistema de justiça fossem atendidas com precisão e respeito aos direitos fundamentais. Como vimos, ao incorporar esse processo à rotina institucional da penitenciária, não apenas se enfrentaria uma lacuna crítica de comunicação, mas também se promoveria o direito de acesso à justiça e aos serviços essenciais a todos os detentos, independentemente da língua que falam. O modelo proposto, portanto, além de fortalecer a estrutura comunicacional da penitenciária, contribuiria para a construção de um sistema de justiça mais inclusivo, sensível à diversidade linguística e alinhado a princípios democráticos.

A consolidação de um programa com essas características exige planejamento cuidadoso e a adaptação dos conteúdos formativos às especificidades do ambiente prisional. O curso deve ser funcional, prático e acessível, composto por módulos de curta duração, com foco em contextos/situações frequentes como saúde, segurança, educação e justiça. O material didático precisa ser elaborado em linguagem simples

e objetiva, com o uso de recursos audiovisuais sempre que possível, a fim de facilitar a compreensão e maximizar o aproveitamento. A elaboração e execução do curso demandam parcerias com universidades e organizações especializadas em mediação linguística, que possam contribuir com docentes capacitados, materiais e metodologias apropriadas ao contexto de vulnerabilidade social em que se inserem os presos.

Tais colaborações também podem envolver associações profissionais de tradutores e intérpretes, que ofereceriam subsídios técnicos para a definição de parâmetros éticos e formativos, bem como para a qualificação dos profissionais envolvidos no treinamento. No entanto, essas parcerias, ainda que fundamentais para garantir a qualidade da formação, evocam a problemática histórica do trabalho voluntário na área da IC. A recorrente dependência de contribuições não remuneradas, sobretudo em contextos de vulnerabilidade, reproduz um padrão que desvaloriza o trabalho do intérprete e do formador. Reconhecer essa contradição é parte do esforço de ressignificação da IC como prática legítima e profissionalizável. A proposta de formação apresentada aqui, ao prever mecanismos como a possibilidade de remuneração ou a remição de pena para os presos-intérpretes, pode representar um marco inaugural nesse processo de institucionalização e valorização do ofício.

No âmbito das políticas públicas, instituições como a FUNAP, vinculada à Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, podem desempenhar papel central na viabilização e execução do programa. A fundação já atua em projetos de educação, qualificação profissional e reintegração social, com foco na ressocialização e na redução da reincidência. Em colaboração com a SAP, a FUNAP poderia incorporar o programa de formação de intérpretes comunitários ao seu portfólio de ações, contribuindo com infraestrutura, recursos humanos e articulação institucional. A SAP, por sua vez, exerceria papel estratégico na integração do programa às diretrizes do sistema penitenciário paulista, garantindo sua consonância com os regulamentos e metas institucionais.

A seleção dos participantes para o treinamento deve ser criteriosa, considerando suas competências linguísticas, histórico educacional e nível de comprometimento. Entrevistas e avaliações de desempenho podem ser utilizadas para essa triagem, priorizando presos que demonstrem capacidade de atuação responsável e ética. A formação deve incluir, além de aspectos técnicos da

interpretação, conteúdos voltados à ética profissional, com ênfase em princípios como confidencialidade, adequação e precisão. Esses valores são particularmente sensíveis no contexto prisional, onde as interações são marcadas por desigualdades e tensões constantes, e onde o intérprete assume papel de mediação em situações críticas.

É igualmente importante assegurar que os presos-intérpretes recebam suporte contínuo, incluindo acompanhamento, avaliações periódicas e oportunidade de reciclagem e atualização. O exercício da mediação linguística, sobretudo em um ambiente de privação de liberdade, pode ser emocionalmente desgastante. Por isso, o programa deve incluir também mecanismos de apoio psicológico aos intérpretes, a fim de prevenir o adoecimento e o trauma vicário promovendo o bem-estar daqueles que assumem esse papel. A atuação do preso-intérprete não deve ser exploratória ou punitiva; ao contrário, deve ser reconhecida como prática qualificada, com condições de trabalho dignas e compatíveis com os direitos humanos.

Ainda que a proposta se coloque como um avanço significativo, ela não está isenta de contradições. Ao se apoiar em colaborações voluntárias e na lógica da autogestão por parte dos presos, o modelo proposto ainda reflete a ausência de uma política pública consolidada de mediação linguística no sistema prisional. No entanto, é necessário iniciar o processo de institucionalização da função do intérprete comunitário prisional por meio de iniciativas como essa, que ao menos sinalizam a possibilidade de reconhecimento, valorização e profissionalização dessa prática.

A proposta também demonstra um potencial multiplicador: além de favorecer a ressocialização dos detentos, melhoraria a comunicação em atendimentos médicos, administrativos e jurídicos, e prepararia os presos migrantes para uma eventual atuação futura como intérpretes em contextos externos, como instituições de apoio ou, em casos de expulsão, junto a organismos judiciais em seus países de origem. Assim, mesmo diante das limitações, essa formação representa uma via concreta para o fortalecimento da justiça linguística.

Para consolidar esse projeto de maneira crítica e fundamentada, seria essencial que os formadores desses migrantes como intérpretes considerassem as múltiplas dimensões que envolvem a formação e a atuação do intérprete prisional. O modelo analítico de Baixauli-Olmos (2017) propõe a leitura da prática

interpretativa a partir das dimensões do microssistema, mesossistema, exossistema, macrossistema, cronossistema e topossistema que serviria para pensar o que poderia ser considerado na formação do intérprete prisional assim como do migrante-intérprete como preso e como mediador linguístico nesse contexto. Relembrando esses expedientes, podemos dizer que, grosso modo, no microssistema, ocorre o nível das interações face a face, em que o intérprete atua sob pressão; no caso do migrante encarcerado, essa tensão poderia ser até maior já que ele atua simultaneamente na posição de recluso e de mediador. Na dimensão do mesossistema, Baixauli-Olmos localiza os nexos entre os microssistemas, isto é, interações que não envolvam diretamente o intérprete. Nesse nível, encontra-se o espaço físico (a instituição prisional) *per se* e a constelação de relações profissionais do intérprete fora da interação específica. A atuação do migrante-intérprete no mesossistema é afetada pelas estruturas e práticas institucionais da penitenciária. A forma como o sistema prisional reconhece ou marginaliza a presença dos migrantes, suas línguas e culturas, reflete diretamente no papel que esses indivíduos desempenham como intérpretes. A ausência de reconhecimento formal e de políticas linguísticas explícitas pode resultar em uma subvalorização do trabalho do migrante-intérprete, forçando-o a atuar de maneira informal ou voluntária, sem os devidos direitos ou reconhecimento. Na Penitenciária de Itaí, a mediação linguística feita por migrantes-intérpretes é vista apenas como uma ajuda, e não como uma função profissional formal. O sistema prisional não reconhece nem valoriza as línguas e culturas dos migrantes, o que limita a qualidade e a eficácia da mediação linguística, tratando-a como uma prática acessória em vez de uma necessidade essencial para a comunicação no ambiente prisional.

Já o exossistema contempla os fatores externos que afetam a prática, como a ausência de políticas públicas, as condições precárias do cárcere e a burocracia institucional, que restringem a atuação dos intérpretes. No macrossistema, entram em cena as ideologias dominantes, como o monolinguismo institucional e o apagamento das línguas de migrantes, indígenas e africanas, que sustentam a marginalização dos intérpretes comunitários. O cronossistema permite observar como processos históricos e mudanças sociais moldam as práticas interpretativas ao longo do tempo, ressaltando a urgência de institucionalizar a mediação linguística no cárcere. Por fim, o topossistema aponta para a variação espacial do papel do intérprete, cuja legitimidade pode ser afirmada ou negada conforme o

espaço onde atua, exigindo uma adaptação constante às normas e expectativas de cada contexto.

Esse modelo analítico evidencia que a formação de intérpretes comunitários prisionais precisa ir além da competência linguística, incorporando os aspectos político-sociais, éticos, culturais, situacionais e institucionais que permeiam a prática interpretativa em contextos de privação de liberdade. A qualificação dos presos-intérpretes, articulada com essas múltiplas dimensões, potencializa não apenas sua atuação, mas também contribui para a construção de práticas mais justas, inclusivas e sensíveis às complexidades da comunicação intercultural no sistema prisional. Ainda que esta pesquisa não tenha se concentrado diretamente na temática da formação de intérpretes comunitários, as discussões aqui apresentadas são válidas e contribuem significativamente para esse campo. Ao explorar as dinâmicas das interações com ou sem mediação linguística na Penitenciária de Itaí, e ao analisar as dificuldades que emergem nesse contexto, o estudo evidencia a urgência de mecanismos mais eficazes de mediação linguística qualificada.

7.6

A Interpretação Comunitária Prisional no Brasil: discussões e questionamentos à luz de iniciativas locais e internacionais

Diante da pluralidade linguística observada em Itaí, impõe-se um desafio significativo: como garantir a presença de intérpretes para uma ampla gama de línguas, inclusive aquelas de menor difusão, no contexto da penitenciária local e em outras instituições semelhantes. No caso dos migrantes, essa diversidade envolve não apenas línguas estrangeiras, mas também variedades e línguas indígenas faladas pelos presos. A criação de núcleos especializados em IC pode representar um caminho viável, embora enfrente obstáculos que exigem análise criteriosa. Importa ressaltar que o objetivo não é promover uma lógica filantrópica, ainda que práticas voluntárias possam coexistir com propostas mais estruturadas. O que se busca evidenciar é a necessidade de ressignificar a representação social da IC, reconhecendo-a como uma profissão legítima e essencial à formulação de políticas públicas para a formação e atuação desses profissionais, especialmente no sistema prisional. Para isso, o Estado precisa enfrentar não apenas limitações financeiras e logísticas, mas também o descaso histórico que impede a alocação adequada de recursos em áreas remotas ou de difícil acesso. É urgente uma

abordagem estratégica que concilie viabilidade econômica e estrutura adequada ao atendimento linguístico nos diversos contextos regionais.

Primeiramente, o Estado deve adotar uma perspectiva de planejamento integrado, priorizando as necessidades de IC para atender populações vulneráveis e situações urgentes.

Nesse sentido, propõe-se a criação de uma rede descentralizada de intérpretes comunitários, por meio de núcleos especializados no sistema penitenciário e em instituições de apoio como universidades e centros de formação técnica. Para sua efetividade, é necessário um diagnóstico sociolinguístico que identifique quantos usuários há, quais línguas falam, onde estão localizados e em que contextos a interpretação é necessária. Esses núcleos poderiam reunir intérpretes com competências linguísticas e culturais diversas, respondendo com mais precisão às demandas da população carcerária, especialmente de migrantes e falantes de línguas minoritárias. Diante dos desafios locais, torna-se pertinente observar como outros países enfrentam demandas semelhantes, oferecendo possíveis caminhos e lições aplicáveis ao contexto brasileiro.

No Reino Unido, por exemplo, núcleos de interpretação em hospitais e clínicas atendem populações migrantes com o apoio do National Register of Public Service Interpreters (NRPSI), que capacita profissionais para contextos de alta complexidade comunicativa. No entanto, é essencial que as soluções brasileiras considerem as especificidades locais, evitando a simples reprodução de modelos oriundos de países ricos.

A título de exemplo, menciono o Peru que, semelhante ao Brasil, não é um país pobre no sentido absoluto, mas há uma parcela significativa da população que vive em condições de pobreza relativa, e o país ainda precisa superar desigualdades e investir em desenvolvimento social. A IC no Peru tem se consolidado como uma estratégia essencial para garantir os direitos linguísticos das populações indígenas, especialmente nos campos da justiça, saúde e educação. Trata-se de uma política de Estado voltada à promoção da equidade linguística e ao reconhecimento da diversidade cultural, com 48 línguas indígenas oficialmente reconhecidas.

Nesse contexto, coexistem diferentes modelos de atuação:

- O modelo institucional, coordenado pelo Ministério da Cultura, certifica intérpretes indígenas para atuar em audiências judiciais, delegacias, postos de saúde e outros órgãos públicos, conforme a Lei n.º 29735. Esses profissionais recebem

formação técnica voltada à ética, ao vocabulário especializado e aos direitos linguísticos, tendo sua atuação registrada em base pública.

– O modelo comunitário, de caráter mais informal, envolve mediadores bilíngues – como professores, líderes indígenas e agentes de saúde – que atuam em situações cotidianas, embora sem reconhecimento oficial ou políticas adequadas de formação e remuneração.

– Entre ambos, há iniciativas híbridas que reúnem instituições públicas, universidades e organizações civis para formar intérpretes com sensibilidade intercultural, integrando saberes tradicionais e técnicas contemporâneas, com foco em uma mediação ética e crítica.

Apesar dos avanços, persistem desafios: a cobertura concentra-se nas línguas mais faladas (quéchua e aimara), o número de intérpretes é insuficiente para áreas remotas, e ainda faltam continuidade política, investimentos em infraestrutura e respeito às formas comunicativas locais. Mesmo com essas limitações, o Peru oferece uma experiência consolidada que equilibra institucionalização e práticas autônomas, trazendo lições relevantes para países como o Brasil sobre o direito à palavra em contextos multilíngues e interculturais.

Inspirando-se em práticas internacionais consolidadas, o Brasil tem desenvolvido iniciativas próprias para enfrentar seus desafios linguísticos, como é o caso do Mobilang¹⁵⁴. O Grupo de Pesquisas e Práticas em Mobilidade e Línguas em Contato é uma iniciativa vinculada à Universidade UnB¹⁵⁵ que atua na interface entre práticas linguísticas e mobilidades sociais, desenvolvendo ações voltadas ao atendimento das necessidades linguísticas de populações em situação de vulnerabilidade, como migrantes, refugiados e indígenas. Por meio da articulação entre pesquisa acadêmica, extensão universitária e formação de intérpretes comunitários, o Mobilang busca promover os direitos linguísticos e fortalecer a IC como prática social e política.

Atualmente, o grupo mantém seis projetos em diferentes universidades brasileiras – UnB, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Estadual de

¹⁵⁴ Mobilang - Universidade de Brasília. “O Projeto Mobilang: Mediação Linguística e Cultural.” Disponível em: <https://www.mobilang.unb.br/>. Acesso em: 6 maio 2025.

¹⁵⁵ Universidade de Brasília. “Mobilang: Projeto de Formação de Intérpretes e Tradutores.” Disponível em: <https://noticias.unb.br/112-extensao-e-comunidade/4729-grupo-de-pesquisa-ajuda-a-redigir-projeto-de-lei-que-tramita-no-senado>. Acesso em: 6 maio 2025.

Campinas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Pelotas e Universidade Federal da Integração Latino-Americana – e prevê expansão para a Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Essa presença nacional demonstra sua capacidade de responder à diversidade e complexidade das demandas linguísticas do país. No entanto, é fundamental que essas experiências sejam descentralizadas e ampliadas, especialmente em contextos marcados por exclusão linguística e vulnerabilidade social, como o sistema prisional. A expansão do Mobilang deve integrar políticas públicas estruturantes que reconheçam o intérprete comunitário como agente essencial nos serviços públicos, evitando abordagens filantrópicas ou improvisadas.

A experiência do Mobilang pode, assim, servir como catalisador para a construção de redes colaborativas entre universidades, instituições públicas e movimentos sociais, voltadas não apenas à formação técnica, mas também ao fortalecimento político e profissional da IC como um direito e uma necessidade social. Além disso, diante dos desafios práticos para garantir a presença efetiva de intérpretes comunitários, sobretudo em contextos como o sistema prisional, é importante considerar soluções inovadoras que ampliem o alcance dos serviços linguísticos. Embora o Mobilang represente um avanço significativo, a complexidade e a extensão territorial brasileira exigem também alternativas inovadoras para garantir o acesso linguístico em todos os locais. Nesse cenário, a interpretação a distância desponta como uma solução capaz de superar limitações geográficas e ampliar o alcance dos serviços e surge como uma alternativa promissora para superar limitações geográficas e oferecer suporte qualificado mesmo em locais remotos ou com alta diversidade linguística, como é o caso de Itaí.

Por meio de tecnologias como videoconferências e chamadas de áudio, intérpretes qualificados podem atuar remotamente, ampliando o acesso a serviços linguísticos. Contudo, essa modalidade enfrenta desafios, como a qualidade da comunicação afetada por falhas técnicas e a ausência de elementos não verbais essenciais para a compreensão em contextos sensíveis. Portanto, é fundamental investir tanto no treinamento específico de intérpretes para ambientes virtuais quanto na infraestrutura tecnológica das penitenciárias. Para viabilizar esses investimentos e garantir qualidade na interpretação remota, torna-se fundamental articular parcerias com universidades e centros especializados, que podem

contribuir tanto na formação quanto no desenvolvimento tecnológico das penitenciárias.

Nesse sentido, destaca-se o desenvolvimento do aplicativo Linguagem Universal Acessível (LUA)¹⁵⁶, idealizado por pesquisadoras do Instituto de Letras da UnB, especialmente do grupo Mobilang. Concebido como uma ferramenta de mediação linguística em contextos institucionais, o LUA permite que agentes públicos solicitem, de forma remota e segura, a atuação de intérpretes comunitários cadastrados. Com interfaces acessíveis, recursos multilíngues e gerenciamento dos atendimentos, o aplicativo representa uma inovação voltada à promoção da acessibilidade linguística nos serviços públicos. Testado inicialmente com populações indígenas Warao, em parceria com o ACNUR, o projeto exemplifica como as universidades podem atuar na superação de limitações linguísticas e na consolidação de políticas públicas inclusivas.

Experiências como o LUA evidenciam o potencial das universidades em articular inovação tecnológica, formação linguística e extensão voltada à promoção de direitos. O fortalecimento da mediação linguística no setor público depende de ações integradas entre pesquisa acadêmica, desenvolvimento tecnológico e políticas públicas.

Nesse intuito, a colaboração com universidades, centros de línguas e outras instituições representa uma alternativa viável e estratégica. Muitas universidades brasileiras já oferecem programas de línguas indígenas e de tradução/interpretação, podendo contribuir significativamente para a formação de intérpretes qualificados. Um exemplo concreto é a iniciativa do Centro Brasileiro de Estudos da América Latina (CBEAL)¹⁵⁷ que, em parceria com pesquisadores da UnB e da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, promoveu um curso de formação de tradutores e intérpretes comunitários voltado para populações vulneráveis, como migrantes, refugiados e povos indígenas. Esse curso evidenciou a crescente demanda por profissionais na área, além de reforçar o papel essencial das

¹⁵⁶ Disponível em: https://ponteseditores.com.br/loja3/pontes-editores-home-2__trashed/ebook/lancamento-e-book/acessibilidade-linguistica-para-imigrantes-indigenas-e-surdos-no-sistema-de-protecao-social-brasileiro-2/

¹⁵⁷ Disponível em: <https://memorial.org.br/memorial-da-america-latina-realiza-curso-de-formacao-de-tradutores-e-interpretres-comunitarios/>. Acesso em: 27 maio 2025

universidades como centros de articulação entre ensino, pesquisa e práticas linguísticas, fundamentais para a garantia de direitos.

No entanto, apesar de avanços como os promovidos pelo CBEAL, muitas regiões ainda não dispõem da infraestrutura necessária para atender adequadamente detentos estrangeiros. Nessas localidades, a ausência de políticas linguísticas específicas, de profissionais capacitados e de protocolos de mediação linguística adequados prejudica o acesso à justiça e à cidadania de presos não falantes do português. Esse problema se agrava especialmente em penitenciárias situadas em cidades do interior ou em estados com recursos limitados, onde a presença de migrantes no sistema prisional cresce, mas a resposta institucional permanece incipiente ou inexistente.

Em síntese, para avançar na implementação da IC no sistema prisional brasileiro, é fundamental superar obstáculos estruturais que se repetem ao longo das diferentes iniciativas e análises: a ausência de políticas públicas consolidadas e abrangentes, a informalidade profissional que compromete a qualidade dos serviços, e a resistência institucional, sobretudo em órgãos como o judiciário e as forças de segurança, que ainda operam sob uma visão monolinguística restrita. Esses fatores combinados impedem a formação e a atuação organizada de intérpretes comunitários, sobretudo em contextos multilíngues e marginalizados como as penitenciárias. Assim, torna-se urgente que o Estado adote políticas integradas e estruturantes, que valorizem a profissão e garantam condições adequadas de formação, certificação e remuneração, além de promover a descentralização dos serviços para responder à diversidade linguística e cultural das populações atendidas.

Reafirmamos que a colaboração entre universidades e o sistema penitenciário pode ser uma solução efetiva, embora enfrente desafios logísticos, como a distância e a falta de financiamento. Uma proposta para enfrentar esses desafios é a implementação de programas de estágio que envolvam estudantes diretamente na formação de intérpretes comunitários no contexto penitenciário. Contudo, essa iniciativa enfrenta barreiras significativas, especialmente relacionadas à segurança e à infraestrutura necessária para a realização de estágios presenciais nas penitenciárias. Além disso, a legislação vigente sobre estágios impõe restrições quanto à segurança dos estudantes, o que torna viável apenas a modalidade de interpretação remota. Somam-se a isso as dificuldades geográficas, como a

distância dos presídios, por exemplo, o de Itaí, que inviabiliza o deslocamento frequente de estagiários para esses locais.

Para avançar na implementação da IC no sistema prisional brasileiro, é preciso enfrentar simultaneamente os efeitos da informalidade profissional, da resistência institucional e da ausência de políticas públicas consolidadas. Tais obstáculos, muitas vezes associados à visão monolinguística do Estado e à marginalização das línguas minoritárias, inviabilizam a consolidação de uma rede estruturada e descentralizada de intérpretes comunitários. Portanto, torna-se essencial repensar o papel do Estado e das instituições formadoras na construção de políticas linguísticas que articulem inclusão social, justiça e equidade no acesso à informação.

Assim, a colaboração entre instituições públicas, como a Defensoria Pública, serviços de saúde e centros de assistência social, poderia, por meio de parcerias, proporcionar uma rede de intérpretes e garantir que as necessidades linguísticas fossem atendidas de forma mais abrangente. Entretanto, estabelecer essas redes de colaboração pode ser desafiador, especialmente em um sistema tão fragmentado e marcado por limitações financeiras e estruturais. Exemplos de parcerias que poderiam ser bem-sucedidas seriam as com a colaboração da Defensoria Pública do Estado de São Paulo¹⁵⁸, pois poderiam integrar esforços para garantir melhores condições de comunicação aos detentos migrantes

Em resumo, a criação de núcleos de IC e alternativas, como a interpretação remota, oferecem soluções para gerir adequadamente a diversidade linguística nas penitenciárias.

Quais são, então, os principais desafios e custos para a formação de uma massa crítica de intérpretes comunitários? Como garantir que esses cursos atendam à diversidade das demandas regionais e das línguas presentes no país?

Apesar das discussões acadêmicas e iniciativas pontuais, a formação de intérpretes comunitários no Brasil ainda não se consolidou como política pública. Essa lacuna está diretamente relacionada a debates sobre políticas linguísticas e inclusão social, sobretudo diante da diversidade de idiomas e da presença crescente

¹⁵⁸ Região que concentra a maior população carcerária estrangeira do país em razão de o aeroporto de Guarulhos ser a principal porta de entrada e hub de tráfico internacional de entorpecentes.

de migrantes e refugiados. A regulamentação da profissão também enfrenta obstáculos que vão além da resistência de setores conservadores, como o judiciário e as forças de segurança. Um dos principais entraves é a ausência de infraestrutura adequada para sua implementação eficaz em um país marcado por desigualdade regional e pluralidade linguística. Embora a necessidade desses profissionais seja evidente – especialmente para atender populações vulneráveis como migrantes, comunidades indígenas e grupos marginalizados –, persistem desafios significativos para consolidar essa atuação de forma ampla e estruturada.

A resistência de instituições como o judiciário e as forças de segurança deve ser compreendida no contexto de um conservadorismo institucional e de uma concepção restrita do que é reconhecido como “profissão legítima”. Como vimos, muitos desses setores ainda operam com uma visão monolinguística, que pressupõe que o domínio do português é suficiente para o acesso aos serviços públicos. Além disso, essas instituições, como a polícia e o sistema penitenciário, historicamente lidam com segurança e justiça sem considerar as barreiras linguísticas, o que dificulta a aceitação de profissionais de tradução e interpretação. A presença de intérpretes comunitários, nesses contextos, pode ser vista como uma interferência indesejada na dinâmica de poder institucional e como um custo adicional.

Outro aspecto crítico é a informalidade do mercado de trabalho. Muitos intérpretes atuam sem qualificação adequada, sem garantias de remuneração ou direitos trabalhistas, o que compromete a qualidade do serviço e os expõe a condições precárias. Em contextos sensíveis, como hospitais e tribunais, a atuação de profissionais não preparados pode gerar erros com consequências graves – como comprometer o direito de defesa de um réu ou resultar em diagnósticos equivocados e falhas no tratamento médico, colocando vidas em risco.

A informalidade também afeta a formação dos intérpretes comunitários, pois muitas vezes esses profissionais não têm acesso a cursos de formação de qualidade ou a certificação oficial. Isso cria um círculo vicioso: a falta de regulamentação oficial impede o crescimento da profissão, o que, por sua vez, faz com que muitos intérpretes continuem atuando sem a devida capacitação, perpetuando a informalidade. Sem uma política pública eficaz que regule a formação e a atuação desses profissionais, o sistema de IC no Brasil tende a ser fragmentado e ineficiente, não atendendo adequadamente às necessidades das populações vulneráveis.

Outro ponto crucial é a falta de infraestrutura de regiões do Brasil, onde a presença de intérpretes comunitários é ainda mais essencial devido à diversidade linguística e à grande presença de populações indígenas e migrantes. A implementação de uma regulamentação nacional exigiria, portanto, a construção de uma rede de serviços e de formação descentralizada, o que demandaria grandes investimentos. Além disso, a adaptação dos currículos de formação para incluir as especificidades das línguas e culturas locais é um desafio logístico e pedagógico significativo, especialmente quando se considera a desigualdade de acesso à educação em algumas dessas regiões.

A regulamentação da profissão também pode esbarrar na falta de compreensão sobre a complexidade do trabalho do intérprete comunitário. Muitos percebem a interpretação como uma tarefa simples, quando na verdade exige não apenas grande proficiência linguística, mas também uma compreensão profunda das dinâmicas culturais, sociais e legais de cada contexto. Em ambientes como tribunais ou hospitais, a falta de preparo pode gerar não apenas falhas na comunicação, mas também reforçar a marginalização das comunidades atendidas.

No Brasil, a falta de conhecimento sobre a necessidade de IC em instituições de ensino e nos próprios serviços públicos também dificulta a adoção de regulamentações eficazes. Embora existam discussões e algumas iniciativas sobre a formação de intérpretes comunitários, ainda não há uma resposta concreta que atenda às necessidades observadas em Itaí, especialmente no contexto prisional. Universidades e organizações vêm debatendo a relação entre linguística, direitos humanos e inclusão de migrantes, mas a implementação de programas estruturados ainda é limitada.

Iniciativas voltadas ao apoio a migrantes e refugiados em diversas regiões urbanas do Brasil, envolvendo universidades como UnB, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade de São Paulo, além de organizações da sociedade civil como a Cáritas, em parceria com organismos internacionais como ACNUR, OIM e OPAS, concentram-se principalmente em serviços de acolhimento, orientação jurídica e apoio social. O Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC)¹⁵⁹,

¹⁵⁹ Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante, “Projetos e Ações de Apoio ao Migrante em São Paulo”. Disponível em: <https://www.cdhic.org.br/>. Acesso em: 6 maio 2025.

por exemplo, atua na promoção de direitos humanos de migrantes por meio de assessoria jurídica, atividades educativas e campanhas de sensibilização, desenvolvendo ações importantes de inclusão social e apoio institucional. No entanto, mesmo em iniciativas como essa, ainda não há evidências de programas sistemáticos voltados à formação ou atuação de mediadores linguísticos-culturais.

Diversos cursos de português para migrantes – como os oferecidos pela Cáritas RJ em parceria com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, as aulas gratuitas em Bauru e o Programa Pana, em colaboração com a Cáritas Suíça – têm o objetivo de facilitar a sua integração social, mas não abordam explicitamente a formação de mediadores linguísticos ou interculturais, nem a mediação estruturada de conflitos e diferenças linguísticas nos serviços públicos.

Na Universidade de São Paulo, grupos de pesquisa e extensão nas áreas de linguística, tradução, direitos humanos e inclusão social desenvolvem ações relacionadas à mediação linguística, tradução e IC, porém sem programas oficiais dedicados exclusivamente à formação de intérpretes comunitários. De forma semelhante, na Universidade Estadual de Campinas, projetos como “Populações Vulneráveis: Português como Língua de Acolhimento” e “Fronteiras Cruzadas” promovem acolhimento linguístico e workshops para migrantes e refugiados, contando com a colaboração de estudantes voluntários, mas sem formação profissional formal ou certificada.

A Associação Brasileira de Tradutores e Intérpretes (ABRATES) debate os direitos linguísticos e a atuação dos intérpretes comunitários, mas não desenvolve iniciativas voltadas à formação de detentos bilíngues. Organizações como o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) e a Cáritas Brasileira¹⁶⁰ oferecem cursos de português e apoio à integração, porém carecem de programas estruturados para formação de intérpretes.

No sistema prisional, a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a UnB realizam projetos de extensão focados na inclusão social de detentos e egressos, mas ainda não contam com programas específicos para formar intérpretes comunitários. Destacam-se ações como oficinas literárias, formação profissional e

¹⁶⁰ Cáritas Brasileira. “Iniciativas de Apoio aos Migrantes e Refugiados no Brasil.” Disponível em: <https://www.caritas.org.br/>. Acesso em: 06 de maio 2025

facilitação de acesso a serviços públicos, sem abordar diretamente a mediação linguística.

Instituições como o Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI) e o Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção a Refugiados e Migrantes do Rio de Janeiro (CEIPARM) oferecem atendimento a migrantes e refugiados, porém não incluem a formação estruturada de mediadores ou intérpretes comunitários, evidenciando a necessidade de ampliar essa dimensão nas políticas de acolhimento.

Apesar desses avanços pontuais, falta uma estrutura robusta para formar intérpretes capacitados a atuar no sistema prisional, especialmente diante da crescente presença de detentos estrangeiros. A ausência de políticas públicas voltadas à mediação linguística nas prisões compromete o acesso à justiça e os direitos linguísticos dessas populações, ressaltando a urgência de iniciativas mais consistentes e articuladas.

Para fundamentar a construção de políticas eficazes no Brasil, é importante conhecer exemplos práticos e consolidados de IC em serviços públicos ao redor do mundo. A IC tem sido adotada globalmente para responder às necessidades linguísticas e culturais de populações multilíngues em serviços públicos, como saúde, justiça, educação e assistência social. Na Austrália, esse serviço é coordenado nacionalmente por meio de um sistema estruturado de certificação, garantindo qualidade e acessibilidade, especialmente para migrantes e refugiados. O Canadá oferece programas provinciais que disponibilizam intérpretes em dezenas de idiomas para os setores de saúde e justiça. Nos Estados Unidos, a IC é reconhecida como um direito civil, exigindo a oferta de serviços linguísticos em instituições financiadas pelo governo federal, principalmente hospitais e tribunais, com certificações que profissionalizam a função. Em países europeus, como o Reino Unido e a Suécia, a IC é tanto uma obrigação legal quanto uma prática institucional, sustentada por programas estatais nos setores de saúde e serviços sociais. Já a Espanha e a Bélgica dependem fortemente de governos regionais e ONGs para facilitar a interpretação junto a migrantes e solicitantes de refúgio. Na África do Sul, embora o multilinguismo seja reconhecido como direito, a formação e contratação de intérpretes comunitários ainda ocorrem de forma desigual. A Nova Zelândia desenvolveu serviços centralizados de interpretação telefônica para atender sua população linguisticamente diversa.

Esses esforços refletem um reconhecimento crescente do acesso linguístico como elemento fundamental para equidade e inclusão na vida pública. Nesse contexto, destaca-se o grupo FITISPos-UAH, da Universidade de Alcalá, Espanha, fundado por Carmen Valero-Garcés. O grupo alia pesquisa, formação e engajamento social para aprimorar a IC em contextos multilíngues, como hospitais, tribunais, escolas e prisões. O FITISPos enfatiza o papel ativo dos intérpretes em interações marcadas por assimetrias institucionais, enxergando o acesso linguístico como uma questão de justiça social.

O FITISPos também desenvolveu programas de formação para intérpretes em contextos sensíveis, incluindo cursos para presos bilíngues atuarem como mediadores linguísticos e culturais dentro das prisões, demonstrando compromisso com a inclusão e a profissionalização ética. Além da Espanha, o grupo contribui para redes e projetos internacionais em parceria com ONGs, universidades e instituições públicas, promovendo melhores práticas e políticas de mediação linguística por meio de conferências, publicações e parcerias.

No Brasil, uma importante iniciativa foi a oficina ministrada pelo Prof. Dr. Franz Pöchthacker (Universität Wien), em maio de 2023, durante o III ConEI e o IV CILSC na UFMG. A oficina discutiu políticas públicas, tecnologias e ética na IC, com foco em contextos sensíveis como saúde e assistência social. Essa ação integrou teoria, tecnologia e prática, fomentando uma visão crítica da interpretação como instrumento de acesso a direitos linguísticos e inclusão social.

No âmbito nacional, destacam-se as atuações de mediadores interculturais e agentes de saúde para populações indígenas, principalmente no Sistema Único de Saúde (SUS). A Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), criada pela Lei nº 9.836/1999 e responsável pela Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), coordena ações que incluem Agentes Indígenas de Saúde (AIS) e Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN). Esses agentes atuam como mediadores linguísticos e culturais, superando barreiras no atendimento às comunidades indígenas, garantindo respeito às línguas, saberes e modos de vida tradicionais. Como destaca o documento oficial, “A presença dos Agentes Indígenas de Saúde e Agentes Indígenas de Saneamento é fundamental para superar as barreiras linguísticas e culturais no atendimento à saúde das populações indígenas” (Brasil, 1999).

Outra iniciativa relevante é novamente a do projeto Mobilang, da UnB, que também se dedica à formação de intérpretes e tradutores para comunidades linguísticas minorizadas, incluindo migrantes, refugiados, indígenas e surdos. O projeto foca na mediação linguística como meio de garantir o acesso a serviços públicos essenciais, como assistência jurídica e saúde. Um destaque foi o 1º Curso de Capacitação de Intérpretes Forenses, em parceria com a Justiça Federal da 3ª Região, que qualificou intérpretes para audiências judiciais envolvendo réus estrangeiros e indígenas.

Complementarmente, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região desenvolveu o aplicativo InterprêT, plataforma para busca e seleção de intérpretes forenses cadastrados no sistema de Assistência Judiciária Gratuita, aumentando a eficiência e segurança nas audiências. Entretanto, essas iniciativas ainda são pontuais e não cobrem todos os contextos necessários, especialmente o sistema prisional.

No sistema prisional brasileiro, a diversidade linguística concentrada em ambientes marginalizados agrava os desafios da comunicação. A pesquisa indica que a formação de intérpretes comunitários, com a inclusão de presos bilíngues como mediadores, pode ser uma solução eficiente. Isso facilitaria a comunicação entre detentos que falam línguas indígenas ou de comunidades migrantes e os profissionais de segurança, saúde e educação. Contudo, é necessário refletir também sobre os limites e riscos da proposta de formação de presos como intérpretes para outros presos. Ainda que essa solução possa representar uma estratégia viável diante da ausência de políticas públicas estruturadas, ela exige atenção cuidadosa quanto às dinâmicas de poder internas ao cárcere. Em contextos de privação de liberdade, marcados por hierarquias informais e relações de dominação entre detentos, o papel de mediador linguístico pode ser instrumentalizado como forma de exercer controle, obter vantagens ou reforçar desigualdades. A atuação do preso-intérprete, portanto, não pode ser pensada apenas em termos funcionais, mas deve envolver critérios éticos rigorosos, processos de seleção transparentes e mecanismos institucionais de acompanhamento. Além disso, é imprescindível que essa mediação seja baseada em relações de confiança entre os envolvidos, tanto entre os presos quanto entre os presos e os profissionais das instituições. Sem essas garantias, o risco de comprometimento da mediação e de violação dos direitos linguísticos permanece elevado.

Além disso, é urgente a criação de políticas linguísticas que garantam acesso universal aos direitos, com intérpretes qualificados e tradução de materiais informativos e educacionais no ambiente prisional. A capacitação de agentes prisionais para lidar com a diversidade linguística e trabalhar com mediadores e intérpretes é igualmente essencial. Essa mudança requer um novo entendimento da diversidade linguística como riqueza, não obstáculo.

Por fim, para que os direitos linguísticos sejam respeitados, é fundamental garantir acesso igualitário a todos, por meio de serviços linguísticos adequados.

Com base nesse panorama, as considerações finais que seguem buscam sintetizar as principais contribuições desta pesquisa, refletir sobre suas limitações e apontar diretrizes para futuras ações e estudos que possam fortalecer a inclusão linguística e a justiça social no contexto prisional.

8

Considerações finais

Este capítulo final retoma o objetivo principal da pesquisa: compreender como migrantes presos e servidores interagem cotidianamente, com ou sem mediação linguística, na Penitenciária Cabo PM Marcelo Pires da Silva, situada em Itaí, interior de São Paulo. A partir da observação de campo, do registro de interações institucionais e da escuta de presos migrantes, intérpretes e servidores, buscou-se analisar como se constituem as práticas sociolinguísticas nesse ambiente e de que modo a ausência de mediação linguística institucionalizada compromete o acesso a direitos fundamentais por parte daqueles com pouca ou nenhuma proficiência em língua portuguesa.

O estado da arte evidenciou que, embora a IC seja uma prática consolidada em contextos como o médico e o judicial em alguns países, a presença da IC no sistema prisional ainda é residual – tanto na prática quanto na produção acadêmica. No Brasil, mais especificamente, a escassez de políticas públicas voltadas à mediação linguística nesse espaço reafirma esse cenário de negligência institucional, notadamente frente à crescente diversidade linguística da população carcerária.

O percurso analítico apresentado nesta tese exigiu o aprofundamento nos Estudos da Interpretação, especialmente no campo da IC, articulando-os às abordagens da Sociolinguística Interacional, com foco nas práticas comunicativas em contextos institucionais estruturalmente marcados pela desigualdade. Um dos principais pilares teóricos desta investigação é o conceito de superdiversidade, cunhado por Steven Vertovec (2007), que nos possibilitou uma apreensão precisa da complexidade das interações linguísticas e culturais observadas. Diferentemente de abordagens que tratam a diversidade como mera coexistência de línguas e culturas consolidadas, a superdiversidade enfatiza a natureza dinâmica, fluida e multifacetada das identidades e das práticas comunicativas contemporâneas. Arraigados nesse conceito para responder à nossa pergunta de pesquisa, foi preciso considerar no interior da penitenciária, para além das línguas e nacionalidades, as trajetórias múltiplas, as recomposições identitárias e as práticas transidiomáticas que desconstroem fronteiras rígidas entre códigos linguísticos.

Essa perspectiva permitiu compreender que a IC no sistema prisional não pode ser pensada apenas como tradução literal entre línguas isoladas, mas como um processo complexo de mediação cultural, política e simbólica, no qual sentidos são construídos, negociados e, muitas vezes, contestados. Nessa dinâmica, o intérprete comunitário intervém como um agente político e cultural, cuja atuação transcende a função do canal linguístico, assumindo papéis de negociação de poder, mediação institucional e construção de pertencimento. Essa visão dialoga com as contribuições de Wadensjö (1998), que destaca o caráter coconstrutivo da interpretação na interação em que os intérpretes são participantes ativos, e por isso influenciam o fluxo comunicativo e os sentidos produzidos.

Verificou-se que, na ausência de políticas institucionais, a mediação comunicativa ocorre, em grande parte, de forma improvisada (*ad hoc*), sendo realizada por presos bilíngues que assumem o papel de intérpretes sem preparo formal, reconhecimento ou respaldo institucional. Esses sujeitos tornam-se figuras-chave na viabilização das interações cotidianas, atuando como mediadores culturais e linguísticos em atendimentos médicos, cultos religiosos e visitas jurídicas. No entanto, sua atuação é atravessada por tensões éticas, políticas e institucionais, que evidenciam tanto as lacunas quanto a potência da mediação comunitária prisional.

Os dados analisados revelaram que, em ambientes particularmente marcados por assimetrias comunicativas, a linguagem se torna um espaço de disputa, controle e resistência. Práticas transidiomáticas, negociações metapragmáticas e estratégias criativas de comunicação emergem como recursos fundamentais para a construção de sentido. Essas dinâmicas colocam em xeque modelos tradicionais de tradução e evidenciam a urgência de políticas linguísticas mais inclusivas, capazes de reconhecer e lidar com a superdiversidade presente nas prisões brasileiras.

Nesse contexto, a pesquisa mostra que a formação de intérpretes comunitários – inclusive entre os próprios presos migrantes – pode constituir uma alternativa viável e transformadora diante da carência de políticas linguísticas no sistema prisional brasileiro. Além de ampliar o acesso a direitos, essa iniciativa pode representar uma forma de valorização pessoal e reconhecimento social para os presos que assumem esse papel. No entanto, a atuação de detentos como intérpretes não deve ser encarada apenas como uma solução prática. Ela requer o cumprimento de critérios éticos rigorosos, processos de seleção transparentes e mecanismos institucionais de monitoramento. Embora a mediação linguística dependa,

idealmente, de relações de cooperação e respeito entre os envolvidos – sejam presos entre si ou em interação com agentes institucionais –, é preciso reconhecer que, no contexto prisional, esses vínculos são atravessados por tensões, ambivalências e limites estruturais. Assim, qualquer iniciativa dessa natureza deve ser cuidadosamente regulada e acompanhada, a fim de evitar a instrumentalização dos intérpretes e assegurar a proteção dos direitos linguísticos e humanos. Para tanto, torna-se essencial o desenvolvimento de políticas públicas integradas, envolvendo universidades, instituições penitenciárias, defensorias públicas e organizações da sociedade civil.

A IC deve ser reconhecida como um direito social e uma ferramenta de acesso linguístico e cidadania. Projetos como o Mobilang e as iniciativas do grupo FITISPos-UAH indicam que modelos de formação podem ser adaptados ao contexto prisional, desde que haja vontade política, investimento público e compromisso ético.

Além disso, os achados desta pesquisa apontam para a necessidade de superação da ideologia do monolinguismo institucional, ainda dominante nas práticas de justiça, segurança e administração pública no Brasil. A ausência de intérpretes qualificados, de protocolos claros e de infraestrutura adequada compromete o princípio da equidade e perpetua e acentua a exclusão de sujeitos que não se expressam na língua oficial. Dessa forma, a implementação de programas de formação e a atuação de intérpretes comunitários no sistema prisional devem ser compreendidas não apenas como uma medida técnica, mas como um gesto político e ético, voltado à garantia dos direitos humanos, ao reconhecimento da diversidade linguística e à democratização do acesso à informação e à justiça.

Este trabalho não se propõe a oferecer soluções definitivas, mas a contribuir para o debate sobre os direitos linguísticos em contextos de privação de liberdade. Ao iluminar práticas linguísticas que emergem nas brechas do sistema e ao evidenciar a atuação invisibilizada de intérpretes presos, esta pesquisa aponta para a urgência da institucionalização de formas de mediação mais justas e eficazes. Reafirma-se que a IC, pensada criticamente, pode tornar-se uma ferramenta potente de transformação institucional, de ampliação da cidadania e de fortalecimento de um ideal democrático baseado na pluralidade e na dignidade de todas as vozes.

Nessa perspectiva e com base nas análises realizadas, apresento a seguir um conjunto de recomendações voltadas à efetivação da IC no sistema prisional

brasileiro, tendo como eixo a garantia dos direitos linguísticos e humanos dos presos migrantes.

Em primeiro lugar, recomenda-se o desenvolvimento de políticas públicas específicas para a implementação da mediação linguística nas unidades prisionais. É essencial que o poder público reconheça a IC como um serviço permanente e essencial, sobretudo em unidades que abrigam populações pluri e multilíngues. Isso inclui a criação de protocolos institucionais precisos, que estabeleçam critérios éticos, técnicos e operacionais para a atuação dos intérpretes. Como destaca Wadensjö (1998), a mediação vai além da tradução de códigos linguísticos: ela envolve escolhas éticas que afetam diretamente as relações de poder e os sentidos produzidos na interação.

Em segundo lugar, é imprescindível fomentar a formação e a valorização dos intérpretes comunitários, com atenção especial à possibilidade de formação de presos bilíngues. Essa proposta reconhece os sujeitos que já atuam informalmente como mediadores, embora sem preparo técnico ou respaldo institucional. Recomenda-se a criação de programas de formação específicos para o contexto prisional, com currículos que abordem competências linguísticas, fundamentos éticos, culturais, legais e técnicos. Essa formação deve ocorrer em parceria com universidades, defensorias e organizações da sociedade civil, incluindo suporte emocional e formação continuada.

A terceira recomendação refere-se à regulamentação legal e ao reconhecimento formal da IC como profissão e como direito social. A futura aprovação do Projeto de Lei nº 5.182/2020 será fundamental nesse processo, ao garantir amparo jurídico à atuação dos intérpretes em contextos públicos, inclusive no sistema prisional. Essa regulamentação deve prever salvaguardas para a atuação ética e autônoma desses profissionais, bem como mecanismos de controle, formação e fiscalização.

A quarta recomendação diz respeito à incorporação da perspectiva da superdiversidade e dos direitos linguísticos na gestão prisional. Gestores e servidores devem ser sensibilizados para reconhecer a diversidade linguística como um elemento estruturante da realidade prisional. Isso demanda a superação do monolinguismo institucional, por meio da adoção de materiais multilíngues, recursos tecnológicos e protocolos de apoio à comunicação intercultural.

Em quinto lugar, recomenda-se o investimento contínuo em pesquisa e monitoramento das práticas de mediação linguística nas prisões. Estudos empíricos interdisciplinares são necessários para avaliar impactos, identificar desafios e aprimorar políticas públicas. Esse processo deve incluir a escuta de presos migrantes, intérpretes e profissionais atuantes, assegurando uma abordagem participativa e democrática.

Em sexto lugar, é fundamental fortalecer redes de cooperação internacional e o intercâmbio de experiências com países e instituições que já desenvolvem programas de IC em contextos de vulnerabilidade. Internamente, projetos como o Mobilang e o FITISPos-UAH oferecem caminhos concretos para a construção de modelos adaptados à realidade brasileira, pautados na justiça linguística e nos direitos humanos. Essas recomendações indicam um caminho possível de transformação institucional, no qual a IC deixa de ser uma solução improvisada para se tornar uma prática ética de reconhecimento da diversidade e combate à exclusão. Como demonstrado nesta pesquisa, a linguagem nas prisões é campo de disputa e poder, mas também de resistência, criatividade e transformação. Reconhecer o intérprete comunitário como agente fundamental nesse processo é um passo decisivo rumo à democratização da justiça e à valorização de todas as vozes que habitam o sistema prisional brasileiro.

Por fim, a capacitação linguística dos agentes prisionais é imprescindível para que eles possam comunicar-se efetivamente com a diversidade sociolinguística que configura o sistema prisional em análise. Assim propõe-se que esses profissionais adquiram proficiência, pelo menos, nas línguas majoritárias faladas pela população carcerária, a fim de facilitar o entendimento mútuo, evitar mal-entendidos e contribuir para um atendimento mais justo e eficiente. Esse preparo linguístico não apenas poderá melhorar a rotina institucional, como também respeitar os direitos dos presos, promovendo um ambiente mais inclusivo e acessível.

Nesse sentido, este estudo abre caminhos para investigações futuras que aprofundem os impactos sociais, jurídicos e institucionais da formação de intérpretes comunitários em contextos de privação de liberdade, oferecendo subsídios importantes para políticas públicas mais robustas e comprometidas com a promoção dos direitos e da justiça linguística no Brasil.

9

Referências

ABRIL MARTÍ, I. **La interpretación en los servicios públicos**: categorización como género, contextualización y modelos de formación: hacia unas bases para el diseño curricular. Tesis doctoral – Universidad de Granada, Granada, 2006. Disponível em: <https://digibug.ugr.es/handle/10481/1075>. Acesso em: 30 jul. 2025.

ACNUR – ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **Manual de repatriação voluntária**: práticas e recomendações. Genebra: ACNUR, 2018.

ACNUR – ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **Guia de práticas humanitárias em políticas migratórias**. Genebra: ACNUR, 2021.

ALEXIEVA, B. **Discourse pragmatics and intercultural communication**. Amsterdam: John Benjamins, 1997.

ALMEIDA, P. M. R.; NORDIN, J. N. Interpretação forense: a experiência prática da Justiça Federal de Guarulhos e o treinamento de intérpretes. **Revista Ajufe – Associação dos Juízes Federais do Brasil**, São Paulo, n. 96, 2017, p. 1-33.

ALTARRIBA, J.; BASNIGHT-BROWN, D. M. The representation of emotion vs. emotion-laden words in English and in Spanish in the Affective Simon Task. **International Journal of Bilingualism**, v. 15, 2011, p. 310-328.

ANGELELLI, C. V. The interpersonal role of the interpreter in cross-cultural communication: a survey of conference, court, and medical interpreters in the US, Canada, and Mexico. In: BRUNETTE, L.; BASTIN, G. L.; HEMLIN, I.; CLARKE, H. (Eds.) **The critical link 3: interpreters in the community**. Amsterdam: John Benjamins, 2003a. p. 15-26.

ANGELELLI, C. V. **Deconstructing the invisible interpreter**: a critical study of the interpersonal role of the interpreter in a cross-cultural/linguistic communicative event. PhD dissertation – Stanford University, 2003b.

ANGELELLI, C. V. **Medical interpreting and cross-cultural communication**. Cambridge: Cambridge University, 2004.

ANGELELLI, C. V. Validating professional standards and codes: challenges and opportunities. **Interpreting**, v. 8, n. 2, 2006, p. 175-193.

ANGROSINO, M. V. **Doing ethnographic and observational research**. Los Angeles: Sage, 2007.

ARNAUT, K. SPOTTI, M. Super-diversity discourse. **Tilburg Papers in Cultural Studies**, n. 90, 2014. Disponível em: <https://repository.tilburguniversity.edu/server/api/core/bitstreams/0656fade-b688-487d-aa35-c2f81f866d69/content>. Acesso em: 28 jul. 2025.

ARNAUT, K.; BLOMMAERT, J.; RAMPTON, B.; SPOTTI, M. (Eds.). **Language and superdiversity**. New York: Routledge, 2015.

ARNAUT, K.; KARREBÆK, M. S.; SPOTTI, M.; BLOMMAERT, J. **Engaging superdiversity**: recombining spaces, times and language practices. Bristol: Multilingual Matters, 2016.

BAIGORRI-JALÓN, J. The history of the interpreting profession. In: MIKKELSON, H.; JOURDENAIS, R. (Eds.) **The Routledge handbook of interpreting**. London/New York: Routledge, 2015. p. 11-28.

BAIXAULI-OLMOS, L. A description of Interpreting in prisons: mapping the setting through an ethical lens. In: SCHÄFFNER, C.; KREDENS, K.; FOWLER, Y. (Eds.). **Interpreting in a changing landscape**: selected papers from Critical link 6. Amsterdam: John Benjamins, 2013. p. 45-60.

BAIXAULI-OLMOS, L. The development of prison interpreting roles: a professional ecological model. **Revista Canaria de Estudios Ingleses**, n. 75, p. 65-87, 2017. Disponível em: <https://www.ull.es/revistas/index.php/estudios-ingleses/article/view/3555>. Acesso em: 29 jul. 2025.

BAKHTIN, M. M. **The dialogic imagination**: four essays by M. M. Bakhtin: edited by Michael Holquist. Translation: Cecyl Emerson and Michael Holquist. Austin: University of Texas, 1981.

BALESTRO, A. C.; GOROVITZ, S. Direitos linguísticos de solicitantes de refúgio no Brasil: a presença do mediador linguístico na entrevista de solicitação de refúgio como garantia de direitos humanos. **Gragoatá**, Niterói, v. 26, n. 54, p. 355-379, 2021.

BALOUNOVÁ, Z. Neutrality in public service interpreting: rethinking the role of public service interpreters. **Verba Hispanica**, v. 29, n. 1, p. 13-29, 2021. Disponível em: <https://journals.uni-lj.si/VerbaHispanica/article/view/10603/10018>. Acesso em: 28 jul. 2025.

BANCROFT, M. **The interpreter's world tour**: an environmental scan of standards of practice for interpreters. Woodland Hills (CA, USA): The California Endowment, 2005. Disponível em: <https://www.ncihc.org/assets/documents/publications/NCIHC%20Environmental%20Scan.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2025.

BARALDI, C.; GAVIOLI, L. On professional and non-professional interpreting in healthcare services: the case of intercultural mediators. **European Journal of Applied Linguistics**, v. 4, n. 1, 2016, p. 33-55.

BARIK, H. C. Simultaneous interpretation: temporal and quantitative data. **Language and Speech**, v. 16, n. 3, p. 237-270, 1973.

BARSKY, R. The interpreter as intercultural agent in convention refugee hearings. **The Translator**, v. 2, n. 1, 1996, p. 45-63.

BAUMAN, Z. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BAUMAN, R.; BRIGGS, C. **Voices of modernity**: language ideologies and politics of inequality. Cambridge: Cambridge University, 2003.

BERK-SELIGSON, S. **The bilingual courtroom**: court interpreters in judicial process. Chicago; London: University of Chicago, 2002.

BIAR, L. A. **“Realmente as autoridades veio a me transformar nisso”**: narrativas de adesão ao tráfico e a construção discursiva do desvio. 2012. Tese (doutorado em

estudos da linguagem) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

BÍBLIA. Gênesis 11, versículo 2:9. In: **Bíblia sagrada**. Tradução: João Ferreira de Almeida. São Paulo: Geográfica, 2005.

BLOMMAERT, J. **Sociolinguistics of globalization**. New York: Cambridge University, 2010.

BLOMMAERT, J. **Ethnography, superdiversity and linguistic landscapes: chronicles of complexity**. Bristol: Multilingual Matters, 2013.

BLOMMAERT, J.; ARNAUT, K. (Eds.). **Language and superdiversity**. New York: Routledge, 2016.

BLOMMAERT, J.; MALY, I. Ethnographic linguistic landscape analysis and social change: a case study. ARNAUT, K.; BLOMMAERT, J.; RAMPTON, B.; SPOTTI, M. (Eds.). **Language and superdiversity**. New York: Routledge, 2015. p. 191-211.

BLOMMAERT, J.; RAMPTON, B. Language and superdiversity. **Diversities**, v. 13, n. 2, 2011. Disponível em: https://newdiversities.mmq.mpg.de/fileadmin/user_upload/2011_13-02_art1.pdf. Acesso em: 28 jul. 2025.

BOÉRI, J. Key internal players in the development of the interpreting profession. In: MIKKELSON, H.; JOURDENAIS, R. (Eds.) **The Routledge handbook of interpreting**. London/New York: Routledge, 2015. p. 29-44.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto, 1998.

BOND, M. H.; LAI, T. M. Embarrassment and code-switching into a second language. **Journal of Social Psychology**, v. 126, 1986, p. 179-186.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. **Handbook of theory and research for the sociology of education**. Westport (CT, USA): Greenwood, 1986. p. 241-258.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

BRASIL. Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a lei de execução penal. **Diário Oficial da União**, 13 jul. 1984, p. 10227. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=7210&ano=1984&ato=c6fUTUU9EeBpWT4ac>. Acesso em: 3 ago. 2025.

BRASIL. Lei n.º 9.836, de 23 de setembro de 1999. Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", instituindo o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.. **Diário Oficial da União**, 24 set. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19836.htm. Acesso em: 3 ago. 2025.

BRASIL. Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe e sobre língua brasileira de sinais – libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 25 abr. 2002, p. 23. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/10436.htm. Acesso: 10 jun. 2024.

BRASIL. Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a lei N.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a língua brasileira de sinais – libras. **Diário Oficial da União**, 23 dez. 2005, p. 28. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso: 6 jun. 2024.

BRASIL. Lei n.º 12.319, de 1.º de setembro de 2010. Dispõe do regulamento da profissão de tradutor intérprete de língua brasileira de sinais (libras) e das exigências para sua formação. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2 set. 2010, p. 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm. Acesso: 16 jun. 2024.

BRASIL. Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei geral de proteção de dados pessoais (LGPD). **Diário Oficial da União**, 15 ago. 2018, p. 59. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13709&ano=2018&ato=293QzZ61UeZpWT79e>. Acesso em: 3 ago. 2025.

BRASIL. **Projeto de lei n.º 5182, de 2020**. Torna obrigatória a inserção de tradutor e de intérprete comunitário em ambientes institucionais de atendimento ao público para prover assistência linguística a todas as pessoas que não falam português brasileiro. Determina a regulamentação da profissão de tradutor e intérprete comunitário. 2020. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/145443>. Acesso em: 13 jul. 2022.

BRASIL. **Relatório do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT)**. Brasília: Ministério da Justiça, 2021.

BRETON, D. **Antropologia das emoções**. Tradução: Luís Alberto S. Peretti. Petrópolis (RJ): Vozes, 2021.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano**: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artmed, 1996.

BROWN, G.; YULE, G. **Discourse analysis**. Cambridge: Cambridge University, 1983.

BUXBAUM, E. The role of second language in the formation of ego and superego. **Psychoanalytic Quarterly**, v. 18, p. 279-289, 1949.

CALVET, J. L. **Políticas linguísticas**. Tradução: Isabel de O. Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno. São Paulo: Parábola; Florianópolis: IPOL, 2007.

CAMARGO, P. G. **Interpretação médica em (dis)curso**: da prática em cenários médicos para a formação de intérpretes. 2020. 217 f. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

CANAGARAJAH, S. **Translingual practice**: global Englishes and cosmopolitan relations. London: Routledge, 2013.

CANAGARAJAH, S. Translingual practices and neoliberal policies attitudes and strategies of African skilled migrants in anglophone workplaces. New York: Springer, 2017.

CARNEIRO, T. D. Intérpretes de línguas orais e intérpretes de libras: semelhanças e diferenças. **Tradução em Revista**, Rio de Janeiro, n. 23, 2017, p. 33-56.

CARNEIRO, T. D. O papel dos códigos de ética e conduta profissional na formação do intérprete de línguas orais e de sinais no Brasil. **Translatio**, Porto Alegre, n. 15, 2018.

CARR, S. E.; ROBERTS, R. P.; DUFOUR, A.; STEYN, D. (Eds). **The critical link: interpreters in the community**. Amsterdam: John Benjamins, 1995. Disponível em: https://api.pageplace.de/preview/DT0400.9789027283511_A24761737/preview-9789027283511_A24761737.pdf. Acesso em: 2 ago. 2025.

CARVALHO, P. **A crise do sistema prisional no Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Tradução: R. Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALLO, P.; REUILLARD, P. Estudos da Interpretação: tendências atuais da pesquisa brasileira. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 32, p. 353-368, 2016.

COLLINS, J.; SLEMBROUK, S. Goffman & globalization: participation frames and the spatial and temporal scaling of migration-connected multilingualism. **Working Papers on Urban & Literacies**, v. 46, 2007. Disponível em: https://wpull.org/wp-content/uploads/2022/04/WP46_Collins_and_Slembrouck_2007_Goffman.pdf. Acesso: 2 nov. 2023.

CONSORTIUM FOR LANGUAGE ACCESS IN THE COURTS. **Guide to translation of legal materials**. Williamsburg (VA, USA): NCSC, 2011. Disponível em: <https://niwaplibrary.wcl.american.edu/wp-content/uploads/Guide-to-Translation-of-Legal-Materials.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2025.

CORSELLIS, A. **Public service interpreting: the first steps**. London: Palgrave Macmillan, 2008.

COSTA, A. C. L.; FREITAS FILHO, R. **Direitos humanos e mulas do tráfico internacional de drogas: proposta e cooperação jurídica internacional**. Brasília: Gazeta Jurídica, 2014.

COULTHARD, M. **An Introduction to discourse analysis**. 2. ed. London: Longman, 1985.

CRESWELL, J. W. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. 2. ed. Thousand Oaks (CA, USA): Sage, 2003.

CRESWELL, J. W. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. 4. ed. Thousand Oaks (CA, USA): Sage, 2013.

CUNHA, J. Refugiados e imigrantes no sistema penal brasileiro. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

DENZIN, N. K. **The research act: a theoretical introduction to sociological methods**. New York: McGraw-Hill, 1978.

DENZIN, N. K. O campo da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O campo da pesquisa qualitativa**. 2. ed. Tradução: Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 15-41.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **The SAGE handbook of qualitative research**. Thousand Oaks (CA, USA): SAGE, 2011.

DEWAELE, J. M. The emotional force of swearwords and taboo words in the speech of multilinguals. **Journal of Multilingual and Multicultural Development**, v. 25, p. 204-222, 2004.

DEWAELE, J. M. The emotional weight of I love you in multilinguals' languages. **Journal of Pragmatics**, v. 40, p. 1753-1780, 2008.

DUBOC, A. P. M.; FORTES, O. B. S. Superdiversidade, linguagem e sociedade: questões em curso. Entrevista com Jan Blommaert e Massimiliano Spotti, **SciELO Brasil**, 2019.

DURANTI, A. **Linguistic anthropology**. Cambridge: Cambridge University, 1997.

DURANTI, A.; GOODWIN, C. (Eds.). **Rethinking context**: language as interactive phenomenon. New York: Cambridge University, 1992.

DYLMAN, A. S.; CHAMPOUX-LARSSON, M.; ZAKRISSON, I. Culture, language and emotion. **On-line Readings in Psychology and Culture**, v. 4, n. 2, 2020.

ERASMUS, M. (Ed.). **Liaison interpreting in the community**. Pretoria: Van Schaik, 1999.

ERICKSON, F. Microanálise etnográfica. In: FABRÍCIO, B. F. (Org.). **Sociolinguística interacional**: perspectivas inspiradoras e desdobramentos contemporâneos. Rio de Janeiro: Mórula, 2020. p. 177-210.

FABRÍCIO, B. F. (org.). **Sociolinguística interacional**: perspectivas inspiradoras e desdobramentos contemporâneos. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. London: Longman, 1989.

FAIRCLOUGH, N. **Discourse and social change**. Oxford: Polity, 1992.

FERRAZ, C. A defensoria pública e os migrantes no sistema prisional brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2019.

FONTANA, A.; FREY, J. H. The interview: from neutral stance to political involvement. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.). **The SAGE handbook of qualitative research**. Thousand Oaks (CA, USA): SAGE, 2005. p. 695-727.

FLICK, U. Triangulation in qualitative research. In: FLICK, U.; KARDORFF, E.; STEINKE, I. (ed.). **A companion to qualitative research**. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2004. p. 178-183.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução: Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Tradução: Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 2000.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: curso no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOULQUIÉ RUBIO, A. I.; ABRIL MARTÍ, I. The role of the interpreter in educational settings: Interpreter, cultural mediator or both? In: SCHÄFFNER, C.; KREDENS, K.;

FOWLER, Y. (Eds.). **Interpreting in a changing landscape**: selected papers from Critical link 6. Amsterdam: John Benjamins, 2013. p. 203-221.

FRANKHAM, J.; MACRAE, C. Etnografia. In: SOMEKH, B.; LEWIN, C. (Orgs.). **Teoria e métodos de pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 69-78.

FRISHBERG, N. **Interpreting**: an introduction. Revised ed. Silver Spring (MD, USA): Registry of Interpreters for the Deaf, 1990.

FUNAP – FUNDAÇÃO PROF. DR. MANOEL PEDRO PIMENTEL. **Relatório de atividades 2020**. Fundação Universitária do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.funap.sp.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2023.

GAGO, P. C. Linguística e comunicação: os elementos de um paradigma. **Interfaces**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 81-92, 1999. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/interfaces/article/view/32359>. Acesso em: 28 jul. 2025.

GARBER, N. Community interpreting: a personal view. In: ROBERTS, R. P.; CARR, S. E.; ABRAHAM, D.; DUFOURL, A. (Eds.) **The critical link 2**: interpreters in the community. Amsterdam: John Benjamins, 2000. p. 9-20.

GARCIA, F. D.; GOROVITZ, S. O intérprete comunitário: sua agência na entrevista de solicitação de refúgio. **TradTerm.**, São Paulo, v. 36, p. 72-101, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2317-9511.v36i0p72-101>. Acesso em: 29 jul. 2025.

GARCIA, O.; WEI, L. **Translanguaging**: language, bilingualism and education. New York: Palgrave, 2014.

GARCÍA-RAMÍREZ, M.; MARTÍNEZ, M. F.; ALBAR, M. J.; SANTOLAYA, F. J. Inmigrantes y recursos sociales naturales: la aplicación del modelo del convoy social al proceso de aculturación. **Migraciones**, v. 11, p. 83-111, 2002.

GARCÍA-BEYAERT, S.; BANCROFT, M. A.; ALLEN, K.; CARRIERO-CONTRERAS, G.; SOCARRÁS-ESTRADA, D. **Ethics and standards for the Community interpreter**: an international guide tool. [S.l.]: [s.n.], 2015. Disponível em: https://ddd.uab.cat/pub/recdoc/2015/218104/Garcia-Beyaert_et_al_2015_TCii_Ethics_and_Standards.pdf. Acesso em: 29 jul. 2025.

GEERTZ, C. **The interpretation of cultures**. London: Harper Collins, 1973.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Tradução: Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GEHRKE, M. Community interpreting. In: PICKEN, C. (Ed.). **Translation – the vital link**: proceedings of the XIII World Congress of FIT. London: Institute of Translation and Interpreting, 1993. v. 1, p. 417-421.

GENTILE, A. Community interpreting or not? In: CARR, S. E.; ROBERTS, R. P.; DUFOUR, A.; STEYN, D. (Eds.) **The critical link**: interpreters in the community. Amsterdam: John Benjamins, 1997. p. 109-118.

GERVER, D. Aspects of simultaneous interpretation and human information processing. PhD dissertation – Oxford University, 1971.

GERVER, D. Empirical studies of simultaneous interpretation: a review and a model. In: BRISLIN, R. W. (Ed.). **Translation, applications and research**, New York: Gardner, 1976. p. 165-207.

- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.
- GILE, D. Basic concepts and models for translators and interpreters training. Amsterdam: John Benjamins, 1995a.
- GILE, D. Interpretation research: a new impetus? *Hermes – Journal of Language and Communication in Business*, v. 8, n. 14, p. 15-29, 1995b. Disponível em: <https://doi.org/10.7146/hjicb.v8i14.25100>. Acesso em: 29 jul. 2025.
- GILE, D. Conference interpreting: historical and cognitive perspectives. In: BAKER, M.; SALDANHA, G. (Eds.). **Routledge encyclopedia of translation studies**. 2nd. ed. London: Routledge, 2008, p. 51-56.
- GIMENEZ, T. N. **A linguagem da pregação**: um estudo sobre o discurso religioso. São Paulo: Paulinas, 2018.
- GINEZI, L. L. A ética na interpretação de tribunal: o Brasil no banco dos réus. **Tradterm**, São Paulo, v. 20, p. 27-42, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/49040/53111>. Acesso em: 30 jul. 2025.
- GODDARD, C. Explicating emotions across languages and cultures: a semantic approach. In: FUSSELL, S. (Ed.), **The verbal communication of emotions: interdisciplinary perspectives**. Mahwah (NJ, USA): Lawrence Erlbaum, 2002. p. 19-52.
- GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. Tradução: Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- GOFFMAN, E. **Interaction ritual**: essays on face-to-face behavior. Garden City (NY, USA): Anchor Books, 1967.
- GOFFMAN, E. **Frame analysis**: an essay on the organization of experience. Cambridge (MA, USA): Harvard, 1974.
- GOFFMAN, E. **Forms of talk**. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1981.
- GOFFMAN, E. Footing. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ P. M. (Orgs.). **Sociolinguística interacional**. 2. ed. Tradução: Beatriz Fontana. São Paulo: Loyola, 2013. p. 104-148.
- GOODWIN, C. Action and embodiment within situated human interaction. **Journal of Pragmatics**, v. 32, n. 10, p. 1489-1522, 2000.
- GOROVITZ, S.; SÁ, L. S. A mediação linguística como garantia de direitos no Brasil: rumo a políticas institucionais de tradução na Defensoria Pública da União. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, n. 61.3, p. 679-694, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/010318138669207v61n32022>. Acesso em: 29 jul. 2025.
- GOROVITZ, S.; CARNEIRO, D. T; MARTINS, M. A. A interpretação comunitária como garantia de direitos: qual formação para qual atuação no Brasil? **Belas Infiéis**, v. 12, n. 1, p. 1-33, 2023.
- GOROVITZ, S.; MARTINEZ, S. M.; DEPREZ, C. Migrações e fronteiras no Distrito Federal: a integração linguística como garantia dos direitos humano. **Forma Breve**, Universidade de Aveiro, v. 1, p. 643-658, 2018.

GRECO, R. **Sistema prisional**: colapso atual e soluções alternativas. Rio de Janeiro: Impetus, 2020.

GRENZ, S. J.; GURETZKI, D. (Orgs.). **Dicionário de teologia**. Tradução: João Silva. São Paulo: Vida, 2005.

GUIMARÃES, E. Brasil: país multilíngue. **Ciência e Cultura**, v. 57, n. 2, p. 22-23, 2005. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000200014&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 29 jul. 2025.

GUMPERZ, J. J. **Discourse strategies**. Cambridge: Cambridge University, 1982.

GUMPERZ, J. J. Convenções de contextualização. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (Orgs.). **Sociolinguística interacional**. 2. ed. rev. ampl. Tradução: José Luiz Meurer e Viviane Heberle. São Paulo: Loyola, 2013. p. 149-182.

GUMPERZ, J. J. Sobre o método sociolinguístico interacional. In: FABRICIO, B. F. (Org.). **Sociolinguística interacional**: perspectivas inspiradores e desdobramentos contemporâneos. Tradução: Ana C. Ostermann e Daniela N. P. de Andrade. Rio de Janeiro: Mórula, 2020. p. 79-104.

HALE, S. B. **Community interpreting**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2007.

HALE, S. B. Controversies over the role of court interpreter. In: VALERO-GARCÉS, C.; MARTIN, A. (eds.). **Crossing borders in community interpreting**: definitions and dilemmas. Amsterdam: John Benjamins, 2008. p. 99-122.

HAMMERSLEY, M.; ATKINSON, P. **Ethnography: principles in practice**. London: Routledge, 2007.

HARRIS, C. Bilingual speakers in the lab: psychophysiological measures of emotional reactivity. **Journal of Multilingual and Multicultural Development**, v. 25, p. 223-247, 2004.

HARRIS, C.; AYÇIÇEĞİ, A.; GLEASON, J. Taboo words and reprimands elicit greater autonomic reactivity in a first than in a second language. **Applied Psycholinguistics**, v. 4, p. 561-578, 2003. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doi/10.1017/S0142716403000286>. Acesso em: 29 jul. 2025.

HATIM, B.; MASON, I. **Discourse and the translation**. London: Longman, 1990.

HEIDERMAN, W. L.; WEININGER, M. J. Narratives as approach to interpreter identity. **Cad. Trad.**, Florianópolis, v. 39, n. 3, p. 50-89, 2019.

HERNÁNDEZ PLAZA, S. Sociedades y conflictos II: el papel de la acción mediadora en la intervención social con población inmigrante. In: GUERRERO VILLALBA, J. A. (Coord.). **Estudios sobre la mediación intercultural**. Almería: Universidad de Almería, 2006. p. 93-106.

HOLANDA, S. B. A língua-geral em São Paulo. In: HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**, São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 122-133.

HOLLY, M. L.; ALTRICHTER, H. Diários de pesquisa. In: SOMEKH, B.; LEWIN, C. (Orgs.). **Teoria e métodos de pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 79-89.

HOLMES, J. S. The name and nature of translation studies. In: LAWRENCE, V. (Ed.). **The translation studies reader**. London: Routledge, 2000. p. 172-185.

- HOUSE, J. A model for translation quality assessment. Tübingen: Gunter Narr, 1977.
- HYMES, D. H. The ethnography of speaking. In: GLADWIN, T.; STURTEVANT, W. C. (Eds.). **Anthropology and human behavior**. Washington (DC, USA): Anthropology Society of Washington, 1962. p.13-53.
- HYMES, D. H. Models of the interaction of language and social life. In: GUMPERZ, J. J.; HYMES, D. H. (Eds.). **Directions in sociolinguistics: the ethnography of communication**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1972. p. 35-71. Disponível em: <http://www.mapageweb.umontreal.ca/tuiteki/cours/2611pdf/hymes-models.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2025.
- INGHILLERI, M. Habitus, field and discourse: interpreting as a socially situated activity. **Target**, Amsterdam, v. 15, n. 2, p. 243-268, 2003.
- INGHILLERI, M. The sociology of Bourdieu and the construction of the 'object' in translation and interpreting studies. **The Translator**, v. 11, n. 2, p. 125-145, 2005.
- JACQUEMET, M. T-offenses and metapragmatic attacks: strategies of interactional dominance. **Discourse & Society**, v. 5, n. 3, p. 297-319, 1994. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/09579265940050030>. Acesso em: 29 jul. 2025.
- JACQUEMET, M. Transidiomatic practices: language and power in the age of globalization. **Language & Communication**, n. 25, p. 257-277, 2005.
- JACQUEMET, M. Translating and interpreting in the 21st century: practice and policy. In: DURANTI, A. (Ed.). **A companion to linguistic anthropology**. Malden (MA, USA): Blackwell, 2009. p. 107-122.
- JACQUEMET, M. Crosstalk 2.0: asylum and communicative breakdowns. **Text & Talk**, v. 31, n. 4, p. 475-497, 2011.
- JACQUEMET, M. Asylum and superdiversity: the search for denotational accuracy during asylum hearings. **Language & Communication**, v. 44, p. 72-81, 2015.
- JACQUEMET, M. Beyond the speech community: on belonging to a multilingual, diasporic, and digital social network. **Language & Communication**, v. 68, p. 46-56, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.langcom.2018.10.010>. Acesso em: 29 jul. 2025.
- JACOBSEN, B. **Pragmatic meaning in court interpreting**: an empirical study or additions in consecutively interpreted question-answer dialogues. PhD thesis – Aarhus School of Business, Aarhus Universitet, Aarhus, 2002.
- JENSEN, P. A. SI: a note on error typologies and the possibility of gaining insight in mental processes. **Meta**, v. 30, n. 1, p. 106-113, 1985. Disponível em: <https://doi.org/10.7202/003262ar>. Acesso em: 29 jul. 2025.
- JØRGENSEN, J. N.; KARREBÆK, M. S.; MADSEN, L. M.; MØLLER, J. S. Polylinguaging in Superdiversity. **Diversities**, v. 13, n. 2, p. 23-37, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.58002/qzt0-sk80>. Acesso em: 29 jul. 2025.
- JOSEFOVICZ, V. C. Os procedimentos pré-processuais nos Estados Unidos e sua contribuição para a celeridade processual. **Justiça & Cidadania**, n. 258, 2022. Disponível em: <https://www.editorajc.com.br/os-procedimentos-pre-processuais-nos-estados-unidos-e-sua-contribuicao-para-a-celeridade-processual/>. Acesso em: 29 jul. 2025.

JUNGER DA SILVA, G.; CAVALCANTI, L.; LEMOS SILVA, S.; DE OLIVEIRA, A. T. R. **Refúgio em números**: 2024. Brasília: OBMigra, 2024. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2024/Ref%C3%BAgio%20em%20N%C3%BAmeros%20-%209ed/Ref%C3%BAgio%20em%20N%C3%BAmeros%20%20edicao%20-%20final.pdf, Acesso em: 30 jul. 2025.

KADE, O. Casualidade e regularidade na tradução. In: CARDOZO, M. M.; HEIDERMAN, W.; WEININGER, M. J. (Eds.). **A escola tradutológica de Leipzig**. Tradução: Maurício M. Cardozo e Caio Costa Pereira. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2009. cap. 2-4, p. 10-35.

KAUFERT, J.; PUTSCH, R. Communication through interpreters in healthcare: ethical dilemmas arising from differences in class, culture, language and power. **The Journal of Clinical Ethics**, v. 8, n. 1, p. 71-87, 1997.

KENT, S. J. "Why bother?": institutionalization, interpreter decisions, and power relations. In: WADENSJÖ, C.; DIMITROVA, B. E.; NILSSON, A. (Eds.). **The critical link 4: professionalisation of interpreting in the community**. Amsterdam: John Benjamins, 2007. p. 193-204.

KRAPF, E. The choice of language in polyglot psychoanalysis. **Psychoanalytic Quarterly**, v. 24, p. 343-357, 1955.

KRASHEN, S. D. Second language acquisition and second language learning. Oxford: Pergamon, 1981.

KRASHEN, S. D. Principles and practice in second language acquisition. Oxford: Pergamon, 1982.

LABOV, W. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1972.

LAMBERT, J. How ethical are codes of ethics? Using illusions of neutrality to sell translations. **Journal of Specialised Translation**, v. 30, p. 267-287, 2018.

LEDERER, M. Simultaneous interpretation: units of meaning and other features. In: GERVER, D.; SINAIKO, H. W. (Org.). **Language Interpretation and Communication**. New York: Plenum, 1978. p. 323-332.

LEDERER, M. The role of cognitive complements in interpreting. In: BOWEN, D.; BOWEN, M. **Interpreting: yesterday, today, and tomorrow**. Binghamton (NY, USA): State University of New York, 1990. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/300854817_The_role_of_cognitive_complements_in_interpreting. Acesso em: 29 jul. 2025. p. 53-60.

LEDERER, M. **Translation: the interpretive model**. Translated by Ninon Larché. London: Routledge, 1994.

LEDERER, M. The interpretive theory of translation: a brief survey. **El Lenguaraz: Revista Académica del Colegio de Traductores Públicos de la Ciudad de Buenos Aires**, v. 1, n. 1, 1998.

LÈVY, P. **Cibercultura**. Tradução: Carlos I. Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

LÈVY, P. **Ciberdemocracia**. Tradução: Alexandre Emilio. São Paulo: Instituto Piaget, 2002.

LIMA, F. O sistema prisional brasileiro e os direitos humanos. **Revista de Direitos Humanos**, v. 2, n. 3, p. 23-37, 2019.

MACHADO, G. V.; RIBEIRO NETO, M. P. Presos estrangeiros no Brasil e o problema da seletividade penal. **Revista DCS**, v. 11, n. 35, 2014. Disponível em: <https://ojs.revistadcs.com/index.php/revista/article/view/1683>. Acesso em: 29 jul. 2025.

MARCUS, G. E.; FISCHER, M. M. J. **Anthropology as cultural critique**: an experimental moment in the human sciences. Chicago: University of Chicago, 1986.

MARTÍN, A. La interpretación social en España. KELLY, D. A. (Ed.). **La traducción y la interpretación en España hoy**: perspectivas profesionales. Granada: Comares, 2000. p. 207-224.

MARTÍN, M. C.; PHELAN, M. Interpreters and cultural mediators: different but complementary roles. **Translocations**: Migration and Social Change, v. 6, n. 1, 2010. Disponível em: https://doras.dcu.ie/16481/1/Martin_and_Phelan_Translocations.pdf. Acesso em: 29 jul. 2025.

MARTÍNEZ-GÓMEZ, G. A. La integración lingüística en las instituciones penitenciarias españolas y europeas. In: GONZÁLEZ, L.; HERNÚÑEZ, P. (Coords.). **El español, lengua de traducción para la cooperación y el diálogo**. Toledo: UCLM, 2009. p. 485-500. Disponível em: https://cvc.cervantes.es/lengua/esletra/pdf/04/051_martinez.pdf. Acesso em: 29 jul. 2025.

MASON, I. Introduction. In: I. MASON. **Triadic exchanges**: studies in dialogue interpreting. Manchester: St. Jerome, 2001. p. 1-5.

MELO, J. S.; FONTES, A. A. L. Bilíngues sentem e expressam emoções da mesma forma em cada língua? Um estudo com brasileiros falantes de português e inglês. **Cadernos de Linguística**, v. 2, n. 4, p. 1-29, 2021.

METZGER, M. **Sign language interpreting**: deconstructing the myth of neutrality. Washington (DC, USA): Gallaudet University, 1999.

MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

MIKKELSON, H. The professionalization of community interpreting. In: JÉRÔME-O'KEEFE, M. M. (Ed.). **Global vision**: proceedings of the 37th annual conference of the American Translators Association. [S. l.]: John Benjamins, 1996. Disponível em: <https://acebo.myshopify.com/pages/the-professionalization-of-community-interpreting>. Acesso em: 29 jul. 2025.

MIKKELSON, H. Interpreting is interpreting – or is it? San Diego (CA, USA): Acebo, 1999. (Originally presented at the GSTI 30th Anniversary Conference, January 1999.) Disponível em: <https://acebo.myshopify.com/pages/interpreting-is-interpreting-or-is-it>. Acesso em: 29 jul. 2025.

MIKKELSON, H. **Introduction to court interpreting**. 2nd. ed. London: Routledge, 2017.

MIKKELSON, H.; JOURDENAIS, R. **The Routledge handbook of interpreting**. London: Routledge, 2015.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11, ed, São Paulo: Hucitec, 2008.

MOITA LOPES, L. P. **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2008.

MOITA LOPES, L. P. (Org.). **O português no século XXI**: cenário geopolítico e sociolinguístico. São Paulo: Parábola, 2019.

MONTEOLIVA-GARCÍA, E. The last ten years of legal interpreting research (2008-2017): a review of research in the field of legal interpreting. **Language and Law = Linguagem e Direito**, Porto (Portugal), v. 5, n. 1, p. 38-61, 2018. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/LLLD/article/view/4546>. Acesso em: 29 jul. 2025.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução: Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MUNDAY, J. **Introducing translation studies**: theories and applications. New York: Routledge, 2012.

NIDA, E. A. **Towards a science of translating**: with special reference to principles and procedures involved in Bible translating. Leiden: Brill, 1964.

NOGUEIRA, L. O problema da língua nacional. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.

NORDIN, J. N. **Introdução à interpretação forense no Brasil**. São Paulo: Transitiva, 2018.

O'CONNELL, D. C.; KOWAL, S. Transcription as a crucial step of data analysis. In: FLICK, U (Ed.). **The SAGE handbook of qualitative data analysis**. London: SAGE, 2004. p. 64-78.

OLIVEIRA, G. M. **Plurilinguismo no Brasil**. Brasília: Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL) – Representação UNESCO no Brasil, 2008. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000161167>. Acesso em: 29 jul. 2025.

OLIVEIRA, G. M. Brasileiro fala português: monolingüismo e preconceito lingüístico. **Linguasagem**, v. 11, n. 1, 2010. Disponível em: <https://www.linguasagem.ufscar.br/index.php/linguasagem/article/view/591>. Acesso em: 29 jul. 2025.

OLIVEIRA, P. Qual ética? In: ESTEVES, L.; VERAS, V. **Vozes da tradução**: éticas do traduzir. São Paulo: Humanitas, 2014. p. 257-274.

OLIVEIRA, P. R. Sistema prisional brasileiro e grupos vulneráveis. Florianópolis: Insular, 2018.

OLIVEIRA, G. M.; SILVA, J. I. Quando barreiras linguísticas geram violação de direitos humanos: que políticas linguísticas o Estado brasileiro tem adotado para garantir o acesso dos imigrantes a serviços públicos básicos? **Gragoatá**, Niterói, v. 22, n. 42, p. 131-153, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/318414562>. Acesso em: 29 jul. 2025.

ORIGUELA, D. A. **Interpretação comunitária e migração no Brasil**. 2020. 248 f. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

OTSUJI, E.; PENNYCOOK, A. Metrolingualism: fixity, fluidity and language in flux. **International Journal of Multilingualism**, London, v. 7, n. 3, p. 240-254, 2010.

OZOLINS, U. Communication needs and interpreting in multilingual settings: the international spectrum of response. In: ROBERTS, R. P.; CARR, S. E.; ABRAHAM, D.; DUFOURL, A. (Eds.) **The critical link 2: interpreters in the community**. Amsterdam: John Benjamins, 2000. p. 21-33.

OZOLINS, U. The description of interpreting and their ethical consequences. **FITISPOs: International Journal**, v. 1, p. 23-41, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.37536/FITISPOs-IJ.2014.1.0.9>. Acesso em: 29 jul. 2025.

PAGURA, R. Tradução & interpretação. In: AMORIM, L. M.; BASTOS, M. C.; MENDES, M. J. (Orgs.). **Tradução & interpretação: interfaces e fronteiras**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003. p. 209-220.

PAGURA, R. J. A teoria interpretativa da tradução (théorie du sens) revisitada: um novo olhar sobre a desverbalização. **TradTerm**, São Paulo, v. 19, p. 92-108, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2317-9511.tradterm.2012.47347>. Acesso em: 29 jul. 2025.

PENNYCOOK, A. Mobile times, mobile terms: the trans-super-poly-metro movement. In: COUPLAND, N. (Ed.). **Sociolinguistics: theoretical debates**. Cambridge: Cambridge University, 2016. p. 201-216.

PHELAN, M. Codes of ethics. In: PHELAN, M.; RUDVIN, M.; SKAADEN, H.; KERMIT, P. **Ethics in public service interpreting**. New York: Routledge, 2020. p. 85-145.

PÖCHHACKER, F. 'Getting organized': the evolution of community interpreting. In: **Interpreting**, v. 4, n. 1, p. 125-140, 1999.

PÖCHHACKER, F. **Introducing interpreting studies**. London: Routledge, 2004.

PÖCHHACKER, F. Interpreting as mediation. In: VALERO GARCÉS, C.; MARTIN, A. **Cross borders in community interpreting: definitions and dilemmas**. Amsterdam: John Benjamins, 2008. p. 9-26.

PÖCHHACKER, F. Conexões fundamentais: afinidade econvergência nos estudos da interpretação. Tradução de Mylene Queiroz. **Scientia Traductionis**, n. 7, p. 61-75, 2010a. (Título original: Critical linking up: kinship and convergence in interpreting studies. Originalmente publicado em 2004.) Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/scientia/article/view/1980-4237.2010n7p61/12934>. Acesso em: 3 ago. 2025.

PÖCHHACKER, F. Interpreting studies. In: GAMBIER, Y.; VAN DOORLER, L. **Handbook of translation studies**. Amsterdam: John Benjamins, 2010b. v. 1, p. 158-172.

PÖCHHACKER, F. (Ed.). **Routledge encyclopedia of interpreting studies**. London: Routledge, 2015.

PÖCHHACKER, F.; SHLESINGER, M. (Eds.). **The interpreting studies reader**. London: Routledge, 2001.

- POKORN, N. K; JUŽNIČ, T. M. Community interpreters versus intercultural mediators: is it really all about ethics? **Translation and Interpreting Studies** v. 15, n. 1, p. 80-107, 2020.
- PÖLLABAUER, S. Community interpreting. In: CHAPELLE, C. A. **The encyclopedia of applied linguistics**. New Jersey (USA): Blackwell, 2013. p. 746-753.
- PRATT, M. L. Utopias linguísticas. Tradução: André M. do Nascimento e Joana P. Pinto. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, v. 5, n. 2, p. 437-459, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-18132013000200011>. Acesso em: 30 jul. 2025.
- QUEIROZ, M. **Interpretação médica no Brasil**. 2011. 136 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
- QUEIROZ, M. Panorama da interpretação em contextos médicos no Brasil: perspectivas. **Tradterm**, v. 23, p. 193-223, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2317-9511.tradterm.2014.85577>. Acesso em: 3 ago. 2025.
- RABIN, C. **The linguistics of translation**. London: Secker and Warburg, 1958.
- RAMPTON, B. **Language in late modernity**: interaction in an urban school. Cambridge: Cambridge University, 2006.
- RAMPTON, B. Linguistic ethnography, interactional sociolinguistics and the study of identities. **Applied linguistics methods**; a reader. London: Routledge, 2010. p. 234-250.
- RAMPTON, B. **Interactional sociolinguistics**. 2017. (Working papers in urban languages & literacies. Paper 215.) Disponível em: https://wpull.org/wp-content/uploads/2022/04/WP205_Rampton_2017_Interactional_Socioli.pdf. Acesso em: 30 jul. 2025.
- REMLAND, M. S; JONES, T. S. Emotions in intercultural communication. In: SCHIEWER, G. L.; ALTARRIBA, J.; NG B. C. (Eds.). **Language and emotion**, Berlin; Boston: de Gruyter Mouton, 2023. p. 1258-1275. (Handbücher zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft / Handbooks of Linguistics and Communication Science [HSK]. v. 46/2.)
- RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (Orgs.). **Sociolinguística interacional**. São Paulo: Loyola, 2013.
- ROBERTS, R. P. Community interpreting today and tomorrow. In: CARR, S. E.; ROBERTS, R. P.; DUFOUR, A.; STEYN, D. (Orgs.). **The critical link**: interpreters in the community. Amsterdam: John Benjamins, 1997. p. 7-28.
- ROBERTS, R. P.; CARR, S. E.; ABRAHAM, D.; DUFOURL, A. (Eds.) **The critical link 2**: interpreters in the community. Amsterdam: John Benjamins, 2000.
- RODRIGUES, J. H. A vitória da língua portuguesa no Brasil colônia. **Humanidades**, Brasília, v. 1, n. 4, p. 21-42, 1983. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/B1D00008.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2025.
- ROY, C. B. An interactional sociolinguistic analysis of turn-taking in an interpreted event. **Interpreting**, v. 1, n. 1, p. 39-67, 1996.
- ROY, C. B. **Interpreting as a discourse process**. Oxford: Oxford University, 2000.

RUDVIN, M. How neutral is 'neutral'? Issues in interaction and participation in community interpreting. In: GARZONE, G.; VIEZZI, M. (Eds.). **Interpreting in the 21st century: challenges and opportunities: selected papers from the 1st Forli Conference on Interpreting Studies**. Amsterdam: John Benjamins, 2002. p. 217-233.

RUDVIN, M. Professionalism and ethics in community interpreting: the impact of individualist versus collective group identity. **Interpreting**, v. 9, p. 47-69, 2007.

RUDVIN, M. Situating interpreting ethics in moral philosophy. In: PHELAN, M.; RUDVIN, M.; SKAADEN, H.; KERMIT, P. **Ethics in Public Service Interpreting**, New York: Routledge, 2020. p. 24-84.

RUDVIN, M.; TOMASSINI, E. Interpreting in the community and workplace: a practical teaching guide. London: Palgrave Macmillan, 2011.

RUIZ, A.; SORIA, E. La interpretación social y la mediación intercultural en el ámbito escolar: un estudio exploratorio sobre las necesidades de interpretación en la ciudad de Córdoba. **Sendebare**: Revista de Traducción e Interpretación, n. 27, p. 51-71, 2016. Disponível em: <https://revistaseug.ugr.es/index.php/sendebare/article/view/4596>. Acesso em: 29 jul. 2025.

SALEVSKY, H. The distinctive nature of interpreting studies. **Target**, v. 5, n. 2, p. 149-167, 1993.

SANTOS, S. A. S.; POLTRONIERE-GESSNER, A. V. O papel da tradução e da interpretação para grupos vulneráveis no acesso à justiça. **Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal**, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 69-83, 2019. Disponível em: <https://revista.defensoria.df.gov.br/index.php/revista/article/view/15/12>. Acesso em: 30 jul. 2025.

SCHÄFFNER, C.; KREDENS, K.; FOWLER, Y. (Eds.). **Interpreting in a changing landscape: selected papers from Critical link 6**. Amsterdam: John Benjamins, 2013.

SCHEGLOFF, E. A.; SACKS, H. Opening up closings. **Semiotica**, v. 8, n. 4, p. 289-327, 1973. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/semi.1973.8.4.289>. Acesso em: 3 ago. 2025.

SCHJOLDAGER, A. Interpreting research and the 'Manipulation school' of translation studies. **Target**, v. 7, n. 1, p. 29-45, 1995.

SCHWEDA-NICHOLSON, N. Professional ethics for court and community interpreters. In: HAMMOND, D. L. **Professional issues for translators and interpreters**. Amsterdam: John Benjamins, 1994. p. 79-98.

SELESKOVITCH, D. **Interpreting for international conferences**. Washington (DC, USA): Pen and Booth, 1978.

SENAPPEN – SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAS. **Relatório da população estrangeira**. 2022. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMDY2ODEzOTgtYmJlMy00ZmVkLWlwMTMtMTJjZDQwZWRIYjdhliwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 8 out. 2024.

SENAPPEN – SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAS. **Relatório da população estrangeira**. 2023. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMDY2ODEzOTgtYmJlMy00ZmVkLWlwMTMtMTJjZDQwZWRIYjdhliwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>

[MTJjZDQwZWRIYjdhlwiidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9](#). Acesso em: 8 out. 2024.

SENAPPEN – SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIAS. **Relatório da população estrangeira**. 2024. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiMDY2ODEzOTgtYmJlMy00ZmVklWlWMTEtMTJjZDQwZWRIYjdhlwiidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 8 out. 2024.

SETTON, R. Revisiting the classics: Seleskovitch: a radical pragmatist before her time. **The Translator**, v. 8, n. 1, p. 117-124, 2002.

SILVA, C. M. A superlotação do sistema prisional: um retrato da realidade. **Revista Brasileira de Criminologia**, v. 5, n. 1, p. 45-62, 2017.

SILVA, J. I. O debate sobre direitos linguísticos e o lugar do linguista na luta dos sujeitos falantes de línguas minorizadas: quem são os protagonistas? **Rev. bras. linguist. apl.**, v. 17, n. 4, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6398201711347>. Acesso em: 29 jul. 2025.

SILVERSTEIN, M. Metapragmatic discourse and metapragmatic function. In: LUCY, J. A. (Ed.). **Reflexive language**: reported speech and metapragmatics. New York: Oxford University, 1993. p. 33–58. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/abs/reflexive-language/metapragmatic-discourse-and-metapragmatic-function/B688FD3B277218FC2D790F062299C5F2>. Acesso em: 3 ago. 2025.

SILVERSTEIN, M. How language communities intersect: is ‘superdiversity’ an incremental or transformative condition? **Language & Communication**, v. 44, p. 82-94, 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0271530914000962>. Acesso em: 3 ago. 2025.

SMIRNOV, S. An overview of liaison interpreting. **Perspectives: Studies in Translatology**, v. 5, n. 2, p. 211-226, 1997.

SOUZA, J. P. Teoria da tradução: uma visão integrada. **Revista de Letras**, v. 1/2, n. 20, p. 51-67, 1998.

SPOTTI, M. “It’s all about naming things right”: the paradox of web truths in the Belgian asylum-seeking procedure. In: GILL, N.; GOOD, A. (Eds.). **Asylum determination in Europe**: ethnographic perspectives. New York: Spring, 2018. v. 1, p. 69-90.

SPOTTI, M.; BLOMMAERT, J. Bilingualism, multilingualism, globalization and superdiversity: Toward sociolinguistic repertoires. In: GARCIA, O.; FLORES, N.; SPOTTI, M. (Eds.). **The Oxford handbook of language and society**. New York: Oxford University, 2017. p. 161-178.

SPOTTI, M.; KROON, S.; LI, J. New speakers of new and old languages: an investigation into the gap between language practices and language policy. **Language Policy**, v. 18, p. 535-551, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10993-018-9503-5>. Acesso em: 30 jul. 2025.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Basics of qualitative research**: grounded theory procedures and techniques. London: SAGE, 1990.

STROBEL, K. **História da educação de surdos**. Trabalho de conclusão de curso (licenciatura em letras-libras) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009. Disponível em: http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificada/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf. Acesso em: 30 jul. 2025.

SUASSUNA, L. A teoria sociointeracionista de Mikhail Bakhtin e suas implicações para a avaliação educacional. In: SUASSUNA, L. **Ensaio de pedagogia da língua portuguesa**. Recife: UFPE, 2006. p. 205-220.

TANNEN, D.; WALLAT, C. Enquadres interativos e esquemas de conhecimento em interação: exemplos de um exame/consulta médica. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (Orgs.). **Sociolinguística interacional**. Tradução: Parmênio Camurça Citó. São Paulo: Loyola, 2013. p. 183-214.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1986.

TSENG, J. **Interpreting as an emerging profession in Taiwan: a sociological model**. Master's thesis – Fu Jen Catholic University, Taiwan, 1992.

TOURY, G. **Descriptive translation studies and beyond**. Amsterdam: John Benjamins, 2012.

UNESCO – UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. Executive Board. World Conference on Linguistic Rights: 1996. **Universal declaration of linguistic rights**. 1996. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000104267>. Acesso em: 1 ago. 2025.

VALERO-GARCÉS, C. Prisons as communities of practice: an example of situated and collaborative learning in translation and interpreting. **JoSTrans: The Journal of Specialised Translation**, n. 37, p. 99-115, 2022. Disponível em: https://jostrans.soap2.ch/issue37/art_valero.php. Acesso em: 30 jul. 2025.

VALERO-GARCÉS, C.; MARTIN, A. **Crossing borders in community interpreting**. Amsterdam: John Benjamins, 2008.

VALERO-GARCÉS, C.; VITALARU, B.; LÁZARO GUTIÉRREZ, R. **Manual de introducción a la traducción e interpretación en los servicios públicos**: curso básico. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, 2019a.

VALERO-GARCÉS, C.; VITALARU, B.; LÁZARO GUTIÉRREZ, R. Guía de las buenas prácticas sobre como trabajar con traductores e intérpretes en el ámbito penitenciario. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, 2019b.

VARGAS-URPI, M. State of the art in community interpreting research: mapping the main research topics. **Babel: International Journal of Translation**, v. 58, n. 1, p. 50-72, 2012. Disponível em: <https://repositori-api.upf.edu/api/core/bitstreams/1c9b0fbc-1b16-426f-90ae-05613983bc1f/content>. Acesso em: 30 jul. 2025.

VERMEER, H. J. Skopos and commission in translational action. In: VENUTI, L. (Ed.). **The translation studies reader**. London: Routledge, 2012.

VERREPT, H. Intercultural mediation: an answer to health care disparities? In: VALERO-GARCÉS, C.; MARTIN, A. (Eds.). **Crossing borders in community interpreting: definitions and dilemmas**. Amsterdam: John Benjamins, 2008. p. 87-202.

VERREPT, H. What are the roles of intercultural mediators in health care and what is the evidence on their contributions and effectiveness in improving accessibility and quality of care for refugees and migrants in the WHO European Region? [S.l.]: World Health Organization Regional Office for Europe, 2019. (Health evidence network synthesis report 64.) Disponível em:

<https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/327321/9789289054355-eng.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 30 jul. 2025.

VERTOVEC, S. Super-diversity and its implications. **Ethnic and Racial Studies**, v. 30, n. 6, p.1024-1054, 2007.

WADENSJÖ, C. **Interpreting as interaction**. London: Longman, 1998.

WADENSJÖ, C. Telephone interpreting and the synchronization of talk in social interaction. **The Translator**, v. 5, n. 2, p. 247-264, 1999.

WADENSJÖ, C.; DIMITROVA, B. E.; NILSSON, A. (Eds.). **The critical link 4: professionalisation of interpreting in the community**. Amsterdam: John Benjamins, 2007.

WILLIAMS, J.; CHESTERMAN, A. **The map: a beginner's guide to doing research**. Manchester (UK): St. Jerome, 2002.

WODAK, R. **Discourse and discrimination: rhetorics of racism and antisemitism**. London: Routledge, 1995.

YUSTE FRÍAS, J. Por una comunicación transcultural en los servicios públicos de traducción e interpretación. In: FERREIRO VÁZQUEZ, Ó. (Ed.). **Traducir e interpretar lo público**. Granada: Comares, 2016. p. 105-119.

Apêndice A: Entrevistas com servidores

Em conformidade com os princípios éticos da pesquisa e visando à preservação da identidade dos participantes, os nomes dos entrevistados foram omitidos. Optou-se pelo uso das iniciais do primeiro nome e/ou do sobrenome ou, quando pertinente, pela substituição dos nomes pelos respectivos cargos ocupados na instituição.

1. Entrevista com assistente social da penitenciária

ENTREVISTADORA

Prontinho, Clara. Bom, hoje é dia, 26 de 12 de 2023. Você pode me dar o seu nome completo?

ENTREVISTADA

(nome real em sigilo)

ENTREVISTADORA

Quero agradecer primeiramente pela entrevista que você está me dando. Faz muito sentido para a minha pesquisa, essa entrevista. Agradeço imensamente pela oportunidade que eu vou ter de conversar com você.

ENTREVISTADA

Eu que agradeço.

ENTREVISTADORA

Olha isso, Clara. O que eu queria saber um pouquinho, queria que você contasse um pouquinho da história da sua entrada, de quando você começou como servidora aqui, neste tipo de serviço, o que a levou a vir trabalhar aqui no presídio, queria que você falasse também da parte profissional, da sua formação, e o que a levou a escolher essa atividade e trabalhar nesse tipo de serviço público, que é o presídio.

ENTREVISTADA

Sim, eu me formei em 2006 lá em Bauru, e na época antes mesmo de me formar havia feito concurso mais pra treino, não me imaginava, pode ser alguma, trabalhar numa unidade prisional. Mas foi que eu prestei concurso pra cá e pra Fundação Casa também, que abriga os privados de liberdade mais menores de idade. E eu fui chamada pelos dois. Olha, já tava no meu destino. Então a primeira vez que eu entrei nos muros foi na Fundação Casa, em 2008. Fui, porque era a única opção de emprego que eu tinha no momento, mas eu não me via naquilo. Mas eu me apaixonei. Achei que, enquanto assistente social, a gente gosta e quer atuar junto àqueles que mais precisam desse apoio, mais vulneráveis, aquele que precisa de política pública, que precisa de alguém que olhe pelos seus direitos. E eu não consigo achar em nenhum outro espaço da sociedade alguém que está tão desprovido de tudo do que quem está privado de liberdade. A sociedade toda vê de uma forma totalmente preconceituosa, como se alguém que não tivesse direitos e como alguém que fosse, assim, devia ter sido excluído de tudo. Tem gente fala que tem que colocar gasolina e queimar todo mundo, que a sociedade vê assim. Então, eu acho que para quem escolheu ser assistente social é um espaço de inúmeras possibilidades, né, desafios. Então, foi isso que me fez ficar aqui. Então, eu entrei nos muros da prisão em 2008 na Fundação Casa e em 2010 eu vim pra cá. Quando eu vim para cá foi muito natural, mas eu fiquei um pouco ressabiada quando eu vi a questão do estrangeiro. Isso me deixou assim, eu não sabia. E foi um novo desafio. Então a escolha, na verdade, ela aconteceu aleatória na minha vida. Não foi algo que eu quis. Mas foi algo que quando foi colocado na minha vida, eu me dei bem. Não consigo viver longe disso aqui mais.

ENTREVISTADORA

A vida te levou pra esse caminho, não é? Quer dizer, você vai ser uma assistente social e você vai ser uma assistente social para esses vulneráveis.

ENTREVISTADA

Exatamente.

ENTREVISTADORA

Que você acredita que seja de todos os vulneráveis...

ENTREVISTADA

São os mais...

ENTREVISTADORA

São os mais porque eles.

ENTREVISTADA

São os mais... Não tem sentido mais real da nossa vida que é a liberdade. Então lá fora existem muitas pessoas passando por diversos processos de exclusão de alimento, de moradia, de educação, de saúde, de tudo. Mas eles ainda têm o direito de ir e vir. Aqui, eles não têm nem isso, nem o direito de ir e vir. Então eu acho que foi uma forma que eu vi de contribuir, daquilo que eu me propus enquanto profissão, de ver diferente. Porque no Serviço Social a gente tem como lema olhar além do que as pessoas veem. Então eu consigo olhar esse além do que as pessoas veem, né?

ENTREVISTADORA

Entendi. Me conte agora um pouquinho mais da sua rotina agora dentro da penitenciária aqui, onde você faz um trabalho maravilhoso de assistência social para vulneráveis. Como que é essa rotina sua aqui? Me conte um pouquinho dos desafios que você enfrentou quando você já chegou e se deparou com o presídio que era praticamente de estrangeiros.

ENTREVISTADA

Foi terrível, Lúcia, porque eu cheguei pra conhecer a rotina prisional que é diferente da Fundação Casa. Na Fundação Casa, pra você ter uma ideia, é uma assistente social e uma psicóloga que são responsáveis por, juntas, 30 meninos. Então, aqui eu era eu e mais uma assistente social para 1.600. Então, isso já me causou um choque, porque até então lá a gente conseguia acompanhar o menino quando chegava, fazer a visita na casa da família, conhecer a rede que ia receber ele depois, né? Ah, eu moro em Avaré. Nós íamos até Avaré, conhecíamos os projetos que ele podia participar, a escola que ele ia voltar, o bairro que ele morava. Então, era um trabalho bem completo. Aí, quando eu cheguei aqui, é você e mais uma e tem 1.600, 1.700, sei lá quantos. E desses todos estrangeiros ainda. Meu Deus, o que vai ser da minha vida? Então foi um baita de um desafio.

ENTREVISTADORA

Você não fala nenhum idioma?

ENTREVISTADA

Não. Eu estudei muito espanhol quando eu era mais nova, então eu compreendo muito bem. Então quando liga alguma família... principalmente Sul-Americana, eu consigo entender tudo, mas eu fico com um pouquinho de vergonha, sabe? Na hora de falar, porque eu treinei muito enquanto adolescente, muito mesmo. Eu falava super bem, eu gostava, porque eu nunca gostei do inglês, mas eu confesso que eu me sinto mal de estar aqui há 14 anos e eu não ter estudado inglês. Comecei a fazer uns cursos online, mas aí, e tô assim, tentando me incentivar, para ver se eu consigo, porque é uma possibilidade de treino muito grande, eu consigo treinar todo dia. Não é?

ENTREVISTADORA

Aqui é uma riqueza de mistura cultural sem tamanho.

ENTREVISTADA

Exatamente. Mas eu falo assim, hoje eu já consigo entender quem não tá me xingando, porque vai ficando assim no ouvido da gente, né? O som, então eu já consigo entender algumas coisas. E de 2010 a 2014, eu fiquei só com o assistente social. Então eu atendia diariamente, em especial a gente sempre focava naqueles presos que estavam chegando na unidade e que foi preso no aeroporto, no CDP e chegou aqui. Sem nem saber direito quais são as regras do Brasil, o que espera por ele, como é que ele faz para falar com a família dele lá do outro lado do mundo, o que ele tem direito, o que ele tem de dever, eles não

sabiam nada disso. Porque eles são pegos e é tudo muito rápido e infelizmente eles não tiveram essa informação nesse caminho.

ENTREVISTADORA

E como foi essa comunicação linguística em todas essas coisas, quer dizer, uma situação? Como que se deu essa interação?

ENTREVISTADA

No começo, nós contávamos única e exclusivamente com apoio de outros presos. Aí era muito limitado, porque tem situações que você não pode perguntar para um preso diante de outro que vai fazer essa interpretação por questão de segurança. Uma questão muito particular do preso. Então a gente conseguia captar dados, tem preso que se sente inseguro de passar a compartilhar dados de família, para outro preso, porque é um universo que a gente não conhece ali. Se a família dele corre risco ou não. Muitos têm criminalidade, sim, mas muitos não. Como é que ele vai passar o endereço da família dele para o cara passar a assistência social? Nem sabe quais são as intenções desse outro preso para a família dele. Então a gente, assim, a gente ficava com muita dificuldade. E na época tinha um funcionário também que falava muito bem, que não é mais nosso funcionário, então ele nos ajudava muito. Eu ficava nessa, desse funcionário e dos presos nos ajudando ali. Quando a internet começou a melhorar um pouquinho mais, talvez 2013, 2014, as coisas foram começando a melhorar, a gente começou a usar o Google Tradutor. Quando a gente começou a ter acesso ao computador na hora do atendimento, porque no início era papel e caneta. Então não tinha. Quando nós alcançamos o direito a um computador lá, daí eu colocava no Google, digitava, saía pro preso, o preso pegava, digitava, saía pra mim. Então a gente hoje, até hoje isso acontece. É a forma como eu me comunico com eles.

ENTREVISTADORA

Uma hora escrita, uma hora usando um preso, dependendo da situação, uma hora usando algum funcionário.

ENTREVISTADA

Hoje funcionário não muito, porque já não tem.

ENTREVISTADORA

Quase não tem, não é? Quase não tem.

ENTREVISTADA

Um preso, às vezes, principalmente quando atendem na enfermaria, que já tem as faxinas que são de lá, quando é inglês eles ajudam. Mas a grande maioria hoje é só pelo Google Tradutor. Então desde problemas de saúde, que agora como diretora da integração eu acompanho também muito a saúde. Desde localização de família, desde algum problema específico de direito trabalhista no país dele, às vezes deixa filho em algum lugar, a gente vai passar esse filho, então todas essas informações são por escrito no Google Tradutor.

ENTREVISTADORA

Interessante, não é? E me diz aí, uma situação que você passou que nem o Google Tradutor, nem o preso e nem funcionário que se tivesse podia ajudar. Como que vocês ficaram numa situação dessa? Porque me parece que vocês não têm como recorrer a um intérprete profissional, acionar alguém por telefone, nada não é?

ENTREVISTADA

Não, a gente sabe que existe intérprete na questão judicial, porque às vezes a gente recebe peças e fala, lá cita que o intérprete foi chamado.

ENTREVISTADORA

Isso, porque em tribunal é obrigatório.

ENTREVISTADA

Mas eu nunca nem imaginei que tinha e nem imaginei que pudesse chamar, porque eu acho que não tem isso também na nossa rotina, né? Então eu falo que foram muitos perrengues até ter o Google Tradutor, foram muitos, foram 5, 6 anos de muito perrengue. Os chineses foram muito difíceis, teve uma fase que a gente recebeu muitos chineses E não tinha ninguém que falava chinês aqui. Ninguém. Ninguém, mas ninguém mesmo. Então a gente não conseguia fazer nada.

ENTREVISTADORA

E como é que se fazia, então? Gestos?

ENTREVISTADA

Filho?

ENTREVISTADORA

Ah, então você ia por saúde. Aí você ia fazer o gesto do manguito. O manguito da pressão.

ENTREVISTADA

Se tinha problema aqui. Filhos, onde você mora? Mostrava no mapa, né? Assim, os chineses foram bastante problemáticos. Nós tivemos um caso muito difícil uma vez, eu estava já como diretora de saúde, e nós tivemos um búlgaro com problemas psiquiátricos. E aí ele chegou, já chegou, em surto, e ele assim, ele se fechou, porque ele não confiava em ninguém, ele tinha um processo de esquizofrenia, que já se sente perseguido, né, já é característica da doença, e ele ficou na enfermaria, porque não tinha como ele conviver. E aí ele entrou, dentro da cela e ele não saía nem a pau. Não se comunicava com ninguém, não falava português, só falava búlgaro e só havia mais um búlgaro nessa unidade. E nós fomos atrás desse búlgaro para tentar traduzir, para ele ver se ele confiava nele. Mas ele era um búlgaro, e preso doente psiquiátrico, que morava em determinada região... Não sei de onde, lá da Bulgária... Mais para o alto das montanhas... E falava um negócio que esse búlgaro não entendia. E foram trinta dias de contato visual, da gente conseguir conquistar a confiança dele para ele pegar um remédio e tomar. Porque daí, tomando o remédio, gradativamente, aí o surto, o surto saía, aí ele conseguia tomar. Quando ele foi embora daqui, aí ele já estava falando um pouco daquele português arrastado, mas ele via o remédio assim e se não tivesse escrito exatamente o nome que ele estava habituado a tomar, ele não tomava, porque ele tomava depois no injetável. Então esse foi um dos casos que a gente mais sofreu: pela doença psiquiátrica, por não conseguir se comunicar para criar esse vínculo. Então foram 30 dias, ele ficou parecendo um naufrago assim, porque ninguém conseguia chegar perto dele.

ENTREVISTADORA

Nem para ele não ir fazer barba, nem para tomar banho.

ENTREVISTADA

Nada. Ele ficava lá, tinha lá os recursos, ele tomava banho na enfermaria, recebia alimentação, mas ele não deixava ninguém entrar na cela, ele não deixava fazer barba, e a gente não queria deixar nada também cortante com ele, a gente não sabia.

ENTREVISTADORA

Ele ficou, claro, isolado, não é?

ENTREVISTADA

Ele ficou lá na enfermaria isolado. E a gente sempre respeita. Pode ter unidade que às vezes entra com 10 guardas e arranca ele lá de dentro e dá um jeito? Pode ser. Mas aqui a gente sempre opta por respeitar esse direito que ele tem. Ele tava naquele momento de surto. Então a gente esperou ele criar esse vínculo que foi muito visual. Ele via todo dia a mesma pessoa ali. As mesmas pessoas ali, trazendo comida, perguntando se estava bem, fazendo gestos... Aí ele foi confiando e aí até ele conseguir tomar remédio... Depois ele conseguiu, mas isso foi um perrengue que talvez com o domínio do idioma a gente sofreria menos.

ENTREVISTADORA

Sim, com certeza. Se tivesse um intérprete que poderia vir atender, não é?

ENTREVISTADA

Sim, ajudar, explicar.

ENTREVISTADORA

Excepcionalmente se tivesse um intérprete de búlgaro, nós temos o sindicato dos tradutores. Por isso que eu acho que a gente precisa ter políticas públicas. Certos movimentos para disponibilizar esses intérpretes que vêm excepcionalmente ajudar. É isso que eu acho que é bastante complicado. Vocês estão em um microcosmo aqui, extremamente complicado. Quer dizer, quem está lá fora tem uma ideia de presídio. E você que já entrou, você viu que desconstruiu...

ENTREVISTADA

Tudo

ENTREVISTADORA

Tudo. E desconstruiu toda essa questão de presídio, mas a sociedade ainda continua com isso, não é?

ENTREVISTADA

Sim.... Tudo.

Continua. As pessoas perguntavam se eu trabalhava. Você não tem contato, né? Gente, mas eu trabalho lá, claro que eu tenho contato. E qual é o problema de ter contato? O privado de liberdade é hoje quem estava na rua ontem, é quem vai estar na rua amanhã. O que muda? Ele é o mesmo ser humano, é o mesmo, não muda em nada. Quer dizer que quando ele estava fora do espaço da prisão, ele é um cidadão. Ele está dentro, ele não é mais. Isso eu não consigo entender aonde que a sociedade é incoerente a esse ponto, entendeu? Sem contar que eu sei que tem toda uma questão de segurança pública, que as pessoas se revoltam, e eu compreendo a revolta, de ser assaltado, de você ter uma família exposta a uma situação de violência, que eles aliam esse cenário ao da pessoa que está privada de liberdade. Mas por trás da privada de liberdade tem tanta ausência de política pública que ninguém vê. Ninguém quer saber se o preso que está aqui teve água encanada, teve moradia, teve pai, teve mãe, teve acesso à educação. Ninguém quer saber disso, porque isso deixa pra lá.

ENTREVISTADORA

Como se não fosse motivo, mas isso não justifica, não é? É isso que a sociedade pensa.

ENTREVISTADA

Não justifica, mas pode explicar.

ENTREVISTADORA

Explica.

ENTREVISTADA

Pode explicar, porque assim, eu atendo, de 10 presos que eu atendo, o contexto social deles eu posso dar Ctrl-C, Ctrl-V. é particularidade, família numerosa, informalidade de emprego, fome, violência. Toda violência, ela precede de outra violência, ela não vem do nada. Então isso as pessoas fecham os olhos. Uma questão muito básica que alia contexto social e econômico a isso, é que até 2009 a gente não tinha europeu aqui. Quando estourou a crise lá da Europa, 2009, português e espanhol começaram a chegar. Antes não chegava. Mas aí, o que acontece? Faltou opções de trabalho, faltou um monte de coisa, o crime foi uma possibilidade que foi colocada.

ENTREVISTADORA

Fome gera violência, não é?

ENTREVISTADA

Por que a grande maioria são africanos? Aonde é mais fácil você oferecer 10 mil euros pra quem tá passando fome ou pra quem tem uma vida digna? Então não tem como não aliar a exclusão social à prisão, mas eles só querem saber, a sociedade só julga aqui. O que está vendo no raso...

ENTREVISTADORA

Na superfície, teria que se aprofundar, e é muito complicado. Me diga uma coisa: além dessas atividades, por exemplo, como assistente social, e você também está vinculado a atendimento médico, você faz parte de outra, ou já fez parte, sei lá, teve que ficar às voltas com outras atividades, como os cultos, por exemplo, como as atividades educacionais, as laborais, teve algum momento que você viu que as interações são mais complicadas?

ENTREVISTADA

Então, eu nunca presenciei a situação de culto, eu organizo a vinda deles aqui, de quem tem interesse, né? Mas eu imagino que não deva ser uma questão muito fácil, até porque, uma coisa que eu observo, a gente tem uma grande maioria de africanos. E nós não temos nenhuma igreja de raiz afrodescendente aqui.

ENTREVISTADORA

Aham.

ENTREVISTADA

Ninguém vem. E tem tantas religiões, né?

ENTREVISTADORA

Tem. E não vem.

ENTREVISTADORA

O Brasil é um país plurirreligioso.

ENTREVISTADA

Exatamente. As religiões de raiz afrodescendente não vêm. Não vem ninguém. Quando vem um rabino, outro para três, quatro, cinco, talvez, de algum tipo de religião. Então eu percebo que falta essa assistência, mas acaba daí que pode ser que limite muito ao brasileiro que fale bem o português. O brasileiro é lógico fala bem português, mas talvez um ou outro estrangeiro que já mora aqui fale bem, porque a gente recebe congregação, recebe os jeovás, que são pessoas que não falam o mesmo tipo de idioma. Então acho que isso também acaba dificultando o acesso à assistências religiosas, tanto pelo tipo como pela interação.

ENTREVISTADORA

E o que você entende, ou você já ouviu, ou você só viu aqui nos autos, que muitas vezes tem os documentos, não é? E que você vê lá: interprete. Como é que você representa, o que você entende por interpretação, tradução, interpretação de conferência, forense, comunitária?

ENTREVISTADA

Eu acho que eu levo muito no sentido de traduzir. Eu falo e você traduz o que eu estou dizendo para o outro.

ENTREVISTADORA

É isso que você conhece.

ENTREVISTADA

É isso o que eu conheço.

ENTREVISTADORA

Você acha então que talvez se a pessoa é bilíngue ela consegue fazer uma interpretação. É essa ideia que você tem.

ENTREVISTADA

É. Tipo, ela chegou aqui.

ENTREVISTADORA

Quer atender? (o telefone está tocando. Pergunto se ela quer atender)

ENTREVISTADA

Não, não.

ENTREVISTADORA

Pode. Então é assim, você fala, bom, você consegue falar as duas línguas, português e russo? Então vem aqui e fala. E fala o português e o russo.

ENTREVISTADORA

E fala o português e o russo, não é? Então, é interessante você falar isso, porque realmente você ainda tem uma ideia que acontece. “A tradução é isso, faz assim, assim, traduz o que eu tô falando”. Mas, na verdade, o tradutor é aquele que só faz o escrito. Só traduz o escrito. O intérprete é aquele que traduz oralmente.

ENTREVISTADA

Não sabia disso.

ENTREVISTADORA

É então... Muita gente [não sabe] O intérprete, que algumas vezes no Brasil a gente chama de intérprete de tribunal, é aquele que é especializado em tribunais, em salas de audiência. O comunitário é aquele que vai atender juntos com assistência social, que vai atender serviços públicos como presídio, migração, refúgio, atendimento médico, consulta psicológica, psiquiátrica, atendimento de tudo quanto for jeito. E o de conferência é aquele que você vê no Oscar. Eu dou sempre aquele exemplo do Oscar, que é um simultâneo, que está lá na cabine, que você vê na diplomacia também, você vê lá o intérprete de conferência.

ENTREVISTADA

E elas se misturam, essas áreas?

ENTREVISTADORA

Não, essas áreas não se misturam. O problema é que nós só fazemos parte do mesmo universo. Ainda tem o intérprete de Libras. E a gente faz parte do mesmo universo, só que cada um está numa ponta. Por exemplo, o comunitário, normalmente ele tem certas técnicas e certas estratégias e uma formação – que é isso que a gente está batalhando – uma formação diferente do de conferência. As técnicas são outras, não é só passar de um idioma para o outro. Então não é só o bilíngue, a pessoa bilíngue não confere a habilidade de interpretar, para você ter uma ideia. Por isso que tem que ter uma formação. Qual é a formação que nós temos hoje no Brasil? A formação de conferência. Então quem é que está atendendo o tribunal? Os conferencistas, são os intérpretes que vão para conferências, grandes eventos internacionais de medicina, por exemplo, o cara lá vai na cabine, põe o fone e interpreta. Não é uma interpretação que é bate e volta, eles só interpretam o que o palestrante está falando e pronto, não há contato com o palestrante, de certa forma ali, na hora do trabalho. A comunitária não, na comunitária você está em contato, é o pingue-pongue o tempo todo. E uma coisa que a gente tem, claro mesmo, a gente tem todas as estratégias de saber como fazer anotações, não interromper. Por exemplo, no momento errado, você faz anotações, a gente tem símbolos para fazer anotações, que a gente chama de interpretação consecutiva. Tem a interpretação intermitente, com aquele que fala uma palavra, eu passo aqui, fala outra, eu passo aqui. Ou tem a consecutiva, que o cara fala cinco minutos, eu só anoto e depois eu falo. Isso acontece muito em tribunal. Então, tem toda uma formação. Hoje, no Brasil, a formação é de intérprete conferencista, sabe? Com intérprete de conferência. Então, esses são os intérpretes que estão atendendo o tribunal. Olha lá, porque os juramentados não atendem.

ENTREVISTADA

Eu jurava que sabia, ficou o idioma, acabou.

ENTREVISTADORA

Os juramentados não atendem, porque eles vão lá na JUSCESP, fazem lá a prova, o teste, eles são habilitados e têm autorização para carimbar documentos, tipo certidão de nascimento, de casamento, para traduzir, só que eles não são obrigados a atender o serviço público, eles não são servidores públicos. Eles abrem o escritório deles e eles vão cobrar pela tradução deles. Esses são os juramentados. Eles podem atender a justiça se a justiça convocar, chamar e eles quiserem ir. Mas eles não são obrigados. Ou seja, todos os intérpretes que a gente tem no Brasil hoje são de conferência. E para atender um tribunal você tem que ter uma especificidade. Para atender um carcerário e serviços públicos, tem que ser um intérprete comunitário. Que não tem muita formação.

ENTREVISTADA

Ah... tá...

ENTREVISTADORA

Que é para isso que eu estou fazendo a pesquisa.

ENTREVISTADA

E super importante.

ENTREVISTADORA

Não tem a formação de intérpretes comunitários. A interpretação comunitária, ela entra nos cursos de formação de intérpretes e tradutores, mas ela entra como uma disciplina. Ela não entra como uma formação inteira. Então, os intérpretes do Conare são de conferência, os intérpretes do ACNUR são de conferência, os intérpretes da Cáritas são de conferência.

ENTREVISTADA

E todo o Brasil recebe muito.

ENTREVISTADORA

Exatamente.

ENTREVISTADA

O Brasil é um lugar que recebe muito migrante.

ENTREVISTADORA

Então, assim, não faz sentido não ter.

ENTREVISTADA

No nosso contexto, você falando assim, eu penso, como é que nós vivemos até hoje assim? Mas, com certeza, muitas coisas caminhariam melhor se nós tivéssemos tido o respaldo.

ENTREVISTADORA

Exatamente. Tivesse tido o respaldo sociolinguístico também, de interação.

ENTREVISTADA

Imagina, você, Lúcia, foi presa. Você fez alguma coisa? Ou você não fez? Pode ser? Tem os dois contextos. Aí você chega num país estranho, privado de liberdade, não entende o que está acontecendo com você, não tem ninguém que te explique o que está acontecendo e o que vai acontecer com você. Consegue ter angústia maior na vida?

ENTREVISTADORA

É angustiante demais. É demais.

ENTREVISTADA

Demais, demais. Então assim, a gente vai tentando dentro das nossas limitações solucionar essas questões. Mas a gente não soluciona, a gente consegue amenizar.

ENTREVISTADORA

Amenizar.

ENTREVISTADA

A mesma coisa para quem está do outro lado do mundo. Você fica sabendo que o seu irmão foi preso. Lá na “casa do chapéu”. Lá, sei lá, é um país muito longe. Você não sabe falar naquele idioma, como é que você liga lá pra perguntar? Ninguém sabe te atender.

ENTREVISTADORA

Com Certeza. Ninguém sabe. Ninguém sabe. E a família fica no desespero...

ENTREVISTADA

Quando é um país ainda grande, pode ser que tenha um consulado que vai ajudar. Mas até você chegar nesse recurso todo, você já teve o quê? Várias vezes a gente atende aqui também.

ENTREVISTADORA

Essa é a pergunta próxima que eu ia te fazer. Qual é a participação dos consulados nessas interações nas quais vocês têm dificuldade?

ENTREVISTADA

Com o preso, eu nunca tive apoio.

ENTREVISTADORA

Nunca teve apoio consular?

ENTREVISTADA

Diretamente não.

ENTREVISTADORA

De chegar e falar só, nós vamos mandar um intérprete aí?

ENTREVISTADA

Não, eu, na minha pessoa, não. O que eu já tive é apoio para intermediar vínculos de família. Isso a gente recebe bastante. Às vezes o preso chega aqui e consegue dizer pra gente que a família não sabe, a gente passa o endereço no telefone, alguma coisa assim, e eles vão ser desse canal de comunicação com a família lá.

ENTREVISTADORA

Sim.

ENTREVISTADA

Acontece. Quando é, como eu disse pra você, quando alguém aqui fala espanhol, as pessoas ligam e a gente ainda consegue atender. Pra explicar mais ou menos o que a gente faz. Quando é alguém que fala inglês, tem o funcionário L.... ali que ajuda a gente. Ele deu várias famílias pra gente. Mas quando é outra coisa, a gente não consegue. Agora que a gente tem o WhatsApp, eu já cheguei a atender família. Pelo WhatsApp, agora a gente não tem mais como escrever um WhatsApp robô. Até me veio agora na mente, olha, você vê, falando com você. Eu percebi que nenhuma orientação do WhatsApp tá em outra língua. Olha, eu percebi agora que eu falei com você. Só citar, eu não me lembro. Informação de hall de visitas, etc, etc, etc, tudo em português. Aí, poxa, é, acabei... tive essa ideia agora,

não tinha percebido. É, mas assim, aí teve um caso muito recente, inclusive, de um turco, que o pai é idoso, sente problema de saúde, e ele achou o nosso número, não sei aonde, que esse povo acha também, não sei como é que eles conseguem, eles vão fuçando. E ele começou a mandar mensagem em português, só que eu percebi que era um português diferente, então eu pensei: ele estava usando o Google Tradutor. E aí eu comecei a passar pra ele também o turco pelo Google Tradutor. A gente ficou muito tempo falando assim.

ENTREVISTADORA

Nossa, que interessante, né? Então, diga uma coisa, como que você vê essa questão da necessidade do intérprete? Porque assim, nós temos aqui também o microcosmo plurilíngue. Você fala, “como que a gente teria um intérprete aqui?” Como é que você vê essa questão da presença do intérprete? Se ela é fundamental, se ela seria difícil por conta do...

ENTREVISTADA

Fundamental, porque assim, primeiro que é um profissional capacitado tem a questão ética, que seria muito importante, como eu disse pra você, a gente entra em detalhes pessoais da pessoa, que não dá pra gente contar com o apoio só de um preso.

ENTREVISTADORA

Aham

ENTREVISTADA

Não dá. Envolve o problema de saúde, o preso HIV, por exemplo, dependendo da situação, ninguém pode saber que ele é HIV. Porque ele pode sofrer preconceito lá no pavilhão. Então como é que ele vai contar isso pra você com o apoio de um intérprete preso? Do mesmo raio que ele?

ENTREVISTADORA

Exatamente. Nesses casos você acha que teria que ter um intérprete que viria de fora?

ENTREVISTADA

Seria muito bacana se tivesse, com certeza. Um exemplo, ele traficou e a quadrilha não quer que ele denuncie. Se ele denunciar, a família dele corre risco. Como é que ele vai falar onde está a família dele para um intérprete preso, alguém que esteja interpretando ele preso, na mesma cela, que pode ter ligações com essa quadrilha? Não pode. Como é que ele vai contar dados pessoais dele se ele teve um crime sexual ao longo da vida? Ele chega no raio e morre. Então, a gente tendo uma pessoa capacitada que tenha essa questão ética, que é uma questão profissional, a gente teria mais segurança pra gente ir pro privado de liberdade de compartilhar informações.

ENTREVISTADORA

Exatamente, então teria que ser, nesses casos, um profissional. E quando você vê alguma possibilidade do próprio preso ser formado em intérprete e poder atender em algumas situações?

ENTREVISTADA

Em algumas, sim.

ENTREVISTADORA

Quais, por exemplo?

ENTREVISTADA

Todas que não envolvem questões pessoais, como a gente disse. Porque não estou dizendo que o preso é menos ou mais, mas existem questões de segurança que devem ser preservadas, entendeu? Então, eu não sinto segurança de um preso ter acesso a todas as informações que são pertinentes a um caso que envolve família, que envolve o tipo de crime que ele cometeu, que envolve questões de saúde, por exemplo, que são muito particulares. Eu não posso garantir para você que o preso não vai compartilhar lá dentro. Posso garantir que o profissional não vai. Porque ele tá ali, ele tem um código de ética a seguir, né? Agora eu não sei a questão do preso, tem que ser muito bem trabalhado.

ENTREVISTADORA

Mas como que está funcionando hoje essa questão? Todas essas questões que você está me falando hoje funcionam com o Google Tradutor?

ENTREVISTADA

Com o Google Tradutor. Porque daí a gente é só eu e ele.

ENTREVISTADORA

Tá. Aí é só você e o preso. Aí o Google Tradutor entra em ação.

ENTREVISTADA

Exatamente.

ENTREVISTADORA

Agora quando é um atendimento médico, que a médica pergunta algumas coisas, como que...

ENTREVISTADA

Aí o preso pode ajudar.

ENTREVISTADORA

O preso pode falar,

ENTREVISTADA

Pode falar “tô com dor no pé, tô com dor no...” não sei o que, tenho dor na cabeça, tomo aquele remédio, coisas básicas, né?

ENTREVISTADORA

Coisas básicas.

ENTREVISTADA

Aí o preso ajuda.

ENTREVISTADORA

Entendi. Pelas coisas do culto, por exemplo, que também não vão relacionar a vida pessoal.

ENTREVISTADA

Sim, sim, exatamente.

ENTREVISTADORA

Ou algumas questões de trabalho, de orientação de trabalho, ou dentro da escola.

ENTREVISTADA

Eu acho que vai pegar mais no nosso atendimento psicossocial aqui, porque a gente envolve tudo.

ENTREVISTADORA

Uma questão muito sensível, não é?

ENTREVISTADA

Muitas coisas muito sensíveis. E a questão de doenças, infectocontagiosas, alguma coisa assim, que o preso não se sinta confortável de compartilhar com outro preso, que daí é uma questão de sigilo mesmo, né? Da saúde.

ENTREVISTADORA

Entendi. Olha, quer dizer, eu fiz cinco perguntas aqui para você. E aí a gente foi explorando, não é? Aí eu queria saber o seguinte: você acha complicado, dentro desse contexto, você conhece o contexto, o contexto prisional como ele é, você conhece bem porque você trabalha aqui. Você acha que há possibilidade de políticas públicas, a curto prazo, de que alguém tenha algum estalo, por exemplo, nas políticas públicas? Como é que se diz, como o alto escalão, não o alto escalão da política, mas aqueles coordenadores, os superiores, superiores a vocês, veem esses tipos de coisa? Será que eles dão, você acha que eles dão importância pra isso? Será que eles abraçariam uma política pública de intérpretes, de formação dentro da penitenciária?

ENTREVISTADA

Eu acho imprescindível, mas eu não sei se a curto prazo a gente consegue sensibilizar. Porque se você parar pra pensar, a gente tem os estrangeiros aqui desde 2006, se eu não me engano. E nós estamos em 2023. Nenhum movimento até hoje.

ENTREVISTADORA

Ninguém fez nenhum movimento, ninguém teve algum estalo falando, “escuta, a gente...”

ENTREVISTADA

A primeira pessoa que veio falando disso aqui foi você. Que eu saiba, foi. Nós tivemos, por exemplo, lá em 2011, algum consulado disponibilizou um curso pra gente aprender um pouco de inglês, mas assim, não na perspectiva de interpretação comunitária. Na perspectiva de você saber, né, se comunicar com quem fala inglês, assim, amenizar as

dificuldades. Então, assim, são 20 anos, 23, 27, 28 anos. Não, não é 28 anos, muito mais. Não, 2018, 18 anos. E nada.

ENTREVISTADORA

E nada de ninguém? Ninguém? Coordenadoria, SAP?

ENTREVISTADA

Se fizer ficar com eles.

ENTREVISTADORA

SAP, né?

ENTREVISTADA

Coordenadoria Noroeste e SAP. Então, assim, eu nunca vi nenhum movimento nesse sentido. Então, por isso que eu falo pra você. Então, se tivesse uma questão, já teria acontecido. Mas, também, eu vejo um movimento grande da SAP em tentar compreender as especificidades. No momento, então talvez se colocado, pode ser bem aceito, entendeu?

ENTREVISTADORA

Ah, entendi.

ENTREVISTADA

Pode ser começado...

ENTREVISTADORA

Você acha que eles conseguem abraçar, então?

ENTREVISTADA

Pode começar a analisar, porque eu percebo uma inclinação em observar como apoiar as especificidades.

ENTREVISTADORA

Entendeu?

ENTREVISTADA

Então eu acho que é um tema também que aparece bastante, que... que mostra bastante o interesse da SAP em melhorar, então acho que pode ser bem trabalhado.

ENTREVISTADORA

Bem trabalhado, é.

ENTREVISTADA

Não acho que vão engavetar algo, não. Acho que se colocado na ponta pode ser sim, analisado e fomentado. Eu imagino que sim. Espaço tem.

ENTREVISTADORA

Espaço tem para isso, não é?

ENTREVISTADA

Nossa!

ENTREVISTADORA

E apoio, não é?

Agora, viu, Clara... Você sabe a gente tem... eu estava conversando com um pesquisador muito proeminente lá da Universidade de Viena que é o Franz Pöchhacker. Ele assistiu minha palestra e ele estava dando um workshop, pelos vídeos em Belo Horizonte e eu tive a oportunidade de conhecê-lo, pois a gente conhece ele pelos livros e pelos vídeos e tal... E ele estava falando uma coisa muito interessante: que ele achou muito interessante a pesquisa, ele achou uma coisa muito rica, uma coisa de muitas oportunidades, que podem melhorar a vida de vocês e a vida de quem está vulnerável. Porque o vulnerável está lá. Imagine: você preso, ninguém fala seu idioma... A gente se expressa muito melhor, principalmente em coisas muito sensíveis, em nosso idioma.

ENTREVISTADA

Sim! Claro!

ENTREVISTADORA

Você pode falar qualquer coisa. Eles falam português. Eu falei pro Pedro, né? Eles aprendem português, sim, mas a gente se expressa melhor na hora do “vamos ver” na nossa língua.

ENTREVISTADA

Mas eles falam ao longo do tempo. Quantas coisas, quantas águas não rolaram até isso?

ENTREVISTADORA

Então, quantas águas não rolaram? Quantas coisas eles não tiveram que passar se eles tivessem um intérprete e já teria solucionado muito mais rápido, não é? E ele estava falando pra mim que existe muita tecnologia hoje e a gente tem os intérpretes que podem atender por conferência em telefone.

ENTREVISTADA

Sim! Excelente!

ENTREVISTADORA

Principalmente as famílias. Ele falou, “olha, você pode também colocar isso”, não é? E aí por telefone, por exemplo, a gente tem nos Estados Unidos, na Dinamarca, na Suécia já é feito isso. Por exemplo, as conferências em que você faz ligações em conferência, você liga pro intérprete em qualquer lugar do mundo.

ENTREVISTADA

Na justiça já deve acontecer muito isso, porque muitas audiências são já virtuais, né?

ENTREVISTADORA

Isso, São virtuais, mas são ainda com intérpretes que estão aqui, que são brasileiros. Mas este que ele está falando é aquela rede que é qualquer lugar do mundo. Então, você está com um búlgaro aqui, você pode tentar chamar um... acionar um búlgaro na Bulgária. Entendeu?

ENTREVISTADA

Que compreenda...

ENTREVISTADORA

Exatamente, que são intérpretes de português e búlgaro, tá? Então, que aprendem as duas línguas. São búlgaros, mas sabem os idiomas. São búlgaros e falam inglês, falam vários idiomas. Qual é a proposta para cá, quando eu falo de formação dos presos, é porque eles têm 4 ou 5 idiomas.

ENTREVISTADA

Eu fico com vergonha, porque a gente tem nacionalidade que são de países muito pobres, assim, e eles sabem falar. E a gente mal português fala, né?

ENTREVISTADORA

Eu não sei. O brasileiro, ele tem essa tendência, não sei se é imperialista, o que que é? Eu não sei o que é, que o brasileiro ele tem problemas para aprender idiomas. E até mesmo eles brincaram uma vez na escola, “olha o professor, mas nem o português” e o que a gente pega dentro do português aqui? E ele gosta de falar, ele recebe pipa, né? “As cartinhas assim, ó”.

ENTREVISTADA

Sei, as “pipas”, né?

ENTREVISTADORA

E eles escrevem português melhor que os brasileiros.

ENTREVISTADA

Exatamente.

ENTREVISTADORA

Nas redações, as professoras ficam de boca aberta.

ENTREVISTADA

Erro de Z, de E, de concordância, e eu fico, gente, não é possível, o brasileiro erra muito mais.

ENTREVISTADORA

Erra, erra. Eles falam, não, professora, se a gente... eu fui lá aplicar a prova do ENCEJA lá, você precisa ver, você dá um, dois, três, é assim, páginas de redação. Páginas, e o brasileiro fica nas três linhas e sofrendo, sofrendo, com o erro do português, e sofre por fazer uma redação. E eles vão que vão. Claro que quando você aprende uma língua, você tem muito mais facilidade de aprender outras. A mente abre para isso. E eu falo da formação dos intérpretes presos porque eles teriam um benefício nisso. A proposta é eles poderem também se formar, como o Roni falou, um preso que me deu entrevista. Ele é ótimo, não é? E ele falou para mim, quando eu perguntei isso para ele, ele falou que teria que ser uma

combinação das duas coisas. Uma hora teria que vir um profissional de fora, porque tem certas coisas que, como você falou, não dá para compartilhar. E tem outras que a gente pode se formar intérpretes e sermos intérpretes oficiais. Então você teria aí um banco de intérpretes presos, oficializados, formados, e que prestam serviços para justiça aqui, ou prestam serviços, como vocês acharem, vocês vão, tipo assim, dizer quais eles podem fazer, e eles poderiam remir a pena, por exemplo.

ENTREVISTADA

Sim, na perspectiva do trabalho, melhoraria. Na perspectiva de reintegração também.

ENTREVISTADORA

Exatamente, e une tudo, não é, e até o Roni falou, então, tendo isso, “a gente tem um benefício, a gente trabalha e ganha alguma coisa” e fora eles podem também, porque eles saem com 5, 6 idiomas daqui, entendeu? Eu fiz um levantamento dos idiomas aqui, eu peguei preso aí, não foi um só, foram vários que tinha sete ou oito idiomas.

ENTREVISTADA

Olha que mão de obra para a área de vocês.

ENTREVISTADORA

Então.

ENTREVISTADA

Capacitadíssima essa pessoa.

ENTREVISTADORA

Capacitada, então. Capacitada para tudo, entendeu? E libertos, eles podem trabalhar até dentro do tribunal. Doutor Rogério falou, não vejo problema algum, eles ser egresso. E aí teria que criar um caminho para eles chegarem até esse tipo de trabalho.

ENTREVISTADA

Você sabe que, eu não sei... essa sua pesquisa, você pretende passar isso pra SAP?

ENTREVISTADORA

Sim, eu apresentei para Eliane. Eu te encontrei a Joana.

ENTREVISTADA

A perspectiva da melhora do serviço prestado aqui, ela é 20%. 80 é a perspectiva de reintegração que envolve tudo isso. Porque a gente tá aqui, não é pra aprender, a gente tá aqui pra reintegrar. Que é mais do que isso, você usar uma potencialidade dele pra que ele consiga se reintegrar.

ENTREVISTADORA

Exatamente. E assim, enquanto ele está aqui, ele pode ir remindo a pena, como ele consegue remir a pena trabalhando na cozinha, ou na faxina, ou estudando, ele pode remir a pena, é outra ferramenta. Pra remir a pena e lá fora ele ter uma profissão.

ENTREVISTADA

E você supre uma escassez que a gente tem de intérpretes no Brasil. Comunitários, como você mesmo disse.

ENTREVISTADORA

Comunitários, exato.

ENTREVISTADA

Um país que recebe gente do mundo inteiro. Mundo inteiro. Estado de São Paulo? Quanto que não tem? Pô, vai em São Paulo, tem muito mais migrante do que português. Falando pro meio lá, você vai lá, você se escuta. Você tá num lugar, você tá escutando espanhol, tá escutando inglês, tá escutando...

ENTREVISTADORA

É, eu apresentei para Eliane, inclusive, a gente está com uma... eu fiz uma proposta até pra ela, ela me orientou. E aí já chegou lá em cima... na DPU... que é o Roberto lá da DPU... que está vendo isso... que ele está encaminhando...

ENTREVISTADA

Ele já teve... teve aquele momento?

ENTREVISTADORA

Teve... a doutora Mara inclusive esteve aqui no mutirão... e ela conversou comigo... porque já tem um processo lá dentro para incluir os idiomas que eles falam no sistema de vocês.

Entendeu? Porque eles colocaram assim, mas como que você fez esse levantamento? Eu falei, falando com um por um, o que eles declaram. Tanto que quando o mutirão veio aqui, eles me deram o Excel deles, eles me passaram o Excel e eu fui colocando. Esse preso fala tal, tal, tal idioma. Esse preso fala tal, tal, tal idioma. Aí quando eles se depararam com a coisa, eles olhavam na lista e falavam, “Ó, tem um aqui que fala russo, chama e fala isso para ele”.

ENTREVISTADA

É isso aí.

ENTREVISTADORA

É isso que está acontecendo.

ENTREVISTADA

A gente pegou o telefone e ligou lá no rádio, viu? Chama alguém, manda alguém que fala isso. Aí, ela vai, sai ali e ele manda pra nós.

ENTREVISTADORA

É, então se vocês estiverem no sistema, pum, você levanta e vai ser inteiro em cima dele, e aí ele vai, e se ele for oficializado, “eu sou treinado, eu sou formado, eu tenho meu “diplominha” de intérprete, então eu posso atuar pra vocês”, entendeu?

ENTREVISTADA

Aqui e fora, nossa, muito legal!

ENTREVISTADORA

Isso, e aí vocês podem criar um mecanismo de registro: “Olha, ele fez interpretação tal dia, de tanto tempo”.

ENTREVISTADA

E não é interpretação comunitária, mas teve um preso que traduziu um monte de folhetos.

ENTREVISTADORA

Traduz, traduz.

ENTREVISTADA

É, fica até tinha aqui, não sei se eu guardei.

ENTREVISTADORA

Ah, se tiver, ótimo!

ENTREVISTADA

Eu acho que eu. Tenho em algum lugar aqui, ó. Tem uns projetos, Canal Liberdade, algumas coisas assim, que foi traduzido. Deixa eu ver se é esse.

ENTREVISTADORA

Ah, e se você puder me dar um?

ENTREVISTADA

Dou, claro, só para ver se estou com a via dele. A curadoria teve essa... Será que eu ainda tenho mais aqui em inglês? Opa, está por aqui, né? Ela deixou para mim para compartilhar com eles, mas eu acho que ela levou tudo o que estava traduzido.

ENTREVISTADORA

Ai, que pena.

ENTREVISTADA

Mas eu posso pedir também.

ENTREVISTADORA

Ah, você pede?

ENTREVISTADA

Sim.

ENTREVISTADORA

Para eu ter uma...

ENTREVISTADA

Sabe, tudo que tinha em português, eu tinha em inglês.

ENTREVISTADORA

Aham. Foi do Canal Liberdade?

ENTREVISTADA

Canal Liberdade. Foi um preso daqui que mandou. Eles mandaram. Acho que o Roberto que intermediou inclusive. E não tenho...

ENTREVISTADORA

Ah, que pena.

ENTREVISTADA

Mas eu posso pedir pra Lídia. Eles traduziram um monte de coisa, né?

ENTREVISTADORA

Eles fizeram traduções, né? Então eles já trabalham como tradutores.

ENTREVISTADA

Tipo assim, tá vendo? Tinha coisa assim, mas foi um preso daqui que fizeram. Não foi uma coisa do Estado, sabe?

ENTREVISTADORA

Sim, sim.

ENTREVISTADA

Tipo aqui no português e aqui no inglês. Mas eu preciso perguntar pra Lídia. Ela tem o material, ela me manda.

ENTREVISTADORA

Tá bom.

ENTREVISTADA

Pra você.

ENTREVISTADORA

Tá bom. Ah, faz isso, Clara. Então, é isso. Você vê que eu te coloquei um pouquinho da pesquisa também, porque a gente sempre tá na correria, né? Eu correndo para lá, você correndo para cá, e eu também coloquei pra você como que funciona esse tipo de coisa, o que é uma interpretação comunitária, né?

ENTREVISTADA

Não sabia, não sabia mesmo, de verdade.

ENTREVISTADORA

E a gente tem um projeto de lei, né, que já tá em votação já, quase 90% já dizem, graças a Deus, lá no a gente colocou primeiro na mão do senador Paulo Paim, ele estava no Senado, que está em votação e que a lei 5.182/20, se você quiser procurar depois no Google, que tem obrigatoriedade e a formação de intérpretes para os serviços públicos, penitenciária, delegacia de polícia, migração, refúgio, posto de saúde, hospitais, e assim por diante.

ENTREVISTADA

Faz muito sentido, muito sentido mesmo, tá? Porque assim, a gente vai se virando? Vai, mas se virando bem mais ou menos.

ENTREVISTADORA

Esse se vira principalmente na questão jurídica.

ENTREVISTADA

Pode acontecer tanto erro de comunicação, tanto erro.

ENTREVISTADORA

Teve alguma situação, por exemplo, última pergunta que eu lhe faço, que se lembre de algum atendimento médico que a médica também não conseguia resolver, era uma emergência, tinha que...

ENTREVISTADA

... Olha, já tiveram muitas situações que o Google foi ajudando e os presos foram ajudando. Emergência, emergência mesmo, a gente acaba resolvendo porque sinais vitais... ajudam, né? Tipo, o preso tá passando mal e não sabe se comunicar, você põe o negócio no dedo, você vai conseguir aferir e ver da onde vem aquela emergência. Mas o pessoal passa apertado lá também.

ENTREVISTADORA

Passa apertado.

ENTREVISTADA

Principalmente quando chega, porque quando chega não fala nada. E às vezes tem umas doenças cabulosas, umas coisas muito específicas, uns remédios muito específicos.

ENTREVISTADORA

E quando o preso tem que ser, por exemplo, levado para um hospital? Já levou para o hospital e [ele] não fala nada.

ENTREVISTADA

Não fala nada.

ENTREVISTADORA

Teve alguma situação dessas?

ENTREVISTADA

Nós já tivemos presos.

ENTREVISTADORA

Por que lá também do outro lado? Você está pensando em encontrar ninguém? Muito menos ainda.

ENTREVISTADA

Nós já tivemos um hábito antes assim, hoje até menos porque eles acabam assim, a gente percebe que estão falando um pouco mais, mas no começo, quando ia um doente muito doente, alguma coisa muito específica, a gente mandava um servidor [ASP] (agente de segurança penitenciária) da enfermaria junto, que daí ele já explicava pro médico mais ou menos aquilo que aquele preso tinha, ou a gente mandava um relatório da médica na capa. Porque chegava lá, ela realmente não conseguia falar nada. Já teve preso que voltou, porque não conseguiu se comunicar.

ENTREVISTADORA

Não consegue se comunicar nada, não é?

ENTREVISTADA

Não era nada de grave, não foi com nada de relatório, ninguém foi. Chegou lá, era russo. O médico não conseguia entender o que falou. Aí voltou no outro dia, com a explicação da médica, do que tinha, de que a gente tinha deixado de ter, enfim. Quando tinha psiquiatra que falava inglês, a gente ficava tranquilo, porque pelo menos o inglês quase todos eles falam. Então, ele descia e ele mesmo contava. Mas já teve casos, tanto do ASP junto, quanto de ir com relatório.

ENTREVISTADORA

É, a gente só teve a doutora Valéria, que não falava, a doutora Sueli fala. E a doutora Sandra fala.

ENTREVISTADA

Fala também?

ENTREVISTADORA

Fala. A doutora Sandra fala inglês, mas ela falou mesmo assim, eu passo perrengue aqui, ou se eu fico com dificuldades aqui, todo mundo foge...foge dessa área.

ENTREVISTADA

Que bom que foge menos, porque grande parte deles fala pelo menos o inglês. Mas assim, a gente já teve inúmeras dificuldades. Eu falo que as coisas vão passando e a gente vai vencendo. E a gente vai pro próximo e isso vai se apagando da memória da gente. Porque pra gente que tá aqui é muito comum. Pra quem vem de fora, eu tava falando isso com a Fabiana. As pessoas vêm com uma curiosidade tão grande, porque é um universo diferente, só que pra nós é tão natural que vai passando, sabe? Quando você vai...

ENTREVISTADORA

É natural para vocês.

ENTREVISTADA

É tipo, ah, isso aí... foi, já foi. A gente vai vencendo. Vem a próxima. E com a gente com a escassez de funcionário, é só dificuldade, a gente vai que vai. E eu se a gente não para olhar. Puxa, passando tudo isso, né? Olha isso.

ENTREVISTADORA

Exatamente. Esse problema que vocês têm aqui com fronteira linguística, a gente tem também todo o caminho, o trajeto que ele chega até aqui, que é a apreensão no aeroporto,

que não tem intérprete. que é na audiência de custódia, o juiz, eu sei porque eu vi e atendi várias interpretações em tribunal e assisti muitas do Dr. Rogério, a angústia do Dr. Rogério em falar, e agora, quem é, onde eu vou arrumar o intérprete suaíli?

ENTREVISTADA

O quê?

ENTREVISTADORA

Suaíli.

ENTREVISTADA

Então onde é isso?

ENTREVISTADORA

África, Suaíli, aonde que eu vou arrumar um intérprete disso e daquilo, daquilo outro, né? De, por exemplo, tailandês, não é? Então, existe também uma lacuna dentro da área de tribunal, por conta desses idiomas, por conta dessa pluralidade de. Essa diversidade de línguas, e aqui também.

ENTREVISTADA

Vocês sabem que eu sempre pedi muito, muito, assim, para que nunca chegasse um pedido de informação para a gente de repassar a informação de óbito para o preso que não falasse português.

ENTREVISTADORA

Graças a Deus, vocês nunca tiveram esse tema?

ENTREVISTADA

Não, nunca tivemos. Porque é muito difícil você já passar a informação. Só que muitos deles, é uma coisa que eu faço muito “textão”, alguém falou que o pai faleceu lá na Espanha. Aí a mãe manda esse pedido pra nós, com comprovante de que realmente faleceu, algumas informações, e a gente desce pra passar a informação, porque ele tem o direito de saber, a família quer que saiba, enfim. Então a gente pede, a gente dá essa possibilidade pra que ele escreva algo pra família, ou a família escreva algo pra ele, né. E aí já chegou o momento de a gente ter que transcrever, a gente pede autorização pra ele. A gente fala, “Olha, é uma mensagem que não pode sair da prisão sem antes ter essa transcrição”, enfim, né. Então é um momento também difícil, porque a gente pega lá e escreve uma carta. Depois eu tenho que digitar tudo lá no Google, porque eu preciso saber o que tá escrito também, né. Porque a segurança não libera pra gente isso tudo com a autorização dele. Aí é um momento assim, poxa amiga, olha que frio, né. A gente quer repassar uma informação pra ele, É no idioma dele, quando o pessoal da Ucrânia começou a vir também, a gente teve acidente que veio pra cá, era muito difícil, porque ele escrevia aquelas coisas tudo naquela língua, a gente não entendia nada, e a gente sabia o tanto de angústia que tinha naquelas frases. E a gente pedia ajuda do consulado pra transmitir tudo isso. Mas no falar, eu sempre pedi pra quem não falava, nossa, que Deus me preserve de ter que passar uma informação. Porque já pensou pelo Google Translator? É muito frio, né? Não queria, acho que eu não dou conta, não.

ENTREVISTADORA

É bem complicado, é bem complicado. Igual o Mourad, ele fez a tradução para mim do termo, do termo de imagem, tudo ele fez em árabe. Aí eu falei, ele escreveu na mão, porque ele não podia ter acesso ao sistema, ele escreveu na mão. Aí ele deu na mão do Roberto. O Roberto olhou, não sabia se era assim, se era assim, se era essa... Ele falou, Lúcia, como é que você vai fazer? Eu falei, então, como que eu vou fazer? Aí ele pediu a autorização, o Roberto viu o doutor Mateus pra ele digitar. Como que eu vou digitar o árabe? Eu falei, eu não sei digitar o árabe. Aí autorizaram ele pegar o meu computador e digitar, entendeu?

ENTREVISTADA

Ah, quer dizer, ele escreveu?

ENTREVISTADORA

É, porque aí ele ficou na sala do Ednaldo, o Roberto autorizou, o doutor Mateus autorizou, ele pegou aquilo que ele escreveu, as folhas e... e digitou em árabe para mim.

ENTREVISTADA

Então, olha que dificuldade.

ENTREVISTADORA

Porque eles não têm acesso, né? Eles não podem ter acesso a isso.

ENTREVISTADA

Sim, não pode. Então, são situações que podem, assim... eu sempre peço que não aconteça... aí um intérprete pode entrar. Olha que beleza.

ENTREVISTADORA

Mas você não teve nenhuma situação em que... um preso veio a sofrer muito com problemas de saúde... E falecer por conta da falta do intérprete?

ENTREVISTADA

Não, porque a questão da saúde, como eu disse, nos ajuda muito os aparelhos de aferição, enfim... E o médico já consegue perceber, pelos sinais da pessoa, que algo não está bem. Então, a gente nunca teve nada, a gente passou perrengues. Mas a gente conseguiu...

ENTREVISTADORA

Conseguiu reverter a situação.

ENTREVISTADA

Por conta disso, dos sinais aparecerem.

ENTREVISTADORA

Sinais, o outro preso ajudando, né?

ENTREVISTADA

Mas, por exemplo, a pessoa que tá passando mal com emergência de saúde, ela dá sinais do corpo, né? E o médico já é capacitado pra observar esses sinais, né? Se tá suando, se tá com febre, se tá vomitando, se o eletro vai trazer informação no coração. Então, a gente consegue, tipo, no peito, né? Já deita lá faz um neto, já dá pra ver. A gente consegue nisso se comunicar. Então nunca chegou a faltar isso. Pode ter sim momentos em que demorou um pouco mais pra se captar a situação por questão do idioma, mas não que...

ENTREVISTADORA

Mas não que aconteceu uma coisa mais grave.

ENTREVISTADA

Não, não... Graças a Deus.

ENTREVISTADORA

Graças a Deus, não é? Nossa, graças a Deus. Bom... É isso, Clara. Muito obrigada pela entrevista. A gente conseguiu ouvir bastante. Conseguir te explicar também, porque a gente não teve tempo ainda de sentar e te explicar a pesquisa. Teve gente que, por exemplo, o Roberto leu o projeto, o Junior leu o projeto, a Tatiane, o doutor Mateus leu o projeto, mas tem os demais..., mas o que essa moça está fazendo tanto aqui...

ENTREVISTADA

Sabia por alto, a gente tinha que cortar alguns momentos, mas assim... Especificamente, foi bacana. Espero que isso seja a sementinha. que crie frutos aí pra que a gente consiga colher esses frutos em breve.

ENTREVISTADA

Com certeza!

ENTREVISTADORA

Então tá bom. Obrigada.

2. Entrevista com o diretor geral da penitenciária

ENTREVISTADORA

Bom, hoje é dia 26 do 12 de 23. Agradeço ao doutor, pela entrevista. É muito importante. Eu sei que você tem bastante coisa para... para me falar, e eu tenho muitas coisas para perguntar. Mas eu vou tentar ser breve.

ENTREVISTADO

Fique à vontade.

ENTREVISTADORA

Bom, Doutor, sabe o que eu queria saber um pouquinho? Se você poderia contar um pouquinho a sua trajetória profissional até chegar aqui como diretor-geral desse presidio. Como que foi essa trajetória, primeiramente?

ENTREVISTADO

Bom, na verdade eu ingressei na SAP em 2000, em outubro de 2000, aqui nessa unidade mesmo. Já quando eu ingressei aqui no ano seguinte eu iniciei o curso de Direito. Me formei em 2005. Em 2008 eu assumi o primeiro cargo aqui como diretor administrativo. Depois eu passei a supervisor em 2011. E em 2013, em janeiro de 2013, eu assumi a diretoria geral da unidade.

ENTREVISTADORA

Entendi. Então, antes de entrar como diretor, você já tinha outros cargos aqui na mesa do penitenciário, é isso?

ENTREVISTADO

Já. Eu já fui e vim substituindo diretoria desde 2005. Então, em 2008, vagou a diretoria do centro administrativo, fiquei lá por dois anos, dois anos e meio, mais ou menos. Depois, em 2011, eu vim aqui para a supervisão, em julho de 2011, e em janeiro de 2013 eu assumi a diretoria.

ENTREVISTADORA

Ah, então, quando você assumiu a diretoria, a gente já tinha já em 2006, né? Que começou o presidio exclusivo para estrangeiros, é isso, né? Você já estava aqui.

ENTREVISTADO

Já estava inserido na equipe.

ENTREVISTADORA

Já estava inserido na equipe, já estava vivenciando tudo isso. E me diga uma coisa, quais foram os desafios enfrentados em termos dessa pluralidade linguística, diversidade linguística cultural, que você acha que tem enfrentado ou já enfrentou?

ENTREVISTADO

Olha, em 2006, quando foi tudo muito de repente, né? Em outubro. De uma semana pra outra saiu o perfil que tinha aqui, que eram os crimes sexuais, e de repente em uma semana já tinha mudado tudo. No início foi bem mais difícil, né? Essa parte da comunicação com eles, até a gente aprender também a trabalhar dessa forma. Foram longos anos de experiência até a gente chegar no que a gente está hoje. Mas até a questão da cultura... deles, com o tempo existia muita desinteligência entre eles, vivendo no mesmo espaço, mas era mais uma questão cultural. E aí, com o passar dos anos, a gente foi se adaptando, colocando aqueles nacionais do mesmo país em determinadas celas, do mesmo grupo, etnia, religião, e foi dividindo o que a gente conseguiu chegar. Mas no início, uma questão cultural mesmo, eles tinham um problema de desinteligência entre eles... de conviver no mesmo espaço... a questão da religião... a questão do racismo... também a gente vê muito... observou muito... e com o passar do tempo a gente foi... foi se adaptando, inclusive, eles também... ao sistema.

ENTREVISTADORA

Ao sistema, não é? E como que foi essa questão da barreira linguística? Logo no início.

ENTREVISTADO

Olha, quando é o inglês e o espanhol, o pessoal ainda tinha uma facilidade maior, a gente tem dentro do quadro dos servidores, o pessoal que... que entende, que pelo menos a comunicação básica faz. Mas quando a gente se deparava aí com uma situação: russo, búlgaro, né? Aí a gente tinha mais dificuldade. E o chinês, muitas vezes. Os países da África, eles têm muitos dialetos, né? Eles falam em dialetos e aí a gente sofria um pouco mais. E o pessoal nosso foi aprendendo também. Essa comunicação básica com todos aí. Lógico, é uma Torre de Babel.

ENTREVISTADORA

Uma Torre de Babel, exatamente. Mas assim, recursos que vocês usavam para amenizar essa fronteira linguística quando era o caso de uma nacionalidade da qual vocês não dominavam o idioma, a língua?

ENTREVISTADO

Olha, às vezes... Nós buscávamos outro detento mesmo que estivesse aí, que dominasse, que falasse português para ele fazer essa tradução. Não nego não, várias vezes a gente já se utilizou desse artifício. Recentemente tinha o Etíope, que ele não falava... Falava só a língua do país dele, né? Eu acho que o dialeto, ainda não me recordo.

ENTREVISTADORA

Acho que é Amárico, né?

ENTREVISTADO

É. E ele ficou aí um ano e meio sem comunicação, praticamente. Até o judiciário teve dificuldade em achar, em encontrar a questão do intérprete, né? Pra esse idioma, acharam. Depois que até ajudou na parte do processo dele, mas ele foi embora praticamente sem comunicação nenhuma, porque não tinha nenhum outro detento que falava o mesmo idioma dele.

ENTREVISTADORA

E os consulados, dão algum apoio nesse sentido?

ENTREVISTADO

Consulado dá, depende, né? Tem aqueles que são mais atuantes, eles dão. No início, lá em 2008, 2009, se não me falha a memória, o consulado do Reino Unido ofereceu o curso de inglês para alguns servidores, né? Teve até na modalidade EAD; o consulado da Espanha auxiliava muito nesse sentido também, mas assim, aqueles que mais atuam, existia essa preocupação deles com a questão da comunicação.

ENTREVISTADORA

Exatamente, porque tem alguns que são mais atuantes, não é?

ENTREVISTADO

Sim, os países da Europa são mais atuantes.

ENTREVISTADORA

Mas eles atuavam em que sentido? De enviar o intérprete para conseguir sanar o problema?

Ou eles mesmos vinham? Que tipo de ajuda?

ENTREVISTADO

Na verdade, a ajuda deles é mais a questão da parte social, né? De apoio ao próprio reeducando, né?

ENTREVISTADORA

Mas não na questão linguística, não é?

ENTREVISTADO

Não.

ENTREVISTADORA

Na questão linguística não é viável para eles, não é?

ENTREVISTADO

Muitas vezes até pra passar informações pra gente do que tava acontecendo com eles aí. Por mais que não tivesse a comunicação, eles ajudavam nesse sentido. Mas não pra vir auxiliar a gente, não. Na comunicação, muito pouco.

ENTREVISTADORA

Entendi. E hoje? Como você acha que esse problema está andando? Como ele está hoje?

Qual o status desses problemas de barreira linguística e cultural?

ENTREVISTADO

Hoje a nossa equipe praticamente aprendeu a trabalhar com esse perfil de preso. Sabe que vai ter esse desafio da parte de comunicação, mas hoje é muito mais tranquilo do que antes.

ENTREVISTADORA

Mas existe alguma, por exemplo, algum discurso entre os, por exemplo, entre os servidores dizendo assim, bom, eles que aprendam português, nós não temos que aprender a língua deles?

ENTREVISTADO

Não.

ENTREVISTADORA

Como eles reagem a esse tipo de coisa?

ENTREVISTADO

Na verdade, o primeiro acesso deles ali é sempre na inclusão. Ali tem um funcionário nosso que fala inglês e fala espanhol. Ele consegue essa comunicação básica. Mas a gente fomenta também que eles aprendam a falar o português para facilitar a comunicação deles.

ENTREVISTADORA

Pra facilitar também a reinserção, não é? Porque eles vão ficar... Egressos, eles vão ficar ainda no país.

ENTREVISTADO

É. Aquele que porventura deseje ficar no Brasil ou não tenha condições jurídicas pra sair, né? Antes do término do cumprimento da pena. Pra eles é bom e até pra gente tá entendendo a comunicação, né? A gente não aceita que eles falem o idioma deles perto da gente. A gente fomenta que eles falem o português.

ENTREVISTADORA

Ah é tá, entendi.

ENTREVISTADO

Entendeu? Para que todo mundo ao redor ali consiga compreender, entender o que eles estão falando. Até por uma questão de segurança mesmo.

ENTREVISTADORA

Uma questão de segurança para saber o que eles estão falando, exatamente. Porque vocês vão ter ali quem...

ENTREVISTADO

Agora, o primeiro acesso, ali é praticamente impossível que eles falem português. Então, nesse primeiro contato, nesse primeiro acesso à unidade, eles acabam ali na inclusão, se comunicando com o funcionário ali no idioma deles. Mas depois disso, na escola, vai tudo fomentando que aprenda a falar português.

ENTREVISTADORA

Que aprenda a falar português, não é? Demora? Você acha que demora esse período? É um período...

ENTREVISTADO

É muito relativo, né? Depende da pessoa, né? Tem pessoas aí que estão presas aí há muitos anos e até hoje não falam português. Tem mais dificuldade, né?

ENTREVISTADORA

Tem dificuldade, não é? E nesses casos, o que a gente faz para amenizar esses problemas? Quando assim, a gente tem casos em que ou a pessoa tem dificuldade, demora muito para aprender porque ela tem as necessidades delas que são praticamente imediatas, não é? Um atendimento médico, odontológico, um atendimento jurídico... E como é feito? Que recursos, nesse caso, quando não há possibilidade de português, você tem utilizado? Se você tem ajuda de alguém que seja fora daqui... Uma ajuda profissional, de alguns outros lugares, outros presídios?

ENTREVISTADO

Não, não. Assim, de imediato, o recurso que a gente utiliza quando fica precária essa questão da comunicação é o próprio preso.

ENTREVISTADORA

O próprio preso, da maioria das vezes.

ENTREVISTADO

Aquele que sabe falar o português e vai conseguir fazer uma tradução básica para a comunicação básica.

ENTREVISTADORA

Comunicação básica, não a comunicação que exige muita segurança.

ENTREVISTADO

Até no judiciário, quando eles estão nas audiências judiciais, muitas vezes são nomeados os intérpretes.

ENTREVISTADORA

Os intérpretes *ad hoc*. Exatamente. E como que você vê, por exemplo, como você definiria então a necessidade do intérprete dentro do presídio, doutor? Você acha que isso seria difícil, inviável, pela pluralidade de línguas? Você acha que isso é possível? Em

determinados momentos sim, em outros não, em todos os momentos, como que você veria isso?

ENTREVISTADO

Olha, ajudaria bastante. Embora tem muitas questões que são sigilosas dentro da unidade, mas ajudaria bastante se a gente tivesse com mais facilidade essa comunicação.

ENTREVISTADORA

Agora, o que você acha mais viável? O intérprete, por exemplo, de fora, que venha na imparcialidade, entre aspas, na sua neutralidade ali, que não faz parte desse universo, ou você apoiaria, por exemplo, a formação dos intérpretes presos que já são esses intérpretes *ad hoc*?

ENTREVISTADO

É o que eu falei, tudo vai depender do assunto a ser tratado, né? Porque tem os assuntos que são sigilosos, talvez até um terceiro de fora em determinadas circunstâncias não seria interessante. Mas na comunicação do dia a dia, numa situação normal, ajudaria muito o próprio preso, né? Que já faz esse... acaba fazendo esse trabalho, né?

ENTREVISTADORA

Antes de você ouvir falar de interpretação comunitária, por exemplo, antes de eu chegar aqui nesse presídio, de você ler lá a pesquisa, de colocar essa proposta, você entendia que esses presos já faziam a interpretação *ad hoc*, que é uma profissão? Ou você achava que isso era muito natural, ajuda aqui, ajuda aqui e pronto?

ENTREVISTADO

Ah, eu via como uma coisa mais natural.

ENTREVISTADORA

Mais natural, não é? Você não tinha essa representação de que isso era uma profissão, de que eles poderiam ter uma profissão com isso?

ENTREVISTADO

Não.

ENTREVISTADODRA

E como que você define hoje a interpretação que é essa interpretação que você vê hoje, que eu falo para você, comunitária, que a gente chama de interpretação comunitária? Como você define isso?

ENTREVISTADO

Não.

ENTREVISTADORA

Como que você agora entende ela?

ENTREVISTADO

Que seja uma profissão?

ENTREVISTADORA

É.

ENTREVISTADO

É o que eu falei, eu não fazia a mínima ideia.

ENTREVISTADORA

Não fazia a mínima ideia, não é? De que tinha formação, de que tinha profissionais lá fora... A gente conhece de longe os intérpretes...

ENTREVISTADO

Talvez eu não soubesse definir o que seria esse termo na interpretação comunitária, se me perguntasse antes.

ENTREVISTADORA

Entendi. E o que você acha então, por exemplo, alguns anos agora, que a gente se passou dos 2006, que vocês já se acostumaram, você acha que ainda existe uma barreira linguística, às vezes uma fronteira linguística? Eu digo barreira linguística, aquela que você não consegue passar mesmo. Igual a desse búlgaro, desse etíope, não é? Ou, por exemplo, fronteiras linguísticas em que o cara consegue vir de um lado pro outro, mesmo que seja arrastando um pouquinho de português, um pouquinho de inglês, os presos acabam, ou os servidores.

ENTREVISTADO

Tem várias formas de comunicação, né?

ENTREVISTADORA

Quais?

ENTREVISTADO

Até a expressão que eles usam muitas vezes, a gente consegue mesmo sem entender, mas consegue definir o que eles estão querendo dizer, né?

ENTREVISTADORA

Certo. E você acha que, bom, você acha que então, o que você acha se houvesse uma política pública O que você acha? Você acha que tem que existir uma política pública de interpretação para serviços públicos, por exemplo, de intérpretes profissionais, de formação de intérpretes? Você acha que isso é viável dentro do sistema carcerário de uma maneira geral e aqui? Você acha que isso é viável conhecendo o sistema como você conhece?

ENTREVISTADO

Olha, eu acho que sim. É o que eu falei, facilitaria bastante o nosso trabalho aqui. Se a gente tivesse alguém aqui fazendo essa parte, né? Que poderia nos passar uma confiança de tudo que vai ser falado, tudo que vai ser feito, manter o sigilo quando necessário seria bom. Eu acho que é bem importante.

ENTREVISTADORA

E o preso? Você vê algumas questões éticas no caso de a gente formar o preso, o intérprete? Porque ele já faz o *ad hoc*. Você não acha que existem algumas questões éticas de que ele não poderia estar...

ENTREVISTADO

Sim, sim.

ENTREVISTADORA

Você vê isso como um problema, então, ele ser colocado lá...

ENTREVISTADO

Depende da circunstância, né, de tudo que... Ele pode estar ali ajudando na interpretação de uma oitiva, mas já não pode estar, por exemplo, numa informação sigilosa que um outro preso vai estar passando pra gente de alguma irregularidade, por exemplo, dentro da unidade. Aí a gente já não consegue estabelecer essa confiança, né? Certo. Porque existem situações que precisa de um certo sigilo, né?

ENTREVISTADORA

Certo. Aí, no caso, teria que ser um intérprete profissional mesmo.

ENTREVISTADO

Uma revista, por exemplo, né? Que a gente vai fazer em determinada cela, eles não podem saber antes da gente fazer, né? Então, numa comunicação... Numa comunicação com um possível informante de situações, ele vai chegar lá no pavilhão quem é o informante, né?

ENTREVISTADORA

Exatamente, porque é uma questão de conflito de interesses e isso pode prejudicar o preso interpretado, porque o outro intérprete preso pode acabar com isso, vai estar sabendo de coisas sigilosas do preso interpretado. Certo. Então, claro, você vê isso como possível: uma política pública, possível de que exista uma formação de TEPs, que isso seja disponibilizado para a penitenciária ou outros serviços públicos, claro. Mas que dentro dessa penitenciária específica, porque ela tem uma especificidade muito interessante. Você tem presos aí que falam 5, 7 idiomas, não é? E que ele poderia ter uma implantação de uma formação de intérprete aqui, mas que deveria ser delimitado, claro, o currículo e a situação para qual ele pode ser usado.

ENTREVISTADO

Sim, sim.

ENTREVISTADORA

Você vê possibilidade dele ter benefício com isso também como um trabalho dentro da penitenciária?

ENTREVISTADO

Sim, sim.

ENTREVISTADORA

Que tipo de benefícios ele poderia ter?

ENTREVISTADO

Se ele trabalhasse, se existir esse intérprete aqui e ele for registrado, um dos benefícios é a remissão de pena.

ENTREVISTADORA

Que é muito interessante para ele.

ENTREVISTADO

Ele pode atuar, por exemplo, agora que a gente tem as... Como já teve outras situações, agora que a gente tem as videoconferências aqui, muitas vezes já atuaram como intérprete para os juízes. Né?

ENTREVISTADORA

ENTREVISTADO

Pode ser um trabalho.

ENTREVISTADORA

E audiências, não é? Você vê também a possibilidade em audiências, a possibilidade...

ENTREVISTADO

É, porque a gente vê a dificuldade do judiciário, né? Em, muitas vezes, nomear um intérprete, né? Encontrar um. Eu vejo essa situação desse etíope. Quanto tempo a doutora Liliana, que era a juíza do processo teve a dificuldade que ela teve de encontrar alguém que pudesse auxiliar nas audiências dela.

ENTREVISTADORA

Uma dificuldade imensa, principalmente nas audiências. Aqui no dia a dia, você tem uma situação ali e uma situação aqui, por exemplo, como uma situação de atendimento médico, ou às vezes dentro da sala de aula, eu estive na sala de aula e percebi o quanto eles... Um senta do lado do outro para fazer a interpretação da aula.

ENTREVISTADO

Sim.

ENTREVISTADORA

Eu acho que seria uma possibilidade.

ENTREVISTADO

Sim.

ENTREVISTADORA

Ou uma, por exemplo, atendimento na videoconferência, seria uma outra possibilidade.

ENTREVISTADO

Na educação mesmo, na sala de aula ajudando o próprio professor.

ENTREVISTADORA

Exatamente. E aí vocês determinariam o perfil desse preso para formar, determinariam também a situação em que ele pode fazer ou não essa interpretação.

ENTREVISTADO

Sim.

ENTREVISTADORA

Quer dizer, quando vocês decidiriam, quando vocês lançariam mão de um intérprete vindo de fora.

ENTREVISTADO

Sim.

ENTREVISTADORA

Mas seria possível implantar um curso aqui.

ENTREVISTADO

Sim.

ENTREVISTADORA

Certo. Eu fiz o levantamento dos idiomas aqui, doutor... Na verdade, linguisticamente falando, nós que somos da área da linguística... A gente praticamente está abolindo essa

história de dialeto... A gente trata tudo como línguas... Eu mapeei quase mil línguas aqui dentro.

ENTREVISTADO

Nossa.

ENTREVISTADORA

Mil línguas...

ENTREVISTADORA

Porque você tem os nigerianos que falam...

ENTREVISTADO

Os nigerianos têm mais de 40 dialetos no país deles, né?

ENTREVISTADORA

Isso, isso.

ENTREVISTADO

Pelo que foi nos passado aqui pelos consulados.

ENTREVISTADORA

Exatamente, porque eles têm a própria língua, que é o igbo, eles têm a língua funcional, que é aquela que eles... Justamente aqueles que comercializam, onde circula na escola e tal. Mas eles têm várias outras que eles usam, que eles tiveram até que soletrar, tiveram que escrever, porque a gente desconhece. E eu achei muito interessante esse levantamento e por isso que eu estou batalhando para que se coloque isso no sistema, porque vocês têm essas línguas exóticas e que você tem um preso que está sendo estimulado para aprender português e automaticamente ele tem mais um idioma, mais uma língua que ele está ganhando e aí ele tem uma língua exótica, tipo um isoko. Ele falou: “Olha, eu consigo falar isso com ele e aí a gente teria essa comunicação pelo menos mais facilitada, amenizada.” E alguns outros países também que a gente tem na Suécia já, bem avançado, na Dinamarca, até nos Estados Unidos, principalmente no Tribunal da Califórnia, a gente tem várias pesquisas em relação a isso, de que existe já tecnologia para você fazer uma chamada conferência em qualquer lugar do país, ou em qualquer lugar do mundo. Quer dizer, você precisa de uma, de um intérprete que está na Bulgária. Você consegue chamar ele de lá, profissional, e você fazer uma conferência telefônica e ajudar, principalmente famílias, nesse caso, e também os presos que estão aqui. Uma das coisas que eu tenho visto, que eu fui pra... Eu fui para um congresso em Belo Horizonte... agora no mês passado... e... assim... maravilhosamente encontrei o meu próprio teórico... que é o Franz Pöchhacker... ele é da Universidade de Viena. Ele ficou interessadíssimo na pesquisa porque eu fiz a apresentação da pesquisa... ele deu um workshop... quando ele viu a temática ele se interessou muito... ele é um estudioso muito... assim... ele é fundamental dentro da área... E ele estava falando... ele falou... uma das saídas... para esse... não querendo me orientar na pesquisa... ele falou... você já tem orientadores... mas uma dessas saídas nesse ambiente, nesse microcosmo que ele chama plurilíngue... é a tecnologia. Ou seja, são as conferências que vocês podem puxar intérpretes de qualquer lugar do mundo.

ENTREVISTADO

Sim.

ENTREVISTADORA

Então isso é uma possibilidade. Talvez você não ache uma solução 100% porque tem essa questão... Que a gente tem que formar também o intérprete lá fora... Que esteja... Como o próprio preso Roni falou para mim... Ele me deu uma entrevista... Ele falou uma coisa muito interessante... Ele falou que o próprio intérprete que vem lá de fora tem que conhecer esse universo.

ENTREVISTADO

Sim.

ENTREVISTADORA

E formar esse intérprete que conhece esse universo... É bastante difícil a não ser que ele venha e experimente como eu estou experimentando aqui.

ENTREVISTADO

Sim.

ENTREVISTADORA

Entendeu? E por isso que ele falou que uma combinação das duas coisas em determinados momentos é o que você... Realmente falou.

ENTREVISTADO

É... A gente vive sempre... Acaba... Por conta da nossa profissão mesmo... você... a ótica da segurança, né? A gente sempre vai por esse lado, né? Então... tem situações que a gente não pode falar nem pra ninguém, né? Que sejam de fora do sistema...

ENTREVISTADORA

Nem pra ninguém. Nem pro intérprete, né? E a gente tem um código de ética, e aí teria que ter... Criar mecanismos de penalidade para esse intérprete. Porque nos Estados Unidos já tem. O intérprete é preso. Ele é penalizado de alguma forma se alguma coisa acontecer ali na interpretação ou se ele usar de alguma má fé na hora de interpretar.

ENTREVISTADO

Que pode acontecer também.

ENTREVISTADORA

Que pode acontecer. Mas, doutor, muito obrigada. Está vendo? Não durou quase nada a sua entrevista. Eu lembro que no começo da nossa conversa, logo quando eu cheguei aqui, você falou... nossa... eu acho que... pô... questão ética, não? Eu acho que socorrer um preso é fundamental. Me parece que o senhor já me repensou um pouco nisso, não é?

ENTREVISTADO

É... não... pô... depende da situação que a gente está... ali no momento, né? Mas a gente sempre tá voltado a essa questão do sigilo, da segurança.

ENTREVISTADORA

Do sigilo. Isso é importante, né?

ENTREVISTADO

Que é o nosso objetivo principal, né? Além de devolver essa pessoa à sociedade de uma forma melhor, que é um dos pilares do nosso trabalho, a gente também tem que manter a segurança da sociedade, né? Então, se ele tá aqui, se tem uma determinação judicial, uma sentença judicial, porque ele não pode conviver em sociedade. Então, o nosso trabalho é mantê-lo aqui até que a lei...

ENTREVISTADORA

Determine?

ENTREVISTADO

Determine e tentar, na hora em que ele voltar para a sociedade, voltar melhor.

ENTREVISTADORA

Tá certo, doutor. Muito obrigada, viu, doutor pela entrevista, eu fiquei conhecendo um pouquinho. Já conheço você de outros carnavais, porque já vi entrevistas suas no YouTube, já vi entrevistas suas no globo.com. Tem algumas coisas que você fala, que é muito interessante. Principalmente essa questão da maneira como vocês fizeram a logística. Olha, coloca latinos aqui, nigerianos aqui, europeus ali. Vocês foram dividindo...

ENTREVISTADO

No início até podia soar como uma segregação, mas não é. A gente tem que tentar minimizar os problemas, não é fácil. manter uma unidade prisional. Aí você tem essa questão da cultura, religião, comunicação, tudo é...

ENTREVISTADORA

Foi um desafio?

ENTREVISTADO

Foi aprendendo com o passar dos anos aí.

ENTREVISTADORA

Exatamente, a gente vai elevando umas coisas assim, você fala, meu Deus, eu estou com um monstro na minha frente, eu vou ter que resolver.

ENTREVISTADO

Porque assim, o que é hoje na unidade? Chegou, vai para o pavilhão, vai para a cela e tem vaga. Hoje a gente já pensa, vamos colocar ele nessa cela aqui, porque vai dar menos

problema, o pessoal faz parte, é do país, é da cultura, da religião. Até a gente ir percebendo isso, teve muitos episódios de desinteligência.

ENTREVISTADORA

Exatamente, muitos, que vocês tiveram que gerenciar.

ENTREVISTADO

Hoje já é meio que automático, já essa situação.

ENTREVISTADORA

Já é automático, não é?

ENTREVISTADO

O pessoal já vai direcionando certinho.

ENTREVISTADORA

É, a gente percebe mesmo. Quando eu vou no raio 1, eu vejo muito mais latinos.? Quando eu vou no raio 3, eu vejo outros tipos de nacionalidade. Não só Nigéria, mas eu vejo português, europeu, e a parte também da Ásia. Então, a gente consegue ver...

ENTREVISTADO

A maioria hoje são...

ENTREVISTADORA

Colocar cristão, mulçumano e judeus juntos vai ser um problema...

ENTREVISTADO

A maioria hoje são os sul-americanos, né? Que é a maioria. E os africanos.

Agora, o europeu tem pouco, tem, mas já teve muito mais, né? Mas hoje tem pouco. Mas os da Ásia também tem muito pouco.

ENTREVISTADORA

Agora tem menos. Você percebe que tem menos. Já teve mais, não é?

ENTREVISTADO

Tem o quê... Espanhol Eu acho que a gente tem o quê? Não passa de 10 hoje, acho que 8 ou 9. Outro dia eu estava conversando com um colega.

ENTREVISTADORA

Que é da Espanha mesmo.

ENTREVISTADO

Mas chegou até 90. Nigeriano chegou a ter 350, hoje deve ter lá seus 115, 110.

ENTREVISTADORA

Por aí, pelo levantamento que eu fiz, que eu fui fazendo a planilha, muito interessante. E vocês foram gerenciando e foram percebendo culturas diferentes. Foi um desafio, foi um choque cultural e religioso também. Porque não comem determinadas comidas, às vezes tem alguns costumes, alguns amuletos. Algumas coisas diferentes... tem algum período em que precisa rezar... precisa orar...

ENTREVISTADO

É, e tudo depende... Essa questão da guerra da Ucrânia... da Rússia e da Ucrânia... ou seja, isso pode fomentar alguma coisa aqui...

ENTREVISTADORA

É, porque você tem russos e ucranianos aqui, não é?

ENTREVISTADO

Então, quando esses episódios, esse é só um exemplo, né? Acontece e já dá um olhar, “olha, estão juntos, estão separados, estão no mesmo pavilhão, observa, vê se não vai dar problema”, né?

ENTREVISTADORA

Exatamente.

ENTREVISTADO

Agora Israel também, então a gente vai.

ENTREVISTADORA

A gente está numa guerra aí. Israel falou que é uma guerra aí que vai durar bastante tempo, segundo eles. E você tem também israelenses aqui. Tem. Porque eu entrevistei um, inclusive, que está até na oficina. Mas está bom. Olha, eu fiz assim uma geral para não tomar muito seu tempo, mas é exatamente isso que eu queria saber. Se você consegue,

apoia, tem uma visão dessa questão. E como que é essa visão? Porque na hora que a gente também monta um curso de intérpretes, e aí você fala, bom, você não pode ir ingênua. na coisa. Você fala, “Olha, vou montar, mas peraí, não é para qualquer pessoa que eu estou montando, são para presos, como vai ser isso, que recursos eu vou ter?” Não é?

ENTREVISTADO

Sim.

ENTREVISTADORA

Então, se isso é possível, quem conhece melhor o sistema? Vocês.

ENTREVISTADO

É. E a gente vai conversando e vão surgindo as ideias. A gente não tinha pensado na parte da educação na escola. Precisa pensar em um professor para ajudar.

ENTREVISTADORA

Exatamente. Se você tivesse um surdo-mudo, por exemplo, você ia ter que ter um intérprete de Libras por lei.

ENTREVISTADORA

Aqui dentro, né? Você ia ter que ter o intérprete o tempo todo ali com ele, porque senão como é que fica? Ou alguém que fala Libras. Acho que vocês não tiveram nenhum caso de algum preso que não falasse, não é? Não. Nem que fosse brasileiro, não. Vocês não tiveram.

ENTREVISTADO

Não me recordo. Não me recordo, mas acho que não.

ENTREVISTADORA

É, porque aí a Libras é o nosso universo. Também Libras é o nosso universo, porque somos intérpretes e tradutores de línguas vocais e de Libras. As Libras, elas estão... a Libras, ela fica junto com as línguas.

ENTREVISTADO

Eu não lembro, não. Eu acho que nós nunca tivemos.

ENTREVISTADORA

Nem indígena, né?

ENTREVISTADO

Indígena teve um.

ENTREVISTADORA

Falava português?

ENTREVISTADO

Mas falava português. Teve um brasileiro já. Ficou pouco tempo também. Porque tem uma série disso. Tem que informar a FUNAI, fazer tudo aquilo lá. Tem todo um protocolo...

ENTREVISTADORA

Exatamente. Todo o protocolo. Ah, eu acho muito interessante. Eu acho que a gente tem um universo aqui riquíssimo. Segundo o meu teórico, que eu conversei com ele pessoalmente, ele falou assim, “você tem dados para mais de 10 anos.”

ENTREVISTADO

É um campo... fértil para a área de vocês

ENTREVISTADORA

Fértil. Confesso que tem hora que quando eu sento assim no computador para escrever essa tese eu falo... gente do céu... chove de informação na minha cabeça. É muita coisa que eu tenho que separar os dados... é uma coisa assim... e olha que eu tenho um ano para escrever essa pesquisa agora.

ENTREVISTADO

Quando você começou?

ENTREVISTADORA

Eu comecei aqui no finalzinho de maio...

ENTREVISTADO

Eu estava vendo as etapas ali... Sim...

ENTREVISTADORA

As etapas, são quatro etapas, mas eu entrei aqui no finalzinho. 27 de maio eu cheguei na cidade. Cheguei, mas entrar mesmo, quando o G... me recebeu, foi logo no comecinho de

junho. Primeira semana de junho. Então provavelmente eu vou até junho de 2024. Abril de 2025 eu tenho que defender essa tese.

ENTREVISTADO

Abril de 2025?

ENTREVISTADORA

É... Até abril.

ENTREVISTADO

E aqui em campo até o junho do ano que vem?

ENTREVISTADORA

Até junho. Até junho do ano que vem. É um ano de pesquisa, é um ano de campo, na verdade. São quatro anos de doutorado, é um ano de campo. E parece muito, mas é uma correria danada. Porque você está no campo, mas você não pode sair no campo fazendo a pesquisa. Você vai ter que ver os momentos certos... de disponibilidade das pessoas, de condição de estar naquele momento... é organizar, planejar... por isso que o G.... está sempre perto de mim porque a gente está sempre: “Ô, G...., dá agora?” “Não, não dá... vai amanhã”... “amanhã não dá... vai depois”... E aí tem que...

ENTREVISTADO

E essa observação que você fez... a questão da comunicação... tem os religiosos que você acompanhou...

ENTREVISTADORA

Acompanho, sim

ENTREVISTADO

É... eu fiquei um pouquinho no dia da defensoria lá... eu vi que eles já estavam com uma certa dificuldade...

ENTREVISTADORA

Nossa!!! Doutor, mas aquela minha orientadora ria que se matava, por quê? Porque ela falou, “Gente, isso é dado, eles não sabem trabalhar com intérprete.” Eles não conseguem. Coloquei dois intérpretes, um de árabe e um de húngaro. Porque era o que tinha... e a gente percebeu que eles iam ter mais dificuldade de falar húngaro ninguém falava. Mas espanhol e inglês eles falavam. O doutor Murilo não falava inglês. Espanhol, sim. E o intérprete de húngaro falava inglês. Húngaro, inglês e português. A Isabela falava português, árabe e espanhol... então ela foi se dividindo ali... Eu fui observando... Eu filmei seis momentos... Os momentos que mais interessaram... Eu não filmei os dois dias... Eu filmei seis atendimentos... Seis momentos. e encerrei. Depois eu só fiquei no diário. Escrevendo...

ENTREVISTADO

É, porque eu observei... Eu vi que eles estavam com certa dificuldade... Eles estavam... Até demora... E eles vieram em forma de mutirão... Então não pode demorar muito, então eu vi que eles iam tentando acelerar.

ENTREVISTADORA

Eles demoravam, eles não conseguiam, tipo assim: eles não conseguiam trabalhar com o intérprete. Existe uma técnica para se trabalhar com o intérprete. Então eu deixei para ver realmente, porque assim, o maior problema também que o doutor Paulo lá da Justiça Federal de Guarulhos, que eu comentei, ele também tem, ele coloca no texto dele, no artigo dele, esse problema dos defensores e os promotores não conseguem trabalhar com o intérprete na audiência. Eles se atrapalham, eles atropelam o intérprete, entendeu? Então a Isabela tinha que falar assim... espera... você fala... eu falo... eu falo para você. Ele atropelava ela. Então ela falava: “Peraí... Porque assim... ele ia falando, falando, falando, falando... E ela fazia assim... Não... Tem memória... Ela tem memória para tudo isso. Então ela tinha que esperar... Ele tinha que falar um pouco... Olha... E outra... Não falar na terceira pessoa nunca. Pergunta para ele. Não. Isso não existe na interpretação.

ENTREVISTADO

Entendi.

ENTREVISTADORA

Então não olhe para o intérprete porque você tem que ter o contato visual com a pessoa que você está falando. Então, é diretamente para você. O intérprete está aqui do lado. Então é

diretamente para você. “Qual é o seu nome?” “É tal tal tal”. Para você. E a intérprete fala: “Qual é o seu nome?” como se fosse a sua voz, o seu eco. Então eles se atrapalhavam nesse momento. E aí o que aconteceu muitas vezes é que eles começavam com uma conversa paralela e o preso ficava assim...

ENTREVISTADO

O entrevistado ficava...

ENTREVISTADORA

O preso ficava: “Meu Deus, mas o que estão falando de mim?” São dados. Realmente eles ficaram bem atrapalhados.

ENTREVISTADO

E os religiosos?

ENTREVISTADORA

Os religiosos... É muito interessante... Isso aí eu tive dados maravilhosos, porque foi o seguinte: Os presbíteros não falam nenhum idioma, a não ser o português. Eles atendem o culto em português. Quando os presos se reúnem, eu pergunto quem é que fala, quais idiomas que fala e quem já assinou o termo de autorização de imagem. Quem não assinou, assina o termo de autorização de imagem. E aí, aceita ou não aceita. Se não aceitar, eu peço pra ficar mais de lado, para não pegar o ângulo da câmera de quem já assinou, de quem não tem problema com isso. E aí eles começam o culto. Interessante é que eles leem a palavra em português. Um outro, que é um que comanda mais a turma, lê a palavra em inglês. E o outro lê em espanhol. E aí começa a exortação. Na exortação o irmão vai falando. Então, por exemplo, assim... hoje Deus vai vir aqui... aí o outro fala inglês e o outro fala espanhol. Eles ficam numa técnica que a gente chama de interpretação sussurrada. Quer dizer, eles montam um grupo de espanhol e o outro monta um grupo de inglês aqui. Só que perto, eles ficam todos misturados ali. Só que o irmão está falando e eles estão... ouvindo aqui e já falando aqui. Quer dizer, isso daí é uma interpretação que eles estão fazendo. Então eles vão se entendendo. Só na hora da oração, que eles dobram o joelho, a congregação, todos se ajoelham, e aí se alça uma oração em português, e aí eles ficam quietos. Ninguém interpreta ninguém. Mas segundo relatos houve casos, isso aí foi uma coisa mais espiritual. Houve casos em que o irmão falou que não tinha ninguém interpretando e um asiático entendeu tudo em português, sem falar nada de português. E sem entender nada de português. Então, são coisas que acontecem. Mas a dinâmica é essa. É muito interessante que eles ficam nessa dinâmica... fazendo a interpretação. Na escola acontece a mesma coisa. Então por isso que eu falo que é interessante ter, ou ensinar as técnicas, as estratégias, o código de ética, a postura, a posição em que se fica também... Então tem uma posição certa para o intérprete ficar, senão...

ENTREVISTADO

Entendi.

ENTREVISTADORA

Então, tudo isso. Na escola eu percebi isso, no mutirão. Foi aquela coisa que eu fiquei... Foi bastante interessante... E eu também fiz um atendimento para o doutor Murilo, profissional, porque essa é uma das minhas fases em que eu atendo profissionalmente. Então eu fiz uma videoconferência com ele, com um preso. Eu estava presencialmente e ele por vídeo. E aí ele percebeu como é o intérprete profissional e como que é o intérprete não profissional. Ele falou que a diferença é gritante. É gritante. Quando você desempenha o seu papel, é diferente. Tem certos aspectos que a gente percebe em você, profissional, que a gente não vê naquele que faz, porque está ajudando, alguma coisa assim. E detalhe, os intérpretes que estavam comigo eram não profissionais. Que é isso que eu queria.

ENTREVISTADO

Que são aqueles que estavam acompanhando?

ENTREVISTADORA

Eles são *ad-hoc*. Eles atendem na Cáritas. Eles fazem interpretação na Cáritas. Eles fazem interpretação voluntária, porque dominam o idioma. Porque os profissionais praticamente não vêm. Por que os profissionais não vêm? Porque não tem custo. Porque não tem pagamento, não tem remuneração. Então, para você conseguir um intérprete profissional.

Tem que pagar. E a logística para deslocar aqui, eu tive que pagar para eles pelo menos as passagens, alimentação e acomodação. Aí eu paguei para eles isso e perguntei para eles se eles queriam se voluntariar e colaborar com a pesquisa. Eles não são intérpretes formados, mas são intérpretes *ad hoc*. São esses intérpretes *ad hoc* que atendem, por exemplo, em refúgio, por exemplo, na Caritas, já atenderam no Conare. Dão aulas do idioma, fazem tradução, mas não são aqueles como eu, que fui para a faculdade, academizei, fiz pós-graduação.

ENTREVISTADO

Entendi.

ENTREVISTADORA

Conhecem um código de ética, porque a Cáritas e o Conare passam, fazem algum tipo de treinamento, mas eles não são academizados. Então você percebe, o Murilo percebeu claramente como era o meu atendimento e o atendimento de um outro intérprete. Inclusive ele vai me dar até uma entrevista. Porque eu queria saber qual foi a impressão dele. E assim, eles atendem mutirão e eles fazem perguntas mais básicas, eles já têm um questionário ali para ser respondido. E às vezes o preso quer explorar aquilo, quer tirar dúvidas e não dá muito tempo. E essa ansiedade do preso falar, também o intérprete teve que moderar a fala para conseguir todo mundo se entender ali. Então isso foi, eu acho que foi bastante interessante. Você desceu lá para ver o que estava acontecendo?

ENTREVISTADO

É, eu acompanhei uma parte lá, um momento lá. Eu percebi que eles estavam com dificuldade mesmo de... Eu não sei se era o tempo, também... eram muitos presos que eles tinham que atender...

ENTREVISTADORA

Muitos. Eu achei muito para pouca gente ali. Duzentos presos em poucos dias.

ENTREVISTADO

E para poucos dias. Antes eles vinham e eles ficavam mais. Eles ficavam mais. Eles ficavam quase a semana toda.

ENTREVISTADORA

Então, eles iam vir quatro, cinco e seis. Aí, de repente, o Murilo falou para mim, assim, “Não, a gente só vai cinco e seis, o quatro não vem. A gente não vai atender.” Aí eu falei, “Nossa, vai ficar o mesmo número de preso”. O que eu fiz para facilitar a vida deles foi o seguinte... ele me passou uma planilha dos presos, que eles iam atender, a situação dos presos, e eu acrescentei uma aba de idiomas, de línguas. Então, quando aconteceu isso, e foi muito interessante. Essa eu gravei. Aconteceu o seguinte, apareceu lá um... Se não me engano, um russo. Apareceu lá um russo que não falava outro idioma. O que eles viram que facilitou a vida deles? Eles foram na planilha que eu tinha feito, e eles foram procurar quem é que falava russo e português, além desse preso. Ah, tá, tem um outro aqui que fala russo e português, aí pedi para chamar. Entendeu? Aí eles usaram o preso como intérprete, mas o que facilitou ali foi eu ter listado as línguas, por isso que eu falo que no sistema seria interessante ter, porque você já sabe quem é, você faz um filtro ali, quem é que fala russo, quem é que fala búlgaro, quem é que fala chinês, entendeu? E aí eu percebi que só não foi mais rápido, porque eles estavam com aquilo impresso. Mas se eles estivessem, por exemplo, num computador, era só dar um filtro ali que eles iam ver quem é que falava russo, quem é que falava português. Então isso foi fantástico, assim, porque isso... eu percebi que valeu a pena ter feito o levantamento das linhas. Valeu a pena nesse sentido. E eles conseguiram prever... Quais eles teriam mais dificuldade? Que foi, por exemplo, um húngaro, um árabe, ou alguém que não falava português. Eles conseguiram ver aquilo na planilha. Porque eu coloquei português, inglês. por exemplo, mandarim-russo; ou eu colocava português-russo, colocava português- inglês, ou eu colocava espanhol, só isso, ou eu colocava só lá, por exemplo, árabe. Se eu colocasse só árabe, pode ter certeza que ele não vai falar português. Inclusive, eu vim um dia antes aqui mapear, fazer uma varredura... Em cima daquela lista para facilitar a vida deles. Agora, o que eu percebi bastante é que eles não sabem trabalhar como intérprete. Eles não estão acostumados e, por isso, não sabem como funciona.

ENTREVISTADO

Ainda mais o pessoal de Guarulhos ali, que a maioria... as prisões da maioria dos estrangeiros é tudo por ali...

ENTREVISTADORA

É, então...

ENTREVISTADO

Deve ser para eles no dia a dia participar das audiências, né?

ENTREVISTADORA

É, das audiências, mas nem todos também que estão nas audiências, doutor, são profissionais forenses. A gente também tem intérpretes *ad hoc* dentro da justiça. Por quê? Porque eu sei porque o doutor Paulo tinha essa angústia e tem até hoje. Principalmente com as línguas mais de pouca difusão. Agora inglês, espanhol, eu acho que ele até tem uma certa facilidade, mas nós temos dois problemas.

ENTREVISTADO

Em Guarulhos são aqueles que vão, que não falam, geralmente não falam português.

ENTREVISTADORA

É, exatamente.

ENTREVISTADO

Porque se a gente pega aqui os latinos, eles já são mais familiarizados. Muitas vezes eles já até vivem no Brasil. Agora aqueles que são presos ali...

ENTREVISTADORA

Que são autuados

ENTREVISTADO

Ali na Justiça Federal de Guarulhos, são as mulas, né? Geralmente já vêm aqui e já vão. E aí vai ser o europeu, vai ser os africanos, né?

ENTREVISTADORA

Ele vai nomeando, porque você tem um intérprete juramentado que não necessariamente precisa cobrir a justiça, o juramentado não é um servidor da justiça, ele tem permissão apenas para traduzir documentos oficiais, só isso, ele tem um carimbo especial.

ENTREVISTADO

É, porque a gente tinha muita dificuldade com isso aqui antes também. Às vezes o advogado queria trazer algum intérprete. E aí a gente não sabia quantas vezes a gente se deparou com... Era intérprete, mas era parente, esposa, filho, pai. Então a gente tinha essa dificuldade. Até no início a gente exigia. Não me lembro da legislação que fosse juramentada. Acho que tem um órgão, o JUSCESP, que regula isso, né?

ENTREVISTADORA

Exatamente. Agora que os tradutores têm o teste de intérprete, mas eles não tinham, eles eram somente tradutores, ou seja, só traduz documentos escritos e não necessariamente fazia interpretação, porque você pode, eu sou tradutora e intérprete, eu faço tradução e interpretação.

ENTREVISTADO

É, e são assim, pra quem é do ramo, sabe a diferença de um outro, mas pra gente que é de fora, são muito próximos, o tradutor e o intérprete. Eu fui pensar nisso e fiquei conversando com a senhora.

ENTREVISTADORA

É então!

ENTREVISTADO

Pra mim, de intérprete e tradutor, qual que é a diferença, né?

ENTREVISTADORA

É, o intérprete ele faz oralmente. Então ele tem que ter toda uma coordenação cognitiva para conseguir ouvir e falar ao mesmo tempo e interpretar, porque você não fala palavra por palavra, você interpreta. E não pode interpretar errado, por isso não pode interpretar errado. E aí o tradutor na parte escrita, então os juramentados normalmente faziam isso. Agora eles também estão tendo teste para intérpretes, mas não necessariamente eles querem atender a justiça. E nós temos os intérpretes de conferência que não são intérpretes forenses.

Quer dizer, porque o doutor Paulo questiona isso, ele falou, não basta você ser um intérprete, para justiça você tem que ser um intérprete forense, aquele que estudou para atender tribunal. Aí eu penso, será que também que o intérprete para atender presídio não tem que ter também uma formação específica para aquilo?

ENTREVISTADO

Para entender o contexto, né?

ENTREVISTADORA

É, ele tem que entender todo o contexto, toda a história, tudo que está ao redor dele pra ele conseguir interpretar direito. Então é isso que ele fala. A gente tem formação, no Brasil, a gente tem formações de tradutores e intérpretes de conferência. São aqueles que vão em conferências internacionais, aqueles que vão interpretar no Oscar...

ENTREVISTADO

Dentro do presídio tem muita gíria, né?

ENTREVISTADORA

Exatamente!

ENTREVISTADO

Se ele não entender aquela gíria...

ENTREVISTADORA

É, ele tem que ter um certo... É como o próprio Roni...

ENTREVISTADO

Por isso que o ideal seria a formação no meio, né?

ENTREVISTADORA

No meio. E aí, sim, quando você vê que não há a possibilidade daquele interno interpretar por questões de segurança, aí você vem com o outro de fora. Aí você vai ter que saber quando você vai precisar de alguém de fora.

ENTREVISTADO

Lógico, um intérprete tem formação... jurídica, direito, ele vai ter muito mais facilidade no tribunal do que...

ENTREVISTADORA

Exatamente. Eu tenho formação, por exemplo, eu sou enfermeira, sou técnica de enfermagem. Se você me dá uma interpretação na área médica, eu tiro de letra.

ENTREVISTADO

Fazendo hospital, fazendo interpretação.

ENTREVISTADORA

Exatamente. Aliás, fui intérprete dentro do Einstein, do hospital Einstein, sempre fiz interpretação ali. Porque presos, pacientes internacionais vinham, cirurgias e tal, então a gente fazia. Então tem essa questão também. É intérprete, é intérprete de quê? De línguas? Que línguas em que contexto? Não é todo mundo que está no contexto jurídico; tem gente que está no contexto de refúgio, tem gente que está no contexto de migração, tem gente que está no contexto de médico, tem gente que está no contexto tribunal, tem gente que está no contexto presídio. É um guarda-chuva muito grande. A interpretação comunitária é enorme, entendeu? Ela é um campo enorme. E você tem várias sub áreas. Que você vem puxando. Então cada um vai entrando em uma área que mais que mais se acomoda, que mais tem facilidade. É claro que você também tem como se preparar para uma interpretação dessa. Por exemplo, quando eu fiz a interpretação para o Dr. Murilo, a profissional, o que eu pedi para ele? Porque ele veio contatando a Sabine, lá do DPU, que é a minha coordenadora, a Sabine falou, "A Lúcia já está lá dentro do presídio, vai facilitar, mas o que você precisa fazer?" Três dias... uma semana antes você tem que dar para ela algumas informações daquilo... da vida... da situação do preso... e do que você vai... o que te interessa saber naquele momento. O que eu fiz? Estudei vocabulário... estudei todas as expressões jurídicas... estudei tudo... fui lá ver o que é tráfico privilegiado... eu vou estudar. Aí, é por isso que ele viu a diferença: o profissional vai agir desse jeito. Uma outra coisa que o profissional vai fazer é colocar o código de ética. Olha meu código de ética, eu tenho que manter sigilo, confidencialidade, imparcialidade, e explicar para o detento que eu estou ali como uma profissional intérprete, que ele pode se dirigir diretamente ao defensor, não

precisa falar comigo, Pergunta direto para ele e o defensor também. Você tem que educar as duas partes para depois conseguir trabalhar. Porque nem sempre eles sabem como trabalhar como intérprete. Quem já sabe, tranquilo. Você já percebe...

ENTREVISTADO

Eu já tive aqui experiências com consulados, às vezes vem um cônsul e não fala português e sempre tem um intérprete junto. É diferente.

ENTREVISTADORA

É diferente, porque eles são profissionais. São profissionais. E estudam o caso antes. Por isso que falam, “Mas é sigiloso, mas não tem importância. Eu não posso ter isso via internet, então me dá pessoalmente, meia hora antes.” Eu preciso fazer isso.

ENTREVISTADO

Da Coreia, tinha um que ele não falava. A Coreia do Sul. Agora faz tempo que... Acho que são outras pessoas que estão vindo, mas tinha um cônsul que vinha e ele não falava. Então, a gente percebia a postura dele. O intérprete estava lá. Mas ele estava aqui.

ENTREVISTADORA

Ele estava aqui.

ENTREVISTADO

Ele nem olhava para o intérprete.

ENTREVISTADORA

Ele não fala com o intérprete. O intérprete é invisível ali. Entendeu? O intérprete é só a voz dele.

ENTREVISTADO

Isso.

ENTREVISTADORA

É como se ele tivesse legendado. Então você... porque não pode ter esse... respingos na comunicação.

ENTREVISTADO

Aquelas... aquelas visitas... de presidente a presidente, né? Que vai... falando do lado ali...

ENTREVISTADORA

Isso... você pode reparar... presta atenção quando você vê uma coisa assim... que o intérprete está com um caderninho e ele está anotando. Ele está anotando e essa *note taking*, que a gente chama... essa *note taking*, ela é completamente em símbolo, parece taquigrafia. Então ele divide a folha e ele vai dando umas flechas assim, vai escrevendo e tudo em símbolo, porque ele não pode escrever mesmo, não dá tempo. Então ele cria os símbolos, os sentidos e ali ele depois vai falar tudo que foi falado ali, ele vai interpretar tudo aquilo a partir da leitura daqueles símbolos. Para você ter uma ideia, que louco, é surreal isso. É muito dez, não é? A gente tem, se você tiver oportunidade de ver um vídeo no YouTube, você coloca lá *note taking*. T-A-K-I- N-G, né? *Note taking*. Acho que tem que ver assim. É bem assim, né? *Note taking*. Assim, ó. *Note taking*. *Interpreting*. Se você colocasse *Note Taking Interpreting*, você vai ver que loucura que é. Isso aqui a gente usa na interpretação consecutiva, ou seja, num tribunal, quando o réu está dando um depoimento, o intérprete não pode interromper. Ele não pode porque ele não tem nem permissão para isso. Então ele fica em silêncio e o cara vai falando... falando... aconteceu isso... ou estava lá... não sei aonde... papapá... papapá... papapá... o que o intérprete tem que fazer... ele vai dividir a folha... e vai começar a fazer... olha... quando era de manhã... E a noite ele faz uma luazinha. Eu tomei o remédio, mas a minha esposa, não sei o que, ele faz um símbolo. Ele vai fazendo assim, vai fazendo assim, ele vai fazendo todo esse *note taking*. Ele tem um caderno que ele ocupa a folha inteira. Ele rabisca a folha inteira. Meu, o intérprete, o cara fica falando mais ou menos 5, 10 minutos e o intérprete, só lá... E o intérprete tem que devolver 98% pelo menos do que o cara falou. Primeiro ele tem que ter memória. A memória curta dele tem que estar intacta. Aquela memória curta. Quer dizer, fechei a porta, apaguei a luz. O que eu fiz primeiro? Você tem que lembrar. E você tem que, nas suas anotações, confiar nas suas anotações e você vem. E você vai falando. Gente, é surreal fazer esse tipo de trabalho. Isso num tribunal, tem que ser um profissional. Percebe? Tem que ser um profissional.

ENTREVISTADO

Mas isso aprimora com o estudo ou é um pouco dom? O que você acha? Ou um pouco dos dois?

ENTREVISTADORA

Eu acho que você tem aptidão para isso e um pouco dos dois. Agora você faz o intérprete, você treina mesmo ele, é exaustivo o treino. De interpretação simultânea, por exemplo, como eu dei aula de interpretação simultânea na Uninove, o que que a gente fazia com os meus alunos? Eu falava para eles assim, “Olha, enquanto vocês vão falando”, por exemplo, eu colocava uma palestra para eles em português. Em português. Uma palestra em que o cara falava, nessa velocidade que eu estou falando aqui. Eles tinham que fazer o que a gente chama de “shadowing”. Ou seja, o cara começa, “Bom dia, hoje eu vou falar pra vocês uma situação que eu tive ontem com a minha esposa.” Quando ele falar esposa, você começa. Ele te deu, olha só, você começa atrasado. “Enquanto vocês estão falando atrás dele, vocês vão numerar de 1 a 10, de 10 a 1, de 1 a 10.” O que eu faço? Por que a gente faz isso? Porque a gente tem que splitar a concentração. Eu tenho que estar prestando atenção aqui, aqui, em você e no que eu estou ouvindo. Isso é uma coisa que o intérprete simultâneo tem que fazer. Então você... você divide a concentração e você consegue fazer várias coisas ao mesmo tempo. Por que ele tem que fazer anotações? Porque o cara vai falando... em 1930... ele coloca 1930 e mostra para o colega de cabine... para o colega não errar a data. São dois na cabine. O cérebro aguenta fazer interpretação simultânea 20 minutos. Então eu faço 20 minutos e passo a bola para o colega. Ele faz 20 minutos e passa a bola para mim. Mas enquanto ele está fazendo, eu estou fazendo anotações para ele não se perder, de números, nomes, datas, porcentagens, tudo o que ele pode se perder no meio. Então, ele está interpretando, ele está vendo o palestrante e ele está olhando para mim. Então, ele está splitando a concentração dele. Ele não perde, ele continua falando e está olhando. Então, “em 1930, 40% da população” e está olhando o meu caderno. Então, a gente tem que saber anotar, falar, interpretar tudo isso.

ENTREVISTADO

Muito bom, que bacana.

ENTREVISTADORA

Então, por isso que tem que ter formação. E o *note taking* na interpretação comunitária é a consecutiva, que a gente chama. A sussurrada é quando você, por exemplo, está numa plateia, você está numa plateia e só você não entende o idioma. O cara tá falando em russo, a plateia inteira é russa, só você que não, você é brasileiro. O que que eles vão colocar? Eles vão colocar um intérprete do seu lado, que fala russo e português, e ele vai sussurrar no seu ouvido tudo que o cara está falando. Então, entendeu? Você fica assim. A simultânea é aquela que você põe o fone, que você já deve conhecer, que o cara está lá na cabine. Essa é a interpretação de conferência simultânea. E a comunitária também usa as mesmas técnicas, e principalmente a consecutiva em uma audiência, por exemplo, em uma reunião aqui, que ninguém pode interromper ninguém. E eu não posso interromper ninguém. Ah, fala de novo, doutor, por que o senhor falou? Fala de novo, eu não posso fazer isso. Eu tenho que ter um *note taking*, eu tenho que ter habilidade para ir anotando, anotando, anotando. E aí vocês que estão na reunião precisam saber trabalhar com o intérprete, ninguém pode falar atropelando o outro, entendeu? Quer dizer, você fala, para o outro, fala, para o outro, fala, para, para conseguir o intérprete saber lidar com isso. Então por isso que a gente fala de uma formação de intérpretes. Os presos daqui eles têm esse feeling, eles já conseguem fazer a sussurrada, a intermitente, consecutiva, simultânea. Eles fazem isso, só que eles não se apercebem disso, porque eu falo, é uma aptidão.

ENTREVISTADO

Sim!

ENTREVISTADORA

Aí depois você vem com as estratégias, com os códigos de ética.

ENTREVISTADO

Até porque eles já estão acostumados, né?

ENTREVISTADORA

É.

ENTREVISTADO

Aqui, com essa questão da comunicação. Deve ser algo comum para eles dentro do pavilhão, né?

ENTREVISTADORA

É comum, é comum. E assim, é muito interessante que eles entendem, por exemplo, eles veem a possibilidade, porque para eles me deixarem gravar, entrevista, filmar, tudo, eles conhecem a pesquisa. E eles ficaram muito interessados nessa questão, “Mas a gente já faz isso, a gente pode fazer isso como um trabalho lá fora?” Eu falei, “Pode. Vocês vão sair daqui? E podem trabalhar como intérpretes em algum momento, em algum lugar, ou até mesmo para justiça. Digamos que vocês por questões jurídicas não podem sair do país, vocês ficam aqui cumprindo a pena em aberto, por exemplo.” A gente criar um mecanismo que eles possam fazer esse tipo de trabalho.

ENTREVISTADO

Mas para categoria é interessante?

ENTREVISTADORA

É. É interessantíssimo para a categoria, porque nós não temos intérpretes plurilíngues no Brasil. O máximo que a gente tem é um intérprete que fala duas línguas. Aí que tá. A gente tem muita lacuna, porque tem intérprete espalhado por tudo quanto é área. E tem área que falta intérprete. Qual é a área que falta intérprete? Delegacia, presídio, tribunal, refúgio. Por que ninguém quer? Porque todo mundo quer a conferência. Por que todo mundo quer a conferência? Porque paga horrores. Se você pegar o Sintra, que é o sindicato de tradutores, e ver quanto o intérprete ganha a cada uma hora, cada 30 minutos, você vai ficar de boca aberta. E você sabe que uma conferência às vezes dura 3, 4, 5 dias. Um evento. Então, você imagina. Então, muitas vezes, o que os intérpretes profissionais de conferência entendem? Olha, eu não vou ganhar, sabe? Eu vou acabar sendo voluntário nesse início, porque o governo não tem política pública. Ele tem que ter política pública de formação e remunerar. Ou ele tornar esses intérpretes servidores igual a vocês.

ENTREVISTADO

Sim.

ENTREVISTADORA

E o cara é servidor, então ele vai ter um salário, então ele vai trabalhar para justiça. Fazendo o quê? O que você faz? Ah, faço interpretação. Quando me chamam, olhem aqui. A justiça me chama, entendeu? E eu vou cumprindo os meus horários, eu vou ganhando o meu salário e tal. É isso que a gente está fazendo, porque a gente tem... a minha pesquisa, ela está vinculada ao projeto de lei lá, 5.182/20, que pretende a obrigatoriedade dos intérpretes nos serviços públicos. Quando isso for aprovado, que já está com mais de 90% de votos de sim, quando isso for aprovado pelo o Senado, eles vão montar toda uma logística de como vão fazer isso. Como que nós vamos pagar, quem são os intérpretes, onde nós vamos formar, entendeu? Aí vai ter aquela coisa, vai ter aquele movimento. A gente vai ver um turbilhão de movimentos de como que isso vai, quem será o intérprete, onde ele tem que se formar, será servidor público ou não.

ENTREVISTADO

É, na delegacia, mais ainda que no judiciário, né?

ENTREVISTADORA

É...

ENTREVISTADO

Que falta...

ENTREVISTADORA

E no aeroporto.

ENTREVISTADO

É.

ENTREVISTADORA

Que a Polícia Federal... Eu trabalhei em aeroporto. Eu acho que eu pulei em tudo quanto foi área. Eu trabalhei no aeroporto de Guarulhos. Eu trabalhava para a Varig. No check-in. Mas era batata, era quase todo dia a Polícia Federal me chamando. porque sabia que eu estudava interpretação e que eu podia resolver o problema da interpretação lá para eles. Eles não têm, doutor. E você vê lá aquele programa aeroporto que eles ficam com um celular, tentando muitas vezes se virar, ou balbuciar alguma coisa, porque dominar uma língua é uma coisa. Você falar a língua é uma coisa, mas você domina em todos os aspectos, a ponto de você se sentir confortável em falar do assunto. E outra, a gente se expressa muito melhor na nossa própria língua, não é?

ENTREVISTADO

Ah, com certeza.

ENTREVISTADORA

Entendeu? Então, não tem nem o que se comparar, não é? Como você... Eles falam, eu falo, mas eles falam...

ENTREVISTADO

Eu me lembro aqui da... Como é o nome dela? Cônsul da... Vice-Cônsul, ela era aqui em Curitiba, não era nem em São Paulo. Poxa, esses dias mesmo eu conversei com o pessoal e eu estava lembrando... dela. Que país que é... Ah, enfim... Mas ela falava português e ela se expressava, parecia que ela estava brigando com a gente, sabe? “Mas parece que essa mulher aí estava me tirando”, eu ficava pensando... e até com o que ela falava, “Eu atendi um concho lá, um mango, um negocinho, sabe?” Aí fui ver, você vai conhecendo a pessoa, por telefone eu conversei com ela, a gente quase brigou no telefone, só que eu imaginava que ela estava sendo mal educada comigo, mas não é, é a forma de se expressar .

ENTREVISTADORA

De se expressar.

ENTREVISTADO

Depois até a gente conversar várias outras vezes e agora não me lembro... não é Romênia, é um país do leste europeu.

ENTREVISTADORA

Eslováquia,

ENTREVISTADO

Não, não é...

ENTREVISTADORA

Tchecoslováquia. Iugoslavia...

ENTREVISTADO

Nossa, a Fabiana vai ajudar ela.

ENTREVISTADORA

A Romênia é bem engrossando mesmo.

ENTREVISTADO

É, mas é dali, daquela região ali, tinha bastante... Polônia.

ENTREVISTADORA

Polônia.

ENTREVISTADO

É leste Europeu, Polônia, não é?

ENTREVISTADORA

É, é.

ENTREVISTADO

Polônia. Polônia está tentando me matar. E eu achava que você não estava brincando comigo, não ia falar desse jeito comigo aqui, não é? Mas aí você vai conhecendo a pessoa, você vai conversando, aí percebe. Até na comunicação com o próprio estrangeiro, com o preso. Você viu, os latinos eles são mais, né? Eles falam mais acelerado, parece que eles estão, né? E eu acho que é da nossa cultura também, né? A gente rodeia mais pra falar as coisas.

ENTREVISTADORA

A gente é prolixo, é verdade.

ENTREVISTADO

E eles são mais diretos.

ENTREVISTADORA

Exatamente.

ENTREVISTADO

Português, alemão.

ENTREVISTADORA

Um americano chegou para mim e falou que nós éramos “wordy”. Por que você é “wordy”? Porque você é prolixo. Aquela coisa de perguntar para aquela ex-presidente lá, a Dilma, quando perguntaram para ela assim, “A senhora, *did you cook the book?*” “Cook the book” é uma expressão que diz, assim, roubou mesmo, dinheiro público. “Veja bem”, esse veja bem, ela vai, vai, vai contornar, vai contornar primeiro porque ela não quer responder e segundo porque a gente realmente não tem, a gente é convidado para uma festa e não sabe dizer não. Você fala, não, eu vou até pegar o convite e dar um jeito de dar uma desculpa depois. Isso é da nossa cultura. Mas eles falam, não, eu não vou, não me entrega o convite e a gente acha isso grosseria, não é? Então é o jeito de se expressar mesmo, assim, a afobação de falar, não é? Aquela coisa toda, como os italianos, de falar alto, gesticula, aquela coisa toda, parece estar brigando, não é? Aquela coisa, e é muito interessante, você vê que ela fala português, mas ela traz uma cultura, um jeito de falar uma coisa mais “pá, na lata”. Aí você fala com essa mulher, “Tá querendo brigar comigo, né?” Aí você pode perceber que o americano também, ele não se despede no telefone.? Ele simplesmente desliga. Ele não se despede, ele fala tchau, tchau, você quer ir com aquela coisa então? Não, se despede.

ENTREVISTADO

É, para a gente dizer não, a gente faz um rodeio, né?

ENTREVISTADORA

Faz um rodeio e dá um perdido.

ENTREVISTADO

E eles são mais diretos.

ENTREVISTADORA

Mais diretos.

ENTREVISTADO

Até o latino, é.

ENTREVISTADORA

Até mesmo colombiano, boliviano, mexicano, argentino. Eles são mais diretos. Nossa, brasileiro é assim, entendeu? Até para terminar o relacionamento. É uma enrolação, não é? Ai, eu vou tentar abraçar uma moça ali, quem sabe ela me vê, e aí eu entendo.

ENTREVISTADO

Então, é, mas eu... são experiências, porque hoje eu encaro de uma outra forma, sabe? Depois no início... eu estou atendendo tão bem a pessoa aqui, né?

ENTREVISTADORA

Exatamente. E que nós somos mais sentimentais mesmo. Nós somos muito melindrosos, os brasileiros. Tipo, “Ah, não gosto de muita coisa, muita...” Tipo assim, para nós a franqueza é sem educação.

ENTREVISTADO

É.

ENTREVISTADORA

Se o cara falar assim, “olha, você se importa se eu fumar?” “Me importo, não fume aqui por favor”, pronto.

ENTREVISTADO

A gente vai falar, não, não tem problema, fuma aí, por mais que incomode.

ENTREVISTADORA

Por mais que incomode. Nós temos isso. Mas doutor, foi muito boa a entrevista, o bate-papo. Muito obrigada mesmo, viu? Esclareceu bastante coisa e não podia faltar você na minha pesquisa.

ENTREVISTADO

A gente vai conversando, se precisar a gente está à disposição.

ENTREVISTADORA

Tá bom, mas olha lá depois de noite. Olha, você vai falar, “Gente, que coisa louca é essa, né?” E a gente consegue trabalhar dessa forma. Tá bom? Tchau, tchau, Doutor.

3. Entrevista com o médico da penitenciária

ENTREVISTADORA

Doutor C..., boa tarde. Agradeço imensamente por você me conceder essa entrevista. É muito importante para a pesquisa, já que a gente está fazendo um estudo sociolinguístico interacional, que está interfaceado com a interpretação comunitária. A gente defende essa questão de intérpretes como profissão, intérpretes como reconhecimento de uma profissão, e setores públicos também. A presença do intérprete também muitas vezes é necessária. E aí, você quem vai me dizer isso, certo? Então, eu queria que você me contasse um pouquinho sobre a sua trajetória, se você escolheu vir atender dentro de penitenciárias, porque o médico tem uma amplitude de contextos em que ele pode trabalhar, não é? Então, conte para mim um pouquinho dessa história.

ENTREVISTADO

Então, boa tarde, primeiro de tudo. Trabalhar aqui foi... foi uma... foi um desafio, para ser bem sincero. Eu não tinha muita ideia de como ia ser aqui. Me fizeram o convite. Quando me fizeram o convite, deixaram ênfase de que aqui é um presídio que atende também muitos estrangeiros. E um dos motivos que me trouxe a trabalhar no presídio foi por curiosidade mesmo, por outras línguas, outras culturas, até porque o ambiente do presídio também, aqui, por mais que pareça perigoso, é seguro para que a gente trabalhe, porque ainda mesmo assim não são pessoas totalmente que você possa conviver, às vezes, com alguns outros, você tem tratamento mesmo. Mas, enfim, aqui, quando você falou pra mim que é do intérprete, eu, em alguns casos, me vejo sem opção, porque quando tem ainda algumas línguas que são mais faladas, inglês, espanhol, português, italiano, e algumas outras que são... Só que tem algumas que são extremamente regionais ali, às vezes, e nem com o Google é tão possível. E, acredito eu, que o intérprete iria ajudar bastante, principalmente na parte de pesquisa, até na parte... Quando eu vou pesquisar alguma coisa, não tem muito veículo de pesquisa, não sei aonde pesquisar, então eu entro em qualquer lugar e vejo um desespero ali para tentar entender o paciente, pelo menos o que ele tem. O motivo é, ele não veio aqui para querer conversar comigo to a toa. Não, ele veio aqui por um motivo de saúde. Então eu preciso tratar, eu preciso entender o que ele tem. E eu tenho que entender muito corretamente, certíssimo, porque... algum detalhezinho ali pode me deixar totalmente... né? Com um tratamento... ineficaz. Então, nisso... Quando... Quando não tem alternativa nenhuma, a gente... realmente apela para o computador e tenta. Ver o que... Quando a gente chama... Às vezes tem um preso que fala... que sabe... falar... e... Chega a parecer até bem engraçado, porque dá para perceber que nem ele está entendendo direito, às vezes. E você fica, “Caramba... Eu vou chamar outro intérprete. Porque realmente já aconteceu algumas frases assim que... tá meio duvidoso.

ENTREVISTADORA

Entendi. O senhor lembra com que línguas aconteceu isso?

ENTREVISTADO

Foi até engraçado, porque foi em inglês mesmo. Só que a pessoa que apareceu foi o próprio reeducando que estava aqui perto e ele falou que sabia falar também, só que não sabia não. Sei lá, se ele quis. Queria ficar um pouquinho mais aqui, eu acho.

ENTREVISTADORA

Entendi, aí ficou difícil a interação.

ENTREVISTADO

Aí ficou difícil, porque eu não entendi, então... Não tem como tratar uma pessoa que eu não entendo. Tenho que entender, então vou atrás de uma pessoa que realmente fala muito bem, que saiba falar para mim, transmitir realmente aquilo que... Não adianta duas pessoas também falarem inglês e não conseguirem passar para mim, não. Tem que saber e falar certinho para mim o que estava acontecendo.

ENTREVISTADORA

E teve algum momento, assim, em que você ficou numa sinuca de bico porque você não tinha ninguém que interpretasse aquela língua e o paciente não falava nenhuma outra língua a não ser a dele?

ENTREVISTADO

Já...

ENTREVISTADORA

E que recursos você precisou usar? Como é que aconteceu? Conte para mim.

ENTREVISTADO

Olha, foi bem difícil. O único bom dessa pessoa foi que ela estava com uma lesão aparente. Então ela realmente apontou com o dedo. E deu pra ver que era ali... mas foi realmente a minha sorte.

ENTREVISTADORA

Entendi. E aí, outros recursos para saber se ele tinha alguma alergia, alguma medicação, como você faz? Porque a gente sabe que tem uma anamnese antes, não é? Tem. E como que você fez nesse sentido? Por exemplo, “bom, eu não sei o que ele toma, não sei se eu posso combinar uma medicação com a outra, eu não sei como... se ele já tá tomando alguma coisa, ou já tomou um anti-inflamatório, não sei quantas vezes...” Diversas partes.

ENTREVISTADO

Nessa parte ainda bem que eu vou para o prontuário. O prontuário tá tudo lá, então tá tudo prescrito, se ele tem alergia a algum remédio ou não. Isso aí a maioria das vezes já tem bem a informação da embaixada, já tem... Então, dessa parte eu já fico um pouco mais tranquilo que antes. A pessoa sente aqui, eu já dou uma acessada no prontuário, principalmente para ver se ela faz algum tipo de tratamento, se ela já toma uma medicação comprovada, se ela está em caminhamento, se ela vai e passa para um especialista.

ENTREVISTADORA

Ah, então o prontuário precisa estar o mais completo possível para um ajudar o outro.

ENTREVISTADO

Ele é sempre atualizado qualquer... Qualquer movimento que faça com o educando aqui, ou qualquer curativo, ou uma aplicação, qualquer coisinha que faça, ela é relatada para realmente, quando precisar, a gente ter acesso o mais rápido possível.

ENTREVISTADORA

Entendi. Em outros contextos, doutor, você já trabalhou com, assim, atendendo pacientes com a presença de intérpretes profissionais?

ENTREVISTADO

Não.

ENTREVISTADORA

Nunca atendeu?

ENTREVISTADO

Não. Eu já atendi outras pessoas de nacionalidades diferentes, porém já morando aqui no Brasil. Mas assim, é respeito mesmo para atendimento com tantos seguidos, não.

ENTREVISTADORA

Não, não é? Você fala algum idioma?

ENTREVISTADO

Falo espanhol.

ENTREVISTADORA

Fala espanhol. Então, como os pacientes em espanhol, você flui, não é? Ou você acha que ainda precisa de um intérprete mesmo para o espanhol?

ENTREVISTADO

Eu ajudo bem, porém eu ajudo quando eles não entendem. Quando eles não entendem, eu dou preferência em, às vezes, falar o necessário. Porque se eu falar que eu sei falar muito bem espanhol, alguma coisa assim, você perde muito o contexto. Porque às vezes ele quer falar, mas não, aqui eu tenho que realmente saber qual o problema de saúde que ele tem e por que ele está sendo tratado. Eu sei. Então o intérprete é bom muitas vezes por isso, porque realmente é só o problema.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

Não fica uma consulta que vai arrastar muito tempo. Eu gosto de ir... Muitas vezes aqui, aparecem muitos presos com muitas vezes com muitos problemas. Vários tem que ser tratados. E outros é... Coisas já prolongadas...

ENTREVISTADORA

Crônicas...

ENTREVISTADO

Crônicas, com tratamento de especialista, já prescrito, aí me falam, tem um problema cardíaco, mas você vai ver na ficha, ele já passa, já tem um especialista há muito tempo, mas já quer, na consulta eu mando o encaminhamento deles.

ENTREVISTADORA

Entendi, porque as suas consultas tendem a ser bem objetivas. Se ele já está com tratamento especialista, você não vai tratar daquilo. Você vai tratar como se fosse pronto-socorro, daquele sintoma pontual ali, não é isso?

ENTREVISTADO

É, sim. Tanto que eu sou geral, então ele já tem da especialidade ou dá o tratamento realmente se não necessário. Ou se às vezes até for necessário, eu comunico com o especialista, porque é tratamento já da especialidade.

ENTREVISTADORA

Entendi. E como você vê a presença do intérprete, por exemplo, profissional aqui? O que você acha que aqui deveria melhorar para que você tivesse um atendimento completo, sem ter preocupação nenhuma com computador, com Google, com pesquisas, fora o prontuário? Como é que você vê essa presença do intérprete?

ENTREVISTADO

Eu acredito que seja importante. não só aqui na enfermaria, mas eu como também já morei fora do país, sei como é difícil você pedir qualquer coisa. Ainda mais sendo preso, você realmente não consegue ter tanto acesso a outras coisas. A pessoa tá num país de fora e ainda não saber falar a língua é muito complicado. E ainda mais quando ela estiver doente. E ela tentar falar e não conseguir se expressar. Aí já complica e complica mesmo. É necessário o intérprete. Muito. Nesses casos principalmente, né? Porque... eu não sei ninguém que vai me ajudar, mas eu tô aqui pra atender e dar o melhor possível pra quem precisa. Então eu preciso realmente entender ali o que é possível, está falando, está necessitando e em alguns casos é um pouco complicado.

ENTREVISTADORA

É um pouco complicado, não é?

ENTREVISTADO

Bastante.

ENTREVISTADORA

Então, nesses casos, a presença de intérprete é essencial para você.

ENTREVISTADO

É necessário, se torna necessário.

ENTREVISTADORA

E como você vê a questão do intérprete não preso profissional aqui, quer dizer, vindo aqui, como eu, por exemplo, E o intérprete sendo profissionalizado, o intérprete preso sendo profissionalizado. O que você acha disso?

ENTREVISTADO

A situação seria necessária mesmo se tivesse um intérprete aqui. Não só sendo eles a ajuda. E sim uma pessoa que fosse totalmente necessária, não só aqui, mas para outros assuntos também, aqueles que realmente possa precisar, ou alguma outra coisa também que possa necessitar, não só aqui. Então acredito eu que, afinal, só tanto aqui dentro do consultório que ele vai ter esse problema. Acredito que em outros lugares também. Aqui dentro eu vejo muito a necessidade porque realmente tem vários presos, vários educandos que sentam aqui e eu não faço muita ideia do que eles falam. Tem inúmeras línguas.

ENTREVISTADORA

Então você acha que o intérprete é profissional, não é? O profissional...

ENTREVISTADO

O profissional, ele é necessário aqui por inúmeras situações mesmo, onde eu saio aqui, solicito alguém, “Oh, vê alguém aí porque eu estou precisando agora”.

ENTREVISTADORA

Aham.

ENTREVISTADO

E a maioria das vezes eles realmente me ajudam com os outros educandos. Ou até com o computador. O computador é realmente, é quando é o caso extremo mesmo, que a gente não consegue achar ninguém. E sempre vai se virando, o que é necessário, né? Porque o computador, ele não é aquele acolhimento humano, não é aquela, né? Se torna uma coisa mais básica, fica um... O atendimento mais neutro que a gente tem aqui.

ENTREVISTADORA

Entendi. E quando você fala do computador assim, é digitando no Google?

ENTREVISTADO

Digitando, virando a tela, digita e vira a tela.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

Se ele precisar falar algo, tem que digitar.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

É impossível.

ENTREVISTADORA

É impossível, não é? Quer dizer, então com os presos que vêm fazer a interpretação, é como se fosse uma ajuda, não é? É um intérprete e é uma ajuda. Você vê necessidade de um intérprete mesmo, aquele que teria uma função dentro da carceragem de fazer esse tipo de trabalho em todos os setores, inclusive o teu.

ENTREVISTADO

Claro.

ENTREVISTADORA

Ah, entendi.

ENTREVISTADO

Ah, isso tem uma necessidade. Não sei se existe em outros presídios. Mas, necessita-se, ainda mais uma quantidade de reeducandos que tem aqui. E sempre chega pessoas novas. Então, sempre tem que ter.

ENTREVISTADORA

Entendi. Deixa eu perguntar para você. Deixa eu ver se eu tenho mais alguma pergunta aqui. Você me disse que teve momentos em que você não conseguiu se comunicar, verdade... Bom, sobre tradução e interpretação, você sabe que isso é uma profissão, não é?

ENTREVISTADO

Claro.

ENTREVISTADORA

Que é uma profissão, eu acho que você viajando para outros países, você morou fora, não é? Então você sabe que se você precisar de alguém, você vai para uma coisa mais oficial, não é? O intérprete está lá. Por exemplo, você vai para uma consulta médica. Você já foi,

por exemplo, interpretado, por exemplo, fora por algum intérprete profissional em algum momento? Que momento aconteceu isso com você?

ENTREVISTADO

Profissional não, mas eu fui interpretado por uma pessoa que me acompanhava por um tempo e ela sabia falar muito bem inglês. E eu necessitava de uma pessoa que falava na língua e eu precisei dela. E eu fui falando ali e ela traduzindo.

ENTREVISTADORA

Como é que você se sentiu? Seguro?

ENTREVISTADO

Seguro pela pessoa que estava traduzindo de extrema confiança. Mas, foi chato porque eu poderia estar falando também. Então...

ENTREVISTADORA

Ah... entendi.

ENTREVISTADO

Mas é... é uma coisa... útil, que eu achei bem interessante, você ter ali acesso a uma pessoa que fale outra língua.

ENTREVISTADORA

E você também poder acessar aquilo que você precisa.

ENTREVISTADO

Com toda certeza, absolutamente.

ENTREVISTADORA

Porque caso contrário, você não poderia também acessar alguma coisa que você queria, porque se você não tivesse ela para traduzir, essa pessoa, em inglês, você não teria acessado.

ENTREVISTADO

Eu não teria acessado, eu não teria solicitado aquilo que eu precisava. Realmente, em várias e inúmeras situações, você precisa de um intérprete. Hoje ainda mais regionalizado.

ENTREVISTADORA

Exatamente.

ENTREVISTADO

Precisa realmente. A globalização que está agora.

ENTREVISTADORA

Tá hiper diverso, não é? A gente cruza... Nossa! E a gente sabe que eles falam muitas línguas regionais, como você falou, muitos que a gente chama de dialetos, não é? E mesmo que eles falem inglês, o inglês deles não é aquele inglês que a gente aprende como padrão. Com aquele inglês de viagem, por exemplo.

ENTREVISTADO

Eu morei fora por um bom tempo, falei espanhol, eu falo espanhol até, né? Fiquei... sete ou oito anos lá fora. E mesmo assim, eu achei algumas pessoas aqui que tem o espanhol bem diferente. às vezes é um pouquinho complicado de entender. Mas eu sei falar também. Então, imagina às vezes... Não é só saber falar também. às vezes a pessoa fala, mas fala uma coisa diferente, assim... se não tiver alguém que é especialista em línguas, que ela vai saber uma gíria, vai saber o jeito que a pessoa se coloca, né? Eu não. Então, às vezes, eu vou saber o básico ali, eu vou saber o que quer falar, mas eu não vou saber a fórmula, né, alguma coisa assim, algum verbo que ele fala.

ENTREVISTADORA

Ou alguma... alguma... alguma alteração na língua.

ENTREVISTADO

Que ele faça.

ENTREVISTADORA

Que é própria da língua dele.

ENTREVISTADO

E eu não vou saber, né? Então... E isso em termos, seria legal, porque já é uma pessoa que vai estar por dentro dessas alterações.

ENTREVISTADORA

E quanto ao curso de línguas, o que você acha? Poderia melhorar alguma coisa nesse sentido dentro do presídio? Para os funcionários, curso de português para estrangeiros, curso de idiomas para os funcionários.

ENTREVISTADO

Então, aí é uma parte que eu já não tenho acesso. É uma parte que, realmente, quando você falou do curso, eu não sabia que aqui tinha curso. Realmente, eu entro ali, falo um bom dia no máximo, e aí...

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

Venho, atendo, já saio daqui e vou para outro lugar e atendo também...

ENTREVISTADORA

Mas você acha que seria uma boa ideia também, não é?

ENTREVISTADO

Mas eu não sabia que aqui tem. Aqui tem?

ENTREVISTADORA

Não, não tem. Eu queria saber se você acha isso...

ENTREVISTADO

Ah, necessário.

ENTREVISTADORA

Necessário. Ele tem a escola, não é? A escola ensina português, mas não português para estrangeiro como uma segunda língua ou uma língua estrangeira.

ENTREVISTADO

É necessário, né? Ainda mais onde eles estão e também a globalização da linguagem, pelo menos uma linguagem que seja mais ampla dos funcionários. Porque precisa, pelo menos de algumas pessoas aqui, que sejam aptas a falar com esses estrangeiros, em pelo menos orientá-los no começo, se necessário, logo.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

Pelo menos para entender eles.

ENTREVISTADORA

E você vê alguma tendência, doutor, por exemplo assim, uma tendência geral de fazer com que eles falem português? Existe essa tendência, tipo assim, “Olha, aprenda o português, porque você está no Brasil”. Tem essa tendência? Ou você acha que eles podem se expressar na própria língua, que eles têm essa liberdade?

ENTREVISTADO

Eu vejo que eles fazem necessário o uso do português aqui. E até as pessoas que... eu compreendo que eu falo espanhol com elas, eu digo pra elas, falo, tente falar português.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

Pelo menos o básico. Porque não são todas as pessoas que vão te compreender e você vai necessitar de alguma coisa, então pelo menos o básico. Fale, já que você tá aqui, fale. Se você tá num país diferente do seu, outras culturas, outra língua, então pelo menos o básico. Se necessária ajuda, se necessário comida, alguma coisa que você está necessitando... você precisa falar.

ENTREVISTADORA

Precisa falar, então eles são estimulados também, né?

ENTREVISTADO

Eles são estimulados. Até pelos outros presos que já estão aqui por um tempo que são do país deles, eles aprendem alguma coisa, então ele chega aqui não falando quase nada, mas ele fala algumas coisinhas que dá pra se entender, que foi outra pessoa que orientou ele.

ENTREVISTADORA

Os próprios presos vão se orientando.

ENTREVISTADO

Isso! Ele mesmo orienta e fala: “Ó...”

ENTREVISTADORA

Ah, que ótimo.

ENTREVISTADO

Ele me dá uma orientação de alguma coisa que eu não lá sabia o que era.

ENTREVISTADORA

E você acha estranho os agentes, por exemplo, os servidores em geral, não aprenderem o idioma? Você acha que isso deveria acontecer? Porque, pode ver, os presos convivem e aprendem, mas o contrário não acontece muitas vezes.

ENTREVISTADO

Eu...

ENTREVISTADORA

O que você acha que acontece?

ENTREVISTADO

Eu, do mesmo jeito, eu acho que sim. Só que ainda, se for pensar bem claro, se você quer que... Se eu quero que alguém daqui saiba francês, fala francês, você sempre vai querer que um francês esteja aqui.

ENTREVISTADORA

É, entendi.

ENTREVISTADO

Eu não quero que esteja preso aqui, supostamente. Então, é difícil. São várias nacionalidades imensas de língua. O correto seria todo mundo aqui ter um curso pra abranger todos, porque tem muitas nacionalidades aqui. E se você pegar pra fazer curso pra todos...

ENTREVISTADORA

É complicado. É complicado.

ENTREVISTADO

E se investir também, eu acho bem difícil, porque às vezes a pessoa pode sair. Você vai ter que arrumar outra pessoa. (Com) Um intérprete, acho que já seria diferente, já seria uma pessoa específica que poderia estar auxiliando também.

ENTREVISTADORA

E falando as línguas majoritárias.

ENTREVISTADO

Não só com as pessoas, mas também com acesso a tudo.

ENTREVISTADORA

Entendi. Então teria que ter uma ponte mesmo, eu acho que é mais viável essa ponte de interação que é o intérprete nesse caso.

ENTREVISTADO

Seria isso.

ENTREVISTADORA

Então tá bom, doutor. Tá joia. Muito obrigada pelos esclarecimentos, pela sua opinião, pelo seu tempo. Me desculpe aí, eu sei que você está trabalhando, mas eu te agradeço bastante porque é bem importante a gente saber qual que é a visão, a perspectiva de cada um, sabe? De um agente, de um preso, de um médico, de um assistente social. Isso vai enriquecendo a tese e a gente vai chegando numa conclusão, quanto a questão da interpretação, que é a interpretação comunitária e como nós, intérpretes, vamos ocupar esse espaço, que a gente batalha tanto para ocupar esse espaço, de ter a presença do intérprete em setores públicos como um direito linguístico, com garantia dos direitos linguísticos e humanos. Muito obrigada. Boa tarde.

ENTREVISTADO

Boa tarde.

4. Entrevista com o diretor administrativo

ENTREVISTADORA

Vamos lá. Boa tarde, hoje é 6 de novembro de 2023....

ENTREVISTADORA

E diga para mim, conte um pouquinho sobre a sua entrada como servidor aqui no presídio, como você escolheu esse tipo de atividade, como você veio parar nesse setor?

ENTREVISTADO

Bom, tudo começou em 1997, quando fiz um concurso público, né, pra Secretaria da Administração Penitenciária, escolhendo o cargo de oficial administrativo. Assumi a função em 13 de outubro de 1998, trabalhando dois anos na cidade de Avaré, e depois sendo transferido para a cidade de Itai. Na época, quando eu comecei aqui em Itai, eu comecei atuando como chefe de sessão do extinto setor de pecúlio. Ou aliás, hoje não existe mais a chefia de pecúlio. O setor ainda existe, mas o cargo de chefia do setor de pecúlio não existe mais. O que que consiste no setor de pecúlio? No atendimento aos sentenciados no que se refere a controle de numerários, entradas e saídas de dinheiro. Familiar manda, valores referentes à remuneração de trabalho. Em 2006, com a mudança da população para os presos estrangeiros, os consulados e embaixadas também começaram a dar uma assistência nessa parte. Isso quando eu comecei. Depois, um período, no setor de pecúlio, eu fui transferido para o Centro de Integração e Movimentações Carcerárias, que é o CIMIC. Essa é uma parte jurídica aqui da unidade prisional que verifica a pena do sentenciado, cálculo de penas, quanto tempo falta para ele ganhar um regime semiaberto, um regime aberto, livramento condicional, também trabalha com as remissões, fazendo os cálculos das remissões para abater na condenação dele. Nesse cargo eu fiquei de dois mil e... dois mil e... treze... não, perdão... dois mil e dezessete até outubro de dois mil e vinte e um... quando eu assumi a diretoria de centro administrativo na qual estou hoje.

ENTREVISTADORA

E esse centro administrativo também mexe com essa questão do pecúlio. Então saiu aquele setor, o cargo, o setor continua e você ainda continua lidando com esse tipo de...

ENTREVISTADO

Isso, isso. Hoje o setor de pecúlio está vinculado diretamente ao centro administrativo. Não tem o cargo de chefia, porém é o diretor administrativo que é o responsável pelo setor de pecúlio.

ENTREVISTADORA

Ah, entendi.

ENTREVISTADO

E a gente continua nisso daí, fazendo o controle, né, entrada e saída de numerários, né, dos sentenciados, o que consulado e embaixada manda, os valores referentes aos trabalhos, né, que os sentenciados exercem, né, a enumeração deles. Hoje tem o Pix, essa novidade que chegou, a gente também envia, através do Pix, numerários, valores para visitas dos sentenciados, como também a gente recebe valores que as visitas mandam para eles, tudo que sai referente ao numerário de preso, a gente tem que ter uma autorização dele, por escrito, tudo certinho, o valor, pra mandar pra visita, a visita tem que estar cadastrada no rol de visitas, esse tipo de coisa.

ENTREVISTADORA

Entendi. Entendi, mas sabe o que eu queria entender?

ENTREVISTADO

Pois não.

ENTREVISTADORA

Por exemplo assim: o Pecúlio é o sinônimo de banco, é como se fosse um banco.

ENTREVISTADO

Isso, como fosse um banco dos sentenciados.

ENTREVISTADORA

O banco dos encarcerados.

ENTREVISTADO

Isso. Tem que ter uma movimentação de crédito e débito, mas para o sentenciado.

ENTREVISTADORA

Para o sentenciado. E na questão do consulado, quando o consulado presta assistência, como funciona isso? Eu não consigo imaginar como é a assistência do consulado.

ENTREVISTADO

Tem consulado que ele presta uma assistência mensal. Outros, a cada seis meses, outros esporadicamente. Por exemplo, consulado da Holanda é um que dá assistência mensal. Consulado Britânico também. Então eles fazem esses depósitos na conta do Pecúlio, correto? Em seguida eles mandam um e-mail para a gente informando a matrícula, o nome do sentenciado e o valor que cada um vai receber.

ENTREVISTADORA

Bom, então a gente estava nessa história do Pecúlio, que é um banco, e os consulados mandam então, alguns consulados,

ENTREVISTADO

Alguns consulados, nem todos, não é a maioria.

ENTREVISTADORA

... Mandam, mas nem todos, uma assistência mensal, outras semestral.

ENTREVISTADO

Outras semestral, outras esporadicamente. Funciona dessa forma. Eles encaminham através de conta bancária, é feito através de banco, e por e-mail eles nos informam o valor, e para quem se destina cada valor. Chega no e-mail, a gente pega, credita o valor na conta do sentenciado, faz uma autorização, o sentenciado tem informação que recebeu aquele valor do consulado X.

ENTREVISTADORA

Mas aquele valor que ele recebe, por exemplo, de trabalho, do consulado ou da família, aquilo é dele.

ENTREVISTADO

Aquilo é dele? É dele. Do sentenciado...

ENTREVISTADORA

Ele não precisa...

ENTREVISTADO

Exclusivo dele.

ENTREVISTADORA

Exclusivo dele.

ENTREVISTADO

Para compra de material de higiene... A unidade prisional fornece algumas coisas... o básico. Se ele quiser complementar, ele pode complementar com uns itens de higiene, creme dental, sabonete, pasta, né... Pasta dental e outras coisas para o uso diário dele aqui na unidade.

ENTREVISTADORA

Alimento? Cigarro?

ENTREVISTADO

Cigarro, bolachas, chocolates, bombons, esse tipo de coisa.

ENTREVISTADORA

Refrigerantes?

ENTREVISTADO

Refrigerantes.

ENTREVISTADORA

Ele pode querer beber alguma coisa? Tudo é fiscalizado?

ENTREVISTADO

Tudo que é permitida a entrada dentro da unidade prisional. Tem uma portaria que determina o que pode entrar e a quantidade que ele pode adquirir mensal e a gente faz essa compra para ele.

ENTREVISTADORA

O irmão lembra a portaria? Qual é?

ENTREVISTADO

A portaria... Eu tenho que dar uma lida aqui de cabeça... Eu não me recordo.

ENTREVISTADORA

Mas depois o irmão me fala.

ENTREVISTADO

Depois eu te falo a portaria certa.

ENTREVISTADORA

Então é o uso exclusivo dele. Mas não tem.

ENTREVISTADO

Esse dinheiro do pecúlio é o uso exclusivo dele.

ENTREVISTADORA

Mas não tem um regimento interno... Não tem alguma coisa... Por exemplo... Porque o trabalho dele é obrigatório aqui, não é... Não tem alguma coisa que tem que... Alguma porcentagem para a família... Alguma porcentagem para o estado... Não tem isso?

ENTREVISTADO

Não... É como funciona dessa forma... Ele, por exemplo, ganha mil reais... Dez por cento desse valor...

ENTREVISTADORA

Do trabalho, não é...

ENTREVISTADO

Do trabalho dele... Dez por cento desse valor é jogado no fundo reserva. O que é o fundo reserva? É para ele ir acumulando esse valor para que quando ele saia em liberdade, ele tenha um certo montante lá nessa conta. Esse fundo reserva ele não pode mexer. A única pessoa que pode dar autorização para mexer é o diretor geral, certo? E para uso de tratamento de saúde dele ou de algum familiar: para realização de algum exame médico, esse tipo de coisa. No mais, não tem autorização para estar retirando ou movimentando esse valor de fundo de reserva.

ENTREVISTADORA

Ah, então tem duas coisas.

ENTREVISTADO

Tem o saldo disponível e o fundo reserva.

ENTREVISTADORA

Ah, então o saldo disponível é o pecúlio.

ENTREVISTADO

É o pecúlio que ele pode fazer compra ou usar esse dinheiro para tudo que for determinado.

ENTREVISTADORA

Depois de ser distribuído esses 10%.

ENTREVISTADO

E depois os 10% é referente ao trabalho dele, o que ele ganha no trabalho. Se ele ganha mil reais, novecentos, vai para o saldo disponível e cem Reais fica retido no fundo reserva.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

Para quando ele sair de liberdade ele ter um valor já para começar a vida dele lá fora... Outras coisas que ele pretender.

ENTREVISTADORA

Entendi, porque exatamente é essa coisa, o fundo reserva para mim é como se fosse uma poupança, uma poupança que ele não pode mexer, um investimento que ele não pode mexer.

ENTREVISTADO

É como se fosse uma poupança.

ENTREVISTADORA

E quando ele trabalha, por exemplo, tem esse regimento, esse regulamento de que é 10% retido.

ENTREVISTADO

Fique retido. Isso também segue uma resolução.

ENTREVISTADORA

Uma resolução.

ENTREVISTADO

Agora eu não me lembro de cabeça, mas eu quero saber.

ENTREVISTADORA

É. Sabendo a resolução eu também vou pesquisando tudo.

ENTREVISTADO

Procura saber.

ENTREVISTADORA

Tá Joia! Agora, fale um pouquinho para mim: como é a sua rotina diária aqui. Como é a sua rotina diária?

ENTREVISTADO

Bom, eu aqui como diretor administrativo que estou atualmente, o que me compete? Compete várias coisas, dentre elas o setor de pecúlio, correto? Tem o setor também que se chama núcleo de finanças e suprimentos, que é responsável pela aquisição de gêneros alimentícios para a unidade prisional, e de tudo que você possa imaginar, para reforma da unidade prisional, material de construção, para manutenção e conservação dos veículos, para peças, aquisição de combustível, entendeu? Pagamento de diárias para servidores. Também compete ao diretor do Centro Administrativo a área de recursos humanos que cuida da parte funcional de todos os servidores da unidade, correto? Licença-prêmio, férias, frequência, licenças médicas e outros tipos de licença e também compete ao Centro Administrativo o setor de infraestrutura e conservação, que é o que é responsável pela manutenção da unidade prisional. Parte de energia elétrica, parte hidráulica, esgoto, pintura, conservação, tudo que a senhora possa imaginar, o setor de infraestrutura e conservação... Tem que ter essa... Não é obrigatoriedade. Tem que ter esse zelo.

ENTREVISTADORA

Tem que ter esse zelo

ENTREVISTADO

Esse zelo com a unidade prisional.

ENTREVISTADORA

Exatamente.

ENTREVISTADO

Começando ali da subportaria até lá dentro da unidade, compete ao núcleo de infraestrutura e conservação. Então são praticamente, são pecúlio, finanças, núcleo de pessoal e infraestrutura. São quatro setores que são ligados ao centro administrativo.

ENTREVISTADORA

E vocês são subordinados a quem? A algum setor?

ENTREVISTADO

O centro administrativo é subordinado à diretoria geral.

ENTREVISTADORA

A diretoria geral. Então os setores são meio que paralelos, eles não são uns subordinados aos outros.

ENTREVISTADO

São subordinados ao centro administrativo.

ENTREVISTADORA

Isso, segurança, educação e trabalho.

ENTREVISTADO

Segurança é subordinada ao DG. Trabalho e educação são subordinados ao DG, centro administrativo subordinado ao DG, e a área de saúde também, que é o CRAS, também subordinado ao DG.

ENTREVISTADORA

Então todos os diretores gerais...

ENTREVISTADO

Então esses quatro estão praticamente no mesmo nível.

ENTREVISTADORA

Entendi. Então não tem nenhum setor que um é subordinado ao outro, não é?

ENTREVISTADO

Não.

ENTREVISTADORA

É meio que isso, é um organograma mais paralelo, que é subordinado só a cabeça, que é o DG, que é o Diretoria Geral.

ENTREVISTADO

Exatamente, as diretorias de centro, abaixo das diretorias de centro, daí têm as diretorias de núcleo, que são essas que eu falei, né?

ENTREVISTADORA

Entendi, entendi. E diga uma coisa. Conte para mim se você teve algumas coisas mais voltadas à parte linguística. Porque é importante eu saber como é que funciona o setor e justamente para montar uma visão ampla, mais panorâmica do que é o presídio para quem tá lendo o trabalho, que eu acho que isso é importante conhecer, porque poucas pessoas conhecem. Como funciona a dinâmica de todo esse trabalho. Há quem diga ainda que preso não trabalha, que não estuda, mas isso acontece.

ENTREVISTADO

Sim, sim.

ENTREVISTADORA

Isso acontece e é organizado desta forma. E é legal a gente saber como é que organiza isso. Agora eu queria que você contasse um pouquinho sobre alguma situação ou situações que você teve e que a outra pessoa não falava sua língua, como é o caso aqui do presídio de Itaí, que é só presídio para estrangeiros, agora está dividido em dois pavilhões de brasileiros e dois de estrangeiros, mas mesmo assim possivelmente deve ter alguma interação com os outros presos estrangeiros. Como você fez nessa situação... ou com o familiar... ou com o preso... com o detento... para que vocês se compreendessem?

ENTREVISTADO

Bom... em 2006... quando trocou a população da nossa unidade prisional... a princípio ficaram os quatro raios só com estrangeiros. E naquela época a gente já dispunha aqui de alguns funcionários que tinham uma noção do inglês. Seja o básico, seja o intermediário, seja o avançado. Então a gente ia quebrando o galho nesse sentido. Eu tinha uma noção, o Décio tinha uma noção, então a gente, interagindo com o preso, aqueles que falavam em inglês, a gente ia falando com ele em inglês. Se por ventura chegasse um preso chinês, mas, todavia, não falava português, mas falava inglês, a gente se comunicava com ele em inglês. E assim a gente foi levando e vai levando até hoje, tanto no contato com os sentenciados, como também com familiares, que no começo, hoje está menos, não é com tanta frequência, mas no começo, quando trocou a população, a gente recebia muito a ligação de familiares, quer seja da Europa, quer seja aqui da América Latina, então a gente ia conversar com eles, tipo quebrando o galho. A gente se entendia e se compreendia.

ENTREVISTADORA

Entendi. Houve alguma situação em que você ficou num cheque mate como alguns outros seus colegas de trabalho já passaram por essa dificuldade de que o preso nem português nem inglês?

ENTREVISTADO

Já, já chegou.

ENTREVISTADORA

E como ficou a situação? Conte pra mim.

ENTREVISTADO

Não, ficou embaraçosa, né, que daí a gente não sabia resolver a situação, porque teve um caso aqui de um sentenciado húngaro, por exemplo, né, que agora também não me recordo o nome nem a matrícula dele, ele já era de certa idade, e a única língua que ele falava, o húngaro, né, e na época, aqui na unidade, não tinha nenhum outro sentenciado húngaro, que pelo menos pudesse ouvi-lo em húngaro, e traduzir para a gente em inglês, né? Então já aconteceu sim, vários fatos, né? Nesse sentido, mas o que eu me lembro especificamente é desse sentenciado húngaro. Que a gente ficou nessa saia justa, né? E a gente falava com ele e não entendia nada, ele falava com a gente e a gente não entendia nada, porque ele não falava português, a gente não falava húngaro, e ele também não falava o inglês.

ENTREVISTADORA

E ninguém tinha aqui para fazer a interpretação?

ENTREVISTADO

Ninguém tinha na época para fazer essa intermediação... essa tradução do húngaro para o inglês... para a gente tentar resolver o problema dele. Eu sei que ele ficou um bom tempo aqui... e saiu daqui sem... sem... como que eu posso dizer... sem se comunicar? Não, porque ele tentava se comunicar. E mesmo do jeito dele.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

E a gente sem entender o que ele falava.

ENTREVISTADORA

Como você vê as consequências disso? Como você enxerga as consequências disso? Por exemplo, você tem aí um húngaro que vocês não conseguem se comunicar, provavelmente a médica não, provavelmente o departamento jurídico do advogado, não. Como que você vê? Quais são as consequências que você pode imaginar numa situação dessa?

ENTREVISTADO

Eu acho que para ele, que estava num país totalmente diferente, com uma cultura e uma língua totalmente diferente, para ele eu acho que foi meio complicado ele tentar se comunicar e não conseguir. Eu acho que principalmente nessa área aí de saúde, se de repente ele estivesse lá com alguma dor, alguma coisa, alguma enfermidade, não saber explicar isso para médica. Eu acho que isso é muito negativo. Principalmente para ele. E a gente tentava ajudar, só que infelizmente de alguém que soubesse a língua dele para tentar auxiliá-lo. Mas eu acho que ele deve ter padecido bastante.

ENTREVISTADORA

Imagino...

ENTREVISTADO

É uma situação bem difícil...

ENTREVISTADORA

É uma situação bem difícil. E já passou pela sua cabeça que vocês poderiam ter um profissional intérprete dentro do presídio? Vocês já pensaram nessa situação de que tem que ter profissionais intérpretes?

ENTREVISTADO

Quando começou essa história que o governador, na época também não me recordo quem era, decidiu colocar aqui os sentenciados estrangeiros, a gente pensou na época que poderia haver sim um tradutor para estar auxiliando na comunicação entre servidores e sentenciados, como a gente falava. Na época a gente dispunha aqui de alguns servidores que falavam um nível inglês, alguns básicos, outros intermediários, então a gente vai quebrando galho. Mas seria interessante na época, e até mesmo hoje, como a gente vê aí, a gente vai quebrando galho para tentar auxiliá-los. Mas seria interessante se houvesse um tradutor, um intérprete aí que facilitaria bastante, viu? Tanto a vida deles, quanto a vida também dos servidores e familiares.

ENTREVISTADORA

Entendi. E como você entende essa coisa assim de que... ah, mas eles... essa frase é muito comum, né? “Ah, mas eles estão no Brasil e eles que aprendem o português.” Como é que você vê isso?

ENTREVISTADO

A gente ouve muito isso, né? A gente ouve bastante, né? Eu acho que não é bem assim. Eu acho que no mínimo, no mínimo, o Brasil... as instituições deveriam dar uma assistência nesse sentido. para poder auxiliá-los na comunicação, não só dentro do sistema prisional, mas em outras áreas também, porque o nosso país recebe muito estrangeiro. Ele é um país receptivo, então a gente vê dificuldades, não só no sistema prisional, mas na área de saúde, na área de educação, e seria importante se houvesse esse tipo de coisa. Que tivesse um tradutor, um intérprete nas secretarias diversas para poder auxiliar, tanto os estrangeiros como os servidores.

ENTREVISTADORA

E antes da minha chegada aqui... você já sabia o que era interpretação comunitária?

ENTREVISTADO

Olha, sinceramente eu já sabia. Sabe por quê? Quando eu estava no segundo grau eu tinha comigo de fazer a interpretação, a tradução. Eu tenho de brigar até hoje... A tradução... Verdade. Nessa época, lá no segundo grau, mas o que me impediu? A gente mora em uma cidade pequena, longe dos grandes centros; na nossa região não temos, na época não dispunha, e hoje também não dispõe, de nenhum curso de tradução...

ENTREVISTADORA

De formação universitária...

ENTREVISTADO

De formação nesse sentido... Eu estou com 47 anos lá nos anos 90 a gente não dispunha de recursos como tem hoje que é a internet, educação à distância – EAD... Então para mim ficou inviável. Daí, na época, eu fiz um curso aí que não tinha nada a ver com a minha área que eu estou hoje. Eu sou formado em turismo. Mas eu acho uma coisa bem interessante que eu gostaria de ter feito há alguns anos atrás.

ENTREVISTADORA

Ótimo. Eu ia ser um ótimo intérprete.

ENTREVISTADO

Então, tenho vontade.

ENTREVISTADORA

E você já participou ou já esteve às voltas em algumas outras situações aqui no presídio, como o culto, como algumas atividades educativas, laborais, em que você conseguiu presenciar alguma dificuldade de comunicação entre os servidores e os presos? Houve alguma situação assim que você pode perceber no geral, não só na sua situação, você e os familiares, você e o preso, mas no sentido geral, em situações com o médico, com o assistente social, que você fala, “Olha, a gente está com um problema aqui, procura esse, procura aquele”.

ENTREVISTADO

Já em algumas ocasiões, né, eu já fui chamado, tanto aqui presencialmente, para acompanhar a entrevista de um assistente social com um sentenciado estrangeiro, para dar uma assistência na tradução, isso presencialmente aqui na unidade, que eu me recordo com um assistente social. Um médico que eu dei uma vez, e por telefone também, quando as visitas de estrangeiros, principalmente aquelas que falam inglês ou outras línguas, mas principalmente o inglês, e ligar para a assistente social, às vezes ela tinha dificuldade, eles acabavam me chamando para a gente tentar se comunicar e manter o nível de conversa entendível, no caso.

ENTREVISTADORA

Entendi, entendi. Bom, você disse para mim que você entende o que é uma interpretação de línguas orais, porque você tem a de Libras, não é? A gente fala de interpretação de línguas orais, que é o nosso caso aqui, e você já teve vontade de ser tradutor e intérprete e tal, por isso que você conhece, né? E que você, em algum momento, passou pela questão de interpretação. Quer dizer, você já foi intérprete.

ENTREVISTADO

De alguma forma, indiretamente.

ENTREVISTADORA

De alguma forma, de forma oficiosa.

ENTREVISTADO

Não oficial.

ENTREVISTADORA

Exatamente. Você já foi, não é?

ENTREVISTADO

Já.

ENTREVISTADORA

Me diga alguma coisa... Como foi essa experiência como intérprete?

ENTREVISTADO

Boa, boa... Gratificante, entendeu? Porque é aquela história: os cursos de inglês que eu fiz, os cursinhos que existem como FISK, aprendi alguma coisa na faculdade também de turismo. Eu aprendi inglês, um pouquinho de francês, espanhol... Então foi muito gratificante, por quê? Porque eu tive a oportunidade de praticar aqui dentro, como tenho até hoje. A gente tem aqui a experiência de estar em contato direto com os sentenciados aqui, que são os faxinas, que limpam as nossas salas, alguns deles nigerianos, então a gente tem a oportunidade de estar falando com eles e praticando sobre a língua deles. E para mim é gratificante, eu me sinto muito... Como é que eu posso falar... Como é que se diz a expressão... Eu vou jogar a expressão... Mas eu me sinto gratificado... Fugiu a palavra

ENTREVISTADORA

Altruísta?

ENTREVISTADO

Não, não. Quando a gente se sente bem com aquilo...

ENTREVISTADORA

Se sente bem ajudando, né?

ENTREVISTADO

Sim, eu me sinto bem fazendo esse tipo de coisa.

ENTREVISTADORA

Fazendo essa mediação linguística.

ENTREVISTADO

Fazendo essa mediação entre presos e funcionários, às vezes entre consulados e funcionários, que já aconteceu também de eu ter que traduzir, às vezes, uma conversa de consulado com os servidores, né? Que às vezes o cônsul também chegou a vir aqui sem um intérprete, só falava inglês também, né? Ou a língua do país de origem grega, né, dentre elas o inglês, já serviu pra mim, então é muito gratificante isso daí.

ENTREVISTADORA

Entendi, entendi.

ENTREVISTADO

Enriquecedor, né?

ENTREVISTADORA

Enriquecedor, exatamente. E me diga uma coisa, como você vê uma proposta de formação de intérpretes comunitários para os presos? De formar eles intérpretes, porque eles também passam por essa situação que você passa. De vez em quando eles são intérpretes, na maioria das vezes. Eles na inclusão... eles são intérpretes na parte médica...

ENTREVISTADO

Na área da saúde...

ENTREVISTADORA

Na área da saúde ou muitas vezes na área de audiência: está lá algum preso ajudando o outro a fazer o entendimento de tudo aquilo.

ENTREVISTADO

Entendi.

ENTREVISTADORA

Como você vê isso?

ENTREVISTADO

O próprio sentenciado sendo um técnico?

ENTREVISTADORA

O próprio sentenciado.

ENTREVISTADO

Um projeto voltado nessa área que seria importante para o sistema prisional, ainda mais por unidade como está aí que abriga os estrangeiros, eu acho que seria muito importante ter esse tipo de projeto, que ele fosse remunerado por isso, como a gente tem aqui os professores que são presos, que são os monitores que a gente fala, que são remunerados por isso, por exercer essa função aqui dentro. E eu acharia interessante que houvesse esse tipo de... de... de cargo... Seria um cargo?

ENTREVISTADORA

Seria um cargo.

ENTREVISTADO

Seria um cargo que seria criado... Seria.

ENTREVISTADORA

Ele trabalhando para a justiça.

ENTREVISTADO

Então... Ele trabalhando para a justiça seria interessante, assim como seria interessante também se houvesse para os servidores também.

ENTREVISTADORA

Para os servidores também.

ENTREVISTADO

Exatamente.

ENTREVISTADORA

É justamente, porque a maioria dos servidores tem aquele discurso, “Ele que aprenda o português, eu não tenho que aprender a língua dele.”

ENTREVISTADO

É, eu não vejo dessa forma.

ENTREVISTADORA

E na verdade, existe muito esse discurso, não só aqui dentro, mas no discurso do brasileiro. Brasileiro, ele fala, “Ah, o estrangeiro tá aqui, ele que tem que falar minha língua, eu não tenho que falar a língua dele. Quando eu tô lá eu tenho que falar inglês, quando ele tá aqui eu tenho que falar inglês também?” Na verdade, realmente, eu acho que é um discurso que não cabe.

ENTREVISTADO

É ultrapassado.

ENTREVISTADORA

É. Eu acho que é ultrapassado. Eu acho que a gente tá numa globalização. E a gente precisa ver que tudo está muito próximo agora.

ENTREVISTADO

Tudo muito próximo, tudo muda rapidamente.

ENTREVISTADORA

Exatamente. Então você acha que os servidores poderiam ser intérpretes?

ENTREVISTADO

Também, também.

ENTREVISTADORA

O que isso poderia agregar? Agregar justamente de que duas línguas, falar duas línguas não quer dizer interpretar. Você tem que ter outras técnicas...

ENTREVISTADO

Para saber a interpretação.

ENTREVISTADORA

Para interpretar.

ENTREVISTADO

Exatamente.

ENTREVISTADORA

Mas você não vê nenhum problema, por exemplo, de conflito de interesses quanto aos migrantes encarcerados, por exemplo? De que eles podem, por exemplo, ser intérpretes, mas...

ENTREVISTADO

Deturpar alguma situação?

ENTREVISTADORA

Exatamente.

ENTREVISTADO

Pode ser, pode ser... Tem esse outro lado da moeda também... Pode haver uma certa deturpação... Pode ser uma tradução que não seja literal que seja uma tradução meio a favor dele ou do próximo que ele esteja atendendo.

ENTREVISTADORA

Exatamente, exatamente... Essa aí é a questão das técnicas de interpretação que uma delas é a imparcialidade...

ENTREVISTADO

Então, são os dois lados da moeda.

ENTREVISTADORA

Que é um código de ética que tem que ser aprendido. Tem que ser adquirido.

ENTREVISTADO

Exatamente.

ENTREVISTADORA

Então, acredito que... Eu acho que você deve concordar comigo que não são todos que podem...

ENTREVISTADO

Exercer esse tipo de função.

ENTREVISTADORA

... Exercer esse tipo de função. Depende muito do encarcerado.

ENTREVISTADO

Isso. Da conduta dele.

ENTREVISTADORA

Tem que ser selecionado isso.

ENTREVISTADO

Muito bem selecionado para que não haja essa distorção. Em benefício não dele, talvez, mas de um próximo, talvez, que ele queira lhe ajudar.

ENTREVISTADORA

Exatamente, que ele queira ajudar ou esconder informações.

ENTREVISTADO

Ou esconder informações, exatamente.

ENTREVISTADORA

Então, tá bom. É isso aí.

ENTREVISTADO

É isso? Foi rápido!

ENTREVISTADORA

Foi rápido, não falei? Está ótimo! Muito obrigada.

5. Entrevista com diretor de segurança

ENTREVISTADORA

Bom, Maurício hoje é dia 28 de dezembro de 2023. Eu agradeço imensamente por você me conceder essa entrevista. Faz muita diferença e faz muito sentido. Você que é da segurança, não é?

ENTREVISTADO

É um prazer colaborar.

ENTREVISTADORA

Então, dá uma entrevista, porque eu acho que é bastante importante pegar essa fatia também da rotina, de todas as coisas, as atribuições que vocês têm e das coisas importantes que vocês fazem, porque vocês são um ponto-chave dentro da penitenciária. É questão de segurança, tanto para quem vem, para quem está trabalhando, como também para os detentos. Aí eu queria fazer umas perguntas. Eu queria que você me contasse um pouquinho... sobre a sua entrada aqui no presídio. Como você chegou, como foi essa sua trajetória, se a vida o escolheu para você estar aqui ou você realmente já tinha a intenção de entrar... sua formação profissional... sua formação escolar e tudo... como é que você... conta um pouquinho dessa trajetória para mim, Maurício.

ENTREVISTADO

Então, isso começou em 1998, quando eu ingressei no sistema prisional. Eu tenho o segundo grau completo, não fiz faculdade até então. Começamos em Avaré, na P1, e lá a gente trabalhou por dois anos, até vir para essa unidade de Itai, com a qual já estamos aqui há 23, quase 24 anos. Ela foi inaugurada em 2000, em agosto de 2000 e desde que inaugurada eu estou aqui. Como diretor eu já estou há cinco anos nessa função de diretor e quando ingressei foi... saiu o edital na época, a unidade aqui já estava em construção e teve o edital para o concurso. Como é uma cidade pequena, a maioria do pessoal se assustou com aquilo. Trabalhar num presídio, isso deve ser muito perigoso. Então, as inscrições foram poucas. Eu, de imediato, analisando o edital, achei o salário interessante aqui para nossa região. Medo, não tenho muito. Eu sou uma pessoa um pouco destemida, assim. Gosto de desafios. Tinha 19 pra 20 anos na época. E pensando no melhor futuro, eu encarei. Fiz a inscrição, teve o concurso, passei bem.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

E ingressei.

ENTREVISTADORA

Ingressou. E aí sempre você esteve no setor de segurança? Você ingressou?

ENTREVISTADO

Sempre, no setor de segurança...

ENTREVISTADORA

E foi subindo de carga até chegar no...

ENTREVISTADO

Ingressei para o segurança. E fui subindo.

ENTREVISTADORA

Até chegar no diretor de segurança.

ENTREVISTADO

Hoje, para quem não tem faculdade, seria o máximo da carreira.

ENTREVISTADORA

Nossa, que coisa interessante.

ENTREVISTADO

Para quem não tem faculdade.

ENTREVISTADORA

E diga uma coisa pra mim... Como é a sua rotina aqui como diretor? Como é a dinâmica da segurança aqui dentro da penitenciária?

ENTREVISTADO

Olha, o diretor ele vive meio que 24 horas pra isso aqui. Mesmo nas horas de folga, num sábado, num domingo. Você tem que estar com o celular próximo porque tudo que ocorre de anormal é você é contatado às vezes para dar uma resposta, para dar uma opinião ou às vezes até para tomar uma providência. Então a gente fica meio que...

ENTREVISTADORA

Sempre em alerta.

ENTREVISTADO

Sempre em alerta! A gente não desliga muito. Eu moro aqui, eu tenho uma casa aqui então às vezes à noite o pessoal liga porque tá com algum problema, passa pra gente. Onde a gente consegue descansar um pouco seria nas férias, que daí você se isola mesmo. Daí outra pessoa assume seu...

ENTREVISTADORA

É porque alguém ocupa o seu lugar.

ENTREVISTADO

Alguém ocupa o teu lugar e você realmente descansa. Ou um licença-prêmio.

ENTREVISTADORA

Entendi. Hoje, assim, a equipe de segurança, quantos funcionários mais ou menos, tem na equipe de segurança aqui dentro do presídio?

ENTREVISTADO

Olha, a gente tem vinte e nove em um turno, vinte e... Vinte e nove... Trinta... Média de vinte e nove, trinta... No turno do dia. À noite tem um turno que tem dezenove e o outro dezesseis. Só que desses dezenove da noite, são três que já estão quase que aposentados, então já não estão vindo trabalhar mais. Estamos em um quadro bem raso, né?

ENTREVISTADORA

É mais reduzido, né?

ENTREVISTADO

Tá muito reduzido.

ENTREVISTADORA

Qual seria o ideal pra você aqui, mais ou menos, de funcionário que você deveria ter?

ENTREVISTADO

A gente precisaria de pelo menos mais uns 10 funcionários em cada turno do dia e mais uns 5 no turno da noite.

ENTREVISTADORA

Isso.

ENTREVISTADO

Pra ser, assim, o ideal. Pra você conseguir cobrir todos os postos com segurança. Fazer tudo certo.

ENTREVISTADORA

Adequadamente, não é?

ENTREVISTADO

Adequadamente.

ENTREVISTADORA

Mas assim, vocês não têm tantos problemas mesmo com o caso de número reduzido?

ENTREVISTADO

Não, graças a Deus é uma população tranquila, a gente não tem muito problema disciplinar, só os corriqueiros mesmo. Talvez o semiaberto ele seja um pouco mais corrido por causa de fugas, mas também não tá acontecendo muito.

ENTREVISTADORA

E lá a segurança, eu percebi que a segurança é bem mais rígida ali na ala de progressão por conta dessas coisas porque eles estão em semiaberto.

ENTREVISTADO

Os brasileiros, a gente não tem muito problema com fugas com eles. Já os estrangeiros, eles não pensam pra fugir. A primeira oportunidade que tiver, eles fogem. Não todos, mas alguns deles.

ENTREVISTADORA

É mais fácil nos estrangeiros?

ENTREVISTADO

Os estrangeiros fogem muito, eles não ligam não. Brasileiro por ter interesse aqui, por ter familiar, então eles sabem que eles vão voltar, vão ser pegos. Os estrangeiros, embora alguns voltem também recapturados, alguns têm sucesso em sumir, não voltar mais. Ou ir para outro país.

ENTREVISTADORA

Aí fica mais complicado de vocês alcançarem. Mas como você considera esse presídio em relação aos outros? Você falou que ele é bem tranquilo. Você considera um estabelecimento bem atípico?

ENTREVISTADO

Eu acho que é assim: no geral, no estado de São Paulo, acho que quase que todos estão tranquilos. Você pode notar que não tem mais rebeliões. Faz muito tempo que não tem. Às vezes é um “motinho”, um raio só. Mas também, no geral, está tranquilo. Aqui, o que eu acho que é diferenciado seria a parte dos estrangeiros. É o único do estado que tem estrangeiros. Então tem muito consulado que frequenta aqui, muitas autoridades, Defensoria Pública, então estão muito, muito... Você viu há pouco tempo que eles estão muito próximos aqui.

ENTREVISTADORA

Exatamente.

ENTREVISTADO

Então, a diferença seria isso. Muitas autoridades presentes aqui.

ENTREVISTADORA

E assim, a mídia também volta os olhos, não é?

ENTREVISTADO

Mídia também.

ENTREVISTADORA

Por conta de vocês concentrarem o maior número de presos estrangeiros no mesmo lugar.

ENTREVISTADO

Segundo estudos, até a última rede que esteve aqui outro dia, ela levantou esse dado. Itaí, a nossa cidade aqui, ela é a segunda do estado com maior variedade de estrangeiros por conta desse presídio aqui.

ENTREVISTADORA

Por conta do presídio.

ENTREVISTADO

O primeiro é São Paulo, de variedades de estrangeiros, e Itaí seria o segundo. Por conta dessa unidade.

ENTREVISTADORA

Exatamente. Vocês têm uma pluralidade de idiomas aqui. Nos meus levantamentos nos raios, porque eu fui assim face a face falando com cada um, pedindo para eles declararem, explicando a pesquisa e tal. E eles declararam as línguas que eles fizeram. Eu levantei mais de 800 línguas aqui. Línguas. Nacionalidade, vocês têm um monte também, acho que muita nacionalidade.

ENTREVISTADO

Já passamos de 100, hoje eu não sei dizer quantos, mas está menos que isso. Na finalidade eu acredito que não chega a 100 hoje, mas já passamos de 100.

ENTREVISTADORA

Exatamente, passaram no começo, em 2006, quando vocês começaram.

ENTREVISTADO

Hoje deu uma diminuída.

ENTREVISTADORA

Deu uma diminuída, splitou um pouquinho, separou brasileiros e estrangeiros. E para você ter uma ideia, com o número de nacionalidades reduzidas, cada preso declara falar cinco, seis idiomas. E eles falam até oito. Na minha planilha, eu tenho presos que falam sete, oito línguas. Incluindo os dialetos, as línguas que são mais originárias dos povos e tribos.

ENTREVISTADO

De tribos...

ENTREVISTADORA

De tribos. Eles têm a nação, a tribo. E eles falam esses dialetos. Dialetos até que a gente nem ouviu falar ainda. Muito interessante. E diga uma coisa, Maurício, você atende muito esses estrangeiros?

ENTREVISTADO

Atendo. Todo dia eu atendo presos. De segunda a sexta.

ENTREVISTADORA

Que coisa interessante, legal.

ENTREVISTADO

Eu atendo na segunda e nas sextas os brasileiros. Eu faço uma relação de dez por dia. E daí terça, quarta e quinta, eu atendo os estrangeiros. São dez também por dia. Quando não ocorre nada de normal, eu consigo dar essa sequência.

ENTREVISTADORA

Dar essa assistência. E diga uma coisa, me fala as suas experiências nesses atendimentos quais os problemas de interação por conta da língua.

ENTREVISTADO

Olha, interação, às vezes eu tenho alguma dificuldade com... eu não falo, eu falo apenas o português, o inglês às vezes eu consigo entender, não consigo falar, consigo entender alguma coisa. Quando eu atendo algum preso que não consegue falar comigo nessa... no inglês, eu chamo o preso que faz a tradução para mim. Geralmente os faxinas ali próximos. Eles já vêm ali a gente já pede para que tenham um segundo dialeto para conseguir ajudar a gente. No inglês, geralmente esses presos ajudam, mas eu já atendi uma vez um Ucraniano, que ninguém conseguia falar com ele, até na época da guerra, eu acho que ele estava muito preocupado lá. Eu usei o Google. Usei o Google e consegui falar alguma coisinha com ele. Consegui! Resolveu o que ele queria saber.

ENTREVISTADORA

Exatamente. Então, você tem o próprio preso... que você fala: “Bom, esse aqui fala, por exemplo, ucraniano e português”. E aí eu chamo esse preso para fazer essa mediação, essa interação, para facilitar essa interação que eu tenho que ter com o outro preso.

ENTREVISTADO

Já aconteceu sim, de um preso que era ucraniano. Aconteceu um caso também desse aí, que o cara era ucraniano, não falava, mas tinha outro ucraniano que falava português, que já veio ajudar também. Ele já escreveu no Pipa, acho que até foi o outro que escreveu, dizendo isso. Que não conseguia falar, precisava de ajuda de fulano de tal. Aí eu chamei os dois e consegui conversar com ele.

ENTREVISTADORA

Entendi. E deixa eu esclarecer uma coisa pra você, se você me ajuda. Esse Pipa, ele é uma sigla? Ou é uma palavra que vocês usam, uma gíria?

ENTREVISTADO

Pipa é uma gíria.

ENTREVISTADORA

Uma gíria.

ENTREVISTADO

É uma cartinha que eles fazem do próprio punho, qualquer papel assim, eles escrevem o que eles querem ali.

Um atendimento, às vezes alguns destacam o que quer, outros só falam o que precisa falar urgente, mas não falam o que quer. Todos é urgente, não tem nada que não seja urgente.

ENTREVISTADORA

Verdade, ali dentro tem muita urgência, não é? Pra eles é tudo muito urgente, tudo muito assim, imediato para eles. Então essas interações, mas você já chegou a ter algum momento de todos esses anos em que você está aqui, e que você veio logo, e você entrou em 2006, virou exclusivo para estrangeiro, eu acredito que foi uma novidade para vocês, porque foi concentrando vários idiomas, várias nacionalidades no mesmo lugar, E assim, em questão de segurança, como é que vocês faziam a distribuição dos presos? Vocês tinham essa noção de cultura, de língua, de religião? Que uma religião não se dá com a outra, ou uma cultura não se dá com a outra? Ou aspectos culturais que vocês falam: “Isso pra mim é novo, eu nunca tive contato com isso”.

ENTREVISTADO

Na época eu era apenas um funcionário, trabalhava lá embaixo, como um funcionário normal. Então como era novo pra todo mundo, até não lembro na época quem era o diretor. Mas houve muita dificuldade pra tratar isso. Foi distribuindo, os presos foram sendo distribuídos conforme vinham, misturando, a gente foi aprendendo com eles, com o tempo a gente foi aprendendo. Teve uma época que tinha muita briga, os africanos com os latinos, hoje diminuiu muito. É uma certa, não sei se seria um preconceito, sei que eles tinham muitos problemas de convívio. Os latinos: chileno, peruano, argentino. O Uruguai nem tanto, sossegado.

ENTREVISTADORA

Colômbia, não é?

ENTREVISTADO

Colômbia, com os africanos. Teve briga mesmo, de separar de um lado os nigerianos, do outro lado só os latinos, e brigava mesmo. Tem que tirar, tem que separar. Teve uma época que optou, né, optou ou se não, teve até um... A possibilidade de separar um raio só africano e um raio só latino. Mas eu particularmente não concordo. Você está fazendo um apartheid automático. Então eu acho que não seria o ideal.

ENTREVISTADORA

Não, seria uma coisa de excluir, não é?

ENTREVISTADO

Não, exatamente, você estava excluindo. Eu acho que eles têm que conviver, até hoje eles convivem bem. Então eu acho que acabou funcionando hoje. Então com isso a gente foi aprendendo muitas coisas. Cultura é diferente, eles reclamam, às vezes, da cultura um do outro, mas hoje eles conseguem viver. Podem aprender também.

ENTREVISTADORA

Houve algum atrito, alguma situação difícil que você passou por conta de diferenças religiosas aqui? Porque você tem católicos, judeus, muçulmanos, não é?

ENTREVISTADO

Não.

ENTREVISTADORA

Não, você não teve? Eles conseguem, nesses aspectos, se respeitar nesse sentido.

ENTREVISTADO

É assim, tem uns que pedem igreja lá. Eles pedem, como tem poucos prédios lá dentro do Raio, acho que tem uma ou duas salas, eles dividem. Num período é a igreja dos muçulmanos, no período da tarde seria os cristãos, judeus acho que eles nem usam a igreja, acho que deve ter um também ou dois, não sei, acho que eles oram.

ENTREVISTADORA

Oram. Um ambiente externo.

ENTREVISTADO

Oram em um ambiente externo. Então não tivemos problema não. Até bem lá no começo teve um pouco, mas depois eles foram se acertando. Hoje eles estão ajustados.

ENTREVISTADORA

Lá dentro mesmo do pátio vocês tem um lugar, uma igreja que eles podem se separar, os muçulmanos num período, os cristãos no outro, e assim por diante.

ENTREVISTADO

Exatamente. Eles usam o mesmo prédio, só que com horários diferentes.

ENTREVISTADORA

Entendi, se organizam assim. Eles mesmos se organizam?

ENTREVISTADO

Eles se organizam. Essa parte religiosa sempre tem.

ENTREVISTADORA

É o Faxina que lidera? Vocês chamam de Faxina porque lidera?

ENTREVISTADO

Na igreja não. Na igreja eles denominam alguém como pastor, como um guia. Então ele é essa pessoa que faz o meio de campo. Às vezes eles conversam com o Faxina também para ajustar alguma coisa.

ENTREVISTADORA

E vocês chamam de faxina porque pra nós aqui que estamos lá de fora, faxina é aquele que limpa. É uma gíria também que vocês falam ou exatamente tem esse significado?

ENTREVISTADO

Não, é assim, é o faxina mesmo, esse seria o nome. Seriam quatro faxinas e quatro garçons. A gente chama todos, bem dizer, como faxina. Acabou virando uma gíria. Mas são denominados para trabalho quatro faxinas que fazem a parte da limpeza.

ENTREVISTADORA

De dentro ali das celas tudo, né?

ENTREVISTADO

Não, dentro das celas cada um faz a sua. Eles fazem da área externa. Pátio, corredor, banheiro.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

A gaiola ali onde passa o carrinho da refeição. Esse só faz a faxina. E tem quatro que não pegam faxina, só cuidam da alimentação dele. Que é pra pegar o carrinho de boia, servir, recolher. Aí são divididos assim. Só que esses oito sentenciados, eles moram numa cela individual deles, que fica mais fácil pra gente soltar e recolher. E eles também, porque é um período curto que eles fazem essa faxina, essa alimentação, o resto do tempo eles ficam ociosos. Aí essas pessoas ajudam o funcionário lá, a procurar alguém quando precisa de um atendimento. Ele vai lá e acha que está na cela e tem que abrir. Então ele faz essa parte...

ENTREVISTADORA

Então ele faz essa mediação.

ENTREVISTADO

Faz essa mediação e também organiza os outros presos lá. Eles têm um pouco de voz ativa, mas isso aí é uma coisa que eles acabam se impondo lá. É inevitável.

ENTREVISTADORA

E eles têm uma hierarquia, uma ética ali dentro.

ENTREVISTADO

Tem hierarquia. Isso é uma cultura do presídio. Até no começo a gente não queria, queria eliminar um pouco isso pra fazer o que eles tem que fazer e funcionar e ter toda essa outra parte. Mas acaba que não tem jeito, eles acabam tendo essa hierarquia, essa voz de comando lá. Mais os brasileiros, os gringos menos um pouco. Os brasileiros se apegam muito nisso.

ENTREVISTADORA

Exatamente, eu lembro que eu entrevistei um preso e ele falou pra mim assim até: “Ah não, dentro da cela quando a gente tá com outros presos, tá não sei o que, com outros colegas morando junto, né, a gente se organiza e a gente, com quem vai chegando novo, a gente ensina como que você tem que comportar na cela, tudo, né, como que tem que fazer.” Então eles mesmos se organizam lá mesmo.

ENTREVISTADO

Se organizam

ENTREVISTADORA

E ali qualquer infração que eles fizerem, que eles recebem algum castigo, tem que ficar isolado, como cumprimento, eles também são penalizados na remissão. É isso, não é?

ENTREVISTADO

Se é aquele que tem estudo ou trabalho, ele acaba perdendo. Se ainda não foi julgado, ele acaba perdendo.

ENTREVISTADORA

Exatamente.

ENTREVISTADO

Que é um terço.

ENTREVISTADORA

E também tem essas questões, eles têm que ter um comportamento ideal aqui para vocês, senão eles também são prejudicados.

ENTREVISTADO

Essa perda de remissão acontece apenas na falta grave, as outras faltas não interferem. Mas se ele realmente pegar uma falta grave, perde tudo isso aí, um terço disso aí.

ENTREVISTADORA

É. Perde e aí também é julgado, tudo formalizado.

ENTREVISTADO

Tudo formalizado. É tudo feito dentro da lei.

ENTREVISTADORA

E é interessante que essa penitenciária é bem atípica mesmo porque ela parece não ter nenhuma influência com facção.

ENTREVISTADO

Não, às vezes surge um ou outro que tem ligação com facção, só que ele não consegue pôr ritmo aqui. Isso na parte dos estrangeiros. Os brasileiros, como tem o artigo, eles já são isolados de facção. Eles nem podem denominar mais facção. Agora, os estrangeiros, sempre aparece um ou outro que tem ligação com facção. Mas eles tentam implantar aqui uma certa disciplina, mas eles não conseguem, o resto do pessoal nem sabe o que é facção, nem não quer nada com...

ENTREVISTADORA

Não se envolve?

ENTREVISTADO

Não se envolve. Então eles não têm força, eles não conseguem pôr ritmo. E ele também desiste, acaba desistindo porque vai dar murro em ponta de faca. Então também não temos dificuldade com facção.

ENTREVISTADORA

Exatamente. E me diga uma coisa, Maurício, como você faz os atendimentos, você falou que tem esse recurso de usar o próprio preso, o Google.

ENTREVISTADO

Sim, às vezes...

ENTREVISTADORA

Quando você não tem ninguém que fala o idioma, você parte para essa questão do Google.

ENTREVISTADO

É, do Google Tradutor.

ENTREVISTADORA

Como você vê, por exemplo, como você viu no mutirão, a presença de intérpretes. O que você acha dessa ideia da presença de intérpretes para auxiliar vocês aqui nessa questão de interação dentro do presídio? Como você vê isso?

ENTREVISTADO

Olha, eu não sei. Eu acho que da minha parte ali a gente consegue resolver bem. Não sei o que dizer a respeito.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

Eu acho que ali pela mão de obra que a gente tem aqui a gente consegue resolver.

ENTREVISTADORA

Consegue resolver.

ENTREVISTADO

Eu não digo quando vem alguma autoridade. Quando vem alguma autoridade... Porque esse serviço que eles fazem não é oficial, né? Então, às vezes aparece algum advogado que quer atender. E ele pede: "Eu posso chamar outro preso que fala?" A gente não autoriza, não pode autorizar. Então, eu acho que nesse caso seria muito útil um intérprete. Quando vem alguma autoridade externa que precisa de um atendimento.

ENTREVISTADORA

Exatamente, uma teleaudiência, você disse?

ENTREVISTADO

Também uma teleaudiência. A teleaudiência, às vezes, o intérprete fica lá, do outro lado da cabine, com o advogado. Lá ele consegue fazer, a maioria é assim. Já, eu falo aqui, quando vem algum advogado atender presencial. Às vezes eles têm dificuldade, eles se viram lá, mas aí sim ele tem dificuldade mesmo.

ENTREVISTADORA

Aí sim a presença de um intérprete seria interessante.

ENTREVISTADO

Alguns, às vezes, quando ele menciona aqui que é, por exemplo, um chinês que não fala nada da língua, daí a gente já fala: “Ó, procura o consulado, traz um tradutor juramentado pra você conseguir falar com ele,” senão... Ele disse, “Ah, mas fiquei sabendo que havia alguém que estava preso e que falava as duas línguas. Você não libera ele?” Eu disse que não podia liberá-lo.

ENTREVISTADORA

Por questão de segurança, certo?

ENTREVISTADO

Por questão de segurança. A gente não sabe se o preso vai traduzir de maneira correta. É um negócio que não é oficial.

ENTREVISTADORA

Pode haver algum conflito de interesse?

ENTREVISTADO

Pode. A gente não sabe. Às vezes os dois são inimigos. Não sei.

ENTREVISTADORA

Não dá pra arriscar.

ENTREVISTADO

Não dá pra arriscar.

ENTREVISTADORA

Seria uma questão muito ética, dessa questão da segurança ética, aí você acha que realmente teria que mover, você teria que, vamos dizer, sacar aí, nessa situação, um intérprete profissional para vir.

ENTREVISTADO

Sim. Aí seria o ideal.

ENTREVISTADORA

Aí seria o ideal. Então, por exemplo, algumas vezes, como você falou: na hora em que eu vou dar o atendimento eu uso o preso para isso. E você acha que nesse sentido, você acha que o intérprete não precisaria?

ENTREVISTADO

Eu tenho me virado bem com isso. Eu acho que nesse caso não. Porque assim seria o interesse quando o preso vem falar. Seria o interesse do preso. Então eu acho que ele fala ali o que ele realmente precisa. Eu tenho, a gente ter se virado bem com isso. E é coisa mais corriqueira também. É algo que ele quer saber sobre... Às vezes, contato com a família, dinheiro que não veio, bagagem que não veio, sobre o processo. Eu falo muito sobre o processo deles, porque a maioria chega aqui e não sabe nada do processo. Então, eu já entro lá e já vejo, informo, e eles já ficam mais calmos. Aquela ansiedade de não saber o que está acontecendo. Então, a maioria dos atendimentos são isso. Quer saber sobre o processo, quando vai ser o julgamento, então a gente vai atendendo e passando pra eles. Eu faço muito um papel de ressocialização com eles. Então a gente consegue sucesso por conta disso.

ENTREVISTADORA

E você não acha que, por exemplo, quando a gente propõe... uma formação de intérpretes para esses presos que já de alguma forma fazem a interpretação... às vezes para você, às vezes para um ambulatório médico... às vezes para a questão da escola... que tem a questão da escola... em que a interação com o professor às vezes fica truncada, fica difícil... Qual a sua opinião, na verdade, nessa questão de formar intérpretes presos para que eles façam profissionalmente aquilo que já fazem oficiosamente? Qual é a sua opinião nessa questão em termos de ressocialização?

ENTREVISTADO

Eu acho ótimo isso. Eu vejo pessoas, às vezes, que me procuram lá já com essa ideia:

“Ah senhor eu sei fazer isso...Eu sei” – por exemplo – “Eu sei falar o inglês, eu sei falar o francês, eu não posso ajudar a unidade com isso?” Seria muito bom que pudesse, mas a gente também não consegue destinar alguma coisa, né? Não temos uma pasta ainda.

ENTREVISTADORA

Isso, não tem respaldo, né?

ENTREVISTADO

Não tem respaldo, é. Mas eu acho interessante tudo que leva em conta a ressocialização do preso, eu acho interessante. Porque realmente eu fico admirado, tem preso ali que fala três, quatro, cinco línguas, e está preso. É uma coisa que é impressionante: a facilidade que eles têm de falar, de aprender.

ENTREVISTADORA

Fora a formação acadêmica deles, porque quando eu fiz a entrevista com eles, eu tenho de pessoas que não têm estudo a doutores. Eu tenho aqui presos que são doutores em ciências políticas, advogados, sociólogos, psicólogos.

ENTREVISTADO

Tem engenheiros, tem muita gente formada.

ENTREVISTADORA

E aí você sabe que eles têm um grau de intelectualidade diferente. Eles são diferenciados.

ENTREVISTADO

Os africanos, os nigerianos, eles têm uma facilidade muito grande de falar. Eles falam às vezes francês, às vezes inglês, o dialeto deles é que eles falam vários. Alguns chegam aqui sem falar nada de português e em alguns meses estão falando, se virando bem no português. É impressionante a facilidade que eles têm.

ENTREVISTADORA

Exatamente. Eles mesmos perguntam se podem ajudar com o idioma de alguma forma.

ENTREVISTADO

Sim.

ENTREVISTADORA

Você, só, não consegue direcionar. Você teria que sentar e estudar caso a caso, situação a situação, para ver onde eles poderiam atuar por uma questão de segurança e sigilo.

ENTREVISTADO

Exatamente.

ENTREVISTADORA

E onde que eles poderiam ajudar ali, né? Mas como vocês não têm nenhuma política pública, a lei não prevê o uso da interpretação em carceragem, então também vocês não podem ter essa algo.

ENTREVISTADO

A gente usa, né, como eu falei, de maneira extraoficial. É um favor que eles fazem pra gente.

ENTREVISTADORA

Um favor.

ENTREVISTADO

E eles gostam de fazer, eles vêm e fazem.

ENTREVISTADORA

Exatamente.

ENTREVISTADO

De bom grado. Eles vêm e fazem muito...

ENTREVISTADORA

Porque a ideia mesmo, o próximo passo depois do levantamento sociolinguístico interacional, que é o cerne da pesquisa aqui do meu doutorado, a proposta é trazer um curso de formação respaldado por lei, como eu disse pra você, a gente está articulado com um projeto de lei 5.182/20 que pleiteia a obrigatoriedade de intérpretes e tradutores e a formação deles para atender os serviços públicos inclusive delegacia, aeroporto, tribunal,

carceragem, hospitais e a gente aqui percebe pela particularidade, singularidade dessa instituição, dessa carceragem, que você tem o número de presos, que você pode formar, que você pode certificar dentro, ensiná-los a ter estratégias, a saber como trabalhar como intérpretes, porque tem formação de intérpretes. É uma coisa que poucos sabem. Até o Doutor Murilo da DPU falou: “Nossa, mas tem formação pra isso?” Eu falei: “Tem formação: formação acadêmica, cursos, treinamento, pós-graduação, nessa área de tradução, como a tradução escrita e a tradução oral, que a gente chama de interpretação.” Dentro dos serviços públicos, nós temos a interpretação com nome a mais. que seria a interpretação comunitária, que a gente chama, é o nome, a nomenclatura que se dá para esse tipo de prestação linguística, de serviços linguísticos. E aí a gente tem a proposta de trazer, fazer um currículo voltado para presos ou servidores, se também quiserem se incluir, para que vocês façam realmente, para que tenha, alguns intérpretes que são oficiais, que são certificados e que você pode dizer, “Não, é realmente, ele é certificado, portanto ele segue um código de ética, ele assina um termo de responsabilidade”, E a gente tem, vocês vão ter mecanismos legislativos que diz, olha, vocês vão usar essa pessoa para trabalhar como intérprete e neste trabalho, assim como outro qualquer, ele também será remunerado ou beneficiado de alguma forma. Ou pela remuneração prevista no regimento, em leis que vocês têm, ou na remissão da pena dele por ter trabalhado tantas horas, trabalhado tantos minutos ali como intérprete. E realmente aí, vocês vão ter o respaldo para dizer para esse preso, “Não, você pode nos ajudar. Você vai fazer um curso de formação, após esse curso, a certificação. E após você entender que você tem que seguir um código de ética profissional, nós vamos delegar certas atividades dentro de um padrão de segurança para que você nos ajude com o idioma.” O que você acha disso?

ENTREVISTADO

Seria ótimo. Eu acho que se isso se tornasse um serviço oficial, ótimo. Seria ótimo.

ENTREVISTADORA

Você acha que não teria tantos problemas, não é?

ENTREVISTADO

Não, eu acho que com questão de segurança não atrapalharia.

ENTREVISTADORA

Não atrapalharia? E, assim, automaticamente, na contrapartida, você tem a ressocialização dessas pessoas.

ENTREVISTADO

É assim, eu acho que o que tem que ser observado daí é o... O preso, né? Como que aquele preso é, comportamento dele. Desde que ele seja um preso que não tenha faltas, que ele tenha um padrão certo dentro da unidade, que a maioria deles são, isso não atrapalharia.

ENTREVISTADORA

Não atrapalharia. Então teria que ter critérios, não é?

ENTREVISTADO

Critérios!

ENTREVISTADORA

Você acha que o que ele tem... Olha, quais são os presos que podem realmente participar disso?

ENTREVISTADO

Sim, porque tem alguns que não dá o que falar, ele anda corretinho, ele faz certinho. Agora tem uns ali que não tem jeito, então isso acho que seria... ele poderia usar isso até para fazer coisa errada. Então, seguindo alguns critérios, eu acho uma excelente ideia.

ENTREVISTADORA

Uma excelente ideia. Então, eu acho fundamental que a gente também... porque aí a gente abraça também a questão da reintegração social. Porque eles saindo daqui... Ele pode trabalhar para a justiça. Ele pode trabalhar em tribunais. Ele pode se cadastrar ao tribunal. A gente poderia criar um mecanismo junto com os tribunais para que os tribunais tanto daqui e de outras cidades pudessem agregar esse tipo de coisa. A gente abraça vocês mandando para cá. Quer dizer, o contato seria o contato. Olha, o preso saiu... ele está egresso, ele ainda está cumprindo a pena em aberto, ele tem que cumprir com as suas

obrigações jurídicas, porque ele tem que dar conta semanalmente de algumas coisas, para ele não ficar sem trabalho, ele vai prestar.

ENTREVISTADO

Fazer isso.

ENTREVISTADORA

Trabalhos, serviços linguísticos aí no que vocês precisarem, tanto na tradução como na interpretação. Porque você sabe que aeroporto, tribunal, sofrem com isso.

ENTREVISTADO

Todo mundo sofre.

ENTREVISTADORA

Todo mundo sofre, não é só carceragem aqui.

ENTREVISTADO

Nossa, e aqui pelo que, até pela sua pesquisa você vê, tem muito material humano, né? Muitas línguas que se falam. Você pode escolher qualquer uma que você vai achar aí. É o mandarim, é o ucraniano, é o russo, é o alemão, é o árabe, é o francês vai ter de tudo.

ENTREVISTADORA

E assim, eu acho que sim, você tem umas iniciativas, até que o G..., do Departamento de Trabalho e Educação, ele vai colocando para mim as iniciativas da entrevista dele, e aí você tem, presos sendo premiados nas Olimpíadas da Matemática, presos sendo premiados por outras iniciativas que tiveram, então na verdade eles têm aí dentro de uma instituição total, como diz o Goffman, uma iniciativa e a tentativa de ressocialização, que vocês parecem primar por isso.

ENTREVISTADO

Sim.

ENTREVISTADORA

Então, apesar de a sociedade não entender o trabalho de vocês, por isso que é importante. Porque aqui é um universo à parte, não é? É um universo à parte. Eu ousou dizer como a Silvia professora falou, é um universo esquecido pela sociedade. A sociedade, como a D... também, acrescentou um tipo de universo que a sociedade lá fora não conhece, e que a D... falou assim, para eles, para a sociedade, taca fogo e mata todo mundo. E todo mundo é bandido, não é? Não é que você está querendo beneficiar o bandido... Mas você sabe que tem pessoas, como você disse, que fazem tudo certinho., que podem ser recuperáveis.

ENTREVISTADO

Pode. Pode sim.

ENTREVISTADORA

Eu acho que... pela sua experiência... você vê... como que você vê isso? Tem pessoas que você entende ser recuperáveis?

ENTREVISTADO

Entendo que sim. Tem bastante. Principalmente a parte do... a parte do crime sexual. A parte dos brasileiros... Pelo menos nesses crimes que a gente abriga aqui, já é um pouco mais difícil. Mas também acredito que tem alguns casos que recuperam, às vezes nem foram culpados pelo que fizeram. Foi um, sei lá, um descuido, não sei dizer como. Mas alguns, eu já acho um pouco difícil. Mas na parte de estrangeiro, eu acho que a grande maioria, acho que uns 60% ou mais, recuperam.

ENTREVISTADORA

Recuperam, não é? Exatamente.

ENTREVISTADO

Eu vejo ali que são alguns... são mulos que fizeram para ganhar dinheiro... porque estão passando por problemas de saúde, na família ou qualquer outra coisa... então a grande maioria, quando chega aqui, tem um sofrimento muito grande... por estar longe do país, longe da família... eu atendo lá, eles choram, eles se arrependem... Então eu acredito que a grande maioria desse pessoal não vai fazer mais, vai se reabilitar.

ENTREVISTADORA

Reabilitar.

ENTREVISTADO

E alguns, a gente tem muitas pessoas que vão e voltam aqui, a porcentagem também é grande, então... Por isso que eu acredito, uma grande parte sim e outra grande parte continua. Mas eu acredito na reabilitação. E até nisso que vão voltando, a gente tenta pôr na cabeça deles que não compensa, que eles têm que parar, que uma hora tem que parar. É o nosso papel, né? Vamos tentando...

ENTREVISTADORA

Vamos tentando.

ENTREVISTADO

Depende deles.

ENTREVISTADORA

Depende deles, né? Quanto mais ferramenta eu acredito que a gente oferecer para eles, uma delas é também a formação, a profissionalização deles em alguma coisa. Por exemplo, eu entrevistei um preso aqui, ele é da Síria, e fala árabe, mas ele domina o português porque ele mora no Brasil, ele mora no bairro da Mooca, lá em São Paulo, inclusive, e eu, eu tive a curiosidade de chegar para ele porque, assim, jovem, um bebê. Eu falei assim: “Olha, desculpa a curiosidade, mas... Você é muito jovem para estar aqui.” Aí ele caiu no choro. Ele caiu no choro. Aí eu falei: “Por que você está chorando?” Ele falou assim: “Porque eu acabei indo na... na conversa... de alguém e eu acabei parando aqui. Mas eu sou da Mooca. Eu sou dentista, eu estudo na Uninove.” Aí eu falei: “Nossa, eu dou aula na Uninove.” Ele falou assim: “Eu estudo na Uninove. Faltava seis meses para pegar o meu diploma de odonto. Eu estou com o meu consultório montado.” Eu falei: “E o papai e a mamãe?” Aí ele caiu no choro... ele falou assim: “Eles estão desesperados. Mas eu vou sair” eu disse: “saia daqui e nunca mais volte para esse lugar.” É o que eu falo. Então, como diz o Doutor “são crimes de ocasião.” Crimes de ocasião. Eu cáí... e fui.

ENTREVISTADO

Você acha que não vai cair... Acha que vai dar certo...

ENTREVISTADORA

Acha que vai dar certo e não mede as consequências disso. Não mede. E depois, caindo aqui, eles caem na real.

ENTREVISTADO

Caem na real... serve de lição.

ENTREVISTADORA

Serve de lição... de experiência. Ótimo, Maurício. Muito obrigada. Você quer acrescentar alguma coisa?

ENTREVISTADO

Não, acho que é só isso.

ENTREVISTADORA

Só isso, não é?

ENTREVISTADO

Agradeço pela oportunidade de falar.

ENTREVISTADORA

Que ótimo. E foi, assim, muito enriquecedor porque é uma parte, não é? Quer dizer, eu conversei com o doutor, que é o diretor-geral. Conversei com o diretor de Trabalho e Educação, com diretor administrativo e com a assistente social, porque você vai vendo alguns setores mais chaves... e faltava Segurança. Aí eu falei: “G, mas tem que ter mais alguém aqui...” e ele falou: “O M”. Eu falei: “Ah... o M! Sim, realmente, porque tem uma... ele é responsável por manter isso na ordem, por filtrar muita coisa e realmente você treina muito bem os seus funcionários. Você os orienta muito bem. A gente percebe que você mantém uma ordem, uma segurança que é primordial dentro da carceragem justamente para as coisas não ficarem de qualquer forma.

ENTREVISTADO

Embora a gente tenha um quadro pequeno de funcionários, como eu te falei no início, uma parte já aposentando, então já estão tirando o pé, já estão meio, “Ah, já estou aposentando”, mas o que eu falo, tá aposentando, mas ainda não aposentou, então vamos fechar com chave de ouro, não vamos relaxar não. Você tem que estar sempre dando um...

ENTREVISTADORA

Dando sempre aquela carga de energia...

ENTREVISTADO

Exatamente, uma energia positiva pro pessoal não desanimar, né, então... Vamos mais um pouquinho, não aposentou, a hora que se aposentar você curte, mas por enquanto não vamos relaxar, somos poucos, temos que fazer um trabalho com excelência para não cometer erros no finalzinho. E um depende do outro.

ENTREVISTADORA

E ter uma segurança potente para também evitar certas articulações, certas rebeliões, E é importante você me dizer que você sempre está lá com eles, fazendo o atendimento, fazendo justamente porque acalma aquele que está preso. Você acalma.

ENTREVISTADO

Até quando a unidade está... às vezes acontece algum problema no raio, eu fico mais aqui às vezes eu atendo visita, faço parte burocrática, mas o dia que lá embaixo está meio agitado, meio com problema, eu desço e fico lá próximo do chefe para ele também não sentir desamparado para a gente pensar junto, para a gente resolver junto. Então daí, nessas horas que está mais difícil eu fico por perto lá. Aí a gente... Um dá apoio pro outro, né?

ENTREVISTADORA

Exatamente.

ENTREVISTADO

Então, flui, a coisa fica mais tranquila.

ENTREVISTADORA

Exatamente, você como diretor, em cada setor, em cada ponto, você tem uma pessoa que lidera ali?

ENTREVISTADO

Tem, tem. Tem o chefe da portaria, tem o chefe do turno. À noite também tem o chefe do turno, a gente tá sempre conversando.

ENTREVISTADORA

Que vão se reportando para você, né? Para ver os problemas. E a muralha, os guardas da muralha não tem parte com a segurança de vocês?

ENTREVISTADO

Não, ali seria o Ademir que seria o responsável por ali, né? O diretor de todos. É só quando a gente tá de plantão no final de semana que daí eles reportam a gente.

ENTREVISTADORA

Ah, então são setores diferentes de segurança, né?

ENTREVISTADO

São diferentes.

ENTREVISTADORA

É como se fosse um setor de polícia à parte, uma segurança de muralha, que fica nas torres e vocês ficam realmente distribuídos nos setores.

ENTREVISTADO

Isso está até na polícia penal em andamento, não sei como vai ficar, mas por ora é assim.

ENTREVISTADORA

É assim, não é?

ENTREVISTADO

É separado.

ENTREVISTADORA

Ok, então. Muito obrigada, Maurício. Agradeço imensamente. Fechei o meu ano com chave de ouro. E agora vou entrevistar um preso, só a tarde, aí vou para São Paulo. Vou descansar. Bom descanso, bom fim de ano para você também. Descanse bastante, porque eu sei que o seu trabalho é bem... como é que se diz? Como é que se fala? É estressante, mas é uma coisa que exige uma concentração muito, exige olhos para todos os lados.

ENTREVISTADO

Atenção.

ENTREVISTADORA

É, atenção!
 ENTREVISTADO
 Atenção, jogo de cintura... Lidar com pessoas não é fácil.
 ENTREVISTADORA
 Não é fácil.
 ENTREVISTADO
 Tanto preso quanto funcionário.
 ENTREVISTADORA
 Quanto funcionário.
 ENTREVISTADO
 Você tem que ir balanceando ali.
 ENTREVISTADORA
 Então, tá bom. Muito obrigada, viu?

6. Entrevista com diretor de Educação e Trabalho

Parte 1

ENTREVISTADORA
 Pode ir?
 ENTREVISTADO
 Bora lá, dona Lucia.
 ENTREVISTADORA
 Então vamos lá, hoje é dia 27 de dezembro de 2023, vamos terminar aquela entrevista lá, G....? Porque a gente estava falando sobre algumas coisas, você contou um pouquinho sobre a história do presídio. Como você entrou também como diretor do setor de educação e trabalho, quando entrou, sua formação também em direito, não é isso?
 ENTREVISTADO
 Em Direito e mais recentemente Gestão Pública.
 ENTREVISTADORA
 Gestão Pública?
 ENTREVISTADORA
 Pela FATEC.
 ENTREVISTADORA
 Pela FATEC, olha que interessante! Então você tinha me falado então que desde 2006 a penitenciária passou a ser exclusiva. Depois você teve uma queda de número de presos por conta do tráfico privilegiado, você tinha falado, não é?
 ENTREVISTADO
 Não, tráfico privilegiado mais recente. Em 2000 e... É, também. Na verdade, houve uma mudança também com relação ao entendimento de progressão, acho que também houve uma flexibilização, não vou saber dizer exatamente agora. Então, assim, na medida que flexibiliza a progressão, ainda que seja para o semiaberto, mais rápido também de progredir pro regime aberto, o regime aberto é liberdade propriamente dito.
 ENTREVISTADORA
 Entendi. E é claro que quando esses presos essas empresas estão cumprindo o aberto, eles ainda têm que prestar alguma conta...
 ENTREVISTADO
 Ao judiciário.
 ENTREVISTADORA
 Ao judiciário. Como é que funciona isso?
 ENTREVISTADO

Eles se apresentam, caso eles tenham como comprovar o vínculo com alguém aqui no Brasil, eles permanecem no país, indicam o endereço, já no cumprimento do alvará eles indicam esse endereço, e aí eles assinam um termo de compromisso, ter que ir mensalmente até a Vara de Execução lá e cumprir. É execução de pena. Está cumprindo a pena.

ENTREVISTADORA

Está cumprindo a pena. Agora, quando é o caso, por exemplo, de que muitas vezes até o Doutor Rogério lá da Justiça Federal de Guarulhos comentou comigo, que eu queria entender mais um pouquinho, é que quando, por exemplo, o preso sai, ele falou que fatalmente esse preso é expulso do país. É verdade isso? É verdade ou não? Digo que ele está mentindo, mas procede isso? Em que momento procede isso?

ENTREVISTADO

Paralelo à execução da pena dele, a Polícia Federal instaura um inquérito de expulsão, justamente para analisar se ele tem esse vínculo no país, se ele reúne as condições de permanência no país. Lá, no início, quando a gente começou com os presos estrangeiros aqui, a gente não tinha, não tinha essa ideia, a gente cumpria o alvará o preso, ele sai de liberdade daqui, no máximo a gente arrumava um passe até a cidade dele, a mais próxima, ainda acontece. Com o estrangeiro a gente passou a fazer um procedimento diferente por orientação da Polícia Federal, justamente porque eles também acompanham esse ritmo de inquérito policial na medida que são feitas as inclusões de presos estrangeiros. Então, saiu o alvará, a gente não o colocava em liberdade, a gente o levava até a Polícia Federal para a conclusão do inquérito de expulsão e aí a Polícia Federal é que definia dali em diante se ele ficaria, se dali ele já embarcava para o país dele, se eles estão habituados com esse procedimento. De alguns anos para cá, justamente por... Para que a gente também não caia em descumprimento de lei que é de passar de 24 horas sem o cumprimento de alvará do judiciário. Se não há um impedimento judicial, o inquérito de expulsão é administrativo. Não poderia se manter preso por conta do inquérito administrativo, somente com algum mandado judicial. E aí foi acertado que a gente o coloca em liberdade, informa a Polícia Federal que o fulano de tal está em liberdade, indica o endereço, via de régua ele vai ter que ficar mesmo prestando conta para o judiciário e paralelamente o... A Polícia Federal vai acompanhar e instruir, acabar de instruir o inquérito de expulsão. E, até onde a gente sabe também, quando eles concluem, normalmente, na maioria dos casos, é expulsão mesmo.

ENTREVISTADORA

É expulsão mesmo. Mas assim, essa lacuna entre a soltura dele e a expulsão, o que acontece nesse meio aqui enquanto a Polícia Federal está decidindo?

ENTREVISTADO

Ele é um egresso do sistema prisional.

ENTREVISTADORA

Isso, mesmo se ele não tiver onde ficar, ele fica aqui no país.

ENTREVISTADO

Normalmente o pessoal do Serviço Social, o pessoal que direciona ali os egressos, a equipe técnica, a Laura, eles direcionam para o consulado, é informado o consulado. “Fulano de tal aí, nacionalidade tal, foi libertado, quanto à situação”, quando ele já não sai daqui com o endereço lá do... do consulado e bate lá para pedir auxílio ou fica em algum albergue, alguma coisa nesse sentido. Mas, via de regra, eles indicam... Isso quando é liberdade propriamente dita, cumprimento de pena. Na progressão ele tem que ter um endereço, ele tem que ter algum vínculo.

ENTREVISTADORA

Tem que ter, na progressão, não é?

ENTREVISTADO

Na progressão, no RA [Regime Aberto] no caso. Mas o cara não, o cara vai responder em liberdade, ele não tinha uma sentença. Beleza. Não necessariamente precisa ter... Precisa ter sim os requisitos de endereço, mas o cara cumpriu a pena e o inquérito de expulsão não concluiu. Ele vai ficar aí como é egresso.

ENTREVISTADORA

Agora como progressão se ele não tiver o endereço? Se ele falar que não tem onde ficar?

ENTREVISTADO

Ele também nem progride.

ENTREVISTADORA

Nem progride, então você já tem um esquema de não progredir.

ENTREVISTADO

É um dos requisitos.

ENTREVISTADORA

É, um dos requisitos para ele progredir, senão ele não vai.

ENTREVISTADO

Seja para ele ou qualquer outro.

ENTREVISTADORA

Ah, entendi, entendi.

ENTREVISTADO

O estrangeiro ou o brasileiro.

ENTREVISTADORA

Ah, entendi. E aí, G..., a gente estava falando muito dos desafios que a gente estava... que vocês enfrentaram aqui durante o ano de 2006 e ao longo do ano e até alguns momentos de 2012... Em que vocês foram tentando se ajustar a essa questão de custodiar estrangeiros aqui, não é?

ENTREVISTADO

Então, era... Não se tem notícia, pelo menos, de nenhuma unidade prisional no mundo que reúne todos os estrangeiros no mesmo presídio. Então, para a gente, era novo. Por mais que a gente tivesse o suporte, a orientação, a gente aplica. Também não há legislação de execução de pena. Embora mencione algumas coisas, a execução se dá da mesma forma que a gente executa a pena do brasileiro. E aí a gente foi criando, se deparando com as diferenças, se deparando com as demandas novas e criando o mecanismo, no idioma deles. O idioma é o maior problema.

ENTREVISTADORA

Entendi. E para as intérpretes, exatamente, como o cerne da pesquisa é as interações sociolinguísticas, são linguísticas porque acontece na oralidade, são sócios porque acontece no conjunto, né?

ENTREVISTADO

Sim.

ENTREVISTADORA

Como vocês... Quais são os mecanismos que vocês encontraram e encontram até hoje para essa questão da fronteira linguística das interações, exatamente?

ENTREVISTADO

Havia alguns servidores que falavam e compreendiam inglês e acabou que acabavam auxiliando os outros, mas em sua... Na maioria das comunicações que precisavam ser feitas, era de um preso para outro. Um preso que falava português e mais o idioma daquele que não falava português. Em sua maioria, a comunicação se dá pelo inglês ou espanhol. Espanhol, mas já mais fácil do brasileiro compreender. Falando ali, o pessoal até hoje fala até por mim, hoje o espanhol eu consigo compreender tranquilo assim. Mas se dava comunicação, agora eu já entendi que é uma interpretação, a tradução se dava através de outros presos.

ENTREVISTADORA

Exatamente.

ENTREVISTADO

Na maior parte do tempo e até hoje.

ENTREVISTADORA

E até hoje é assim, né? E como acontece em questões mais sigilosas, por exemplo, que vocês não podem usar um preso? Em que você tem alguma situação em que você tem que ter informações mais confidenciais de um preso e o outro não pode interpretar, por exemplo?

ENTREVISTADO

Então, pelo menos dentro do meu setor, não me lembro de nenhuma situação que exigia um sigilo desse nível. Acho que é mais a nível de judiciário mesmo, de audiências.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

Mas...

ENTREVISTADORA

No seu caso, no trabalho, educação, não tinha?

ENTREVISTADO

Não, não tinha nada nesse sentido. Mas se utiliza também, se utiliza também do preso e aí tem que... Deixá-lo ciente de que é sigiloso e confiar. Confiar que isso não vai ter desdobramento.

ENTREVISTADORA

Que não vai ter desdobramento... Entrega na mão de Deus!

ENTREVISTADO

Na verdade, é a confiança de quem está sendo traduzido. Porque às vezes por uma necessidade dele, ele acaba tendo que confiar no preso também.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

Ele tem uma necessidade, ele precisa de repente se defender ou precisa comunicar alguma situação, resolver alguma situação, ele vai ter que confiar no outro, assim como a gente vai ter que confiar no outro.

ENTREVISTADORA

É, vai ter que confiar no outro e eles acabam criando uma política de boa vizinhança.

ENTREVISTADORA ENTREVISTADO

É, uma relação de confiança, imagino eu mesmo entre... Embora sejam juramentados, sejam técnicos, sejam profissionais, não deixa de ser também uma relação de confiança.

ENTREVISTADORA

É, exatamente. É um cargo de confiança também ser um intérprete.? Você tem que manter toda uma ética de guardar para si as informações e mantê-las em sigilo como elas estão. E diga uma coisa, você acha que a reincidência, por exemplo, dos egressos... Você acha que é alta essa reincidência no crime? Como que você percebe isso?

ENTREVISTADO

Eu acredito que a reincidência maior é, penso eu... Bom, a gente acaba constatando, né, que a gente está bastante tempo, você vê quem vai e volta a todo momento e quem é a reincidência maior é entre os países sul-americanos. É uma questão geográfica, é mais próximo, a maioria já estão adaptados aqui no país. Mas não vou saber dizer exatamente em números pra você. Mas notadamente a reincidência de pessoas de outros continentes é menor. da África um pouco mais... Latino

ENTREVISTADORA

Então você entende que latino em primeiro lugar...

ENTREVISTADO

A África em segundo...

ENTREVISTADO

... e os outros continentes ficam entre os...

ENTREVISTADORA

E os outros continentes ficam entre...

ENTREVISTADO

Pouca reincidência.

ENTREVISTADORA

Entendi. E você liga essa reincidência... Você sabe... Você poderia... Sei lá... Não sei se você consegue... Será que você liga um pouco essa reincidência a essa questão dessa dificuldade de emprego enquanto egresso?

ENTREVISTADORA ENTREVISTADO

Pode ser, pode ser, mas eu acho que mais a questão geográfica mesmo. Depende de onde a vida da pessoa está. O europeu, com seus familiares lá, a distância maior, as dificuldades são maiores. Eu acredito que não necessariamente por conta do emprego. Nesses casos de europeus ou os continentes mais distantes. Mas aqui na América do Sul pode ser. Essa reincidência de latinos aí pode ser. Essa dificuldade lá fora de...

ENTREVISTADORA

E você acha que a dificuldade também é pela questão da língua?

ENTREVISTADO

Acho que no caso dos latinos não. Por causa dos latinos eu acredito que... É também, mas não é a determinante.

ENTREVISTADORA

Não é a determinante, não é?

ENTREVISTADO

Eu acredito que colabora. Traz uma dificuldade, mas não é só ela. Não é só essa dificuldade. E querendo ou não é estrangeiro, é um país em que falta oportunidade até para quem está aqui, então imagino eu que vai acabar aqui.

ENTREVISTADORA

Entendi. E diga uma coisa, é... Bom, agora vocês... Parece que vocês, ao longo do tempo que eu estive aqui, vocês conseguem entender o que é a interpretação comunitária.

ENTREVISTADO

Sim, eu... Como eu tive acesso ao projeto de trabalho, eu li uma parte da introdução sua, então eu sei, eu já tenho uma ideia da importância, de onde se aplica, que deveria se aplicar. A uma política pública. E aí a gente olha e fala, olha, a gente estava sofrendo, mas tinha... Existe um...

ENTREVISTADORA

Existe um recurso.

ENTREVISTADO

Existe um recurso, existe uma técnica, existe... Mas, assim, eu nunca tinha ouvido falar. Difícilmente algum colega aqui também tinha ouvido falar.

ENTREVISTADORA

Exatamente. É interessante como a profissão de intérprete ela é oculta. À maioria das áreas e só se percebe que o intérprete, quer dizer, se percebe que precisa se intermediar ou mediar uma interação em que duas linguagens diferentes. E aí se percebe que tem que ter uma pessoa, mas também muitas vezes tendo essa pessoa não se tem a noção de que isso é uma interpretação, não é?

ENTREVISTADO

Que é o que eu aprendi nesse período aí também, de que a tradução não é uma interpretação.

ENTREVISTADORA

É. Exatamente.

ENTREVISTADO

E que é o que as pessoas precisam ter essa noção, essa informação, não é? Principalmente para quem trabalha com esse público. Penso que lá no dia a dia normal das pessoas que não atendem um público desse, talvez não seja tão importante, mas pra gente aqui é determinante que as pessoas saibam, né? Que é uma tradução, que é uma interpretação, que existem técnicas para isso... existem regramentos... Hoje eu tenho essa noção... o pessoal que está mais em contato com você... Que está participando dessa ambientação... Tem essa noção... Tem essa ideia...

ENTREVISTADORA

Exatamente... É importante porque conscientiza...

ENTREVISTADO

Sim.

ENTREVISTADORA

Você acaba educando o contexto e realmente acaba trazendo um tipo de conhecimento e vai... As pessoas vão tendo o conhecimento, a sabedoria de entender que existe esse tipo de

profissão, que é uma profissão. E diga uma coisa, G...., conhecedor do sistema como você é, que faz um tempo que você trabalha, que conhece bem o contexto... Como que você vê essa questão da falta do intérprete... e o que você acha que deveria acontecer para que haja intérpretes no sistema público ou principalmente no sistema carcerário agora que você está num contexto, e que você lidar com estrangeiros e as interações são prejudicadas em algum momento?

ENTREVISTADO

Sim, sim. Voltando ao nosso histórico... a gente por força de circunstâncias. A cidade de São Paulo trouxe todos os estrangeiros para executar a pena num só local. E essa necessidade, essas demandas, essas necessidades surgiram na medida em que as coisas foram acontecendo. Por essas coisas, quando eles estavam espalhados pelo sistema, eles eram mais um dentre a população carcerária lá, e essas demandas ficam sufocadas. Talvez, se todos os estados fizessem essa individualização da execução de pena de estrangeiro, porque, na verdade, a lei de execução penal prevê a individualização da pena. Como os órgãos responsáveis pela execução de pena fazem essa individualização? Pelo perfil do delito. Costumam fazer o delito de homicídio, por exemplo, vamos colocar em Paraguassu Paulista, é uma individualização de execução de pena. Perfil de traficante, perfil de preso ligado a facções, por presos de crimes sexuais. Então, a individualização se dá também por essa divisão. E a gente descobriu que, eu particularmente tenho essa visão, de que talvez se outros estados fizessem essa individualização de pena por nacionalidade, também como a gente fez aqui, por força de circunstâncias, é claro, mas que visse como uma política de execução, talvez tivesse mais movimentos. É só o Estado de São Paulo. Inclusive, quando se tem alguma... o diretor geral participou de reuniões de eventos ligados à execução de pena de estrangeiros, lá no antigo DEPEN, que hoje é outro órgão, leva um outro órgão. E assim, a gente, por conta desse histórico, de atender esse tipo de demanda, a gente conseguiu até contribuir para algo porque há demanda espalhada no sistema de cada estado e eles não conseguem ter essa forma de trabalho que a gente tem. Então, eu imagino que se outros estados tivessem a mesma forma, individualizassem a pena também por nacionalidade, além de delitos, talvez teriam mais pessoas exigindo essas políticas públicas, essa prestação de serviço.

ENTREVISTADORA

Que é o linguístico, não é?

ENTREVISTADO

Que é o de comunicação e tudo mais. Eu imagino que seja isso, que os órgãos de execução de pena, de todos os estados, deveriam, o federal, dos estados, deveria fazer essa individualização, porque a situação, as demandas surgem. Não sei, tá espalhado, ninguém sabe, né. É assim aqui em São Paulo, né? No momento que foram colocados, surgem as dificuldades.... Imagino eu, não porque tem alguns em um determinado presídio e mais meia dúzia em outro que não tinham as dificuldades, mas é mais fácil do poder público virar as costas. Aqui o consulado não era tão atuante, imagino eu, porque estavam espalhados. Aqui o consulado sabe que ele vai vir dentro do Estado de São Paulo e vai atender todos os cidadãos do país dele ali, junto. Então foi uma facilidade.

ENTREVISTADORA

O fato de congregar, de agregar todos os pesos num lugar só, deu mais visibilidade à dificuldade que você sente. Principalmente de barreiras linguísticas, não é?

ENTREVISTADO

Principalmente. Eu penso que é isso que tem que ser... as políticas de execução de pena para estrangeiros, ela tem que passar por isso. Identificar, mapear

ENTREVISTADORA

Então, tem um longo caminho a percorrer, não é?

ENTREVISTADO

Eu penso que sim. São Paulo aconteceu por forças de circunstâncias, mas foi benéfico. A execução de pena de estrangeiros aqui em São Paulo é feita com todas as garantias. Quer dizer, todas quase, né? E as que a gente não consegue.... e as garantias que a gente não

consegue, a gente consegue identificá-las. Imagine aí se você estaria fazendo o seu trabalho, a sua pesquisa, se esses presos não estivessem aqui, em Itáí, todos.

ENTREVISTADORA

É.

ENTREVISTADO

Entendeu? É um desdobramento disso.

ENTREVISTADORA

Exatamente.

ENTREVISTADO

Aí você olhar em qualquer outro estado do país e falar, não, não tem em nenhum lugar, estão espalhados. Talvez nem despertaria essa...

ENTREVISTADORA

Exatamente

ENTREVISTADO

Essa curiosidade. Não, existe um presídio que tem lá. Eu penso que é isso. Políticas de individualização de pena de estrangeiros.

ENTREVISTADORA

Entendi. E esse fato, por exemplo, de desde 2006 vocês vêm aí atendendo por circunstâncias, exigências, atendendo os estrangeiros todos num lugar só. Com relação, por exemplo, aos órgãos superiores a vocês. Eles não tomaram nenhuma iniciativa quanto aos problemas linguísticos que vocês tiveram aqui e têm até hoje?

ENTREVISTADO

A assim, as orientações, os treinamentos passaram a contemplar também esse perfil. Vou falar a respeito do trabalho e educação. Mais recentemente, inclusive, em alguns projetos do setor da prioridade de reintegração, por exemplo, foram feitos direcionados para os estrangeiros para condição de egresso, quando eles estiverem lá, onde buscar ajuda, onde buscar orientação e tudo mais. Algumas coisas, mas não foi de imediato, foi na medida que a gente foi apontando, a gente foi levando as demandas e começaram a surgir orientações, ações em cima do público de estrangeiros. Mas para nós, servidores aqui da unidade, pouco efetivo. Não há nenhuma ação efetiva, principalmente no que diz respeito à comunicação. Eu me lembro lá no início, eu inclusive fiz uma boa parte, não fui até o final, mas era uma questão pessoal, no momento eu não consegui. O consulado britânico, na parte administrativa aqui, eles conseguiram cursos, pagaram cursos para quem tivesse interesse, para servidores, de inglês, era a distância e tudo mais. E algumas pessoas fizeram o curso, mas era uma iniciativa do consulado. Identificaram essa necessidade...

ENTREVISTADORA

Foi uma forma de identificar a necessidade e tentar produzir alguma ferramenta.

ENTREVISTADO

E como até então nós não tínhamos, digamos assim, na nossa pasta nada que sinalizasse para isso, eles conseguiram um curso de inglês para o pessoal que estava na época. Era o Mauro, o Doutor Mauro, o diretor. e ofertaram para algumas áreas da administração. Bastante gente fez era o inglês básico. Eu fiz o básico e aí algumas outras pessoas avançaram, conseguiram avançar. Eu não concluí por questões pessoais. Mas o que eu me lembro foi uma iniciativa e não foi da pasta nossa, não foi da secretaria nossa. O consulado identificou essa dificuldade aí e tentou auxiliar.

ENTREVISTADORA

E esse curso era oferecido como? Eles disponibilizavam algum professor para vir aqui?

ENTREVISTADO

Não, eles contrataram um curso a distância.

ENTREVISTADORA

Ah, um curso a distância.

ENTREVISTADO

Uma plataforma a distância. Eu não me lembro exatamente, mas era inclusive um... era uma rede dessas de ensino conhecida. Portal da Educação, alguma coisa assim, não tenho certeza.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

E eles aí... como... a gente ia lá, fazia a inscrição, o cadastro, e eles... e eles liberavam o material pra causa. Mas eu não me lembro também quem tanto na época... Muita gente já foi embora daqui também, tava na administração, mudou muito o quadro, mas assim, a gente pode falar que efetivamente teve...

ENTREVISTADORA

Alguma preocupação com isso.

ENTREVISTADO

Foi o consulado britânico, na época junto com o Doutor Mauro, né, que era diretor, que também tinha essa preocupação, identificava essa... necessidade. O restante é o pessoal que buscou, né? Buscou aprender por conta, pagando o curso por fora. Quem buscou, né?

ENTREVISTADORA

Entendi. E, bom, então a iniciativa da pasta de vocês não teve nenhuma....

ENTREVISTADO

Com relação à comunicação, não.

ENTREVISTADORA

Com relação à interação, a realmente promover uma interação efetiva por meio de algum mecanismo, seja da língua, seja do intérprete, principalmente do intérprete, não é? Você vê dificuldades de ter um intérprete aqui dentro por causa do ambiente plurilíngue que se tem?

ENTREVISTADO

Acredito que não, uma vez... assim como nós temos... Você fala um intérprete...

ENTREVISTADORA

A logística, não é?

ENTREVISTADO

Contratado, profissional, atuando aqui nas mais variadas frentes aqui.

ENTREVISTADORA

Isso, nas mais... E assim, o cargo de intérprete, para que vocês possam chamar esse intérprete em algum momento que vocês precisem de interação, por exemplo, interação em pontos específicos das situações, por exemplo, inclusão, ou atendimento médico, ou atendimento jurídico.

ENTREVISTADO

Principalmente inclusão. Ah, todos, eu acho que seria imprescindível, agora a gente sabe... Também nunca passou pela cabeça de ninguém que isso poderia ser feito dessa forma, com um profissional, né? Pra você ver como que o tema é pouco discutido, é pouco, né? A gente nem tinha conhecimento disso. Hoje, a gente sabendo que existe a profissão, que existe a técnica, que existe tudo em outros países já é regulamentado, já é utilizado. Poderia sim, seria imprescindível.

ENTREVISTADORA

Exatamente, e aqui como que você vê, quais são, a gente tinha falado alguma coisa das iniciativas que o presídio tem pra reintegrar o preso de volta à sociedade, você podia falar um pouquinho disso pra mim, e se você vê uma possibilidade de como parte da reintegração também desse preso, como parte de algum benefício de remissão, alguma coisa, essa formação para o preso como intérprete comunitário, como que você vê isso? Porque cada um tem uma opinião, não é?

ENTREVISTADO

Eu vejo como positivo. Eu sou suspeito de falar porque meu o setor ao qual eu estou à frente tem essa atribuição de dar condições, todas possíveis, para que ele, enquanto egresso, consiga cumprir a sua pena lá e ser reintegrado da melhor maneira possível na sociedade, seja ele brasileiro, seja estrangeiro. Porém, no caso de estrangeiros, a gente tem essa... Teriam aí algumas dificuldades a mais. Novamente, a comunicação. É... Seria muito bom. O que a gente teve aqui, como você sabe, a gente tem uma fundação que trabalha junto com a Secretaria, uma fundação pública, ela existe justamente por conta da Secretaria da Administração Penitenciária, o trabalho dela é voltado ao amparo do preso, judicial, de

educação e na frente de geração de trabalho e renda. Então ela trabalha nessas frentes aí. E lá atrás, a gente tinha uma monitora concursada deles aqui na unidade, que trabalhava aqui, e ela desenvolvia projetos. Um deles, lá no início, foi desenvolver um curso de inglês, inglês-português, justamente para aqueles que chegavam e ainda não estavam adaptados. Então, a gente tinha um pavilhão que seriam os presos provisórios, que acabavam de chegar no pavilhão 4, e a gente identificava esses casos mais graves, né, que o cara não falava nada mesmo em português, somente o idioma dele, ou o inglês mesmo, que era a língua mais utilizada, aí dava um treinamento pra um preso, aquele preso passava a ser um monitor remunerado da FUNAP, e ele dava... ele elaborou junto com a monitora da FUNAP, uma coordenadora pedagógica que tinha formação em pedagogia, era concursada, elaboraram esse projeto e funcionou por um período e auxiliou bastante. O preso era remunerado inclusive, então eu vejo algo possível nesse sentido.

ENTREVISTADORA

Entendi. Porque vocês acham que o caminho seria a FUNAP?

ENTREVISTADO

Eu penso que sim. Eles têm essa atribuição, têm essa condição, vamos dizer assim, de fazer esse trabalho. Com a vinda da Secretaria da Educação como responsável pela educação dentro dos presídios a partir de 2013, a FUNAP ela focou, ela saiu da educação formal e ela passou a focar mais na educação profissionalizante. Ela vem viabilizando cursos profissionalizantes, parcerias, questão da leitura, dos projetos de leitura. Então, não sei hoje; os monitores que eles treinam são monitores de sala de leitura, que é uma coisa que todas as unidades têm, porque monitores para aplicar um projeto que eles têm que chamar chamava PET, que é um programa dividido em módulos com orientações profissionalizantes, e tudo mais, há uma certificação. Então os monitores são monitores de apoio de educação e monitor de sala de aula. Eu imagino que se fosse possível viabilizar um intérprete preso inicialmente para trabalhar sendo remunerado deveria ser através da FUNAP. Eu consigo ver claramente, assim, viabilidade.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

Eu vejo viabilidade. E aí, com possibilidades, né? Para isso também precisaria de um treinamento, precisaria...

ENTREVISTADORA

Exatamente. Então os caminhos a serem trilhados, no caso aí que você fala, dentro do sistema prisional, para a implementação de uma formação, para o preso ser o próprio intérprete oficial, dentro daqueles idiomas que ele conhece, que ele tem, toda uma técnica, uma estratégia já ali que tem. Ele faz a interpretação de forma oficiosa, na verdade, mas ele precisaria ser treinado, ele precisaria ter todas as estratégias e técnicas. Então, o que mudaria? Quanto à parte burocrática, por exemplo, teria que mudar o regime interno, algum regime interno, política pública, conscientização da SAP sobre também essa necessidade, a FUNAP como você me disse, então quais os mecanismos que deveriam ser criados burocraticamente agora para que isso ocorresse?

ENTREVISTADO

Eu acredito que apresentar um... se fosse para viabilizar junto com a FUNAP, que tem essa atribuição junto com a gente, de apresentar o projeto, apresentar a ideia diretamente para eles. Falando de algo inicialmente, com o preso enquanto ele está cumprindo a pena e tudo mais. E diante da formação que ele vai ter, da experiência que ele vai adquirir, a possibilidade de se manter contratado mesmo enquanto egresso.

ENTREVISTADORA

Mesmo enquanto egresso. Exatamente.

ENTREVISTADO

Eu penso que seria possível...

ENTREVISTADORA

Principalmente se ele estivesse mantendo uma progressão.

ENTREVISTADO

Exato. Se ele tivesse... Se tivesse uma rede ali. E eu falo enquanto egresso para atuar aqui ou mesmo no mercado de trabalho mesmo. Ou em outros órgãos públicos, enfim.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADORA ENTREVISTADO

Mas seria o embrião, a fundação, que seria... Seria o caminho mais viável.

ENTREVISTADORA

O caminho mais viável que você vê, não é? E a conscientização da SAP, ela deve ter conscientização de que alguma coisa acontece aqui, mas ela também não tem mecanismos para...

ENTREVISTADO

Assim, a SAP tem um órgão que é para treinamento, que é a escola de administração penitenciária. Que é quem desenvolve os cursos, o aperfeiçoamento, na medida que os servidores precisam. Seria também, além da FUNAP, algo voltado para o servidor.

ENTREVISTADORA

Para o servidor.

ENTREVISTADO

Para o servidor. A EAP seria um caminho também para aperfeiçoar, apresentar algum projeto, alguma coisa. Porque na mesma medida que o preso, ele pode, penso eu, vejo assim, tem interesse, o servidor pode ter também.

ENTREVISTADORA

Exatamente.

ENTREVISTADO

Um outro momento, vou falar da realidade nossa, aqui um monte de gente aposentando, de repente tem alguém que tem esse interesse do aprendizado, e aí quem viabiliza normalmente é a EAP, que tem essa atribuição de... de aperfeiçoamento, e para quem está aqui também, para quem está atuando, para quem vai continuar atuando.

ENTREVISTADORA

Entendi. E, assim, quanto a regime interno e legislação, o que você conhece bem de leis, terminando aí as nossas [perguntas], por exemplo. Teria que mudar alguma coisa na legislação, porque ele [o preso] tem, por exemplo, remuneração, ele trabalha. Vamos lá: esse preso trabalha, e ele tem a remuneração dele. Isso é previsto em lei. E aí teria que ter uma emenda, então, dizendo que ele vai receber por esse trabalho.

ENTREVISTADO

Então, quem intermedia isso hoje? Quem intermedia os contratos de trabalho das unidades com as empresas contratantes, quem tem uma frente para cuidar disso também é a FUNAP. E quando o trabalho é prestado pra ela, pra FUNAP, ela remunera.

ENTREVISTADORA

Ela remunera?

ENTREVISTADO

Ela remunera de acordo com a legislação.

ENTREVISTADORA

Ah, de acordo com a legislação.

ENTREVISTADO

Por isso que eu acho que o caminho mais viável seria a FUNAP.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

Apresentar o projeto, apresentar a ideia, eles entenderem, assim como a gente agora compreende da necessidade, e eles disponibilizarem essa... Colocarem em prática.

ENTREVISTADORA

Colocarem em prática!

ENTREVISTADO

Eu não tenho dúvida que eles teriam interesse. Na verdade, a gente também nunca teve essa... essa iniciativa, porque a gente não sabia nem que era possível, né? Não passou. Na

verdade, quem despertou, está despertando essa possibilidade é o seu trabalho, né? Então, a gente... Hoje, juntando o que a gente conhece da atribuição de trabalho junto com a FUNAP... juntando o conhecimento que você está trazendo para a gente do que é possível fazer... então você consegue visualizar a coisa acontecendo...

ENTREVISTADORA

Entendi e por que meios... E por que caminhos?

ENTREVISTADO

E por onde, é...

ENTREVISTADORA

E que mecanismos a gente tem que criar? Porque a gente tem que criar...

ENTREVISTADO

Da mesma forma, para que você tenha um aperfeiçoamento do servidor, apresentar algo também da mesma linha, que seria a escola de administração penitenciária, que é a EAP.

ENTREVISTADORA

EAP. Ah, eu não tinha nem anotado aqui. Que tem EAP mesmo, é verdade. Que é a escola de administração penitenciária para o preso.

ENTREVISTADO

Sim.

Até fazer um mea culpa aqui enquanto unidade. Porque talvez a gente acostumou a lidar com isso. É lógico, nas reuniões que a gente participa, a gente leva as dificuldades, seja da comunicação, sejam outras dificuldades que surgem por conta de não serem brasileiros. Documentação era algo que a gente sofria muito, foi criando mecanismos. E a gente, digamos que a gente não... não pede também, né? Não como, né? Falar, pode, precisaria. Por falta de conhecimento também.

ENTREVISTADORA

É, porque vocês não têm conscientização. Como que a gente acha? Dentro da necessidade, não é?

ENTREVISTADO

“O que não tem remédio, remediado está”, vamos, né? Vamos tentar, vamos, vamos tocando assim, né? Não busca um caminho também, né? Acaba não buscando.

ENTREVISTADORA

Então está joia. Quer falar mais alguma coisa?

ENTREVISTADO

Isso. Eu acho que dá pra viabilizar, sim. Eu imagino que você idealizava algo com um profissional mesmo, intérprete, vindo aqui, sendo contratado. Eu sei que você tem também a ideia de capacitar o preso para ele enquanto egresso, poder atuar também lá fora. Eu acho que tudo é viável, mas num primeiro momento a capacitação dele aqui para atuar aqui enquanto monitor da FUNAP junto com a FUNAP e depois isso expande lá para fora.

ENTREVISTADORA

Exatamente. É porque é uma coisa que eu penso, é como se eu estivesse com tentáculos. Eu tenho interpretação e aí eu consigo, por exemplo, abarcar a reintegração social dele, promovendo uma atividade. Ele tendo uma atividade aqui dentro, muito além do que ele faz, que é uma atividade que exige mais a parte de intelecto e técnica, e também a possibilidade de ele ser remunerado ou remir a pena, um dos dois.

ENTREVISTADO

Ambas as situações são possíveis.

ENTREVISTADORA

Ambas situações são possíveis, mas isso é uma coisa que favorece as três ao mesmo tempo, entendeu? E tendo sendo ele como vulnerável, a gente talvez poderia criar um mecanismo que ele possa, como você disse, sair egresso e voltar para o próprio sistema agora como egresso para tentar ganhar o seu sustento a partir de alguns trabalhos que ele pode fazer.

ENTREVISTADO

Sim, ele sairia capacitado e com uma experiência na atuação.

ENTREVISTADORA

Exatamente, com uma experiência.

ENTREVISTADO

Que é o trabalho que a gente faz aqui enquanto trabalha em educação junto com a FUNAP. A gente capacita o costureiro, capacita o mecânico, o cozinheiro. Passaria a capacitar um intérprete, é lógico que a gente precisaria daí de um apoio mais técnico, que seria o seu, você mostrar os caminhos de como fazer e tudo mais.

ENTREVISTADORA

Exatamente.

ENTREVISTADO

É novo, é algo novo, né? Mas assim, eu vejo como muito viável.

ENTREVISTADORA

Entendi. E aí eu acho que reforça políticas públicas. Eu acho que reforça, é uma iniciativa que pressiona políticas públicas a ponto dela falar, não, nós temos que ter cursos de formação de intérpretes comunitários e nós temos que atender serviços públicos, inclusive delegacia, aeroporto, o judiciário em todas as suas etapas.

ENTREVISTADO

E é possível, é possível. A gente faz tradução de... A gente coloca a tradução de sentenças pra... a gente não coloca qualquer... qualquer preso pra fazer. A gente sabe que tem um histórico ali de disciplina, de... passa ali uma confiança mínima e tal pra fazer. Tem dado certo, nunca tivemos nenhum problema.

ENTREVISTADORA

Eles já trabalham como tradutores, na verdade. E sim, muitas vezes como os tradutores ad hoc, intérpretes ad hoc, então, pra eles, como o Dr. falou, muito natural. Mas aí, a gente já pensando numa camada abaixo, a gente percebe que isso é um trabalho que eles fazem.

ENTREVISTADO

É um trabalho, sim. Que exige ali um esforço intelectual, um esforço...

ENTREVISTADORA

Conhecimento da língua, conhecimento da tradução das duas línguas, na verdade.

ENTREVISTADO

Sim. Tempo, né? Eu não tomo o tempo dele, porque justificaria uma remissão por isso também.

ENTREVISTADORA

Exatamente. Interessante. Mas eles não ganham a remissão pelos documentos traduzidos...

ENTREVISTADORA

Não, sou sincero em dizer que nunca. Porque normalmente eles já estão inseridos em alguma atividade. Vou dar o exemplo das traduções que você precisou dos documentos. A gente fez com dois presos que estão trabalhando na biblioteca. Então, eles aproveitaram alguns momentos que eles estão mais tranquilos, sem prejuízo do trabalho que eles realizam, eles fazem ali já, dentro da carga horária da qual estão ganhando a remissão deles. A gente procura sempre esses casos.

ENTREVISTADORA

Mas nunca houve casos em que vocês puderam remir a pena porque alguém fez uma tradução?

ENTREVISTADO

Então, a partir do momento que a gente tenha um monitor especializado em interpretação, tradução, ganharia remissão e remuneração por esse trabalho especificamente.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

Seria muito interessante.

ENTREVISTADORA

Muito interessante, não é?

ENTREVISTADO

Interessante na inclusão, na... na inclusão, no.

ENTREVISTADORA

Na inclusão, no departamento médico, no departamento de escola.

ENTREVISTADO

De alguma forma acontece.

ENTREVISTADORA

De alguma forma ela acontece.

ENTREVISTADO

De alguma forma acontece. Todo mundo se socorre. Preso que fala português e inglês e que se não fala português e inglês, ele fala português ou idioma ou francês. Enfim, a regra é português, inglês e espanhol. Mas tem as dificuldades aí de outros idiomas. O cara é russo ou é alemão, mas ele via de regra fala inglês então acaba que, né..., mas eu vejo que o caminho seria esse. Já acontece informalmente. Sem as garantias que ambas as partes precisam.

ENTREVISTADORA

Sim.

ENTREVISTADO

Mas seria possível regulamentar tranquilamente. Na prática já acontece. Seria um aperfeiçoamento disso.

ENTREVISTADORA

Sim.

ENTREVISTADO

Mais uma formalização.

ENTREVISTADORA

Então...

ENTREVISTADO

É isso, Lúcia. É isso.

ENTREVISTADORA

Está bom!

ENTREVISTADO

E eu sei que um dia vai acontecer.

ENTREVISTADORA

Vai... E eu vou ganhar um nome na porta aqui: LMS.

Parte 2

ENTREVISTADORA

Pode ir?

ENTREVISTADO

Bora lá, dona Lucia.

ENTREVISTADORA

Então vamos lá, hoje é dia 27 de dezembro de 2023, vamos terminar aquela entrevista lá, G....? Porque a gente estava falando sobre algumas coisas, você contou um pouquinho sobre a história do presídio. Como você entrou também como diretor do setor de educação e trabalho, quando entrou, sua formação também em direito, não é isso?

ENTREVISTADO

Em Direito e mais recentemente Gestão Pública.

ENTREVISTADORA

Gestão Pública?

ENTREVISTADORA

Pela FATEC.

ENTREVISTADORA

Pela FATEC, olha que interessante! Então você tinha me falado então que desde 2006 a penitenciária passou a ser exclusiva. Depois você teve uma queda de número de presos por conta do tráfico privilegiado, você tinha falado, não é?

ENTREVISTADO

Não, tráfico privilegiado mais recente. Em 2000 e... É, também. Na verdade, houve uma mudança também com relação ao entendimento de progressão, acho que também houve uma flexibilização, não vou saber dizer exatamente agora. Então, assim, na medida que flexibiliza a progressão, ainda que seja para o semiaberto, mais rápido também de progredir pro regime aberto, o regime aberto é liberdade propriamente dito.

ENTREVISTADORA

Entendi. E é claro que quando esses presos essas empresas estão cumprindo o aberto, eles ainda têm que prestar alguma conta...

ENTREVISTADO

Ao judiciário.

ENTREVISTADORA

Ao judiciário. Como é que funciona isso?

ENTREVISTADO

Eles se apresentam, caso eles tenham como comprovar o vínculo com alguém aqui no Brasil, eles permanecem no país, indicam o endereço, já no cumprimento do alvará eles indicam esse endereço, e aí eles assinam um termo de compromisso, ter que ir mensalmente até a Vara de Execução lá e cumprir. É execução de pena. Está cumprindo a pena.

ENTREVISTADORA

Está cumprindo a pena. Agora, quando é o caso, por exemplo, de que muitas vezes até o Doutor Rogério lá da Justiça Federal de Guarulhos comentou comigo, que eu queria entender mais um pouquinho, é que quando, por exemplo, o preso sai, ele falou que fatalmente esse preso é expulso do país. É verdade isso? É verdade ou não? Digo que ele está mentindo, mas procede isso? Em que momento procede isso?

ENTREVISTADO

Paralelo à execução da pena dele, a Polícia Federal instaura um inquérito de expulsão, justamente para analisar se ele tem esse vínculo no país, se ele reúne as condições de permanência no país. Lá, no início, quando a gente começou com os presos estrangeiros aqui, a gente não tinha, não tinha essa ideia, a gente cumpria o alvará o preso, ele sai de liberdade daqui, no máximo a gente arrumava um passe até a cidade dele, a mais próxima, ainda acontece. Com o estrangeiro a gente passou a fazer um procedimento diferente por orientação da Polícia Federal, justamente porque eles também acompanham esse ritmo de inquérito policial na medida que são feitas as inclusões de presos estrangeiros. Então, saiu o alvará, a gente não o colocava em liberdade, a gente o levava até a Polícia Federal para a conclusão do inquérito de expulsão e aí a Polícia Federal é que definia dali em diante se ele ficaria, se dali ele já embarcava para o país dele, se eles estão habituados com esse procedimento. De alguns anos para cá, justamente por... Para que a gente também não caia em descumprimento de lei que é de passar de 24 horas sem o cumprimento de alvará do judiciário. Se não há um impedimento judicial, o inquérito de expulsão é administrativo. Não poderia se manter preso por conta do inquérito administrativo, somente com algum mandado judicial. E aí foi acertado que a gente o coloca em liberdade, informa a Polícia Federal que o fulano de tal está em liberdade, indica o endereço, via de régua ele vai ter que ficar mesmo prestando conta para o judiciário e paralelamente o... A Polícia Federal vai acompanhar e instruir, acabar de instruir o inquérito de expulsão. E, até onde a gente sabe também, quando eles concluem, normalmente, na maioria dos casos, é expulsão mesmo.

ENTREVISTADORA

É expulsão mesmo. Mas assim, essa lacuna entre a soltura dele e a expulsão, o que acontece nesse meio aqui enquanto a Polícia Federal está decidindo?

ENTREVISTADO

Ele é um egresso do sistema prisional.

ENTREVISTADORA

Isso, mesmo se ele não tiver onde ficar, ele fica aqui no país.

ENTREVISTADO

Normalmente o pessoal do Serviço Social, o pessoal que direciona ali os egressos, a equipe técnica, a Laura, eles direcionam para o consulado, é informado o consulado. “Fulano de

tal aí, nacionalidade tal, foi libertado, quanto à situação”, quando ele já não sai daqui com o endereço lá do... do consulado e bate lá para pedir auxílio ou fica em algum albergue, alguma coisa nesse sentido. Mas, via de regra, eles indicam... Isso quando é liberdade propriamente dita, comprimento de pena. Na progressão ele tem que ter um endereço, ele tem que ter algum vínculo.

ENTREVISTADORA

Tem que ter, na progressão, não é?

ENTREVISTADO

Na progressão, no RA [Regime Aberto] no caso. Mas o cara não, o cara vai responder em liberdade, ele não tinha uma sentença. Beleza. Não necessariamente precisa ter... Precisa ter sim os requisitos de endereço, mas o cara cumpriu a pena e o inquérito de expulsão não concluiu. Ele vai ficar aí como é egresso.

ENTREVISTADORA

Agora como progressão se ele não tiver o endereço? Se ele falar que não tem onde ficar?

ENTREVISTADO

Ele também nem progride.

ENTREVISTADORA

Nem progride, então você já tem um esquema de não progredir.

ENTREVISTADO

É um dos requisitos.

ENTREVISTADORA

É, um dos requisitos para ele progredir, senão ele não vai.

ENTREVISTADO

Seja para ele ou qualquer outro.

ENTREVISTADORA

Ah, entendi, entendi.

ENTREVISTADO

O estrangeiro ou o brasileiro.

ENTREVISTADORA

Ah, entendi. E aí, G..., a gente estava falando muito dos desafios que a gente estava... que vocês enfrentaram aqui durante o ano de 2006 e ao longo do ano e até alguns momentos de 2012... Em que vocês foram tentando se ajustar a essa questão de custodiar estrangeiros aqui, não é?

ENTREVISTADO

Então, era... Não se tem notícia, pelo menos, de nenhuma unidade prisional no mundo que reúne todos os estrangeiros no mesmo presídio. Então, para a gente, era novo. Por mais que a gente tivesse o suporte, a orientação, a gente aplica. Também não há legislação de execução de pena. Embora mencione algumas coisas, a execução se dá da mesma forma que a gente executa a pena do brasileiro. E aí a gente foi criando, se deparando com as diferenças, se deparando com as demandas novas e criando o mecanismo, no idioma deles. O idioma é o maior problema.

ENTREVISTADORA

Entendi. E para as intérpretes, exatamente, como o cerne da pesquisa é as interações sociolinguísticas, são linguísticas porque acontece na oralidade, são sócios porque acontece no conjunto, né?

ENTREVISTADO

Sim.

ENTREVISTADORA

Como vocês... Quais são os mecanismos que vocês encontraram e encontram até hoje para essa questão da fronteira linguística das interações, exatamente?

ENTREVISTADO

Havia alguns servidores que falavam e compreendiam inglês e acabou que acabavam auxiliando os outros, mas em sua... Na maioria das comunicações que precisavam ser feitas, era de um preso para outro. Um preso que falava português e mais o idioma daquele que não falava português. Em sua maioria, a comunicação se dá pelo inglês ou espanhol.

Espanhol, mas já mais fácil do brasileiro compreender. Falando ali, o pessoal até hoje fala até por mim, hoje o espanhol eu consigo compreender tranquilo assim. Mas se dava comunicação, agora eu já entendi que é uma interpretação, a tradução se dava através de outros presos.

ENTREVISTADORA

Exatamente.

ENTREVISTADO

Na maior parte do tempo e até hoje.

ENTREVISTADORA

E até hoje é assim, né? E como acontece em questões mais sigilosas, por exemplo, que vocês não podem usar um preso? Em que você tem alguma situação em que você tem que ter informações mais confidenciais de um preso e o outro não pode interpretar, por exemplo?

ENTREVISTADO

Então, pelo menos dentro do meu setor, não me lembro de nenhuma situação que exigia um sigilo desse nível. Acho que é mais a nível de judiciário mesmo, de audiências.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

Mas...

ENTREVISTADORA

No seu caso, no trabalho, educação, não tinha?

ENTREVISTADO

Não, não tinha nada nesse sentido. Mas se utiliza também, se utiliza também do preso e aí tem que... Deixá-lo ciente de que é sigiloso e confiar. Confiar que isso não vai ter desdobramento.

ENTREVISTADORA

Que não vai ter desdobramento... Entrega na mão de Deus!

ENTREVISTADO

Na verdade, é a confiança de quem está sendo traduzido. Porque às vezes por uma necessidade dele, ele acaba tendo que confiar no preso também.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

Ele tem uma necessidade, ele precisa de repente se defender ou precisa comunicar alguma situação, resolver alguma situação, ele vai ter que confiar no outro, assim como a gente vai ter que confiar no outro.

ENTREVISTADORA

É, vai ter que confiar no outro e eles acabam criando uma política de boa vizinhança.

ENTREVISTADORA ENTREVISTADO

É, uma relação de confiança, imagino eu mesmo entre... Embora sejam juramentados, sejam técnicos, sejam profissionais, não deixa de ser também uma relação de confiança.

ENTREVISTADORA

É, exatamente. É um cargo de confiança também ser um intérprete.? Você tem que manter toda uma ética de guardar para si as informações e mantê-las em sigilo como elas estão. E diga uma coisa, você acha que a reincidência, por exemplo, dos egressos... Você acha que é alta essa reincidência no crime? Como que você percebe isso?

ENTREVISTADO

Eu acredito que a reincidência maior é, penso eu... Bom, a gente acaba constatando, né, que a gente está bastante tempo, você vê quem vai e volta a todo momento e quem é a reincidência maior é entre os países sul-americanos. É uma questão geográfica, é mais próximo, a maioria já estão adaptados aqui no país. Mas não vou saber dizer exatamente em números pra você. Mas notadamente a reincidência de pessoas de outros continentes é menor. da África um pouco mais... Latino

ENTREVISTADORA

Então você entende que latino em primeiro lugar...

ENTREVISTADO

A África em segundo...

ENTREVISTADO

... e os outros continentes ficam entre os...

ENTREVISTADORA

E os outros continentes ficam entre...

ENTREVISTADO

Pouca reincidência.

ENTREVISTADORA

Entendi. E você liga essa reincidência... Você sabe... Você poderia... Sei lá... Não sei se você consegue... Será que você liga um pouco essa reincidência a essa questão dessa dificuldade de emprego enquanto egresso?

ENTREVISTADORA ENTREVISTADO

Pode ser, pode ser, mas eu acho que mais a questão geográfica mesmo. Depende de onde a vida da pessoa está. O europeu, com seus familiares lá, a distância maior, as dificuldades são maiores. Eu acredito que não necessariamente por conta do emprego. Nesses casos de europeus ou os continentes mais distantes. Mas aqui na América do Sul pode ser. Essa reincidência de latinos aí pode ser. Essa dificuldade lá fora de...

ENTREVISTADORA

E você acha que a dificuldade também é pela questão da língua?

ENTREVISTADO

Acho que no caso dos latinos não. Por causa dos latinos eu acredito que... É também, mas não é a determinante.

ENTREVISTADORA

Não é a determinante, não é?

ENTREVISTADO

Eu acredito que colabora. Traz uma dificuldade, mas não é só ela. Não é só essa dificuldade. E querendo ou não é estrangeiro, é um país em que falta oportunidade até para quem está aqui, então imagino eu que vai acabar aqui.

ENTREVISTADORA

Entendi. E diga uma coisa, é... Bom, agora vocês... Parece que vocês, ao longo do tempo que eu estive aqui, vocês conseguem entender o que é a interpretação comunitária.

ENTREVISTADO

Sim, eu... Como eu tive acesso ao projeto de trabalho, eu li uma parte da introdução sua, então eu sei, eu já tenho uma ideia da importância, de onde se aplica, que deveria se aplicar. A uma política pública. E aí a gente olha e fala, olha, a gente estava sofrendo, mas tinha... Existe um...

ENTREVISTADORA

Existe um recurso.

ENTREVISTADO

Existe um recurso, existe uma técnica, existe... Mas, assim, eu nunca tinha ouvido falar. Dificilmente algum colega aqui também tinha ouvido falar.

ENTREVISTADORA

Exatamente. É interessante como a profissão de intérprete ela é oculta. À maioria das áreas e só se percebe que o intérprete, quer dizer, se percebe que precisa se intermediar ou mediar uma interação em que duas linguagens diferentes. E aí se percebe que tem que ter uma pessoa, mas também muitas vezes tendo essa pessoa não se tem a noção de que isso é uma interpretação, não é?

ENTREVISTADO

Que é o que eu aprendi nesse período aí também, de que a tradução não é uma interpretação.

ENTREVISTADORA

É. Exatamente.

ENTREVISTADO

E que é o que as pessoas precisam ter essa noção, essa informação, não é? Principalmente para quem trabalha com esse público. Penso que lá no dia a dia normal das pessoas que não atendem um público desse, talvez não seja tão importante, mas pra gente aqui é determinante que as pessoas saibam, né? Que é uma tradução, que é uma interpretação, que existem técnicas para isso... existem regramentos... Hoje eu tenho essa noção... o pessoal que está mais em contato com você... Que está participando dessa ambientação... Tem essa noção... Tem essa ideia...

ENTREVISTADORA

Exatamente... É importante porque conscientiza...

ENTREVISTADO

Sim.

ENTREVISTADORA

Você acaba educando o contexto e realmente acaba trazendo um tipo de conhecimento e vai... As pessoas vão tendo o conhecimento, a sabedoria de entender que existe esse tipo de profissão, que é uma profissão. E diga uma coisa, G..., conhecedor do sistema como você é, que faz um tempo que você trabalha, que conhece bem o contexto... Como que você vê essa questão da falta do intérprete... e o que você acha que deveria acontecer para que haja intérpretes no sistema público ou principalmente no sistema carcerário agora que você está num contexto, e que você lidar com estrangeiros e as interações são prejudicadas em algum momento?

ENTREVISTADO

Sim, sim. Voltando ao nosso histórico... a gente por força de circunstâncias. A cidade de São Paulo trouxe todos os estrangeiros para executar a pena num só local. E essa necessidade, essas demandas, essas necessidades surgiram na medida em que as coisas foram acontecendo. Por essas coisas, quando eles estavam espalhados pelo sistema, eles eram mais um dentre a população carcerária lá, e essas demandas ficam sufocadas. Talvez, se todos os estados fizessem essa individualização da execução de pena de estrangeiro, porque, na verdade, a lei de execução penal prevê a individualização da pena. Como os órgãos responsáveis pela execução de pena fazem essa individualização? Pelo perfil do delito. Costumam fazer o delito de homicídio, por exemplo, vamos colocar em Paraguassu Paulista, é uma individualização de execução de pena. Perfil de traficante, perfil de preso ligado a facções, por presos de crimes sexuais. Então, a individualização se dá também por essa divisão. E a gente descobriu que, eu particularmente tenho essa visão, de que talvez se outros estados fizessem essa individualização de pena por nacionalidade, também como a gente fez aqui, por força de circunstâncias, é claro, mas que visse como uma política de execução, talvez tivesse mais movimentos. É só o Estado de São Paulo. Inclusive, quando se tem alguma... o diretor geral participou de reuniões de eventos ligados à execução de pena de estrangeiros, lá no antigo DEPEN, que hoje é outro órgão, leva um outro órgão. E assim, a gente, por conta desse histórico, de atender esse tipo de demanda, a gente conseguiu até contribuir para algo porque há demanda espalhada no sistema de cada estado e eles não conseguem ter essa forma de trabalho que a gente tem. Então, eu imagino que se outros estados tivessem a mesma forma, individualizassem a pena também por nacionalidade, além de delitos, talvez teriam mais pessoas exigindo essas políticas públicas, essa prestação de serviço.

ENTREVISTADORA

Que é o linguístico, não é?

ENTREVISTADO

Que é o de comunicação e tudo mais. Eu imagino que seja isso, que os órgãos de execução de pena, de todos os estados, deveriam, o federal, dos estados, deveriam fazer essa individualização, porque a situação, as demandas surgem. Não sei, tá espalhado, ninguém sabe, né. É assim aqui em São Paulo, né? No momento que foram colocados, surgem as dificuldades.... Imagino eu, não porque tem alguns em um determinado presídio e mais meia dúzia em outro que não tinham as dificuldades, mas é mais fácil do poder público virar as costas. Aqui o consulado não era tão atuante, imagino eu, porque estavam

espalhados. Aqui o consulado sabe que ele vai vir dentro do Estado de São Paulo e vai atender todos os cidadãos do país dele ali, junto. Então foi uma facilidade.

ENTREVISTADORA

O fato de congregar, de agregar todos os pesos num lugar só, deu mais visibilidade à dificuldade que você sente. Principalmente de barreiras linguísticas, não é?

ENTREVISTADO

Principalmente. Eu penso que é isso que tem que ser... as políticas de execução de pena para estrangeiros, ela tem que passar por isso. Identificar, mapear

ENTREVISTADORA

Então, tem um longo caminho a percorrer, não é?

ENTREVISTADO

Eu penso que sim. São Paulo aconteceu por forças de circunstâncias, mas foi benéfico. A execução de pena de estrangeiros aqui em São Paulo é feita com todas as garantias. Quer dizer, todas quase, né? E as que a gente não consegue.... e as garantias que a gente não consegue, a gente consegue identificá-las. Imagine aí se você estaria fazendo o seu trabalho, a sua pesquisa, se esses presos não estivessem aqui, em Itaí, todos.

ENTREVISTADORA

É.

ENTREVISTADO

Entendeu? É um desdobramento disso.

ENTREVISTADORA

Exatamente.

ENTREVISTADO

Aí você olhar em qualquer outro estado do país e falar, não, não tem em nenhum lugar, estão espalhados. Talvez nem despertaria essa...

ENTREVISTADORA

Exatamente

ENTREVISTADO

Essa curiosidade. Não, existe um presídio que tem lá. Eu penso que é isso. Políticas de individualização de pena de estrangeiros.

ENTREVISTADORA

Entendi. E esse fato, por exemplo, de desde 2006 vocês vêm aí atendendo por circunstâncias, exigências, atendendo os estrangeiros todos num lugar só. Com relação, por exemplo, aos órgãos superiores a vocês. Eles não tomaram nenhuma iniciativa quanto aos problemas linguísticos que vocês tiveram aqui e têm até hoje?

ENTREVISTADO

A assim, as orientações, os treinamentos passaram a contemplar também esse perfil. Vou falar a respeito do trabalho e educação. Mais recentemente, inclusive, em alguns projetos do setor da prioridade de reintegração, por exemplo, foram feitos direcionados para os estrangeiros para condição de egresso, quando eles estiverem lá, onde buscar ajuda, onde buscar orientação e tudo mais. Algumas coisas, mas não foi de imediato, foi na medida que a gente foi apontando, a gente foi levando as demandas e começaram a surgir orientações, ações em cima do público de estrangeiros. Mas para nós, servidores aqui da unidade, pouco efetivo. Não há nenhuma ação efetiva, principalmente no que diz respeito à comunicação. Eu me lembro lá no início, eu inclusive fiz uma boa parte, não fui até o final, mas era uma questão pessoal, no momento eu não consegui. O consulado britânico, na parte administrativa aqui, eles conseguiram cursos, pagaram cursos para quem tivesse interesse, para servidores, de inglês, era a distância e tudo mais. E algumas pessoas fizeram o curso, mas era uma iniciativa do consulado. Identificaram essa necessidade...

ENTREVISTADORA

Foi uma forma de identificar a necessidade e tentar produzir alguma ferramenta.

ENTREVISTADO

E como até então nós não tínhamos, digamos assim, na nossa pasta nada que sinalizasse para isso, eles conseguiram um curso de inglês para o pessoal que estava na época. Era o Mauro, o Doutor Mauro, o diretor. e ofertaram para algumas áreas da administração.

Bastante gente fez era o inglês básico. Eu fiz o básico e aí algumas outras pessoas avançaram, conseguiram avançar. Eu não concluí por questões pessoais. Mas o que eu me lembro foi uma iniciativa e não foi da pasta nossa, não foi da secretaria nossa. O consulado identificou essa dificuldade aí e tentou auxiliar.

ENTREVISTADORA

E esse curso era oferecido como? Eles disponibilizavam algum professor para vir aqui?

ENTREVISTADO

Não, eles contrataram um curso a distância.

ENTREVISTADORA

Ah, um curso a distância.

ENTREVISTADO

Uma plataforma a distância. Eu não me lembro exatamente, mas era inclusive um... era uma rede dessas de ensino conhecida. Portal da Educação, alguma coisa assim, não tenho certeza.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

E eles aí... como... a gente ia lá, fazia a inscrição, o cadastro, e eles... e eles liberavam o material pra causa. Mas eu não me lembro também quem tanto na época... Muita gente já foi embora daqui também, tava na administração, mudou muito o quadro, mas assim, a gente pode falar que efetivamente teve...

ENTREVISTADORA

Alguma preocupação com isso.

ENTREVISTADO

Foi o consulado britânico, na época junto com o Doutor Mauro, né, que era diretor, que também tinha essa preocupação, identificava essa... necessidade. O restante é o pessoal que buscou, né? Buscou aprender por conta, pagando o curso por fora. Quem buscou, né?

ENTREVISTADORA

Entendi. E, bom, então a iniciativa da pasta de vocês não teve nenhuma....

ENTREVISTADO

Com relação à comunicação, não.

ENTREVISTADORA

Com relação à interação, a realmente promover uma interação efetiva por meio de algum mecanismo, seja da língua, seja do intérprete, principalmente do intérprete, não é? Você vê dificuldades de ter um intérprete aqui dentro por causa do ambiente plurilíngue que se tem?

ENTREVISTADO

Acredito que não, uma vez... assim como nós temos... Você fala um intérprete...

ENTREVISTADORA

A logística, não é?

ENTREVISTADO

Contratado, profissional, atuando aqui nas mais variadas frentes aqui.

ENTREVISTADORA

Isso, nas mais... E assim, o cargo de intérprete, para que vocês possam chamar esse intérprete em algum momento que vocês precisem de interação, por exemplo, interação em pontos específicos das situações, por exemplo, inclusão, ou atendimento médico, ou atendimento jurídico.

ENTREVISTADO

Principalmente inclusão. Ah, todos, eu acho que seria imprescindível, agora a gente sabe... Também nunca passou pela cabeça de ninguém que isso poderia ser feito dessa forma, com um profissional, né? Pra você ver como que o tema é pouco discutido, é pouco, né? A gente nem tinha conhecimento disso. Hoje, a gente sabendo que existe a profissão, que existe a técnica, que existe tudo em outros países já é regulamentado, já é utilizado. Poderia sim, seria imprescindível.

ENTREVISTADORA

Exatamente, e aqui como que você vê, quais são, a gente tinha falado alguma coisa das iniciativas que o presídio tem pra reintegrar o preso de volta à sociedade, você podia falar um pouquinho disso pra mim, e se você vê uma possibilidade de como parte da reintegração também desse preso, como parte de algum benefício de remissão, alguma coisa, essa formação para o preso como intérprete comunitário, como que você vê isso? Porque cada um tem uma opinião, não é?

ENTREVISTADO

Eu vejo como positivo. Eu sou suspeito de falar porque meu o setor ao qual eu estou à frente tem essa atribuição de dar condições, todas possíveis, para que ele, enquanto egresso, consiga cumprir a sua pena lá e ser reintegrado da melhor maneira possível na sociedade, seja ele brasileiro, seja estrangeiro. Porém, no caso de estrangeiros, a gente tem essa... Teriam aí algumas dificuldades a mais. Novamente, a comunicação. É... Seria muito bom. O que a gente teve aqui, como você sabe, a gente tem uma fundação que trabalha junto com a Secretaria, uma fundação pública, ela existe justamente por conta da Secretaria da Administração Penitenciária, o trabalho dela é voltado ao amparo do preso, judicial, de educação e na frente de geração de trabalho e renda. Então ela trabalha nessas frentes aí. E lá atrás, a gente tinha uma monitora concursada deles aqui na unidade, que trabalhava aqui, e ela desenvolvia projetos. Um deles, lá no início, foi desenvolver um curso de inglês, inglês-português, justamente para aqueles que chegavam e ainda não estavam adaptados. Então, a gente tinha um pavilhão que seriam os presos provisórios, que acabavam de chegar no pavilhão 4, e a gente identificava esses casos mais graves, né, que o cara não falava nada mesmo em português, somente o idioma dele, ou o inglês mesmo, que era a língua mais utilizada, aí dava um treinamento pra um preso, aquele preso passava a ser um monitor remunerado da FUNAP, e ele dava... ele elaborou junto com a monitora da FUNAP, uma coordenadora pedagógica que tinha formação em pedagogia, era concursada, elaboraram esse projeto e funcionou por um período e auxiliou bastante. O preso era remunerado inclusive, então eu vejo algo possível nesse sentido.

ENTREVISTADORA

Entendi. Porque vocês acham que o caminho seria a FUNAP?

ENTREVISTADO

Eu penso que sim. Eles têm essa atribuição, têm essa condição, vamos dizer assim, de fazer esse trabalho. Com a vinda da Secretaria da Educação como responsável pela educação dentro dos presídios a partir de 2013, a FUNAP ela focou, ela saiu da educação formal e ela passou a focar mais na educação profissionalizante. Ela vem viabilizando cursos profissionalizantes, parcerias, questão da leitura, dos projetos de leitura. Então, não sei hoje; os monitores que eles treinam são monitores de sala de leitura, que é uma coisa que todas as unidades têm, porque monitores para aplicar um projeto que eles têm que chamar chamava PET, que é um programa dividido em módulos com orientações profissionalizantes, e tudo mais, há uma certificação. Então os monitores são monitores de apoio de educação e monitor de sala de aula. Eu imagino que se fosse possível viabilizar um intérprete preso inicialmente para trabalhar sendo remunerado deveria ser através da FUNAP. Eu consigo ver claramente, assim, viabilidade.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

Eu vejo viabilidade. E aí, com possibilidades, né? Para isso também precisaria de um treinamento, precisaria...

ENTREVISTADORA

Exatamente. Então os caminhos a serem trilhados, no caso aí que você fala, dentro do sistema prisional, para a implementação de uma formação, para o preso ser o próprio intérprete oficial, dentro daqueles idiomas que ele conhece, que ele tem, toda uma técnica, uma estratégia já ali que tem. Ele faz a interpretação de forma oficiosa, na verdade, mas ele precisaria ser treinado, ele precisaria ter todas as estratégias e técnicas. Então, o que mudaria? Quanto à parte burocrática, por exemplo, teria que mudar o regime interno, algum regime interno, política pública, conscientização da SAP sobre também essa necessidade,

a FUNAP como você me disse, então quais os mecanismos que deveriam ser criados burocraticamente agora para que isso ocorresse?

ENTREVISTADO

Eu acredito que apresentar um... se fosse para viabilizar junto com a FUNAP, que tem essa atribuição junto com a gente, de apresentar o projeto, apresentar a ideia diretamente para eles. Falando de algo inicialmente, com o preso enquanto ele está cumprindo a pena e tudo mais. E diante da formação que ele vai ter, da experiência que ele vai adquirir, a possibilidade de se manter contratado mesmo enquanto egresso.

ENTREVISTADORA

Mesmo enquanto egresso. Exatamente.

ENTREVISTADO

Eu penso que seria possível...

ENTREVISTADORA

Principalmente se ele estivesse mantendo uma progressão.

ENTREVISTADO

Exato. Se ele tivesse... Se tivesse uma rede ali. E eu falo enquanto egresso para atuar aqui ou mesmo no mercado de trabalho mesmo. Ou em outros órgãos públicos, enfim.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADORA ENTREVISTADO

Mas seria o embrião, a fundação, que seria... Seria o caminho mais viável.

ENTREVISTADORA

O caminho mais viável que você vê, não é? E a conscientização da SAP, ela deve ter conscientização de que alguma coisa acontece aqui, mas ela também não tem mecanismos para...

ENTREVISTADO

Assim, a SAP tem um órgão que é para treinamento, que é a escola de administração penitenciária. Que é quem desenvolve os cursos, o aperfeiçoamento, na medida que os servidores precisam. Seria também, além da FUNAP, algo voltado para o servidor.

ENTREVISTADORA

Para o servidor.

ENTREVISTADO

Para o servidor. A EAP seria um caminho também para aperfeiçoar, apresentar algum projeto, alguma coisa. Porque na mesma medida que o preso, ele pode, penso eu, vejo assim, tem interesse, o servidor pode ter também.

ENTREVISTADORA

Exatamente.

ENTREVISTADO

Um outro momento, vou falar da realidade nossa, aqui um monte de gente aposentando, de repente tem alguém que tem esse interesse do aprendizado, e aí quem viabiliza normalmente é a EAP, que tem essa atribuição de... de aperfeiçoamento, e para quem está aqui também, para quem está atuando, para quem vai continuar atuando.

ENTREVISTADORA

Entendi. E, assim, quanto a regime interno e legislação, o que você conhece bem de leis, terminando aí as nossas [perguntas], por exemplo. Teria que mudar alguma coisa na legislação, porque ele [o preso] tem, por exemplo, remuneração, ele trabalha. Vamos lá: esse preso trabalha, e ele tem a remuneração dele. Isso é previsto em lei. E aí teria que ter uma emenda, então, dizendo que ele vai receber por esse trabalho.

ENTREVISTADO

Então, quem intermedia isso hoje? Quem intermedia os contratos de trabalho das unidades com as empresas contratantes, quem tem uma frente para cuidar disso também é a FUNAP. E quando o trabalho é prestado pra ela, pra FUNAP, ela remunera.

ENTREVISTADORA

Ela remunera?

ENTREVISTADO

Ela remunera de acordo com a legislação.

ENTREVISTADORA

Ah, de acordo com a legislação.

ENTREVISTADO

Por isso que eu acho que o caminho mais viável seria a FUNAP.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

Apresentar o projeto, apresentar a ideia, eles entenderem, assim como a gente agora compreende da necessidade, e eles disponibilizarem essa... Colocarem em prática.

ENTREVISTADORA

Colocarem em prática!

ENTREVISTADO

Eu não tenho dúvida que eles teriam interesse. Na verdade, a gente também nunca teve essa... essa iniciativa, porque a gente não sabia nem que era possível, né? Não passou. Na verdade, quem despertou, está despertando essa possibilidade é o seu trabalho, né? Então, a gente... Hoje, juntando o que a gente conhece da atribuição de trabalho junto com a FUNAP... juntando o conhecimento que você está trazendo para a gente do que é possível fazer... então você consegue visualizar a coisa acontecendo...

ENTREVISTADORA

Entendi e por que meios... E por que caminhos?

ENTREVISTADO

E por onde, é...

ENTREVISTADORA

E que mecanismos a gente tem que criar? Porque a gente tem que criar...

ENTREVISTADO

Da mesma forma, para que você tenha um aperfeiçoamento do servidor, apresentar algo também da mesma linha, que seria a escola de administração penitenciária, que é a EAP.

ENTREVISTADORA

EAP. Ah, eu não tinha nem anotado aqui. Que tem EAP mesmo, é verdade. Que é a escola de administração penitenciária para o preso.

ENTREVISTADO

Sim.

Até fazer um *mea culpa* aqui enquanto unidade. Porque talvez a gente acostumou a lidar com isso. É lógico, nas reuniões que a gente participa, a gente leva as dificuldades, seja da comunicação, sejam outras dificuldades que surgem por conta de não serem brasileiros. Documentação era algo que a gente sofria muito, foi criando mecanismos. E a gente, digamos que a gente não... não pede também, né? Não como, né? Falar, pode, precisaria. Por falta de conhecimento também.

ENTREVISTADORA

É, porque vocês não têm conscientização. Como que a gente acha? Dentro da necessidade, não é?

ENTREVISTADO

“O que não tem remédio, remediado está”, vamos, né? Vamos tentar, vamos, vamos tocando assim, né? Não busca um caminho também, né? Acaba não buscando.

ENTREVISTADORA

Então está joia. Quer falar mais alguma coisa?

ENTREVISTADO

Isso. Eu acho que dá pra viabilizar, sim. Eu imagino que você idealizava algo com um profissional mesmo, intérprete, vindo aqui, sendo contratado. Eu sei que você tem também a ideia de capacitar o preso para ele enquanto egresso, poder atuar também lá fora. Eu acho que tudo é viável, mas num primeiro momento a capacitação dele aqui para atuar aqui enquanto monitor da FUNAP junto com a FUNAP e depois isso expande lá para fora.

ENTREVISTADORA

Exatamente. É porque é uma coisa que eu penso, é como se eu estivesse com tentáculos. Eu tenho interpretação e aí eu consigo, por exemplo, abarcar a reintegração social dele, promovendo uma atividade. Ele tendo uma atividade aqui dentro, muito além do que ele faz, que é uma atividade que exige mais a parte de intelecto e técnica, e também a possibilidade de ele ser remunerado ou remir a pena, um dos dois.

ENTREVISTADO

Ambas as situações são possíveis.

ENTREVISTADORA

Ambas situações são possíveis, mas isso é uma coisa que favorece as três ao mesmo tempo, entendeu? E tendo sendo ele como vulnerável, a gente talvez poderia criar um mecanismo que ele possa, como você disse, sair egresso e voltar para o próprio sistema agora como egresso para tentar ganhar o seu sustento a partir de alguns trabalhos que ele pode fazer.

ENTREVISTADO

Sim, ele sairia capacitado e com uma experiência na atuação.

ENTREVISTADORA

Exatamente, com uma experiência.

ENTREVISTADO

Que é o trabalho que a gente faz aqui enquanto trabalha em educação junto com a FUNAP. A gente capacita o costureiro, capacita o mecânico, o cozinheiro. Passaria a capacitar um intérprete, é lógico que a gente precisaria daí de um apoio mais técnico, que seria o seu, você mostrar os caminhos de como fazer e tudo mais.

ENTREVISTADORA

Exatamente.

ENTREVISTADO

É novo, é algo novo, né? Mas assim, eu vejo como muito viável.

ENTREVISTADORA

Entendi. E aí eu acho que reforça políticas públicas. Eu acho que reforça, é uma iniciativa que pressiona políticas públicas a ponto dela falar, não, nós temos que ter cursos de formação de intérpretes comunitários e nós temos que atender serviços públicos, inclusive delegacia, aeroporto, o judiciário em todas as suas etapas.

ENTREVISTADO

E é possível, é possível. A gente faz tradução de... A gente coloca a tradução de sentenças pra... a gente não coloca qualquer... qualquer preso pra fazer. A gente sabe que tem um histórico ali de disciplina, de... passa ali uma confiança mínima e tal pra fazer. Tem dado certo, nunca tivemos nenhum problema.

ENTREVISTADORA

Eles já trabalham como tradutores, na verdade. E sim, muitas vezes como os tradutores *ad hoc*, intérpretes *ad hoc*, então, pra eles, como o Dr. falou, muito natural. Mas aí, a gente já pensando numa camada abaixo, a gente percebe que isso é um trabalho que eles fazem.

ENTREVISTADO

É um trabalho, sim. Que exige ali um esforço intelectual, um esforço...

ENTREVISTADORA

Conhecimento da língua, conhecimento da tradução das duas línguas, na verdade.

ENTREVISTADO

Sim. Tempo, né? Eu não tomo o tempo dele, porque justificaria uma remissão por isso também.

ENTREVISTADORA

Exatamente. Interessante. Mas eles não ganham a remissão pelos documentos traduzidos...

ENTREVISTADORA

Não, sou sincero em dizer que nunca. Porque normalmente eles já estão inseridos em alguma atividade. Vou dar o exemplo das traduções que você precisou dos documentos. A gente fez com dois migrantes que estão trabalhando na biblioteca. Então, eles aproveitaram alguns momentos que eles estão mais tranquilos, sem prejuízo do trabalho que eles realizam, eles fazem ali já, dentro da carga horária da qual estão ganhando a remissão deles. A gente procura sempre esses casos.

ENTREVISTADORA

Mas nunca houve casos em que vocês puderam remir a pena porque alguém fez uma tradução?

ENTREVISTADO

Então, a partir do momento que a gente tenha um monitor especializado em interpretação, tradução, ganharia remissão e remuneração por esse trabalho especificamente.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

Seria muito interessante.

ENTREVISTADORA

Muito interessante, não é?

ENTREVISTADO

Interessante na inclusão, na... na inclusão, no.

ENTREVISTADORA

Na inclusão, no departamento médico, no departamento de escola.

ENTREVISTADO

De alguma forma acontece.

ENTREVISTADORA

De alguma forma ela acontece.

ENTREVISTADO

De alguma forma acontece. Todo mundo se socorre. Preso que fala português e inglês e que se não fala português e inglês, ele fala português ou idioma ou francês. Enfim, a regra é português, inglês e espanhol. Mas tem as dificuldades aí de outros idiomas. O cara é russo ou é alemão, mas ele via de regra fala inglês então acaba que, né... Mas eu vejo que o caminho seria esse. Já acontece informalmente. Sem as garantias que ambas as partes precisam.

ENTREVISTADORA

Sim.

ENTREVISTADO

Mas seria possível regulamentar tranquilamente. Na prática já acontece. Seria um aperfeiçoamento disso.

ENTREVISTADORA

Sim.

ENTREVISTADO

Mais uma formalização.

ENTREVISTADORA

Então...

ENTREVISTADO

É isso, Lúcia. É isso.

ENTREVISTADORA

Está bom!

ENTREVISTADO

E eu sei que um dia vai acontecer.

7. Entrevista com o agente penitenciário

ENTREVISTADORA

Pronto, está gravando. Queria agradecer, E...., por você me conceder essa entrevista. É uma entrevista bem tranquila, um bate-papo, sobre o que você vive aqui no seu dia-a-dia dentro deste setor. Você está no setor do pavilhão de médico, não é isso?

ENTREVISTADO

Enfermaria.

ENTREVISTADORA

Enfermaria. Então eu queria que você contasse um pouquinho sobre como você chegou aqui, por exemplo, como você se transformou num servidor e por que escolheu a penitenciária para trabalhar? Foi uma escolha sua? Ou foi a vida que o levou para isso? Como foi isso?

ENTREVISTADO

É, eu entrei na penitenciária em 98 devido a um concurso. Na verdade, a vida me trouxe até aqui. Até então, eu não sabia nem o que fazia um agente de segurança penitenciária. Acabei me transformando em agente, fui trabalhar em Avaré, fui trabalhar em São Paulo, também em Osasco. Fiquei um mês lá em Osasco, por falta de funcionário. E aí, trabalhei bastante tempo à noite, depois trabalhei de diarista, trabalhei em várias firmas aqui dentro da penitenciária, auxiliando com o guarda. E por fim, quando assim acabei vindo trabalhar no setor de enfermaria a convite de uma diretora da própria unidade.

ENTREVISTADORA

Entendi. E como é essa experiência de trabalhar com penitenciárias? Como é essa experiência? Conte para mim.

ENTREVISTADO

Olha, a primeiro momento é meio difícil e esquisito. Porque, na verdade, a gente trabalha com a exclusão da sociedade. Essa que é a verdade. Vamos falar assim... Eu costumo dizer que... O que desde lá de trás veio fazendo errado, chega aqui agora, nesse momento, pra gente ressocializar e devolver um indivíduo melhor para a sociedade. Agora, uma coisa que ninguém pergunta para o indivíduo, se ele quer voltar a brilhar. Porque a maioria deles, infelizmente, devido à situação financeira, a própria família e tudo mais, foi empurrado também para esse lado de maldade, de crimes e fazer o quê? E acaba vindo parar aqui. Muitos, às vezes, também vêm parar aqui devido a, vamos dizer assim, ao acaso... São poucos, mas existe... Que estavam no lugar errado, na hora errada...

ENTREVISTADORA

Com a pessoa errada?

ENTREVISTADO

Com a pessoa errada. E veio parar aqui por causa disso.

ENTREVISTADORA

Ah, entendi. E diga uma coisa. Fale um pouco da sua rotina aqui dentro da enfermaria. Porque você está aqui desde... Itai. Você está aqui desde quando?

ENTREVISTADO

Desde 1998.

ENTREVISTADORA

Desde 1998. Então, você pegou a fase de que era só para brasileiros...

ENTREVISTADO

Só brasileiros, porque virou. só estrangeiro e agora estamos numa cadeia mista.

ENTREVISTADORA

Mista, não é?

ENTREVISTADO

Metade brasileiro, metade estrangeiro.

ENTREVISTADORA

E como foi essa experiência a partir do momento que virou uma cadeia exclusiva para estrangeiros? Como foi isso? Como foi essa experiência?

ENTREVISTADO

Olha, num primeiro momento, pra gente foi até um desafio, porque língua... A gente não sabia como ia se comportar os estrangeiros em uma penitenciária até então, porque até então eles estavam espalhados pelo Estado inteiro. Aí concentrou tudo aqui e ficou uma parte, assim como acho que até hoje já deve ter uma parte, que está lá na Federal de São Paulo. Então, vou falar assim, em primeiro momento, um desafio por quê? Como é que você vai lidar com pessoas que às vezes não falam o idioma português? Se comunicar perante a doenças, por exemplo, que ele tenha qualquer tipo de enfermidade, diabetes, colesterol, simples até mesmo de ser tratado. Mas uma coisa difícil porque a língua não

favorecia. Os remédios que eles tomavam eram de outro país com outro nome totalmente diferente. Então o que ajudava bastante era o Google. a gente descobria o que estava acontecendo. E graças a Deus, também, vários médicos que passaram pelo setor falavam bem o inglês. E aí, desenrola legal.

ENTREVISTADORA

Entendi. Aí ficou nessa situação mais tensa no começo, não é?

ENTREVISTADO

Sim.

ENTREVISTADORA

Até vocês se acostumarem com isso... Questões culturais também...

ENTREVISTADO

Sim. A questão cultural também é uma coisa interessante. Uma coisa que a gente percebeu logo de início foi o quê? A mudança que teve de brasileiro para estrangeiro. Estrangeiro, na verdade, é um preso de primeiro mundo. Tirando os latino-americanos, a maioria deles obedece o que você fala. Eu falo isso por causa da firma. Na firma lá, se eu falasse que o pau era pedra, era pedra. Ninguém discutia. E ainda discutia com os outros, porque era pedra. Se o funcionário falou que era pedra, era pedra.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

Então aí eu falo O que o guarda determinava, geralmente era cumprido, entendeu? Os latino-americanos eram mais complicados um pouco. Até hoje ainda tem um pouco mais de resistência. Eles não aceitam muita ordem, são um povo mais de briga, vamos falar assim, de discussão, eles querem entrar em conflito, conversando com vocês, querem ter razão. Mas, tudo se ajeita.

ENTREVISTADORA

Entendi. Quanto a sua rotina aqui, como funciona? O que você faz aqui no setor de enfermaria?

ENTREVISTADO

Olha, a minha rotina é praticamente virada à parte de saúde. A gente cuida, vamos falar assim, de uns presos que estão acamados, de uns presos que estão doentes, que tem aqui na enfermaria, tem umas celas que ficam esses presos. Isso aí faz parte da minha rotina, que é o quê? Zelar por eles, cuidar para que sejam dados os remédios devidamente no horário, para que eles se melhorem e consigam retornar para o pavilhão que é onde os outros presos ficam, para ter uma qualidade de vida melhor, ter pessoas, para que ele converse, para que ele use a mesma língua, porque aqui é complicado, porque às vezes ele vai ficar muito isolado, e eu acho que o isolamento prejudica bastante, vamos dizer assim, o ser humano como um todo, como eu falei, em uma recuperação é mais difícil, até mesmo para quem está doente.

ENTREVISTADORA

Entendi... E a dinâmica do dia-a-dia assim, é o preso vem, já está agendado, como é que funciona?

ENTREVISTADO

Sim, sim, quando o preso vem pra cá praticamente, geralmente já está agendado pra médico, pra dentista, ou por controle de pressão, um exame, alguma coisa que ele tenha que fazer aqui no setor, tá? Alguma entrevista, às vezes, com alguma diretora, alguma pessoa assim, tá? Aí ele vem pra cá, passa pela consulta, a gente acompanha essa consulta, com todos eles, tanto a enfermagem, como o dentista, como o médico e assim que ele praticamente termina a consulta, se tiver uma medicação, alguma coisa, a gente já pega na farmácia e ele já leva o medicamento pra cela, pra que gente já comece a tratar dentro do problema dele.

ENTREVISTADORA

E vocês têm na farmácia, vocês têm uma lista de medicações que tem na casa, é isso?

ENTREVISTADO

Sim, é praticamente uma medicação, vamos dizer assim, básica praticamente, para tudo que a gente tem aqui. Quase todos os tipos de doenças ou de enfermidades que precisam tomar remédio contínuo.

ENTREVISTADORA

Entendi. É, diabetes, pressão alta, dor analgésica, né?

ENTREVISTADO

Antibióticos.

ENTREVISTADORA

Antibióticos, antieméticos, para vômitos...

ENTREVISTADO

Sim, sim.

ENTREVISTADORA

Essas coisas, essas coisas mais clínicas, não é? Que você tem. Quando a coisa é mais específica? Como é que funciona?

ENTREVISTADO

Quando é que as coisas são mais específicas? Como é que funciona? A gente cata... Melhor, a médica solicita uma avaliação de um especialista na rua ou de um outro médico que tenha como fazer algum tipo de exame, de imagem...

PARTICIPANTE EXTERNO

Já foi hoje?

ENTREVISTADO

Já. De imagem ou... falar pra você assim... ou tipo sanguíneo ou... ultrassom, alguma coisa assim.

ENTREVISTADORA

Ressonância...

ENTREVISTADO

Para que ele consiga ter um diagnóstico melhor do que o daqui, porque o daqui é praticamente mais palpável, é pra ver se a pessoa tem algum nódulo, alguma coisa assim, que ele vá sentir, mas aí ele não tem como diagnosticar aquilo que ele acha que é. Aí ele encaminha para um especialista, seja na Santa Casa, ou seja no especialista no COC, em alguma outra unidade que tenha condições de avaliar melhor.

ENTREVISTADORA

Sim, aí o preso tem que ser escoltado, não é? É marcado...

ENTREVISTADO

Sim.

ENTREVISTADORA

O preso é escoltado até o local para ele fazer os exames.

ENTREVISTADO

Sim, geralmente é desse jeito. É agendado, uma data e horário para ele passar. Quando é emergência ou urgência, que já aconteceu várias vezes aqui, a pessoa está passando mal com uma parada, mas sem, como se diz, quando o coração está fraquinho... é perdido basicamente. Está sofrendo um derrame. um AVC, qualquer coisa, aí, como eu falei, a enfermagem junto com a médica, avalia e já encaminha diretamente já pra Santa Casa. Isso aí é uma emergência que vamos dizer assim, geralmente, 15 minutos, 20 minutos, e ele já tá lá na Santa Casa.

ENTREVISTADORA

Ah, entendi. Que é a Santa Casa aqui de Itaí

ENTREVISTADO

Aqui de Itaí que é o primeiro socorro. Aí, geralmente, dali entra mais, e vai pra outra especialidade, se necessário.

ENTREVISTADORA

Ou internação, não é?

ENTREVISTADO

Ou internação.

ENTREVISTADORA

Entendi. E aí no caso dos estrangeiros, nessa dinâmica toda, com problemas de dificuldade linguística, tem alguma experiência desse tipo? Como você lidou, ou como a equipe conseguiu lidar com esse tipo de situação em que também tinha mais um agravante, que é a questão da barreira linguística?

ENTREVISTADO

Isso aí é uma coisa bem difícil, por quê? Porque a gente, infelizmente, não fala tão bem todas as línguas. O inglês, algumas coisas a gente tenta entender, de tanto você escutar, você acaba entendendo. A fala do inglês a gente... é meio dificultoso pra gente, mas a gente tenta achar um intérprete, geralmente quem trabalha aqui como faxina, que são presos também, a gente tenta pegar pelo menos um preso que fale bem inglês ou fale bem algumas outras línguas. Já teve preso que falava alemão... pra facilitar esse diálogo, certo? Mas quando eles não estão aqui, aí é mímica, ou então, pede pra ele escrever, pra gente traduzir no Google, pra gente ter uma noção melhor do que ele tá passando, do que ele tá sentindo, e pra ver qual a melhor situação, melhor, como diz, jeito que vai dar naquela situação.

ENTREVISTADORA

Para ajudar, não é? Pra ajudar o preso.

ENTREVISTADO

Pra ajudar o preso.

ENTREVISTADORA

E me conta uma situação em que você, sei lá, se lembra de alguma situação que você deve lembrar, né? Porque foi em 2016? 2006?

ENTREVISTADO

2006, né?

ENTREVISTADORA

Que começou essa onda de exclusividade de presos, depois 2012 foi diminuindo, abriu dois pavilhões para brasileiros, mas enfim, vocês ainda têm essa questão dos estrangeiros continuamente aqui em contato com vocês, não é? Sejam eles da Europa, sejam eles da América Latina, não importa, mas vocês estão aí. Me conte alguma experiência em que você não conseguiu entender, se fazer entender e não conseguir entender o que estava acontecendo ali. Como você se sentiu nessa hora e passou pela sua cabeça, por exemplo, algum recurso, além do Google, além do intérprete, você já pensou que a penitenciária poderia ter, ou as secretarias, as coordenadorias, ou políticas públicas, que poderia ter uma ajuda para vocês, ou seja, um profissional que fizesse esse tipo de trabalho linguístico?

ENTREVISTADO

Olha, aqui já teve pacientes complicados, né? Um deles até veio a óbito e tudo, porque, na verdade, ele vinha reclamar que estava com dor, via que ele estava com dor, mas ele não sabia explicar onde era essa dor. Perguntávamos pra ele, questionávamos ele, ele tentava explicar na língua dele, mas a gente não entendia porque ele não falava inglês. Ele falava várias palavras e a gente não sabia o que estava acontecendo. No primeiro momento foi feito o quê? Foi passado pelo médico, o médico fez o exame, foram feitos vários tipos de exames. Mas, infelizmente, depois de um bom tempo que a gente foi ver que ele fazia uso de algumas drogas muito pesadas. Ele era morador de rua, fazia uso de drogas muito pesadas. que infelizmente estavam comprometendo o nervo central. E era por isso que ele tinha essas dores.

ENTREVISTADORA

Ah, entendi. Mas isso não conseguia ser... a interação não conseguiu ser feita? Porque vocês não conseguiam...

ENTREVISTADO

De jeito nenhum. Nem nós, nem os intérpretes que tinham aqui na enfermaria na época, não conseguiam... dar solução para aquilo.

ENTREVISTADORA

E nesse momento, sei lá, nesse momento ou depois, você refletindo sobre isso, você chegou a pensar assim, “puxa vida, mas a penitenciária deveria ter um recurso para isso, deveria mandar alguém?”

ENTREVISTADO

Sim sem dúvida, sem dúvida. Por quê? Porque seria mais fácil. O meu serviço seria mais fácil. Mas infelizmente, é como eu falo, nem tudo se tem, porque são coisas difíceis, de você ter alguém que, por exemplo, possa interpretar. Ainda mais que nem aqui, que a gente tem vários países, várias línguas.

ENTREVISTADORA

Você entende assim que a logística para o intérprete profissional seria bem difícil?

ENTREVISTADO

Seria difícil, mas é que nem eu falo, tanto pra nós, como pra quem é juiz, quem é promotor, é oficial de justiça, que faz os atendimentos online aqui, eu acho que sente a mesma dificuldade que a gente. Porque não é fácil você às vezes entender um preso que está com dor ou está nervoso por algum motivo, ele falando na língua dele. Porque às vezes ele não fala devagar, ele fala rápido, às vezes fala em gírias, então é muito complicado.

ENTREVISTADORA

É muito complicado.

ENTREVISTADO

E a gente tem que ter paciência, porque se não tiver paciência piora mais a coisa ainda.

ENTREVISTADORA

Mais nervoso, porque eles estão precisando de ajuda e então vão ficando nervosos, e aí eles se atropelam na língua muitas vezes, já estão na outra língua.

ENTREVISTADO.

Sim.

ENTREVISTADORA

E aí tem o adendo do nervoso, da ansiedade, da dor, de querer o socorro médico, e a língua está travando.

ENTREVISTADO

Sim, e a gente falando ele não entendendo, e ele falando e a gente não entendendo. Então é muito complicado.

ENTREVISTADORA

Meu Deus do céu, essa situação parece que é comum em outros setores também. Já me contaram que tiveram vários casos. E você já participou, por exemplo, de algum, fora aqui da enfermaria, de alguma ou outra atividade, por exemplo, na inclusão ou na escola? ou no trabalho ou já presenciou algum culto religioso que você percebeu que a interação também estava sendo dificultada ali por conta da barreira linguística ou não?

ENTREVISTADO

Como se diz, na verdade, o trabalho, escola já se torna um pouco mais fácil porque ali ele está mais calmo, mais tranquilo. Então fica mais fácil de você interagir com ele. Agora na parte de inclusão, que ele acabou de chegar, ele se depara com uma língua nova e a gente também. Então esse trabalho também é difícil, porque ele já tá num ambiente que tá meio estressante.

ENTREVISTADORA

Então você entende assim, que se houvesse políticas públicas, um movimento mais macro de políticas públicas, coordenadoras, tudo, você percebe que o intérprete poderia se concentrar, um profissional...

ENTREVISTADO

Sim.

ENTREVISTADORA

Na inclusão, no médico e no jurídico, não é?

ENTREVISTADO

Sim, sem dúvida.

ENTREVISTADORA

No jurídico, nas teleaudiências.

ENTREVISTADO

Nas teleaudiências. E ia ajudar muito por causa que seria mais fácil a gente, vamos dizer assim, se comunicar.

ENTREVISTADORA

Aham. Porque são ambientes em que a exatidão é primordial. Saber exatamente o que está acontecendo ali é primordial.

ENTREVISTADO

Teve um preso chamado Roy, em marcenaria, que tanto ele não falava uma palavra em português, porque ele não queria aprender português. Falei várias vezes para ele tentar aprender alguma coisa em português. Ele falava que não, não, não, não. Ele não aprendeu mesmo. E... nós dois nos comunicávamos super bem. Só com gestos.

ENTREVISTADORA

Só gestos?

ENTREVISTADO

Só gestos. Eu falava pra ele o que eu queria que ele fizesse... mostrando pra ele no papel... ou no que ele tinha que fazer na marcenaria, na madeira, tudo mais... Desenhava alguma coisa... Ele falava: “tchamaná”... pode deixar que eu vou fazer... e ia fazer.

ENTREVISTADORA

E ele era de onde?

ENTREVISTADO

Da África do Sul.

ENTREVISTADORA

Da África do Sul. Que interessante! E diga uma coisa, você acha que é viável então a presença do intérprete profissional que venha de fora pra dentro, tipo eu, sou uma intérprete que sou de fora, ou você acha viável, por exemplo, formar intérpretes presos que possam ser oficializados intérpretes e que possam ajudar vocês nessas situações mais pontuais? Qual sua opinião a respeito disso?

ENTREVISTADO

Eu acho que os dois seriam bem vistos. O ITEC de preso é bom também, por quê? Porque você estaria dando chance, oportunidade do preso estar trabalhando, se sentindo útil, traduzindo para outros presos. E ganhando a remissão em cima disso aí. Só que como eu falo, eu acho que tudo merece um treinamento. Por quê? Porque aqui na enfermaria a gente já viu isso. Presos que às vezes vem fazer a interpretação aqui, mas ele não fala o que o preso estava sentindo. Ele fala bem a mais. Ou fala menos. Então a gente fica meio receoso nessa parte. Mas seria uma coisa interessante, seria uma coisa boa.

ENTREVISTADORA

Seria muito interessante fazer isso?

ENTREVISTADO

Tanto o preso quanto a pessoa de fora.

ENTREVISTADORA

É, porque eu estava comentando com o Dr., o Dr. falou, “Não, tem presos pontuais que dá pra fazer isso. E momentos em que ele pode atender, momentos em que não tem a questão da confidencialidade, do sigilo e tal, porque pode haver conflitos de interesses, questões éticas e tal, que pode atrapalhar isso e a gente usar o preso.”. Mas ele falou em algumas situações, eu acredito que a médica poderia ser uma dessas, ou algumas situações de interação do dia-a-dia, como na oficina, que daria pra eu ter um intérprete preso ali pra ajudar e acompanhar em alguns momentos. Ótimo. O que você entende? Quando eu falo interpretação pra você, de línguas orais, interpretação comunitária, o que você, o que passa pela tua cabeça, o que é isso?

ENTREVISTADO

Isso aí pra mim eu acho que é um meio da comunicação entre o ser humano. Entre as línguas, que são várias, como se diz, a gente fala só o português, a pessoa chega falando inglês, francês, espanhol, alemão, se não tiver uma pessoa que intermedie essa linguagem, se torna complicado, se torna difícil.

ENTREVISTADORA

Exatamente. Então a interpretação você entende como aquela intermediação entre línguas.

ENTREVISTADO

Entre línguas.

ENTREVISTADORA

Joia. E você acha que... você sabia que tem formação para isso, E....? Tem formação acadêmica, profissional para isso? Ou é novo para você isso?

ENTREVISTADO

Pra mim, na verdade, é novo. Tá. Da interpretação é novo. Eu acho assim, tem pessoas que são estudadas, tudo mais, que sabem falar algumas outras línguas que fazem a tradução. Mas o específico pra aquilo, treinado pra aquilo, ou então só estudou pra fazer aquilo, isso aí é novo.

ENTREVISTADORA

É novo, não é? Porque é interessante saber que o bilíngue, não é porque ele fala duas línguas que ele interpreta. Existe toda uma estratégia, toda uma técnica. E todo um código que a gente usa para fazer as interpretações. Se você tiver a oportunidade de ver um intérprete profissional atuando, você vai ver aquilo, você fala, “Nossa, que diferença é o jeito de um profissional atuando! E é muito interessante a gente tem isso. Joia! E teve algum momento que você vivenciou em que nenhum recurso, nenhum recurso, nem mímica, nem desenho, foi suficiente para fazer interação com um preso? E o preso ficou simplesmente no vazio, no vácuo?

ENTREVISTADO

Olha, até hoje ainda não. Mas é como eu estava falando, já teve coisas difíceis de você lidar. Que de fato o preso deve ter ficado sem entender nada.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

E a gente também ficou sem saber o que fazer.

ENTREVISTADORA

Eu acho engraçado, porque eu vejo vocês aqui muitas vezes, vocês explicam a medicação, “Ó, você toma isso, você toma aquilo”, mas ele não leva receita nenhuma. Como vocês garantem, então, que ele está tomando a medicação certa? Vocês anotam em algum lugar?

ENTREVISTADO

Então, aqui, por exemplo, no nosso setor de enfermaria, a gente leva mais que nem a maioria das pessoas que vêm aqui, porque estão necessitando daquela medicação. A gente tem que explicar da melhor forma possível para que se facilite a ele entender e tomar a medicação. Porque se você falar de 8 em 8 horas, é uma coisa difícil para o preso. Por quê? Ele não tem relógio na cela. Então ele não vai saber quando é que vai dar 8 horas. Agora se você falar pra ele tomar de manhã, na parte da tarde e antes de dormir na parte da noite. Então vai dar mais ou menos oito em oito horas.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

Então se torna mais fácil de tomar aquele antibiótico. E geralmente a gente orienta de tal forma. Porém ele não ia ficar com a receita porque a receita fica no prontuário. Sempre ficou, como até mesmo uma volta que ele recebia uma medicação que ele recebia a noite. Agora que ele passou a receber aqui junto com nós. Então, do jeito que a gente faz, a gente tenta deixar de uma forma que ele tome a medicação correta na cela onde ele vai. A gente não tem como fiscalizar se ele está de fato tomando o remédio ou ele está passando o remédio para um outro preso para quem ele acha que vai ser bom o remédio. Infelizmente não tem como a gente fiscalizar isso aí, porque se torna complicado pelo tamanho da penitenciária e quantidade de preso.

ENTREVISTADORA

É, não tem como ser para o tempo inteiro, né? E, diga uma coisa, teve alguma situação em que o preso se recusou a tomar uma medicação? Ou não entendeu esse seu discurso de como tomar medicação por questões culturais?

ENTREVISTADO

Na verdade, teve uma situação por medo.

ENTREVISTADORA

Medo?

ENTREVISTADO

Medo. O médico que estava aqui, ele estava com... com um furúnculo, alguma infecção na pele, o médico passou uma Benzetacil. A hora que a enfermeira fez a Benzetacil e veio pra aplicar nele, ele começou a ficar agitado, agitado, queria até bater a cabeça na parede. Aí eu chamei ele, ele olhou pra mim e eu falei, “Olha, você não quer tomar injeção?” Ele falou, “Não senhor, eu não gosto de injeção. Eu não tomo injeção, eu tenho pavor de injeção.” Do jeito dele. Eu falei, “Se você não quer, você não é obrigado. Você não precisa tomar o medicamento.” Aí eu falei para a enfermeira, “Olha, não vai fazer, nós vamos passar via oral o remédio para ele.” Teve esse, teve outro também, que é soropositivo. Ele se nega a fazer o tratamento. Ele fala que a religião dele não permite ele tomar aquele medicamento. Que Deus vai sarar ele. Do HIV.

ENTREVISTADORA

A questão religiosa e a questão cultural também entram nessas questões.

ENTREVISTADO

E aí a gente não pode fazer nada mais em relação a isso aí. A gente não tem como a gente obrigar e segurar ele pra fazer uma vacina. Não, porque é até ruim, nem vou falar, porque todo mundo é adulto. Quando a gente, quando é em relação com os filhos da gente, a gente já pega na mão, aí faz a vontade da gente. Mas aqui, sendo preso, a única coisa que eu falo é que às vezes a gente é obrigado às vezes a segurar tudo mais, para tomar uma injeção, uma coisa ou outra, quando o preso chega muito agitado aqui, que ele já tem alguma dependência química ou alguma coisa mental. Aí, infelizmente, a gente tem que às vezes usar de força moderada, travar ele ali na maca, segurar, pra fazer uma injeção, uma coisa ou outra pra que ele relaxe, fique tranquilo, melhore, tá?

ENTREVISTADORA

Agora, é engraçado, você falou assim, não é? Muito interessante. Você falou assim, às vezes o preso não quer fazer tal tratamento ou não quer tomar tal medicação, uma questão religiosa. Cultural dele.

ENTREVISTADO

Cultural dele.

ENTREVISTADORA

Cultural e religiosa. Por exemplo, como tem alguns religiosos que não recebem sangue, não doam sangue, aquela coisa toda. E, assim, você não teve nenhuma experiência de alguém que falou assim, “na minha cultura, isso aqui eu não posso fazer, na minha cultura eu tenho que fazer isso primeiro.” Já teve alguma experiência assim?

ENTREVISTADO

Olha, aqui nesse setor, não. Só no pavilhão. No pavilhão já teve de cabelo, barba... E aí se torna complicado. Por quê? Porque hoje não. Hoje, graças a Deus, mudou algumas coisas e a gente não exige tanto mais como era antigamente. Ora, antigamente a gente tinha que pedir pra eles cortar cabelo, fazer barba, estar sempre bem asseado e tudo mais. Hoje, em virtude de várias mudanças que teve, leis, no regime interno nosso. Então a gente foi, vamos falar assim, vamos falar aqui, a gente abrandou isso aí, deixou passar. Mas a gente acabou, vamos falar assim, deixando que ficasse um pouco mais à vontade. A questão de cabelo, a questão de barba, o que é religião, ou o que é homossexual, que também é outra coisa que a gente tem bastante aqui nesta penitenciária. Acho que quase todas tem bastante, mas aqui também tem. E o cabelo, vamos falar assim, até o ombro, um pouco abaixo do ombro. Tem umas que tem muito silicone. Então a gente respeita cada um.

ENTREVISTADORA

Entendi, que é a diversidade. Entra diversidade, diversidade de cultura, língua, religião, gênero.

ENTREVISTADO

Gênero.

ENTREVISTADORA

Então você tem que estar respeitando. Quer dizer, vocês abrandaram mais por conta dessa questão de regime interno que, claro, depende de uma questão de diversidade. Não vamos cortar o cabelo de uma pessoa que não quer, só por uma questão cultural, gênero, religião.

Só para terminar, a gente estava falando dessa dificuldade, dessa questão cultural, dessa questão que vocês respeitam, a questão da diversidade cultural, de gênero, de religião, porque você tem aí uma diversidade enorme de pessoas de diferentes culturas, religiões, diferentes sociedades do mundo. E aí, realmente, é só mais para terminar mesmo. Porque assim, eu fiz todas as... você viu que foi só um bate-papo, nada desesperador. Mas você me disse que é interessante a gente ter a questão do intérprete. Mas que você vê dificuldade por causa da diversidade de línguas do intérprete dar conta disso, o intérprete que vem de fora. Então, uma mescla, talvez, do intérprete preso com o intérprete de fora seria ideal, mas que também o intérprete tivesse uma formação bem adequada porque você vê problemas na interação mediada por intérprete que não tem o treinamento, a formação adequada.

ENTREVISTADO

A formação adequada.

ENTREVISTADORA

Entendi. Foi de grande importância, porque parece que não, mas você vê pontos que são muito importantes para a pesquisa, principalmente nessa questão da interpretação. Obrigada, viu?

ENTREVISTADO

De nada!

ENTREVISTADORA

Tchau, tchau.

8. Entrevista com servidor do setor de inclusão

ENTREVISTADORA

Prontinho. Então vamos lá, vou deixar aqui perto de você. P..., diga para mim seu nome completo e há quanto tempo você trabalha aqui no presídio e desde então por quais setores você passou, como você chegou na inclusão, conte um pouquinho dessa história.

ENTREVISTADO

Bem, o meu nome é P. C. B., eu trabalho no núcleo de inclusão aqui da unidade, atualmente eu estou no cargo de diretor do núcleo de inclusão ali, e aqui eu comecei há 25 anos atrás, E nessa unidade eu comecei em 2000, aqui eu comecei na carceragem, passei pelo pavilhão 3, pelo pavilhão 1, na época trabalhando ali. E aí acho que a partir de 2004 eu comecei a me aproximar aqui da inclusão, vim trabalhar no hall de visitas, daí auxiliava na parte da galeria onde fica esses setores. E dali eu fui substituindo funcionários, que eu trabalhava no rol de visitas na Inclusão, e até que em 2006 o funcionário que era da Inclusão, na época, foi pra Chefia, e aí eu acabei ficando na Inclusão. E aí o diretor na época era outra pessoa, era o Cristiano. E aí fiquei com ele trabalhando todo esse período até 2019. Aí em 2019 ele saiu do cargo. E aí entrou eu. E aí desde então, desde 2006 até hoje eu tô nesse setor de inclusão.

ENTREVISTADORA

Então, de 2006 que começou o presídio ficar exclusivo para estrangeiro, foi nessa época.

ENTREVISTADO

Foi quando eu comecei nesse setor, antes eu só substituí e quando eles começaram a vir, aí eu fiquei definitivo.

ENTREVISTADORA

Ficou definitivo.

ENTREVISTADO

Isso.

ENTREVISTADORA

E conte um pouquinho dessa experiência e da dinâmica do setor. Como é essa experiência de estar na inclusão e da dinâmica do setor. Como que funciona? Quem está fora não imagina o que que seja um departamento de inclusão. Nem passa pela cabeça de quem

nunca entrou num presídio, por exemplo. Então faça a gente conhecer um pouquinho dessa dinâmica do seu trabalho.

ENTREVISTADO

A inclusão, o trabalho ali consiste em fazer a identificação do preso. Então a inclusão é onde se faz o primeiro contato com o preso. Ali a gente inspeciona o pertence deles, a gente tira foto, pega a digital dos presos, tem um serviço de entrevista que são perguntas padrão para todos eles, são as mesmas perguntas. E ali naquele setor é onde a gente faz, assim, o primeiro contato para fazer com que os outros setores da unidade tenham acesso às informações do preso. Então a gente tem uns sistemas que a gente usa de identificação, que todos os setores da unidade têm acesso a esses sistemas e é a gente que alimenta. Então, o preso passa para a gente os dados, a gente tira foto, fotografa a tatuagem que o preso tem, cicatriz, ali a gente já pergunta se tem algum problema de saúde. E ali, a partir dali a gente vai alimentando tudo isso e os outros setores passam a ter acesso a todas essas informações que a gente alimenta. Aí depois cada setor começa a dar andamento a sua própria área de acordo com a nossa inclusão.

ENTREVISTADORA

Entendi. Ah, então vocês é que fazem todo o presídio conhecer que preso ali se está sendo lido quando ele chega.

ENTREVISTADO

Isso, isso. Então essa parte da identificação é a gente que lança.

ENTREVISTADORA

Certo, e me diga uma coisa, quanto tempo o preso fica nesse setor de inclusão?

ENTREVISTADO

Ali na inclusão fica mais ou menos uns dois dias, então a gente faz esse procedimento ali que dura em torno de uns dois dias, depois que a gente termina tudo isso daí, a gente encaminha o preso pro pavilhão, ou pro semiaberto no caso, que aqui também tem a ala de semiaberto. Então terminou, aí o diretor faz o trâmite dele, a gente avisa o diretor que tá tudo pronto, que o preso foi preso ir pro pavilhão, ou ir pro semiaberto, ele dá o aval dele e libera a gente encaminhando aí pro pavilhão.

ENTREVISTADORA

Entendi. Então todo preso que chega na inclusão, por exemplo, é o preso que vem de fora, encaminhado de fora. Não é nada interno que passa pela inclusão.

ENTREVISTADO

Não, não, é preso de fora.

ENTREVISTADORA

Sempre o externo. Então, de externo para o interno, vocês fazem todo esse trâmite, leva uns dois dias, mais ou menos. Depois vocês liberam para o pavilhão de convívio.

ENTREVISTADO

Isso.

ENTREVISTADORA

E nessa experiência, de 2006 para cá, E que você sabe aí que a gente teve uma transformação aqui no presídio, que os presos de outros crimes e brasileiros foram transferidos e os estrangeiros foram colocados aqui. Então todo estrangeiro é encaminhado para cá, para Itaí. Me conte um pouquinho dessa sua experiência com o preso estrangeiro.

ENTREVISTADO

Olha, no começo foi um pouco complicado, né? Porque a gente não sabia como que ia ser. Porque a população que tinha aqui anteriormente, que era crime sexual, era bem tranquila pra trabalhar com eles. Aí começou a vir os presos estrangeiros, a gente achou que o clima ia ficar um pouquinho mais acelerado, que a gente fala. E por fim foi mais tranquilo ainda, trabalhar com presos estrangeiros. E assim, no começo, a questão do entendimento é o que se fez mais necessário. Então é os presos que falavam, por exemplo, espanhol, então a gente conseguia se entender com eles. Aí é o preso que era europeu, que falava inglês, que a gente começou a ter essa dificuldade maior pra se entender. Mas enfim, daí as coisas começaram a caminhar e aí na época eu já fazia um curso de inglês na época, então isso ajudou bastante, não falava tanto, mas o que eu sabia ajudou muito e aí a gente começou a dar esse

encaminhamento, sabe? A gente começou a ouvir o que o preso estava falando, pediam às vezes pra falar um pouquinho mais devagar pra gente entender, e aí a gente começou a fazer esse encaminhamento. E também o que ajudou bastante foi outros presos que falavam português e inglês, aí ajudava a gente com outro preso que só falava inglês.

ENTREVISTADORA

Ah entendi

ENTREVISTADO

Então a gente foi aperfeiçoando isso daí. Então as coisas começaram a fluir.

ENTREVISTADORA

As coisas começaram a fluir. Então vocês muito tiveram essa questão da comunicação, mas uma comunicação que era muitas vezes intermediada por outros presos para que se fizesse o entendimento da língua ali, não é? E depois em outra, você também conseguia falar alguma coisa, quando dava para falar. Houve algum momento, por exemplo, que você chegou a falar assim, “agora nós estamos assim numa encruzilhada que a gente...” ninguém fala, algum idioma que ninguém falava. Você já passou por algumas experiências dessa forma?

ENTREVISTADO

Teve, teve bastante. Teve situações de preso, por exemplo, chinês na época quando começou a chegar. E não tinha nenhum outro preso chinês que falava, então a gente não conseguia se comunicar, não tinha jeito. Então a gente não conseguia tirar nenhuma informação dele. A informação que a gente tinha, às vezes era na outra penitenciária que o pessoal conseguiu alguma coisa, daí vinha uma ficha de papel junto com os documentos do preso, a gente copiava alguma coisa dali, mas tinha muita coisa que não tinha como você copiar, você tinha que arrancar do preso mesmo a informação. Então aí o que a gente fazia? A gente teve que apelar mesmo. A gente colocou o preso em frente à mesa da gente ali. E aí a gente colocou no tradutor lá, português e chinês. Foi perguntando pro preso ali. E ele foi lendo na tela do computador que eu editava, o que eu queria saber. E na hora dele responder, eu virava o teclado pra ele e ele editava pra mim. Aí eu ia percebendo na tela o que eu tava respondendo. Aí eu ia colocando na ficha. E assim teve com o preso árabe que aconteceu isso, teve mais idioma que agora eu não me recordo que a gente não conseguiu mesmo se entender e apelou para o Google Tradutor e viramos a tela do computador e virava o teclado para o preso e a gente ia conectando a informação ali.

ENTREVISTADORA

Coletando ali certo? Porque tem algum momento que não tem preso pra intermediar e não tem o intérprete ali, não é? Quer dizer, vocês ficaram todo esse tempo sem o intérprete profissional ali.

ENTREVISTADO

E às vezes até assim, até hoje ocorre ainda. Tem situações que às vezes chega preso ali que ninguém fala o idioma dele e aí a gente acaba apelando pra esse recurso do Google tradutor ali.

ENTREVISTADORA

Do Google tradutor?

ENTREVISTADO

Isso.

ENTREVISTADORA

E aí vai.

ENTREVISTADO

Aí flui.

ENTREVISTADORA

Aí flui. Vocês conseguem então resolver o problema pelo menos por horas. Diga para mim, você já ouviu falar desse profissional, intérprete comunitário? Você já ouviu falar?

ENTREVISTADO

Não, nunca ouviu falar.

ENTREVISTADORA

Você nunca ouviu falar. E o que você entende por intérprete comunitário? O que vem na sua cabeça quando a gente fala interpretação comunitária?

ENTREVISTADO

Olha, eu penso, né, interpretação comunitária, eu imagino que é alguma coisa pra facilitar a comunicação. Eu imagino isso. Que é pra você facilitar, pra comunicação acontecer. Eu imagino isso.

ENTREVISTADORA

Certo. E é realmente. O intérprete comunitário, ele é aquele que vai intermediar todo esse contato seu, como fazer a mediação, a representação linguística, tanto sua quanto a do outro, para que você faça, consiga estabelecer uma comunicação ali. É um mediador linguístico, na verdade, que é um profissional. Eu queria saber assim, você acha, qual a sua opinião, dentro da carceragem, por exemplo, você já passou por outros setores, agora está na inclusão, o que você acha da importância desse profissional dentro do estabelecimento?

ENTREVISTADO

Eu acho que ajuda muito, principalmente na questão de saúde, por exemplo, eu acho importante, eu acho que ajudaria muito. E às vezes tem situações que o preso chega perdido, desorientado. Então assim, eu acho que ajudaria bastante. Por exemplo, no meu setor especificamente, acontece muito do preso não saber o que aconteceu com os pertences dele, por exemplo. Então, às vezes, o preso tem lá relógio, ele tem carteira com dinheiro, ele tem notebook, ele tem celular e o caminho até ele chegar aqui é longo. Então assim, quando ele é preso essas coisas acabam saindo da visão dele, né? E ele não entende o que aconteceu com isso daí. Então quando o preso chega, ele chega desesperado. Então, às vezes, acontece assim, o preso reclama de documento que ele não sabe onde está, as coisas dele de valor que ele não sabe onde está. Então, assim, já aconteceu no meu setor ali, no caso, eu daí, no idioma inglês, explicava ao preso, “Calma, fica tranquilo que essas coisas não estão perdidas. Se alguém roubou, a gente vai ver.” Então aí a gente começa a orientar, a gente explica, “Ó, os documentos ficam no setor do CRAS, as suas coisas de valor ficam no Pecúlio”, e a gente vai coletando. “Então me fala o que você tinha”, a gente vai adotando e tal, e aí dali, nesse atendimento, a gente começa a ligar para os setores. Por exemplo, no CRAS, a gente já liga lá e pergunta, “Ó, tô com sentenciado aqui, matrícula tal, você pode me dizer o que tem dele aí?” Aí o pessoal vai orientando, a mesma coisa no Pecúlio, A gente liga, pergunta, tudo assim, de acordo com o que o preso vai falando. E aí você passa para o preso essa situação, “Olha, suas coisas estão aqui, suas coisas estão na outra unidade ainda, vai chegar ou já está aqui.” Então o preso já vai se acalmando, a gente vai conseguindo passar isso aí para o preso. Então o caminho até aqui é longo e o preso acha que perdeu tudo, na verdade não é assim. A verdade é que as coisas estão guardadas. E também já aconteceu de perder, também ocorre, né? Mas a maior parte das vezes a gente vai achando isso daí de acordo com o que o preso vai falando. Então já acaba amenizando a situação.

ENTREVISTADORA

Ameniza, não é? Então você entende que o intérprete comunitário ele poderia ajudar a resolver muito essa situação?

ENTREVISTADO

Ah, ajudaria muito.

ENTREVISTADORA

Não só na comunicação, mas intermediar toda essa questão do processo. Você acha então que o intérprete comunitário, ele teria que ter muito mais do que o conhecimento linguístico, ele tem que ter o conhecimento de toda essa situação para ele conseguir lidar?

ENTREVISTADO

Sim, sim. A gente percebe que tem essa dificuldade desde quando a pessoa é presa. Talvez ali no aeroporto, eu acredito que o funcionário do aeroporto fale inglês, então até ali eu acho que consegue ter esse entendimento, mas depois conforme ele vai passando por CDP, por penitenciária, vai ficando mais difícil.

ENTREVISTADORA

O CDP que você diz é a prisão provisória, não é?

ENTREVISTADO

Isso, isso.

ENTREVISTADORA

A prisão provisória porque ele é apreendido, depois ele passa por um setor provisório e depois ele é encaminhado para cá. Quer dizer, o caminho que ele faz é longo. Então você diz que não só na carceragem, isso que você quer dizer, mas também em outros setores, em outros... Como se diz, outros estágios por onde ele passa, o intérprete também ajudaria muito, não é?

ENTREVISTADO

Ajudaria. Porque o que eu percebo, como eu falei, o caminho até ele chegar aqui é longo, então os pertences dele vão sumindo da visão dele. Então quando ele é preso lá no aeroporto, ele já não sabe mais o que aconteceu com as coisas dele, né? Então, nesse caminho até chegar aqui, se encontrasse alguém que ia explicando o que aconteceu, eu acho que daria uma amenizada na situação.

ENTREVISTADORA

Uma amenizada E o intérprete você acha que seria o ideal?

ENTREVISTADO

Isso ajudaria bem. Então, às vezes, o preso consegue explicar isso para o advogado, mas até ele chegar aqui, até o advogado conseguir atender, ele não sabe o que aconteceu com as coisas dele. Outra situação que ocorre muito também, às vezes, no caminho até o preso chegar aqui, a esposa foi presa junto. A esposa é presa junto e ele não sabe onde a esposa está. Ele não sabe. Então assim, às vezes o preso chega no setor de inclusão e às vezes ele chega no sábado à tarde, por exemplo. A gente vai dar continuidade na inclusão dele só na segunda-feira. Daí é só na segunda-feira que começa esse trabalho, aí na hora que você vai começar o atendimento com o preso, você já percebe que o preso tá nervoso, às vezes ele começa a chorar, você já pergunta o que tá acontecendo. Daí a pessoa começa a falar que a esposa foi presa, que não sabe onde que tá. Fala no idioma dele, do inglês lá, e a gente vai entendendo. Então a gente faz primeiro a nossa parte e tal, e aí depois a gente vai, não, calma, a gente vai te ajudar. Aí a gente coleta o nome da esposa, ali tem um sistema que a gente usa, que a gente faz a pesquisa, se ela tiver em penitenciário a gente consegue achar. E já aconteceu várias vezes, daí pelo nome que o preso passa, a gente acha a esposa da pessoa ali presa, e a gente acha onde que tá, qual penitenciário que tá, se acha a cela, se acha a matrícula, acha tudo. Então a gente vai, anota num papel e fala, “Então ó, calma, tá aqui, a sua esposa tá presa em tal unidade, ela tá na cela tal lá, aí no pavilhão você consegue envelope, papel, escreve pra ela que agora você vai começar a ter contato com ela”. Então assim, até o preso conseguir esse contato com alguém que entendi isso daí, ele vai passando por essa tensão, né?

ENTREVISTADORA

Exatamente, sendo que o intérprete poderia quebrar esse tipo de barreira.

ENTREVISTADO

A gente chega ali, por exemplo, vai fazer o atendimento com ele, daí você vê que no final a pessoa já tá mais calma, que ele já descobriu o que aconteceu com as coisas dele, já descobriu onde que tá a esposa presa e tal. Então ajuda bastante, eu acho que ajudaria muito.

ENTREVISTADORA

Ajudaria muito você ter um profissional que se estivesse a par de todo esse contexto, não é? Porque não é só falar a língua, mas todo o contexto precisa ter um entendimento. E diga uma coisa, teve alguma experiência pela qual você passou que foi assim inusitada, que você falou, “Gente!” Linguística e cultural que você não conseguiu resolver? Sabe, aquela questão cultural de você estar ali na inclusão e você teve um impasse cultural, sabe? De linguístico e que você demorou dias para resolver. Acredito que você deve ter. A gente estava conversando outro dia. O Daniel também até colocou algumas palavras culturais, algum costume cultural. Conte um pouquinho dessa experiência.

ENTREVISTADO

Ah, eu já tive algumas situações, os presos que são africanos, nigerianos, tanzanianos, e na hora que a gente vai revistar a bagagem deles ali, então assim, aconteceu algumas vezes da

gente pegar tipo um colar que eles carregam com eles na mala ali, e esse colar tem tipo um travesseirinho assim, sabe? Então a gente tem que revistar, a gente não sabe o que é. Pode ser que tenha alguma coisa ilícita ali dentro, uma droga e tal. E assim, na hora que a gente toca naquele ali, o preso toma um choque, sabe? E a gente fala, “Não, tem alguma coisa errada, tem ali”. Então é... aí o outro preso que trabalhava com a gente ali na época, que fazia limpeza, que a gente chama aqui de faxina e tal, e daí explica pra gente que na cultura deles lá, aquilo ali, não é que tem alguma coisa errada, eles chamam de vodu aquilo lá. Então é como se fosse, eu acredito que seja parecido com isso, como se fosse o espírito deles que estivesse ali. E ninguém pode tocar. Só que assim, a hora que a gente descobre já era tarde, a gente já tocou. a gente já tocou. Então é uma experiência que a gente não sabia. Então a gente toca e a gente não sabe que tipo de religião que é, mas aí na hora o preso fica meio assim sem graça porque a gente tocou, mas a gente não sabia. Então a hora que a gente soube, a gente já tocou. Então aí depois, com o passar do tempo, aconteceu várias vezes. Depois com o passar do tempo você vai percebendo, né? Falando, não, isso aí é da religião deles. Então assim, você pega daí no colar ali só, dá uma olhadinha, põe lá, a gente tem um banquinho ali que a gente chama, né, que é um raio-X ali. A gente põe pra ver se não tem nada dentro ali e devolve na mala. Ele não pode carregar com ele isso daí aqui. Mas é uma situação que acho que é da cultura deles, é inusitado. Pra gente é diferente.

ENTREVISTADORA

É diferente e que está fora também da alçada de vocês.

ENTREVISTADO

Tá fora...

ENTREVISTADORA

Você acha que o intérprete poderia também ajudar nisso? Porque o intérprete acompanhando ali já conversaria com eles, toda essa questão cultural. Porque o intérprete precisa também ter o conhecimento cultural e linguístico.

ENTREVISTADO

Sim, exatamente. Não é só falar o idioma, né? Tem que ter o conhecimento da cultura.

ENTREVISTADORA

E de comida E de, por exemplo, de presos, porque na inclusão ficam presos de diferentes nacionalidades juntos. Tem alguma experiência que você falou, “Meu Deus, eu passei por isso e se tivesse um intérprete aqui eu poderia ter resolvido melhor?”.

ENTREVISTADO

Ali o que a gente passa muito é, por exemplo, os presos assim, quando chega o bonde, que a gente chama com bastante preso, então vem junto ali africano, vem latino, vem europeu. Então a gente percebe que assim, os latinos com africanos, eles têm um pouco de dificuldade de convivência, né? Ficar junto na mesma cela ali. Então quando chega ali o bonde, que a gente vai começar a distribuir eles na cela, no meu setor tem três celas ali, né? Então, a gente já sabe que quando fica misturado africano com latino, é problema. Não que pra gente, assim, tem problema deixar junto, mas entre eles, isso é problema ali, né? Os latinos reclamam dos africanos, os africanos reclamam do latino. Então, assim, quando é possível, a gente já faz uma separação pra não deixar junto ali. Então, a gente já deixa na mesma cela africano com africano, latino com latino, porque eles têm essa dificuldade de convivência.

ENTREVISTADORA

Tem, não é?

ENTREVISTADO

Mas às vezes não é possível, às vezes não dá. Então, tem situação que você coloca junto ali, e aí depois você tem que tirar, não tem jeito, você tem que chegar ali na porta da cela, pedir calma e tirar um grupo dali, porque acaba dando problema. E tem as horas que a gente fala assim, que é crítico, né? Então, por exemplo, na hora do café da manhã, na hora do almoço, na hora da alimentação. Então, na cela lá, os presos têm uma ética entre eles ali, né? Então às vezes tem presos que não respeitam o espaço do outro. Às vezes tem um preso lá que pega um pão do outro ali, né? Então a gente percebe que assim, os africanos, por exemplo, têm um pouco disso. Eles pegam, por exemplo, um pão lá que é do outro e acaba

dando um pouco de confusão ali. E é onde sai a discussão, sai um tumulto ali, você tem que intervir, você tem que trocar o preso de cela. Então acontece muito isso. Tem muita situação também que às vezes tem um preso lá, sei lá, da cultura dele e ele não gosta de banho, por exemplo. Os outros presos cobram essa questão da limpeza, questão do banho, né? E reclamam pra gente. Então, você tem que ir lá e tirar aquele preso ali que tem essa dificuldade com higiene, trazer ele numa outra cela e cobrar dele também a limpeza, cobrar dele a higiene, porque aqui tem que ter isso, né? Aqui o ambiente é coletivo, então eles têm que prestar atenção nisso daí, nessa questão da limpeza e um cobra o outro. E a gente também como funcionário tem que cobrar daquele preso que não participa dessa higiene individual, a higiene da cela, tem que ter essa limpeza, a gente não pode deixar.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

Então acontece muito isso.

ENTREVISTADORA

Acontece, não é? Quer dizer, esses impasses em que você tem que atuar na comunicação ali, além da ação, você tem que atuar na comunicação e fazer com que o preso entenda.

ENTREVISTADO

Exatamente.

ENTREVISTADORA

E aí, por exemplo, teve alguma situação em que você não se fez entender nessas confusões aí por causa do idioma?

ENTREVISTADO

Ah, teve. Já ocorreu sim. E tem situação que a gente não consegue e você, assim, meio que tem que deixar por isso mesmo, né? Se você vê que não resolve, você tira o preso ali daquela cela, muda ele pra uma outra que tá vazia e a gente fica sem entender.

ENTREVISTADORA

Fica sem entender o que aconteceu ali, não é?

ENTREVISTADO

E às vezes, assim, até acontece de, de repente, não naquele momento exato, Às vezes vem um outro preso ali, já passou aquela situação, vem um outro preso ali que às vezes tá limpando lá o setor, ou vem trazer uma alimentação, e vê o preso sozinho, e aí pergunta pro preso porque ele tá sozinho, e ali você já percebe que começa a vir um entendimento, né? E aí a gente já nota isso dali e a gente já pede para aquele preso que tá conseguindo se comunicar com ele, “Ó, fala pra mim isso, isso, isso, avisa ele que tem que, ó, aqui tem que ser assim, assim, assado”, aí o preso já vai falando pra ele, vai pedindo calma pra ele, “Ó, aqui você tem que se comportar assim, você tem que fazer isso, tem que fazer aquilo” e tal, vai passando no idioma dele. Principalmente dialeto, acontece muito.

ENTREVISTADORA

Os dialetos que são as línguas, o igbo, o hauçá, o suaíli, não é? Algumas outras línguas de menor difusão, que não é inglês ou espanhol, que não é francês, que vocês têm aí os presos para ajudar.

ENTREVISTADO

E às vezes acontece muito da gente estar se entendendo com o preso em inglês ali, e ele mistura o dialeto dele no meio e acaba tendo essa falha de comunicação no meio. Ele mistura com o idioma dele, com o dialeto dele lá e acaba interrompendo as comunicações. Aí às vezes o outro preso passa na hora lá, “Não senhor, ele tá falando tal coisa aí.” “Então já fica aqui que você vai me ajudar.”

ENTREVISTADORA

Exatamente, aí o próprio preso acaba virando teu intérprete.

ENTREVISTADO

Isso, exatamente.

ENTREVISTADORA

Então ele faz a interpretação comunitária de forma mais oficiosa e para ajudar vocês ali naquele momento. Existe, por exemplo, eu acredito que deva existir isso, por exemplo, dos

presos comecem a falar num idioma, num terceiro idioma, que ninguém entende? Isso acontece?

ENTREVISTADO

Acontece, entre eles ali, acontece. Até a gente tem que intervir, né? Porque a gente não sabe o que eles estão falando, a gente desconfia que estão combinando alguma coisa errada, ilícito aqui, então a gente tem que pedir pra parar, a gente atirar um outro preso dali, entendeu?

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

Tem que intervir, não tem jeito. A gente não sabe o que está sendo falado, né?

ENTREVISTADORA

Exatamente. E nem sabe que idioma eles estão falando, muitas vezes, não é?

ENTREVISTADO

É... A gente não sabe.

ENTREVISTADORA

Nossa, P..., é um problemão ali para você na inclusão, não é? Porque você tem o bonde que vocês falam que é um monte de preso chegando, e aí você tem, pode ser que você tenha várias nacionalidades, e ali você vai tentando driblar essa situação cultural, linguística, dificuldade de comunicação, Muitas vezes um código...

ENTREVISTADO

É, acontece muito.

ENTREVISTADORA

Exatamente. Ele fala, vamos usar uma terceira língua aqui, porque nem ele entende, nem ninguém entende. E a gente combina alguma coisa aqui. E isso tem que tomar bastante cuidado. Ou seja, se eles estiverem falando em algum dialeto desconhecido de todos ali que estão presentes, é interessante chamar um preso intérprete e falar o que eles estão falando.

ENTREVISTADO

Exatamente. E a gente já, às vezes, intervém também para parar, porque eles não sabem o que estão falando.

ENTREVISTADORA

Intervém para parar.

ENTREVISTADO

Essa é uma questão complicada, ter essa questão do entendimento, né? Porque aqui o idioma predominante entre os africanos, europeus, é o inglês. É o inglês que eles falam entre eles aí. E assim, a maior parte dos funcionários, a maioria, não sabe.

ENTREVISTADORA

Não fala, não é?

ENTREVISTADO

Não fala. Então é o pouco que eu sei, eu acho que... Eu consigo ajudar, mas mesmo assim, no idioma inglês, a maioria do pessoal, eles pedem para parar de falar, para parar de conversar, porque não tem esse entendimento.

ENTREVISTADORA

Então, exatamente na inclusão é onde acontece mais o uso de intérprete, não é? Mais o uso de intérprete, que eu digo assim, o outro preso que vem ajudar vocês, porque na inclusão é a hora que ninguém fala o idioma. Ninguém fala o português.

ENTREVISTADO

Isso, e aí, o que acontece muito ali? Os colegas lá do meu setor, quando vão começar as inclusões dos presos ali, então assim, eles começam, já percebem que o preso fala inglês, já deixa pra mim. Eles já falam: "Faz você, porque a gente não vai conseguir se entender." E aí é onde eu acabo entrevistando, a gente tem o protocolo das perguntas que são padrão, então você tem que sair daquele protocolo às vezes, porque no meio das perguntas o preso começa a falar outra coisa que não tem nada a ver, mas você percebe que é uma situação que o preso tá nervoso, então você acaba saindo do padrão e conversando uma outra situação com o preso para se acalmar, então acontece muito isso, os outros colegas deixam

para mim, esses presos que falam inglês. E quando eu não consigo entender o que eles estão falando, eu peço ajuda para outro preso, e assim a gente vai trabalhando.

ENTREVISTADORA

E a gente vai trabalhando. Vocês vão meio que na política do “se vira”, sem nada muito profissional assim, na questão de interpretação. E me diga uma coisa, por exemplo, existiu algum momento, por exemplo, que você passou dentro da inclusão e que você teve que, por exemplo, ter um intérprete para interpretar outra língua, para interpretar outra?

ENTREVISTADO

Teve sim. Teve uma situação ali, eu não lembro o idioma agora que era, mas era uma situação que assim, o preso falava o idioma dele para um outro preso, né? E aí esse preso passava inglês para o outro, que passava o português para a gente. Então, a gente teve que, assim, apelar, não teve jeito.

ENTREVISTADORA

Não teve jeito, não é?

ENTREVISTADO

Então, assim, um... Um primeiro preso lá falava só no dialeto, aí um outro preso falava o dialeto e falava inglês, mas não falava português, aí veio outro que falava o português e o inglês, aquele passou pro outro e passou pra gente. E teve que ser assim.

ENTREVISTADORA

Teve que ser assim, a comunicação se fez dessa forma. Então ou você tem, resumindo, ou você tem um Google tradutor, ou você tem um preso intermediando o outro na língua, ou você tem um preso agindo como intérprete ali para salvar de uma situação de problema de comunicação, não é? E ainda você tem, além dos problemas linguísticos, os culturais. Que você não consegue, por exemplo, você citou um aí do vodu, do africano, do nigeriano, não é? É isso que eles têm um colar. E depois a gente vai descobrir o nome desse colar. É um colar que eles têm, que eles usam. É como se fosse um vodu deles, como se fosse eles ali.

ENTREVISTADO

Como se colocasse o espírito deles ali dentro. É tipo um travesseirinho que é feito, eu acho que com couro, é costurado em volta dele.

ENTREVISTADORA

Sei.

ENTREVISTADO

E ali dentro tem alguma coisa. Outros presos falam que são papeizinhos que eles colocam oração ali dentro. E eles chamam de vodu. E a gente não pode tocar.

ENTREVISTADORA

Não pode tocar.

ENTREVISTADO

Só que quando a gente descobre, já é tarde. A gente já tocou.

ENTREVISTADORA

Já tocou, pronto. Já quebrou toda a questão do protocolo cultural do nigeriano, por exemplo. Então, você entende que o intérprete comunitário profissional, ele deveria estar nesse setor. Deveria ter um intérprete profissional que conhecesse essa questão cultural no início.

ENTREVISTADO

Eu não sei como que se daria a presença de um intérprete ali. Porque o que ocorre é, como às vezes chega viatura com bastante preso, porque às vezes os idiomas são muito diferentes, né? Então às vezes chega o preso que fala espanhol, aquele que fala chinês, aquele que fala inglês, então não sei como que se daria, né?

ENTREVISTADORA

Como seria a logística disso, não é?

ENTREVISTADO

Então não sei como que se faria assim pra ter um intérprete ali pra. Pra cada idioma...

ENTREVISTADORA

Ou se teria o preso formado intérprete.

ENTREVISTADO

Isso. Também.

ENTREVISTA/DORA

Se a gente formasse um intérprete profissional preso, e ele seria o intérprete oficial, o que você acha disso?

ENTREVISTADO

Eu acho que ajudaria, só que na verdade assim, como seria o preso fazendo o trabalho de intérprete, a gente, como funcionários, tem que ficar sempre com o pé atrás também.

ENTREVISTADORA

Sim, existe uma questão ética.

ENTREVISTADO

Exatamente, porque você não sabe se o preso está passando pra você ele como intérprete, se aquilo é verdade ou não.

ENTREVISTADORA

Exatamente, você tá na mão do intérprete.

ENTREVISTADO

Então você fica numa situação complicada, porque é lógico que entre os presos tem essa ética ali, então se o preso tá falando alguma coisa que de repente vai prejudicar ele, o intérprete não vai passar pra gente. Não vai passar.

ENTREVISTADORA

Ele não vai passar, como preso ele não vai passar. Eles não vão passar. Então o ideal, mas que aí a gente esbarra numa coisa, se fosse preso a gente esbarra na ética. Como que se daria? Eu tenho que ficar na mão do preso, então eu, a gente, fico na mão do preso? Não posso. E se fosse um intérprete profissional, a gente esbarra na logística da coisa. Como que esse intérprete ficaria ali, sendo que eu tenho 10 idiomas ali pra atender? É o universo plurilíngue e que a gente não resolveu... uma coisa que a gente não resolveu ainda. Então isso que é interessante você...

ENTREVISTADO

É complicado. Eu acho que essa logística aí se daria de forma complicada. Difícil uma solução para falar a verdade

ENTREVISTADORA

Difícil uma solução. E também na mão do preso intérprete, apesar dele fazer a interpretação de forma oficiosa, vocês sabem que alguma coisa ele pode estar ocultando. Vocês correm esse risco.

ENTREVISTADO

Sim, exatamente.

ENTREVISTADORA

Você fala, “Vamos, mas a gente sabe que está correndo um risco.”

ENTREVISTADO

O que acontece muito, é lógico, é o outro preso traduzir para a gente uma conversa, mas não é nada que comprometa nesse sentido. Não é nada que a informação que a gente vai coletar... [a informação] não interfere nessa dinâmica de um preso estar segurando às vezes uma informação que é bom a gente saber e ele não fala porque não quer que os funcionários saibam. Então assim, não chega a esse ponto, porque as perguntas que a gente faz, elas têm um padrão, então não vai pra esse ponto. Mas pode acontecer.

ENTREVISTADORA

Mas pode acontecer de ir mais para frente.

ENTREVISTADO

Isso do preso, por exemplo, passar alguma informação nesse trajeto até aqui do que tá acontecendo, e é uma coisa que a gente não pode receber e o tradutor não passe.

ENTREVISTADORA

E ele não passa.

ENTREVISTADO

Pode acontecer. Então fica bem complicado.

ENTREVISTADORA

Fica bem complicado. Então isso também, o que você está falando, eu estou pensando aqui, como isso se aplicaria no atendimento da teleaudiência, que acontece do preso também

atender a teleaudiência. E aí? E se há um conflito de interesses, se há uma questão de interesse ali, então o preso pode não passar. Também aqui no médico. Se o intérprete que está ali preso estiver atendendo outro preso com o qual ele não se dá bem, ele pode emitir uma informação diferente.

ENTREVISTADO

Eu acho que na teleaudiência a questão do preso como um intérprete comunitário ali, eu acho que seria o mais complicado ainda... ali...

ENTREVISTADORA

Mais complicado ainda, mais do que na inclusão.

ENTREVISTADO

Porque eu acredito que é assim, eu acho que ali tem informações na teleaudiência perante um julgamento alguma coisa, tem informações ali que talvez o preso fale ou, sei lá, o juiz, o advogado comente uma situação que às vezes vai prejudicar aquela pessoa que está sendo julgada. E o preso como intérprete, ele entendendo isso, ele não vai falar, ele não vai passar essa informação. Porque, digamos assim, ele não vai correr contra o outro preso.

ENTREVISTADORA

Exatamente, tem conflito de interesse. “Somos presos afinal de contas. Ele não, ele é o advogado. Por mais que ele queira ajudar, nós somos os presos aqui.”

ENTREVISTADO

Ele sabendo que aquela informação vai prejudicar o preso, o intérprete não vai passar. Não vai passar.

ENTREVISTADORA

Exatamente. E aí a gente tem uma questão que infringe o código de ética do intérprete, que é a imparcialidade.

ENTREVISTADO

Exatamente. E ele vai acabar sendo parcial. Eu acho que ali é uma questão mais complicada.

ENTREVISTADORA

É mais complicada. Aqui você, na inclusão, faz as perguntas. Uma pergunta padrão.

ENTREVISTADO

Como uma pergunta padrão.

ENTREVISTADORA

Então você tem que não se incomoda tanto. Mas o fato de isso, de repente, vazar para alguma outra situação...

ENTREVISTADO

Fica mais complicado. Porque ali na inclusão, às vezes a gente precisa da ajuda de um outro preso, mas assim, as perguntas que a gente faz é pra facilitar a estadia daquele preso aqui. Não é uma questão de pertence, que o preso quer saber. É uma questão de saúde. É uma questão, por exemplo, às vezes o preso que tá chegando já tem problema com alguém aqui e ele não consegue falar. Então ele passa pra aquele outro preso ali e a gente consegue entender. Então assim, facilita pra gente, né, pro corpo funcional, facilita pro preso. E em muitas situações também a gente não precisa de um outro preso intérprete, a gente consegue entender e a gente vai dando continuidade.

ENTREVISTADORA

Vai dando continuidade, não é? Eu acho que é um problema enorme em que a gente esbarra em várias dificuldades, não é? Como a gente resolve essas dificuldades?

ENTREVISTADO

Olha, é difícil. Eu assim, no meu ponto de vista, eu acho que onde seria interessante a questão do intérprete, né, é a questão da saúde principalmente. É essencial, porque já aconteceu bastante, de preso, às vezes chegar com problema de saúde, às vezes relatar que toma remédios contínuos, e ele não conseguir ser entendido por ninguém. E às vezes aqui que a gente vai entender, aqui que ele relata a informação e a gente consegue conversar com ele, daí você pergunta o que ele tem, o que ele toma, e daí passa, a gente faz o encaminhamento para a enfermaria e assim a gente vai. Então assim, a gente percebe que nessa parte da saúde o intérprete seria bem legal.

ENTREVISTADORA

Interessantíssimo, não é? A questão do atendimento médico. O atendimento médico e o atendimento jurídico teriam que ser um profissional. Não pode ser alguém que tenha um conflito de interesses.

ENTREVISTADO

Isso. Exatamente.

ENTREVISTADORA

E na inclusão você teria um intérprete para essas perguntas básicas, mas não pra outras coisas que podem acontecer, não é? Porque aí você teria que repensar essa questão do uso do intérprete preso, mas do intérprete profissional a gente fala que seria maravilhoso, mas como que a gente iria lidar com a logística do intérprete? Será que a gente tem outras formas de tecnologia para lidar com essa logística do intérprete? Segundo alguns estudos fora do país, por exemplo, nos Estados Unidos, na Suécia, na Dinamarca, a gente tem o intérprete por conferência, o intérprete por telefone, em que você colocaria o preso e faria uma conferência telefônica em que o intérprete faria isso de qualquer lugar do mundo.

ENTREVISTADO

É, isso é interessante também. E tem bastante situação que já ocorreu aí, que é inusitado, é que agora foge bastante coisa da cabeça da gente, né? Mas já aconteceu ali de preso, por exemplo, que era chinês e de ninguém se entender com ele. e que daí chegou um preso para servir alimentação e o preso era do Paquistão. O preso era do Paquistão e começou a conversar com o preso ali em chinês e ele falou que falava chinês e a gente como funcionário a gente duvidou, falava não é possível, né? O preso é do Paquistão e fala chinês? E ele começou a conversar com o preso. E a hora que a gente percebeu, a gente não tinha conseguido nem fazer a entrevista, nossa, padrão com aquele chinês. E aí o preso do Paquistão, servindo alimentação, já começou a conversar com ele. E assim, a gente duvidou. Daí a gente chegou nesse paquistanês e falou. Falei, “Viu, mas como você sabe chinês? Onde você aprendeu?” Daí ele falou pra gente que tinha morado 12 anos na China. E aí é que a gente percebeu que ele falava mesmo, daí já anotamos a matrícula dele lá pra gente já aproveitar ele pra fazer a tradução pros próximos chineses que iam chegar. E naquele procedimento com esses presos que estavam na inclusão com os chineses, ele ajudou a gente a fazer tudo. Então assim, no primeiro momento a gente duvidou, e falava, “Mas não é possível que ele fale chinês, né? É paquistanês”. E realmente, ele falava e falava bem, inclusive.

ENTREVISTADORA

Exatamente.

ENTREVISTADO

E ajudou muito a gente, inclusive.

ENTREVISTADORA

É interessante para vocês terem no sistema a inclusão das línguas que os presos falam?

ENTREVISTADO

Sim, no sistema hoje o que tem lá é a nacionalidade. a gente já coloca. Mas o idioma que ele fala ali não tem. Esse campo específico não tem.

ENTREVISTADORA

E o que você acha?

ENTREVISTADO

Ajudaria!

ENTREVISTADORA

Ajudaria a localizar alguns presos? Porque vocês acabam conhecendo o preso no sentido de que: “Olha, esse preso aqui, a gente consegue lidar com ele melhor, ele tem um bom comportamento, tudo, porém a gente não sabe se ele fala tal língua.” Se vocês tivessem as línguas ali, se fala, se escreve, se lê...

ENTREVISTADO

Sim, ajudaria muito.

ENTREVISTADORA

Em que nível lê, em que nível fala, você acha que ajudaria?

ENTREVISTADO

Ajudaria.

ENTREVISTADORA

Ajudaria na inclusão, não é?

ENTREVISTADO

Isso, ajudaria porquê...

ENTREVISTADORA

Porque na inclusão você poderia também colocar isso no teu questionário.

ENTREVISTADO

Isso. A gente podia colocar e dali quando a gente filtrando daí para os próximos presos que vão chegar, a gente conseguiria daí saber qual um outro preso que já tá aqui que fala aquele idioma e solicitar a ajuda dele.

ENTREVISTADORA

Exatamente, solicitar ajuda porque aí você localiza rápido, não é? Se tá na ala, se está no 1, se está no 3, se está na cozinha, eu sei quem é. É o fulano de tal que fala mandarim, é o fulano de tal que fala árabe.

ENTREVISTADO

Ajudaria bastante.

ENTREVISTADORA

Ou tem alguém aqui, como o Roni, por exemplo, que fala 5 idiomas. Ou Yakult, que fala 6. Então, se tiver mais do que um idioma ali na inclusão, você já pode chamar um só.

ENTREVISTADO

Sim, ajudaria muito.

ENTREVISTADORA

Para fazer vários...

ENTREVISTADO

Ajudaria bastante.

ENTREVISTADORA

Para ajudar nesse sentido, não é?

ENTREVISTADO

E ajuda, a gente precisa bastante.

ENTREVISTADORA

Então eu acho que a formação do intérprete preso seria limitada, a ação dele. Seria limitada a certos pontos, acredito, e ele poderia formar ali e ganhar, por exemplo, o valor daquele atendimento ou a remissão em horas, ou dias daquele atendimento.

ENTREVISTADO

É, eu acho que a questão do preso intérprete comunitário, eu acho que teria que ir assim, a função dele ir até onde interfere a área da segurança, da justiça, que daí já começa a complicar tudo pra esse campo, né? Porque a gente sabe que quando entra nesse campo, eles vão acabar se protegendo.

ENTREVISTADORA

Vão. Vão acabar se protegendo.

ENTREVISTADO

É, então fica meio complicado. Mas naquilo que não interfere essa questão, acho que é muito útil; a questão da inclusão, questão da saúde, questão do atendimento aqui com a parte jurídica. Acho que ajudaria bastante.

ENTREVISTADORA

Ajudaria bastante.

ENTREVISTADO

Ajudaria sim.

ENTREVISTADORA

Ah bem, então está ótimo.

ENTREVISTADO

E é necessário.

ENTREVISTADORA

É necessário. Você acha necessário?

ENTREVISTADO

Eu acho.

ENTREVISTADORA

Então, a gente está tentando fazer essa pesquisa, como você já sabe. Estou tentando fazer essa pesquisa e justamente saber onde a gente esbarra e certos problemas éticos, profissionais, de conflitos de interesse, de parcialidade, onde a gente esbarra, para gente tentar achar uma solução. É de difícil solução?

ENTREVISTADO

É difícil.

É de difícil solução. Mesmo porque a gente não tem o brasileiro, por exemplo, profissional intérprete em diversas línguas. E que um brasileiro seja intérprete que fale 5, 6 línguas como os presos falam.

ENTREVISTADO

Outra coisa que eu percebo muito aqui, depois que começaram a chegar os presos estrangeiros, em relação ao Brasil, os presos brasileiros, os presos latino-americanos, eu percebo que o atraso educacional é muito grande.

ENTREVISTADORA

O atraso educacional, né?

ENTREVISTADO

Enquanto que os presos que vêm da África, da Europa, Oceania, Ásia, a maioria já tem o inglês como segundo idioma. Então eles falam o idioma deles ali e já falam inglês também e a grande maioria, até de países mais pobres que o Brasil, bastante países africanos, então a grande maioria desses presos que vêm desses lugares já vem com nível superior.

ENTREVISTADORA

Nível superior de vários idiomas.

ENTREVISTADO

Na hora que você pergunta ali a escolaridade, é preso que é engenheiro, que é professor, que é administrador, então a grande maioria já vem com nível alto de escolaridade.

ENTREVISTADORA

Exatamente.

ENTREVISTADO

E é diferente dos latinos, dos brasileiros, que a maioria é ensino fundamental incompleto ou médio incompleto, só fala o português, ou espanhol, castelhanos, paraguaios, lá o Guarani. Então assim, você percebe que o atraso educacional é muito grande. É muito grande.

ENTREVISTADORA

É muito grande.

ENTREVISTADO

A gente percebe isso. Enquanto que, às vezes assim, já aconteceu aqui até faz pouco tempo, acho que faz dois meses aí. Chegou dois irmãos que são sírios e estão aqui, se eu não me engano, acho que no pavilhão 3 aí eles estão e eles falavam árabe, e a gente no primeiro momento já pensou, “Puxa, como que a gente vai fazer pra conversar com esse pessoal que fala árabe?” Então a gente já imagina que vai ter que usar o Google Tradutor ali, ou chamar um preso que vai nos ajudar. Mas na hora que você começa a inclusão e você já percebe que não vai ter entendimento, a gente já pergunta se fala inglês. E no caso desses dois sírios, na hora os dois falavam inglês. E falavam bem, inclusive. Então, a gente já conseguiu se entender ali. Eu não sei se eles, lá na Síria, são um país também em conflito, eu não sei se lá eles já têm o inglês como segundo idioma, né ou não. Mas, enfim, você percebe que pra eles é normal eles terem o inglês como segundo idioma.

ENTREVISTADORA

É normal ter o segundo idioma, terceiro, quarto. E assim, é normal para eles aprenderem. Nos levantamentos de idiomas que eu tenho feito, de línguas que eu tenho feito aqui nos raios, para eles é normal. Ele fala assim, “Mas você sabe alemão?” “Eu sei. Eu sei alemão

porque eu tava na cela com um alemão e do tempo que ele ficou lá eu aprendi alemão com ele.” Para eles é muito tranquilo aprender idiomas. Muito tranquilo assim: é uma coisa comum, normal, corriqueira, ele estar em contato e aprender. E você percebe que os latinos, por exemplo, se você fala assim, “Mas você não aprendeu nenhum idioma?” “Não, não.” Eles são afastados, não é? Eles são, como você diz, os latinos e os africanos, os europeus, eles são mais afastados. Mas entre os africanos e entre os europeus, eles acabam aprendendo. Entre eles. Então, “eu aprendi francês, eu aprendi alemão, eu aprendi árabe...” “Mas onde você aprendeu?” “Aqui na cela.” Quer dizer, eles incluem com dois idiomas, por exemplo, no mínimo, e saem com cinco.

ENTREVISTADO

Exatamente. E aqui é interessante, a gente tem bastante preso haitiano. É o país mais pobre de toda a América. E é interessante que quando você chega lá nas nossas perguntas e pergunta o nível de escolaridade, a maioria é superior. É impressionante. Então você vê um país tão pobre e a população consegue, pelo menos os que vêm para cá presos, conseguem fazer um curso superior lá. Então a gente percebe que a nossa evolução educacional ainda é complicada.

ENTREVISTADORA

Eu acho também uma questão educacional, não sei até que ponto é problemático isso. Por exemplo, eles têm um nível educacional superior lá e aqui eles não podem exercer. Por que não podem validar? Porque os médicos que vêm de outros países para exercer a profissão de medicina aqui, eles passam por uma prova e validam o diploma. Eles poderiam validar o diploma também de estrangeiro, para ele poder também achar, quer dizer, para ele poder ter o nível de escolaridade também no mesmo patamar. Quer dizer, eu não sou uma pessoa que eu me formei, quer dizer, porque querendo ou não, quem faz nível superior, ele ativa mesmo as faculdades mentais. É um preso diferente.

ENTREVISTADO

Sim, com certeza.

ENTREVISTADORA

Não sei se você percebe, você tem um preso de nível superior e outro não, você vê que a cabeça é completamente diferente, a outra do nível superior é completamente formada, intelectualmente formada. Então ele tem noção de muito mais coisas do que aquele que estudou muito pouco. Então eu acho que poderia fazer isso, uma questão de políticas públicas, educacionais, que poderia aproveitar o diploma deles aqui.

ENTREVISTADO

Sim, ajudaria.

ENTREVISTADORA

Ajudaria ser engenheiro lá na Síria? Por que você não pode ser engenheiro aqui?

ENTREVISTADO

Então, inclusive, se eu não estou enganado, esses irmãos sírios que chegaram aqui, acho que eles eram engenheiros.

ENTREVISTADORA

Engenheiros, não é?

ENTREVISTADO

Engenheiros. Se eu não me engano, acho que era um engenheiro civil e um elétrico.

ENTREVISTADORA

Então?

ENTREVISTADO

Eles estão aí, presos.

ENTREVISTADORA

Pois é. Entendeu?

ENTREVISTADO

Eles estavam no Brasil já morando...

ENTREVISTADORA

Como diz o Dr. Fernando, crime de ocasião muitas vezes, algumas vezes, são crimes de ocasião, não são do crime organizado, mas também são aliciados por esse... É, se não me engano eles eram.

ENTREVISTADO

Presos por documentação falsa.

ENTREVISTADORA

Documentação falsa, não é?

ENTREVISTADO

Enfim, estão aí, vão ter que responder por isso. Mas você vê que são pessoas estudadas, eram pessoas que tinham... um alto grau de educação.

ENTREVISTADORA

Ninguém está livre.

ENTREVISTADO

Exatamente.

ENTREVISTADORA

Ninguém está livre. Acontece. O duro é acontecer de novo. Aí sim é outra história.

ENTREVISTADO

É complicado.

ENTREVISTADORA

Mas então, P..., eu acho que a gente colocou tudo. Nossa, que ótimo. Foi ótimo. Se eu tiver mais alguma coisa eu posso perguntar depois.

ENTREVISTADO

Não pode ser que você esqueça.

ENTREVISTADORA

Porque depois a gente vai transcrevendo e depois vem surgindo outras questões.

ENTREVISTADO

E é lógico que assim, eu queria comentar, no meu setor, lógico que eu não trabalho sozinho, tem mais duas pessoas comigo lá que me ajudam muito aliás, e assim, a gente consegue estabelecer essa comunicação aí, na maior parte das vezes com a ajuda de outro preso ou eu ali vou e converso, mas enfim, nessa parte da comunicação os colegas também ajudam, então eles vão fazendo um outro trabalho de apoio enquanto que eu vou e converso, vou estabelecendo a comunicação e a gente vai fazendo a coisa fluir.

ENTREVISTADORA

E vai fazendo a coisa fluir... E diga uma coisa, falando assim de colegas de trabalho, de servidores, de agentes penitenciários. Logo que eu cheguei aqui, o Fábio me perguntou, lá na portaria... falou assim: "O que você acha... eu tenho que falar o idioma deles ou eles têm que falar o meu?" Qual é a sua opinião?

ENTREVISTADO

Olha, é uma questão complicada isso daí.

ENTREVISTADORA

Porque os agentes... Ninguém fala.

ENTREVISTADO

É complicado, porque assim... O que eu percebo... Desde quando eu cheguei aqui, no início, era só eu que acabava falando... Eu falava pouco, mas o que eu sabia pouco ajudava. Depois a gente vai aumentando o conhecimento vai melhorando; mas, enfim a gente percebe que assim... A gente não tem muita credibilidade. A gente percebe a gente percebe que assim as pessoas não levam muito a sério essa questão da gente ajudar no idioma deles. A gente percebe isso desde o começo, né? De quando eu comecei a ir lá falar. Então a gente percebe que muita gente leva a sério, muita gente agradece, muita gente reconhece e fala, "Pô, que legal, né? Que tem alguém que faz essa comunicação", assim como já teve outras pessoas que nem estão mais aqui, que faziam também. Mas a maioria do pessoal do corpo funcional acaba encarando a coisa como se fosse uma chacota, faz chacota, faz piada, não põe credibilidade naquilo.

ENTREVISTADORA

Não põe credibilidade, não é?

ENTREVISTADO

Não põe credibilidade naquilo.

ENTREVISTADORA

E não dá importância,

ENTREVISTADO

Não dá importância

ENTREVISTADORA

Tipo assim, “Olha, nossa, o P... fala o inglês, o idioma, E ele consegue falar com os presos, tudo isso aqui...” Eles tratam isso como se fosse uma coisa...

ENTREVISTADO

Isso, como se fosse uma coisa corriqueira, uma coisa sem importância, onde às vezes faz piada até, sabe? Enfim, a gente vai tirando de letra, lógico, a gente não liga. Mas você percebe que as pessoas não levam a sério essa questão.

ENTREVISTADORA

Então por isso não aprendem.

ENTREVISTADO

Não aprendem isso.

ENTREVISTADORA

Não aprendem. Porque em contato com os presos eles aprenderiam.

ENTREVISTADO

Sim, sim. E acontece muito isso, é normal. A gente escuta, né? Às vezes, brincadeira, piada e tal. Mas a gente vai passando por cima. E a gente vê que, lógico, tem um pouquinho de dor de cotovelo, durinho, a gente sabe, né? Mas, enfim, “vambora”.

ENTREVISTADORA

É porque falar o idioma no Brasil é uma questão elitizada, não é?

ENTREVISTADO

E assim, a gente percebe, no caso, o meio ambiente aqui de trabalho. A gente percebe que 99,99% não fala.

ENTREVISTADORA

Não fala. Não fala o idioma, não é?

ENTREVISTADO

Não fala. Então assim, às vezes quando eu vejo alguém que fala, no meu caso, eu considero assim que eu sou intermediário, não sou avançado. Mas o que eu sei, o pouco que eu sei ajuda muito. Mas a gente percebe que as pessoas não... os colegas não dão essa credibilidade, não dão essa importância.

ENTREVISTADORA

Não dão essa importância para aprender o idioma.

ENTREVISTADO

Isso.

ENTREVISTADORA

E aí fica... e também desconhecem a questão do intérprete.

ENTREVISTADO

Até esses dias aconteceu uma situação inusitada aqui. Eu não sei se você soube, mas saiu uma foto minha no site da SAP.

ENTREVISTADORA

Sim, sim.

ENTREVISTADO

E, enfim, daí o pessoal da assessoria da SAP entrou em contato comigo, pedindo algumas informações, eu passei e tal, eles me pediram uma foto até que é a foto que tá no site da SAP lá, e era uma homenagem devido ao dia do tradutor, que foi no dia 30 de setembro.

ENTREVISTADORA

Ah, dia do tradutor! Eu fiquei sabendo dessa foto, mas depois eu quero ver lá. No site da SAP?

ENTREVISTADO

Isso, no site da SAP.

ENTREVISTADORA

Depois me mostra.

ENTREVISTADO

Saiu a minha foto, essa aí é a foto de uma colega, uma psicóloga, que acho que no CTP de São Miguel Paulista, se eu não me engano. Enfim, aí apareceu a foto lá e nessa foto eu estava encostado numa cabine telefônica daquela de Londres, mas era em Campo de Jordão. Enfim, as pessoas, muita gente me parabenizou pela homenagem, achou legal, que saiu aquela reportagem ali falando sobre esse trabalho meu e dessa colega. Mas a maioria, 95%, se deteve na foto. Tirou sarro porque eu estava encostado na cabine, tirou sarro porque a minha roupa estava muito elegante, aquelas coisas, sabe?

ENTREVISTADORA

Mas um sarro que homenageou o dia do tradutor.

ENTREVISTADO

Puxa vida, as pessoas vêm se apegar a essa questão de ironizar. Pô, que legal que tem alguém que faça o trabalho.

ENTREVISTADORA

E talvez a saída, exatamente, a gente esbarra, você viu como a gente esbarra em vários problemas? Você tenta andar, esbarra. Você esbarra no preso por conta da parcialidade. Você esbarra no tradutor de fora, você tem tudo, mas a logística. E o agente, poderia ser tradutor? Poderia.

ENTREVISTADO

Sim, com certeza.

ENTREVISTADORA

Exatamente. Poderia ser um intérprete comunitário? Poderia, mas a gente esbarra com 99,9% que não querem falar um idioma muito assim.

ENTREVISTADO

Mas enfim, no começo, quando eu cheguei aqui, eu evitava falar. Evitava, porque muitas vezes eu travava, a gente é tímido, né? Então eu evitava conversar. Só que depois, quando você vai vendo que não tem jeito, que você tem que soltar a língua e ir se virando, então a gente vai com o tempo ali se permitindo, né? Soltar essa questão de idioma e você vai conversando. Hoje, eu considero que eu falo mais quando é necessário. Falo mais, até assim, informalmente, né? Os presos que trabalham na parte externa, que ajudam muita gente com a questão de sedex, de caixa, que a maioria é africano. Então, assim, eu já chego ali com eles, pedindo ajuda deles, já falando inglês, e venho com eles no trajeto falando inglês. Então, não ligo mais... Então, eu me importava muito, às vezes, com a opinião dos colegas que vê a gente falando e tal. Hoje não, hoje eu sou mais tranquilo com isso, e às vezes assim, eu começo a falar e venho ao trajeto falando, e aí o colega vê, também não ligo, sabe, às vezes tira um “sarrinho”, aí vida que segue e vamos embora.

ENTREVISTADORA

Vida que segue, exatamente ... lá na Justiça Federal, vamos pensar assim, se estivéssemos no reino da Dinamarca, o ideal seria que os servidores dominassem os idiomas. E que, ao serem servidores, teria que ter o quê a mais? Interpretação comunitária. Teriam que ser em intérpretes. E aí o salário seria compatível com o trabalho que se faz aqui dentro e o trabalho linguístico também que se faz. Por exemplo, não é? Então, mas assim... Mas aí você esbarra, como a gente acabou de dizer agora, nos 99,9%.

ENTREVISTADO

É o que eu falei, a gente percebe que é um pouquinho de dor de cotovelo, também tem aquele pensamento atrasado, que muitos colegas pensam que você não pode falar o idioma do preso, mas o preso tem que falar o seu. Só que você esbarra numa questão que, “Pô, como que você vai fazer se o preso não fala?” Então não tem jeito.

ENTREVISTADORA

Ele tem direito de ser representado linguisticamente. Ele só está privado da sua liberdade, mas de o resto ele tem o direito.

ENTREVISTADO

Então, assim, nessa parte eu acabo passando por cima, né? Às vezes do que a maioria do pessoal pensa e às vezes eu falo idioma inglês pra ser entendido e fazer com que o preso também me entenda e eu entenda ele e a gente vai tendo que fazer, não tem jeito. Então a gente vai deixando esses falatórios de lado e, lógico, sem fazer nada errado, conversar nada errado, nada ilícito, né? Mas a gente vai passando por cima disso daí e vai fazendo a coisa fluir. E não esquentando muito com o comentário, porque senão a gente também não consegue trabalhar.

ENTREVISTADORA

Porque existe o pensamento mais retrógrado de que eu não tenho que falar idioma nenhum, ele que tem que falar o meu. No primeiro dia que eu entrei, que eu pisei neste presídio... no primeiro dia... que eu cheguei e falei... olha, eu sou uma pesquisadora da PUC... autorizada pelo Janser pela Secretaria de Administração Penitenciária... e eu vim fazer uma pesquisa aqui e vou ficar durante um ano com vocês. Primeira pessoa que me perguntou foi o Fábio. “Você é intérprete?” “Sou.” “Ele que tem que falar meu idioma ou eu dele?” E eu falei assim, “Bem, eu acho que nós dois. Nós dois temos que falar o nosso e o dele. E assim a gente tem que se comunicar.” Depende de onde está o problema da comunicação. De onde está o problema da interação. Então é muito interessante isso, que você vai por um caminho, esbarra, vai por outro, esbarra, vai por esse, esbarra. E a coisa não sai daquilo. E o problema continua. A não ser que o preso consiga uma solução: “Eu vou aprender português.” E aí ele começa a tentar, já ele fala português, alguns falam, outros não. Mas se você perguntar para eles, se eles dominam a língua portuguesa, eles falam, “Não, não, eu falo, mas não é dominar, eu não domino, eu me viro pra ajudar aqui um pouquinho, porque ninguém fala muito a minha língua, então, eu vou aprender um pouquinho de português.” Mas não como ele fala, “Não, nós dominamos a língua portuguesa, igual eles dominam a língua inglesa como segundo idioma.” Eles têm a língua inglesa como segundo idioma e a língua portuguesa como idioma estrangeiro, como uma língua estrangeira, que eles têm que automaticamente aprender, porque ninguém fala. Como ninguém fala, a gente tem que sair por algum lado.

ENTREVISTADO

Sim

ENTREVISTADORA

Entendeu? Então, na verdade, é isso que vai acontecendo.

ENTREVISTADO

É. A gente vai arrumando.

ENTREVISTADORA

Só que o processo de aprender uma língua portuguesa, nem nós brasileiros dominamos ela inteiramente, leva tempo pra eles, enquanto isso essa comunicação fica truncada de um lado ao outro.

ENTREVISTADO

Acaba tendo bastante falha na comunicação.

ENTREVISTADORA

Falhas, exato.

ENTREVISTADO

E isso aconteceu muito aqui. Às vezes os diretores aqui de várias áreas, mais na [área do] diretor da parte da segurança e disciplina, às vezes vai atender um preso ali e... e não consegue conversar com presos que falam inglês. Já aconteceu muito de solicitar minha ajuda e às vezes eu chego ali na sala para ajudar, e às vezes uma coisa tão simples que o preso está precisando, às vezes o preso está ali na frente do diretor, ele está precisando de um trabalho, ele chega ali para o diretor e fala, eu quero trabalhar para me dar remissão. Então é simples, é uma coisa simples, né?

ENTREVISTADORA

Uma coisa que é, exatamente. Mas você vê, não sai, e não sai a comunicação.

ENTREVISTADO

É, um dia você chega e aí você conversa com o preso, você entende e você fala pro diretor e fala, “Olha, ele tá querendo arrumar um serviço”, aí você entende que é ali o diretor de

disciplina ali, que é da minha área, né, que tá com ele, e na verdade o que o preso tá querendo não é nem com ele, é com outro diretor, que no caso é o diretor de trabalho, o Gilberto.

ENTREVISTADORA

É. Exatamente.

ENTREVISTADO

Então, assim, é uma coisa que é simples, mas se todo mundo talvez conseguisse se entender ali, facilitaria, né? Que é um trâmite que ali o preso vem conversar com o diretor, que não é daquela área, enquanto que ele já poderia ter conversado com aquele que é como conversar.

ENTREVISTADORA

É. Sempre impacta em alguma coisa, não é? Num atraso, impacta num desencontro...

ENTREVISTADO

Você percebe muito isso.

ENTREVISTADORA

Exatamente.

ENTREVISTADO

E é uma coisa simples, assim, é simples isso.

ENTREVISTADORA

Exatamente. E assim, e eu tenho acompanhado, eu fiz o acompanhamento sábado do culto religioso. Eu filmei o culto religioso e você precisa ver: é interessante como eles querem entender a palavra de Deus, por exemplo, mas eles não... eles ficam perdidos porque os responsáveis por atender o culto falam em português. E aí? Como que... Aí o preso tem que passar para os demais o que que é. Aí um quer uma bíblia, outro quer um hinário, outro quer... Aí escreve, pede oração, o irmão não sabe. Aí, “Pô, o que tá escrito aqui?” “Que que eu... O que eu vou fazer com esse papel?” Entendeu? Todo esse problema também que há na interação, como há o problema na interação da inclusão, como há problema de interação na área médica, jurídica, há no culto, na escola, então, nem se fala! Então, é por isso que eu estou entrevistando assim, uma hora eu entrevisto você, filmo lá, entrevisto aqui, filmo aqui. Eu estou tendo informações valiosíssimas. E cultural, imagino que você vai passar umas coisas culturais assim de alimento, não é?

ENTREVISTADO

Nossa, aconteceu muito aqui, questão de alimento, os presos muçulmanos não comem, por exemplo, a carne de porco que aqui serve, né? E tanto é que uns presos que vêm servir ali da cozinha, que vêm entregar a boia que a gente fala, então ele já vem assim com dois tipos de boia ali no carrinho que ele chama, né? A que é dos muçulmanos e a que não é. Então, ele já chega e pergunta pra gente quando tá cheio de preso na inclusão, fala, tem muçulmano? Então a gente já fala, a gente não sabe se tem muçulmano, a gente vai lá junto com o preso e vai lá, põe a cara lá na janelinha da cela e pergunta, tem muçulmano aí na cela? Aí eles vão se apresentando, aí serve a alimentação deles que é do muçulmano.

ENTREVISTADORA

Exatamente, porque contamina a carne de porco.

ENTREVISTADO

Até um dia eu perguntei para o preso, porque na minha cabeça, aí que entra a questão cultural, eu não entendia que o muçulmano ali não comia carne de porco, mas aí na marmita tinha carne de porco, então assim, na minha cabeça, “Pô, é só tirar a carne de porco e comer a comida.” Mas eles não aceitam. Daí, uma vez ali na inclusão, eu perguntei para o preso. Eu falei, “Olha, deixa eu te perguntar, só para eu entender. Por que você só não tira a carne de porco e não come a comida? É a comida do mesmo jeito.” Daí ele explicou pra mim, ele falou, “Não senhor, na verdade a carne de porco ela não pode ter contato com outra comida.” Aí a gente entende, e você fala, “Ah não, tudo bem, agora eu entendi.” Ele falou pra mim, aí troca a alimentação certinho. Mas enfim, daí eu como funcionário queria saber, eu queria entender, né? Aí eu entendi, daí troca a marmita, pega aqui a do muçulmano, e daí ele come aquela alimentação que não teve contato com a carne de porco. E a gente vai procurando entender. Aconteceu muito também aqui no início, quando começou a chegar

os presos estrangeiros, visitante trazia alimentação e naquela época podia, bastante tipo de alimentação, né? Mas é alimentação que às vezes era recheado, por exemplo, não pode entrar. Então lá da cultura deles tinha muita gente que trazia essa alimentação que não podia, né? E daí é onde a gente entrava e explicava, às vezes no idioma lá da visitante, que não podia, e às vezes dava um pouquinho de dificuldade para entender. Mas a pessoa entendia, a gente tinha que barrar, que de uma próxima vez a pessoa já não trazia.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

Então acontecia muito, era uma questão cultural, era uma alimentação que era da cultura deles. Mas naquele contexto, quando a pessoa está presa, a visitante, mesmo sendo estrangeira, ela tinha que se enquadrar, não tinha jeito.

ENTREVISTADORA

Ela tinha que se enquadrar e tinha que entender. E aí tem também a questão da interação, da comunicação do idioma.

ENTREVISTADO

Então a gente tinha que se virar, explicar, a pessoa entendida aí, né? Como eu falei, o inglês acaba sendo predominante dentro do visitante. Então eles entendiam e aí numa próxima vez você tinha que barrar, não liberar porque tudo que é recheado não entra. E aí numa próxima vez a pessoa não trazia mais, mas aí a pessoa entendia e ela ia se adequando daí. Uma próxima vez a gente orientava o que podia e ela trazia daí as coisas que podia. Às vezes não era nem coisa de uma alimentação da cultura deles. Mas ela se enquadrava para que a pessoa tivesse outra alimentação.

ENTREVISTADORA

Exatamente. Se enquadrava dentro do universo penitenciário, não é? E que se da cultura tivesse algumas coisas que o universo penitenciário não aceitava, então vocês tinham que orientar.

ENTREVISTADO

No começo, assim, depois que as coisas entraram no trilho, fluiu mais rápido, né? Hoje as coisas funcionam bem melhor. Mas no começo, até a gente conseguir se entender, tanto com o visitante, quanto com o preso, deu trabalho. Deu trabalho. A gente conseguiu fazer as coisas fluir. A gente tinha muito problema aqui com muçulmano. Entre muçulmano e judeu tinha muito problema. Eles não se davam mesmo. Até teve situação em alguns pavilhões que eles brigaram mesmo. Na época eles tinham um banquinho de madeira, um banquinho de plástico e eles se agrediram lá um ao outro com o banco. e por causa de religião, essas coisas, aconteceu. Na mesma cela, na época, não podia ficar muçulmano e judeu, israelense, não podia. Teve uma época aqui que tinha bastante israelense preso. Então, assim, eles não moravam juntos na mesma cela, tinha que separar. Não dava, então ficava israelense só com israelense, muçulmano só com muçulmano, né? Então a gente com o tempo foi aprendendo isso daí, então a gente teve bastante problema com isso no começo. Porque na cabeça da gente, né, designava a cela ali e colocava na mesma cela. Então assim, dentro da cela ali, às vezes acontece daí, dentro ali predomina o maior número ali israelense ou a minoria ali é muçulmano, começa a ter problema. Então eles começam a falar, “Olha, a gente vai ter que mudar de cela, não tem jeito.” Então você acaba tendo que separar.

ENTREVISTADORA

Exatamente. E aí você tem, além de entender a questão cultural, você tem que ser rápido em entender essa questão da interação dos idiomas, das línguas. Se você não for rápido em entender isso, você pode dar bastante confusão.

ENTREVISTADO

Então não foi só a questão do idioma, foi a questão cultural também. E até hoje, no pavilhão lá, os presos... eles se dividem entre eles, mas é eles que fazem assim, né? Então a maioria, os africanos moram com africanos, os latinos moram com latinos, os asiáticos moram com asiáticos, então eles se dividem assim, né? A gente, como funcionário, a gente tenta colocar todo mundo junto ali, mas depois, com o tempo, eles vão solicitando mudança de cela e

eles acabam daí, né, se organizando entre eles lá. Aí fica os africanos com os africanos, os latinos com os latinos, né? Então eles se dividem nesse sentido, mas é uma questão é uma questão cultural deles.

ENTREVISTADORA

É uma questão cultural. E que é pertinente que todos nós entendamos. Tanto o intérprete quanto vocês agentes. E a gente, o intérprete que poderia estar aqui, por exemplo, também tem que entender de todo esse universo.

ENTREVISTADO

E ajuda. E depois com o tempo, o pessoal, os funcionários vão entendendo isso. Mas no começo demorou um pouco até tudo entrar no trilho. Hoje a gente já sabe, a gente já evita de colocar, por exemplo, um africano numa cela que só tenha latino. A gente sabe que vai ter problema. Não é que o funcionário é preconceituoso, ele não coloca junto lá porque fica complicado e a gente já sabe que se colocar junto vai ter problema. Mas é entre eles, então acaba separando ali. Eles fazem essa separação ali com o tempo, quando eles vão sendo incluídos lá no pavilhão.

ENTREVISTADORA

Eles vão se organizando, né?

ENTREVISTADO

Eles vão se reorganizando entre eles lá. E africano ficou com africano, latino com latino, e eles fazem a separação.

ENTREVISTADORA

Que ótimo P..., acho que é isso que eu queria saber, essa questão do intérprete, como seria importante essa questão da interpretação, você mesmo já fez interpretação, quer dizer, presos já fizeram interpretação, como que essa interpretação profissional poderia acontecer? E que caminho poderia ser tomado para tudo isso esbarrar em nada? Então isso é uma coisa que a pesquisa vai pensar, que as coisas vão fluir de uma forma... vamos tentar achar uma saída para isso, para toda essa dificuldade. Porque acaba vindo na inclusão, acaba chegando sempre. Depois de um tempo ameniza, mas a inclusão ali é um problema sério.

ENTREVISTADO

E eu percebo que a dificuldade às vezes ela chega na inclusão, mas ela não para ali. E ela vai passando de um setor para o outro. Então aqui tem vários setores que precisam atender o preso, tem várias áreas. Então às vezes a gente ali identifica no primeiro momento ali e tenta passar para outros setores. Às vezes não é fácil, o atendimento não ocorre na hora, mas a gente percebe essa deficiência... que não tem isso ali. Então, às vezes ali, um outro preso está passando ali, ajuda, eu falo. Então, ali assim, tem eu ali, eu ajudo bastante, não sei tanto, mas eu considero que o que eu sei eu ajudo, mas poderia não estar eu ali. Então, acho que dificultaria mais isso daí. Acabava ficando mais complicado.

ENTREVISTADORA

É complicado e assim, outros setores como médico, odonto, enfermaria, escola, atendimento dos departamentos, dos diretores, sei lá...

ENTREVISTADO

E eu percebo assim, essa questão...

ENTREVISTADORA

Segurança...

ENTREVISTADO

Exatamente, essa questão de entender ... eu acho importante isso daí, então quando eu vou fazer o meu procedimento ali, eu quero né, é fazer com que o preso me entenda, eu quero entender o que ele tá falando, mas enfim, cada cabeça é uma sentença. Então eu penso assim, mas talvez amanhã ou depois as coisas mudem, eu não esteja mais nesse setor, talvez entre outra pessoa que acha que isso não é importante e de repente ele vai fazer esse procedimento, ele não consegue entender o preso e deixa por isso mesmo, "Não entendi o que ele falou" e não tá com dignidade.

ENTREVISTADORA

Exatamente.

ENTREVISTADO

E vai passando aquilo ali pra frente sem entender o que está acontecendo.

ENTREVISTADORA

E em relação assim, o que você percebe dos seus colegas de trabalho? Eles acham que seria interessante ter a interpretação comunitária?

ENTREVISTADO

Eu tenho dois colegas, um em cada plantão, e nessa parte os dois talvez não saibam o que é a interpretação comunitária.

ENTREVISTADORA

Exatamente.

ENTREVISTADO

Mas essa parte da interpretação, da conversa, de se fazer esse entendimento,

ENTREVISTADORA

Essa mediação

ENTREVISTADO

Eles acham importante. Tanto é que quando tem os presos ali que falam inglês, tem um colega lá que também fala um pouco e ele já proporciona essa conversa em inglês. Quando ele não entende, ele me chama ou chama um outro preso que está perto ali. E os dois acham importante ter essa comunicação. Então a gente procura coletar tudo que a gente pode.

E ali, nessa entrevista, a gente já vai coletando, principalmente, problemas de saúde. A gente já coleta tudo ali, se o preso tem algum problema, o que ele toma. E já passa aqui pra enfermaria. E a gente já vem com tudo anotado. “Esse preso aqui relatou pra mim que tem isso, isso. Ele toma isso, isso, isso. E só fala em inglês.” A gente já avisa, porque vai precisar do intérprete. e a gente vai dando continuidade. Às vezes acontece muito da cela estar cheia de preso ali e aí você tá lá coletando os dados lá, tem alguma coisa que você não entende, mas aí na mesma cela tem um do preso que fala aquele idioma e fala português e passa pra você o que tá acontecendo, acontece muito. Mas na nossa área ali, os dois colegas acham importante.

ENTREVISTADORA

É importante...

ENTREVISTADO

Tanto é que os presos que eles falam inglês, na parte de pertence principalmente, quando tem que tirar o preso da cela e revistar as coisas dele na frente dele ali, eles já deixam pra mim, porque sabem que nessa parte eu vou acabar desenvolvendo mais ali.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

É lógico que às vezes eu travo também e solicito ajuda de outro preso.

ENTREVISTADORA

Solicita e outro preso vem e ajuda também. E vocês vão indo assim, desta forma. Que ótimo. P..., agradeço imensamente por você me dar essa entrevista, por me dar essa experiência.

ENTREVISTADO

Imagine! Eu que agradeço pela oportunidade. Por ter ajudado.

ENTREVISTADORA

Ótimo, você ajudou muito.

ENTREVISTADO

Do que você precisar, estamos aí!

ENTREVISTADORA

Exatamente. E aí se eu tiver mais alguma pergunta, você me dá mais uma entrevista. Tá bom. Muito obrigada mesmo por você ter me ajudado nessa parte.

ENTREVISTADO

Eu percebo assim também. Às vezes tem situações que ali na inclusão a gente nessa parte está fazendo o trabalho da gente. É o meu trabalho. E às vezes ali por se fazer entendido,

preso ali, por ele conseguir passar alguma situação pra gente ali e que a gente pode ajudar, mas não porque a gente assim, nossa, amoleceu o coração, nada disso. A gente só faz o que tem que fazer porque é o nosso trabalho. Às vezes é um problema de saúde, uma questão que a esposa tá presa e ele não sabe onde que tá e tal. E a gente levanta as informações, passa pra frente, passa pra onde que a esposa tá presa e tal. E enfim... O preso, ele tem aquela sensação que ele está devendo aquele favor pra gente.

ENTREVISTADORA

Exatamente. E que ele está acolhido.

ENTREVISTADO

Exatamente.

ENTREVISTADORA

E que ele está acolhido.

ENTREVISTADO

E eu acho tão engraçado que daí o preso, ele vê a gente às vezes nas galerias aqui, e na hora que ele vê a gente, nossa, ele agradece, ele já vem dando um sinal pra gente, assim, Deus te abençoe, sabe? Você me ajudou muito quando eu cheguei aqui e tal, e a gente conversa e tal. E na verdade, assim, eu não fiz nada de mais, eu só fiz o meu trabalho.

ENTREVISTADORA

Exatamente. Por quê? Porque quando você encontra alguém que fala o seu idioma, você se sente em casa. É como se você tivesse sido acolhido. Não é? É a mesma coisa se colocar você lá na Rússia, e você não fala russo, e só fala português, não fala outro idioma, você vai se sentir acolhido se alguém falar assim, “Eu sou brasileiro.” Você fala, “Meu, encontrei um irmão, da minha nação. E aí eu vou conseguir falar agora.”

ENTREVISTADO

É interessante isso daí.

ENTREVISTADORA

É interessante, não é?

ENTREVISTADO

Nossa, o preso vê a gente, às vezes passando na galeria aí, uma hora que às vezes você tá, sei lá, indo almoçar, o preso tá aqui na galeria, algum atendimento, às vezes você nem lembra do preso, mas...

ENTREVISTADORA

É.

ENTREVISTADO

E ele vê a gente e ele fala “Muito obrigado, você me ajudou muito quando eu cheguei e tal.” Pro preso a gente assim, marcou né?

ENTREVISTADORA

Marca. Porque ele ajudou porque ele falou no meu idioma. Nós nos expressamos melhor quando a gente tá no nosso idioma.

ENTREVISTADO

E eu acho isso interessante, porque eu cumprimento o preso, né? Falo, “Pô, mas que bom, né? Que deu tudo certo.” Enfim, eu saio daquele pensamento e falo, “Puxa, não fiz nada demais, só fiz o meu trabalho ali. E a pessoa tem aquela gratidão, parece, sabe?”

ENTREVISTADORA

É muito legal.

ENTREVISTADO

E acontece muito isso comigo, acontece com outro colega também, o Renato. Demais, acontece muito isso daí. E na verdade a gente só fez a comunicação.

ENTREVISTADORA

Só fez a comunicação. E já é muito.

ENTREVISTADO

Não fez nada demais, só o que deveria ter feito.

ENTREVISTADORA

Verdade. Obrigada então, tá bom P...? Qualquer coisa a gente volta a se falar.

ENTREVISTADO

Tranquilo.
 ENTREVISTADORA
 Tá bom?
 ENTREVISTADO
 Qualquer coisa, estamos aí.
 ENTREVISTADORA
 Tá bom, muito obrigada.
 ENTREVISTADO
 Imagine, Lúcia!
 ENTREVISTADORA
 Tchau, tchau. Até mais.
 ENTREVISTADO
 Até!

9. Entrevista com o professor da escola penitenciária

ENTREVISTADORA
 Gravando. Vamos lá. B..., fala um pouquinho para mim da sua formação, o que você faz lá no presídio.
 ENTREVISTADO
 Lá na penitenciária eu dou aula de língua portuguesa, inglês e educação artística.
 ENTREVISTADORA
 Educação artística. Sua formação qual é?
 ENTREVISTADO
 Letras.
 ENTREVISTADORA
 Letras. Você também é filósofo, é isso?
 ENTREVISTADO
 Também tenho formação em filosofia.
 ENTREVISTADORA
 Exatamente. Me conte um pouquinho da sua história. Como que você foi parar lá no presídio como professor, de todas essas disciplinas para os presos estrangeiros também, para quem você dá aula.
 ENTREVISTADO
 Eu comecei atuando no estado, na época da pandemia. Então nós tínhamos aulas remotas. Eu não tinha contato direto com nenhum tipo de aluno. Então, quando surgiram para mim as aulas do prisional de Taquarituba, que é um presídio de brasileiros, eu entrei... Não sabia nada... Entrei com medo porque não conhecia, não sabia qual a didática que eu usaria naquele lugar. E eu fui experimentando... Eu fui experimentando, eu fui sentindo o ambiente. Lá em Taquarituba foi uma experiência muito enriquecedora. Só que quando eu cheguei aqui o tom mudou totalmente porque eu cheguei: “Olha, você vai dar aula para a ala internacional.” “Não, beleza... Do que eu vou dar aula? O que tem para mim?” “Ah... tem português, inglês e artes. E o itinerário formativo: trabalho, trabalho e sociedade...” uma coisa assim o nome, que era praticamente uma aula de filosofia com sociologia. Só que essa era para brasileiro. Para o estrangeiro só tem o Ensino Fundamental II. Aí, falaram para mim: “Você só tem aula de português. Não tinha outras aulas disponíveis devido à pandemia, então o número de aulas ficou bem restrito e, pela minha posição na diretoria de ensino, só me sobrava aquilo. E eu falei, “Não, vou pegar.” e peguei essas aulas primeiro em Taquarituba e depois eu vim para Itaí. Na experimentação que eu fiz em Itaí não deu certo o que eu fiz em Taquarituba, porque em Taquarituba eu conseguia desenvolver uma aula mais próxima do ensino regular e no presídio de Itaí, na ala internacional, eu não conseguia, porque lá você tem os detentos que falam perfeitamente português, e não querem

aprender mais do que aquilo. Então você tem que ter a noção que todo aluno que você tem lá, não todo, mas assim, 90%, eles querem a remissão. Então você tem que chamar ele para você. Você tem que fazer ele se interessar, porque senão ele pega e simplesmente pede a baixa da escola e sai. E vai fechando sala, vai mingando aula e você... Você luta tanto para que ele aprenda, que ele fique na sala de aula, você luta com o conteúdo, você luta com o entretenimento para ele... Em contrapartida você também luta para que você fique com aquelas aulas porque é um projeto de pasta. Então, ele não é igual a uma escola regular. Ele pode acabar a qualquer momento. Isso é como um projeto de pasta.

ENTREVISTADORA

Entendi. E aí me fale um pouquinho como era a sua rotina... o seu dia a dia lá... em que horário você dava aula... como era essa rotina toda dentro dessa penitenciária com os estrangeiros... Me conte um pouquinho dessa rotina.

ENTREVISTADO

As aulas começavam à uma hora porque o horário era meio dia e meia... Só que por causa do sistema – de você entrar, ser revistado e eles também deviam ser revistados – demorava um pouquinho. A gente entrava às dez para uma hora e começava a aula. As minhas aulas de língua portuguesa e artes eram baseadas em trazer um pouquinho o lado da filosofia. Por que eu precisei fazer isso? Eu usei uma habilidade da BNCC chamada TCT. Eu não lembro para falar para você o que significa. Acho que é habilidades transversais, uma coisa assim. Que você pode, tendo habilitação na matéria, você pode introduzir outra matéria em conjunto na sua aula. E como o Ensino Fundamental II é basicamente leitura, não tem tanto... Os alunos que eu tinha, na parte gramatical – sintaxe, semântica – era uma parte tranquila. Tinha as suas dificuldades? Tinha, mas dava para você ir acertando no caminho. Eu passava mais a interpretação de texto só que eu usava a filosofia: os textos da filosofia. E eu ia despertando neles a curiosidade. Eu falei muito de Merleau-Ponty... sobre... sobre o que você enxerga, o que realmente está acontecendo. Algumas curiosidades dentro da estrutura do Merleau-Ponty, que fala sobre, quando você olha para alguém e você acha que está vendo a pessoa naquele momento. Na verdade, tem oito segundos de atraso a sua visão; que você está olhando para o sol há três horas e não no momento em que você está olhando. E usando algumas visões filosóficas – pensamentos e textos – para que eu conseguisse que o aluno tivesse essa atenção na aula. E o resultado foi muito positivo porque eles tinham curiosidade. Eles gostavam muito de discutir o pensamento. Eu acho que o filósofo que mais rendeu na sala de aula foi Platão e o Nietzsche.

ENTREVISTADORA

O Nietzsche?

ENTREVISTADO

O Nietzsche. Eu pensei que ia ser Foucault também, porque Foucault...

ENTREVISTADO

Eu não me atreveria a passar o Foucault.

ENTREVISTADORA

O Foucault é complicado. Mas assim, o Nietzsche é... nossa, eles se interessaram por Nietzsche?

ENTREVISTADO

E aí, no dia que eu passei, eu lembro que eu tinha que fazer como se eu fosse... Aquele antigo professor que encantava... O professor mago. Eu cheguei na sala de aula e escrevi bem grande... Eu até fui chamado de herege no dia, mas depois eles entenderam o contexto que eu fui explicando sobre a máxima do Nietzsche: de que Deus está morto... E eles ficaram em pânico naquele dia... “O professor enlouqueceu!” Aí eu falei: “Não, essa vai ser a aula de hoje.” E aquilo transcorreu por três... Foram seis, doze aulas. Aquilo lá... foram dois dias de discussão, o dia inteirinho para falar sobre aquilo porque eles, eles gostavam... Por que eles gostavam da filosofia na língua portuguesa? Porque eles chegavam na cela e continuavam a conversa. Teve um dos alunos que falou;

“Professor, a gente gosta da sua aula porque depois ela dá assunto para a gente. A gente não precisa ficar olhando para nada. Ela faz a gente pensar.”

ENTREVISTADORA

Típico da filosofia... é uma boa reflexão.

ENTREVISTADO

Então, assim... Quando eu apresentei a caverna de Platão... Apresentei tantas coisas para isso que eu não vou lembrar. O Copérnico, que eu também cheguei a apresentar, não só o lado filosófico, mas também o lado da astronomia, dava para encaixar na língua portuguesa, porque o que eu queria, o meu real objetivo nisso, é que eles desenvolvessem o entendimento das palavras. Então, muitos textos eu adaptava. Eu fazia adaptação no texto com palavras que... “Professor, mas o que significa tal coisa?” Aí eu já deixava o dicionário pronto. E também o exercício do dicionário, que é a habilidade dois do sétimo ano, o uso do dicionário. Então eu consegui elencar três habilidades num mês só, que na realidade a gente trabalha duas habilidades por mês. Mas lá pelo entendimento deles dava para trabalhar mais. É mais cansativo uma aula que você tem duas disciplinas. Para você preparar essa aula demanda muito tempo. Só que depois quando ela sai do papel... Nem todas foram um sucesso, mas assim... Vamos supor: se fossem das 28 aulas que eu tive, anual, as 25 foram perfeitas. Três ou quatro que não deu certo por algum motivo, porque teve que ir embora mais cedo, houve alguma confusão justamente por parte de crença do aluno não entender que é o filósofo que está falando e não o professor. Ou que não é bem aquilo, que aquilo é para você pensar e não para você tomar como verdade. Então, só isso, mas nada saiu fora do controle.

ENTREVISTADORA

Ai, que ótimo! Agora me fale um pouco sobre situações em que você deu aula e que você viu que o aluno não estava entendendo, mas não porque você não estava se fazendo entender na sua parte de professor, na sua didática, mas porque as interações estavam prejudicadas por conta de fronteiras ou barreiras linguísticas.

ENTREVISTADO

Seu S... Nunca esqueço... Seu S... Turco... Não fala muito... Fala pouco português... Fez a prova para entrar na escola... Sabe ler em português... Escreve português, mas não fala muito bem... Não entende muita coisa. E o que eu comecei a fazer: eu percebia que eu passava atividades, explicava, e ele sempre, eles tinham esse costume de um ajudar o outro, só que o Sr. S..., na realidade, ele pegava o caderno do outro, como ele era um senhor de idade, ninguém falava nada, e pegava o caderno do outro e copiava na cara dura. E eu comecei a observar, e falei, “Sr. S...!” “Ah, não entende, professor, não entende.” Eu falei, “Esse turco está de brincadeira.” Só que daí eu comecei a perceber que ele, não é que ele não queria, ele não entendia o que eu falava, por causa da barreira da língua portuguesa mesmo. Ele entendia muito pouco e às vezes ele entendia errado. Eu apresentei um documento a uma delegacia de ensino, diretoria de ensino, delegacia antigamente que falava, apresentei um documento a uma diretoria de ensino, adaptando as atividades e fazendo prévias explicações escritas em turco para ele. Então, o assunto que eu ia falar, previamente ele já sabia. Já estava escrito lá. Isso melhorou 98%.

ENTREVISTADORA

E quem fazia a transcrição para o turco?

ENTREVISTADO

Eu tenho muita amizade com o pessoal da Liberdade. Eu sei que é um bairro oriental, mas a gente morava perto de um pessoal que era turco e eu fiquei muito amigo daquele pessoal. Então, o que eu fazia? Como eu sou leigo em turco, e para não falar que eu não fazia nada para ele... “Mas B...” Eu fazia um mês de aulas... Segundo as habilidades que eu ia dar porque eu preparo a aula, o que eu vou fazer por semana, mas assim: o bruto eu faço mensal. O norte que eu vou dar. E aí eu passava no Google Tradutor e mandava para ele e ele falou: “B..., você está ficando louco? Isso daqui está tudo errado!”, ele falou. “Então arruma para mim.” Aí ele arrumava, mandava de volta. “Ó, ... tá tudo certinho!” “Não, beleza!” “O seu documento em português está tudo de

acordo com o que você mandou.” “Não... Tudo bem.” E no começo... um dia que eu deixei passar – eu esqueci de mandar para o meu colega, que até a gente fez um acordo – eu até paguei para ele por esse serviço – é que eu não consegui. Não dava tempo de eu mandar para ele. Eu dei para o Sr. S..., direto do Google Tradutor. Eu tive uma experiência, que eu achei que foi uma besteira, mas depois eu vi que foi uma experiência legal. Porque ele viu que tinha coisa errada. E ele corrigiu em português. Aí eu parei de mandar e comecei a deixar o Google Tradutor. Para ele corrigir, para eu chegar e ver se ele estava entendendo. Aí eu falo para você que melhorou cem por cento. Porque daí ele começou a entender o que estava acontecendo.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

“Professor, mas essa palavra não é assim... não é assim...” Mas o que é que está acontecendo, Sr. S...?” “Mas isso quer dizer tal coisa.” “O senhor não quer dizer tal coisa pelo que o senhor falou?” Exatamente. Aí ele arrumava.

ENTREVISTADORA

Ele fazia edição.

ENTREVISTADO

Ele fazia edição... eu vi que dava mais certo que entregar tudo pronto.

ENTREVISTADORA

É!

ENTREVISTADO

Aí ele se tocava... e foi dando certo. O amigo dele que fazia a interpretação de algumas coisas porque tinha coisas que a gente não entendia mesmo. Aí, o Hamza, que era um outro aluno, fazia a interpretação... Só que o Hamza teve que ir, acho por motivo de saúde, não sei, porque lá a gente não fica sabendo de muita coisa, e ele saiu da escola. E aí ficou o seu S..., enquanto ficou só o seu S..., eu falei, “Eu vou... Não sei o que eu vou fazer com esse homem.”

ENTREVISTADORA

Criar um mecanismo, não é?

ENTREVISTADO

Primeiro eu falei: “Não sei o que eu vou fazer com esse homem.” Fiquei uma noite... Sentei à mesa lá em casa, peguei um monte de livro que eu tenho de didática, peguei o computador e fui começar a pensar o que eu ia fazer. E aí eu cheguei à conclusão, olhando um trabalho que eu tinha feito de uma autora – que eu não sei falar o nome dela completo -eu sei o sobrenome que é Koch.

ENTREVISTADORA

Koch... E... Ah... Eu sei quem é que é.

ENTREVISTADO

Então... Ela falando, em um estudo dos livros dela, que ela fala sobre a complexidade; sobre você não entender a palavra, mas sim você entender o texto.

ENTREVISTADORA

A Koch, não é?

ENTREVISTADO

Isso... Você entender o texto. E eu... Aquilo entrou na minha cabeça... Eu falei assim: “Eu não posso fazer esse homem entender uma palavra. Ele tem que entender tudo.” E aí foi que surgiu a ideia de começar a passar. Num dia que eu errei, esqueci o prazo, fui obrigado a passar o Google Tradutor pra ele direto, ele corrigiu e eu vi que deu mais certo. E aí o pessoal de São Paulo me ligou e falou assim, “Você não vai precisar de mais nada?” “Não, eu tô me virando com o turco.” “Aprendeu a falar turco?” Eu falei, “Não, eu estou me virando, estou me virando.” “Mas o homem aprendeu a falar português?” “Ah, que bom, B....! Mas, você fez milagre!” Eu falei: “não sei, mas ele teve uma melhor interação.” Tanto, que a última prova bimestral dele, eu fiz as duas. Eu fiz uma prova digitada pelo Google Tradutor e a prova original em português. Ele

fez a prova em português. Ele me entregou em turco. Ele falou assim, “Esse não. Esse tá errada.” E fez a prova em português.

ENTREVISTADORA

Que ótimo, então ele teve entendimento melhor, não é? E assim, você criou um mecanismo bem específico, com um aluno específico de turco, porque você no mínimo devia ter outras nacionalidades lá, mas é ele que estava truncando ali porque ele não estava entendendo a aula. O intérprete, o *ad hoc*, o intérprete *ad hoc* teve que sair, que é o Hamza, e você não sabe o motivo... Mas ele perdeu o intérprete dele. Aí você criou outro mecanismo e nesse mecanismo você conseguiu fazer com que as coisas se invertessem positivamente para ele aprender a língua portuguesa.

ENTREVISTADO

Sim.

ENTREVISTADORA

Que maravilha! Foi muito didático isso. E aí foi sem querer; foi um acidente de percurso. que você viu que acabou dando certo. Você falou: “Peraí... se ele está corrigindo eu vou deixar ele continuar fazendo as edições e assim ele vai aprendendo a língua portuguesa.” Outras situações, em que você, assim, na maior parte das situações, me parece, que você falou que um ajuda o outro. Então, na verdade, tem outros casos em que alguns alunos presos, por exemplo, não estão entendendo a matéria, não estão entendendo a aula ou o discurso que está sendo feito na aula, o mecanismo é...

ENTREVISTADO

A maior dificuldade que a gente vê não é nem tanto o entendimento do que você fala. O S... foi bem específico. Mas dos demais, você identifica a maior dificuldade na leitura. Principalmente do pessoal dos sul-americanos. Você vê que eles entendem perfeitamente o que você fala. Mas o que está escrito, às vezes as atividades, o texto, eles têm dificuldade. E aí você tem a questão do castelhano, que é uma das línguas mais faladas lá, e o tupi. Com o castelhano não tem problema. A gente nunca teve problemas assim. As palavras são bem próximas. Não é... lógico que na hora de você fazer um texto, na hora de você propor uma atividade, você não vai utilizar palavras difíceis. Você não vai usar nenhum termo técnico, você vai deixar o mais simples possível. Porém, alguns alunos, acredito eu que sejam do Uruguai, não lembro certinho, que eles tinham como língua nativa o tupi. E outros que falavam o castelhano, mas que também sabiam falar tupi. [Com] esses você precisava, porque com esses não tinha como correr porque você não tem recurso. Eu procurei. Tinha lá na penitenciária, na biblioteca da escola, eu achei dicionário até em chinês, porque tivemos alunos chineses lá. Só que você não achava nada em Tupi, nem na internet. Você tem um dicionário na internet em Tupi, atualizado, que é um moço que fala Tupi, um brasileiro, só que o preço é inacessível e a escola não vai comprar esse material. Então, assim, você depende de um intérprete, nesse caso.

ENTREVISTADORA

Depende de um intérprete. Que, nesse caso, o mecanismo que foi criado é o intérprete... de um outro preso... que vai ajudar o outro preso na língua.

ENTREVISTADO

No entanto, no dia em que o intérprete faltava eles também faltavam. Porque não tinha como. Eles sabiam que eles iam sofrer na aula, então eles não iam também. E aí a gente falava, depois que eles apareciam, a gente falava: “mas o que aconteceu?” “Ah, não, professor... eu fui... o intérprete falou...” “eu tive que passar no médico...” e eles... eu não sei por que não veio. Aí você acaba abonando a falta dos caras porque não tem como. Você vai ter um aluno na sala de aula que não está entendendo o que você está falando. Não tem como. Então, não tem como você dar falta para esse aluno. Porque a vontade dele era de estar ali. Eu tinha três alunos que falavam Tupi-Guarani e eles tinham vontade de aprender. No entanto que... eu acho que um dos dias que eu mais me... um dos dias que eu mais tive realização como professor – são casos pontuais em que você vê uma melhor absurda.- foi o dia em que tinha um texto que eu tinha passado há muito tempo sobre a cidade de São Paulo, um texto simples, falando sobre os locais,

sobre os lugares da cidade de São Paulo, o ritmo, a música, a cultura, a parte cultural, a parte de habitação e tal. Um deles pediu para – era no dia da prova – o intérprete falou assim: “Ó, professor, ele quer ler um texto que o senhor passou lá em fevereiro. Ele viu aqui no meu caderno, porque ele ainda não estava.” Falei: “Ó, pode ler, não tem problema.” “O senhor tem outro?” Deu certo que eu tinha. Eu não sou de guardar as coisas, mas deu certo que eu tinha no carro. Aí eu falei, “Amanhã eu trago e ele pode colar no caderno dele.” Eu pensei que era para colar no caderno. Quando eu dei o texto na mão dele, ele falou assim, “O professor, está perguntando se pode ler lá na frente.” Eu falei, “Pode.” Ele, com muito esforço, muito tropeço, ele conseguiu fazer a leitura do texto.

ENTREVISTADORA

Olha que interessante, não é?

ENTREVISTADO

Aí eu fiquei pasmo, porque o tupi e o português são muito diferentes. É muito diferente a sonoridade... é muito diferente... e quando eu vi ele falando... mesmo com todos os erros que ele estava... assim... não um erro grave, mas a sonoridade não batia muitas vezes... Você... Eu fiquei impressionado. Aí depois no final ele falou em português agradecendo a todos os colegas e a todos os professores por ter ensinado tudo que ele estava aprendendo e ensinado português. Então, assim, comigo ele tinha mais proximidade porque ele queria aprender o português. As aulas de História e Geografia que ele tinha com os outros professores, ele tinha ajuda dos seus colegas, dos seus intérpretes. E, basicamente, uma grande parte do que já está lá já tem formação. Então já tem uma noção de falar da Idade Média, vai falar de outras coisas, mas da língua portuguesa não, é novo. E na parte do inglês, a gente não precisa falar nada, porque eu falo, dar aula de inglês lá, para quem quer estudar, parecia até brincadeira, porque a gente aprendia mais do que dava aula. Porque eles falam bem o inglês.

ENTREVISTADORA

Falam bem e falam vários idiomas.

ENTREVISTADO

Falam vários idiomas. Então assim, a minha... a ordem que eu recebi da direção da escola foi: reforça a língua portuguesa. Porque eles são estrangeiros e eles precisam do português.

ENTREVISTADORA

Do português.

ENTREVISTADO

E o português, ele é complexo. Ele é uma língua muito complexa. Perto do que você analisa das pessoas que tem lá, nós tivemos um aluno, eu não me lembro o nome dele, ele era italiano. Ele não falava português. A minha sorte é que eu já tinha feito curso de italiano e eu falo italiano. Aí eu consegui, uma coisa que na época eu achei que não iria conseguir, fazer a alfabetização dele em português. A alfabetização falada porque ele lia. A maioria lá lê português. Mas lê com muita dificuldade.

ENTREVISTADORA

Mas não fala. Mas falar não.

ENTREVISTADO

Não fala, não entende. Às vezes até fala, mas não entende. Aí você vai trabalhando isso. Não é um trabalho de duas, três aulas. É um trabalho de seis meses, às vezes. O Sr. S..., ele foi um trabalho de um ano. Ele foi 2023 inteiro... que eu fiz esse trabalho... o Hamza... saiu em maio.

ENTREVISTADORA

O intérprete dele, não é?

ENTREVISTADO

Saiu em maio... Então assim... Contando parece que foi pouco tempo, mas não! Foram muitas aulas, foi muita coisa, muito conteúdo. Esse dos meninos também, foi bastante coisa. Os meninos entraram em julho. Porque lá eles são assim: entram, saem, do nada

chega lá, tem aluno novo. “Ah, fulano saiu.” “Por quê?” “Ah, fulano foi pro castigo, fulano saiu de liberdade, fulano foi pra aula de progressão.”

ENTREVISTADORA

Ou foi para trabalho, não é?

ENTREVISTADO

É, ou foi pro trabalho, ou não quer mais vir na escola, ou tá aguardando consulado pra ser extraditado. Então, assim, é um lugar que [no qual] é difícil você trabalhar com uma linha. Você tem que trabalhar esperando que amanhã aquele aluno não vai voltar mais.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

Então, a sua aula tem que ser, mais ou menos, todos os dias, a última. Você tem que ser completo. Eu vou falar de tal assunto. Então, você vai falar daquele assunto naquele dia. Você vai zerar aquele assunto naquele dia.

ENTREVISTADORA

Interessante que você... Então não dá para ter um plano de ensino que você vai ter uma continuidade com aqueles alunos porque isso vai... Como é que se fala... Assim como em todos os setores do presídio existe uma rotatividade enorme dentro da sala de aula também.

ENTREVISTADO

Sim.

ENTREVISTADORA

Você não consegue pegar o aluno do começo ao fim às vezes.

ENTREVISTADO

Não, é muito raro a gente conseguir pegar um aluno. Às vezes, até por problemas de saúde, são diversos fatores e é uma rotatividade muito grande. Então, assim, eu adotei essa visão de que a minha aula tem que ser como se fosse a última. Se eu for falar sobre pronome, por exemplo, eu tenho que falar naquela aula. Eu tenho que pegar aquelas seis aulas, aquelas cinco horas que eu fico dentro da sala, e eu tenho que dissecar aquele assunto até onde eu quero chegar – até atingir o objetivo da habilidade. Por isso que eu sempre trabalhei com interpretação de texto e dentro disso eu inseri as outras coisas.

ENTREVISTADORA

É... Que era mais tranquilo,

ENTREVISTADO

Sim. Até porque eles precisavam ter um maior entendimento da língua e não é ficar o nome específico, não é como você ensina português para um brasileiro. É diferente, um brasileiro tá falando a língua. Um adolescente brasileiro, você vai falar sobre artigo com ele, ele tá falando a língua. Ele já sabe que aquilo lá existe. O estrangeiro não sabe.

ENTREVISTADORA

Exatamente... É novo, é uma língua estrangeira... Quer dizer, você está ensinando uma língua estrangeira para eles.

ENTREVISTADO

Sim.

ENTREVISTADORA

É aí que está. E o português, digo, e o inglês para eles é uma língua nacional... é uma língua nativa... que para nós é uma língua estrangeira.

ENTREVISTADO

Sim... pode falar.

ENTREVISTADORA

Então... E o português então deveria ser português para estrangeiros. Deveria ser essa disciplina: português para estrangeiros. Agora me diga uma coisa: como a Secretaria da Educação, como a escola em suas... agora não é mais delegacia, não é?

ENTREVISTADO

Diretoria.

ENTREVISTADORA

Diretoria. Uma vez você falou lá que ia chamar a Delegacia de Ensino... e eles ficaram assustados.

ENTREVISTADO

Aí eu concertei. Eu falei: “Não, não, não... é Diretoria... não é Delegacia.”

ENTREVISTADORA

Eles ficaram assustados porque falaram: “A gente já está preso! Por que vai vir delegado aqui?” Então, foi muito engraçado.

ENTREVISTADO

Hoje é superintendente de ensino. Antes era delegada de ensino... Delegada de ensino... Delegado de ensino... Assustava mesmo o nome.

ENTREVISTADORA

Mudou.

ENTREVISTADO

Mudou.

ENTREVISTADORA

E o que essas instâncias pensam de um contexto desse? Jogaram vocês lá? ou simplesmente colocaram vocês lá falando... Nós vamos dar toda a assistência nas questões das interações linguísticas?

ENTREVISTADO

A escola... A escola... Ela presta assistência dentro do limite que ela tem. Nós temos a vice-diretora, que coordena o ensino na penitenciária, só que assim: nós não temos especialistas. Então é por nossa conta o que a gente vai fazer. Agora, a diretoria de ensino também. Nós temos as ATPCs, que são as reuniões. Antes eram presenciais, agora são online. Só que não tem material preparado para isso.

ENTREVISTADORA

E o que falta? O que você acha que poderia acontecer para mudar isso?

ENTREVISTADO

Primeiro que hoje você tem... Hoje eles estão no sistema EJA – Educação de Jovens e Adultos. O material deles deveria vir como EJA, para começo de conversa. Só que o material deles, eles utilizam muitas vezes. A gente utilizava livros das séries normais de uma escola regular. Não tem nenhuma adaptação para o estrangeiro. O material que eu usava é o material que eu criava. Eu comecei usando livros, mas eu vi que não estava surtindo efeito. Estava uma aula mecânica, uma aula totalmente robotizada. Tinha aquele tempo certinho de dar o exercício... Dar a atividade, e ninguém entendia nada e estava tudo bem. Eu não queria isso. Eu queria o povo falando... Eu queria causar aquela curiosidade, eu queria causar aquela estranheza deles: Por que isso? Mas por que no português é assim? Por que usando a filosofia?” E eu adaptei o material, eu mesmo produzi, eu fiz, mostrei, fiz o ofício, mandei para a diretoria de ensino, mostrei para a direção da escola, a escola aprovou. A diretoria de ensino pedia relatórios sobre o desenvolvimento que estava acontecendo e foi muito satisfatório.

ENTREVISTADORA

Mas eles nunca cogitaram? Nessa questão de que você dá uma aula e que tem pessoas ali que são estrangeiras e que podem não estar entendendo essa interação toda.

ENTREVISTADO

Não.

ENTREVISTADORA

Isso eles nunca... Como se diz... Eles deram assistência de um outro tipo, mas eles não especificamente se concentraram nas dificuldades de interação linguística, sociolinguística, porque você é um brasileiro e eles não.

ENTREVISTADO

Exatamente, de forma nenhuma... E também você vai procurar dentro das habilidades do currículo paulista, da BNCC, você não tem nada específico.

ENTREVISTADORA

Nada específico?

ENTREVISTADO

Não, você não tem... Você reutiliza as habilidades do ensino regular para brasileiros.

ENTREVISTADORA

Certo. E aí você dá uma aula, não é, B...? Por mais maravilhosa que ela seja, didática que ela seja, mas ainda você tem um percalço aí que muitas vezes, como você disse, você teve que usar de mecanismo, criar, ter uma criatividade para você alcançar o estrangeiro. O que você acha, então, como você vê, então, essa questão do intérprete para esses alunos? Porque você teve os intérpretes *ad hoc* que a gente chama, os próprios presos ajudando os presos.

ENTREVISTADO

Eu acho que foi uma mão na roda porque eu sozinho não daria conta; não conseguiria. Justamente porque você não tem material para isso, você não tem suporte para isso, e você tem que contar com a cooperação dos próprios alunos. Se fosse uma escola regular... Eu penso assim, uma escola regular, com pessoas refugiadas, poderia não ter nenhum intérprete. Porque no currículo do federal, da BNCC, não tem nada falando sobre isso.

ENTREVISTADORA

Não tem nada, não é?

ENTREVISTADO

Não tem nada.

ENTREVISTADORA

É um público esquecido.

ENTREVISTADO

Sim, é o professor que tem que se virar. O professor se vira. No currículo paulista também não tem nada. Então, assim, você utiliza as habilidades. Você recicla as habilidades. Você tem que apresentar essas habilidades no plano de aula. Você recicla para colocar, para dizer que você está seguindo a métrica do ano... Você está passando conteúdo só que tem muitas coisas que você tem que criar e que não vai estar lá. Você tem que fazer de um jeito que aquilo esteja lá.

ENTREVISTADORA

Exatamente.

ENTREVISTADO

Não desmerecendo, porque a BNCC é uma base curricular muito boa para o ensino, no caso, eu uso a BNCC no colégio particular, é muito boa, só que peca na educação para estrangeiros. Ainda mais porque a educação para estrangeiro é responsabilidade do Estado. E é um direito do...

ENTREVISTADORA

Então você acha que as políticas públicas, que deveriam existir políticas públicas que suprissem, quer dizer, que colocassem um adendo nesses documentos educacionais que pudessem contemplar os estrangeiros. E os estrangeiros presos são os mais esquecidos.

ENTREVISTADO

Sim.

ENTREVISTADORA

Porque a sociedade não vê... Como se diz... Eles como uma... Não acreditam na reintegração social deles. Isso daí é uma coisa que a sociedade sempre vai ter um pé atrás quando se fala em egresso de penitenciária. Então o único mecanismo utilizado por você era os intérpretes, o material didático que você criava para que você pudesse alcançar o entendimento ali na interação.

ENTREVISTADO

Sim.

ENTREVISTADORA

Ótimo. Agora diga para mim: a gente já está terminado... O que você entende por interpretação de línguas orais?

ENTREVISTADO

O que eu entendo por interpretação de línguas orais?

ENTREVISTADORA

É... Que são? Tem as Libras... E o que você entende... Qual é a representação que você faz dessa interpretação? O que é para você isso?

ENTREVISTADO

Eu acho que as línguas orais... É aquilo que vai se entender. É aquilo que você tem que entender... E que você quer fazer com que a pessoa entenda. Não é aquilo que está escrito, porque uma palavra tem um milhão de significados. Então, é você fazer aquela adaptação... Não sei se é bem uma adaptação, mas você não só apenas traduzir, mas sim fazer a interpretação. Você ter aquela interpretação completa... Pra aquela outra língua, existem muitos termos que não existem numa língua, que tem uma língua e não existe na outra, mas você tem que chegar o mais próximo possível.

ENTREVISTADORA

Exatamente.

ENTREVISTADO

Eu entendo assim, não sei se tá certo, mas eu entendo assim.

ENTREVISTADORA

É isso que você entende. Tá ótimo, a interpretação, como a gente sabe aqui, é aquela feita oralmente, que não é aquela escrita como a gente entende como tradução... a interpretação de línguas orais – a gente fala em orais porque a gente tem interpretação de Libras – então eles falam interpretação vocais de línguas vocais ou de línguas orais que são as línguas estrangeiras e que o intérprete está ali para te ajudar na interação, a fazer uma ponte de comunicação, fazer com que um entenda o outro, sempre estabelecendo, principalmente na interpretação comunitária, estabelecendo a simetria do poder.

ENTREVISTADO

É igual o que aconteceu em uma sala... na sala B... Eu passei... Eu entreguei os documentos... A lição do dia porque eu levava o impresso de casa. Às vezes eu imprimia na escola porque eu não usava o livro então eu usava o impresso. E eu entreguei, assim, nas primeiras carteiras e falei assim: “pessoal... pega um e passa.” Foi o pior erro que eu fiz na minha vida, quando eu digo que eu falei isso. Porque eles pegaram um e entregaram para mim de volta. Eu falei: “Mas o que aconteceu?” “Passa... O senhor mandou passar de volta, não é, Professor?” “Não. Passa para o seu próximo.” “Mas, professor, passa...” Aí eu fui explicar o que significava: “Não, gente, não é isso... passa: você vai pegar um e vai passar para o outro.” Ele falou: “Mas não é entregar, professor?” Eu falei: “Então..., mas existe também essa palavra que você vai passar...” “Mas, Professor, você passar não é passar perto de alguém?” Aí você tem... Eu expliquei para eles tudo bonitinho... aí eu chegava na aula – quando era sala nova eu nem falava mais “Passa”. Eu mesmo entregava o documento já para não ter mais..., mas, nessa sala, o dia que eu cheguei depois que eu expliquei. Falei: “Pessoal, pega um documento e passa.” Aí eles entenderam. Mas lá é um lugar onde você tem que tomar muito cuidado com o que você fala. Muito cuidado! Porque muitas das palavras que a gente usa aqui no Brasil confundem muito a cabeça deles. Eles não entendem...

ENTREVISTADORA

E ainda sem o intérprete.

ENTREVISTADO

E sem o intérprete.

ENTREVISTADORA

Porque se você falasse: “pega um documento e passa”, o intérprete estando com você, ele falaria nos modos da língua deles: ou em espanhol ou em inglês ou o que seja: esse entendimento ficaria melhor.

ENTREVISTADO

Sim... O intérprete... O intérprete... Ele ajudaria 100% porque... só para você explicar para ele... Ele entender o “Passa”, o significado que eu quis... Que eu quis passar... Que eu quis falar.

ENTREVISTADORA

O intérprete vai realmente achar a palavra certa para isso...

ENTREVISTADO

O intérprete já vai matar isso em três segundos! Coisa que eu demorei para explicar talvez cinco minutos.

ENTREVISTADORA

Exatamente.

ENTREVISTADO

Ou seja, eu tenho uma aula de 45 minutos... Cinco minutos dessa aula já foi embora. E aí é nisso que eu acho a importância do intérprete. Não só na escola regular, mas também muito mais lá. Porque você tem um horário apertado, algumas vezes, e você tem que parar a aula por causa disso. Não é que não é a sua função explicar, mas o intérprete pegaria esse tempo e ele usaria um por cento do tempo que você usa para explicar.

ENTREVISTADORA

Com certeza, com certeza.

ENTREVISTADO

Um por cento... E muitas vezes você não consegue chegar aonde você quer. Porque o aluno não vai entender o que você está falando. Você não vai entender, você vai ter que pedir ajuda pra alguém, você vai ter que chamar um preso de outra sala, perguntar se ele fala a língua do que você está tentando, e explicar pra ele, “Ó, eu falei isso, mas não é isso”, aí ele vai explicar, quer dizer, você tem um deslocamento de sala, você atrapalha outro professor, coisa que o intérprete matou em dois segundos.

ENTREVISTADORA

A presença do intérprete para você também é tão importante.

ENTREVISTADO

Extremamente importante, porque o intérprete vai fazer toda a diferença até no entendimento, na gestão de tempo e muito mais na didática.

ENTREVISTADORA

O entendimento e na dinâmica da aula.

ENTREVISTADO

Na dinâmica da aula, isso.

ENTREVISTADORA

Exatamente. Bom, B..., as experiências vivenciadas por você aí, você falou todas. Eu achei muito interessante, que hoje você foi desenrolando a conversa, que é assim que eu gosto. Não gosto de ficar de bate-e-volta, bate-e-volta... aquelas perguntas de pingue-pongue..., mas eu gosto de fazer aquelas perguntas... conte para mim essa história... E aí você foi contando e a gente foi chegando nessas questões... E eu fui alimentando as suas respostas para a gente ter realmente uma coisa mais completa, daquilo que você vivenciou em sala de aula. E você acha que – a última pergunta que eu te faço – você acha que seria viável ou você acha que é uma coisa, assim, claro... a longo prazo... Uma coisa que a gente vai ter que garimpar muito, sabe? Ou galgar muitos degraus, para chegar a uma formação de intérpretes comunitários para esses presos?

ENTREVISTADO

Olha, eu acredito que não. Eu acredito que não demora muito, porque hoje a camada que a gente tem lá na penitenciária que nós temos lá, eles são muito prestativos. E eles querem estudar. Apesar de um ou outro querer saber sempre o direito que vai ter, se alguma coisa vai mudar na sua pena, muitos lá sentem prazer em ajudar. Principalmente os mais velhos. Então, assim, eu acho que, a não ser por legislação, burocracia... Isso daí é Brasil. O Brasil é um país burocrático e nessa parte, é assim. Agora na parte de você fazer... Você fazer a formação com eles... Eu acredito que nessa parte vai rápido. Agora, já com a lei, aí eu já acho que, como sempre, trava, tem que esperar, tem recesso, tem que falar com duas mil pessoas para aprovar metade, depois aprova outra metade, mas eu acho que é uma... Sobre o intérprete comunitário lá na penitenciária é essencial, é necessário. Você vai poupar a gestão de tempo não só da escola; você melhora o atendimento médico, você melhora a relação entre os presos e os funcionários da

penitenciária, e você tira muita coisa que a justiça talvez tenha travado, você melhora no judiciário isso. Porque você vai ter uma pessoa dizendo, falando o que realmente está acontecendo. Você não vai ter uma pessoa fazendo mímica e o juiz não entender nada e tomar uma decisão sem, sem base, porque não tá entendendo. É igual você tá dando uma aula, você tá falando, o cara não tá entendendo, você dá uma atividade, uma prova, aí tem um outro que fala assim, “Ah não, fulano não entendeu porque fulano é burro.” Não, fulano não é burro, fulano não entendeu, não é língua dele.

ENTREVISTADORA

Exatamente.

ENTREVISTADO

Então eu acho que você tendo um intérprete comunitário, principalmente no sistema prisional, você destrava muita coisa. Você remove muita barreira, não só na escola, você remove em todos os lugares, principalmente na escola e no atendimento médico e com a justiça.

ENTREVISTADORA

Com a justiça. E é interessante porque eles aprendem o português por uma questão de sobrevivência, mas eles ainda, na entrevista que eu faço com eles, eles ainda falam que precisam do intérprete. Porque eles falam muito assim, “A gente fala o português porque a gente tem que ir lá tentar conseguir fazer alguma coisa. Mas a gente se expressa muito melhor na nossa língua. Então, o intérprete, a gente vai poder usar a nossa própria língua e o Intérprete...”

ENTREVISTADO

Fora o medo.

ENTREVISTADORA

Exatamente.

ENTREVISTADO

O medo de você estar na presença de um médico... O medo que eles têm de ser desrespeitosos com o professor, com o médico, ou com o próprio juiz. Você não se sente confortável porque o português é uma língua que tem muitos significados e eles têm essa consciência. Então eles têm medo. Eles têm medo de, por exemplo, falar de um jeito que vai irritar o médico, vai irritar o juiz, vai irritar o professor. Já teve casos de alunos que me contaram que chegaram no dia da audiência e eles não sabiam falar outra coisa a não ser gíria. Eles moravam no Rio de Janeiro, foram presos e vieram pra cá. E eles chegaram no juiz e falaram assim: “Qual é, meu irmão?” O juiz não quis falar com eles. Eles não queriam falar com eles. O Juiz não queria falar com eles!

ENTREVISTADORA

Oh, Meu Deus!

ENTREVISTADO

Eu acho assim, é mais que necessário. Às vezes o cara, eu não sei...

ENTREVISTADORA

Ele não conhece o registro linguístico.

ENTREVISTADO

É... Não conhece.

ENTREVISTADORA

Ele sabe que tem uma questão de poder: professor, juiz, médico, e que o intérprete comunitário é uma das primícias, não é? Um dos pressupostos da interpretação comunitária é você equilibrar.

ENTREVISTADO

E às vezes o cara ia pegar um ano, seis meses, o cara acaba pegando cinco, porque o juiz entende que desacatou. O professor entende que está sendo desacatado, aí manda para o castigo. O castigo acrescenta dois anos na pena. Então assim, é necessário, é muito necessário. É lógico que eu falo por mim, não falo por todos os professores que existem na rede, porque tem mais penitenciárias, mas eu falo assim por mim. Eu não levaria em consideração e procuraria saber o que ele sabe falar. Porque eu já tive alunos, inclusive esse aluno foi meu, ele realmente só falava gíria, e eu fui ensinando, assim,

eu até brincava com ele, eu falava assim: “Vamos descer um pouquinho, calma, vamos abaixar um pouquinho, porque não é assim, ‘Qual é meu irmão’. Calma, não é assim.” “Professor, mas o que eu falo?” Aí você sabe que ele não, realmente ele não sabe o que ele vai falar. “Mas professor, ficaram olhando feio pra mim.” Eu falei, “Porque você falou uma gíria. O tom que você falou, por mais que você fale calmo, as pessoas vão interpretar mal.” Só que aí que tá: O intérprete tem essa sensibilidade porque o cara vai chegar e vai falar no idioma dele. E o intérprete vai saber passar.

ENTREVISTADORA

Vai saber o registro linguístico.

ENTREVISTADO

É, vai saber passar. Não vai chegar falando numa gíria... Não... “Vossa excelência...” não sei o quê... Ele sabe falar. Agora, muitos alunos que a gente teve... São muitas histórias que eles contam que a gente fala assim: Tudo porque não sabia falar direito.

ENTREVISTADORA

A língua. Exatamente. Eles sabem e não sabem falar a língua.

ENTREVISTADO

Exatamente.

ENTREVISTADORA

Eles sabem falar a língua por uma questão de uma sobrevivência diária.

ENTREVISTADO

É isso. Teve um aluno que falava, “Professor, o meu português é para não morrer de fome”.

ENTREVISTADORA

Exatamente.

ENTREVISTADO

Era isso que a gente escutava. Por isso que eu tenho certeza, eu não acho, eu tenho certeza que o intérprete comunitário ele é essencial tanto no sistema prisional porque você tem um local sensível, você tem um local em que você não pode ser mal interpretado, você está lidando com a justiça, você está lidando com várias vidas... São vidas diferentes, experiências diferentes, humores alterados. É um local que é uma – eu penso assim: dependendo da situação, pode dizer que você está sentado em uma bomba atômica.

ENTREVISTADORA

Sim. Barril de pólvora.

ENTREVISTADO

É um barril de pólvora... E qualquer coisinha pode explodir em cima de você. Então assim: tanto na interação deles com os funcionários, com o médico, com o diretor, com o professor, mas também entre eles. Porque se você tem pessoas que são intérpretes, que além de ajudar na sala de aula, ajudam na consulta, ajudam na audiência, você terá pessoas lá dentro, no convívio diário deles, que podem livrar uma pessoa de uma briga, de um desentendimento.

ENTREVISTADORA

Exatamente.

ENTREVISTADO

Porque lá nós temos portugueses, nós temos gregos, nós temos chineses, nós temos todas as nacionalidades.

ENTREVISTADORA

E religiões e culturas...

ENTREVISTADO

E religiões. Eu dei aula para dois... Não lembro... Eu acho que eram dois judeus. E quase deu briga na sala porque eu tinha um aluno que era extremamente católico. E eu tive que entrar no meio da briga porque eu vi que eles iam sair... Eles estavam se empurrando e eu entrei no meio dos dois. Na hora não passou nada na minha cabeça... Eu acho que eu nem lembrei onde eu estava. É o instinto de professor... Eu fui na frente e eu falei: “Ó, pode sentar.” “Ah, Professor falou...” “Senta!” E depois eu comecei a

ver... Aí quando a gente volta para casa a gente começa a temer a vida da gente. Só que você vai ver que foi tudo porque eles não estavam se entendendo.

ENTREVISTADORA

Exatamente.

ENTREVISTADO

E nem por questão... Não só pela religião, mas, pela língua.

ENTREVISTADORA

Pela língua.

ENTREVISTADO

E aí você tem. Você tem um intérprete. Você soluciona. Você soluciona... Nossa! Muitos problemas que tem lá. Tanto de justiça quanto... Eu acho que mais o convívio entre eles... O convívio melhora.

ENTREVISTADORA

O convívio melhora. Eles se sentem mais seguros, não é?

ENTREVISTADO

Sim! Mas eu me ponho no lugar deles. Eu penso assim, não como preso, mas você está em um outro país. Você não fala um oi da outra língua. Alguém do nada começa a gritar e apontar você na rua. O que você vai fazer? Você vai correr. Você não sabe o que está acontecendo, você não sabe o que o cara está falando... E o desespero... Aí de repente você vai preso... Você não consegue se explicar... Ninguém fala a tua língua... Eu penso que é desesperador uma situação dessa. E muitos deles ali... A gente vê que passou por isso.

ENTREVISTADORA

Exatamente. E teve os seus direitos não preservados nesse sentido?

ENTREVISTADO

Exatamente... Não... Não teve direito algum. Foi feita a prisão, foi feito o julgamento, não entendeu nada do que estava acontecendo... Aí chegou na cadeia, lá na penitenciária, conheceu alguém que sabia ler, que foi ler o documento dele porque que ele foi preso. E aí ele vai tentar se explicar, aí você tem toda a burocracia do sistema... Eu dei aula – não era estrangeiro: era um brasileiro – em Taquarituba... que ele foi... Foi preso inocente... Passou até no Fantástico. Ele ficou cinco anos preso lá. E eu dei aula para ele. E... Tipo assim: não tem nada a ver com a língua, mas com a burocracia. Se o brasileiro, que sabe falar a língua, teve esse tempo para a justiça processar essa informação de que ele era inocente, imagine uma pessoa que não sabe o que está acontecendo.

ENTREVISTADORA

Nossa... Que coisa, hein? Que interessante... Esses relatos... Porque você esteve perto ali... e você consegue vislumbrar todo esse tipo de situação porque a gente realmente fala: “não, é necessário ter um intérprete.” Tudo bem... Às vezes até alguém da administração fala: “Não, eu acho muito necessário o intérprete e tudo mais...” Mas vocês estavam ali e você estava ali na pele e sentindo como eles, as dificuldades que eles têm, o desespero, a angústia que eles passam por conta das interações truncadas...

ENTREVISTADO

Sim, porque quando você dá aula... Você dá aula lá... Nós não temos grade. É uma sala de aula comum... É você e eles e você tem que ter uma interação com eles. Você não precisa ser íntimo... Isso jamais porque é a sua relação professor-aluno. Só que dentro da relação professor-aluno, você acaba, por exemplo, quase todo mundo terminando a atividade, um ou outro quer conversar com você. E você vai dar atenção. Aí você escuta, você começa a entender o que acontece. Então, uma coisa que você pensava, você já não pensa mais. Você consegue enxergar as deficiências do sistema, você consegue enxergar toda a questão – ainda mais no presídio de Itaí – a questão cultural. Você não viajou, mas você consegue enxergar a angústia, os sentimentos mais íntimos de uma pessoa no desespero. E como que cada nacionalidade, cada cultura encara aquilo. Então, eu penso que, como professor da penitenciária, eu tive uma escola, eu aprendi mais do que eles. Porque eu comecei a ter uma outra visão da vida dando aula lá, vendo que,

apesar de todas as diversidades que eles tinham lá, ainda assim a sociedade que eles criavam lá dentro, a sociedade deles, o grupo deles, era mais organizado do que a nossa sociedade que tem liberdade, que está em liberdade. E que ninguém, ninguém nunca vai ser preso. Porque você só acredita que as pessoas vão presas quando você vê um preso e quando você escuta o que ele tem para falar para você. “Mas a minha vida era assim... assim... assado... eu tinha uma loja... eu tinha isso... eu tinha aquilo... Viajei para o Brasil... não sei o quê... aconteceu isso... isso... isso...” e você começa a ver o real; que qualquer um pode ser preso por qualquer coisa! Qualquer coisa. Então, assim... e da parte deles você enxerga o desespero de não falar uma língua. Ainda mais sendo português, que é uma língua difícil. É uma língua difícil de falar, uma língua difícil de entender, uma língua difícil de ler. Então, assim... Você vê naquele lugar muitas coisas. Então, você como professor, como ser humano – não falo nem como professor, mas como ser humano – é uma experiência muito grande – às vezes desgastante – mas é uma experiência que, eu acho que toda pessoa que se propõe a ser docente, tinha que pelo menos dar seis meses de aula numa cadeia. Porque lá você tem a humanidade. Você aprende a dose certa de humanidade e a dose certa de rispidez. Até onde eu posso ser ríspido, até onde eu posso ser humano. Lá você tem que ter a dose certa... e você vai aprendendo... e você vai... é dificuldade disso, dificuldade daquilo..., Mas você vai aprendendo. Nunca tive... Eu nunca tive grandes problemas com nenhum preso... Nunca tive problema com nenhum preso. Nunca discuti, nunca tive problema: nem na daqui de Itai nem na de Taquarituba. Nunca tive problema. Os presos só... Era só... Era sempre... Eu chegava: “aí, professor, está cansado hoje?” “Está com sono?” Eu falava: “estou quase... se eu não passar as coisas na lousa eu vou dormir.” E sempre brincando assim até nessa interação. Eu acho que a experiência maior que a gente tem é você enxergar o outro lado da sociedade.

ENTREVISTADORA

Exatamente... E que subjaz ali muito sofrimento também. Não é querendo, como diz o doutor Paulo Almeida que é juiz da Justiça Federal, doutor Paulo Marcos, muito assim... Nossa... Uma pessoa assim de extrema humanidade. Ele fala assim: “Lúcia, isso aí não sai do nada... subjaz aí muitos problemas familiares, psicológicos, financeiros... o que eu faço: julgo, prendo e depois, Lúcia? Depois ele sai, vai solto... o que ele vai fazer da vida? Aí algum juiz pode dizer para mim assim... Paulo, mas isso daí já não te compete...” Ele fala... “mas é um ser humano... entendeu... ele vai reincidir... ele vai passar fome... ele vai reincidir...” Como ele disse assim: “Eu fui buscar um australiano lá... fui buscar lá no consulado... o cara estava passando fome lá na Paulista... mendigando lá... não fala uma palavra de português.” Aí, pôs ele em um albergue, sabe? No CDDHU lá de Guarulhos... Pôs ele no albergue. Lá ele aprendeu, comeu, lá ele aprendeu a fazer algum ofício e aí quando deu tempo de ele voltar para o país dele, porque ele tinha que ser expulso. Ele foi para a Austrália e depois me mandou um recado de que estava trabalhando lá. Ele estava retomando a vida. Quer dizer: tudo isso, entendeu? Ele falou: “Ah..., mas não é da minha conta.” Ele falou: “Não é que eu quero proteger o mundo.” A sociedade fala assim... “Ah... você quer beneficiar bandidos.” “Não... são pessoas... e tem pessoas ali... possivelmente recuperadas.” Entendeu?

ENTREVISTADO

E não são poucas.

ENTREVISTADORA

E não são poucas. E assim... como o Doutor Fernando me sempre sublinha isso... Ele fala: “Lúcia... muitos deles são crimes de ocasião. Não são do crime organizado. Foram aliciados ao crime organizado. E o que levou essas pessoas a fazerem isso? “N” motivos. De precariedade da vida mesmo... e que acabam fazendo isso.

ENTREVISTADO

Isso são coisas que a faculdade não ensina para a gente.

ENTREVISTADORA

Não ensina.

ENTREVISTADO

E a gente tem que aprender. Porque você dar aula em x escola, em escola y, e você não ter contato com essa realidade, não quer dizer que ela não exista.

ENTREVISTADORA

Exatamente.

ENTREVISTADO

Ela existe. A sucessão não está no lugar. Mas a partir do momento que você começa a dar aula numa escola de periferia, ou numa escola dentro do sistema prisional – não precisa ser só internacional – você vê que a sua função como professor vai muito além daquilo que você aprendeu. Primeiro você exercita a sua função humana; depois a sua função docente.

ENTREVISTADORA

Exatamente. As três dimensões que o professor tem que ter, não é?

ENTREVISTADO

Sim.

ENTREVISTADORA

A técnica e a dimensão da docência, da formação humana... Não é... Porque não pode ser extremamente técnico e nem extremamente docente; você tem que dosar essas dimensões porque você tem que ter sim o conteúdo para ensinar, mas até você chegar no conteúdo tem muita variável aí pelo caminho.

ENTREVISTADO

Sim... Você não vai ensinar – como já em uma entrevista disse o Paulo Freire – você não vai ensinar para um menino da cidade o que é cavalo. Se ele nunca viu um cavalo.

ENTREVISTADORA

Exatamente.

ENTREVISTADO

Ele tem que ver um cavalo. Então, o que você pode fazer? Alusões... você pode tratar desse tema com imagens, com tudo. Só que tem que ter aquela visão, aquela humanidade para você ensinar.

ENTREVISTADORA

Sim.

ENTREVISTADO

Não é só jogar a figura na mesa. Jogar a palavra na mesa. Você tem que ter todo um: “Ah... vou contar uma história... o cavalo vinha mancando... o cavalo vinha andando...” E fazer... Entreter aquela criança, ou aquele estudante, para ele ter uma ideia, para quando ele vir um cavalo de verdade ele lembrar o que está acontecendo. E os recursos que a gente tem lá são bem limitados. Então... Bem dizendo... Lá você tem o canetão, a lousa, o caderno e a impressão que você leva. Filme, televisão, é uma coisa muito rara de se usar. Antes se usava com mais frequência. Agora você só pode usar mediante autorização... O diretor tem que ver o que você vai passar... O filme... Se é um filme, se é um documentário... Isso a escola já pedia... Você tem que pôr no plano de aula que você vai passar um filme...

ENTREVISTADORA

Sim... Tem que ter um objetivo...

ENTREVISTADO

Sim... Só que agora a penitenciária também quer saber... Então, assim, ficou mais restrito, porque o tempo que você gasta desenvolvendo dois relatórios, passando o pendrive para a administração, a administração não vai te devolver no dia. Você prefere muito mais trabalhar na sala do que você passar um conteúdo que vá precisar da televisão. Porque vai te tomar muito tempo. E hoje, com os materiais que a gente tem, e pela demanda que a gente tem hoje pelo Estado de São Paulo, nesse Critério Educação de São Paulo, o nosso tempo é apertado. Então você tem que... Não te impede de fazer um bom trabalho, isso jamais. Não impede. Só que muitas coisas no ambiente prisional, você tem que passar por cima porque vai demorar muito tempo. A não ser que seja uma coisa imprescindível que não dá para teorizar. Eu tenho que mostrar...

ENTREVISTADORA

Eu tenho que mostrar...

ENTREVISTADO

Eu tenho que ilustrar... Daí, você se prepara para conseguir passar aquilo no dia lá que você planejou. Caso contrário... Para o Ensino Fundamental II, que é o que eu dava aula, que são salas multisseriadas, do sexto ao nono ano misturado, é mais teoria. Não tem tanta ilustração. A partir do Ensino Médio, só que só tem para brasileiro, aí você precisa, só que daí, no meu caso, que eu dava aula de itinerário, que era um itinerário misturado com filosofia e sociologia, e eu conseguia trabalhar através de imagens impressas. Não havia necessidade de vídeo. Mas assim... Eu acredito que muita coisa precisa melhorar na educação para jovens e adultos, não só para o sistema prisional, e muito mais para a educação para estrangeiros no Brasil.

ENTREVISTADORA

Com certeza. E a formação também do professor, que contempla aí uma formação em espaço não escolar, que é a formação dele dentro de instituições que não é a escolar. Ou seja, o presídio, um, sei lá, um orfanato,

ENTREVISTADO

Um hospital...

ENTREVISTADORA

Um hospital. Alguma coisa assim, porque o que a gente vê na formação da pedagogia ou na formação de letras, por exemplo: a de letras... Até onde eu sei, que eu dei aula de letras – licenciatura em inglês – nada contemplava espaço não escolar. Nada. E também a questão da pedagogia, contemplava espaço não escolar, mas teorizado; só uma teoria ali. Não realmente. O estágio não obrigava, não contemplava o aluno de pedagogia a ir para um espaço não escolar...

ENTREVISTADO

Hoje você tem a escola em presídio e hospitalar. Inclusive a nossa escola, João Michelin, cede professor. Nós temos a educação especial tanto na escola quanto em casa. São aulas que são distribuídas normalmente só que o professor vai até a casa do aluno e o Estado banca isso. O Estado paga isso. Só que daí você vai ter uma formação onde você vai fazer uma formação hoje. A única coisa que você é obrigado a fazer é Libras. Fora. Sendo que você tem muito mais necessidade... Lógico, Libras é necessário... Muito necessário. Só que também é necessária uma disciplina, alguma coisa, para ambientes não escolares.

ENTREVISTADORA

Exatamente.

ENTREVISTADO

Porque você aprende da aula na escola. Você não aprende da aula em uma cadeia.

ENTREVISTADORA

Nem para moradores de rua.

ENTREVISTADO

Nem em um assentamento... em um assentamento que pertence à diretoria de Avaré... O assentamento do Zumbi dos Palmares que são índios, mas, por exemplo, você não pode pegar um... Ou você pegar um grupo de refugiados... E o Estado fala: “Não, vamos instalar uma sala de aula lá e você vai lá e dê aula.”

ENTREVISTADORA

Tá, mas são refugiados... São estrangeiros...

ENTREVISTADO

Não falam, a maioria das vezes, a língua...

ENTREVISTADORA

Não falam a minha língua, não falo a língua deles... E como é que nós fazemos? O Estado não está prevendo esse tipo de coisa.

ENTREVISTADO

É... O Estado...

ENTREVISTADORA

A educação não está prevendo isso.

ENTREVISTADO

Mas eu acho que isso já não é tanto só do Estado. Eu acho que isso vem lá de cima. Essa visão. Essa visão deveria partir do governo federal.

ENTREVISTADORA

Do governo federal.

ENTREVISTADO

Porque o Estado não vai desenvolver sozinho porque isso é caro.

ENTREVISTADORA

É caro... Ele tem que ter um aporte federal... Eu acho que o Ministério da Educação, junto com o Governo Federal, prevê esses tipos de coisas... Mas é aquela coisa: fazer com que eles lembrem do estrangeiro. Porque tem essa visão também: você é estrangeiro, sua pátria não é aqui, por que eu vou investir em você? E ainda por cima você cometeu uma infração no meu país. E aí você está preso também. Então existe aquela questão da sociedade retributiva.

ENTREVISTADO

Sim.

ENTREVISTADORA

Então, é como... Quem falou para mim? A Daniela... A Daniela, assistente social da penitenciária de Itai. Ela falou para mim assim: "Lúcia, para a sociedade é assim: 'olha... taca fogo e mata todo mundo'."

ENTREVISTADO

É.

ENTREVISTADORA

Entendeu? Ninguém vê o que está por trás de toda essa história.

ENTREVISTADO

É um Carandiru que se repete todo dia.

ENTREVISTADORA

É.

ENTREVISTADO

Para a sociedade é um Carandiru que daria certo se fizesse tudo de novo, só que em todas as cadeias. As pessoas esquecem que são pessoas que estão lá. "Ah, mas fez coisa errada." Tá, mas quem nunca? Quem não está sujeito a fazer? Hoje você pode estar bem... E amanhã? E cada pessoa toma uma decisão. Tem pessoas que tomam decisões que não vão contra a lei. Mas tem muita gente que toma decisão que vai contra a lei.

ENTREVISTADORA

É... Então...

ENTREVISTADO

E essa pessoa pode ser seu filho, pode ser seu parente... e você concordaria de botar fogo no seu parente? Acho que não.

ENTREVISTADORA

É... B..., é complicado, viu? É isso aí, B..., tem mais alguma coisa para falar?

ENTREVISTADO

Não, acho que eu falei tudo.

ENTREVISTADORA

Você falou tudo.

ENTREVISTADO

Eu falo demais!

ENTREVISTADORA

B..., muito obrigada

Apêndice B: Entrevistas com migrantes encarcerados

Em conformidade com os princípios éticos da pesquisa e visando à preservação da identidade dos participantes, os nomes dos entrevistados foram omitidos, sendo utilizados apenas por meio de suas iniciais.

1. Entrevista com migrante turco Y.

ENTREVISTADORA

Hoje é 7... 8 de novembro de 2003, eu estou aqui com o Y.... Ele é um dos detentos aqui. Y..., que nacionalidade que você é?

ENTREVISTADO

Turquia.

ENTREVISTADORA

Você é da Turquia. Então Y... é da Turquia. Ele me concedeu essa entrevista. Ele trabalha aqui na oficina pela FUNAP. Ele está no raio 3, não é? Eu vou fazer as perguntas para ele em português para depois, se ele não entender alguma coisa, eu falo, repito, tento falar com ele em inglês. Certo? Y..., tudo bem? Está pronto?

ENTREVISTADO:

Tudo bem.

ENTREVISTADORA

Então, vamos lá. Você poderia me contar como que é a sua rotina dentro do presídio? O que você faz todos os dias aqui dentro?

ENTREVISTADO

Agora eu trabalho na FUNAP para costurar. De manhã eu acordo, tomo café de manhã, depois trabalho até cinco horas, depois de cinco horas eu leio livro, assisto televisão, e depois eu durmo de novo.

ENTREVISTADORA

Certo. Quanto tempo você está aqui, Y...? Quanto tempo?

ENTREVISTADO

Três dias depois de um ano.

ENTREVISTADORA

Três dias, depois de um ano? Então, um ano e três dias, não é isso? Quanto tempo você vai ficar aqui mais?

ENTREVISTADO

Agora, já continuando dez anos, mais ou menos três anos eu vou ficar aqui.

ENTREVISTADORA

Ok. Quantos anos você tem, Y...?

ENTREVISTADO

Trinta.

ENTREVISTADORA

(Trinta anos) Y..., você poderia dizer, fique à vontade, se você não quiser falar, pelo qual delito você acabou vindo parar aqui, em Itaí?

ENTREVISTADO

Como assim?

ENTREVISTADORA

Qual foi o delito? Qual foi o problema que você teve para te prenderem e colocar...

ENTREVISTADO

Tráfico.

ENTREVISTADORA

Tráfico, não é? Ok. Internacional, você quer dizer, não é?

ENTREVISTADO

Não.

ENTREVISTADORA

Você já morava no Brasil ou não?

ENTREVISTADO

Não. Só três meses.

ENTREVISTADORA

Só três meses.

ENTREVISTADORA

Aí você foi preso, não é? Tá joia. E como que é viver aqui, como que é conviver e viver aqui com pessoas de outras nacionalidades, Y.... Como é que é? Essa convivência, ela é conflituosa, ela é problemática ou ela é pacífica?

ENTREVISTADO

Antes daqui, por exemplo, eu, muçulmano, sou muçulmano. mas outra religião eu não tenho conhecimento. Mas quando eu chego aqui, quando eu olho outra religião em outro país, a religião deles é muito similar à minha religião. Minha religião é muçulmana. Quando eu olho outra religião, judeu, “Cristiano”, outra religião, tem muita religião, eu conheço tudo aqui, É muito similar, é muito similar. Não tem um... Quando você não conhece outro regime, você pensa em outros países. Você pensa em ah, acho que ele é realmente diferente, ou ele realmente... parecem outras pessoas que vão brigar, vão “discussar” [discutir] todos os dias, mas quando você começa aqui com as pessoas, tudo o mesmo. Tudo o mesmo.

ENTREVISTADORA

“Tudo o mesmo”... [Todos são iguais] Vocês conseguem conviver normal, não é?

ENTREVISTADO

Sim.

ENTREVISTADORA

Um respeitando o outro, a opinião dos outros, certo? Você poderia dizer para mim se você sabe o que significa interpretação e interpretação comunitária?

ENTREVISTADO

Interpretação é... pessoas que, por exemplo, aqui, eles não conseguem falar outros idiomas. Agora eu já aprendi aqui o português de outros idiomas, que eu ajude eles, eu traduzo para eles, ajuda para eles para outro lugar, outras pessoas, fazer comunicação com eles.

ENTREVISTADORA

Ok, então você sabe que o que você faz, essa questão de passar do idioma para o outro, ajudar nos atendimentos, é interpretação, certo? Você já se imaginou sendo profissional nessa área? Você sabia que isso é uma profissão?

ENTREVISTADO

Ah... Profissão... Um pouco mais complicado, mas agora já pouco a pouco, todo dia aprendo mais português.

ENTREVISTADORA

Certo.

ENTREVISTADO

Estudo todo dia.

ENTREVISTADORA

Todo dia.

ENTREVISTADO

Acho que preciso mais tempo para a minha profissão.

ENTREVISTADORA

Isso. Mas você gostaria de ser um profissional intérprete?

ENTREVISTADO

Eu sempre “gostaria” [gostei] de aprender idiomas. Outros idiomas também. Agora também o português é grande família. O português chegou, é família de latinos.

ENTREVISTADORA

Sim.

ENTREVISTADO

Tem muito idioma, por exemplo, francês, por exemplo, espanhol. Tem muito idioma que parece português. Quando a gente aprende português, tem outros idiomas que são muito fáceis para você. Aqui tem outras pessoas que falam. Espanhol, que falam francês. Quando você aprende português, você aprende também outros idiomas muito parecidos.

ENTREVISTADORA

Entendi, entendi. Então, olha lá, que interessante, não é? E conta para mim uma situação, como você me contou agora há pouco, numa situação em que a outra pessoa não falava sua língua, a sua. Logo que você chegou, você não falava português. Você está aprendendo agora, estudando, em contato, tudo, você já está conseguindo falar, está conseguindo entender o português e tal. Mas quando você chegou, conta para mim como é que foi a situação, a sua situação, para você se fazer entender. Quer dizer, ninguém te entendia e você estava querendo falar, só que você não falava português. Como é que foi isso?

ENTREVISTADO

Sim. Quando eu cheguei aqui, eu pensei, ah, eu tenho... na verdade, conseguir falar inglês também. Mas o outro lado, que as pessoas moram comigo “no mesmo” [na mesma] cela, eles não falam inglês também, português também, mas “todos” [todas] “os” as celas têm regras selos têm regras. Por isso, tem que... Algumas coisas, tem que... Todo mundo tem que aprender. Como fumar... como não fumar lá dentro, por exemplo. As pessoas todas na cela, ninguém pode mudar... ah... pode fumar. para isso tem que ir para a porta, você tem que fumar. Mas você não pode explicar para eles. Por exemplo, se eu mostrar aqui, aqui não pode fumar. Lá, frente à porta, se eu mostrar, aqui pode fumar. Mas aqui não, por exemplo, fazer assim. (AQUI O PRESO GESTICULA, FAZ O SINAL DE CRUZ PARA INDICAR QUE NÃO PODE FUMAR E APONTA PARA O CHÃO PARA INDICAR COMO A INTERAÇÃO É FEITA) outro lado é muito complicado. Por exemplo, há alguns tempos aconteceu sobre [problema de] saúde. Não podia explicar, tinha que mostrar que, por exemplo, tem dor ou fazia assim, (AQUI O PRESO APONTA PARA O TORNOZELO PARA DIZER ONDE DÓI OU GESTICULA COMO SE ESTIVESSE ESCRIVENDO PEDINDO À PESSOA PARA QUE ESCRIVA OU DESENHE) por favor, escreveu “pipa” ou explicar inglês ou outras pessoas. Você mostrar, eles ajudam para você, mandam pipa para a enfermaria. (AQUI ELE INDICA QUE ESCRIVE PIPAS EM INGLÊS PARA AJUDAR OUTRAS PESSOAS, MAS É EM INGLÊS)

ENTREVISTADORA

E com você, quando você chegou, foi muito difícil para você também, para as pessoas te entenderem? Como que foi?

ENTREVISTADO

Foi complicado, muito complicado, porque eu não sabia de... A lei do Brasil. Você vê como funciona a cadeia. Eu nunca fui à cadeia. Não sei como outras pessoas... como vai acontecer para mim [o que acontecerá comigo]. São muitas coisas. Parece muito difícil. Aqui não tem turco. Aqui também não tem turco que explica para mim coisas ou leis, todas as coisas. Não tem ninguém. Por isso é muito complicado.

ENTREVISTADORA

Entendi. Aí não tem ninguém. E aí você, quando você chegou também, não tinha ninguém para falar sua língua. E não mandaram o tradutor que você falou, não é? Não mandaram o tradutor, tá bom. Foi muito bom.

ENTREVISTADO

Porque agora tem dois turcos no mesmo raio. Eles não falaram português, agora eu trabalhei. Se eu não ficava no mesmo raio... outro horário, outro lugar. Eles não têm como explicar para... [inaudível aqui]

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

Eles não conseguem explicar.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

Muito complicado.

ENTREVISTADORA

Muito complicado, não é? E você, como que você aprendeu português? Você aprendeu como?

ENTREVISTADO

Todo dia... eu tenho um livro. Porque os portugueses são turcos. Também na biblioteca tem livro... de Português e Inglês. Esses livros eu estudo todos os dias. Outras pessoas que falam inglês, elas também explicam tudo para mim. Um pouco... um pouco... (aos poucos)

ENTREVISTADORA

Entendi.

Certo. Então, é... Você conseguiria descrever para mim, por exemplo, algumas atividades, algum contexto, por exemplo, no atendimento médico, aqui na oficina. Você acabou fazendo esse tipo de ponte de mediação linguística, você acabou fazendo interpretação, tradução.

ENTREVISTADO

Sim, agora para os dois, sim...

ENTREVISTADORA

Para os dois? Principalmente para o turco, não é? Que é mais difícil falar turco, porque não tem muitos...? Então você consegue fazer a interpretação.

ENTREVISTADO

Sim. Por exemplo, aqui tem dois turcos. Eles sempre têm problemas de saúde, como eu falei. Eles, por exemplo, precisam ir para a enfermaria, mas eles não... Deixem escrever outra coisa. Por exemplo, urgência. Porque eles têm pressão alta, eles têm problemas de próstata, eles têm muito problema de coração. Eles têm muitos problemas. Eles têm urgência de ir à enfermaria, mas eles não escrevem outro lado, eles não conseguem explicar. Eles não mostram para as pessoas, as pessoas não entendem. O pessoal fala assim, pode ser sobre respiração ou sobre outra coisa. Eles não entendem porque não conseguem explicar. Esse lado, cada dia, também, são os funcionários, são os funcionários. Eles chamam-me [me chamam], eu escrevo pipa ou direto traduzo para eles.

ENTREVISTADORA

Ou quando o médico chama, não é?

ENTREVISTADO

Sim,

ENTREVISTADORA

O médico tá atendendo.

ENTREVISTADO

O médico mais importante do mundo.

ENTREVISTADORA

E aí você, quando tem consulta, eles têm consulta, você vai lá ajudar.

ENTREVISTADO

Sempre.

ENTREVISTADORA

Nossa, que interessante, não é? E... você atuou como intérprete várias vezes aqui, não é? Muitas vezes você falou para mim que atuou como intérprete. Até mesmo me ajudando no turco aí, não é?

ENTREVISTADO

Ah, sim.

ENTREVISTADORA

Me diga uma coisa, você acha que seria importante se a gente tivesse alguns cursos, alguma iniciativa para formar vocês intérpretes? Como que você vê isso?

ENTREVISTADO

Como assim?

ENTREVISTADORA

Assim, por exemplo, você acha que seria legal, você acha que seria bom, não é?

ENTREVISTADO

Sim.

ENTREVISTADORA

Ter uma... dentro aqui da carceragem, dentro aqui do presídio, você ter professores que formam vocês intérpretes.

ENTREVISTADO

Ah, para ensinar.

ENTREVISTADORA

Isso, ensinar a interpretação e profissionalizar.

ENTREVISTADO

Sim.

ENTREVISTADORA

Como que você vê isso? Você acha que seria importante, seria interessante?

ENTREVISTADO

“Primário” [Primeiro] é muito bom para mim para explicar durante [uma] urgência. Ou quando eu consulto com advogados. Esse é o mais importante, porque quando eu fui para a audiência, seis meses antes, eu não conseguia explicar nada. Eles chamaram outro tradutor, mas esse tradutor também não conseguia explicar porque não tinha tempo. Na videoconferência, você não sabe, você fala muito, por medo das coisas. Você fala muito, mas o tradutor não consegue explicar tudo. Ou algumas vezes, por exemplo, o Federal me chamou e disse, não tem tradutor. Como é explicar? Não consegue explicar nada. Só eles olham. Tem algumas pessoas, eles não têm advogado também. E agora já, eu não sei o que aconteceu durante a audiência, não conseguiram explicar para mim. Mas se o professor forma-me [me forma] e ensina-me [me ensina] português bem,

(ENTREVISTADORA: ou interpretação)

ENTREVISTADO

Se eu vou conseguir explicar para tudo para a cadeia também. Por exemplo, algumas vezes, aqui a gente trabalha... você tem que explicar coisas ou tem algumas pessoas a explicar para você. Por exemplo, algumas pessoas que trabalham aqui, eles explicam algumas coisas para você. Você tem que aprender ou tem que entender. Funcionários também. Senhoras também. Quando explicar umas coisas, você tem que... Aprendendo tem que entender porque ele vai falar uma coisa e você não vai responder. “Por que ele não respondeu?” ele pensa Pode ser, que pense outra coisa [pode ser que tenha entendido outra coisa]. Pensou outra coisa, sabe? E as pessoas podem achar que eles não querem responder. Pode acontecer algumas coisas “mal” [ruins], ou diferente. “E se quando” Pois você pode entender outra coisa, ou aprender tudo coisa. Então é muito importante.

ENTREVISTADORA

Muito importante, não é? E você acha que traria benefício se a gente formasse presos tradutores?

ENTREVISTADO

Quem sabe...

ENTREVISTADORA

Que tipo de benefícios você acha que poderia trazer se a gente trouxesse um curso aqui para ensinar vocês a traduzirem? Porque tem, não é, o curso de tradutor, de intérprete.

ENTREVISTADO

Pode ser, uma forma, para as pessoas não têm, como se chama, profissões. Por exemplo, eu, lá fora, era engenheiro civil. Ou seja, as pessoas não têm trabalho. Eles precisam de trabalho quando eles aprendem um trabalho eles vão trabalhar lá fora para ajudar outras pessoas, eles vão ganhar dinheiro. Não vai fazer outra coisa.

ENTREVISTADORA

Exatamente. E se vocês fizessem aqui dentro, trabalhando para a justiça, que tipo de coisa vocês poderiam ter? Talvez remissão da pena, se vocês usassem toda essa interpretação aqui dentro para ajudar os advogados... ajudar...

ENTREVISTADO

Sim. Como eu falei, esse para fora, mas lá dentro também.

ENTREVISTADORA

Também.

ENTREVISTADO

E quando lá... não sei, eu acho que outras pessoas como olhar. Quando você olhar, é muito difícil. Eles vão pensando que é muito difícil, como vai explicar com mímica, com outras coisas.

ENTREVISTADORA

Uh hum...

ENTREVISTADO

Quando você mora com outras pessoas, mesmo cela [na mesma cela], você tem que explicar seu... tudo coisa você tem que explicar, tudo... Lugar tem regra. Mas quando você não explica, você vai ter problema. Para saúde, para outras coisas. Esse intérprete é realmente muito bom para todas as pessoas que não falam outros idiomas.

ENTREVISTADORA

Certo...

ENTREVISTADO

Especialmente que tem muitas pessoas velhas. Elas não falam o mesmo idioma. É quando as outras pessoas... Se não conseguir explicar a ele, a outra pessoa vai falar para ele mudar de cela ou vai a outro lugar. É mais complicado para ele.

ENTREVISTADORA

Ah, entendi, entendi.

ENTREVISTADO

A outra pessoa se ajuda, é muito bom.

ENTREVISTADORA

Tá joia. E diz uma coisa, os idiomas que você fala é o turco ou o que mais?

ENTREVISTADO

Turco, inglês, agora um pouco de português.

ENTREVISTADORA

Um pouco de português, tá aprendendo mais, não é? Tá bom, Y..., muito obrigada, viu?

ENTREVISTADO

Obrigado você.

ENTREVISTADORA

Pela oportunidade, muito obrigada. Se der alguma coisa errada eu volto a fazer entrevista com você de novo, tá? Muito obrigada. Tá bom? Obrigada, viu?

2. Entrevista com migrante nigeriano S.

ENTREVISTADORA

Eu vou agradecer por você me conceder essa entrevista. É de muita importância que eu tenha um olhar de vocês a respeito da interpretação comunitária. A gente chama de interpretação comunitária aquela interpretação que não é feita em conferências; que não é feita com aquele fone de ouvido, mas essa interpretação comunitária normalmente é feita em presídios, imigração, refúgios, hospitais, onde você tem um intérprete para fazer essa mediação linguística com estrangeiros, com pessoas que não falam a língua nacional do país, está certo? Então, a primeira pergunta que eu preciso te fazer, me conta um pouquinho sobre a tua rotina aqui no presídio, quanto tempo você está aqui.

ENTREVISTADO

E eu já estou aqui há três anos e cinco meses agora. No dia a dia, né? Mesma coisa, todo dia, levanta de manhã, “faz com” [faz igual?] a tarde. Eu estou trabalhando agora, mas no começo eu estava sem trabalho. Mas, graças a Deus, eu comecei a trabalhar, e dois anos para cá, mais ou menos, eu estou trabalhando. Aqui é quase a mesma coisa

todo dia, como eu já falei. A gente levanta de manhã, toma banho, cinco, quatro horas da manhã e prepara para trabalhar.

ENTREVISTADORA

Que horas vocês começam a trabalhar?

ENTREVISTADO

Onde eu estou trabalhando agora, a gente sai sete horas. Está na ala agora, na ala de progressão. A gente sai sete horas pra vir para cá, sete e meia já está aqui. Aí já começa a trabalhar.

ENTREVISTADORA

E vai até umas cinco da tarde?

ENTREVISTADO

Vai até quatro, quatro...

ENTREVISTADORA

Quatro, quatro e pouco, não é? Ótimo. Então tudo é sempre a mesma coisa. Você trabalha no almoxarifado? Você é responsável pelo que, exatamente? O que você faz lá dentro do almoxarifado?

ENTREVISTADO

A gente descarrega, carrega caminhão, né? Alimenta as coisas que entram e saem do presídio. A gente que carrega, que descarrega, que leva as coisas por dentro.

ENTREVISTADORA

Isso, e aí vocês estocam? Fazem a estocagem de todos esses produtos? Produtos alimentícios, não é isso?

ENTREVISTADO

Coisa alimentícia, coisa de limpeza, tudo.

ENTREVISTADORA

Tudo? Ótimo. E aí você está trabalhando. Você chegou a conseguir estudar aqui ou não?

ENTREVISTADO

Não, eu não estudei não.

ENTREVISTADORA

E qual que é a sua formação? Você estudou no seu país? O que você estudou. Você foi até que grau?

ENTREVISTADO

Fui até o ensino médio.

ENTREVISTADORA

Ensino médio, ótimo. Você não chegou a ir para faculdade.

ENTREVISTADO

Não.

ENTREVISTADORA

Aí depois você veio para o Brasil, é isso? Aí você veio para o Brasil. Há quanto tempo você estava no Brasil antes de você cair preso?

ENTREVISTADO

Na verdade, eu... Eu já caí preso do estrangeiro.

ENTREVISTADORA

Ah, você já veio e já caiu preso.

ENTREVISTADO

Eu saí e voltei.

ENTREVISTADORA

Ah, entendi, entendi. Ótimo. Então, bom, o delito não me importa. Isso não é o mérito da questão. É mais mesmo saber o que você faz aqui, como que você... E agora? Como é que você tá sentindo que você vai sair? Está feliz?

ENTREVISTADO

Eu estou muito feliz, né? Porque já tá... Já foi [fui] outra pessoa, né? Eu acredito que saiu melhor do que eu entrei.

ENTREVISTADORA

Saiu melhor?

ENTREVISTADO

Essa vez, eu estou quase melhor do que antes.

ENTREVISTADORA

Não quer voltar?

ENTREVISTADO

Não, nunca mais.

ENTREVISTADORA

Nunca mais, não é? Espero nunca mais te ver mesmo. Olha lá, só como intérprete, se você quiser, tá bom? E como é viver com pessoas de diferentes nacionalidades? Você teve contato com outras pessoas durante todo esse tempo que você esteve aqui. Como é viver? É conflituoso isso? É pacífico? É difícil? Como que foi a questão de língua, de cultura?

ENTREVISTADO

Na verdade, para mim, antes de cair preso, na verdade, eu já viajei muito fora do país. Fora do meu país eu viajei muito, né? Por isso que não foi muito difícil pra mim adaptar com pessoas de outras línguas aqui, porque eu já tava acostumado com pessoas de outras línguas.

ENTREVISTADORA

Entendi. E que línguas você fala? Você fala o inglês?

ENTREVISTADO

Eu falo inglês, falo a minha dialeta [meu dialeto] de... nativa de Nigéria, Igbo e português.

ENTREVISTADORA

E português. Mas você já teve as suas andanças por vários países. Então para você a questão cultural não foi uma questão difícil para se adaptar aqui, não é? É ótimo. E você quando... Me diz uma coisa. Você sabe que quando a gente tem diferentes línguas pode ser que a gente tenha aí algumas barreiras linguísticas, não é? De entendimento. O que você entende pela interpretação ou intérprete? O que você entende sobre isso? Intérpretes de línguas orais, de idiomas?

ENTREVISTADO

A ideia é muito boa, né? Porque... Para poder se comunicar “mais” melhor, né? É muito bom. Muitas vezes, quando eu tá... Quando eu fico com pessoas, eu tento [me] comunicar de uma melhor forma para eles entenderem, na verdade. Então, eu acho muito boa essa ideia.

ENTREVISTADORA

Certo. E você já conhecia o intérprete? Essa profissão, você conhecia?

ENTREVISTADO

Já.

ENTREVISTADORA

Já conhecia, não é? No seu país, por exemplo, vocês costumam fazer esse trabalho? Você costuma fazer ou você não falava nenhum outro idioma?

ENTREVISTADO

A gente falava língua de outro idioma, mas costuma falar, fazer intérprete, mas na igreja, né?

ENTREVISTADORA

Na igreja, entendi, na igreja.

ENTREVISTADO

Lá é muito comum.

ENTREVISTADORA

Muito comum vocês fazerem isso, não ao é? E aqui, você já fez em algum momento?

ENTREVISTADO

Já.

ENTREVISTADORA

Já, não é? Então tá ótimo. Então vamos lá. Você já pensou em ser intérprete? Já passou isso pela sua cabeça?

ENTREVISTADO

Não.

ENTREVISTADORA

Não passou ainda. Você gostaria de tentar ser intérprete como um profissional? Gostaria. Gostaria? Ou você tem outros planos?

ENTREVISTADO

Planos tem, né? Mas fazer intérprete tem que... Tem que estudar muito bem para isso.

ENTREVISTADORA

Tem que estudar. Exatamente.

ENTREVISTADO

Tem que estudar muito bem sobre isso.

ENTREVISTADORA

E me diz uma coisa, você lembra de alguma situação que você passou, você no caso, e de que a outra pessoa não te entendia e você não entendia a outra pessoa? Como que vocês interagiram numa situação dessas? Que recursos você usou? O que foi feito? Você lembra de algum caso, assim, seu?

ENTREVISTADO

Eu lembro muito bem, lembro muito bem. Como eu já falei pra você, eu viajo muito, né? E na maioria das vezes, quando você chega num lugar, tipo, chega num restaurante, chega num hotel para ficar, às vezes, o atendente de lá não consegue entender o que você tá tentando explicar. Aí dá muito trabalho, né? Para explicar, eu quero esse [isso], eu quero esse [aquilo], eu quero esse tipo de comida, essas coisas, entendeu?

ENTREVISTADORA

E o que você fez para poder se fazer entender?

ENTREVISTADO

Às vezes você começa a desenhar, entendeu?

ENTREVISTADORA

Gesticula.

ENTREVISTADO

Gesticula.

ENTREVISTADORA

Escreve.

ENTREVISTADO

Escreve.

ENTREVISTADORA

E aqui dentro, aconteceu isso?

ENTREVISTADO

Tentando fazer sinal.

ENTREVISTADORA

E aqui dentro, aconteceu isso?

ENTREVISTADO

Não, aqui não.

ENTREVISTADORA

Aqui não?

ENTREVISTADO

Comigo não.

ENTREVISTADORA

Não, não é? Mas com alguma outra pessoa, você já presenciou isso e teve que ajudar?

ENTREVISTADO

Já, já.

ENTREVISTADORA

Conta pra mim, como é que foi isso? O que aconteceu?

ENTREVISTADO

É engraçado, né? Muito... Tem muitas pessoas que chegam aqui que não entendem outro língua, não entendem inglês, não entendem... Eu moro com uma agora na minha cela

que não sabe falar nada. Entendeu? Ai a gente... Está procurando uma forma de explicar para ele como que faz, como que... Entendendo, explicando as coisas. Às vezes é muito... É muito difícil para a pessoa entender.

ENTREVISTADORA

E assim, vocês costumam escrever, gesticular... é isso que vocês normalmente fazem?

ENTREVISTADO.

É isso.

ENTREVISTADORA

E você já foi chamado para ajudar no atendimento médico... ou, por exemplo, na inclusão... quando um preso chega e ninguém entendia nada... os agentes não entendiam nada... e aí já te chamaram para fazer alguma coisa desse tipo?

ENTREVISTADO

Muitas vezes.

ENTREVISTADORA

Muitas vezes, não é? Fazer interpretação.

ENTREVISTADO

Assistente social.

ENTREVISTADORA

Assistente social, não é?

ENTREVISTADO

Muitas vezes. Muito.

ENTREVISTADORA

O Paulo, da inclusão, não é?

ENTREVISTADO

Eu trabalhava com ele, e eu que faz intérprete lá. Até me chamaram de intérprete da cadeia, porque eu só eu que faço lá.

ENTREVISTADORA

Entendi, na inclusão, não é?

ENTREVISTADO

Na inclusão... é...

ENTREVISTADORA

Porque vão chegando alguns presos que não falam português. Não falam e não entendem, não é? E você ajudou como intérprete.

ENTREVISTADO

Isso.

ENTREVISTADORA

Então você já faz a interpretação há algum tempo, não é?

ENTREVISTADO

Já... há muito tempo...

ENTREVISTADORA

Meu Deus, então vamos lá. E com você, claro, teve situação fora, Não é? Aqui dentro você não vivenciou, mas você presenciou isso e foi intérprete de outras pessoas, não é? E me diz uma coisa. Como você vê, então, essa questão de ter um intérprete na carceragem? Porque hoje nós não temos. Não tem políticas públicas. Não tem, por exemplo, um profissional que venha ajudar assistente social, que venha trabalhar com isso aqui. Como você vê isso? Você vê isso como uma falta? Você sente falta disso? Você sente que as pessoas sentem falta disso ou não?

ENTREVISTADO

Eu acho que vai ajudar, né? Só que para ter intérprete na cadeia, precisa de muita coisa, né?

ENTREVISTADORA

O que, por exemplo?

ENTREVISTADO

Existem muitas línguas. Pode chegar uma que não entende francês, não entende português, não entende, mas entende só a língua do país dele. E aí vai ter quantas tradutores na cadeia para poder...

ENTREVISTADORA

Exatamente, a logística, não é? Está falando que logística é essa, como que eu vou ter, porque eu posso ter pessoas falando inglês, francês..., mas pode ter algum idioma que ninguém fala...

ENTREVISTADO

Que ninguém fala... é isso.

ENTREVISTADORA

Não é? Aconteceu aí com o etíope, aconteceu com o húngaro, não é?

ENTREVISTADO

Que ninguém fala, isso. Isso, isso.

ENTREVISTADORA

Exatamente.

ENTREVISTADO

Tem um húngaro que mora agora comigo e ele não entende nada.

ENTREVISTADORA

É um húngaro, não é, que mora...

ENTREVISTADO

Ele está na ala agora, Ele está lá comigo. Ele tenta falar, se for ele, mas ele não entende português, não entende inglês...

ENTREVISTADORA

Não entende, não entende se for mesmo. Não sei se é o Karoly, não é?

ENTREVISTADO

Isso. É ele mesmo...

ENTREVISTADORA

Ele mesmo, não é?

ENTREVISTADO

O Etíope, por exemplo.

ENTREVISTADORA

Fala só o amarico, não é?

ENTREVISTADO

Só a língua dele.

ENTREVISTADORA

Só a língua dele. Então, é ótima a ideia, não é? Mas aí você também se questiona como que isso seria, com tantas línguas que a gente tem aqui circulando. Como seria isso? Então, pegando o gancho dessa sua fala, dizendo que seria difícil ter um intérprete que conseguisse abraçar todas as línguas, como você entende, como você considera ver essa questão da formação do intérprete para o preso? Dar uma formação para o preso? Para que ele seja o intérprete. Você foi intérprete muitas vezes, não é isso?

ENTREVISTADO

Isso seria bom, né? Pelo menos tem inglês, português, espanhol, tem línguas mais faladas do mundo, né? E tem muitos, tem muitos presos também que falam essas línguas.

ENTREVISTADORA

Uh hum...

ENTREVISTADO

Tem como fazer para abrir uma oportunidade de trabalho, para ganhar rendições [rendimentos], seria bom.

ENTREVISTADORA

Seria bom, não é? Porque vocês têm várias, por exemplo, você fala o Igbo, você fala o inglês, você fala o português, mas tem alguns que falam francês, inglês, espanhol. japonês, chinês, búlgaro. Tem gente que fala várias línguas aqui, não é? Então você acharia que talvez melhoraria a logística daquilo que você tá falando? Você teria o

próprio preso fazendo a interpretação como forma oficial. Ele é uma intérprete de verdade, profissional. Ele não faz para ajudar apenas, não é? Ele teria alguma coisa em troca, não é isso? Então, agora veja bem. Quando você falou pra mim assim, que você já caiu preso aqui, você aprendeu português onde?

ENTREVISTADO

Antes de cair, eu já falava português.

ENTREVISTADORA

Você já estava falando?

ENTREVISTADO

Eu aprendi português aqui no Brasil.

ENTREVISTADORA

Ah, você estava no Brasil. Entendi, quando foi preso, você estava no Brasil. E você conseguiu já... Quanto tempo você levou pra aprender essa língua?

ENTREVISTADO

Uns dois anos.

ENTREVISTADORA

Uns dois anos. Você conseguiu aprender. Já estava falando bem, já estava entendendo bem.

ENTREVISTADO

Quase bem.

ENTREVISTADORA

Quase bem. E aí, hoje você entende bem?

ENTREVISTADO

É de que eu estou falando quase bem também.

ENTREVISTADORA

Quase bem, mas entende bem.

ENTREVISTADO.

É.

ENTREVISTADORA

Entende bem. Melhor do que quando você entrou. Entendi. Ótimo. Muito obrigada, viu? Obrigada pela entrevista, obrigada pela oportunidade, pela colaboração na pesquisa, porque é sempre bom a gente saber a opinião de vocês, tá bom? Obrigada, viu, S...?

ENTREVISTADO

Obrigado, senhora.

2. Entrevista com migrante nigeriano Ch.

ENTREVISTADORA

Oi, C....

ENTREVISTADO

Olá!

ENTREVISTADORA

Bom dia! Agradeço imensamente por você ter me dado essa entrevista. É bastante importante para a pesquisa que eu estou fazendo, que é um estudo sociolinguístico internacional dentro da penitenciária de Itaí. E isso está relacionado muito à interpretação comunitária, que é a interpretação que muitos dos que estão com privação de liberdade fazem em diversos setores aqui: seja no médico, na escola, nos cultos, no atendimento de advogados. Então eu te agradeço porque eu sei que escolhi você para dar essa entrevista. Agradeço por você ter aceitado porque é você que faz normalmente a interpretação nos cultos da Congregação Cristã no Brasil, tá bom? Então eu vou fazer umas perguntas, fique à vontade também para falar o que você quiser falar dentro daquilo que você conhece, que você tem experienciado, tá bom? Então, conta um

pouquinho, C..., primeiro, como que é o seu dia a dia dentro do pátio, das celas, com tantas pessoas que têm diversidade de língua, cultura e religião. Conta um pouquinho disso.

ENTREVISTADO

Bom dia.

ENTREVISTADORA

Bom dia!

ENTREVISTADO

Primeiramente, eu agradeço pela oportunidade de aparecer aqui. Eu não sou... eu tenho muita gente dentro do sistema também, No raio, mas como eu fui escolhido, não é que eu sou especial, mas é uma coisa que eu botei em prática, que hoje em dia eu fiquei adorando, que por isso que eu estou aqui hoje. Então, falando do nossa dia a dia, pessoalmente a mim, o meu dia a dia, então, tem que respeitar um ao outro. Aqui tem muita gente também que tem qualidade de vida, tem muitas qualidades que as pessoas não imaginam que você talvez fica pensando “por que ele acabou de parar no tipo desse lugar?” É, alguma fraqueza de si, alguma, mas o que eu gosto é melhorar, não é? Eu busco hoje em dia para melhorar, eu saí de uma família. Então, eu busco saber das pessoas, conviver, viver aquela convivência de ser humano, de diferentes países, de religião, de escola. Então, ver aquelas amizades. mas sempre sai lindo, coisa que eu não imaginava. Eu estou vendo hoje em dia também nas pessoas também, não é [por]que a gente está aqui, que o mundo... Tem que falar que nós não prestamos. Tem que associar e ver que as pessoas é muito legal no coração.

ENTREVISTADORA

Entendi. E assim, as diferentes línguas e religiões não atrapalham o relacionamento de vocês?

ENTREVISTADO

Não. Nunca atrapalha. Porque quando você tem amor dentro de você, e você vai passar para os outros, quando você mostra o seu jeito, você vai ver que as pessoas... você começa a conquistar muita gente também. Então, a religião não atrapalha, porque a gente divide muitas coisas, também divide o jeito de falar, e evita aquela que separa a gente. O que importa é ser unido, só isso.

ENTREVISTADORA

Entendi. E existe possibilidade de vocês aprenderem um com os outros as outras línguas?

ENTREVISTADO

Existe, existe muito. Porque a vida... a gente vive e aprendendo. O que não falta é ensinamento. Quando a pessoa chega perto de você e descobre algo, até o gesto, a gente costuma buscar, porque aqui tem escola, tem pessoas que participam na escola, tem o culto também da igreja, que você pode, e você vai ver o que é o tradutor que fica perto de você e explica melhor para você sair ganhando nas palavras de Deus.

ENTREVISTADORA

Entendi, ótimo! E então, viver com essas pessoas, para você, por exemplo, com quem fala diversos idiomas, nunca atrapalhou a comunicação entre vocês?

ENTREVISTADO

Não. No começo parece que você vai enfrentar dificuldade, mas quando você continua o seu dia a dia, aí você vai acabar falando até língua que você não imagina.

ENTREVISTADORA

E acaba aprendendo.

ENTREVISTADO

Acaba aprendendo muito bem.

ENTREVISTADORA

E você tá falando então, quais as línguas você fala?

ENTREVISTADO

Então, eu falo francês, falo português, mais ou menos, mas está indo. Então, inglês, bem claro, que é a minha própria linguagem e o meu dialeto também.

ENTREVISTADORA

Qual que é o dialeto?

ENTREVISTADO

Igbo.

ENTREVISTADORA

O Igbo. O seu português você foi dominando conforme o tempo que você está aqui ou você já falava antes português?

ENTREVISTADO

Então, eu enfrentei dificuldade no começo, mas eu sou uma pessoa que gosta de buscar o que eu não tinha [tenho]. Eu acostumei quando eu cheguei aqui novo. Tentei comprar dicionário, assistindo novela, e isso foi coisa que a pessoa que me ensinou português. Assim, quando chega no meio da gente, como eu falo enrolado, e eles acabarem rindo, né, o próprio brasileiro que é cidadão, eles dão risada, mas depois vai me corrigir. Assim, eu não sabia, o dia que chegou para “mim” chegar até nesse nível, conseguir comunicar com alguém que fala português.

ENTREVISTADORA

Que ótimo! Então, como você entende, como que você se sente e como que é essa interpretação que você faz? Você faz a interpretação nos cultos, não é? Nos cultos da Congregação Cristã no Brasil. Conta um pouquinho dessa história. Quais são as dificuldades? O que você acha que precisaria ter? O que você acha que é necessário ter para você interpretar cada vez melhor?

ENTREVISTADO

Primeiro, medo. No começo, você vai sentir muito medo. Medo de... no começo. Só que quando você tem as pessoas perto de você, e acredita que você tem essa capacidade, vai te apoiando, fala, vai, tira esse negócio de diabo da sua cabeça, vai à frente que você vai conseguir. Então, isso foi o... coragem, coragem, coragem. Mas quando eu tomei essa coragem, na primeira vez, parece que aquela coisa que me faz temer, e o Deus colocou uma luz que eu fiquei saindo falando até eu não acreditei. Então hoje acabou... o que permanece é como as pessoas me escolhendo para ficar traduzindo na igreja, para alunos no curso de bíblia. Então hoje em dia eu estou adorando.

ENTREVISTADORA

Entendi. E que ferramentas você acha que você precisa, como você disse, que é necessário para você traduzir bem o culto?

ENTREVISTADO

Então, eu acho que é melhor ir para a escola. Ir à escola, buscar Deus melhor, porque eu acho que é [o] segredo para você entender a Bíblia. Você tem que entender muito bem a Bíblia e tirar aquele medo e seguir em frente, querido. E “bota” sua fé: fala, eu sou isso, eu vou conseguir e você vai sair ganhando.

ENTREVISTADORA

Entendi. O que você acha que precisaria ter, por exemplo, entre você e o servo de Deus que está atendendo o culto, por exemplo, o espaço físico é favorável, não é favorável, Onde são atendidos os cultos, não é? Você acha que é mais difícil? O barulho atrapalha? Como é? Porque você atende no pátio, não é? Me conta como é esse espaço físico onde você atende o culto.

ENTREVISTADO

Então: o amor. O que nos falta é amor, porque aqui dentro do sistema a gente tem a regra. Quando tem o culto, a gente avisa para quem quer participar e vai participar, para quem não quer participar, tudo bem, o que importa. O que você vem aqui fazer? Existe a visita que vem para te ver, não é fácil. As pessoas vêm de fora, vêm aqui para pregar, para passar aquele amor que eles trouxeram para nós. Você tem que se concentrar. Você tem que se concentrar muito. O que você tem que buscar e prestar atenção são as palavras, porque as palavras trazem a mudança para nós.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

As palavras são a chave de tudo, de ser humano. Então, você esquece o valor das pessoas. Assim que você começa a fazer o culto está indo, o hino, tudo isso toca os outros, até pessoa que não quer participar, o jeito que está indo, as palavras, interpretações, e a pessoa acabou ouvindo o que ele quer ouvir e vai ser atraído pra participar também junto.

ENTREVISTADORA

Entendi. Quanto, por exemplo, as bíblias, os hinários, não é? Vocês acham que vocês deveriam ter essas bíblias e os hinários para conseguir acompanhar melhor? No idioma inglês, por exemplo, ou traduzido para o idioma de vocês, como que vocês acham que isso ficaria melhor? Como que poderia melhorar? Se tem alguma coisa para melhorar.

ENTREVISTADO

O que tem tá tudo bem. A bíblia é muito importante pra chegar mais bíblia para nós em inglês, todo mundo sabe que inglês é o mais poder que tem na linguagem do mundo inteiro [é a língua mais poderosa do mundo]. Então, a gente precisa, nunca vai falar que a gente não precisa de algo aqui dentro do sistema. Mas é isso o que importa. E você tentar conquistar as pessoas. Conquistar pessoas é muito importante na vida da gente. E assim, isso fica bem claro. Porque você tem que dar exemplo. Quando você dá exemplo, as pessoas veem o jeito seu, o dia-a-dia, e eles vão... Ah, eu queria tanto ser igual a ele, eu queria tanto seguir, será que isso vai mudar minha vida? É importante.

ENTREVISTADORA

E você acha que a interpretação que você faz, toca as pessoas?

ENTREVISTADO

Toca muito. E as pessoas estão me apoiando também, estão me agradecendo também. Porque no começo eu disse que era medo, mas quando eu comecei, até as pessoas quando eu estou sozinho, tipo, eu estou com o pensamento na minha família. As pessoas chegam e falam, C..., por favor, eu queria que você me explicasse melhor tal desse capítulo. Fala no português o que significa, tenta me convencer a sentir. Aí a gente fica aí, troca as palavras de Deus, conversa, aí a gente vira amigo sem problema, sem ficar pensando de alguma coisa mal [em algo ruim]. Nós só vivemos a nossa vida hoje em dia nas palavras.

ENTREVISTADORA

Isso, e aí a interpretação fica melhor, não é? Ela fica mais clara.

ENTREVISTADO

Eles ficam cheios também, até eu, porque quando eu estou nesse momento, eu viro outra pessoa. Eu fico bem transtornado. Até quando termina o culto, aí eu fico sozinho. Eu falo, o que aconteceu comigo? Será que era eu ou algo que entrou dentro de mim? Então, eu mesmo senti que eu era diferente quando eu estou na interpretação, quando eu vivo aquele momento. Quando termina o culto, parece que tem algo que está em mim.

ENTREVISTADORA

Então você encara a interpretação como uma profissão ou como um dom de Deus?

ENTREVISTADO

Na verdade. É um dom que eu não entendi que eu tive, porque eu nunca fui buscar. Eu só comecei a praticar aqui porque eles falaram que “você entende muito bem a Bíblia”, você está entendendo muito bem. Então, e o pastor um dia falou para mim, que “eu acho que Deus está te chamando para fazer isso. E você segue. Eu nunca vi alguém que siga a pregação tão rápido como você. Você interpreta e você faz as pessoas entenderem o que está passando para as pessoas. Então você faz as pessoas também verem o que a se passa nas palavras”.

ENTREVISTADORA

E você acha que você daria, então, para ser um intérprete profissional se você tivesse a chance de se formar?

ENTREVISTADO

Eu queria tanto. Eu queria tanto porque eu nunca, como eu disse, eu nunca sabia [soube] que eu tinha esse dom. Então, o dia a dia, eu queria aprender, eu queria buscar, eu queria estudar para me estudar. Eu queria tanto para virar um profissional.

ENTREVISTADORA

Um profissional, não é? Ótimo. Teve algum momento, C..., lá dentro do raio que houve alguma situação que uma pessoa não entendia a outra e estava aquela confusão e você viu que ia dar algum problema ali, que você interveio e conseguiu fazer a interpretação para as pessoas se entenderem, se acalmarem?

ENTREVISTADO

Como a gente não é perfeito, tem talvez que venha uma... uma palavra que talvez eu não consiga entender, mas Deus sempre coloca o que a gente vai falar na boca pra sair tão perfeito. Então eu nunca tive essa dificuldade, porque eu sempre venho preparado. Se eles passam, para mim que... amanhã você vai pregar. Você só vai esperar a palavra. Assim que chega a palavra, Deus já coloca tudo para prestar bem atenção no que está pregando.

ENTREVISTADORA

Exatamente, porque existe a questão da congregação que a palavra é revelada. Não há como estudar o conteúdo da palavra, não é isso?

ENTREVISTADO

Isso, isso...

ENTREVISTADORA

Mas há como estudar as escrituras. Então, você conhecendo as escrituras, a exortação, você crê que é um dom de Deus e que é uma profissão que Deus pôs na terra, não é isso?

ENTREVISTADO

Isso!

ENTREVISTADORA

E que você teria chance, se você tivesse a chance, você estudaria para se tornar um profissional?

ENTREVISTADO

Eu queria tanto, se eu tivesse a chance, eu queria tanto, e que eu estou adorando. Eu estou adorando muito... Eu fico preparado para o que vai vir. Na Congregação a palavra é revelada.... Não é uma coisa que a gente prepara no momento, não. Aqui também é a mesma coisa, o pastor tem que esperar a palavra. O que você tem que fazer, pede para Deus, Ele ajuda naquele momento e concentra e fica bem preparado e esquece qualquer barulho, esquece qualquer coisa, só presta atenção no que vem e você consegue passar essas palavras para pessoas poderem mudar.

ENTREVISTADORA

Exatamente. Quando você falou da escola, que a escola seria importante para você melhorar essa questão, você diz que seria legal se tivesse um curso de português aqui para melhorar o português, para melhorar os idiomas, ou você fala da escola como ela é mesmo?

ENTREVISTADO

Eu só falo da escola como estudo da Bíblia.

ENTREVISTADORA

Ah, estudo da Bíblia. Seria um estudo bíblico, voltado para a Bíblia.

ENTREVISTADO

Isso, Bíblico. Porque não adianta você saber falar português perfeitamente, se você não entende o que está dentro da Bíblia. Porque a Bíblia não é uma novela, não é “uma novel”.

ENTREVISTADORA

Um romance.

ENTREVISTADO

É... não é como um livro que a gente lê. A bíblia é outra coisa. A Bíblia tem a direção dela.

ENTREVISTADORA

Ela tem direção e te direciona em toda a sua vida, não é?

ENTREVISTADO

Isso.

ENTREVISTADORA

Então, está joia, C.... É isso que eu queria saber. Você viu que interessante. Muita coisa apareceu daí. Muita coisa a gente consegue interpretar da sua fala. Eu te agradeço muito mesmo. Continua nessa fé. Continua nessa crença. Continua servindo a Deus, estudando, lendo as escrituras. Porque conhecendo, o Senhor vai te dando mais oportunidades para você estudar essa questão da interpretação, estudar a Bíblia e saber como conduzir toda aquela interação entre Deus e as pessoas. Porque é uma interação entre Deus e as pessoas ali são usadas como instrumentos. É isso?

ENTREVISTADO

Muita gratidão, muita gratidão mesmo. E é uma coisa que eu aprendi também, que a Bíblia, para ser cristão, não é só na boca. O que faz você melhor? Então, para você saber associar com as pessoas, e você conseguir entender que essa vida é muito linda para quem quer buscar qualquer coisa que você quer nessa vida. É muito legal mesmo, eu não sei mais o que falar, mas eu só agradeço.

ENTREVISTADORA

Está bom, está ótimo. Muito obrigada. Eu que agradeço, tá bom? Então fique em paz, a paz de Deus. E fique tranquilo aí que uma hora você sai daqui tá bom?

ENTREVISTADO

Amém, Amém!

ENTREVISTADORA

Obrigada.

3. Entrevista com migrante colombiano L.P.

ENTREVISTADORA

Já está gravando. Boa tarde! Vou chamar você de J.L..., muito obrigada por você me dar a oportunidade de conversar com você. É muito valioso para mim o seu depoimento, as experiências que você pode passar pra mim e muito obrigada a colaborar com minha pesquisa. Eu vou fazer as perguntas e você fique à vontade para você desenvolver suas respostas. Você pode me responder em espanhol se for preferível para você, porque você desenvolve melhor, flui melhor as respostas no seu idioma. Fique tranquilo porque depois a gente legenda, faz transcrição em espanhol, tá bom. Então vamos lá... Você pode me contar um pouquinho sobre o seu dia a dia aqui no presídio, me conta como você chegou aqui. Há quanto tempo você está aqui, porque você está aqui, fique à vontade.

ENTREVISTADO

Ok, buenas tardes primero que todo. Bueno yo llegué aquí hace un año, el 12 de diciembre, mi inconveniente fue en el aeropuerto, bueno ya me hicieron mis juzgamientos 12 meses, pues he trabajado en dos campos diferentes... primero fue....en la enfermería, donde pues tenía varias funciones, la principal era la traducción de cuando llegaban personas extranjeras y no podían manifestar sus dolencias y ese tipo de cosas, porque generalmente los funcionarios y doctores no tienen otra lengua más que la portuguesa, entonces esas eran más que todas mis actividades. Deje de trabajar en ese lugar porque aquí cuando avanza el tiempo aún lo cambian de ubicación, entonces ya no puedo seguir laborando en ese lugar. Ahora estoy en el área de manutención también colaborando con el arreglo de todas las cosas en este lado.

ENTREVISTADORA

Ok. Me diga uma coisa... como é viver aqui dentro porque aqui é um outro universo. Como é conviver com pessoas de várias nacionalidades e línguas. Como é essa relação linguístico-cultural entre vocês.

ENTREVISTADO

Bueno, la verdad entre las culturas es un poco a veces complicado, pues entre confianza y saber las costumbres de cómo comemos, a qué horas, como dormimos, en qué nos entretenemos eso es un poquito no tan manejable, más en los lenguajes, pues yo tengo la virtud de tener, haber aprendido otras lenguas, me puedo comunicar más que todo con los africanos, asiáticos y pues aquí en Latinoamérica todo el mundo habla español, con excepción de Brasil, si uno no tiene otro idioma acá es sumamente complicado comprenderse, sobre todo cuando viene una persona de Rusia, un japonés o chino, cuando ellos no hablan inglés, entonces ahí es de pronto el choque, más aquí se va aprendiendo en el día a día con las señas y los funcionarios pues lo van a uno como orientando a manejar la lengua portuguesa, pero es bastante interesante y bueno pues conocer todo este tipo de costumbres en otros países, eso es un aprender de aquí, más uno se va acostumbrando poco a poco a comunicarse con él. Pues con otra persona.

ENTREVISTADORA

Uma vantagem que vocês têm aqui que alguns trazem idiomas que já estudaram nos seus países e tal. E alguns aprendem aqui. Como foi isso? Você aprendeu aqui ou você já trouxe idiomas de lá? Quantos idiomas você fala?

ENTREVISTADO

Bueno, yo tengo como hobby aprender diferentes lenguas. Me gusta investigar, aprender para comunicarme. Me gusta viajar fuera de mi país y es para mí como un proyecto de vida. Me gusta estudiar mucho las lenguas. Cuando llegué ya sabía árabe, francés, inglés. El portugués aquí a medida que he estado lo comprendo prácticamente unos 90%, puesto el idioma es muy similar al español, es una lengua muy parecida, nos diferencia son las pronunciaciones de ciertas palabras, pero aquí día a día uno va conociendo más. Siempre me comunico en inglés porque en el área donde yo estoy, yo estoy con el área de los extranjeros europeos, africanos y asiáticos, entonces más que todo se maneja como lengua primaria el inglés, yo puedo manejar ese tipo de lengua, yo soy descendiente de árabe porque en mi país hay mucha mixtura, Viví allá, mis ancestros son árabes, entonces por investigación y por ese tipo de cosas, saber de mis ancestros, quise estudiar el árabe.

ENTREVISTADORA

Entendi. E qual é a sua nacionalidade e quantas línguas você fala?

ENTREVISTADO

Yo soy de Colombia.

ENTREVISTADORA

E as línguas... quantas línguas você fala?

ENTREVISTADO

Yo hablo actualmente español, pues mi lengua madre, árabe, francés, inglés y el resto de lengua latina, pues incluyendo ahora portugués, pues lo manejo mejor, mejor. Antes no, la verdad nunca había, había pasado por Brasil, pero nunca me había quedado más tiempo. Siempre que venía en el aeropuerto a mí siempre me entendía, me decían tienes que hablarme, divagar para podernos entender y yo entendía perfectamente y me hacía entender, pero fue una transición muy buena para aprender.

ENTREVISTADORA

E você disse que gosta de estudar, você gosta e aprender coisas. Você está aprendendo atualmente algum outro idioma além do português?

ENTREVISTADO

Ahora estoy practicando el idioma que utilizan los chinos, un idioma, el mandarín es el idioma que crearon los chinos para su propia región, como entre ellos, y cada región de China tiene lenguas diferentes. Unificaron en una sola lengua y es el mandarín. Y es lo que estoy tratando de aprenderlo con unas personas que están aquí.

ENTREVISTADORA

Ótimo... e diga uma coisa... você sabe, você consegue definir para mim... sabe dizer o que é interpretação? Você já pensou nisso como uma profissão... já se imaginou exercendo aqui ou em outro lugar a interpretação porque me parece que você tem experiências com interpretação, como você disse, principalmente na parte ambulatorial, com os médicos ... você já pensou nisso como uma profissão, você sabe que realmente é uma profissão ou você faz por instinto? Como é isso?

ENTREVISTADO

Bueno, la verdad como profesión me gusta, porque en la práctica es donde se hace un maestro. Me gusta y sé que es una profesión muy útil y que puede ayudar a muchas personas. Yo pienso que en este tipo de países que son muy turísticos, que vienen muchas personas de todos los países, sería bueno pues estudiar varias lenguas y poder atenderlo, por lo menos en la parte hotelera, porque si estamos hablando de afuera, la parte hotelera, cuando viene turista no tiene necesidad de tener un traductor en la mano, simplemente un guía turístico que lo pueda ayudar con cualquier tipo de actividad, de pronto una emergencia. Sí, me parece muy importante. A mí me gusta, me gusta mucho, incluso me gusta enseñar sobre todo el inglés, que es la lengua que es internacional. Me gusta enseñar cuando una persona no tiene cómo comunicarse con otra y quiere saber de otra cultura, yo trato de ayudarle con la escritura que practique con aquí yo tengo esa paciencia, me gusta. Y si en alguna oportunidad tuviera yo de pronto ejercer en el futuro una actividad como esta, como profesión, claro que sí me gustaría hacerlo.

ENTREVISTADORA

E aqui dentro... você já meio que exerce esse tipo de atividade, não é? Me conte alguma experiência que você teve que fazer interpretação e como foi isso... como você se sentiu e como foi o problema de interação? Você pode desenvolver isso para mim?

ENTREVISTADO

Si. Precisamente por los idiomas, me llamaron a trabajar en la enfermería, pues que los médicos, los doctores, los funcionarios ahí no tienen a veces cómo comprender la dolencia de un extranjero. Y eso es bueno, como lo explico, yo sé de los idiomas bastante, como comunicarnos, vamos a hablar, vamos a conversar sobre un tema específico, pero ya cuando me vine acá y comencé a escuchar dolencias, es otro, otro camino, eso ya es algo más, en un nivel más alto, comprender que le duele el corazón, que le duele una arteria, que se le inflama una muela y poderle explicar al doctor y que el doctor me transmita en otro idioma que tampoco manejaba muy bien. O sea, era un show que me tocaba como permítame un segundito, explíqueme mejor ahora el dolor de la persona. Es que cuando camino me duele la pierna y entonces yo sufro de artritis. Y explicarles ese tipo de frases ya más profesionales para mí. A veces chocaba de pronto un ruso, por ejemplo, un ruso que, si habla el inglés, lo habla muy mínimo. Entonces esa traducción era bastante complicada y me exigía a mí de pronto llegar al punto donde le dolía a la persona para poder conocer qué era eso, practicar un poquito de medicina.

ENTREVISTADORA

Tinha que entender pelo contexto...

ENTREVISTADO

Ya podía hasta recetar. Ya cuando venía la persona y no le podía explicar de pronto en el idioma portugués a la doctora, yo me atrevía a diagnosticarle algo para esa necesidad de esas personas. Entonces, para mí fue una experiencia muy bonita mientras la trabajé, fue poca, pero la ejercí con mucho gusto y le aprendí mucho, gracias a Dios.

ENTREVISTADORA

Entendi. E você já teve que trabalhar como intérprete, exercer a interpretação, por exemplo, num contexto judicial, por exemplo, em teleaudiência. Teve alguma oportunidade de fazer isso também?

ENTREVISTADO

Bueno, ya cuando nunca me llamaron para algún intercambio de un abogado con una persona interna aquí, más de pronto traducirles a las personas cuando llegaban sus documentos en portugués, a alguien que hablaba inglés, que hablaba francés, alguien que hablaba incluso español, porque hay personas que pueden tener el español y puede

ser muy similar, pero no lo van a comprender tal como yo lo puedo comprender. Porque resulta cuando uno estudia un idioma más, hay una parte del cerebro que se activa de los idiomas, entonces es más fácil comprender las lenguas y comenzar uno a ubicarse en la oración de que se está tratando el tema, para uno avanzar en una lectura de eso. Entonces yo orientaba a muchas personas con su caso mira, te van a llamar para eso, tienes este tipo de problema, en dos meses va a venir tu abogado, te va a explicar algo así. Todo eso yo lo podía traducir en el caso judicial. Esa era mi participación.

ENTREVISTADORA

E tradução escrita de documentos oficiais você foi chamado pra fazer em algum momento?

ENTREVISTADO

Cuando a mí me llamaron a hacer las traducciones, solo atendí pacientes en la enfermería, porque esa área no sé cómo hacen ellos para manejarla. Creo que los traductores son autorizados por los jueces.

ENTREVISTADORA

Juramentados.

ENTREVISTADO

Si. No había la oportunidad. De pronto si yo hubiera mostrado algún documento que me acreditara como traductor, pues posiblemente me hubieran podido contratar para eso. Pero lo más cercano que estuve a estar dentro de un proceso judicial para eso fue colaborar con las personas ya internas aquí.

ENTREVISTADORA

Qual é a sua opinião... é... Jorge... qual sua opinião sobre um curso de interpretação dentro do presídio voltado para vocês. Qual é sua opinião a respeito disso?

ENTREVISTADO

Pues yo opino que sería bastante útil, porque el beneficio sería grande para todos. Para todos es una ayuda. Todo el mundo entra aquí desubicado, primer vez que pasa por este país, no ha salido del suyo, llega aquí con un idioma que no lo van a entender y poder hacer un curso acá para la interpretación sería perfecto. Aprovechar el talento de una persona que ya lo tiene y ayudarle a esas otras personas, incluso en la institución se beneficiaría bastante

ENTREVISTADORA

É. Porque seria um trabalho, uma ferramenta a mais. Para vocês também remirem a pena e serem remunerados de alguma forma.

ENTREVISTADO

Claro, sí, porque sería una ubicación laboral, no sería anexa a otra como usted ya sabe algo de enfermería, hágame por favor, me colabora con eso. No, una persona exacta que se encargue precisamente de eso, incluso puede agilizar más el tratamiento y alrededor en el día de pronto más personas, porque debido a las traducciones se atrasan los tiempos y quedan personas sin atender y de pronto tienen muchas urgencias de atendimiento y por falta del conocimiento de la lengua no lo pueden atender, atrasan el tratamiento. Si hay una persona exclusivamente para eso, sería espectacular para todos.

ENTREVISTADORA

Muito bom... muito bom. Tem alguma outra situação da qual você faz parte. Tipo assim... você já trabalha na manutenção, já trabalhou na enfermaria. Por exemplo, teve algum momento que alguém falou assim ...”olha ajuda aqui porque a gente vai ter o culto religioso, tem alguma igreja que vem e eu estou querendo entender... você já chegou a participar desses tipos de situações?

ENTREVISTADO

Bueno, si, aquí vienen evangelistas. Pero la mayoría de las personas... aquí las religiones se dividen también por idiomas. Hay personas que son, por lo menos los musulmanes, ellos no tienen pronto un líder que venga de la parte de afuera, porque ellos entre ellos se reúnen y hay uno que lidera sus rezos. Y es más, yo entiendo bastante, yo leí mucho acerca de la religión musulmana, yo leí el Corán, tuve la oportunidad de leer el Corán, entiendo, incluso hasta puedo orar. Y en la parte religiosa

cristiana, casi el latino habla hispana, no se reúnen ese tipo de cosas. Más son los africanos, ellos son un poquito más metidos en las religiones y ellos tienen sus propios pastores, más hay personas que les gusta participar y yo me hago al lado y le digo mirar, está hablando este tema de vamos a vivir en comunidad, no queremos que esto se convierta en un campamento de guerra. Cuando ellos hablan ese tipo de cosas, cuando está muy la tensión está muy alta, que la persona no por falta también de comunicación no se soporta entre una y el otro. Aquí se vive junto. Hay que compartir un espacio muy mínimo para muchas personas. Entonces al no poderte decir “no me gusta que estés ahí cerca” o “no me gusta lo que haces”, entonces se llena de otro tipo de situaciones. Entonces ahí entro yo y le digo “no, mira, él quiere decirte esto, que no te sientes ahí porque él va a hacer un trabajo y tú no le comprendes y piensa que él te está hablando mal, pero no, él simplemente te está hablando con decencia”, también se requiere de ahí que él se va a hacer ahí para hacer su trabajo. Entonces las personas como no lo entienden, entran en “brigas”, como dicen acá, están en “brigas” por eso, entonces ahí entro yo, no, mira, eso no es así, él te está hablando de sí y así”. Entonces ya quedan como claros. En esas intervenciones que he participado.

ENTREVISTADORA

E isso é uma intervenção que na interação linguística além de você quando você faz a interpretação mesmo entre vocês, você consegue apaziguar toda a situação porque por a falta... a barreira linguística que trunca, que atrapalha, que prejudica a interação, você também consegue fazer um trabalho de interpretação e que os detentos conseguem se entender de alguma forma a ponto de eles dizerem: “Não precisamos brigar por conta disso”, não é?

ENTREVISTADO

Si. Aí que yo entraba varias veces ya...

ENTREVISTADORA

E quando você chegou... passou por alguma situação em que ninguém o entendia e você não teve quem fizesse essa intervenção? Como você se sentiu?

ENTREVISTADO

Bueno, realmente como yo manejo mucho el inglés, aquí los dos idiomas principales son español inglés. Entonces el inglés para mí ha sido desde niño un hobby. Yo lo comprendo, no importa si viene inglés americano o viene inglés británico, lo comprendo perfectamente, pues nunca tuve ese inconveniente. Pero cuando los funcionarios ya me hablaban, ahí sí quedaba yo. Me decían, me daban una orden, por ejemplo, por aquí no camine, salga, que va a ser una tiene una atención de atendimento. Yo no le comprendía. ¿Recién llegado, cómo que dice? Entonces a veces pensaban que uno no quería hacerle caso a lo que ordenaba. Entonces yo les digo les que “no, yo no comprendo, me habla un poquito más”. Después entonces comenzaron a comprender. “¿Usted no habla portugués?” “No señor.” Entonces ahí comencé yo a tener mejor relación con los funcionarios, porque no nos pagamos justos por pecadores. Hay personas que de verdad no quieren cumplir la orden de funcionarios. Y los que no entendemos pasamos por la misma por el mismo regaño de ellos. No, “usted le estoy dando una orden, usted no la está cumpliendo”, “No comprendo lo que me dice”. Esos fueron los primeros choques. Ya después, cuando ellos me comenzaron a hablar más despacio, yo comencé a comprender el portugués. Una cosa es leerlo y otra cosa es escuchárselo a la lengua nativa. Y como aquí en Brasil manejan diferentes acentos, el acento de aquí, de esta zona de ahí, es más como regional, entonces no es el que muestran las noticias ni en los otros programas, es totalmente diferente. No los voy a conseguir entender muy fácil. Igual pasaba en enfermería, perdón que me regrese un poco, cuando el atendimento era para brasileiros, ahí quedaba perdido total, porque ellos, la mayoría de ellos tienen con su dejo de región diferente incluso al de Italia. Hablaba muy rápido y yo no podía comprender, porque a mí me tocaba a veces ir a decirle usted viene por este motivo o por el otro, viene para una prueba de sangre y no, no le entendía. Había momento en que no, cero podía repetirme despacio y no lo entendía.

ENTREVISTADORA

E qual foi o sentimento quando você não conseguia entender? O que você sentia?

ENTREVISTADO

No, yo sentí que el idioma, o sea, que el idioma en que menos creí que me iba a causar de pronto un como un choque de que no le voy a comprender, que es más fácil para mí aprender portugués que inglés, o que árabe incluso, porque es el más cercano al español. ¿Cómo es posible que yo no lo iba a entender? Me tocó entonces empezar a leer libros en portugués para mirar cuáles son las palabras que no empleamos en el español, pero que significan lo mismo, tienen los mismos significados que los nuestros. Entonces, al leer los libros, historia, incluso historias de libros en español que estaban en portugués. Ahí comencé a comprender entonces esos... esos modismos, los modismos que son los que lo llevan a uno comprender lo que está hablando con un idioma nuevo para uno. Ya en el camino de estar aquí ya. Entonces empecé a escribir y a leer para todo el portugués. He leído bastantes libros también.

ENTREVISTADORA

Interessante. Enquanto você não conseguia entender no começo e os servidores, os funcionários muitas vezes falando “eu também não te entendo” você passou por um sentimento de angústia?

ENTREVISTADO

Claro, bastante, sí. Desesperante, porque yo le decías hablaba en inglés, porque de pronto es un idioma internacional. “Do you speak English?” “No, no, no, portugués, aquí se habla portugués.” “Yo no hablo, hablo español, inglés, otro idioma, pero portugués no lo comprendo así.” “No, aquí se habla portugués.”

ENTREVISTADORA

Interessante que você já veio com a ideia de que seu falo inglês alguém lá vai falar inglês, não é ... e você teve um choque, uma angústia enorme quando alguém te disse “Não, aqui só se fala português.”

ENTREVISTADO

Tengo las tres principales lenguas internacionales más habladas en el mundo. Y me chocó hablar un poquito portugués. Eso se sintió como de qué me sirvió estudiar tres lenguas.

ENTREVISTADORA

E nesse momento, Jorge, quando você não estava conseguindo entender e ninguém te entendia ... você não entendia... teve alguém... você teve um intérprete para te ajudar?

ENTREVISTADO

¡Sí, claro! Si de pronto compañeros, yo les decía por favor, viene para acá el funcionario que hablas personas que hablaban en inglés, entonces me traducían los puros para que ya viven aquí. Hay personas que incluso viven aquí, vienen de otros países que hablan inglés y ya manejan el portugués. Entonces él hablaba con el funcionario y él me traducía en inglés lo que el funcionario me quería decir.

ENTREVISTADORA

Em quanto tempo você levou para aprender o português, você conseguiu falar, compreender a ponto de ajudar na enfermaria, a ponto de ajudar em outras situações.

ENTREVISTADO

Bueno, apenas yo ingresé aquí, pues lo primero que uno quiere saber es cómo va el proceso, como ese tipo de cosas, y comienzan a llegarle a unos documentos, todo viene en portugués. Entonces me tocó interesarme desde el primer momento. Lo comencé a comprender ya de funcionario, de habla de funcionario, más o menos los tres meses, tres meses y medio, ya podía interactuar con un funcionario, ya fui hablando, fue cuando comencé a aprender trabajo. Yo hablo mejor el portugués, ya puedo comunicarme, yo quiero ya trabajar. Me decían “usted no va a poder trabajar si no tiene...” “ya puedo hablar yo ya puedo hablar un poquito por saber.”

ENTREVISTADORA

Que ótimo ... muito bom ... tem alguma coisa que você queira acrescentar em toda essa sua experiência?

ENTREVISTADO

Bueno, la verdad es como una recomendación, si esto va a llegar a muchos medios, no sé... que esto lo pueden implantar en otros sitios como este, donde reciben extranjeros, que tengan en cuenta las personas como nosotros, que nos gustan los idiomas, nos tengan en cuenta para asignarnos una labor específica en cada uno de estos lugares, que es muy necesario para ayudar a las personas en cuanto a la interpretación, la traducción y comunicación dentro de estos sitios.

ENTREVISTADORA

Muito obrigada, muito obrigada Jorge ... viu... foi muito enriquecedor ouvi-lo falar das suas experiências, do seu trabalho e da importância que você dá. Interessante você falar que tem três idiomas mais falados no mundo e levou um choque cultural aqui. Depois de algum tempo você começou tentar compreender porque queria saber informações sobre a sua situação jurídica ... depois você foi tentando aprender e você sabe que tem uma riqueza literária com uma biblioteca com mais de 40 idiomas um acervo de mais de 23.000 livros que você pode estudar e eu achei muito interessante a sua fala... E me diga uma coisa... você chegou a estudar aqui na escola?

ENTREVISTADO

Pues la verdad no la necesité en cuanto a... para estudiar el idioma, porque comencé a avanzar mucho más en el lugar donde yo estaba, en el área, no hay la posibilidad de estudiar, si tendría que haberme cambiado de ubicación y eso ya lo hacía era por medio de un juez, no, no, dependía de aquí del establecimiento. Por eso no estudian. De lo contrario, ya fuera profesor de idiomas aquí incluso ahora voy a prepararme porque el tiempo restante no es muy corto ... y voy a prepararme para los cursos de enseñanza, creo que es enseñanza y esos tres niveles que uno sube. Ya empecé a solicitar libros de la biblioteca para estudiar y presentarme a esos exámenes.

ENTREVISTADORA

Entendi. É dependendo de onde você está não pode frequentar a escola. Mas daí você estudando você consegue fazer as provas do ENCEJA, do ENEM... essas coisas... cursos profissionalizantes e assim por diante.

ENTREVISTADO

A mí me gusta todo eso, por eso yo leo mucho. Yo pienso que el interés de una persona vale más que asistir a un curso, porque si asiste a un curso solamente porque le quiten tiempo de su proceso judicial, no es lo mismo que interesarse por aprender realmente. Uno teniendo los medios, uno pues avanza a lo que realmente le interesa. Yo aprendí el idioma sin necesidad de ir al curso. Porque mi interés era comunicarme aquí. Ese era mi verdadero interés. Y aprender, llevarme algo de aquí, pues el idioma brasileño.

ENTREVISTADORA

Ok, muito obrigada Jorge pela sua entrevista, pela sua fala, por você se disponibilizar a conversar comigo. ... agradeço imensamente mais uma vez por colaborar porque as informações que vocês têm... e as que principalmente você me deu são riquíssimas para gente desenvolver um trabalho lá fora e conseguir mostrar para a sociedade o que vocês fazem aqui dentro. Reverter talvez e conscientizar a sociedade que no presídio se trabalha, se estuda e há pessoas completamente recuperáveis e lá fora também... a gente trazer... conscientizar as pessoas da riqueza linguística que tem aqui, principalmente na área da tradução, na área da interpretação... políticas públicas que podem dizer: "Olha, realmente há necessidade de um intérprete... de uma formação, não é? E pelo levantamento das línguas que foi feito, por toda a pesquisa etnográfica longitudinal que foi feita, a gente consegue perceber que existe uma lacuna a ser preenchida... então muito obrigada, mas uma vez, viu?

ENTREVISTADO

Con mucho gusto. Bueno, la verdad y también poder colaborar con el proyecto que viene haciendo me pareció muy interesante, por eso acepté y gustosamente estoy aquí compartiendo.

ENTREVISTADORA

Muito obrigada.

4. Entrevista com migrante árabe M.

ENTREVISTADORA

M...., muito obrigada por você me conceder essa entrevista. Eu sei que você é ganhador de prêmios aí, não é? Olimpíadas da matemática, é isso? Você saiu até numa reportagem, então não é novidade você dar entrevista, não é? Tá tranquilo para você, não é? Então eu agradeço por você participar dessa pesquisa que é bastante importante, para todos nós aqui. Me diga uma coisa. Primeira coisa que eu vou te perguntar. Como é a sua rotina de trabalho? Você trabalha, estuda? Como é a sua rotina? Como é que você chegou aqui? Quando você chegou aqui?

ENTREVISTADO

Cheguei aqui em 2020.

ENTREVISTADORA

Aham.

ENTREVISTADO

Por crime, né?

ENTREVISTADORA

Aham.

ENTREVISTADO

Aí você quer falar sobre a coisa de língua, né?

ENTREVISTADORA

Isso.

ENTREVISTADO

Aí quando eu cheguei aqui, achei estranho, porque eu não imaginava que tem um lugar que vai ter tanta língua, tantas línguas diferentes em um lugar só, né? Aí veio os “negão”, os africanos, os brasileiros, várias línguas. Aí você não começa, do mesmo jeito que quando eu cheguei aqui no Brasil. Na hora que eu andava na rua, eu só escutava aquele barulho de quando tem um canal que não está funcionando, um xiii (estática), assim, você não entende nada, né? O que eles estão conversando. E a pessoa acaba acostumando com o tempo, adaptando, o ser humano adapta, né? Aí, principalmente quando é obrigação. Você não tem outro jeito, não tem como fugir desse lugar, sair desse lugar. Você tem que aceitar a verdade.

ENTREVISTADORA

Exatamente. E você é de onde?

ENTREVISTADO

Sou do Líbano.

ENTREVISTADORA

Líbano. Quantas línguas você fala?

ENTREVISTADO

Falo árabe, que é a minha língua original e português e inglês.

ENTREVISTADORA

... e inglês. E você chegou a estudar aqui ou não?

ENTREVISTADO

Estudei. Fui pra escola. Trabalhei também.

ENTREVISTADORA

Trabalhou também e agora você trabalha aqui no CIMIC, não é?

ENTREVISTADO

Agora sim.

ENTREVISTADORA

E está gostando? É bom? É tranquilo pra você?

ENTREVISTADO

Muito bom.

ENTREVISTADORA

Muito bom, né? Gostoso ter trabalhado.

ENTREVISTADO

O objetivo principal é a remissão, mas quando a gente começa o trabalho, você vê que você tá aprendendo, tá conhecendo coisa nova, você esquece aquele que você tá correndo atrás de remissão.

ENTREVISTADORA

De remissão ... Porque você se satisfaz com o trabalho, não é?

ENTREVISTADO

Você sempre, todo dia você vai aprender uma coisa nova.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

Mesma coisa na linguagem.

ENTREVISTADORA

Entendi. E como é viver dentre várias nacionalidades que você está lá no meio? Quer dizer, você tem aí nigerianos, você tem sul-africanos, americanos, australianos, chineses, japoneses, coreanos, italianos.

ENTREVISTADO

Você, no começo, você já... se você tem uma base sobre uma cultura, você pode... você acha estranho, não é verdade. Porque às vezes você, pra mim. Eu pensava que os chineses são... assim... porcos. Assim... que ninguém gosta deles. O jeito deles de conviver é difícil. Mas quando você se envolve com eles, eles são pessoas normais. Se limpa... Cada um. Tem uns que o contrário, que você tinha uma visão, você pensava que era uma coisa melhor...

ENTREVISTADORA

... e não

ENTREVISTADO

... e viu outra coisa.

ENTREVISTADORA

Exatamente. E é conflituoso isso?

ENTREVISTADO

Tem outra coisa, que você dentro da cidade, você não pode julgar uma cultura. Isso que eu aprendi aqui. Porque aqui na prisão, você está encontrando- para mim, no meu pensamento – são as piores pessoas da sociedade. Não só o nível bom de um país, de uma cultura.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

Isso aqui também reflete.

ENTREVISTADODRA

Exatamente. Então não é... quer dizer... você se acostumando, quer dizer o conflito cultural, o conflito linguístico foi diminuindo.

ENTREVISTADO

Cada dia você sente menos. E acostuma. O barulho que você escuta de um tipo de... de algumas pessoas, com o tempo fica normal.

ENTREVISTADORA

Entendi. E você já ficou em celas com diferentes países, com diferentes línguas?

ENTREVISTADO

Sim.

ENTREVISTADORA

E como é que vocês faziam no dia-a-dia, para se entender?

ENTREVISTADO

Brigava.

ENTREVISTADORA

Brigava?

ENTREVISTADO

Não, aí a gente discutia algumas coisas. Às vezes, quando você não tinha alguma solução, algum entendimento, Tipo, tem pessoas que querem aplicar a cultura deles dentro da cela. Como que você vai fazer isso? Se dentro de uma cela está morando nove culturas diferentes,

aí vem um, dois, que eles se combinam e acham uma coisa certa, e querem aplicar no resto.

Tem como?

ENTREVISTADORA

Não tem.

ENTREVISTADO

Eu tenho algumas coisas que eu vejo que você... você não aceita, eu não posso obrigar você a fazer o que eu gosto.

ENTREVISTADORA

Exatamente. Cultura e língua, não é? Porque...

ENTREVISTADO

É, cultura e língua são juntos.

ENTREVISTADORA

Juntos, não é? E aí vocês tinham esses conflitos, depois foi diminuindo.

ENTREVISTADO

E tem outra coisa, que ser humano, quando alguém, quando alguém tá falando outra língua do lado dele, ele, assim, sem querer vai achar que a pessoa está falando sobre ele. Esse que é o grande problema.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

Entendeu?

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

Eu não falo francês. É uma língua assim, difícil de entender. Aí, dois estão conversando assim, vou achar que estão falando de mim.

ENTREVISTADORA

Entendi. E que recurso que vocês usavam para se entender? Vocês não usavam nenhum recurso, tipo gesto? O que vocês faziam para se entender ali dentro?

ENTREVISTADO

Aqui tem muita pessoa que... Se você não entende, fica quieto, fica na sua, já era. A pessoa que não entende ali, vai ficar sozinha.

ENTREVISTADORA

Fica, não é? Entendi. Mas assim, teve alguma situação que você ajudou com o árabe-português, o árabe-inglês? Teve alguma situação dentro da cela? Que você foi ajudar, você falou assim, deixou apaziguar aqui? Que muitas vezes... Não, é...

ENTREVISTADO

Sim. Para falar com o agente penitenciário ou.. com o preso, né?

ENTREVISTADORA

Entendi, com o agente, não é?

ENTREVISTADO

E quem quer falar, às vezes chega a cara, começa a falar português, aqui mais espanhol, né? Porque português e espanhol são...

ENTREVISTADORA

Irmãs, não é?

ENTREVISTADO

É, parecidos, aí acaba entendendo, aprendendo.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

Aí o cara fala, pergunta, o que o fulano tá dizendo?

ENTREVISTADORA

Isso, você, oficiosamente, ali na interpretação, já vai também, fazendo um tipo de interpretação que já vai colocando os pingos nos is ali, não é? Tá joia. Me diga uma coisa, você já se imaginou, nessa profissão, você tem duas irmãs tradutoras, não é?

ENTREVISTADO

Sim...

ENTREVISTADORA

E...

ENTREVISTADO

Estudaram. Mas não são tradutoras

ENTREVISTADORA

Mas estudaram, não é? Mas não exercem.

ENTREVISTADO

Não exercem. Exercem em casa.

ENTREVISTADORA

Exercem em casa, não é? Mas você sabia que isso era uma profissão? E você já se imaginou fazendo esse tipo de coisa? Profissionalmente?

ENTREVISTADO

Não

ENTREVISTADORA

Não dá para coisa.

ENTREVISTADO

Não gosto.

ENTREVISTADORA

Então tá bom. E vem cá, você disse pra mim que você já falava português, não é? Porque você morou um pouco no Brasil, é isso? Quanto tempo você morou no Brasil?

ENTREVISTADO

Eu vim em 2011 para o Brasil. Nove anos antes...

ENTREVISTADORA

Isso. E aí você se viu falando português assim em mais ou menos quanto tempo?

ENTREVISTADO

Um ano, já começa a se virar, né?

ENTREVISTADORA

Aham, um ano você já começa a se virar. Hoje você acha que está tranquilo para você. Você fala e entende bem.

ENTREVISTADO

Agora eu consigo entender quase tudo.

ENTREVISTADORA

Então, e diga uma coisa: você continua falando árabe aqui no Presídio ou perdeu?

ENTREVISTADO

Não, falo árabe. Só que não tô praticando igual quando tô fora. Acabo esquecendo umas...

Não é esquecendo, tipo... Preciso pensar pra chegar na palavra.

ENTREVISTADORA

Entendi, já tá começando a mudar, não é?

ENTREVISTADO

Acho que isso também depende da pessoa.

ENTREVISTADORA

Entendi. E você já participou, alguém já te chamou pra fazer alguma interpretação assim, atendimento jurídico, médico?

ENTREVISTADO

Aqui, não.

ENTREVISTADORA

Não? Em que situação? Você lembra de alguma situação que você foi intérprete?

ENTREVISTADO

Intérprete? Pessoal mesmo preso, Só o preso. Coisa não oficial?

ENTREVISTADORA

Não, não oficialmente. Mas aqui no presídio, por exemplo, o médico estava lá com um colega e não precisou, você não precisou fazer.

ENTREVISTADO

Não.

ENTREVISTADORA

E tradução, você já fez?

ENTREVISTADO

Tradução?

ENTREVISTADORA

Tradução escrita.

ENTREVISTADO

Escrita eu fiz. Uma vez só.

ENTREVISTADORA

Uma vez só você fez, não é? Então, e me diga uma coisa. Como você vê a interpretação dentro da carceragem? Como você considera? Você acha que é necessário? Como q você vê isso diante de tanta gente falando tantos idiomas diferentes?

ENTREVISTADO

É, isso aqui é muito importante. Precisa muito.

ENTREVISTADORA

Precisa?

ENTREVISTADO

É. Tem para várias coisas. Não é só para... Até para você... Tem pessoas que chegam aqui direto do... Nunca me lembro o Brasil. Direto do aeroporto para cá. Aí, o cara não sabe falar nenhuma língua. O cara coloca... Não tem familiar aqui. Coloca advogado, por exemplo. Aí pede atendimento. Chega o advogado. O advogado fala só português. Não consegue entender nada. Por exemplo.

ENTREVISTADORA

Aham...

ENTREVISTADO

Eu sei que o preso chegou um pouco tempo atrás. O cara falou que chegou a advogada, mas não conseguiu entender nada. E aí, o que que ela falou? Perguntei.... Não sabe.

ENTREVISTADORA

E aí, ficou assim?

ENTREVISTADO

Aí, parece que ele, como ele tá com uns quatro anos, ele ficou em dúvida. Com quatro, cinco anos... ele ficou em dúvida. Não sabe se isso mesmo ou não. Pode ser isso, pode ser isso. Não entendeu?

ENTREVISTADORA

Não entendeu, não ficou claro, não é? E a situação fica complicada, porque é a sua vida ali, não é? E a sua vida também no médico, não é? Passando mal e você também não se faz entender... o médico também. A maioria das vezes não fala o outro idioma, não é isso? Não fala ou fala só o português. Eu tive uma entrevista com outro preso que ele falou, eu não lembro o nome dele agora, acho que foi o Diego. Ele falou pra mim assim: "eu levei um baita susto quando eu cheguei aqui. Eu levei um baita susto porque eu tinha certeza de que os brasileiros falavam algum idioma. Porque para ter um lugar cheio de gente com diferentes idiomas, eu tinha certeza que os brasileiros falavam dois, três idiomas. Quando eu cheguei aqui, eu levei um baita susto, porque eles... ninguém fala. Muito difícil, um ou outro falava inglês." Esse foi... ele ficou em desespero. Aí depois os colegas foram ajudando... Os colegas de cela, na inclusão, tudo.

ENTREVISTADO

Bem, na verdade... Agora não sei, Brasil é um país grande que ele não precisa de outra língua, isso eu não sei. Mas eu acho que o Brasil precisa aprender outra língua, não é? Os brasileiros.

ENTREVISTADORA

Os brasileiros precisariam aprender uma língua.

ENTREVISTADO

Não é o país. Não é que é melhor.

ENTREVISTADORA

Sim.

ENTREVISTADO

Só que lá, quando você entra na universidade, você... é obrigatório aprender... Não, as matérias que você vai aprender, você vai aprender em outra língua.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

Em inglês...Vai dar ciência em inglês. Então, se você não sabe inglês, você não vai passar. É obrigatório.

ENTREVISTADORA

É obrigatório, não é? Você ter um segundo idioma.

ENTREVISTADO

Mas, no mesmo tempo, também isso não é bom, porque estão deixando a língua principal.

ENTREVISTADORA

Sim, aí tem a questão do imperialismo, do nacionalismo, não é? Entendi. E aí, como que você acha que poderia, o que você acha das iniciativas de ter, por exemplo, formação de intérpretes para os intérpretes, entre aspas, que já trabalham como intérprete. Tem muito preso aqui que já faz interpretação várias vezes. O Rony, na médica ali, ele faz interpretação todo dia. Então, como você vê essa iniciativa?

ENTREVISTADO

Fazer formação...

ENTREVISTADORA

Fazer formação de intérpretes dentro do presídio. Você acha que seria legal para os presos?

ENTREVISTADO

Para os presos?

ENTREVISTADO

Para os presos.

ENTREVISTADORA

A ideia é a seguinte, de que você tenha a formação de intérpretes que os presos que queiram, que tem lá suas, como é que se diz? Seu perfil, que faça, por exemplo, você falar, para mim não é minha praia. Mas para muita gente é. Falar, estou interessada nisso, por exemplo. A ideia é implantar uma formação de intérpretes aqui, um curso, para que a gente consiga, por exemplo, formar detentos, intérpretes, e eles prestarem serviço como um trabalho. Como um trabalho, como você tem no CIMIC. Um trabalho. E aí ele tem o quê? A remissão da pena.

ENTREVISTADO

Pode ser, né?

ENTREVISTADORA

[Risos] brilhou os olhos, não é?

ENTREVISTADO

Não, é uma boa ideia. Se tem como fazer isso, é bom.

ENTREVISTADORA

Você acha que...

ENTREVISTADO

Precisa, precisa, não é só...

ENTREVISTADORA

Precisa, não é? E você acha que daria, por exemplo, eu achei interessante porque tem vários contextos aqui...

ENTREVISTADO

Bom, se a pessoa também... Tem muita pessoa que paga uma pena aqui e sai, né? Aí continua pensando... fazer alguma coisa assim....ressocialização

ENTREVISTADORA

Também é uma questão de ressocialização. Porque ele pode sair, pode exercer.

ENTREVISTADO

Quando experimentar gostou, vai na rua. Vai ao fora...

ENTREVISTADORA

Isso, e tem muita necessidade, viu? Tem muito campo, especialmente o tribunal. O tribunal, direto, julga réus estrangeiros. Ele tem que fazer o julgamento. E, muitas vezes, por falta de um intérprete naquela língua...

ENTREVISTADO

Pode até atrasar a audiência.

ENTREVISTADORA

Atrasa a audiência e assim por diante. Aí você vê, você me deu um exemplo aí de uma audiência que, quer dizer, com uma conversa com o advogado que...

ENTREVISTADO

Não deu em nada.

ENTREVISTADORA

Não deu em nada porque o advogado estava sem intérprete.

ENTREVISTADO

O cara até falava inglês, só que ele achava que o advogado falava inglês. Aí você já estava indo para falar inglês com o advogado. Chegou o advogado [que] não fala.

ENTREVISTADORA

Isso, porque tem ideia de que o brasileiro... Exatamente, o estrangeiro tem ideia de que o brasileiro tem uma segunda língua.

ENTREVISTADO

Eu lembro que o cara foi, quando chegou aqui no Brasil, ele falou pra mim, quando eu desci... Chegou no Brasil, desceu do aeroporto, ele queria pegar um táxi, ele, na hora que eu quero ir em outros países, no Líbano, por exemplo, pelo menos, quando você chega, o taxista sabe falar. Ele não fala a língua inteira, só que ele consegue comunicar com você as coisas principais. E o Brasil é um país cheio de turistas, de pessoas de fora.

ENTREVISTADORA

Sim.

ENTREVISTADO

Como?...

ENTREVISTADORA

Como não tem outra língua, não é?

ENTREVISTADO

Tem que ter.

ENTREVISTADORA

Tem que ter. Não é isso?

ENTREVISTADO

Agora, se você tá vivendo assim, no interior, você não tá se misturando com... Tudo bem, mas se você está vivendo no centro da cidade, pelo menos precisa.

ENTREVISTADORA

Exatamente, precisa, não é? E para empresas, para turismo... Falar mais do que o inglês até, não é?

ENTREVISTADO

No lugar público, nas escolas públicas.

ENTREVISTADORA

Nas escolas públicas.

ENTREVISTADO

Porque aqui em Brasil, você vê, a pessoa que fala inglês ou fala outra língua são as pessoas que têm dinheiro.

ENTREVISTADORA

Sim, sim. E me diga uma coisa...

ENTREVISTADO

Ou tenho um cargo, né?

ENTREVISTADORA

É, eu tenho um cargo. Você falou que você estudou aqui, não é? Como foram essas interações entre aluno e professor? Porque o professor falava inglês? Falava com o idioma ou não?

ENTREVISTADO

Só o professor de inglês poderia falar inglês.

ENTREVISTADORA

Mas os demais davam aula em português?

ENTREVISTADO

Sim.

ENTREVISTADORA

E aí como é que ficava isso dentro da sala de aula? Com seus colegas lá dentro da sala de aula? Dava para entender a aula?

ENTREVISTADO

Dava.

ENTREVISTADORA

Dava para entender? Um ajudava o outro?

ENTREVISTADO

Também.

ENTREVISTADORA

Também, não é? Entendi. Porque o professor também não vai conseguir dar aula em inglês o tempo todo. Só o professor de inglês dando aula de . Você quer dizer?

ENTREVISTADO

É, até o professor de inglês, como ele tá chegando num lugar que muita pessoa fala inglês, aí ele acaba desistindo, porque ele vai ensinar o quê?

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

Aí acaba dando outros assuntos.

ENTREVISTADORA

Dando outro assunto, não é?

ENTREVISTADO

Outro assunto, porque ele vai ensinar inglês para algumas pessoas que já sabem.

ENTREVISTADORA

É... Ou tem o oposto também, o professor de português que está dando aula para vários alunos com diferentes idiomas. Você tem lá três da Nigéria que falam só inglês, o outro da Etiópia, o outro da China, o outro do Japão. E aí a coisa fica complicada.

ENTREVISTADO

Fica difícil, mas o português é o principal para o estudo

ENTREVISTADORA

O principal, mas com aquelas, como a gente diz, como disse o Flávio lá da enfermaria, em uma conversa mais direcionada todo mundo se entende, não é? Agora numa conversa livre talvez as coisas....

ENTREVISTADO

Sim. Agora, o próprio professor, é... o próprio professor, o agente penitenciário aqui, na hora que ele conversa com o preso, quando ele sabe que o fulano é estrangeiro, ele tenta até não falar aquele português que fala igual com pessoas brasileiras. Aquele português mais fácil.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

Ele fala pra você, pra o outro entender

ENTREVISTADORA

Para entender, para tentar chegar ali. Aí vocês também vão pegando por ali, não é? Muitos de vocês que tem dificuldade ainda com o português, então vai por ali, pegando, pegando, até aprender um pouco.

ENTREVISTADO

Tem uma situação que eu ouvi, mas não vi. Eu escutei. Aí o cara... Um funcionário, esse aqui é uma brincadeira, um funcionário perguntou, uma pessoa, tipo, não sabia, coisa de língua mesmo, um chinês, não entendia nada. Aí o funcionário pergunta pra ele, “tá tirando?” Aí o cara fala sim, ele não entendeu o que o funcionário tava falando. Aí ele fala: “Sim”. Aí o funcionário fala de novo, “Tá tirando?” Aí o cara falou: “Sim” de novo. Todo mundo que estava ao meu redor começou a dar risada. Depois eles explicaram, falaram, não, o cara não entende a língua. Entendeu?

ENTREVISTADO

Se você só quer aquilo, você sabe. Você desrespeita o funcionário, não é bom. Só que o cara, pela falta de entendimento da língua, acaba falando isso. Entendeu?

ENTREVISTADORA

É verdade, acontece. ... acontece, acontece. Quer dizer, essa... como a gente fala de “misunderstanding”, não é? Aquela coisa de mal-entendido. Foi um belo do mal-entendido.

ENTREVISTADO

Tem coisas, como eu falei pra você, que você... a interpretação não é você traduzir uma palavra pra outra língua. Não tem como fazer isso.

ENTREVISTADORA

Exatamente.

ENTREVISTADO

Tem muita pessoa que aprende português, tipo, fala que vou fazer, mas fala no passado, com o futuro, com tudo bagunçado, entendeu?

ENTREVISTADORA

Entendi. Mas olha que situação interessante que você me passou. Quer dizer, e ainda, por exemplo, o funcionário, ele usou uma gíria que a gente usa em português. Ele usou uma gíria, “tá tirando” E aí, ele sim. “Está tirando?” “Sim.”

ENTREVISTADO

Não... Acontece.

ENTREVISTADORA

Acontece. São aspectos... Está vendo? São travas linguísticas. Aquela fronteira, quer dizer, ele não entende aquela barreira mesmo. Tem que ter ajuda. Porque se ele não tiver uma ajuda, o servidor ou o funcionário pode achar assim, ele está me desrespeitando. E assim, aí tem um problema sério. Então está ótimo. Que legal, muito legal essas histórias que você me contou. Bom, olha lá, a gente foi falando e quando você viu que eu fui colocando você nem percebe que eu estou perguntando as coisas, não é? Muito interessante. E você acha que teria um impacto bom – só para gente terminar – essa formação de intérprete, você acha que teria um impacto aqui dentro, daria certo? O que você acha, pelo tempo que você tá aqui?

ENTREVISTADO

É bom. É bom, daria certo.

ENTREVISTADORA

Você acha mesmo que daria certo?

ENTREVISTADO

Não, precisa.

ENTREVISTADORA

Precisa, não é? Porque tem. Tem problemas. Você vê? É uma coisa tão simples o que você me falou agora. Você vê? Uma coisa simples, mas que dá... que dá um desdobramento isso daí. Porque se o funcionário me falar assim, você tá me desrespeitando, até o cara se explicar, já foi.

ENTREVISTADO

Sim. Dá problema.

ENTREVISTADORA

Dá problema, não é? Então está ótimo.

ENTREVISTADO

Porque o funcionário tá perguntando em português. Ele acha que a pessoa entende. Pode ser também, ele sabe, ele vai descobrir depois, aí levou na risada, na brincadeira.

ENTREVISTADORA

Sim.

ENTREVISTADO

Só que no momento, a pessoa fica brava, né?

ENTREVISTADORA

É. Ainda mais que todo mundo saiu dando risada, não é? Ainda mais se todo mundo deu risada, porque todo mundo estava entendendo o que o funcionário estava falando, não é? O coitado do...

ENTREVISTADO

Não importa se uma parte está entendendo.

ENTREVISTADORA

Exatamente.

ENTREVISTADO

Tem coisas também que você precisa de educação. Aí... Tem pessoa que chega... Sem aquelas palavras de educação, de “por favor”, essas coisas, chega pedindo alguma coisa, aí não sabe. Aí que diferença. A pessoa que sabe falar um pouco mais, ele vai conseguir trabalho, entendeu? Ele vai conseguir umas coisas melhores. Aí a língua afeta muito.

ENTREVISTADORA

Entendi. É porque tem culturas e que você... Às vezes você fala alguma coisa, porque é cultural, não é? Você pede alguma coisa sem pedir por favor, por exemplo.

ENTREVISTADO

A pessoa não sabe tipo... a comunicação, ele aprendeu uma língua, umas palavras só para ele usar. E aí na hora que ele vem para pedir, ele não sabe pedir daquele jeito que o outro pede. Por isso, ele se põe como se fosse o outro.

ENTREVISTADORA

O que impacta... a comunicação impacta, não é? A comunicação impacta. Então, é muito interessante isso. Muito interessante. Porque às vezes até o... pode ser que até o intérprete, se a pessoa não falar naquele momento a língua, poderia até ajudar, ajudar nessa parte... a se comunicar melhor, se comunicar por ele, não é isso? Até que ele aprenda a se comunicar efetivamente, a falar, a interagir efetivamente para ser beneficiado.

ENTREVISTADO

Quando um preso está precisando explicar uma coisa, pra um funcionário... porque uma hora você vai ter que falar com o servidor. Aí você pode pedir favor pra uma pessoa, primeiro dia. Segundo dia, mas pode ser terceira vez e não vai querer nem... Por isso tem que ter alguém pra fazer esse trabalho.

ENTREVISTADORA

Entendi, entendi. Isso é importante, não é? Então está bem, M.... Tem alguma coisa mais que você queira colocar?

ENTREVISTADO

Não?

ENTREVISTADORA

Então tá bom.

ENTREVISTADO

Vou embora daqui a pouco.

ENTREVISTADORA

Vai embora daqui a pouco, não é? Então tá bom.

ENTREVISTADO

Graças a Deus. Eu falava um pouquinho de português que me ajudou.

ENTREVISTADORA

É, não é? Então está joia. Então está bom. Muito obrigada mais uma vez, viu? Pela tua atenção e pela tua ajuda. Tá bom? Obrigada.

5. Entrevista com migrante nigeriano C.

ENTREVISTADORA

Olá C...., tudo bem? Bom, nós estamos hoje aqui para fazer uma entrevista com você, tá bom? Então eu vou fazer algumas perguntas para você, não é C....? Sobre interpretação comunitária, sobre interações aqui dentro do presídio. interações sociocomunicativas, não é? Socio interativas. Aí, eu vou fazer as perguntas, fique à vontade, tá? Para falar, não, não vou responder, essa aqui não dá, essa aqui não sei. Ou se você quiser explorar, tá? A pergunta com outras situações que você queira colocar, outras questões que você queira colocar, fique à vontade, tá bom? Então, C..., você poderia me contar um pouquinho sobre a sua rotina aqui no presídio?

ENTREVISTADO

Ah, então, é... A minha rotina é... Desde que eu comecei a trabalhar, não é? Sempre acordamos. Eu acordo todo dia. Quatro. Quatro horas da manhã, temos que acordar. Eu, principalmente, porque eu trabalhava na faxina. Eu era encarregado do pavilhão, na época. Então... Tomar banho, me preparar, fazer as orações, porque às seis horas em ponto, para nós faxina, a porta tem que abrir. A gente tem que fazer o nosso trabalho entre limpeza do pavilhão e servir o café de manhã. Então, a partir desse momento, a atividade do dia já começou. 8 horas já começam os atendimentos e nós somos encarregados de auxiliar os zeladores para fazer as chamadas quando for requisitado. Então é... essa é a correria dia inteiro, até as 4 e muitas vezes a gente continua no lado de fora. Depois das 4 até as 6 horas que somos finalmente trancados. Isso, os faxinas. Porque a população carcerária, quando dá o horário certo, eles são trancados. Mas os faxinas permanecem para fora. Continua assim. Continua assim, de lá pra cá. Já são quase sete anos que eu estou nessa rotina, todos os dias. Aí, depois, eu fiquei num pavilhão três anos, como faxina, e fui trabalhar num outro setor, que é a faxina do, como se fala, da galeria. Fiquei mais dois anos e oito meses, fui transferido para a ala e graças a Deus, Deus abriu a porta para mim em um almoxarifado, onde hoje continuo como encarregado. E a rotina continua a mesma coisa, com mais responsabilidade, não é? Porque é ali que é, eu falo que é o motor. O motor da cadeia. O que entra e sai. E é muita responsabilidade que, graças a Deus, a gente vem cumprindo com uma seriedade necessária. Então, lembra de manhã eu venho para cá e até a tarde, quase sempre é o mesmo. Já faz oito anos, todos os dias e graças a Deus nunca houve uma falta, salvo quando eu fiquei por questão da enfermidade, não é? Uma semana, mas fora disso aí, eu continuo cumprindo com as minhas obrigações todos os dias.

ENTREVISTADORA

Então você tem, quer dizer, interage tanto com os servidores quanto com outros detentos, não é?

ENTREVISTADO

Isso, isso.

ENTREVISTADORA

Então tem uma interação lá com eles, não é?

ENTREVISTADO

Interação, uma interação, é.

ENTREVISTADORA

Exatamente. De onde você é, C....?

ENTREVISTADO

Eu sou da Nigéria.

ENTREVISTADORA

Da Nigéria, originalmente na Nigéria. Mas aí veio para o Brasil há um tempo já, não é?

ENTREVISTADO

É, já faz muito tempo, é.

ENTREVISTADORA

Faz muito tempo, por isso que você fala bem o português, não é?

ENTREVISTADO

Eu acho que sim, eu acho que eu falo.

ENTREVISTADORA

E quais línguas você consegue falar?

ENTREVISTADO

Eu domino muito bem o inglês, tá? Então, mais uns idiomas locais, lá da Nigéria também, eu procuro mastigar um pouquinho do espanhol.

ENTREVISTADORA

Do espanhol?

ENTREVISTADO

É. Pelo menos dá pra interagir com...

ENTREVISTADORA

Com os outros?

ENTREVISTADO

Com os outros, a população, a gente chama de latinos, não é? Tá dando para conversar.

Então, pelo menos esses três... Dá pra ver sobreviver.

ENTREVISTADORA

Verdade.

ENTREVISTADO

Dá para sobreviver.

ENTREVISTADORA

Verdade. Então conte para mim um pouquinho sobre alguma situação, não é? Como você já veio para cá falando português porque você morou no Brasil, não é? Então me conta uma situação, assim, que você lembre de todos esses tempos que você esteve aqui, não é? Uma situação em que você presenciou que uma outra pessoa não falava a língua, o outro não entendia a língua. E o que essas pessoas fizeram para que se conseguisse um compreender o outro?

ENTREVISTADO

Então, é uma situação muito difícil, não é? Duas pessoas que não se entendem. Eu já testemunhei várias situações. Na capacidade que eu estava na frente do setor na época, eu já vi muitas coisas. Não dá para explicar. Não dá para explicar mesmo. Só que o pessoal consegue recorrer a algum recurso que eu não sei, não é? E no fim acaba se entendendo, de um jeito ou de outro. Eu já vi essas situações que um latino é obrigado a aprender a falar aquele inglês, não é? Para poder comunicar. Também situações... Tem muitos que aprenderam a falar português aqui dentro. Do jeito deles, mas tá dando para... para se expressar das suas maneiras. E os servidores parecem que, não sei se é treinamento, é a situação que acaba obrigando a pessoa a aprender. Inclusive tem uns servidores que ainda falam nosso idioma. Não é que falam, olhando já deduz o que a gente está falando. Então é uma situação que você é obrigado a se adaptar, não é? A se adaptar de um jeito ou outro. Olhar, fazer uns sinais manuais, mas o pessoal acaba se entendendo assim.

ENTREVISTADORA

Acaba se entendendo. Por gesto, por olhar...

ENTREVISTADO

Mas acaba se entendendo.

ENTREVISTADORA

Ah, entendi

ENTREVISTADO

Mas acaba se entendendo. Os servidores, eles podem não, mas pela experiência. Eu já vi situações, a pessoa fala, não, o fulano falou isso aí, isso aí, isso aí. Aí, no fim, acaba batendo com aquela que a pessoa falou no seu próprio idioma. E a gente é de tribo igbo. Então, eu já vi situações que a gente fala nosso idioma e você vira de fora com a sua experiência, acaba tirando as suas próprias conclusões que... Que encaixam direitinho.

ENTREVISTADORA

Se encaixam direitinho pela experiência que tem. Pela experiência, isso.

ENTREVISTADO

Então, a experiência acaba sendo o alicerce, não é? dessa interação.

ENTREVISTADORA

Então você acha que é fundamental, então, conhecer todo o universo, não é? Conhecer o universo carcerário porque você começa a ter uma destreza em saber o que o outro quer, nem que for por gestos, nem que for por um olhar, não é?

ENTREVISTADO

E tem aquela curiosidade natural, não é? Aquela curiosidade que a pessoa quer, quer, quer, quer saber. Às vezes você vai dormir pensando o que aquela pessoa falou. Então você acaba sendo obrigado a falar, a fazer alguma coisa.

ENTREVISTADORA

Exatamente. E você já fez parte, não é? De algumas situações, não é? Por exemplo, com os religiosos da congregação. Como é que foi essa experiência? Conte para mim.

ENTREVISTADO

Foi uma... Na verdade... Eu falo, primeiramente, graças a Deus, porque foi uma experiência muito... muito prazerosa. Muito prazerosa. Principalmente no meio do público. Se dispor a servir naquele momento ao Ministério.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

Então, é uma experiência que até hoje eu prezo muito.

ENTREVISTADORA

E me conta mais detalhes dessa experiência.

ENTREVISTADO

Então... a primeira vez que... Eu vou contar para a irmã. Foi uma experiência muito legal. Quando eu cheguei em 2015, a gente tem um culto nosso, que é uma denominação. Os presos juntam, não é? E para... para congregar junto. Aí tinha um menino na época, ele era o encarregado do culto lá no raio 2. Eu lembro naquele dia ele chegou em mim e falou... falou alguma coisa assim, que vai chegar minha vez. Vai... está chegando minha vez. E por incrível que apareça, mas Deus opera em todos os lugares. E aconteceu uma situação que nesse dia chegou a minha vez. Do nada. Precisava alguém para fazer a tradução, não é?

ENTREVISTADORA

A interpretação.

ENTREVISTADO

A interpretação... aí eu lembro na época, ele olhou pra mim, eu tava sentando no chão, aí ele olhou para mim, tipo falando, chegou a hora. Aí eu levantei, graças a Deus eu cumpri meu papel muito, muito, muito bonito. E de lá pra cá, a cada dia foi melhorando. Porque a tradução não só basta você falar os idiomas. É um dom. Uma coisa é você traduzir, uma coisa é você falar o idioma, e uma coisa é traduzir. É uma coisa que você tem que fazer, naquele momento, um falando, principalmente quando é o culto, é uma transição que tem que ser rápida e tem que encaixar. Então não é só chegar e começar a falar, não. É uma transição muito dinâmica. E você tem que falar nas palavras exatas, senão você não vai conseguir transmitir a mensagem. Então, por isso que eu cheguei à conclusão que é um dom. É uma coisa que... Eu posso traduzir, é uma coisa, mas ser um tradutor profissional é um tempo real, como se fala..... Fazer uma tradução em tempo real é um dom, é uma experiência muito boa. E eu acredito que eu consegui desempenhar esse papel enquanto eu fui requisitado para fazer isso.

ENTREVISTADORA

Que bom! Você gostou?

ENTREVISTADO

Gostei.

ENTREVISTADORA

Gostou?

ENTREVISTADO

Não havia falado anteriormente. Dá para dar gosto, não é? Dá gosto. A gente vê o rosto do pessoal. O rosto acaba transmitindo para nós se o trabalho está sendo bem feito, se foi bem feito. Então a gente vê no rosto do pessoal. Porque é gostoso. Quando você não fala uma língua, você vê outra pessoa falando, dominando e traduzindo ao mesmo tempo. Aí a gente vê um rosto, porque está sorrindo, dando risada. E o... E os comentários que a gente escuta depois. Então, é prazeroso, é um prazer, um privilégio. Eu dou graças a Deus por isso.

ENTREVISTADORA

E como você vê, então, já que você gosta, gostou de fazer esse trabalho, como é que você vê a possibilidade de ter um curso de formação de intérpretes aqui dentro do presídio?

ENTREVISTADO

Olha...

ENTREVISTADORA

Que te profissionalize nisso.

ENTREVISTADO

Olha... Eu receberia com muito prazer. Seria uma enorme porta, não é? Saber que já tem uma base. Que essa benção se tornará uma fonte uma fonte profissional.

ENTREVISTADORA

Uma fonte profissional. E que você tenha um benefício para isso.

ENTREVISTADO

Sim, ter um benefício... E ter uma recompensa.

ENTREVISTADORA

Uma recompensa.

ENTREVISTADO

Recompensa já tenho.

ENTREVISTADORA

Claro. Do Deus.

ENTREVISTADO

Da parte de Deus, não é? Agora... Seria uma recompensa... profissional. Então seria muito legal.

ENTREVISTADORA

Seria interessante, não é? Você acha muito legal isso, não é?

ENTREVISTADO

E também para encorajar muitas pessoas. Porque... A verdade é que abrimos portas, incentivamos muita gente. Eu ouvi muita gente que fala, “poxa, como que é tô indo?” Aí eu mesmo empurrava as pessoas para falar, olha, você tem que fazer hoje, você vai fazer. ... “Não!” Vai... Não importa se você erra, faz parte, o erro faz parte da aprendizagem, então vai lá. Então eu vi muita gente, porque eu estava lá no pavilhão 1, veio para cá, só que o trabalho continuou. Então deixamos muita gente para trás que também se incentivou e viram também que tem uma recompensa aí, seguiram o mesmo caminho. Então, fora dessa porta profissional, tem também incentivo às pessoas que têm lucro, tem um ganho lá. Porque, afinal, todo mundo quer ganhar alguma coisa, não é?

ENTREVISTADORA

É verdade. Quer ganhar alguma coisa.

ENTREVISTADO

É... isso...

ENTREVISTADORA

E a profissionalização do intérprete seria fundamental também, não é? Porque vocês falam outros idiomas, não é? Interessante. Muito bom. E lá nos cultos você ajudou bastante, não é? Como o irmão Leonel tinha falado.

ENTREVISTADO

Desde quando eu cheguei lá no Raio 2, vinham os outros irmãos. é... congregamos juntos, na época minha esposa vinha direto e a minha menina tinha nove anos, nove anos na época, então sempre participamos, sempre, quando os irmãos vieram. Chega... os irmãos chegaram, a visita é suspensa. O congregar é o primeiro e o último. Aí tudo nós saía pra congregar, então sempre participei. E foi muito... eu me senti útil, não é? A Deus.

ENTREVISTADORA

É.

ENTREVISTADO

Pela primeira vez.

ENTREVISTADORA

Exatamente.

ENTREVISTADO

E eu oro nessa fala, eu senti pela primeira vez e falei, Senhor, é esse eu aqui, eu tenho que fazer alguma coisa.

ENTREVISTADORA

Ai, que bênção, não é?

ENTREVISTADO

Isso foi o meu primeiro incentivo, o meu primeiro motivo real. Eu tenho que fazer alguma coisa na minha vida para o Senhor.

ENTREVISTADORA

Aham.

ENTREVISTADO

E Deus trilhou esse caminho com os irmãos.

ENTREVISTADORA

Olha, que bênção, não é? E na hora de interpretar assim, você percebeu que tinha algum aspecto de palavras, sabe... terminologias, não é? Que eram muito específicas, não é? Você teve alguma dificuldade ou não?

ENTREVISTADO

É por isso que eu fui... que eu falei que é um dom. É um dom. Porque uma coisa é ser um intérprete profissional. Uma coisa é ser um intérprete. Um pouco. Porque a interpretação tem que sair conforme a palavra original.

ENTREVISTADORA

Isso. Para além...

ENTREVISTADO

É uma mensagem.

ENTREVISTADORA

Isso.

ENTREVISTADO

É uma mensagem que Deus está falando naquele momento que tem que chegar para alguém. Tem que chegar... Como se chama? Não é cópia autenticada, não rsrs... te que ser original, como foi falado. Então, Deus sempre coloca até as palavras que eu não sabia. Isso é uma experiência. Até as palavras que eu não sabia, mas quando procede da boca do servo, Deus sempre dá a palavra correta para poder transmitir a mensagem. Então, sempre encaixa, do jeito que é falado. Aí que eu cheguei à conclusão que é um dom.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

Entendeu? E quando é uma intérprete profissional, é outra coisa. Você já leu, você tem o tempo para pegar uma referência, um dicionário, alguma coisa assim, entendeu? Você tem tempo para pensar, pra tomar uma aguinha no copo, nesse momento você usa para... Mas quando é do culto, é outra coisa.

ENTREVISTADORA

Então você acha que a interpretação saiu bem também, porque além do Senhor te ajudar, foi o Senhor ali que te ajudou?

ENTREVISTADO

Sem dúvida!

ENTREVISTADORA

Sem dúvida, não é? E você disse que, como é que eu posso dizer? Tem que ter conhecimento profundo, não é das escrituras, das coisas de Deus. Porque a mensagem é para a alma.

ENTREVISTADO

É para a alma...

ENTREVISTADORA

É isso que você quer dizer, não é?

ENTREVISTADO

Isso. É para a alma.

ENTREVISTADORA

É para a alma... Então a interpretação não é aquela interpretação chapada.

ENTREVISTADO

Não.

ENTREVISTADORA

Não dá para ser aquilo. Tem que ir para além das palavras.

ENTREVISTADO

Isso! Se eu interpretar gramaticalmente, não é mais da palavra. Agora é sabedoria do homem. Então, quando é no meio do culto, é divino.

ENTREVISTADORA

Exatamente.

ENTREVISTADO

É uma experiência

ENTREVISTADORA

É uma experiência divina. Que coisa linda.

ENTREVISTADO

É por isso que eu falo. É em tempo real. Tem que ser naquele momento. Tem que ser daquele jeito. Tem que ser direto.

ENTREVISTADORA

Exatamente.

ENTREVISTADO

É por isso que quando vem, até a pessoa que não entende, não tem domínio da língua portuguesa ou inglês, você vem e abraça aquela palavra. Aquele sorriso, não é? Você fala, não, a mensagem chegou.

ENTREVISTADORA

Exatamente, tocou a alma. É isso, não é? Quer dizer, a sua interpretação conseguiu tocar a alma. E tem que ter... É como você diz, os servos de Deus têm a revelação do Espírito Santo para pregar a Palavra. Não é isso?

ENTREVISTADO

É isso...

ENTREVISTADORA

E o intérprete também tem que estar na comunhão para que aquilo que está sendo falado toque a alma.

ENTREVISTADO.

Isso. Correto

ENTREVISTADORA

Porque, na verdade, é bem isso que tem que acontecer. Não é por isso que você chegou à conclusão de que interpretar também é um dom. Dentro das coisas de Deus. Não é?

ENTREVISTADO

Isso.

ENTREVISTADORA

Ai, que interessante. Muito lindo, não é? Olha lá. Então você diz, o que a gente poderia dizer sobre interpretação, que é isso que você respondeu agora. Você entende a sua noção de interpretação? É isso.

ENTREVISTADO

Eu posso até ir além... há dois tipos de interpretação. Para o ouvinte, alguém que vai ter a oportunidade de escutar, de assistir essa entrevista, eu posso usar para dizer que há dois tipos de interpretação. A interpretação dentro da fé e a interpretação profissional

ENTREVISTADORA

E a interpretação profissional, fora da fé. Entendi.

ENTREVISTADO

O culto lá fora, não é a mesma palavra, não é a mesma inspiração.

ENTREVISTADORA

Isso, porque tem que estar inspirado. Exatamente, que você entende que quando o servo de Deus exorta a palavra debaixo do que o Senhor revela, ele está inspirado pelo Espírito Santo de Deus. E o intérprete também tem que ir junto...

ENTREVISTADO

... e tem que ir junto... O intérprete, na verdade, tem que estar na comunhão. Quando sobe a voz do servo, o intérprete tem que subir junto. Quando desce, tem que descer junto.

ENTREVISTADORA

E você sabe que os profissionais têm trabalhos sobre isso.

ENTREVISTADO

É. Interpretar nos cultos é diferente de interpretar para um médico. Não há interação propriamente dita, mas há pessoas que esperam uma mensagem uma profecia de Deus e eu como intérprete e mediador da palavra de Deus, que é o irmão, tenho que chegar até a alma o coração de quem precisa ouvir uma resposta. Isso pra mim é interpretação.

ENTREVISTADORA

Interessante. Muito obrigada, C.... por sua boa vontade em passar suas experiências.

ENTREVISTADO

De nada.

6. Entrevista com migrante paraguaio D.

ENTREVISTADORA

Bom, Diego, muito obrigada, primeiramente, por você estar me dando essa entrevista. Eu sei que você pode me oferecer bastante coisa, bastante informação, uma vez que você é aluno da escola, aqui dentro do presídio, e eu já filmei a escola, já vi você atuando algumas vezes, ajudando, outros presos na questão da interação. Então, vamos partir do contexto mais geral e depois a gente vai afunilando para os propósitos dessa entrevista, está bem? D.... me conte um pouquinho sobre você: sobre o seu dia-a-dia aqui no presídio, sobre você, depois como você chegou, o seu dia-a-dia no presídio, quanto tempo você tá aqui. Fique à vontade.

ENTREVISTADO

Então, Meu dia-a-dia aqui, normalmente, vou para a escola à tarde, compartilho com os companheiros, sou uma pessoa, vamos dizer, solidária com todo mundo, certo? Sempre estou no meio do pessoal, converso com um, converso com outro. De manhã cedo, tento sair treinar um pouco, correr com os moleques na quadra, fazer um pouco de exercício, já tenho 31 anos... E é isso, o dia-a-dia é passar aqui, amanhã fazer algum exercício pra passar o tempo, à tarde escola. E aí depois volta pro Raio, volta lá assistir as novelas, que é nosso dia-a-dia, né? E é isso. Então, do nosso dia-a-dia, então, todo dia não muda muito. Nosso dia-a-dia é... De manhã é sair, treinar, voltou, almoçou, se preparou, foi pra escola, voltou. Nunca muda muito o nosso ritmo.

ENTREVISTADORA

Certo. E a quanto tempo você já está aqui?

ENTREVISTADO

Um ano e sete meses.

ENTREVISTADORA

Um ano e sete meses... E assim, que hora que vocês saem? Vocês ficam dentro da cela ou vocês podem ficar no pátio?

ENTREVISTADO

Nós saímos todos os dias às oito horas, saímos para o pátio e voltamos às dez e meia.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

Então durante esse tempo é o tempo que a gente tem para correr, conversar, fazer exercício, interagir com outras pessoas.

ENTREVISTADORA

Entendi, entendi. E você tem várias pessoas aí de diferentes nacionalidades para interagir, não é? Muitas nacionalidades. Você é de onde?

ENTREVISTADO

Eu sou do Paraguai.

ENTREVISTADORA

Paraguai. Paraguai. E quais os idiomas? Leste do Paraguai. E quais os idiomas você fala?

ENTREVISTADO

No Paraguai falo castelhano e o Guaraní.

ENTREVISTADORA

E o Guaraní. O português você aprendeu porque você está na fronteira ou você aprendeu mesmo, você morava aqui no Brasil?

ENTREVISTADO

Eu venho de uma família brasileira. Minha mãe é brasileira. Então, o português eu aprendi em casa.

ENTREVISTADORA

Em casa. E você chegou a estudar em escolas brasileiras?

ENTREVISTADO

Nunca. Primeira vez aqui nesse lugar que estou estudando professores brasileiros. Porém, me dificulta muito a língua portuguesa porque tem muitos acentos, formas... e daí por diante, que são muito diferentes do meu país.

ENTREVISTADORA

Ah, entendi, entendi. E como é viver aqui, Diego, com pessoas de tantas nacionalidades, com essa hiperdiversidade?

ENTREVISTADO

Então, desde que eu tô aqui, tem um ano e sete meses que eu tô aqui, eu já compartilhei com muitas pessoas totalmente diferentes de mim, de nacionalidades que eu, pra falar a verdade, nem sabia que existia. Tem pessoas, que vão de pessoa para pessoa. Tem pessoas que é complicado viver com elas.

ENTREVISTADORA

Em que termos? Linguísticos ou culturais?

ENTREVISTADO

Culturais. Eu... vamos supor assim... Tem pessoas que são racistas. Muito racistas. Não gostam de latinos. Como tem latinos que também não gostam de africanos e outros assim, vice-versa, certo? Então tem pessoas que... que é muito racista, e é complicado viver com isso. Hoje em dia, eu posso falar que as pessoas que eu moro, que são totalmente oposto de mim, são uns amores de pessoas. A gente consegue viver com isso. Infelizmente, não estamos em casa, mas eu tenho uma nova família. Qualquer coisa, vamos supor, se um amanheceu meio triste, os nove que moram junto, perguntam: "O que aconteceu, companheiro?"

ENTREVISTADORA

E os que moram com você agora, são latinos ou são...

ENTREVISTADO

É metade latino e a metade africano.

ENTREVISTADORA

Metade africano. Nigerianos.

ENTREVISTADO

Nigerianos para ser exato.

ENTREVISTADORA

E você, tranquilamente, conseguiu se ajustar.

ENTREVISTADO

Mil maravilhas! Me receberam de braços abertos. Na verdade, quando eu entrei, porque eu estava em outro raio, procurei estudar, né, como ter meus benefícios, eu vim pra cá, pra esse raio. E quando eu cheguei ali, eles colocaram um raio em uma cela meio complicada, pra falar bem a verdade, eu não vou nem pronunciar o... de que nacionalidade são, mas é complicado viver com esse povo, sabe? E eles me resgataram da boca do lobo e me puxaram pra cela deles. E dali por diante, por mais que eu não fale, não entendo nada do que eles falam quando eles falam o idioma deles. Às vezes eu falo, “o que vocês estão falando?” E se presta para me tentar explicar em português, porque eles falam pouco português. O pouco que eles falam em português, eles me explicam o que eles estão conversando, o que eles estão debatendo, às vezes. Eu vou falar que na minha cela, onde eu estou hoje em dia, não existe bandeira.

ENTREVISTADORA

O que você quer dizer com bandeira? Nacionalidade?

ENTREVISTADO

Eu falo nacionalidade, nesse sentido, por bandeira. Ah, porque eu sou, vamos supor, eu sou da Nigéria, eu sou do Paraguai, eu sou do Chile, eu sou do país que for. Eu não sou egoísta, não sou... Ali somos todos iguais. Todo mundo se ajuda. Então, nesse ponto, na parte onde que eu tô, eu não posso falar que eu... é ruim. Porque ali eu me sinto bem, o pessoal te trata bem, eles te puxam pra cima. Infelizmente estamos nesse lugar, certo? Mas a família te coloca pra cima. Um dia que você amanhece, e todo mundo tem o dia ruim, certo? Um deles olha pra você e fala, vai dar certo. Tenha fé, que vai dar certo.

ENTREVISTADORA

E assim, nesse um ano e pouco que você está aqui, você se ajustou bem aos regimentos, aos critérios, por exemplo, as regras de dentro da penitenciária, enquanto instituição?

ENTREVISTADO

Então, nós não temos muita opção. Eu sempre fui uma pessoa muito disciplinada, certo? Eu sempre fui de rédeas curtas em casa. Uma pessoa: é isso e é isso, entendeu? Então, sempre não foi difícil pra mim. Então, cheguei aqui, eles falaram, é isso, isso, isso, e é por aí que eu caminho, graças a Deus. Tenho um ano e sete meses até hoje, não tenho um castigo, nunca saí da linha.

ENTREVISTADORA

Entendi. E dentro da cela também existem regras, né? Tem regras. Que tipo de regras? Você poderia citar uma pra mim?

ENTREVISTADO

Então, dentro das celas, as regras de convivência, certo? Então, a nossa primeira regra, que é a mais importante, é respeito. Um pelo outro. Entendeu? Porque a gente, às vezes, muitas palavras no nosso idioma, em outro idioma, pode ser interpretada de uma forma bem diferente. Então, o respeito. Às vezes, tu tá falando alguma coisa e eles pegam e falam, “o que que é isso?” Você explica. Não é que por mais que você esteja debatendo com um companheiro do seu mesmo idioma, você pega e fala e explica, pra ele não se sentir ofendido. Então a regra nossa, em primeiro lugar, é respeito. Segundo, higiene. Eu falo pra você, tem gente que é complicado de viver. Eu já vivi com gente complicada. Só que graças a Deus eu tô bem higiênico. Higiene. Negócios de roupa sempre bem limpas. Seu banho diário, as suas coisas sempre arrumadinhas. E não trazer B.O. e coisa nada e problemas pra cela. Então são regras básicas.

ENTREVISTADORA

E isso pertence, né? Cada pertence...

ENTREVISTADO

A gente pode deixar tudo jogado, ninguém mexe em nada. Na minha cela, ninguém mexe em nada.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

Quando eu comentei pra senhora no começo, quando me jogaram numa outra cela complicada, eu fiquei naquela cela cinco minutos. Em cinco minutos, passaram a mão nas minhas coisas. Coisas, tipo, insignificantes, pra mim não importa, não interessa. Mas era a minha. Então, em cinco minutos, dependente, independente, com as pessoas que você vai conviver, uns 5 minutos é suficiente para a gente tomar as coisas.

ENTREVISTADORA

Entendo, entendo. É, porque eu tenho curiosidade de saber como é esse outro lado. Por isso que eu estou lhe perguntando. Então, dependendo de onde você está, essa convivência com outras nacionalidades pode ser conflituosa, pode ser completamente fácil.

ENTREVISTADO

Eu acho que os problemas estão mais entre os próprios latinos. Os próprios latinos, vamos dizer assim, são mais complicadinhos entre si. Porque até hoje, eu vi, vamos pôr assim, não é um desacordo. Uma discussão foi com um africano, foi uma vez só, e foi por uma coisa de higiene. O rapaz não gostava muito de ser higiênico. E como eu já estava há bastante tempo, eu fiquei de cabeceira da cela. Daí os que chegam, quem passa as regras sou eu, quem fica meio cobrando as coisas sou eu. Chegou um rapaz lá e ele não deixava as coisas dele tudo jogadas, não queria lavar as toalhas e coisa do lado dele. Foi uma vez que eu tive que discutir com ele, mas ele foi procurar a melhora dele. O cara vem e sai, procura ver onde ele vai se sentir melhor. Não é obrigatório ficar num lugar onde a gente não se sinta bem. É verdade.

ENTREVISTADORA

Ok, obrigada pela resposta. Veja bem, eu lembro que a gente conversou um pouquinho lá na escola. Você estava me ajudando inclusive a passar as autorizações, a recolher as autorizações e muitas vezes me ajudando com a interpretação, com a tradução oral, do espanhol para o português. Como você vê, como você compreende esse trabalho, como é que eu posso dizer, essa atitude, essa atividade de fazer a interpretação para os colegas que estão dentro de sala de aula. Como é essa interação, na verdade, dentro de sala de aula, com os professores e entre diversas nacionalidades, porque vocês têm uma sala com diversas nacionalidades e línguas. Como é isso, Diego?

ENTREVISTADO

Então, para mim, como eu venho de uma cidade da fronteira, onde que estamos entre várias nacionalidades, importantemente, que eu venho da fronteira de fora do Brasil com o Paraguai, que é a Ciudad Del Leste, com Foz do Iguaçu, pra mim já é uma coisa quase normal. Entende? Mas pra mim, eu me sinto muito gratificante [gratificado], muito feliz em poder ajudar os outros. Porque eu já me vi em muitas situações que eu não entendi nada, não entendia nada que acontecia. Muitas línguas que eu gostaria muito de falar hoje em dia e ainda não consigo. Mas algum dia eu chego lá. Mas eu acho muito importante a parte de ser intérprete porque muitas vezes as pessoas ficam em situações críticas, vamos supor assim, que por não saber o idioma ou não entender o idioma faz muita burrice. Então, eu acho que se sempre tivesse uma pessoa por perto, pudesse ajudar, pudesse passar a mão para poder explicar e as pessoas entenderem, seria muito bom.

ENTREVISTADORA

E você já fez bastante interpretação entre os professores e os alunos?

ENTREVISTADO

Bastante. Praticamente todos os dias durante a escola, praticamente todo dia, sempre sai alguma coisinha que... “Oh, é tal coisa”. Principalmente do professor para o aluno. Porque muitos alunos, como os alunos são de outras nacionalidades, os alunos ficam, vamos pôr num modo vulgar, né? Uma palavra vulgar fica boiando. E o que que é isso, né? Então, eu tenho que fazer muito o papel de falar pro professor, como é que você me explica isso? O professor explicar pra mim, pra eu poder explicar pro companheiro.

ENTREVISTADORA

Entendi. E aí você explica no idioma e eles acabam aprendendo a disciplina, né? Porque aí você tem as disciplinas de matemática, história, né?

ENTREVISTADO

As regras.

ENTREVISTADORA

Você tem tudo isso que muitas vezes os colegas não entendem por questão de interação mesmo,

ENTREVISTADO

Por causa do idioma.

ENTREVISTADORA

Por causa da fronteira linguística, não é?

ENTREVISTADO

Por causa que já vivi muitas situações que o companheiro sabia exatamente o que ele tinha que fazer. Só que ele não entendia o que o professor estava falando pra fazer. Então, tentei explicar e, graças a Deus, consegui explicar para o companheiro, e o companheiro conseguiu fazer melhor do que qualquer outro, sendo que ele sabia o que fazer, mas ele não entendia o que o professor explicava.

ENTREVISTADORA

Exatamente, porque vocês precisam entender a disciplina porque tem prova, tem ENEM, tem ENCEJA.

ENTREVISTADO

Por causa que, tipo, a matemática existe é uma só, certo? O resultado é um só. Mas as regras das fórmulas são diferentes, principalmente a matemática. Nosso português, pra falar a verdade, a gente conversa muito rápido. E é falado ligeiro. E isso também complica muito a mente das outras nacionalidades. Principalmente quem vem da África, por exemplo. Vêm muitos companheiros sofrendo muito na escola, vêm voltar até chorando, porque não conseguem entender e querendo muito entender.

ENTREVISTADORA

Então, você acha, qual é a sua opinião da presença do intérprete, o intérprete profissional ou o intérprete que seja vocês, por exemplo, com o treinamento, como que você vê essa importância?

ENTREVISTADO

Ah, é muito importante, né? Seria muito importante ter um intérprete durante a nossa sala de aula, principalmente nesse lugar aqui. Porque eu já convivi com um companheiro que é uma pessoa incrível, vou falar assim, muito inteligente. Só que ele foi pra escola durante dois meses. E se eu falar pra senhora que até hoje ele não conseguiu aprender dos professores o significado de “ocular”... porque não existe o intérprete, mas se eu falar: ele fala inglês, ele fala igbo, ele fala francês. Fala como cinco idiomas diferentes. Certo? Só que ele não aprendeu a falar português. E é difícil. E a gente, dentro da cela, tenta conversar com ele, explicar. Usa as mesmas letras que ele usa do dicionário, só com forma diferente. A gente precisaria muito ter um intérprete dentro da sala de aula. Para um companheiro desse ir e ganhar sua remissão, poder se esforçar mais, porque por mais que ele tente se esforçar, ele não consegue entender.

ENTREVISTADORA

É porque o desespero bate, porque se ele não entende, ele não avança.

ENTREVISTADO

Ele não sabe o que está fazendo.

ENTREVISTADORA

Ele não avança, ele está na escola, mas aí ele precisa remir pena, ele precisa cumprir.

ENTREVISTADO

Chega a hora das provas, infelizmente ele está lá. Mas ele vai fazer o que se ele não entendeu nada?

ENTREVISTADORA

Exatamente.

ENTREVISTADO

Ele vai tentar ler o que está escrito, mas ele não está entendendo. Certo? E nossos professores, infelizmente, não estão totalmente capacitados para serem um intérprete deles. São uns magníficos professores. São espetaculares, maravilhosos. Não tenho queixa de nenhum deles, porque estão ali, sempre ajudam. Eu que eu entendo o idioma, eu não tenho reclamação nenhuma deles, que sempre me ajudaram, sempre me explicaram e sempre fui pra frente. Certo? Mas nesse tema do intérprete, até pra eles fica difícil.

ENTREVISTADORA

Exatamente, porque eles também não falam nenhum outro idioma, não é?

ENTREVISTADO

Eles não falam outro idioma, isso. Um que o outro fala um pouquinho de inglês, mas infelizmente pra mim o inglês não é tudo no mundo. Tem outras nacionalidades, outras línguas.

ENTREVISTADORA

E você percebe então que o intérprete, nessa situação que deveria ser organizada a sala de modo que o intérprete pudesse atender a todos, por exemplo. Quem sabe uma sala separada, por exemplo, para quem fala inglês ou para quem fala espanhol, ou pra quem entende a aula ou pra quem não entende a aula, pra que o intérprete pudesse auxiliar ali nesses momentos. E como você vê, por exemplo, um treinamento ou uma formação de intérpretes para vocês presos? Para que vocês se tornem intérpretes profissionais...

ENTREVISTADO

... Ah, seria muito bom, né?

ENTREVISTADORA

...e ganhassem benefício com isso? Como é que você vê isso? Você vê condições para isso?

ENTREVISTADO

Eu acredito que sim, senhora. Porque eu acho que eu seria um dos inscritos para tentar ser um intérprete. Eu gosto muito de ajudar as pessoas. Eu sou daquela pessoa que se eu puder ajudar, eu ajudo. Então, se tem a possibilidade de a gente poder se tornar um intérprete. Eu gostaria muito.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

Não só eu, como eu creio que teria mais alunos aqui que também se interessariam para poder ajudar os demais.

ENTREVISTADORA

Exatamente. E também, poder ter uma outra possibilidade de ganhar algum benefício.

ENTREVISTADO

Exato.

ENTREVISTADORA

Além disso, né? Além disso. Além de ajudar ao outro benefício.

ENTREVISTADO

Eu, por exemplo, já estou ganhando uma remissão da escola, certo? Mas tudo que venha a mais de remissão pra gente é bem-vindo. Porque a gente, nossa família é de lá fora não aqui dentro. Mas o tempo que a gente fica aqui dentro, pelo menos vamos levar uma coisa boa, que vamos ajudar bastante pessoas.

ENTREVISTADORA

Isso, que reintegra vocês melhor na sociedade. Então, me diz uma coisa, que recursos você lembra de ter usado quando você se viu numa situação em que a pessoa não falava sua língua e a pessoa não conseguia te entender e você também não entendia a pessoa. Que recurso você usou? Você escreveu? Você fez mímicas, gestos? O que você fez?

ENTREVISTADO

Então, já passei por uma situação dessa com um sul-africano que só falava inglês. E o inglês pra mim, como meu pai é alemão, é bem difícil. Por mais que o idioma é bem parecido. Mas sempre me atrapalhei bastante com isso e até hoje não falo nem o alemão, nem o inglês. Eu já me vi numa situação de ficar só com o sul africano e eu ter que fazer senhas, desenhos e coisas pra conseguir conversar com ele.

ENTREVISTADORA

Quer dizer, desenhar, não é?

ENTREVISTADO

Tipo, fazer mímicas, desenhos com a mão, coisas pra mim conseguir conversar com ele. Só que, graças a Deus, a gente conseguiu se entender o que um e o outro estava precisando.

ENTREVISTADORA

Certo. Como você tem uma mãe brasileira, então você não passou por nenhuma situação que ninguém o entendia ou que você não entendia o português, por exemplo?

ENTREVISTADO

Graças a Deus, nunca.

ENTREVISTADORA

Nunca, não é? Porque você tem uma mãe brasileira.

ENTREVISTADO

No primeiro dia.

ENTREVISTADORA

Você foi criado... Você foi criado ali na fronteira mesmo, não é? Na fronteira. Você nasceu e foi criado lá.

ENTREVISTADO

Nasci há 20 quilômetros... 16 quilômetros da fronteira do Brasil.

ENTREVISTADORA

Dezesseis quilômetros. Então não houve essa situação. O português você aprendeu em casa.

ENTREVISTADO

Foi o primeiro idioma que eu aprendi.

ENTREVISTADORA

Primeiro idioma. O segundo idioma castelhano, depois o Guarani.

ENTREVISTADO

Depois o Guarani. Esses três idiomas eu posso dizer que eu uso diariamente e não me esforça pra falar.

ENTREVISTADORA

Entendi. E você conseguiria, por exemplo, você já participou de cultos religiosos, você já trabalhou ou lá mesmo na escola, como você percebeu as interações? Que elas eram, como se diz, dificultadas e como as pessoas conseguiam facilitar essa interação? Que recursos você percebeu ali que as pessoas usavam? Professor ou outros colegas? Você já chegou a perceber isso sem você ter que fazer interpretação?

ENTREVISTADO

Então, já teve situações que a gente estava dando aulas e coisas assim, conversando, mas os professores tentavam ir com mímica, tentar explicar para sair da situação embaraçosa. O primeiro recurso é tentar fazer mímica, até que alguém levanta a mão e pede a vez para tentar explicar para o companheiro.

ENTREVISTADORA

Ah, entendi. Tem que alguém livra o professor dessa situação, né?

ENTREVISTADO

Infelizmente o professor não consegue falar os outros idiomas. Fala um pouco de inglês, mas também não é um inglês, vamos supor, fluente. Porque o inglês brasileiro não é o mesmo inglês americano. Ele é bem mal pronunciado, pra ser bem claro. Daí até pros próprios que vêm... Lá da América mesmo é complicado esse gramatical? Tipo: “O quê?”

ENTREVISTADORA

Exatamente, até os próprios nativos ficam com dificuldade, porque os professores falam inglês, mas com um inglês muito básico...

ENTREVISTADO

Muito básico! Brasileiro...

ENTREVISTADORA

...e muito mal pronunciado a ponto de dificultar mais ainda a interação.

ENTREVISTADO

Exato. O brasileiro costuma trocar as letras, a pronúncia.

ENTREVISTADORA

As tônicas, o acento.

ENTREVISTADO

Vou usar um exemplo. O brasileiro... um cachorro quente, certo? O brasileiro pronuncia “hoti dogi”. E a palavra certa é “hot dog”. Então, até para o que vem de lá, que fala bem com o inglês, quando chega aqui, pela pronúncia, dificulta.

ENTREVISTADORA

Entendi, entendi. Ótimo. Quer dizer, então, que você, na escola, foi um ponto crucial para você perceber as interações como as interações são. São importantes, ficam difíceis, porque existem várias nacionalidades. Professor que não domina a língua, quando conversa, muito basicamente, com problemas de pronúncia, porque os nativos também não conseguem entender o inglês que o professor fala. Mímicas são os recursos mais utilizados.

ENTREVISTADO

Os recursos mais utilizados do dia a dia.

ENTREVISTADORA

Ou os intérpretes, os companheiros que começam a servir como intérpretes, ali nomeados na hora, para conseguir fazer com que se entenda toda a disciplina que está sendo ensinada ali. O desespero bate, porque vocês têm dia a dia, porque vocês precisam estudar para fazer a remissão da pena, não é? Está ótimo, Diego. Ótimo, está vendo? Foi rapidinho, não é? Porque você desenvolveu super bem cada pergunta, e eu acho, assim, muito importante ter esse lado, essa visão de vocês.? Uma última pergunta que eu lhe faço. Você sabe que, assim, as pessoas costumam dizer que essa instituição é a própria Torre de Babel, não é? Por conta da diversidade linguística. Você vê desta forma também como se fosse uma Torre de Babel? Conhece a história da Torre de Babel?

ENTREVISTADO

Não conheço a história, mas... Vou falar pra senhora a coisa, assim. Apesar de como é tudo aqui... É bastante difícil sobre todos os idiomas... e quem está escalando essa torre é mais um guerreiro aqui dentro para conseguir conversar e sobreviver em meio de tantos países diferentes, vamos dizer assim.

ENTREVISTADORA

Exatamente. A Torre de Babel é uma história bíblica que diz que no início houve um rei, uma pessoa, um líder, que fez uma torre no intuito de chegar até o céu. Deus irado com ele confundiu a língua dos povos, e aí é por isso que nós falamos diferentes idiomas, por conta dessa Torre de Babel. Por isso que eles nomeiam, aqui como Torre de Babel, mas é como você disse, cada pessoa que escala essa torre consegue se comunicar.

ENTREVISTADO

Vai indo, cada um entende, outro entende um pouquinho e vai, vão se ajudando, no final de contas, dá certo.

ENTREVISTADORA

No final dá certo! Então, está bom. Muito obrigada, Diego, pela sua cooperação. Agradeço imensamente por você se disponibilizar, tomar seu tempo aqui, tá certo? Eu espero que você consiga sair logo daqui, consiga remir a sua pena.

ENTREVISTADO

Em nome de Deus, vai dar certo.

ENTREVISTADORA

Então, e espero nunca mais te ver aqui.

ENTREVISTADO

Algum dia na rua, quero poder ter prazer de achar a senhora e lhe dar um abraço por tudo o que a senhora fez pra gente aqui.

ENTREVISTADORA

Tá bom. Muito obrigada, viu, Diego? Tchau, tchau.

7. Entrevista com migrante boliviano R.

ENTREVISTADORA

Olá R..., está tudo bem? Bem, estamos hoje aqui para fazer uma entrevista com você porque você é um dos migrantes que está aqui na penitenciária de Itaí. Há quanto tempo você está aqui, R...?

ENTREVISTADO

Já estou preso há quase dois anos.

ENTREVISTADORA

Dois Anos

ENTREVISTADO

Fui preso 12 de abril do ano de 2022.

ENTREVISTADORA

E você é de onde R...?

ENTREVISTADO

Eu sou da Bolívia.

ENTREVISTADORA

Bolívia... very good. Então vamos lá, R..., você pode me contar um pouco sobre sua rotina aqui no presídio, sobre seu trabalho, o que você faz aqui?

ENTREVISTADO

Vou falar em espanhol. Básicamente, nosotros empezamos nuestra rutina a las 6:00 de la mañana cuando ingresamos desde nuestra celda a las 6:00 a.m. y venimos para primeramente realizar los trabajos de “faxina”, primero hacemos limpieza y luego colaboramos en todo lo que es el proceso administrativo, en la búsqueda de los archivos, prontuarios y en lo que hace coadyuvar en el trabajo de los enfermeros y doctores. Dentro de ese trabajo incluye el trabajo de intérprete, de traductor. Yo hablo español, castellano, portugués, inglés y francés. Entonces traduzco básicamente del inglés y del francés. Generalmente, la mayoría de las personas que hablan castellano no precisan traductor, porque el español y el portugués son lenguas hermanas, entonces es muy fácil entenderse entre ambas. Salvo algunas personas muy mayores o que tengan un acento marcadamente muy fuerte, como españoles y algunos de otras regiones que hablan un español muy duro, migrantes que vienen de un extracto social muy bajo, no entienden y tampoco es posible entenderlos.

ENTREVISTADORA

Aham... ótimo!

ENTREVISTADO

Indígenas o ese tipo de personas.

ENTREVISTADORA

Então você faz todo o serviço administrativo e faz o serviço de ajuda de atendimento...

ENTREVISTADO

Busca de los prontuários y atención

ENTREVISTADORA

Ah entendi... Conte um pouco pra mim sobre alguma situação em que a outra pessoa não falava sua língua... e vocês não se entendiam. Veja bem, logo no começo. Vai lá para trás, vê se você consegue garimpar alguma situação em que você passou por isso. Como você fez para que as pessoas te entendessem e que a outra pessoa pudesse te entender e você entendesse o que a pessoa queria dizer. Como você resolveu esse problema de interação?

ENTREVISTADO

El proceso de aprendizaje de inglés para mí fue una cuestión de la escuela. Yo estudié en una escuela bilingüe, entonces pero el inglés que a mí me enseñaron era inglés americano. Entonces cuando empecé aquí a interactuar con personas de habla inglesa, de habla nativa inglesa, de gran Bretaña, de Reino Unido, el acento es muy fuerte. Los del Reino Unido, los de Australia, los de Nueva Zelanda, los de Sudáfrica, tiene un acento muy fuerte que nosotros aquí en Sudamérica no estamos acostumbrados a escucharlos, sino que escuchamos al americano, al norteamericano, al estadounidense que tiene otro acento. Yo lo entiendo al norteamericano de Nueva York, de Texas o al de California, pero a un londinense que tiene un acento tan fuerte, a veces no puedo entenderlo y tengo que pedirle que me lo escriba yo hablarlo de una forma muy despacio para que me entienda.

ENTREVISTADORA

Entendi. Entendi. Então, vocês usam o recurso da escrita por conta do sotaque....

ENTREVISTADO

Sí, por ejemplo, los filipinos tienen un acento bastante peculiar, que es un tanto difícil, porque no dicen Nueva York, pues New York, ellos dicen “New Yorki”. Entonces y algunas palabras no dice ping pong, dice “pingue pongue”. A veces no le entiende. Entonces quedamos por favor, escríbelo porque no te entiendo.

ENTREVISTADORA

Sim ótimo, E você conseguiria descrever algumas atividades nas quais você faz parte ou que já fez parte... tipo cultos religiosos ou atividades de trabalho mesmo, ou escola – educativas – que você tenha percebido. Não com você, mas você teve uma percepção do que era feito para facilitar as interações ou se não era feito nada para facilita as interações.

ENTREVISTADO

Debido a mi profesión, yo soy abogado, soy sociólogo. En mi país, en Bolivia, trabajaba con iglesias evangélicas, y una de ellas era una iglesia de habla inglesa. En esa iglesia, yo como abogado participaba de los cultos. Mis hijos estudiaban en una escuela de habla inglesa que formaba parte del mismo grupo misionero y había veces que padres de otros niños en la escuela iban a ese culto para que sus hijos interactúen con personas de habla inglesa constantemente. Y ahí yo intercedía para que ellos socialicen con el resto de habla inglesa de los americanos, porque básicamente eran trabajadores de empresas petroleras que hablaban inglés, que eran norteamericanos, algunos misioneros y otros de diferentes... trabajadores de la... diplomáticos de Estados Unidos. y de la Rera.

ENTREVISTADORA

E aqui dentro... teve alguma situação que você vivenciou. Me conta um pouco disso...

ENTREVISTADO

Si, antes de empezar a trabajar aquí, muchas veces yo serví de intérprete para algunas personas de habla inglesa, conversar con el funcionario, explicándole su situación.

ENTREVISTADORA

Entendi. Então, em alguns momentos...

ENTREVISTADO

Sí, en algunos momentos...

ENTREVISTADORA

E você percebe que tem algum lugar daqui do presídio onde isso é mais intenso e que precisa mais da sua intervenção? Tem algum momento?

ENTREVISTADORA

Básicamente aquí es... lo que es la atención médica, porque es un proceso tan personalísimo que usualmente en la calle no utilizamos palabras tan técnicas en nuestro lenguaje cotidiano. ¿Y aquí sí es necesario describir – qué sé yo?- como dice prepucio en inglés, como dice ano y cosas que no aprendiste en la escuela, pero que tengo que oye, voy a rayo, le digo oye, como digo prepucio, porque realmente sé que como decir pene, sí, pero específicamente la parte del prepucio que tiene una inflamación del prepucio, tengo que explicarle eso. Pero como estamos en un entorno médico más fácil decirle por favor muestre problema. Y en ese sentido muchas veces he tenido inconvenientes con algunas personas que tienen problemas psiquiátricos, sobre todo la doctora le está explicando el doctor y yo estoy traduciendo y el paciente se enoja conmigo porque cree que yo le estoy diciendo las cosas oye, tengo que explicarle, “escucha, yo te estoy hablando, pero es ella la que está diciendo esto, no soy yo”, o sea, “no entiendas que soy yo el que te está diciendo esto: es ella, yo te estoy traduciendo nada más.” Porque ya he tenido ese inconveniente con algunos que tienen brotes psiquiátricos en la cárcel despierta en las personas algunos trastornos psiquiátricos que de ordinario en la calle no los tienen, pero que si ya tiene esa predisposición, bueno, aquí se empeora bastante, bastante complicado en ese sentido. Y muchas veces la gente no entiende qué es lo que está pasando en su cuerpo, en su cerebro, por qué tiene ese todo está por el grado de estrés, lo que está viviendo, por el hecho de estar en repulsión.

ENTREVISTADORA

Entendi. Interessante, então existe realmente o setor médico que você sente qe é muito mais peculiar, personalizado e que, muitas vezes, os termos técnicos lhe faltam, muitas vezes para você poder falar... “e agora como falo isso?” Exatamente. E você poderia dizer então sobre o que você entende por interpretação de línguas orais. Porque temos Interpretação em Libras e nos falamos de interpretação vocálica, de línguas vocais, de línguas orais que é essa interpretação que nós fazemos. O que tu entendes por isso?

ENTREVISTADO

Una traducción no puede ser una traducción literal, porque una traducción literal en la traducción literal se pierde muchas cosas. Entonces el traductor viene a ser, viene a formar parte del problema del proceso de curación en este caso y él tiene que interpretar, que entender lo que el paciente está sufriendo y darle a esa persona, al médico una herramienta más, porque si únicamente le digo él tiene un dolor de estómago porque ayer comió, tengo que explicarle cuál es que ese paciente... básicamente aquí tenemos muchos problemas gastrointestinales, gastrointestinales, intensidades por cuenta de que no estamos habituados al tipo de alimento de Brasil. En Brasil la gente come frijol y arroz. Para nosotros, usualmente eso no es la dieta básica. Entonces eso causa trastornos más adicionando el estrés. Eso impiere mucho. Tengo que explicarle a la señora, en otros países la gente no come esto todos los días. Eso le está causando una más la gastrite causada por el estrés. Y también hay otro tipo: hemos tenido pacientes que son usuarios de algunos narcóticos, y yo los he conocido, yo he vivido en Europa y yo los he visto ese tipo de pacientes allá, y los vuelvo a ver acá. Y aquí esencialmente es Hachís. Aquí en América no existe el opio. Opio, los opiáceos, los de heroína, aquí no hay. En Colombia producen heroína, pero sacan fuera y hay muy pocos usuarios de heroína. Ahora, aquí nos llegan presos que son usuarios de heroína y que debido a ese trastorno, la heroína causa una dependencia física. Cuando él no tiene la heroína en su cuerpo, le vienen dolores musculares, al contrario de la cocaína, que causa una dependencia psicológica que está aquí en su cerebro. En este caso le duelen los músculos, no consigue relajarse sin heroína. Y pueden pasar meses hasta que su cuerpo termine de eliminar toda esa toxina y sin tanta rigidez muscular, le va atrofiando y termina incluso muriendo, porque el corazón es un músculo. Por cuenta de ese problema que hemos tenido esos casos, yo le pregunto al paciente: “¿Tú usabas heroína?” “No.” “¿Pero en tu país hay heroína?” Pacientes de Oriente Medio, de África del Sur, que hay heroína, me dicen “Sí, pero yo nunca.” Y yo le veo la vena... Y... si... el típico usuario

ENTREVISTADORA

São tipos de informações que você acredita que podem ajudar na interpretação para o médico entrar com um diagnóstico melhor.

ENTREVISTADO

Al médico esto pasa. Tiene que hacerse un estudio, no es que yo tenga que decirlo, sino que tiene que hacerse un estudio científico, con una base científica, para ver qué es eso. Bueno, hemos tenido ese tipo de problemas aquí.

ENTREVISTADORA

Entendi... e esse é um desafio... para você que é o intérprete. Quando você faz a interpretação então você acha que o intérprete tem que ter, uma base né sobre tudo que acontece principalmente quando você tem vários casos de pacientes com opiáceos e são dependentes de narcóticos desse tipo e que seria uma base para o intérprete conseguir fazer melhor a interpretação e daria uma ferramenta a mais para o médico, não é, ótimo? Como você encara então a formação do intérprete comunitário? Você acha que valeria a pena você ter uma formação aqui dentro, por exemplo, que os presos tivessem uma formação de intérpretes comunitários ou você acharia melhor vir um intérprete de fora, já formado para atender o presídio aqui... como você vê isso?

ENTREVISTADO

Ambas opciones son válidas. Ambas opciones son válidas y muy congruentes. El detalle es que dentro de la cárcel existen una serie de códigos, una serie de lenguajes que en la calle no el común de las personas no lo tienen. Hablando dentro del aspecto semiótico, es un aspecto importante ese código, conocerlo ese código, porque puede estar hablando una cosa, pero su cuerpo dice otra.

ENTREVISTADORA

Sim.

ENTREVISTADO

Sí, eso es parte también de la comunicación, el lenguaje corporal, que muchas veces no lo sabemos entender. Entonces sería bueno conseguir una combinación de ambos.

ENTREVISTADORA

Entendi... uma combinação de intérpretes que são formados, profissionais como eu viriam atender e aprender esse universo e também captar todo esse universo como também presos poderiam vir a ser formados por uma equipe de intérpretes que poderia dar a eles uma formação para ajudar nesse sentido e é claro...

ENTREVISTADO

Una formación más multidireccional, más abierta, más amplia.

ENTREVISTADORA

E você acha que valeria a pena a profissionalização dos presos como intérpretes para que eles pudessem ter benefícios a esse respeito?

ENTREVISTADO

Sí, sí, porque eso también entraría dentro del proceso de rehabilitación de la persona detenida. Dentro del proceso de rehabilitación. Y eso le ayudaría a su proceso de reinserción social, porque ya estaría saliendo a la calle con un título que le permitiría ganarse la vida.

ENTREVISTADORA

Sim. Com certeza. Concorde... muito bom. Você poderia me contar uma experiência. Claro que você já contou algumas experiências, mas vamos lá, vamos ver se você tem mais alguma coisa... se você tem mais algum coelho para tirar dessa cartola. Olha lá, poderia contar alguma experiência vivenciada aqui em que você não conseguia comunicar, fazendo a interpretação... você não conseguia fazer co que a interação acontecesse, e nem paciente te entendia, ... nem a médica ... a interação ficou meio truncada ali.... que estratégias você usou... me parece que teve um húngaro aí...

ENTREVISTADO

Si... Y ahora tenemos dos...

ENTREVISTADORA

Dois, não é? O Karoly é um... que estratégias vocês usaram? Me parece que você estava com a Dra. D... ou com a Dra. S....

ENTREVISTADO

Sí. Lastimosamente, este señor no habla ni inglés, ni francés, ni alemán. Solamente habla húngaro. No hay ninguna otra persona que hable húngaro. Hay otro chico que también

acaba de llegar, que también es húngaro, pero son dos fenotipos raciales diferentes. El otro es moreno y K... es blanco, rubio y de ojos claros. Ese es húngaro mismo. El otro, yo tras que lo vi le dije: “Señor, este muchacho es un gitano.” “¿Pero gitano?” “Sí, este gitano seguramente.” Y aquí en el centro de detención tenemos unos gitanos y los gitanos tienen su propio idioma, romaní, caló. Entonces seguramente ese gitano no le va a entender. a este. Le pregunto él: ¿Tú eres gitano?” Y tampoco me entendía. No, no habla ni inglés, ni francés, ni alemán, no habla nada. La señora usó el traductor de Google.

ENTREVISTADO

Hubo que traer el micrófono y audífono para que él hable y el “Google le translate”, el traductor de Google se lo traduzca al portugués y ya, o lo escriba. Entonces es un tanto difícil.

ENTREVISTADORA

¿Difícil, não é?

ENTREVISTADO

Pero ese húngaro se consigue comunicar con el otro... con el otro húngaro, por supuesto. Y con los gitanos. Hablan Romani entre ellos. Yo le pregunté a los gitanos: “¿Y ese chico es gitano?” “Si” “¿Ustedes hablan gitano romaní con él?” “Si, habla romaní, solo que tiene lo que es básico.” “Si” me dice “nos entendemos perfectamente, solo que hay unas palabras que él las habla en su idioma. Pero si nos entiende.” “Si vuelve a la atención médica, te puedo llamar a ti para que vayas y traduzcas.” Porque tenemos algunos chinos que hay que llamar de la cocina a un chino, porque solamente habla el chino. E un día nos pasó que un chino hablaba chino cantonés, y el otro no lo entendía porque hablaba chino mandarín, cosa de chino. Hubo que buscar a otro chino que hables también cantonés.

ENTREVISTADORA

Entendi. São diferenças. São mesmos lugares, mas diferentes idiomas, diferentes línguas. E aí a interação fica dificultada. Quer dizer... Aí você me disse para mim que a médica com um fone conseguiu usa o Google enquanto ele falava.

ENTREVISTADO

De otra forma no íbamos a saber qué era lo que tenía el pobre hombre.

ENTREVISTADORA

E houve algum outro momento no qual esses presos tiveram que desenhar, tiveram que escrever... como que... sem ser o Google, usaram de outros recursos?

ENTREVISTADO

Hay algunos casos en que... bueno, hay detenidos que llevan más de 10 años aquí. No sé si no hablan, no consiguen porque 10 años ya da para hablar, supongo, no sé, pero no sé si no quieren hablar realmente o qué pasa. Pero sí, sí, sí. Hemos tenido casos en que hay más que todo... también es una parte de la picardía, una parte de la viveza de ellos no usar su propia lengua.

ENTREVISTADORA

Entendi. E aí nas estratégias os recursos que usam , quando acontece isso, quais são os recursos que usam quando vem para o médico aqui que não fala nenhum idioma sem ser esse húngaro.

ENTREVISTADO

Como el inglés es el idioma universal, el idioma del comercio, entonces básicamente nos entendemos mucho con eso. En francés solamente he tenido dos casos de traducción en francés.

ENTREVISTADORA

Entendi. Então, vocês optam por outra língua, e só quando realmente ninguém fala nem as línguas que vocês dominam e aí vocês partem, até os servidores, partem para recursos como Google, por exemplo. A Dra. Danila tinha comentado comigo que esse húngaro chegou a desenhar. Foi isso mesmo?

ENTREVISTADO

Sí, si... Él dibujó alguna cosa que era que él tenía y... no le entendíamos nada...

ENTREVISTADORA

Aí ela resolveu usar a estratégia...

ENTREVISTADO

Incluso no hablaba ni ruso.

ENTREVISTADORA

Nem russo...

ENTREVISTADO

Hay chicos aquí que hablan ruso y que hablan inglés. Teníamos un turco que el turco le traducía a su intérprete en inglés. El me decía a mí en inglés, y yo le traducía en portugués. Entre palabras y preguntas y respuesta, pasaban cinco o 10 min. La doctora me preguntaba, yo le traducía al inglés, el otro se lo traducía turco, y el turco... ida y vuelta, era todo un proceso.

ENTREVISTADORA

Essas são as estratégias

ENTREVISTADO

Si, ahora ya el chico que traducía de turco al inglés, ya aprendió a hablar portugués. Entonces cuando vienen esos turcos, son dos o tres, mandan traerlo al chico a su intérprete, vienen con su... incluso han ido atención médica fuera de la penitenciaría y tienen que llevarlo a él, porque no habla, no habla inglés.

ENTREVISTADORA

Entendi. Agora me diz uma coisa... só para tirar uma curiosidade: normalmente quando o migrante que está encarcerado fala para mim “ Ah, eu conheço o português, eu falo um pouco de português, mas às vezes, não está no nível de português como está o nosso, nativo. Não é fluente... além do curso de formação de intérpretes, você sugere, por exemplo, como você veria essa questão de ensino de língua portuguesa para vocês; justamente voltado para o uso da interpretação.

ENTREVISTADO

Acontece lo siguiente, que muchas veces, cuando recién, como en todo proceso de migración, en este caso es mucho más traumático el estar preso y en un lugar que no hable en su lengua. Primero existe una fase de negación; no quiere nada, no quiere aprender portugués, no le interesa esa la nueva lengua, no le interesa nada, solamente quiere pasar el tiempo e irse; y marcharse de aquí. Después de eso ya existe una aceptación y se da cuenta que el proceso de reintegración a la sociedad y el proceso de para avanzar en esta nueva etapa de su vida, tiene que aprender la lengua. Primero hay que concientizar al individuo de que él viene, que está en un medio de incluso parlante de lengua portuguesa, luso, en español decimos luso, luso parlante. Entonces tiene que aceptar eso y tiene que integrarse a esta nueva sociedad. Si bien estamos excluidos de la sociedad, pero formamos parte de ella, porque la lengua franca dentro de la penitenciaría es el portugués. Hay, por ejemplo, con los árabes, con los africanos, ellos nos hablan el portugués. Muchos de los árabes y de los africanos me hablan, hablan en inglés, pero únicamente hablan conmigo. Pero cuando estamos en el grupo se habla en portugués. Y si en una celda hay siete personas que hablan español, y uno que solamente habla inglés, pero entiende portugués, tenemos que hablar en portugués para todos...

ENTREVISTADORA

Sim...

ENTREVISTADO

Porque esa tiene que ser la lengua franca por el caso que estamos en esta vivencia aquí en Brasil. Si no acepta eso, si no se mentaliza de que tiene que pasar por el proceso de aceptación de la lengua portuguesa, es muy difícil que se integre. Que hay muchos casos así, que son muy cerrados, que se niegan a entender. No tiene ningún interés en lo que hace. Eso había que primeramente darle una explicación para que se entienda, ¿no? Pero no sé si será fácil.

ENTREVISTADORA

Entendi, porque existe uma negação para aprendizagem. Não basta colocar um curso de língua portuguesa para em segundo plano dar um curso de formação de tradutores e

intérpretes... tem que haver uma conscientização primeiramente de que a língua portuguesa... ela é necessária para....

ENTREVISTADO

La llave que le va a abrir la puerta para salir a la calle.

ENTREVISTADORA

Exatamente... exatamente. Entendi e aí sim... Porque o que eu percebi, R...: que algumas pessoas... alguns migrantes falam assim: “ Ah, eu falo português”, mas não falam a ponto de fazer uma tradução, a ponto de fazer uma interpretação perfeita.

ENTREVISTADO

Eso también está... eso es inherente al hecho de que muchas de las personas que están aquí presas, su grado de formación académica es muy bajo. Entonces yo no puedo hacer una traducción a otra lengua, si ni, siquiera conozco mi lengua, ni siquiera conozco mi idioma. Tengo que tener un conocimiento sólido de mi idioma para yo poder explicarlo en otra lengua. Sino no hay como salvo que tenga una vivencia de muchos años aquí, adicionalmente a lo que en mi casa siga hablando mi lengua materna, ahí sí se podría dar. Pero si no, si yo caí preso, primera vez que estoy en un ambiente de habla portuguesa y no conozco bien mi lengua, es difícil. Claro que es más fácil en el portugués, que son las lenguas hermanas. Un 70 % del español y del portugués son castellano antiguo, es portugués. Si nos vamos al leemos el Quijote, que es la primera... el primer libro editado en lengua castellana, muchas de las palabras del Quijote están en portugués moderno.

ENTREVISTADORA

Sim que interessante. Nós temos uma riqueza linguístico-cultural muito grande aqui.

ENTREVISTADO

En Israel, por ejemplo, conocemos los ladinos, judíos sefardíes que fueron expulsados de España después del descubrimiento de América en 1500. Y ellos hablan un castellano antiguo, que muchas palabras están en el portugués moderno, en el francés moderno, y lo escriben de una forma que con nuestra gramática no tiene nada que ver con la gramática castellana. Es una gramática a parte que tiene.

ENTREVISTADORA

Entendi... tem que haver então uma conscientização da língua, não é?

ENTREVISTADO

Sí.

ENTREVISTADORA

Então vamos ser intérpretes de português e de mais algum idioma, mas o português tem que ser conscientizado de que é a porta, essa chave— como você diz — para a ressocialização. Então, uma conscientização primeiro da língua portuguesa, e depois, sim, uma aplicação talvez de formação de intérpretes para que eles possam reintegrarem-se à sociedade, profissionalizar de forma em que aqui possam ganhar benefícios enquanto intérpretes também assim como você faz outros trabalhos... o intérprete aqui seria mais um trabalho em que um benefício pode ser ganhado.

ENTREVISTADO

Sí, porque al final de cuentas, si no existe una comunicación fuente entre las partes, no puedes realizarse nada. Es necesario que como digo antes, el problema radica en que hay un bajo nivel académico de muchos de los que están aquí detenidos. Por eso es que no tienen esa capacidad para traducir. Incluso hay algunos que están hace mucho tiempo aquí y que hablan un portugués incluso mejor que mejor que el mío, pero no conocen las palabras.

ENTREVISTADORA

É uma junção também de questão cognitiva, de nível assim educacional, nível profissional que tinha no seu país...

ENTREVISTADO

La formación académica...

ENTREVISTADORA

Formação acadêmica que você diria que seria o perfil que a gente poderia ter para formar os intérpretes e encarcerados que poderiam ajudar a justiça e também seriam beneficiados na contrapartida.

ENTREVISTADO

Ahora, yo considero eso, pero es bastante bueno que se esté realizando esto, porque de momento estamos... estamos en suplencia, llenando de alguna forma las carencias que tenemos aquí. Si nosotros no lo hacemos, pues no hay cómo. Existe forma de que esa persona llegue a tener un tratamiento adecuado, un buen tratamiento médico no, porque no puede comunicarse.

ENTREVISTADORA

Sim, com certeza. Alguma coisa a mais que você queira acrescentar?

ENTREVISTADO

Sí. Dentro de todo esto he venido conociendo muchas culturas, las estoy reconociendo de nuevo, pero yo siempre tengo claro que en la vida uno tiene que aprender, reaprender y desaprender. Aprender nuevas cosas, nuevas herramientas, conocerlas, reaprender algunas otras que ya había conocido antes y desaprender otras que son nocivas... mejor dejarlas de lado. Una forma de ir creciendo cada día.

ENTREVISTADORA

Ótimo! Então está ótimo! Acho que eu obtive tudo que precisava. Eu agradeço, R..., imensamente por você ter colaborado com as minhas perguntas e com a minha pesquisa porque esses dados, esses conhecimentos, essas experiências que você começou a passar para mim agora, são de grande riqueza mesmo para área de tradução e interpretação e para a proposta da pesquisa que é essa questão de levantar mesmo, fazer um estudo sociolinguístico interacional, para ver como vocês interagem, mediados ou não por intérpretes, e também como ponto de partida para essa iniciativa que é a formação de intérpretes. Não sei se eu já falei pra você, mas temos um projeto de lei no Senado brasileiro, que é o projeto 5.182/2020 que pleiteia, na verdade, a obrigatoriedade da presença de um intérprete dentro dos serviços públicos, não só dentro de carceragem, mas também outros serviços como atendimento médico, posto de saúde, imigração, refúgio que hoje está sendo povoado por intérpretes que ainda não tem a formação... então eu acho que a proposta de uma formação de intérpretes para a carceragem como se diz, tinha que ser uma coisa conjunta tanto intérpretes profissionais como intérpretes encarcerados, porque vocês de alguma forma fazem interpretação. Você faz a interpretação. e então, teria aí um grande benefício da formação, da profissionalização e da reinserção social no sentido de ganhar benefícios a respeito disso. Por isso agradeço demais porque você colaborou bastante e me deu informações riquíssimas para que eu pudesse acrescentar na pesquisa como metadados para que a gente consiga avançar. E vocês me concederam entrevistas assim é uma coisa fantástica. Você tem um nível cultural, você tem nível acadêmico, você já tem um nível profissional e você realmente se expressa.... como você mesmo diz... aprendendo, reaprendendo e desaprendendo algumas coisas e reconstruindo algumas coisas. Então, agradeço porque foi bem rico o que você me passou agora, tá bom? Muito obrigada.

ENTREVISTADO

¡No! Ha sido de mí muy enriquecedor toda esta experiencia que estoy viviendo aquí, porque viene a ser... vengo... yo vengo a convertirme en un puente, en un nexo entre una parte y otra. Muchas veces el profesional médico que viene a atender aquí no está habituado al ambiente carcelario, entonces no conoce los códigos dentro de la cárcel y no conoce realmente a fondo la psicología de ese detenido, qué es lo que piensa el detenido. Él ve a un paciente, no ve a la ve a un paciente, ve a una persona, pero no ve el aspecto cultural y psicológico de esa persona, que a veces tengo que mostrarle: "Señora, en realidad este hombre le está mintiendo de una forma discreta, porque muchas veces al preso Le duele todo."

ENTREVISTADORA

Sim.

ENTREVISTADO

Cuando viene aquí pide que, para el dolor de cabeza, que, para el dolor de barriga, que para el dolor, que, para los hongos, que pide todo. Lastimosamente, debido a sus limitaciones, él quiere todo. Y muchas veces mal utiliza todo eso que recibe. Yo no tengo por qué juzgarlo, él verá qué es lo que hace, con lo que se con los medicamentos que recibe. Pero muchas veces esa persona que viene aquí utiliza un espacio de otro que realmente lo necesita. Tenemos que aprender a discriminar también la paja del trigo. Este viene, pero quiere, quiere los beneficios. Y este realmente necesita.

ENTREVISTADORA

Exatamente... que vem por algum benefício e o médico claro não sabendo ... não estando habituado com esse ambiente carcerário e que o intérprete tem que estar ambientado... se ele não estiver ambientado ... não consegue fazer uma interpretação adequada.

ENTREVISTADO

Dentro de todo eso tenemos que tener la experiencia ya previa. Ya yo sé cómo viene esto. Por eso digo, si viene un intérprete externo, no va a conocer esas vivencias, no va a tener esa vivencia. Y no digo que va a ser un trabajo malo, va a ser un trabajo perfecto, pero muy formal. Y dentro de eso tiene que ver una parte de que es informal. Dentro de la informalidad también forma parte del aspecto no verbal, del lenguaje corporal. Y porque yo soy yo y todas las vivencias que he tenido a lo largo de mi vida. Y yo tengo que entender la cosmovisión que tiene esa persona, como esa persona ve el mundo. Porque muchos de los que están aquí presos, están presos y creen que él está preso porque la sociedad está en contra de él. Yo estoy preso porque cometí un error y estoy pagando por eso. Pero tengo que entender que el problema que está en mí no es la sociedad la que está en contra de mí. Eso tengo que hacerlo entender a estas personas.

ENTREVISTADORA

Entendi.

ENTREVISTADO

Vean que es lo que pasa. Y mientras él no entienda eso, va a salir a la calle y va a volver y va a volver 500 veces. Porque não está... no se ha concientizado que el problema está en él, no está en la sociedad.

ENTREVISTADORA

Sim... com certeza.

ENTREVISTADO

Entonces tenemos que también luchar contra eso.

ENTREVISTADORA

Ótimo. Muito obrigada.

ENTREVISTADO

Muchas gracias.

ENTREVISTADORA

Estou interrompendo a gravação. Terminamos. Foi uma coisa riquíssima. Agradeço mais uma vez por isso. Muito obrigada.

Anexo A

Tabela 8 – Número de presos da África no Estado de São Paulo

Município	Estabelecimento prisional	Qtde
Guarulhos	CDP I “ASP Giovani M. Rodrigues” de Guarulhos	3
São Paulo	CDP I de Chácara Belém + APP	2
São Paulo	CDP II “ASP Paulo G. Araújo” da Chácara Belém + APP	1
São Paulo	CDP III de Pinheiros	2
São Paulo	CPP Feminino de São Miguel Paulista	1
Tremembé	Pen. Fem. I “Sta. Maria Eufrásia Pelettier” de Tremembé + APP	1
Itaí	Pen. Masc. “Cabo M Marcelo Pires da Silva” de Itaí + APP ¹⁶¹	211
Ribeirão Preto	Penitenciária feminina de Ribeirão Preto + APP	1
Campinas	Pen. Feminina de Campinas	5
Guariba	Penitenciária Fem. De Guariba + APP	1
São Paulo	Penitenciária Feminina de Santana	15
Total		243

Fonte: SISDEPEN, 2022-23

Tabela 9 – Número de presos das Américas no Estado de São Paulo

Município	Estabelecimento prisional	Qtde
Guarulhos	CDP I “ASP Giovani M. Rodrigues” de Guarulhos	1
Osasco	CDP I Osasco	1
São Paulo	CDP II “ASP Paulo G. de Araújo” da Chácara Belém + APP	1
São Paulo	CDP III de Pinheiros	3
Campinas	Centro de detenção Provisória de Campinas	3
São Paulo	CPP Feminino e São Miguel Paulista	1
Tremembé	Pen. Fem. I “Sta Maria Eufrásia Pelettier” de Tremembé + APP	3
Guarulhos	Pen. I “José Parada neto” de Guarulhos + ARSA	31
Itaí	Pen. Masc. “Cabo M Marcelo Pires da Silva” de Itaí + APP	413
Iaras	Pen. “Orlando Brando Filinto” de Iaras + APP	3
Ribeirão Preto	Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto + APP	8
Lucélia	Penitenciária de Lucélia + APP	3
Campinas	Pen. Feminina de Campinas	7
Guariba	Penitenciária Fem. De Guariba + APP	1
Mogi Guaçu	Penitenciária feminina de Mogi Guaçu + APP	5
São Paulo	Penitenciária Feminina Santana	67
Avaré	Penitenciária I “Paulo Luciano Campos” de Avaré	3
Total		554

Fonte: SISDEPEN, 2022-23

Tabela 10 – Número de presos da Ásia no Estado de São Paulo

Município	Estabelecimento prisional	Qtde
Campinas	Penitenciária Feminina de Campinas	1
Itaí	Pen. Masc. “Cabo M Marcelo Pires da Silva” de Itaí + APP	51
São Vicente	Penitenciária II de São Vicente + APP1	1
Total		53

Fonte: SISDEPEN, 2022-23

¹⁶¹ A sigla APP significa Ala de Progressão Penitenciária.

Tabela 11 – Número de presos da Europa no Estado de São Paulo

Município	Estabelecimento prisional	Qtde
Guarulhos	CDP I “ASP Giovani M. Rodrigues” de Guarulhos	2
São Paulo	CDP II “ASP Paulo G. de Araújo” da Chácara Belém + APP	1
Itaí	Pen. Masc. “Cabo M Marcelo Pires da Silva” de Itaí + APP	42
Lucélia	Penitenciária de Lucélia + APP	1
Campinas	Pen. Feminina de Campinas	1
São Paulo	Penitenciária Feminina de Santana	2
Avaré	Penitenciária I “Paulo Luciano Campos” de Avaré	2
Total		51

Fonte: SISDEPEN, 2022-23

Tabela 12 – Número de migrantes presos no Estado de São Paulo

Município	Estabelecimento prisional	Qtde
São Paulo	CDP I Pinheiros	17
São Paulo	CDP II “ASP Paulo G. de Araújo” da Chácara Belém + APP	2
São Paulo	CDP III de Pinheiros	33
São Paulo	CPP Feminino de São Miguel Paulista	11
São Paulo	Penitenciária Feminina da Capital	36
São Paulo	Penitenciária Feminina Sant’Ana	129
Mogi Mirim	CR “Prefeito João Missaglia” + ARSA	3
Fco da Rocha	Hospital de Custódia e trat. Psiquiátrico “Prof. André Teixeira Lima”	1
Taubaté	Hospital de custódia e trat. Psiquiátrico “Prof. Arnaldo A. Ferreira”	1
Tremembé	Pen. Feminina I “Santa Maria E. Pelettier” + APP	4
Tremembé	Pen. “Dr. José Augusto César Salgado” + APP	1
Tupi Paulista	Pen. Feminina de Tupi Paulista + APP	2
Guarulhos	Pen. I “José Parada Neto” + ARSA	29
Serra Azul	Pen. II de Serra Azul	1
Sorocaba	Pen. “Dr. Antonio de Souza Neto”	2
Iaras	Penitenciária “Orlando Brado Filinto” + APP	2
Gália	Penitenciária 2 de Gália	1
Iperó	Penitenciária de Iperó + APP + ADP	1
Lucélia	Penitenciária de Lucélia + APP	2
Avaré	Penitenciária I “Paulo Luciano Campos “	4
P. Venceslau	Penitenciária II de Pres. Venceslau	1
Suzano	CDP De Suzano	1
Fco da Rocha	Penitenciária III Franco da Rocha	1
Itaí	Pen. Cabo PM “Marcelo Pires da Silva” + APP	859
Total		1.144

Fonte: SISDEPEN, 2024-25

Anexo B

(i) Folha de rosto com a síntese do projeto



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria da Administração Penitenciária

ANEXO II

Folha de Rosto Síntese de Projeto de Pesquisa

Interessada: Vara das Execuções Criminais de _____

Item	Detalhamento
Pesquisador (a) Responsável	Lucia Maria dos Santos
Email do (a) pesquisador(a) responsável	luciamsantosp@gmail.com
Pesquisador (es) associado(s)	Profa. Dra. Teresa Dias Carneiros e Profa. Dra. Sabine Gorovitz Profa. Ms. Lucia Maria dos Santos
Email do (a) pesquisador(es) associado(s)	teresadcarneiro@gmail.com sabinegz@gmail.com luciamsantosp@gmail.com
Instituição Proponente	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio
Título da Pesquisa	Proposta de formação de intérpretes comunitários para o atendimento da população encarcerada: um estudo sociolinguístico etnográfico interacional do presídio de Itai
Unidades Prisionais de Realização da Pesquisa	Penitenciária Cabo Marcelo Pires da Silva
Período da Pesquisa	1 (um) ano
Objetivo Geral	Mapear e sistematizar as configurações sociolinguísticas da Penitenciária masculina PM Cabo Marcelo Pires da Silva, na cidade de Itai, interior da capital de São Paulo, exclusiva para estrangeiros, com intuito de compreender como presos e prestadores de serviços penitenciários constroem seus enunciados nas relações interacionais do cotidiano e lidam com questões de barreira/mediação linguística em cenas específicas comuns à vivência do cotidiano prisional (atendimento médico, atividades laborais/educativas, cultos religiosos, visitas externas, etc.) para, por fim, elaborar um modelo de formação de intérpretes comunitários qualificados para atender à população estrangeira encarcerada.
Número de participantes envolvidos (as) (inclusive crianças, se houver)	20 participantes no total divididos em dois grupos: 10 presos e 10 servidores penitenciários.

Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Noroeste do Estado
Grupo Regional de Ações de Trabalho e Educação

1

Estrada Vicinal Prefeito Anibal Haman, Km 06 – Bairro Aeroporto – 16.602-000
Tel.: (14) 3584-4450 r. 2035 – E-mail: jansgoncalves@sp.gov.br

(ii) Formulário para obtenção de anuência para a realização da pesquisa



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria da Administração Penitenciária

		Assistente de pesquisa de francês: Andréia Manfrin Alves RG: 29.060.581-7 CPF: 297.648.108-37 Área de Formação: Bacharel em Letras/ Mestra em Didática do Ensino de Francês (Sorbonne Nouvelle) e doutoranda em Tradução Vínculo Acadêmico: Doutoranda Instituição: PUC - SP Telefone: (11) 982126433 E-mail: amanfrin@alumni.usp.br
03	NOME COMPLETO e E-MAIL DO (s) PESQUISADOR (es) ASSOCIADO (s)	Profa. Dra. Teresa Dias Carneiro teresadcarneiro@gmail.com Profa. Dra. Sabine Gorovitz sabinegz@gmail.com
04	TÍTULO DO PROJETO DE PESQUISA	Proposta de formação de intérpretes comunitários para o atendimento da população encarcerada: um estudo sociolinguístico etnográfico interacional do presídio de Itai
05	OBJETIVO GERAL	Mapear e sistematizar as configurações sociolinguísticas da Penitenciária masculina PM Cabo Marcelo Pires da Silva, na cidade de Itai, interior da capital de São Paulo, exclusiva para estrangeiros, com intuito de compreender como presos e prestadores de serviços penitenciários constroem seus enunciados nas relações interacionais do cotidiano e lidam com questões de barreira/mediação linguística em cenas específicas comuns à vivência do cotidiano prisional (atendimento médico, atividades laborais/educativas, cultos religiosos, visitas externas, etc.) para, por fim, elaborar um modelo de formação de intérpretes comunitários qualificados para atender à população estrangeira encarcerada.
06	OBJETIVO ACADEMICO (TCC, Mestrado, Doutorado, Iniciação Científica)	Obtenção do título de Doutorado
07	POPULAÇÃO ALVO	Servidores penitenciários e presos estrangeiros
08	NUMERO DE PARTICIPANTES (sujeitos de pesquisa)	20 participantes divididos em dois grupos: 10 servidores (de cargos e funções diversas) e 10 apenados estrangeiros
09	TEMPO DE DURAÇÃO DA	Um (1) ano

Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Noroeste do Estado
Grupo Regional de Ações de Trabalho e Educação

2

Estrada Vicinal Prefeito Anibal Haman, km 06 - Bairro Aeroporto - CEP 16602-000
Tel.: (14) 3584-4450 -r. 2035 - E-mail: jansgoncalves@sp.gov.br

Estrada Vicinal Prefeito Anibal Haman, km 06 - Bairro Aeroporto - CEP 16602-000
Tel.: (14) 3584-4450 -r. 2035 - E-mail: jansgoncalves@sp.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria da Administração Penitenciária

	PESQUISA	
10	UNIDADE (S) PRISIONAL (IS) ONDE SE FARÁ (ÃO) A PESQUISA	Penitenciária Cabo Marcelo Pires da Silva em Itai
11	DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS	QUAL (IS)? Gravador e câmera digital de acordo com o permitido que serão providenciados pela pesquisadora
12	NECESSITARA DE ALGUM TIPO DE RECURSO MATERIAL OU HUMANO DA UNIDADE PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA	() SIM, QUAL(IS)? (x) NÃO
13	A PESQUISA INCLUI O USO DE EQUIPAMENTOS DE GRAVAÇÃO DE ENTREVISTAS (especifique) NOTA: Somente será permitida a gravação de voz com aparelhos especialmente destinados a este fim. Não é permitido o uso de celulares para fins de gravação. Em relação às filmagens, somente serão permitidas as que em circunstâncias previamente analisadas pela Coordenadoria e Imprensa SAP.	(x)SIM Os equipamentos serão gravador e câmera de áudio e vídeo de acordo com o permitido para gravação de aspectos sociolinguísticos interacionais. Os equipamentos serão providenciados pela pesquisadora. ()NÃO

Eu, Lucia Maria dos Santos RG nº 20.108.544-6, responsável pela pesquisa intitulada "Proposta de formação de intérpretes comunitários para o atendimento da população encarcerada: um estudo sociolinguístico etnográfico interacional do presídio de Itai" assumo total responsabilidade pelas informações constantes deste formulário e afirmo estar ciente de que as afirmações e solicitações nele expressas **NÃO** poderão ser alteradas em nenhum momento da execução do projeto, caso aprovado. Tenho ainda conhecimento de que as unidades prisionais não estão obrigadas a dispor de recursos materiais ou humanos para a realização do presente projeto de pesquisa, portanto se a unidade eleita não puder disponibilizar o que for necessário deverei obtê-los por meus próprios meios; eleger outra unidade prisional ou ainda desistir de sua execução.

Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Noroeste do Estado
Grupo Regional de Ações de Trabalho e Educação

Estrada Vicinal Prefeito Anibal Haman, km 06 -Bairro Aeroporto - CEP 16602-000
Tel.: (14) 3584-4450 -r. 2035 - E-mail: jansgoncalves@sp.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria da Administração Penitenciária

São Paulo, 08 de Janeiro de 2023.

Luís Maria dos Santos
Assinatura do Pesquisador Responsável

Teusa Inês Carneiro

Assinatura da orientadora da pesquisa

Assinatura da coorientadora da pesquisa

[Assinatura]

(iii) Parecer da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio e Parecer da comissão de ética da Plataforma Brasil

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



CÂMARA DE ÉTICA EM PESQUISA DA PUC-RIO

Parecer da Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio 91-2022 – Protocolo 85-2022

Proposta: SGOC 440602

A Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio foi constituída como uma Câmara específica do Conselho de Ensino e Pesquisa conforme decisão deste órgão colegiado com atribuição de avaliar projetos de pesquisa do ponto de vista de suas implicações éticas.

Identificação:

Título: "Proposta de formação de intérpretes comunitários para atendimento de estrangeiros encarcerados: um estudo sociolinguístico etnográfico interacional no presídio de Itai" (Departamento de Letras da PUC-Rio)

Autora: Lucia Maria dos Santos (Doutoranda do Departamento de Letras da PUC-Rio)

Orientadora: Teresa Dias Carneiro (Professora do Departamento de Letras da PUC-Rio)

Apresentação: Pesquisa qualitativa interpretativista aplicada a estudo de Interpretação. Visa mapear e sistematizar as configurações sociolinguísticas na Penitenciária Cabo PM Marcelo Pires da Silva, na cidade de Itai, interior da capital de São Paulo. É uma penitenciária masculina. Prevê desenvolver o estudo em quatro fases: 1) Observação e familiarização do ambiente; 2) Mapeamento quantitativo e aplicação de entrevista por meio da técnica da história oral temática; 3) Mapeamento qualitativo/observação participante em que a pesquisadora e uma assistente de pesquisa atuarão na interpretação comunitária no par de línguas inglês-português e francês-português; 4) Cruzamento de dados. Abordará servidores penitenciários e apenados. Conta com um referencial teórico apoiado em estudos de Interpretação, Fundamentos e Conceitos de Interpretação Comunitária e Sociolinguística Etnográfica aplicada a estudos de Interpretação.

Aspectos éticos: O projeto e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (português, traduzido para inglês, espanhol, francês e árabe) apresentados estão de acordo com os princípios e valores do Marco Referencial, Estatuto e Regimento da Universidade no que se refere às responsabilidades de seu corpo docente e discente. O Termo expõe com clareza os objetivos da pesquisa e os procedimentos a serem seguidos. Garante o sigilo e a confidencialidade dos dados coletados. Informa sobre a possibilidade de interrupção na pesquisa sem aplicação de qualquer penalidade ou constrangimento.

Parecer: Aprovado.


Prof. José Ricardo Bergmann
Presidente do Conselho de Ensino e Pesquisa da PUC-Rio


Profª Ilda Lopes Rodrigues da Silva
Coordenadora da Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio

Rio de Janeiro, 3 de novembro de 2022

Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos
Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio – CEPq/PUC-Rio
Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea - 22453-900
Rio de Janeiro - RJ - Tel. (021) 3527-1612 / 3527-1618
e-mail: vtac@puc-rio.br

ASSOCIAÇÃO
CONGREGAÇÃO SANTA
CATARINA - CASA DE SAÚDE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PROPOSTA DE FORMAÇÃO DE INTÉRPRETES COMUNITÁRIOS PARA ATENDIMENTO DE ESTRANGEIROS ENCARCERADOS: UM ESTUDO SOCIOLINGÜÍSTICO ETNOGRÁFICO INTERACIONAL NO PRESÍDIO DE ITAÍ

Pesquisador: LUCIA MARIA DOS SANTOS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 67429823.0.0000.0273

Instituição Proponente: FACULDADES CATOLICAS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.013.757

Apresentação do Projeto:

Apresentação completa, bem detalhada do projeto da pesquisa.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo está claro, dentro do escopo do projeto.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Informações sobre os riscos e benefícios é detalhada, respeitando os princípios básicos. Não há riscos maiores, sendo exclusivamente relacionados às informações obtidas nas entrevistas do projeto, quanto aos dados, gravações de áudio e possível vídeos todos com a devida autorização.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa com metodologia qualitativa contempla os princípios metodológicos e de segurança para a coleta das informações.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termo está completo, embora isso tenha produzido uma linguagem que pode ser de difícil compreensão para o participante em questão. É longo, exigindo uma demanda de tempo significativa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisa contém os elementos necessários à sua aprovação. Sugerimos, o que não faz

Endereço: Rua Macedo Sobrinho, 21, 6º andar, prédio São José Sala do Comitê de Ética e Pesquisa.
Bairro: Humaitá **CEP:** 22.271-080
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2538-7615 **E-mail:** cep@redesc.org.br

**ASSOCIAÇÃO
CONGREGAÇÃO SANTA
CATARINA - CASA DE SAÚDE**



Continuação do Parecer: 6.013.757

necessário provocar uma pendência, é a releitura do TCLE e adaptá-lo a uma linguagem próxima a do participante. Isso sem perder a qualidade que contém.

Considerações Finais a critério do CEP:

Importante também colocar o contato do CEP da Casa de Saúde São José no TCLE.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2072182.pdf	03/01/2023 18:30:21		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_consentimento_livre_e_esclarecido.pdf	03/01/2023 18:28:40	LUCIA MARIA DOS SANTOS	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rostoassinadas.pdf	03/01/2023 18:25:54	LUCIA MARIA DOS SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa.pdf	02/01/2023 15:11:04	LUCIA MARIA DOS SANTOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 20 de Abril de 2023

Assinado por:
Guilherme Loures Penna
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Macedo Sobrinho, 21, 6º andar, prédio São José Sala do Comitê de Ética e Pesquisa.
Bairro: Humaitá CEP: 22.271-080
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2538-7615 E-mail: cep@redesc.org.br

(iv) Roteiro de perguntas das entrevistas

Objetivo 1: Entender os desafios enfrentados quanto à barreira linguística nas interações do dia a dia.

Pergunta 1: Você pode me contar um pouco sobre você e sua rotina aqui no presídio?

Objetivo 2: Identificar que soluções têm sido encontradas para os problemas de barreira linguística entre reclusos e os demais servidores (promotores, advogados, defensores, diretores e outros).

Pergunta 2: Conte um pouco sobre situações em que a outra pessoa não falava sua língua. Como você fez para que compreendessem o que você queria dizer?

Objetivo 3: Investigar momentos e contextos em que a interpretação de línguas orais ocorreu, quem atuou como intérprete e como foi a experiência.

Pergunta 3: Você conseguiria me descrever algumas atividades das quais faz parte, por exemplo, cultos religiosos, atividades educativas, laborais e o que é feito para facilitar as interações em relação à comunicação?

Objetivo 4: Analisar qual o entendimento que agentes e presos têm sobre interpretação, da sua importância e a necessidade da presença de intérpretes.

Pergunta 4: O que você poderia me dizer sobre interpretação de línguas orais (tradução de uma língua para outra). Poderia explicar o que você entende por isso?

Objetivo 5: Estudar que sugestões agentes e apenados dariam para solucionar os problemas de barreiras linguísticas no sistema carcerário.

Pergunta 5: Poderia me contar alguma experiência vivenciada aqui em que você não conseguiu se comunicar ou entender o que estava sendo falado? Que estratégias você usou para reverter essa situação?

(v) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título	Interpretação Comunitária em Carceragem: estudo das interações sociolinguísticas no contexto plurilíngue da Penitenciária Cabo PM
Pesquisadora responsável	Marcelo Pires da Silva
Pesquisadora orientadora	Lucia Maria dos Santos
Instituição proponente	Profa. Dra. Teresa Dias Carneiro
Endereço	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Departamento de Letras – Programa de Pós-Graduação Estudos da Linguagem (PPGEL)
Instituição coparticipante	Rua Marquês de São Vicente, 255, Departamento de Letras, Edifício padre Leonel Franca, 3º andar, Bairro: Gávea – Rio de Janeiro/RJ – Brasil – CEP 22.451-900
Comissão de Ética em Pesquisa (CEP) - Plataforma Brasil	Penitenciária Cabo PM Marcelo Pires da Silva
	Casa de Saúde São José - Rua Macedo Sobrinho, 21, 6º andar, Bairro: Humaitá - Rio de Janeiro/RJ - Brasil - CEP 22.271-080
Nome do(a) participante	_____
Idade:	_____ anos
Telefone:	_____
E-mail:	_____

Prezado(a)

Gostaria de convidá-lo(a) a participar desta pesquisa, sendo de responsabilidade do pesquisadora Lucia Maria dos Santos, que objetiva mapear e sistematizar e analisar as interações sociolinguísticas que ocorrem no dia a dia do contexto plurilíngue da penitenciária de Itai com ou sem a mediação de um intérprete.

Objetivos da pesquisa

- Observar o modo como presos e prestadores de serviços penitenciários interagem no cotidiano prisional plurilíngue;
- Mapear e sistematizar tais interações de modo compreender como lidam com questões de mediação linguística em cenas específicas oriundas da vivência prisional (atendimento médico, atividades laborais e educativas, cultos religiosos, visitas externas, etc.);

Gravações

Durante o estudo serão realizados registros/gravações em áudio e vídeo. A gravação de áudio e imagens têm o objetivo de captar elementos que compõe a comunicação extralinguística. Considerando que as interações entre pessoas são constituídas verbal e não verbalmente, esses registros se tornam elementos essenciais para a coleta de dados. A partir do material filmado, será possível registrar a entonação de voz, expressões faciais e



expressões corporais. No entanto, a gravação somente será realizada após autorização outorgada do uso desses instrumentos pela Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) e mediante a decisão informada do participante quando da assinatura do Termo de Autorização de Imagem (TAI).

Procedimentos da pesquisa

A pesquisa durará um ano e estará dividida em quatro fases. A fase 1 refere-se a observação e familiarização do campo. Esse momento faremos uma observação silenciosa apenas com intuito de conhecer o local, o cotidiano prisional e verificar como os envolvidos nesse cenários interagem uns com os outros e como lidam com as questões da mediação linguística. Na fase 2, realizaremos levantamento quantitativo das línguas faladas pelos migrantes encarcerados e servidores e entrevistas semiestruturadas. As entrevistas consistirá de perguntas e respostas abertas sobre a interpretação comunitária, os conhecimentos que se tem dela e acerca da rotina e história do presídio. Essas entrevistas servirão como metadados assim como a fase 1. Ela terá duração de 1 hora podendo ser estendida a depender da desenvoltura dos participantes na narrativa. Não obstante, como o melhor momento e lugar para promover os encontros serão negociados com o diretor do presídio, cumpre acrescentar que as entrevistas podem sofrer interrupções por diversos motivos, portanto, as entrevistas podem demorar alguns dias para serem totalmente finalizadas. A fase 3 contemplará a observação participante na qual a pesquisadora e os assistentes de pesquisa contribuirão com a mediação linguística prestando serviços como intérpretes nos idiomas inglês, árabe e francês em cenas específicas como cultos religiosos, atividades laborais e educativas e outras. Essa etapa tem por objetivos responder às perguntas de pesquisa experienciando a interpretação comunitária no ambiente da carceragem, estudar a prática em si e os aspectos relacionados às interações nesse contexto. Unido a esses objetivos, apenados e agentes poderão se beneficiar da atividade de interpretação profissional nessas mesmas situações e/ou em outras que julgarem necessárias. Na última fase, faremos o cruzamento de dados obtidos em todas as fases para, então, extrair elementos para a elaboração de um modelo formação de intérpretes comunitários focalizando as especificidades e necessidades linguísticas desse contexto. Em todo o período da pesquisa, utilizaremos recursos e instrumentos metodológicos como diário de pesquisa, áudio e vídeo para registros de dados. Cumpre citar que este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) estará traduzido para os idiomas majoritários (de acordo com as estatísticas atuais do presídio sobre os idiomas mais falados), a saber: inglês, espanhol, francês, coreano, árabe. Portanto, os participantes das fases 2 e 3 terão acesso às informações contidas neste documento pelo menos nesses quatro idiomas majoritários (além de uma versão em português para agentes e demais colaboradores), o que facilitará a compreensão dos objetivos da pesquisa e promoverá o acesso linguístico aos participantes. No caso de haver participantes elegíveis na fase 1 que não saibam ler nessas línguas, uma tradução escrita deste documento será fornecida em seu idioma.

Riscos da pesquisa

A pesquisa pode apresentar riscos decorrente da minha presença e do assistente no local e no cotidiano prisional. Sentimento como timidez, desconforto, mudança de comportamento, constrangimento, medo e ameaça e exposição pelo uso de material de áudio e vídeo podem surgir. Por isso, serão tomadas precauções, que estão listadas abaixo, para neutralizar, minimizar ou contornar cada um dos riscos:

- Você pode se sentir desconfortável com a minha presença ou do assistente no seu cotidiano. Asseguramos que antes e iniciar o estudo, procuraremos estabelecer período de familiarização para que a minha presença e/ou a do assistente seja vista de maneira natural com o passar do tempo.
- Você pode se sentir constrangido por conta das gravações de áudio e imagem. Isso se deve ao receio de ter sua identidade exposta indevidamente. Afirmando que não haverá exposição sem seu consentimento. Além disso, para garantir o sigilo e confidencialidade da sua participação durante as gravações, você será identificado com um número código que indicará sua nacionalidade e idioma, justamente para garantir a ocultação de sua identidade. Caso deseje, também poderemos editar as gravações ocultando seu rosto e alterando sua voz. Ressalto que as gravações serão exclusivamente utilizadas para a fins de análise dos resultados de pesquisa acadêmica e, na hipótese de essas gravações serem utilizadas em palestras, impreterivelmente ocorrerá a ocultação do rosto do entrevistado, cabendo apenas a descrição das expressões faciais através de legenda ou narração. A proteção da



imagem, confidencialidade e a não estigmatização serão garantidas e não haverá utilização das informações em seu prejuízo ou da instituição prisional pesquisada, mesmo que você desista de participar da pesquisa. Portanto, não haverá uso indevido com divulgação de fotos, cenas do ambiente prisional ou da sua imagem.

- Você pode se sentir envergonhado ou constrangido quando eu estiver observando momentos de interações que estarão sendo interpretadas (tradução oral) por presos e/ou servidores. Nesse sentido, participarei dessa interação somente com sua autorização e durante as mesmas, permanecerei em silêncio, imparcial e neutra, garantindo sigilo, ou seja, que nada do que for falado, reportado ou negociado nessas conversas seja revelado. Meu intuito nesse momentos é exclusivamente o de estudar as estratégias linguísticas que surgem por meio da interpretação (tradução oral).
- Você pode se sentir indisposto(a), amedrontado, e constrangido em narrar nas entrevistas assuntos sobre questões de interações entre pessoas de diferentes línguas e culturas em um mesmo contexto prisional. Para minimizar desconfortos que você possa ter, as entrevistas ocorrerão em lugar reservado e você narrará apenas as experiências em relação à mediação linguística. Você também pode sugerir redirecionamentos no desenvolvimento da entrevista e/ou solicitar seu encerramento, caso deseje.
- Ao participar da entrevista, mesmo que o assunto abordado seja apenas a prática da interpretação comunitária, a história do e/ou o trabalho no presídio, podem surgir pensamentos que naturalmente conduzam você à sua história de vida, levando-o(a) a divagar em pensamentos que podem convergir para sentimentos negativos como raiva, medo, ansiedade, depressão, culpa, sentimentos de choque ou inutilidade e receio. Narrar esses fatos no ambiente prisional sempre pode evocar memórias ou reforçar a conscientização sobre certa condição vivenciada por você. Tais fatos surgem sobrepostos aos objetivos da entrevista e, por isso, você pode entender que, ao conceder uma entrevista, sua privacidade será invadida. Não é a nossa intenção revitimizá-lo(a) trazendo para a entrevista sentimentos e pensamentos nunca revelados. Portanto, garanto que nossa interação não abordará assuntos questões pessoais de detentos e agentes e/ou os motivos que levaram à sua privação de liberdade dos detentos; tampouco temáticas que giram em torno de atos ilegais, violência ou sexualidade. Asseguro nossas conversas serão flexíveis e o diálogo será abordado de maneira aberta, informal e tratará essencialmente sobre o que você entende sobre o cotidiano prisional e (importância da) interpretação/tradução oral no ambiente prisional.
- Asseguro também que após serem transcritas, essas entrevistas serão validadas por você, ou seja, elas serão devolvidas a você para que exclua ou modifique alguma fala.
- Você pode se sentir constrangido, tímido e reticente por participar de interações em determinados momentos nos quais eu e meu assistente faremos a interpretação profissional. Os constrangimentos podem advir do fato de você ter que compartilhar conosco certos aspectos da sua vida e situações pessoais, isto é, pessoas que não fazem parte da sua realidade nem do seu cotidiano. Afirmando que, como profissionais intérpretes, seguimos o código de ética que exige que sejamos imparciais, sigilosos, fiéis com aqueles para quem estamos fazendo a interpretação e que tenhamos conduta profissional e integridade alinhadas com as diretrizes de associações internacionais e nacionais da profissão de intérprete das quais fazemos parte.
- Asseguro que o sigilo será mantido e serão garantidos e respeitados seus valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como seus hábitos e costumes.

Benefícios

Sua participação nesta pesquisa contribuirá com o aumento do conhecimento sobre interpretação comunitária quando em ambiente carcerário, bem como beneficiará a elaboração de um modelo de formação que qualifique a atuação do intérprete para este ambiente específico. Além disso, sua participação pode contribuir com embasamento científico para criação de política pública no que tange à instituição de serviços de intérprete para estrangeiros encarcerados. Sua participação pode beneficiar, em âmbito nacional, estrangeiros que estão sob custódia em instituições carcerárias.

Confidencialidade



- A confidencialidade dos participantes será garantida;
- Sua imagem ou o seu nome verdadeiro não serão revelados;
- No Termo de Autorização de Imagem (TAI), você terá a opção de permitir que a sua identidade e sua imagem sejam identificadas ou que prefere que a sua imagem seja ocultada e sua voz, alterada.
- Informamos que se você não será identificado(a) e iremos zelar pela sua privacidade e anonimato.
- Serão seguidos todos os itens listados no subtítulo “Riscos da Pesquisa”

Utilização dos resultados

Quando a pesquisa for finalizada, possivelmente, em dezembro de 2024, os resultados ficarão à sua disposição. Você será informado de todos os resultados obtidos.

- Os resultados serão utilizados somente para fins acadêmicos e científicos, tais como: apresentação em eventos acadêmicos; monografias de disciplinas; tese de doutorado; artigos acadêmicos; capítulos de livros; livros.
- Os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, serão mantidos, sob minha guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa.

Compensação financeira

Sua participação nesta pesquisa não gerará nenhum custo ou qualquer vantagem financeira.

Direitos dos participantes

Você tem o pleno direito de aceitar ou recusar participar desta pesquisa. Se em algum momento, após o aceite, você não desejar mais participar desta pesquisa, seu direito de desistência será assegurado, sem qualquer prejuízo, dano ou constrangimento;

- Você pode retirar o seu consentimento de utilização de dados da pesquisa como participante a qualquer momento, sem prejuízo, dano ou constrangimento;
- Você poderá também consultar o pesquisador responsável em qualquer época, pessoalmente ou pelos telefones das Instituições para obter esclarecimentos de quaisquer dúvidas;
- Você tem o direito de acesso aos resultados da pesquisa por meio impresso e/ou digital.
- Alertamos ao participante da pesquisa sobre o seu direito à assistência em decorrência de qualquer dúvida, eventual malefício e reclamação sobre a pesquisa e, havendo qualquer dúvida, você poderá entrar em contato com:
 - i. A pesquisadora Lucia Maria dos Santos pelo celular (11) 96897-7773 ou pelo e-mail: luciamsantosp@gmail.com
 - ii. A orientadora Profa. Dra. Teresa Dias Carneiro pelo celular (21) 99809-9689 ou pelo e-mail: teresadcarneiro@gmail.com
 - iii. A coorientadora Profa. Dra. Sabine Gorovitz pelo celular e pelo e-mail: sabinegz@gmail.com
 - iv. A Câmara de Ética em Pesquisa/Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos da PUC-Rio, por contato telefônico (21) 3527-1618 e pelo e-mail: vtac@puc-rio.br; ou no endereço: Rua Marquês de São Vicente 225, Edifício Kennedy, 2º andar, bairro Gávea, CEP 22-453-900, em Rio de Janeiro/RJ;
 - v. Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) por contato telefônico (14) 3584-4450 no ramal 2035 ou pelo email: comitedeetica@sap.sp.gov.br
- A Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio é a instância da Universidade que analisa do ponto de vista ético, os projetos de pesquisa de seus professores, pesquisadores e discentes, quando solicitada;
- Os Comitês de Ética têm por finalidades avaliar os aspectos e os padrões éticos das pesquisas em que envolvam a participação de seres humanos, garantindo integridade e dignidade dos sujeitos da pesquisa, além de acompanhar as etapas de submissões e a aprovação final da pesquisa (veja as legislações: Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016; Norma Operacional nº 001/2013 do Conselho Nacional de Saúde).



Título do Projeto: Interpretação Comunitária em Carceragem: estudo das interações sociolinguísticas no contexto plurilingue da Penitenciária Cabo PM Marcelo Pires da Silva

Instituição proponente: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) – Departamento de Letras – Programa de Pós-Graduação Estudos da Linguagem (PPGEL)

Instituição coparticipante: Penitenciária Estadual Cabo PM Marcelo Pires da Silva

Este termo de consentimento assinado e consentido, em duas vias originais, sendo que, quando assinadas, uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida ao(à) Sr.(a).

Eu, _____, fui informado(a) dos objetivos do projeto de pesquisa de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar a minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar e que recebi uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

São Paulo, _____ de _____ de _____

Assinatura do participante

Assinatura do professor-pesquisador responsável

Pesquisador responsável

Lucia Maria dos Santos/Contato telefônico: (11) 96897-7773

E-mail: luciamsantosp@gmail.com

Pesquisadora orientadora

Prof.ª Dr.ª. Teresa Dias Carneiro/Contato telefônico: (21) 99809-9689

E-mail: teresadcarneiro@gmail.com

Pesquisadora coorientadora

Prof.ª Dr.ª Sabine Gorovitz/Contato telefônico: (61) 99649-6600

E-mail: sabinegz@gmail.com

(vi) Termo de Autorização Imagem em português

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM**

Título Interpretação Comunitária em Carceragem: estudo das interações sociolinguísticas no contexto plurilíngue da Penitenciária Cabo PM Marcelo Pires da Silva

Pesquisadora responsável Lucia Maria dos Santos

Pesquisadora orientadora Profa. Dra. Teresa Dias Carneiro

Instituição proponente Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Departamento de Letras – Programa de Pós-Graduação Estudos da Linguagem (PPGEL)

Endereço Rua Marquês de São Vicente, 255, Departamento de Letras, Edifício padre Leonel Franca, 3º andar, Bairro: Gávea – Rio de Janeiro/RJ – Brasil – CEP 22.451-900

Instituição coparticipante Penitenciária Cabo PM Marcelo Pires da Silva

Comissão de Ética em Pesquisa (CEP) Casa de Saúde São José - Rua Macedo Sobrinho, 21, 6º andar, Bairro: Humaitá - Rio de Janeiro/RJ - Brasil - CEP 22.271-080

Nome do(a) participante (a) _____

Idade _____ anos

Telefone _____

Celular _____

E-mail _____

Eu _____, RGº _____ declaro ter sido informado e concordo com a minha participação no projeto da pesquisadora de Lucia Maria dos Santos, do departamento de Letras – programa de Pós-Graduação Estudos da Linguagem (PPGEL), da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) ou o(s) representantes designado(s) pela mesma. Tenho ciência de que este trabalho faz parte de uma pesquisa cujos objetivos são: 1) realizar um estudo sociolinguístico etnográfico interacional na penitenciária PM Cabo Marcelo Pires da Silva, interior da capital de São Paulo; 2) elaborar um modelo de formação de intérpretes comunitários para atendimento da população encarcerada. Tenho certeza de que os resultados desta pesquisa serão de grande valia para embasar políticas públicas de formação e profissionalização e interpretação comunitária beneficiando o sistema carcerário. Portanto, declaro estar plenamente ciente do inteiro teor dessa autorização e permito:

() a produção de áudio/vídeo e registros fotográficos **sem qualquer tipo de edição da minha imagem e voz**. Autorizo a utilização deste material apenas para fins acadêmicos (artigos, dissertações, teses, capítulos de livros, entrevistas, apresentações em eventos), desde que sejam garantidas a proteção da minha imagem e confidencialidade pela ocultação do meu rosto, cabendo apenas a descrição das minhas expressões faciais por meio de legenda ou narração.

() a produção de áudio/vídeo e registros fotográficos **desde que as gravações sejam editadas com a ocultação da minha imagem e alteração da minha voz**. Autorizo a utilização deste material apenas para fins acadêmicos (artigos, dissertações, teses, capítulos de livros, entrevistas, apresentações em eventos), desde que sejam garantidas a proteção da minha imagem e confidencialidade pela ocultação do meu rosto, cabendo apenas a descrição das minhas expressões faciais por meio de legenda ou narração.

Fica ainda autorizada, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão de direitos da veiculação das imagens não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de igual teor e forma.

São Paulo, _____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) participante

Anexo C

Termo de Autorização de Imagem em francês



ANA BEATRIZ CALDEIRA FERREIRA BRAGA DINUCCI
TRADUCTRICE PUBLIQUE ASSEMENTEE & INTERPRETE COMMERCIALE
LANGUES FRANÇAISE ET ANGLAISE – JUCERJA Nº153
 Membre de l' Association Professionnelle de Traducteurs Publics et
 Interprètes Commerciaux Assermentés de l'État de Rio de Janeiro (ATP-RIO)
 TRADUCTION Nº 582/2023

Je, soussignée, Traductrice Publique Assermentée et
 Interprète Commerciale, inscrite au Registre du
 Commerce de l'état de Rio de Janeiro (JUCERJA),
 République Fédérative du Brésil, sous le numéro 153,
 et inscrite au CPF/MF [Cadastre des Contribuables au
 Ministère des Finances] sous le n° 074.159.927-92,
 certifie qu'il m'a été présenté un document rédigé
 en langue portugaise afin de le traduire en français,
 ce que je fais en raison de ma charge et dont la
 traduction est la suivante : //

**Traduction Nº 582/2023. FORMULAIRE D'AUTORISATION
 D'IMAGE. //**

(Blason) Université Pontificale Catholique de Rio de
 Janeiro //

FORMULAIRE D'AUTORISATION D'IMAGE

Titre: Interprétation Communautaire en Prison: Étude
 des interactions sociolinguistiques dans le contexte
 plurilingue du Pénitencier Cabo PM Marcelo Pires da
 Silva. //

Chercheur Responsable: Lucia Maria dos Santos. //

Chercheur Superviseur: Professeure Teresa Dias
 Carneiro. //

Institution Partisan: Université Pontificale
 Catholique de Rio de Janeiro - Département des

Rua Bolívar 147/501, Copacabana CEP 22.061-010, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
 Téléphone: 55 21 2549-7748. Portable: 55 21 98819-7272.



ANA BEATRIZ CALDEIRA FERREIRA BRAGA DINUCCI
TRADUTTRICE PUBLIQUE ASSEMENTEE & INTERPRETE COMMERCIALE
LANGUES FRANÇAISE ET ANGLAISE – JUCERJA Nº153
 Membre de l' Association Professionnelle de Traducteurs Publics et
 Interprètes Commerciaux Assermentés de l'État de Rio de Janeiro (ATP-RIO)
 TRADUCTION Nº 582/2023

lettres - Programme d'études supérieures en langages
 (PPGEL) - Adresse: Rua Marquês de São Vicente, 255,
 Département des lettres, Edifício Padre Leonel
 Franca, 3º andar, Bairro: Gávea, Rio de Janeiro/RJ,
 Brésil, CP 22.451-900. //

Institution co-participante: Pénitencier Cabo PM
 Marcelo Pires da Silva. //

Comité d'éthique en Recherche (CEP): Casa de Saúde
 São José - Adresse: Rua Macedo Sobrinho, 21, 6º
 andar, Bairro: Humaitá, Rio de Janeiro/RJ, Brasil,
 CP 22.271-080. //

Nom du participant: _____. //

Âge: _____. //

Téléphone: _____. //

Téléphone portable: _____. //

E-mail: _____. //

Moi, _____, carte d'identité n° _____,
 je déclare avoir été informé et j'accepte de
 participer au projet de la Chercheuse Lucia Maria dos
 Santos du Département des lettres - Programme
 d'Études Supérieures en Langages (PPGEL) de
 l'Université Pontificale Catholique de Rio de Janeiro
 (Puc-Rio) ou le(s) représentant(s) désigné(s) par
 elle. Je sais que ce travail fait partie d'une

Rua Bolívar 147/501, Copacabana CEP 22.061-010, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
 Téléphone: 55 21 2549-7748. Portable: 55 21 98819-7272.



ANA BEATRIZ CALDEIRA FERREIRA BRAGA DINUCCI
TRADUCTRICE PUBLIQUE ASSERMENTEE & INTERPRETE COMMERCIALE
LANGUES FRANÇAISE ET ANGLAISE – JUCERJA Nº153
 Membre de l' Association Professionnelle de Traducteurs Publics et
 Interprètes Commerciaux Assermentés de l'État de Rio de Janeiro (ATP-RIO)
 TRADUCTION Nº 582/2023

recherche dont les objectifs sont: 1) réaliser une étude sociolinguistique ethnographique internationale au pénitencier PM Cabo Marcelo Pires da Silva, dans la capitale de São Paulo; 2) Développer un modèle de formation des interprètes communautaires au service de la population incarcérée. Je suis sûr que les résultats de cette recherche seront d'une grande valeur pour soutenir les politiques publiques de formation, de professionnalisation et d'interprétation communautaire, au profit du système pénitentiaire. Je suis donc pleinement conscient du contenu de cette autorisation et j'autorise: //

() la production d'enregistrements audio/vidéo et photographiques **sans aucun type d'édition de mon image et de ma voix**. J'autorise l'utilisation de ce matériel uniquement à des fins académiques (articles, dissertations, thèses, chapitres de livres, entretiens, présentations lors d'événements), à condition que la protection de mon image et la confidentialité soient garanties par la dissimulation de mon visage, avec seulement la description de mes expressions faciales par légende ou narration. //

Rua Bolívar 147/501, Copacabana CEP 22.061-010, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
 Telefone: 55 21 2549-7748. Portátil: 55 21 98819-7272.

Este documento foi assinado digitalmente por Ana Beatriz Caldeira³ Ferreira Braga Dinucci.
 Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br.443> e utilize o código F71D-D256-C138-1704.

Este documento foi assinado digitalmente por Ana Beatriz Caldeira Ferreira Braga Dinucci.
 Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br.443> e utilize o código F71D-D256-C138-1704.



ANA BEATRIZ CALDEIRA FERREIRA BRAGA DINUCCI
TRADUCTRICE PUBLIQUE ASSERMENTEE & INTERPRETE COMMERCIALE
LANGUES FRANÇAISE ET ANGLAISE – JUCERJA Nº153
 Membre de l' Association Professionnelle de Traducteurs Publics et
 Interprètes Commerciaux Assermentés de l'État de Rio de Janeiro (ATP-RIO)
 TRADUCTION Nº 582/2023

() la production d'enregistrements audio/vidéo et photographiques tant que les enregistrements sont édités en cachant mon image et en modifiant ma voix. J'autorise l'utilisation de ce matériel uniquement à des fins académiques (articles, dissertations, thèses, chapitres de livres, entretiens, présentations lors d'événements), à condition que la protection de mon image et la confidentialité soient garanties par la dissimulation de mon visage, avec seulement la description de mes expressions faciales par légende ou narration. //

Il est également autorisé, de mon plein gré, aux mêmes fins, la cession des droits à la diffusion des images, sans recevoir aucun type de rémunération. //

Ceci étant l'expression de ma volonté, je déclare que j'autorise l'utilisation décrite ci-dessus sans qu'il puisse y avoir quoi que ce soit à revendiquer en termes de droits liés à mon image ou tout autre, et je signe cette autorisation en 02 exemplaires de même contenu et forme. //

Fait à São Paulo, le _____. //

Signature du participant. //

N.T.: Cette traduction n'implique aucun jugement concernant la forme, l'authenticité, la véracité

Rua Bolívar 147/501, Copacabana CEP 22.061-010, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
 Téléphone: 55 21 2549-7748. Portable: 55 21 98819-7272.



ANA BEATRIZ CALDEIRA FERREIRA BRAGA DINUCCI
TRADUCTRICE PUBLIQUE ASSERMENTEE & INTERPRETE COMMERCIALE
LANGUES FRANÇAISE ET ANGLAISE – JUCERJA Nº153
 Membre de l' Association Professionnelle de Traducteurs Publics et
 Interprètes Commerciaux Assermentés de l'État de Rio de Janeiro (ATP-RIO)
 TRADUCTION Nº 582/2023

et/ou le contenu du document traduit. //

PLUS RIEN A SIGNALER SUR LE CONTENU DUDIT DOCUMENT

AUQUEL JE ME REPORTE ET FAIS FOI. //

POUR TRADUCTION CONFORME. //

Rio de Janeiro, le 23 novembre 2023.

Rua Bolívar 147/501, Copacabana CEP 22.061-010, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
 Téléphone: 55 21 2549-7748. Portable: 55 21 98819-7272.

Este documento foi assinado digitalmente por Ana Beatriz Caldeira Ferreira Braga Dinucci.
 Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br/443> e utilize o código F71D-D256-C138-1704.

Este documento foi assinado digitalmente por Ana Beatriz Caldeira Ferreira Braga Dinucci.
 Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br/443> e utilize o código F71D-D256-C138-1704.

Termo de Autorização de Imagem em espanhol



FORMULARIO DE AUTORIZACIÓN DE IMAGEN

Título	Interpretación Comunitaria en la cárcel: estudio de las interacciones sociolingüísticas en el contexto plurilingüe de la Penitenciaría Cabo PM Marcelo Pires da Silva
Investigadora responsable	Lucia Maria dos Santos
Investigadora Orientadora	Profa. Dra. Teresa Dias Carneiro
Institución participante	Pontificia Universidade Católica de Rio de Janeiro – Departamento de Letras – Programa de Post-Graduação Estudos de Idiomas (PPGEL)
Dirección	Calle Marquês de São Vicente, 255, Departamento de Letras, Edifício padre Leonel Franca, 3º piso, Barrio: Gávea – Rio de Janeiro/RJ – Brasil – CEP 22.451-900
Institución coparticipante	Penitenciaría Cabo PM Marcelo Pires da Silva
Comisión de Ética en Investigación (CEP)	Casa de Saúde São José - Calle Macedo Sobrinho, 21, 6º piso, Barrio: Humaitá - Rio de Janeiro/RJ - Brasil - CEP 22.271-080
Nombre del/de la participante	_____
Edad	_____ años
Teléfono	_____
Celular	_____
e-mail	_____

Yo _____, RG° _____ declaro estar informado y estoy de acuerdo con mi participación en el proyecto de la investigadora Lucia Maria dos Santos, del departamento de Letras – programa de Post-Graduação Estudos de Idiomas (PPGEL), de la Pontificia Universidad Católica de Rio de Janeiro (PUC-Rio) o lo/los representantes designado(s) por la misma. Tengo conocimiento que este trabajo hace parte de una investigación cuyos objetivos son: 1) Realizar un estudio sociolingüístico con las interacciones en la penitenciaría PM Cabo Marcelo Pires da Silva, en el interior de la capital de São Paulo; 2) Elaborar un modelo de formación de intérpretes comunitarios para el atendimento de la población encarcerada. Tengo seguridad de que los resultados de esta investigación serán de gran valor para bases en las políticas públicas de formación y profesionalismo en la interpretación comunitaria beneficiando el sistema carcelario. Por tanto, declaro estar plenamente consciente de esta autorización y permito:

() La producción de audio/video y registros fotográficos sin cualquier tipo de edición de mi imagen y voz. Autorizo a la utilización de este material sólo para fines académicos (Artículos, disertaciones, tesis, capítulos de libros, entrevistas, presentaciones en eventos), desde que sea garantizado la protección de mi imagen y confidencialidad para ocultar mi rostro, dejando la descripción de mis expresiones faciales por medio de subtítulos o narración.

() La producción de audio/video y registros fotográficos siempre que las grabaciones sean editadas ocultando mi imagen y alterando mi voz. Autorizo a utilizar este material sólo para fines académicos (Artículos, disertaciones, tesis, capítulos de libros, entrevistas, presentaciones en eventos), desde que sean garantizados la protección de mi imagen y confidencialidad por ocultar mi rostro, dejando la descripción de mis expresiones faciales por medio de subtítulos o narración.

Queda todavía autorizada, de libre y espontánea voluntad, para los mismos fines, cediendo mis derechos del uso de las imágenes y no recibiendo por este motivo cualquier tipo de remuneración.

Por esta ser la expresión de mi voluntad declaro que autorizo el uso que está descrito, sin que nada ha ser reclamado por título de derechos unidos a mi imagen o cualquier otro, y firmo la presente autorización en 02 copias de igual contenido y forma.

São Paulo, _____ de _____ de _____.

Firma del/de la participante

Termo de Autorização de Imagem em húngaro

Képhasználati engedély

Cím: "Interpretáció a 'Cabo PM Marcelo Pires da Silva' börtönben:
szociolingvisztikai interakciók vizsgálata a börtön többnyelvű környezetében"

Felelős kutató: Lucia Maria dos Santos

Irányító kutató: Profa. Dra. Teresa Dias Carneiro

Ajánló intézmény: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro -
Departamento de Letras - Programa de Pós-Graduação Estudos da Linguagem
(PPGEL) - Bölcsészettudományi Karának Nyelvtudományi Doktori Programján

Résztvevő intézmény: Penitenciária/Börtön Cabo PM Marcelo Pires da Silva

Kutatói etikai bizottság: Casa de Saúde São José - Rua Macedo Sobrinho, 21, 6º
andar, Humaitá - Rio de Janeiro/RJ - Brasil - CEP 22.271-080

Résztvevő neve:

Életkor:

Telefon:

Mobiltelefon:

Email:

Én, _____, személyi igazolvány (RG/RNE) szám: _____,
kijelentem, hogy fel lettem tájékoztatva, és beleegyezem a részvételembe Lucia
Maria dos Santos kutató nő projektjében, aki a Pontifícia Universidade Católica do

Rio de Janeiro (PUC-Rio) Bölcsészettudományi Karának Nyelvtudományi Doktori Programján/Programa de Pós-Graduação Estudos da Linguagem (PPGEL) dolgozik, vagy az általa kijelölt képviselőjében. Tisztában vagyok azzal, hogy ez a munka egy olyan kutatás része, amelynek céljai a következők:

- 1- Interaktív szociolingvisztikai vizsgálat elvégzése a PM Cabo Marcelo Pires da Silva börtönben, São Paulo vidéken;
- 2- Közösségi tolmácsok képzéséért felelős program kidolgozása a fogvatartottak számára.

Biztos vagyok benne, hogy ennek a kutatásnak az eredményei nagy értékűek lesznek a fogvatartási rendszert támogató képzés- és szakmai fejlődési és közösségi tolmácsolási közpolitikák megalapozásához.

Ezért kijelentem, hogy teljes mértékben tisztában vagyok ennek az engedélynek a teljes tartalmával, és engedélyezem:

() A kép és hang rögzítését, valamint fényképezést a kép és a hang bármilyen szerkesztése nélkül.

Engedélyezem ennek az anyagnak az oktatási célokra történő felhasználását (cikkek, disszertációk, tézisek, könyvfejezetek, interjúk, konferenciaelőadások), feltéve, hogy biztosított a kép és az adatvédelem védelme a kép elrejtésével, és csak a gesztusaimat írják le felirat vagy elbeszélés segítségével.

() A kép és hang rögzítését, valamint fényképezést, feltéve, hogy a felvételeket a kép és a hang elrejtésével és módosításával szerkesztik.

Engedélyezem ennek az anyagnak az oktatási célokra történő felhasználását (cikkek, disszertációk, tézisek, könyvfejezetek, interjúk, konferenciaelőadások), feltéve, hogy biztosított a kép és az adatvédelem védelme a kép elrejtésével, és csak a gesztusaimat írják le felirat vagy elbeszélés segítségével.

Ezenkívül, szabad és önkéntes akaratomból, ugyanezeknek a céloknak a megvalósítására engedélyezem a képek sugárzásának jogait, és ezért nem kapok semmilyen típusú kompenzációt.

Mivel ez az én akaratom kifejezése, kijelentem, hogy engedélyezem a fent leírt felhasználást anélkül, hogy bármilyen jogot követelhetnék a képemhez vagy bármely másához, és aláírom ezt az engedélyt két, azonos tartalmú és formában készült példányban.

Itai, _____ (dátum)

Résztevő aláírása

Termo de Autorização de Imagem em inglês



IMAGE AUTHORIZATION FORM

Title	Community Interpreting in Prison: a study of sociolinguistic interactions in the plurilingual context of the Cabo PM Marcelo Pires da Silva Penitentiary
Responsible researcher	Lucia Maria dos Santos
Supervising researcher	Prof. Dr. Teresa Dias Carneiro
Proposing institution	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - Department of Language - Graduate Program in Language Studies (PPGEL)
Address	Marquês de São Vicente, 255, Department of Letters, Building padre Leonel Franca, 3º andar, Bairro: Gávea - Rio de Janeiro/RJ - Brazil - CEP 22.451-900
Co-participating institution	Penitentiary PM Marcelo Pires da Silva
Research Ethics Committee(CEP)	Casa de Saúde São José - Rua Macedo Sobrinho, 21, 6º andar, Bairro: Humaitá - Rio de Janeiro/RJ - Brazil - CEP 22.271-080
Participant's name	_____
Age	_____ years
Mobile	_____
Phone	_____
e-mail:	_____

I _____ RG° _____ declare that I have been informed of and agree to my participation in the project conducted by Lucia Maria dos Santos, a researcher in the Department of Languages - Postgraduate Program in Language Studies (PPGEL) at the Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) or the representative(s) designated by her. I am aware that this work is part of a research project whose objectives are: 1) to carry out an interactional sociolinguistic ethnographic study in the PM Cabo Marcelo Pires da Silva penitentiary, in the interior of the capital of São Paulo; 2) to develop a model for training community interpreters to assist the incarcerated population. I am sure that the results of this research will be of great value in supporting public policies for training, professionalization, and community interpreting to benefit the prison system. Therefore, I declare that I am fully aware of the entire content of this authorization and I consent:

() the production of audio/video and photographic records **without any kind of editing of my image and voice**. I authorize the use of this material for academic purposes only (articles, dissertations, theses, book chapters, interviews, presentations at events), provided that the protection of my image and confidentiality are guaranteed by concealing my face, with only the description of my facial expressions by means of subtitles or narration.

() the production of audio/video and photographic records **provided that the recordings are edited to hide my image and alter my voice**. I authorize the use of this material for academic purposes only (articles, dissertations, theses, book chapters, interviews, presentations at events), provided that the protection of my image and confidentiality are guaranteed by the concealment of my face, with only the description of my facial expressions by means of subtitles or narration.

You are also hereby authorized, of your own free will and for the same purposes, to assign the rights to the images, without receiving any kind of remuneration.

As this is the expression of my will, I declare that I authorize the use described above without any claim for rights related to my image or any other, and I sign this authorization in 02 copies of equal content and form.

São Paulo, _____

Participant's signature

Termo de Autorização de Imagem em mandarim

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



肖像授权书

研究题目 监狱里的社区口译：马塞洛·皮雷斯·达·席尔瓦下士监狱多种语言背景下的互动社会语言学研究

主要研究员 Lucia Maria dos Santos
研究员导师 Teresa Dias Carneiro 教授
研究单位 邮编：22451-900
地址 巴西里约热内卢州里约热内卢市 Gávea 区 Marquês de São Vicente 路 255 号 Leonel Franca 牧师大楼 3 层语言学系
 里约热内卢天主教大学语言学系语言学研究生项目办公室

协同单位 马塞洛·皮雷斯·达·席尔瓦下士监狱

研究伦理委员会 邮编：22271-080
 巴西里约热内卢州里约热内卢市 Humaitá 区 Macedo Sobrinho 路 21 号 São José 医疗中心 6 楼

参与者姓名 _____

年龄： _____ 岁

电话： _____
手机： _____
邮箱： _____

本人 _____，身份证号：_____
 _____，于此声明已获悉并同意参与由里约热内卢天主教大学语言学系语言学研究生 Lucia Maria dos Santos 或其指定的代表主持的研究项目。本人知晓这次研究的目的是：（一）在坐落于圣保罗州马塞洛·皮雷斯·达·席尔瓦下士监狱进行互动社会语言学研究；（二）制定培训社区口译员的模型，为监狱人员服务。本人相信，这项研究的结果对于支持培训社区口译人员，并进一步专业化的公共政策具有重要价值，能使国家监狱系统受益。因此，本人于此声明已经充分知晓本《肖像授权书》的内容，并且：

（ ）同意进行录音录像和拍摄记录，**不对我的肖像和声音进行任何类型的编辑**。本人授权，研究材料仅仅用于学术目的（文章、硕士论文、博士论文、书籍章节、采访、讲座），前提是向本人的肖像做模糊处理，保证保密，仅通过字幕或旁白描述本人的脸部表情。

（ ）同意进行录音录像和拍摄记录，**前提是对我的肖像和声音进行模糊和变声处理**。本人授权，研究材料仅仅用于学术目的（文章、硕士论文、博士论文、书籍章节、采访、讲座），前提是向本人的肖像做模糊处理，保证保密，仅通过字幕或旁白描述本人的脸部表情。

本人也授权在同样的学术目的，自愿转让我的肖像权，不收取任何类型的费用。
 本人声明签署此《肖像授权书》全属自愿，授权使用本人的肖像权，不做任何权利方面的主张。
 本《肖像授权书》一式两份。

圣保罗，____年____月____日

 参与者签字